ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE

MUNDOS NOVOS DO MUNDO

Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses

*

LISBOA
JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR
1 9 7 2

Falar estorias *de longe,* he bom pera mentir.

(GARCIA DE ORTA — *Colóquio dos Simples,* Goa, 1563 — p. 304 da 2.ª ed.).

Diguo que se sabe mais em hum dia agora pellos Portuguezes, do que se sabia em cem annos pellos Romanos.

(Id., *ibd.,* p. 210).

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio XVII
Abreviaturas XXV
Introdução XXVII

CAPÍTULO I

Sob o signo da Ínclita Geração: pela costa ocidental de África, em busca do Oriente

1 — *Portugal, no conjunto dos povos marítimos, antes da passagem do Bojador:*

1.1 — Primeiros passos no mar, observados por estrangeiros, e seus reflexos na Cartografia 3
1.2 — Saídas para o estrangeiro, em busca de cultura e aventuras cavaleirescas 15
1.3 — A viagem do infante D. Pedro (1425-1428) 17

2 — *Novos descobrimentos, revelados no Estrangeiro:*

2.1 — As ilhas ocidentais do Atlântico e a costa de África, na nova cartografia (Bianco, Benincasa, Fra Mauro, Carta anónima c. 1471) 23
2.2 — A política dos casamentos e o de Frederico III, com D. Leonor . . . 41
2.3 — Os humanistas italianos no meio cultural português e em face dos Descobrimentos 45

3 — *Os primeiros relatos dos Navegadores e o primeiro Cronista:*

3.1 — Zurara, o primeiro cronista dos Descobrimentos 54
3.2 — As cartas de Antoniotto Usodimare 78
3.3 — As «Relações» de Alvise Cadamosto 81

CAPÍTULO II

Sob a égide de D. João II: os últimos vinte anos do século XV

1 — *Falsos rumores do Oriente:*

1.1 — A persuasão de Diogo Cão 95
1.2 — Rui de Pina, o primeiro cronista do Congo 96
1.3 — A ilusão de Colombo e a de Vespúcio 98

2 — *Diplomacia do Príncipe Perfeito:*

2.1 — A politica do sigilo e a divulgação promovida por D. João II 108
2.2 — O Tratado de Tordesilhas (1494) 116
2.3 — Noticias de África, levadas de Lisboa para a Alemanha [Martin Béhaim--Diogo Gomes (1485-1490), Jerónimo Münzer (1494-1495), Sebastião Brant (1497)], Giuliano Dati 121

3 — *Ainda nas vésperas do grande acontecimento:*

3.1 — O ambiente literário, histórico e geográfico 154
3.2 — A ciência náutica portuguesa e a Cartografia 161
3.3 — Franceses na costa da Mina (1480) 174
3.4 — A Cartografia até à viagem de Vasco da Gama (Soligo, Jacme Bertrand, Pedro Reinel, Jorge de Aguiar, Béhaim, Kunstmann III e Martellus) 177

4 — *Enfim, o caminho marítimo do Oriente:*

4.1 — O circulo completo, graças às informações de Pêro da Covilhã e Bartolomeu Dias 191
4.2 — O roteiro de Álvaro Velho e as informações orais de Gaspar da Gama 196
4.3 — Cartas de el-rei D. Manuel aos reis de Castela e ao Cardeal Protector 199
4.4 — A Índia velha e a nova Índia, na voz de literatos e comerciantes italianos com repercussões na viagem de Vasco da Gama na Alemanha: Giuliano Dati (1493-1495), Domenico Malipiero (1457-1499), Pietro Vaglienti (1498), Niccolò di Conti (1499), um anónimo de Calecute para o Cairo até Veneza (1499), Girolamo Sernigi, o primeiro informador italiano da viagem de Vasco da Gama (1499), Tomasio Detti (1499) 206

CAPÍTULO III

Boas novas de um novo mundo e do Oriente, no começo de século XVI (1500-1504)

1 — *Notícias das viagens de Cabral, Cortes-Reais e Vespúcio. Os primeiros textos sobre o Brasil e a Terra Nova:*

1.1 — As cartas dos capitães da frota de Pedro Álvares Cabral e, sobretudo, as do escrivão Pêro Vaz de Caminha e Mestre João 227
1.2 — Correspondência de mercadores e diplomatas italianos (Vespúcio, Marchionni, Affaitadi, Crético, Pasqualigo, Cantino) 235
1.3 — A Relação do Piloto anónimo sobre a viagem de Cabral (1501) . . . 257
1.4 — Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (1501) 267

1.5 — A carta de Vespúcio, de Lisboa, 1502, e o *Mundus Novus* (1503 ou 1504) 273
1.6 — A repercussão das expedições marítimas na Itália, segundo os «Diaristas» italianos (Domenico Malipiero, Priuli e Sanuto) 283
1.7 — O auto notarial de Valentim Fernandes 289

2 — *Notícias das expedições seguintes à Índia e seus reflexos em Antuérpia:*

2.1 — Notícias da frota de 1501-1502 (Affaitadi, Marchionni, Leonardo Nardi, Pietro Rondineli) e regresso, nela, de Bonajuto de Albano 292
2.2 — A segunda viagem de Vasco da Gama, em 1502, nas cartas de Cantino, Mateo de Bérgamo, dos *Paesi,* Casano del Nigro, Cesare Barzi, Francesco Corbinelli, Affaitadi, Domenico Lucha e relação italiana em versão alemã, bem como nos diários de bordo *Calcoen,* Relação portuguesa de Viena e alemã de Bratislava e *Navegação* de Tomé Lopes 297
2.3 — A frota de 1503 (Afonso e Francisco de Albuquerque e António Saldanha), em cartas dos *Paesi,* de Giovanni da Empoli e de dois italianos anónimos e a de 1504 (Lopo Soares), em carta anónima em alemão 321
2.4 — Notícias da Índia, enviadas pelos escrivães a el-rei (carta de Álvaro Vaz, de 24 de Dezembro de 1504) 343
2.5 — A Feitoria portuguesa de Antuérpia e os mercadores alemães 346

3 — *O Velho e o Novo Mundo, na Imprensa:*

3.1 — Valentim Fernandes, editor da primeira colectânea impressa de viagens (Os livros de Marco Polo e Niccolò di Conti e a carta de Jerónimo de Santo Estêvão) 352
3.2 — A edição espanhola de Marco Polo e o *Libreto* de Anghiera 364
3.3. — O relato do padre José sobre o Oriente (1502) 369
3.4 — Os cronistas Jacome Filippo Foresti e Marco António Coccio Sabélico 378
3.5 — A *Cosmografia* de Pio II e o manual de divulgação científica de Gregório Reisch 382

4 — *A Cartografia dos quatro primeiros anos do século XVI:*

4.1 — O planisfério de Juan de la Cosa (1500) 384
4.2 — O planisfério português dito de Cantino (1502) 390
4.3 — O mapa de Pésaro 401
4.4 — Os mapas de Pedro Reinel 405
4.5 — O planisfério de Vesconte de Maiollo ou Maggiolo 408

CAPÍTULO IV

Divulgação em pleno, no segundo quinquénio de Quinhentos

1 — *O que se escreveu em Portugal:*

1.1 — Costumes da Índia, por Gaspar Pereira (1505) 414
1.2 — O roteiro de Duarte Pacheco Pereira (1505) 417
1.3 — Imprimissão dos guias náuticos (c. 1509-1516) 419

2 — *Divulgação oficial da actividade marítima na Índia e costas da América:*

2.1 — A Obediência de Diogo Pacheco (1505) e o poema de Matias Ringmann 422
2.2 — A suposta carta de D. Manuel aos Reis Católicos (1505) 425
2.3 — D. Manuel divulga a viagem de D. Francisco de Almeida (1506): *Gesta proxime per portugalenses* . . . . . , 433
2.4 — Comunicação de D. Manuel a Júlio II (1507), da descoberta de Ceilão e Madagáscar 435
2.5 — A carta de D. Manuel a Júlio II, de Alcochete, 12 de Junho de 1508 441
2.6 — As tapeçarias de D. Manuel sobre a África e a Índia (1508 ou 1509) . . 443
2.7 — Notícias de Ormuz e Cambaia, difundidas na Europa, por meio de carta de Afonso de Albuquerque para D. Francisco de Almeida (1507) . . 447

3 — *Iniciativa estrangeira na difusão de notícias de viagens marítimas:*

3.1 — A *Lettera* de Vespúcio a Piero Soderini, sobre quatro viagens às costas americanas 450
3.2 — Veneza e o soldão, em face das viagens marítimas portuguesas, na Relação de Cá Masser (1506) 458
3.3 — O relatório de Vincenzo Quirini (1506) 470
3.4 — A carta de Valentim Fernandes a Peutinger sobre a partida de D. Francisco de Almeida e os relatos da mesma viagem, de Sprenger e Hanz-Mayr, bem como a iconografia daí resultante 475
3.5 — Cartas de italianos sobre naus chegadas da Índia (1506-1507), com notícias de África (inclusive de Madagáscar) e Oriente (nomeadamente Ormuz) 488

4 — *Cosmógrafos e cartógrafos:*

4.1 — O grupo de geógrafos franceses de Saint-Dié 493
4.2 — Cosmógrafos italianos e alemães (Fr. Marco, Ruysch, João Stamler) 498
4.3 — Cartografia manuscrita (King-Hamy, Canério, Kunstmann II e III, Maiollo), de antes de 1508 505
4.4 — Cartografia impressa (Contarini-Roselli, Waldseemüller, Ruysch) . . . 517

5 — *Cronistas e coleccionadores:*

5.1 — Os cronistas Raffaele Maffei, da Volterra (1506) e Battista Fregoso (1509) 524
5.2 — Os *Paesi nouamente retrouati*, de Montalboddo (1507) 527
5.3 — A colecção de Valentim Fernandes-Peutinger (1506-1507) 532

CAPÍTULO V

De África e Brasil ao Extremo Oriente (1510-1514)

1 — *Informações de portugueses sobre a África, o Brasil e o Oriente:*

1.1 — As primeiras informações de Malaca (Lopes de Sequeira, Rui de Araújo e Afonso de Albuquerque) 559
1.2 — Afonso de Albuquerque e o Mar Vermelho (1512) 566
1.3 — Do Sião às Molucas (1511-1513) e à Pérsia (1507-1514) 575
1.4 — A *Suma Oriental* de Tomé Pires (1514) 580
1.5 — O *Livro* de Francisco Rodrigues (1513) 627
1.6 — Informações sobre o Brasil (Duarte Fernandes, na nau Bretoa) 629
1.7 — Informações sobre a África (Simão da Silva, no Manicongo; Tristão da Cunha e Sequeira, na ilha de São Lourenço; as investigações de Cide Barbudo e Pêro Quaresma; as andanças de António Fernandes pelo Monomotapa e outros informadores, a partir da costa oriental de África) 631

2 — *Diplomacia e humanismo:*

2.1 — Cartas de D. Manuel aos Reis Católicos, sobre as operações militares em terras da Índia (1511) 650
2.2 — Carta de D. Manuel a Leão X (1513) e traduções italiana e latina, impressas em 1514. A Oração de Camilo Porzzio 652
2.3 — A Embaixada de 1514 e a Oração de Obediência, de Diogo Pacheco. A glória de D. Manuel e os animais exóticos, enaltecidos pelos humanistas talianos: Camilo Porzzio, Giovanni Francisco Poggio e Pietro Vaglienti 660
2.4 — O Enviado da Santa Sé a Portugal — António Pucci (1514-1515) . . 668

3 — *Estrangeiros no Oriente:*

3.1 — Tentativas de crónica dos feitos portugueses no Oriente, do alemão Valentim Fernandes, 1510, e dos espanhóis Juan Augur-Martín Fernández de Figueroa, 1512 672

3.2 — Os italianos Ludovico Varthema e Piero Strozzi informam sobre o Oriente, nomeadamente de Goa e Malaca (1510) 686

3.3 — Notícias de Malaca em cartas de italianos: Piero Strozzi, irmão de Zuan Battista (Strozzi?), Girolamo Sernigi e Giovanni da Empoli (1513-1514) 699

4 — *Os cosmógrafos, cartógrafos e cronistas:*

4.1 — Cartografia da exploração da ilha de S. Lourenço (Wolfenbüttel) . . . 710

4.2 — O Índico e o arquipélago indonésio, em cartas portuguesas (Jorge Reinel e Francisco Rodrigues) 712

4.3 — As edições de Ptolomeu: de Bernardo Sylvano (1511), de Waldseemüller (1513) e de João Verner (1514) 714

4.4 — Um cartógrafo italiano: Vesconte de Maiollo (1511) 724

4.5 — O Planisfério do turco Peri Re'is (1513) 725

5 — *Cronistas e coleccionadores:*

5.1 — Ainda no ciclo da informação vespuciana: um roteiro de arte (Albertini), um livro didáctico (Stobnicza) e uma obra clássica de História (Eusébio) 728

5.2 — A colectânea de Pietro Vaglienti (1513). 731

CAPÍTULO VI

A grande revelação da China e outras informações da Índia e da América (1515-1521)

1 — *Poetas, filósofos e coleccionadores:*

1.1 — Ariosto (1516) e Tomás More (1516) 737

1.2 — No sector da Filosofia: João Ribeiro e Pedro Margalho 743

1.3 — A colectânea de Alessandro Zorzi e a informação que conseguiu, de alguns portugueses, em 1517 750

2 — *Informações da China e restante Oriente:*

2.1 — Os pesquisadores, em terras orientais, de notícias para o rei português; a carta de Giovanni da Empoli, primeira informação enviada para fora de Portugal, sobre a China descoberta pelos Portugueses (1515); as missivas de Rafaello Galli; e a entrada em Bengala, de João Coelho, o primeiro português a beber água do Ganges 760

2.2 — A carta de Valentim Fernandes, de 1515, sobre o rinoceronte e a nova divisão da Ásia 772
2.3 — As cartas de Tomé Pires, de 27 de Janeiro de 1516, e de um anónimo (Afonso Lopes da Costa) a el-rei, de 15 de Agosto de 1518 775
2.4 — O *Livro* de Duarte Barbosa (1516) 780
2.5 — Notícias trazidas directamente da Pérsia por portugueses 821
2.6 — As informações dos italianos André Corsali (1516-1517) e Pietro di Giovanni di Dino (1519) e o opúsculo inglês resumido de Sprenger (1520) 828

3 — *As primeiras informações directas da terra do Preste João:*

3.1 — A pseudocarta de Preste João e outras notícias anteriores 849
3.2 — A *Carta das Novas* e a epístola de D. Manuel ao Papa 852

4 — *Terras da América:*

4.1 — Explorações de João de Lisboa (ditas de Cristoval de Haro) divulgadas em texto alemão, impresso em 1515, e as viagens de João Dias de Solis 861
4.2 — *As Décadas* de Pietro Martir, de Anghiera 867
4.3 — A crónica perdida de Gonçalo Coelho (c. 1521) 869

5 — *Cartógrafos e cosmógrafos:*

5.1 — Cartógrafos estrangeiros: Leonardo da Vinci (1515), Schöner (1515 e 1520), Waldseemüller (1516), Maggiollo (1519) e Jacobo Russo (1521) 870
5.2 — Três altos expoentes da cartografia portuguesa: Pedro Reinel (c. 1517), Jorge Reinel (1519) e Lopo Homem (1519) 877
5.3 — Quatro autores de temas geográficos, dos anos 18 e 20, pouco esclarecidos a respeito dos novos descobrimentos: Lefèvre d'Étaple, Vadiano, Apiano e Boemo 887
5.4 — Tentativa de modernização da geografia, em 1519, com Fernández de Enciso 892
5.5 — Conti d'Conti 901

Epílogo 903
Bibliografia 919
Índice das gravuras 973
Índice ideográfico 977
Erratas principais 1035
Índice geral 1037

PREFÁCIO

1 — Razão do título e limites da obra

A geografia antiga dividia o Mundo em terra habitada e terra inabitável, sendo fácil perceber que esta última coincidia com os mundos desconhecidos, aonde os geógrafos ocidentais, incluindo os da Escola de Alexandria, não foram pessoalmente, nem sabiam de quem os tivesse percorrido. Vastas regiões figuram, com efeito, nos mapas que acompanham a Geografia *de Ptolomeu, legendadas de «Terra incógnita», quase sempre povoadas de animais e figuras mitológicas ou fantasistas.*

O desconhecimento do Globo chegava mesmo ao ponto de se encurtarem regiões, estendendo a superfície das águas por onde havia terras imensas, como é o caso de todo o continente americano e de grande parte de África, ao sul do Equador, para não falar das terras do Extremo-Oriente, confuso e indefinido. As grandes ilhas de que alcançara notícia imprecisa, colocava-as o cosmógrafo onde lhe parecia melhor. Pelo menos é o que se afigura poder-se deduzir do facto de, por exemplo, a Taprobana, nuns geógrafos, ocupar a posição de Samatra e, noutros, ficar junto da terceira peninsula do Sul da Ásia, que não existe. A Aurea Quersoneso, *o Cataio, as terras do Preste João, os Montes da Lua, o* Praso Promontório, *para nos restringirmos às regiões que mais nos dizem respeito, serviram aos geógrafos, a partir de Ptolomeu, igualmente para as mais díspares cogitações. Não se podendo deslocar por longos caminhos nem dispondo de relatos científicos de quem tivesse peregrinado pelos diversos pontos do Universo, o cosmógrafo antigo filosofava, arquitectava, compunha harmònicamente as pedras do xadrez, com base no que conseguira apurar em vários autores.*

A missão de Portugal no alvorecer da idade moderna da História da Humanidade consistiu, precisamente, em percorrer esses lugares desconhe-

cidos. «Vendo sòmente na carta de marear uma tam grande costa de terra pintada e tantas voltas de rumos», a muitos portugueses parecia que as nossas naus teriam de rodear duas vezes o mundo sabido, para conseguirem «entrar no caminho doutro novo» — revela o quinhentista João de Barros (1). *A empresa realizou-se e, segundo o mesmo autor, conseguiu-se a «mais notável e maravilhosa obra que os homens viram, pois por ela, o mundo foi estimado em mais do que se dele cuidava, antes que descobrissemos esta sua tam grande parte»* (o Oriente) (2).

Como Luciano Pereira da Silva sintetizou, em período feliz, «para que os erros geográficos de Ptolomeu (3) *fossem considerados verdades respeitáveis, bastou a sua autoridade de grande astrónomo. Para que esses erros fossem julgados como tais, foi precisa toda a audácia dos navegadores portugueses que, em 1471 passaram o equador no fundo do golfo da Guiné, desconhecido do Geógrafo alexandrino; em 1487 irromperam, com Bartolomeu Dias, no Oceano Índico e, em 1511, depois da tomada de Malaca, acabaram de desfazer a lagoa ptolomaica, entrando com António de Abreu, pelo Oceano Pacífico, em demanda das Molucas»* (4). *Vasco da Gama conseguira, alfim, em 1498, atingir Calecute, o ponto irradiador das especiarias para a Europa e Pedro Álvares Cabral encontrara, a ocidente, a nova região a que pôs o nome de Terra de Santa Cruz — que outros denominavam «terra nuova overo Mundo Novo»* (5).

Essa missão traduziu-a Camões no conhecido verso:

> Os vossos, mores cousas atentando
> Novos Mundos ao Mundo irão mostrando (6).

Havia, pois, mundos novos e cabia ao país mais ocidental da Europa a missão de os desvendar. O facto ficará mais líquido, quando se efectivar a proposta de Borges de Figueiredo, na Sociedade de Geografia, há quase cem anos (7).

---

(1) Barros — *Déc. I* (edição citada na Bibliografia), p. 221.

(2) Id. — *Ibd.*, p. 176.

(3) Sobre esses erros, veja-se A. E. Nordenskiöld — *Facsimile-Atlas*, p. 32.

(4) L. Pereira da Silva — *Obras completas*, 2.º vol., p. 230.

(5) *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico* (ed. de Prospero Peragallo), Lisboa, 1892, p. 8.

(6) Camões — *Lusíadas*, canto II, estrofe XLV.

(7) «Que a Sociedade de Geografia emprehenda a publicação d'un Diccionario Toponymico Portuguez, comprehendendo duas partes: uma, aonde se determinem, quanto possivel, os nomes de logares portuguezes em todas as epochas; a outra, constando das

Como, porém, mostrou Portugal os novos mundos ao Mundo? Directamente pela voz dos seus governantes e nautas, ou por meio dos colaboradores de espiões estrangeiros? Este é, singelamente, o nosso propósito: patentear a forma como a Europa teve conhecimento desses Mundos novos do Mundo *que o Mundo ignorava* (1).

Portanto, bem diferente a nossa intenção da do compilador da obra Paesi novamente retrovati, *impressa em Vicência, no ano de 1507; e da do organizador do* Novus Orbis *(Novo Mundo), editado no ano de 1532, em Basileia e Paris, que pretenderam dar a conhecer esses novos mundos por meio de relatos alheios que conseguiram reunir. E também diversa da finalidade do editor da epistola vespuciana, a que deu o pomposo titulo de* Mundus Novus *(Novo Mundo), circunscrito à América. E, na medida em que deles se afasta, não descreveremos essas regiões adquiridas para a ciência humana, nem com redacção nossa nem com a transcrição de trechos de autores antigos ou modernos. Não escreveremos, pois, a nova geografia que João de Barros se propôs redigir, nem coordenaremos uma antologia dos autores que posteriormente se abalançaram a essa tarefa.*

Já na segunda metade do século XVI, o francês Louis Le Roy pretendeu desenhar o panorama da literatura, da arte e das ciências da sua época, comparando-o com o das ciências, arte e literatura de outros tempos (2). *Foi, porém, necessàriamente deficiente, por falta de certos dados do problema, sobretudo no que respeita ao século XVI, ainda que mostre razoável conhecimento do aspecto cultural. Conheceu muitos factos, soube de alguns volumes publicados, Barros, Góis, Francisco Álvares, Anghiera, etc., mas escapou-lhe grande mole de obras já então impressas e ignorou, por completo, tantas fontes de informação, como as simples cartas particulares ou missivas oficiais, a cartografia, etc. Por isso, não pôde apresentar a visão de conjunto que convinha, limitando-se a apontar séries de factos mais*

---

designações locativas dadas pelos descobridores, viajantes e escriptores portuguezes aos diversos logares da terra» (Parecer da Secção de Geographia Historica, sob proposta do socio A. C. Borges de Figueiredo, in *Estudos historico-geographicos*, Lisboa, 1887, p. 7).

(1) Sobre o conteúdo do vocábulo *Mundo*, na concepção deste período histórico, ver W. G. L. Randles — *Le Nouveau Monde, l'autre Monde et la pluralité des Mondes*, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, vol. IV, pp. 347-385; Id. — *Sur l'Idée de Découverte et sa diffusion*, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècles*, Paris, 1966, pp. 17-21.

(2) Louis Le Roy — *De la vicissitude ou variété des choses en l'univers et concurrence des armes et des lettres par les premières et plus illustres nations du monde*, Paris, 1575; *ibd.*, 1576, 1579. — Trad. it. de Hercole Cato: *La vicissitude, ò mutabile varietà delle cose nell'Universo*, Veneza, Aldo, 1585.

divulgados. Compreende-se que tivesse de enfrentar um meio pouco acessível, num tempo recuado que lhe eriçou a tarefa de dificuldades quase insuperáveis, para colher a informação bibliográfica de toda a ordem, de que necessitava.

Ainda hoje, no entanto, se topam muitas dessas dificuldades, em trabalhos desta natureza, porque a bibliografia continua um tanto dispersa e as reproduções de exemplares únicos ou outras obras raras, com estudos preliminares, também escasseiam muito nos nossos dias, acrescentando-se agora, naturalmente, a imensidade de bibliografia que pulula em quase todos os países civilizados. Contudo, as facilidades são muito maiores, porque, longe ou perto, dispomos de bibliografias mais ou menos completas, e os exemplares únicos ou simplesmente raros guardam-se em bibliotecas famosas, posto que nem sempre apareçam quando o leitor as requisita...

Algumas tentativas modernas se podem registar de trabalhos anteriores ao nosso, se bem que visando apenas aspectos particulares. Pierre Sardella explorou a acção económica da notícia, no centro comercial de Veneza, durante os períodos de 1496-1497 e 1530-1534, que coincidem com as primeiras guerras de Itália, ao mesmo tempo que com a fase dolorosa do nascimento do mundo moderno (1). *No segundo Curso de Férias no Ultramar, organizado pela Universidade de Coimbra, em Angola e Moçambique (Setembro de 1961), o Prof. Luís de Matos desenvolveu o tema:* O Ultramar e a criação duma nova mentalidade do Renascimento *(Difusão na Europa da ideia de Descobrimento; a Literatura sobre a África Oriental e a sua repercussão na Europa; a Expansão da Língua Portuguesa na Ásia e na África; a Cultura portuguesa na África Ocidental)* (2). *Enquadra-se, decerto, esta lição, no âmbito da Tese de Doutoramento que defendeu na Sorbonne em 1959, que presentemente se encontra no prelo:* L'Expansion portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance (3). *O mesmo se diga da comunicação que enviou ao V Colóquio Internacional de História Marítima (Lisboa, 14-16 de Setembro de 1960), intitulada* La Littérature des Découvertes (4).

---

(1) Pierre Sardella — *Nouvelles et spéculations à Venise au début du XVIe siècle*, Paris, s./d.

(2) Notícia in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. II, Lisboa, 1961, p. 520.

(3) Notícia, *ibd.*, vol. I, Lisboa, 1960, p. 216, nota 4.

(4) Publicada nas Actas: *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècles*, Paris, 1966, pp. 23-30.

Armando Cortesão já salientou os reflexos da expansão lusíada, verificados nas reedições da Geografia de Ptolomeu, em comunicação apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, prometendo ultrapassar os limites a que aí se viu forçado a confinar-se: Cartografia Portuguesa e a Geografia de Ptolomeu (1).

O americano Henri Harrisse; os franceses Albert Kammerer e L. Gallois; o inglês E. G. Ravenstein; os portugueses Duarte Leite, Armando Cortesão, A. Teixeira da Mota e tantos mais, já patentearam, à saciedade, a presença portuguesa em mapas estrangeiros da época dos descobrimentos.

Visando idêntico objectivo, vários escritores, portugueses e estrangeiros, têm dado à luz edições raras ou relatos inéditos, contemporâneos dos acontecimentos que, só por si, revelam a difusão de notícias dos feitos marítimos. Quase sempre, porém, as introduções a esses escritos colocam-nos sòmente na esteira da visão conjunta. Entre outros, podemos citar, por mais notáveis ou mais recentes, os nomes de Eugénio do Canto, dos Profs. Luís de Matos, Luís de Albuquerque, Virgínia Rau e Fr. Leite de Faria, como se verá a seu tempo.

A nossa pretensão abarca todo esse labor já expendido, num esforço de o reunir e completar com alguns casos ainda não estudados sob o ângulo de notícia divulgada, em ordem a obter uma exposição de conjunto sobre a extensão e forma de informação dos descobrimentos geográficos, sobretudo portugueses, mas sem deixar de referir os descobrimentos espanhóis, ingleses ou franceses que, com eles, patenteiam conexão. É um volver às fontes originais impressas, que se não restringe, propositadamente, às crónicas contemporâneas; uma tomada de consciência dos textos que circularam pela Europa e informaram os doutos, ou o público em geral, mais com o intuito de difundir notícias sensacionais do que com o fito de constituírem fontes para a História. A finalidade da informação, é claro, não se confinava exclusivamente ao propósito de dar a conhecer a nova geografia, mas, também, a avisar as nações acerca da expansão portuguesa, sobretudo por motivos económicos e de expansão política e, o que não é de menor importância, de luta contra o Islão, que tanto apaixonava, por necessidade, os reinos europeus.

Fica, pois, restrito, mesmo assim, também o nosso alvo, apenas à evolução das notícias que deram a conhecer, na Europa, os Mundos novos do Mundo *que, especialmente os Portugueses e os Espanhóis, mostraram ao mundo.*

---

(1) *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vol. XXXVI, Lisboa, 1964, pp. 384-404.

Para conseguir esclarecer em que medida os descobrimentos geográficos, de geografia física, humana e até económica, se difundiram pelo estrangeiro, deixando em evidência os canais de escoamento das notícias e o aproveitamento, por parte dos geógrafos e dos cartógrafos, dos historiadores e do escritor em geral, principalmente o coleccionador de curiosidades — o método de investigação que utilizamos procurou abarcar, como é óbvio, tudo quanto se escreveu, dentro e fora de Portugal, quer haja visto a luz da publicidade por meio da imprensa, quer tivesse ficado manuscrito —, limitado, no último caso, à roda dos amigos do possuidor do manuscrito ou espalhado até por diversos países.

Incluímos, na ordem cronológica, textos que só vieram a ser divulgados pela imprensa anos mais tarde, quer porque, na verdade, começaram a difundir novos conhecimentos nas datas em que foram escritos ou enviados aos correspondentes, quer para que ressalte melhor o contraste entre o que se sabia em Portugal e nalguns círculos estrangeiros e o que ignorava a maior parte dos escritores.

A inserção de escritos não divulgados então, como a carta de Pêro Vaz de Caminha, serve, antes de mais, para se não alimentar a pretensão de que «o segredo das chancelarias interessadas era um mito», como se concretiza, pensa R. Levillier, com os nomes de «Martir de Angleria, Pascualigo, Trevisano, Cantino, Affaitadi, Cretico, Ca-Masser, Rondinelli, Priuli, Sanuto, Empoli, Marchionni, Vespúcio mesmo» e com os «mapas italianos de 1502, 1504, 1519 e 1527; 1536, 1543 e 1553» (1). *Tendo em conta estes textos, pelo menos nos casos relevantes que não convinha deixar ausentes desta perspectiva da informação quinhentista, ficamos certo de que as chancelarias algo mais sabiam do que aquilo que os espiões e os indiscretos conseguiram espalhar.*

A documentação de que nos servimos, anda, porém, carregada de problemas, por exemplo sobre Américo Vespúcio *(sua ciência náutica, número de viagens e termo a que chegaram, autenticidade das cartas impressas e manuscritas, concepção de novo mundo e possível ligação da Europa à Ásia): sobre* a ciência náutica portuguesa e *participação científica estrangeira, sobretudo Béhaim e Vespúcio, alemã e italiana; sobre* o valor da cartografia, *principalmente do mapa de Cantino, minimizado, por exemplo, por Caraci e Levillier. Mais que apurar a sua autenticidade ou resolver problemas, como o da originalidade ou cópia (na maior parte dos casos, impossível de determinar), importa utilizá-los todos (salvo na hipótese de falsificação claramente*

(1) R. Levillier — *O planisfério de Maiollo de 1504*, p. 437.

maliciosa), como documentos que correram e, por conseguinte, divulgaram notícias; e, enfim, sobre prioridade de descoberta, *como as de Vespúcio na América e a de Vartema, no Ceilão e Malásia.*

Embora não possamos ser alheio a estes e outros problemas que surgem na utilização desta documentação, permaneceremos à margem da discussão em que os entendidos andam envoltos, sem grandes resultados de compreensão mútua. Tomamos, perante eles, a posição que se nos afigura mais consentânea com a documentação conhecida e a índole dos factos, dentro da época a que se reportam, justificando-a, quando parecer oportuno, com algumas considerações, apenas enunciadas de passagem.

O que mais nos importa é trazer à colação, em visão panorâmica, os responsáveis pela informação dos conhecimentos geográficos do fim do século XV e primeiras décadas do século XVI, forçando a responder à chamada geral, se não a totalidade, como era nosso desejo, pelo menos a grande maioria dos nomes mais representativos. Restringimos este volume até ao fim do reinado de D. Manuel I, devido à enorme mole de documentação de que ainda se pode dispor. Impusemo-nos, naturalmente, outras limitações, fáceis de observar, para não nos perdermos em intrincadas questões de pormenor que o assunto suscita. Além dos problemas já esboçados, desistimos igualmente da identificação de todos os topónimos das terras, mares, cidades e cabos ou rios.

Procurámos, no entanto, evitar que o nosso trabalho se restringisse a mero acervo de títulos de livros, mais ou menos agrupados segundo as épocas ou os temas, pois, ao tomar contacto com cada um, moveu-nos o cuidado de recolher os traços que se nos afiguraram mais salientes da modernidade ou velhice, a fim de já se poder apresentar o panorama desta literatura e tirar mesmo algumas conclusões que, em trabalho mais exaustivo, aparecerão ainda com maior evidência.

Temos, pois, consciência de não haver esgotado o assunto e conhecermos bem algumas deficiências do nosso trabalho. Os críticos estarão de certo atentos, dentro do seu papel, quer aos defeitos, quer ao que julgam estar menos bem. Mas... se fossem só eles! Com Barros, tememos sobretudo os outros: «Bem sabemos que a todos não podemos aprazer (...). Que se pode esperar do edifício das letras, o qual o autor dele faz comum a todalas gentes, principalmente o da História, em que assi os doutos como inorantes são licenciados pera arguir?» (1).

---

(1) Barros — Prólogo da *Déc. II.*

2 — Agradecimento

Cremos que um trabalho desta complexidade nunca pode deixar de ser obra colectiva, ao menos enquanto se recebem incentivos, sugestões, opiniões e até indicações bibliográficas e auxílio de leitura de textos antigos ou de línguas estranhas. Juntamente com a menção dos amigos que nos acompanharam com esse precioso auxílio, queremos deixar bem expresso, no pórtico desta obra, o nome das entidades que a tornaram materialmente possível. Seguindo uma como que ordem cronológica, em primeiro lugar, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, *da Universidade Técnica de Lisboa, na pessoa do então director, Prof. Doutor Adriano Moreira, quando iniciámos esta tarefa, depois do convite do Conselho Escolar para Assistente, e respectivo Corpo Docente, de que nos permitimos relevar os três Catedráticos de História — Professores A. da Silva Rego, Luís de Matos e José Júlio Gonçalves —, e o actual director, Professor Vasco Nunes Pereira Fortuna, que nos admitiram no seu convívio; a* Fundação Calouste Gulbenkian, *na pessoa do Ex.mo Senhor Presidente, Doutor Azeredo Perdigão, que tornou possível a deslocação até às Bibliotecas de Roma, Paris e Londres, durante o tempo mínimo considerado indispensável, e a* Junta de Investigações do Ultramar, *nas pessoas dos seus antigo e actual presidentes e vice-presidente, Engenheiro Carlos Kruz Abecasis, Doutor Justino Mendes de Almeida e Dr. Raimundo Brites Moita, que não só acarretou com a despesa da edição, mas também das fotografias e gravuras e uma segunda viagem de estudo à Itália.*

Entre as pessoas amigas a que nos confessamos grato, é de justiça lembrar ainda, além dos Professores referidos, as Professoras Virgínia Rau e Raquel Soeiro de Brito; os Professores Jorge Borges de Macedo e Joaquim Veríssimo Serrão, o Com. A. Teixeira da Mota, o Dr. José V. de Pina Martins, Fr. Leite de Faria e minha mulher, sobretudo pelo contributo que me dispensou na leitura de textos ingleses, e a Dr.ª Ruth San Payo de Araújo, por igual auxílio na interpretação da língua alemã.

3 — Abreviaturas e critério de transcrição dos textos antigos

Na ausência de regras universalmente aceites, fixámos, para nosso uso, as que nos pareceram mais razoáveis. Nas citações não mantivemos a ortografia, salvo quando convinha conservar o gosto antigo, já por se tratar

de pequenos trechos desligados do conjunto em que aparecem, já porque grande parte deles não conservam a ortografia original. Contudo, na transcrição integral dos documentos, nada alterámos, a não ser a pontuação essencial, como os pontos e uma que outra vírgula e bem assim os u e v, *os* i e j *com valores de* v *ou* u, j *ou* i.

A) *Abreviaturas de Arquivos e Bibliotecas*

A. G. Ven. = Archivio General, de Veneza
A. S. Fl. = Archivio di Stato, de Florença
A. S. Ven. = Archivio di Stato, de Veneza
B. A. = Biblioteca da Ajuda, Lisboa
B. A. C. L. = Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa
B. A. R. = Biblioteca Angélica de Roma
B. Cas. = Biblioteca Casanatense, Roma
B. G. U. C. = Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
B. N. L. = Biblioteca Nacional de Lisboa
B. M. Ven. = Biblioteca Marciana, de Veneza
B. N. Fl. = Biblioteca Nacional de Florença
B. N. Md. = Biblioteca Nacional de Madrid
B. N. Pa. = Biblioteca Nacional de Paris
B. N. R. = Biblioteca Nacional de Roma
B. Ric. Fl. = Biblioteca Riccardiana, de Florença
M. B. = Museu Britânico, de Londres
T. T. = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B) *Abreviaturas de Publicações*

M. H. = *Monumenta Henriquina*
P. M. C. = *Portugalliae Monumenta Cartographica*
P. M. H. = *Portugalliae Monumenta Historica*
B. A. V. = *Biblioteca Americana Vetustissima*

INTRODUÇÃO

I — Peregrinos, viajantes e expedições armadas, em andanças pelo Oriente

O avanço dos Maometanos, no sentido da Europa, com a ocupação dos Lugares Santos, despertou na Cristandade propósito, em grande parte, semelhante ao do Islão, quando ensinava que, «para o mais alto grau de cultura, não bastava estudar o Alcorão, o Suna e os filósofos gregos no original: um homem, para ser perfeitamente educado, devia ter viajado, pelo menos em toda a extensão do Islão» (1). Sobretudo nos séculos XII e XIII, estas ideias arreigaram-se profundamente nos espíritos.

Os Cristãos, desde a visita de Santa Helena, mãe do imperador Constantino, que no século IV percorrera os lugares santos, iam de longada até à Terra Santa, em peregrinações estritamente religiosas, sem objecções dos Árabes. Mas os tempos mudaram. Em 1095 realiza-se a primeira Cruzada e, durante os mesmos séculos XII e XIII, os Cristãos, em som de guerra ou com intuitos simplesmente de peregrinos, transpunham os portos mediterrânicos da Ásia Menor, chegando mesmo, por vezes, a internar-se até à Pérsia, à Índia, ao Império do Grão-Mogol. Gerou-se, assim, um movimento de curiosidade no Ocidente, não pròpriamente científico, mas não também, de forma alguma, de invasão do Oriente, como acontecera com Alexandre Magno e os exércitos romanos. Daquele, diz Quinto Cúrsio que, com a sua expedição militar, do Adriático ao Indo, abriu o mundo ao conhecimento do género humano. Impedido, pela oposição dos soldados, de prosseguir a expedição, mesmo assim inaugurou nova era no conhecimento do Oriente e no trânsito de notícias nos dois sentidos, visto que, segundo

(1) C. Raymond Beazley — *O Infante D. Henrique*, p. 36.

Estrabão, chegou até à cidade de Peucolat, na Índia (1). Os Romanos, por seu turno, senhorearam vastas regiões asiáticas, contribuindo, igualmente, para mais vasto conhecimento do Oriente — do que Estrabão se faz intérprete.

Agora, com a presença dos Árabes no Ocidente, o saber antigo tomava maior expansão, acrescentado, naturalmente, com a experiência islâmica. As suas descrições ou relatos não forneciam, porém, grande soma de dados reais, embora chegassem para excitar a imaginação curiosa. Segundo Beazley, não foram notáveis os conhecimentos geográficos que transmitiram aos Cristãos, os quais também não fizeram progredir a geografia com as suas andanças pela Ásia.

«Desde a época de Justiniano e desde o advento do Islão, nos primeiros anos do século VII, a cultura geográfica da Cristandade caminha a par da sua contracção e aparente declínio. Há viajantes. Mas, nos 500 anos imediatos, não há teóricos, cosmógrafos ou cartógrafos do Universo ou Globo habitável». A Cristandade contentou-se com receber a geografia dos Árabes e as suas ideias do mundo em geral. Os próprios escritos de Ptolomeu e de Estrabão conheciam-se através das obras dos geógrafos árabes, dominando e abafando o renascimento católico e romano de Justiniano e de Heraclio (2).

Por outro lado, como o mesmo geógrafo reconhece, «toda a literatura de viagens nos séculos VII, VIII e IX nada de novo acrescentam» — Arculfo, que peregrinou pela Terra Santa e pelo Egipto; Vilibaldo que, durante dez anos, palmilhou a Palestina; Bernardo, «o monge francês» do Monte de S. Miguel, que não passou de Jerusalém. Foi a partir do século XI, depois da conversão da Hungria e da Escandinávia, quando a Europa se sentia unida, formando um bloco uno sob a égide da Igreja, que surgiram os grandes peregrinos, ao mesmo tempo que despontavam, ao longe, os Turcos, no remoto Oriente. Quer isto dizer que a Europa vai intensificar os seus conhecimentos das terras orientais, sobretudo pelos viajantes terrestres dos séculos XII, XIII e XIV, nomeadamente *Sevulfo de Worcester. Adelardo de Bath, Daniel de Kiev, Benjamim de Tudela* e *John de Plano Carpini.* Contudo, o primeiro ficou-se pela Terra Santa; o segundo, pelo Egipto e pela Arábia; e o terceiro cingiu-se à Palestina; o quarto, Benjamim de Tudela, calcorreou igualmente as terras do norte da península arábica. Com o franciscano Carpini ultrapassam-se os conhecimentos mediterrânicos. Enviado por Inocêncio IV aos Tártaros, no ano de 1246, passou

(1) Strabonis *Geographicorum Commentarios,* Basileia, 1523, p. 479.
(2) C. Raymond Beazley — *o. c.,* p. 48.

pela Tânia (Azov), por Quiev, «a metrópole da Rússia» e, por fim, chegou ao Volga, donde seguiu pelo mar de Aral até à corte do Grande Cam. Viu, pois, simplesmente, os grandes rios, os lagos e as montanhas da Rússia e do Turquestão. A obra que deixou — *Historia Mongalorum* (1) — descreve-nos, com bastante exactidão, os costumes e a história dos «Mongóis, a que chamamos Tártaros». Mas não alcançara a China dourada nem a Índia das drogas, ficando, pois, o seu livro reduzido à Ásia inferior.

Depois dele, partiu o flamengo Rubrusquis, até à capital mongol de Caracorum, enviado pelo monarca francês S. Luís, com a mesma missão de tentar a conversão dos Tártaros, sem qualquer resultado positivo, quer para esse propósito quer para maiores conhecimentos geográficos, e sem passar dessa cidade (2). Só com o pai e o tio de Marco Polo, Nicolau e Mafeo, viajantes ocidentais conseguiram chegar perto da muralha da China (segunda metade do século XIII), à corte de Cublai Cam, enviados pelo papa Clemente IV. Em 1271 voltaram a empreender nova caminhada, desta vez acompanhados de Marco, tendo atingido Cambalu (Pequim), a «princesa coroada, das cidades capital», onde foram levados à presença de Cublai Cam. Teremos oportunidade de apreciar, noutra ocasião, o itinerário de toda a viagem. Por agora, baste vincar que o relato de Marco Polo descreve as 34 províncias do império tártaro, incluindo as do Cataio e de Mangi, as costas e o mar da China e da Índia, com menção de várias ilhas, até a de Madagáscar — o que significa, na verdade, substancial avanço sobre conhecimentos que a Europa possuía dessas terras do Oriente. Beazley pensa mesmo que constitui «o primeiro relato cristão sério e directo da Índia e da China», cabendo-lhe ainda a glória de não se conhecer outro livro de viagens por terra que acrescentasse alguma coisa de positivo à cultura europeia antes do século XVI (3). Ao menos, é certo que nenhum contributo dos viajantes seguintes, até este século, o suplantou, porque nenhum conseguiu reunir soma de notícias que de longe se lhe pudessem comparar. Ambrósio Contareno, por exemplo, cuja relação no século XVI

---

(1) Impressa a primeira vez em 1598, por Hakluyt. — Na edição *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques et Discoveries of the English Nation*, vol. I, Glasgow, 1903, pp. 55 e segs., aparece com o titulo de *Libellus historicus*.

(2) *The Journey of William Rubruch to the Eastern Parts of the World; with two accounts of the earlier journey of John of Pian de Carpine* (trad. ing. de W. W. Rockbill), Hakluyt Society, 1900.

(3) Beazley — o. *c.*, p. 102.

também alcançou muita voga, saiu de Veneza em 1473, mas regressou quatro anos depois, sem ultrapassar a capital da Pérsia (1).

Todas estas notícias do Oriente circularam pela Europa no século XVI, podendo-se-lhes acrescentar as viagens do famoso médico inglês Mandeville (pseud. de Jean de Bourgogne), que viajou pela Terra Santa, Egipto e Ásia (Arménia, Pérsia, império dos Tártaros e Índia), permanecendo mesmo alguns anos na China, divulgadas com profusão, desde a 1.ª edição de Lyon, 1480: *ce livre est appellé Mandeville et parle de la terre de promission.* A fantasia inquina, porém, muitas notícias observadas *de visu.*

De menor projecção, pode ainda juntar-se-lhe Guillebert de Lannoy, que viajou até à Síria e ao Egipto nas primeiras décadas do século XV e antes visitara Portugal em 1408 e Santiago de Compostela, etc. (2); e, até, por ser o «hyspanus», e, portanto, mais próximo de nós, Luís de Ângulo, que deixou um *Librum de figura seu imagine mundi,* datado de 1456 (3). Embora este último não tenha viajado por aquelas terras, divulgou as informações colhidas nas obras anteriores, sobre as regiões do Extremo Oriente.

Dentre os Árabes, apenas vale a pena referir, como autor-viajante, Ben Batuta (m. cerca de 1330) que, durante trinta anos (desde Tânger, sua terra natal, donde partiu em 1325), peregrinou pelo Egipto, Palestina, Síria, Arábia, Pérsia, Tartária, Índia, Ceilão e Maldivas, mar Pacífico e China. Em África penetrou até Tombuctu, Mali e Sudão. A obra que nos legou, embora pràticamente desconhecida até ao século XIX, emparceira com os principais roteiros medievais (4).

Dentro do mesmo século XIV ocupa lugar de relevo, e talvez com mais plausível influência em Portugal, a Associação de Irmãos Peregrinos por Cristo em todo o Mundo, instituída em 1252 por Franciscanos e Dominicanos (5), que nos legou roteiros de terras orientais, por exemplo, o *Libro*

---

(1) *Il Viazo del Clarissimo Messer Ambrosio Contarini, Ambasciator dalla Illustrissima Signoria di Venetia, al Signor Uxuncassan, Re de Persia,* Veneza, 1543.

(2) *Guillebert de Lannoy et ses voyages en 1413, 1414 et 1421.* Commentés en français et en polonais par Joachim Lelewel, Bruxelas, s./d.

(3) B. N. Md. cod. 9267, que Ramón Fernández Pousa, director da Hemeroteca Nacional, desejou publicar. (Carlos Sanz — *B. A. V.,* Ultimas adiciones, vol. 1, pp. 23-25).

(4) Edição portuguesa: *Viagens extensas e dilatadas do célebre árabe Abu-Abdallad, mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta.* Traduzidas por José de St.º António Moura, Lisboa, Academia das Ciências, t. 1, Lisboa, 1840; t. 2, *ibd.,* 1855.

(5) Luca Wadingo — *Annales Minorum,* t. IX, pp. 117 e segs.; Marcelino de Civezza — *Storia Universale delle Missioni Francescane,* vol. I, pp. 461 e segs., e vol. IV, pp. 427 e segs., cit. por Dias Dinis — *As missões católicas na evolução politico-social da Guiné Portuguesa,* pp. 174-175.

del Conosçimiento de todos los reynos y tierras y señorios que son por el mondo y de las señales y armas que han cada tierra y señorio por sy y de los reyes y señores que los proveen, escrito por un franciscano español à mediados del siglo XIV, de um frade castelhano mendicante, nascido cerca de 1304-1305. Ficou manuscrito até ao século passado (1), mas não terá deixado de circular, pelo menos nas casas religiosas a que pertenciam os intérpretes. Hoje é motivo de críticas desencontradas (2), mas parece-nos que não vale mais nem menos que alguns dos anteriores — um Carpino, um Rubrusquis, um Mandeville que, a par de uns pormenores verídicos, nos proporcionam muita confusão e, pior do que isso, abundância de fantasias, exageros e claras falsidades, como prova suficiente do seu espírito de crendice e ausência total de crítica. Difere deles, porém, no facto de as viagens do frade serem hoje consideradas simples transposição de factos cerzidos a partir dos conhecimentos geográficos, possìvelmente colhidos nos mapas de então, tendo mesmo sido acrescentado depois de 1400. *El Libro del Conosçimiento* conta a aventura de Jean de Bethencourt às Canárias, com o propósito explícito de explorar as costas do cabo Bojador, sendo geralmente mencionado o seu testemunho a respeito de viagens pré-lusitanas nessas paragens. Mas o frade castelhano apresenta-se ainda como viajante pela Rússia, Índia, China, Java e África até ao golfo da Guiné. Além de 25 ilhas do Atlântico, também se aproveitou, por vezes, o que refere sobre os Açores, para contestar a prioridade da descoberta portuguesa desse arquipélago (3).

Entre os «señales e armas del libro del conosçimiento de todos los Regnos e tierras e señorios que son por el Mundo», não falta o escudo de Portugal.

Todo este conjunto, porém, revelando conhecimentos não desprezíveis, sobre o Oriente, ao passo que denuncia bastante ignorância dessas terras, manifesta também suficientes motivos de aliciamento — antes de se saber a influência que nestes pudesse ter tido — para a empresa que os Portugueses

---

(1) Ver Bibliografia.

(2) Charles de la Roncière — *Le Découverte de l'Afrique au Moyen Age*. t. 1, pp. 118 e segs.; M. M. Velho Arruda — *Collecção de Documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, pp. XLVI e segs.; R. Mauny — *Les Navigations médiévales sur les côtes sahariennes*, pp. 111 e segs.

(3) Sobre este ponto, ver Gago Coutinho — *A Náutica dos Descobrimentos*, 2.ª ed., 1.º vol., pp. 199 e segs.

empreenderam. É difícil documentar essa influência, talvez com excepção do livro de Marco Polo, servindo, pois, sobretudo, como ponto de comparação para com o que os Portugueses vão revelar à Europa culta.

2 — No mar e nas terras ignotas da África ao sul do Bojador e da América: trevas e monstros nas águas; esperança e poesia nos corações

Antes, porém, de nos impressionarem as terras longínquas e tão mal definidas do Oriente que se denominavam Ásia, despertaram real curiosidade as regiões e os mares fronteiros — o *Oceano Atlântico* nos dois sentidos, oeste e sul, visto o norte ser frequentado pelos barcos comerciais; e o *continente africano,* nas direcções sul e sudeste, uma vez que o norte e o nordeste se encontravam em contactos de ordem vária com a Europa. Sobre as águas pesava então a lenda do «verde mar das trevas» que os Árabes haviam propalado, sobretudo nessa extensão infinda que se adivinhava ao lançar os olhos para as partes ocidentais; nos lados do sul barrava a passagem o temido cabo Bojador, um pouco abaixo do cabo Não, de que corria na Península a incerteza de ser transposto. Aquele, porém, era tabu (1).

O geógrafo árabe do século XII, Ibn Edrisi (1099-1154), o «Ptolomeu árabe», perpetuara esses horrores. O primeiro clima começa a oeste do mar ocidental denominado *mar das Trevas,* para além do qual ninguém sabe o que existe (2). Nada se conhecia até ao momento em que os oito Aventureiros de Lisboa, todos da mesma família, se atreveram a desvendá-lo, não tendo, porém, encontrado mais que uma ilha Sâra, situada perto do Mar Tenebroso (3). Depois de navegarem pelo espaço de cerca de onze dias, encontraram-se num mar de que as ondas exalavam um cheiro fétido, escondendo numerosos recifes, muito mal iluminados. Receosos pelo perigo evidente, amuraram velas rumo ao sul e andaram mais doze dias, até pisarem terra na ilha dos carneiros, que pastavam em grande número, sem pastor. A carne, porém, era amarga e apenas lhes aproveitavam a pele.

---

(1) Sobre os monstros e as lendas que povoavam os mares e as terras, ver, entre outros, Beazley — o. *c.,* p. 29; Manuel Heleno — *Os Descobrimentos marítimos dos Portugueses e os progressos da Geografia,* pp. 20-21.

(2) *Description de l'Afrique et de l'Espagne,* par Edrisi, pp. 1 e 33 — Tradução em Oliveira Martins — *Os Filhos de D. João I,* vol. 2, p. 141.

(3) Edrisi — *Ibd.,* pp. 60, 63 e 223-225.

Fig. 1 — Fantasias de seres humanos do Oriente, antes da chegada dos Portugueses à Índia (Do *Livro das Maravilhas*, de Mandeville)

Fig. 2 — Como na Europa se figuravam, cerca de 1486, os habitantes da Índia — um sacerdote e um leigo. (*Bernard von Breydenbach and his journey to the Holy Land.* A bibliographie compilated, by H. W. Davies, Londres, 1911, pl. 37, segundo a edição de Mayence, 1486. *Apud* A. Kammerer — *La Mer Rouge — Les Guerres du Poivre,* 1.ª parte, t. II, Cairo, 1935, p. 26)

Doze dias depois avistavam outra ilha mais a sul, habitada por homens de alta estatura e cor «rousse», cabelos compridos. Foram presos para averiguações, que prestaram a um sujeito de língua árabe que os interrogou. O rei da ilha riu-se da aventura e lembrou-lhes que já o pai enviara escravos a desvendar o oceano, por que vagaram durante um mês, sem qualquer resultado positivo. Tal foi, igualmente, o saldo da viagem dos Aventureiros de Lisboa, que nada mais conseguiram do que confirmar a impossibilidade de navegar o Mar Tenebroso.

Para o sul, Edrisi tem escassas notícias do *Ghâna*, abaixo do grande deserto (Sara), cujos habitantes são muçulmanos, que se estende até ao Nilo (Niger), onde o rei possui um sólido castelo em que guarda um bloco de ouro de 30 libras de peso. Apenas duas cidades, nas duas margens do rio que não nomeia. Uma delas é a mais populosa e de maior comércio da região dos negros, a que vão ricos mercadores das regiões limítrofes e das terras do Magrebe ocidental. Destes recolheu estas poucas informações.

Também havia notícias vagas sobre expedições marítimas pelo Atlântico, na direcção do sul, para além das Canárias, como as do cartaginês Hanon (1) (século VI a.C.) e do veneziano Vivaldi (1291), que teriam passado para o sul do Equador. Mas nada se conhecia do triste fim que naturalmente sofreram. A cartografia fixara umas ilhas dispersas pelo oceano — de S. Brandão, Brasil, das Sete Cidades, Atlântida, Antilhas e todas as que certos críticos pretendem identificar com as do arquipélago dos Açores (2).

De forma que a herança árabe na Península nada oferecia de estimulante para se cortar o oceano medonho. Pouco lhes importava o mar, chegando mesmo os doutores do Alcorão a determinar que se privasse dos direitos civis quem quer que cometesse a loucura de embarcar para o desconhecido, mesmo com o imperioso intuito de cabotagem. A sua actividade comercial, aliás em contraste com as navegações no Índico e mares limítrofes, reduzia-se ao tráfego, a par das conquistas em terra (3).

---

(1) R. Mauny — *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes*, p. 85 — emparceira com outros escritores, na rejeição da viagem, tal como se aceitava e alguns historiadores modernos ainda patrocinam. Segundo Teixeira da Mota, que com ele concorda, «Mauny demonstrou que o afamado Hanon não passou do sul de Marrocos». (A. Teixeira da Mota — *Navegações dos Portugueses no Atlântico Norte nos séculos XV e XVI*, p. 3).

(2) Sobre navegações fantásticas deste período, ver Raymond Mauny — o. *c.*, pp. 102 e segs.

(3) Beazley — o. *c.*, pp. 29 e 31.

Contra este estado de espírito reagiram os nautas portugueses que, vivendo longos períodos do ano sobre as ondas do mar, tiveram curiosidade de topar as ilhas fantásticas, assinaladas em certas cartas. A âncora que os acompanhava era, na realidade, o símbolo da esperança que os espicaçava. Havia que caminhar para sul, quanto possível, à beira da costa, mas prevenindo a volta, que se sabia não ser possível pela mesma rota; e tentar descobrir aquelas terras isoladas no oceano que ninguém podia localizar perfeitamente. A breve trecho se compreendeu que a solução aproveitaria a ambos os casos, visto não ser viável o retorno da costa africana, senão pelo largo.

Foi assim que nasceu a navegação astronómica que, fora da vista da terra firme, apenas podia lançar mão dos astros, para se orientar. Implicava, porém, um outro problema não menos importante, qual era o de fugir às correntes e aos ventos que impeliam para o sul. Não bastou, como acentua o almirante Gago Coutinho, a utilização das caravelas com a operação de bolinar, quer dizer, cortar o vento, conseguindo-se apenas vencer a dificuldade pelo estudo seguido do regime dos ventos e das correntes (1).

Deste modo se ia encorpando a esperança, cor de esmeralda, de domínio dos mares, com o conhecimento progressivo desse regime uniforme que proporcionava a desejada segurança nos meios de determinar as coordenadas geográficas. Passou-se o Bojador e o velho Promontório Prasso, tão perto do golfo arábico, na concepção ptolomaica. E então mais se firmou a esperança que acalentava todos os portugueses. Conforme sublinha Valentim Fernandes, fazendo-se eco da euforia geral, ficou à vista a terra da Promissão. «Assy aconteçeo ao dito Rey dom Joham que do cabo de Boôa Esperança oulhou pera esta outra. Ó que cabo tam nobre, ó que renome de esperança, posto nom per humano entendimento, mas per divina providençia, profetizando Bertolomeo Dias, da vossa magnifica senhoria que *traz a dita esperança por divisa,* de ser digno, como Josue, de entrar em aquelle mundo novo, que bem podemos chamar a terra da promissão» (2).

O impressor alemão reflectia também a impressão geral dos largos «proveitos» que semelhante navegação prometia carrear para Lisboa, visto que já nesse começo do século XVI cá vinham comerciar gentes «de terras muy alongadas, scilicet, de Alemanha a Alta, do regno da Ungria, Bohemia, Polonia, Rossya, Tartaria».

---

(1) Gago Coutinho — *o. c.*, 1.º vol., pp. 128 e segs.

(2) Valentim Fernandes — *O Livro de Marco Polo.* Epístola sobre a tralladaçam.

Bartolomeu Dias, porém, desta vez, apenas foi picado pelo sentimento da imensa dor que suportou, ao ver submersas nas tormentas e na oposição da matalotagem, as esperanças fagueiras de atingir a Índia. Ao cabo pôs o epíteto de Tormentoso, mas D. João II sentiu a visão do caminho aberto e afagou a esperança desfeita do seu navegador, baptizando-o de cabo da Boa Esperança. Bem outro era o sentimento de Dias quando embarcou na frota de Pedro Álvares Cabral, que consigo levava a imagem de N.ª S.ª da Esperança. Ele e seu irmão deviam explorar outro veio dourado da esperança portuguesa — a Mina de Sofala, na costa oriental de África, já no oceano Índico, que banhava os portos indianos. De outra vez iria até lá! Mas nem esta segunda esperança conseguiu ter à mercê da mão. Depois de participar no descobrimento da nova terra de Santa Cruz, o oceano cortou-lhe a vida e a carreira das esperanças falhadas nas tarefas para que os reis o haviam escolhido, com especial confiança dos seus méritos de capitão intrépito.

Outros colheram o fruto do seu esforço. Vasco da Gama consumou a vitória da primeira esperança de Bartolomeu Dias. A segunda foi rondada por vários navegadores, devendo salientar-se, sobre todos, o nome de Pêro de Anhaia.

Sonhava-se, porém, já então, com um outro caminho, de que as descobertas de Colombo, a princípio, e a de Cabral, depois, podiam ser como que marcos semeados no mar, a indicar mudamente o rumo. Muita gente, dentro e fora da Península, alimentava a esperança de se toparem novas terras, essas não registadas nas obras geográficas, nem na escura legenda de *terras ignoradas*. O Oriente, aliás, na concepção de alguns, ficava a pouca distância da Europa, e talvez as terras achadas por Cristóvão Colombo fossem, de facto, como ele dizia, a parte ocidental da Ásia. Na realidade, como no século XIX frisava Malte-Brun, «Colombo e Vasco da Gama, passando as barreiras quiméricas que limitavam o saber dos antigos, destruíram, de um só golpe, os sistemas de Ptolomeu, de Estrabão e dos *outros geógrafos* da Antiguidade» (1).

Várias tentativas se ensaiaram, depois de descobertos os Açores, com Duarte Pacheco Pereira, os Cortes-Reais, entre os mais famosos, que não lograram satisfazer, em pleno, a esperança dos monarcas portugueses. A oferta do genovês, aluno esperto das experiências lusitanas, e as instigações de Toscanelli ou de Münster, não se amoldavam às esperanças dos dirigentes que, a partir das viagens de Dias e Pedro da Covilhã, concluídas

(1) Malte-Brun — *Histoire de la Geographie*, t. 1, p. 648.

com pleno êxito por Vasco da Gama, não trocavam o certo pelo incerto. As viagens para ocidente passaram a ocupar lugar secundário, na mente dos soberanos. A esperança da América e de caminho para a Índia pelo Ocidente ficara, no pensamento de D. João II e seu sucessor, envolta pela certeza do Oriente fascinante bem localizado, e do caminho experimentado que a ele conduzia. A exploração posterior nos mares do Sul, calcorreando as numerosas ilhas da Indonésia ou penetrando na China e no Japão, reduziu-se, afinal, a consequência necessária ou alargamento de um bem que se possuía. O assenhoreamento do comércio pelo domínio dos mares e das alianças com os diversos potentados, como o martirizante apostolado a Oriente e a Ocidente, e ainda a transmissão ou aquisição de cultura, para nós como para todos, de talhe tão exótico e aliciante, completaram, naturalmente, o quadro das empolgantes actividades que fascinavam, pelo heroísmo em terra e mar, pelo luxo e riqueza, pelo domínio e nobreza, deixando na sombra ou na penumbra os pontos dolorosos e as acções feias, estas impostas pelas circunstâncias e pelos hábitos do tempo, tanto entre cristãos como nos meios dos mouros e dos gentios.

Alcançara-se riqueza e poderio, mas também se desenvolvera a ciência e completara os conhecimentos do orbe. «Nós, conformando-nos com o que Afonso de Albuquerque viu e razão que lhe deram os mouros — explica João de Barros — e com a diligência que ele, D. João (de Castro), sobre isso fez, (no Mar Vermelho) e discurso de todalas navegações que antes e depois per ele fizemos, *toda outra opinião de gregos e romanos reprobamos,* pois não andaram com o estrolábio e sonda na mão, per este e per todolos outros mares per que navegámos, como os nossos mareantes têm feito» (1).

Com razão observa Mauny, depois de frisar o estado de conhecimentos do Oriente, por parte dos Muçulmanos e povos cristãos da Europa: «O desejo de aumentar os conhecimentos geográficos é, pois, um facto recente (...) que data do século XIV e, sobretudo, do XV» (2).

Este foi o fruto sazonado da esperança lusíada, ao menos aquele que perdurou e a história recolheu como benefício para toda a humanidade: o conhecimento científico do mundo ignorado que se submergia nas trevas para ocidente, do mar oceano e nas terras inacessíveis para a Europa culta, do Extremo Oriente. Para concretizar esta esperança, os Portugueses tiveram de aperfeiçoar os processos náuticos e dominar, em terra, as posições estratégicas que lhes oferecessem garantia de êxito. Este, o autêntico signi-

(1) Barros — *Déc. II*, p. 360.
(2) Mauny — *o. c.*, p. 80.

ficado da epopeia lusitana, de que as riquezas e vitórias bélicas, tão apregoadas na Europa, não passavam de miragem fugaz ou escassa recompensa, de que pouco mais se guarda que a saborosa ou invejosa lembrança.

3 — O gosto de dar publicidade: meios áudio-visuais (correspondência epistolar, pequena crónica manuscrita e impressa, embaixadas).

Mesmo nesses tempos remotos, a notícia passava de boca em boca e chegava aos confins da Europa, sobretudo as mais sensacionais, como a invasão dos Mouros na península hispânica e a vitória de Poitiers de Carlos Martel (século VIII) ou, bastante mais tarde, a queda de Constantinopla às mãos muçulmanas dos Turcos (1453). Os próprios monarcas as comunicavam uns aos outros, porque no momento de perigo da Cristandade, os príncipes europeus retomavam consciência da necessidade da unidade cristã em face do inimigo comum.

Por outro lado, as histórias dos Romanos e dos reis da Macedónia reproduziram-se nos *Scriptoria* dos frades ou em casa dos mais eruditos e eram lidas ou contadas, de geração em geração, nas linhas gerais, deixando em evidência os heróis mais esforçados, principalmente Alexandre Magno, a que se juntavam os vencedores da Reconquista cristã, como El Cid. Eram nomes de encanto, que se associavam aos lendários ou semilendários do Rei Artur e seus heróis da Távola Redonda, em demanda do Santo Graal. Os feitos de armas constituíam porventura a única força universal, nos momentos sossegados do dia-a-dia, em que a tempestade do fragor das armas se adivinhava muito longe, e mal se via quebrado por rixas pessoais ou por rivalidades, mais ou menos passageiras, dos senhores feudais.

Por isso, sossegados Mouros e Turcos nas posições que a Cristandade até aí lhes não soube disputar, a Europa só voltou a remexer-se quando começaram a soar os feitos de armas dos Portugueses no norte de África. Renovava-se, uma vez mais, a história de um povo pequeno que enfrentava o grande embate de forças poderosas, em condições arriscadas e de custoso empreendimento. E, de novo, o adversário era o Islão, que continuava de posse do túmulo de Cristo e exercia pressão, sempre que podia, sobre os cristãos que caíssem dentro da sua esfera de influência.

A admiração da Europa pelos feitos de armas lusitanas, com o rolar dos anos, provinha sobretudo do facto de ultrapassarem os de Alexandre

da Macedónia, a quem, na própria confissão de um dos seus lídimos representantes, faltou ainda acrescentar «outros mundos às suas vitórias» (1). Com a continuação dos êxitos em terra e mar, essa fama cresceu também, pelo facto de os Romanos não terem passado do norte de África ou do Egipto de Cleópatra e, no Oriente, da primeira Índia.

Falaremos de mais de uma publicação editada na Europa e deixaremos, para nova oportunidade, outras tantas, como o *Somario delle cose successe a Don Giovan di Castro, Governador del stato della India,* impresso em Roma, no ano de 1549.

O Português apareceu, assim, como gigante que podia servir os grandes ideais europeus: fornecia temas guerreiros para entretecer as imaginações esquentadas dos ledores de façanhas esplendorosas; podia ser o veículo da cultura ocidental, da mesma forma que o Árabe o fora da cultura grega e oriental; não deixaria certamente de levar a cruz de Cristo ao seio do agareno vencido e das populações gentias, por ele dominadas: e aliviaria os Cristãos da dependência económica dos Árabes, no que respeita às especiarias e outros produtos comerciais do Oriente. Esta vantagem, como se sabe, não era festejada por toda a gente, pois os Venezianos entendiam-se com o soldão do Egipto, dominador dos caminhos da Índia até ao Cairo e Alexandria.

Com o andar dos tempos, os comerciantes instalaram-se em Lisboa, na Madeira e nos Açores, vindo sobretudo da Alemanha e da Itália; os práticos da arte náutica dirigiam-se expressamente a Portugal ou ficavam na passagem para os portos atlânticos da França ou da Flandres; e os teóricos ou eram chamados ou apareciam a oferecer os seus serviços, ou então escreviam a aconselhar planos geniais e certos. Em lugar de relevo figuram os humanistas, que contavam os feitos, elogiavam os monarcas e perpetuavam, nas laudas da história, as façanhas heróicas deste povo. Ângelo Policiano há-de proclamar com veemência, a D. João II: «Vereis em vós o libertador da África, essa terceira divisão do orbe que, desde já, pelos vossos esforços, solta dos ferros dos bárbaros, exulta cada vez mais, com a esperança da completa liberdade». E, noutro passo, alargando o espaço das benfeitorias portuguesas: «Na verdade, que outra cousa nos fizestes vós, preclaro Príncipe, se não — *achar* seria expressão inadequada — *trazer* de trevas eternas e, quase diria, do antigo caos para a luz que nos ilumina, outras terras, outro mar, outros mundos e, em cabo, outros

(1) Carta de Policiano a D. João II, *in* Teófilo Braga — *História da Universidade de Coimbra,* vol. 1, p. 176, nota.

astros?»... «Senhor das chaves de um novo mundo, como que abrangeis em um punhado, os seus numerosos golfos e os promontórios e as praias e as ilhas e os portos e as praças e as cidades à beira-mar».

Várias foram as formas de expressão por que se divulgou na Europa este movimento extraordinário, que se impôs pela revolução provocada na vida social, económica e cultural. Podem-se, porém, condensar nos três grupos mais comuns: *visuais, orais* e *escritas*. As *visuais* manifestaram-se por meio do esplendor das embaixadas que ostentavam pessoas, animais e cousas de um exotismo singular e nunca visto. De algum modo, supriam a escassez de obras literárias que nunca abundaram. As *orais* revelaram nas assembleias motivadas pelas missões diplomáticas, inclusivamente nas embaixadas como nas aulas universitárias ou reuniões de amigos, em frases por vezes oratórias e sempre alicerçadas em substrato positivo, os factos verificados nos países distantes, que a Antiguidade desconhecia ou sobre que dispunha de escassa e incorrecta informação. A forma *escrita* foi, sem dúvida, a mais exuberante, quer por via epistolar, em que sobressaem, em derrame pela Europa, os comerciantes e espias estrangeiros que se estabeleciam na nossa praça; quer por pequenas notícias ou por narrações de regulares proporções, que os partícipes da aventura marítima tinham interesse em divulgar; quer ainda por meio de desenho de *mapas* legendados ou simples *gravuras de tipos de pessoas, de plantas* e *cidades* ou *fortalezas*, a princípio manuscritas e, pouco depois, estampadas pela imprensa.

Verificou-se, então, verdadeira corrida de angariação desses escritos, tomando certos editores a iniciativa de os reunirem em colectâneas impressas. O estilo destes escritos variava, naturalmente, conforme saía da pena de um humanista, de um cientista ou de um historiador, apresentando, no entanto, um fundo comum: humanidade e admiração. Pedro Nunes, por exemplo, ocupado em estudar os problemas matemáticos relacionados com a navegação, deixou a sua visão da proeza portuguesa nos mares, essencialmente diversa da de Camões, ou mesmo de um João de Barros, Castanheda ou Gaspar Correia. Como teórico da arte de navegar, desenvolve, em frases gráficas, o sucedido por esses oceanos fora, evocando o testemunho de todos e deixando bem vincado o destemido e sofredor carácter do português que empreendeu tão sobre-humana empresa em bases científicas.

«Ninguém há hoje que não saiba como são admiráveis as navegações realizadas neste século pelos Portugueses, que atrevendo-se a sulcar o Oceano, descobriram novas ilhas absolutamente desconhecidas da Antiguidade, novas costas, novos mares, povos novos e nunca vistos. Não os amedrontou o enorme calor da zona tórrida nem o incómodo frio da zona

gélida; e, em contínuas viagens, por tanto tempo navegaram que, ultrapassando a equinocial e dobrando esse enorme promontório de África que chamam cabo da Boa Esperança e encontrando-se novamente no mar boreal, passaram o mar etiópico que fica na Troglodita, o Arábico, o Pérsico e entraram alfim na Índia. Desse modo alcançaram o que havia muito esperavam: além-Ganges, além-Taprobana, região dos Chineses e ilhas para o nascente do Sol. Nada disto fizeram temeràriamente, nem descobriram por acaso. Manejavam instrumentos astronómicos nas observações dos astros; tábuas do movimento do Sol e da Lua, determinadas pelos Matemáticos com números e ciência certa e, ainda por cima, esse vivo e divino órgão desconhecido dos antigos, a que chamam agulha náutica» (1).

Os cientistas europeus, em geral, acreditaram na nova ciência geográfica, até porque havia estrangeiros que acompanhavam os nautas portugueses, umas vezes como simples viajantes, outras mesmo como navegadores. Uns e outros souberam aproveitar-se dessa feliz circunstância, para difundirem, pela Europa, embora em tímidas correcções dos seus escritos, tudo quanto haviam podido ver e anotar.

No que concerne ao primeiro aspecto da difusão, as embaixadas a Roma assumiam feição de espectáculo, constituindo, sem dúvida, autêntica propaganda geográfica ao vivo, que impressionava visualmente os espectadores e os levava a espalharem as novas aos quatro ventos, por toda a Terra. Decerto não era este o fito primário das embaixadas. Roma continuava a ser o centro do mundo culto, cabeça da Cristandade, assente na antiga capital do prestigioso império romano, cuja hegemonia no campo do Direito e da cultura em geral não se apagara ainda. Portugal sabia isso perfeitamente, e aproveitou-se dessa circunstância, deslumbrando a Corte Pontifícia com embaixadas sucessivas, à medida que ia descobrindo terras novas, com gentes, flora e fauna desconhecidas. Serviu-se, porém, não dos grandes momentos do triunfo da náutica, pròpriamente dita, como foi o dobrar os cabos Bojador e da Boa Esperança ou o das viagens ao largo da costa, mas das ocasiões em que contactou amigàvelmente com outras etnias e, deste modo, difundiu conhecimentos geográficos novos.

Essas oportunidades condensam-se em quatro grandes momentos. Três mereceram as honras de embaixada a Roma: a entrada no *Congo*, na *Abissínia* e na *Índia*. A do Congo chegou a Roma em 1513, composta de negros de sangue real — D. João e D. Henrique e mais onze africanos. A da Índia, levada por Tristão da Cunha (suspeitamos que nela se terá

(1) Pedro Nunes — *Opera*, Basileia, 1566, p. 13.

integrado alguém da comitiva de Mateus, embaixador da Abissínia, que chegou a Lisboa em 1513), saiu de Lisboa neste mesmo ano e desfilou, com todo o fausto conhecido, a 12 de Março de 1514. A da Etiópia, com o P.e Francisco Álvares, tendo entrado no Tejo em 1515, só partiu e chegou à Cidade Eterna no ano de 1532. Faltou embaixada após a descoberta do *Brasil*, cremos que pela ausência de um poder político local majestoso, que se pudesse arvorar como prestígio dos nossos contactos. A estas se deve agregar uma outra, que veio mais tarde, das terras do Sol Nascente, constituída por quatro japoneses que, partindo do Japão em 1582, entraram em Lisboa em 1584 e atingiram Roma no ano de 1585.

Estes vários momentos definem outras tantas posições geográficas, inteiramente ignoradas na sua autêntica realidade, e, por isso, a sua revelação impressionou tanto o mundo, como se apalpa, até mesmo num rápido olhar pelas publicações que circularam na Europa.

A embaixada da Índia, em que figurava o primeiro elefante indiano que passeou pelas ruas de Roma, foi, de todas, a mais faustosa, ostentando prendas de alto valor exótico — um manuscrito chinês, papagaios, galinhas da Índia, porcelanas da China, um pontifical recamado de pedras preciosas, uma onça, um cavalo persa. Roma e as terras vizinhas despovoaram-se para ver o elefante. «Nem se alembram os homens que de cem annos a esta parte tanta gente junta se visse em Roma» (1). Como informa Tristão da Cunha «nossa entrada em Roma, segundo todos dizem, foy a mais honrrada e a mais rica embaixada que nunca entrou em Roma» (2). Mas nem por isso se nos afigura mais importante que as demais, porque, na verdade, todas elas tiveram o condão de revelar, aos olhos ávidos de saber dos renascentistas, o mundo novo que Colombo e Vespúcio não haviam anunciado e, afinal, patenteavam, cada uma de per si, mesmo sob o ângulo antropológico, interesse e novidade igualmente espectaculares. Os aspectos geográfico, étnico e económico apareciam assim, como que em reduzida feira de amostras, simplesmente esboçados, mas de forma bem concreta e impressionante.

Estas embaixadas eram reflexo de intensa acção diplomática desenvolvida nessas terras de além-mar e, de ordinário, pura extensão de outras enviaturas diplomáticas dos reis nativos aos centros de acção dos Portugue-

---

(1) *Carta de Nicolau de Faria a El Rei*, de 18 de Março de 1514, in *Corpo Diplomático Portuguez*, 1.º vol., p. 238.

(2) *Carta de Tristão da Cunha ao Secretário de Estado*, de 11 de Abril de 1514, *Ibd.*, p. 243.

ses. Exemplo frisante foi, decerto, o rinoceronte que, em 1514, o rei de Cambaia ofereceu a D. Manuel, que também o remeteu para Roma.

Num campo de tão vasta epopeia, muitas outras ocasiões surgiram de patentear as novas terras orientais, seus usos e costumes, de preferência, desta forma visual que, naturalmente, não dispensava a missiva escrita, endereçada ao Sumo Pontífice, que de si provocava manifestações públicas. Isso mesmo aconteceu por ocasião da conquista de Malaca, comunicada ao papa Leão X, por D. Manuel, em carta de 6 de Junho de 1513. O Pontífice, em acção de graças pela vitória das armas cristãs contra os infiéis, mandou celebrar missa solene, encarregando o humanista Camilo Porzio de tecer pùblicamente o elogio do monarca português e pôr em relevo os serviços prestados à Igreja. Nas ruas de Roma acenderam-se fogueiras, em sinal de regozijo, a que o povo se associou alegremente.

Em Lisboa, então capital dos produtos orientais, puderam nacionais e estrangeiros observar, pouco depois da descoberta, os primeiros habitantes das novas Terras de Santa Cruz (Brasil), originalmente ornados com penachos luzentes na cabeça, anéis nos lábios furados e no nariz, com pinturas vermelhas na pele bronzeada de todo o corpo. Dançavam e atiravam flechas com precisão, como Damião de Góis pôde ver, anos mais tarde, quando em 1513, contava ele 11 anos de idade, se exibiram em Santos-o-Velho, perante a Corte de D. Manuel (1). Os três homens acabados de chegar do Brasil estavam vestidos de penas, «com has façes, beiços, narizes, orelhas cheos de grossos pendentes». Acompanhados de um «homem portugues que sabia ha lingoa», cada um trazia seu arco e flechas, tendo causado admiração quando alvejaram uns pedaços de cortiça do tamanho da palma da mão que, na maré vazante, desciam preguiçosamente o Tejo. «A quantas dellas tiraram, indo pela aguoa abaixo, pregarão em cada uma sua frecha sem errarem nenhum tiro, ho que eu vi».

A exibição destes espécimes exóticos tornou-se frequente em Lisboa e serviu, por vezes, em solenidades, como na ocasião em que Filipe I visitou Portugal (2). Os jesuítas de S. Roque levaram à cena uma trágica comédia latina, com coros em português e línguas nativas do ultramar, aparecendo, por exemplo, a figura do Brasil, com um coro de tapuias e aimorés, cantando e bailando (3). E quando Veneza, reincidindo nas arremetidas

(1) Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, 1.ª parte, Coimbra, 1949, p. 131.

(2) Alfonso Guerreiro — *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada del Rey D. Philippe 1.º de Portugal*, Lisboa, 1581, capítulos XIII e segs. (representação cénica da descoberta e feitos em geral, no Oriente, incluindo Etiópia) até XXIII (Brasil).

(3) Sousa Viterbo — *Estudos sobre Damião de Góis*, Coimbra, 1900, pp. 68-69.

para adquirir o monopólio das especiarias trazidas da Índia pelas naus portuguesas, mandou a Lisboa o embaixador Alessandro de Pésaro, já em 1521, levou de volta, além de duas baixelas de cristalino oferecidas pelo rei e pela rainha, «hum presente de todalas speçiarias e drogas, assi sequas quomo de conserva e algumas peças de seda e brocadilho e outras gentilezas que vêm da India» (1).

Em quase todas estas oportunidades, os homens de letras e da arte — poetas, pintores, dramaturgos, como veremos — juntaram seu entusiasmo ao dos comerciantes e políticos e exprimiram, a seu modo, a satisfação que se lhes apossara da alma.

No sector da expressão oral, os conhecimentos geográficos divulgavam-se não só em orações solenes dos embaixadores — Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Pacheco, mas também através do ensino universitário de geografia. No século XVI, este ensino utilizava, naturalmente, as ideias ptolomaicas e ministrava-se, quer pelo comento directo da geografia do astrónomo e geógrafo alexandrino (2), quer por meio dos seus comentadores, bem como pelo texto de João de Sacro Bosco, geralmente glosado ou exposto por professores eminentes, como é o caso dos matemáticos Pedro Ciruelo, Pedro Nunes ou Cristóvão Clávio (3).

Veremos que um mestre português de filosofia em França — João Ribeiro — até em carta para um amigo recorda o progresso náutico dos Portugueses. Os universitários tinham melhor ensejo de ouvir os mestres se ocuparem da náutica dos Portugueses e dos novos conhecimentos geográficos na aula que os Estatutos manuelinos (4) designam por «Philosophia Natural», ou no curso das sete artes liberais, no Quadrívio, que incluía as disciplinas de geometria e astronomia (5), agregadas no ensino universitário, pelo infante D. Henrique, em 1431 (6).

Um século mais tarde, o ensino mantinha-se nas linhas essenciais quanto a programas, embora o ambiente geral fosse acentuadamente mais

---

(1) D. Góis — *Crónica de D. Manuel*, 4.ª parte, p. 220.

(2) Nesta época, tem-se o cuidado de provar que são uma e a mesma pessoa.

(3) O *Tractado da Sphera*, de Pedro Nunes (Lisboa, 1537), é a tradução da obra de Sacro Bosco — *Tractatus de Spera Mundi*, cuja primeira edição saiu em Ferrara, 1474.

(4) Texto publicado por J. de Carvalho, em Francisco Leitão Ferreira — *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, 1.ª parte, pp. 768 e segs.

(5) Ver, por exemplo, Aurélio Cassiodoro — *Disciplinarum Liberalium Orbis*, Basileia, 1528.

(6) Joaquim de Carvalho — *Instituições de Cultura*, pp. 247-248; A. Moreira de Sá — *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, 1960, pp. 65-66.

científico. A *Oração* de sapiência proferida por André de Resende no início do ano universitário de 1534, traça «como que um panorama científico da Universidade de Lisboa» (1). O mesmo se poderia dizer a respeito da *Oração* de Jerónimo Cardoso, que percorre, em idêntico estilo, as disciplinas ensinadas, para terminar: «Eis que, de qualquer modo, vos mostrarei, vigilantíssimos jovens, os átrios formosíssimos de todas as ciências. A vossa tarefa agora será porfiar e aplicar todas as diligências, para que sejais recebidos em seus amantíssimos aposentos íntimos» (2).

Este ambiente científico, em que certamente tinham guarida as descobertas dos nossos navegantes, preserverou nas escolas e, por isso, Dainville o foi surpreender em cadernos escolares de alunos jesuítas parisienses (3) e nós já sublinhámos no curso filosófico dos Conimbricenses (4). Os programas eram iguais em todos os colégios da Companhia de Jesus e, por vezes, como no caso do referido curso filosófico, os mesmos textos de estudo. «Em Coimbra, Ingolstat, Viena, Colónia, Wurzbourg liam-se matemáticas à moda de Roma» (5), a que se deve acrescentar a aula de Esfera, do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, fundada em 1553.

Na mesma linha de expressão oral, os humanistas, de cariz mais literário, apoderaram-se do Oriente e sua descoberta pelos Portugueses, como novo tema, de fascinante beleza, que se abordava não só em livros de prosa, mas também como tema poético e não raro servia de conversa nas tertúlias. Foi assim que, um dia qualquer da primeira década de Seiscentos, conversavam em Nápoles, entre outros, três humanistas frequentadores da Academia Antoniana (Pórtico Antonino): o poeta Giovanni Joviano Pontano (6), Fr. Marco Beneventano e o faceto Pedro Comproni (?). Pontano anunciou ter ouvido dizer que os Portugueses conduziam, de Calecute, navios

---

(1) J. de Carvalho — *o. c.*, p. 265 — Publicada por A. Moreira de Sá: *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*, trad. de M. Pinto de Meneses, Lisboa, 1956.

(2) Jerónimo Cardoso — *Oração de Sapiência, proferida em louvor de todas as disciplinas*, trad. de Miguel Pinto de Meneses, introdução de Justino Mendes de Almeida, Lisboa, 1965, p. 143.

(3) P. de Dainville — *Les découvertes portugaises atravers des cahiers d'écoliers parisiens de la fin du XVIe siècle*, in V Colóquio Intern. d'Histoire Maritime.

(4) A. A. Andrade — *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, pp. 69 e segs.

(5) Dainville — *La Geographie des Humanistes*, p. 42.

(6) Autor de *Urania seu de stellis... Meteororum... De hortis hesperidum... Lepidina... Meliseus, Malon, Acon, carmina pastoralia*, Florença, 1514 (*Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 1970, p. 492). Sobre o poeta, ver C. M. Tallarigo — *Giovanni Pontano e i suoi tempi*, 2 vols., Morano, 1874, e G. Saita — *L'Humanesimo*, Milão, 1961, pp. 645-692.

carregados de especiarias, o que decerto ocasionaria sérias dificuldades ao comércio de Veneza. Apressou-se Comproni a sossegar os ânimos, por saber que os Portugueses às vezes eram muito mentirosos e palavrosos. No entanto, acrescentou, embora em tom de facécia, que doravante não seria mais lícito falar de geografia como até aí.

O episódio narrado por Marco Beneventano, monge celestino (1), dá-nos alguma proporção do alvoroço que a Europa culta experimentou, entre outros, no aspecto da ciência geográfica. Os Portugueses haviam desvendado o Globo, mas as notícias nem sempre corriam com a fidelidade e os pormenores desejados e a confusão espalhou-se por toda a parte, de envolta com o cepticismo de muitos. Não faltava quem apodasse os Portugueses de mentirosos e gabarolas e, na verdade, as maravilhas descobertas, mesmo que não tivessem sido exageradas por alguns, traziam visos de inacreditáveis. Mas, de uma maneira geral, os humanistas deixaram-se penetrar pela boa nova. Ângelo Policiano, entusiasmado, como vimos, projectou escrever a história das navegações portuguesas. Um vate romano, cujo nome se ignora, quase se limitou a decalcar a prosa da carta em que D. Manuel comunicava ao Papa a conquista de Azamor por parte dos Portugueses, parecendo assim justificada a acusação, aliás formulada também pelos próprios Portugueses, desde os inícios dos Descobrimentos, de que a euforia dos campos de batalha não permitiu lançar ao papel os resultados das estonteantes descobertas geográficas. Garcia de Orta frisava: «Verdade he que os Portuguezes não sam muyto curiosos, nem bons escritores: sam mais amiguos de fazer que de dizer» (2). E Garcia de Resende: «a natural condiçam dos Portugueses he nunca escreverem cousas que façam, sendo dignas de grande memória» (3). Os Portugueses terão ido à Índia sòmente em busca de especiarias e apenas deixado, diz-se por vezes, os isolados *Livro* de Duarte Barbosa e *Suma Oriental* de Tomé Pires. À pouca inclinação para escreverem, alia-se a política do sigilo, não consentindo esta que se divulgassem e aquela que nem sequer se redigissem relatos com qualquer espécie de notícias.

Longe de nós o propósito de contraditar em absoluto qualquer das duas acusações que pesam sobre os nossos antepassados de Quatrocentos e

---

(1) *In* Ptolomeu de 1508, a que nos referiremos, com mais desenvolvimento, no lugar próprio.

(2) Garcia de Orta — *Colóquios dos Simples* (ed. Conde de Ficalho), Lisboa, 1895, 2.° vol., p. 248.

(3) Garcia de Resende — Prefácio do *Cancioneiro Geral*, Lisboa, 1516.

Quinhentos. Contudo, algumas restrições se impõem. E, antes de mais, lembremos — e no decurso dos seis capítulos se verá individualmente — que os capitães das armadas levavam sempre um regimento, com cláusulas expressas de observarem, averiguarem a espécie de gente e de terras, bem como as condições de vida material e espiritual. Perderam-se muitos desses relatórios e nenhum, que saibamos, se publicou na íntegra. Mas serviram de base para diversas informações que passaram as fronteiras, nomeadamente cartas dos monarcas para outros soberanos e para o Papa.

Numa primeira fase, é certo que nenhum português se abalançou a escrever obra literária sobre a empresa marítima, aparecendo um pouco tardiamente um Damião de Góis, um Francisco Álvares, um Castanheda, um Barros, um Osório — os mais significativos que foram divulgados pela imprensa. Mas, antes deles, já alguns observadores haviam lançado ao papel dezenas de obras, de tamanho e mérito diversos, umas vezes por si mesmos, outras comunicando o seu testemunho a estrangeiros amigos. Simplesmente, grande parte dessa produção não era literária, nem se destinava ao público.

Diogo Gomes confia a sua experiência ao alemão Martin de Béhaim, tal como Duarte Lopes, bastante mais tarde, ao italiano Filippo Pigafetta. Tomé Pires, Duarte Barbosa, Duarte Pacheco Pereira reconhecem a falta de dotes literatos, mas não resistem ao impulso de escreverem, de qualquer forma, o resultado da sua observação.

Duarte Barbosa, por exemplo, constitui um caso bem significativo e o melhor desmentido dessa fama: «Tendo eu, Duarte Barbosa, natural da muito nobre cidade de Lisboa, navegado grande parte da minha mocidade pelas Índias descobertas em nome de el-Rei nosso senhor, e tendo viajado por muitos e vários países vizinhos à costa, e visto e ouvido várias cousas que julguei maravilhosas e estupendas, *por nunca terem sido vistas nem ouvidas por nossos maiores, resolvi-me a escrevê-las* para benefício de todos (...), trabalhando por declarar em este meu Livro os lugares e limites de todos aqueles reinos aonde estive pessoalmente ou de que tive informações dignas de fé e, bem assim, quais sejam os reinos e países de mouros, quais os de gentios e os seus costumes» (1). Outros exprimiam-se como sabiam.

Já Afonso de Albuquerque se refere a cartas dos que labutavam na Índia, para «seus pais e suas mães e a suas mulheres e a seus filhos» (2).

---

(1) Duarte Barbosa — Prefação, do *Livro do que viu e ouviu no Oriente*, que só aparece na edição de Ramúsio.

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque* (ed. Sá da Costa), Lisboa, 1942, p. 139.

Hoje desconhece-se o paradeiro desta correspondência que, naturalmente, foi destruída depois de cumprir a função primária que lhe havia sido confiada. E, assim, vemo-nos forçado a recorrer a escritos de outra espécie, devidos aos técnicos da marinharia, que se não destinavam ao público em geral e de que o tempo poupou alguns exemplares.

Entre elas figuram todas as espécies de estudos dos oceanos que a empresa reclamava. Os Roteiros, que ainda se conservam em abundância suficiente para se apreciar convenientemente o esforço empreendido (1); os Regimentos de Évora e de Munique; as obras de D. João de Castro e Pedro Nunes, constituem exemplos frisantes da bibliografia científica que a Europa mal conheceu e, sobretudo, não conheceu regularmente, ao mesmo tempo que se apercebeu de determinadas relações de viagens, de carácter mais ou menos geográfico, mais ou menos etnográfico, mais ou menos económico. Em princípio, ninguém divulgaria a forma prática de atingir as novas regiões, até porque se entendia, sem discrepância dos participantes, que elas ficavam a pertencer ao povo descobridor.

Podia-se, no entanto, espalhar a notícia sem trair o Rei. Cremos ser aplicável este princípio aos próprios escritos de Américo Vespúcio. D. Afonso V, ainda em vida do Infante, mandou escrever a Crónica do tio e encomendou, no estrangeiro, as tapeçarias que perpetuaram os seus feitos no norte de África. D. Manuel, que colocou os produtos chegados da Índia na feitoria de Flandres, em mais de uma oportunidade irá difundir as glórias dos seus nautas e dos seus guerreiros, em terras de além-mar. Deu-se, por exemplo, publicidade à viagem de Cabral, que também chegou à Europa por via do Cairo, ao referir o massacre, em Calecute, de 30, 40 ou 70 portugueses. Omitiu-se, porém, na *Relação do Piloto anónimo*, o trajecto da viagem das ilhas de Cabo Verde até ao Brasil. Greenlee notou a falta e supõe que terá sido resumida na tradução do original português. Não estará, no entanto, precisamente aí, a maneira significativa de como os Portugueses ocultavam e a medida em que revelavam ou deixavam revelar? Não se via mal de maior em dar publicidade aos novos contactos com povos ignorados ou mal conhecidos, ou anunciar o êxito da empresa que conseguira, alfim, vencer os obstáculos que se erguiam como insuperáveis à navegação.

Os estrangeiros não necessitavam, porém, do estímulo dessas notícias escritas autorizadas, para procurarem saber de quanto se passava no extremo

---

(1) Ver A. Fontoura da Costa — *Bibliografia náutica portuguesa até 1700*, in *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1960, pp. 409 e segs.

ocidental da Europa, e acorreram, para comprar e para espiar. Por todo este conjunto de circunstâncias, as descobertas geográficas foram recolhidas, sem grandes demoras, na cartografia europeia. Com efeito, os estudiosos deste género de informação reconhecem, de uma maneira geral, a origem portuguesa, quando não a própria feitura, dos portulanos, planisférios e demais espécies de mapas que ostentam as novas terras do Globo.

A informação geográfica quinhentista, por portugueses ou por estrangeiros, muito ajudada pelo desenvolvimento progressivo da imprensa, assume dois aspectos complementares: o da simples divulgação de textos, com as novidades das descobertas; e o do aproveitamento dessas notícias no corpo orgânico das Cosmografias que, a pouco e pouco, hão-de substituir os velhos mestres. Pode dividir-se em cinco períodos distintos, seccionados pelo aparecimento da obra-base que vai imprimir notável avanço na informação geográfica impressa.

O primeiro começa com as primeiras epístolas impressas de navegadores (Colombo e Vespúcio) e com as cartas dos reis e demais correspondência particular, que abrem o espectáculo sensacional das novas descobertas, à Europa descuidosa.

O segundo inicia-se com a primeira colecção de notícias, em 1507, publicada em Vicenza, por Fracon da Montalboddo — *Paesi novamente retrovati,* logo traduzida para latim, francês e alemão. Inclui as viagens de Cadamosto e Pedro Sintra, etc. A este mesmo período pertence a segunda grande colecção, de Grineus que, depois da apresentação, abre com textos sobre *Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum* (Basileia, 1532); a de Sebastião Münster, que alcançou várias edições no mesmo ano. Encerra este período, precisamente no meio do século, a *Chorographia* de Münster, pesadamente velha, se bem que com assomos de novidades, em capítulos acrescentados no fim do volume. Embora cronològicamente de outros períodos, aqui se deviam juntar certos geógrafos e historiadores que utilizaram este mesmo critério.

Principia então o terceiro período, com a nova colecção *Delle Navigationi et Viaggi* (1550), de Giovanni Baptista Ramusio. Esta é a grande fonte donde dimanam as múltiplas cosmografias actualizadas que, apesar disso, não são notáveis. Nova soma de notícias chegaram então do Brasil, da Índia, do Japão que, em português, espanhol, italiano e latim, se imprimiram em Lisboa, Coimbra, Roma e Veneza, com os títulos de *Cartas, Avisi, Diversi Avisi* e *Nuovi Avisi.* Espalhavam informações da acção missionária dos Jesuítas, mas também revelavam dados geográficos e etnográficos. Estas publicações hão-de continuar nos períodos seguintes.

Até que, em 1575, surge o quarto período, com a *Cosmographia Universalis*, de François de Belle-Forest que, começando por reeditar em francês a *Cosmografia Universal* de Münster, primeiro que ninguém aproveita, numa tentativa de síntese, os múltiplos escritos de Relações e viagens que a imprensa havia divulgado largamente. Neste período editaram-se, em línguas da Europa, Castanheda e Barros em francês, não obstante de Hallam (1), na sua *Histoire de la Littérature de l'Europe*, afirmar peremptòriamente que as obras de ambos nunca foram traduzidas (2).

O 1.º volume de Castanheda, em versão francesa de Grouchy, apareceu em Antuérpia e em Paris, 1553, e de novo, também em parte, por S. G. S., juntamente com a obra *De Rebus Emmanuelis*, de D. Jerónimo Osório, em Paris, 1581 (3); em espanhol — *Historia del Descubrimiento y Conquista de la India por los Portugueses* — editou-se em Antuérpia, 1554; em italiano — *Historia dell' India Orientali scoperte e conquistate da Portoghezi di commissione dell' invitissimo Re Dom Manuello di gloriosa memoria*, 2 vols., em Veneza, 1578; e em inglês, em Londres, no ano de 1582, por Nicholas Lichefield — *The first book of the historie of the discoverie and conquest of the East-Indies* (4).

As duas primeiras Décadas de João de Barros foram trasladadas para italiano por Alfonso Ulloa — *L'Asia* (...) *nuovamente di lingua porthogese tradotta* — e impressa em Veneza, 1561, de que saiu nova tiragem em 1562, aliás igual à anterior.

A Etiópia constitui, de algum modo, caso à parte, porque, se as notícias mais sensacionais apareceram impressas dentro do segundo período, é só no terceiro que se encontram aproveitadas em obras de cosmografia, em parte através de Ramúsio. As traduções da obra de Francisco Álvares durante o século XVI, estamparam-se em Veneza, 1550 (italiano); León, 1556 (francês); Antuérpia, 1557 (castelhano); Antuérpia, 1558 (francês); Saragoça, 1561 (castelhano); Eisleben, 1566 (alemão); Francfort, 1567 (alemão); Toledo, 1588 (francês).

---

(1) Citado por Inocêncio — *Dicionário Bibliográfico*, II, p. 285.

(2) T. 2, p. 353, da versão francesa, Paris, 1840.

(3) Kopke assevera que Barbosa Machado é inexacto, pois a versão de S. G. S., «aproveitando-se dos 12 livros de Osório, recorreu sòmente aos últimos de Castanheda, como verificámos» (*Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, Porto, 1838, pp. 127-128).

(4) H. Ternaux-Compans — *Bibliothèque Asiatique et Africaine*, n.º 517.

O quinto período compreende dois sentidos no mesmo tempo: fim do século XVI e princípio do seguinte, com notícias dos Holandeses e com informação portuguesa, sobretudo missionária, do Extremo Oriente, de um modo geral, a respeito da China e Japão.

Este volume de *Mundos Novos do Mundo* não preenche sequer os dois primeiros períodos, visto terminar, como já anunciámos, no fim do reinado de D. Manuel. Convinha avançar mais, porque as descobertas geográficas portuguesas não acabaram aí, e documentação não falta. Se nos for possível, este novo período constituirá um segundo tomo, de não menor interesse que este primeiro.

CAPÍTULO I

Sob o signo da Ínclita Geração: pela costa ocidental de África, em busca do Oriente

1 — Portugal no conjunto dos povos marítimos, antes da passagem do Bojador

1.1 — *Primeiros passos no mar, vistos por estrangeiros, e seus reflexos na Cartografia.* — A independência de Portugal não passou despercebida nas principais cortes da Europa, desde o momento em que D. Afonso Henriques foi proclamado rei e procurou firmar o novo Estado, contra as forças de Leão, de que se desagregara, e as do Islão que, desde a derrota de Navas de Tolosa (1212), apenas senhoreava, na Europa, o Sul da Península Ibérica. O auxílio dos Cruzados — ingleses, alemães, flamengos, franceses e húngaros — na tomada de Lisboa (1147), de Alcácer do Sal (1158) e Silves (1189), retumbou, naturalmente, pelas respectivas cortes. Por outro lado, Roma aceitara a vassalagem do monarca português (1179) que, deste modo, alinhou a par dos demais reinos europeus. Uma ideia ficava, pois, bem clara na memória de todos: um povo valentemente guerreiro e profundamente cristão vivia, autónomo, no extremo ocidental da Europa.

É natural que estes contactos directos com os demais povos despertassem, para viagens de maior curso, as fainas piscatórias costeiras, em geral primeira escala náutica das gentes ribeirinhas, e fomentassem o intercâmbio comercial, nos dois sentidos de exportação e importação. Alberto de Sampaio supõe, com razão, que os Cruzados nos proporcionaram noções de geografia comercial, ideias exactas sobre os povos do Norte da Europa e do Levante, bem como dos produtos mercadejáveis entre uns e outros (1).

Quanto a História conseguiu já apurar, as relações comerciais de Portugal com as restantes nações europeias ascendem à segunda metade do século XII, com a França e a Flandres e, aos primeiros anos do século XIII, com a Inglaterra (2). Com a Itália e a Alemanha, parece que apenas nos

---

(1) Alberto de Sampaio — *Estudos Históricos e Económicos*, I, p. 304.

(2) Gama Barros — *História da Administração Pública*, IX, pp. 313 e segs., e X, pp. 208, 221 e 281. — Ver também o quadro mais sintético traçado por Rosalina da Silva Cunha — *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1.ª Dinastia*, Lisboa, 1954, e por Luís de Albuquerque — *Introdução à história dos Descobrimentos*, pp. 3 e segs.

séculos XIV e XV (1). Não existe crónica coeva que nos transmita a sucessão completa dos acontecimentos, mas alguns factos dispersos podem servir para determinar os primeiros passos que os Portugueses deram no Atlântico. Apesar da escassez documental, ainda se consegue ligar a sua presença através de todos os reinados da dinastia que precede os Descobrimentos.

Vestígios de barcos portugueses encontram-se no nosso litoral, desde o Condado Portucalense, em seguimento de tradição bastante anterior, por parte dos povos que ocuparam ou visitavam a faixa ocidental da Península Ibérica. Na tomada de Lisboa assinala-se a morte do *alcaide das galés reais* («rector de galeata regis»), ocorrida num dos assaltos (2). Debaixo de suas ordens militavam o espadaleiro, o proeiro e petintal, a que se referem os forais de D. Afonso Henriques, de 1179, dados às cidades de Lisboa, Coimbra e Santarém. Nesses documentos concedia-se a todos eles o foro de cavaleiro (3). Sobre todos superintendia o alcaide do mar, imediatamente abaixo do almirante.

Estes dois últimos postos encontram-se já em documento de 1298. O de almirante aparece até mesmo em 1288, atribuído a Domingos Martins, o que quer dizer que o genovês Manuel Pezagno ou Peçanha, nomeado almirante da Marinha Portuguesa, por D. Dinis, em 1317, não foi o primeiro, conforme se tem escrito. Também ainda antes deste, em 1307, Nuno Fernandes Cogominho (4) ocupava o posto de almirante-mor.

A partir de Peçanha, o que aconteceu foi que o cargo passou a ser vitalício e hereditário, com obrigações especiais, como a de manter ao serviço vinte homens de mar, genoveses. O contrato não se cumpriu integralmente, mas a marinha portuguesa algum proveito auferiu da reorganização de D. Dinis (5).

A França foi, naturalmente, a primeira região, além Pirenéus, que recebeu a visita dos habitantes do futuro Portugal, como se infere do foral de Santarém dado por Afonso VI, de Leão, no mesmo ano em que o conde D. Henrique entrou na Península. Para lá se supõe canalizada a ida dos vizinhos do Concelho, quando pretendessem mudar-se para outra terra (6).

---

(1) Gama Barros — o. c., X, pp. 199, 201 e 293.

(2) Osberno — *Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 100.

(3) Silva Marques — *Descobrimentos Portugueses*, sup. ao 1.º vol., p. 367; 1.º vol., p. 1.

(4) Rosalina da Silva Cunha, o. c., pp. 27 e 28.

(5) Armando Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 52-54.

(6) Gama Barros — o. c., X, p. 318.

Ainda no final do século XII (reinado de D. Sancho I), há memória de naufrágio, em 1194, de um barco português, com carregamento, na costa flamenga do mar do Norte (1). É o primeiro indício documental que conhecemos de relações comerciais com a Flandres. Mas não falta quem considere as núpcias da princesa Tareja, filha de D. Afonso Henriques, como fundamento do intercâmbio luso-flamengo, «que se pode assim considerar coevo da nacionalidade» (2). Semelhante interpretação pode muito bem aceitar-se, visto que, como se sabe, a capital da Flandres, desde a remota antiguidade, funcionava como braço distribuidor das importações da Europa nórdico-central, em estreito contacto com os fartos mercados orientais, italianos ou bizantinos (3). Desde 1203 estavam os Portugueses autorizados a negociar nos domínios ingleses, por determinação do rei João Sem-Terra, concessão que se manteve pelos anos seguintes. Assim, aconteceu que, só do ano de 1226, há notícia de mais de cem dessas autorizações (4).

Documento de 26 de Dezembro de 1253 refere artigos de luxo (tecidos finos de linho e de seda, alguns com aplicações de ouro, plumas, etc.), importados desses países (5). Em 1258, o porto de Viana dava entrada a mercadorias chegadas de França, de terras de mouros, conforme se depreende do seu foral (6).

Em 1290, Filipe, o Belo, concede importantes privilégios aos mercadores portugueses que frequentavam o porto de Harfleur, confirmados pelos monarcas seguintes (7). Sete anos mais tarde, eram os soberanos ingleses que igualmente lhes outorgavam privilégios. Entre estas duas últimas datas, a 10 de Maio ou Março de 1293, D. Dinis fundou uma bolsa para protecção mútua entre os mercadores portugueses, que em Flandres devia ter depositada a quantia de 100 marcos de prata (8).

No sentido leste, dentro do Mediterrâneo, florescia então o comércio de alguns estados cristãos com os Mouros. Em Ceuta, que, no princípio

---

(1) Lúcio de Azevedo — *Épocas de Portugal Económico*, p. 28.

(2) Júlio Gonçalves — *O Infante D. Pedro*, p. 183.

(3) Id., *ibd.*, p. 182.

(4) Shillington — *The commercial relations of England and Portugal*, p. 27 (*Apud* L. de Azevedo, o. c., p. 28); Gama Barros, o. c., X, p. 222.

(5) Damião Peres, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.º vol., p. 125. — Sobre esse decreto de D. Afonso III, ver também L. de Azevedo, o. c., pp. 21 e segs.

(6) L. de Azevedo, o. c., p. 28.

(7) L. Verlinden publica o texto dos privilégios de 1310 e 1341, em *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal*, pp. 178-188.

(8) Texto da carta-régia em João Pedro Ribeiro — *Dissertações Cronológicas e Críticas*, vol. III, p. 180. Ver também Damião Peres — o. c., pp. 125 e 126.

do século XV, além de escala obrigatória para os navios que passavam o Estreito, constituía mercado apetecido de mouros africanos e asiáticos, estacionavam genoveses e, naturalmente, também pisanos, venezianos e provençais (1). Por isso, igualmente os Portugueses aí eram acolhidos sem grandes cautelas, se não para comerciarem, pelo menos para refresco ou descanso da tripulação dos barcos. Foi o que sucedeu quando D. João I pensou tomá-la de surpresa. Meses antes, de caminho para a Sicília, duas galés nossas, com «panos de suas cores», aportaram a Ceuta, «como se houveram de andar de armada» (2). Iam dentro o prior do Hospital, Gonçalo Camelo, e o capitão-do-mar, Afonso Furtado, que a puderam observar bem, tanto na ida como na volta. E quando a esquadra da conquista ancorou na véspera do grande feito, em Algeciras, os mouros de Gibraltar levaram um presente ao rei português. Conheciam-se, temiam-se e alguns procuravam relações amistosas.

Nessa empresa quis D. João I patentear a força do seu Estado independente, na guerra com os infiéis do Norte de África, preparando poderosa armada de mais de duzentas velas — 34 naus grossas, 27 galés de três remos por barco e 32 de dois remos e 120 embarcações menores. «Era, sem dúvida, o maior poder naval que viu o mar oceano naquele tempo», comenta D. António Caetano de Sousa, que não se esquece de registar o «cuidado» em que os simples preparativos puseram os reis de Castela, Aragão e Granada (3). Como aventureiros, seguiam franceses, flamengos, polacos e ingleses (4).

Ceuta foi conquistada em 21 de Agosto de 1415. A vitória retumbou pela Europa e este foi certamente o segundo grande momento da marcada presença de Portugal entre os príncipes cristãos, depois daquele em que, sòzinho, destroçou, na batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), o numeroso exército castelhano, comandado em pessoa pelo próprio monarca invasor. Soube-o, naturalmente, toda a Península Ibérica e, porventura, a Inglaterra, quando constou que o novo monarca português rejeitara o oferecimento da mão da princesa D. Catarina, que lhe fizera o duque de Lencastre, pretendente à coroa de Castela, preferindo a filha do primeiro

---

(1) Vieira Guimarães — *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo*, p. 76; Robert Ricard — *Etudes sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, p. 119.

(2) Zurara — *Crónica da tomada de Ceuta*, p. 51.

(3) António Caetano de Sousa — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.° tomo, pp. 7 e 8.

(4) A. Braamcamp Freire — *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, p. 2.

casamento, D. Filipa, com quem se matrimoniou em 2 de Fevereiro de 1387 (1).

Fora do Estreito, a três léguas de Espanha, encontrava-se Alcácer Ceguer, a melhor passagem da costa de África para o continente europeu, um dos lugares de partida dos corsários que salteavam o litoral da Península Ibérica, ao mesmo tempo ponto de intercepção da navegação para o Mediterrâneo. Para aí convergiam, por conseguinte, as atenções dos Portugueses, que decerto não deixariam de por lá passar. Na praça de Salé, segundo informa Leão Africano, datavam do século XIII os contactos dos mercantes genoveses, venezianos, ingleses e da Flandres (2). E, por que não, portugueses? Safim já antes do século XIII recebia barcos no seu porto e era, com Messa, centro comercial de alguma importância.

No século XIII, a nossa marinha havia atingido proporções dignas de nota. No foral de Vila Nova de Gaia, de 1255, em que pela primeira vez se emprega o vocábulo caravela (3), e nas inquirições de 1258, em Pindelo, referem-se várias espécies de barcos (de pesca e de cabotagem), que nos deixam entrever apreciável desenvolvimento: caravela, barca, barco, nave, baixel, pinácia e barco saveiro (4).

Só assim se tornara exequível enviar à costa ocidental francesa, no ano de 1295, em auxílio de Filipe, o Belo, uma esquadra com os navios Deus, Santa Maria, Santa Maria (de Vila do Conde) e Nossa Senhora (5).

Estes e outros factos, pequenas pedras de um edifício que hoje, por falta de conveniente documentação, se não consegue erguer já em toda a sua altanaria, patenteiam, à saciedade, que Portugal, desde as últimas décadas do século XII e, sobretudo, no XIII, se não mantinha fechado nas fronteiras que conseguira erguer, navegando pelo mar até onde os outros povos chegavam (6).

Com a reorganização de 1317 ou, talvez melhor, dois anos mais tarde, em que se regularizou a sucessão e o exercício do cargo de almirante, o

---

(1) Sousa — o. c., p. 17.

(2) *Apud* R. Ricardo — *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, p. 120.

(3) H. Lopes de Mendonça — *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*, p. 60.

(4) *P. M. H., Leges*, II, p. 662, e *Inquisitiones*, I, pp. 480-482; Silva Marques — o. c., I, pp. 7-8.

(5) A. Jal — *Archéologie Navale*, 2.º vol., pp. 306-307.

(6) J. Vasconcelos — *Albrecht Dürer*, 2.ª ed., p. 6.

monarca português sentia-se forte e, em 1320, pretendeu enfrentar os Mouros em África, com uma armada de galés (1).

A marinha continuava a ser mester muito digno das melhores famílias, conforme se vê na carta régia de 1321, que concede o título de nobreza aos oficiais da marinha de guerra, ao lado da espanhola, na primeira metade do século XIV (2).

Estava-se no trânsito do século XIII para o XIV, quando o panorama se modificou, com relação às vias de comunicação europeias, que passaram a utilizar, predominantemente, o mar. Galeras italianas de Génova, no fim do século XIII, surgiam com frequência nos portos flamengos, abordando, muitas vezes, portos portugueses (3). Veneza seguiu-lhe as passadas, a partir do começo do século XIV, tocando primeiro entrepostos ingleses (4). Foi então que Bruges se tornou ponto de importância «mundial» (5), continuando a crescer, até Antuérpia, nos fins do século XV, lhe disputar a primazia (6). A nossa marinha mercante não se deixou ficar parada, e foi com as demais.

Com justeza, sintetiza a Prof.ª Virgínia Rau que, «mesmo antes do primeiro quartel do século XV», «os principais rumos do comércio marítimo português» se encontravam todos ligados «intimamente» aos mercadores da Europa do Norte, sobretudo a ingleses e flamengos (7). Na verdade, actuava na Inglaterra, como em Flandres, Normandia, Bretanha e Arrochela, para usar os topónimos da provisão de D. Dinis, de 10 de Maio de 1331, que confirma uma postura ou acordo dos mercadores do Porto.

A preponderância financeira de alguns portugueses, em Bruges, é evidente já na primeira metade do século XIV, conforme o denuncia o facto de, em 1333, a mais avultada soma emprestada por um particular ao Município provir das mãos de Martim Gonçalves (8). Deste modo se compreende que,

---

(1) Silva Marques — o. c., I, pp. 33 e 40 — Sobre galeras portuguesas do século XIV, ver Jal — o. c., 1.º vol., p. 475, nota.

(2) Rosalina da Silva Cunha — o. c., p. 30.

(3) Sobre as relações de amizade entre Portugal e Génova, neste período, ver Prospero Peragallo — *Due documenti riguardanti le relazioni di Genova col Portogallo*, Génova, 1892, que publica a ratificação do tratado de paz estipulado a 25 de Outubro de 1370 entre a Senhoria de Génova e o rei D. Fernando, de 13 de Janeiro de 1371 (pp. 3-16).

(4) Charles Verlinden — *Introduction à l'Histoire Économique*, pp. 60-61.

(5) Id., *ibd.*, pp. 95-96.

(6) Conde de Tovar — *Portugal e Veneza na Idade Média* (até 1495), Coimbra 1933.

(7) Virgínia Rau — *Estudos de História*, p. 59.

(8) Júlio Gonçalves — o. c., p. 184.

na segunda parte deste século, no ano de 1353, se tenha firmado o primeiro tratado comercial anglo-luso, seguido em 1373 pela conhecida Aliança Inglesa (1), e em 1389 se tope um outro com Bruges (2). Um e outro convénios aceleraram, certamente, a corrida de barcos para os portos das duas regiões. A respeito de Inglaterra, sabe-se que, pelo menos 34 navios portugueses naufragaram ou foram apreendidos nas costas inglesas, de 1360 a 1380, e 21, de 1380 a 1400 (3).

Esta política que, apesar de alguns revezes, foi de boas relações comerciais, mantém-se no século seguinte. Por carta de seguro de 26 de Dezembro de 1411, João Sem Medo, continuando a amizade do pai para com os Portugueses, concedeu ancoradouros para as nossas naus e barcas se corregerem e equiparem de «mastros, vergas, âncoras e bóias» (4). De 1425 a Fevereiro de 1426, como veremos, assinala-se em Bruges e noutros pontos de Flandres, a presença, entre outros portugueses, do infante D. Pedro. As boas relações com o duque de Borgonha, a que pertencia o condado de Flandres, cimentadas com o casamento de Filipe, o Bom, e a princesa D. Isabel, irmã estremada do Infante, em 1429, levaram à criação do primeiro feitor português em Flandres (1433), Pedro Eanes, e à renovação, no ano de 1438, das concessões de jurisdição e cônsul próprio, anteriormente conferidas ao comércio e à navegação dos Portugueses. Como consequência desse acto diplomático, intensificaram-se as relações comerciais, de que é índice, por exemplo, o facto de, em 1441-42, ancorarem doze naus portuguesas no porto de Bruges e se edificar, três anos mais tarde, a Casa Grande da feitoria (5). A Infanta costumava mandar uma nau a Lisboa, trazer mercadorias da Flandres e levar outras em retorno. A mesma Senhora, em 1446, conseguia carta régia de segurança a favor do negociante genovês Desidério de Vivaldo (6).

Entrando no Mediterrâneo, os nossos barcos penetravam até ao fim do Adriático, em transacções comerciais. Em 5 de Outubro de 1410, por

---

(1) Armando Marques Guedes — *A Aliança Inglêsa*, pp. 48 e segs.; Damião Peres, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, p. 126; Gama Barros — *o. c.*, x, p. 233 (sobre o tratado de Windsor e a sua rectificação em 1388, ver *ibd.*, v, p. 402); Visconde de Lagoa — *Estímulo económico da Conquista de Ceuta*, p. 77, nota 5.

(2) J. Gonçalves — *o. c.*, p. 184.

(3) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 81 — Ver também V. Shillington e A. Chapman — *Comercial relations of England and Portugal*, Londres, 1907.

(4) J. Gonçalves — *o. c.*, p. 185.

(5) Id., *ibd.*, p. 190; J. Bensaúde — *Estudos sobre D. João II*, p. 191.

(6) Sousa Viterbo — *D. Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, p. 11.

decreto da Senhoria, os Venezianos proclamavam incondicional amizade, concedendo todas as facilidades aos mercadores portugueses (1). E os Genoveses, que no País gozavam de privilégios ou isenções, protestavam junto de D. Duarte, em 1434, contra o estranho procedimento de uma nau portuguesa que havia capturado um barco genovês no mar da Sicília (2).

Por seu turno, os Florentinos, contados entre os mais antigos mercadores estrangeiros que foram alvo de distinções, sentiram igualmente o bom acolhimento dos Portugueses, que assim viam aumentar as possibilidades náuticas e comerciais do País. Por carta régia de 9 de Abril de 1338, concedeu D. Afonso IV privilégios especiais aos «que viessem morar e viver em Portugal», na maior parte, armadores (3). Essas isenções mantinham-se em 1429 e décadas seguintes. Um escritor moderno chega a afirmar, não sabemos com que fundamento, que «à República de Florença comunicava Afonso V as navegações e conquistas africanas e ela muito o felicitava» (4).

Em diferente direcção e porventura com outros intuitos comerciais, avançou a marinha portuguesa, cerca de 1336, conseguindo redescobrir as ilhas Canárias (5). Não se sabe se esta empresa foi resultado de exploração sistemática da costa sul marroquina. Mas, dentro deste contexto de actividades marítimas crescentes, não repugna também admitir navegação propositada dos nossos barcos, em busca, se não das ilhas afamadas, pelo menos em reconhecimento da costa mauritana. Nessa expedição tomou parte preponderante o genovês Lanzarotto Malocello que, segundo apurou Charles Verlinden, navegava por conta do rei português (6). Era um dos

---

(1) Ver texto do decreto, «até agora inédito», em Visconde de Lagoa — *Estímulo económico da Conquista de Ceuta*, pp. 70-71 e 77.

(2) Dias Dinis, *M. H.*, vol. V, pp. 52-54.

(3) Silva Marques — o. c., t. 1, pp. 53-54; Gama Barros — o. c., vol. X, pp. 199-201.

(4) Carlos de Passos — *Relações históricas luso-italianas*, p. 155.

(5) Raymond Mauny — *Les Navigations Médievales*, pp. 41 e 94-96.

(6) C. Verlinden — *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*, pp. 1173-1209. Sobre essa preponderância, que alguns escritores não admitem, e para lembrar apenas os estudos hoje mais representativos, ver duas obras ainda antiquadas quanto à data, C. la Roncière — *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge*, II, pp. 3 e segs., e F. Perez Embid — *Los Descubrimientos en el Atlántico*, p. 58; e três autores de que apenas dois estão concordes: C. Verlinden — *Lanzaroto* cit. e *Les Découvertes portugaises et la collaboration italienne*, pp. 539 e segs., e R. Mauny — o. c. Impugna a tese de Verlinden, por ex., o Prof. E. Serra Rafols — *Lancelloto Malocello en las islas Canarias*, pp. 467 e segs. Esta expedição pode constituir, como pretende C. Verlinden, «la première expansion colonial portugaise», no sentido que o autor lhe dá, de expansão colonizadora (*Formes féodales et dominiales de la Colonisation Portugaise*, p. 42). Geralmente, porém, esse início desloca-se para o século XV. Não vale a pena discutir este ponto, mas não

técnicos de Pezagno e, possìvelmente, ele próprio transmitiu para Génova «a sensacional notícia» (1).

No florentino Angiolino del Tegghia e no genovês Niccoloso di Recco (2) se filia a reclamação de D. Afonso IV, a 12 de Fevereiro de 1345, perante o papa Clemente VI, quando este doa as Canárias ao príncipe castelhano D. Luís de la Cerda, bisneto de Afonso, o Sábio, e neto de S. Luís (13 de Novembro de 1344) (3).

No correr do litoral africano e interesse pelas Canárias, a marinha portuguesa encontrava-se, pois, nos portos comerciais da Europa, do Mediterrâneo e do Atlântico, com os estrangeiros, sendo natural que, pelo menos os Venezianos, que andavam na nossa, fornecessem nota dos acidentes geográficos das costas que, desse modo, se tornavam património de todos. Há mesmo hoje determinada corrente histórica favorável ao descobrimento trecentista dos grupos de ilhas da Madeira e dos Açores, dada a facilidade com que os barcos poderiam ter sido empurrados das Canárias para algumas dessas ilhas.

Por tudo isto, se explica que o mapa de Giovanni de Carignano (c. 1320) revele parte dos litorais atlânticos, mais ou menos correctamente representados, e o de Dulcert (1339) não só traga já, com precisão superior a mapas mais antigos, as costas meridionais das Ilhas Britânicas, como também o litoral africano até ao cabo Não, incluindo mesmo, pela primeira vez em cartografia, duas das ilhas Canárias — Lançarote e Forte Ventura (4). Nele se encontra, segundo Cortesão, «a primeira representação cartográfica positiva de quaisquer ilhas atlânticas» além das Ilhas Britânicas (5).

Em 1367 aparece todo o Arquipélago no planisfério dos Pizzigani, bem como o traçado *teórico* da costa, até, mais ou menos, ao rio Senegal (6).

---

deixa de ter interesse apor-lhe uma ainda que rápida observação. Começa naquela data a expansão colonizadora, mas sem consequências de continuidade. A grande era das expedições marítimas inicia-se, realmente, no século XV, com o infante D. Henrique.

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 55-56.

(2) Mauny — o. c., pp. 65 e 68.

(3) Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 14 e 15, em que procura identificar as duas numa só viagem. — Texto da Carta de D. Afonso IV, em Dias Dinis, *M. H.*, 1.º vol., pp. 230-234.

(4) Charles la Roncière — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*, vol. I, estampa VII (entre as pp. 56 e 57).

(5) A. Cortesão que, a respeito das Canárias, acrescenta a ilha dos Lobos, in *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., p. 40.

(6) Mauny — o. c., p. 51.

Segundo Armando Cortesão, o Atlas Médice (c. 1370) é o primeiro que representa as nove ilhas Canárias e as do arquipélago da Madeira, já definitivamente chamadas *porto s̃co.* (Porto Santo), *I. de lo legname* (Madeira) e *I. deserte* (Desertas) (1). «Estão aí situadas com correcção notável e, desde então, nunca deixaram de ser devidamente representadas na cartografia atlântica» (2). Nas quatro ilhas — *Insulae de Cabrera, Brazi, de Ventura sive de Columbis, Corvis marinis* — vêem alguns críticos as ilhas açorianas de S. Miguel e Santa Maria; Terceira, Faial, Pico e S. Jorge; Flores e Corvo (3); mas a identificação afigura-se bastante precária.

No atlas do catalão Abraão Cresques (1375) pode admirar-se a costa até ao cabo Bojador, incluindo os arquipélagos atlânticos da Madeira, Açores (?) e Canárias, com bastante correcção, que manifesta sensíveis progressos no conhecimento dessas regiões (4).

A maior discrepância entre os historiadores modernos incide sobre o descobrimento trecentista dos Açores. Mauny, ao referir-se à navegação portuguesa para essas ilhas, cita Duarte Leite (*Coisas de vária história*, p. 127) e considera-as redescobertas (5). Duarte Leite, na verdade, admite que a descoberta trecentista provém das navegações portuguesas do reinado de D. Afonso IV. Com ele, Armando Cortesão, que repele terminantemente o achamento no século XV. Julga mesmo ser possível identificar duas ilhas do grupo açoriano no mapa de Dulcert, sete no Atlas Médice e nove nas duas cartas do maiorquino Guilherme Soler, datadas de 1380 e 1385 (6). Jaime Cortesão adopta posição menos categórica e afasta-se... Embora não se atreva a negar a possibilidade de um conhecimento dos Açores no século XIV, afigura-se-lhe mais provável que os grupos oriental e médio tenham sido avistados, a primeira vez, em 1427, «conforme a legenda de Valsequa» (7).

Também Gago Coutinho contesta a identificação dos Açores (8) e, na sua peugada, Damião Peres encontra razões para descrer dum «conheci-

---

(1) Armando Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 56.

(2) Id. — *P. M. C.*, I, p. XXVII.

(3) Velho Arruda — *Colecção de Documentos, relativos ao Descobrimento e povoamento dos Açores*, p. 171.

(4) Mauny — o. c., p. 51.

(5) Mauny — o. c., pp. 72, 99, 119 e 141.

(6) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 56; id. — *P. M. C.*, I, p. XXVII.

(7) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, I, p. 259.

(8) Gago Coutinho — *A Náutica dos Descobrimentos*, I, p. 171.

mento trecentista dos Açores razoàvelmente perfeito», aceitando, porém, o do grupo da Madeira (1).

Se, porém, admitirmos as identificações da cartografia trecentista, quer relativamente aos arquipélagos das Canárias e da Madeira, quer também ao dos Açores, tem de se aceitar a presença portuguesa nessas paragens, sós ou com a intervenção simultânea de outros povos. Armando Cortesão — e, de uma maneira geral, para este e sobretudo para os períodos seguintes, todos os historiadores estrangeiros da Cartografia — avança mesmo ainda mais, ao supor que a cartografia estrangeira se serviu de protótipos portugueses. A redescoberta portuguesa um século mais tarde, não passaria, deste modo, de resultado de viagens regulares de estudo, que tiveram como objecto a observação de latitudes astronómicas em terra, podendo-se, desde então, não só empreender viagens regulares para as ilhas atlânticas, como também representá-las cartogràficamente com mais precisão (2).

Até este limite não vale a pena fazer menção de tentativas estrangeiras, excepto a do francês Jean de Bettencourt que, em 1404-1405, pretendeu conquistar o arquipélago das Canárias. Não conseguindo, por si só, realizar a empresa, e encontrando-se então a França em plena anarquia, conforme se lê no relato que dessa aventura nos ficou — *Le Canarien* (3), Bettencourt ofereceu os seus bons serviços ao rei de Castela, que lhe proporcionou uma nau bem artilhada, 40 homens e géneros alimentícios, além de dinheiro e privilégio de cunhar moeda nas ilhas. Os redactores da relação, ambos sacerdotes e companheiros de Bettencourt, entendiam que qualquer dos três países ibéricos — Portugal, Castela e Aragão — podiam patrocinar o cometimento, com homens e barcos, dinheiro e víveres. A escolha foi recair no mais longínquo dos três, decerto por fortes razões que, à míngua de documentação, apenas seria lícito conjecturar. No que toca a Portugal, talvez a exclusão se entenda, pelo facto de ainda exercer alguns direitos numa ou mais ilhas.

Dentro de dois anos, os normandos de Jean de Bettencourt conquistaram e colonizaram parte do arquipélago. Os seus barcos, porém, não passaram além de um cabo que, com muita verosimilhança, se pode identificar com o cabo Juby, e não com o Bojador (4). Não há dúvida de que as ilhas

---

(1) Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 18 e segs.
(2) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 58.
(3) Pierre Bontier e Jehan Le Verrier — *Le Canarien*. — Ver Bibliografia.
(4) Mauny — o. c., pp. 99 e 100.

interessavam os reinos cristãos, sobretudo Portugal e Castela, que questionaram a posse entre si. A pendência só terminou anos mais tarde, quando Eugénio IV pendeu para o lado castelhano e as duas partes, primeiro no tratado de Alcáçovas (4 de Setembro de 1479) e depois no de Tordesilhas (7 de Junho de 1494), chegaram a acordo pleno.

No final deste período de andanças no mar, os Portugueses sentiam-se perfeitamente irmanados com ele: eram marítimos por vocação e gosto. Embora o Oceano ainda lhes escondesse muitos segredos, sentiam ter alcançado o dom privilegiado de o saber enfrentar. É o que ficou exarado no Regimento dos Almirantes, de 13 de Agosto de 1471 (1), no período que transcrevemos: «Maravilhosas cousas sam os feitos do mar, e asinadamente aquelles que fazem hos homes em maneira de andar sobre elle, *per mestria e arte* (o traçado é nosso), asy como em naos e galles e em todos outros navios mais pequenos».

A consciência da natureza da vida marítima levava o legislador a exigir, 1.º, que fossem entendidos em conhecer o mar e os ventos; 2.º, que tivessem os navios suficientes para o feito que houvessem de empreender; 3.º, que «nom se dem a tardança nem ha preguiça aas couzas que devem, ca bem asi como ho mar nom he vagaroso em seuus feitos, mas fazeos asinha, e depressa, bem asy os que em elle querem andar, devem ser aguçosos e apresados em nas cousas que ouverem de fazer, por tal que, em quamto bom tempo o ouverem, nom o percam, mas ajudassem delle em seu proveyto»; e 4.º, «que sejam muyto bem mandados aquelles que teverem cargo de os mandar (...)».

Ficava esboçado todo o programa dos homens do mar — que alcançou maior acuidade a partir de D. João II —, desde a exigente consciência profissional, com ciência e aptidão, até à disciplina da escala hierárquica. E, precisamente, no ano em que o Príncipe foi armado cavaleiro em Arzila, seis anos antes de participar no governo do Reino e à distância de dez da subida ao trono. Caso curioso: Quando lhe concede o exercício de funções públicas, aos 19 anos de idade, D. Afonso V encarrega-o «dos feitos das partes de Guinee e *emvestigaçam dos mares, terras e gemtes e cousas delles,* que aos vivemtes aguora e aos que nos preçederam, foram sempre muyto inotos atee o tempo do Ifamte dom amrique, meu tyo (...) que começou e trabalhou muyto por emvestigar e aver de todas as ditas cousas, noti-

(1) Publicado em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 33-34.

cia» (1). O Príncipe já havia promovido, «per sy e per seus ofeciaes, muy boa hordem e navegaçam destes trautos e os governa muy bem, des o tempo que lha (mercê) fazemos». Confirmava, pois, a mercê «dos ditos trautos de Guinee».

Deste modo se estabelece a linha de continuidade da maneira de o Português ser no mar.

1.2 — *Saídas para o estrangeiro, em busca de cultura e aventuras cavaleirescas.* — Não eram, porém, exclusivamente, os homens de negócio que corriam os principais centros da Europa. Muito cedo, mesmo a partir da fundação da nacionalidade, desde meados do século XII, se registam manifestações de ordem cultural, entre o nosso país e escolas castelhanas (2), francesas (3), inglesas (4) e italianas (5). A maior parte dos estudantes frequentava as faculdades de Teologia e Direito e, na quase totalidade, pertenciam a institutos religiosos. Nestes, com efeito, se concentrava, em grande parte, a classe culta da Nação. Salamanca, Paris e Toulouse, Oxford, Bolonha e Sena eram os centros que maior atracção exerciam sobre os estudiosos que desejavam ascender a mais elevado grau de instrução do que aquele que, em Portugal, se ministrava na Universidade e nos conventos. Salamanca e Montpellier atraíam ainda os que desejavam cursar Medicina. Contudo, com raras excepções, nunca foram numerosos e, sobretudo, não permanecia constante, em séculos sucessivos, o número de portugueses em cada um desses centros. Nota-se, por exemplo, no século XV,

---

(1) T. T. — Místicos, liv. 2, fls. 11-13: Carta de confirmação de D. Afonso V, de 4-5-1481. — Publicada nos *Annaes Maritimos e Coloniaes,* Parte não oficial, 5.ª série, n.º 2, Lisboa, 1845, pp. 38-40; J. Bensaúde — *L'Astronomie nautique au Portugal,* p. 272.

(2) J. Veríssimo Serrão — *Os Portugueses no Estudo de Salamanca,* Lisboa, 1962.

(3) Luís de Matos — *Les Portugais en France au XVIe siècle,* Coimbra, 1952; id. — *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550,* Coimbra, 1950; J. Veríssimo Serrão — *Portugueses no Estudo de Toulouse,* Coimbra, 1954.

(4) A. B. Emden — *A Biographical Register of the University of Oxford, to a. d. 1500,* Oxford, 1957; P. E. Russell — *Medieval Portuguese Students at Oxford University,* in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte,* I band, Münster, 1960.

(5) R. Verrua — *Umanisti et altri studiosi viri italiani et stranieri di qua e di là dalle Alpi i dal Mare,* Génova, 1924; Luís de Matos — *Les Portugais en France,* pp. 143-154; M. Trindade Coelho e Guido Batelli — *Documentos para o estudo das relações culturaes entre Portugal e a Itália,* 1.º vol. Florença, 1934; Virginia Rau — *Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV,* Coimbra, 1969 (Sep. da *Revista Portuguesa de História,* vol. XII, t. 1, pp. 185-206).

uma fuga dos meios pedagógicos de França para os de Itália, sendo raros, no último quartel desse século, os que se dirigiam àquele país (1).

Na Universidade de Bolonha havia em 1432 tal número de estudantes que formavam já uma das seis «nações» aí representadas (2). Ao nosso propósito basta, no entanto, verificar a saída desses portugueses para tais centros, ainda antes de Gil Eanes dobrar o cabo Bojador, para se fazer correcta, posto que pálida ideia, da vida cultural portuguesa de então.

Um outro género de homens transpunha também as fronteiras pátrias, em busca de glória — os cavaleiros enamorados da honra das armas, trazendo estes, os eruditos ou os comerciantes, a literatura provençal arturiana, e todo o género de poesias ou aventuras de guerreiros idealistas que tocavam a sua sensibilidade ou lhes esquentavam a imaginação. O espírito de cavalaria levava portugueses destemidos a cortes estrangeiras e conduzia estrangeiros à corte portuguesa. É o caso de Gonçalo Rodrigues Ribeiro e seus companheiros que, depois de regressarem de França, se apresentaram na corte castelhana para, uma vez mais, ganharem «honra em feytos darmas» (3). No reinado de D. Pedro I, o monarca de Castela enviou à corte portuguesa um cavaleiro inglês, de nome Mathieu de Gournay, que igualmente ardia em frémitos de mostrar, na luta, o seu valor. Levou de vencida quantos portugueses se lhe opuseram, vindo apenas a ser desarmado por um cavaleiro bretão — La Barra — que também se encontrava em Lisboa.

Nas primeiras décadas do século XV, os Portugueses surgem em numerosos combates singulares de bravura cavaleiresca. Salienta-se, entre todos, na corte de Flandres, o famigerado Álvaro Vaz Coutinho, o denodado Magriço do episódio lendário dos Doze de Inglaterra, de cuja existência se não pode duvidar (4). No tempo de Henrique V, nota-se a presença de outros portugueses que aí se haviam deslocado, no mesmo propósito de «fazer armas». E, enquanto Soeiro da Costa aparece em vários pontos da Europa — Aragão, Itália e França (5) —, passa por Lisboa, durante a regência do infante D. Pedro, o cavaleiro inglês Jacques de Lalain, de Borgonha, que andava de corte em corte, a enfrentar qualquer que se

---

(1) Luís de Matos — *Les Portugais en France*, p. 143.

(2) Id. — *L'Humanisme Portugais et ses relations avec l'Europe*, in *Bulletin des Études Portugais*, t. 26, nouvelle série, Lisboa, 1965, p. 50.

(3) Rui de Pina — *Chronica de el Rey Dom Afonso o quarto*, pp. 47-53.

(4) A. da Costa Pimpão — *História da Literatura Portuguesa*, I, pp. 50-51.

(5) Zurara — *Crónica dos Feitos de Guiné* (Ver Bibliografia), pp. 221-222.

atrevesse a experimentar a sua perícia nas armas (1). Durante o cerco de Arrás (1414), além de Soeiro, outros cavaleiros portugueses, nos momentos de ócio, terçavam armas contra franceses e, em 1435, nesse mesmo local, salientava-se João de Melo, que venceu brilhantemente o seu adversário borgonhês.

Todo este resumido quadro já nos dá ideia de como se traduziam, na vida real, as lutas heróicas idealizadas nas novelas de cavalaria, tão antigas, mesmo entre nós, que até nos *Nobiliários* se encontram vestígios, como o nome de Oriana, a eleita de Amadis (2). Desta mesma novela, de nítida influência da novelística bretã — a primeira ou a segunda novela peninsular —, basta recordar que é a primeira em que «historicamente se afirma a nossa capacidade de transportar a vida para domínio da ficção, criando um herói de alta estirpe, que fará empalidecer a glória de Tristão e de Lançarote». A extensão da sua influência na formação do individualismo cavaleiresco e no gosto das andanças avalia-se bem pela repercussão que alcançou na Europa. Antes de expirar a primeira metade do século XIV, já se lia um dos textos do Amadis, provàvelmente em castelhano. Depois, sucederam-se as versões, em francês, italiano, holandês, alemão e, até, hebraico! (3). A imprensa divulgou-o, pela primeira vez, em tradução e acrescentamento de Montalvo, em 1508, desconhecendo-se, porém, o original português.

1.3 — *A viagem do infante D. Pedro.* — A vitalidade do reino a que pertenciam esses destemidos soldados e cavaleiros, navegantes e pescadores, poetas e novelistas, borbulhou ainda nas cortes europeias, quando o infante D. Pedro, em 1424, empreendeu longa viagem, dir-se-ia que em execução de plano diplomático, sàbiamente premeditado, de divulgação do Estado Português, para implícito reconhecimento pelos demais Estados constituídos. Aí se dirigia, afinal, digno representante dos heróis de Aljubarrota, que em pessoa lutara, destemidamente, nesse grande feito de armas que foi a tomada de Ceuta, para muitos, mais digna de admiração pelo nome temível do inimigo do que pela evidente desproporção de forças. Na verdade, este encontro da Cruz e do Crescente, em duro campo de batalha, se não foi um anúncio, veio a revelar-se magnífico prenúncio dos

---

(1) Conde de Villa Franca — *D. João I e a Alliança Inglesa*, Lisboa, 1884, pp. 285-289. (Extractos da Crónica do flamengo Chastelain contemporâneo de Lalain).

(2) Sobre o assunto, ver, por exemplo, Costa Pimpão — o. *c.*, I, pp. 51 e segs.

(3) A. da Costa Pimpão — o. *c.*, I, pp. 201 e segs.

contactos bélicos que portugueses e islamitas haviam de efectuar, menos de um século mais tarde, no longínquo Oriente.

Duas tendências se topam nos historiadores desta famigerada viagem: a dos que pensam que D. Pedro levava, do irmão Henrique, a incumbência de explorar, por terra, o caminho para o Preste João das Índias, sem se esquecer de reunir tudo o que pudesse, acerca da ciência cartográfica e das rotas dos Genoveses e Venezianos, enquanto ele, na Pátria, se consagrava à descoberta da via marítima (1); e os que, pelo contrário, sabendo que saiu sem missão definida, apenas com o impulso de evasão (2) e o ânimo de cavaleiro medieval, vêem D. Pedro voltar, por iniciativa própria ou por dádiva espontânea dos seus generosos hospedeiros, com as mãos cheias de raridades esplêndidas e a cabeça pejada de sábias ideias de cosmografia, e de cruzada contra o Turco, que lhe permitiram assumir o papel iniludível de instigador ou, pelo menos, orientador da actividade marítima do infante D. Henrique (3).

Igualmente a respeito do termo da viagem, tanto na intenção da hora da partida, como na realização efectiva, se dividem os escritores portugueses em duas oposições irreconciliáveis. Há quem suponha que pretendia atingir a Terra Santa e que chegou realmente ao Egipto e até mesmo à Índia (4).

---

(1) Oliveira Martins — *Os Filhos de D. João I*, 1.º vol., p. 97.

(2) Dá fundamento a esta opinião, que Francisco Maria Esteves Pereira segue na introdução da reedição do *Livro* de Marco Polo (Lisboa, 1922), pp. XXVI e segs., entre outros passos, um do próprio irmão D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, p. 177, que informa ter saído «com pequena tenção de tornar a esta terra».

(3) Entre outros, Jaime Cortesão — *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*, p. 18, e Júlio Gonçalves — *O Infante D. Pedro*, pp. 245, 248 e segs. Ver também Magalhães Godinho — *Documentos sobre a Expansão*, 2.º vol., p. 169. Na mesma direcção, certamente, Veiga Simões na prometida *História do Infante D. Pedro* (in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, p. 329, nota 1. Costa Pimpão — *História da Literatura Portuguesa*, I, p. 221, procura enquadrar a resolução, no carácter do Infante («era um meridional num físico de nórdico») e na qualidade de filho segundo. Ver *ibd.*, p. 241, bibliografia sobre a viagem.

(4) Enquanto Oliveira Martins — o. *c.*, p. 109, nota, e António Brásio — *A Acção Missionária no período Henriquino*, p. 47, aceitam, nas linhas gerais, a narrativa de Gomes de Santo Estêvão, outros historiadores pouco ou nenhum crédito lhe concedem, por exemplo, A. G. da Rocha Madahil — *Livro dos títulos do Convento de S. Domingos da Cidade de Aveiro*, p. 23; Francis M. Rogers — *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge (Massachusetts, 1961, e Francisco Leite de Faria — *A visita do Infante D. Pedro a Pádua*, in *Studia*, 13-14, Lisboa — Janeiro/Julho de 1964, pp. 377-485. No século XVIII, D. António Caetano de Sousa — *História*, II, p. 41, supõe que o Infante esteve na Terra Santa e na Corte do Soldão da Babilónia.

Mas hoje em dia é impossível defender a posição que apenas se baseia no fantasioso *Livro do Infante*, de Gomes de Santo Estêvão, espécie de romance de cavalaria, impresso na primeira metade do século XVI e reproduzido em sucessivas edições (1).

Dúvidas e incertezas abafam os contornos desta memorável viagem, ao ponto de se desconhecer a data precisa e o itinerário exacto. Oliveira Martins supõe que terá partido em 1418, em direcção, primeiro, à Hungria, por Valladolid. «O destino imediato da viagem era a Corte do Imperador Segismundo da Hungria, nos confins extremos da Europa, baluarte das nações cristãs, batido pela assolação dos turcos». Realmente, desde o Concílio de Constança (1418), Frederico contactou com portugueses, procurando alcançar auxílio militar do vencedor de Ceuta contra os Turcos e, em 1425, contra Veneza. Foi neste entrementes que ofereceu ao infante D. Pedro a marca de Treviso (Março de 1418). Ele e o seu séquito de 300 cavaleiros, de que apenas se conhecem os nomes de Álvaro Vaz de Almada, Álvaro Gonçalves de Ataíde e Diogo de Ataíde, «colocavam-se ao serviço do Imperador para batalharem assoldados nos seus exércitos», permanecendo neste serviço quatro ou cinco anos. Aí lhe terá nascido a curiosidade de ver de perto o Oriente, «sobre que os turcos estendiam a guerra» e o desejo pio de visitar os Lugares Santos e alcançar a terra do prestigiado Preste João, de que tanto se falava. E, sem nos dizer por onde andou no intervalo, coloca-o em Chipre, no ano de 1425, a caminho de Jerusalém.

Do Sinai fá-lo regressar à Europa, pela mesma via do Cairo e do Mediterrâneo, para iniciar a viagem cultural, em visita pela Europa, «do Sul ao Norte»: Paris, Dinamarca, Inglaterra, «onde o achamos no quarto ano do reinado de Henrique VI (1422-1461), isto é, em 1425». Documenta este facto com um trecho de John Stow, autor de *The Annales of England*, London, 1592. Efectivamente, o infante D. Pedro foi agraciado com a Ordem da Jarreteira, pelo primo, «o último dos Lencastres».

---

(1) Gomez de Santisteban — *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, publicado segundo as mais antigas edições, por Francis M. Rogers, Lisboa, 1962. O mesmo Professor reproduziu, em facsímile, a edição de 1602, em *List of editions of the Libro del Infante don Pedro de Portugal*, Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa, 1959, pp. 87 e segs. Nesta mesma obra também se podem ver as numerosas edições que o livro alcançou. Sobre este assunto, ver ainda Francisco Leite de Faria *(o. c.)*, que acrescenta novas espécies e destrói supostas edições. A respeito do possível autor do livro — o dominicano Fr. Juan Caro —, ver Rogers, o. c., pp. 212 e segs.

«No fim de Dezembro o Infante embarcou em Dover para Ostende». Ia visitar a Flandres e encontrar-se com o duque de Borgonha, Filipe, o Bom, que, como vimos, em 1429, casaria com sua irmã Isabel (futura mãe de Carlos, o Temerário). No dia seguinte ao do desembarque, encontrava-se em Udenburgo, segundo fonte histórica que cita; em Abril, depois da Páscoa, partia para Gand, demorando-se um ano mais na Flandres, em companhia do futuro cunhado. Da Flandres desceu pela Hungria e Veneza, na primavera de 1428, «talvez por causa do seu ducado de Treviso, fronteiro à República»; e «decerto para colher informação acerca dos estudos novos que o comércio veneziano provocava». Entrava na marca de Treviso quase como soberano vizinho e, por isso, a República lhe dispensou extraordinária recepção. «Esperava-o o doge com os senhores da cidade, na galé sacrossanta da República, o Bucentauro, no meio de uma frota magnífica de gôndolas e barcas empavesadas e guarnecidas de tropas».

Em Veneza, passou, naturalmente, pela artéria que ligava a Praça de São Marcos ao Rialto, onde os bazares, quase sem fim, mostravam pedrarias, perfumes, alfaias e especiarias, brocados, marfim, os produtos do Oriente e os da Europa. Não deixou decerto de visitar o arsenal e o tesouro e apreciar o intenso movimento marítimo. Ao sair de Veneza, a caminho de Roma, levava consigo um como que mostruário de todas essas riquezas — tantas deviam ter sido as ofertas com que o distinguiram. As maiores de todas, porém, foram o mapa-mundo e o livro de Marco Polo. Deste modo significavam os Venezianos não só a satisfação pela honrosa visita, como o reconhecimento pelas liberdades que os seus patrícios gozavam em Portugal.

Em Maio de 1428 estava o Infante em Roma, sendo igualmente recebido com as honras que eram devidas à sua alta linhagem. Martinho V concedeu, então, duas graças muito importantes aos reis de Portugal, na pessoa do regente D. Pedro: de serem ungidos na coroação como os de França e Inglaterra e de os infantes poderem reger o Reino como filhos primogénitos e haver coroa de rei (1).

De um cronista quinhentista aproveitou Oliveira Martins a chegada do Infante a Peñafiel, junto de Valladolid, em 1428, onde se encontrou com

---

(1) Oliveira Martins indica, em nota, que a bula tem a data de 16 de Maio de 1428 e se conserva na Torre do Tombo, livro 1.° dos Breves, fl. 52, tendo sido publicada em José Soares da Silva — *Memórias para a História de Portugal*, t. IV, pp. 148-149. Mais còmodamente pode ler-se em Dias Dinis, *M. H.*, III, p. 212, que lhe chama letras apostólicas e cita bibliografia a propósito.

o rei de Navarra, irmão da mulher de D. Duarte (1). Nesse mesmo ano foi encontrar D. Duarte em Coimbra, em véspera do casamento com D. Leonor. Este consórcio, o da irmã, a infanta D. Isabel, com Filipe, o Bom, da Borgonha, e o seu, com a princesa Isabel, filha do conde de Urgel, que de 1410 a 1412 disputara a coroa de Aragão ao pai da rainha de Portugal, realizados no decorrer do ano de 1429, tiveram-no a ele como intermediário diplomático e reuniram em Portugal representantes qualificados da Borgonha e de Aragão, ao mesmo tempo que provocaram festas esplendorosas em Bruges, onde o nome português já era, aliás, bem conhecido. As bodas de D. Isabel ficavam ainda assinaladas com a instituição da Ordem do Tosão de Ouro.

À parte o troço da viagem pelo Oriente (objecto do livro de Gomes de Santo Estêvão), o itinerário traçado pelo autor de *Os filhos de D. João I* aceita-se hoje, na sua substância, embora nem sempre se possam admitir os períodos de tempo que se demorou em cada lugar. O Dr. Júlio Gonçalves, por exemplo, depois de assinalar o convite que o Infante recebeu de algumas cortes estrangeiras, após a tomada de Ceuta, fá-lo partir de Barcelos, entre 1424 e 1425 (2), em direcção a Castela. Passando por Valladolid, encontrar-se-ia em Londres, mais ou menos em 1424 (ou 1425?) e em Bruges em Dezembro de 1425, na Boémia em 1426, depois de atravessar a Alemanha, rumo à Hungria (3). No período de 1426-1428, que se pode considerar como de aquisição de cultura cosmográfica, permaneceu no séquito de Segismundo, rei da Hungria desde 1386 e imperador do Sacro Império desde 1410, distinguindo-se na luta contra os Turcos. No ano de 1427, o Infante desceu o Danúbio e andou na Prússia, segundo Carolina de Vasconcelos. Proveniente de Buda (Hungria), encontrava-se em Veneza a 5 de Abril de 1428. Aí completou a rasgada visão que lhe orientaria a linha da sua actividade nacional, antes e durante a Regência. Visitou, certamente, os órgãos principais da República — os *Uffici di*

---

(1) Estevan Garibay y Çamálloa — *Compendio Historial de las Chronicas y Universal Historia de todos los Reynos d'España*, Antuérpia, 1571, 3.° vol., p. 437.

(2) António Caetano de Sousa — o. c., p. 141, indica o ano de 1424; o Prof. Costa Pimpão — *História da Literatura Portuguesa*, I, p. 221 — coloca-a entre Julho e Agosto de 1425; o Prof. Silva Dias, antes de meados de Setembro, senão, de Julho de 1425 (*A Política Cultural de D. João III*, p. 421).

(3) Para esta parte da viagem, ver Domingos Maurício — *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria*, in *Brotéria*, LXVIII (1959), pp. 17-37.

Palazzo (São Marcos), os *Uffici di Rialto* e os *Uffici esterni*, ou seja, o Governo, o Comércio e o Ultramar, interessando-se particularmente pelo Arsenal e pela fábrica das Galés. Depois, passou por Pádua (1), Florença e Roma e regressou a Aragão, por Barcelona, encontrando-se em Coimbra, por ocasião do casamento de D. Duarte (2), 22 de Setembro de 1428.

Deste modo, o Dr. Júlio Gonçalves desliga desta viagem os factos que igualmente refere da recepção da Jarreteira em 1417, de Henrique V, e da escolha, por parte de Segismundo, para o Markgraf de Treviso, em Janeiro de 1418.

Este é, mais ou menos, o traçado da viagem, que Esteves Pereira (3) e o Prof. Francis Rogers também descrevem (4), o único, aliás, que se pode comprovar documentalmente.

Da viagem apuram-se dados positivos, que muito importa salientar. Não cremos que o Infante aparecesse nas cortes europeias, como Gomes de Santo Estêvão o apresenta nas dos potentados asiáticos — parente do rei de Leão. Mais que as relações de parentesco da casa real portuguesa com as cortes europeias, ecoava por toda a parte a fama dos valorosos soldados da Cruz, vencedores irresistíveis dos Mouros, irmãos afinal dos bem conhecidos mercadores com que os navegadores e comerciantes europeus se cruzavam nos portos do Atlântico e do Mediterrâneo.

Os Portugueses já haviam descoberto as ilhas de Porto Santo e Madeira que, nesse ano de 1425 (se não cinco anos antes), começou a receber colonos.

Contudo, nenhuma dessas circunstâncias se pode desprezar para se compreender o êxito da viagem do Infante. A bula de Nicolau V colocava o monarca português em pé de igualdade com os reis de França e Inglaterra, ao permitir que fossem ungidos na coroação (5). As ofertas do mapa-mundo,

---

(1) Leite de Faria, no citado estudo, documenta sobejamente a passagem por Pádua.

(2) Júlio Gonçalves — *o. c.*, pp. 177 e segs. — A estada em Veneza é, neste autor, documentada pela *Crónica* de António Morosini, em quatro «páginas coevas e ainda inéditas» (pp. 218, 223 e 309).

(3) Esteves Pereira — *o. c.*, pp. XXVII e segs.

(4) Francis M. Rogers — *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, pp. 35-58.

(5) A. Caetano de Sousa — *História*, II, p. 41. — Sobre o assunto, ver A. Brásio — *O problema da sagração dos Monarcas Portugueses*, pp. 23-49, e nota 1, da nossa p. 54.

sobre que se têm levantado pouco firmes conjecturas (1), e do livro de Marco Polo (2), se entraram em Portugal nesta ocasião, não podiam deixar de influir no ambiente sobejamente carregado, que impelia os Portugueses para o mar, constituindo, desse modo, mais um veículo de intercâmbio europeu, na hora da arrancada.

2 — **Novos descobrimentos, revelados no Estrangeiro**

2.1 — *As ilhas ocidentais do Atlântico e a costa de África, na nova cartografia.* — Qualquer que tenha sido a data do primeiro descobrimento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores que, como vimos, mais provàvelmente foram achados pelos Portugueses, aquele no século XIV e este no XV, a notícia da sua existência só alcançou foros de continuidade, quando se tratou do povoamento de ambos, que ninguém, antes deles, havia tentado.

Vários foram, então, os canais que levaram a boa nova — a diplomacia e os humanistas, colonos e comerciantes, devendo-se atribuir, no caso da Madeira, papel preponderante à exportação do açúcar.

O povoamento da Madeira deve ter começado em 1418-1419 (3) ou, mais provàvelmente, em 1425, conforme a Ordem do Infante (4). Desde então, alguns estrangeiros se prestaram a cooperar (5), merecendo

---

(1) Noticiado por António Galvão (neto de Rui Galvão, secretário de D. Afonso V e filho do cronista Duarte Galvão), no *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, 1944, p. 122. Sobre este mapa, além da nota dos anotadores desta última edição, na referida página, ver António Ribeiro dos Santos — *Memória sobre dois antigos mapas geográficos do Infante D. Pedro e do Cartório de Alcobaça*, in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Academia das Sciencias de Lisboa, x-8, pp. 2 e 275 e segs.

(2) Anuncia-o Valentim Fernandes, em 1502, no prefácio da sua edição do *Livro de Marco Polo*.

(3) Ver Zurara — *Crónica dos Feitos da Guiné*, pp. 360-361.

(4) Carta de doação do espiritual das Ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, à Ordem de Cristo, em 1460, in *Alguns documentos da Torre do Tombo*, p. 26.

(5) Sobre colónias de estrangeiros, nos primeiros séculos da Monarquia, ver Gama Barros — *História da Administração*, vol. v, pp. 313 e segs. — Sobre o povoamento da Madeira e dos Açores, além das obras clássicas de Dias Leite, anterior a 1579 (Ms. da B. A. C. L.), recentemente impressa: *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*, Introdução e notas de João Franco Machado, Coimbra, 1947; de Gaspar Frutuoso e António Cordeiro, do *Arquivo Histórico da Madeira* e dos *Archivos dos Açores*, ver Gama Barros — *o. c.*, pp. 313 e segs.: João Franco Machado — *Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira*, in *História da Expansão Portuguesa*, pp. 275 a 280; Jordão de Freitas — *Madeira, Porto Santo e Deserta, ilhas que*

imediata referência, o italiano naturalizado português, Bartolomeu Pallastreli ou Perestrelo, cavaleiro fidalgo da Casa do Infante D. Henrique e primeiro capitão de Porto Santo (1428), que depressa regressou a Lisboa (1).

Segundo Duarte Pacheco Pereira, o infante D. Henrique, desejando introduzir nas novas ilhas a cultura da cana do açúcar, mandou vir da Sicília não só o valioso vegetal, como também «mestres que o açúcar ensinaram fazer aos portugueses» (2). A frase deve entender-se no sentido de aperfeiçoamento de métodos, visto que já anteriormente se iniciara a experiência no Algarve, sendo conhecido mesmo o caso de um genovês, de Palma, a quem, no ano de 1404, foram coutadas, por D. João I, terras algarvias (Quarteira), para nelas plantar a cana do açúcar. A concessão anulava outra precedente (3).

Na Madeira, a cultura do açúcar faz-se notar no ano de 1433. Regista-se, mesmo, tentativa dos Genoveses de obterem o monopólio desse comércio e do das especiarias e pedrarias das costas africanas, no século XV e princípios do XVI. Salientam-se os nomes dos genoveses Adorno, Leone, Doria, Cattaneo, e os dos já mencionados de Palma, Lomellino (4) e Salvago. Fernando Leone viveu primeiro em Lisboa e passou à Madeira, no final do século XV, associando-se então a Urbano Lomellino, para a exploração

---

o Infante D. Henrique «novamente achou e povou», in *Memórias do Congresso do Mundo Português*, III, I, pp. 163-185; id., *As ilhas do Arquipélago dos Açores*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1 vol., pp. 291-304; *Colonização da Ilha de S. Miguel*, in *Archivos dos Açores*, Ponta Delgada, 1892, XII, pp. 159 e 160; Velho Arruda — *o. c.*; Charles Verlinder — *Formes féodales et dominiales de la Colonisation Portugaise*; id., *Un précurseur de Colomb: Le flamand Ferdinand van Olmer (1487)*; Damião Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 45-73.

(1) Zurara — o. c., p. 364 (João de Barros — *Déc. I*, p. 19), diz que era fidalgo da Casa do Infante D. João. Carlos de Passos — *Relações históricas luso-italianas*, p. 154.

(2) Duarte Pacheco Pereira — *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954, p. 120.

(3) Gama Barros — o. c., vol. V, pp. 316 e segs., vol. IX, p. 121, vol. X, pp. 149 e segs.; Lúcio de Azevedo — *Épocas de Portugal Económico*, pp. 213 e segs.; Duarte Leite — *Os primeiros açúcares portugueses*, in *Coisas de vária história*, pp. 218 e segs.; Vicente de Almeida D'Eça — *Normas Económicas na Colonização Portuguesa até 1808*, p. 22; H. Gomes de Amorim Parreira — *História do Açúcar em Portugal*, in *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, 1952, vol. VII, t. 1, pp. 28 e segs.; Virgínia Rau e J. Borges de Macedo — *O açúcar da Madeira nos fins do século XV (Problemas de produção e comércio)*, Lisboa; A. Iria — *O Argarve e os Descobrimentos*, I, pp. 381-386.

(4) Sobre este comerciante, ver Virgínia Rau — *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini*, Lisboa, 1956.

do açúcar. Nicolao Cattaneo (em português Catanho), naturalizou-se em 1486 (1). Acrescente-se a estes, o nome do genovês Micer João, que casou com a filha mais velha de Tristão Vaz Teixeira, primeiro capitão de Machico (2).

Apesar de tudo, os colonizadores estrangeiros na Madeira não atingiram grande número. Até ao fim do século XV, Álvaro Rodrigues de Azevedo apurou sòmente 25, sendo oito genoveses, quatro franceses e os restantes de diversas terras (3). Como acentua a Prof.ª Virgínia Rau, o produtor estrangeiro de açúcar na Capitania do Funchal é, pràticamente, de significado económico muito escasso, no *Livro do Almoxarifado dos açuquarres das partes do Funchall*, de 1494 (4).

Ainda, porém, que nenhum comerciante ou colono estrangeiro falasse, a simples produção sacarina, só por si, bastava como novo factor para chamar as atenções da Europa para o pequeno país do termo ocidental do Continente. E não precisou que a notícia da excelente qualidade do açúcar madeirense lhe chegasse através dos escritos de Alvise Cadamosto, que pela ilha passou em 1455, ou da *Crónica* de Nuremberga, de que nos ocuparemos adiante. A Europa pôde adquirir conhecimento directo, por meio da crescente exportação que, em 1480, carregou por conta de estrangeiros, «vinte naus de castelo davante e quarenta ou cinquenta outros navios». A maior quantidade vinha primeiro a Lisboa e daqui seguia para os mercados de Arrochela, Bretanha, Ruão, Flandres, Bristol, Sicília, Génova, Veneza, Roma, Constantinopla. Quase no final do século, a produção do açúcar madeirense alcançava a cifra de 80 000 arrobas em 1493 e 120 000 em 1498 (5).

Por seu turno, os Açores começaram a receber colonos cerca de 1439 (6), sendo muito cedo visitados por estrangeiros, sobretudo flamen-

---

(1) Prospero Peragallo — *Cenni intorno alla colonia italiana* in *Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, p. 23 — No capítulo VIII aparecer-nos-á um Duarte Catanho, espião e embaixador.

(2) António Cordeiro — *História Insulana*, Lisboa, 1866, 1.º vol., p. 80.

(3) Álvaro Rodrigues de Azevedo, *in* Gaspar Frutuoso — *Saudades da Terra*, Funchal, 1873, p. 514.

(4) Virgínia Rau e J. Borges de Macedo — *o. c.*, p. 23.

(5) Sobre o que constou na Itália, com relação à exportação de 1496, ver informação de Malipiero (capítulo II, 2.5).

(6) Velho Arruda — *o. c.*, p. LXXXVII. — Não falta quem pretenda recuar esta data para 1432 (Manuel Meneses — *O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira*, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. V, 1947, p. 42).

Staats- u. Universitäts-Bibliothek Hamburg Carl von Ossietzky

gos (1). As ilhas Terceira, Faial, Pico e São Jorge foram aquelas em que mais se notou a sua influência. Gama Barros fez a investigação e não encontrou nenhum em São Miguel, Santa Maria e Graciosa (2).

A da Terceira, ainda em vida do infante D. Henrique e pouco depois da descoberta, foi entregue, para povoar, a Jácome de Bruges, que se estabeleceu na parte da Praia, visto haver outra capitania. Trata-se de flamengo abastado que parece ter entrado ao serviço da sua Casa, por recomendação da duquesa de Borgonha, sobrinha-infanta, e casara numa casa nobre portuguesa (3). Além de portugueses, admitiu compatriotas seus, por exemplo, Fernão Dulmo (Ferdinand van Olm) (4), o mesmo que, sendo capitão da ilha, em 1486, se propôs descobrir, à sua custa, uma terra que se presumia ser a ilha das Sete Cidades. Por isso, nesse ano lhe concedeu D. João II (3 de Março de 1486) a doação da terra que achasse. Acompanhá-lo-ia um cavaleiro alemão, na sua ou na caravela de um português que também devia seguir (5). O projecto não teve efeito. Pelo menos, nada mais se sabe, e, no ano seguinte, ainda Dulmo se encontrava na Terceira (6).

Em 1460 a colonização prosseguia a passos lentos. A maior leva de flamengos chegou no tempo do infante D. Fernando (m. 1470), enviados por D. Isabel, duquesa de Bolonha, que terá mandado navios cheios do necessário para as culturas e construção de habitações. Em 1490 ainda havia alguns milhares de estrangeiros — alemães e flamengos.

A expedição de D. Isabel era capitaneada por Jos Dutra (Josse van Hurtere, ou Job van Huerter, que morreu em 1495), Senhor de Moerkerke,

---

(1) Sobre a colonização flamenga, ver António Ferreira de Serpa — *Os flamengos na ilha do Faial*, pp. 1 e segs.; id. — *Dois inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo*, pp. 5-7 e 243-246; Velho Arruda — *o. c.*, pp. CLXXIV e 97; Martin Behaim (*Apud* Velho Arruda — *o. c.*, p. 12) e Valentim Fernandes — in Velho Arruda cit., p. 18, ou *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 118; Jules Mees — *Histoire de la Découverte des iles Açores et de l'origine de leur denomination d'Iles Flamandes*, Gand, 1901 (tradução portuguesa em *Revista Michaelense*, n.os 2 e 3 (1919); E. do Canto — *Donatários da Ilha do Fayal e Pico*, Ponta Delgada, 1878.

(2) Gama Barros — *o. c.*, V, pp. 318-320.

(3) Beazley — *O Infante D. Henrique*, p. 232; Ch. Verlinden — *Un précurseur de Colomb*, p. 454; id. — *Formes féodales et dominiales de la Colonisation Portugaise*, pp. 18-20.

(4) Velho Arruda — *o. c.*, pp. CXLVIII-CLV e 79 e segs.

(5) *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, p. 58.

(6) Gama Barros — *o. c.*, V, p. 325.

que recebeu a capitania do Faial (1) e, mais tarde (1482), a ilha do Pico (2), que povoou com portugueses e flamengos.

Com a filha de Dutra casou o nuremberguês Martin de Béhaim, que lá viveu alguns anos, concluindo daí C. Raymond Beazley que o flamengo forneceu a notícia da colonização que figura no globo do germânico (3). Alguns flamengos passaram a outras ilhas (Terceira e S. Jorge), com Guilherme da Silveira (Willem van der Haghe), que deve ser o mesmo Guilherme Vandara (Wilhem van der Haagen) a que se refere Gama Barros, como primeiro povoador de S. Jorge (4).

Este movimento de estrangeiros, que ficavam livres de comunicar com a pátria nos seus próprios barcos (5), pode explicar o aparecimento das ilhas na nova cartografia europeia. Antes de 1439 (6), como recorda, por exemplo, Damião Peres, apenas se conhecem duas cartas em que se notam reflexos, aliás imprecisos, de descobrimentos portugueses: a de Baptista Becário, de 1435, e a de Andrea Bianco, de 1436. Esta carta revela claramente que ele recebeu informações de Portugal. A meio do Atlântico Norte lê-se a legenda: *questo xe mar de baga*, — o mar do sargaço, assim denominado pelos marinheiros portugueses, no regresso da costa ocidental da África (7). A figuração da lendária Antilia mostra bem que em Portugal

---

(1) Velho Arruda — o. c., pp. CII e CLXXXIII. — Há mais que uma versão sobre a vinda de Hurtere (Gama Barros — o. c., V, pp. 327-328; Verlinden — *Formes féodales et dominiales dans la Colonisation Portugaise*, p. 35).

(2) A informação é colhida nas legendas de Martin de Béhaim. Ver Velho Arruda — o. c., pp. LXVI, XCVIII, CLXXIV e segs., CLXVIII e 12. — Sobre os erros acumulados nessas legendas, ver Cardeal Saraiva — *Obras*, vol. V, pp. 180-183; E. do Canto — *Martin Béhain e o seu globo de Nuremberg*, in *Archivo dos Açores*, vol. I, p. 443.

(3) C. Raymond Beazley — *O Infante D. Henrique*, p. 232.

(4) Gama Barros — o. c., V, pp. 329-330.

(5) As cortes de Évora de 1481-82 pediram a D. João II que proibisse os estrangeiros de residirem nas ilhas, por exportarem as mercadorias directamente para fora de Portugal, sem pagar direitos. Visconde de Santarém — *Memórias para a história e theoria das Cortes Geraes. Alguns Documentos para servirem de provas à 2.ª parte*, pp. 243-244. O monarca respondeu que a residência desses colonos ficaria dependente de licença régia. Na ilha da Madeira foi restabelecida a faculdade de aí morarem, por alvará de 22 de Março de 1498 (Gama Barros, o. c., V, p. 330).

(6) As anteriores, que vimos atrás, só por hipótese comportam influência semelhante.

(7) Armando Cortesão — *P. M. C.*, p. XXXIII. — Sobre esta «volta da Mina» pelo «Mar dos Sargaços», pode ver-se Gago Coutinho — *a Náutica dos Descobrimentos*, 1.º vol., p. 200.

se esperava encontrar novas terras para além dos Açores, da mesma forma que o desvio da África para Oriente, encerrando o Índico num lago como o Mediterrâneo, pode servir para documentar as noções pouco firmes então vigentes, a respeito do caminho marítimo para a Índia (1). A ilusão de Diogo Cão, que veremos no capítulo seguinte, confirma estas mesmas indecisões, que levaram Bianco a escolher a parte pior.

Mas, a partir daquela data (1439), o conhecimento dos descobrimentos portugueses assume maior concretização no mapa de Gabriel Valsecca, da escola judaica da Catalunha, a que pertencia o famoso Abraão Cresques, pai de Jácome de Maiorca, que esteve ao serviço do infante D. Henrique.

Os nomes das nove ilhas açorianas, diferentes dos que se lêem nos cartógrafos anteriores, também ainda não são actuais. Contudo, pela primeira vez se vêem desenhados os Açores, já não dispostos N-S, mas com orientações NO-SE, em posição aproximada à que realmente ocupam (2), interessando sobremodo a legenda que o cartógrafo apôs junto dessas ilhas: «*Aquestes illes foran trobades p. Diego de Silves* (outros lêem Sunis, Simis, Simas, Sinus, Senill, Sevill), *pelot del rey de* Portogall an lay MCCCCXXVII» (3). Ele «varre do seu planisfério as ilhas da antiga sistematização portulânica anterior aos descobrimentos e debuxa, em seu lugar, oito ilhas com nomes exóticos, é verdade, mas numa posição mais próxima da real» (4). A informação que recebera, provinha, certamente, de fonte segura, visto revelar o nome do descobridor e a data do feito.

Estes dados novos parecem reflectir pormenores que, nesse preciso ano, seriam relembrados para a redacção das cartas régias da Regência, de confirmação de privilégios outorgados ao infante D. Henrique (5). Se havia vantagem em guardar sigilo a respeito do descobrimento da Madeira e dos Açores e, sobretudo, do povoamento, houve espia que levou para Maiorca

---

(1) Oscarre Peschel — *L'Atlante di Andrea Bianco dell'anno 1436*, pp. 12 e 14. — Ver também A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 67 e segs.

(2) Damião Peres — *o. c.*, p. 64; A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 77; id. — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.° vol., pp. 150-152.

(3) Sobre a leitura da legenda, ver Damião Peres — *o. c.*, que publica a fotografia dela (pp. 68-69). Idêntica reprodução em *O descobrimento dos Açores e da Terra Alta, na carta de Gabriel de Valsequa de 1439*, de Aires de Sá (in *Revista de História*, Lisboa, 1925, 14.° vol., n.os 53 a 56, pp. 254-255), em que também divulga outra porção do mapa (pp. 250-251); e na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, pp. 296-297. — Simas é a leitura preferida pelo visconde de Botelho, a que adere Armando Cortesão *(Cartografia e Cartógrafos)*, II, pp. 384 e segs., por se tratar de apelido muito antigo nos Açores.

(4) Velho Arruda — *o. c.*, p. LIII.

(5) Dias Dinis, *M. H.*, vol. VI, pp. 313 e segs.

a notícia de um e outro facto, colhida, talvez, já não de um navegador, como é o caso de Béhaim com relação a Diogo Gomes, mas porventura da própria chancelaria régia. Desse modo pôde alguém aproveitar-se de pormenores que ao Regente não interessou transcrever na carta régia.

Encontra-se, porém, ainda, uma nova faceta, nesta tarefa de exportação de notícias, não menos curiosa, qual é a de um cartógrafo italiano, Andrea Bianco, que a caminho de Londres teve acesso às cartas marítimas portuguesas e naquela cidade desenhou, ou acabou de desenhar, o célebre mapa de 1448, notável sobretudo (como veremos) a propósito da costa de África, mas também digno de alguma atenção, pela representação dos Açores, em que, como adverte C. Errera, introduz inovações (1). Além dos três grupos tradicionais de ilhas que se vêem nos cartógrafos anteriores, Bianco inclui dois outros grupos — um de cinco ilhas e outro, mais abaixo, de duas — dispostos num mesmo eixo, em direcção NO-SE. Deste modo, representava os Açores pouco antes descobertos, com excepção apenas das ilhas do grupo oriental, Flores e Corvo, encontradas mais tarde (2).

Em data mal definida, que uns críticos fixam antes de 1460, outros cerca de 1475 e uns terceiros em 1482 (3), desenhou o veneziano Chrystofalo Soligo (4) uma das cinco cartas que se lhe atribuem, conservadas no Atlas hoje designado por Egerton n.º 73, do Museu Britânico. Tem a particularidade de representar o arquipélago dos Açores quase correctamente situado, ainda que com as ilhas um tanto mal orientadas (5). Vê-se nela, a oeste das ilhas de nomenclatura antiga, outro grupo com os nomes dados

---

(1) C. Errera — *Della carta di Andrea Bianco del 1448 e di una supposta scoperta del Brasile nel 1447* (sep. de *Memorie della Società Geográfica Italiana*, vol. v, Roma, 1895, pp. 202-225) e em *Acta Cartographica*, Amesterdão, vol. v, pp. 202-225.

(2) C. Errera — o. c., p. 6; D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 73.

(3) Antes de 1460 (D. Peres — o. c., p. 72). Jaime Cortesão precisa: 1455 (o. c., I, p. 259). Cerca de 1475 (A. Cortesão — *P. M. C.*, vol. v, p. XXVII, e *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 181). A. Fontoura da Costa considera-os em globo, cerca de 1484 (*Uma Carta Náutica Portuguesa Anónima*, p. 16).

(4) Personagem de identidade desconhecida, cujo nome apenas aparece na primeira carta, não repugnando admitir o nome como do organizador do Atlas, e não, pròpriamente, do cartógrafo. (A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 90). A. Teixeira da Mota, no entanto, denomina-o «cartógrafo italiano» (*O Noroeste africano*, p. 181).

(5) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 91 — Sobre o Atlas, ver o artigo de Francisco A. Chaves — *Os Açores num Atlas manuscrito, feito em Veneza no XV século*, in *Archivo dos Açores*, vol. 13, pp. 63 e segs., com reprodução das seis cartas de maior interesse para os Açores.

pelo infante D Henrique: Santa Maria, Sam Michiel, Jhs Xps (Jesus Cristo, já no início do século XVI, denominada Terceira), Sam Piero (S. Jorge?), San Diniz (Faial), Salvis (Pico), Graciosa, San Tomas (Flores), Samtant (Santo Antão ou Santa Ana, isto é, Corvo). Mais para se notar é o facto de estarmos já em presença de «uma demarcação real e suficientemente verdadeira» (1), significando assim que o cartógrafo se serviu de mapa português da época do Infante, pois que, «logo após a sua morte, essas designações foram substituídas pelas que hoje têm». Teixeira da Mota, mais concreto, está convencido de que foi copiado de protótipo da Casa da Guiné, de traçado anterior a 1450 (1).

Se se trata de mapa elaborado a partir dos de que se serviram os pilotos que os demarcaram e os que conduziram as primitivas colonizações, conforme sugere Velho Arruda, não repugna atribuir aos colonos flamengos o seu transporte para fora de Portugal. Nem custa a aceitar que a notícia transpirasse do próprio Continente, mesmo de Lisboa. Com efeito, não faltavam aqui casas comerciais de italianos. No tempo do infante D. Henrique obtiveram contrato no comércio da cortiça o florentino Giovanni Gidete e os genoveses Marco Lomellino e Domenico Escoto. A coirama andava em mãos de estrangeiros, conhecendo-se contrato com genoveses de 1446 (2). O negociante Giovanni Bardi (3), em 1477 estabelecia em Lisboa loja de câmbios, e Giovanni Salvago, no reinado de D. Afonso V instituiu aí casa bancária e em 1500 naturalizou-se português (4).

A presença de Bartolomeu Marchionni, de que falaremos largamente noutro capítulo, é notada desde 1487, por ocasião da saída de Pêro da Covilhã para o Oriente (5), mas já em 1472 se havia naturalizado (6).

Todos estes nomes, e outros que se poderiam juntar, formam um conjunto que apenas se deve tomar como índice da intervenção de estrangeiros no nosso comércio, de que nem sempre é possível determinar o âmbito

---

(1) A Teixeira da Mota — *O noroeste africano*, cit., p. 182.

(2) Gama Barros — o. c., vol IX, p. 265.

(3) Sobre Bardi, ver Gama Barros — o. c., vol. X, pp. 199-200; Carlos de Passos — o. c., p. 155; Giuseppe Canestrini — *Intorno alle Relazioni Commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza*, p. 107.

(4) Carlos de Passos — o. c., p. 154.

(5) Leo Magnino — *António da Noli e la Collaborazzione fra Genovesi e Portoghesi nelle grandi scoperte*, Savona, 1963, p. 8 (trad. portuguesa, separata de *Studia*, n.º 10, Julho de 1962, p. 10); J. Cortesão — *A expedição de Pedro Álvares Cabral*, pp. 124-125; Id. — *Os Descobrimentos Portugueses*, 1.º vol., p. 524, nota, onde regista um documento de 28 de Fevereiro de 1475.

(6) Carlos de Passos — o. c., p. 163.

Fig. 3 — Mapa-mundo de André Bianco, desenhado em 1436

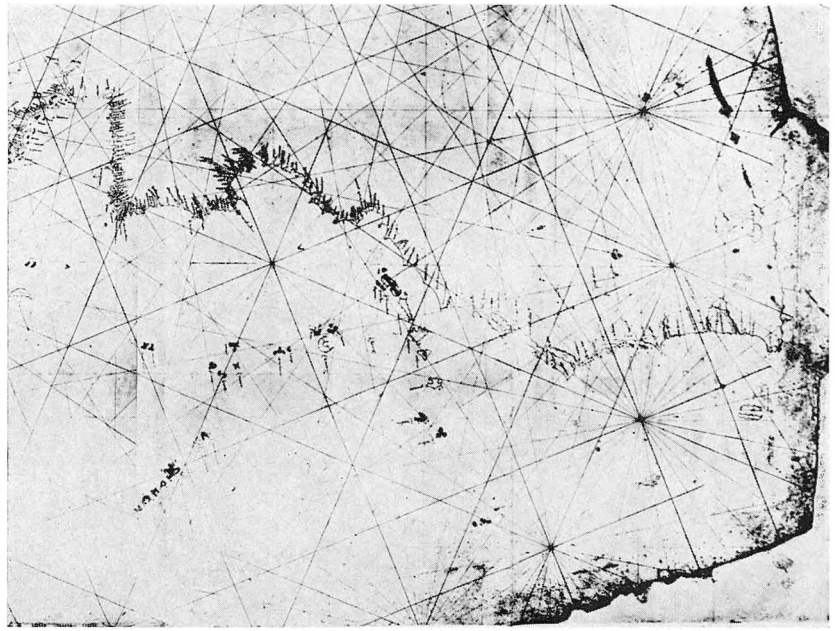


Fig. 5 — Trecho da carta de André Bianco, de 1448: litoral português e costa ocidental de África

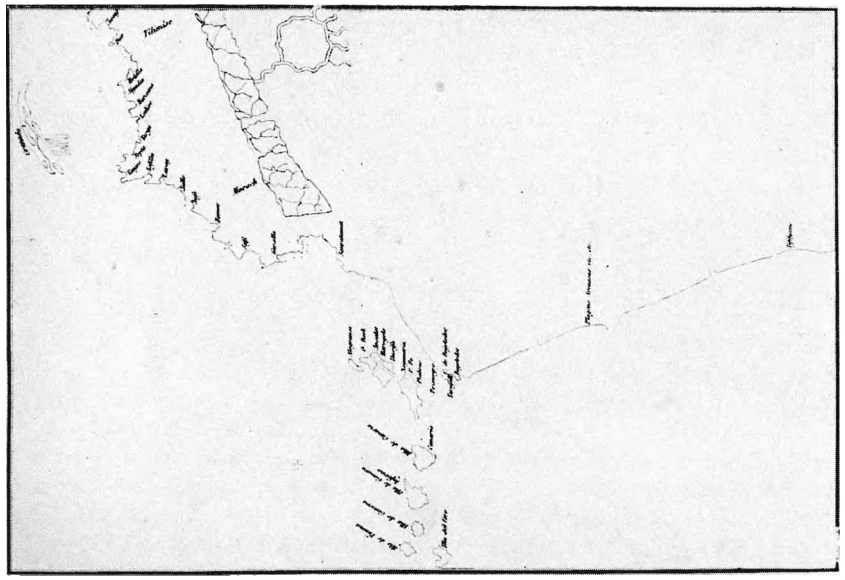


Fig. 4 — Troço da costa de África, traçado em Mallorca no ano de 1439, por Gabriel de Valsequa

Fig. 6 — Mapa-mundo de Fra Mauro (1459)

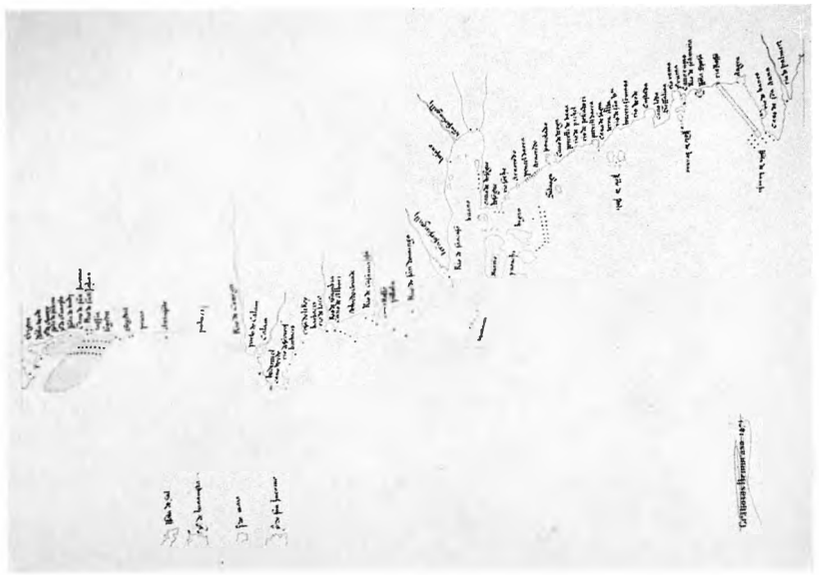


Fig. 8 — 2.º trecho da costa ocidental de África, da carta de Gracioso Benincaza, desenhada em 1467

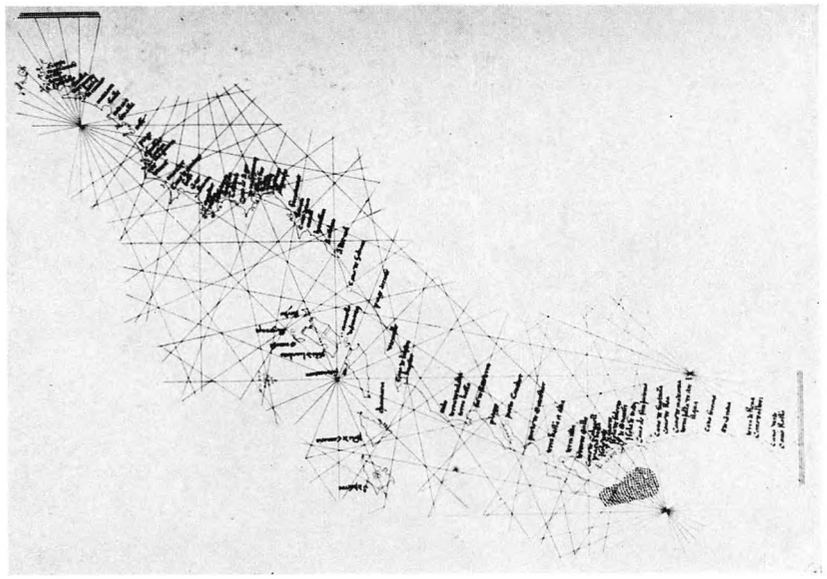


Fig. 7 — 1.º trecho da costa ocidental de África, da carta de Gracioso Benincaza, desenhada em 1467

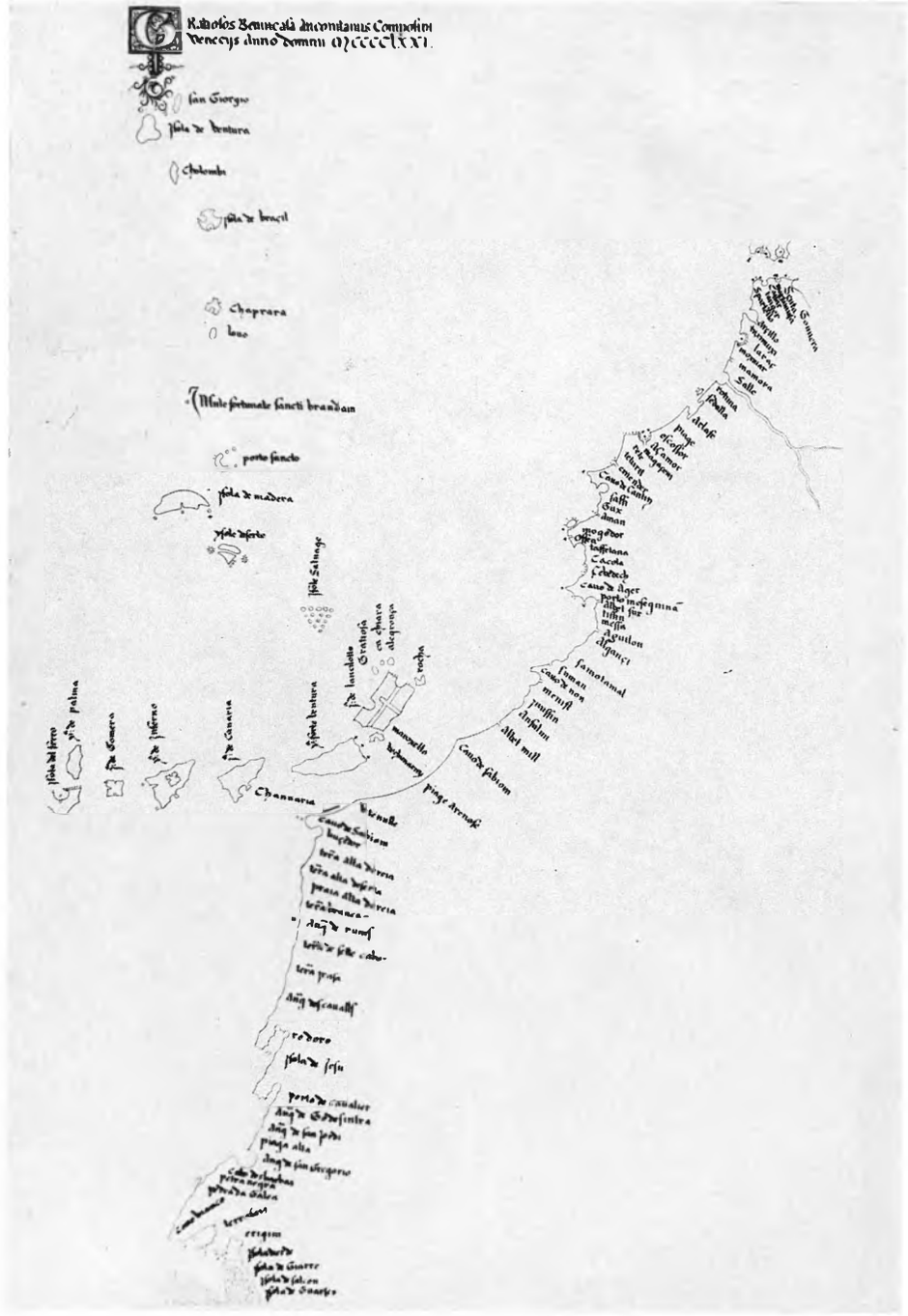


Fig. 9 — Ilhas atlânticas e costa de África, da carta de Gracioso Benincaza, delineada em Veneza, no ano de 1471

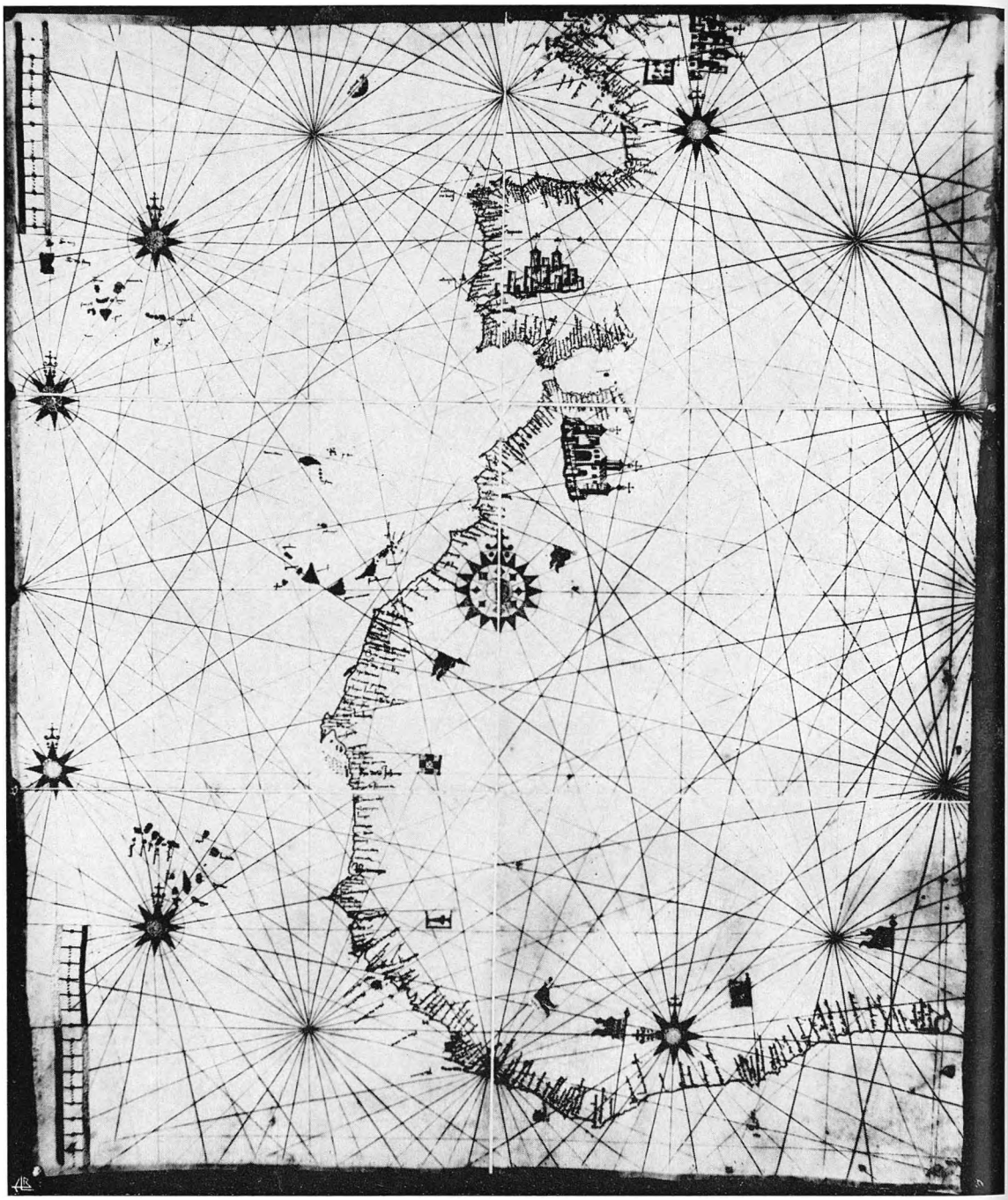


Fig. 10 — Carta portuguesa, de autor anónimo, do último quartel do século XV, que A. Fontoura da Costa atribuiu a c. de 1471

completo e respectivas datas do estabelecimento em Portugal e ilhas. Neles, porém, importa buscar a explicação plausível da exploração de muitas informações sobre os arquipélagos da Madeira e dos Açores, mesmo nos casos em que se não podem determinar os nomes.

A respeito do arquipélago de Cabo Verde, qualquer que tivesse sido o seu descobridor e o ano da descoberta (1), importa, antes de mais, frisar que a sua colonização foi, de início, em parte entregue a um estrangeiro — o genovês António da Noli, que em 1460 recebeu a capitania da Ribeira Grande, na ilha de Santiago (2), aí vivendo com um irmão e um sobrinho.

Mas a iniciativa da colonização viu-se a braços com sérias dificuldades e, em 1466, D. Afonso V foi forçado a conceder a Noli e demais habitantes de Santiago, o privilégio de irem «com seus navios, a trautar e resgatar em todos os nossos trautos das partes da Guiné», com excepção de Arguim (3). Arrendado a Fernão Gomes o «trauto da Guiné», em 1468, houve necessidade de limitar a costa do privilégio dos santiaguenses, o que só veio a efectuar-se em 1472 (4).

Entretanto, António da Noli, preso numa das incursões dos Castelhanos pelas terras africanas da soberania portuguesa (1476), cometeu «uma infidelidade ao soberano português», aceitando, em troca da liberdade, «a submissão total» e a continuidade na capitania, em nome de Fernando, o Católico. Por carta de 6 de Junho de 1477, o rei de Aragão tomava sob a sua protecção a ilha de Santiago, capitão e moradores, que passavam a ser «vassalos e tierras, de mi corona real» (5). Os tratados de Alcáçovas (4 de Setembro de 1479) e Toledo (6 de Março de 1480) restabeleceram a normalidade da soberania portuguesa, e quando Noli faleceu, em 1497, a doação da parte sul da ilha passou para o futuro marido da filha.

Ou António da Noli e seus familiares ou Cadamosto, quando saiu em 1463, transmitiram a notícia para fora do País. Assim se explica que,

---

(1) Noli andava no mar com Diogo Gomes, quando ambos avistaram as ilhas, tendo Gomes entrado primeiro em terra. A carta de doação das ilhas ao infante D. Fernando (19-9-1462) diz ter ocorrido em vida do infante D. Henrique.

(2) A capitania da Ribeira Grande foi dada a Noli imediatamente após a descoberta; a de Alcatrazes, a Diogo Afonso, é de 1462. (*O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 200; Sena Barcelos — *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, I, pp. 14-15; A. Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, 2.ª série, I, pp. 415-416).

(3) Barcelos — *ibd.*, pp. 5-6; Brásio — *ibd.*, pp. 431-435.

(4) Brásio — *ibd.*, pp. 446-450.

(5) J. Cortesão — *A Política do Sigilo*, p. 26.

desde 1468, as cartas de Gracioso Benincasa (1) registem, naturalmente, pela primeira vez, as ilhas principais (2): San Vicenço, San Nicolo, Sal, Bonavista, Mais, San Jacomo, San Felippo e Brava, aparecendo as de Santa Lúcia e Branca, no de 1469. Só mais tarde, já no reinado de D. João II, se encontram quase todos os nomes, em geral mais próximos dos actuais, na segunda carta de Soligo, como veremos adiante.

Simultâneamente à saída dos novos achamentos de ilhas, passaram também as boas novas da navegação pela costa de África abaixo, iniciada com êxito, poucos anos depois das descobertas da Madeira e Açores, por Gil Eanes. Di-lo João de Barros, e assim tinha de ser, porque, dobrado o cabo Bojador em 1434, nascia uma nova era para os conhecimentos sobre essa costa. Se é certo que este facto não provocou imediatamente a euforia nos geógrafos, não é menos verdade que galvanizou as imaginações de muitos aventureiros e abriu perspectivas fascinantes aos homens de comércio.

Zurara conta que a fama destas navegações henriquinas chegou à corte de Roberto, rei da Dinamarca, Suécia e Noruega (3), não faltando logo «um gentil-homem» de sua casa, de nome Valarte, que desejou «veer mundo» e partiu para Lisboa. Deu-lhe o infante D. Henrique a licença impetrada para ir à terra dos negros, tendo chegado a Cabo Verde (1447), em caravela portuguesa. Pisou terra na ilha da Palma, «que he terra de Negros acerca de Cabo Verde» e, noutro lugar mais adiante, foi morto ou cativo (4).

Possivelmente em data perto do casamento da infanta D. Leonor com Frederico III (1451), de que nos ocuparemos mais adiante, entrou em Lisboa um sujeito de nome Baltasar, «gentil-homem da Casa do emperador» (5), com propósito, que aliás realizou, de ser armado cavaleiro em

---

(1) Biografia e obra dos cartógrafos deste apelido, em E. Emiliani — *Le carte nautiche dei Benincasa, cartografi anconetani*, in *Bollettino della R. Società Geografica Italiana*, vol. LXXIII, pp. 485-510. Ver ainda G. R. Crone — *The Voyages of Cadamosto and other documents on Western Africa in the second half of the fifteenth Century.* — pp. XXXII-XXXVI; A. Teixeira da Mota — *Influence de la Cartographie Portugaise*, p. 226; Visconde de Santarém — *Opúsculos e Esparsos*, vol. II, pp. 235, 238, 241 e 242.

(2) O primeiro documento oficial em que surgem os nomes de algumas (*Lana* — Sal; *Sam Christovam* — Boavista; *Mayaes* — Maio; *Sam Jacobo* — Santiago; *Fellipe* — Fogo) tem a data de 3 de Dezembro de 1460. — *In* A. Brásio — o. c., pp. 409-410.

(3) Não se chamava Roberto o rei destes países. A Margarida (m. 1412), sucedeu Henrique IX, que foi deposto em 1438, seguindo-se-lhe Cristóvão III (1440-1448). (A. Cappelli — *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, Milão, 1930, p. 556).

(4) Zurara — o. c., pp. 412 e segs.

(5) Id., *ibd.*, pp. 90 e 93; Barros, *Déc. I*, p. 34.

Ceuta, para «ganhar honra». Não quis voltar à pátria sem primeiro observar uma grande tormenta no mar. Embarcou com Antão Gonçalves e foi até ao Rio do Ouro, regressando à sua terra natal, «honradamente e com grande benfeitoria do Infante». Também ele, informa Barros, viera a Portugal porque «neste tempo por toda a Europa se falava neste descobrimento da Guiné, como na mais nova cousa que se podia dizer».

Já vimos que ainda no tempo de D. Afonso V, porventura pela mesma ocasião, por cá andava outro alemão, de nome João Tomé, «escrivão e encadernador de livros». Depois destes, a outros estrangeiros, como Alvise de Cadamosto e Antonietto Usodimare, de que falaremos adiante, foi concedida semelhante oportunidade. Vinham de suas terras (Cadamosto, em viagem de negócio para o Atlântico Norte, terá tomado a resolução no Algarve), sobretudo atraídos pelo desejo de alcançarem novos mercados e produtos desconhecidos, próprios das terras dos negros.

Quem primeiro, depois dos comerciantes e dos curiosos, se aproveitou do novo condicionalismo geográfico, foram, certamente, os cartógrafos que, até ao tempo do infante D. Henrique, pouco mais haviam podido modificar nos seus mapas do que a costa até ao cabo Bojador, como era o caso de Giovanni de Carignano (c. de 1320), Dulcert (1339), Pizzigani (1367) e Abraão Cresques (1375). Progressivamente melhoraram os contornos do norte de África e da Mauritânia, até pouco abaixo do ponto fronteiro às Canárias, mas daí não passaram, porque, se algum navegador transpôs o cabo Bojador, nenhum conseguiu trazer a boa nova à Europa (1). Por isso, conforme observa Mauny, nenhum progresso se registará na cartografia das costas sarianas, até à descoberta portuguesa (2).

E assim, o primeiro mapa que recolhe os novos dados, é o do veneziano Andrea Bianco (1448), que mais tarde há-de trabalhar na encomenda do planisfério de Fra Mauro, como veremos, registando as viagens das Canárias e do Bojador, alguns anos antes de Zurara redigir a Crónica da Guiné (3).

---

(1) Charles de la Roncière — *La Découverte de l'Afrique*, vol. I, estampas VI, VII, VIII e IX; vol. II, est. XXXIV; Mauny — *o. c.*, pp. 49 e segs. e 85 e segs.; Santarém — *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 1 e segs.; Gago Coutinho — *A Náutica dos Descobrimentos*, 1.º vol., pp 195 e segs.

(2) Mauny — o. c., p. 51.

(3) Publicado em facsímile, por Teobaldo Fischer, em Veneza, 1881, e amplamente estudado em 1935, pelo príncipe Youssouf Kamal. — Ver, a este respeito, C. F. Wieder — *L'importance historique du portulan dessiné par Andrea Bianco* (Com reprodução da Carta); A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 76 e segs., Id. — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., p. 145; A. Teixeira da Mota — *Influence de la Cartographie Portugaise*, pp. 224 e segs.; Errera — *Della carta di Andrea Bianco del 1448*, p. 8.

Na passagem por Lisboa, a que já nos referimos, recolheu nada menos que 34 topónimos da costa africana, abaixo do cabo Bojador, sendo os dois últimos, cabo Verde e cabo Raso, este, mal colocado, como adverte A. Fontoura da Costa (1). Mesmo assim, corresponde ao cabo Roxo, limite norte da costa da Guiné, aproveitando, por isso, conforme aclara Armando Cortesão, o resultado da viagem de Álvaro Fernandes, em 1445, e navegações anteriores (2), sobretudo de Dinis Dias (1444).

Mais do que os topónimos, há que vincar a perfeição do traçado do litoral, que levou Wieder a escrever que «en longement les côtes de l'Afrique sur le portulan d'Andrea Bianche ont peut les reconnaître comme étant les mêmes côtes représentées sur nos cartes marines modernes», embora exagere pormenores (3). Este mesmo autor observa até que, correspondendo muito embora esses pormenores, de uma maneira geral, quanto à posição, à narrativa de Zurara, ao cronista não foram fornecidos os resultados das explorações que figuram na carta de Bianco. Esse é, aliás, um dos defeitos já notados por alguns críticos, a respeito do carácter geral de toda a sua crónica — defeitos, não esqueçamos, provenientes da diversa finalidade dessas obras.

A partir deste mapa de 1448, ficarão correctamente determinados o rio do Ouro, o cabo Branco, o rio Senegal (ainda sem nome), a desaguar por dois braços; e os cabos Verde e Roxo, além de algumas ilhas do arquipélago dos Açores, como já vimos. Sobem a 35 os topónimos, para além do Bojador, que nela aparecem pela primeira vez, alguns escritos em português claro.

Como conseguiu, porém, o cartógrafo italiano obter estes dados geográficos? Ainda não se encontrou resposta satisfatória. Contudo, uma só forma parece viável: a cópia ou simples apontamentos, a partir da carta-padrão que se guardava no Paço e no Armazém da Guiné. Era costume, como postulava a boa ordem da empresa dos descobrimentos, assinalarem-se numa carta oficial os novos pontos geográficos e particularidades que importavam à navegação e constituíam normas prescritivas para as expedições seguintes. A Cartografia em Portugal nascera com a nova era das explorações atlân-

---

(1) A. Fontoura da Costa — *Uma carta náutica*, p. 16.

(2) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 78-79, onde aduz opiniões contrárias. Reproduz os topónimos na p. 80. — Ver também, a sua *História da Cartografia Portuguesa*, 2.° vol., pp. 144 e segs.

(3) Wieder — o. c., p. 200.

ticas, possìvelmente sob influência genovesa (1), desenvolvendo-se com a vinda de Mestre Jácome de Maiorca, judeu converso (entre 1420 e 1427), que Duarte Pacheco Pereira e João de Barros apresentam como fundador da escola cartográfica portuguesa (2).

Com André Bianco estava dado o primeiro passo, ao menos, quanto se conhece, da difusão de notícias geográficas para as mesas de trabalho dos cartógrafos estrangeiros, que cremos ser o primeiro autorizado pelo monarca português. O segundo verificou-se poucos anos mais tarde, quando D. Afonso V (ou o infante D. Pedro?), ainda em vida do infante D. Henrique, encomendou o planisfério de Fra Mauro, em que aquele cartógrafo colaborou (3).

Com base nas «nuove carte de quel navegar» das «caravele», que conseguiram «açerchar e veder ad ochio», nas quais já se liam «nomi nuovi» que os nautas davam «a fiumer e costi, cavi, porti», Fra Mauro e Bianco traçaram a carta, geralmente datada de 1457-1459 (4). Na legenda inserta entre a *Ethiopia Occidental* e a *Ethiopia Austral,* a que pertencem os incisos aspados, Fra Mauro diz expressamente que «di qual ne ho habuto copia», isto é, «das quais obtive cópia».

O seu mapa-mundo, desse modo, ficava com quatro espécies de fontes de informação: ptolomaicas, na generalidade e na ausência das seguintes; viagens terrestres de Marco Polo; fantasias árabes; viagens marítimas dos portugueses (5).

Fra Mauro, monge do convento camáldulo da ilha de S. Michele de Murano, uma milha ao norte de Veneza, pode ter conversado com o infante D. Pedro, que visitou os monges em 1428, iniciando-se então o envio de informes sobre as explorações atlânticas, conforme sugerem alguns autores (6); ou apenas na altura da encomenda (1456), como é mais provável (7).

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa,* pp. 73, 81 e 104-108.

(2) Gonçalo de Reparaz — *«Mestre Jacome de Malhorca», cartógrafo do Infante,* p. 3.

(3) Placido Zurla — *Il Mappa di Fra Mauro Camaldolense,* pp. 79 e segs.

(4) Reproduzida em inúmeras publicações, por exemplo, D. Placido Zurla — o. c.

(5) Visconde de Santarém — *Estudos de Cartografia Antiga,* I, pp. 94-101, e Jaime Cortesão — o. c., pp. 371 e segs. Este autor enumera quatro, mas diferentes: mediterrânea (italianos), índica (árabes), atlântica (portugueses) e abissínica (monges etiópicos), p. 376, e *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses,* p. 32).

(6) Por exemplo, Júlio Gonçalves — *O Infante D. Pedro,* p. 247, que cita Silva Marques.

(7) Jaime Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses,* I, p. 373.

Serviu de intermediário o veneziano Stefano Trevisano, que a trouxe para Lisboa, em 24 de Abril de 1459 (1).

Porém, que espécie de descobrimentos puderam ser transmitidos oficialmente aos cartógrafos italianos? Em princípio, todos os efectuados até à data da encomenda, a que se poderiam ir juntando os subsequentes, por exemplo, os das viagens em que Cadamosto tomou parte e todos os mais, até meses antes da morte do infante D. Henrique. Mas, à medida que se aproximava esse termo, menores teriam de ser as modificações, que acabavam por se reduzir a simples acrescentamentos topográficos, sem alteração do traçado da costa. Jaime Cortesão parte do mapa de Fra Mauro, para determinar o extremo das viagens henriquinas, avançando-se muito além da Serra Leoa (2). Por não nos interessar aqui a consideração dessas que o próprio autor classifica de hipóteses, temos de as pôr de parte e seguir a tese geralmente admitida, sobretudo porque apenas nos importa conhecer a extensão das informações enviadas para a Itália, e essas, vê-se com clareza no mapa, nem ultrapassam, cremos, o cabo Verde.

Até este ponto, a carta já está mais ou menos traçada com exactidão. Em seguida, porém, arredonda-se, em curva hipotética, num profundo *Sinus Ethiopicus*, que acompanha, para leste, o curso do Senegal e do seu afluente, um e outro em quase ligação com o Nilo. Para o sul, a costa continua no sentido SE, descendo muito mais do que devia, até ao possível golfo da Guiné, desenhado em muito pequenas dimensões (no mapa só se lê a palavra *Garbin*, na península cujo lado sul serve de limite norte do golfo). Daí por diante, a costa ainda se distancia mais da realidade, terminando por se ligar à parte oriental conhecida pelos Árabes. Quer dizer que o traçado da costa ocidental africana, que pode todo ele ter sido copiado de uma carta portuguesa, só é moderno até ao cabo Verde, ou seja até ao ponto em que haviam chegado ao nautas lusos. Aí se observam as proeminências do cabo Não e do Bojador, razoàvelmente salientes, para dificultarem a navegação e amedrontarem os nautas. Ainda se não entra em linha de conta com as navegações de Diogo Gomes, Cadamosto (3) e Pedro de

---

(1) Sousa Viterbo — *Trabalhos Náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Parte I, p. 4; A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 121 e segs.

(2) J. Cortesão — o. c., pp. 375 e segs.

(3) Guido Pó — *Le Scoperte Marittime*, p. 626, entre outros, afirma que já contém as terras visitadas por Cadamosto, não faltando quem pense que essas notícias terão sido fornecidas pelo próprio navegador. Parece pouco provável que houvesse necessidade disso, quando a iniciativa pertencia à própria Coroa. Demais, o descobrimento não se devia a ele: «Gambia. Ano 1455. Foy descuberto ho ryo de Gambia per (espaço

Sintra à Serra Leoa (cerca de 1460) e, muito menos, com as de João de Santarém, Pêro Escobar pelo golfo da Guiné até às ilhas de S. Tomé e Príncipe, e Fernando Pó (1471-1472).

Parece-nos que é Beazley quem tem razão: na representação da costa ocidental de África, o mapa causa talvez decepção; a baía do Rio do Oiro (?), ao sul do Sara, é exagerada, ao ponto de se tornar irreconhecível (1). Quanto à nomenclatura e às ilhas atlânticas, pouco há que dizer, uma vez que apenas incluiu as da Madeira, Porto Santo e Canárias, porventura a de Santiago (2), faltando, pois, as dos Açores (3). Por isso, o nome de Fra Mauro continua a ser excluído da relação dos cartógrafos que aproveitaram a nomenclatura portuguesa para a costa ocidental de África (4). Em vez de topónimos, Fra Mauro deve ter recebido apenas a informação que fixou nalgumas legendas.

Com efeito, apenas se incluem os topónimos de que Bianco tivera conhecimento, para a sua carta de 1448. A explicação mais plausível para a omissão, na parte restante, não obstante Fra Mauro ter recebido «novas cartas», é a de que o mapa que veio para Portugal e uma cópia que ficou

---

em branco), criado do Iffante, seendo com elle dous mercadores, cada huum com sua caravella, scilicet, huum genoves chamado Antoniotto e o veneziano chamado Luys de Mosto» *(O Manuscrito de Valentim Fernandes,* ed. cit., p. 73). «Ryo Grande 1456, 3 caravellas, scilicet, huum criado scudeyro do Iffante e huum genovês Antoniotto e huum veneziano Luys de Mosto descobrirom este ryo...» (*Ibd.*, p. 232). Quem primeiro atingiu o Gâmbia foi Estêvão Afonso, referindo-se, pois, a este, o espaço deixado por Valentim Fernandes. Era, aliás, sempre assim: nunca um estrangeiro comandou frotas de descobertas. Demais, Cadamosto entrou em Portugal no ano de 1454 e saiu de Lisboa em 1463, e a feitura do mapa decorre entre 1456-1459.

(1) Beazley — *O Infante D. Henrique*, p. 313. — A. Cortesão interpreta o *Sinus Ethiopicus* como sendo o golfo da Guiné (*P. M. C.*, I, p. XXXII). Ver a sobreposição do mapa de Fra Mauro (em esquema), numa carta moderna, em Jaime Cortesão, o. c., I, pp. 378-379. — Reproduzido pela primeira vez, em tamanho natural, pelo visconde de Santarém, em 1854 (A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, II, p. 395). Reprodução fotográfica do mapa de África, de Fra Mauro, em Beazley — o. c., pp. 280-281. (Interessa-nos a direita do mapa). Também estampado na posição moderna, por Damião Peres — o. c., pp. 110-111.

(2) Zurla — o. c., p. 63.

(3) Velho Arruda — *As ilhas ocidentais na cartografia medieval*, in o. c., pp. XXXIII e segs.; A. Fontoura da Costa — *As ilhas de Cabo Verde na cartografia, desde o seu descobrimento até 1506-1508*, in *Cartas das ilhas*, pp. 55 e segs.

(4) A. Fontoura da Costa — *Nomenclatura portuguesa dos Descobrimentos marítimos africanos...*, in *Descobrimentos marítimos africanos*, pp. 39 e segs.; A. Teixeira da Mota — *O Noroeste Africano na Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 173 e segs.

em Veneza, única que hoje se conhece, embora semelhantes no traçado essencial, não deviam ser iguais (1).

O interior da África ostenta orgulhosamente o Preste João, colocado na Abássia, muito desviado para o sul, estendendo-se os seus territórios até às costas do mar austral. Deixava a impressão, como adverte o conde de Ficalho, de que, continuada a navegação, se deveria chegar a sítios do litoral das terras do Preste João (2).

De forma que, a maior valia, à parte o facto de ser um belo exemplar lindamente iluminado e constituir o mapa que reúne «todas as informações que no seu tempo se podiam obter» (3), está na persuasão, que era a dos dirigentes portugueses, da possibilidade de se contornar o continente africano, como se lê numa das legendas (4). Isto, sem contar com a perfeição das costas do Mediterrâneo e ocidental da Europa, que arranca a C. Raymond Beazley a afirmação de que «quase podem adaptar-se a uma moderna carta do Almirantado», depois de o mimosear com o elogio máximo: «É o primeiro atlas científico» (5).

Nos anos seguintes prosseguiram as viagens marítimas e não faltou mais quem soubesse aproveitar-se dos novos conhecimentos. Estava dado o alarme entre os cartógrafos europeus. Grazioso Benincasa, nas cartas de 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1471, 1473, 1474 e 1480, inclui a nomenclatura que lhe terá fornecido Cadamosto, dos descobrimentos até à Serra Leoa (6), mostrando-lhe, porventura, também, carta muito recente, copiada daquela em que se costumavam acrescentar os novos descobrimentos. Ao

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 86, também aceita esta explicação, que é de Jaime Cortesão.

(2) Conde de Ficalho — *Viagens de Pero da Covilhan*, p. 31.

(3) Greenley — *A viagem de Pedro Álvares Cabral*, p. 60.

(4) Embora caia fora do âmbito do nosso trabalho, não queremos deixar de referir a questão que lavra entre os eruditos, sobre o pretenso conhecimento que as legendas revelam, do cabo da Boa Esperança e do estreito de Magalhães. Ver, a este respeito, Damião Peres — *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circum-navegação da África austral por Bartolomeu Dias*, Lisboa, 1960.

(5) Beazley — o. c., p. 275.

(6) A. Fontoura da Costa — *Descobrimentos marítimos africanos*, p. 40. As cartas de 1467 e 1471 encontram-se reproduzidas nos atlas do visconde de Santarém, de 1841 1844 e 1849, que também se lhe refere em *Estudos de Cartografia Antiga*, I, pp. 101-111. As cartas de Grazioso Benincasa foram «admiràvelmente descritas», segundo Fontoura da Costa (*Cartas das Ilhas*, p. 55), por Emiliani — *Le Carte nautiche dei Benincasa, cartografi anconetani*. Sobre variantes destes mapas, ver A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, II, pp. 383 e segs.

facto natural de querer, com ela, ilustrar as duas *Navegações*, pode juntar-se a circunstância de a sua narrativa apenas referir, quase todos em italiano, 19 topónimos ao sul do rio Grande, enquanto Benincasa, na carta de 1468, regista, pelo menos, 37, na maioria, em puro português (1). Na primeira, apenas aparece, ainda, o nome do cabo Bojador, mas na de 1467 «la toponimia giunge al C. Rosso» (2), não contando, pois, com a viagem de Sintra, que chegara 20 grau mais a sul — ao cabo Mesurado. É na carta de 1468 que se regista este último cabo, pela primeira vez. Mas, num outro, da mesma data, acrescenta, mais abaixo, o topónimo *Sca. Maria*, que é o extremo a que chegou Pedro de Sintra, terminando aqui, por conseguinte, a informação de Cadamosto. Nos mapas deste ano de 1468, a nomenclatura da costa africana aparece enriquecida com uns quarenta novos nomes e modificada, em parte, não só a nomenclatura como o traço da costa, entre o cabo Bojador e o cabo Roxo. Conforme já frisámos, é neste ano que surge, pela primeira vez, o arquipélago de Cabo Verde (3). Na de 1471 não passa do cabo de Santana e rio das Palmas (atrás do cabo Mesurado), quando, afinal, na carta-padrão se puderam incluir topónimos até ao rio do Lago, no golfo da Guiné (4).

Além de quase todas as ilhas cabo-verdianas que, pela primeira vez, entravam na cartografia, como atrás se salientou, estas cartas, ao traçarem a costa ocidental africana, «levam o cunho das informações portuguesas que ele obteve, além das que Cadamosto lhe forneceu (5). Cinquenta e cinco novos topónimos se encontram entre o cabo Verde e o Mesurado (6).

De toda a cartografia quatrocentista, o mapa mais importante é, porém, de feitura portuguesa, desconhecendo-se, no entanto, autor e ano em que foi traçado. Igualmente se ignora como e em que data passou para o estrangeiro. A insistência de referências à Bretanha (traçado do Atlântico Norte Leste, bandeira bretã, igreja desenhada na Bretanha) não significará que a cópia foi feita para alguém influente nesse país, tendo o desenhador,

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 89-90; Id. — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.° vol., pp. 184-196.

(2) G. Caraci — *In tema di collaborazione Italo-Portoghese all'Epoca delle grandi scoperte geografiche*, p. 3.

(3) Emiliani — *o. c.*, cit., p. 494.

(4) A. Fontoura da Costa — *Uma Carta Náutica Portuguesa*, pp. 67 e 70. Nas pp. 63 e segs. o autor recolhe a nomenclatura destas cartas e da de Soligo, c. 1482.

(5) Id. — *Cartas das ilhas*, pp. 55-56. Aí, pp. 55-58, vêm indicados os lugares onde hoje se encontram.

(6) A. Cortesão — *o. c.*, p. 88.

ao copiar todo o mapa, acrescentado essas referências, como que a completar a carta, que para o sul já teria as igrejas de Lisboa e Marrocos e as restantes bandeiras, como também trazia traçada a costa de Portugal, Espanha e África?

Conserva-se hoje na Biblioteca Estense de Módena (1). A. Fontoura da Costa situa-o cerca de 1471, por só registar descobrimentos marítimos até esse ano (rio de Santarém, descoberto em fins de 1470, por João de Santarém; a Mina do Ouro — local descoberto por Santarém e Escobar, em Janeiro de 1471; o rio do Lago, a cerca de 90 léguas da Mina (actual Elmina Bay), encontrada pelos mesmos navegadores, segundo A. Teixeira da Mota, entre 1471 e 1482 ou 1471 e 1485. A primeira data é a da descoberta do rio do Lago; a segunda, da construção do Castelo da Mina, e a terceira — a que mais importa ao nosso propósito — corresponde ao ano aproximado em que se criou a carta graduada em latitude (2). A. Cortesão opina que «foi feita num dos anos do último quartel, ou, para ser mais explícito, das últimas três décadas do século XV» (3). Mas, como em Arguim e na Mina se edificaram castelos, o último em 1482, e nenhum deles figura na carta, afigura-se-nos mais aceitável este ano para extremo *ad quem*.

Trata-se de uma carta náutica que, por isso, sòmente revela nomenclatura nas costas, possìvelmente cópia da carta-padrão del-rei, dos Armazéns da Casa de África, a que se acrescentaram dezassete rosas-dos-ventos, sete das quais artìsticamente iluminadas, duas flores de lis e nove bandeiras — duas portuguesas, uma bretã e seis diversas, que devem pertencer a chefes locais, como sugere A. Fontoura da Costa. Descreve o litoral do Atlântico Oriental, desde o norte da França até ao rio do Lago (golfo da Guiné), sem esquecer os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. A. Fontoura da Costa classifica-a de «a melhor fonte portuguesa para a denominação, localização e sua consequente identificação dos descobrimentos marítimos da costa africana, com D. Henrique (até 13 de Novembro de 1460),

---

(1) Revelada em 1926, por Roberto Almagià (*Notizia di quattro carte nautiche della R. Biblioteca Estense,* in *La Bibliofilia,* ano XXVII, pp. 337-347), foi em 1940 reproduzida e estudada minuciosamente por A. Fontoura da Costa — *Uma Carta Náutica Portuguesa.* Também inserta em *P. M. C.,* I, estampa 2.

(2) A. Teixeira da Mota — *O Noroeste africano,* p. 180; id. — *A Descoberta da Guiné,* in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa,* n.º 1, p. 43; id. — *Influence de la Cartographie Portugaise,* p. 226.

(3) A. Cortesão — *P. M. C.,* I, p. 4.

do Bojador à Serra Leoa; e com D. Afonso V (até 1471), da Serra Leoa ao Rio do Lago».

As costas estão identificadas com bastante toponímia portuguesa, escrita em «cursivo das escritas portuguesas do século XV» (1), de que relevamos a principal: cabo Bojador, rio do Ouro, angra de Gonçalo de Sintra, Pedra da Galé, cabo Branco, Arguim, cabo do Resgate, ilhas das Garças, rio de S. João, angra de Santana, rio Senegal, cabo dos Mastros, Barbacins, rio de Gâmbia, Casamansa, rio de S. Domingos, Bissau (pela primeira vez aparece com correcção), rio Grande, rio do Nuno, cabo da Verga, ilhas dos Ídolos, Serra Leoa, rio das Palmas, rio das Galinhas, cabo Mesurado, rio de S. Paulo, rio de S. Vicente, cabo das Palmas, Aldeia de Portugal, rio de Santo André, Barreiras Vermelhas, Sete Aldeias, rio de Santarém, Serra de Santa Apolónia, Três Pontas, Mina do Ouro, Aldeia de duas partes, cabo das Redes, serra Morena, rio da Volta, Mata do Repasso, Três Palmas, as Gazelas, Alhandra, Vila Longa e rio do Lago.

2.2 — *A política dos casamentos e o de Frederico II, com D. Leonor.* — Ao firmar a sua independência na vontade do povo soberano, Portugal procurou, naturalmente, consolidá-la pela via diplomática, conseguindo enlaces com famílias reais, senhores ou nobres mais influentes na Europa. Sem nos afastarmos da descendência imediata de D. João I, o quadro das relações com as principais Casas Europeias é surpreendente e, por demais, significativo.

Logo o príncipe *D. Duarte,* como vimos, casou com D. Leonor de Aragão e o infante *D. Pedro* com D. Isabel, filha de D. Jaime II, conde de Urgel, e de D. Isabel, infanta de Aragão (2). Por isso, seu filho D. Pedro, Condestável de Portugal, chegou a ser coroado rei de Aragão, tendo ainda outro filho, D. João, duque de Coimbra, que se intitulava príncipe de Antioquia e regente de Chipre e não subiu ao trono deste reino por haver falecido em vida do sogro (3). A infanta *D. Isabel* matrimoniou-se com Filipe, o Bom, duque de Borgonha, Luxemburgo, conde da Flandres, Artois, marquês do Sacro Império, etc. (4). Sua filha, D. Maria de Borgonha, foi

---

(1) A. Fontoura da Costa — o. c., p. 9. Nas pp. 59-62 divulga o traçado da costa africana, com toda a nomenclatura do mapa português, desde o cabo Bojador.

(2) Sousa — *História,* II, p. 42.

(3) Id., *ibd.,* pp. 45 e 49.

(4) *Relation de l'ambassade envoyée par Philippe-le-Bon en Portugal, pour demander en mariage (...) l'infante Isabel, ainsi que du voyage (...) et la réception de l'Infante en Flandre: Octobre 1428 — Janvier 1430,* s./l. n./d. (B. G. U. C.). Sousa, *ibd.,* p. 67;

mulher do arquiduque de Áustria, depois imperador Maximiliano (1477) (1) que, por sua vez, era filho do imperador Frederico III e da imperatriz Leonor, infanta de Portugal, de que falaremos adiante, com maior relevo. Do matrimónio do infante *D. João* com a prima D. Isabel, nasceu, entre outros filhos, D. Isabel que, em 1447, se casou com o rei de Castela, João II, vindo a ser mãe de Isabel, a Católica, avó de D. Catarina, rainha de Inglaterra (2), e bisavó de D. Leonor (mulher de D. Manuel) e do imperador Carlos V (3). Finalmente, D. Brites consorciou-se com o conde de Arundel, em Inglaterra (4).

Estes e outros casamentos entre príncipes europeus, além do prestígio que representavam para Portugal, serviam de excelente veículo de intercâmbio cultural e económico entre os vários Estados, merecendo algum relevo o da infanta D. Isabel (1429), em cuja ocasião seguiram muitos portugueses (5), que não mais deixaram de estacionar em Bruges ou aí acorrer. No momento oportuno, foi o grande amparo dos partidários de seu irmão, o infante D. Pedro, depois do recontro de Alfarrobeira. Avulta, entre outros, o mestre em Artes parisiense (1455), Vasco de Lucena, que tem andado confundido com o diplomata, licenciado em Direito, Vasco Fernandes de Lucena, antecessor de Rui de Pina nos cargos de cronista e guarda-mor da Torre do Tombo. O humanista expatriado não só traduziu para francês, parece que para educação de Carlos, o Temerário, a *Vida de Alexandre,* de Quinto Cúrsio (*Faictz et gestes d'Alexandre le Grand,* 1468), que o Prof. Costa Pimpão classifica de reacção contra os poemas fabulosos de Alexandre, vulgarizados na Idade Média, mas também a *Ciropedia,* de Xenofonte, conforme a versão latina de Poggio *(Traité des faictz et haultes prouesses de Cyrus)* (6).

Fernão Lopes — *Crónica de D. João I,* 2.º vol., p. 320. — Recentemente, depois de Sousa Viterbo — *D. Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha,* recordou este enlace, Domingos Mauricio — *O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha?* in *Brotéria,* vol. 87, pp. 101 e segs.

(1) Maximiliano faleceu em 1519 (Sousa — *História,* II, p. 831).

(2) Id., *ibd.,* pp. 95 e 96.

(3) Id., *ibd.,* p. 99.

(4) Id., *ibd.,* p. 21.

(5) Ver J. de Vasconcelos — *Albrecht Dürer,* 2.ª ed., pp. 3-4. As nossas relações com os países da Flandres intensificaram-se, sobretudo desde a embaixada que veio a Lisboa pedir a mão da Infanta, em 15 de Dezembro de 1428, na qual vinha incorporado o célebre pintor Jehan Van Eych (id., *ibd.,* pp. 1-2).

(6) A. da Costa Pimpão — *o. c.,* pp. 337-338. Ver também *Bibliografia Geral Portuguesa,* II, pp. LI-LIV e 612-625.

Referentes aos anos de 1439-1440, encontrou Joaquim de Vasconcelos cerca de 40 carpinteiros e calafates, isto é, construtores de navios, na corte do duque de Borgonha, espalhados por Antuérpia, Heuberghelер-Amiens e outros lugares.

Especial relevo se deve dar, porém, ao da infanta D. Leonor, filha de D. Duarte, com o imperador Frederico III, até porque o consórcio foi negociado por Afonso, o Sábio, rei de Aragão e Nápoles, que era tio do então rei de Portugal, D. Afonso V (1). Os desposórios celebraram-se em Lisboa, a 9 de Agosto de 1451, embarcando a princesa para Nápoles, a 20 de Outubro, com imponência desusada e numeroso séquito.

A comitiva que a veio buscar penetrou em Portugal pelo norte. Passou por Coimbra, mosteiro da Batalha e por Alcobaça, entrando por fim em Lisboa. Os estrangeiros impressionaram-se com a perspectiva da cidade, em que sobressaía um grande monte com «fortíssimo» castelo, e não menos com a grandeza da urbe, que acharam maior do que Viena de Áustria. O bispo, capelão Nicolau Lanckmann de Valckenstein, descreve toda a viagem e as festas de recepção em Lisboa (2).

Daquela, interessa fixar que foram até ao Algarve, sentindo-se mal os da comitiva por causa do «ar marítimo», a que não estavam acostumados; das festas, importa registar o momento da entrada. Na ceia dada no castelo de S. Jorge, a que assistiram, entre outros membros da Casa Real, o infante D. Henrique, tornou-se muito notada a presença de negros e mouros, alguns mascarados de dragão, e os demais, vestidos a seu modo, cantando e dançando como nas terras de origem. Homens boçais, de ilhas longínquas do rei de Portugal, situadas em qualquer ponto do Mundo *(in quodam angulo mundi)*, cantavam admiràvelmente, proclamando-se convidados para a festa. Deve tratar-se de canários, pois a seguir esclarece que, na mesma ilha, denominada *Camaria*, foram encontrados, por acaso, no reinado de D. Duarte, homens e mulheres nus.

A insólita cena foi presenciada por nobres alemães, que também se incorporaram no cortejo, *cum crinibus crispatis, usque ad scapulas;* por nobres ingleses, escoceses, suíços ou flamengos. Todos puderam assistir a várias demonstrações simbólicas, a jeito de teatro, da epopeia dos reis

---

(1) Rui de Pina — *Chronica de El-Rey, D. Afonso V*, 2.º vol., p. 120; Sousa — *História Genealógica*, II, p. 314.

(2) Valckenstein — *De nuptiis invictissimi Frederici Imperatoris tertii ac Leonora uxoris* (Ver Bibliografia); Rui de Pina — o. c., p. 126.

portugueses em terras de África, nomeadamente do prélio travado entre pagãos e sarracenos, a cavalo, devidamente armados de escudos, lanças e setas. Grupos de cristãos de ambos os sexos entoavam canções populares, seguindo-se sarracenos, homens e mulheres, envergando os seus trajes típicos, e uma multidão de mouros e negros e canários, que nas ilhas andam completamente despidos.

O primeiro encontro com o imperador deu-se em Siena, estando presente Sílvio Eneas, o futuro Pio II (1). As bodas da coroação e unção, em Roma (28 de Março de 1452), foram faustosas, tendo inspirado «um dos mais célebres frescos de Pinturicchio, para a Livraria do Duomo de Siena», e um poemeto em oitava rima, a Matteo Dati (2). D. Lopo de Almeida, futuro primeiro conde de Abrantes, que comandava o séquito da imperatriz, na ocasião não abdicou dos seus pergaminhos de nobre português, procurando impor a pragmática da nossa corte e revestindo-se do maior esplendor e dignidade (3). Apesar de haver partido de Lisboa, apenas com a incumbência de entregar a infanta ao seu régio consorte, em Nápoles recebeu carta de D. Afonso V que o mandava ir à Alemanha, tratar do negócio do sal (4). A embaixada de núpcias, em que a linda portuguesa enchia de encanto todos que a viam, conforme D. Lopo escreve ao irmão, terminava assim em viagem comercial, possìvelmente de trocas mútuas entre Portugal e a Alemanha.

Do natural intercâmbio que destes factos deve ter ocorrido, assinalamos a presença de um alemão, João Tomé, «escrivão e encadernador dos livros», no reinado de D. Afonso V (5), e de outros dois, que já em 1455 D. Afonso V tomara a seu serviço — Ehingen e Georges Ramseidner, de

---

(1) Rui de Pina — o. c., p. 126; Piero Parducci — *L'incontro dell'Imperatore Federico III con la principessa Eleanora di Portogallo* (Siena, 1905), citado por M. Trindade Coelho e Guido Batelli — *Documentos para o estudo das relações culturaes entre Portugal e a Itália*, 1.º vol., p. 9.

(2) Parducci — *l. c.*

(3) Carta de Pedro de Sousa, Senhor de Prado, 19 de Julho de 1452. *Apud* Sousa — *Provas*, I, III, pp. 385-389.

(4) *Carta de Lopo de Almeida a D. Afonso V*, de Nápoles, 18 de Abril de 1452, *ibid.*, p. 381. — Rodrigues Lapa editou as epistolas de Almeida, tomando por base um apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto, que se diz trasladado dos próprios originais, então guardados na T. T.: *Textos de Literatura Portuguesa*, III. Lopo d'Almeida — *Cartas de Itália*, Lisboa, 1935.

(5) Sousa Viterbo — *A Livraria Real, especialmente no reinado de D. Manuel*, pp. 4-5 e documentos, pp. 59-62.

Salzburgo. O primeiro passou sete meses a combater os infiéis das cercanias de Ceuta, voltando depois à Alemanha (1).

2.3 — *Os humanistas italianos no meio cultural português e em face dos Descobrimentos.* — Embora o ambiente literário da corte portuguesa quatrocentista se mantivesse saturado de poesia e romances provençais (2), com marcada influência também do ciclo arturiano, de que é expoente máximo *Em Demanda do Santo Graal* (3), verificou-se, durante a vida de D. Afonso V, alguma predilecção pelos ventos que corriam de Itália, a começar pela própria educação do Príncipe, que, além do português Fr. Gil, teve como mestres Mateus Pisano e Estêvão de Nápoles. As línguas italiana e castelhana deviam ser familiares na corte portuguesa, aquela naturalmente a poucos, mas esta a tão grande número de intelectuais que, na segunda metade do século XV, se nota acentuado predomínio desse idioma e correspondente cultura.

Petrarca (1304-1374) e demais comparsas do pré-renascimento italiano começaram a chegar pelos fins do século XIV, sendo provável que o português Rodrigueanes de Sá, aparentado com os Colonna, tivesse assistido à coroação de Petrarca no Capitólio. Não se mede bem a extensão da influência que a sua obra possa ter exercido entre nós, pouco mais se conhecendo do que a existência de um volume em «vulgar toscha» de «ffranciscus petrarcha», na biblioteca do condestável D. Pedro. No *Orto do Esposo* e no *Boosco deleytoso,* como no *Cancioneiro Geral,* recolhido por Garcia de Resende, que publicou em 1516, não é difícil notar a sua presença; e, nas poesias do *Cancioneiro,* a influência de Dante, porventura através de autores espanhóis (4).

No segundo dos livros referidos encontra Mário Martins quase metade de cunho petrarquista, por vezes simples tradução. Concretizando mais, afirma o mesmo crítico, pela primeira vez, que «toda a obra *De Vita Solitaria* está substancialmente contida na *Boosco Deleytoso,* pode dizer-se, capítulo por capítulo, umas vezes transcritos à letra, outras vezes resumidos

---

(1) Conta as aventuras num *Itinerarium* que se publicou em Augsburgo, em 1600, e em Estugarda (1842). (R. Ricard — *Notes sur les Possessions Portugaises, du Marroc,* in *Hespéris,* 1928, t. VIII, pp. 411-412).

(2) M. Rodrigues Lapa — *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval,* pp. 5 e segs.; Costa Pimpão — o. c., I, pp. 81 e segs.

(3) Rodrigues Lapa — o. c., pp. 171 e segs.

(4) Costa Pimpão — o. c., pp. 236 e 364; Pina Martins — *Pico della Mirandola e o Humanismo Italiano nas origens do Humanismo Português,* p. 16.

e aliviados da erudição clássica, e outras ainda alongados com passagens novas de Santos monges e figuras simbólicas a falar. Em geral, tudo o que na *Vida Solitária* é exclusivo de Petrarca, aparece no *Boosco Deleytoso*, na boca de D. Francisco, nobre solitário» (1).

Enquanto os Italianos nos forneciam belas páginas de poesia, os Portugueses proporcionavam-lhes notícias gulosas, que eles se apressavam a registar nas suas obras, nem sempre de forma muito clara. Crê-se, por exemplo, que Bocácio se refere à expedição portuguesa às Canárias em 1341, já mencionada, em que tomou parte o florentino Angiolino del Tegghia e o genovês Niccoloso di Recco. Serviu-se, para isso, de cartas enviadas para Itália por mercadores florentinos estabelecidos em Sevilha (2).

Petrarca, em *De Vita Solitaria*, lib. II, sect. VII, cap. 3, alude, possìvelmente, à também já mencionada expedição portuguesa às Canárias, em que ocupava lugar de relevo o genovês Lanzarotto Malocello (3).

Este intercâmbio é, pois, anterior à vinda dos preceptores de D. Afonso V, e talvez tenha nascido dos contactos dos portugueses que, em 1435, se deslocaram ao concílio de Basileia-Ferrara-Florença (1431-1439) (4). Já se chegou a marcar neste concílio o início do Renascimento (5). Com efeito, sendo ele tentativa sincera para a união das Igrejas grega e romana, deslocou a essas cidades grande número de eruditos helénicos, entre outros, o futuro cardeal Bessarion, intransigente defensor de Platão. Aconteceu nesse tempo, por toda a parte — como escrevia, em 1433, Nicolau de Cusa, um dos padres do concílio —, os espíritos dos homens dados ao estudo das artes liberais e mecânica voltarem-se para a Antiguidade com extrema

---

(1) Mário Martins — *Estudos de Literatura Medieval*, pp. 132-135.

(2) Damião Peres — o. c., pp. 14 e 15. Texto latino e bibliografia portuguesa, em Dias Dinis — *M. H.*, I, pp. 201-206. Versão portuguesa, por exemplo, em Costa Macedo — *Memórias para a história das Navegações. Aditamentos à 1.ª parte.* 1835 *(Supplemento à carta de el-rei D. Affonso IV ao papa Clemente VI. Extracto das cartas dos mercadores florentinos feito por Gio. Boccacio da Certaldo, 1341)*. Reedição de E. do Canto, Lisboa, 1911; e Magalhães Godinho — *Documentos para a Expansão Portuguesa*, 1.º vol., pp. 21-27.

(3) Mauny — o. c., p. 96.

(4) Sobre os portugueses enviados a este concílio, além de Rui de Pina — *Crónica do Rei D. Duarte*, Lisboa, 1966, pp. 65 e segs., ver F. Leitão Ferreira — *Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra*, I, pp. 308 e segs.; Sousa — *Provas*, V, pp. 573-630, 2.ª ed., pp. 237-306; António Domingues de Sousa Costa — *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, in *Itinerarium*, ano V, n.º 26, Braga, 1959, p. 452, nota 103.

(5) Maurice de Wulf — *Histoire de la Philosophie Médiévale*, Lovaina, 1925, p. 244.

avidez, como se se esperasse ver em breve, completo, o círculo duma revolução (1). Esta, aliás, foi apenas uma faceta do Renascimento, que se não pode compreender sem os Descobrimentos marítimos.

Nesses conturbados tempos da história da Igreja, que durante algumas décadas vira enfraquecer o poder papal, até ao concílio de Constança (1414-1418), reunido para solucionar a grave crise do cisma do Ocidente, com a eleição de Martinho V, em 11 de Novembro de 1417, sobressaem as figuras do imperador Segismundo e do cardeal Pedro d'Ailly ou de Alliaco, professor e chanceler da Universidade de Paris, defensor do conciliarismo, isto é, da superioridade do Concílio sobre o Papa, e autor de obras de astronomia e cosmografia *(Imago mundi)* que tanto influenciaram os Descobrimentos, nomeadamente os de Cristóvão Colombo. Portugal, nesta conjectura, manteve-se fiel ao Papa romano, com excepção dos momentos de hesitação de D. Fernando. Ao novo concílio, D. Duarte enviou dois bispos, dois frades e dois juristas — estes, um e outro bem conhecidos na história cultural portuguesa: os Doutores Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Afonso Mangancha. Para matar os ócios de dois meses e meio de espera em Bolonha, o Doutor Diogo Afonso sujeitou-se ao acto de conclusões magnas em Leis, Decretais e «outras artes liberais», na presença do claustro pleno da Universidade que, ao tempo, era a mais velha escola de jurisprudência.

Embora se fossem reunir para deliberar sobre questões religiosas, todos, decerto, sentiam em si o orgulho de pertencerem à geração dos marinheiros que andavam empenhados em devassar os mares e não terão deixado perder ocasião de falar no assunto. De uma segunda visita que o Doutor Lucena fará a Roma, de que nos ocuparemos adiante, consta ter-se referido claramente aos Descobrimentos. Um dos frades, o culto franciscano Fr. Gil Lobo, foi o confessor de D. Duarte e seu colaborador na compilação do *Leal Conselheiro*.

Nada se sabe de concreto a respeito das relações culturais que possam ter estabelecido com os padres conciliares, não custando, no entanto, a admitir que, pelo menos, lhes caísse nas mãos a obra de Pedro d'Ailly, falecido pouco antes (1420), e, a propósito, viessem à balha as navegações portuguesas que, pelo menos nesta fase, não se encobriam com qualquer espécie de sigilo que não fosse a incipiente técnica de marinharia.

---

(1) A. A. Andrade — *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, pp. 43 e segs.

Mas, como nada se conhece de positivo, importa entrar no reinado de D. Afonso V, para encontrar os humanistas italianos a tomarem contacto directo com as descobertas lusas. Mateus Pisano, falecido cerca de 1466, segundo Zurara era «poeta laureado e hum dos suficientes Filósofos e Oradores que em seus dias concorreram na Christandade» (1). Do que terá escrito sobre os Descobrimentos, apenas se conhece hoje *(Incipiunt gesta illustrissimi Regis Johannis) De Belo Septensi,* resumo e tradução latina (1460) da Crónica da Zurara (2), que certamente teve o mérito de difundir, pela Europa, o esforço português na luta contra o Islão. O cronista informa que D. Afonso V desejava que «nom soomente os seus naturaes ouvessem conhecimento e saber das grandes Cavalarias daquelle Conde (D. Pedro de Meneses), e dos outros que com elle concorreram, mas que ainda fossem manifestos a todo conhecimento de toda a nobreza da Christandade». Com o mesmo fim de verter para o latim as crónicas do Reino, mandou D. Afonso V vir de Itália o dominicano, Fr. Justo Baldino, começando por lhe dar a honra de bispo de Ceuta. Foram-lhe entregues as crónicas de Fernão Lopes, que se terão perdido nas suas mãos, por ocasião da peste de Almada, de que faleceu, depois de Junho de 1483. Desempenhava, então, o cargo de legado de Sisto IV (3).

O meio humanista de Itália teve, pois, representantes que conheceram o esforço português no mar, que lhes não foi indiferente, como aliás se pode inferir, com segurança, dos poucos documentos que restam a esse respeito. Um dos mais importantes é a carta que o famoso autor de *Facetiae* e tremendo adversário de Lourenço Valla, Poggio Bracciolini (1380-1459) (4), escreveu ao infante D. Henrique, possìvelmente poucos anos antes de

---

(1) Zurara — *Chronica de D. Pedro de Meneses,* p. 215. — Ver também Sousa Viterbo — *A cultura intelectual de D. Afonso V,* in *Archivo Histórico Portuguez,* II, Lisboa, 1904, pp. 254 e segs.

(2) Só foi publicado em 1790, na colecção *Inéditos de História Portuguesa,* 1.º vol., pp. 3-57. Edição da Academia das Ciências de Lisboa, que também editou a tradução do 5.º Centenário da tomada de Ceuta: *Livro da Guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460,* Lisboa, 1916. — Na introdução destas edições e em Sousa Viterbo — *A cultura intelectual,* reúnem-se dados sobre Pisano, reconhecendo-se, na introdução do *De Belo Septensi,* a perda da tradução da *Crónica do Conde D. Pedro,* que continuava aquela. Sousa Viterbo confessa desconhecer as suas composições poéticas e demais trabalhos literários.

(3) Sousa Viterbo — o. c., p. 10; José de Castro — *Portugal em Roma,* II, p. 349.

(4) Giuseppe Saitta — *L'Humanesimo,* Florença, 1961, pp. 186 e 316-344.

falecer (1). Registara já a passagem do infante D. Pedro pela corte de Segismundo (2). Na situação de secretário da Cúria (3), tornava-se-lhe fácil contactar com os portugueses que estacionavam em Roma, entre os quais mantinha algumas amizades. Por eles obtivera conhecimento, havia muito tempo, das suas navegações até aos confins do mar-oceano e resolvia-se agora a incitar o seu principal propulsor a prosseguir na arriscada empresa em que se havia metido, sem instigação de ninguém. Justificava a sua atitude com a sentença de Cícero de que, quando a virtude de alguém é muito grande, dá vontade de o amar, mesmo sem o conhecer. E também porque sabia do efeito que as aclamações causavam nos que correm nos estádios...

Ao seu conhecimento tinha chegado a notícia de que o Infante utilizara «certos trirremos», ultrapassando, na direcção sul, o termo da África e atingira os Etíopes. Cremos que se deve atribuir ao humanista o evidente exagero de transformar o desejo em acto consumado. Se é que não queria significar apenas as descobertas da costa africana até ao Senegal ou cabo Verde, generalizando, como se costumava, o vocábulo etíope a todos os negros, até então muito mal conhecidos, e considerando por aí o termo de África. Esta interpretação parece mais óbvia, visto que a seguir se refere à penetração no continente, que nenhum imperador ou rei antigo havia conseguido, quanto lhe constava pelas suas leituras.

Em todo o caso, não lhe eram estranhas as dificuldades dos nautas, mormente as vastas correntes oceânicas e as convulsivas vagas das tempestades. A empresa tornava-se admirável, não só por isso, como também pela novidade das pessoas que se traziam desses lugares. Em suma, o feito do Infante resumia-se em poucas palavras de extraordinário alcance: só ele

---

(1) Publicada em *Spicilegium Romanum*, tomo x *(Poggii Epistolarum Centuria et Oratio)*, Roma, 1844, pp. 254-256. — Tradução francesa parcial em Randles — *La signification cosmographique du passage du cap Bojador*, in *Studia*, 8, Lisboa, 1961, pp. 243-244. — Decerto por lhe ser posterior, não figura ainda em *Poggii Florentini Oratoris et Philosophi Opera, collatione emendatorum exemplarium recognita* (...), Basileae, 1538. — Carlos de Passos não a conheceu, posto que se lhe refira muito ao de leve *(Relações históricas luso-italianas*, p. 156, nota 25).

(2) Domingos Maurício — *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria*, p. 26.

(3) É Poggio quem regista as letras apostólicas de Eugénio IV a D. Afonso V, de Florença, 25 de Maio de 1442 (Dias Dinis—*M. H.*, VII, p. 321).—Ver também *ibd.*, VI, p. 145. Sobre a sua biografia, ver Guglielmo Schepherd — *Vita di M. Poggio, secretario Pontificio e Concelliere della Republica Fiorentina*. (Trad. de T. Tonelli), 2 vols., Florença, 1825; ou Mario Longhena — *Viaggi in Persia, India e Giava*, di Niccolò di Conti, Milão, 1929, pp. 35-55.

ousara conseguir penetrar em mares ignorados, regiões jamais contempladas, nações desconhecidas e distantes, povos bárbaros espalhados nos últimos confins do Mundo, fora da sucessão do tempo e do curso do Sol, a que ninguém ainda chegara. Alexandre da Macedónia, pelo contrário, alcançara vitórias, mas em províncias já antes dele visitadas, e as de César tiveram por cenário regiões em parte conhecidas, em parte vizinhas do império romano.

Tudo, porém, se explicava pelo facto de o Infante descender do heróico vencedor dos infiéis sarracenos de Ceuta. Mas o feito do seu descendente aumentava muito essa glória e não passava, afinal, de primícias de empreendimentos futuros. Demais, era obrigação do príncipe cristão endereçar as armas contra os infiéis, contra os heréticos, contra todos os inimigos da Fé e evitar o derramamento de sangue dos fiéis cristãos.

Decerto não foi esta a única ocasião que Poggio, nos 50 anos que viveu na Cúria, encontrou para escrever ao infante D. Henrique, visto custar a crer que se lhe não deva a ele o envio, para Lisboa, do livro de Niccolò di Conti, de que nos ocuparemos no capítulo III.

Também Eneas Silvio Piccolomini, um dos primeiros humanistas do seu tempo, futuro Pio II (1458-1464), teve certamente conhecimento dos feitos portugueses, apesar de não muito definido, como veremos noutro lugar (cap. 3), ao tratar da sua obra cosmológica. No entanto, ele próprio se fez cronista de passos da vida de dois infantes portugueses — D. Pedro (1) e D. Isabel, em *De viris illustribus* (ou *De viris sua aetate claris.*) e em *De vita et rebus gestis Frederici III.* As suas obras só alcançaram larga difusão quando foram editadas no século XVI. Antes, porém, corriam manuscritas, sendo algumas, como a *Historia rerum ubique gestarum* (Veneza, 1477) (2), impressas ainda no século XV.

Por fim, temos de nos referir à tão discutida correspondência de Paolo dal Pozzo Toscanelli com o ignorado cónego lisbonense Fernão Martins, de Florença, 25 de Junho de 1474 (3). Fazemo-lo, não porque alguém

---

(1) Pio II — *Europa nostrorum temporum varias continens historias*, Veneza, 1501, p. LVI verso.

(2) Sobre esta obra, ver Paul Herrmann — *Audacia y Heroismo de los Descubrimientos modernos*, pp. 35-36.

(3) Como observa Vignaud (*La Lettre et la Carte de Toscanelli*, p. 279), «les Portugais, comme tout le monde, n'ont connu la lettre ditte de Toscanelli que par son publication dans les — *Historie*, en 1571» impressas na cidade de Florença. Edição moderna: *Le Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, 2 vols., Milão, 1930, pp. 55-62. Apareceu a

conseguisse, até hoje, provar qualquer influência do médico italiano no andamento dos descobrimentos portugueses, mas porque não falta quem sustente a autenticidade dessa correspondência (1). A figura de Toscanelli, por conseguinte, apenas nos interessa aqui como possível correspondente desse português e de Colombo, num e outro caso a dar conselhos sobre a rota mais curta para a Índia, porventura primitivamente em resposta a consulta de D. Afonso V. Não falta mesmo quem sustente como certas as relações com o infante D. Henrique, mercê do encontro que se afirma ter tido com D. Pedro, em Florença. Daí supor-se que o Infante o ia naturalmente informando sobre o progresso da navegação na costa de África (2).

O texto da epístola endereçada ao cónego Martins denota, antes de mais, conhecimento das viagens portuguesas, começando o autor por lembrar que já noutra data lhe falara de uma rota marítima bastante mais breve, para as terras das especiarias, do que aquela que passa pela Guiné. A proposição estabelecia, pois, o termo de comparação das descobertas portuguesas, em direcção à Índia, pelo contorno do continente africano. Levada a proposta a D. João II, que a não aceitou por falta de justificação ou por desnecessária, quis Toscanelli demonstrá-la «numa carta de marear» — *Carta navigationis* (carta igual às de navegar), que remeteu para Portugal, parece que mais de uma vez (3). Nessa carta traçou o italiano

---

primeira vez divulgada em espanhol por Las Casas — *Historia de las Indias,* escrita cerca de 1552 e editada em 1875. Conserva-se na Biblioteca Colombina, de Sevilha, o que se supõe ser o original de Colombo, em latim, publicado em Veneza, 1571. Pode ler-se o texto desta carta em Navarrete — *Coleccion de las Viages,* t. II, 1.ª ed., pp. 1-4; Harrisse — *B. A. V. Additions,* Introd., pp. 16-18; *Raccolta Colombiana,* parte I, vol. III, planche LXIII; G. Uzielli — *La vita e i tempi di Paolo dal Pozzo Toscanelli,* pp. 571-573 (texto latino e espanhol); pp. 574-575 (texto italaino). Vignaud — o. *c.,* pp. 17-18 e 261-274 e apêndice E; Sophus Ruge — *História da Época dos Descobrimentos,* pp. 218-220.

(1) Sobre a autenticidade e a posição contrária, ver Vignaud, o. *c.,* pp. 40 e segs.; Uzielli — o. *c.,* pp. 550 e segs.; Angel de Altolaguirre y Duvale — *Cristobal Colon y Pablo del Pozzo Toscanelli,* pp. 93 e segs.; Sebastiano Crinó — *Come fu scoperta l'America. A proposito della identificazione della carta originale di P. dal P. Toscanelli;* Rinaldo Caddeo, na reedição de *Le Historie* de Fernando Colombo, cit., 1.º vol., p. 63, nota 14, 2.º vol., pp. 339 e segs.

(2) Uzielli — o. *c.,* pp. 97 e 145.

(3) Por muito tempo desconhecida, encontrou-a Sebastião Crinó, não pròpriamente a remetida para Lisboa, mas o original das cópias, uma das quais terá vindo em 1474. Publicada a cores, por este autor, em *La Scoperta della carta originale di Paolo dal Pozzo Toscanelli,* Florença, 1941.

«as vossas costas e ilhas, das quais parte a rota dirigida constantemente a Oeste».

Também nela se viam «os portos aonde precisamente se há-de chegar, as distâncias até ao Pólo e ao Equador e a que se há-de percorrer, isto é, quantas léguas se hão-de navegar, para alcançar os pontos onde se acha a maior abundância de todas as especiarias e pedras preciosas».

Para esses cálculos, servira-se das «notícias mais exactas dos navegadores», que não podem ser os Portugueses, interessando, por isso, apurar quais seriam e onde os teria Toscanelli encontrado. Como supõe de minguada extensão o trajecto a percorrer até ao Oriente, e alude expressamente ao «porto mais célebre» — Zaitun —, «donde partem anualmente cem navios grandes com carregamento de pimenta, sem contar os demais navios que carregam outras especiarias» (1), parece-nos lícito inferir que Toscanelli transpôs essas navegações orientais para o oceano Atlântico, encaminhando-as no sentido oposto àquele que agora aconselhava. Mas não possuía textos históricos ou científicos em que se baseasse.

Conforme adverte Crinó, a carta de Toscanelli, em 1457, ilustrava as viagens de Niccolò di Conti, mas corresponde perfeitamente à descrição que se lê na epístola dirigida ao cónego português (2). Quem sabe, pois, se não terá vindo acompanhada do texto que Valentim Fernandes publicou em 1502? E, como toda a teoria do caminho marítimo para a Índia pelo ocidente assentava nas próprias obras de que Colombo se veio a servir, sobretudo a *Imago Mundi,* do cardeal Pedro d'Ailly, que assimilara os escritos gregos de Aristóteles, Ptolomeu, Hegesipo e S. João Damasceno e os latinos de Séneca, Plínio, Solino, Santo Agostinho, Paulo Orósio, Isidoro de Sevilha e Beda, bastavam essas duas obras — Ailly e Niccolò di Conti — para Toscanelli arquitectar a sua presunção.

Para se fazer ideia da proximidade dessas terras, segundo esta fascinante «ciência» — na realidade, hipótese —, lembremos que, segundo Toscanelli, «de Lisboa para Oeste foram traçados no mapa 26 espaços, cada um de 250 milhas, até à mui grande e magnífica cidade de Quinsay», que «está na província de Mangi, próximo à de Catai», e que «da conhecida ilha Antília até à célebre ilha de Cipango há 10 espaços». De forma que, nada mais simples sorria ao espírito de Toscanelli: «Assim se há-de atravessar o espaço do mar, por caminhos desconhecidos, mas não longos».

---

(1) Niccolò di Conti ocupou-se da navegação no Índico (ver ed. citada, fols. 90).
(2) Crinó — o. c., p. 16.

O plano de Toscanelli, na fase de resposta a consulta de D. Afonso V, podia ter sido tentado por Fernão Teles, a quem o rei doava, em 28 de Janeiro de 1474, as ilhas que achasse ao mar-oceano, fora das partes da Guiné, se a data da suposta carta o permitisse. Com efeito, em 10 de Novembro de 1475, esclarece-se que a concessão compreende as duas hipóteses possíveis — ilhas despovoadas ou habitadas (1). Charles Verlinden, porém, está convencido de que «l'homme qui fut chargé d'éclaircir ce problème ne fut pas Colomb, mais bien un des capitaines qui représentaient le Portugal aux Açores: le Flamand Ferdinand van Olmen», já no reinado de D. João II (2). Vai mesmo mais longe, concluindo — do facto de tudo se encontrar a postos para a expedição na ilha Terceira, em Março de 1487 — que se intentava verificar a primeira parte do projecto de Toscanelli e de Colombo, isto é, atingir a Ásia pelo ocidente, enquanto buscavam a Antilha ou ilha das Sete Cidades. Devia ser escusado recordar — mas alguns historiadores estrangeiros esquecem-no — que Olmen, como todos os cooperadores estrangeiros das navegações portuguesas, levava certamente consigo, pelo menos, pilotos lusitanos. Como noutro estudo adverte o mesmo autor, esta e outras doações de ilhas por descobrir e mesmo fantásticas «montrent que les donations antérieures d'îles hypothétiques ont dû stimuler des voyages dans la même direction» (3).

Pouco aproveitaria ao nosso propósito averiguar as razões por que D. João II preferiu interessar na empresa um flamengo, cujo inêxito também nos não importa, nem saber se o monarca pessoalmente acreditou ou não nos dois italianos (4). Certo é que o programa português, sem descurar inteiramente as navegações para ocidente, se virou sobretudo para as regiões em que nascia o Sol, deslumbrado com os esplendores que daí já lhe chegavam, quentes e reais, por via do Oriente.

Os Italianos mostravam-se, pois, interessados pelo movimento marítimo da nossa empresa oficial, lamentando, porventura, a falta de iguais iniciativas por parte dos seus governos. Contudo, individualmente tomavam o caminho do Oriente, atravessando o Mediterrâneo e seguindo depois por terra. Neste período, de ordinário, dirigiam-se mais para a Pérsia do que

---

(1) *Alguns documentos da T. T.*, pp. 38-40 e 41-42.

(2) Charles Verlinden — *Un précurseur de Colomb: Le Flamand Ferdinand van Olmen* (1487) in *Revista Portuguesa de História*, t. x, p. 460.

(3) C. Verlinden — *Formes féodales et dominiales de la Colonisation Portugaise*, p. 39.

(4) Sophus Ruge, por exemplo, julga que sim, pelo menos no que respeita a Colombo, a quem D. João II escreveu a 20 de Março de 1488, chamando-lhe «nosso especial amigo» (o. c., p. 221).

para a Índia, entre outras razões, porque o rei iraniano buscava, no Ocidente, aliados contra o Turco. Foi o caso, por exemplo, da embaixada que enviou a Veneza, que provocou a viagem de Josafat Barbaro em 1471, a que se pode juntar nova embaixada veneziana, de 24 de Fevereiro de 1473 a 10 de Abril de 1477, de Ambrósio Contarini, P.e Estêvão, Dimitri da Setines, Mafeo da Bergamo e Giovanni Ungareto.

Não sabemos se o relato que deixaram, apenas impresso em 1543 (1), terá sido divulgado pela Europa em manuscrito e se chegou a Portugal. Em todo o caso, é natural que, pelo menos, alguns ecos de tão trabalhosas façanhas conseguissem correr mundo, quanto mais não fosse pelo exótico das terras percorridas. Como veremos — no capítulo III, porque, no período a que se refere, alcançaram publicidade em Portugal —, já em 1453 chegara a Florença o viajante Niccolò di Conti, que peregrinara, esse, pelas terras e mares mais distantes do Extremo Oriente, nomeadamente da Índia, narrando as impressões da viagem ao florentino Poggio.

O Oriente andava efectivamente na berra, e os Italianos não eram os menos interessados.

3 — Os primeiros relatos dos Navegadores e o primeiro Cronista

3.1 — *Zurara, o primeiro cronista dos Descobrimentos.* — Até ao relato das viagens de Cadamosto, primeiro escrito narrativo de autoria estrangeira que hoje se conhece, dos Descobrimentos portugueses, com intenção manifesta de divulgação desses feitos, os Portugueses descobriram e não se deram ao trabalho de escrever muito, ao menos, para o público em geral. Por isso, não é possível hoje, que os documentos faltam, também por destruição do tempo ou outros factores, atentar em todas as viagens marítimas que se efectuaram. O que se sabe, ficou em documentos oficiais, régios e pontifícios, cartográficos e pouco mais. Foram, sem dúvida, os estrangeiros que primeiro tiveram a preocupação de divulgar, sem restrições,

(1) Publicado na colectânea de António Manucio — *Viaggi fatti da Venetia alla Tana, in Persia, in India et in Constantinopoli (...) e di tutte le intrate, spese e modo di governo suo, e della ultima impresa contra Portoghese,* Veneza, 1545 (T. T. — Imp. Liv. 1274 p.) — (1.ª edição, B. N. Md. — R. 10730). — O relato destas duas viagens foi publicado em inglês no século XIX: *Travels to Tana and Persia by Josafa Barbaro and Ambrogio Contarini.* Translated from the italian by William Thomas (...) and by S. A. Roy, Londres, 1873.

quanto conseguiram saber: *Cadamosto,* que intencionalmente calou o nome do capitão da pequena frota em que viajou, publicando, além da sua, a narrativa das viagens de Pedro de Sintra; *Béhaim,* que apanhou a relação das navegações de Diogo Gomes e comunicou, sumàriamente, a chegada de Diogo Cão às costas congolesas; *Soligo, Martellus* e outros cartógrafos, que também souberam haver meios de alcançar as notícias para suplantarem os que os precederam.

A primeira tentativa de divulgação, por parte dos Portugueses, não atingiu público numeroso. Foi pouco antes de falecer o infante D. Henrique que se pensou em apressar a redacção dos feitos ultramarinos. Considerou D. Afonso V «que, se alguns principes cathollicos em este mundo cobrarom perfeiçom das vertudes eroicas, elle devya seer contado por hum dos principaaes». E mandou Zurara escrever a *Crónica dos feitos de D. Henrique,* para que não só o conhecessem «os principes que depois de vossa ydade possoissem estes Regnos, mas ainda pera todollos outros do mundo, que de sua scriptura (isto é, Crónica) cobrassem conhecimento» (1). Este era o carácter geral de todas as crónicas: escreviam-se, não apenas para dar a conhecer façanhas inéditas, como também para servirem de exemplo aos restantes monarcas estrangeiros. Por isso, nenhuma delas se conservaria fàcilmente escondida em lugar inacessível do Paço.

Esta, dos feitos da Guiné, enuncia, logo de início, os benefícios da sua leitura: almas que se salvaram para Deus; bens materiais que nos advêm; honra que o Reino «desto recebe em muytas partes do mundo» (2). Efectivamente, o cronista escreveu a Crónica a pensar nos «cramores da grandeza dos alemães e da gentileza de França e da fortaleza de Inglaterra e da sabedoria de Itália» (3). Em toada épica, ele coloca estas nações a apostrofarem o nosso rei: «Óo tu, dizem estes, que te metes no laberinto de tanta gloria, porque te estás ocupando com as nações orientaes»? — «Fala connosco, que corremos as terras e cercamos a redondeza do mundo, experimenta nos as cortes dos príncipes e casas dos grandes senhores».

D. Afonso V pretendeu, certamente, falar com todos eles e mostrar-lhes quanto os monarcas portugueses haviam lucrado em preferir a companhia do mar ao convívio dos grandes da Europa, disposto, como estava, a combater sòzinho o islamismo, seguindo o exemplo do tio que, durante os trinta anos

---

(1) Carta de Zurara, no início da Crónica.

(2) Ed. visconde de Santarém — Dias Dinis, pp. 6-7; *O Manuscrito de Valentim Fernandes,* p. 133.

(3) Edições citadas, respectivamente pp. 11 e 134.

que guerreou os mouros, «nunca achou rey christaão, nem senhor de fora desta terra (Portugal) que, por amor de nosso senhor Jesus Christo, o quisesse aa dicta guerra ajudar» (1).

Zurara substituíra Fernão Lopes no ofício de cronista do Reino, que D. Duarte, em 19 de Março de 1434, lhe concedera (2). Encontrava escritas, pelo menos (3), as crónicas de D. Pedro, D. Fernando e boa parte da de D. João I e começou pelos feitos de Ceuta, para terminar esse reinado (4). Continuando as acções heróicas dos Portugueses no norte de África, redigiu ainda as crónicas dos dois Meneses (D. Pedro e D. Duarte), respectivamente capitães de Ceuta e Alcácer Ceguer. Outros viriam a preencher o vazio para trás: ele determinou prosseguir com a história dos grandes feitos portugueses, enfocando, como aliás lhe determinou D. Afonso V, a figura excelsa do infante D. Henrique. É hoje tese aceite sem discrepâncias que a *Crónica dos Feitos de Guiné,* tal como se conhece desde que Ferdinand Denis, em 1839, revelou a existência do manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, se compõe de partes de duas crónicas distintas, a primeira das quais *a do Infante D. Henrique* (5). Aqui, porém, apenas nos interessa o texto de que dispomos, já assim divulgado nos séculos XV e XVI.

A Crónica, conforme notámos, foi escrita para se dar publicidade dos feitos portugueses no estrangeiro, primàriamente aos outros monarcas. Mas, quando perscrutamos os rastos que deixou na passagem por mãos de nacionais e estrangeiros, muito pouco e inseguro se consegue apurar.

Duarte Leite informa que «ninguém a citou antes de João de Barros». E, mesmo depois, observa-se idêntico desconhecimento desta obra de Zurara. Damião de Góis, por exemplo, não a conhecia, quando escreveu a *Crónica do Principe D. João* (Lisboa, 1567) e quando elaborou a *Crónica do feli-*

---

(1) Edição Dias Dinis, p. 44.

(2) Damião Peres, seguindo Torquato de Sousa Soares, entende que muito antes terá Fernão Lopes começado as funções de cronista, talvez no mesmo ano em que tomou conta do Arquivo régio. (Introdução à *Crónica de D. Pedro I,* p. XIII).

(3) Não nos interessa, evidentemente, abordar sequer a difícil questão de saber se Fernão Lopes escreveu as crónicas anteriores.

(4) Declara Zurara que D. Afonso V, quando tomou conta do governo, o mandou continuar a Crónica de D. João I, por Fernão Lopes se encontrar já impossibilitado de o fazer. Iniciou o trabalho em 1449, que concluiu no ano seguinte (*Crónica da tomada de Ceuta,* caps. III e IX).

(5) Ver exposição minuciosa da questão disputada entre Costa Pimpão, Duarte Leite e outros, em Dias Dinis — *Vida e obra de Gomes Eanes de Zurara,* pp. 257 e segs.

cissimo rei D. Manuel (Lisboa, 1566) (1). Dissentem os historiadores sobre se Duarte Pacheco Pereira a conheceu, sendo Duarte Leite de parecer que não (2). João de Barros, porém, confessa que dele extraiu «todo o processo do descobrimento de Guiné» (3). Apesar de tudo, os críticos já toparam na quinhentista *Historia de las Indias*, de Fr. Bartolomeu de las Casas (1474-1566), a utilização evidente «da Crónica dos Feitos de Guiné» (4) e J. Mees julga que o dominicano viu o manuscrito de Paris, resumindo-o e extractando-o parcialmente (5).

Os códices que hoje se localizam no estrangeiro ajudam, mais do que as citações, a determinar os caminhos que a crónica terá percorrido, em mais de uma cópia (6). O de Paris revela letra de fins do século XV ou já do XVI, e pertenceu, entre outros desconhecidos, a Don Iuan Lucas Cortes, do Consejo de S. Magestad de Castilla (1702). O de Madrid, supõe-se que existe na Biblioteca Nacional desde a sua fundação, no século XVI, talvez procedente da princesa de Áustria, mãe de Carlos II. O de Munique foi enviado de Lisboa por Valentim Fernandes, na primeira década do século XVI, guardando-se nessa cidade um outro apógrafo, já do século XVIII.

Desde o século XVII se tenta explicar o itinerário do códice parisino, que só veio a ser publicado e suficientemente conhecido quando, em 1841, os viscondes de Carreira e de Santarém o imprimiram (7). Segundo Fr. Luís de Sousa (8), o infante D. Henrique — o visconde de Santarém dirá que D. Afonso V (9) — ofereceu a Crónica a um rei de Nápoles, que hoje se identifica com Afonso, o Magnânimo, também soberano de Aragão, pessoa

---

(1) Duarte Leite — *Acerca da Crónica dos Feitos de Guiné*, p. 11, e Dias Dinis — *o. c.*, p. 119.

(2) Duarte Leite — *o. c.*, p. 74.

(3) Barros — *Décadas*, I, p. 21.

(4) Costa Pimpão e Duarte Leite, *apud* Dias Dinis — *o. c.*, pp. 119 e 298.

(5) *Apud* Dias Dinis — *o. c.*, p. 266.

(6) Sobre os manuscritos, ver Dias Dinis — *o. c.*, pp. 120, 203 e segs.; A. Júlio da Costa Pimpão — *A «Cronica dos feitos de Guinee» de Gomes Eanes de Zurara e o manuscrito Cortez-d'Estrées. Tentativa de revisão crítica*, Lisboa, 1939.

(7) A edição da Agência-Geral do Ultramar (Lisboa, 1949) reprodu-la, com alguma beneficiação do P.e Dias Dinis.

(8) Frei Luís de Sousa — *História de S. Domingos*, 3.ª ed., 2.º vol., p. 272. — Ver Dias Dinis, *o. c.*, p. 299.

(9) Visconde de Santarém — *Introdução à Crónica* — omitida na edição da Agência-Geral do Ultramar, e que pode ler-se também nos *Opúsculos e Esparsos*, II, pp. 349-356. — Se a oferta se realizou, não foi a cópia de Paris. (Ver Dias Dinis, *o. c.*, p. 297).

culta e com curiosidade científica e interesse por viagens e descobrimentos. Era irmão de D. Leonor, mulher de D. Duarte. Por isso, recebeu com as devidas honras a sobrinha, também Leonor, por ocasião do casamento com o imperador Frederico da Alemanha. A oferta explicar-se-ia, conforme Jaime Cortesão, que a aproveita para alicerçar a sua tese do sigilo oficial, pelo plano régio de a apresentar, convenientemente mutilada, para servir no pleito com Castela, que Nicolau V, em Janeiro de 1454, decidiu a nosso favor. Semelhante expediente foi, porém, rejeitado por Costa Pimpão e Duarte Leite, que se firmaram no facto de a Crónica ter sido redigida depois daquela data.

Como quer que seja, o cronista dominicano viu o texto entre 1579-1600 — «e nós o vimos na cidade de Valença de Aragão», «entre algumas peças ricas que ficarão da recamera do Duque de Calabria». Daí passou a França no início do século XVIII (1).

Se o texto parisino não for o exemplar oferecido, mas cópia do século XVI, ficamos com um ponto de partida para estender o seu conhecimento além do seu régio destinatário, embora se não possa determinar a data em que saiu de suas mãos e a quem se destinava essa outra cópia. Muito menos se consegue hoje apurar em que outras direcções terão partido novas reproduções neste século XV se, como cremos, se não deixou de dar cumprimento ao anelo inicial de D. Afonso V.

O apógrafo de Valentim Fernandes, de que nos ocuparemos mais adiante, segue sempre, como notou Dias Dinis, o texto e a ordem dos capítulos do códice de Paris, menos nos sete primeiros, ou sejam os que não contêm novidade ou, pròpriamente, notícias das terras ultramarinas, os quais, de uma maneira geral, são considerados pedaços do *Livro dos feitos do Infante* (2). Desprezando totalmente os 1, 5 e 6, aproveitou os restantes, resumindo ou transcrevendo na íntegra, tudo o que não eram digressões históricas ou retóricas, considerações morais, simples erudição. E assim é que a sua versão parece preferível à de qualquer outro códice, pois nela

---

(1) Há quem avente a hipótese (Visconde de Santarém — Introdução citada) e quem a não admita (Costa Pimpão — *A Crónica da Guiné*, separata da *Biblos*, Coimbra, vol. II, 1926, pp. 374-389, 595-607 e 674-687). Dias Dinis supõe mesmo que o Códice de Paris nem sequer é o que o escrivão de D. Afonso V transcreveu do autógrafo de Zurara, conforme nele se diz, nem foi o que serviu como presente para Espanha (Dias Dinis — *o. c.*, pp. 300 e segs.). José Saraiva também o considera cópia posterior, do século XVI (*Os painéis do Infante Santo*, Leiria, 1925, pp. 238).

(2) Dias Dinis — *o. c.*, p. 365.

encontramos recolhidas as notícias geográficas, etnográficas e estatísticas das terras de Além-Mar.

Apesar disso, utilizaremos as duas versões (1), sem nos preocuparmos com o problema da parte que pertence a Zurara e da porção escrita por Afonso Cerveira.

Pelo texto que se conhece, Gomes Eanes de Zurara não foi bem o cronista dos Descobrimentos, mas sim o escritor que se deixa deslumbrar pelos retumbantes feitos de guerra. É que a estes feitos se reduz, para ele, quase toda a acção da marinha portuguesa, na costa de África, até 1448, ano em que D. Afonso V toma conta do governo e, portanto, fim da regência de D. Pedro. Pretendeu contar as lutas dos Portugueses com o Islão, em terra e por mar. Em terra — as *Crónicas de Ceuta* e de *D. Pedro* e *D. Duarte de Meneses;* por mar, a dos *Feitos de Guiné*. Foi para combater os Mouros por mar que, depois do feito de Ceuta e do malogro de Tânger, o infante D. Henrique preferiu enfrentá-los ao longo da costa ocidental. Toda a *Crónica* de Zurara é um cântico a esse esforço, em que a luta se justifica pela glória que trazia a Deus e ao Reino que a empreendia. Os que morreram nesse combate recebiam no Céu a devida recompensa e os que se abalançaram a tamanhos trabalhos, alcançavam dupla vantagem nesta vida: honra e proveito. *Honra,* na satisfação que proporcionavam ao Infante, e em que nenhum desejava ser inferior ao outro; *proveito,* que por muito tempo se reduziria, principalmente, à escravidão dos «mouros» que fossem vencidos no ardor das armas, tal como acontecia aos cristãos que caíam nas mãos dos infiéis.

---

(1) Citaremos, no entanto, pelo códice de Munique, publicado pela Academia Portuguesa de História — *O Manuscrito de Valentim Fernandes,* Lisboa, 1940. *(Ms.)* e pelo códice de Paris, editado pela Agência-Geral do Ultramar (D. D.). Com relação ao que Duarte Leite sabe a respeito de Zurara não ter convivido com navegantes, pensamos que terá generalizado, a partir da confissão do cronista, que informa ter já falecido Nuno Tristão, quando D. Afonso V lhe mandou escrever a Crónica (D. D., p. 147). Nós diríamos precisamente o contrário. Se Zurara começou o oficio de cronista em 1449, como já vimos, e esta *Crónica dos feitos de Guiné* chega até ao ano de 1447-48; se Zurara assistiu à chegada da expedição de Lançarote, encontrando-se em Lagos, em mais de uma oportunidade e, mais tarde, falou, nomeadamente com João Fernandes, como se pode admitir o seu afastamento propositado ou involuntário da roda dos homens do mar, sobre quem tinha de escrever «com verdade», ele que se deslocou ao norte de África, para poder redigir as outras crónicas? Só não pôde escutar os que haviam desaparecido.

Contudo, e apesar de Duarte Leite pensar que a cultura geográfica de Zurara era «quase nula» (1) e que, como vimos, não conviveu com navegantes, é certo que divulgou notícias sobre a costa de África que se não liam nos livros geográficos de então. Na Península Ibérica havia conhecimento das ilhas Canárias e os navegadores sabiam ir até lá, mas receavam correr a costa de África mais além para o sul. «Era grande dúvida qual seria o primeyro que quisesse poer sua vida em semelhante ventura», parecendo-lhes mesmo impossível lançar ombros a tão arriscada empresa que os maiores não haviam tentado. Os seus conhecimentos geográficos limitavam-se a isto: «diziam os mareantes que, despois deste cabo (Bojador) non ha hy gente nem povoaçom alguma nem arvore nem herva verde e o mar he tam baixo que a huma legoa de terra non ha de fundo mais que huma braça, as correntes som tamanhas que navio que la passe, jamais non poderá tornar». Não se tendo arriscado a visitá-lo, ninguém ainda o soubera «assentar nas cartas per que se regem todollos mares per onde gentes podem navegar» (2). Entrava-se, pois, nos 2000 km de costa do Sara no litoral atlântico (do cabo Não à embocadura do Senegal).

A perseverança do Infante, que a princípio terá utilizado «mareantes tirados da carreyra de Frandres ou dalguns outros portos», que Zurara, desdenhosamente ou para fazer realçar a visão de D. Henrique, informa navegarem sem saber «mais teer agulha nem carta pera marear», conseguiu, ao cabo de doze anos de porfiadas canseiras, a ultrapassagem do cabo Bojador, por Gil Eanes, no ano de 1434 (3). O navegador contou que «non achara gente alguma nem synal de povoaçam», limitando-se a trazer umas «hervas» que em Portugal se chamam rosas de Santa Maria.

Em nova viagem, acompanhado de Afonso Gonçalves Baldaia, conseguiu passar 50 léguas mais além (4), topando ainda só «terra sem casas e rastro de homens e camelos». Estes poucos sinais foram o suficiente

---

(1) A respeito dos conhecimentos geográficos de Zurara, sobre o norte de África, manifestados noutras obras, ver Robert Ricard — *Études*, cit., pp. 8 e segs., pp. 54 e segs.

(2) *Ms.*, 137; D. D., 48-49.

(3) *Ms.*, 138; D. D., 54.

(4) Zurara indicará, sempre, distâncias muito exageradas (A. Teixeira da Mota, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 2, p. 280), o que decerto não lhe pode ser atribuível, a ele, que se terá servido de indicações de marinheiros. Aqui, por exemplo, tem de se reduzir para 30, se dermos crédito a João de Barros e Duarte Pacheco Pereira (L. Bourdon — *Chronique de Guinée*, Dacar, 1960, p. 73, nota 4. Para a correcção de datas, ver também Duarte Leite — *Acerca da Crónica* (...), p. 167).

para D. Henrique concluir que, perto, ficaria povoação de mercadores que, naturalmente, comerciariam a partir de algum porto de mar com «alguma ancoração segura». De novo enviou Afonso Gonçalves Baldaia que, andando mais 120 léguas, segundo Zurara, ou 54, conforme Pacheco Pereira, chegou ao rio do Ouro, cuja embocadura entrava pela terra cerca de oito léguas.

Montados em dois cavalos, penetraram no sertão dois moços, armados de lança e espada, a descobrir «alguma povoação ou gente» que, finalmente, encontraram, à distância de sete léguas. Viram sete mouros. No dia seguinte, o batel de Baldaia voltou ao local, acompanhado dos mesmos jovens, mas não descortinou mais que «alguma prove fazenda sua», que trouxe consigo. No regresso notou, à entrada do rio, «grande moltidão de lobos marinhos», isto é, focas, cerca de quinhentos, não lhe sendo difícil matar alguns.

Mas a expedição era de reconhecimento humano e o navegador seguiu mais 50 léguas (34, segundo Pacheco Pereira), na esperança de surpreender alguém. Apenas encontrou mais um acidente geográfico: «huma ponta onde estava huma pedra que ca de longe parecia galee, por cuja razão dhy em diante chamarão aquelle porto o porto de Galee». Saindo em terra, puderam apanhar umas redes «feitas de casco de hum pao, sem outra mestura de linho, do qual fazem redes e outra cordoalha», voltando a Portugal no ano de 1436 (1). Alguém da expedição a relatou com pormenor e desse escrito se utilizou o cronista: «Consiiro aquy duas cousas, diz aquelle que screveo esta estorya» (2).

Apesar da curiosidade e persistência do Infante, só em 1441, em virtude de factores de vária ordem, como a expedição a Tânger, a morte de D. Duarte e acontecimentos que se lhe seguiram (3), foi possível enviar barcos apenas com a tenção de carregar coirama e azeite de «lobos marinhos». A nova empresa, capitaneada por Antão Gonçalves, viu-se coroada de êxito, quanto ao propósito, havia tanto tempo almejado, de captar informadores

---

(1) *Ms.*, 140; D. D., 61.

(2) D. D., 59. — Embora se possa entender que Zurara alude a Afonso Cerveira, de cujo trabalho inacabado se serviu, cremos que a referência diz respeito ao escrivão, ou quem quer que seja que relatou a viagem.

(3) A este respeito ver Rui de Pina — *Crónica do Rei D. Duarte*, pp. 95 e segs., e *Crónica de El-Rei D. Affonso V*, pp. 34 e segs. — A expedição a Tânger foi anunciada às nações cristãs, por meio de cavaleiros portugueses que «correram a costa de Biscaia, Astúrias, Flandres, Inglaterra e Alemanha a buscar navios e gentes» que, em virtude de guerras em que alguns andavam empenhados e outros motivos, não puderam comparticipar. (*Crónica de D. Duarte*, pp. 100 e 133).

da terra — um homem e uma mulher. O resultado deste primeiro contacto permitiu chegar à conclusão de que estavam já fora da esfera de influência directa dos Árabes. Entretanto, partira Nuno Tristão, que pôde captar um «alarve», que os não entendeu. Resolveram, por esse motivo, apanhar mais alguns e conseguiram, efectivamente, «dez amtre homens e molheres e moços». Eram as primícias do continente negro, menos islamizado, vindo entre eles um, «que era cavalleyro e bem mostrava elle em sua contenença, ter a vantagem de nobreza sobre os outros» — esclarece o cronista, decerto apoiado na narração escrita de alguém que tivesse presenciado a cena.

Como Antão Gonçalves foi aí armado cavaleiro, esse lugar ficou chamado, em sua memória, o Porto do Cavaleiro (1). Também estes e o língua árabe de Nuno Tristão se não entenderam, mas Zurara ainda denomina aqueles de «mouros» (2), explicando, no entanto, que a sua língua «nom he mourisca mas azeneguia de Zaara» (Sara). É que «estes negros», como elucida noutro lugar, «nam vinham da linhagem de mouros, mas de gentyos» (3). Nuno Tristão terminou a viagem no cabo Branco. Os resultados obtidos até esse ponto traziam todos fora de si. Em cada ano avançavam-se sempre muitas léguas para o sul. Desde que Gil Eanes dobrara o temeroso cabo Bojador (1434), Afonso Baldaia atingira o rio do Ouro (4), dois anos mais tarde, seguindo-se o período da expedição de Tânger (1437) e sua repercussão nos negócios internos do Reino, até que agora, em 1440, e anos seguintes, Antão Gonçalves prosseguia as navegações, encontrando-o na faina Nuno Tristão, que continuou viagem de descobrimento até ao rio Branco ou cabo Branco, que se situa em 20° e 46'-47' (5), começo da costa norte da Mauritânia e extremo ocidental do Sara.

Não tardou que a descoberta da nova África ecoasse, retumbante, pela Europa fora. Por um lado, o infante D. Henrique comunicou-a ao Papa, no ano seguinte, 1442, impetrando a perpétua doação «de toda a terra que se descobrisse per este nosso Mar Oceano, do Cabo Bojador té as Índias, inclusivé». Para isso, enviou um homem do conselho real,

---

(1) Numa margem do rio do Ouro, segundo Valentim Fernandes (*Ms.* 40).

(2) *Ms.*, 142; D. D., 78.

(3) *Ms.*, 145; D. D., 89-90.

(4) A fascinação do nome em nada contribuiu para a propagação da notícia nas primeiras horas, visto que só mais tarde o rio tomou este apelativo. (Alexandre Magno de Castilho — *Descripção e roteiro da Costa Ocidental de África*, p. 73).

(5) D. D., 81, e Castilho — o. c., pp. 47 e 78; A. Fontoura da Costa — *Nomenclatura portuguesa dos Descobrimentos marítimos africanos*, in *Descobrimentos marítimos africanos*, p. 43; A. Teixeira da Mota — *Topónimos de origem portuguesa*, p. 83.

cavaleiro da Ordem de Cristo, Fernão Lopes de Azevedo, ficando toda a Cúria satisfeitíssima, com «a nova deste descobrimento» (1). Era um acto diplomático que, necessàriamente, se revestia de repercussões internacionais. Por outro lado, a imperatriz da Alemanha fora informada dos grandes feitos da passagem do Bojador e dos primeiros contactos com negros. «E aconteceu que, ao tempo que se fazia prestes este navio, em que havia de ir Antão Gonçalves, estava em casa do Infante um gentil homem da casa do Emperador Frederico III, a que chamavam Baltasar, o qual, com desejo de ganhar honra, viera dirigido pelo mesmo Emperador ao Infante, pera o mandar a Ceita, fazer cavaleiro» (2). Barros, como já vimos, explica o aparecimento do alemão Baltasar, na corte de Lisboa, pelo conhecimento que «toda a Europa» alcançara «deste Descobrimento de Guiné, como na mais nova cousa que se podia dizer».

O Infante, porém, não se sentia satisfeito e mandou Antão Gonçalves — que levou consigo Baltasar — percorrer o mesmo caminho, para colher mais notícias no mesmo local, ou, se possível, mais além, «ainda das Indyas, e da terra do preste Joham» (3). As Índias andavam localizadas, nos textos geográficos e na cartografia — *depois da África, para o Oriente*. O Preste João ficava também por aí, correndo sobre ele variadas versões. Em todo o caso, tratava-se de terras distantes, de que se não conhecia o caminho. Esta localização, por informação dos africanos ou por experiência dos nautas, era o que o infante D. Henrique procurava atingir em meados do século XV (4).

Regressado à sua terra, como informa Zurara, o cavaleiro alemão pôde certamente ser mais um dos divulgadores da caminhada portuguesa pela costa de África, se não em puro sentido geográfico, pelo menos em teor de pugna acesa contra os Mouros.

---

(1) Ver as graças concedidas por Eugénio IV, em Dias Dinis, *M. H.*, VII, pp. 289-350.

(2) Barros — *Década*, I, p. 34.

(3) D. D., 89.

(4) É vasta a bibliografia a este respeito. — Ver, por exemplo, Joaquim Bensaúde — *Origines du Plan des Indes*, Paris, 1929-1930 (trad. no *Boletim Geral das Colónias*, n.º 59, Maio de 1930), pp. 57-77; Duarte Leite — *Talent de bien faire*, in *Revista Portuguesa de S. Paulo*, t. I (1930), pp. 88-89; Joaquim Bensaúde — *As origens do Plano das Índias* (resposta ao Dr. Duarte Leite), Paris, 1930; id. — *A' Cruzada do Infante*, Lisboa, 1960; Jaime Cortesão — in *História de Portugal*, Barcelos, III, p. 363; G. le Gentil — in *Bulletin Hispanique*, Bordéus, t. 33 (1931); Edgar Prestage — *The Portuguese Pioners*, Londres, 1933.

Em 1443, nova caravela, entregue a Nuno Tristão, voltou ao cabo Branco, a 25 léguas do qual saía do mar uma ilha chamada de Gete ou Adegeth (1), que nós denominamos Arguim e, não longe desta, uma outra, em que se criavam muitas garças, que lhe deram o nome, segundo Barros (2). Nativos, todos nus, vogavam em vinte e cinco almadias de madeira, com as pernas mergulhadas na água, a servir de remos. O local era propício para colherem informações do Senegal e foi escolhido para construir, em 1461, uma primeira fortificação (3). Em 1444 partiu Lançarote e Gil Eanes, que pouco avançaram sobre a expedição anterior, visitando a ilha de Tider (4). Nas paragens que percorreram, os habitantes eram «mouros», isto é, islamizados, porque ètnicamente notava-se bastante diferenciação: «Huns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros, menos brancos, que semelhavam pardos; e outros tam negros como ethiopicos, tam desafeiçoados assy nas caras como nos corpos» (5). Um dos que vieram para Portugal entrou na Ordem dos Franciscanos, no convento de S. Vicente do Cabo. Todos, aliás, receberam, «de boas vontades», o baptismo, porque não eram mouros autênticos, como os do norte de África.

Conheciam esta costa pela designação de Guiné, conforme se refere a propósito da nova expedição de Gonçalo de Sintra, enviada pelo Infante (1445). Nesta vez seguia a bordo um moço azenegue por «torgimão» ou intérprete, «ho qual ja de nossa lingoagem sabia grã parte» (6).

Nesse mesmo ano partiu para o rio do Ouro a expedição de Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Afonso, com intuitos de estabelecerem relações comerciais, no que foram mal sucedidos. Um nativo quis vir a Portugal ver o Infante, tendo voltado depois à sua terra. Em contrapartida, um português, escudeiro do Infante, que «fora já cativo antre os outros Mouros, em esta parte do mar Mediterraneo, onde ouvera conhecimento da linguagem» árabe, ficou, de livre vontade, no cabo Branco «pella ver e trazer novas della, se acertasse tornar» (7). Chamava-se João Fernandes e

---

(1) D. D., 94, e *Ms.* 145.

(2) Barros — *Década* I, p. 35; Fontoura da Costa — *Nomenclatura*, pp. 43-44.

(3) Barros — *Década* I, p. 70. Quase cem anos mais tarde, refere-se ao «Castello d'ElRei Nosso Senhor», o «Piloto Portuguez» que prestou informações ao conde Raimundo de la Torre, sobre a navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé (*Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, t. II, n.° II).

(4) D. D., 108.

(5) *Ms.*, 149; D. D., 125.

(6) *Ms.*, 151; D. D., 133.

(7) *Ms.*, 151; D. D., 143 e 152.

deixava-se ficar para ver o sertão dos azenegues, permanecendo aí, até o virem buscar, passados sete meses. Foi o primeiro europeu que penetrou no interior da África, a partir da costa ocidental (1). Estes dois casos simbolizam bem a amizade que os Portugueses intentavam estabelecer entre os povos da Europa e os da África, para além das lutas religiosas em que igualmente andavam empenhados. Dessa amizade procuravam, naturalmente, tirar o proveito do conhecimento das terras e das gentes, com o confessado intuito de alargarem o âmbito do comércio europeu e fazerem cristandade.

Correndo muito para diante das ilhas de Arguim, a expedição de Nuno Tristão, que realizava a sua terceira viagem às costas de África (1445), viu terra «muy dessemelhada daquesta primeyra, porque esta era areosa e maninha e desacompanhada de arvores, como cousa em que falleciam as agoas; e a outra virom acompanhada de muytas palmeyras e outras arvores verdes e fremosas» (2). Não é fácil a identificação do local, mas sabe-se que chegara à ponta de Tira (3), tendo, pois, atingido, como desejava, terra de negros.

Pelo menos, Zurara assim o diz, acentuando, a propósito, que foi quem «primeiramente vyu a terra dos negros». Barros, porém, não o faz passar do rio do Ouro (4). E, enquanto o visconde de Santarém localiza o termo da viagem abaixo do rio de S. João, em *Palmar*, baseado na frase «que virão acompanhado de muitas palmeiras», L. Bourdon aventa a hipótese de se tratar de uma das ilhas Ikniva (5).

---

(1) Sobre João Fernandes, de que voltaremos a falar mais adiante, ver D. D., 143, 153, 160, 164, 340, 401 e 409.

(2) *Ms.*, 152; D. D., 145.

(3) No índice geográfico de D. D. (p. 477) regista-se: «Cabo de Tira. — Baías que saem do Cabo Branco para o, 206. — Chegando ao, 328». O visconde de Santarém, anotando o texto do primeiro passo, escreve: «Combinando esta passagem com o que diz o Autor no cap. XXX», p. 144, «e com a distância de 80 leguas que elles navegarão depois de largarem da ilha das Garças, ou d'Arguim, parece que o cabo a que Azurara dá este nome (...) é ponta ou tira de terra da embocadura do Senegal (...)». Temos, pois, o cabo Tira, *acima* e *abaixo* de Arguim, rio de S. João e cabo de Santarém. Valentim Fernandes (*Ms.*, 41) esclarece que Tira é povoação de mouros a 8 léguas da terra firme da ilha de Arguim e a carta portuguesa da Biblioteca Estense (Cantino) coloca Tira ao sul da actual baía de S. João. Por isso, L. Bourdon o identifica com a ponta sul da ilha — hoje península — de Tira ou Thila, que fecha a baía de S. João pelo norte. (L. Bourdon — o. c., 151, nota 1).

(4) Barros — *Déc.* I, p. 446.

(5) Bourdon — o. c., p. 98, n.º 1.

Dinis Dias, possìvelmente, no ano seguinte (1), «chegou aa *terra dos negros,* que som chamados guyneus». A influência islâmica ia diminuindo gradualmente e a cor da pele dos habitantes permitia a diferenciação que o próprio cronista denuncia. Cônscio dessa diversidade etnológica, adverte — passo este que Valentim Fernandes não conservou — que já antes empregara o vocábulo Guiné, para se conformar com o uso «em comuum, mas nom porque a terra seja toda huma, ca grande deferença teem humas terras das outras e muy afastadas som, segundo departiremos adyante» (2). Dos seus costumes, impressionaram-nos, como homens do mar que eram, os frágeis barcos. Os negros, em presença da caravela, que nunca haviam visto, saíram de terra «e meteronse em huum *pequeno batel* feito todo de huum paao cavado, sem outra nhuuma adyçom» (3). Valentim Fernandes deu-lhe o nome próprio — *almadia.*

Indo «mais avante», pararam num «grande cabo, ao qual poserom nome cabo Verde (no sítio em que hoje se situa Dacar, capital do Senegal), onde virom muyta gente» (4). Junto ficava uma ilha em que pastavam muitas cabras e esvoaçavam inúmeras aves. Zurara imaginou — as palavras são claramente suas, mas Valentim Fernandes omitiu-as — que estes negros eram «vezinhos da terra do Egipto» (5). Haviam passado a foz do rio Senegal, sem o explorarem (6), cabendo a Dinis Dias a glória de ter sido o primeiro a atingir o cabo Verde (7).

No ano de 1446, as caravelas que foram procurar João Fernandes ensaiaram outra rota: passaram pela ilha da Madeira, «porque avia ja hy grande abastança de mantimentos» (8), seguindo daí para o cabo Branco

---

(1) Partiu depois de Nuno Tristão («as caravellas ja hyam tam longe desta costa»), que terá saído de Lagos *em 1443,* segundo Fontoura da Costa — *Descobrimentos Portugueses no Atlântico,* p. 261; em *1444,* conforme Duarte Leite — *Acerca da «Crónica»,* p. 162; ou *1446,* se dermos crédito a Valentim Fernandes (p. 64), e a Barros, *Déc. I,* p. 39.— Nuno Tristão fez quatro viagens, que alguns historiadores confundem numa, duas, ou três. — Cf., também, D. D., 198.

(2) D. D., 149.

(3) D. D., 149; *Ms.,* 152. — Ver Bourdon, *o. c.,* 123, n.º 5.

(4) Castilho faz derivar *Dakar* de *Dacar* que, por sua vez, terá vindo de *Gaspar.* (*o. c.,* p. 112).

(5) D. D., 150.

(6) Seria explorado na viagem de Lançarote, que saiu de Lagos em Agosto de 1446, pensando-se, então, ser um braço do Nilo. Ortélio há-de apresentá-lo como braço do Níger e nascido em lago vizinho do Equador. (Castilho — *o. c.,* p. 92).

(7) D. D., 198 e 283.

(8) *Ms.,* 153; D. D., 153.

e ilha de Arguim. Trouxeram, na verdade, o destemido português e Zurara falou com ele, anotando — além do seu sacrifício e da afeição que soube captar dos negros, durante o tempo que com eles conviveu («muytos delles choravom com soydoso pensamento» (1) — tudo quanto lhe sucedeu de interessante para o conhecimento de África (2). Não descreve o itinerário de Fernandes, porque «em toda aquella terra nom ha caminho certo, se nom os da beyra mar» e os mouros «nom se guiam se nom pellos ventos, segundo fazem no mar e per aquellas aves que ja dissemos». Contudo, partindo do cálculo de que um camelo de caravana percorre cinco léguas por dia, o explorador lusitano terá andado 150 léguas no deserto. Se utilizou uma outra espécie de camelos que caminham 50, então terá calcorreado 1500 léguas (3).

Do que Fernandes contou, apuram-se dados verificados *de visu* e descrições geográficas ouvidas aos mouros, que viajavam do cabo Branco ao rio Senegal. «Esta terra he toda areosa sem alguma herva soomente pellas vageens ou baixios que teem alguma herva de que os gaados ham seu fraco governo. Teem porem outeiros e serras todas darea». A observação pertence-lhe, naturalmente, com relação à faixa que percorreu, cabendo aos informadores a dilatação do *habitat* a toda a região. Estende-se «de Tagaoz (4) ataa terra dos negros e vay cerrar com o Mar Medyoterreno, no cabo do regno de Tunez, a Mondebarque» (5), passando além deste reino, até Alexandria. Queria dizer que compreende, no limite norte de África, banhado pelo Mediterrâneo, o que hoje se chama Líbia e Egipto.

Esta enorme vastidão de terra «he toda povoada de gente de pastores», «nem ha nella arvores se nom pequenas, assy como figueyras do inferno ou espinheyros. E em alguns lugares ha hy palmeyras. E todallas aguas som de poços, sem nenhuuns rios correntes, se nom em muy poucos lugares». Computa a sua extensão em trezentas léguas de largo por mil de comprimento, não ostentando «outros lugares nobres», além de Alexandria e Cairo (6).

---

(1) *Ms.*, 154; D. D., 163.

(2) *Ms.*, 170; D. D., 340.

(3) Visconde de Santarém, *in* D. D., 345, nota.

(4) Tagaste, a maior cidade comercial de Suz, ponto de convergência de três caminhos de caravanas do Sara ocidental (Magalhães Godinho — *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p. 124: ver aí o mapa de Marrocos, no fim do volume; L. Bourdon, p. 216, nota 4).

(5) Antiga *Barca*, uma das cinco cidades da Cirenaica (Bourdon, p. 217, nota 1).

(6) *Ms.*, 170-171; D. D., 340-342.

A escrita e o falar destes povos eram diferentes da língua dos outros mouros, isto é, do árabe, mas «todos sam da seyta de Maffomede». Praticavam o nomadismo, a pé e a cavalo, dedicando-se, sobretudo, à pastorícia. Eram conhecidos por alarves, azenegues e bárbaros.

O resto do norte de África, onde habitavam os mouros mais conhecidos dos europeus, estava dividido entre os reinos de Fez, «no qual jaz o de Marrocos e de Tafillete (1) e ho regno de Tunez, em que he ho de Tremecem (2) e de Bogia».

Na região dos negros, havia um outro reino «que se chama de Meelly» — o império do Mali — que Valentim Fernandes omitiu, decerto pela advertência de Zurara, de que «empero este nom he certo». E não é, «ca elles trazem daquelle regno os negros e os vendem como os outros, no que se mostra que se fossem mouros, que os nom venderyam assy» (3).

Esta era a carta de África que lhe foi transmitida pelos nativos. Deste modo se colhiam informações do interior de África, quando os «mouros» ou os negros se dispunham a cooperar. Mas o processo revestia-se de sérios riscos e os Portugueses nem sempre o puderam ou quiseram adoptar.

Por experiência própria, João Fernandes observou ainda que «as calmas daquella terra som muy grandes e o poo das areas» muito. Também terá visto «muytas emas e antas e gazellas e muytas perdizes e muytas lebres». Para lá vão as andorinhas que de Portugal emigram no Verão, mas as cegonhas passam-se «aa terra dos negros, onde manteem o Inverno» (4).

Possìvelmente ainda nesse ano de 1445 ou já no de 1446 (5), seguiu nova expedição, de carácter comercial, capitaneada por Dinis Eanes da Grã, que atingiu a Ponta de Tira, onde chegara Nuno Tristão (na terceira viagem) e Dinis Dias que, como vimos, ultrapassara esse ponto e navegara até ao cabo Verde. Eanes da Grã alcançou «terra muy verde e povoada de gente e de gaado manso que os da terra trazyam para seu huso» (6).

---

(1) Região de SE marroquino. A sua capital histórica foi Sidjilmessa, oásis muito frequentado pelas caravanas sarianas. Esta referência é, com a de Fr. João Álvares (*Trautado da vida e feitos do muito vertuoso S.or Infante D. Fernando*, Coimbra, 1960, pp. 37 e 100, onde aparece grafado Caffilete) uma das mais antigas em textos europeus (Robert Ricard, *apud Bourdon*, p. 218, nota 1).

(2) Ver mapa de Marrocos, citado (*in* Magalhães Godinho).

(3) D. D., 343-344.

(4) *Ms.*, 171; D. D., 346.

(5) Sobre o ano, ver D. D., 198.

(6) D. D., 173-214.

Mais importante foi a viagem de Lançarote e outros, em 1446, («vindo este ano de 446»), em que inicialmente contava nada menos que 26 caravelas. Era nova réplica da viagem de Antão Gonçalves, cujos lucros compensaram bem as despesas. Não se esqueceram «da voontade do senhor Iffante» e intentaram «saber parte da terra dos negros, especialmente do ryo do Nillo». Para isso, algumas delas seguiram avante de cabo Verde e só retomaram depois de atingir, pela primeira vez, o cabo dos Mastros (1). O espírito cavaleiresco dos nautas impelia-os sempre a tentarem feitos de que houvessem «honra», a qual costumava ser aumentada generosamente com benesses, pelo Infante. Deste modo se ia prosseguindo a descoberta da costa. O cronista, enlevado com as façanhas guerreiras e o «proveito» das expedições — de si trabalhosas e caras —, pouco realce dá a esse facto que, na verdade, era objectivo principal, como ele sabia e manifesta na insistente reprodução do estado de espírito dos navegadores. Sublinha a novidade das aves, de que se tirou o nome para a ilha das Garças e de umas outras, que se chamam «crooes». «Som todas brancas, de moor grandeza que cirnes (cisnes) e teem os bicos de huum covedo e mais, e danchura de tres dedos, e parecem como bainhas de basas (*vasas*, em Valentim Fernandes, isto é, lavores, ou feitios vasados), assy lavradas e com taaes lavores como se os fezessem arteficialmente com meestria de fogo, afim de lhes poer fremosura; e a boca e o papo he tam grande que huma perna de huum homem, por grande que seja, atee o giolho lhe cabe per elle» (2).

A descrição tem interesse literário, porque se deve a alguém que viu bem a ave, atendendo a todos os pormenores que realça, quer com expressões de gosto artístico, quer por meio de comparações com elementos mais conhecidos. Atendeu ao tamanho dos órgãos mais salientes, medindo-os mentalmente; reparou na cor, e não se esqueceu de indagar o nome. Trata-se do *Bucerus nasutus* de Lineu, que Buffon pensava ter sido observado, antes de mais ninguém, por Labat, trezentos anos depois de Lourenço Dias, a que respeita o relato de Zurara (3), a ter revelado, oralmente ou por escrito. Ainda que o cronista nada mais tenha feito do que transcrever a descrição de outrem, patenteia bem a preocupação de também aproveitar circunstâncias curiosas da vida dos seus heróis.

---

(1) D. D., 215-270 e 284-334.
(2) *Ms.*, 157; D. D., 228.
(3) Visconde de Santarém, *apud* D. D., 228, nota.

Sem acompanhar todas as caravelas nos itinerários que percorreram, sigamos, no entanto, com algumas delas, pela costa abaixo. «Andarom assy tanto que passarom aa terra de Zaara (Sara), dos Mouros que som chamados Azanegues, a qual terra he assaz boa destremar da outra (do País dos negros, quer dizer, a Guiné), por razom das muytas areas que hy ha, e des y verdura que em ella nom parece». Aí se acolhiam as aves de arribação, de que cita as andorinhas [que faltam no códice de Paris (1)], cegonhas, codornizes, rolas, torcicolos, rouxinóis e felosas, entre outras. Daí saem, no Inverno, os falcões, as garças, pombos, trocazes e tordos.

Eles viram-nas, no mar e na terra, dando-nos, a propósito, relação de outras aves e de peixes que por lá existem: «Ha naquella humas aves que se chamam framengas, que sam da grandeza das garças, ygoaes na longura dos pescoços, empero de pouca pena e as cabeças rezoadas em comparação dos corpos, mas os bicos som grossos, empero curtos, e tam pesados que o pescoço ho nom pode bem soportar, de guisa que, por sua ajuda, ho bico tem pegado aas pernas ou aas penas, ho demais tempo. E ha hy outras aves que sam maiores que cirnes (cisnes), que se chamam crooes, de que ja falamos».

«E também dos peixes ha hy huuns que teem os bicos de tres e quatro palmos, huuns pequenos e outros maiores, nos quaes bicos teem dentes de huma parte e doutra, tam juntos que nom cabera amtre huum e outro, huum dedo, e todos porem som dosso fino, pouco mais grandes de serra e mais afastados. E os peixes sam tamanhos e maiores que cações, e as queixadas de fundo nom som maiores que doutro peixe».

«E ha hy outro pescado que he pequeno, assy como mugeens, os quaees teem em as cabeças humas coroas per que desfollegam, quam assy como gelrras (guelras). E se (se) poem virados com as coroas pera baixo em algum bacio, pegam tam rijo que, querendoas tirar, levantam o bacio consigo, assy como fazem as lampreas com as bocas, quando som bem vivas».

A terminar esta inapreciável página de antologia, Zurara informa que «ha hy outras muytas aves e peixes de semelhaves (isto é, semelhantes) aos da ca» (2).

Pode compreender-se melhor o valor da revelação destas novas espécies, se nos recordarmos que pela Europa não se espalhara, até este tempo, nenhuma relação minuciosa, como esta de Zurara e que os conhecimentos que então havia sobre a África ao norte do Equador se reduziam a escritos

---

(1) *Ms.*, 158, D. D., 256.
(2) *Ms.*, 159; D. D., 257.

árabes, em grande parte fabulosos. Agora, porém, fazia-se a descrição ao vivo, aproveitando a observação directa. É que os Portugueses não desprezavam nenhuma circunstância que constituísse valor para o património dos conhecimentos humanos. De dois anos mais tarde, há notícia de viagem de exploração piscatória (1), mas entende-se, pelo trecho transcrito, que já agora não faltava quem se dedicasse a essa indústria.

Passada a terra do Sara, as caravelas avistaram as duas palmeiras, que antes topara Dinis Dias, «pellas quaes conhecerão que ally se começava a terra dos negros». A terra era verde, coberta de árvores e mato espesso e cheirava como um pomar. A Europa desconhecia estas características da região e nada sabia dos povos que a habitavam. Por muitas dezenas de anos há-de continuar a instruir-se com a leitura de Boemo, de que nos ocuparemos noutro lugar.

Zurara, porém, dava conta da observação dos Portugueses: «A gente desta terra som chamados guyneus, que quer tanto dizer como negros, e a terra Guynee». Moravam em «choças» e viviam da pesca. Andavam nus, armados de azagaia e «darga preta, toda redonda». Viram uma que era «pouco mayor que as que se em terra costumam, a qual tiinha em meo huma copa elevada do coiro meesmo e era dorelha dallyfante». «Todas dargas fazem do coiro daquella allimarya». Mas como o coiro é mais alto do que se torna necessário, reduzem-no a metade, «adelgaçandoo com arteficios que teem feitos para ello».

Sobre os elefantes revela o que os Portugueses aí aprenderam: que a sua grandeza atinge tais proporções «que a sua carne farta razoadamente dous mil e quinhentos homens», sendo muito boa carne. Deitam fora os «ossos». O cronista, porém, sabe que vale «razoadamente mil dobras a ossada de hum daquelles», «no levante desta parte do mar Medyoterrano» (2).

Noutro ponto da costa avistaram guinéus nus, com arcos, coldres e frechas, notando-se aí abundância de carne de porcos monteses (3). «E pellas arvores altas conhecerom que eram perto do ryo do Nylo, da parte donde vem sayr ao mar, de poente, ao qual ryo chamam de Sanaga». Aceitando, embora, a errada concepção de Plínio, de que o Nilo vai, por um braço (o Niger), desaguar naquele ponto do Atlântico, Zurara revela o nome autêntico desse curso de água e confirma a existência de um rio que corre para o mar — o Senegal.

---

(1) D. D., 421.
(2) D. D., 263.
(3) D. D., 334.

Em Portugal não se dispunha de informações escritas sobre a geografia autêntica dessas partes de África, mas o Infante havia sabido, oralmente, de «azenegues que tinha cativos» que, «despois da vista daquellas arvores, pouco mais de vinte legoas», começava uma região com povos diferentes. Na margem direita habitavam mouros ou berberes; na esquerda, os negros jalofos, que o cronista, sem descriminação, denomina guinéus, como sinónimo de negro. Dinis Dias levava uma fusta para entrar pelo rio Nilo, mas não pôde realizar o seu intento, porque o barco era velho e desconjuntou-se.

Sobre este rio (1), Zurara refere largamente o que leu nos autores consagrados, de Aristóteles e Ptolomeu, a Paulo Orósio. A geografia árabe da Idade Média ensinava que havia três Nilos, nascidos de um grande lago da África central: o do Egipto, que se lançava no Mediterrâneo, o de «Mogadis-chou», que corria para o Índico, e o do Sudão (dos negros), que desaguava no Atlântico (2). Adiante do cabo Verde, já na terra dos guinéus, encontraram umas ilhas, porventura da Madalena, onde viram, entre vacas, «duas allimaryas muy desafeiçoadas em comparaçom do outro gado», que o cronista julga que seriam «bufaros». Eram, com efeito, búfalos africanos, confirma o visconde de Santarém (3).

No regresso, encontraram, numa ilha, entre o cabo Verde e o dos Mastros, uma «arvore de estranha guisa», muito alta e de 108 palmos de diâmetro. «Da sua antecasca fazem muy boom fyado pera cordoalha, e arde esso meesmo como linho. O seu fruito he como cabaaças, cujas pevides som assy como avellãas, o qual fruito comem em verde, e as pevides secam-nas, de que teem grande multidom, creo que seja pera sua governança despois que o verde falece». O visconde de Santarém esclarece que esta árvore é o *baobab* — o embondeiro —, a que Bernardo Jussieu deu o nome de *Adansónia,* trezentos e dez anos depois de Zurara a descrever, sob informação dos nossos navegadores (4). Zurara teve consciência da magnífica empresa que Lançarote e os companheiros haviam empreendido e consagra um capítulo inteiro (o capítulo 76) a «fallar na maneira daquella terra» (5). Dá impressão de que em parte é fruto das suas inquirições

---

(1) O Niger, o Nilo dos negros. Ainda «em nossos dias — comenta o visconde de Santarém — Jackson sustentava que o Niger era um braço do Nilo». (D. D., 283, nota).

(2) Mauny, *apud.* Bourdon, 178, nota 2.

(3) D. D., 320, nota; 322.

(4) D. D., 285 e 286, nota.

(5) *Ms.,* 169-170; D. D., 335-339.

pessoais, junto dos navegadores, sem excluir, decerto, a consulta a escrito de «aquelle que ajuntou esta estorya».

Vai tratar da «devisom daquellas terras per onde as nossas gentes andarom», com o fito bem definido: «porque possaes aver conhecimento do engano em que, os dantes nós, sempre viverom». Era a experiência a levantar-se, altaneira, barrando o passo à sabedoria velha, guiada aquela pelas «dúvidas» que o Infante levantava, perante os seus contemporâneos e «ainda de todollos outros que ham de viir nas idades viindoiras». E erguendo, por assim dizer, uma ponta do véu dessas dúvidas suscitadas pelo Infante, Zurara, realista, aponta as principais: as correntes, as terras areosas e desabitadas, a profundeza do mar. Tudo isto se ia resolvendo a pouco e pouco, e os seus leitores podiam-no observar «nas cartas do marear, que o Iffante mandou fazer». Como acentua noutro lugar, eram «cartas» diferentes do «mapa-mundy», em que a costa de África a «nom pintavam senom a aventura», porque «esto que agora he posto nas cartas, foe causa *(sic)* vista por olho» (1). Dir-se-ia que nada se escondia por então. Havia o propósito de dignificar a memória do Infante e era preciso contrapor o mundo novo ao velho.

Encontrando-nos, porém, com o autor, no cabo dos Mastros, onde parara Lançarote, era de crer que a prometida «devisom daquellas terras per onde as nossas gentes andarom» e «a maneira daquella terra» se estendesse até esse ponto, que ficava já abaixo do rio Senegal. Mas não. Como só na viagem seguinte se há-de atingir a terra dos negros, segundo Zurara, que explìcitamente, como veremos, atribui essa glória a Nuno Tristão, agora limita a descrição ao lugar de *Oadem* (2) que, no entanto, coloca «na terra dos negros», apesar de a identificar com o sítio em que estava João Fernandes. Nómadas, os habitantes passam a vida «em tendas e alquistoões» (carretas de transporte), não se demorando num lugar mais que oito dias. Pastores, têm abundância de vacas, carneiros, cabras e camelos. Cavalos, muito poucos. Alimentam-se, sobretudo, de leite, que até dão aos cães e cavalos; raramente de carnes e sementes de ervas dos montes, semelhantes a painço, que aliás não abundam. Quem vive junto ao mar contenta-se com pescado, sem mais nada (determinadamente, sem pão), e, por

(1) D. D., 348.

(2) Valentim Fernandes e Pacheco Pereira grafam *Auden*, e Cadamosto, *Oden* ou *Ordem*. — Il s'agit de Oadane, qui ne se trouve d'ailleurs pas au «pays des Noirs», mais au «pays des Maures», dans l'Adrar mauritanien. (Bourdon, o. c., p. 214, nota 3).

vezes, cru e seco. Vestem almexias (espécie de túnicas) e bragas de coiro, e, os mais nobres, alquices (capas ou mantos), que as mulheres também usam. Os alquices das mulheres «som assy como mantos» que cobrem o rosto, deixando o corpo nu, do pescoço até aos pés. Adornam-se com «vincos» (brincos) e «argollas douro e assy outras joyas».

Pouco depois do regresso desta expedição, Nuno Tristão, que já viajara até à entrada do Senegal, quis ir ver também as novidades da «terra dos negros», e chegou a um ponto em que desaguava um rio não completamente identificado. Teixeira da Mota supõe, com boas razões, tratar-se da região do Niumi, tendo sido morto num dos braços do rio do Lago (1), apesar de Zurara o distanciar 60 léguas do cabo Verde (2). Aceitando a rectificação proposta, Nuno Tristão, que, ao subir esse rio, foi alvejado por setas ervadas, de que faleceu, não terá chegado ao actual território da Guiné Portuguesa.

Provàvelmente ainda nesse ano de 1446, Álvaro Fernandes, um dos componentes da tripulação da viagem anterior, voltou à Guiné e avançou até ao cabo Roxo (3). Zurara conta que as caravelas passaram pelo rio Senegal, cabo Verde, pela ilha que lhe fica perto (a Gorea) e estiveram num cabo que baptizaram de cabo dos Mastros (4). 110 léguas terão percorrido os navegantes, além de cabo Verde, o que os levaria, segundo o visconde de Santarém, para diante da Serra Leoa (5). Duarte Leite reduz as 110 léguas para umas 60 (6), e Teixeira da Mota fixa o termo, como já vimos, no actual cabo Roxo, por melhor se conformar com a realidade. Álvaro Fernandes chegara, assim, ao limite norte da actual Guiné Portuguesa, depois de ter descoberto o rio Casamansa.

Porventura ainda neste ano de 1446, nova expedição partiu para as costas guineenses, em que tomaram parte homens experimentados no mar, como Gil Eanes que, depois de descobrir o cabo Bojador, tomara parte nas viagens de Baldaia e Lançarote, não tendo, porém, desta feita, passado das Canárias; Estêvão Afonso, Lourenço Dias e outros. Ficaram pouco aquém do cabo Roxo, pois não ultrapassaram o rio Gâmbia (7). A terra

---

(1) A. Teixeira da Mota — *A descoberta da Guiné,* in *Bol. Cult.,* n.º 2, p. 308.
(2) D. D., 374-380.
(3) A. Teixeira da Mota — *o. c.,* pp. 273-284.
(4) *Ms.,* 168; D. D., 333.
(5) D. D., 384, nota.
(6) Duarte Leite — *Acerca da «Crónica»,* p. 167.
(7) A. Teixeira da Mota, *o. c.,* pp. 284-291.

mostrava grandes sementeiras, árvores de algodão e arroz em abundância e denso arvoredo. A muita água que, por vezes, a cobria, dava-lhe aspecto pantanoso. As 60 léguas a que Zurara diz estar afastada do cabo Verde têm dado azo a várias interpretações, para se localizar o termo da viagem.

As restantes expedições, descritas por Zurara, podem ter ocorrido todas em 1447 e 1448. Meras partidas de comércio, percorreram os mesmos caminhos e não trouxeram revelação de pormenores geográficos ou etnográficos de relevo. A primeira, confiada a Gomes Pires, notando-se ainda a presença de João Fernandes, não passou do rio do Ouro. O cronista assinala dois pormenores de algum interesse etnográfico — a utilização, pelos nativos, de cães e burros. Os navegadores ouviram o latido de um cão e viram um mouro montado num asno. Entre os artigos de comércio, nota-se o sal que levavam para a África (1).

Mas os mouros do rio do Ouro não queriam negociar e o Infante mandou outra embaixada a Messa. Daí, os Portugueses trouxeram guinéus, em troca de mouros, e um leão, que o Infante mandou como prenda esquisita a um amigo de Galway, na Irlanda (2). Contudo, os Portugueses não desistiram do comércio no rio do Ouro, e, nesse mesmo ano, voltou lá, de uma vez, Antão Gonçalves e, de outra, Jorge Gonçalves (3). O balanço do movimento marítimo deste ano fecha, segundo Zurara, com a viagem do escandinavo Valarte (4), que foi à «Terra dos negros», acompanhado de Fernando Afonso, tendo chegado à ilha de Palma. O Infante enviava-o como seu embaixador, com credenciais em forma de carta, para firmar com o rei local — rei Boor — uma aliança de amizade que permitisse o comércio franco. Para iniciar as conversações, trocaram-se reféns entre as duas partes. Valarte sentia-se impressionado com o que via, deixando-se tomar de entusiasmo, que os companheiros taxaram de imprudência. Era uma chusma de «guinéus», de que se destacava um cavaleiro negro, que dirigia as conversações, oferecendo uma cabra e um cabrito, cuscuz e papas com manteiga, «pam com farinha e espigas», um dente de elefante; «semente de que faziam aquelle pam»; leite; vinho de palma. Os nossos retribuíram a oferta com panos e jóias. De parte a parte, o ambiente tor-

(1) D. D., 393-407.
(2) D. D., 408-410.
(3) D. D., 410-411.
(4) Enquanto Barros lhe chama Balarde, Diogo Gomes (ou, melhor, Béhaim) trata-o por Abelhardt e declara-o sueco. — R. Hennig pensa que fosse dinamarquês e apelida-o Wollert (*Terrae Incognitae*, 4.º vol., pp. 147-153).

nava-se cada vez mais agradável. O negro mostrava «seer muyto contente de sua conversaçom». Mas o embaixador português desejava entabular relações com o próprio monarca e lembrou-se também de pedir um elefante morto, «pera lhe tomarem a pelle e os dentes e os ossos, com alguma parte da carne», prometendo dar em troca uma tenda de pano de linho, em que se podiam alojar 25 a 30 pessoas, «tam leve que huum a possa levar ao pescoço». Já os portugueses andavam confiantes no litoral, em contacto directo com os negros, quando o cavaleiro se foi pelo elefante e Valarte não resistiu à tentação de também sair em terra. Foi o fim da embaixada e começo da tragédia. O cronista não conseguiu apurar o destino de Valarte, que haverá também sucumbido na refrega, ou terá sido levado, com outros, para o sertão (1).

Zurara narra ainda uma viagem de pescadores ao cabo dos Ruivos, em 1448, e outras às Canárias (2), que não suscitam qualquer réstea de interesse. Não deixaremos, no entanto, de apontar as referências mais notáveis às ilhas atlânticas, porque, também para elas, este é o texto mais antigo, com relação aos contactos portugueses.

Quanto às Canárias, mostra no capítulo LXXIX «quantas som estas ilhas e de que povoraçom e assy de suas maneyras de creença e des y de todallas cousas que a ellas perteecem» (3). São sete, e os seus nomes — três, com cristãos — Lançarote, com 60 pessoas; Forte Ventura, 80, e Ferro, 12; e as restantes, Gomeira, com 700 homens de peleja; Palma, com 500, ou 600, segundo o códice de Valentim Fernandes; Tanarife, com 6000, ou 600, se dermos crédito a Fernandes, e Gram Canaria, com 5000. Nas quatro primeiras havia cristãos, mas, de uma maneira geral, habitavam-nas autênticos selvagens, que andavam nus. Alguns cobriam as vergonhas com «huma forcadura de palmas de collores darredor, por bragas», desprezando qualquer espécie de panos que se lhes apresente. Na Grande Canária, eram governados por duas pessoas — um rei e um duque, com uma corte de 190 a 200 cavaleiros. Pelejavam com pedras e não dispunham de artilharia.

Faltavam-lhes os metais, utilizando instrumentos de pedra, com que se serviam na construção de casas. Com essas mesmas pedras faziam anzóis de ferro, o único metal que estimavam. Para produzirem fogo,

---

(1) D. D., 412-420.
(2) D. D., 421-423.
(3) D. D., 349-359; *Ms.*, 99-106.

esfregavam dois paus. Tinham trigo e cevada, mas não sabiam fabricar pão. Comiam figos e tâmaras e misturavam a farinha com carne e manteiga.

Os moradores da ilha Gomeira pelejavam com varas pequenas e com flechas agudas e tostadas em fogo. Alimentavam-se de leite e ervas, «como bestas», e raízes de juncos. Raramente comiam carne, por terem poucos porcos e cabras, a não ser a de ratos, pulgas, piolhos e carrapatos. Viviam em promiscuidade, metidos em covas e choças, passando a maior parte do tempo a cantar e dançar. Os da ilha de Palma ainda eram mais «bestyaaes». Não comiam pão nem legumes, nem peixe, mas apenas carne de ovelha, ervas e leite. Na luta usavam as hastes dos de Tanarife, substituindo, na ponta, o ferro por corno agudo. Na de Tanarife, também denominada do Inferno, devido à cratera que permanentemente expelia fogo, os habitantes viviam melhor, porque possuíam abundância de trigo, cevada, legumes, porcos, ovelhas e cabras. Vestiam-se de peles e viviam em choças e covas, cada um com a sua mulher. Pelejavam com «astes damaga de pinho, feitas como grandes dardos, muyto agudas, torradas e secas». Divididos em oito ou nove bandos, com rei cada um, lutavam frequentemente uns com os outros.

Com o que deixou escrito sobre as ilhas da Madeira e dos Açores, podia a Europa ficar a saber que os Portugueses haviam encontrado várias ilhas, numa dessas muitas viagens de tentativa de navegação pela costa ocidental de África, depois de acabado o descerco de Ceuta, isto é, em 1419 ou 1420. À primeira puseram o nome de Porto Santo e à segunda o de Madeira. Além de bons ares, esta última oferecia outras vantagens inapreciáveis: as aves deixavam-se apanhar, as águas corriam abundantes e as sementeiras proporcionar-lhes-iam, certamente, «muy abastosas novidades». Com os achadores — João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira — seguiram para lá Bartolomeu Perestrelo e vários colonos e clérigos, formando-se, deste modo, uma sociedade, que dominou agrìcolamente a terra. Por volta de 1460, contava mais de 150 pessoas. Ao mesmo tempo iniciara-se o comércio com a Metrópole, que lhe enviava tanta gente.

Os Açores aparecem, sem essa designação, de mistura com aquelas ilhas. Eram outras duas, afastadas daquelas 170 léguas ao noroeste, a uma das quais o infante D. Pedro se comprouve em denominar de S. Miguel. O infante D. Henrique mandou-as povoar em 1445, por um cavaleiro seu, Gonçalo Velho. Mal informado a respeito do arquipélago, parece referir-se-lhe, quando, linhas adiante, soma sete ilhas — quatro do tamanho da Madeira e três mais pequenas. Sobre a de S. Miguel, aponta ràpidamente, na última linha, que produzia açúcar, acrescentando Valentim Fernandes

que no ano de 1454 «ho dito Iffante mandou mostrar em Sagres aas galees açucar e sangue de dragã da ylha» (1).

Estas são, nas linhas gerais, as notícias de que Zurara dispõe para informar os seus leitores. Com respeito a este aspecto da informação, tanto se lhe pode censurar que calasse certos pormenores que desvirtuassem o retrato de quem desejava glorificar, como a omissão, por falta de diligência, de notícias que, escassas dezenas de anos mais tarde, Valentim Fernandes conseguiu apurar, por exemplo, sobre os Açores. Em todo o caso, e aceitando a crónica tal como nos chegou às mãos, temos de reconhecer que foi ela o primeiro escrito narrativo a dar uma visão de conjunto do «primeyro descubrimento de Guynee» (2). De passagem, sublinharemos ainda que o fez interpretando perfeitamente as fases da gesta cavaleiresca, nos dois sentidos que ela tomou em vida do Infante: de *guerra* contra o Mouro pela costa ocidental abaixo e de *diplomacia* com vista a relações comerciais mais estáveis — uma e outra direcção impulsionadas pelo propósito firme de converter esses povos para a Fé Católica e alcançar algum lucro.

Se nem toda a Europa tomou conhecimento desta primeira obra escrita, de óptimas contribuições para a rectificação da velha geografia, talvez que a culpa não seja dos príncipes portugueses. Num tempo em que a divulgação se fazia por meio de copistas, só faltou o entusiasmo por feitos heróicos que tivesse à sua disposição qualquer dos manuscritos, para o multiplicar em numerosos apógrafos, ou o imprimir quando a tipografia nasceu. De Portugal foi ela mandada levar a mensagem da boa nova a quem a quisesse ouvir.

3.2 — *As cartas de Antoniotto Usodimare.* — Os últimos cinco anos de vida do infante D. Henrique caracterizaram-se, conforme já advertiu Jaime Cortesão, por «aparente predominância de participantes italianos» (3). Aparente, porque, na verdade, os mercadores italianos não são numerosos e navegavam sempre com os caravelistas do Infante, depois de obtida a sua autorização.

---

(1) D. D., 360-366; *Ms.*, 106-115 e 115-118. Tanto a respeito destas ilhas, como já sobre as Canárias, a descrição de Valentim Fernandes, conforme veremos a seu tempo, afasta-se muito da de Zurara, sobretudo pela que, escrevendo umas dezenas de anos mais tarde, lhe foi possível acrescentar.

(2) Este era o título do manuscrito de que Valentim Fernandes se serviu. *Cronica do primeyro descubrimento de Guynee* (*Ms.*, p. 109).

(3) Jaime Cortesão — *Caravelistas do Infante e Mercadores Italianos* (1455-1460), in *Os Descobrimentos Portugueses*, I, p. 344.

O silêncio dos nossos cronistas sobre determinadas viagens contribuiu, no entanto, para que predominasse a ideia, aliás expressa nos escritos desses comerciantes — Cadamosto e Usodimare — de que a façanha lhes pertencia ou, como o mesmo crítico escreve, lhes cabia «um lugar que, de facto, lhes não cabe».

Ao nosso propósito não importa repor na justa medida essa intervenção italiana, mas tão-sòmente reparar no que experimentaram, em contacto com as novas gentes e as terras desconhecidas que deram a conhecer pela Europa. Não se pode, porém, deixar de frisar que todos eles eram, simplesmente, «técnicos do tráfico» e de forma alguma «descobridores na acepção geográfica da palavra». A prática que lhes dava fama incidia sobre o comércio, nomeadamente de especiarias orientais, que Portugal desejava encontrar também na costa de África. Nisto é que os Italianos levavam manifesta vantagem aos Portugueses e, para isso, eram admitidos na empresa marítima. No mais, sabiam o que os livros antigos lhes ensinavam e a prática das carreiras do Mediterrâneo até ao Atlântico norte lhes proporcionava (1).

Elucidativo, a este propósito, o códice *Itinerarium Antonii Ususmaris Civis Januensis,* de 1455, que se conserva na biblioteca da Universidade de Génova, apesar de não passar de colectânea de apontamentos de leitura, como da *Imago Mundi,* de Honório de Autun, em que as fábulas se misturam com dados mais ou menos concretos, alguns extraídos de cartas náuticas (2).

Contudo, Guido Pò, parece que referindo-se a todo o códice, declara tratar-se de «un resoconto in latino delle sue navigazioni (...) interessante per il racconto in se stesso, dal quale risulta quanto fosse stato audace il viaggio dei pioneri italiani nella zona equatoriale (...)». Elucida que a primeira parte termina com a famosa carta enviada por Usodimare aos credores; a segunda oferece um compêndio de geografia universal, com discriminação das três partes do Mundo então conhecido; a terceira reúne as principais ilhas da Terra, incluindo a Índia (3).

---

(1) Não vale a pena citar os autores italianos modernos que sublinham, como muito importante, a colaboração náutica dos Genoveses, Florentinos e Venezianos. Alguns deles aparecerão ao longo do nosso trabalho, ao lado de simpatizantes, como é o caso, este belga, de Verlinden, já citado.

(2) Florentino Perez Embid — *Los Descubrimientos en el Atlántico,* p. 54.

(3) Guido Pò — *Navigatori italiani nel Medio Evo,* p. 601.

Antoniotto Usodimare tem andado confundido com António da Noli (1). A sua aludida epístola aos credores, datada de 12 de Dezembro de 1455, só foi publicada, pela primeira vez, por Graberg de Hemsó, em 1802 (2). De tão pequena relevância ela é, sob o aspecto informativo, que a Antoniotto não assenta bem o epíteto de descobridor, nem tão-pouco o de historiador da epopeia portuguesa (3). Já Giuseppe Caraci notou que a foz do Gâmbia era conhecida dos Portugueses, havia nove anos, negando, por isso, que seja uma glória nacional de Itália (4). Usodimare não passa de comerciante que viajou em naus portuguesas, por exemplo, com Cadamosto. Mas, tal como este, apregoou ter atingido um ponto onde mais nenhum cristão chegou: «ubi unquam alius christianus fuerat ultra miliaria DCCCC». Pertencia a família genovesa que se dedicava ao comércio, deixando a Itália quando os negócios lhe não corriam bem. Dirigiu-se primeiro a Sevilha, em 1450 ou 1451, encontrando-se em Portugal antes de 1453 (5), onde morava o seu possível parente, Francesco Usodimare (6).

Constando-lhe que na costa da Guiné se fazia rico negócio, obteve autorização do Infante e partiu à ventura, em caravela fretada, acompanhado de escudeiros do Infante, noutra caravela. Diz que chegou à foz do rio Gâmbia, mas erra, ao supor que se encontrava a 800 milhas de distância, e não se percebe que ignorasse terem já aí estado caravelas portuguesas (7).

---

(1) Deve-se a Amat de S. Filippo a desfeita identidade dos dois personagens. (Damião Peres — *Viagens de Luís Cadamosto*, p. 194).

(2) Nos *Annali di Geografia e di Statistica*, Génova, 1802, vol. II, p. 285. — Depois, por Rinaldo Caddeo — *Le navigazioni atlantiche di Alvise de Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco*, Milão, 1929, pp. 153-155; Alberto Magnaghi — *Precursori di Colombo?*, Roma, 1935, pp. 24-31; Youssouf Kamal — *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, Cairo, 1936, t. IV, fasc. 1, p. 1102. — Entre nós, pode ler-se em Major — *Vida do Infante* (trad. port.), p. 160; Magalhães Godinho — *Documentos sobre a Expansão*, III, pp. 98-100, e A. Brásio — *Monumenta Missionaria*, 2.ª série, 1.º vol., pp. 381-383. — O visconde de Santarém (*Recherches*, p. 255), e Major — *o. c.*, p. 160, puseram em dúvida a sua autenticidade.

(3) Ch. la Roncière — *La Découverte de l'Afrique*, II, p. 44.

(4) Giuseppe Caraci — *In tema di collaborazione*, *l. c.*, p. 3, nota 4.

(5) Bibliografia em Amat di San Filippo — *Bibliografia dei viaggiatori Italiani*, p. 133 (e em *Studi biografici*, p. 150) e em Magalhães Godinho — *o. c.*, p. 10, que a resume de Caddeo — *o. c.*

(6) Carta de segurança de 17-4-1442, em Silva Marques — *Descobrimentos Portugueses*, I, pp. 414-415, renovada em 21-8-1454, por mais cinco anos, citada *ibd.*, Suplemento, p. 558 e em Dias Dinis, *M. H.*, VII, p. 303, nota, que também publica a primeira (p. 304).

(7) Sobre o assunto, ver Magalhães Godinho — *o. c.*, p. 102, nota 4.

Nada refere da viagem, fixando-se apenas no termo. Naturalmente, transaccionou com os nativos, dando panos em troca de escravos, dentes de elefante, papagaios, almíscar, malagueta e mesmo ouro.

Por pessoa de confiança do rei da Gâmbia, soube notícias do interior africano: possuía ouro e malagueta; a fronteira dos territórios do Preste João ficava a 300 léguas; a seis jornadas da foz do Gâmbia encontrava-se o capitão do rei de Melli; com ele, estavam cinco cristãos do Preste João. Lá encontrou um italiano, que imagina provir das galés Vivaldi, por ignorar que, poucos anos antes (os Vivaldi teriam por lá passado havia uns 15 anos), aí ficaram prisioneiros cristãos estrangeiros, na expedição de Valarte, de que já nos ocupámos (1). Também se afigura inaceitável a informação de que «os homens brancos de modo algum podem alimentar-se» dos mantimentos dos negros, «sem adoecer e morrer». Isto contava ele, juntamente com «outras coisas muito estranhas» que ouvira, como elefantes, unicórnios, gatos de algália e homens com cauda, que comem os filhos.

Da terra, garantia ser «il paese il più bello che sia sotto il cielo». Quase no Equinócio, desfrutava de bons ares. No mês de Julho os dias preenchiam doze horas e meia e as noites ficavam reduzidas a menos meia hora.

Voltou lá com o secretário que o rei negro — «conosciuta la mia voluntà» — embarcara na sua caravela, para vir a Lisboa negociar paz com o monarca português. Desta vez levou «carregamento dos servidores do Senhor Infante», além do seu próprio.

Nada mais se sabe a este respeito. Ter-se-ia, efectivamente, realizado esta segunda viagem? Usodimare esclarece que o rei autorizou, graças aos rogos do secretário do rei da Gâmbia, visto que, a princípio, «queria excluir-me de tal empresa». Magalhães Godinho associa-o também à segunda viagem de Cadamosto, seguindo, aliás, a Relação deste (2). Note-se, porém, que, na descrição da viagem, Cadamosto não se refere à embaixada de paz. Se Usodimare realmente chegou a prestar esse serviço, não foi em companhia de Diogo Gomes, que em 1556 aí se encontrou em missão semelhante, como veremos?

3.3 — *As «Relações» de Alvise Cadamosto.* — Observador atento e hábil narrador, Alvise Cadamosto dá a impressão, à primeira vista, de que

---

(1) O visconde de Santarém já fez o reparo. (Cf. *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. cit., p. 419, nota). Ver também A. Teixeira da Mota — *Descoberta da Guiné*, cit., *Boletim*, n.º 2, p. 320; Mauny — *Les Navigations Médiévales*, p. 93.

(2) Magalhães Godinho — o. c., pp. 193 e 219.

descobriu tudo o que relata, tendo, por isso, passado muito tempo, não só como descobridor das ilhas de Cabo Verde, mas também das terras entre o Gâmbia e o Geba, que foi o primeiro a descrever (1). As suas «Relações» revestem-se, porém, de inapreciável importância, quer por revelarem terras novas, o exotismo da flora, da fauna e das populações, com costumes inteiramente diferentes dos nossos e desconhecidos dos mais cultos, quer por terem patenteado à Europa as rotas seguidas, as condições do mar, com ventos e correntes localizados, os meios de que se serviam os homens do Infante: as *caravelas,* «com mastro e a antena cruzada», que ele classificava de os melhores barcos; a *sonda,* a *bússola,* as *estrelas* e já a do norte, a *carta de marear,* a que se juntava tudo quanto se descobria; o *escrivão de bordo,* os *turgimões* ou intérpretes negros, que prèviamente haviam feito estágio de aprendizagem da língua portuguesa, etc.

Podemos reduzir a dois os motivos fundamentais que encarecem o valor desta obra: ser o primeiro escrito narrativo que se imprimiu (2), sobre os mais antigos descobrimentos portugueses, valorizado ainda por ter saído da pena de quem participou nos feitos que narra; e continuar as viagens de exploração fixadas por Zurara, embora não constitua a crónica completa de tudo o que aconteceu no período de que se ocupa.

Não é de crer, como supõe Andrea da Mosto (3), que Cadamosto, merecendo a confiança do Infante, cuja vontade de descobrir novas terras e possuir objectos e pessoas delas o levavam a não recear os maiores riscos e despesas, cometesse a proeza de lhe ocultar a narração da viagem, de que naturalmente lhe terá oferecido uma cópia, com a carta de marear que, de sua natureza, pertencia a quem autorizava a viagem, com o fim de se melhorarem os conhecimentos geográficos e marítimos. Prestar conta do serviço em mera conversa amiga, afigura-se-nos expediente inaceitável; e tentar esconder, mesmo simples apontamentos sobre assunto de divulgação proibida, seria mais próprio de traidor do que de amigo. Andrea da Mosto está enganado quando pensa que «il governo portoghese» costumava eliminar os escritos dos navegadores, para que os resultados das viagens não fossem divulgados («come *si dice* usasse fare il governo portoghese»).

---

(1) A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné,* in *Boletim Cultural,* cit., n.º 1, p. 13, e n.º 3, p. 496.

(2) Por Fracanzano Montalboddo — *Paesi novamente retrovati,* Vicência, 1507, livro 1.º (Cadamosto); livro 2.º (Pedro de Sintra).

(3) *In* Rinaldo Caddeo — *Le Navigazioni Atlantiche di Alvise da Cà da Mosto,* Appendice D, p. 329.

Redigidas parcialmente em Portugal (1) ou na Itália (2), o certo é que as *Relações* só foram divulgadas pela imprensa no início do século XVI, vinte e cinco anos após a morte do autor, mas Cadamosto deu-as a conhecer aos amigos, quando chegou a Itália, depois de sair em Fevereiro de 1463. Por isso, não faltou logo quem as tivesse aproveitado para actualizar a cartografia. Admite-se geralmente que os mapas do segundo período de Benincasa foram elaborados com elementos fornecidos pelo navegador veneziano ou hauridos nas suas Relações (3). Parece, no entanto, que não ilustram muito bem as viagens do comerciante-navegador, «ao contrário do que se tem afirmado» (4).

Uma vez impressas, sucederam-se as reedições, em língua italiana e em latim, francês e alemão — tantas quantas foram, para os dois primeiros idiomas, as dos *Paesi novamente ritrovati,* do *Itinerarium Portugalensium* e do *Novus Orbis;* e as das *Navigazioni et Viaggi,* de Ramúsio. Em alemão, apareceram, no ano de 1508, em Nuremberga e em Estrasburgo, no ano de 1534. Na língua francesa, em Paris, 1515, 1516, 1521 e 1556. Na portuguesa surge, pela primeira vez, em 1812 (5), na *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,* da Academia das Ciências, em tradução do texto de Ramúsio, voltando a publicar-se em 1944, em versão do Doutor Giuseppe Carlo Rossi (6), que se serviu do texto de Rinaldo Caddeo, citado, fundamentalmente o de Ramúsio (4.ª edição, Veneza, 1606); e em 1948, nas edições da Academia Portuguesa de História, com prefácio do Doutor Damião Peres e tradução do Dr. João Franco Machado, sobre texto original de Cadamosto, guardado na Biblioteca Marciana de Veneza (7). Do texto impresso se serviu João de Barros e

---

(1) Cf. Damião Peres, Prefácio à edição da Academia Portuguesa de História, pp. XIV e XV.

(2) Andrea da Mosto, *in* Rinaldo Caddeo, cit., p. 329.

(3) A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné,* in *Boletim,* cit., n.º 1, p. 43.

(4) Id. *ibid.,* in *Boletim,* n.º 3, p. 467.

(5) Nova edição deste volume da *Collecção,* no ano de 1867.

(6) Inserto no Suplemento ao 1.º vol. de *Descobrimentos Portugueses,* de João Martins da Silva Marques, Inst. de Alta Cultura, pp. 164-248.

(7) De menor importância bibliográfica é a referência, que não queremos deixar de fazer — para ficarmos, porventura, com a totalidade das edições portuguesas —, à de Augusto Reis Machado, na «Biblioteca das Grandes Viagens», s./d., que reproduz, actualizando a grafia, o texto da *Colecção de Noticias,* e à de António Brásio, que reimprime, com ligeiras alterações, a da Academia Portuguesa de História — *Monumenta Missionaria Africana,* 2.ª série, I, pp. 287-373.

Damião de Góis, pelo menos do que saiu nas edições do *Orbis Novus*, a que aludiremos no tempo próprio.

Em todas estas edições se publica, além da relação das viagens do próprio veneziano, a de Pedro de Sintra, que aquele recolheu, após a chegada do navegador a Lisboa, provàvelmente em 1461. Com estes dois textos, a África assumia novas dimensões, na esfera do conhecimento da costa. Segundo a própria declaração do autor, nelas se continha tudo o que ùltimamente se havia descoberto, pois nenhum barco havia passado mais adiante do ponto a que chegara Pedro de Sintra. Deste modo, a Europa ficava a conhecer um longo troço dessa costa, desde o cabo Não até uns quilómetros além do cabo Mesurado, parando-se mais abaixo da Serra Leoa — nome dado pelo navegador português. «Por ver uma terra tão áspera e brava, lhe pôs nome Leoa», como o próprio contou a Duarte Pacheco Pereira (1).

Cadamosto narra minuciosamente as suas viagens, nem sempre com exactidão (2). Na primeira, conta como chegou às ilhas da Madeira e Porto Santo, já conhecidas na Europa, quer pelo açúcar que da primeira se importava em larga escala, quer porque, por exemplo, Schedel as tinha tornado conhecidas, na *Crónica* de 1493. Mas as notícias que Cadamosto fornece são de carácter geográfico e de tal forma pormenorizadas que podiam servir perfeitamente a um geógrafo, para as individualizar, tanto sob o aspecto físico como económico. A mesma atenção lhe merecem as ilhas Canárias. Daí passa pelo cabo Branco e golfo de Arguim, fazendo referência às terras arenosas do deserto do Sara. «O qual cabo é chamado Branco, porque os portugueses que primeiro o acharam, viram-no arenoso e branco, sem sinal de erva nem de qualquer árvore» (3). Para dentro do cabo Branco «há um lugar chamado Odém», que já Zurara nos revelou.

Era o termo das caravanas, vindas de Tombuctu, segundo pôde apurar, decerto dos Árabes, que asseguravam o comércio com os negros. «O senhor infante de Portugal sobredito (D. Henrique) fez desta ilha de Arguim um arrendamento», mandando construir um castelo, e os árabes que aí vinham comerciar, «fizeram habitação».

Cadamosto especifica os géneros transaccionados: objectos de cobre e prata «e outras coisas» que levam a Tombuctu, donde trazem ouro e

---

(1) Duarte Pacheco Pereira — *Esmeraldo de Situ Orbis*, pp. 118-119.

(2) Sobre a autenticidade da dita segunda viagem, ver, entre outros, A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné*, in *Boletim* cit., n.º 3, pp. 457 e segs., e sobre os erros que cometeu, *ibd.*, n.º 2, p. 310.

(3) P. 101. — Nas citações referimo-nos à edição da Academia Portuguesa de História.

malagueta (1). Não faltavam os artigos de primeira necessidade, roupas e alimentos, como panos e tecidos de linho, alquicés, tapetes, saiotes; trigo, cavalos, escravos.

Revelando a existência de outro lugar no interior, a seis jornadas — *Tagaza* —, alude ao sal de pedra, que é transportado em grandes caravanas de camelos, dos árabes e azenegues, para Meli (Mali), o império dos negros, passando por Tombuctu. «E dizem que de Tagaza a Tombuctu há cerca de 40 jornadas a cavalo, e de Tombuctu a Meli, de 28 a 30». Entre outras informações que colheu nesses lugares, tem interesse relevar o caminho do ouro que, sendo levado ao Mali, para troca com sal, por negros da equinocial, que se não davam a conhecer, daí irradiava em duas direcções: «para um lugar que se chama Chochia, que é o caminho que se dirige para Sória e Cairo; e para Tombuctu, onde tomava outras duas direcções — *Toet*, Tunes e «por toda a costa de cima» e *Odém*, Orão e One, «lugares da Berberia, para dentro do estreito de Gibraltar; Fez, Marrocos, Arzila, Safim, Messa, lugares da Berberia para fora do Estreito».

Adiante do cabo Branco, numa extensão de 380 milhas, ficava o rio de Senega (Senegal), «um grande rio», que separa a geração que se chama azenegue (pardos) do primeiro reino dos negros. «Toda a costa é areia». Denomina-se Anterote. «O qual rio é largo (grande na boca, mais de uma milha); e forma-se ainda uma outra boca do dito rio, um pouco mais adiante, formando-se uma ilha ao meio, e vai dar ao mar por duas bocas». Estas e outras informações que divulga, recebeu-as «de marinheiros cristãos portugueses, que estiveram dentro deste rio».

Os habitantes para cima do rio Senegal — os azenegues — eram pardos, «enxutos e de pequena estatura»; para baixo, «negríssimos e além de muito pretos, grandes e gordos e bem constituídos». «Para cá do dito rio, toda a região é árida e seca; para lá, abundante de enormes árvores e de diversas espécies de frutas, novas para nós, por não haver tais frutos em nossas terras. E esta região é muito fértil» (2).

Entrara-se, finalmente, na Baixa Etiópia, de que os livros geográficos desta época nada sabiam de concreto, no reino de Senegal, próximo do qual ficavam os povos gilofos. Traça com pormenor a organização política e social do reino, sem nunca esquecer a situação religiosa, e continua a descrição do litoral: «Toda esta costa e região atrás declarada é terra toda

---

(1) Ainda se não refere à malagueta da costa que lhe tomou o nome. — Ver conde de Ficalho — *Memória sobre a Malagueta*, 2.ª ed., p. 22.

(2) Pp. 115-116.

baixa até este rio; e deste rio, ainda, para diante um grande espaço, é baixa também, a não ser o Cabo Verde, do qual mais adiante se falará. Este Cabo Verde é a mais alta terra que há em toda esta costa, isto é, 400 milhas para além do sobredito Cabo Verde até mais de 900 milhas para aquém do dito Cabo Verde, toda a costa é rasa». À sabedoria própria, alcançada na leitura dos livros clássicos — que o Senegal é um dos rios que saem do Paraíso —, Cadamosto acrescentou o que pôde apurar junto dos próprios habitantes, por intermédio dos turgimões (1): «Este rio (...) confina primeiramente, para o interior, pela parte do levante, com o país chamado Tucaror; pela parte do sul, com o reino de Gambra, nos negros; e, pelo poente, com o mar Oceano; e, ao norte, pelo rio acima nomeado (Senegal) que separa os pardos destes negros». De interesse etnográfico, quando se refere à sua maneira de vestir e comer, às armas que usam e aos barcos que utilizam — simples almadias, visto que nunca haviam visto navios antes dos dos Portugueses — não deixa, de vez em quando, de traçar uma pincelada histórica, por exemplo, ao revelar que esta região fora descoberta por três caravelas do infante D. Henrique, cinco anos antes da sua viagem. Durante este período, portugueses e negros viviam em paz, negociando regularmente (2).

Cerca de 80 milhas por costa, situa-se o reino de Budomel. Costa baixa, sem montes. Aí permaneceu perto de um mês, como convidado do senhor da terra, com quem os Portugueses mantinham excelentes relações. Pôde assim ver o que quis e observar tudo com minúcia. Fixa o seu nomadismo, descreve as povoações, por exemplo, uma de 45 ou 50 casas de palha, unidas em forma de círculo e cercadas, em toda a volta, de sebes e estacadas de troncos grossos, apenas com uma ou duas aberturas ou portas, sendo cada casa, por seu turno, também cercada por um quintal vedado por sebes. Nesta, como «em nenhuma terra do país dos negros» — esclarece Cadamosto —, não se produz trigo nem centeio, nem cevada, nem aveia ou vinho, apresentando como razão a falta de chuvas, que não caem durante nove meses, de Outubro ao fim de Junho (3). De forma que a sua alimentação tinha por base o milho (miúdo e grado), fava (larga, chata e grande, vermelhas umas, e outras, brancas), feijão pintalgado, que «é tão grado

(1) No Senegal fez sair em terra um turgimão que levara de Portugal, com a incumbência de apurar a «condição da terra e sob que senhor estavam», e «se ai se encontrava ouro e outras cousas que se comprassem» (p. 149).

(2) Pp. 123-124.

(3) P. 133.

como uma destas compridas avelãs das nossas». Além de água, bebem leite ou vinho de palma. Todos os frutos que comem são silvestres. As árvores, «bonitas e grandes», diferentes das nossas. Os animais domésticos reduzem-se a bois, vacas e cabras. A descrição dos animais ferozes, que pode muito bem ter visto, é mais provável que revele leitura de Plínio. Parece denunciar-se quando, a propósito da estatura do elefante, informa que não lhe faz qualquer menção por crer que «todos devem saber». Apesar disso, nem tudo terá sido fruto de leitura erudita. Pelo menos é o que se deduz da sua confissão: «De outros animais não tive informação, a não ser do sobredito».

Sabe que há papagaios em abundância e de várias espécies, mas ele só viu exemplares de duas, que descreve e de que trouxe 150 para a Europa (1). Curioso como era e ávido de colher novas impressões, visitou um mercado próximo, frequentado por gente pobre, a avaliar pelos géneros e artigos que transaccionavam: algodão, não fiado e em escassa quantidade, legumes, milho, óleo, gamelas de pau, esteiras de palma e outros objectos de uso diário. Vestido de jubão de damasco preto e uma capinha de gris, era objecto de grande admiração dos autóctones, quer pelo vestuário, quer pela cor da pele. A bombarda que fez disparar com grande estrondo não lhes causou mais admiração que a gaita de foles que a tripulação levava ou a vela que ardia no castiçal.

Deste modo se transmitia a cultura ocidental no continente negro, pela permuta de objectos, embora o comerciante branco procurasse, de preferência, o ouro, que, nesta terra, aparecia em minguadas quantidades. E por estes meios a Europa foi tomando contacto com a civilização primitiva dos povos negros de que antes não havia notícia. Podiam, efectivamente, os geógrafos começar a introduzir ciência nova nos seus escritos.

Como ele próprio confessa, até este ponto vinham os Portugueses com frequência. Mas nenhum, ao que parece, se lembrou ou tomou a iniciativa de o descrever. Desejava, porém, o infante D. Henrique avançar mais além, pois sabia, por notícias colhidas de procedência vária, que não muito longe havia outro reino chamado *Gamba,* que esse, sim, possuía grande quantidade de ouro. E como fora enviado não só para comerciar, mas também para descobrir novas terras, resolveu seguir viagem. A breve trecho encontrou o genovês Antoniotto Usodimare num navio e alguns escudeiros de D. Henrique num outro. Alinhando com eles, seguiam as quatro caravelas, rumo ao sul. Após 40 milhas italianas, ou seja, 10 léguas, dobraram o cabo Verde,

(1) Pp. 139-140.

também já descoberto, segundo reconhece, pelos Portugueses. Lindo cabo, todo coberto de árvores, terreno alto, mete-se muito ao mar, com dois montezinhos na ponta. Pertencentes ao mesmo reino do Senegal, os negros habitam em cabanas próximas da costa. A seguir ao cabo Verde, nota-se um golfo, sendo a costa terra baixa. Passado o golfo, começam a aparecer negros, já não sujeitos ao rei do Senegal, os barbacins e os sereros, que vivem livremente, sem rei nem lei. «São homens muito pretos e bem encorporados». Muito mato, bastantes lagos e terrenos alagadiços, constituíam a sua defesa natural contra a sujeição.

A 60 léguas do cabo Verde, encontrou-se o rio Barbacins. A costa continuava bela, sempre baixa e coberta de árvores de folha perene, que quase tocavam na água, até chegar ao rio *Gamba*, que lhes oferecia lugar de estância de repouso, na sua vasta embocadura. No dia seguinte, procedeu-se à exploração do interior, subindo pelo rio a caravela mais pequena, encarregada de proceder ao cálculo da fundura e outras condições navegáveis da corrente. Fixemos, de relance, o pitoresco quadro dos negros de certas almadias, vestidos de camisas brancas de algodão, com a cabeça coberta de chapelinhos brancos que, de cada lado, ostentavam uma espécie de asa branca e uma pena ao meio — umas vezes, atrevidos e desconfiados, a atirarem setas com arcos e, logo a seguir, espantados, quedos e mudos, quando viram, em resposta, cair na água, junto das almadias, as pedras das bombardas; e outros ainda, retomando coragem, ripostando com as suas armas, observando, a breve trecho, um seu varado com virotão de besta, a que se seguiram outros mais. Por fim, já bastante dizimados, resolveram entrar à fala e revelaram que, a três jornadas, se situava o país de *Gâmbia* que procuravam.

Este foi o termo da viagem, determinando voltar a Lisboa. Procederam a observações astronómicas e ao registo de observações climáticas. Do país pròpriamente nada pôde apurar. Por isso, lá voltou, no ano seguinte (1456), acompanhado de Usodimare e de uma segunda caravela do Infante.

Partiram de Lagos, «que fica junto ao cabo de São Vicente». Tomaram «a volta de Canária», que atingiram em poucos dias. O tempo foi-lhes favorável e, por isso, não saíram em terra. Seguindo caminho, toparam «correntes das águas, que muito puxavam para sudoeste». Acelerando a velocidade, alcançaram o cabo Branco. Aí, porém, esperava-os violento temporal de sudoeste, recorrendo ao expediente de rumar na volta de oés-noroeste, «a fim de aparar e costear o tempo». Ao cabo de duas noites e três dias, avistaram terra que desconheciam. Tinham descoberto, segundo

pensava, quatro ilhas do arquipélago de Cabo Verde, a que puseram o nome de Boa Vista, «por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes», e, à que parecia maior, de Santiago, «porque no dia de S. Filipe e Tiago fomos a essa ilha lançar âncora» (1).

Não desistiram, porém, da viagem iniciada e retomaram o caminho costumado, até ao rio de Gâmbia, conseguindo, desta vez, que um negro viesse à colação. Por ele soube que o rei de Gâmbia se dava por súbdito do imperador de Mali, «que era o grande imperador dos negros». Guiados por um destes, subiram o rio até um lugar denominado Bati Mansa, distante da foz cerca de 60 milhas. Aí despacharam o negro, com um dos seus turgimões, a fim de se avistar com um dos reis da terra e lhe entregar o recado de que tinham vindo ali «por ordem do nosso senhor rei de Portugal, cristão, para haver com ele boa amizade e para saber se ele teria necessidade das coisas das nossas terras, pois todos os anos o nosso senhor rei lhas mandaria».

Não foi difícil o entendimento e, após a estupefacção dos negros, por todo o aparato nunca visto, entabularam negociações, alcançando algum ouro, «muitos gatos meimões e babuínos de várias sortes, pequenos e grandes», frutos, etc. Demorando-se apenas dois dias, viram o suficiente para fornecer à Europa um panorama inaudito de mais um trecho de África, que nos abstemos de descrever nas suas minúcias. Mas nem por isso deixaremos de fazer referência à curiosidade com que Cadamosto experimentava o sabor da carne de elefante e recolhia uma das patas, parte da tromba, e até pêlos do corpo, «que eram pretos e muito grossos». Com um pedaço de carne, apresentou esses troféus ao infante D. Henrique, «que os recebeu como grande presente, por ser a primeira coisa que via daquele país, e também porque muito desejava haver destas coisas estranhas que a ele vinham de distantes partes e países descobertos por sua indústria» (2).

Voltando a navegar no oceano, atingiram o rio de Casamansa, a 25 léguas («que são 100 milhas») do rio de Gâmbia. Vinte milhas além, encontraram um cabo de cor vermelha e por isso lhe puseram o nome de cabo Roxo. Caminhando sempre, iam passando pela foz de outros rios, que baptizavam: de Santana, de S. Domingos e um outro rio Grande, até que encontraram gente cuja língua os turgimões não entendiam.

---

(1) P. 158. — Sobre este descobrimento, que tem dado azo a sérias controvérsias, ver Damião Peres, edição de Cadamosto cit., pp. 185-196.

(2) Pp. 163-168.

Foi o fim da viagem. Parecia-lhes arriscado prosseguirem para terras com que não havia qualquer esperança de comunicação oral, terminando, por conseguinte, a segunda viagem, em costa da actual Guiné Portuguesa.

Cadamosto não se contentou, porém, com descrever as suas viagens. Antes de sair para Itália (1463), teve conhecimento de outra exploração que passara além, e informou-se de um seu amigo, o escrivão das suas viagens, que desta vez embarcara de novo (1). Pedro de Sintra, escudeiro de D. Afonso V, comandara duas caravelas que partiram de Lagos e aí regressaram (2).

O escrivão voltara a tomar nota, «ponto por ponto, de toda a terra que haviam descoberto e dos nomes que lhes tinham posto e dos pousos como eles estavam», isto é, a situação geográfica, e não sentiu dificuldade em comunicar a Cadamosto o que dizia respeito à costa, além do rio Grande, que afinal se chamava rio de Besgue (3). Chegados a esse ponto, os novos nautas entraram um tanto pelo interior e foram até às habitações dos negros. Aí encontraram «estátuas de ídolos, de madeira», mas não mais trouxeram do que a convicção de que adoravam essas estátuas. Cinquenta milhas mais abaixo, encontraram um cabo a que chamaram de Verga. A costa era montanhosa, mas não muito alta, e toda povoada de árvores sempre verdes. A cerca de 80 milhas, avistaram novo cabo — o maior que até então tinham visto —, de ponta aguda e alta, a modo de ponta de diamante, a que puseram a designação de Sagres e os Portugueses denominavam cabo de Sagres de Guiné. Embora também negros, os seus habitantes pareceram-lhes «mais depressa pardos do que pretos», apresentando incisões na cara e resto do corpo, feitas com ferro em brasa e trazendo anèizinhos de ouro nas orelhas furadas e, um outro, anéis de ouro no nariz, furado por baixo, no meio. Sem ferro «nas suas terras», sem roupas, pois cobriam as vergonhas com cascas de árvores, sustentavam-se de arroz, milho e legumes (fava e feijões) e carne de vaca e de cabra.

Ao rio de Sagres segue-se o rio de S. Vicente, que é largo na boca. Mais 40 ou 50 milhas, aparece o rio Verde e, depois de 24 milhas, o cabo

---

(1) Barbosa Machado, talvez enganado por Nicolau António, atribui o escrito a Pedro de Sintra (*Biblioteca Lusitana*, III, p. 567).

(2) Também a descrição da viagem de Sintra levanta dificuldades que, como é óbvio, nos não interessam nesta obra (Damião Peres, *l. c.*, pp. 196-198).

(3) *Besgue*, na edição de Damião Peres; *Besegue*, na de Caddeo, que o identifica com o rio «Nuñez d'oggi» (p. 284).

Ledo. «Este nome puseram-no, porque lhes pareceu que o dito cabo, assim como o país, era muito alegre» (1).

Na continuação surge, junto à costa, uma montanha muito alta, «que dura bem 60 milhas», sempre verde, a que deram o nome de Serra Leoa, baptizando de ilha Selvagem o maior dos três ilhéus aí emersos do mar, no fim desta montanha, o qual, em toda a volta, pode ter 10 a 12 milhas.

Não se ficaram, porém, neste ponto. Caminhando para o sul, à vista da costa — baixa e arenosa — até encontrarem um rio de cerca de três milhas na foz, a que puseram a designação de rio Vermelho, por a água parecer dessa cor, devido à coloração da terra do fundo. Consequentemente, o cabo que se seguia passou a designar-se cabo Vermelho. Mais adiante, tomaram contacto com o rio de Santa Maria, assim chamado por ter sido descoberto no dia de Santa Maria das Neves; com o cabo de Santana e, 70 milhas arenosas depois, o rio das Palmas ou Palmeiras. Sempre ao longo da costa arenosa, puderam encontrar-se com o rei dos Fumos («e isto porque quando o encontraram, por toda aquela costa, não se via em terra senão fumo»); mais além, com o cabo do Monte e, após 60 milhas, um pequeno cabo a que deram o pitoresco nome de cabo Cortês. Os negros, ao avistarem «os navios de cristãos, nunca dantes por eles vistos naquelas partes» (2), atiçaram fogos, porventura para darem sinal de si, pois a notícia da sua chegada ao continente ia correndo de boca em boca, mas os nautas preferiram abrigar-se à sombra de «um grande bosque, com muitas árvores que vão até ao mar», designado por bosque de Santa Maria. Vieram os negros com intenções de paz, mas munidos de paus, uns aguçados na ponta, «parecidos com os seus dardos», outros, de pequenos cutelos e todos de duas adargas de couro com três arcos. De narizes e orelhas furadas, ostentavam ao pescoço réstias de dentes que pareciam de homem. Infelizmente, nenhum deles entendia os turgimões e um dos três que entraram numa nau foi tomado, para vir a Portugal aprender a nossa língua. Antes de acabar a nova descrição, Cadamosto teve o cuidado de deixar assinalado que o referido negro voltou a ser restituído, segundo dá a entender, sem haver dito mais do que, através de uma mulher negra, que «havia no seu país alicórnios vivos e outras muitas coisas». E vinca ainda que, até 1 de Fevereiro de 1463, dia da sua retirada de Portugal, daí «não passou navio algum» (3).

---

(1) Pp. 175-176.
(2) P. 177.
(3) Pp. 177-178.

Com este segundo escrito, igualmente impresso, como se disse, em 1507, pôde já, nas últimas décadas do século XV, a Europa conhecer bastante mais do que costumava ler, respeitante a flora, fauna e viver humano do continente negro, nos geógrafos de mais nomeada na Idade Média — Estrabão, Plínio, Ptolomeu, Pompónio Mela, Dionísio. A África nova prolongava-se cada vez mais, e aparecia sob a forma portuguesa, queremos dizer, com o traçado definido e os nomes dos acidentes geográficos dados pelos nautas das caravelas que o infante D. Henrique autorizava a passar o cabo Bojador. Era notório que a Portugal tinha de vir quem se interessasse por ver o continente desconhecido e de cá devia receber informações todo aquele que pretendia saber notícias verdadeiras sobre o condicionalismo étnico-geográfico do mar e das terras de África. Depois da divulgação de Cadamosto, que admira não haver alcançado o êxito dos romances de cavalaria, das crónicas dos potentados europeus e das cruzadas, ou dos escritos piedosos, filosóficos e teológicos, a Europa de Quinhentos continuou, em grande parte, a ignorar a mais arriscada das gestas desse tempo, simplesmente porque não quis corrigir a lição dos textos clássicos. Aliás, não há-de querer, mesmo no século XVI, com a Imprensa, como veremos, senão depois de longas e persistentes insistências de uns tantos intelectuais arrojados.

CAPÍTULO II

Sob a égide de D. João II: os últimos vinte anos do século XV

I — Falsos rumores do Oriente

1.1 — *A persuasão de Diogo Cão.* — As duas vias para o Oriente, pela primeira vez percorridas por portugueses — uma, em 1497-1498, por Vasco da Gama, contornando a África, e, a outra, por Fernão de Magalhães, em 1519-1521, passando pelo sul da América —, havia muito que andavam no anelo de vários cientistas, nas formas pouco rigorosas de uma África menos estendida para sul e de uma proximidade exageradíssima do Cataio e do Cipango, pelo ocidente. Encontraremos adiante os nomes dos teóricos defensores desta errónea geografia, que já evocamos aqui, por ser o lugar de entrarem em cena dois iludidos dessas persuasões, agora agravadas com observações mal concluídas — Diogo Cão e Cristóvão Colombo. Têm de comum estas duas personagens a errónea convicção de haverem chegado por mar às portas do Oriente.

Transcorridas 4 500 milhas, Diogo Cão ultrapassou o termo das navegações anteriores (cabo de Santa Catarina) e atingiu o cabo do Lobo (actual cabo de Santa Maria), que se situa a cerca de 13°,5 lat. sul, e, portanto, mais ou menos, ponto paralelo do Promontório Prasso (1). Como sinal de posse do rei de Portugal, deixou aí o padrão de Santo Agostinho.

A costa seguia para leste — de facto, um pouco mais abaixo, começava a angra, largamente aberta, mais tarde denominada de João de Lisboa e hoje conhecida por Lucira Grande —, e Diogo Cão convenceu-se estar ao alcance do famoso Prasso, regressando, jubiloso e sem mais demoras (1484), a dar a boa nova a D. João II (2). O monarca participou fàcilmente da alegria do nauta e enviou-o, de novo, a explorar melhor o extraordinário descobrimento. E, antes de receber a confirmação, mandou entregar a boa nova às auras da fama. Veremos em que termos o seu

---

(1) Barros — *Déc.*, I, p. 91.

(2) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, pp. 310-312, mostra como D. João II e os seus cosmógrafos concebiam a proximidade das terras do Preste João e do Promontório Prasso, que situavam num extremo dessas terras.

embaixador o noticiou em Roma, e como o misterioso Soligo cartografou a viagem, no mapa de 1486, rematando a linha da costa, na direcção leste. Empenhara-se em traçar o mapa da nova África, mas daí por diante nada mais se sabia, além da referida inflexão.

Na segunda viagem (1485), Diogo Cão reconheceu o erro em que caíra, pois passou a angra, até à serra Parda. Não sabemos como D. João II recebeu o navegador, que, no monte Negro (cabo Negro), assentou um padrão (Janeiro de 1486), deixando outro no cabo do Padrão (Cape Cross). Temos, porém, conhecimento de que el-rei não quis, ou não conseguiu ocultar, o engano do seu nauta. Da mesma forma, correu mundo, por meio de nova carta geográfica, traçada por Martellus (1489), este outro avanço pela costa de África abaixo, que, nesta altura, já pôde fixar o termo da África no cabo da Boa Esperança.

Não faltou quem modernamente atribuísse a Diogo Cão a glória de ter ultrapassado o extremo da África, em 1484. No Congresso de Ciências Históricas, realizado em 1933, na cidade de Varsóvia, o Prof. Eugène Déprez, apoiado na *Oração* de Vasco Fernandes de Lucena, sustentou essa tese, ao ocupar-se de *Les Portugais et le périple de l'Afrique en 1484 avant Dias*. Mas o argumento não se pode aceitar, como já mostrou Fontoura da Costa (1), que, para crer na passagem do cabo da Boa Esperança, em 1484, exige a efectivação de outra viagem, paralela à primeira de Diogo Cão, que não existiu. Demais, a distância das 4 500 milhas percorridas resolve, claramente, a questão, visto indicar o ponto extremo a que chegou o navegador, ao mesmo tempo que coincide com a localização ptolomaica do *Promontorium Prassum*. O termo da África, na imaginação do nauta português, concordava, afinal, *grosso modo*, com os ensinamentos do geógrafo alexandrino. Podia, pois, passar-se, finalmente, ao famoso promontório e chegar-se, sem grandes demoras, à fabulosa Índia das especiarias.

1.2 — *Rui de Pina, o primeiro cronista do Congo.* — Quando Rui de Pina pegou na pena para escrever a história do reino do Congo, já Bartolomeu Dias tinha continuado a linha da costa africana e encontrado a autêntica inflexão para oriente. A 16 de Fevereiro de 1490 recebera ele a incumbência de, como escrivão da câmara de D. João II, redigir ordenadamente os feitos famosos do monarca e do reino que «em nossos

(1) A. Fontoura da Costa — *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 49-50.

dias sam pasados e ao dyante se fezerem» (1), apesar de só ter sido nomeado cronista, em substituição do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, a 24 de Junho de 1497 (2). E como o achado do Congo assumia proporções de acontecimento inaudito, o monarca, em vez de o esconder, teve o cuidado de determinar que passasse à crónica escrita, que perpetua e divulga os grandes feitos. Quando Rui de Sousa, em 1492, regressou do Congo, aonde fora dar satisfação ao pedido do monarca negro a Diogo Cão (3), Rui de Pina pôde copiar «fielmente», do livro do capitão das naus, a relação da embaixada portuguesa, resumindo uns episódios e desenvolvendo outros (4) e acabando por também ouvir, em confirmação, mais seis testemunhas, conforme ele próprio revela. Deste modo, redigiu uma curiosa história do Congo, que mais tarde há-de aproveitar, na *Crónica de D. João II* (5). Desse relato, além da transcrição, quase na íntegra, que ele próprio nos deixou, na *Crónica*, apenas se conhece hoje uma tradução italiana, dos séculos XV ou XVI, que se guarda na biblioteca Ricardina de Florença, no códice 1910, que podia ter sido enviada por Girolano Sernigi, comerciante florentino, estabelecido em Lisboa, de que nos ocuparemos mais adiante.

E como a *Crónica* de Rui de Pina, que entre nós ficou inédita até 1792 (6), só foi conhecida no século XVI, pelo que dela extraiu Garcia de Resende, para a sua *Crónica de D. João II* (7) — que aliás foi muito, pois quase se trata de cópia (8) —, este apógrafo reveste-se do ponderoso valor de haver sido a primeira divulgação, no estrangeiro, possìvelmente nos últimos anos de Quatrocentos ou princípios de Quinhentos, de quanto

---

(1) Francisco Leite de Faria — *Uma relação de Rui Pina sobre o Congo, escrita em 1492*, p. 11.

(2) T. T. — Chancelaria de D. Manuel, livro 29, fl. 25. — Como Rui de Pina, nos sete capítulos (57-63) que na *Crónica de D. João II* consagra aos acontecimentos do Congo, começa pela chegada de Rui de Sousa, em 1492, passando logo à descoberta de Diogo Cão, para de novo voltar à missão de Rui de Sousa, o P.e Leite de Faria conclui que estes capítulos terão sido escritos após a chegada deste a Lisboa (o. c., p. 10).

(3) Rui de Pina — *Crónica del Rei D. João II*, p. 178.

(4) Ver as modificações ou diferenças em Leite de Faria — o. c., pp. 15-64.

(5) F. Leite de Faria, o. c., p. 58.

(6) Impressa a primeira vez na *Collecção de Livros Inéditos da História Portugueza*, 2.º vol., pp. 5-199.

(7) Editada em 1545, 1554, 1596, 1607, etc.

(8) A. Martins de Carvalho, *in* Rui de Pina, ed. cit. da *Crónica de D. João II*, pp. XXXIX e segs.

os Portugueses, no final daquele século, sabiam a respeito do Congo (1). A Europa teve assim ensejo de saber que D. João enviara súbditos seus ao Congo, com a incumbência de se internarem no sertão, à procura de países ignotos. Esses exploradores por lá ficaram e o rei do Congo prometeu ao monarca lusitano prestar-lhes todo o apoio. «E aqueles, os quais ficaram junto de mim e que têm de procurar países desconhecidos, de tal modo os dirigirei que sua majestade não ficará enganada no seu desejo» (2). Alem disso, como frisa António Brásio, tem o mérito de conservar a carta de crença do rei do Congo, que é a primeira missiva, até hoje conhecida, da série da longa correspondência trocada entre os monarcas daquele reino e o de Portugal, possìvelmente de 22 de Setembro de 1491 (3).

1.3 — *A ilusão de Colombo e a de Vespúcio.* — Destes dois casos é mais conhecido o de Cristóvão Colombo, mas talvez não tanto que escuse de ser recordado. Quando (em 1492) encontrou a ilha Juana (Cuba), pensou ter chegado ao Cataio (à província sinense Mangi) e, ao atingir Spagnuola (Haiti), convenceu-se estar no Cipango de Marco Polo, assinalado na cartografia a oriente da China e, por conseguinte, no Extremo Oriente. E tão forte se tornou a persuasão que ameaçava, com severo castigo, os seus colaboradores que o contradissessem (4), morrendo (1506) com a convicção de haver atingido as costas da Ásia (5). A ideia ganhou forte lastro e persistiu entre os marinheiros, pelo menos durante vinte anos (6). Em 1513, porém, quando Vasco Nuñes de Balboa atravessou o istmo do Panamá, baía de Darien, entrando no que chamou *Mar do Sul* (que Magalhães, sete anos mais tarde, denominará de *Pacífico*), ficou-se a conhecer, com certeza, o erro grosseiro, que seria confirmado anos depois

---

(1) F. Leite de Faria apenas publica o fac-símile, com a nota de que a letra é «enrevezada».

(2) *Apud* Leite de Faria — o. *c.*, p. 55.

(3) A. Brásio — *Alguns problemas da «Crónica de D. João II» de Rui de Pina*, in *Ultramar*, n.º 34, pp. 9 e 11.

(4) Navarrete — *Colección de los Viages*, t. I, da 1.ª ed., pp. 37-46; t. II, da 2.ª ed., p. 145; Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 136.

(5) Sobre a distância do ocidente europeu ao oriente asiático, concebida por Ptolomeu, Colombo, Toscanelli e conhecida em Portugal, ver J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, 2.º vol., pp. 27-28. Elucidativo o mapa aí publicado, pp. 56-57.

(6) D. Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 17.

pela travessia de Fernão de Magalhães. Contudo, ainda em 1520, António Pigafetta, o relator italiano da viagem de circum-navegação, influenciado, como Colombo, por Marco Polo e pelo globo de Behaim, depois de passar o estreito patagónico, escreveu, mais ou menos pela mesma altura, se bem que no Pacífico: «In questo cammino passassemo poco lungi da due isole richissime, una in venti gradi di latitudine al polo Artico, che se chiama Cipangu; l'altra in quindici gradi, chiamata Sumdit Pradit» (1). Enganava-se. Como adverte Schurhammer, não se encontrava na vizinhança de Cipango, mas sim cerca de 9 000 km afastado dessa ilha, hoje identificada com o Japão (2).

A ilusão de Colombo, com a descrição da sua viagem, foi divulgada na Europa, pela mensagem que ele próprio enviou ao tesoureiro de Aragão, D. Gabriel Sanchez, e ao *escribano de Racion*, Luís de Santangel, datada da «carabela sobre las islas de Canarias», de 15 de Fevereiro de 1493, com *post scriptum* de Lisboa, 4 de Março, ainda antes de comunicar com os Reis Católicos (3). Foi impressa em Abril de 1493 (4), sendo logo vertida para latim por Aliander de Cosco, a 28 desse mês, e reproduzida, no mesmo ano, nessa língua, três vezes em Roma, uma em Antuérpia e uma em Basileia, e em italiano, também uma vez. No ano seguinte, apareceram três edições latinas em Paris e uma em Basileia; em 1495, no idioma italiano; em 1497, de novo em castelhano e também em alemão (5). O entusiasmo editorial pro-

---

(1) *Il primo viaggio intorno al Mondo di Antonio Pigafetta* (...) a cura di Camillo Monfroni, p. 81. Antonio Pigafetta — *Primer viage en torno del Globo*, Espasa-Calpe, pp. 66-67.

(2) Schurhammer — *Descobrimento do Japão pelos Portugueses*, p. 37.

(3) Carlos Sanz — *El gran secreto de la Carta de Cólon*, pp. 34 e 257. Ver a carta endereçada aos Reis Católicos, em M. F. de Navarrete — *Colleccion de los Viajes y Descubrimientos*, 1.º vol., p. 1. Propriamente, serve de dedicatória ao relato da viagem, que hoje apenas se conhece através da cópia ou resumo de Fr. Bartolomé de las Casas (*In* Navarrete — *o. c.*, 1.º vol., 1.ª ed., pp. 1-166).

(4) Publicada a primeira vez, em espanhol, na cidade de Barcelona, por Pedro Posa, 1493, de que apenas se conhece um exemplar — na Lenox Collection, Public Library, de Nova Iorque — reproduzida em fac-símile, por Carlos Sanz — *Henry Harrisse (1829-1910)*, pp. 79-82, e, em leitura, *ibd.*, pp. 69 e segs.; por transcrição e reconstituição do texto original espanhol, com notas criticas, *ibd.*, pp. 83 e segs. — Nova reprodução fac-similada, por C. Sanz — *El gran secreto de la carta de Cólon*, pp. 39-42. Ver também Navarrete — *o. c.*, 1.ª ed., pp. 167-195, e *Raccolta Colombiana*, parte VI, vol. único, pp. 17-28.

(5) Carlos Sanz — *Henry Harrisse*, cit., pp. 69-86. — Ver aí várias reproduções fac-similadas de algumas destas edições. — Sobre o assunto, ver ainda *Bibliografia Colombiana* (4.º Centenário do Descobrimento da América), Madrid, 1892.

pagou-se a um poeta — Giuliano Dati, que a transpôs em oitava rima, sem sombra de inspiração (Florença, 26 de Outubro de 1495) — a pedido de Juan Filipe de Lignamine, familiar do rei de Espanha (1).

Como a carta circulou livremente em Espanha, «muy pocos dias después de haber desembarcado el Almirante» (2), a sua divulgação espalhou-se ainda antes de ser impressa. Colombo chegara a Cascais em 4 de Março e 11 dias depois entrava em Espanha (3). Pois, a 9 de Abril, já o italiano Zenaro, estabelecido em Barcelona, enviava ao irmão, que residia em Milão, circunstanciado informe acerca do descobrimento do genovês. Apenas duas semanas mais tarde, uma cópia da carta entrava no escritório do duque Hércules D'Este, ao mesmo tempo que Roma recebia outra transcrição. Nos fins de Abril, o duque de Milão, Ludovico Moro, era informado do conteúdo da epístola, por meio do seu embaixador em Roma, e a 25 do mesmo mês o secretário da câmara de Siena anotava que, «por diversas notícias epistolares de seus compatriotas residentes em Espanha e por informações verbais de outros correspondentes», se havia sabido que Cristóvão Colombo encontrara novas ilhas a oeste do Oceano, muito ricas em ouro e especiarias (4). Pedro Mártir de Anghiera, pessoa da confiança dos Reis Católicos e futuro autor das *Décadas*, de que nos ocuparemos adiante, anunciava o feito, em carta particular, a várias entidades político-religiosas da Europa, por exemplo, ao arcebispo de Braga, em 1 de Outubro de 1493. «Colonus», «vir ligur», navegara para ocidente até às costas indianas, «ut ipse credit», tendo encontrado várias ilhas, porventura as mesmas que os cosmógrafos incluem fora do oceano oriental, adjacentes à Índia. Em virtude da grandeza da esfera, muitos havia que não se convenciam, enquanto outros acreditavam

---

(1) Gustavo Uzielli, que a reeditou em Bolonha, 1873 — *La lettera dell'Isole che ha trovato il Re di Spagna*, informa que a impressão de Florença é de 25 de Outubro de 1493, considerando nova impressão a de 1495. Entre ambas, houve uma terceira, no dia imediato à 1.ª edição. Conhece-se hoje apenas um exemplar de cada uma: as primeiras, no Museu Britânico e, a última, em Milão. Major reproduziu o poemeto em *Select Letters de Christopher Columbres with other original documents relating to his four voyages to the new World*, Londres, 1870. Nova edição (2.ª ed. riveduta e aumentada), com introdução de Filippo Raffaelli, em Fermo, 1892. — Carlos Sanz, *Henry Harrisse*, pp. 231-238, reprodu-la em fac-símile.

(2) C. Sanz — *Henry Harrisse*, p. 114.

(3) *Raccolta Colombiana*, parte I, vol. 1.°, pp. V-LXXIV.

(4) Paul Herrmann — *Audacia y heroismo de los descubrimientos modernos*, p. 25.

que o litoral indiano pouco distava dos confins hispânicos. Ele por si nada tinha a opor (Nec inficior ego penitus) e julgava mesmo que mais terra havia de topar, na metade do globo castelhano. Fazia votos por que os Portugueses cada dia navegassem mais na sua, em trabalhosa emulação (1).

A repercussão foi, pois, a maior que até então haviam conseguido os novos descobrimentos geográficos, começando nos Açores e em Cascais, por onde Colombo passou, antes de seguir para Espanha. No fim da carta, o genovês acentuava que toda a Cristandade se devia alegrar com o seu feito, promover grandes festas e dar graças à Santíssima Trindade, com muitas orações solenes. Pois, apesar de toda a veemência do convite e as numerosas edições que a Carta alcançou na Europa, «el famoso documento non solo pasó inadvertido a los historiadores, cronistas y bibliografos españoles *de la epoca*, sino que no dejò traza alguna de su influencia» (2); «le scoperte di Colombo non si diffusero in Europa con quella rapidità che sarebbe lecito supporre, se trovarono persino degli increduli» (3). Como adverte Herrmann, a edição da Carta era precursora dos nossos periódicos (4) e, como as notícias dos periódicos, passou fàcilmente da memória de quase todos...

Efectivamente, algo se verificou que destruiu o efeito desejado, o qual só com a carta de Américo Vespúcio há-de penetrar nas obras geográficas. Colombo anunciava que descobrira umas ilhas a ocidente, a que pusera novos nomes [San Salvador, Santa Maria de Concepción, Fernandina, Isla Bella (1.ª edição, espanhola) ou Isabella (2.ª edição) e Juana], e garantia solenemente que encontrara as famigeradas Índias, que, como ele pensava, na esteira de Aristóteles, se situavam a ocidente, muito perto da Europa. Julgava ter chegado, não pròpriamente ao continente da Índia, que, segundo Estrabão e Plínio, constituía a terceira parte do Mundo, mas a umas ilhas que já eram Índia (5).

A aparente inadvertência dos geógrafos talvez encontre justificação no facto de a maioria crer mais em Ptolomeu do que em Pedro d'Ailly, que

---

(1) *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, pp. 39 e segs. — Nova carta ao mesmo, em 5 de Abril de 1498 (*ibd.*, p. 53).

(2) Carlos Sanz — *El gran secreto de la Carta de Colón*, p. 210.

(3) Gustavo Uzielli — *La lettera dell'Isole*, p. XVIII.

(4) Paul Herrmann, *o. c.*, p. 25.

(5) Cf. *Raccolta Colombiana*, 1.ª parte, vol. II, p. 376.

se baseava em Aristóteles (1). A repugnância em deixar o mestre pesava tanto na consideração dos geógrafos que, mesmo os descobrimentos portugueses, se foram depressa assimilados pelos cartógrafos, só tardiamente conseguiram penetrar nas obras geográficas pròpriamente ditas. Os comerciantes, pelo contrário, acreditaram que daí viria «tanto ouro quanto fosse necessário», tantas especiarias e drogas quantas se desejasse.

Se, na verdade, topara o Grão Cataio, isso significava «oro, oro y más oro y la isla de Cipangu, acerca de la cual informara Marco Polo diciendo que se halla frente a la tierra del Gran Kan, allá en el mar Oriental, está repleta de oro y de piedras preciosas» (2). Concretizava-se assim o melhor sonho daquele que já trilhara o caminho do comércio, pelo menos quando, em 1478, estivera na Madeira, como empregado da casa bancária genovesa dos Centurione, com o encargo de comprar açúcar. Mas os comerciantes tinham de esperar por dados mais concretos e puderam assistir ao esforço hercúleo que Colombo fará nas viagens seguintes, para confirmar a sua persuasão de que atingira a China e a Índia.

Por seu turno, os governos europeus, sobretudo as repúblicas italianas, puderam ter alimentado fagueira esperança de melhoria da situação do comércio com o Oriente, se é que, pelo menos Veneza, não começou a recear perder o monopólio.

De forma que a primeira notável consequência da descoberta de Colombo centrou-se à volta do protesto português, que Castela procurou calar, primeiro, com bulas papais e, por fim, com o Tratado de Tordesilhas, que reservou o Mundo desconhecido, metade para a Espanha e a outra metade para Portugal.

O maior eco que as viagens para o ocidente alcançaram na Europa correu, conforme já insinuámos, rotulado com o nome de Américo Vespúcio, dado como descobridor dessas terras, nuns elementos de cosmografia impressos em 1507, *Cosmographiae Introductio,* de que nos ocuparemos a seu tempo. O florentino teria partido em 10 de Maio de 1497, em barcos

---

(1) Nas Postilas a Pedro d'Ailly, Colombo escreveu: *Aristotilis inter finem Ispanie et principium Indie est mare parvum et navigabile in paucis diebus* (Ailly: *et dicit Aristotelis quod mare parvum est inter finem Hispanie a parte occidentis et inter principium Indie a parte orientis*). *Finis terrae habitabilis versus occidens sunt satis prope, in inter medium est parvum mare* (in *Raccolta Colombiana,* p. 379).

(2) Paul Herrmann — *Audacia y heroismo,* pp. 27 e 30.

espanhóis, do porto de Cádis, rumo ao ocidente, e atingido, sem dificuldades de maior, uma terra afastada umas mil léguas das Canárias. Veremos a descrição atribuída a Vespúcio, na data em que foi divulgada (1505 ou 1506), bastando-nos agora saber que essa viagem tirava a Colombo a glória da descoberta do Novo Mundo. Deixava-lhe apenas a de achador de umas ilhas, chegando a produzir o efeito sensacional de a nova terra tomar dele o nome, como veio a acontecer.

A questão tem dividido os críticos e provocado estudos longos sobre a probidade do homem, a sua ciência náutica e o número de viagens que efectuou, andando ligado a esses temas o problema da autenticidade dos folhetos que lhe foram atribuídos, no momento em que se imprimiram (que, segundo Varnhagem, «furent autorisées au moins par son silence»), e das cartas manuscritas — a que, segundo o mesmo autor, falta o principal sinal de autenticidade dos impressos — os barbarismos. Essas cartas, como veremos, só tardiamente foram dadas ao prelo.

Denuncia defeitos graves a Vespúcio, de uma maneira geral, quem se apoia nos escritos impressos, como Fr. Bartolomeu de las Casas (*Historia de las Indias,* 1527), António Herrera (*Historia General de las Indias,* 1601) e, mais modernamente, o visconde de Santarém (1), Fernández Navarrete (2), Duarte Leite (3), Gago Coutinho (4) e visconde de Lagoa (5), entre outros. Defendem-no calorosamente, mesmo alguns que repudiam a autenticidade das cartas manuscritas ou as ignoram e os que consideram os impressos apócrifos, como Humboldt (6), Francisco Adolfo Varnhagem (7), Francisco Mendo Trigoso (8), Henri Vignaud (9), Gus-

---

(1) Visconde de Santarém — *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Américic Vespuce et ses voyages,* Paris, in *Opúsculos e Esparsos,* Lisboa, 1910, vol. II, pp. 79-124.

(2) M. Fernández Navarrete — *Viajes de Américo Vespucio,* 2.ª ed., pp. 176 e segs.

(3) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil,* pp. 106 e segs., 128 e 160.

(4) Gago Coutinho — *A Náutica dos Descobrimentos,* 1.º vol., 1.ª ed., pp. 298 e segs., 2.ª ed., pp. 360 e segs.

(5) Visconde de Lagoa — *Achegas para o Estudo do Planisfério dito de Cantino,* pp. 153 e segs.

(6) Humboldt — *Examen critique,* vol. IV, pp. 171-173.

(7) Varnhagem — *Americo Vespucio,* pp. 4, 9, 26, 67-69.

(8) F. M. Trigoso — *Carta de Américo Vespúcio a Pedro Soderini* (...), in *Collecção de Notícias,* t. II, n.º IV, pp. III e segs.

(9) H. Vignaud — *Américic Vespuce,* pp. 60 e segs. e 279-280.

tavo Uzielli (1), A. Magnaghi (2), Marcondes de Sousa (3), Giuseppe Caraci (4) e Roberto Levillier (5).

Na verdade, porém, todos têm alguma razão. As cartas manuscritas apresentam visos de maior autenticidade do que os opúsculos impressos, mas estes não são de todo espúrios. Como bem define a questão o Prof. Luís de Matos, o *Mundus Novus* reproduz passagens da carta de 1502 de Vespúcio e trechos ou informações de uma segunda epístola perdida e até de uma terceira, de comerciante italiano que participou na viagem, porventura Gerardo Verdi (6). Deste modo, não se pode atribuir todo o *Mundus Novus* a Vespúcio, nem será lícito também negar que, em parte, lhe pertença. O folheto foi compilado, tal como aconteceu à *Copia de uma littera* de 1505, que correu com o nome de D. Manuel, por alguém que apenas teve a intenção de publicar um relato de notícias inauditas. E, como alguém é culpado dos exageros e incongruências dos opúsculos impressos, o labéu recai, de preferência, sobre o compilador ou o editor, ou mesmo Vespúcio, que, destarte, fica ilibado da mácula, muito maior, de inventor ou falsificador de notícias.

De tudo quanto se estudou sobre os problemas levantados, interessa considerar, neste momento, três questões: a entrada de Vespúcio em Espanha; a primeira viagem anunciada à Europa, em que refulge o seu saber náutico e cosmológico; e o que pensava da continentalidade das terras ocidentais. Embora cedo manifestasse gosto por cosmografia (7) e, em certo período da sua vida, tivesse navegado — não foi na qualidade de navegador ou técnico de ciências astronómicas ou geográficas que ele veio à Península, mas sim como comerciante. Aliás, pouco nos importa, sobre-

---

(1) G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli iniziatore della scoperta d'America*, Florença, 1892.

(2) A. Magnaghi — *Amerigo Vespucci*, 1.º vol., pp. 35 e segs., 2.ª ed., pp. 105 e segs. (refuta Varnhagem e Vignaud).

(3) T. O. Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespucci e suas viagens*, S. Paulo, 1954; id., *Amerigo Vespucci e a prioridade do descobrimentodo Brasil*, in *Revista de História*, n.º 18, pp. 253-271.

(4) G. Caraci — *A propósito de Américo Vespucci*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 11, 1952, pp. 189 e segs.; id., *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, in *Revista de História*, n.º 12, pp. 311 e segs.

(5) R. Levillier — *America, la bien llamada*, 2 vols. Buenos Aires, 1948.

(6) L. de Matos — *Un aspect de la question Vespuccianne: l'auteur du Mundus Novus*, in *Charles-Quint et son temps*, pp. 161-164.

(7) Em 1484 adquiriu, por 130 ducados, o planisfério de Valséquia, segundo ele próprio anotou nessa carta.

tudo agora, a controvérsia sobre a sua sabedoria ou ignorância náutica, que, afinal, há-de surgir ligada, noutras oportunidades, a questões que teremos de tratar.

Parece que já residia em Sevilha, cerca de 1490, como feitor ou sócio do seu conterrâneo Gianetto Berardi, agente nessa cidade da Casa dos Médices, tendo-se encarregado de negócios desta firma, por morte de Gianetto, em Dezembro de 1495. Na Toscana desempenhava, anteriormente, funções de agente comercial de Lorenzo di Piero Francesco de Medici, sendo, pois, natural que continuasse em boas relações com ele e, até, o representasse em Espanha.

Em determinada altura, porém, Vespúcio embarcou para Ocidente, não nas condições propaladas em 1505 ou 1506 na *Lettera* a Soderini, mas incorporado na expedição que saiu de Cádis em 1499, comandada por Alonso de Hojeda. Mais tarde, há-de novamente sulcar os mares na mesma direcção, mas em barcos portugueses (1). Estas viagens foram divulgadas na Europa, em número de quatro, primeiro uma delas, a terceira, no folheto *Mundus Novus,* e todas, mais tarde, na referida *Lettera,* que, em 1507, alcançou grande popularidade na versão latina. Ora acontece que, em 1745, Ângelo Maria Bandini imprimiu uma carta manuscrita de Vespúcio; em 1789, Bartolozzi divulgou uma segunda epístola, também até aí manuscrita, e, em 1827, Baldelli Boni divulgava o texto de uma terceira. Como o seu conteúdo não coincide com os dois textos quinhentistas impressos, concluem uns, como Varnhagem, Vignaud, Guglielmo Berchet e visconde de Lagoa, que elas são apócrifas, enquanto outros se servem precisamente daquele facto para crerem na sua autenticidade, taxando de apócrifas as cartas impressas. Entre outros, defende esta posição, Magnaghi (seguido por Marcondes de Sousa), não faltando ainda quem, como Duarte Leite e Levillier, aceite umas e outras como genuínas (2).

Apesar de não possuirmos os originais autógrafos, a comparação dos textos manuscritos com os impressos selecciona maior número de sinais de autenticidade naqueles, desde o estilo até à língua utilizada, sem olvidar que se verifica maior aproximação entre os textos manuscritos e os factos conhecidos. Uma dessas cartas, a revelada por Bandini — de Sevilha, 18 de

---

(1) Optamos, pois, pela posição dos que reduzem a duas, as suas viagens a ocidente. Voltaremos ao assunto no capítulo IV.

(2) D. Leite admite a genuinidade da carta divulgada por Bandini, aliás, na peugada de Humboldt, por julgar o texto mais consentâneo com os documentos conhecidos (o. c., pp. 113, 128, 130-133, 143 e 154); R. Levillier — *América la bien Llamada,* passim.

Julho de 1500 —, respeita à viagem efectuada para ocidente, em barcos espanhóis, em 1499, e, por conseguinte, pode fornecer indícios das ideias vespucianas sobre a dependência ou independência nas novas terras com relação à Ásia, dentro do século XV (1). Já Varnhagem advertiu que esta epístola faz alinhar Vespúcio com Colombo e, porque o autor da *Lettera* apresenta a terra encontrada como vasto continente distinto da Ásia («infinitissima terra dell'Asia»), decide que esta é autêntica e aquela apócrifa (2). Vignaud também repeliu a ideia de o florentino ter conhecido a América dependente da Ásia (3).

Magnaghi, porém, esquecendo-se, por momentos, do valor e autenticidade que atribui à carta manuscrita, esforça-se por demonstrar que Vespúcio não partilhava das ideias colombinas. Mais recentemente, Roberto Levillier imaginou outra solução: o florentino não julgava então oportuno revelar o seu pensamento ao amigo! A oportunidade propícia surgiu, no entanto, na carta do *Mundus Novus*, dirigida ao público em geral... Então, «en esta, lanza y reitera como en un canto de regocijo, las expresiones: *Mundus Novus* y continente ritrovato y serán también la base de la *Littera* de 1504 a Soderini (4)».

Todos, portanto, reconhecem a diferença de expressões utilizadas nas missivas manuscrita e impressa, procurando, cada qual, a interpretação que mais lhe sorri.

Lendo os dois escritos, a impressão que nos fica, sobretudo da análise da manuscrita, é a de que Vespúcio sabia então o que todos conheciam — que a ocidente se encontravam terras, que tanto podiam ser apenas ilhas como terra firme. E tanto assim é que emprega explìcitamente a terminologia de Colombo: «Magnifico Signor mio Signor. È gran tempo fa che non ho scritto a Vostra Magnificenza, e non lo ha causato altra cosa, nè nessuma, salvo non me essere occorso cosa degna di memoria. E la presente serve per darvi nova, come circa di un mese fa che *venni dalle parti della India*, per la via del mare Oceano» (5). Nessa viagem, desejava dar a volta

---

(1) Conhecem-se duas cópias quinhentistas, na Biblioteca Ricardiana, de Florença. Foi publicada por A. M. Bandini — *Vita e lettere de Amerigo Vespucci*, Florença, 1745, pp. 64-121, e, depois, por H. Vignaud — *Améric Vespuce*, cit., pp. 393-402; mais recentemente, por A. Magnaghi, na 2.ª edição do seu *Amerigo Vespucci*, pp. 235-245; Levillier — *o. c.*, I, pp. 252-266 (foto do original, nas pp. 255-262); id., *El Nuevo Mundo*, pp. 94-125.

(2) Varnhagem — *Américo Vespúcio*, pp. 67-69.

(3) Vignaud — *o. c.*, pp. 192, 195 e 285-293.

(4) R. Levillier — *America la bien Llamada*, 2.º vol., p. 285.

(5) Bandini — *o. c.*, p. 64.

ao cabo Categara, junto do Grande Golfo, segundo Ptolomeu, tendo chegado a pouca distância dele, e, por isso, a terra firme que vira, «era o confim da Ásia, por parte do Oriente e o princípio, pela parte do Ocidente» (1).

Por outro lado, em parte nenhuma refere a existência de um mar a interpor-se aos dois continentes (América e Ásia), afigurando-se-nos lícito concluir que a sua ideia de continentalidade americana equivalia a continuidade e não independência. Admitiria um continente, isto é, terra mais extensa que ilha, que não tinha de ser, necessàriamente, desligada ou muito afastada de outro continente, com características próprias para a individualizar. Na verdade, quando no *Mundus Novus* emprega esse vocábulo e afirma até que o continente encontrado era mais habitado de homens e animais que a Europa. Ásia ou África, não estabelecia uma quarta parte do Mundo. Exagerava tão-sòmente, lisonjeando a imaginação do leitor, com o fantástico e o maravilhoso, da mesma forma que nas linhas seguintes acentua que o ar era mais temperado e ameno que qualquer outro conhecido. Rigorosamente, o vocábulo «continente» opunha-se a ilha, e assim o devia entender o leitor do século XVI. «Soubemos ali que a terra não era ilha mas continente».

Se não for apodíctico, alguma força encerra o argumento de pérolas *orientais* que adquiriram na segunda viagem, conforme o texto da *Lettera*, não podendo lá chegar se não houvesse contacto directo com essas terras do Levante. Ciência pròpriamente dita, Vespúcio não a podia possuir, mais que os seus contemporâneos, para dirimir a questão, no sentido em que a espalharam os folhetos impressos. Ninguém possuía provas nem as obteria assim tão depressa. Vespúcio podia, sim, aferrar-se mais que outros à lição dos antigos, a respeito da existência de terras a ocidente que não ficassem longe das Índias Orientais. Mas, nesse caso, a distância da viagem que empreendera impeli-lo-ia para a crença colombina.

Não parece, portanto, lícito aceitar já a tese, propugnada com calor, por Varnhagem, de que a grande glória de Vespúcio não consiste, pròpriamente, nos descobrimentos, de que reconhece ter sido mero auxiliar, embora proficiente, mas na sua perspicaz concepção do Novo Mundo, radicalmente

---

(1) R. Levillier, implicitamente, concorda, quando estabelece que Vespúcio só teve a noção de continentalidade na viagem de 1501-1502 (*O Planisfério de Maiollo de 1504*, in *Revista de História*, n.º 26, p. 439). Explìcitamente, em *As Cartas e viagens de Vespúcio, segundo Magnaghi, ibd.*, n.º 18, São Paulo, 1945, p. 458.

diversa da falsa que Colombo propagou (1). Cremos, por fim, que o florentino não fica diminuído com a ilusão. Assim deve ter pensado Humboldt, que, apesar de estrénuo defensor do bom nome de Vespúcio, não só transfere a viagem de 1497-1498 para 1499-1500, como também assegura que ele ignorava ter descoberto um novo continente (2).

2 — Diplomacia do Príncipe Perfeito

2.1 — *A política do sigilo e a divulgação promovida por D. João II.* — Foi preciso esperar nove anos após a morte do infante D. Henrique para se continuarem os descobrimentos, entregando D. Afonso V a sua exploração ao negociante da praça de Lisboa, Fernão Gomes. Avançou-se então pelo golfo da Guiné, onde se escondia a Mina — fonte poderosa de receita que permitiu recolher os proventos financeiros tão necessários para os empreendimentos marítimos. E só num ano não muito longe da morte do infante D. Fernando, sucessor do infante D. Henrique, o príncipe D. João toma a superintendência da administração das viagens marítimas (3).

Digno sucessor do infante D. Henrique, concentrou toda a sua política nos dois pólos que já caracterizavam a acção do tio — fazer cristandade e recolher meios económicos para isso. E como o País era escasso de gente e de riqueza, viu-se obrigado a também aceitar, como sempre acontecera, a participação do auxílio estrangeiro. Fê-lo, porém, com as devidas cautelas, que a intuição de fino homem de governo lhe aconselhava.

Segundo Jaime Cortesão, o Príncipe Perfeito remata com génio a política do segredo, que assombrosamente se manteve durante meio século, isto é, desde a tomada de Ceuta. E, se a alguém subsistirem dúvidas, assegura o mesmo escritor que há «certeza indiscutível de que, pelo menos, desde os tempos de D. João II, se observou uma política de sigilo» (4),

---

(1) Ver D. Leite, que defende a tese contrária, em o. c., pp. 116 e 144 e segs. Levillier ainda sustenta a de Varnhagem.

(2) Humboldt — *Cosmos*, 2.º vol., p. 292.

(3) O Infante faleceu em 18 de Setembro de 1470. O ano será 1471, segundo Joaquim Bensaúde — *Estudos sobre D. João II*, pp. 205-206; ou 4 de Maio de 1474, conforme Damião Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 173, que apenas considera os documentos hoje conhecidos. Mais adiante, também Bensaúde admite que «a obra genial de D. João começa cheia de vida no próprio ano de 1474» (o. c., p. 207).

(4) Jaime Cortesão — *Teoria Geral*, pp. 19-22; id. — *A política do sigilo*, pp. 18 e segs.; id. — *Os Descobrimentos Portugueses*, I, pp. 489 e segs.

Fig. 11 — D. João II, segundo Batalha Reis — *Um retrato d'El-Rei Dom João II,* Lisboa, 1946 —, apesar de, na legenda, se indicar o nome do Restaurador. (Quadro existente em Viena de Áustria)

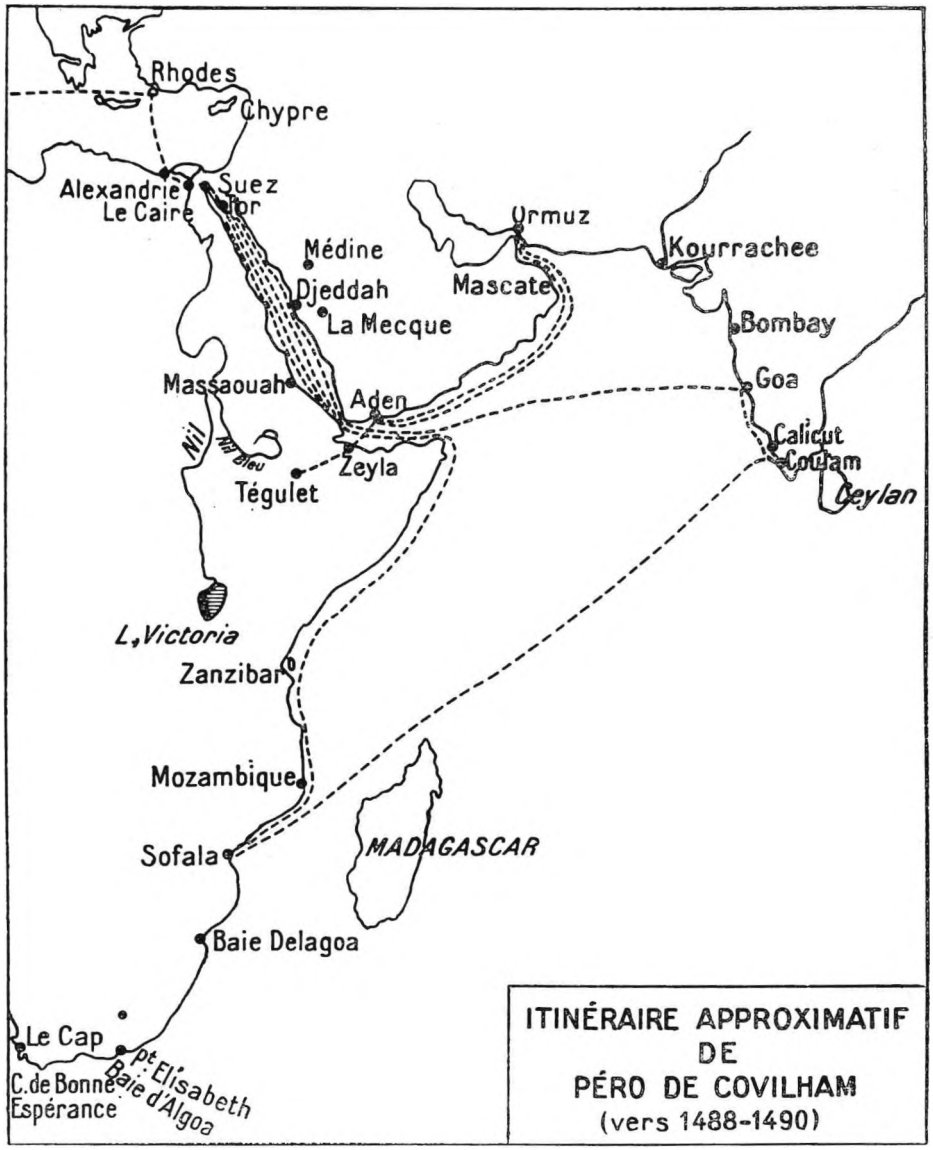


Fig. 12 — Itinerário aproximado de Pêro da Covilhã (1488–1490), segundo Kammerer (*La Mer Rouge*, 2, pg. 13)

de que constituía meio necessário o monopólio da navegação das estradas marítimas, essencialmente comercial. «Era esse o objectivo que importava tornar secreto, tanto mais que se pretendia violar dois monopólios já estabelecidos, o de Veneza e do sultanato mameluco do Egipto, e frustrar a vigilância e as ambições de Castela» (1). Estas coordenadas integra-as Jaime Cortesão no plano do infante D. Henrique, reduzido a duas pedras fundamentais — destruição do Islão nas fontes do seu poderio (finalidade católica, isto é, ecuménica) e substituição do seu monopólio no tráfego oriental (objecto estritamente português).

Por conseguinte, o conceito de política de sigilo restringe-se a consequência e complemento da política de monopólio, se bem que se trate de duas operações simultâneas na acção. «Uma acompanha orgânicamente a outra, na medida em que é necessária, proveitosa e eficaz». Não se trata, pois, de medida rígida, uniforme e persistente, antecipadamente calculada.

A «primeira forma sigilosa de proteger e ocultar os descobrimentos», encontra-a Cortesão já nos tempos do infante D. Henrique, na «legislação que proibia vender caravelas a estrangeiros», e, a segunda, na admissão cautelosa de «técnicos de tráfico de certos produtos», segregando-os da parte náutica, nomeadamente das cartas de navegar; obrigando-os a viajar em caravelas do Infante e colocando homens de confiança a vigiá-los.

Esta, a teoria geral dos Descobrimentos portugueses, cujo eco ainda hoje ressoa intensamente.

A tese sofreu muitas contestações (2) e, de facto, quando se passa da teoria à prática, se se apontam acontecimentos que lhe são favoráveis, não faltam os que a enfraquecem. No fundo, porém, é verdadeira. Havia incontestàvelmente necessidade de guardar certo segredo, mas também se conheciam as dificuldades que essa política comportava, sabendo-se muito bem que empresa de tão grandes proporções não seria susceptível de êxito se se fechassem as portas à cooperação estrangeira. D. João II, como já o fizera o infante D. Henrique, admitiu-a, e precisamente no que se refere ao comércio, parecendo, por isso, que, mais do que o *sigilo*, lhe importava o *monopólio* comercial (3). Pois não é desconcertante que seja ele, con-

(1) Id., *Teoria Geral*, p. 35.

(2) Entre os críticos portugueses, relevamos Duarte Leite, no jornal *O Primeiro de Janeiro*, em mais de um artigo, com o título de *O sigilo nacional dos Descobrimentos* (30 de Julho a 2 de Setembro de 1936), e A. da Costa Pimpão — *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, Lisboa, 1938.

(3) Sobre a sua acção, quanto ao monopólio comercial, que levou ao *mare clausum*, ver, também, por exemplo, Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 174 e segs.

forme aceita Armando Cortesão, a mostrar a Bartolomeu Colombo uma carta em que Bartolomeu Dias registou, «de légua em légua», a sua viagem de 1487-1488? (1). E que a Jerónimo Münzer confie a notícia de haver enviado, em tempos, um seu agente ao Cairo, para se informar dos marinheiros, a respeito da navegação do mar Vermelho, a forma como se preparava a pimenta no Oriente — embora disfarçasse os intentos com a capa de que a informação lhe era necessária para aperfeiçoar, em África, a cultura da malagueta e alcançar, desse modo, melhoria do seu preço de venda nos mercados de Flandres e da França? D. João II terá escondido o que pôde e mais lhe convinha. Pelo menos, conhecem-se hoje uns tantos factos que se prestam a essa interpretação (2). Mas não pôde ocultar tudo o que porventura desejaria reservar para si, não só porque estava rodeado de estrangeiros influentes, a que recorria, como também porque eles mesmo tinham possibilidade de corresponder com bastante segredo à curiosidade que avassalava a Europa. Como vimos, Toscanelli aconselhava (se a documentação for autêntica) e Münzer instigava, conforme já o fizera Poggio ao infante D. Henrique. E ele próprio necessitava, como veremos, de dar alguma publicidade aos feitos portugueses, quanto mais não fosse para assegurar os seus direitos, por meio da autoridade suprema de então, o Papa de Roma.

Contudo, no relativamente longo epistolário (3), não se topa nenhuma carta a relatar a descoberta sensacional do reino do Congo ou a viagem de Bartolomeu Dias. Corresponde-se com os príncipes da Europa, por assuntos de política europeia, lobrigando-se apenas, nalguns casos, actos de pirataria com naus vindas da Costa da Mina. Excepções que valham a pena mencionar, apenas a da epístola a Inocêncio VIII e a Ângelo Policiano, que, no entanto, nunca chegam a passar de revelação muito discreta. O mesmo se verifica nos actos solenes de obediência aos Sumos Pontífices, em que teve oportunidade de se manifestar.

Por ocasião da eleição de Inocêncio VIII (1485), seguiu para Roma o andaluz Doutor Vasco Fernandes de Lucena (4), que deslumbrou a Cidade Eterna com alusões mais ou menos concretas ao progresso marí-

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, I, p. 173.

(2) Na alínea seguinte, lembraremos, por exemplo, o das viagens por terra ao Preste João e à Índia, um dos indicados por Jaime Cortesão.

(3) Ver *Bibliografia Geral Portuguesa*, I, pp. 279-323.

(4) Biografia em Leitão Ferreira — *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, 1.ª parte, pp. 314 e segs., 356 e segs.

timo dos Portugueses, pela costa de África abaixo. A sua oração, aí editada nesse mesmo ano e reeditada no ano da eleição de Alexandre VI, em 1492 (1), é considerada «o primeiro impresso que anunciou ao mundo as navegações dos Portugueses ao longo da costa ocidental da África» (2).

D. João II, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África e senhor da Guiné, resolvera-se a comunicar em Roma, ao Papa e ao Sacro Colégio, em ocasião solene, que contava com a presença de embaixadores dos monarcas europeus, a grande folha de serviços que Portugal prestara à Cristandade (3). Lutara contra o Islão e empreendera viagens trabalhosas até à Etiópia (África). Da oração de Lucena, como notou Jaime Cortesão (4), ressalta surpreendente identidade com as conclusões que, segundo Fra Mauro, os Portugueses tiravam do descobrimento da Etiópia Arenosa: a navigabilidade entre o Atlântico e o Índico; a proximidade a que ficavam da parte terminal da África; e a convicção de terem alcançado uma longitude que os colocava a poucos dias de viagem do golfo Arábico.

Havia-se chegado relativamente perto do Promontório Prasso, «onde começa o golfo Arábico» (refere-se à viagem de Diogo Cão, como acentua adiante), que, por isso, com facilidade, poderia vir a ser explorado.

Eis o trecho mais significativo: «A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o golfo Arábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós, por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado (1484), até perto do Promontório Prasso, onde começa o golfo Arábico; foram explorados os rios, praias e todos os portos que, desde Lisboa, numa extensão de mais de 45 centenas de milhares de passos, estão enumerados com exactíssima observação do mar, das terras e dos astros».

---

(1) Ver edições na *Bibliografia Geral Portuguesa*, II, p. 478. — A 1.ª edição foi reproduzida integralmente em fac-simile por A. Fontoura da Costa — *Às Portas da Índia, em 1484*, pp. 63 e segs. Tradução portuguesa de Basílio de Vasconcelos, *in* A. Fontoura da Costa — o. *c.*, pp. 67-86.

(2) Francisco Leite de Faria — in *Studia*, n.º 17, Abril de 1966, p. 339.

(3) Como sublinha A. Fontoura da Costa, «o sigilo não existia neste caso da mais elevada política colonial de D. João II» (*Às Portas da Índia*, p. 49).

(4) Jaime Cortesão — *Teoria Geral*, p. 37.

Lucena não expressa opiniões próprias. Na qualidade de orador oficial, publicou o que se lhe mandou divulgar — que, aliás, traduzia a persuasão do próprio monarca. Do trecho de Lucena, depreende Teixeira da Mota «as grandes linhas da visão geográfica de D. João II e dos seus cosmógrafos» (1). A geografia ptolomaica ia-se corrigindo, à medida que surgiam novas descobertas, sempre, porém, dentro do espírito cauteloso de aceitar os dados que se tinham por mais positivos, da lição do Alexandrino. O *Promontorium Prassum*, entrada para o golfo Arábico, era um dos acidentes geográficos mais firmemente estabelecidos na geografia desses tempos. A medição do espaço percorrido aproximava-se do paralelo em que se situava aquele famoso promontório e o erro nasceu fàcilmente.

Apesar disso, a Europa passou a ter conhecimento público das aventurosas viagens dos Portugueses através da África, e não cremos que alguém sinceramente pusesse em dúvida a possibilidade da antecipada chegada dos nossos nautas ao Oriente. Os Venezianos começaram então a recear, embora não custe a admitir que, no entender de alguns mais optimistas, a ameaça ainda viesse longe. Afinal, anunciava-se apenas o encontro do caminho para o golfo Arábico e não a chegada ou o entendimento com os comerciantes do Oriente. Por outro lado, a descoberta geográfica não acarretaria necessàriamente a derrocada comercial. A viagem era muito longa e difícil e, consequentemente, pouco económica. Podia-se também duvidar da capacidade financeira e técnica dos Portugueses para organizarem um comércio que enfrentasse o já bem estruturado negócio de Veneza, alicerçado, afinal, no auxílio do temido e parecia que invencível senhor do Cairo. O optimismo venceu os primeiros receios e o tormento de Veneza ficou adiado para mais tarde, após o êxito da viagem de Vasco da Gama.

D. João II é que não alimentava ilusões, prosseguindo o seu programa, não sem admitir diálogo com várias personalidades de relevo. Ao Papa Inocêncio VIII, em missiva de 21 de Setembro de 1489, fala da construção de uma fortaleza junto do rio Larache (Loukkos), em Marrocos (2), ao mesmo tempo que dava conta da firme amizade que unia o pai, D. Afonso V, ao sultão de Fez, Mohammed ech-Cheikh, após a conquista de Arzila e Tânger. Agora, o mesmo rei mouro pedia-lhe paz e oferecia-se para deixar

---

(1) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, p. 303.

(2) D. Charles M. de Witte — *Une lettre inédite du Roi Jean II au Pape Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa*, in *Studia*, vol. I, pp. 90 e segs.

livre grande parte dos seus domínios. A comunicação demonstrava que o Islão, no norte de África, se encontrava realmente encurralado no seu território, não incomodando mais o nome cristão.

Na carta que o monarca endereçou a Ângelo Policiano, em 23 de Outubro de 1491, muito divulgada na imprensa, quer no século XV, quer no seguinte (1), D. João II abre-se um pouco mais, talvez entusiasmado com certas circunstâncias. Respondia, sensibilizado com o anelo do Humanista, de «salvar de olvido, com as vossas letras, o nosso nome e feitos» (2).

Com efeito, Policiano aconselhara, peremptório: «(...) seja incumbido, eu vos conjuro, a sujeitos idóneos, o encargo de pôr em memória (...), em qualquer língua, em qualquer estilo, o assunto tão ubertoso dos feitos praticados por vós e pelos vossos».

Nesta ocasião, já se tinha chegado ao Congo, com conhecimento da Europa, pelo menos na Alemanha e Itália, e Bartolomeu Dias havia passado o cabo da Boa Esperança, dando a verdadeira dimensão da África, em sentido norte-sul, facto este de que Bartolomeu Colombo, entre outros, alcançou conhecimento, como vimos. Sem desanimar na árdua empresa, o rei preparava então a viagem definitiva, que nos proporcionaria o caminho marítimo para a Índia. Era momento febricitante, que ninguém conseguiria esconder. Demais, tratava-se de empresa que nenhuma outra nação estava apta para empreender, e em cujo êxito pouca gente, no estrangeiro, acreditava.

Policiano não especifica o que sabe, mas as expressões que usa, denunciam bem a admiração pela descoberta do orbe da terra (a África), que fora como que truncado, mas hoje se encontrava já restituído a si mesmo; e aquela Barbaria, nem por vagos rumores de nós antes conhecida, insensata, desumana, inculta, sem ordem e sem lei, à docilidade, à cultura

---

(1) *Omnia opera Angeli Politiani,* Veneza, 1498; Leão, 1499; Florença, 1499; Paris, c. 1507-1511, 1512; Basileia, 1522; Paris, 1526 (Jean Petit); Paris, 1526 (Joseph Bade); Lião, 1528, 1533; Basileia, 1542; Lião, 1546; Basileia, 1553; Antuérpia, 1567. — Também foi impressa em Amesterdão, 1644. — D. António Caetano de Sousa publicou-a nas *Provas,* vol. II, 1.ª parte, pp. 201-202. Tradução portuguesa de Epifânio da Silva Dias, em Teófilo Braga — *Poetas Palacianos,* Porto, 1871, pp. 303-304; id. — *História da Universidade de Coimbra,* 1.° vol., pp. 178-179. Também Gino Masi a incluiu in *Biblos,* Coimbra, 1929, vol. V, p. 515. Guido Batelli imprimiu-a em *La corrispondenza del Poliziano col Re Don Giovanni II di Portogallo,* Florença, 1939, pp. 292-294.

(2) Carta de Policiano a D. João II, in *Provas,* vol. cit., pp. 202-206. Trad. portuguesa in Teófilo Braga — *Poetas Palacianos,* pp. 299-303; id. — *História,* pp. 174-178. Guido Batelli inseriu-a na *o. c.,* pp. 287-292.

e à piedade religiosa. Além de «outras terras», os Portugueses haviam também encontrado «outro mar», outros mundos, enfim, «outros astros», tirando-os, afinal, «das trevas eternas e, quase diria, do velho caos».

O monarca prometeu seguir-lhe o conselho, e podia ser na língua italiana ou latina, mas só depois de escrita a Crónica do seu reinado. «E para pôr em efeito o intento, teremos todo o cuidado de ordenar que a nossa crónica que, seguindo o uso do nosso reino mandamos escrever em língua vernácula, seja composta no idioma toscano ou, pelo menos, no latim comum, enviando-vo-la depois, o mais depressa que ser possa».

Policiano enunciara o princípio da firme propaganda: «Fazer extremadas proezas e não lhes dar realce e luz com as letras, o mesmo vale que procriar filhos de peregrina gentileza e não lhes dar sustentação». Inflamado pelos enconómios que Lourenço de Médice teceu, na sua presença, ao monarca português, o humanista pediu aos filhos do chanceler-mor João Teixeira, seus pupilos, que em Lisboa fossem «copiadas memórias (se é que existem)», dos feitos da nação lusitana. Os mancebos prometeram satisfazer o desejo do Mestre, mas não sabemos que «memórias» lhe terão enviado. Muito provàvelmente, nenhumas. Quando aludia à Crónica do seu reinado, D. João II pensava no trabalho encomendado a Rui de Pina, que o terminou nos primeiros anos do século XVI (1) e, por isso, como Policiano faleceu em 1494, não a terá sequer começado, contràriamente ao que sugere Elaine Sanceau (2).

D. João II esteve ainda relacionado com outras figuras gradas do Humanismo italiano. Conservam-se hoje duas cartas suas, dirigidas a Lourenço e a Pedro de Médice, respectivamente de 15 de Outubro de 1487 e 4 de Maio de 1494 (3). Na primeira, apenas apresenta o embaixador Afonso Leitão; mas, na segunda, de condolências pela morte do pai, vislumbram-se mais concretamente as boas relações que as duas Casas mantinham entre si. Ao passo que reconhece as atenções prestadas ao navio «Santa Maria da Nazaré», agradece as honras tributadas aos seus súbditos, pelos Florentinos, oferecendo tudo quanto pudesse fazer, de interesse para a república de Florença.

---

(1) A. Martins de Carvalho — Prefácio à edição da *Croniqua del rey Dom João II*, Coimbra, 1950, p. XXVI.

(2) Elaine Sanceau — *D. João II*, Porto, 1959, p. 328.

(3) Publicadas por Gino Masi — *Due lettere inedite di D. João II a Lorenzo e Piero de'Medici*, in *Biblos*, vol. V, Coimbra, 1929, pp. 513 e 514; e por Guido Batelli — *La correspondenza del Poliziano col Re Don Giovanni II*, pp. 296-297 e 297-298.

Neste clima de franca amizade, os Médices serviram de intermediários, para a vinda do escultor e arquitecto Andrea Sansovino, chamado para introduzir em Portugal a «nuova maniera di fabbricare» (1), de que deixou, nos dez anos de trabalho no País (1490-1499), espécimes no Castelo de Alvito (Alentejo), na famosa porta de mármore esculpido do átrio do Castelo de Sintra, no busto de mármore de Nossa Senhora, da sacristia da igreja italiana do Loreto, etc.

Em 1492 subia à cadeira de S. Pedro o novo Papa Alexandre VI, que, nesse ano e no seguinte, recebeu os actos de obediência das nações cristãs da Europa. Depois de duas tentativas falhadas por mar, seguiu para Roma, agora por terra, a Embaixada de D. João II, em que ia por orador D. Fernando de Almeida, bispo eleito de Ceuta, após a morte de Justo Baldino. Era filho de D. Lopo, que, como vimos, acompanhou a imperatriz D. Leonor, mulher de Frederico da Alemanha, e irmão do futuro 1.º vice-rei, D. Francisco de Almeida. Partia já depois do regresso de Colombo a Lisboa, por ocasião da primeira viagem às Antilhas, e de Alexandre VI ter expedido a bula de 3 de Maio de 1493. São bastante vagos os termos em que o Papa se refere à descoberta colombina, não se podendo por eles concluir revogação às prerrogativas portuguesas anteriores. Na segunda bula, porém, de 4 de Maio *(Inter caetera)*, que parece ter sido publicada só em Julho, já Alexandre VI concedia expressamente aos Reis Católicos e sucessores, «para sempre», «com todos os domínios, cidades, castelos, lugares, direitos, jurisdições e mais pertenças, todas as ilhas e terras firmes achadas ou que se acharem, descobertas ou que se descobrirem para o Ocidente e Meio-dia, tirando e traçando uma linha do Pólo Árctico ao Pólo Antárctico.

E não importava que «estas terras firmes e ilhas achadas ou que se acharem, demorem para o lado da Índia», ou para outra parte qualquer. Contudo, em atenção às nossas descobertas, impunha a passagem do meridiano por cem léguas para ocidente e sul dos Açores e Cabo Verde. Ficavam assim revogadas as concessões que a Portugal haviam feito os Pontífices, desde Nicolau V, com a bula *Dum diversas*, de 1452, em que se nos concedia, em termos genéricos, a soberania das terras descobertas ou que se viessem a descobrir.

---

(1) Guido Batelli — *Nel quarto centenario della morte del Sansovino (1460-1529)*, in *Biblos*, vol. V, p. 364; Henrique Trindade Coelho e Guido Batelli — *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e a Itália*, vol. I, p. 12.

D. João II não protestou junto do Pontífice, mas fez seguir o embaixador, com uma Oração de Obediência (1) que fugia aos moldes dos discursos meramente protocolares do costume. Conforme sublinha Queirós Veloso, depois de Henry Harrisse, Nordenskiöld e Joaquim de Carvalho, nela se asseveram «factos concretos que constituem uma resposta à aventura colombina, se não também já, à bula de 4 de Maio» (2). Juntamente com a de Lucena, constitui «o mais antigo documento impresso sobre a política colonial de D. João II», na frase do Com. Fontoura da Costa. Menos significativa pelo aspecto literário, vale, no entanto, pelas alusões que nela se fazem aos descobrimentos, anunciando implìcitamente a viagem de Bartolomeu Dias (3).

D. João II aparecia como «rei invicto de Portugal e dos Algarves e de Além-Mar em África, senhor da Guiné»; «na verdade, aquele rei de fama universal que, descobrindo novos homens, aumentou o género humano; que, juntando à terra, novas e muitas ilhas longínquas, acrescentou o próprio mundo; que, sob seus auspícios e engrandecendo a república cristã, tornou certas e de nós conhecidas essas terras que por completo ignorávamos; e que implantou a bandeira da cruz da nossa redenção para além de 48 000 estádios de distância do seu reino, e aos crudelíssimos bárbaros que a desprezavam, compeliu-os e ensinou-os a adorá-la e a amá-la». 48 000 estádios são 6 000 milhas italianas ou 15 000 léguas portuguesas.

Tendo os monarcas da península chegado a um acordo a respeito da divisão do Mundo (Tratado de Tordesilhas — 1494), não foi difícil a D. Fernando de Almeida conseguir que Alexandre VI o aprovasse tàcitamente (4).

2.2 — *O Tratado de Tordesilhas.* — A causa próxima do Tratado de Tordesilhas foi, como se sabe, o encontro das Antilhas, por Colombo, em 1492, ao serviço dos Reis Católicos. Os Portugueses haviam descoberto a costa de África e Castela também acabava de achar umas ilhas, além das Canárias e dos Açores. É tudo, aliás, quanto hoje se conhece, de modo irrefragável, mas alguma coisa havia mais, que desapareceu. Falta, por exemplo, toda a argumentação exposta por D. João II, no protesto que

---

(1) Publicada em Roma — *Oratio ad Alexandrum VI,* Roma, 1493 (?) Ver edições modernas portuguesas, em Bibliografia.

(2) Queirós Veloso — in *Bibliografia Geral Portuguesa,* II, p. 637.

(3) A. Fontoura da Costa — *Às portas da Índia,* p. 38.

(4) Biografia de D. Fernando de Almeida, in Queirós Veloso — o. c., pp. 635 e segs.

apresentou. Nada mais natural que Castela, a quem pertenciam, nesses tempos, as ilhas Canárias (1), navegasse para ocidente e encontrasse outras ilhas. O monarca português chegou mesmo a resolver que uma armada sob o comando de D. Francisco de Almeida, que combatera pelos Reis Católicos, na tomada de Granada (2), fosse interceptar a navegação de Colombo. Tanta celeuma porquê?

À falta da declaração taxativa do monarca, no sentido em que apresentou o seu protesto, porque Colombo encontrara o que os seus navegadores já haviam descoberto, os historiadores portugueses e alguns estrangeiros têm recolhido tudo quanto lhes permita formular hipóteses e assentar doutrina. Na verdade, impõe-se a necessidade de uma explicação para a atitude de D. João II, que, apesar de ter estado, por este motivo, à beira da guerra com Castela, desejava francamente a paz, a fim de se poder dedicar à empresa dos descobrimentos, que desde 1471 ou 1474 tanto o apaixonava.

Certamente, D. João II não afirmou que os Portugueses já haviam descoberto as Antilhas, mas terá comunicado, sem dúvida, em termos mais ou menos velados, que os seus navegadores, algum tempo antes, a partir da Madeira e dos Açores, ou do Continente, passando por essas ilhas, frequentavam os mares ocidentais (3). Uma vez violado esse espaço pelos Castelhanos, D. João II propunha-se conseguir monopólio idêntico ao que o infante D. Henrique obtivera para a costa de África. Mas era tarde e viu-se compelido a ceder, em parte. Não podia mais afastar da competição os príncipes rivais de Castela e Aragão, entregando-lhes mesmo, como Joaquim Bensaúde interpreta o Tratado (4), um império ultramarino com que não sonhavam. Para si reservava, conscientemente, tudo o que herdara do tio-avô e mais o que, entretanto, sabia encontrar-se a ocidente.

Porém, que poderia D. João II, nesta ocasião, conhecer sobre terras ou simples ilhas? Ignorando, porventura, como toda a gente, na Europa, a existência do continente americano, antes de mais alcançara a certeza de ser mais distante, nessa direcção, o caminho para a Índia, do que pelo Cabo da Boa Esperança, ou, pelo menos, muito mais incerto e de forma

---

(1) A questão entre Portugal e Castela ficou fechada no tempo de D. João, ainda príncipe, pelo Tratado das Alcáçovas (1479).

(2) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, II, p. 30.

(3) Ver, a este respeito, J. Cortesão, *o. c.*, II, pp. 35 e segs.

(4) Joaquim Bensaúde — *O Tratado de Tordesilhas*, in *Estudos sobre D. João II*, pp. 205-255, com reprodução do texto português (pp. 243-254). Ver texto espanhol, em Sousa — *Provas*, II, I, pp. 115-129, e *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, pp. 69-80.

nenhuma muito mais curto, como se pretendia. E o que interessava, sobretudo, era atingir o Oriente. Não iria decerto cair no antigo estado de falta de meios em que se debateu o infante D. Henrique, privando-se da fonte conhecida da riqueza, em troca de ilhas perdidas no mar, em geral despovoadas. Os proventos da Mina permitiam-lhe continuar a empresa em escala mais folgada, mas não chegavam. Podiam bastar, sim, a quem ambicionasse riquezas. D. João II, porém, tinha de chegar à Índia, que, além de bens materiais, lhe negociava com a realidade muçulmano-turca, que o mesmo é dizer, com os únicos inimigos fortes da Cristandade, bem mais temíveis aí do que no norte de África.

Em jogo, duas posições opostas: a dos que liam pelos antigos e a dele, que lidava com a experiência dos seus nautas. Conforme adverte judiciosamente Joaquim Bensaúde, a simples leitura das notas abundantes de Colombo — «notável exemplo das consequências das leituras dos antigos cosmógrafos» — fornece-nos «o contraste dos estudos da realidade marítima pelos Portugueses e o processo estéril, sem vida, impregnado de arbitrariedades e até de adivinhações geográficas e sentenças de Toscanelli, tais como a pequenez do Globo ou a afirmação de que, pela simples navegação directa para oeste, se podia atingir Cipango (o Japão), em poucos dias, adivinhações arbitrárias sem a mínima base» (1).

Essa experiência dos seus nautas, que lhe ditava semelhante atitude, podia não representar terras concretas, ilhas perdidas no oceano, já visitadas. A cartografia de então ligava à Ásia, o prolongamento do norte da Europa representado pela Gronelândia e hoje admite-se como certo que os Portugueses fizeram tentativas para descobrir passagem para a Índia, contornando essa ligação (2). Não sendo, porém, fácil determinar o ano do começo dessa exploração, fortes indícios restam, no entanto, para as datar, pelo menos, do reinado de D. João II. Quer isto dizer que o monarca reclamava direitos de prioridade — e com razão — em pleno Atlântico ocidental, a propósito da viagem de Colombo. A *navegação* por si mesma valia tanto como a *descoberta*.

Mas nada impede que conhecesse alguma parte da terra americana, uma vez que lhe havia chegado notícia dos descobrimentos dos Vickings na Idade Média, e em 1452 fora para essas regiões a expedição de Diogo Teive, seguida das de João Vaz Corte-Real e António Martins Homem — o que, segundo Joaquim Bensaúde, bem explica as concessões feitas

(1) Joaquim Bensaúde, *o. c.*, p. 212.

(2) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, II, pp. 150 e segs.

a Fernão Teles, em Janeiro de 1474 e em Novembro de 1475, «mencionando esta última as ilhas povoadas da costa americana e, entre elas, a ilha das Sete Cidades» e a nova concessão, em 1486, a Fernão de Ulmo, da ilha das Sete Cidades, já figurada como continente (1). Pelo menos, é uma explicação razoável para estes factos que se não podem negar.

Existe, porém, uma circunstância notável no Tratado de Tordesilhas — a da deslocação do meridiano para 370 léguas — que também se não pode crer despida de profundo significado. Por que não aceitou D. João II a distância arbitrária das 100 léguas e porquê as 370? Além da razão de se querer dividir em duas partes iguais a distância atlântica que medeia entre Cabo Verde (St.º Antão) e a ilha de Haiti, entende-se igualmente que por ter conhecimento das terras do Brasil e por já saber que as Molucas e demais ilhas das especiarias se estendiam pelo mar do sul da Ásia (2). O tratado estipulava que logo se procedesse a essa medida, encarregando-se disso pilotos, astrólogos e marinheiros das duas nações, que deviam andar na direcção leste, até alcançarem as 370 léguas.

Tal medição não se chegou a efectuar, pelas dificuldades evidentes que acarretava, porque até aí não havia conhecimento senão de ilhas isoladas. Por carta patente de 7 de Maio de 1495, que corrobora o Tratado, os Reis Católicos propuseram, e o monarca português acedeu, que se esperasse por descoberta, por qualquer das partes, dentro do hemisfério próprio, procedendo-se então à demarcação daquele espaço, pela forma possível (3).

---

(1) J. Bensaúde — o. c., pp. 222 e 238. Ver *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, pp. 40 e segs.; 62 e segs. Sobre Fernão de Ulmo, ver Ch. Verlinden — *Un précurseur de Colomb: Le flamand Ferdinand van Olmen (1487)* in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1952, pp. 453-466 do tomo X.

(2) J. Cortesão — o. c., II, pp. 50 e segs. Armando Cortesão — *O Descobrimento da Austrália e a «Questão das Molucas»*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, II, pp. 130 e segs., Carlos Malheiro Dias. Introdução à *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, I, p. XXVII — Jaime Batalha Reis alega razões que, de algum modo, supõem a identidade entre a *ixola otinticha* do mapa de André Bianco (1448), a costa do Brasil (ambas mais ou menos a 1500 milhas de Cabo Verde) e a terra que Mestre João, da armada de Pedro Álvares Cabral, recomenda a D. Manuel que veja no mapa em poder de Pêro Vaz Bisagudo (J. Batalha Reis — *Estudos Geográficos e Históricos*, pp. 259 e segs. Desta forma se explicaria a insistência de D. João II, para afastar a linha divisória, de 100 para 370 milhas.

(3) Publicada por L. Pereira da Silva, na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, p. 260, e no 2.º vol., p. 505, das *Obras completas*. Ver, também, o vol. III, p. 389.

Prosseguiram, pois, as navegações para ocidente, não só de Castela, como de Portugal, por *força de acordo,* repare-se bem, para não se sentir qualquer espécie de relutância em admitir descobertas portuguesas para ocidente, antes das viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral. Colombo voltou às Antilhas, chegando, em 1498, à ilha da Trindade, e Duarte Pacheco Pereira, nesse mesmo ano, procedeu a cuidado estudo de parte da costa do continente americano, na extensão de 98° ½ de latitude, ou sejam, 5 910 milhas, medidas no meridiano (1). «A extensão da costa a percorrer para se poder verificar uma tal afirmação — explica Bensaúde — representa uma viagem continuada de cerca de 12 000 milhas de extensão» (2).

E assim como os reis de Castela enviaram outras expedições, por exemplo a de Pizón, de que nos ocuparemos noutro lugar, também o de Portugal não deixou, certamente, de cumprir o que combinara com eles, apesar de hoje essas viagens permanecerem mergulhadas em densa escuridão.

O episódio do Tratado de Tordesilhas, reservando só para os Portugueses o caminho marítimo para a Índia, que Castela cobiçava mas não conhecia, deixa bem patente, como sublinha Bensaúde, as reais vantagens do mistério observado metòdicamente, nesse tempo, por Portugal (3).

Descobriu Duarte Pacheco Pereira o Brasil, ou visitou regiões da América do Norte? Não se sabe com certeza, e não interessa. O importante é que ele ou ele e outros seguiram certamente a rota do ocidente, mas em cumprimento da referida cláusula do Tratado, da mesma forma que Colombo saiu de novo sem essa missão. Colombo ia descobrir terras por conta dos Reis Católicos; Duarte Pacheco Pereira partiu com idêntico fito, por determinação de D. João II — se chegou a ir antes de 1498; e, por incumbência de D. Manuel, agora nesta data —, tendo naturalmente o cuidado de navegar fora das águas destinadas à Espanha.

Com o Tratado de Tordesilhas, a Espanha arrecadou um vasto império em potência, que em 1494 não podia visionar-se senão sob a forma de posse de ilhas ignoradas e domínio da rota comercial do Oriente, sem passar pelo cabo da Boa Esperança. Portugal alcançava a garantia, em base sólida de direito internacional, da pacífica realização do plano das Índias que se propusera obter, como ponto de honra e ideal religioso e

---

(1) Duarte Pacheco Pereira — *Esmeraldo de Situ Orbis,* ed. da Academia Portuguesa de História, p. 20.

(2) J. Bensaúde — o. c., p. 240.

(3) J. Bensaúde — *Regimento do Astrolábio e do Quadrante — Introduction,* p. 5.

natural ambição de prosperar econòmicamente. Essa paz procurou D. João II robustecer, por meio de uma aliança com Maximiliano e seu filho Filipe, ao tempo duque de Flandres e futuro esposo da princesa D. Joana de Castela. O monarca sabia das boas relações dos Habsburgos com os Reis Católicos e ainda assistiu à partida para Espanha do embaixador de Maximiliano — Dr. Münzer, depois de ter estado na corte portuguesa. No ano seguinte, em 1496, não só Filipe de Habsburgo esposava D. Joana de Castela, como também D. João, herdeiro de Castela e Aragão, se unia com uma filha de Maximiliano.

Não terá curado de obter do Papa a explícita aprovação do Tratado que D. Manuel há-de conseguir de Júlio II, por meio da bula de 24 de Janeiro de 1506. Agora, importava-lhe mais a sanção dos outros monarcas — a dos de Castela e dos de toda a Europa. As circunstâncias em que o tratado lhes apareceu — acto consumado, entre dois príncipes cristãos poderosos, de um mundo que não despertava cobiça por empreendimentos reais e lucrativos — não provocaram, na primeira hora, o protesto de ninguém, embora de futuro surjam críticas apaixonadas e tentativas violentas de frustrar semelhante direito.

2.3 — *Notícias de África, levadas de Lisboa para a Alemanha: Martin Béhaim — Diogo Gomes, Jerónimo Münzer, Sebastião Brand, Giuliano Dati.* — As boas relações políticas com Maximiliano, rei dos Romanos desde 1486, aclamado imperador da Alemanha em 1493, proporcionou a deslocação de pessoas cultas e o consequente intercâmbio cultural. Crê-se que foi o próprio Maximiliano que terá enviado Martin Béhaim, à procura de mercado para a indústria das suas cidades. Filho de comerciante rico, chegou a Portugal com 25 anos de idade, muito provàvelmente em 1484, e casou com Joana de Macedo, filha do mercador flamengo Jolest Hurter e de D. Brites de Macedo, senhores da capitania das ilhas do Faial e Pico. Jerónimo Münzer, em carta de 14 de Julho de 1493, classifica Béhaim de perito em toda a ciência da escola de Alexandria (1).

Mais do que este elogio, têm motivado acesa polémica os títulos de glória que ele mesmo se arroga, no célebre globo de Nuremberga, sobretudo o de discípulo de Regiomontano. A crítica europeia admitiu, por muito tempo, sem discussão, que fora ele quem trouxe, aos navegadores portugueses, os instrumentos e as tábuas náuticas de Regiomontano, por cá desconhecidas por completo; que acompanhara Diogo Cão à costa de

(1) Mais adiante, referir-nos-emos, com pormenor, a esta missiva.

África (2.ª viagem); que procedera Fernão de Magalhães, no descobrimento do estreito patagónico; que até se adiantara a Colombo, na descoberta da América, ou que, pelo menos, fora ele que apontara o caminho do Novo Mundo.

Em Portugal não se divergia muito dessa tese. Entre outros, recorde-se Sebastião Mendo Trigoso, que, quando pretende estabelecer a parte que lhe cabe no descobrimento das ilhas atlânticas e da América, o coloca em «lugar distinto», entre os homens ilustres do reinado de D. João II, festejando-lhe os conhecimentos de geografia e astronomia (1).

Ravenstein, em 1899-1900, na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, em artigo depois ampliado, em *Martin Behaim, His life and his globe* (Londres, 1908), mostra a fraqueza das pretensões alemãs a respeito da origem da ciência náutica portuguesa e a pouca competência de Béhaim, em questões de geografia e da arte de navegar (2). L. Gallois, por seu turno, entende que «não é um sábio de profissão: é um viajante» (3). Demais, «os instrumentos astronómicos, como o quadrante e o astrolábio, eram conhecidos na península, séculos antes da vinda de Béhaim» (4), e, como Bensaúde demonstra e já vimos atrás, enraizam na ciência judaico-árabe da península.

Em todo o caso, não era um ignorante. Pelas tarefas que foi chamado a realizar, vê-se que se trata de um comerciante espicaçado pela curiosidade de saber. Por isso, D. João II agregou-o ao grupo de cientistas encarregado da aplicação, ao sul do trópico de Câncer —, a partir dos *Libros del Saber de astronomia*, que apenas determinavam a latitude pela altura do Sol — dos lugares ao norte desse trópico (5). Béhaim terá partido com Mestre Rodrigo e Mestre Josepe Judeu (José Vizinho), ambos médicos do rei, para a costa da Guiné, em 1485 (6). Podia ter consigo as *Efemérides* e a *Tabua Directionum* de Regiomontano, impressas em 1474 e 1475. Mas o manual oficial que então se imprimiu, depois de andar de mão em mão, em cópias manuscritas, na parte que importava à marinharia, — o Regimento de

---

(1) Sebastião Francisco de Mendo Trigoso — *Memória sobre Martim de Bohemia*, in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. VIII, Lisboa, 1856, pp. 365-385.

(2) E. G. Revenstein — *Martim de Bohemia (Martin Béhaim)*, Lisboa, pp. 8 e segs.; id. — *Martin Béhaim*, pp. 13 e segs.

(3) L. Gallois — *Les Géographes Allemands de la Renaissance*, p. 26.

(4) L. Pereira da Silva — *Obras Completas*, II, p. 26. — Ver também A. Barbosa — *Novos subsídios*, pp. 59 e segs.; Luís de Albuquerque — *Os Guias Náuticos*, pp. 59 e segs.

(5) Ravenstein — *o. c.*, pp. 12 e segs.

(6) Id., *ibd.*, pp. 20 e segs.

Munique — deriva, como já se frisou, do *Almanach Perpetuum*, de Zacuto, traduzido por José Vizinho e publicado em 1496. Por tudo isto, Luciano Pereira da Silva pensa que o seu papel na Junta «deve ter sido muito secundário, senão nulo» (1).

Como quer que seja, um título de glória lhe é unânimemente atribuído — o de haver transmitido o conhecimento dos descobrimentos portugueses, com algum pormenor, aos seus compatriotas, quer por meio do celebrado globo, de que nos ocuparemos noutro parágrafo, quer com a Relação do que ouviu a Diogo Gomes, como vamos ver, a seguir.

Ignorada pelos cronistas, malquistada dos críticos modernos, a figura de Diogo Gomes continua envolta nas teias das incertezas e contradições. A sua vida (2) pode encerrar-se em dois períodos: um, no sul do País e em viagens no mar; outro, em Lisboa e arredores, mais directamente, no serviço do Paço. Parece ter iniciado as andanças no oceano, em 1443 ou 1444, na frota que saiu de Lagos, comandada por Lançarote (3). Não seria já, nessa data, moço da Câmara, ao serviço do infante D. Henrique, cargo que certamente exerceu, apesar de não se saber desde quando? A 12 de Junho de 1451 aparece como escrivão da carriagem real e criado de el-rei e, em 1456, enceta a segunda viagem à Guiné na caravela *Piconso*, «incontestàvelmente a mais notável» das três que empreendeu (4). Residiu em Lagos, até à morte do Infante, ocorrida em 13 de Novembro de 1460. A terceira viagem situa-se entre os anos de 1458, 1460 e 1462 (5), e é conhecida pelo termo a que chegou — a terra dos Barbacins, onde se

---

(1) L. Pereira da Silva — o. *c.*, pp. 327-328; L. de Albuquerque, *l. c.*

(2) Ernesto do Canto — *Diogo Gomes de Cintra*, in *Arquivo dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 77; João Martins da Silva Marques — *Sintra e sintrenses no Ultramar Português*, pp. 9-13.

(3) A. Teixeira da Mota — *A descoberta da Guiné*, in *Boletim* cit. n.º 3 p. 470. — O autor fixa esta viagem no ano de 1443, a qual está documentada na sua *Relação* (ver Magalhães Godinho — *Documentos*, I, p. 75).

(4) A. Teixeira da Mota — o. *c.*, p. 471. — Para A. Dias Dinis, esta expedição tem todo o aspecto de decalque da obra de Cadamosto. (*O V Centenário do Descobrimento da Guiné, à luz da crítica histórica*, Braga, 1946, p. 129).

(5) A incerteza provém da expressão com que dá início à narrativa: «Dois anos depois, o Senhor Rei D. Afonso (...)». À primeira leitura parece que começava a contar depois da morte do Infante e, portanto, a viagem ter-se-ia realizado em 1462. Mas as ilhas de Cabo Verde, encontradas nessa expedição, já vêm mencionadas em documentos de 1460. (Cf. A. Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, 2.ª série, I, p. 409) e, por conseguinte, este teria de ser o último ano possivel da expedição. E, como o termo *a quo* podia ser o da viagem de Gomes, pelo Geba acima, ocorrida em 1456, «dois anos depois» significaria 1458.

encontrou com António da Noli, o descobridor oficial das primeiras ilhas de Cabo Verde, de que Diogo Gomes se diz descobridor. Nessa altura devia estacionar em Lisboa, onde também aportou na volta.

Exerceu vários lugares na Casa Real, como o de *Almoxarife do Rei*, com moradia em Sintra, que já possuía em 28 de Outubro de 1459, e mantinha em 1479, estando este cargo em 1480 ocupado por outra personagem (1); *Escudeiro del Rei* (documento mais antigo que se conhece, de 17 de Julho de 1463); *Juiz dos feitos* das coutadas, das caças e das montarias de Sintra e seu termo (desde 25 de Maio de 1466); *Juiz das Sisas* da vila de Colares, não se sabe desde quando, mas conhece-se a confirmação do cargo, em 26 de Junho de 1482. Também em data desconhecida, recebeu o galardão de cavaleiro da Casa Real.

Sobre o dia do falecimento, apenas se pode assentar, com certeza, que se finou antes de 6 de Dezembro de 1502, em que se alude a missa por sua alma. Não morreu anteriormente a 1484, que, como vimos, foi o ano em que Béhaim veio para Portugal, nem possìvelmente até à Primavera de 1490, em que o referido alemão se ausentou para a Alemanha. Podia mesmo ser ainda vivo em 1493 ou 1494, quando Béhaim voltou de novo a Lisboa, permanecendo no continente ou nos Açores até falecer, cerca de 1507 (2). Partimos, evidentemente, do suposto, geralmente admitido, que se nos afigura o mais provável, de que a *Relação* foi consequência de pedido dos amigos a quem mostrou o globo, na terra natal.

Diogo Gomes terá sido o primeiro navegador a utilizar o quadrante, na medida da altura da estrela polar, para obter a latitude (3). Conside-

---

(1) Dificilmente se congraça o documento que revela esta circunstância com o facto de se não poder datar a *Relação* de Béhaim para antes de 1484, data em que o autor chegou a Portugal, uma vez que, nela, o próprio navegador então ainda se declara almoxarife de Sintra (*O Manuscrito de Valentim Fernandes*, cit., p. 190).

(2) D. Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, cit., p. 201.

(3) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, cit., p. 200. — Duarte Leite, sem aduzir razões, considera falso o uso do quadrante, cujo manejo atribui a Martin Béhaim (*História dos Descobrimentos*, 1.º vol., pp. 378 e 393). Jaime Cortesão, por seu turno, antecede 11 anos a determinação da latitude com o auxílio do quadrante, apoiado na relação da viagem da Infanta D. Leonor, a que já nos referimos (*O desígnio do Infante*, in *História de Portugal*, Barcelos, III, p. 374). — Sobre esta questão do uso do quadrante, ver Luís de Albuquerque — *Os guias náuticos*, pp. 28-31, e sobre o de Diogo Gomes, ver também L. Albuquerque — *A determinação de latitudes por alturas de estrelas na náutica dos descobrimentos*, in Actas do *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II, pp. 434 e segs.; Guy Beaujouan — *Science livresque et art nautique au XVe siècle*, p. 69.

ramos, porém, maior glória sua, haver sido, porventura, quanto se sabe, o primeiro cristão a conseguir estabelecer acordos diplomáticos com os reis daquela costa, tendo-se, para isso, arriscado a entrar pelo sertão até Cantor (1).

A *Relação* que corre com o seu nome, redigida em Lisboa, possìvelmente entre 1485-1490 (2), foi copiada também nesta cidade, na redacção que hoje se conhece, em 1506-1508, por Valentim Fernandes (3). Dividem-se ainda hoje os críticos a respeito da veracidade de Diogo Gomes, esquecendo-se geralmente, ao compará-lo com Cadamosto, as diferentes condições em que foram redigidas as duas relações. Enquanto um pensou em escrever e, de facto, escreveu, o outro, só anos mais tarde, a rogo de um estrangeiro, contou o que observara. Magalhães Godinho, por exemplo, vinca demasiado a jactância de Gomes, e compraz-se em chamar a atenção para a imprecisão e falta de pormenores de um, e «a frescura do directamente visto», do outro, Cadamosto («perfeita pintura da maneira de vogar em almadias, inteiramente exacta em todos os pormenores») (4).

A. Teixeira da Mota, tomando posição oposta, escalpeliza a «historiografia com fundo sociológico» que, muitas vezes, leva «a generalizações cómodas mas erradas», de fundamento frágil que fàcilmente é destruído por «pequenos factos» omitidos. Adianta mesmo que ainda se não provou a sua «gabarolice» e chama a atenção dos investigadores que crêem cegamente em Cadamosto calando os erros e prosápias — para «a interessante exploração do Gâmbia» (5).

De não menor importância é saber que parte da *Relação* pertence a Béhaim e que responsabilidade cabe a Diogo Gomes. Aceita-se, geralmente, que este ditou o texto de *De prima inventione Guinee*, que o alemão terá redigido com poucas alterações suas. Contudo, parece desnecessário supor que Béhaim, radicado como estava em Portugal, tivesse necessidade de ouvir do português a narrativa das viagens anteriores à sua (ao Congo, com Diogo Cão, segundo ele mesmo refere), as quais muito bem podia conhecer pelos textos de Zurara e Cadamosto, ou por qualquer outro meio.

---

(1) António Alberto de Andrade — *Muitas raças, uma só Nação (Esboço da Teoria do Humanismo Português)*, Lisboa, 1968, p. 27.

(2) A. Fontoura da Costa — *Ciência Náutica*, cit., p. 574; Duarte Leite — *Coisas de vária história*, p. 116.

(3) Ver edições modernas, em Bibliografia.

(4) V. Magalhães Godinho — *o. c.*, p. 219.

(5) A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné*, cit., n.º 2, p. 315, e n.º 1, p. 56.

No que respeita à descrição da costa de África, a única razão para atribuir integralmente a *Relação* a Diogo Gomes, e, portanto, culpá-lo dos dislates, está no facto de, no início, Béhaim declarar que a descoberta da Guiné, que, com a das ilhas de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores, constitui o objecto do seu escrito, havia sido referida por Diogo Gomes, almoxarife do Paço de Sintra. O título descritivo em que se mencionam os nomes da terra de que se vai falar, do narrador verbal, do escritor, pertence claramente a Martin Béhaim. O corpo da narração, tanto pode ser todo de Diogo Gomes como apenas uma parte. Mas há passos da interferência visível do escritor, como veremos, e nada obsta a que Béhaim, desejando relatar as descobertas portuguesas aos seus conterrâneos, se servisse de Gomes, que havia sido navegador e, ao tempo, era áulico da Corte, para saber o que pretendia. Parece, no entanto, estranho que tivesse necessidade de ouvir tão extenso relato da boca de um homem idoso, quando não faltavam, certamente, escritos conhecidos, como aconteceu mais tarde, no momento de Valentim Fernandes os recolher.

Parece evidente que o texto hoje conhecido se pode fraccionar em duas porções, divididas pelo ponto em que o próprio Diogo Gomes entra em acção, como navegador, isto é, quando pela segunda vez aparece a expressão «Eu, Diogo Gomes». A primeira, está carregada de inexactidões e o estilo é muito menos pessoal. Contém a expedição às Canárias, em 1415; a viagem de Gonçalo Velho, em 1416, que então teria passado o Bojador, que não menciona; a de Gonçalves Baldaia, Heitor Homem e Lopo de Almeida, que, tendo-se realizado em 1436, aqui aparece efectuada pouco depois da anterior; uma de Garcia Homem, seguida de outra chefiada por Nuno Tristão e Antão Gonçalves, a primeira não mencionada por Zurara e a segunda, que neste autor aparece fraccionada em duas, tendo Nuno Tristão, que partiu depois, encontrado Gonçalves em plena actividade na costa de África; nova expedição de Gonçalo de Sintra e Dinis Dias; viagem de Gil Eanes, Lançarote e outros, Nuno Tristão e Gonçalo de Sintra, em que Diogo Gomes tomou parte, à qual voltaremos a aludir mais abaixo; a repetida viagem de Gonçalo de Sintra, em que pereceu; outras viagens de que não refere os capitães; expedição de Dinis Dias ao Cabo Verde, em que também não menciona o nome do descobridor deste cabo; quarta viagem de Nuno Tristão, morte em terras da Guiné e a igualmente funesta viagem de Valarte.

É também neste ponto que acaba a *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Zurara. Faltam, nesta primeira viagem, as expedições de Gil Eanes (1433),

Gil Eanes (1434), Gonçalves Baldaia e Gil Eanes (1435), a segunda de Antão Gonçalves (1442) e a segunda de Nuno Tristão (1443), terceira de Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Afonso (1445), terceira de Nuno Tristão (1445); quarta de Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso (1445); a de Dinis Eanes da Grã (1445); segunda de Lançarote, Soeiro da Costa, Gil Eanes, Dinis Dias, Álvaro Fernandes (1446); Gil Eanes, Estêvão Afonso e Fernão Valarinho (1446); a de Gomes Pires (1446) e outras viagens ao Rio do Ouro. Trata-se, pois, de um resumo das navegações realizadas, muito impessoal.

A primeira viagem de Diogo Gomes fica incluída nesta parte, parecendo ter sido apontada por ele, visto aparecer aí a expressão: «Eu, Diogo Gomes...». Mas a narração é tão esquemática como as demais e de pessoal apenas traz a narrativa dos vinte e dois nativos que ele próprio apanhou. Alguns críticos supõem que terá baralhado duas viagens numa só. O facto de aparecer o nome de Nuno Tristão entre os capitães dessa expedição, de forma alguma supõe que Diogo Gomes confunda duas viagens numa (1), visto que, em mais de uma oportunidade, se verifica a presença de um navegador na viagem seguinte. Foi sòzinho de uma vez e podia ter ido logo depois, incorporado, por conta do Infante, na expedição particular, que saiu de Lagos. A explicação é tanto mais plausível quanto é certo que os capitães indicados por Zurara parecem ser todos homens de negócio, seus amigos particulares e, portanto, trabalhando para si próprios. Não cremos que o Infante, depois do êxito da viagem de Nuno Tristão, deixasse de incorporar mais uma caravela sua na expedição de que esse navegador fosse um dos capitães.

Pode objectar-se que Zurara regista seis caravelas e outros tantos capitães, em cujo número não aparece Nuno Tristão, enquanto Diogo Gomes apenas cita quatro. Mas o cronista alude exclusivamente à frota particular. Confrontando os nomes desses capitães com os dos que Diogo Gomes aponta, observa-se que este só coincide nos dois primeiros, que eram os principais: Lançarote e Gil Eanes. Em vez dos restantes quatro de Zurara, Diogo Gomes adianta o de Nuno Tristão e o de Gonçalo Afonso de Sintra, que faz lá voltar na viagem seguinte, como também Zurara. Por que não hão-de ser estes os capitães de duas possíveis caravelas do Infante, numa das quais iria embarcado Diogo Gomes? Note-se que este diz que «o Senhor Infante fez ainda uma armada de quatro caravelas»,

(1) Magalhães Godinho — *o. c.*, I, p. 109, nota.

enquanto Zurara afirma que a iniciativa cabe aos homens de Lagos e o Infante apenas teve de dar autorização.

É nesta parte que figuram as referências a Ptolomeu, uma no título, que pertence claramente a Béhaim, e outra inserta num período que começa: «E estas coisas que aqui escrevemos (...)». Não custa, porém, a crer que Gomes conhecesse, directa ou indirectamente, o geógrafo alexandrino, quanto mais não fosse, por conversa com aquele. À primeira vista, ocorrerá atribuir-lhe a correcção de Ptolomeu, na seguinte frase: «E tudo isto achámos no contrário, porque o pólo árctico vimos habitado por negros, onde é tanta a multidão de povos que custa a acreditar». Ou nesta outra: «E eu digo com verdade que vi grande parte do mundo, mas nunca vi cousa parecida» (alude às muitas árvores enormes e frutos diversos). Pode, no entanto, acontecer que o escritor tenha formulado a primeira em plural majestático, sem as atribuir a si ou ao seu informador, e a segunda faça alusão à sua experiência, em confronto com a narração recebida.

A segunda parte só narra as suas próprias expedições de dez anos, pelo menos, mais tarde. Até essa data faltou o cronista, faltaram as viagens. Daí por diante, apenas Cadamosto e Diogo Gomes, cada um conta as suas, sòmente com a excepção da de Pêro de Sintra, recolhida por Cadamosto. Nesta parte deixou de aparecer o estilo de apontamento fugidio de resumo, que dá lugar à narração pitoresca, juntamente plena de pormenores vividos, e objectividade nele, só ou com os seus homens. O único esclarecimento à margem que aí aparece, alheio às viagens, também é de carácter pessoal (além do inciso necessário da interrupção de viagens à Guiné, por ocasião das expedições do rei ao norte de África, necessária para cumprimento da promessa feita ao Nominans), o único esclarecimento, dizia, respeita à ordem que recebeu, de ficar em Lagos, junto do corpo do Infante, e do que então sucedeu, até à transferência para a Batalha.

Em conclusão: apesar de todas as divergências que possam notar entre a versão de Zurara e a de Béhaim, parece evidente que ambos são tributários de um texto comum, de que Béhaim ou Diogo Gomes se aproveitaram, reduzindo-o e alterando-o, conforme conhecimentos hauridos noutra fonte. Não há, pois, testemunho de Diogo Gomes nas viagens anteriores às suas duas últimas e, por conseguinte, nem lapsos de memória pròpriamente ditos. Diga embora Béhaim que Diogo Gomes lhe ditou a história das navegações da Guiné, que ele escreveu; e, não obstante aparecer mesmo uma vez, na primeira parte, antes do começo da narração da sua primeira viagem, a expressão *Eu, Diogo Gomes,* igual à que surge depois — afigura-se-nos mais evidente que apenas lhe pertença a segunda parte da

Relação. As páginas que tratam das ilhas Canárias, Madeira e Açores são complemento postulado da descoberta das ilhas de Cabo Verde. Tanto pode ter sido ditado por um, como recolhido de qualquer relação vulgarizada.

Posto isto, entremos, alfim, na análise das viagens narradas no texto.

A Relação começa por se referir à conquista da Grã-Canária por D. João de Castro, em 1415 (1), registando o encontro de correntes marítimas e marcando o cabo Não, como limite onde Hércules colocou as colunas. «Quem passa ho Cabo de Nom, tornará, si ou nom». O que Hércules temeu — a volta das correntes — conseguiu o referido D. João.

Este passo só o pode Béhaim ter recolhido da tradição oral já deturpada, se é que a incorrecção não se deve atribuir a quem introduziu a nota mitológica, naturalmente ele próprio.

No ano seguinte, Gonçalo Velho passa além da Terra Alta, em que começa o Sara, no intuito de descobrir a causa das correntes. E encontrou, junto do litoral, o mar sereno e a terra arenosa, sem árvores, estendendo-se o areal até mais além do monte Sinai. Situado na latitude de 37°, divide os homens brancos dos negros. Também aqui se entrevê o dedo erudito do alemão, que decerto não bebeu esse termo nas referências que em Zurara se lêem, com respeito ao Sara ou aos confins da África (2). A divisória da terra dos negros, da dos azenegues, já vimos que se localizava no rio Senegal.

Gonçalo Velho trouxe ainda a informação de que, pelo mar arenoso, viajavam caravanas de camelos que, por vezes, atingiam o número de setecentos, que penetravam até «Tambucatu» e Cantor, em busca do ouro arábico. A tentativa de penetração portuguesa no interior africano, em busca desses centros mercantis, foi entregue a Afonso Gonçalves Baldaia, que, chegado à Terra Alta, ao sítio agora chamado *Angra de Cavalos*, enviou dois cavaleiros, Heitor Homem e Lopo de Almeida. Nove dias caminharam pelo sertão, parece que sem se internarem, pois vieram a chegar ao Rio do Ouro, encontrando aí redes feitas de cascas de árvores. Avistaram homens de cor avermelhada, com zagaias e gomias e, com isso, a certeza de a terra ser habitada. Os barcos atingiram uma ilha que passou a denominar-se *ilha de Lobos*.

---

(1) Data, possìvelmente, errada, que talvez se deva corrigir para 1425 ou 1426. Também o nome do fidalgo tem de ser alterado para Fernando (Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 76; Magalhães Godinho — o. c., I, pp. 111-112).

(2) Zurara — ed. cit., pp. 255, 259, 343 e 409.

Estas viagens de Gonçalo Velho e de Baldaia não derivam da Crónica de Zurara, que omite por completo a primeira (1) e conta diversamente certos pormenores, como o emprego de Baldaia (copeiro da casa do Infante, e não vedor), e separa em duas a única expedição que Béhaim lhe atribui, sem indicar o topónimo Angra dos Cavalos. Em vez de perseguidos por vinte e dois sarracenos, os dois cavaleiros foram atacados, segundo Zurara, apenas por dezanove. Apesar de tudo, em muitos outros pormenores coincidem as duas narrações, podendo naturalmente assinalar-se-lhes fonte comum ou não muito diferenciada, pelo que respeita à segunda viagem.

Na expedição seguinte, procurou-se, mais propositadamente, estabelecer contacto com esses árabes «çenegis» da ilha dos Lobos, sendo de notar que o capitão se internou pelo mar largo, na direcção do sul, parando na *Pedra de Galea* (Pedra da Galé, em 22° 3′ de latitude norte), sem encontrar ninguém. Por isso, não tardaram a seguir outras caravelas, comandadas por Nuno Tristão e Antão Gonçalves, que puderam haver à mão alguns habitantes, uns avermelhados e outros negros. Foram as primeiras notícias dos azenegues ou árabes, que moravam em tendas, comiam peixe cru (os do litoral), carne crua e leite, vivendo, todos, vida bestial. Aí souberam o caminho para Tombuctu, onde os árabes iam carregar de ouro centenas de camelos. No caminho de Aden para Tombuctu, esses mouros encontraram a montanha de Abofur, onde, segundo contaram aos navegadores portugueses («disseram-lhes muitas falsidades»), habitava gente fantástica, como um homem com cabeça de cão, grande cauda e muitos pêlos.

O relato destas três viagens também não coincide com o que escreveu Zurara, embora se notem pontos comuns. Não refere, por exemplo, a expedição de Garcia Homem, irmão do referido Heitor Homem, e coloca Nuno Tristão, que partiu depois, a encontrar Antão Gonçalves já em plena actividade na costa de África. A finalidade da viagem do primeiro consistia no carregamento de peles e azeite, enquanto o segundo levava a incumbência expressa de ultrapassar o cabo da Galé.

---

(1) A tese, hoje inaceitável, de que foi Gonçalo Velho quem primeiro passou o cabo Bojador teve como defensor Aires de Sá, que se baseia em Diogo Gomes, em *Frei Gonçalo Velho*, pp. IX, CXLI-CXLII. Admitindo-se a viagem, com a correcção apontada, também se há-de corrigir o termo, visto a narrativa de Béhaim-Gomes tornar a ultrapassagem do Cabo muito fácil e tirar a glória a Gil Eanes. A expedição de Gonçalo Velho será uma das que precederam a daquele navegador e atingiu, pois, uma Terra Alta aquém do Bojador.

As sucessivas excursões marítimas visavam sempre aperfeiçoar os conhecimentos da terra e das gentes africanas, atingindo o cabo Branco, Furna, ilhas de Arguim, Tesslin, Tider e Onar, rio de S. João, cabo de Tofia (ou Cofia) — terras arenosas, dominadas pelos mouros, até que, finalmente, chegaram ao rio Senegal e à terra Gelofa (dos Jalofos), em que a gente era toda negra.

Neste ponto, o narrador — e aqui aparece mais um traço iniludível da presença de Béhaim — não contém o júbilo que este achamento causou em Portugal, de que ele, aliás, participa. Os descobrimentos haviam sido um dos motivos da sua vinda a Portugal: esse ideal o levou a consorciar-se com a filha de Perestrelo, *Et haec quae scribuntur hic, ponuntur salva gratia illustrissimi Ptolomei,* que escreveu muitas coisas boas acerca da divisão do Mundo, mas falhou nesta parte africana. Pretendia ele que o Mundo se cifrava todo numa posição central, que era habitada, e em duas extremas, sem possibilidades de vida humana, uma, ao norte, demasiado fria, e outra, para o sul do equador, excessivamente quente.

Encontrámos o contrário, esclarece Béhaim, que no Globo se dá como navegador. Vimos o pólo árctico habitado para além do prumo do pólo e da linha equinocial, que é habitada de negros, onde existe inacreditável número de gente e árvores de tal porte que não se crê fàcilmente. Embora não repugne que Diogo Gomes pudesse fazer a observação, como a frase está construída — «isto que aqui *se escreve*» — parece não deixar subsistir dúvidas sobre a sua autoria. O mais, são informações que de vários pontos se podiam colher, como é a de que o Senhor Infante estabeleceu duas casas naquele país dos Ceneges para tratar negócios do ouro — uma em Arguim e outra no rio de S. João, perto de Cofia e Anteroti (1).

Numa viagem seguinte, atingiu-se um cabo *pulcherrimum,* que ficou conhecido por cabo Verde, na linha equinocial. Pessoas muito negras saíram de grande praia, situada mais adiante, em região arborizada, a qual dominava um senhor temido, Besegichi. Com dissimulações, recebeu mal os Portugueses. Aí voltou Nuno Tristão, em missão de paz e guerra, tendo encontrado a terra dos Serreos e, andando mais, a dos Barbacins e o rio Nuno Tristão, onde morreu, com muitos dos seus, varados todos por setas envenenadas (2). Com esse mesmo soberano conseguiu, depois,

---

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes,* p. 191.

(2) Sobre o verdadeiro local deste acontecimento, ver A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné,* in *Boletim* cit., n.º 1, pp. 22 e segs.

Diogo Gomes entabular paz, diz ele que pela primeira vez, entre cristãos e negros (1).

Entretanto, chegara à Suécia a fama dos feitos portugueses em África e um jovem nobre decidiu vir a Lisboa, com o propósito marcado de tomar parte neles. Chamava-se Abelhart — o Valarte de Zurara, de que falámos no capítulo I. O Infante autorizou-o a partir numa caravela armada, em que seguiam, como de costume, nobres da sua casa (1447). Passaram além daquele rio, «estabelecendo muito provàvelmente contacto com indígenas do Bor-Ba-Sine ou do Bor-Salum, jalofos, sereres ou barbacins» (2).

À segunda parte cabe exclusivamente o trecho que contém as duas últimas viagens de Diogo Gomes, isto é, a que terminou na Gâmbia (Cantor) (1456) e a que se ficou nas terras dos barbacins (1458), regressando pelo largo, por Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores, de que igualmente apresenta relação minuciosa. Trata-se de um relato homogéneo, com características próprias, como é a de terras vistas por ele, depois do longo período de silêncio que não teve cronista (1448-1456). O estilo assume feições bem diferentes do apontamento sumário da porção anterior. Mais narrativo, mais vivo, mais pessoal, reveste-se de pormenores ricos de observação, no caso das duas longas viagens, e denuncia a mesma prolixidade do narrador na parte final, em que recorda quanto aconteceu sobre a descoberta e o povoamento das Canárias, Madeira e Açores, como poderemos ver a seguir.

Se a viagem de Valarte, que fecha o rol das expedições atlânticas deixado na *Crónica dos Feitos de Guiné* e na primeira parte da *Relação* de Béhaim, ocorreu em 1448 e a segunda viagem de Diogo Gomes se deu em 1456, a expressão com que se inicia esta segunda parte da Relação de Béhaim — «Algum tempo depois...» — compreende o longo espaço de oito anos. Sirva a observação para frisar que um dos dois não era preciso na apresentação dos factos, quando se tratava da sucessão cronológica. Bastava-lhes a indicação genérica, que pode induzir em erro, como seria neste passo, se quiséssemos distanciar pouco os dois acontecimentos, que a referida expressão coordena.

O parágrafo de entrada, a que pertence essa expressão, contrasta claramente com os períodos seguintes e pertence, sem dúvida, a Béhaim: «(...) o senhor Infante armou uma caravela de Lagos, chamada *Piconso* e fez Diogo Gomes capitão dela (...). E mandou que Diogo Gomes (...)».

---

(1) *O Manuscrito*, cit., p. 192.

(2) A. Teixeira da Mota — in *Boletim* cit., n.º 3, p. 495.

O segundo parágrafo, porém, começa logo em primeira pessoa: «E assim passámos (...) e tivemos (...) e me rogavam (...) e nos trouxeram (...) e me alegrei (...)».

A viagem correu normal até ao rio de S. Domingos (actual Cacheu, na Guiné Portuguesa), dando por aí, Diogo Gomes, início à sua narração. Depois de o passarem, atingiram outro curso de água, denominado Fancaso, *além do* Rio Grande, diz Béhaim, onde sofreram as fúrias das correntes do mar, num enorme ímpeto, conhecido por macaréu. Apareceram negros com boas intenções e puderam comerciar em panos, dentes de elefante, malagueta, etc. A. Teixeira da Mota denuncia confusão de Béhaim, que escreveu *além do*, em vez de Fancaso ou rio Grande, hoje canal do Geba (1). Desejando regressar, as correntes voltaram a mostrar a sua fereza e os barcos foram arribar em terra, que, junto do litoral, aparecia tapada de altas palmeiras, como mastros, e, no interior, coberta de feno, em enorme extensão. Nela passeavam, despreocupados e sem medo dos homens, mais de cinco mil animais, pouco maiores que veados, que, na língua dos negros, se chamam *miongas*. Do pequeno rio, ladeado de árvores, viram sair cinco elefantes, que se não demoraram. A caminho do cabo Verde e descido o canal do Geba, rumaram para o norte e entraram na vasta foz (de três léguas de largura) do rio Gâmbia.

Haviam penetrado na órbita da influência do império Mali. Não se sabe, com certeza, se Cadamosto aí esteve antes de Diogo Gomes, visto que ambos por lá passaram, no mesmo ano de 1556. Leves indícios parecem fazer crer que sim (2), embora não faltem os que nos persuadem de que não (3). Magalhães Godinho baseia a sua presunção no facto de Diogo Gomes ter já comerciado pacìficamente com os nativos, «o que talvez implique qualquer viagem anterior», enquanto que Cadamosto, «ao invés», não logrou fazer-se entender. Mas não se afigura insuficiente a simples presença do italiano, nas circunstâncias apontadas — sem contactos —, para que fosse um êxito a intervenção do português? E como se olvida que

---

(1) A. Teixeira da Mota — *A Descoberta da Guiné*, in *Boletim* cit., n.º 3, p. 473. — No latim: Fancasso *ultra* Ryo Grande (*O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 193). António Brásio corrigiu para *ultra* (*Monumenta*, 2.ª série, 1 vol., p. 160) e Gabriel Pereira traduziu *para lá*. Como o autêntico sentido pede que se leia *aut*, errou o paleógrafo que interpretou *utra* por *aut*.

(2) Magalhães Godinho — *o. c.*, III, p. 224.

(3) A. Teixeira da Mota — *Diogo Gomes, o primeiro grande explorador da Gâmbia (1556)*, in *2.ª Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, I, pp. 315-316.

Usodimare, se lá foi com o negro embaixador da paz, deveria ter alcançado boa aceitação?

A. Teixeira da Mota fundamenta a sua posição no facto de Diogo Gomes indicar expressamente, e descrever com minúcia, os acontecimentos respeitantes ao estabelecimento de relações pacíficas com o Niumimansa. Segundo este autor, a expedição de Cadamosto e Usodimare entabulou relações comerciais e, quando desceram o rio, foram amigàvelmente recebidos pelo chefe do Niumi.

Diogo Gomes obteve maior êxito: firmou pazes com o senhor da terra, um tal Frangazique, neto de Farisangue, grande potentado negro (1), que transaccionou cento e oitenta pesos de ouro com a nossa mercadoria, sobretudo panos. Melhor do que a oportunidade de negócio, sorriu-lhe o ensejo de colher novas informações. Um nativo chamado Bucker (2) «conhecia toda a terra dos negros». Diogo Gomes convenceu-se da verdade da sua sabedoria e pediu-lhe que o acompanhasse a Cantor. Deixando um capitão no porto de *Ulimaiis* (também grafado *Ollimansa*) e outro no de *Animaiis* (3), subiu com o guia até Cantor, que Teixeira da Mota situa na região de Cantorá, a cerca de quatrocentos quilómetros da barra do Gâmbia. Era um grande centro comercial, aonde ia gente de Tombuctu, das cercanias da serra Gelu (Futa Djalon), de Quioquio, «que é uma grande cidade cercada de muralha de tijolos cozidos em fornos». Aí ouviu dizer que a essa cidade acorriam os sarracenos de toda a parte — de Cartago ou Tunes, de Fez, do Cairo — trazendo muito ouro, em caravanas de camelos e dromedários, das minas do monte Gelu, cuja parte oriental é o que «denominamos Serra Leoa».

Como estas, recolheu muitas outras notícias do interior do continente africano, sobre rios e um lago, que designa por *mare magnum non multum*

---

(1) «A designação que Martinho da Boémia ouviu do navegador e escreveu — como lhe soava (...), fàcilmente se identifica com a expressão mandinga *Faran Cassique*, nome próprio aplicado a indivíduos nascidos de união entre homem são e mulher a que o vulgo atribui entendimentos com o diabo». Quanto a Farisangue, Teixeira da Mota identifica-o com um chefe mandinga da região de Goli, na margem norte do canal do Geba, perto da confluência Geba-Corubal (*Ibd.*, pp. 476 e 478).

(2) Um português grafaria *Buquer*. Segundo António Carreira, trata-se, evidentemente, do termo *Bucar* ou *Bocar*, nome próprio, usado por fulas e mandingas (*apud* A. Teixeira da Mota, *l. c.*, p. 481, nota 131).

(3) «A sua identificação é fácil», «em virtude de a toponímia ter perdurado, com o *Niani* ou *Iani* — *Ani* (mansa) —, e com o *Ouli* ou *Wuli* — *Vli* (mansa), *Olli* (mansa)». A. Teixeira da Mota — *l. c.*, p. 482.

amplum (1), que servia de fronteira a dois reis poderosos, um dos quais, o da parte oriental e a sua gente, era de cor branca. O informador foi um sarraceno de Termezen, chamado Admedi, que calcorreara toda essa terra. Algumas destas novidades, conforme anota Diogo Gomes, já o infante D. Henrique conhecia, por carta de um mercador de Orão, que lhe havia escrito, dois meses antes. A Orão iam os nossos comerciantes comprar panos para o trato da Guiné.

Os negros também lhe contaram o que sabiam, mas estes, acerca da região em que habitavam. O rei Bormelli (2), igualmente grafado Morbomelli e Mormelli, era senhor de vasta região da margem direita do rio Gâmbia. Habitava na cidade Quioquio, pertencendo-lhe as minas de ouro dessa região. Como ostentação do seu poderio, tinha diante da porta de casa um bloco de ouro, tal qual saíra da terra, o qual vinte homens a custo poderiam mover. Os nobres da sua corte traziam o nariz e as orelhas cheios de ouro, que abundava na parte oriental, sendo limpo por mulheres. O Farisangul estava sujeito a este rico potentado.

A pedido de Diogo Gomes, também lhe ensinaram o caminho para o centro aurífero de Quioquio. Em direcção ao Oriente, ia-se até Somanda e daí a Conmuberta, a Cereculle e a outros lugares que havia esquecido.

Na margem esquerda do Gâmbia, no sentido do sul, estendiam-se os domínios de Batimansa (3), que, na sua comitiva, trazia infinita gente armada de setas venenosas, azagaias, espadas e adagas. Em tom de boas relações, transaccionaram, sem desconfianças, prometendo o Senhor negro nunca mais fazer guerra aos cristãos. Querendo comprovar os protestos de paz, Diogo Gomes pôs em terra um índio, chamado *Jacobus* (Tiago, Diogo ou mesmo Jacob), que trazia, com o intuito de servir de intérprete, se acaso atingisse a Índia, por meio de algum curso de água (4). Mandou-o seguir

---

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes,* p. 195.

(2) Bormelli era o rei do Mali. Entre os Mandingas, o seu afamado imperador supremo chamava-se Mandimansa — rei de Mandi, Mali ou Meli — que, no entanto, os jalofos já designavam por Bormelli (Bor-Meli) — A. Teixeira da Mota — o. *c.,* in *Boletim* cit., 1, p. 59.

(3) Ver, a este respeito, A. Teixeira da Mota, o. *c.,* pp. 488-489.

(4) É sempre difícil determinar a que Índia intentavam chegar, em virtude das várias acepções do termo. Podia, por exemplo, significar simplesmente a Índia menor, ou seja, a faixa oriental da África, banhada pelo Mar Vermelho, se não toda, pelo menos a Abissínia. Sendo o Senegal um braço do Nilo, a Guiné estender-se-ia, naturalmente, até à Etiópia, o que quer dizer que se não conheciam reinos intermediários. Efectivamente, os geógrafos e os cartógrafos desconheciam-nos, e o próprio reino do Mali

até *Alcuzet*, aonde já fora de outra vez, e, palmilhando a terra de Geloffa, só parasse na serra de Gelu e em Tombuctu. As informações que trouxe dizem respeito, apenas, a Alcuzet. Terra muito viçosa, com um rio de água doce e muitos limões, era povoada por gente boa que, da parte do Soberano, lhe ofereceu cinco dentes de elefante e dirigiu convite para o visitar.

Diogo Gomes aceitou a boa vontade e estacionou lá três dias, em casas edificadas de canas marinhas, cobertas de colmo, tendo visto ou ouvido dizer que era terra em que abundavam os papagaios, as onças e os elefantes. O rei ofereceu-lhe peles de onça e a carne de um elefante que mandou matar.

Aí lhe narraram também que, nesse promontório, vivia o rei Niumimansa (1), que hostilizara os cristãos, matando Nuno Tristão e os companheiros, que foram os primeiros a contactar com os mandingas, o mais poderoso povo da Guiné e do Sudão: «E aí soube eu a verdade, que todo o dano feito aos cristãos, o fizera um certo rei, chamado *Nomimans*, que possui a terra que jaz neste promontório». Procurou estabelecer com ele paz e amizade, metendo-se pelo rio, em direcção ao mar, e conseguiu trazê-lo à fala. Travada polémica religiosa com um sacerdote islâmico, na presença do monarca, este converteu-se à fé cristã, expulsando o que Diogo Gomes denomina bispo e cominando com severas penas quem ousasse continuar no maometismo. Desejou baptizar-se, considerando o infante D. Henrique seu irmão e adoptando este nome. Todos lhe seguiram o exemplo, passando a usar nomes cristãos, como o do intérprete, que naturalmente era o seu: *Diogo* (de preferência a Tiago ou Jacob, por ser mais frequente), *Nuno* (naturalmente em memória de Nuno Tristão), etc. Como os não pôde baptizar, o navegador português limitou-se a confraternizar, e convidou o rei a ir almoçar com ele à caravela, acompanhado dos seus doze anciãos e oito mulheres. Deu-lhes galinha e carnes preparadas ao nosso modo e vinhos branco e tinto à descrição. Não podendo amarfanhar o contentamento, insistiam todos no pedido de baptismo e exclamavam que não havia melhor gente que os cristãos.

---

foram os nossos maiores que o revelaram. Mas também se pode aceitar que nos conhecimentos geográficos do Infante, se identificasse a Índia do Preste João com a Índia das especiarias, que ninguém sabia localizar com precisão. Por isso, a buscavam. Em todo o caso, *Jacobus Indius* devia ser abexim.

(1) *Niumi* — região entre o Gâmbia e o Jumbas, actual rio do Lago (A. Teixeira da Mota, *l. c.*, n.º 3, p. 493).

Diogo Gomes prometeu solicitar ao Infante que lhes enviasse um sacerdote e o rei negro formulou a sua súplica por escrito: à solicitação de instrução religiosa, juntou também a de um açor, por, no meio da conversa, o navegador lhe contar que em Portugal se caçavam outras aves com essa na mão; dois carneiros, ovelhas e patos, machos e fêmeas, e um porco, bem como dois homens que soubessem construir habitações e cercar a cidade, de taipa.

No regresso a Portugal, com as alianças dos reis Burbruck e Budumel e o pedido de paz feito ao fero Besaghichi, que chegou a ter à mão, Diogo Gomes passou pelo cabo de Tofia e Anterot, entrando em Arguim e deixando, não longe, a pequena ilha das Garças (de uma légua de circunferência). Nesta, pôde apreciar os ninhos dos pelicanos, «que não são como os pintores os representam: têm a cabeça grande (ou o bico largo) e o papo tão dilatado que pode conter um alqueire de trigo».

Quando o Infante regressou de Alcácer Quibir com o sobrinho, D. Afonso V, seguiu para o reino de Gâmbia, em 1458, o primeiro sacerdote, parente do cardeal (1), abade de Cassa, acompanhado de um moço da câmara do Infante, chamado João Delgado.

Diogo Gomes só voltou a África parece que em 1458, ou 1462, com missão de ir à terra dos Barbacins (que deu o nome ao rio dos Barbacins, o actual Salum, segundo Teixeira da Mota), «que está entre Serreos e o reino de Nomimans». Partilhavam dessa região dois reis — o *Barbacin dun* e o *Barbacin negor*. Ia vender cavalos e vigiar os mares, da incursão de estranhos. Além de duas caravelas saídas de Lisboa, de uma das quais era «capitão e mercador» o genovês António da Noli, teve notícia de barco furtivo, pertencente a indivíduo de apelido *Prado*, que trazia preciosa carregação de oiro, obtido por troca de armas, que lhe foi tomado pela caravela portuguesa que aí encontrara em negócio de cavalos. Terminado o negócio, ele e António da Noli regressaram juntos, tendo descoberto novas ilhas no mar. Correram ambos para uma delas, em que se descortinava bom porto e, como a caravela de Diogo Gomes era mais veleira, conseguiu chegar antes, mas com tão diminuta diferença que teve de avisar o italiano de que pretendia ser o primeiro a pôr pé em terra. «Chamámos Santiago à ilha e, até agora, assim se chama».

---

(1) Na lista dos cardeais portugueses, o P.e José de Castro apenas aponta, junto desta data, o bispo de Viseu, D. Luís do Amaral, criado cardeal em 1444, por Nicolau V. O seguinte, o cardeal D. Jorge da Costa, é de 1476 (*Portugal em Roma*, 1.º vol., p. 427).

Já atrás nos ocupámos das dificuldades que envolveu este achamento e agora basta insistir na rápida observação a que Diogo Gomes pôde proceder: «Havia ali grande pescaria em terra, porém, achámos muitas aves estranhas e rios de água doce. As aves esperavam-nos, sem fugir, assim as matávamos com paus. Havia aí muitos patos. Também era grande a fartura de figos, mas não se encontram dispostos nas árvores do mesmo modo que nas nossas figueiras, porque os nossos estão perto da folha e estes, por todo o tronco, desde o pé da árvore e daí para cima, por toda a casca dos ramos. Destas figueiras há grande número. Também lá vimos farta pastagem».

Passaram, depois, pela «Canária, que se chama Palma», foram à Madeira e, ele, aos Açores. A última parte da relação de Diogo Gomes é como que o complemento ilustrativo desta viagem, uma vez que, a seguir, se demora a falar dessas ilhas. Narra a história da descoberta da ilha Lançarote, no reinado de D. João I, tal como a ouvira contar. Caravelas portuguesas que haviam ido à África combater os sarracenos (parece referir-se à conquista de Ceuta), levados pelo vento, avistaram algumas ilhas, tendo entrado na que depois se começou a chamar Lançarote e viram-na desabitada. Imaginaram, por isso, que todas a seriam e encaminharam-se para Portugal. Posta a correr a notícia, depressa chegou a Espanha, onde Misser Johan de Betingkor (Bettencourt), que, por ser leproso, se afastara de França, a ouviu também, elegendo, para sua habitação e dos seus, essa ilha que se dizia despovoada. Enlaces das filhas com um português e um espanhol, juntaram os sangues dos povos que haviam de disputar a soberania das ilhas.

Antes de se demorar na descrição das principais, enumera-as todas: despovoadas — Santa Clara, Alegranza e Graciosa; povoadas — Lançarote, Forte Ventura, Gomera, Tenerife, Ferro e Palma. Dos seus habitantes, adianta logo que os da Gram Canária e Gomera, cerca de metade, são já cristãos, enquanto os de Tenerife e Palma, denominados Canários, adoravam o Sol. A respeito dos idólatras da Gram Canária, que diz serem homens de grande estatura, informa também que não comiam carne de cabras, que aí abundam, nem figos. Alimentavam-se de aveia.

Da ilha de Tenerife conta, em especial, que é aguda como pão de açúcar e tão alta que ultrapassa a primeira região da atmosfera. No sopé estendia-se boa e fértil terra. Os canários desta ilha eram pequenos, mas terríveis no combate. Cerca de 23 000 homens tinham nada menos que três reis. A ilha de Palma encontrava-se povoada de homens e de mulhe-

res de grande estatura, muito selvagens e ferozes. Matavam os filhos e qualquer cristão que lá entrasse, quando ultrapassasse certo limite estabelecido.

Do arquipélago da Madeira começa por se referir à ilha Deserta, de que os Portugueses extraíam urzela, «erva que tinge os panos de amarelo», que iam vender a Inglaterra e Flandres, onde muito a estimavam. A respeito da ilha de Porto Santo, apenas salienta a abundância da árvore dragoeiro, que produz «linda resina de cor vermelha». Demora-se mais com a ilha da Madeira, mostrando, quase de entrada, o lugar do Funchal, «parte da ilha da Madeira», em que reside hoje o maior número de colonizadores. Abundante de água e locais formosíssimos, como Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ribeira de Akurudu (Acorridos) e Santa Cruz, Matschico (Machico) e Caniço. Se das duas primeiras se limitou a frisar que foram descobertas em vida do infante D. Henrique, com esta demora-se em pormenores da história da Madeira, que neste momento não interessa reproduzir (1).

Por fim, ocupa-se das ilhas dos Açores, que afirma serem fruto do desejo que o Infante manifestara de «conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental», no intuito de apurar «se acaso haveria ilhas ou terra firme além da descrição de Tolomeu». É claro que não se torna necessário, ao aparecer o nome de Ptolomeu, supor logo que a frase pertence a Béhaim, se bem que nestas circunstâncias de a redacção ser da sua responsabilidade pendamos mais para essa hipótese. Os nautas encontraram várias ilhas desabitadas, umas trezentas léguas a ocidente do cabo de Finisterra, e nalgumas viram muito arvoredo, «muitos açores e muitas aves». Depois, puseram-lhes os nomes actuais: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial e Pico. Ignora o nome do descobridor, mas sabe o do povoador — Gonçalo Velho. Fecha a narração com uma nota económica. Os porcos, as vacas, ovelhas e outros animais multiplicaram-se de tal forma que «todos os anos de aí trazem gado para Portugal», do mesmo modo de lá vinha grande quantidade de trigo. Como a respeito da ilha do Pico notara a curiosidade *maravilhosa* de ser, toda ela, «um monte de sete léguas de altura, de modo que, muitas vezes, os habitantes acendem luzes julgando ser de noite e ainda se vê o sol no cume do monte», assim, a propósito da ilha de S. Miguel, se não esquece de sublinhar que nela há «um grande monte cheio de fogo, que no Verão aparece como carvão em brasa e no Inverno

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, pp. 204-206.

mostra grande fumaceira», bem como terra parecida com cinza, em vasta planície, «sempre em fervura», consumindo-se num instante tudo o que nela se lance.

Estas foram, certamente, as notícias que Diogo Gomes transmitiu a Martin Béhaim: relato pejado de interesse, por revelar terras novas, feitos extraordinários, mas sem descobrir os processos, ou, melhor, sem indicar o roteiro com precisão ou fornecer elementos de coordenadas geográficas. Mesmo as que tomou com a ajuda do quadrante, não as diz, limitando-se a frisar que diferiam das registadas nas cartas de marear. Poucas terão sido as pessoas que na Europa tenham conseguido ler o relato Béhaim-Diogo Gomes. Mas, quem o viu, ficou a conhecer quanto Ptolomeu e os demais geógrafos ignoravam sobre o Universo. Não o terá manuseado Schedel, que, como veremos, se serviu claramente do globo de Béhaim? Pelo menos, afigura-se provável que tivesse caído nas mãos de Jerónimo Münzer, que seguiu os passos de Béhaim, no seu regresso a Portugal, conforme observaremos a seguir.

A carta de Münzer a D. João II (1), apesar de só se conhecer através da edição dos *Guias náuticos* portugueses, que a melhor crítica situa nos primeiros anos do século XVI, circulou, certamente, manuscrita, nas duas últimas décadas de Quatrocentos. Parecendo mais provável, como conclui o Doutor Luís de Albuquerque, que a edição dos *Guias náuticos* se deve a iniciativa particular (2), o facto de se lhes ter juntado a carta mostra que a sua difusão foi de tal forma grande que, pelo menos, um exemplar perdurou até aos primeiros anos de Quinhentos. A não ser que se admita, como já sugeriu Joaquim Bensaúde, que a edição que Otto Hartig supõe ter existido antes da do exemplar de Munique (3) apareceu ainda em vida de D. João II (4). Pouco, porém, decerto, se conseguiu até hoje apurar sobre a edição do *Regimento do Sol*, dito de Munique, e nem sequer se sabe, com certeza, se o tradutor da carta, Álvaro da Torre, mesmo pregador que fosse de D. João II, a traduziu em vida do monarca.

---

(1) Sobre a carta, ver Luís de Mendonça de Albuquerque — *Os Guias Náuticos de Munique e de Évora*, pp. 104 e segs. — Foi publicada no século XVI, já no reinado de D. Manuel, na tradução de Frei Álvaro da Torre, juntamente com o *Tractado da Spera do Mundo, tyrada do latim em lingoagem com ha carta que huum grande doutor aleman mandou ao rey de purtugall don Ioham el segundo*, Lisboa (c. 1509), e em edição «melhorada em 1518» (?) — Ver reedições, na Bibliografia.

(2) L. de Albuquerque — *Os Guias Náuticos*, p. 111.

(3) Cf. *ibd.*, p. 11.

(4) *Ibd.*, p. 13.

Verteu-a, para o rei a poder ler? Só se sabe que a traduziu do latim para vernáculo e que um impressor de Lisboa a imprimiu, por volta de 1509. Não repugna, certamente, que a carta tivesse sido divulgada pouco depois de recebida e até mesmo antes de Münzer aparecer em Portugal. A sua difusão, nessa altura, justifica-se mais com o facto da presença do ilustre visitante do que pelo conteúdo da mesma, como matéria inaudita. O conselho da viagem para a Índia, pelo ocidente, não interessava de modo nenhum, até porque, já antes, Cristóvão Colombo o tinha tentado. Quando muito, importava espalhá-la, para que todos soubessem que sugestões não haviam faltado a D. João II, para empreender essa rota. Mas é natural que a essa razão se juntasse o facto de Münzer elogiar rasgadamente as descobertas portuguesas e tecer incondicional encómio ao monarca reinante.

Bensaúde opina que o próprio rei a mandou inserir no volumezinho (1), pelo facto de «a ordem de impressão desta carta» se compaginar perfeitamente com a orientação seguida por D. João II. Se, porém, a iniciativa da impressão, como vimos, se deve a particulares, por que não, igualmente, a desta parte da edição do «volumezinho»? A alusão aos instrumentos usados pelos marinheiros portugueses — o quadrante, o cilindro (de difícil identificação), o astrolábio e «outros engenhos»; o magnífico elogio atribuído aos navegadores lusos que sabiam andar «à largura do mar»; e o encómio, desmedido, não só à capacidade organizadora de D. João II, como ao facto dos seus descobrimentos, parece que justificavam, só por si, a inserção em volume de natureza técnica.

Estes motivos eram, porém, suficientes para não se divulgar a carta em português pelos meios de difusão mais acessíveis, como a multiplicação de cópias. Por isso a incluímos neste lugar.

Quem a publicou, no próprio título deixou explicada a razão da sua atitude. Não se tratava, pròpriamente, de caminho oposto ao de D. João II, igual ao de Colombo ou desnecessário, depois de aberta a via marítima para a Índia. A carta do «doutor alemão da cidade de Nuremberga» — estes dizeres são já um chamariz para os leitores — ocupava-se do «descobrimento do mar-oceano e província do Grande Cão de Catai». Münzer não vinha revelar o que sabia do Cataio. Demais, começa por atribuir a D. João II o título de «inventor primeiro das ilhas Fortunadas, Canárias, da Madeira e dos Açores», isto é, de terras novas, que aliás sabe ter recebido do tio, o infante D. Henrique, acabando por lhe fixar o elogio próprio, na acção civilizadora que estava a exercer no continente negro. A sua

(1) Bensaúde — *Regimento do Estrolabio e do Quadrante*, p. 20.

missiva apenas vinha trazer notícias livrescas que, deste modo, se via serem conhecidas fora de Portugal. Maximiliano, tendo notícia da actividade descobridora do rei português, quis convidá-lo a «buscar a terra oriental de Catai, mui rica, porque Aristóteles confessa, em fim do livro segundo *De Coelo et Mundo*, e também Séneca no quinto dos *naturais* e Pedro de Aliaco (Pierre d'Ailly), cardeal mui letrado na sua idade, e outros muitos varões esclarecidos confessam, digo, o princípio do Oriente habitável ser assaz chegado ao fim do Ocidente habitável».

Era uma tese que se baseava em «argumentos» de razão: («são... infindos ...mui certos argumentos, pelos quais... se prova aquele mar em poucos dias navegar-se contra Catai oriental»). Da experiência, apenas havia leves indícios, uns dos quais tinham partido de Portugal: «São sinais os *elefantes*, que há muitos aqui nestes dois lugares (terras ocidentais e orientais habitáveis); e *também as canas* que a tormenta lança da praia do Oriente às praias das ilhas dos Açores». Parece que estes «sinais» lhe chegam para repelir a opinião dos que combatem os autores citados.

É em nome da experiência que previne o rei contra Alfragano «e outros sem experiência»... Chega mesmo a estabelecer que «nas coisas que pertencem à habitação da terra, mais se há-de crer a experiência e as prováveis histórias, do que as imaginações fantásticas». De forma que a sua carta, não trazendo ciência experimental para o problema de que aconselhava a solução, enunciava, contudo, os princípios entre nós vigentes, como norma única de conduta no mar. Procura, no entanto, convencer a sua tese, com a experiência portuguesa, de forma que o argumento se podia virar contra as autoridades em que acreditava. Muito autorizados astrólogos negaram a possibilidade de os trópicos e equinócios serem habitados e «tu achaste serem vãs e falsas, por tua experiência». Não suspeitou Münzer que o monarca possuía outras experiências, que lhe abriam, com mais certeza, um caminho seguro para o Oriente. Para Ocidente, poder-se-ia encontrar uma ou outra ilha de apoio, como eram os Açores, e, desde a viagem de Colombo, as Antilhas. As águas podiam não cobrir três quartas partes da terra, mas certamente era imenso o lençol do mar, para a frente dos Açores. Podia o erudito alemão garantir que «a terra não está alagada sob o mar». Os «marinheiros mui sábios» e «outros muitos marinheiros sabedores que navegaram à largura do mar», que Münzer sabia constituírem ambiciosa equipa do rei, tinham feito a experiência nos dois sentidos: para ocidente, encontravam mar e algumas terras que pareciam ilhas; para o sul, contornavam um continente que os levaria ao ponto almejado.

O mais é retórica. «Quanta glória alcançarás, se fizeres o Oriente habitável, conhecido do teu Ocidente!». «Ilhas do Oriente tributárias», «reis maravilhados se subjugarão... ao teu senhorio!» «Já te louvam por grande príncipe os alemães e itálicos e os rutanos, apolónios, citos, e... o grande duque da Moscóvia»! «Alevantar-te-ão em louvores, como Deus ou outro Hércules»!

A inanidade dos seus argumentos ressalta do próprio fecho da carta: «Que aproveita esporear a quem corre? E tu mesmo és tal que todas as coisas, com tua indústria, até à unha examinas; e, portanto, escrever muitas coisas desta coisa é impedir, a quem corre, que não chegue ao cabo».

Jerónimo Münzer (ou Monetarius) terá tido conhecimento dos descobrimentos portugueses por intermédio de Béhaim ou de Valentim Fernandes ou, directamente, pela Crónica de Schedel. Pelo menos parece certo que Béhaim se fez portador da carta em que se aconselhava a descoberta do Oriente pelo mar ocidental, visto ter conhecimento de canas que das costas orientais haviam ido parar aos Açores. Era o sonho de muita gente que lia Aristóteles, Plínio e Pedro Aliaco, que, na verdade, não interessava ao monarca português, que já rejeitara a oferta de Colombo. Outros informadores podem ter chegado à Alemanha, mesmo portugueses, como é o caso de Diogo Fernandes Correia, que, em 23 de Junho de 1494, dezasseis dias depois do Tratado de Tordesilhas, assinava em Colónia, como procurador de D. João II, os capítulos de pazes com o imperador Maximiliano e Filipe, seu filho. Meses depois partia da Alemanha o Dr. Jerónimo Münzer, na companhia de três mercadores alemães, um deles, Antonie Herwart, de Augsburgo, para uma verdadeira embaixada alemã a Portugal e à Espanha. Em Novembro desse ano encontrou-se em Évora com D. João II e em Janeiro de 1485 já cavalgava por terras de Espanha, a caminho de Madrid. O relato que dessa viagem deixou, que ficou manuscrito na Alemanha (1), apenas nos pode interessar na medida em que nos proporciona um como que mostruário de produtos africanos, que teve ensejo de apreciar. À porta da igreja de S. Brás, em Évora, viu grande parte de uma linda pele de uma cobra trazida da Guiné, com mais de 30 palmos de comprido e da grossura de um homem, «matizada de várias e lindas cores, imitando estrelas e manchas douradas»; um camelo novo, no pátio do palácio real de Évora, trazido de África, «onde eles abundam»; comércio

(1) Texto latino e tradução da parte referente a Portugal, em Basílio de Vasconcelos — «*Itinerário*» *do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, Coimbra, 1932, e em António Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, 2.ª série, I, pp. 214-253.

que D. João II fazia com a costa da Guiné, enviando panos de lã de várias cores, tela, cavalos, mercadorias de Nuremberga, caldeiras de cobre, bacias de latão, panos vermelhos e amarelos, capas da Inglaterra e da Irlanda, etc., recebendo, em troca, ouro, escravos, pimenta, malagueta, dentes de elefante, etc.

Em Lisboa admirou «um grande crocodilo» pendurado no coro do convento dos frades menores e, em mais de um local, «uma grande árvore chamada dragão, da qual corre sangue-de-drago, que é uma seiva avermelhada». Descreve-a com pormenor, porque pessoas fidedignas o informaram que, além dessa tinta, «na Guiné e noutras ilhas, sustentam-se as bestas de carga com as folhas dessas árvores, que são tão grandes lá, que os etíopes fazem de cada internódio uma canoa para três ou quatro homens e, dum tronco cavado, uma para 50 ou 60». Antes explicara que os ramos «têm internódios como a raiz do ácoro», saindo do último internódio um grande tufo de folhas carnudas e bastas, parecidas com as do ácoro ou da espadana, e um cacho grande e compacto como o das tâmaras, o qual tem muitas bagas do tamanho de avelãs.

Em Santa Maria da Luz pôde ver o bico de um pelicano, «que abunda na Guiné». É parecido com o bico do onocrótalo, embora menos largo. E acrescenta que «essa ave tem um grande saco à altura do estômago». É mais pequena que o cisne e maior do que o pato. As penas são cinzentas.

Neste museu disperso de produtos exóticos, que era Lisboa, conseguiu ainda observar duas canas que o mar havia trazido do Oriente para as ilhas da Madeira e Faial. Uma delas media 16 passos de comprimento e tinha a grossura de um pulso de homem, «sendo os internódios do comprimento duma braça». Noutro sítio viu pequenas lanças de cana, de pontas muito aguçadas, que os etíopes denominam azagaias; de cana, também, arcos, bestas e pontas, com pequenos ferros muito agudos. Algures, mostraram-lhe um crocodilo pequeno e serras ou bicos de peixes muito grandes (peixe-serra), com que estes peixes cortam os tabuões dos navios. No castelo, admirou «dois fortíssimos leões, os mais bonitos que tenho visto». Mas o que mais lhe satisfez a curiosidade deve ter sido a «enorme e bem feita carta cosmográfica dourada», de 14 palmos de diâmetro, que se guardava no castelo real e que devia ser o mapa-múndi ou o padrão onde se costumavam inscrever os novos descobrimentos. Mostraram-lhe, porque, em Évora, el-rei, a cuja mesa se sentara quatro vezes, tinha dado ordem para lhe patentearem tudo. Observou-a. Não consta, porém, que levasse qualquer cópia.

Noutro dia encaminharam-no à casa da Mina, «que é uma casa grande no porto de mar, na qual estão, em enorme abundância, mercadorias do rei, que ele manda para a Etiópia. Num outro compartimento guardavam-se os produtos trazidos de África — grãos do paraíso (malagueta), ramos e cachos de pimenta, ouro e dentes de elefantes. Obsequiaram-no com cachos de pimenta. Teve ainda entrada em oficinas («uma enorme ferraria com muitos fornos»), onde se fabricavam âncoras, colubrinas e tudo o mais que respeita ao mar.

A pouca distância visitou, enfim, quatro armazéns, recheados de colubrinas, «muito grandes e lindíssimas»; armas de arremesso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcas e lanças, chumbo, cobre, salitre, enxofre.

Ele, que já notara que Lisboa era maior e muito mais populosa que Nuremberga, adverte agora que, «em comparação disto» — o que viu nos depósitos — «nada é o material de Nuremberga».

Na casa em que se hospedara — residência de Job Huerter, comerciante de Bruges, capitão do Faial e Pico e, como já vimos, sogro de Béhaim — ofereceram-lhe bolsas de almíscar de gazela, como prenda esquisita que ele muito apreciou. Dentro do *Itinerário* por terras de Portugal, alude também a Ceuta, Arzila, Tânger e Alcácer Seguer, não porque lá tenha estado, mas para ter ensejo de marcar a presença de vários bombardeiros alemães, ao serviço de Portugal.

Muito mais valiosa do que a descrição de cousas e animais provenientes das regiões africanas, é, decerto, a prosa em que narra o descobrimento da África marítima e ocidental, a Guiné, pelo infante D. Henrique. Concordam em geral os críticos que Münzer teve conhecimento da Relação que Diogo Gomes ditara a Martin Béhaim, possìvelmente pouco antes deste encontro em Lisboa com a família de Huerter-Béhaim. Não se trata, porém, de simples resumo (1).

O *De Inventione Africae* de Münzer divide-se em duas partes bem distintas: aquela em que narra os descobrimentos efectuados em vida do infante D. Henrique e uma segunda em que se ocupa do clima e mar, flora e fauna, produções e comércio, guerras e religião da Guiné, e, por fim, das ilhas de S. Tomé, Madeira e Açores.

A primeira parte deriva claramente de Diogo Gomes, ou de manuscrito de que um e outro se houvessem servido, embora redigido com cunho

(1) Magalhães Godinho — *Fontes Quatrocentistas*, p. 59; Léon Bourdon — *Chronique de Guinée*, p. 75, n.º 3.

pessoal do alemão, que lhe intercala factos que teve ensejo de observar, como uma negra muito bonita, em casa do sogro de Martin Béhaim e o duque de Beja, D. Manuel, nos paços de Évora.

A segunda parte, conforme aponta o próprio autor, escreveu-a com dados fornecidos por várias pessoas: Cataldo Sículo comunicou-lhe em Évora, na presença do rei, «tudo isto e muitas outras coisas», confessa ele, depois de falar da «Etiópia» (1). Fàcilmente, porém, se adverte que o princípio da descrição lhe pode ter sido narrado mesmo na ribeira das Naus, onde, a propósito, lhe documentaram as informações com alguns navios roídos pelos vermes, que atacavam a madeira no mar do sul.

Por toda Lisboa encontrou gente de África: acobreados — os das cercanias dos trópicos de Câncer e Capricórnio; negros retintos — os das regiões equatoriais.

«Muitas cousas» foram-lhe contadas pelo «bombardeiro Conrado de Ratisbona e por outros indivíduos que passaram bastantes meses na Etiópia, em Cabo Verde e no cabo Formoso», sobre a ilha da Madeira, soube «muitas cousas» pela «mãe ou sogra do Sr. Martinho»; sobre os Açores, colheu informações de Job de Huerter (2). O que sabe a respeito da ilha de S. Tomé, ouviu-o do próprio monarca, no jardim orlado de laranjeiras, ao pé do castelo de Évora.

O roteiro para a Guiné, que inicia o segundo troço da descrição de África, aparece delineado em frases soltas, colhidas certamente de uma carta náutica: «Em pouco tempo» passa-se além do trópico de Câncer, «encontrando sempre, daí em diante, mar tranquilo e pouco vento». Doze dias bastam para atingir Cabo Verde, «que fica a 500 milhas de Lisboa e a 16° de latitude norte» (3). Daí por diante, o mar corre contínua e suavemente para o sul, isto é, notam-se correntes marítimas, que tornam a viagem de ida dez vezes mais fácil do que a volta («por isso é que eles avançam mais num dia quando navegam para o sul do que em dez dias, quando voltam»). Confessa desconhecer a razão e nem refere os vocábulos «correntes marítimas», decerto por não constarem da carta náutica. O mesmo fenómeno obriga os nautas a ancorarem de noite, nas viagens de retorno, quando não houvesse vento, «pois, de outra forma, o navio recua 15 a 20 milhas, durante a noite». A informação denuncia-a ele claramente:

---

(1) *Itinerário*, edição citada, p. 57.

(2) *Ibd.*, pp. 62-63 e 65.

(3) Acima, na parte que se aproxima da Relação de Béhaim, Diogo Gomes, posto que dela se não servisse, neste caso, escreveu que Cabo Verde ficava a 9° e a 500 léguas. (*Itinerário*, pp. 46 e 48).

«como os portugueses muitas vezes verificaram». Só não esclarece onde consignavam essa experiência.

Nas regiões situadas na linha equinocial ou além dela, quando regressavam, os portugueses, de dia, navegavam com pouco vento e, de noite, sem nenhum. Serviam-se, pois, de remos, ou paravam, fixando o navio por meio de âncoras, evitando assim que as correntes de direcção ao sul fizessem recuar o barco «dez a doze léguas pelo menos» em cada noite. Sempre que o Sol, nessas paragens, «estava nos signos setentrionais», tinham de contar com muitas e formidáveis trovoadas, chegando o trovão, que era acompanhado de uma espécie de vapor malsão, como o do enxofre, a durar meia hora. A chuva, nessa ocasião, além de fétida, caía quente, de forma que chegava quase a queimar, estragando as roupas, fossem de linho ou lã, se não se apressassem a lavá-las.

Aqui terminam as informações do roteiro de África, que conseguiu recolher, e começam as notícias obtidas em conversa, primeiro, de carácter económico, e, depois, geográfico e etnográfico. Salienta o monopólio real, insistindo mais nos produtos de importação do que nos de exportação. Sobre aqueles, na passagem por Lisboa observara já, no armazém da Mina, «muitos panos matizados de várias cores que ele (o rei) manda vir de Túnis e também tapetes, tela, caldeiras de cobre, bacias de metal, contas de vidro cor de limão e muitas outras cousas» (1). Agora aponta como produtos do monopólio de «exportação» — na realidade, para nós, de importação — «cavalos, tapetes, tela, panos da Irlanda e da Inglaterra, armas brancas, estanho para as moedas dos negros, vasos de cobre ou de estanho, certas conchas de ostras das Canárias que os etíopes trazem ao pescoço, como amuleto contra o raio, contas de Nuremberga, amarelas e verdes, e manilhas de latão» (2). Os produtos para exportação, na casa da Mina, reduziam-se a grãos-do-paraíso, pimenta, dentes de elefante e ouro, prometendo aí tratar com maior desenvolvimento deste ponto, no fim do livro, no capítulo *De insulis meridionalibus et Ethiopiae* — título que não aparece no decurso do volume, se bem que fale das ilhas meridionais e da Etiópia. Neste passo em que se ocupa do monopólio real, inclui os produtos que o constituem: ouro, escravos, pimenta, malagueta e dentes de elefantes — precisamente os que observara com seus olhos em Lisboa.

No mais, havia liberdade de comércio: «Os outros navegantes levam para a Etiópia trigo, roupas usadas, uvas, passas, nozes, maçãs e muitas

(1) *Itinerário*, p. 25.
(2) *Ibd.*, p. 52.

outras cousas; e trazem de lá almíscar; gatos de algália, mirra e outras cousas para fumigações, papagaios verdes que são originários das regiões situadas além do equador, e ainda lobos-marinhos, macacos, tecidos de fibras de palmeira, cestos, algodão, coloquíntida e muitas outras cousas».

E até o monopólio já não era completo, porque o rei concedera privilégio a um rico florentino, Bartolomeu Marchionni, de também negociar com os produtos proibidos, excepto o ouro, recebendo naturalmente um bom lucro, que passava, todos os anos, de 40 000 ducados.

Solers item rex (*hábil, inteligente, esperto como é,* e não o *espertalhão do rei,* como traduziu Basílio de Vasconcelos), D. João II procurou saber no Cairo como se obtinha a pimenta rugosa oriental, visto ser muito diferente da que lhe traziam de África, e mandou fabricar tapetes em Portugal, pelo processo utilizado em Túnis e Fez. Fomentava a amizade com os reis negros, enviando-lhes presentes e recebendo, na sua corte, «muitos filhos dos Senhores da Etiópia, que são educados nos nossos costumes e na nossa religião». Em consequência desta política de boas relações entre soberanos, «os portugueses já podem percorrer, com toda a segurança, muitas regiões da Etiópia continental e informar-se de tudo».

Causa, porém, estranheza que, tendo Münzer contemplado, no castelo, um mapa português do Mundo, apele para a carta de Ptolomeu para documentar a largura e o comprimento da África, caindo assim no erro grosseiro de afirmar que «nas regiões equatoriais e suas vizinhanças os graus relativos à sua largura e ao seu comprimento equivalem-se, *como os astrónomos sabem*». Ptolomeu e a sabedoria dos astrónomos são resquícios da velha ciência, que se não compaginava bem com a ciência da observação que presenciou e ele próprio reconhece nos Portugueses.

Sobre os naturais e a terra da Guiné, recolheu impressões gerais, que se traduzem no uso de setas ervadas, que usam nas guerras, muito frequentes entre as várias tribos, resultando delas grande quantidade de prisioneiros, que vendiam por pouco preço; na diversidade de religiões — maometanos, judeus e idólatras, notando-se já também cristãos; e, finalmente, na breve descrição de animais, vegetais e minerais (leões, camelos, avestruzes, elefantes, cabras, vacas, búfalos, lobos-marinhos, gatos-de-algália, papagaios e pelicanos; tâmaras, malaguetas, arroz, pimenta, figos, coloquíntida, algodão, canafístula, dragoeiros e muitas outras árvores altíssimas, e «uma cousa que se assemelha ao cravo-da-índia», mas que não é tão boa como ele; ouro, que trazem da Etiópia oriental, muito puro, muito bem limpo de ganga, transportando, por vezes, o próprio minério, «que é uma terra arruivada, com uma enorme percentagem de ouro».

No «mar etiópico» encontra-se assombrosa variedade de peixes e de animais, entre outros, «um monstro marinho», que Conrado de Ratisbona e outros viram pastar perto da água, parecido com um cavalo, excepto na cor, que se assemelhava à dos jumentos, e nos dentes, que eram como os dos javalis. Cavalos-marinhos, lhes chama por fim, distribuindo-lhes o *habitat* «por toda a parte» dessas regiões tropicais.

Sobre as ilhas atlânticas, pouco diz. Além das Canárias, que Basílio de Vasconcelos omitiu (1), Münzer pouco informa a respeito da Madeira e dos Açores, demorando-se um pouco mais com São Tomé. «A ilha da Madeira está situada na linha do cabo de S. Vicente, para lá da Espanha meridional». Recebeu esse nome por ter sido encontrada «cheia de madeira». A sua população, nesse tempo muito progressiva, cultivava grandes explorações de açúcar, que saía «para todo o mundo», depois de pagarem um quarto ao rei. O imposto era suportado com desagrado, queixando-se os produtores de ganharem pouco. Sobre isso, soube ele pela sogra de Martin Béhaim, «muitas cousas» que não revela.

Dos Açores, além de explicar o nome pela abundância de falcões «a que os portugueses chamam açores», refere os nomes das ilhas, calando as das Flores e do Corvo, talvez por ainda não serem povoadas. Pouco sabe de cada uma, parecendo informado apenas sobre Faial e Pico, de que era capitão, como já se disse, Job Huerter. Faial recebeu essa designação por ter muita madeira de faia. Esta e a do Pico albergavam 1 500 pessoas dos dois sexos. O Faial tem o perímetro de 16 milhas. Produz gado, sobretudo porcos, e trigo, ganhando bem com a extracção do mínio, com que tingiam panos. Julgamos aludir apenas a essas duas ilhas, quando a seguir dá notícia do êxito de algumas transplantações de Portugal (laranjeiras, limoeiros, etc.) e fracasso de outras (oliveiras e videiras).

Particularmente, menciona ainda a ilha de S. Miguel («mais pequena e mais povoada»), para depois abranger a todas na última referência que lhes faz: «Todas as ilhas têm muitos animais, entre os quais os porcos. Produzem limões, laranjas, figos e outras cousas». Situa todo o grupo «na mesma latitude de Lisboa», registando que quem navega para lá no Verão, apanha vento oeste. «A ilha da Madeira — informa Münzer, por associação de ideias — está situada a sudoeste de Lisboa». Em cadeia, traça, alfim, as distâncias dos vários grupos: «As Canárias ficam a 80 léguas da

(1) Münzer anuncia que «no capítulo em que me ocupo da Espanha, eu falo das outras ilhas meridionais, como as Canárias» (p. 66). Contudo, já delas havia tratado no resumo de Béhaim-Gomes (p. 36).

Barbaria; a Madeira, a 80 léguas das Canárias, e os Açores, a 200 léguas da Madeira».

O informador da ilha de S. Tomé, o próprio monarca, parece que foi mais pródigo em casos concretos, de interesse geral. «Esta ilha está situada sob o equador» e «mede 60 milhas de circunferência». No centro ergue-se uma montanha, «donde correm cinco rios, sem falar de outros rios de água doce, que regam toda essa região». O rei povoou-a com degredados cristãos, tendo para lá enviado, «há pouco tempo», sacerdotes negros que, de pequeninos, tinha mandado educar em Lisboa, autorizando igualmente a residência de dois impressores alemães, um de Norlingen e outro de Argentina. Não se sabe hoje as intenções com que partiram e desconhece-se inteiramente o fim que lhes coube.

Nela florescem árvores de grande porte, tão altas que um fundibulário dificilmente atinge o cume com uma pedra; tão largas que se podia escavar o tronco e obter um barco de uma lança de largura. Um toro inteiro não cabia nesse navio e, por isso, haviam trazido a Lisboa sòmente metade, que media 16 palmos de largura.

«Disse o rei também que as cidras dessa terra são tão grandes que é difícil a um homem transportar quatro e que as laranjas são do tamanho da cabeça dele e duram todo o ano». «Disse-me também que havia lá uma raiz de uma planta, da grossura de um homem e que dos ramos e das raízes dessa planta extraem os negros, por meio de incisões, um suco doce, que bebem deliciados».

Tudo se dava em S. Tomé, de forma admirável. O jardim de Évora em que estavam, poderia levar quatro anos a formar-se: em S. Tomé bastariam oito meses. Contou-lhe também que mandou lá fazer plantações de cana-de-açúcar e que as canas cresciam três vezes mais que na ilha da Madeira, produzindo excelente açúcar. Igualmente determinara que se semeasse trigo e plantassem videiras. Aí falharam as experiências. «Até agora, porém, o trigo que se tem semeado cresce muito, mas não dá fruto».

Pode dizer-se que Jerónimo Münzer conseguira redigir uma crónica amena, ao mesmo tempo que bastante informativa. Não desce a muitos pormenores, que hoje gostaríamos de encontrar, mas o seu propósito contentava-se com fornecer uma perspectiva geral da acção descobridora e colonizadora dos Portugueses, a um meio que pouco devia saber a este respeito. Pode muito bem acontecer que fosse ele o portador de uma cópia da relação que Béhaim escrevera em conversa com Diogo Gomes, bastando-lhe, por isso, traçar o seu próprio itinerário às terras do ocidente europeu, narrar um pouco do que vira de exótico, do que lhe contaram e do

que lera. Deste modo, a Europa alargaria o horizonte dos seus conhecimentos, podendo apreciar as narrações dos próprios navegadores, se pretendesse notícias mais pormenorizadas e mais técnicas. A obra de Münzer, no que concerne ao novo mundo africano, é, sem dúvida, uma crónica ricamente informativa, para o meio cultural e mercantil a que se destinava.

A parte que denominamos Béhaim-Gomes, por nos parecer que se serviu desse escrito, oferece, naturalmente, o interesse de divulgar os descobrimentos henriquinos, enquadrados nos respectivos anos, nem sempre exactos, e no ambiente geográfico próprio. Aparece em apontamento a conquista de Ceuta e a descoberta das Canárias e um pequeno rol de nautas henriquinos: Gonçalo Velho, que ultrapassou o cabo Não e atingiu a Terra Alta — região arenosa e deserta como a Arábia, com mar abundante de peixe; Gonçalves Baldaia, que, com os dois cavaleiros nobres que levava, tinha missão de avançar ainda mais, e chegaram ao rio do Ouro, onde encontraram negros com que pelejaram, em plena zona tórrida, que os cosmógrafos sustentavam ser inabitável; Garcia Homem, com a obrigação de passar o rio do Ouro; Nuno Tristão e Antão Gonçalves, que alcançaram o Senegal, conseguindo trazer os primeiros negros, a que el-rei mandou ensinar a língua portuguesa. Esta armada estabelecera a tão almejada ligação por mar com os povos que, de Tombuctu, levavam ouro para Túnis (Cartago), através do deserto. Diferente da outra que habitava o norte, Béhaim, ou Digo Gomes, teve o cuidado de a descrever. Não comiam pão, alimentando-se geralmente de peixe seco ao sol, e também de leite e de carne de camelo e outros animais; moravam em tendas, «em vez de casas», levando vida de selvagem, como os Árabes. Queria certamente dizer, vida de nómada. Na terra abundavam os avestruzes e gatos-de-algália.

Depois deste êxito extraordinário, seguiram novas expedições, uma comandada por Gonçalo de Sintra e Dinis Dias, que avançaram até ao cabo Branco, chegando depois a Arguim; outra, por Gil Eanes, Lançarote, Nuno Tristão, Gonçalo de Sintra e outros, que passaram Arguim e descobriram as ilhas de Teslay, Tidor e Onar (a primeira, deve ser a das Garças); uma terceira, por Gonçalo de Sintra e outros mais, que atingiram o rio de S. João e o cabo Tofia. Recolhendo pouco proveito destas expedições, o infante D. Henrique resolveu mudar de táctica e determinou acabar com as pilhagens, e vencer «pela paz e por meio de presentes e mercadorias».

Sucederam-se as expedições e os Portugueses nem sempre conseguiam que os negros falassem. Até que chegaram ao rio Grande, «nas margens do qual, a uma distância de 120 léguas, está situada Cantor, centro muito

populoso». A terra chama-se Galoff (Jalofos). Os Portugueses assentaram paz com os nativos, que andavam nus e possuíam cabras, vacas e búfalos. Para além do rei dos Jalofos existia um outro, o rei de Budomel, com quem igualmente entabularam relações comerciais.

Navegando para diante, os Portugueses descobriram ainda o cabo Verde, em frente do qual, a umas 80 léguas para ocidente, viram «as ilhas afortunadas de S. Tiago e Maio». A seguir ao cabo Verde, a costa apresentava-se coberta de palmeiras; os dias eram iguais às noites e os nativos muito negros. Mais além, aparecia uma região estéril e, depois, voltava a ser povoada. Nesta, mandava o rei Biseguichi, que matou muitos cristãos com setas envenenadas.

Assim chegaram os Portugueses ao rio de S. Domingos, em que adquiriram malagueta, algodão e dentes de elefantes. «Encontraram, porém, de novo, correntes marítimas e tempestades e, em seguida, mar tranquilo e uma região coberta de árvores muito grandes», povoada de elefantes e crocodilos.

Das navegações após a morte do infante D. Henrique, erradamente apontada a 13 de Novembro de 1464, refere, em termos genéricos, que passaram «por muitos lugares habitados», até que chegaram à Mina do Ouro que dista 700 léguas de Cabo Verde», não informando mais, a seu respeito, que dois factos: construção de um castelo no promontório do mesmo nome e termo da viagem dos negros que, do interior, aí vinham trocar as suas mercadorias.

«Continuando a navegar, os Portugueses chegaram ao cabo Formoso, cheio de águas, onde encontraram pimenta». Acabara a fonte escrita e pouco pôde acrescentar. Apenas sabia que os Portugueses «continuam sempre e a costa inclina-se já para Oriente e eles esperam chegar à Taprobana, onde abundam as especiarias». Pequeno eco da primeira viagem de Diogo Cão, de que Martin Béhaim já levara notícia para a Alemanha.

Uma vez só, alude a Diogo Gomes, e parece que erra, atribuindo-lhe uma viagem depois da morte do infante D. Henrique, a qual terá realizado antes (1). Mas nessa ocasião precede-lhe o nome da indicação de «o já citado Diogo Gomes» (2). Convém lembrar que o texto utilizado não passa de excertos e, por isso, faltará, porventura, algum pormenor. Mas o que aí fica é por demais suficiente para se fazer ideia do que Münzer observou em Portugal e pôde difundir na Alemanha e regiões limítrofes. A notícia

(1) Magalhães Godinho — o. *c.*, p. 60.
(2) *Itinerário*, p. 48.

tomava, pois, novo incremento. À parte as obras técnicas, como os regimentos ou roteiros marítimos, todas as demais unânimemente frisavam, com louvor, a acção civilizadora dos Portugueses, focada sob o prisma cristão, quer enfrentando o islamita inimigo da Fé, quer quebrando a rusticidade e ferocidade dos negros, das Canárias como do continente africano.

Era, pois, natural que também Sebastian Brant, autor de *Stultifera Navis Narragonice perfectionis nunquam satis laudata Navis*, Basileia, 1497 (1), dado o carácter da obra, se não esquecesse de aludir aos Portugueses. Trata-se de um livro intencionalmente de crítica de vícios, em verso latino, com ilustração de cada uma, por meio de um desenho cómico, que podiam ter inspirado Gil Vicente. O poeta passa em revista a *latina navis seu barca socialis* e a *navis socialis mechanicorum* e procede à inquirição geográfica das regiões, com referência favorável a Estrabão, e a nota de erro para Plínio e Ptolomeu. Apesar de tecer grande elogio a Maximiliano, desconhece o que este e alguns dos seus colaboradores sabiam dos feitos portugueses. Apenas tem notícia das terras antes ignoradas, que Fernando — rei das Espanhas — expôs aos olhos de todos, com as suas inúmeras gentes — as Hespérides ocidentais. Sobretudo é imperdoável a ignorância da acção marítima dos Portugueses quando trata *De fidei catholicae et imperii inclinatione*, em que se ocupa dos Maometanos, da Arábia, Ásia, África, dos Turcos, do Bósforo, da Trácia, Líbia, Ásia Menor, Tessália, Constantinopla, etc.; ou quando increpa os próceres do Lácio, a Germânia forte, os duros gauleses, o feroz panónio e o *paper sacer* (Santo Padre), instigando-os a defenderem o nome cristão, com armas vencedoras. Certamente, os Portugueses já na Europa eram notados, pelo êxito de suas armas contra os inimigos da Fé e pelas correcções da cosmografia de Ptolomeu e Sacrobosco, Plínio ou Estrabão, em que andavam empenhados. Mas Sebastian Brant vivia no mundo livresco, que lhe inspirava a poesia, e não deu por isso.

Na Itália, as coisas passavam-se de modo diverso. A curiosidade pelos novos mundos era maior, não só por afinidades de espírito latino, mas talvez, sobretudo, por dois factores muito salientes. Os Italianos possuíam alma de negociantes, que os levava a deslocarem-se permanentemente no mar. A caminho da Flandres ou da Inglaterra, passavam, como já vimos, pelo Algarve ou por Lisboa, e foi-lhes fácil recolher o movimento marítimo que aí se desenvolvia. E até quando renovavam a crença em textos geográ-

(1) B. N. Pa., Rés. Jh 51. — Reeditado em 1498, em Copinger e Lugduni, em 1507, 1515 e 1572, em Paris.

ficos antigos, sobre o Oriente, nas vésperas de os Portugueses aí chegarem, sem dúvida intentavam contribuir para avivar o termo esplendoroso das viagens pelo cabo da Boa Esperança. Nesta perspectiva colocamos as duas *Canções da Índia,* do poeta florentino Giuliano Dati, que atrás já vimos traduzir em verso a carta de Colombo (1).

Da primeira canção apenas se conhece hoje um exemplar de cada uma das primeiras quatro edições que alcançou (2); e, da segunda, três exemplares da única edição conhecida. Nenhuma delas revela o local e o ano da impressão. Mas, como a segunda, que faz referência à primeira, está datada de Roma, terceiro ano do pontificado de Alexandre VI, conclui-se que apareceu entre 11 de Agosto de 1494 e 10 de Agosto de 1495, e a primeira, decerto entre esta última data, como marco *ad quem,* e o dia da edição da sua carta de Colombo, em verso — 15 de Junho de 1493, como termo *a quo.*

O significado das canções da Índia não foi, segundo Rogers, bem compreendido. A primeira, que se intitula *Tractado del maximo Prete Janni, Pontifice et Imperadore del'India e della Ethiopia,* como, aliás, a segunda — *El secondo cantare dell'India* — apenas nos podem interessar enquanto evocam figuras ou mitos, cidades ou regiões de continentes longínquos e mal conhecidos, que os Portugueses estavam prestes a atingir por mar, ou de que haviam conseguido saber notícias verosímeis. Ele, poeta, ainda nesta ocasião ignorava o que entre nós se sabia já da Índia, pelo menos nas esferas oficiais:

ma perchè in India ci è longhi confini,
noi non sapian di lor tutto il tinore.

3 — Ainda nas vésperas do grande acontecimento

3.1 — *O ambiente literário, histórico e geográfico.* — Na segunda metade do século XV, como já tivemos ensejo de apreciar, em parte, a Itália começara a exercer sobre os nossos intelectuais o fascínio das suas letras e artes, que iria culminar com Sá de Miranda, nas primeiras décadas do século XVI, quando este espalha entre nós o «dolce stil nuovo», depois

(1) René Fefèvre — *Fantasie medioevali nel Rinascimento. I: Cantari dell'India, del fiorentino Giuliano Dati* (Estratto de *La Vie del Mondo*), Milano, Gennaio, 1942.

(2) Francis Rogers — *The songs of the Indies by Giuliano Dati,* in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. IV, pp. 387-440, publica os textos das duas canções, com um estudo de introdução.

de permanecer cinco anos em Milão, Veneza, Florença, Roma, Nápoles e Sicília (1).

Antes de esse e outros literatos, como Garcia de Resende (2) e Cristóvão Falcão, viajarem pelos centros do novo movimento literário, os nossos estudantes matriculavam-se nas universidades de Bolonha e Siena, enquanto outros ouviam Ângelo Policiano (1454-1498), na Universidade de Florença, como Aires Barbosa, o autor do *Anti-Moria* (3), que aí, cerca de 1491-1495, foi condiscípulo de João de Médice, o futuro Leão X, e, depois, professor de grego, latim e retórica na de Salamanca, onde conheceu Pedro Mártir de Anghiera, que preleccionou latim. Outros discípulos de Policiano se poderiam citar, como João Rodrigues de Sá, «humanista, dos primeiros em Portugal», que não só verteu para vernáculo Virgílio e Ovídio, mas também comentou Homero, Pindaro e Anacreonte (4). Com Policiano se correspondia, como vimos, o próprio rei D. João II, que na sua corte acolhia Cataldo Sículo (5), na qualidade de mestre de D. Jorge, filho natu-

---

(1) Além da bibliografia cit. no 1.º capítulo, ver: Jola M. Ruggieri Scudieri — *Primi contatti letterari fra Italia e Portogallo fino a Sá de Miranda*, in *Relazione storiche fra l'Italia e il Portogallo*, Roma, 1940, pp. 91-112; Joaquim de Carvalho — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, vol. 2, pp. 7 e segs.; H. Cidade — *Lições de cultura e literatura portuguesa*, 1.º vol., p. 113; L. de Matos — *A corte literária dos Duques de Bragança*, cit.; id. — *L'Humanisme Portugais et ses Rélations avec l'Europe*, in *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, t. 26, pp. 45 e segs.; J. V. Pina Martins — *Pico della Mirandola e o Humanismo Italiano nas origens do Humanismo Português*, pp. 12 e segs.

(2) Ver, por exemplo, em J. V. Pina Martins — o. c., p. 16, — a influência da poesia italiana, principalmente de Dante e de Petrarca, a partir de 1516, na poesia do *Cancioneiro Geral*.

(3) Impresso em Coimbra, 1536. — Sobre Barbosa, ver Francisco Ferreira Neves — *Vida e testamento do humanista Aires Barbosa*, pp. 9-12. No *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, p. 281, publicou o Dr. Rocha Brito uma carta de Anghiera a Aires Barbosa, de 1489.

(4) J. Cortesão — *A carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 65.

(5) Sobre Cataldo, ver Sousa Viterbo — *A cultura intelectual de D. Afonso V*, cit., p. 10; Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *Notas vicentinas*, pp. 165 e segs.; Prospero Peragallo — *Cenni intorno alla Colonia Italiana in Portogallo*, p. 22; L. de Matos — *Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parisio Siculo*, in *A Cidade de Évora*, n.ºs 35-36, 1956; id. — *Les Portugais en France*, p. 149, nota; Américo da Costa Ramalho — *Algumas relações italianas de Cataldo Áquila Sículo e a Princesa Santa Joana*, in *Humanitas*, vols. XV-XVI, Coimbra, 1963-1964, pp. 367-379; id. — *Investigações sobre Cataldo Siculo*, *ibd.*, vol. XVII (1965), pp. 139-158; Costa Pimpão — *História da Literatura*, I, p. 432; Domingos Maurício G. dos Santos — *Cataldo Áquila Parisio Sículo e a Princesa Santa Joana*, in *XXVI* Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, secção VII, Porto, 1962, pp. 161-174.

ral do monarca, que veio a ser duque de Coimbra e mestre de Santiago e de Avis (1). Segundo Luís de Matos, «à l'en croire Cataldo Siculo ne se décide à accepter le poste de précepteur du bâtard de Jean II, que par désir de voir de près, les répercussions d'Outre Mer» (2).

Insensìvelmente, transpomos o século XV, porque alguns destes e outros humanistas viveram na transição deste para o de Quinhentos. Não interessa, portanto, acompanhá-los por agora. Importa mais registar o carácter geral deste movimento.

Os Portugueses andavam pela Europa culta, em busca de um complemento da vida do espírito que os descobrimentos não podiam apagar e que, irmanada com eles, contribuiria grandemente para a sua valorização, no sentido de assimilação em obras de cunho agradável, que toda a gente gostasse de ler. A vantagem desta relação entre os dois movimentos não foi, porém, descortinada nesse momento de actividade febril e, nas cortes de 1473, os representantes dos concelhos manifestaram a sua preocupação pela saída de dinheiro do País, para sustentar, em Roma, os portugueses levados pela fascinação das letras renovadas. «Que se não concedesse licença aos prelados do Reino, para passarem a Roma, a pretenderem capelos»; «que os prelados e desembargadores do Reino que estivessem em Roma, se recolhessem a ele, para não gastarem as rendas fora» (3).

Esta saída de intelectuais seria, no entanto, o melhor meio de difusão das descobertas, se os homens bons dos concelhos ou os dirigentes tivessem sentido necessidade de propagandearem os resultados obtidos. Talvez por nem sempre se perceber essa necessidade, os escritores europeus patenteiam, em geral, escasso conhecimento da nossa actividade ultramarina.

Os historiadores, por exemplo, preferiam firmar, para a posteridade, os factos políticos mais importantes, entretendo-se a recopilar os acontecimentos mais antigos de que havia memória. Em forma de efemérides, assinalavam guerras e outras catástrofes e tentavam ordenar, cronològicamente, dados de homens célebres nas artes e nas ciências. Os descobrimentos geográficos portugueses, apesar da importância da passagem do cabo Bojador e da novidade da costa africana até além do cabo da Boa Esperança,

---

(1) Carta de D. Manuel, de 30 de Janeiro, a confirmar a tença de D. João II a Cataldo (Sousa Viterbo — *A Cultura de D. Afonso V*, pp. 16-17 e 17-18).

(2) L. de Matos — *La Littérature des Découvertes*, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècle*, Paris, 1966, p. 24.

(3) Citado por Joaquim de Carvalho — o. c., p. 14; H. Cidade — *Lições de Cultura* I, ed. cit., p. 111.

passaram despercebidos a alguns deles. Num velho *Chronicon Universale ex Eusebio, S. Hieronymo, S. Prospero et Palmerio concinnatum,* impresso em Veneza, no ano de 1483, graças à diligência de Erhardus Ratdolt, Augustensis *solerti vir ingenio, maxima cura,* que daqueles autores recolheu as efemérides que alinhou em colunas de perfeito gótico (1), regista-se, entretanto, no ano de 1471, que o rei de Portugal, transpondo o estreito de Gibraltar com poderosa esquadra, expugnou as grandes cidades mouras de Tânger e Arzila. De D. Afonso V conhece também a sua pretensão ao trono de Castela, por morte de Henrique e desposório com a sobrinha D. Joana, com a consequente derrota de Toro, em 1476. E nada mais chegou ao conhecimento dos colectores das efemérides.

Noutro volume de história, diferente do anterior, cujo exemplar, sem rosto, revela, no *colofon,* que também foi preparado para a impressão por Erhardus Ratdolt Augustensis, no ano da Salvação de 1484, impresso em Veneza (2), nem rastos se lobrigam dos extraordinários feitos que até 1481, ano em que findam as efemérides, os Portugueses já haviam empreendido. Calando os factos da edição de 1483, apenas refere que, em Portugal, D. João II instituiu uma Ordem de novos soldados de Jesus Cristo contra os Sarracenos (3). É que as notícias deste jeito não corriam tão céleres como as guerras dos príncipes cristãos, que na Europa se digladiavam uns com os outros, e a Crónica trazia cunho eminentemente eclesiástico. As últimas notícias que recolhe são as de que os Judeus, em 1480, mataram uma criança em certa cidade do domínio dos Venezianos, fazendo também menção de que os Turcos cercaram Rodes; e, em 1481, breve legenda sobre Maomé, que durante trinta anos perseguiu os cristãos.

É na Crónica de Hartmann Schedel — publicada em Nuremberga, no ano de 1493, em edição latina (4) e tradução alemã — que surgem as primeiras notícias integradas em obra histórica de carácter geral, as quais, conforme demonstra Damião Peres, lhe foram fornecidas por Martin

---

(1) *Chronicon Universale ex Eusebio, S. Hieronymo, S. Prospero et Palmerio concinnatum,* «impressit Venetiis Dnce inclyto Joan. Moçenico Romanorum imperatore Phrederico III, anno Imperii sui 44. Anno Saluti 1483». (B. A. C. L. — Res. 5.5). Com acrescentamentos à mão de Fr. Valentim de Alpoim, frade da Ordem Terceira de S. Francisco, que viveu no século XVII. — Sobre Fr. Valentim, ver António Alberto de Andrade — *Vernei e a Filosofia Portuguesa,* p. 132.

(2) T. T. — Imp. Liv. 853 preto.

(3) *O. c.,* p. 60-v.

(4) *Libri Chronicarum cum figuris et imaginibus ab initio mundi,* Nuremberga, 1493. (T. T. — Imp. Liv. 4317 preto).

Béhaim, depois de ter saído de Portugal, na Primavera de 1490 (1). Trata-se do maior incunáculo do Mundo, autêntico monumento gráfico de duas mil gravuras de madeira (2), fruto de longos contactos do autor, doutor em medicina; de António Koberger, o editor; de Jorge Alten, o tradutor de latim, e dos «matemáticos, peritíssimos na arte de pintar», Miguel Wolgemut (1434-1519) e Guilherme Pleydenwurff (1450-1494), ambos naturais de Nuremberga, que então se tornara centro dos estudos geográficos da Europa (3). Como frisava o editor, a jeito de reclame, o *in-folio* continha os feitos mais notáveis, desde o início do Mundo, *até à calamidade do nosso tempo*. A mitigar a calamidade a que se refere — a queda de Constantinopla pelos Turcos (29 de Maio de 1453) — levantara-se a boa estrela dos Portugueses, que, no extremo ocidental da Europa, haviam dado início a uma era nova de descobrimento de novos mundos. Anunciava-a, pois, à Europa culta, antes dos nossos historiadores (Castanheda, Barros, Góis). Na página CCXC, a pequena palavra *Portugalia*, ilustrada com desenho fantasista de casas nada portuguesas (4), encabeçava o texto que começa pela morte do infante D. Pedro, «magni nominis princeps, qui totam ferme europam peragraverat, suas virtutis documenta demonstrans». Antes de nenhum outro português, o infante D. Pedro impusera o nome luso à Europa, abrindo a primeira lauda do período mais extraordinário da sua história. Além do louvor que lhe tece na frase transcrita, Schedel nada mais sabe a seu respeito, a não ser o facto

---

(1) Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 203. Não sabemos com que fundamento nem tão-pouco se se refere a este período — Joaquim de Vasconcelos afirma que Schedel foi conhecido em Portugal (*Albrecht Dürer*, 2.ª ed., p. 65, nota 5).

(2) Não nos demos ao trabalho de as contar, mas cremos serem menos, visto que muitas se repetem. Assim, o desenho que figura Albertinus Carrariensis (fl. 228) é o mesmo que serve de retrato de Francisco Sforza (fl. 248-v.). Baldus (263-v.) e Lourenço Valla (fl. 246) revêem-se um no outro! Francisco Petrarca é igual a Poggio florentino (fls. 227-v. e 242), etc. Na figuração das pessoas, a mesma gravura serviu, pois, para idênticas ocupações ou tendências. Citamos os exemplos de dois humanistas italianos; três guerreiros e, podíamos acrescentar, três médicos, Averróis (fl. 202), Tadeu florentino (fl. 216) e Trusiano (fl. 222-v.).

O mesmo, a respeito de cidades e países: Achaia (fl. 276) coincide com Boémia (283), a Itália (290-v) com a conquista de Constantinopla; a Macedónia (271-v.) com a Espanha (fl. 288), Portugália (fl. 290-v.) com a Trácia (fl. 271) e a França (fl. 288), etc.

(3) Paul Herrmann — *Audacia y Heroismo de los Descubrimientos Modernos. De Colón al siglo XX*, p. 23.

(4) Pode ver-se, juntamente, com a da Itália, por ex., em Damião Peres — *História dos Descobrimentos*, p. 204.

de haver combatido os Turcos, nas hostes de Sigismundo, rei da Hungria e imperador do Santo Império, em que permanecera, de 1426 a 1428.

Passando ao reinado de D. Afonso VI, não deixa, porém, de apontar a promessa, nascida do desejo de alcançar «fruto para a religião cristã», de enviar uma expedição contra os Turcos. E é depois de contada esta segunda página da história de Portugal, em que figura o Turco como antagonista, que Hartmann Schedel entra na expansão ultramarina, dirigida pelo infante D. Henrique, a quem, aliás, apenas atribui intenções de dilatar o minúsculo território continental. Assinala, no entanto, que empreendeu a empresa por conselho e com a ciência dos cosmógrafos.

Assim dá início à revelação de novas terras ignoradas e desertas, primeiro ilhas do «mar hispânico», a Madeira, antes de mais, seguida de S. Jorge, Faial, Pico. Destas últimas, nada mais diz, além do nome e fertilidade em trigo; da Madeira, sem a situar com relação a qualquer ponto que seja, apenas refere a fertilidade da terra e a existência de fontes, que lhe dão possibilidades de ser habitada, terminando com a informação de que o Infante a mandou povoar, e que o açúcar ocupa o primeiro lugar entre as suas produções. De lá provinha todo o açúcar que a Europa consumia e passava a haver muito mais do que noutros tempos.

A isto se reduz o que sabe dos descobrimentos geográficos do infante D. Henrique, concedendo a D. João II, em 1483, o início do avanço pela costa africana, a partir das Colunas de Hércules. Alude, pois, às viagens de Diogo Cão (1482-1486), cujo nome expressamente menciona, dando a impressão de que a Martin Béhaim, «alemão de Nuremberga», «muito perito em geografia e pacientíssimo nos mares», se deve toda a ciência náutica.

Associando o seu nome ao de Diogo Cão, como principais fautores dos descobrimentos (1), assinala que D. João II os mandou perscrutar o sul para além das Colunas, na direcção da Etiópia. Segundo Schedel, os dois lançaram-se ao estudo das longitudes e latitudes, para ocidente, utilizando Ptolomeu, a que juntaram a experiência e persistente navegação, e embarcaram juntos, pelas águas fora, passando o equador. Deste modo, entraram num outro orbe, em que a sombra se projectava para o sul e para a direita, estando eles voltados para oriente. Tinham encontrado novo orbe, até então desconhecido, acentua pela segunda vez, regressando a Portugal após vinte e seis meses de viagem, com carga de pimenta e outros produtos, que seguiram para o mercado de Flandres, apesar de a

(1) Neste ponto é menos exacto, porque Béhaim não acompanhou Diogo Cão.

pimenta ser inferior à que, por terra, chegava do Oriente. Termina assim o que colheu dos descobrimentos portugueses (1), sendo de admirar que nada ainda soubesse do magno feito de Bartolomeu Dias, que, cinco anos antes, terminara a viagem em que dobrou o cabo da Boa Esperança (1487-1488). É de notar, porém, que tanta importância atribua ao feito de Diogo Cão, que tão mal ficou determinado nas nossas crónicas (2). E bastem estes casos para se apreciar a curva de atenção dos historiadores.

Os geógrafos deste período não procederam melhor. Entre outros, recorde-se o caso de Dionisyus, Aphricanus ou Alexandrinus. O editor que estampou o seu *De situ orbis* em Paris, no ano de 1499, ignorando as viagens portuguesas pela costa africana, conservou apenas o texto em que o autor se perde em controvérsias académicas, a respeito da divisão do Mundo em três ou quatro partes, sem incluir já a descoberta colombina, e, muito menos, a viagem de Vasco da Gama. Na descrição da Índia, Dionísio demora-se na exaltação do Sol, que aponta como causa de negritude dos seus habitantes (3), e o editor nada esclarece, porque se não serve da experiência portuguesa. Deus e a diversidade de regiões parecem ser a causa da multiplicidade de etnias (4).

O comentador, Eustáquio, arcebispo de Tessalonica, na edição de Paris, 1556, mostra conhecer bem geógrafos e outros autores, mas também ele, na segunda metade do século XVI, ainda ignora por completo os novos descobrimentos geográficos. Ostenta farta erudição grega e latina e compraz-se em figurar a Índia por um losango, com o Ganges e o Indo em duas das faces opostas e, nas restantes, o Cáucaso e a Eritreia. O tradutor, o jurisconsulto Abel Mateus, reincide na ostentação de erudito humanista, transcrevendo trechos em grego e citando Homero, Píndaro, Túlio, Ovídio e Virgílio, Ariosto e Buden.

---

(1) Existe tradução em português de todo o trecho, pelo Doutor Justino Mendes de Almeida. *Portugal nas «Crónicas de Nuremberga»*, in *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, n.os 19-20, Coimbra, 1959, pp. 213-216. Também Damião Peres (*História dos Descobrimentos*, p. 203) publica tradução de parte do trecho, o qual A. Brásio reproduz em latim — *Monumenta Missionaria Africana*, 1.° vol., 1952, p. 31.

(2) Damião Peres — *o. c.*, p. 180.

(3) (...) quam sol, cum primum incipit emergere, atque ab oceano caput extollere, primam esse ferunt quae illius radiis incenditur et propterea nigros homines et crassosa natura procreare (...).

(4) (...) Ideoque non mirandum si homines variam inter se sunt non solum fortunam sed etiam naturam consecuti, cum videamus regiones et loca, eamque varietatem adepta: postquam una quidem lacteos homines pariat, alia sub albidos, alia fuscos, alia prorsus adustos aut similes multis floribus, quales generat Assyria.

Nunca as obras consideradas clássicas, mesmo estruturalmente geográficas, se podiam dissociar da clássica literatura, julgando-se, no entanto, com o direito de não patentearem qualquer esforço de actualização. Teremos oportunidade de observar melhor este fenómeno, que agora apenas documentamos com uma obra do fim do século, a título de exemplo, porque se não trata de um caso isolado, nem apenas a propósito de autores pouco seguidos — como era Dionísio, com relação, v. g., a Ptolomeu.

3.2 — *A ciência náutica portuguesa e a Cartografia.* — As pessoas que tinham conhecimento das terras e das gentes novas, descobertas pelos Portugueses, eram naturalmente impelidas, por associação de ideias, a indagar o meio de transporte utilizado nas viagens, se é que alguma vez se pôde contar uma coisa dissociando a outra. Sabia-se, pois, que os Portugueses haviam inaugurado uma época de navegação e que possuíam, estruturada, toda uma organização, que contava com material técnico e pessoal especializado. Ao tomarem parte na empresa, os estrangeiros apreciavam, de uma maneira especial, a orgânica exterior, porque efectivamente se lhes ocultavam, quanto possível, os processos considerados específicos na marinha portuguesa. Aceitava-se a sua colaboração, mas impunham-se condições. Nuns casos, o acompanhamento obrigatório de barco português — mesmo que algum estrangeiro tivesse piloto seu — sempre que se autorizava a saída de velas de comerciantes à costa da Guiné; noutros, o segredo incondicional e a perfeita identificação com o ideal português, quando eram chamados a intervir na resolução de problemas náuticos.

Da mesma forma que houve pedidos ou ofertas da parte de estrangeiros, que pessoalmente ingressaram na empresa marítima, também não faltaram, como observámos, vindos da mesma procedência, oferecimentos e sugestões de planos e de técnicas, porque muita gente se considerava entendida nas obras científicas da Antiguidade e lobrigava, com clareza e convicção, o mais exacto e seguro caminho que alcançaria, preste e fàcilmente, o fito almejado. Neste e no capítulo anterior encontramos os nomes de Jácome de Maiorca, Poggio, Toscanelli, Colombo, Münzer, Béhaim, etc. — uns que são convidados, outros que incitam e uns terceiros que oferecem a sua ciência.

Jácome de Maiorca, sem dúvida, veio a Portugal para aperfeiçoar a náutica e a cartografia; Toscanelli, Colombo, Münzer ofereciam um caminho curto para as Índias, apoiados em leituras — o último, naturalmente instado por Béhaim, que, além da possível sabedoria adquirida em

Regiomontano, sentia a cabeça fervilhar com ideias fomentadas pelo contacto assíduo com as navegações portuguesas. Béhaim é hoje posto em confronto com o judeu José Vizinho, médico de D. João II, pelos críticos modernos e historiadores dos descobrimentos geográficos, por ambos serem dados como instrumentos do aperfeiçoamento náutico, levado a cabo na terra portuguesa. Mas o processo está julgado a favor do segundo. Quando Alexandre Humboldt, depois de Luís Estancelin (*Recherches sur les voyages et découvertes des navigateurs normands en Afrique, dans les Indes Orientales et en Amérique*, 1832), publicou *Examen critique de l'Histoire de la Geógraphie du Nouveau Continent et des progrès de l'astronomie nautique au XVème et XVIème siècles* (Paris, 1835), que seduziu inúmeros sequazes estrangeiros e portugueses, a história dos descobrimentos marítimos encontrava-se na infância. As duas obras pretendiam provar a prioridade dos Normandos e, simultâneamente, que os progressos da ciência náutica, nos séculos XV e XVI, se deviam, sobretudo, às viagens de Colombo, que Regiomontano e Béhaim haviam tornado possíveis. Humboldt prestava ainda muita importância à viagem de Jaime Ferrer, indicada na carta catalã de 1375, colocando os Catalães em primeiro lugar no Rio do Ouro e defendendo que o cabo Bojador havia sido ultrapassado muito antes dos esforços do infante D. Henrique (1).

As fontes de que qualquer novo historiador se podia servir reduziam-se às crónicas, aos relatos publicados nas colectâneas e num ou noutro documento avulso, que por acaso caía nas mãos de algum. Humboldt teve o condão de provocar o estudo sistemático do acontecimento, que nas histórias não só andava relatado sem o devido relevo, mas também aparecia muito confuso e impreciso. Dois grandes problemas se impuseram imediatamente às penas dos escritores: a quem pertencia a prioridade de determinados descobrimentos e qual a quota-parte dos Portugueses, com respeito à costa de África e à América? Deve-se-lhes a eles tudo quanto realizaram ou, antes, fundamentalmente, ao auxílio estrangeiro, em especial à técnica alemã e italiana?

Carcomia-se, pois, de uma penada, todo o cerne do velho e altaneiro tronco da glória máxima do povo português, pondo em dúvida a origina-

---

(1) Florentino Peres Embid — *Los descubrimientos en el Atlántico hasta el tratado de Tordesillas*, pp. 105-107 e 151-156. — Sobre a posição actual do problema, ver também Raymond Mauny — *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise* (1434), Lisboa, 1960.

lidade e a ciência, que o mesmo é dizer, a capacidade de altas empresas. Deixava-se-lhe, porém, de boa mente, o espírito de aventura no mar e o guerreiro que ataca inocentes indefesos, inimigos da Fé, talando as terras, coalhando o chão de vítimas e fomentando a prática da escravatura. A acção civilizadora dos Portugueses não era apreciada com isenção, porque a catalogação dos numerosos defeitos eclipsava, com enorme vantagem, a abertura dos continentes africano e americano e de todo o Oriente, ao convívio europeu.

Restringindo-nos agora à prática naval, acentuaremos de novo a mais grave consequência: a tese que ressaltava das hipóteses de Humboldt (só possíveis devido à falta de documentos) supunha a insuficiência de meios científicos em Portugal, no momento em que os seus navegadores levantavam problemas astronómicos de que eram os primeiros a apreciar o alcance e a procurar a solução (1).

O visconde de Santarém foi o primeiro escritor português que saiu à liça, com o mesmo tipo de armas de Humboldt. A ciência, afinal, era espada de dois gumes e não parecia correcto utilizar só um. Revistando com cuidado os arquivos franceses (2) e recolhendo todos os mapas antigos de que teve conhecimento, de interesse para Portugal (3), o visconde de Santarém empreendeu uma obra de fundamentação da nossa história, documentando, com os elementos de que dispôs, a prioridade dos descobrimentos portugueses (4) e ganhando jus ao epíteto de criador da história científica da cartografia geral e seu estudo sistemático (5).

---

(1) J. Bensaúde — *Regimento do Astrolábio e do Quadrante*, p. 2.

(2) *Notícia dos manuscriptos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal e à historia e litteratura do mesmo Paiz que existem na Biblioteca Real de Paris e outras da mesma capital e nos Archivos de França*, Lisboa, 1827.

(3) *Atlas*, 1841, 1842 e 1849.

(4) *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de Africa occidental, para servir de illustração à «Chronica da conquista de Guiné» por Azurara*, Paris, 1841 (2.ª edição, Lisboa, 1958), traduzido em francês: *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique, au-de là du cap Bojador et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des portugais au XVème siècle, accompagnées d'un Atlas* (...), Paris, 1842.

(5) Além dos preciosos mas incompletos *Atlas* já referidos, e outros estudos, alguns dos quais citamos no decurso deste trabalho, interessa relevar o *Essai sur l'histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le Moyen Âge et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes du XVème siècle, pour servir d'introduction et d'explication à l'Atlas* (...), 3 vols., Paris, 1849, 1850, 1852.

Qualquer destes trabalhos, mas sobretudo os de cartografia (1), cujo vocábulo introduziu, estão na base dos estudos que se lhe seguiram — de Varnhagen, Harrisse, Kamal, Kammerer, Gallois, Ravenstein, Beazley, Walchenaer, Almagià, Crinó, e tantos mais; e, entre nós, Ernesto de Vasconcelos, Duarte Leite, A. Cortesão, Fontoura da Costa, A. Teixeira da Mota. Escusado será frisar que não falam todos em uníssono, mas nenhum deixa de reconhecer a importância da actividade marítima portuguesa.

A cartografia constituía prova bastante, quer da prioridade portuguesa nas descobertas marítimas, que abriam novo período às viagens marítimas modernas, quer à própria ciência cartográfica. Humboldt reconheceu a força dos argumentos de Santarém e confessou que lhe haviam faltado documentos básicos. Com pesar, despegou-se heròicamente dos mitos que fortificara: «Je me fais facilement arracher les Dieppois que je n'ai jamais tenu à coeur j'ai plus de douleur de me séparer de Ferrer» — comunica ele em carta ao próprio visconde de Santarém (2).

A resposta mais directa às pretensões de Humboldt e demais historiadores alemães deu-a, porém, o Dr. Joaquim Bensaúde, que deitou por terra o ídolo da influência alemã, com a publicação dos textos dos *Regimentos do Astrolábio e do Quadrante* (os guias náuticos de Munique e de Évora) (3), provando à saciedade que, na sua base, está o *Almanach perpetuum*, de Abraão Zacuto, impresso em Leiria, no ano de 1496, em tradução de José Vizinho (4). Zacuto fora professor de Astronomia nas Universidades de Salamanca, Cartagena e Saragoça e era, desde 1492, astrónomo de D. João II e, mais tarde, de D. Manuel. Por outro lado, os instrumentos náuticos não provinham da Alemanha, pois tinham evidente raiz judaico-árabe. Podia-se, pois, agora, contar com os novos elementos sobre a ciência náutica portuguesa, nada mais nada menos, do que os próprios guias de navegação quatrocentista, que denunciavam influência peninsular — sobretudo de José Vizinho e Zacuto —, ao mesmo passo que

---

(1) Sobre o visconde de Santarém (além das introduções às suas obras), ver A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 18 e segs.

(2) Texto da carta, em Fernando Campos — *O Visconde de Santarém, Mestre do Nacionalismo Português*, pp. 21-22.

(3) J. Bensaúde — *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes decouvertes*, Berna, 1912.

(4) Publicado em fac-símile, por Bensaúde, na *Histoire de la Science Nautique Portugaise*, vol. III, 1915.

não admitiam interferências de Regiomontano. Ravenstein, por seu turno, reduziu aos devidos termos, como veremos, a pretensa ciência de Béhaim.

Entretanto, haviam-se publicado os textos das obras de Gomes Eanes de Zurara (*Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Paris, 1841, com introdução e notas do visconde de Santarém); de D. João de Castro (*Roteiro de Goa ao Soez*, Paris, 1833; *Roteiro de Goa até Diu*, Porto, 1843; *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882), e de Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1892). Apareceu igualmente uma colectânea de documentação muito antiga — *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo àcerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, 1892.

Deste modo se abriu nova era para a historiografia dos Descobrimentos, deixando de se usar jamais, para se historiar a náutica nos primeiros tempos das descobertas, os textos de Barros ou Castanheda, como fonte única. Dos principais nomes da nova historiografia nos servimos agora, para redigir este parágrafo. Deste movimento saiu a enunciação de teses que importa sumariar.

A ciência náutica dos tempos modernos nasceu em Portugal, com originalidade bem marcada (1), por observação directa da Natureza (2) e aproveitamento do saber hebraico-árabe-cristão peninsular, repensado e adaptado às circunstâncias da prática da navegação (3). Partiu-se do conhecimento de três partes do Mundo (Europa, África e Ásia), mas a África, por exemplo, na concepção de Estrabão, estava reduzida a menos de um terço da sua verdadeira grandeza, com a dimensão norte-sul metade da extensão leste-oeste; a Ásia, além da Pérsia e parte da Índia, a que haviam chegado as hostes de Alexandre da Macedónia e as dos Romanos, esfumava-se em neblina imprecisa; e o oceano Índico, para Ptolomeu, não passava de extensa lagoa, que fechava toda a comunicação com o Atlân-

(1) A. Fontoura da Costa — *Ciência Náutica*, p. 539. — Segundo o mesmo autor, até ao século XVI denomina-se *Marinharia* e corresponde à adolescência náutica, desde então em plena virilidade (*A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 15).

(2) L. Pereira da Silva — *Obras completas*, 2.º vol., p. 227.

(3) Não se pretende, evidentemente, como supõem certos críticos, e, por todos, citamos T. O. Marcondes de Sousa — *Ainda a suposta escola de Sagres e a náutica portuguesa dos Descobrimentos*, in *Revista de História*, n.º 13, S. Paulo, Janeiro-Março de 1953, pp. 181 e segs., em que cita outros trabalhos seus — que a ciência náutica portuguesa começasse *ab ovo* na terra lusa, com desconhecimento do que já se usava, conforme veremos a seguir. Para Marcondes de Sousa, «nenhum método original na arte de navegar, nem nenhum instrumento náutico inventaram os portugueses na época dos descobrimentos marítimos»...

tico, interpondo-se, entre os dois, uma África desmesurada — a terra antárctica desconhecida (1).

Para a navegação pelo Atlântico norte e até ao cabo Bojador, utilizavam-se as galés italianas, a bússola e os portulanos medievais, que naturalmente foram usados no início dos Descobrimentos, porque até então prevalecia o sistema ensinado por Manuel Pessanha. Mas o contacto com os Árabes, apesar de, no Norte de África, se não sentir o progresso registado por seus barcos nos mares do Oriente, pôs-lhes nas mãos instrumentos preciosos, como o astrolábio e o quadrante (2).

Navegar como no Mediterrâneo — navegação estimada — era operação muito simples, visto se tratar de pequenas distâncias em que bastava seguir até ao rumo marcado nas cartas. Às cartas rumadas e agulhas de marear juntavam-se apenas listas das distâncias entre os diferentes portos, e ficava-se com os precisos elementos para navegar. Se nem sempre atingiam o ponto exacto, é certo que, de ordinário, ficavam perto (3).

Este mesmo método servia perfeitamente para navegar, à vista da costa africana, embora não até muito longe, por causa do regresso, e até para chegarem à Madeira e, possìvelmente, aos Açores (4). Mas, com as rotas em pleno mar atlântico, surgiu a necessidade de um meio de orientação que se foi buscar à altura do pólo ou cálculo da latitude a bordo dos navios, que, mais tarde, porventura nos últimos anos do infante D. Henrique, e já, certamente, no reinado de D. Afonso V, se obtinha também por meio da altura do Sol e, no tempo de D. Manuel, com as estrelas do Cruzeiro do Sul e algumas outras constelações. Era a nave-

---

(1) Beazley — *O Infante D. Henrique,* ed. portug. cit., pp. 22-23.

(2) L. Pereira da Silva — *o. c.,* pp. 245-246, 265-273; J. Cortesão — *Descobrimentos Portugueses,* 1.º vol., p. 54 — Sobre o conhecimento que os nossos nautas tiveram da ciência dos Hebreus e Árabes, e estado destes últimos no Oriente (ver também A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans l'Océan Indien, avant le XVIème siècle,* pp. 49-90); A. de Moura Brás — *O encontro das Marinharias oriental e ocidental na era dos Descobrimentos,* Lisboa, 1962; V. Magalhães Godinho — *Duarte Leite e a evolução dos estudos de História dos Descobrimentos,* in Duarte Leite — *História dos Descobrimentos,* 2.º vol., pp. 445-511; Luís de Albuquerque — *Introdução à História dos Descobrimentos,* pp. 258 e segs.; J. Custódio de Morais — *Determinação das coordenadas geográficas no Oceano Índico pelos pilotos portugueses e árabes no princípio do século XVI,* in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. II, Lisboa, 1961, pp. 475-521.

(3) A. Fontoura da Costa — *o. c.,* p. 541.

(4) No fim desta alínea, veremos que autores modernos supõem já se usar, nesta viagem, os processos da navegação astronómica.

gação astronómica, que a crítica mais moderna data do segundo quartel do século XV (1), mais determinadamente do período de 1455-1475, embora ainda sem determinação da latitude (2) — uma das coordenadas da posição do navio.

Para resolver este problema, começou-se, naturalmente, por procurar a solução teórica e, depois, o modo prático de a saber usar. Para isso, criou-se um sistema «genuìnamente nacional» — o regimento da altura do pólo, que se foi aperfeiçoando com o andar dos tempos. De modo que, para determinarem essa coordenada, os nautas utilizavam instrumentos de observação, nomeadamente o astrolábio e o quadrante, que lhes proporcionavam a altura do astro, e o *Regimento da Polar* (α da Ursa Menor), que lhes fornecia as regras para o cálculo. Verificou-se este progresso, «pouco depois» de 1475, podendo-se igualmente calcular a latitude no mar, em 1480-1485, por meio da altura meridiana do Sol (2).

Alcançada a observação da estrela do Norte, o Regimento de que as «rodas», de invenção portuguesa, constituem, «por si só, um Regimento exposto gràficamente para a determinação da latitude» (3), permitindo a comparação da altura tomada com o número da roda em igual posição da Ursa Menor (4), obtendo-se assim a diferença da latitude do lugar em que se estava, para a de Lisboa, que era conhecida. Diminuindo aquela diferença, da latitude de Lisboa, ficava-se com a do lugar.

---

(1) A. Barbosa — *Novos subsídios*, p. 75. — Ver ainda Luís de Albuquerque, cap. VII — *A navegação astronómica*, em A. Cortesão — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., pp. 225 e segs.

(2) A. Teixeira da Mota — *Navegações dos Portugueses no Atlântico Norte nos séculos XV e XVI*, p. 8. — António Barbosa (o. c., p. 80) prefere balizar o acontecimento entre 1482-1484, período da 1.ª viagem de Diogo Cão.

(3) L. Pereira da Silva — o. c., p. 292. Ver também Luís de Albuquerque — *Os guias náuticos de Munique e Évora*, Lisboa, 1965 (ou *O primeiro guia náutico português*, Coimbra, 1960).

(4) Ver desenho na página 292 da citada obra de L. Pereira da Silva. — «A Ursa Menor teve uma aplicação muito importante: a determinação da latitude geográfica. *Como esta é, em cada lugar, igual à altura do pólo aparente sobre o horizonte*, ter-se-ia a latitude, em qualquer ponto do hemisfério boreal, medindo, com o astrolábio ou quadrante, a altura da estrela do norte, se esta estivesse precisamente no pólo. Estando ela, porém, na segunda metade do século XV, a uma distância aproximada de 3 graus e meio (...), era preciso fazer-se uma correcção correspondente às diferenças de altura nas suas diversas posições sobre o pequeno circulo por ela descrito em torno do pólo» (L. Pereira da Silva — o. c., pp. 286-287).

Escusado seria advertir que os astrolábios e os quadrantes já antes do infante D. Henrique se empregavam em terra. Aos seus técnicos, porém, cabe a glória de terem simplificado, para uso no mar, o astrolábio plano e o quadrante *novus* (1). As notícias que nos restam sobre as oportunidades concretas em que esses instrumentos interferiram na navegação surgem, no entanto, um pouco tardias: do quadrante, em 1460 (Diogo Gomes); do astrolábio, em 1481 (Diogo de Azambuja). Do quadrante e astrolábio, em 1485 (José Vizinho e outros, na costa da Guiné) e em 1487-1488 (Bartolomeu Dias). De novo, só do astrolábio, em 1497, Vasco da Gama, na angra de Santa Helena.

Para a determinação da latitude pela altura do Sol, entrava-se em linha de conta com dois elementos: longitude solar e declinação. Esta era fornecida em tabelas que registavam a declinação do Sol em cada dia (2). A respeito daquela, como as Efemérides (1474) ou a *Tabua directionum* (1475) de Regiomontano ou o *Almanaque perpétuo* de Abraão Zacuto, edição portuguesa de 1496 (3), não expunham o modo de calcular latitudes pela altura do Sol; e a profusão de elementos astrológicos que continham, aliados às várias circunstâncias que podiam ocorrer em cada caso — posição do navio com relação ao equador, declinação positiva ou negativa, direcção da sombra, etc. — exigiam cálculos difíceis, tal como acontecia, naturalmente, com a observação da latitude pela observação do pólo, os matemáticos fizeram-nos em terra e passaram-nos ao papel, em exposição abreviada, clara e simples, que inseriram no Regimento do Sol. A edição *princeps* dos dois guias, hoje desconhecida, talvez seja de cerca de 1495, mas os exemplares que restam, pertencem a tiragens do «primeiro quartel do século XVI», possìvelmente 1509 e 1516, como veremos noutro lugar.

Apesar de não saberem calcular a longitude, que só com a descoberta do cronómetro, nos primeiros anos do século XIX, foi possível determinar com precisão (4), os mareantes portugueses de Quinhentos obtinham

---

(1) A. Fontoura da Costa — o. *c.*, p. 544; id. — *Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 18 e segs.; Luís de Albuquerque — *Instrumentos de alturas e a técnica da navegação*, in A. Cortesão — *História* cit., 2.º vol., pp. 373 e segs.

(2) Sobre as tábuas do Sol, ver L. Pereira da Silva — o. *c.*, pp. 311 e segs.

(3) Sobre o almanaque, ver, por exemplo, L. Pereira da Silva — o. *c.*, pp. 312 e segs.; A. Fontoura da Costa — *Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 85 e segs.

(4) Sobre o problema da longitude, ver A. Fontoura da Costa — o. *c.*, pp. 147 e segs.

pontos de esquadria nas cartas, pelo cruzamento, por meio do compasso, do rumo do navio, com o paralelo da latitude observada, atenuando a falta da longitude com *conhecenças, sinais* e terras, que assinalavam nos roteiros.

Os roteiros (cadernos com instruções de navegação e distâncias entre portos, descrevendo narrativamente a sua configuração, bem como as das costas) vêm da mais remota antiguidade, mas os portugueses, quanto à matéria, isto é, sobre vias marítimas diferentes, são de feitura inteiramente nova e de alguma forma diversos no conjunto de pormenores fixados. Não se conhecem, porém, roteiros do século XV, além do da primeira viagem de Vasco da Gama. Esse, porém, é muito parco dos elementos característicos, para se lhe adaptar bem a designação. Os primeiros roteiros que se conservaram, são já do século XVI, embora o denominado «Roteiro da Flandres», inserto no *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, e, sobretudo, o *livro de rotear* que Valentim Fernandes guardou, venha possìvelmente do século XV (1). Com latitudes, o mais antigo que hoje se conhece, pertence à primeira década do século XVI e deve-se a Duarte Pacheco Pereira.

Além da forma de determinar as coordenadas geográficas, o piloto tinha de saber outras aplicações da arte de marear, de que era instrumento principal a carta de marear (2), de que os *Regimentos* não se ocupavam, da mesma forma que também não ensinavam a manejar os instrumentos astronómicos — problemas que os nossos pilotos conheciam perfeitamente (3). Discute-se muito se a carta plana para uso da navegação foi inventada pelo infante D. Henrique. A. Barbosa disserta longamente sobre o assunto e conclui que «foram os pilotos do Infante que, pela primeira vez, desenharam cartas de marear, utilizando o conhecimento da altura do pólo e assentando as *terras por derrotas e alturas*, em vez de as assentarem *por rumos e distâncias*, como faziam os pilotos do Mediterrâneo. Passou-se do *ponto de estima* para o *ponto de esquadria*, e, por isso, teve de inventar-se o modo de achar esse ponto de esquadria. Em suma, «a *invenção* do Infante consistiu na passagem da *arte de marear* da

---

(1) A. Fontoura da Costa — *A Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 291 e 294 — Nas pp. 405-406 apresenta o autor o esquema do que se deve aos Portugueses na marinharia e sua evolução para a ciência náutica, abrangendo, naturalmente, os séculos XV, XVI e XVII. Ver também A. Teixeira da Mota — *Evolução dos Roteiros Portugueses durante o século XVI*, p. 6.

(2) A. Barbosa — *Novos subsídios*, pp. 71 e segs.

(3) Id., *ibd.*, p. 75.

navegação estimada para a arte de marear da navegação de altura, ou seja, do *ponto de estima* obtido *por rumo e distância,* para o *ponto de esquadria,* obtido por rumo e altura» (1).

A respeito das embarcações utilizadas na navegação, também pouco diremos. As caravelas portuguesas, segundo Lopes de Mendonça, secundado por Quirino da Fonseca, derivam do *cáravo* mourisco, barco de pesca, citado com frequência pelos cronistas das conquistas africanas do século XV (2). Caracterizavam-se por serem embarcações pequenas e velozes, com velas *latinas* (triangulares), para proporcionar a *bolina* ou operação que permitia navegar contra o vento. Distinguiam-se dos navios redondos, que usavam velas quadradas, em vergas horizontais com o mastro, mais estreitas do que aqueles e mais compridas do que pedia a largura. A adaptação para bolinarem, permitia-lhes a possibilidade de bordejarem, ora para um, ora para outro lado da linha do vento, desviando-se o menos possível dessa linha. O processo — ainda desconhecido dos Genoveses, no século XVII — e o emprego exclusivo de velas latinas nos casos do *cáravo,* em oddem a viagens de longo curso, foi, pois, invenção portuguesa, que Cadamosto, como vimos, muito apreciava. Essa era a *caravela de Portugal,* que Espanha só mais tarde veio a utilizar, umas vezes modificando-a, como na viagem de Colombo (1492), outras na sua genuína pureza (3). Também entre nós se usou a mistura da caravela latina, que tomou a designação de *caravela de armada,* por emparelhar com as naus, em longas viagens. Datam da segunda expedição de Vasco da Gama (1502), que aproveitou a vela dos navios latinos e o casco dos navios redondos da vela quadrada. Por vezes estas caravelas híbridas também usavam uma vela quadrada na popa. Intentava-se, com isso, criar um navio com casco e aparelho possante, que apontasse a violência das tempestades (4).

Estes são alguns dos problemas que os Portugueses tiveram de resolver — os técnicos, teòricamente; os mareantes, pràticamente. Uns e

---

(1) A. Barbosa — *c. c.,* p. 121.

(2) H. Lopes de Mendonça — *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI,* pp. 40 e segs.; Quirino da Fonseca — *A caravela portuguesa,* pp. 54 e segs.; id. — *Os navios do Infante,* pp. 41, 45 e 96; Gago Coutinho — *A náutica dos Descobrimentos,* I, pp. 135 e segs.

(3) Quirino da Fonseca — *Os navios do Infante,* pp. 70 e segs.; H. Lopes de Mendonça — o. *c.,* p. 59.

(4) Id., *ibd.,* pp. 88 e segs.

outros construíram a ciência nova, a arte de navegar, que «passou aos estrangeiros» (1).

Antes disso, o desconhecimento do meio físico conglutinava-se na fórmula vulgarizada de mar tenebroso. Era terrível andar nas ondas, sobretudo porque se ignoravam as forças físicas que impeliam os barcos para onde se não desejava, não possuindo meios de se lhes oporem, em ordem a determinada orientação almejada, tanto de ida como de volta. Houve, pois, necessidade de estudar o meio, experimentando, o que equivale dizer que muitas viagens se empreenderam sem grande êxito e outras sem êxito nenhum. Para conseguir a passagem do cabo Bojador, saíram do Algarve «bem quinze vezes» (2), durante uns doze anos (3).

Compreenderemos melhor esse esforço de preparação, se tomarmos em conta a rede de forças aéreas e marítimas — os ventos e as correntes — hoje perfeitamente estudados e expostos em termos acessíveis (4). A viagem de Gil Eanes assume, assim, papel bem mais importante do que aquele que parece desprender-se, naturalmente, do feito em si. Não foi simples passagem do cabo Bojador: foi a aplicação final de um método estudado que, até aí, ainda não tinha dado resultado nessa direcção e que, depois de uma vez experimentado, não mais voltou a ser interrompido e, muito menos esquecido. Segundo autores modernos, como Jaime Cortesão (5), Gago Coutinho (6), Armando Cortesão (7), já antes se aplicara à navegação até aos Açores, visto que o chamado Mar dos Sargaços oferecia maiores dificuldades náuticas do que a costa de África bordejada por Gil Eanes.

Assim se constituiu a ciência náutica na sua fase que os Portugueses denominavam Marinharia, depois de cerca de 40 anos de trabalho, podendo-se, desde então, dar-se por resolvido «o maior problema geo-

---

(1) A. Fontoura da Costa — *o. c.*, pp. 560-563.

(2) Privilégio de D. Afonso V, de 22-10-1443, in Silva Marques — *Descobrimentos portugueses*, 1.º vol., p. 435.

(3) Zurara — *Crónica dos feitos da Guiné*, pp. 50 e 54.

(4) Cf., p. ex., J. Cortesão — *Descobrimentos portugueses*, I, pp. 88 e segs.; Gago Coutinho, *o. c.*, pp. 206 e segs.

(5) J. Cortesão — o. *c.*, I, pp. 113 e segs.

(6) Gago Coutinho — o. *c.*, I, pp. 209 e segs., sobretudo a p. 213.

(7) A. Cortesão — *The Nautical Chart of 1424*, Coimbra, 1954. (Resumo em *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 67-76).

gráfico da história: a circum-navegação do Globo». Com efeito, faziam parte dos numerosíssimos capítulos da experiência marítima portuguesa — na expressão de Joaquim Bensaúde — o estudo dos ventos, das correntes, a observação das marés, das costas, a liquidação das fantasias da zona tórrida, etc., etc. (1). E foi utilizando essas soluções básicas que Cristóvão Colombo pôde chegar às Antilhas e Fernão de Magalhães empreender a primeira viagem de circum-navegação.

Muito relacionada intimamente com a carta de marear e os roteiros, está, naturalmente, a Cartografia, que os Portugueses também aperfeiçoaram, com modificações e acrescentamentos notáveis. Não se sabe hoje a época exacta em que se começaram a traçar cartas em Portugal, mas decerto terá sido antes da primeira metade do século XV, em que aparecem as primeiras referências documentais. Considerando *cartografia* como a arte e ciência de traçar cartas geográficas, percebe-se que, como adverte A. Teixeira da Mota, o facto de um povo, navegando com a bússola, se lançar às descobertas, implica imediatamente a ideia de que, se não possuía já sua cartografia, não podia tardar a tê-la, visto se não praticar ainda a navegação astronómica (2). E, de feito, como já vimos, Duarte Pacheco Pereira e João de Barros falam de um maiorquino que veio a Portugal ensinar a desenhar as cartas de navegação, muito provàvelmente Jaime Cresques, filho de Abraão Cresques, autor do afamado atlas catalão de 1375 (3).

Não interessa aqui acompanhar os técnicos, na variedade e evolução das cartas de marear (de que alguma cousa já dissemos) (4), porque, num sentido, se enquadram na ciência náutica e, noutro, nas cartas geográficas ou mapas. Deste segundo aspecto nos ocupamos agora. Apesar de se não terem conservado as primeiras cartas geográficas portuguesas, não faltam, no entanto, sinais bastantes que as perpetuaram, como se foi vendo, sempre que nestes dois capítulos se tratava da cartografia. Já se conseguiu reunir três espécimes do último quartel do século XV, bem como as referências suficientes para seguramente se estabelecer a influência

---

(1) J. Bensaúde — *Estudos sobre D. João II*, p. 215.

(2) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 53, e A. Teixeira da Mota — *Influence de la Cartographie Portugaise*, pp. 223-224.

(3) Deve-se a identificação a Gonçalo de Reparaz — *Mestre Jacome de Malhorca*, pp. 9-22, 35-39 e 45.

(4) Para maior desenvolvimento, ver A. Barbosa — *Novos subsídios*, pp. 96 e segs. («Das diversas espécies de cartas de marear»).

das cartas portuguesas nas estrangeiras, sobretudo italianas (1). O mesmo veio a acontecer no decorrer dos anos dos séculos seguintes.

Deste modo, não se torna difícil marcar algumas das suas características. A primeira bem frisante, reside na ausência de terras fantásticas, porque só interessava incluir o que fosse visto e convenientemente averiguado. Este cuidado ou escrúpulo científico levou os Portugueses a desenharem novas formas das costas, mais conformes à verdade, segundo anota D. Gernez, contrapondo o sistema português ao italiano, que era «quase esquemático, a jeito de arcos de círculo, mais ou menos curvos», com o traçado do litoral identificado por nomes próprios. A carta portuguesa, porém, tal como a maiorquina, registava também elementos geográficos do interior, como montes, rios e, por vezes, desenhos iluminados de cidades e cortes de reis, com as respectivas legendas (2).

Com a criação de novos regimentos náuticos, isto é, no período de 1480-1485, encetou-se novo levantamento hidrográfico das costas africanas, trabalhando nele, entre outros, Mestre José Vizinho e Duarte Pacheco Pereira. «Trata-se, como frisa A. Teixeira da Mota, de um facto de capital importância na história da cartografia e que, por si só, se tantos outros motivos não houvesse, bastaria para conferir ao Príncipe Perfeito um digno renome» (3). Então procedia-se, como dissemos, ao cálculo das latitudes: passara-se a navegar de *esquadria*, em vez de *estima*. José Vizinho e alguns navegadores portugueses andavam na costa da Guiné, empenhados nesse trabalho, em 1485, que só em 1488 sabemos continuado por Duarte Pacheco Pereira, ainda no reinado de D. João II (4). Desse modo se distanciam os fabricantes de cartas portuguesas dos italianos e maiorquinos: enquanto estes se consagravam à zona mediterrânea, aqueles estendiam toda a sua actividade às zonas oceânicas, em perfeita sintonia com os marinheiros, que também haviam passado da navegação europeia e costeira «à navegação universal e oceânica» (5).

Os principais artífices desta obra científica estão representados pela «riqueza dos marinheiros de D. João II»: «Bartolomeu Dias, Diogo Cão,

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 59 e segs.

(2) Cit. por A. Teixeira da Mota — o. *c.*, p. 227.

(3) A. Teixeira da Mota — o. *c.*, p. 230; id. — *A viagem de Bartolomeu Dias*, p. 307.

(4) Alusão aos primeiros trabalhos, em Barros — *Dec. I*, pp. 135-136, e nas notas de Colombo. (Ver L. Pereira da Silva — *Obras completas*, II, p. 315); aos segundos, em *Esmeraldo de situ Orbis*, p. 12.

(5) A. Teixeira da Mota — *Influence de la Cartographie Portugaise*, p. 235.

Duarte Pacheco, Pêro de Alenquer, Pêro Anes, João de Lisboa e quantos mais, eram todos guiados por um espírito científico moderno, modelo incomparàvelmente superior às fantasias astrológicas de Toscanelli e de Colombo». Se assim não fora, não se poderiam ter verificado os êxitos do século XVI e não possuiríamos hoje a notável bibliografia náutica que, só por si, constitui «monumento clássico único na história da geografia» (1).

Essa obra foi, pois, esforço de todos os pilotos que sulcaram os mares. Encarregados de tomar nota dos acidentes geográficos, transmitiam-nos à Casa da Índia, logo que chegavam a Lisboa, sendo os novos nomes e contornos das terras adicionados à Carta-Padrão, donde saíram, directa ou indirectamente, todos os mapas hoje conhecidos, com influência portuguesa. Esta obrigação profissional vem lembrada, por exemplo, em Gaspar Correia, a propósito das ilhas de Tristão da Cunha, que não deixa de focar a circunstância de, a partir desse momento, cada registo constituir dado geográfico seguro: «Os pilotos as apontarão em suas cartas de marear, pelo que d'então forão muy sabidas» (2).

3.3 — *Franceses na Costa da Mina.* — Se é certo que as notícias da navegação portuguesa pela costa de África abaixo não corriam com muita velocidade para todos os cantos da Europa, não é menos verdade que, enquanto expressavam achados de riqueza, lá iam ter aos centros mercantis, sem grande demora e de forma excitantemente tentadora (3). Pouco se conhece hoje das tentativas de outros povos, nesta primeira hora, de seguirem os sulcos dos nossos navegantes, na procura de fontes de riqueza. Mas o que conseguiu passar à história é suficiente para se avaliar da cobiça que o nosso comércio excitava, sobretudo a ingleses, franceses e espanhóis, contrariada tenazmente pela vigilância portuguesa. Todos quiseram aproveitar a oportunidade das desinteligências entre Portugal e Castela, antes (e, por vezes depois...) de as partes assinarem o tratado de paz das Alcáçovas, de 4 de Setembro de 1479 (4).

---

(1) J. Bensaúde — *Estudos sobre D. João II*, p. 216.

(2) Correia — *Lendas*, II, p. 662.

(3) Entre outras, pode ver-se, a este respeito, a obra de Manuel Nunes Dias — *O Capitalismo Monárquico Português* (1415-1549), 2 volumes, Coimbra, 1963 e 1964.

(4) Ver, por exemplo, António de la Torre — *Los castellanos en Guinea y Mina del Oro después del tratado de 1479*, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, 1.ª parte, pp. 329 e segs. Aí se lembra a tentativa de mercadores ingleses, em fins de 1480, passarem à Guiné, com pilotos espanhóis (o. c., p. 333).

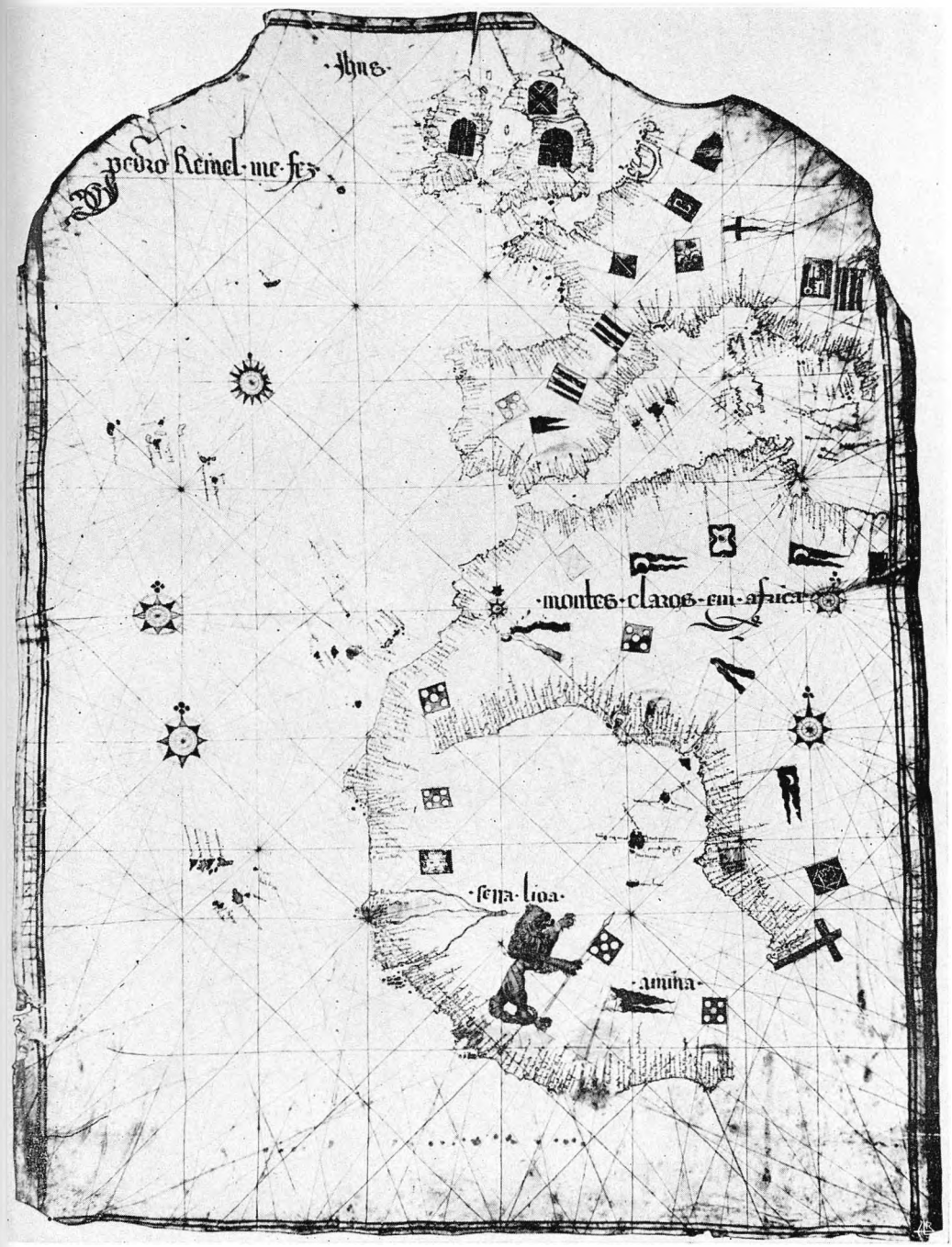


Fig. 13 — Pedro Reinel — Mapa da costa ocidental de África, com os topónimos da viagem de Diogo Cão (c. 1485)

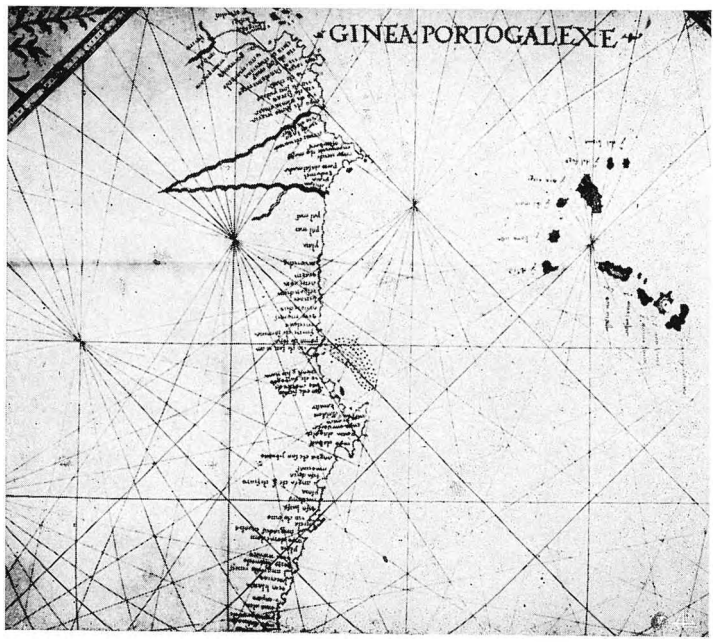


Fig. 14 — 1.º troço do mapa de Soligo — «Ginea Portogalexe» e ilhas atlânticas — de 1486

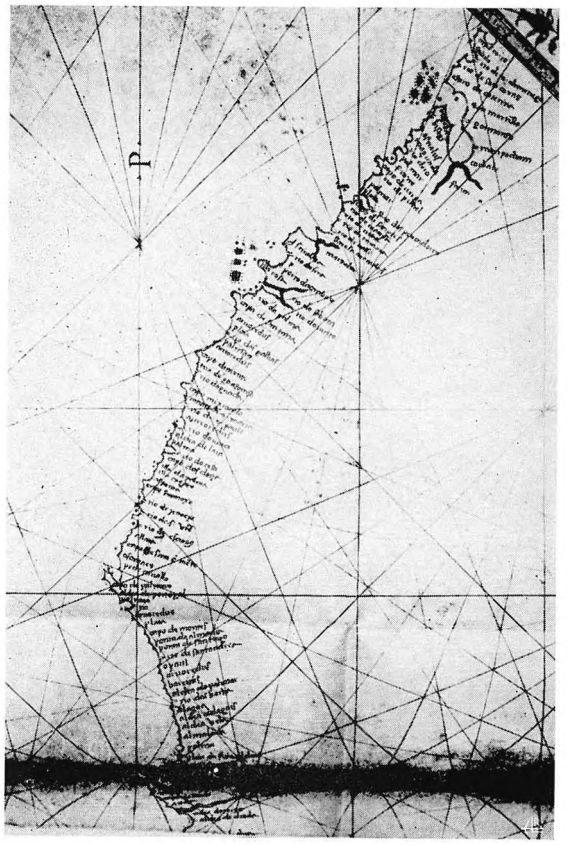


Fig. 15 — 2.º troço da mesma carta de Soligo (1486)

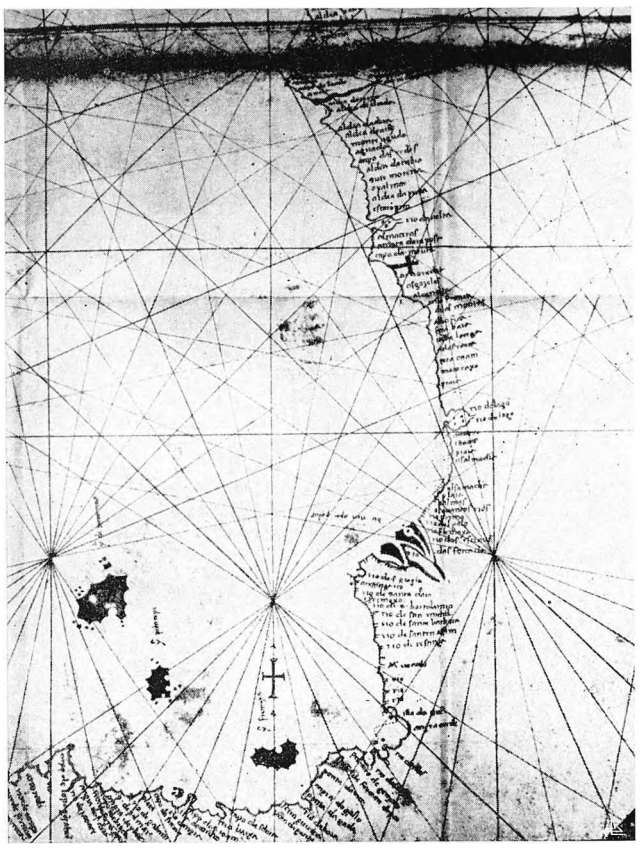


Fig. 16 — 3.º troço da mesma carta de Soligo (1486)

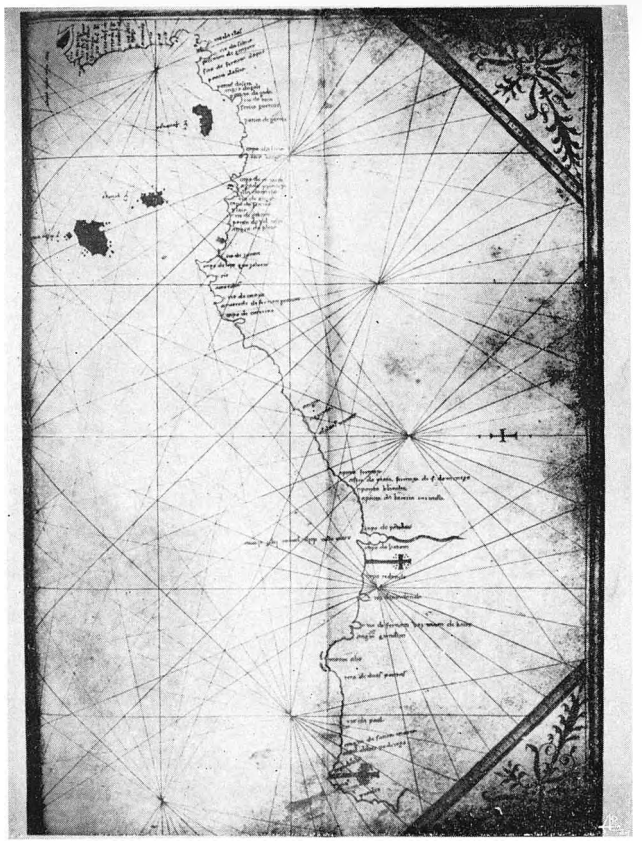


Fig. 17 — 4.º troço da mesma carta de Soligo (1486)

Fig. 18 — Jorge de Aguiar, 1492

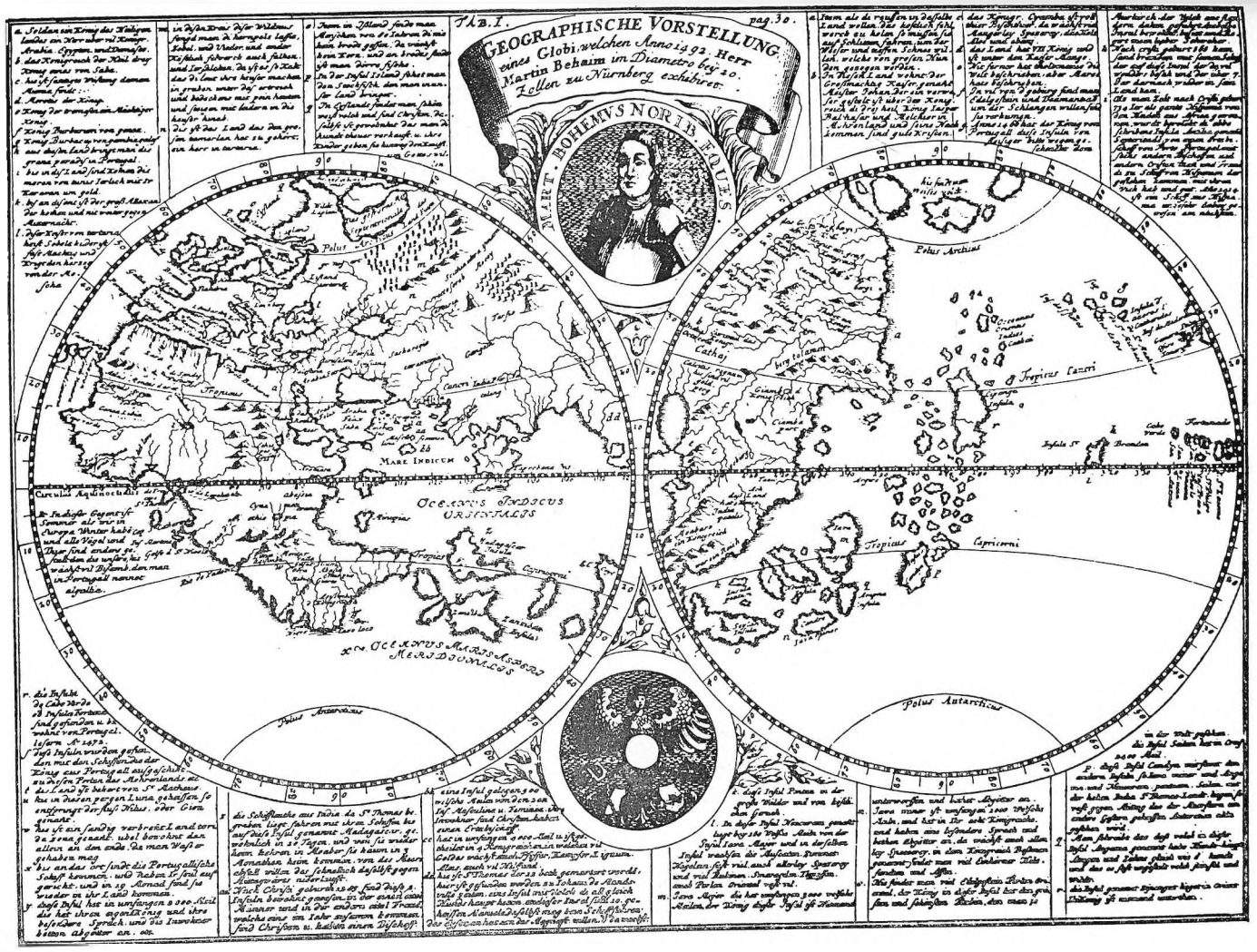


Fig. 19 — Globo de Martin Béhaim ou Martinho da Boémia (1492), segundo o desenho publicado por Doppelmayer, em 1730

Fig. 23 — Rosto da edição em latim da Carta de Colombo (Paris, Gyuot Marchant, 1493. (Exemplares na Bodleian Library, Oxford; em Paris; na Biblioteca Pública de Nova Iorque. Reprodução fac-similada, em C. Sanz — *El gran secreto de la Carta de Colón*, Madrid, 1959, pp. 321-328)

Fig. 24 — Rosto do *Livro* de Marco Polo (Veneza, 1496): Finisse lo libro de Marco Polo da Veniesia dele meraveglio cose del mondo impresso in Venetia per Zoanne Baptista da Sessa Milanese del M. CCCCXCVI, adi XIII del mese do lunio. (1.ª edição em dialecto veneziano, registando-se, anterior a esta, duas em alemão (Nuremberga, 1477, e Augsburgo, 1481) e uma em latim (Gonda, 1484)

Foi assim que aconteceu ter sido apanhado na Mina o mercador francês Eustache de la Fosse (1), que Diogo Cão trouxe prisioneiro a Lisboa, num dos navios castelhanos apanhados no golfo da Guiné. Da aventura marítima deixou aquele interessante descrição, que permaneceu inédita até final do século XIX (2).

Mauny fixa a data da viagem entre 1479-1480 e a redacção depois de 1515, por nele se aludir a *le nouveau monde et navigations faites par Emeric Vespuce, Florentin,* em evidente referência à tradução francesa, editada nesse ano em Paris. Contudo, esclarece que, no único manuscrito conhecido, o copista escreveu, na última linha, que foi «escript le 29.e de mars anno 1548 avant Pasques». Podemos, pois, marcar a data da sua redacção entre 1515 e 1548, lembrando-nos que este último ano pode muito bem ser o de uma das várias cópias que naturalmente alcançou. Mas a divulgação da viagem deu-se, sem dúvida, quando conseguiu chegar a França. Levava tanto que contar!

Violando o mar português, havia incorrido na pena de morte, mas teve meios de se evadir da prisão, passar a Espanha e atingir a Flandres.

A viagem, que correu por conta de outrem, revestiu-se de feição inteiramente mercantil. Em Espanha fretou uma caravela; a Sevilha foi receber a mercadoria que o patrão lhe enviou e em La Comté de Niebla embarcou o piloto que lá o devia conduzir, saindo de Cádis a 2 de Outubro de 1479. Aproveitava-se, pois, da autorização da corte castelhana, datada de Sevilha (4 de Março de 1478).

A seguir às Canárias, Eustache e os companheiros passaram pelo rio do Ouro, tendo também tocado o cabo Branco. Depois de perderem um barco de Tomas Perrot, mercador de Bruges, nos bancos de Arguim, chegaram ao cabo Verde, continuaram pela ilha dos Ídolos, avistaram a Serra Leoa, os baixos de Santa Ana e a terra onde nascem os grãos-do-paraíso (actual Libéria). Aí, encetaram o negócio, adquirindo mulheres e crianças, que na Mina trocaram, com grande lucro, por ouro. Descreve com minúcia a planta que tanto o encantou — *amomum melegueta* —

---

(1) Hoje pertence à Bélgica a terra da sua naturalidade — Tournai.

(2) R. Foulché-Delbesc publicou-a na *Revue Hispanique,* Paris, 1897, com o título de *Voyage à la Côte Occidentale d'Afrique, en Portugal et en Espagne.* Raymond Mauny, em 1949, voltou a divulgá-la no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (Bissau, IV, n.º 14, Abril de 1949, pp. 181-194), devidamente anotada. Em 1950, Olivier de Bouveignes editou-a em *Brousse,* n.º 1, Léopoldville, e ùltimamente, o P.e António Brásio inseriu-a na *Monumenta Missionaria Africana* (2.ª série, I, pp. 464-479).

e refere-se ràpidamente às almadias, aludindo aos nativos, que apenas cobriam as vergonhas, como pessoas confiadas que não receavam entrar nas caravelas, mas que eram ladrões.

Demoraram-se o tempo que julgaram conveniente e partiram para a Mina, todas menos uma caravela, onde chegaram a 17 de Dezembro de 1479. Ainda tiveram tempo de comerciar com as gentes de Caramansa e de aprender algumas palavras que reproduz. Entretanto, apareceram quatro navios portugueses, que os metralharam e aprisionaram. Para Lisboa, veio, parte da viagem, na própria caravela em que havia ido, comprada por Diogo Cão, depois de lhe ter sido confiscada. Passaram pelo cabo das Três Pontas, a 12 léguas da Mina, carregaram malagueta e escravos na costa já mencionada.

Eustache sublinha o bom tratamento que lhe fizeram, recebendo arroz, mel e manteiga, que anteriormente haviam tomado aos negros, acrescentando mesmo que o piloto lhe contou «les bonnes méthodes pour naviguer et conduire un navire en mer, et à orienter la carte pour aller d'un pays à un autre et savoir calculer des lunes: et pareillement quand ce sera le carême, Pâques et tout d'un seul coup». Se a informação se pode tomar à letra, quer dizer que o piloto não teve pejo de lhe mostrar o *Regimento do Astrolábio* que levava, ou, pelo menos, de lho resumir. A breve descrição do conteúdo dessas instruções náuticas, como veremos noutro lugar, é muito anterior à redacção das mais antigas que hoje se conhecem — os guias náuticos, ditos regimentos de Munique e de Évora.

Durante o tempo que viajou na caravela de Diogo Cão, recebeu tratamento diferente, mas nunca tão mau que não denunciasse a sua importância. E deviam tê-lo por pessoa importante, porque voltaram a deixá-lo navegar no barco de Fernão Vaz, a quem não se farta de dar elogios. Dos pontos em que tocaram, apenas interessa mencionar mais as ilhas de Cabo Verde, que diz serem dez, e apenas uma habitada, tendo, no entanto, visto dois homens leprosos numa das despovoadas, porque constava que, nestas ilhas, essa doença se curava em dois anos. Aí se demoraram, no desporto da pesca, que era abundante («et en pêchant nous allâmes nous divertir sur l'île»), chegando a Cascais com bom vento. Como lavrava a peste em Lisboa, aportou, parece, em Setúbal (Setomire), evadindo-se da prisão de Alcácer do Sal, com cumplicidade do guarda, se não do piloto com que veio ou do próprio Fernão Vaz.

Embora não seja caso único, a viagem de Eustache de la Fosse tem o interesse que lhe advém de ser relatada pelo próprio. Não revela muitos

topónimos, mas levou os principais a certos meios que talvez os desconhecessem. E, sobretudo, divulgou a rota portuguesa e, mais do que isso ainda, o modo de navegar que nos era próprio.

3.4 — *A Cartografia até à viagem de Vasco da Gama (Soligo, Jacme Bertrand, Pedro Reinel, Jorge de Aguiar, Béhaim, Kunstmann III e Martellus).* — Em Portugal e nos meios estrangeiros que confeccionavam cartas do Mundo, empreendeu-se, nesta época, passo notável na renovação da cartografia de África e ilhas atlânticas.

Os cartógrafos estrangeiros continuavam atentos ao movimento de exploração marítima dos Portugueses e algumas notícias alcançaram, contra o que se podia esperar, em virtude da real política de segredo de D. João II. Conforme já notámos, porém, o próprio monarca não ocultou a um estrangeiro, Bartolomeu Colombo, a carta em que Bartolomeu Dias registou a sua navegação. Por isso, Ravenstein pôde escrever: «Não há dúvida que os primeiros navegadores trouxeram excelentes cartas das suas viagens. Colombo, que viu as cartas preparadas por Bartolomeu Dias, fala delas como desenhando e descrevendo, légua a légua, o caminho seguido pelo explorador» (1). Não admira, portanto, que Soligo prossiga na faina de recolher elementos mais recentes, para actualizar os seus mapas; que Martin Béhaim deixe aos seus conterrâneos um Globo com a nova geografia de que tinha conhecimento; e que Henricus Martellus, Germanus, tivesse podido traçar correctamente a costa de África, até um pouco depois do cabo da Boa Esperança. Caso diferente é o de Pedro Reinel — um português que desenhou mapas em Espanha e que, além de ser o primeiro cartógrafo português cujo nome se conhece, fica marcado também com o estigma de o primeiro português que, por meio da cartografia, divulgou esses descobrimentos no estrangeiro. Muito recentemente, veio à luz do dia mais um nome de cartógrafo português deste período — Jorge de Aguiar, de que se encontrou, no estrangeiro, uma carta de 1492.

Os mapas de Soligo representam fragmentos da costa africana, salvo o quinto, que se pode denominar carta geral. Com excepção de um — a crermos na data que se lhe assinala —, de que nos ocupámos a respeito das ilhas, os demais caem dentro do tempo de D. João II, se considerar-

(1) Citado por A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, I, p. 135.

mos o período anterior à subida ao trono, em que esteve associado ao governo.

O primeiro, já referido, termina no cabo Verde, ou, melhor, um pouco adiante, no cabo dos Mastros. No segundo, o da legenda *Ginea Portogalexe*, que os críticos localizam cerca de 1482 (1), a costa avança até aos *nalus* (na actual Guiné Portuguesa), na expressão de Armando Cortesão; até ao arquipélago dos Bijagós, na de Teixeira da Mota (2). O recorte do litoral é sensivelmente mais exacto e a toponímia bastante mais abundante. Eliminam-se os falsos Açores, colocando-se os verdadeiros em melhor disposição e mais bem orientados. Cada ilha toma já o nome actual — *corvo, das floles, gracioxa, ofaial, S. lorie* (Jorge), *trezena, san michiel* e *santa maria*, faltando apenas o nome da ilha do Pico, que também está delineada.

As designações das ilhas cabo-verdianas aproximam-se muito das actuais, com os nomes de *Santo António* (Santo Antão), *San Victor* (S. Vicente), *Santa Lucia* (Santa Luzia), *Mao Sombra* (Branco), *San Nicollo* (S. Nicolau), *Sal, Bona Vista, Mayo, San Tiago, Fogo* e *Brava*. Apenas falta o ilhéu Raso. Nesta carta aparece, nas imediações do rio Nuno, a mais antiga referência que se conhece aos *nalus* (3).

A terceira carta de Soligo (4) regista o termo das viagens do reinado de D. Afonso V, abrangendo, portanto, o período em que D. João II esteve associado aos negócios da Coroa. Aproveita os conhecimentos obtidos na viagem de Rui de Sequeira, efectuada talvez em 1481, e descreve a costa desde o *capo roixo* (Guiné Portuguesa), até à *Árvore de Fernam Gomes* e ao *capo de Caterina*. Surgem pela primeira vez as ilhas do golfo da Guiné, descobertas em 1471-1472 — *Yª fremexa* (Fernando Pó), *Yª princepe* e *Yª de Santomao* (São Tomé) (5). A primeira recorda hoje o nome do seu descobridor; as duas últimas foram achadas por João de Santarém e Pedro de Escobar. Nesta carta atende-se já à passagem do equador, talvez pela primeira vez depois da de Pedro Reinel, cerca de 1485, a que adiante nos referiremos.

---

(1) A. Fontoura da Costa — *Uma carta náutica*, pp. 15 e 16, onde lhes atribui a todas a mesma data, e A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 92.

(2) A. Cortesão — *o. c.*, p. 91, e *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., p. 200; A. Teixeira da Mota — *O Noroeste Africano*, p. 181.

(3) A. Teixeira da Mota — *Importância dos antigos documentos geográficos*, p. 397.

(4) Reproduzida em Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 144-145.

(5) A. Cortesão — *o. c.*, p. 92.

A quarta carta (1), provàvelmente de 1486, parte do *rio arepengo* (*rio corams*, da anterior, identificado como o actual rio dos Forcados, rio de S. Jorge, segundo Teixeira da Mota, que forma o braço sul do delta do Níger) e chega até ao cabo do Lobo, 13° 25′ S., em que colocou o segundo padrão da viagem de Diogo Cão, de 1482-1484, para cujo estudo proporciona manifesto interesse (2). Regista ainda as viagens de João Afonso de Aveiro ao golfo de Benim (3), entre 1484 e 1486.

Sobem a perto de duas dezenas os nomes que se lêem nesta carta de Soligo, correspondentes a terras visitadas por Diogo Cão durante a primeira viagem. A identificação de todos esses lugares, que se deve a Ravenstein e Fontoura da Costa, pode considerar-se definitivamente assente, conforme assevera Damião Peres (4).

A carta geral, que traça toda a costa, do Norte da Europa até *pradro*, logo depois de *capo dollo*, possível adulteração de *cabo do lobo*, reuniu as quatro precedentes e parece elaborada por outra mão, devendo derivar, como as demais, de um só mapa português, que Armando Cortesão supõe poder datar de 1484 (5). Cremos tratar-se da carta cuja nomenclatura A. Fontoura da Costa compara com a da Carta Náutica Portuguesa de cerca de 1471, e que faz terminar, talvez por esta última também acabar nesse topónimo, no rio do Lago, muito acima do ponto em que termina o quarto mapa de Soligo (6). Data-a de cerca de 1482 (7).

Dentro do período destas cartas de Soligo, outras se conhecem, que manifestam importação dos conhecimentos obtidos na faina portuguesa através do Atlântico. Referir-nos-emos apenas a mais duas — uma estrangeira e uma portuguesa, de Jacme Bertrand e de Pedro Reinel. A do maiorquino Bertrand, de 1482, é o primeiro mapa datado em que o arquipélago dos Açores se encontra bem situado e orientado e com a

---

(1) Ver foto e esquema, com a nomenclatura bem legível, em Damião Peres, pp. 191 e 196-197.

(2) A. Fontoura da Costa serviu-se desta carta para mostrar que Diogo Cão, ao atingir o cabo do Lobo, julgou ter chegado ao termo sul do continente africano (*Apud* A. Teixeira da Mota — *O Noroeste Africano*, p. 182).

(3) A. Fontoura da Costa — *Descobrimentos Marítimos Africanos*, p. 40.

(4) Damião Peres — o. *c.*, p. 188, que indica daqueles autores, respectivamente, as obras: «The voyages of Diogo Cão and Bartholomeu Dias», em *The Geographical Journal*, vol. XVI, Dezembro, 1900, pp. 625-665; *Às portas da India em 1484*, Lisboa, 1935.

(5) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 93.

(6) Ver mapa da costa africana, publicado por A. Fontoura da Costa, em *Descobrimentos Africanos Portugueses*, cit.

(7) A. Fontoura da Costa — *Uma Carta Náutica*, pp. 63 e segs.

quase totalidade dos nomes modernos — «tanto quanto é possível decifrá-los», adverte cautelosamente Armando Cortesão (1).

Pedro Reinel deixou-nos um mapa assinado, que Armando Cortesão datou de cerca de 1485 (2), e, mais recentemente, de 1483 (3), considerando-o como «um dos mais preciosos de todos os espécimes conhecidos da cartografia portuguesa antiga» e «certamente o mais antigo de todos os que se conhecem» (4). Representa o Atlântico oriental, incluindo, naturalmente, os arquipélagos e as costas ocidentais da Europa e da África, das Ilhas Britânicas ao Congo, bem como o Mediterrâneo ocidental e central. Termina precisamente no *Rio poderoso* ou *Rio do padrom* (rio Zaire), assinalando, por isso, a primeira viagem de Diogo Cão. «É a primeira carta portuguesa — possìvelmente a primeira de todas as cartas — a registar o descobrimento da costa africana para além do equador, ou até mesmo para além de Lagos (Lagoon), o rio do Lago, da carta portuguesa anónima de Módena (...), na Nigéria, descoberta por João de Santarém e Pedro de Escobar em 1471». Coloca as nove ilhas açorianas relativamente bem e com os nomes definitivos; os da Madeira e Porto Santo, e a localização do Funchal, Ponta do Pargo e St.ª Cruz — naquela primeira; as Canárias, em número de 15; as de Cabo Verde, com os nomes de nove (Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo, Brava, Santo António, S. Vicente, St.ª Luzia e S. Nicolau); e, pela primeira vez, as ilhas de S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e, sem nome, a de Fernando Pó (5).

Guarda-se hoje nos Archives Departementales de la Gironde, em Bordéus, ignorando-se, porém, a data em que passou a fronteira. Pedro Reinel andou ligado a Fernão de Magalhães, tendo desenhado os mapas que este apresentou em Castela (1518) e alguns planisférios que seguiram na viagem. Armando Cortesão iliba-o, porém, de culpas, admitindo que o fez acidentalmente, quando foi a Sevilha buscar o filho Jorge, também cartógrafo. Pelo que se conhece da sua biografia, só nesta ocasião terá

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa*, p. 92. Pode ver-se reprodução da sua costa de África, em Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 86-87.

(2) Data intermédia do regresso de Diogo Cão (1484) e do facto de em Málaga, que só foi conquistada aos Mouros em 1487, aparecer uma bandeira vermelha muçulmana. A. Cortesão — *P. M. C.*, vol. v, p. 4. Sobre Pedro Reinel e família, ver A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, I, pp. 249 e segs.

(3) A. Cortesão — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., pp. 210-214.

(4) A. Cortesão — *P. M. C.*, vol. v, p. 3. — Reproduzida a cores e em monocromo, estampas 521 e 522 (pp. 4-5).

(5) A. Cortesão — *História*, cit., p. 212.

saído para país europeu, concluindo-se assim que a carta de cerca de 1485 foi desenhada em Portugal.

Jorge de Aguiar é nome desconhecido da história da cartografia portuguesa até ao ano de 1968, em que, por comunicação de O. Vietor, na I Reunião da História Náutica, promovida pela secção de Coimbra do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, da Junta de Investigações do Ultramar, se soube da existência de um novo portulano quatrocentista, traçado por cartógrafo português (1). Ignora-se a história desta preciosa carta, que fica a ser a mais antiga, assinada e datada, da nossa Cartografia. De «fascinante portulano», a qualifica O. Vietor, que apenas sabe que se encontra na colecção de mapas da Yale University, por oferta de W. Redmond Cross.

A data corresponde precisamente à da descoberta da América: «Jorge dagujar me fez em lixboa no anno dominus nostry Jhũ Xp̃u de 1492» — lê-se num dos lados da cercadura, interrompida para dar lugar à legenda. Pela falta de cercadura no topo oposto, correspondente à parte oriental de África e Ásia, se vê que não passa de fragmento, por acaso o que mais nos interessa. Além de se conservar grande parte do litoral da Europa (propositadamente, não delineou a «Europa parte dalemanha») e Ásia Menor, pode observar-se também o traçado correcto do Norte de África. Mais concretamente, o mapa de Jorge de Aguiar proporciona-nos as costas do Mediterrâneo, Mar Maior do Levante, Mar Negro, lado direito, a que falta a continuação; do Atlântico, Inglaterra, Irlanda e Báltico, e da costa africana até à Serra Leoa.

A folha ficou completamente cheia e o último troço da costa, até à Mina de África, teve de passar para o interior, permanecendo assim desligado do anterior, que ainda entra por dentro dos dois traços da cercadura.

O comandante Teixeira da Mota teve ensejo, no momento da apresentação do relevante achado, de frisar que se trata de mais uma carta portuguesa do século XV, sem graduação de latitudes. Quanto ao «aspecto estilístico», chamou a atenção para a multiplicidade de tipos de rosas-dos-ventos, «sobretudo a dupla representação de rosas de tipo mediter-

---

(1) O. Vietor — *A Portuguese Chart of 1492, by Jorge Aguiar*, Coimbra, 1970, pp. 2 e 3. — A. Cortesão aproveitou o ensejo da publicação do 1.º volume da sua *História da Cartografia Portuguesa* (Coimbra, 1969) para a estampar, a cores, em lugar de relevo, antes do rosto, mas em tamanho tão reduzido que não se conseguem ler os topónimos. Reprodução em maiores dimensões, na citada comunicação. Cortesão repetiu-a, agora com estudo próprio, no 2.º volume da o. c., pp. 216-220. Propõe que o cartógrafo se identifique com o navegador que, em 1508, comandou a armada da Índia, desse ano.

râneo (maiorquino?) e atlântico (com a curiosa escrita dos nomes dos ventos); a dupla figuração na grande rosa central, particularmente significativa». Na rápida observação a que procedeu, conseguiu surpreender «um novo estilo, atlântico, sobretudo, com a característica flor-de-lis que encima uma das rosas — sem olvidar, no entanto, os evidentes traços da origem mediterrânea da cartografia náutica portuguesa. Uma bandeira fere logo a atenção do observador, ao sul da península de Cabo Verde, que, como reparou Teixeira da Mota, traduz a doação de parte da Guiné, por D. João II, ao duque de Viseu, D. Manuel, cerca de 1486 (1).

«Essencialmente português no estilo e na execução», como adverte Vietor, regista os muitos topónimos das descobertas portuguesas, até ao reinado de D. Afonso V, e não vai mais além, quer dizer, até à Mina, em que desenhou o castelo da Mina, figurado, que se saiba, pela primeira vez. As afinidades que nela se topam, com as cartas de Reinel, levam Cortesão a supor possível que Jorge de Aguiar fosse discípulo daquele cartógrafo ou, pelo menos, tenha sido por ele influenciado.

Martin Béhaim, já em data anterior à partida de Colombo para a primeira viagem às Antilhas, revelava aos seus compatriotas o famoso globo (2) — no período que decorre entre 1490 ou 1491, em que esteve na cidade de Nuremberga, e 1493, em que voltou a Portugal. Fê-lo a pedido dos «sábios e veneráveis magistrados da cidade imperial de Nuremberga», mais precisamente, nos anos de 1491-1492, decerto porque antes contara as descobertas ignoradas dos Portugueses. Gallois classifica-o de «un des monuments les plus importants de l'histoire de la géographie à l'époque des découvertes», por nos fornecer uma imagem do Mundo, tal como era conhecido nas vésperas da viagem de Colombo (3). Quer isto dizer que Béhaim teve de se servir de Ptolomeu e Estrabão, Mandeville e Marco Polo, para delinear as regiões de que os Portugueses não possuíam ainda notícia segura como as do Cataio e do Cipango (4). Conforme esclarece o visconde de Santarém (5), o globo de Béhaim apre-

---

(1) *Apud* O. Vietor — o. c., p. 4.

(2) Publicado integralmente, por G. Ravenstein — *Martin Béhaim, his life and his globe*, Londres, 1908 (em quatro folhas); Visconde de Santarém, *Atlas*, de 1841, 1844 e 1849 (n.os 10, 17 e 60); Visconde de Lagoa — *Da influência da cartografia coeva no descobrimento do Estreito de Magalhães*, Lisboa, 1938, pp. 298-299.

(3) Gallois — *Les géographes allemands*, cit., p. 35.

(4) Murr — *Histoire diplomatique du Chevalier Portugais Martin Béhaim de Nuremberg*, 3.ª ed., Paris e Estrasburgo, 1802, p. 12.

(5) Visconde de Santarém — *Estudos de Cartografia Antiga*, 1.º vol., p. 119.

senta-nos o ponto de partida da cadeia de ilhas que passa além do meridiano do Cataio, do Gog e de Magog e que está mais aproximada das costas de Espanha. Socotorá e Zipango são os extremos desse arquipélago do lado oriental. Pelo leste, conforme se imaginava antes de 1492, a cadeia das ilhas é continuada pela Antília, São Brandão e Açores. Toscanelli, Colombo e Vespúcio concebiam-nas como outros tantos marcos à flor da água oceânica, a indicarem o caminho almejado para atingir ràpidamente a Índia.

Béhaim talvez não descresse inteiramente dessa geografia antiga, porque não só as inseria no seu globo, mas também admite, ao norte do rio do Infante, uma extensa terra que prolonga a África oriental para leste, resquício evidente da teoria de Martinho de Tiro e Ptolomeu, empenhados em ligarem, por meio de terra incógnita, a costa de África a Catigara e ao leste da Ásia (1).

O globo contém mais de 1 100 nomes de lugares (2), mas nada insere de novo, senão o que pôde haver dos descobrimentos portugueses na costa ocidental de África, até ao cabo da Boa Esperança. E isto é o que mais importa e lhe dá o principal valor. Damião Peres sublinha que o globo, quanto à representação deste litoral, é como que a ilustração das memórias de Diogo Gomes (3). Prolonga-se, no entanto, para além do Senegal, ilustrando igualmente a exploração de Diogo Cão, que Béhaim diz ter acompanhado em 1484. Sobre esta pretensão, convém recordar que nenhuma das viagens de Cão se efectuou nesse ano, mas em 1482 e 1485. Como quer que seja, na legenda em que refere essa navegação (4), apenas informa que passou pela ilha da Madeira, «onde se produz o açúcar de Portugal», e pelas ilhas Afortunadas, «ilhas dos selvagens canários», pelas ilhas de Cabo Verde, pelo reino de Gâmbia e de Jalofo, «onde crescem os grão-do-paraíso», isto é, a malagueta, tendo percorrido umas 2 300 «milhas ou léguas». Parece aludir à viagem a Benim, de João Afonso de Aveiro, em 1484-1486, uma vez que foi nessa ocasião que, pela primeira vez, se trouxe a Portugal a «pimenta de rabo». Quanto ao arquipélago de Cabo Verde, reproduz os nomes já vulgarizados, por

(1) Visconde de Santarém — *o. c.*, p. 119.

(2) Ravenstein — *o. c.*, p. 60.

(3) Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 107.

(4) As legendas podem ver-se còmodamente em Damião Peres — *o. c.*, p. 202; em Ernesto do Canto — *Martim Béhaim e o seu globo de Nuremberg* in *Archivo dos Açores*, vol. I (1878), pp. 435 e segs., ou em M. Velho Arruda — *Colecção de Documentos*, cit., pp. 11 e segs.

exemplo, na segunda carta de Soligo, modificando apenas *San Victor para San Vicenti* e *Fogo* para *Sant philippo*, e suprimindo os ilhéus Branco e Raso (1).

De baixo das ilhas de S. Tomé e Príncipe colocou outra inscrição, que revela terem sido estas ilhas descobertas por barcos enviados pelo rei de Portugal, em 1484. Também menciona as ilhas dos Açores, que conhecia bem, pelo menos desde 1486, em que casou no Faial; a de S. Brandão, de Antília, de Cipango, de Cataio, Java Maior e de Cândia. Para Béhaim, a distância do Faial ao Cipango pouco mais era do que a do Faial a Lisboa (2).

Podia ter fixado alguns topónimos da viagem de Bartolomeu Dias, que chegou a Lisboa em Dezembro de 1488, como fez Martellus, em 1489. Tanto mais que conhece o cabo da Boa Esperança, embora o não coloque no seu lugar, conforme advertiu Gallois (3).

Tal e qual como o desenhou, terá Béhaim ousado entregar este globo sem conhecimento de D. João II e voltado, depois, a Portugal? Felizmente, ficou-nos uma informação das primeiras décadas do século XVI, que satisfaz a justa curiosidade. Segundo António Pigafetta, Fernão de Magalhães viu na «tesoreria» da corte de D. Manuel um mapa delineado por Béhaim, que representava o estreito da Patagónia (4). Decerto não seria apenas o mapa do estreito, mas sim o do globo, cópia ou original, semelhante ou absolutamente igual ao chamado globo de Nuremberga, que terá sido ofertado a D. João II, depois da viagem à Alemanha.

O mapa conhecido por Kunstmann III (5) é nitidamente português. Pertence à colecção deixada por Peutinger, podendo, pois, ter sido com-

---

(1) Ver o quadro organizado por A. Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas de Cabo Verde*, p. 62.

(2) Ver mapa *Pars globi terrestris c. 1492 a Martin Béhaim equite lusitano Norimbergae confecti. Delineativ Christ. T. Murr.* 1778, *in* Murr — o. c. A África e grande parte do Oriente está reproduzida em A. Fontoura da Costa — *Descobrimentos Marítimos Africanos*, pp. 32-33.

(3) Gallois — o. c., p. 37.

(4) António Pigafetta — *Il primo viaggio intorno al mondo*, p. 73; id. — *Primer viaje en torno del globo*, 5.ª ed., Espasa-Calpe, p. 59.

(5) Publicado parcialmente por Kunstmann no seu *Atlas*, com o n.º III, e, na íntegra, por Stevenson — *Marine Worldchart of Nicola de Canerio*, e *P. M. C.*, I, estampa 6. Parcialmente, pode ver-se em D. Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, pp. 436-437; Visconde de Lagoa — *Da influência da Cartografia coeva no Descobrimento do Estreito de Magalhães*, pp. 292-293; Damião Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 349 e 440-441.

prado em Lisboa, por Valentim Fernandes (1). Pretendeu-se atribuí-lo a Salvat de Pilestrina, cartógrafo maiorquino, o que foi possível, segundo Duarte Leite, devido à «ignorância europeia do português». A grafia da nomenclatura, aliás adulterada, e a extensão toponímica da África e da América conduziram este crítico à firme conclusão de que «a execução é dum português e não de Pilestrina» (2). Armando Cortesão também afirma, sem rebuço: «genuìnamente portuguesa».

Contudo, já Duarte Leite notou que o desenho da letra no Velho Mundo difere claramente dos caracteres que se vêem na Terra de Corte Real, por exemplo os dd e os RR, hesitando, por isso, atribuir a carta à mesma pena e admitindo a hipótese de a América ser aditamento de outrem. Armando Cortesão é mais categórico, pois não admite dúvidas de que «a parte ocidental, isto é, a americana, da carta, foi acrescentada depois da parte oriental, isto é, a europeia e a africana, terem sido desenhadas». Partindo da mesma opinião, A. Teixeira da Mota avança, porém, algo mais, separando muito as duas partes, no tempo. A carta é dos fins do século XV, e de cerca de 1506 são apenas as interpolações a ocidente. «Primitivamente desenhada após a viagem de Bartolomeu Dias (1487)», como pensa A. Teixeira da Mota (3), baseando-se na circunstância de a representação africana terminar precisamente no rio do Infante, aonde Dias não chegou. O traçado primitivo, acrescenta o mesmo historiador, é anterior ao conhecimento dos resultados da expedição de Vasco da Gama (1499), supondo, por isso, aliás com inteira razão, que entre estas duas viagens se efectuaram outras, hoje desconhecidas. Parece, no entanto, aconselhável levar a data da carta até depois da viagem de Vasco da Gama, em virtude de a baía de Santa Helena surgir no *Roteiro* de Álvaro Velho como baptizada nesta expedição (4).

A costa de África, como já vimos, estende-se até um meridiano pouco adiante do rio do Infante. A nomenclatura africana é copiosa — 291 vocábulos, inferior, no entanto, à do planisfério dito de Cantino,

---

(1) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 15.

(2) D. Leite — *o. c.*, p. 435. — Ver defensores das duas posições, em G. Caraci — *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 12 (1952), p. 335, nota 38.

(3) A. Teixeira da Mota — *O Noroeste Africano*, cit., p. 184.

(4) Álvaro Velho — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, ed. A. Fontoura da Costa, pp. 6 e 106; id. — *Diário da viagem de Vasco da Gama*, p. 3 do fac-símile.

que sobe a 339. Aliás, divergem tanto um do outro que Duarte Leite não tem dúvida em sustentar que aquele os não transcreveu da mesma matriz (1).

Já nos fins do século XV (2), situam historiadores da cartografia um célebre mapa desenhado por Henricus Martellus, alemão (3) que, quanto consta, trabalhou exclusivamente na Itália, muito provàvelmente em Florença, nos últimos decénios do século XV (4). No entanto, Nordenskiöld e Ravenstein julgam que Martellus desenhou o planisfério em Roma (5). Com ele prossegue a lista dos cartógrafos (dir-se-ia que combinados entre si, deixando ao seguinte a tarefa de continuar a nova costa de África) que recolheram os descobrimentos portugueses, pouco depois de efectuados. Martellus ultrapassa um pouco o cabo da Boa Esperança, sendo, pois, o primeiro cartógrafo estrangeiro a representar correctamente a costa de África até esse cabo (6) e a registar a viagem de Bartolomeu Dias, terminando os topónimos com «padran de Sangiorzi», «golfo de roca» e «ilha de fonti», sendo apenas deficiente o contorno oriental da África. Lê-se numa legenda: *Huc usque ad ilha de fonti pervenit ultima navigatio portugalensium anno Domini 1489*. Esta é, aliás, além do norte de África e do Mediterrâneo, a única parte do mapa que se apresenta correcta. Os críticos consideram-no o mais antigo representante tipo de cartas que figuram quatro penínsulas na Ásia meridional — *Arábia, Índia* (muito pouco pronunciada, como em Ptolomeu, em face de uma Taprobana muito grande), *Indochina* (entre o Sinus gangeticus e o Sinus magnus) e uma outra, ao oriente do Sinus magnus, muito alongada para sul (7). Trata-se, pois, de um compromisso entre a tradição ptolomaica e a nova geografia

---

(1) D. Leite — o. c., p. 436.

(2) Cerca, mas antes, de 1492, segundo Roberto Almagià, em *La Bibliofilia*, XXXVIII, p. 330. A. Cortesão fixa-lhe o ano cerca de 1489 (*Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 94 e 98) e 1489, c. 1492 (id. — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., p. 204).

(3) O exemplo do Museu Britânico foi reproduzido por J. G. Kohl — *Anmerkung über eine alte Weltkarte in Bristinchen Museum in London*, in *Zeitschift für Algemeine Erdkunde*, Berlim, 1856; pelo visconde de Santarém nos seus *Atlas* e, a azul e ouro, por D. José de Lacerda — *Exame das viagens do Doutor Livingstone*, Lisboa, 1867, donde o extraiu Nordenskiöld para o seu *Periplus*, p. 123, estampa 54.

(4) Roberto Almagià — *Le scoperte dei portoghesi*, p. 473; id. — *I mappamondi di Enrico Martello*, p. 290. — Aí descreve Almagià os códices conhecidos: da Biblioteca Universitária de Leida, do Museu Britânico e da Laurenziana de Florença. Conservam-se ainda dois exemplares impressos por Francesco Roselli.

(5) Nordenskiöld — *Periplus*, p. 128; Ravenstein — *Martin Béhaim his life*, p. 26.

(6) Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2, p. 355.

(7) Almagià — *Bibliofilia*, XXXVIII, p. 330, e no vol. XLII (1940), pp. 289-290.

dos Portugueses, podendo mesmo afirmar-se que este mapa correspondia, em grande parte, à geografia de Pio II (1). Este tipo de cartas, de ordinário, como é o caso desta de Martellus, colocava a quarta península asiática de tal forma que a sua costa oriental não ficava muito distante da costa ocidental de África, em conformidade com as ideias bastante divulgadas de Pedro d'Ailly, que supunha o oceano Índico aberto ao sul, em ligação com o Atlântico, e não fechado, como o representava Ptolomeu.

As inovações mais importantes, com relação à figuração ptolomaica, respeitam a quatro zonas: o *norte da Europa e da Ásia,* em que, naquela, se introduz a Escandinávia e países confins e a Ásia, aparece circundado completamente pelo *Oceanus Septentrionalis; a forma e a dimensão do Mediterrâneo;* a *África,* que é a que mais nos importa, com a figura que se vinha desenhando, agora ainda mais perfeita. No oceano Atlântico, na altura do golfo da Guiné, lê-se esta inscrição, que, conforme observa Kammerer, patenteia a consciência que o cartógrafo tinha de estar a introduzir noções novas (2): *Haec est vera forma moderna Africae secundum descriptionem Portugalensium inter Mare Mediterraneum et oceanum meridionalem.*

A verdadeira forma da África que substituía a velha dos mapas ptolomaicos e geógrafos dele subsidiários era tirada da descrição dos Portugueses e englobava doze topónimos da viagem de Diogo Cão, como consta de outra legenda, e vinte e um da de Bartolomeu Dias, conforme fàcilmente se induz dos últimos: *padram de S. Giorgi* e *ilha de Fonti* (33° 38′ S. e 26° 48′ E.). Esta ilha corresponde ao Penedo das Fontes dos nossos navegadores, em que Dias, segundo os cronistas, colocou outro padrão (3). Em mapas ingleses aparece com a designação de S. Croix Island, porque também foi conhecida por ilhéu da Cruz (4).

Perto deste ponto, na extremidade sudeste do continente, aliás exagerada, encontra-se a legenda já referida *(Hoc usque...),* que falta nos exemplares de Leida e Florença. Como, porém, Bartolomeu Dias aí esteve, em 1488, ou a legenda se refere à data do mapa ou a posterior viagem, daquelas que se supõe terem-se realizado, no intervalo que vai

---

(1) Id. — *I mappamondi di Enrico Martello e alcuni concetti geografici di Cristoforo Colombo,* Florença, 1941.

(2) Kammerer — o. c., p. 355.

(3) Barros — *Déc. I,* p. 92; Duarte Pacheco Pereira — *Esmeraldo de Situ Orbis,* pp. 12 e 190. — Já vimos, porém, que não foi este o local.

(4) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos,* I, p. 141, nota.

até à expedição de Vasco da Gama. Para qualquer das hipóteses serve ainda a indicação do mesmo ano, aposto noutra legenda: *1489 hic dominatur don giovani bemu rex cenage ebicige (?) christianus novus.* No exemplar laurenciano, *bumu* passou para *bremus* e *ebicige* para *elicazari*, sendo duvidosa a leitura da última palavra, em todos eles. Memora-se aqui o príncipe D. João Bemoim do Senegal (1), embora fosse mais natural que se referisse ao rei do Congo, que, pouco antes daquele príncipe, manifestou desejos de se tornar cristão e parecia mais digno de figurar na nova ordem social. Mas as informações nem sempre chegavam exactas ao estrangeiro e até entre os cronistas portugueses se notam divergências e confusões deste género, não custando mesmo a acreditar na deslocação do rei de Benim, que «era perto do castelo de S. Jorge da Mina», para junto do rio Senegal, se é que se não pode invocar o erro, então corrente, de que esse rio e o Níger andavam ligados e derivavam do Nilo. Neste caso, o *Rex Cenage* de Martellus dominaria a região atravessada por esses dois rios, chegando a Benim, de que o monarca negro tomara o seu próprio nome — *Giovani* (de D. João II) e *bemu* (de Benim). Como João Afonso de Aveiro descobriu o Benim, em 1486, a data desta legenda talvez se refira ao ano da confecção do mapa, como sobressai mais lógico.

Segundo notou A. Cortesão, o continente africano aparece indevidamente prolongado mais uns 6 graus para sul e deslocado uns 20 para leste (2).

Na continuação da costa africana e, portanto, na face oriental, o cartógrafo desenhou, pois, «in modo congetturale», prosseguindo no oceano Índico e mar Vermelho, absolutamente arrimado a Ptolomeu. A Arábia, o golfo Pérsico, a Índia, Sinus Magnus, Taprobana e infinitas pequenas ilhas patenteiam claramente o cunho ptolomaico.

A quarta parte inovada do mapa de Martellus, embora possìvelmente copiada de outros que o precederam, como Fra Mauro, Béhaim, etc., situa-se apenas no Extremo Oriente, servindo-lhe de guia o livro de Marco Polo. Aparece o nome *Cathaìo,* a residência vistosamente figurada do Grã-Cão, a fabulosa cidade de Quinsay, as províncias Mangi, Ciamba e Moabar (3).

---

(1) Barros — *Déc. I,* p. 89 da edição citada.

(2) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga,* p. 96. — O autor aventa a hipótese de o erro provir do propósito de D. João II — que autorizou um irmão de Colombo a assistir à conversa que com ele teve Bartolomeu Dias — o induzir em erro.

(3) Almagià — *l. c.*

É neste mapa que se assinala o termo da segunda viagem de Diogo Cão, com uma legenda dúbia, que tem dado motivo a controvérsias, a respeito das duas últimas palavras: *Ad hunc usque montem qui vocatur niger pervenit classis secundi regis portugaliae cuius classis prefectus erat diegus canus qui in memoriam rei erexit columnam marmoream cum crucis in signe et ultra processit usque ad Serram Pardam quae distat ab monte nigro mille miliaria et* hic moritur.

Diogo Cão passou, pois, do ponto assinalado com um padrão e foi até à serra Parda, a qual dista mil milhas do monte Negro e «morre aqui». Tradutores menos atentos não repararam que, estando o verbo respeitante a Diogo Cão *(processit)* no pretérito, em igual tempo deveria encontrar-se o último, se se lhe referisse, e, por conseguinte, *mortuus est* e não *moritur*. Este verbo, no presente, só pode ter por sujeito o mesmo sujeito do verbo anterior, igualmente nesse tempo — *distat*, referido à serra Parda (1). Deste modo, não há na legenda qualquer alusão à morte do navegador.

Como na maioria dos casos, ignora-se hoje quem terá enviado os elementos (porventura mesmo, uma carta) de que Martellus se serviu. Armando Cortesão aventa a hipótese de Cristóvão Colombo — ao conhecer pormenores da viagem de Bartolomeu Dias, por intermédio do irmão Bartolomeu — ter feito diligências para obter cópia da carta em que o navegador a descreveu, légua por légua, contribuindo depois, «de algum modo», para que ela chegasse às mãos de Martellus (2). Contudo, não se deve olvidar o facto de os cronistas mais próximos do reinado de D. João II ou calarem por completo o grande feito ou o revelarem de forma muito imperfeita. João de Barros é o mais bem informado. O mais próximo de todos, Rui de Pina, na *Crónica de D. João II*, redigida já no reinado seguinte, não diz palavra sobre o assunto. Garcia de Resende, que terminou a sua *Cronica* em 1533, consagra-lhe brevíssimas palavras, deixando a impressão de se ter realizado antes de 1486 (atribui igual data à partida de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã), quando, na realidade, se efectuou de Agosto de 1487 a Dezembro de 1488. Enfim, Gaspar Correia, que começou as *Lendas da Índia* cerca de 1515, ignora o nome de Bartolomeu Dias e atribui o seu feito a Janinfante.

---

(1) A observação foi feita, mais ou menos nestes termos, pelo Prof. Américo da Costa Ramalho — *Sobre a data da morte de Diogo Cão*, in *Revista Portuguesa de História*, II, pp. 319-321.

(2) A. Cortesão — *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 96.

Pode evocar-se, como faz Jaime Cortesão (1), a política do segredo para explicar tão parcas e erróneas referências ao mais notável acontecimento do reinado de D. João II? Que Luís de Camões quase o esqueça nos Lusíadas, percebe-se de algum modo, ou aceitando a interpretação de Beazley (2), de que foi espoliado por Vasco da Gama, cuja empresa ofuscou a sua; ou lembrando-nos de que o poeta se serviu naturalmente dos cronistas, que não forneceram os tons necessários para o engrandecimento da figura de Dias.

Apenas dois contemporâneos — Duarte Pacheco Pereira e o já lembrado Bartolomeu Colombo — deixaram, aliás com conhecimento de causa, «uma atribuição precisa e acorde ao feito», na frase de Jaime Cortesão. Aquele foi recolhido por Dias, na ilha do Príncipe, quando regressou a Portugal; este, ouviu da própria boca do navegador a descrição da viagem, na presença de D. João II.

A propósito da viagem de Vasco da Gama, de que atrás vimos várias manifestações de expansão da notícia pela Europa, os cartógrafos não ignoraram os primeiros resultados, que lhes permitiram remodelar as cartas, dando ensejo à luta entre a facção que queria continuar aferrada a Ptolomeu e a dos inovadores, que não desperdiçavam tão preciosos ensinamentos (3). Inicia-se, então, o segundo período da cartografia portuguesa, ou escola de Pedro Reinel. Aquele apego entre nós explica-se pelo facto de a expedição de Gama ter coincidido com a popularização da obra do alexandrino em Portugal (4). As manifestações que desta cartografia chegaram até nós situam-se à entrada do século XV, reforçadas no início do século seguinte, com a introdução, até no ensino, do *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco (5).

No mapa de Juan de la Cosa vão surgir as novidades gâmicas da costa oriental de África, com a eliminação da extensa terra incógnita ptolomaica, que ligava esse litoral, exageradamente estendido, a fim de ligar com a Ásia (6). É, porém, sobretudo, no mapa dito de Cantino que melhor se observam.

---

(1) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, I, p. 509.

(2) Beazley — *O Infante D. Henrique*, p. 288.

(3) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, pp. 303 e segs.

(4) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 28-29.

(5) L. de Albuquerque — *Os guias náuticos*, p. 86.

(6) Visconde de Santarém — *Estudos de Cartografia Antiga*, 1.º vol., p. 119.

4 — Enfim, o caminho marítimo do Oriente

4.1 — *O círculo completo, graças às informações de Pêro da Covilhã e Bartolomeu Dias.* — As viagens por terra ao Preste João e à Índia constituem um dos episódios suprimidos das crónicas portuguesas, por causa da política do sigilo de D. João II, conforme se expressa o Dr. Jaime Cortesão, naturalmente contraditado pelo Prof. Costa Pimpão (1). Não curamos da controvérsia, porque nos importa mais o facto do que a explicação que não disponha de argumentos satisfatórios. E o facto é que não se conhece crónica quatrocentista que registe o acontecimento e as quinhentistas que dele se ocupam, além de tardias, ou arrancam das notícias colhidas nas primeiras décadas do século XVI, pelo P. Francisco Álvares, do próprio Covilhã (2), ou pouco acrescentam, aliás sem segurança (3).

Deve-se a fontes documentais o que se sabe para além daquela versão. Da Abissínia passara a Roma e daí a Lisboa, um enviado do Preste, no ano de 1452 (4), que decerto não deixou de prestar quaisquer informações desejadas. Por outro lado, relatos de viagens, como de Marco Polo e Nicolo di Conti (5), podem ter reforçado a velha e nebulosa notícia que, por seu intermédio e de outras fontes, toda a Europa culta conhecia. Os conhecimentos obtidos por estes e outros meios forneceu o condicionalismo preciso para a viagem, em sentido contrário, que teve início a 7 de Maio de 1487. Neste dia partiram em busca do Preste João, para a Etiópia, como pensa o conde de Ficalho, ou para lugar incerto da Índia, conforme julgam Damião de Góis e outros, os dois portugueses — Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã. Como quer que seja, dela deriva, não só a primeira notícia verdadeira da Abissínia, difundida na Europa pela

---

(1) J. Cortesão — *Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos*, pp. 45 e segs.; id. — *A política de sigilo nos Descobrimentos*, pp. 51, 106 e segs.; A. J. da Costa Pimpão — *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, p. 218.

(2) Francisco Álvares — *Verdadeira informação das terras do Preste Joam*, Lisboa, 1540.

(3) Gaspar Correia, por exemplo, cujas *Lendas da Índia* ficaram inéditas até ao século XIX. João de Barros e Castanheda, que dedicam algumas páginas a esta viagem, apenas foram editadas nos primeiros anos da segunda metade do século XVI.

(4) Pedro de Azevedo — *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2.º, p. 342.

(5) Conde de Ficalho — *Viagens de Pedro da Covilhan*, p. 62.

Imprensa, como veremos a seu tempo, mas, sobretudo, uma linha de força, que satisfaz plenamente os planos políticos bem determinados de D. João II e influenciou, decisivamente, no conhecimento do autêntico Oriente.

Enquanto Veneza continuava a receber as especiarias que o Turco transportava até aos portos mediterrânicos, Pêro da Covilhã deslocava-se, com incríveis dificuldades, até à fonte de onde elas provinham, visitando Calecute, Goa, e passando daí até Sofala, já em missão diferente — a da circum-navegabilidade de África. Conseguiu, assim, desempenhar-se cabalmente de três missões, tendo mesmo ensejo, segundo se crê, de enviar cuidadoso relatório a D. João II, acerca das duas últimas (1). Da primeira, isto é, da visita à terra do Preste João, é que não pôde encontrar portador seguro, até à chegada de Francisco Álvares (1520).

O relato da difícil peregrinação confiou-o, mais tarde, a este sacerdote. Em Espanha passaram por Valença e Barcelona, daí para Nápoles, Rodes e Alexandria, primeira terra de maometanos, onde ambos adoeceram e os mouros lhes tomaram a carregação de mel adquirido em Rodes, como meio comprovativo da sua qualidade de mercadores. Uma vez refeitos da saúde, seguiram para o Cairo, sendo fácil incluir-se em qualquer caravana que os levou a Tôr (*Toro* dos portugueses), para aí embarcarem, em rota pelo mar Vermelho, até Aden. Aqui se separaram os dois viajantes. Afonso de Paiva procurou meios de penetrar na Etiópia e Pêro da Covilhã tomou barco que o conduziu ao porto de Dely, que, num futuro próximo, havia de ser sempre a primeira escala das nossas esquadras, na península indostânica. Daí passou para Cananor, porto de certa importância, por onde se efectuavam as transacções comerciais do reino do interior (Bijayanagara, ou Narsinga). Já nesse tempo, porém, ocupava lugar de relevo o porto de Calecute, que não ficava muito longe. Os mercadores mouros haviam tomado assento na cidade e por lá faziam circular todo o comércio oriental que se destinava às regiões ocidentais, nomeadamente à Europa — canela de Ceilão; pau de aloés de Sião; cânfora de Bornéu; laca do Peru; noz de Banda; cravo das Molucas. Demais, aí mesmo crescia profusamente a cobiçada pimenta.

Fora enviado a essas regiões, para observar tudo com pormenor e não deixou, certamente, de aproveitar o êxito da viagem. Terá tido oportunidade de atentar na condição social dos seus habitantes e experimen-

(1) Delas nos ficaram ecos, nos *Anais* de Malipiero, a que nos referimos mais adiante.

tado a mesma sensação de deslumbramento que as primeiras esquadras portuguesas, cerca de uma dezena de anos mais tarde, hão-de sentir (1).

Segundo o conde de Ficalho, Covilhã pode ter estado em Calecute nos últimos meses de 1488 e navegado para Goa, no decurso de Fevereiro seguinte. Daí se dirigiu para Ormuz, escoadouro das mercadorias orientais, que não transitavam por Aden. Ficava, deste modo, completa a primeira escala da sua missão — chegar até à fonte do comércio das especiarias. Faltava, no entanto, realizar um segundo ponto, igualmente fundamental — estabelecer o elo de ligação, por mar, com o continente africano, até encontrar os nautas lusitanos. A passagem desses mares orientais com aquele que os seus compatriotas sulcavam pela costa de África abaixo fora largamente discutida, na sua presença, entre os Doutores Calçadilha, Mestre Rodrigo e Mestre Moisés, em casa de Pedro de Alcáçova (2). Importava, pois, prosseguir a viagem.

Em Ormuz embarcou na companhia de mercadores muçulmanos, que frequentavam os portos da África oriental, até Sofala — Mogadoxo, Melinde, Mombaça, Quíloa, onde, aliás, já muitos se haviam estabelecido. O conde de Ficalho calcula que esta parte da viagem terá decorrido de Outubro de 1489 a Março de 1490 (3), sendo natural que fizesse escala pela ilha de Moçambique. Muito provàvelmente voltou logo na monção do sudoeste de Maio e Junho, tornando-se possível estar no Cairo por fins de 1490 ou princípios de 1491, se é que não teve de permanecer por aquelas paragens até à monção seguinte, quer dizer, um ano depois (4).

Do Cairo, antes de iniciar viagem para a Abissínia, em substituição de Afonso de Paiva, que falecera, Pêro da Covilhã, como dissemos, escreveu a D. João II, contando-lhe o que viu e ouviu em Cananor, Calecute, Goa, Aden e Ormuz, e daqui, até Sofala. Desconhece-se o teor completo da missiva, mas sabe-se, por sua própria confissão, que prestou essa conta ao rei, sendo, pois, lícito concluir, com o conde de Ficalho, que a carta continha, em substância, o roteiro da viagem que esclarecia a localização

---

(1) Ver Conde de Ficalho — *Viagens de Pedro da Covilhan,* pp. 88-89.

(2) Conde de Ficalho — *o. c.,* p. 92; Jaime Cortesão — *A política do sigilo,* p. 114.

(3) Id., *ibd.,* p. 101.

(4) Sobre as navegações dos muçulmanos nesta costa, ver Hugh Tracey — *Vias comerciais árabes de Sofala ao Monomotapa antes do estabelecimento dos Portugueses,* in *Moçambique — Documentário Trimestral,* n.º 26 (Abril-Junho de 1941), pp. 33-35; D. Peres — *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circum-navegação da África Austral por Bartolomeu Dias,* pp. 17-27.

do comércio das especiarias e os caminhos possíveis para as transportar até à Europa — os velhos e consabidos itinerários pelo golfo Pérsico, a partir de Ormuz, e pelo mar Vermelho, desde Aden, e o novo caminho, que o monarca português buscava, pela circum-navegação de África. Referiu-se, decerto, aos costumes dos povos visitados, tendo inscrito novos topónimos na carta de marear que levava, anotando condições de navegação e movimento comercial (1). Não é hoje possível saber apodìcticamente se D. João II recebeu ou não a carta de Pêro da Covilhã, mas a sucessão dos acontecimentos, coroada com o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, faz crer que o Príncipe Perfeito se serviu dela, na preparação deste empreendimento. A Europa é que continuou a ignorar esta fonte de notícias orientais, de que apenas terá conhecimento depois de os Portugueses dominarem a rota do cabo da Boa Esperança.

Concomitantemente, e com o propósito de fechar o círculo noticioso por viagem marítima através das costas africanas, partiu no mesmo ano a expedição de Bartolomeu Dias (2). Também se perdeu o relatório e o *Diário* de bordo, que era costume acompanhar os navegantes, que na volta os apresentavam àquele que os enviara, bem como a *Carta* onde devia ter lançado o traçado das costas e todos os acidentes geográficos dignos de nota (3). Por outro lado, os cronistas, como já assinalámos, referem-se-lhe com deficiência e algumas contradições. Deste modo, até para se determinarem as datas da partida e da chegada há necessidade de se recorrer aos apontamentos de Cristóvão Colombo, nas obras *Imago-Mundi*, de Pedro d'Ailly, e *Historia ubique gestarum*, de Pio II, e a outros elementos muito diversos das Crónicas. Com efeito, enquanto João de Barros escreveu que Dias saiu no fim de Agosto de 1486 e regressou, depois de 16 meses e 17 dias, em Dezembro de 1487 (4), Duarte Pacheco Pereira, que, segundo Barros, veio com ele a partir da ilha do Príncipe, aponta o ano de 1488 como o da descoberta do cabo da Boa Esperança, perpetuada

---

(1) Conde de Ficalho — o. *c.*, p. 108. Por falta de documentos escritos, este autor nem admite várias ampliações que se lêem nalgumas obras, mesmo do século XVI, nem aceita a informação bibliográfica de uma *Relação da viagem* do próprio Covilhã, transmitida por Barbosa Machado e Nicolau António (o. *c.*, p. 112, nota).

(2) Já se pretendeu tirar a Bartolomeu Dias a glória da prioridade que comummente se lhe atribui. Ver, a este respeito. Damião Peres — *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável*, cit.

(3) A. Fontoura da Costa — *Bartolomeu Dias e a passagem do Sueste*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, p. 380.

(4) Barros — *Déc. I*, pp. 91 e 94.

com o padrão de S. Gregório (1). As aludidas fontes permitiram, porém, a Henrique Lopes de Mendonça (2) e a Ravenstein (3) rectificar essas datas, respectivamente: para fim de Julho ou princípio de Agosto de 1487, a partida; para Dezembro de 1488, o regresso, depois dos 16 meses e 17 dias de viagem.

O motivo da pouca divulgação do feito de Bartolomeu Dias deve assentar na circunstância que a Duarte Pacheco Pereira serviu para elogiar D. João II: «E tanto mor louvor lhe devemos dar, quanto menos proveito, em tamanha região por ele descoberta, se soube». Naquela costa, o monarca não houve «nenhuma utilidade, como de feito não há» (4). Como não se juntaram lucros, a expedição não retumbou, apesar de, como o mesmo Pacheco Pereira advertiu, «ficar um largo caminho aberto pera se descobrir a Índia». Mas ainda não era o caminho integral: não se trouxera ouro nem especiarias. E esta, como a viagem de Pêro da Covilhã, não obstante fecharem o círculo das duas direcções de um mesmo caminho, não logrou entusiasmar ninguém, fora da esfera do rei (5), a não ser os cartógrafos, neste caso, Martellus, que solicitamente andavam empenhados, ora um ora outro, em recolher os resultados das expedições portuguesas. O próprio Cristóvão Colombo, que soube a notícia de quem assistiu à narração de Bartolomeu Dias na presença do monarca, anota o facto sem entusiasmo (6).

---

(1) Sobre a história deste padrão, ver D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 227, que reproduz o que dele resta e fornece a principal bibliografia.

(2) H. Lopes de Mendonça — *Bartolomeu Dias e a rota da Índia*, Lisboa, 1898.

(3) Ravenstein — *The voyage of Diogo Cão, and Bartholomeu Dias*, in *The Geographical Journal*, vol. XVI, Dezembro de 1900, pp. 625-665.

(4) Duarte Pacheco Pereira — *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 189.

(5) Sobre as ideias de D. João II a este respeito, veja-se, por exemplo, A. Fontoura da Costa — *O Plano das Índias*, p. 49, e A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, pp. 297-322.

(6) Eis o trecho: «Nota que neste ano de 88, no mês de Dezembro, regressou a Lisboa Bartolomeu Dias, capitão de três caravelas que o serenissimo rei de Portugal enviara à Guiné, para descobrir terras, o qual contou ao próprio sereníssimo rei, estando eu presente, como navegou 600 léguas além do já navegado — 450 para sul e 250 para norte — até ao promontório que denominou cabo da Boa Esperança e nós supomos ser o Agesimba (Terra Austral). Por meio do astrolábio averiguou encontrar-se em 45° abaixo do equador e distar 3100 léguas de Lisboa. Tracejou toda a viagem e anotou-a, légua por légua, numa carta de navegar, para a tornar evidente aos olhos do sereníssimo rei (...)». — J. Cortesão junta o excesso do valor do grau e das distâncias, para concluir que é lícito supor que «esta divulgação de latitudes erradas representasse uma manobra

No fim de contas, não passava de mais um episódio no prosseguimento pela costa de África adiante. A viagem de Covilhã, como frisámos, ficou secreta, e apenas se conhece devido a fortuito encontro deste com o P. Francisco Álvares. Aos olhos dos de fora, não aparecia o traçado do projecto do caminho marítimo para a Índia, que determinara as duas viagens; ou, se alguém o conhecia, não acreditava, certamente, no seu bom êxito, sobretudo em Castela, depois que Colombo atingiu a «Índia». Foi com este ânimo que os Reis Católicos negociaram o Tratado de Tordesilhas — a Índia era sua e nas cláusulas do contrato não ficava autorizado o rei português senão à descoberta de terras ignotas, excluídas, portanto, a Índia, a Pérsia e a Arábia (1).

4.2 — *O roteiro de Álvaro Velho e as informações orais de Gaspar da Gama.* — Os portugueses embarcados pelo mar-oceano fora sentiram profundamente o êxito da viagem e admiraram as belezas exóticas que tinham na sua frente, não deixando de transmitir, cada qual conforme a sua formação, tudo quanto viram e ouviram. Nem todos os escritos, porém, se salvaram. Sabe-se, por exemplo, que o clérigo João Figueira, que acompanhou Vasco da Gama, fixou os sucessos desta expedição, porque Gaspar Correia se serviu de fragmentos do manuscrito que hoje se considera completamente perdido. Os capitães chegaram mesmo a dar instruções aos pilotos para que «vissem bem as terras e mostras que faziam e perguntassem aos pilotos mouros todo que vissem, e o escrevessem mui meudamente, e mormente as mostras que fizessem as terras, já quando ficassem por popa, porque aquella era a vista e conhecença per que serião conhecidas dos que viessem do reyno correndo a costa; e os lugares e rios, os nomes de tudo: o que os pilotos fizerão, com muyto cuydado» (2).

O P. João Figueira apenas terá escrito a viagem de ida, mas os pilotos completaram os dois percursos. De todos eles se ignora hoje o paradeiro,

---

sigilosa de D. João II», para fazer acreditar a Colombo «que o caminho pelo périplo da África era mais longo do que é na realidade». (J. Cortesão — *A política do sigilo nos Descobrimentos*, p. 50). O texto latino de Colombo está publicado na *Raccolta Colombiana*, parte I, vol. II, pp. 376-377, donde o vertemos. Cortesão, o. *c.*, p. 48, também o traduz, sensivelmente da mesma forma; Luís de Albuquerque transcreve o trecho latino e em nota apresenta nova versão portuguesa (*Os Guias Náuticos*, p. 62).

(1) Ver texto da posição castelhana perante a descoberta do caminho marítimo para a Índia, em J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, II, pp. 61-62.

(2) Gaspar Correia — *Lendas*, I, p. 134.

tendo escapado apenas o *Roteiro* ou *Diário da viagem,* redigido por um dos tripulantes da nau *S. Rafael,* de que era comandante Paulo da Gama e piloto João Coimbra. Atribuiu-se a Álvaro Velho, que seria apenas soldado, um tanto aventureiro, dotado de alguma cultura, mas que mal reparava nos pormenores náuticos (1). O seu conteúdo, porém, apesar de rico em notícias sobre os povos da África e da Índia, não cabe neste lugar, visto que apenas no século XIX foi encontrado em Portugal (2), e não há menção de ser conhecido nos séculos XV ou XVI, excepto por Fernão Lopes de Castanheda (já meado o século XVI), que dele se serve, quase passo por passo, na descrição da viagem de Vasco da Gama (3). Mas nem por isso a notícia da viagem deixou de passar ao estrangeiro, como veremos quase no fim do capítulo, ao tratar de Girolamo Sernigi.

Apesar da problemática divulgação que o Roteiro possa ter alcançado, não deixaremos de fazer referência ao apêndice geográfico-comercial que o acompanha, possìvelmente o resultado da informação de Gaspar da Índia ou da Gama — judeu de Alexandria que, desde muito novo, residia em Calecute e se dizia conhecedor profundo de todo o Oriente. A confirmar-se esta hipótese (4), é natural que a informação fosse conhecida, mesmo desligada do Roteiro. Muito naturalmente, alguém escreveu o que o judeu-cristão narrava, da mesma forma que dele se aproveitou, como veremos, Girolamo Sernigi em Lisboa e Américo Vespúcio ainda em Cabo Verde.

Nesse texto descreveram-se sumàriamente os «reinos que estão de Calecute para a banda do sul e as coisas que em cada reino há e como valem, o que eu soube muito certo de um homem que sabia a nossa fala e havia trinta anos que viera de Alexandria a estas partes». O redactor deste trecho pode ter sido o «mesmo autor» da narração da viagem (5).

Refere a força militar do Samorim de Calecute, as mercadorias que aí carregavam as naus de Meca. Depois, passa a «outro reino», o de

---

(1) Gago Coutinho — in *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* 2.º vol., p. 106.

(2) Ver bibliografia.

(3) *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* I, pp. 1 e segs.; Castanheda — *História,* cit., I, pp. 9 e segs.

(4) Franz Hümmerich, in *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* pp. 239 e segs. — Sobre Gaspar da Gama, além deste autor, *l. c.,* ver A. Fontoura da Costa — *Roteiro,* pp. 171-172. — Texto da relação: naquela edição, I, pp. 121-130, e II, pp. 230-239; nesta, pp. 85-93.

(5) Hümmerich — o. c., p. 231.

Quorongolez (Crangalor), que dista de Calecute «três dias por mar, de bom vento», seguindo para «outros reinos»: de *Coleu* (Coulão), a dez dias de Calecute, «por mar de bom vento»; *de Cael* (Calegrande, de Barros), também a dez dias, por mar; de *Chomandarla* (Coromandel), reino cristão; *Ceilão*, «a qual é uma ilha muito grande», que fica a oito dias de Calecute, «por mar de bom vento»; *Camatarra* (reino de Samatra), a trinta dias de bom vento; *Xarnauz* (Bornéu ou Sião?), a cinquenta; *Tenacar* (Tenasserim), a quarenta; *Bengala*, também a quarenta, como *Malaca;* a trinta, *Pegu*, pertencendo-lhe umas ilhas que distam quatro dias de terra firme; *Conimata* (Comar, no Cambodja), a cinquenta, tal como *Pater* (Patani, perto do Sião).

De todos revela a importância comercial: de Ceilão — «aqui há toda a canela fina que há em esta Índia»; Quorongolez — «aqui há muita pimenta e vale aqui uma farazala nove fanões e em Calecute vale catorze»; Chomandarla: «aqui há muita laca»; Coleu: «em esta terra há muito pano de algodão»; Cael: «aqui há muitas pérolas»; Malaca: «daqui vai todo o cravo (...), noz-moscada», «e há aí muitas porcelanas e muita seda e muito estanho»; Pegu: «aqui há todo o almíscar do mundo»; Conimata: «nesta terra há muitas pedras safiras e muito brasil».

Merece-lhe especial atenção, além de breves notas sobre o potencial bélico em homens, de cada rei, o modo como os elefantes pelejam e como são caçados e domados, terminando com um preçário das especiarias.

Este tema vai aparecer consecutivamente em todos os escritos sobre a terra do Oriente e os seus produtos, quer de portugueses quer de estrangeiros, agora apenas em embrião, depois muito mais desenvolvido, por quem andou de propósito a reunir notícias no próprio local.

No conjunto deste roteiro e apêndice há ainda a notar um vocabulário malaio («Esta é a linguagem de Calecute»), o malaialim, segundo Ravenstein e Hümmerich, que pensam ter sido fornecido a Vasco da Gama, na viagem de regresso, pelos homens que tomou em Calecute, mas nada impede que pertença ao mesmo Gaspar da Gama. Dir-se-ia um vocabulário de bolso, com os termos mais frequentes — como *verbos no infinito:* falar, tirar, beber, comer, andar, cair, dormir, atirar com o arco, atirar com pedras, morder, olhar, ouvir, bater, lançar, abraçar, chorar, alevantar, bailar, cantar; ou *verbos nas flexões mais usuais,* como: vai-te, vem cá, cala-te, levanta-te, vamo-nos, ouves, tira-lhe, alarga, dá-me, não quero; *termos relacionados com a marinharia,* como: mar, terra, água, corda, mastro, nau, barco, remo, verga, gávea, bombarda, âncora, agulha,

bandeiras, adriça; *vocábulos sobre o tempo e a orientação:* noite, dia, vento, chuva, leste, oeste, norte, sul, céu, lua, sol; *termos relacionados com o homem:* cabeça, testa, pescoço, língua, orelhas, olhos, nariz, braços, estômago, mamas, peitos, pernas, mãos, dedos, homem, mulher, moço, menino, cabelo, barba, doido, sisudo, manco, cego, ferida, pelote, calça, barrete, espada, adarga, arco, flecha; *outros seres vivos:* pescada, lagosta, papagaio, pombas, cão, cadela. Termina com 16 nomes de pessoas que não têm correspondente em português (1).

A curiosidade era deliciosa e merecia, tal como o Roteiro, ter sido espalhado nos meios cultos. Foi o primeiro vocabulário português-malaialim e, porventura, a primeira correspondência fixada por escrito, entre um idioma europeu e uma língua oriental.

Do autor do Roteiro é ainda uma descrição da costa sul do rio Gâmbia, fruto da estadia de oito anos, em que Álvaro Velho permaneceu na costa da Guiné, possìvelmente de 1499 a 1507, em que Valentim Fernandes a salvou, enviando-a, como veremos a seu tempo, para a Alemanha.

4.3 — *Cartas de el-rei D. Manuel aos reis de Castela e ao Cardeal Protector.* — D. Manuel, talvez mais que ninguém, exteriorizou a alegria que lhe inundava o íntimo, ao saber que a esquadra de Vasco da Gama finalmente atingira a tão almejada Índia. A recepção, primeiro em Belém e depois em Lisboa, foi estrondosa, sem faltarem corridas de «touros, canas, momos e outras festas em que el-rei quis mostrar o grande contentamento». Aos títulos que os seus últimos antecessores usavam, juntou os de Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Pérsia e Índia, cumulando Vasco da Gama e os irmãos, de distinções e proventos (2). Para maior publicidade, fez gravar aqueles mesmos dizeres na moeda de ouro que mandou cunhar, a que se deu o nome de *português* (3). Comunicou a boa nova a «todalas cidades e vilas notáveis do Reyno», salientando «os grandes trabalhos» que a pequena frota havia passado

---

(1) *Roteiro,* edição cit., pp. 96-99, e em *Diário da viagem,* II, pp. 185 e segs. — Ver, nesta última obra, pp. 191-230, o belo estudo de Hümmerich sobre cada um dos termos do vocabulário e problemas com ele relacionados.

(2) Barros — *Déc. I,* p. 174.

(3) D. António Caetano de Sousa — *História Genealógica,* IV, p. 100; A. C. Teixeira de Aragão — *Descripção Geral e Histórica das Moedas,* t. 1, pp. 248 e segs.

e «encomendando-lhes que solemnizassem tamanha mercê de Deus», com muitas procissões e «festas espirituais», em acção de graças (1).

De concreto, apenas revelava a régia comunicação, que havia descoberto «a India e outros muytos Regnos e Senhorios a ella comarquãaes, com grandes cidades muy ricas e de gramdes edeficios em que se fas todo o trauto da especearya e pedrarya que passa per naaos grandes que os nossos viram». Aí era a fonte donde essas mercadorias se espalhavam «pello mundo». Além disso, também encontraram «terra em que ha mynas douro em gramde cantidade». De ambos os grupos de matérias, trouxeram «soma, mas não tanta como poderam, por nam levarem tantas mercadoryas nem taaes como pera ysso convynha».

Tal era, em traços sóbrios mas bem significativos, a perspectiva do novo impulso comercial, que se antolhava promissor. A par disso, o rei não esqueceu de frisar o factor evangelização, que desde o início das navegações marítimas caracterizava a expansão lusíada. «Alguuas das quaes cidades acharam de povoaçam de christãaes, os quaes posto que tam confyrmados não sejam nas cousas da nossa samta fee, teem dysposesam pera o serem e em todo guardarem o oservarem della em gramde seu eixallçamento». Dos dois aspectos — o económico e o religioso — que a empresa oferecia, D. Manuel prevê glória para Deus, «honra» e «proveito» para todo o Reino.

Anos mais tarde, como veremos, mandou confeccionar uns *panos*, isto é, tapeçaria «onde se figurassem o descobrimento da Índia, vários costumes d'ella e alguns dos primeiros tempos da sua conquista» (2). O que não tardou a realizar, além de todas estas manifestações públicas, foi a comunicação por escrito às nações europeias com que mantinha mais estreito contacto (3). Também destas missivas régias se perderam os originais, mas ainda se conservam cópias de algumas, das enviadas aos Reis Católicos e ao Cardeal Protector, em Roma, o famigerado cardeal Alpedrinha. Aos primeiros, escreveu a 12 de Julho de 1499, logo após

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 179. A. Iria — *O Descobrimento do caminho marítimo para a Índia participado à Câmara de Tavira pela Carta régia de D. Manuel de 11 de Junho de 1499 (Documento, em cópia do século XVIII, do Cartório daquela Cidade* cujo original se perdeu), Coimbra, 1950.

(2) Teixeira de Aragão — *Vasco da Gama*, pp. 253 e segs.

(3) Id., *ibd.*, p. 45.

a chegada de Nicolau Coelho, na Bérrio (1), e ao segundo, a 28 de Agosto, antes de falar com Vasco da Gama (2), sabendo-se, por esta, que também comunicou o acontecimento ao Sumo Pontífice.

D. Manuel viu claramente a conveniência de divulgar os êxitos alcançados no Oriente contra o Turco, que os monarcas da Europa, do centro e do leste, não conseguiram suster, embora continuasse a ter interesse em não revelar os métodos da arte de navegar, mantendo as proibições de D. João II, que visavam ao monopólio na navegação, e castigando os pilatos trânsfugas ou os venais, que se passavam para os barcos franceses ou espanhóis, ou que vendiam roteiros ou cartas. Desde o Tratado de Tordesilhas que os dois monarcas peninsulares comunicavam entre si, ao Papa e a toda a Europa, os seus êxitos, com o intuito cristalino de proclamarem os seus direitos e assim alcançarem, directa ou indirectamente, a sanção do direito internacional.

Com a notícia das vitórias, seguia, certamente, quando não a pormenorização das terras, pelo menos nomes nunca ouvidos ou topónimos até então mal ou incertamente localizados. Deste modo, excitava-se a curiosidade dos que se interessavam pela geografia física e pela etnografia de povos que a lenda e a ignorância haviam envolvido em formas fantásticas e termos monstruosos.

Venezianos e Muçulmanos aperceberam-se, sem demora da importância do feito, por temerem as consequências económicas e políticas que deles adviriam, mas não quiseram acreditar que a empresa se mantivesse por muito tempo, com a ameaçadora acuidade da primeira hora. Por outro lado, a sensação também não invadiu o campo da publicidade da imprensa

---

(1) Conservam-se duas minutas na Torre do Tombo que, na substância, apenas divergem, por na segunda se incluirem os nomes dos dois Gamas e a palavra pimenta: Colecção de São Vicente, liv. 3, fls. 513-513-v. e 515-515-v. (primeira redacção). Têm sido editadas, por Teixeira de Aragão — o. c., pp. 217-218 (segunda minuta); em *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, pp. 95-96 (segunda redacção); E. do Canto — *Carta de El Rei D. Manuel para os Reis de Castella dando-lhes parte da descoberta da India*, Lisboa, 1906; Jaime Cortesão — *A expedição de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, p. 9; Bragança Pereira, no *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1, Bastorá, 1936, pp. 84-85; Fontoura da Costa — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, pp. 195-197 (as duas minutas); Silva Marques — *Descobrimentos portugueses*, supl. ao 1.º vol., pp. 549-550.

(2) Também se guarda cópia na colecção de São Vicente, liv. 14, fl. 1. — Publicada por Teixeira de Aragão — o. c., pp. 119-120; E. do Canto — o. c., pp. 199-201; A. Baião, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, pp. 336-337; Silva Marques — o. c., pp. 558-562.

nascente, nem parece ter impressionado os geógrafos ou os historiadores. Todos eles continuavam entretidos com a divulgação de obras clássicas ou de notícias das guerras dos soberanos europeus, entre si ou com o Turco.

Nenhum se lembrou de publicar qualquer das cartas expedidas por D. Manuel, mas a notícia correu pelas capitais europeias e decerto se difundiu para fora das cortes.

A missiva que dirigiu aos Reis Católicos servia, afinal, de complemento a uma outra, hoje desconhecida, em que lhes havia comunicado a saída da expedição comandada por Vasco da Gama, e traduzia apenas, como dissemos, a primeira troca de impressões do monarca com um dos capitães da expedição — Nicolau Coelho. «Por hum dos capitaens que a nós a esta cidade ora he chegado, ouvemos que acharão e descobriram a India e outros Regnos e Senhorios a ella comarquãos e entraram e navegaram o mar della, em que acharão grandes cidades e de grandes edificios e ricos e de grandes povoaçoens, nas quaais se faz todo o trauto da especiarya e de pedrarya». Haviam encontrado a origem do comércio oriental e visto o seu movimento a caminho de Meca e Cairo, «dhonde se espalha pelo mundo». A alegria era tão grande que não deixou de revelar, mesmo o propósito de encaminhar esse tráfego para Lisboa, por entendimento «com os naturaes» e «destroyção dos mouros».

Entretanto, chegava ao Tejo a nau *S. Gabriel,* capitaneada por João de Sá, que ainda deixava Vasco da Gama e o irmão Paulo, prostrado por grave doença, em Cabo Verde, e D. Manuel pôde obter mais pormenorizadas notícias sobre a viagem e os países visitados. Sem esperar pelo capitão-mor, que chegou ao Restelo a 29 de Agosto, numa caravela fretada, a 8 de Setembro, escreveu cartas ao Papa e aos cardeais, nomeadamente ao Cardeal Protector, D. Jorge da Costa Alpedrinha.

Como o próprio monarca sublinha, as epístolas do Papa e do Cardeal Protector completavam-se, revelando aquela pormenores de carácter religioso e esta, de preferência, dados comerciais e geográficos. Pela primeira vez (1) emprega o título que inclui os nomes dos seus vastos domínios: *Rey de Portugal e dos algarves, daaquem* e *dalem maar em africa* e *Senhor*

(1) Em carta de Lisboa, de 6 de Setembro de 1498, a Agostinho Barbarico, ainda usa os títulos recebidos de D. João II: «Emanuel Dei gratia *rex Portugaliae et Algarbiorum citra et ultra mare in Africa,* princeps Castellae, Legionum, Aragonum, Siciliae, Granatae *dominusque gineae* (in Marino Sanuto — *Diarii,* vol. 2, col. 334. Mas já em 13 de Agosto de 1500, dirigindo-se ao mesmo, repetia o novo título da carta mandada ao Cardeal Protector (*Ibd.,* vol. 3, col. 862).

da Guinee e da conquista, da navegaçam e comercio de ethiopia, arabia, persia e India. Esta enunciação de extensas regiões, que não revelava sequer um nome novo, continha em si muito saber inédito, ainda nem todo experimentado, mas assente já em bases nunca assim reunidas na Europa, nem pelos Romanos. Os pilotos tinham visto muito e haviam colhido informações de pessoas idóneas, durante os três meses que permaneceram em Calecute. Além disso, traziam consigo uns cinco ou seis indianos, naturais daquela cidade, um mouro de Tunes, «homem bem sabido e avisado», e sobre todos, «huum outro que era judeu e ja guora cristaão». Trata-se, evidentemente, de Gaspar da Índia ou Gaspar da Gama (1). Com justeza, o soberano classifica esta viagem de «investigação e descobrimento».

Durante trinta anos, este judeu vivera na Índia, que, por isso, conhecia «assy esmeuçadamente toda e quanto nella ha e assy todas as terras da cerca e cousas dellas, desde Alexandria pera la e da India pera o sartaão e Tartaria, atee o mar mayor» (Mar Negro?). Nascido em Alexandria, exercera funções de mercador e lapidário. Falava hebraico, caldeu, árabe, alemão e «tambem italiano mesturado com espanhol, tam claro que se entende como hum portugues, nem elle menos os nossos».

D. Manuel revelava aos olhos dos europeus o nome da cidade de Calecute como «principal escapulla de mercadoria da yndia», e alguns pormenores sobre o seu povo. O rei e a maior parte dos vassalos têm-se por cristãos, mas, anota o soberano português, «mais com verdade se devem teer por herejes». Na Índia, o Inverno decorre de Maio a Agosto, com «chuvas infindas e muy grandes e continuas». Durante este tempo observaram que os indianos não têm vinhas e, azeite, apenas o de palma. Viram «pipinos, laranjas, limões e cidras» e «outras fruytas ha la muy desvairadas das nossas». «Carne nem comem, jeeralmente aveendo por mal matala pera ysso».

«Menos pretos que guineus, de huma pretidam sobre o roxo», os indianos tinham «cabellos corredios». No nariz, «e todas outras particulares feiçõees e jeyto de seu rosto, semelhantes de todas aas gentes de ca».

Além do rei de Calecute, souberam haver na Índia mais trinta e oito, «a mayor parte delles christãaos, da mesma maneira de os de qualecut, pouco mais ou menos». Dentre todos, «o mayor dos Reis cristãaos se chama rey de xolmender (Coromandel) e de Narçem» (Narsinga?). Senhor de extensas terras, muito populosas, não lhe faltavam cavalos e

(1) Hümmerich — o. c., pp. 230 e segs.

elefantes e, no mar, grandes frotas com «naaos grandes de mill botas as mayores». A informação, no que toca à localização do cristianismo, era de todo inexacta, pois «hoje sabemos que havia poucos cristãos indianos em Calecute, e que os centros cristãos na Índia eram em Cranganor e Cochim» (1). Sabemo-lo hoje, em boa parte, porque os Portugueses não tardaram a descobrir a verdade, que sucessivamente transmitiam em seus escritos, denominando-os sempre «gentios».

Pelos mares índicos navegavam assìduamente corsários, que dispunham de bombardas e arcos — continua o rei. A notícia mais estritamente geográfica revelava que a tão falada Taprobana era conhecida no Oriente por *Ceilão*. Ficava a 150 léguas de Calecute, distando três dias da terra firme, de que se encontrava separada por mar «muyto baixo e de pouco fundo». Mais pequena do que «se ca cuidava» — e o que cá se cuidava era o que os geógrafos diziam; à sua volta «jazem muy grande numero de Ilhas pequenas, muytas dellas povoadas». Dela se extrai «muita canella e fina, muita pedraria e assy outras preciosas mercadorias».

El-rei exultara com estas notícias e esperava firmemente que todos experimentassem iguais sentimentos, porque estava certo de que o êxito desta empresa redundaria em louvor de Deus, exaltação da Fé, «serviço da See Apostolica e proveito da republica cristãa». Este, aliás, era o âmbito dos empreendimentos marítimos portugueses — a unificação do mundo geográfico, sob o ceptro espiritual da Santa Sé, agregando todas as nações numa *Respublica Christiana*.

Além desta versão «oficial», D. Manuel dispôs-se a mandar um apontamento que, por isso mesmo, parece revestir carácter «particular», para mais reduzido número de leitores. Conserva-se junto à cópia da Carta aos Reis Católicos, uma *Certa enformaçam do mais que na India e provincias dellas ha* (2). Em nota aposta na carta, ainda se lê: «... a Roma, do descobrimento», sugerindo, por isso, António Baião, que terá sido remetida para a cidade dos Papas. Examinando, porém, a letra do calígrafo e a qualidade do papel, observa-se que aquela é igual — na *Certa enformaçam*, na primeira minuta da Carta para os Reis Católicos e na cópia da que seguiu para o Cardeal Protector, sendo apenas diferente a

---

(1) Sydney Welch — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel*, p. 69.

(2) T. T. — Colecção de S. Vicente, vol. 3, fl. 511. — Publicada por A. Baião, na *História da Colonização dos Portugueses do Brasil*, II, p. 337. — Sumariada em *Alguns Documentos de T. T.*, p. 96.

da segunda minuta da primeira destas epístolas. O papel, porém, é igual nas duas minutas e na *Certa enformaçam* (marca de água — mão espalmada) e diverso do da cópia da carta para o cardeal. Poder-se-á, em face deste breve exame, concluir que o documento subsidiário só foi enviado para Castela, ou teremos de admitir que acompanhou as duas cartas, visto no apógrafo que dele se conserva, se ler que se remeteu para Roma? Como quer que seja, a divulgação fez-se, num só ou em dois sentidos. Isto, se não se vier ainda a provar que este documento não passa de simples apontamento preparatório das Cartas, o que se nos afigura pouco provável.

Os produtos recenseados neste papel, mais do que de ordem estritamente comercial, são de utilidade farmacêutica: pau-brasil, lacar, ruibarbo, canafístula, «e todo outro jenoro de necesidade de botica» e, de uma maneira geral, «muyta parte das cousas dela (Índia), que ainda ca non sam praticadas, que sam muy medecynaes». Assinalava «muyta tutya (óxido de zinco) em allgumas cidades».

Desta se transita, — em segundo plano — para as mercadorias da vida ordinária — roupas, louças e géneros alimentícios: «Desta mercadorya e doutros panos que geralmente se vestem as jentes de huma soo provinçia chamada Daabul, pasam cada ano a Meca duas tres naaos carregadas que levam cada huma, desta fazenda, vallya de cem mil ducados (1) de que allgumas mostras nos trouxeram». Essas naus impressionavam pela «delgadeza» e assíduo trato que desenvolviam, sendo, por isso, «de grande istyma e vallia».

Extraem o açúcar, que «nom é da sorte do nosso de caa», «do vinho de palma e também de canas», ficando «assy como farynha». Dão-se lá muitas frutas como as nossas: uvas, peras, maçãs, nozes, figos, amêndoas, romãs, etc., havendo ainda «muito triguo, que se lá chama formento». «Comumente, porém, se gasta arroz, que he em grande abastança; muytos gados vacunas e myudas e em muyta soma, muytas galinhas como as nossas e ainda perdizes».

De artigos de utilidade comum, cita-se: «lyno (lenho) aloes de quatro sortes de fyneza e em muyta soma, procellanas que vem doutras provincias de fora da Yndia a ella venderse e em asaz cantydade, de que os nossos agora nos trouxeram algumas peças e de toda a outra sorte de mercadarya e pedrarya preciosa».

---

(1) Na transcrição de A. Baião lê-se, com manifesto erro: «desta fazenda vallya de ẽ ducados».

Tal como na Carta aos Reis Católicos, sublinhava-se, sem localizar a descoberta de minas de ouro, de que se esperava, com a ajuda de Deus, «muito fruyto».

4.4 — *A Índia velha e a nova Índia, na voz de literatos e comerciantes italianos, com repercussões na viagem de Vasco Gama na Alemanha.* — Poderia a veia poética do já referido Giuliano Dati vibrar ao som do entusiasmo que a viagem de Bartolomeu Dias criara, abrindo, pràticamente, o caminho marítimo para a Índia, mas a sua inspiração é antes impulsionada pelo velho conceito da fabulosa Índia de Marco Polo. O que ele conhecia andava por toda a parte espalhado, em sucessivas repetições sem escrúpulo — região muito rica, de gente sem conto, terra de maravilhas tão notáveis como o seu ouro e as suas especiarias. Lá se localizou o famoso Preste João, que auxiliaria os reis do Ocidente a realizarem a unidade almejada do Mundo, sob o jugo de Cristo. Mas um Preste João inundado de ouro e de outras riquezas, chefe da Igreja e senhor dos povos. Por isso, não admira que «gli Indiani son gran cultor(i) della lege divina, molto fideli et devoti Christiani».

As informações que possui do Preste João e das Índias provêm de fontes não portuguesas, «qualche auctore», seja ele «Strabone» ou as «Croniche» e «anchora el Suplimento» (1), e, por isso, do Indostão conhece a cidade *Malpuria* (Meliapor), que «sta nell'India ch'è en superiore, dov'è una gran chiesa et molto ornata, nella qual'è l'apostolo del Signore, Thomaso (...)». Ele teve conhecimento de embaixadores que chegaram à corte de Eugénio IV, «per ispurgare la sua falsa (e)resia».

Por isso, não nos importa aludir às «molte persone et gente monstruose», nem à «gran quantità de diversi animali, di pesci, di serpenti (...)» e, da mesma forma, pouco interessa fixar que «é fertile el paese loro et sano et è di fructe questo abundantissimo (...)», apesar de situar «questa Ethiopia (...) lontana dal grande Egypto, cinquanta giornate» (2).

A segunda canção baseia-se em fontes da mesma natureza. A Índia é «molto grandissima e abondante di chose mirabile, di giemme preciose ell'è richissima; la giente del paese è molto affabile, d'argiento e d'oro è sempre abondantissima». A primeira começa na Pérsia e vai até ao Indo;

---

(1) Clara alusão a Schedel e a Foresti, de que tratamos nos devidos lugares.

(2) Reeditada por Francis M. Rogers — *The songs of the Indies by Giuliano Dati*, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. IV, Lisboa, 1961, pp. 402-421.

a segunda até ao Ganges, e a terceira «non ha misura e non è scripto el suo termine grande». A mesma bondade de gente e os mesmos monstros: «populi monstruosi vi son tanti», com um olho no peito, enquanto outros, os monóculos, o têm na testa e os de cabeça-cão, para não falar dos hermafroditas, e outros mais.

De passagem aponta «el magnio Plinio», Solino e o «magnio doctor Sant'Agustino». Porém, de outros autores se serviu ainda, que conheciam a Índia tão bem como estes. Uns e outros permitiram-lhe cantar assim:

> Quest'è del India el secondo cantare
> dov'ài compreso cose mostruose;
> se tu se'stato attento ad ascoltare,
> per cierto cose son maravigliose (1).

Coisas por certo maravilhosas, mas que pertenciam a uma era já terminada com as navegações marítimas dos Portugueses, que à Índia haviam chegado, em 1498, através do cabo da Boa Esperança, o que na Europa se soube em 9 ou 10 de Julho do ano seguinte.

Entre os autores bem informados do que se passava em Portugal, merece especial relevo Domenico Malipiero. Escreve, porém, ainda nas vésperas do grande feito do Gama. Desde a juventude, dedicou-se ao comércio e à navegação, *siccome tutti i patrizi a quei tempi,* e deixou uma obra notável — Os *Annali Veneti.* Viajou muito e tomou parte nos conselhos da república de Veneza, sendo-lhe, por isso, relativamente fácil estar em contacto com grande volume de notícias mais relevantes. Começou os Anais no ano de 1457, mas não passou de 1499 (2), tendo também legado muitos outros escritos à literatura da sua república, sobretudo cartas, nos *Diarii* de Sanuto (3).

Interessa-nos particularmente o que sabe sobre o açúcar da Madeira, que, segundo o analista, fez descer o preço dos açúcares de Chipre, Ale-

---

(1) *Ibd.*, pp. 423-438.

(2) Domenico Malipiero — *Annali Veneti dal MCCCCLVII and MD, del Senatore* (...), ordinati e abbreviati da Francesco Longo, in *Archivio Storico Italiano,* t. VII, p. I, Florença, 1843, pp. 1-586; t. VII, *ibd.,* 1844, pp. VII-720. — Ver também *Raccolta Colombiana,* 2.° vol., P. III, p. 4.

(3) *Iscrizioni Veneziane,* vol. I, p. 361; vol. II, p. 275; vol. III, pp. 619 e 699. — Na Biblioteca de Sneyd, de Newcastle, guarda-se um códice que pertenceu a Malipiero (4, 2, 0, 168), que inclui (Lettera 1.ª C. 2) uma carta de Ângelo Trevisano a Domenico Malipiero, de Granada, 21 de Agosto de 1501 (Cf. *Raccolta Colombiana,* P. III, vol. 1, p. 46).

xandria, Sória, Damiata, Sicília, Valença e outros lugares. No ano de 1496 regista como insólito, de quatro anos para cá, o caso de quatro grandes caravelas da ilha da Madeira, carregadas de 4 000 caixas de açúcar. E, desde então, passaram a vir, todos os anos, cinco a seis caravelas com uma carga de 200 a 800 caixas cada uma, inundando por completo os mercados (1).

Com efeito, a produção do açúcar madeirense havia aumentado consideràvelmente, andando nisso empenhado um florentino, o já referido Marchionni, que, em 21 de Agosto de 1498, conseguira ver o seu nome e o de Jerónimo Sernigi incluídos, como excepção, no decreto em que D. Manuel favorecia os mercadores portugueses (2).

A propósito, conta a descoberta e o povoamento da Madeira. Algumas caravelas, no ano de 1450 (3), dirigiam-se de Portugal às Canárias, desgarrando-se uma delas, que, ao cabo de cinco dias, depois de andar 1 500 milhas, encontrou terra pela proa. O arvoredo era de tal forma espesso que se tornou impraticável sair em terra. Recorreram então os nautas ao expediente de atiçar fogo às primeiras filas, sendo-lhes assim possível observar grandes planuras verdes e floridas. Não havia casas, animais, nem homens, mas descobriram vestígios de pessoas humanas e até os cadáveres de quatro homens. Lançaram em terra animais, que levavam no navio e, em poucos dias, tornaram-se numerosos. Andaram nos prados e toparam fontes e algumas canas, que provaram, reparando que se tratava de canemele (canas de mel), produzidas espontâneamente. Daí, voltaram ao local do incêndio, e verificaram que havia nascido erva, ficando cientes, deste modo, da fertilidade da Madeira.

Quando o rei soube do sucedido, mandou povoá-la e entregou aos colonos 50 pares de cavalos, mulas e animais miúdos; *masene, caldiere, maistri di zuccaro (macine, caldaje* e *maestri di zucchero)*, provindo daí a abundância e alta qualidade do açúcar da Madeira (4).

Neste comércio podiam andar as 60 embarcações francesas que, nesse ano de 1496, haviam partido de Portugal, com «mercantie» e uma

---

(1) É interessante comparar estes dados com os aproveitados pelos Profs. Virginia Rau e Jorge de Macedo, do «Livro do almoxarifado dos açuquares das partes do Funchal», da Torre do Tombo, referente ao ano de 1494 *(O açúcar na ilha da Madeira. Análise de um cálculo de produção dos fins do século XV,* in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. v, 1.ª parte, pp. 193 e segs.).

(2) Peragallo — *Cenni in torno alla Colonia Italiana,* p. 40.

(3) Já vimos que a data mais plausível é a de 1419-20.

(4) Malipiero — *Annali,* pp. 630-631.

tripulação de 6 000 homens, aprisionados por uma armada castelhana de 130 velas, quando regressava de Borgonha, de entregar a filha de Isabel e Fernando, que casou com o duque de Borgonha, filho de Maximiliano (1).

De outros anos fixa ainda notícias de menor alcance político, mas que, mesmo assim, convém aproveitar. Malipiero tem conhecimento de que, em 1471, Sisto IV enviou embaixadores às cortes europeias, entre elas Portugal, a impetrar auxílio contra o Turco. No ano de 1485 recolhe o bom agasalho que o rei português proporcionou aos náufragos venezianos, de quatro galeras tomadas pelos franceses, e o envio de Jerónimo Donato a Lisboa, a agradecer o gesto amigo. Em 1486 anota que, junto a Roma, se encontrava um primo-irmão do rei de Portugal, a dar obediência ao Papa. Refere-se à embaixada que D. João II enviou a Inocêncio VIII, em que foram como embaixadores o mordomo-mor, D. Pedro de Noronha, e o letrado Vasco Fernandes de Lucena, de que já falámos.

Finalmente, no ano de 1491, regista a tomada de Granada, depois de referir a informação enviada pelo embaixador veneziano em Roma, Jerónimo Donato, de que o rei português avisara o Papa do desejo de um rei de Calecute se converter ao catolicismo. Cinco frades sacerdotes haviam seguido, com o necessário para celebrarem missa, tendo sido recebidos com muita honra e edificada já uma igreja. O rei indiano tornara-se tão fervoroso que não permitia que a gente miúda recebesse o baptismo, por a julgar indigna.

Em pleno reinado de D. João II, a notícia só se pode referir a viagem por terra — realmente, houve várias, sendo a mais importante a de Pêro da Covilhã, que, no Verão de 1488, se encontrava em Aden e, pouco depois, como vimos, em Calecute. Esta foi, certamente, a ocasião possível de transmissão do desejo do rei desta cidade, se bem que pareça provável que, para haver tempo de chegar a Lisboa e se satisfazer o pedido — se edificar uma igreja, vir a notícia a Portugal e daqui passar a Roma — se tornasse necessário que Pêro da Covilhã enviasse a Lisboa um emissário antes do judeu lamacense José, que João de Barros informa ter trazido cartas do Cairo a D. João II (2).

De certo, da viagem de Covilhã não transpirou mais do que aquilo que o rei quis dizer. Mas não era já sensacional o que desta notícia se apurava — que o rei português entrara em relações com o rei de Calecute,

(1) Id., *ibd.*, p. 476.
(2) Barros — *Déc. I*, p. 96.

donde vinham as especiarias para Veneza, e relações de tal forma sólidas que assentavam na mútua comunhão de ideais religiosos? Os Portugueses acabavam de entrar na Índia, primeiro com o emissário Pêro da Covilhã e depois por meio de cinco sacerdotes, que não deixariam de se relacionar com o seu rei, que os mandara e fornecia o necessário ao seu ministério. A notícia, mesmo assim, não terá alarmado os meios comerciais venezianos, porque não sonhavam com a possibilidade da circum-navegação da África e sentiam forte a aliança com o sultão do Cairo, por onde se escoava para a Europa o comércio do Oriente.

Com o florentino Pietro Vaglienti (c.1440-c.1515) muda, por completo, o ambiente da informação das cousas de Portugal na Itália. Ele aparece mesmo na encruzilhada do sensacional acontecimento que abriu nova época na história da Humanidade. A partir de agora, intensifica-se a curiosidade do que se passava no extremo ocidental da Europa, através do infinito oceano que, havia tanto tempo, os Portugueses teimavam em desvendar. Vai aparecer, alfim, a nova Índia e, sobretudo, um desconhecido caminho para ela, liberto das vistas do Soldão.

Desde 1498, Vaglienti reuniu preciosos textos memoráveis da expansão portuguesa, como a *Crónica do Reino do Congo*, por Rui de Pina, a que já aludimos, cartas de Américo Vespúcio, Bartolomeu Marchionni e outras, acabando a tarefa, quando muito, em 1515, ano em que faleceu (1).

Em 1498 encontrava-se Vagliente na terra natal, ao serviço de Nicolò Sernigi, rico comerciante, que em Lisboa mantinha um agente muito activo — Girolano Sernigi, domiciliado em Lisboa e naturalizado português (2). Por carta de Simone del Verde, de 2 de Janeiro de 1499, se sabe que já então traficava na Guiné (3). Este, pois, assim como lhe mandou, em 1499, uma relação da viagem de Vasco da Gama, pode ter sido o cuidadoso correspondente que lhe conseguiu, em Lisboa, grande parte dos trinta e três textos que formam o códice 1910, da Biblioteca

(1) Sobre a colecção de Vaglienti, ver adiante, cap. v, 5-2.

(2) Ver a carta de cidadão de Lisboa, concedida em 1511, por D. Manuel, em Sousa Viterbo — *A Livraria Real no Reinado de D. Manuel*, p. 72. — Sobre os florentinos neste periodo, ver o capítulo que Próspero Peragallo lhes consagra: *Cenno sui commerci dei fiorentini in oltremare sotto D. Emmanuele di Portogallo*, em *La Bibbia dos Jeronymos*, pp. 19-28.

(3) *Raccolta Colombiana*, P. III, vol. II, p. 82; Próspero Peragallo — *Cenni in torno alla colonia italiana*, p. 67; id. — *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia de Clemente Sernigi*, p. 19; Sydney Welch — *o. c.*, p. 69. Simão, florentino, residia em Espanha e era irmão de Geraldo, que acompanhou Vespúcio, como ele informa na carta de Cabo Verde, de 4-6-1501.

Riccardiana, de Florença, onde hoje se encontra. Voltaremos a referir-nos a este códice, à medida que nos ocuparmos de cada uma das espécies que nos interessam.

Vaglienti era dos que pensavam que os descobrimentos portugueses dependiam de certo aviso de Paolo dal Pozzo Toscanelli a Bartolomeu Marchionni, sobre o trato das especiarias orientais (1), considerando-o, por conseguinte, não sòmente inspirador da descoberta da América, mas o iniciador das viagens de circum-navegação da África! Apesar de Uzielli publicar e aceitar essa infundada opinião, cremos que hoje nenhum historiador que conheça bem a documentação respeitante ao início dos descobrimentos portugueses pode cair no mesmo erro (2).

Veneza estava, pois, atenta aos movimentos portugueses e não se contentava com as prontas informações enviadas de Lisboa. Em 8 de Junho de 1496 foi encarregado de vir a Portugal o embaixador Giacomo Contarini di Antonio, aparentemente a congratular-se com a subida de D. Manuel ao trono, o qual leu a sua relação em Veneza, a 9 de Junho de 1498 (3). E quando estalou a nova da partida de Vasco da Gama e, ainda mais, a da sua próxima chegada, os Doze enviaram a Lisboa, no ano de 1499, o homónimo do famoso viajante Nicolò di Conti, de que nos ocuparemos noutro capítulo (4), para se inteirar, *de visu*, do resultado da viagem do Gama. Havia começado um período de inquietação para os Doze, de que restam bastos vestígios.

Ainda que o diário de bordo e as informações de Gaspar da Gama não tivessem transposto as fronteiras de Portugal, a notícia de tão extraordinário feito não ficou circunscrita à curiosidade do nosso meio. A chegada à Índia foi logo transmitida de Calecute ao Cairo e daí para Veneza, em comunicação estropiada, acentuando-se, em suma, que três caravelas do rei de Portugal, de que «era patron il Colombo» — nome conhecido de alguns que haviam lido a sua carta, como descobridor das Índias — tinham estado em Calecute e Aden. Duas delas, desmantelou-as a fúria das

---

(1) G. Uzielli — *La vita e i tempi di Paolo dal Pozzo Toscanelli*, p. 148, em que transcreve o trecho de Vaglienti.

(2) G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli*, cit., pp. 9 e 14.

(3) *Raccolta Colombiana*, P. III, vol. I, p. 39.

(4) Cremos que se não trata do próprio viajante, como sugere J. de Vasconcelos (Albrecht Dürer, o. *c.*, p. 7), porque esse acabava de ser recebido, nesse mesmo ano, pelo papa Eugénio IV, depois de uma demora de 25 anos pelo Oriente, para onde fora com 20 anos de idade. (Angelo de Gubernatis — *Memoria intorno ai viaggiatori italiani*, p. 14, e p. 9 da *Storia dei viaggiatori italiani*).

correntes, de forma que uma não aguentou conserto. Por isso, «questi marinari portogalexi» viram-se na necessidade de regressarem pelo Cairo. Priuli, que recolheu a notícia no seu diário, não acreditava muito no que constava (1), não sabemos se na proeza lusitana de atingir a Índia por mar, se na necessidade de voltarem pelo velho caminho do mar Vermelho--Cairo-Alexandria-Mediterrâneo.

Efectivamente, algum fundamento havia para a notícia correr mundo. Depois de sair de Angediva, a pequena frota via-se acossada de ventos fortes e correntes impetuosas, durante quatro meses, julgando muitos que se tratava de situação normal naquelas paragens e, por conseguinte, não lobrigavam meio de «passar avante» (2). As doenças levaram trinta homens e deixaram outros tantos em péssimo estado de saúde, de forma que ainda admitiam a hipótese de tornar a Calecute, onde sabiam acoitar-se o mouro inimigo. A breve trecho, a hipótese degenerou em revolta, que Vasco da Gama conseguiu abafar, substituindo os pilotos por ele próprio e demais capitães.

Apesar de tudo, a chegada a Lisboa foi uma realidade e a boa nova sentiu-se, velozmente, na Itália, porque provocou imediata baixa no preço das especiarias, para metade (3). O Rialto, isto é, a bolsa e centro comercial de Veneza, no campo de San Giacomo, ficou alvoroçado, procurando saber notícias concretas do êxito da expedição portuguesa. A esse centro vital da vida veneziana se passou a ir saber novas das embarcações, valor das cargas e data da chegada da mercadoria oriental a Lisboa ou a Antuérpia (4).

Girolamo Sernigi não foi o único, mas caber-lhe-á a glória de primeiro correspondente italiano a comunicar a notícia da expedição gâmica, como julga Próspero Peragallo, não sendo difícil passar de Florença a Veneza.

«Lo ilustrisimo Signore Manouello re di Portoghallo mando a dischoprire nuove terre, 3 navili nuovi, coe (= ciocè) 2 balonieri di 90 tonelli

---

(1) Rinaldo Fulin — *Girolamo Priuli e i suoi Diarii*, p. 115.

(2) Castanheda — *História*, cit., p. 67.

(3) J. Denucé — *Inventaire des Affaitadi*, cit., p. 17.

(4) Sidney Welch — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel*, pp. 345 e segs. — Veneza concentrava toda a vida em três pontos: *Olivolo-Castello* (sede do bispado); *S. Marcos* (pousada do Doge e principais magistrados políticos e local da sumptuosa basílica), e o *Rialto* (Rio Alto), por onde corria a seiva da vida citadina, juntamente com o porto (S. Nicolò di Rialto). (B. Cecchetti — *La vita dei Veneziani fino al secolo XIII*, in *Archivio Veneto*, t. II, Veneza, 1871, p. 69).

caschuno e uno di 50 tonelli e piu una navetta di tonelli cento dieci». — Assim começa Girolamo Sernigi a carta de 10 de Julho de 1499, que a imprensa divulgou, em maior raio de acção, no ano de 1507 (1). Nesse dia chegara uma das naus que haviam saído de Lisboa, precisamente dois anos e um dia antes — a de Nicolau Coelho, o núncio alvissareiro da boa nova. Durante muito tempo foi atribuída a Américo Vespúcio (2), mas a cópia do códice de Vaglienti é bem explícita, a esclarecer que Montalboddo suprimiu e Ramúsio substituiu «Girolamo Sernigi in Lisbona» por «gentilhuomo fiorentino».

Sem indicação do autor, guarda-se a tradução alemã desta epístola no espólio do Dr. Conrad Peutinger, que G. Greiff, no ano de 1861, publicou em Augsburgo, com o título de *Reise des Vasco de Gama, 9 Juli 1497* (3).

---

(1) Chopia duna letera auta da Lisbona delle nuove terre trovate cholle spezierie lanno 1499 a di X di luglio (B. Ricc. Fl., cód. 1910, fls. 61 a 65) — Também se guarda no cód. Sneyd (antigo Soranzo), em Newcastle-on-Tyne (Inglaterra) e no cód. 2112-bis da B. Ricc. Fl. — Publicada por Montalboddo — *Paesi*, cap. 51-59; Ramúsio — *Navigationi*, 1.ª ed., fls. 130-132; Jean Temporal e outras edições e traduções destas obras. Pode ver-se resumo em A. Fontoura da Costa — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, p. 207 (serviu-se do texto de Vaglienti, que leu em Ravenstein — *Journal of the first voyage*, pp. 119-144). As alterações que os colectores introduziram na primeira são de pouca monta. De uma maneira geral, Ramúsio simplifica expressões encomiásticas ou pormenores que não fazem falta, tornando o estilo mais conciso. A Montalboddo devem pertencer as diferenças mais notáveis, como é, logo no início da primeira carta, a tripulação da frota, que o manuscrito de Vaglienti computa em 118 homens e os textos impressos aumentaram para 180. Quase sempre, porém, modifica para poupar espaço.

(2) Assim Francisco Mendo Trigoso: «Em quanto as obras que Américo deixou escritas, consistem, além da presente, em huma carta em que relata a segunda viagem feita por parte de el-Rei de Hespanha, hum *Resumo da nevagação de Vasco da Gama*, (...).» (Introdução à sua edição citada das *Cartas de Américo Vespúcio*, p. IV), Trigoso seguia fielmente A. M. Bandini que, em *Vita e lettere di Amerigo Vespucci*, pp. 87-99, a publicou com este titulo: *Relazione inedita intorno alle spedizione che fece il Re di Portogallo verso Capo di Buona Speranza, ed alla cittá di Calicut. Mandata al Magnifico Lorenzo di Pier Francesco de Medici, da Americo Vespucci.* Humboldt advertiu que Ramúsio imprimiu em 1550 o fragmento, como Relação de um *gentil huomo fiorentino*, que se encontrava em Lisboa no regresso de Vasco da Gama, e Vespúcio estava, nessa data, em Espanha (Humboldt — *Éxamen Critique*, IV, p. 156). Baldelli identificou o *gentil huomo* com Girolamo Sernigi, indicando a transcrição do extracto da carta, no manuscrito 1910, da Riccardiana (F. A. Varnhagen — *Américo Vespúcio*, p. 86). Stanislao Canovai, em 1817, já corrige Bandini (*Viaggi d'Amerigo Vespucci*, pp. 13-14).

(3) *Sechsundzwanzigster Jahres-Bericht des historischen Kreis-Vereins im Regierungsbezilke von Schwaben und Neuburg für das Jahr 1860*, Augsburgo, 1861, pp. 120-128. Devemos a Fr. Leite de Faria, que teve a gentileza de nos facultar as suas fotocópias, o conhecimento deste impresso, o que aqui, mais uma vez, queremos agradecer.

Sobre o mesmo tema, há-de escrever mais duas vezes — uma depois de aportar ao Tejo a nau *S. Gabriel,* em que viajava Gaspar da Gama. A última, de que sòmente se conhece um resumo em alemão, conservou-se nos papéis de Conrad Peutinger, de Augsburgo (1). Como não apresenta interesse geográfico, apenas nos demoraremos com as duas primeiras.

Na de 10 de Julho, Sernigi apavora o leitor, quase nas primeiras linhas, quando anuncia o número de mortos, perto de metade (55), dando a entender que morreram todos de uma doença que começava na boca e descia pela garganta, repercutindo-se, ainda, dos joelhos para baixo. A expedição percorrera 1 800 léguas (2) de costas de várias terras, «fuora aquelo che arrivano sto (questo?) porto chi si chiama il Chavo di Buona Speranza» (3), descoberto no tempo de D. João II. Em seguida passaram pela foz de um rio em que, segundo contaram os negros, sujeitos aos mouros, se apanha ouro sem fim, lá para o interior. Viram amostras, e os negros prometeram ao capitão-mor trazer-lhe grandes quantidades, se esperasse uma lua, «coe un mese». Vasco da Gama não os acreditou ou não quis demorar-se e prosseguiu viagem, até encontrar, após 350 léguas, uma grande cidade murada, povoada de mouros da cor dos indianos, com boas casas de pedra, de estilo mourisco, sendo recebido festivamente pelo rei da terra. Estava em Melinde, à entrada de um golfo povoado de negros e de muitas cidades e castelos de mouros, donde saíram directos a Calecute, numa extensão de cerca de 700 léguas, graças a um piloto que o soberano de Melinde lhe ofereceu. No meio do golfo existe um estreito, que dá para o mar Vermelho, a cuja direita se ergue a casa de Meca, a uns três dias de jornada por terra.

Calecute é cidade maior que Lisboa e residência de cristãos (Ramúsio emendará para «idolatri et una sorte di christiani» e acrescenta-lhes a cor, tirando o adjectivo *bigi,* dos *Paesi:* «bigi, che non sono negri ne bianchi»). Têm igrejas com sinos, mas não sacerdotes, nem cerimónias religiosas. Apenas se vê nelas uma pia de água, como as nossas, de água benta, e uma outra, de bálsamo. De três em três anos baptizam-se num rio que corre perto da cidade. As casas (*Paesi* diz as igrejas, mas Ramúsio, aqui, segue o manuscrito) são de pedra e cal, no estilo mouro, e as ruas «ordinate et direte chome queste» (na Itália — apõem Montalboddo e Ramúsio).

---

(1) Ver resumo em Fontoura da Costa — *o. c.,* p. 207.

(2) Ramúsio traz MCCC (1.º vol., fl. 130).

(3) Ramúsio: «in circa di la dal discoperto, chesi chiama il capo di Buona Speranza».

O rei «si fa servire molto altamente», por «chamerreri e portieri e baroni» («schudieri e chamerieri» — nos *Paesi;* «scudieri, portieri et camerieri» — nas *Navigationi*). Estacionava fora da cidade, num castelo a cerca de seis léguas, mas, logo que soube da chegada do Capitão, veio ao seu encontro com 5 000 pessoas (Montalboddo reduziu-as para 50 e Ramúsio aceitou a modificação, se dela teve consciência). Recebeu-o num luxuoso palácio, recostado em leito baixo, coberto de colcha branca muito fina, guarnecida de ouro, e com baldaquino igualmente rico. As paredes do compartimento estavam cobertas de veludo verde, em baixo, e o resto de damasco de várias cores. Travou-se, naturalmente, o diálogo da curiosidade, interrompido logo após a primeira resposta: — Que andava a procurar? — Era costume entre cristãos, os embaixadores darem conta da sua missão, a sós...

O monarca mandou sair toda a gente e a conversa continuou: Muito tempo havia que o soberano português tinha conhecimento de sua Alteza (Grandeza, nos *Paesi* e nas *Navigationi*) e, por serem ambos cristãos, o de Portugal o mandava visitar, «chome era chostume di chosì farsi, intra e re christiani, luno chol altro». O relator que falou com Sernigi, termina a entrevista, a que não assistiu, com o bom acolhimento subsequente, que pôde presenciar — o Capitão ficou instalado na casa de um mouro muito rico. Este facto serviu ao cronista para passar a este outro tema: «In ella supradetta citta sono infiniti merchatanti mori richissimi e tutti e trafichi sono in nelle loro mani». Estes dois encontros — o do rei de Calecute e o do mouro abastado — resumem a história da presença portuguesa no Oriente: bem recebidos por uns e outros; mas, a breve trecho, perseguidos pelos segundos, com quem travam, a partir dessa data, luta sem quartel. Estes traços caracterizam a informação dos capítulos seguintes, transmitida à Europa, com muito apreço dela.

O narrador ocupa-se, então, da influência dos mouros na cidade. «Anno una moscheta bella nella plaza», e exercem tal influência no rei, que este «é quasi governato per le mani de detti mori». Na cidade encontram-se especiarias de todas as qualidades, como canela, pimenta, cravo, gengibre, incenso, lacar e infinito pau-brasil. Mas estas especiarias não nascem aí, e sim numa ilha (Ramúsio atenuou a incompleta informação com *numa parte*), distante 160 léguas, donde vêm por terra a Calecute, que funciona como armazém *(stapola)*.

A moeda que mais corre é a do soldão de Babilónia (Cairo), serafins de ouro que pesam dois ou três grãos, «mancho del duchato», encontrando-se também alguns ducados venezianos e genoveses, bem como moeda

de prata pequena, que «debbe essere» igualmente do soldão. Nota-se fartura de panos de seda, i.e., veludos de todas as cores, cetins adamascados, tafetá, brocados de ouro, panos escarlates, latão e estanhos lavrados. Crê o epistológrafo que os panos de ouro e de seda (Ramúsio omite as especificações) vêm do Cairo.

Os Portugueses permaneceram na cidade durante três meses, de 21 de Maio (os *Paesi* e as *Navigationes* acrescentam dois dias: di XIX) a 25 de Agosto. Tiveram então ensejo de ver chegar umas 1 500 embarcações de mouros que vinham carregar especiarias, grandes e pequenas. As maiores atingiam 800 tonéis (1 200, segundo os *Paesi;* 200, para Ramúsio...); não têm mastros; são muito fracas; não trazem artilharia e perdem-se muitas. Os barcos que transportam a especiaria, da ilha para Calecute, são pequenos e de fundo chato, de forma a não precisarem de muita água. Alguns não empregam ferro, para poderem passar sobre o ímã (Ramúsio cortou a explicação). Como o porto não consente outra solução, as embarcações que aguardam, vão para seco em terra. Montalboddo e Ramúsio explicam-se: «el mare cresce e sieme ogni VI hore, come di qua, et a le volte sene trova CCCCC et DC, chè gran cosa». (O segundo autor aumenta 600 para 700 navios).

Sobre o preço da canela, informa que um peso, que equivale a 5 de Lisboa (5 cântaros, nos dois textos impressos), custa 10 a 12 ducados, ou serafins, o preço mais alto, sendo menos de metade, na ilha donde parte. O mesmo se digna da pimenta e do cravo, cada um dentro do seu preço. Gengibre e canela valem mais que as restantes especiarias, sendo insignificante o valor da laca.

Para pagamento, só recebem ouro e prata e corais. Dos artigos que pouco apreciam, apenas os panos de linho serão boa mercadoria, pois acontece trocarem aos marinheiros bastante especiaria por uma camisa, apesar de não faltarem panos de linho muito branco e fino, que devem receber do Cairo. Na cidade há alfândega como em nossas terras.

Os Portugueses que agora regressaram, poucas pedras preciosas trouxeram, e de escasso valor — informa Sernigi — porque são lá muito caras, segundo dizem, pois os mouros vendem uma pelo preço de quatro; mas eu creio que foi por não levarem ouro e prata. Consta aliás que o Capitão comprou jóias de valor, com o dinheiro do seu ordenado.

Passa a seguir — tanto no texto manuscrito como nos impressos — a reportar-se ao caminho das especiarias, de Calecute para o mar Vermelho, dando a impressão de acrescentamento de mão alheia, e volta ainda à narração da viagem: «Trovorono nella detta cita di Chalicut»... O que

então conta de mais importante é a presença, nesse porto, de dois em dois anos, de «certi navili di Christiani bianchi» (Ramúsio prefere a fórmula — huomini...) de cabelos compridos como os alemães, mas sem barba, a não ser à volta da boca («intorno alla boccha» ou «tra il naso e la bocca» — em Ramúsio), tal como em Constantinopla os cavaleiros e cortesãos. Os *Paesi* esclarecem (e as *Navigationi* repetem) que esses pêlos se chamam *mustachi* (mostacchi) e, portanto, bigode. Aparecem em terra, armados de couraça e capacete e viseira e com certas armas, trazendo também artilharia nos 20 a 25 navios de quatro remos que aí abordam. Não se sabe quem são; e, acerca do seu comércio, apenas que levam panos de linho muito fino e latão trabalhado, que trocam por especiaria. Serão alemães ou, antes, russos?

Entrando na especificação das produções agro-pecuárias, os *Paesi* alteram o texto manuscrito em pormenores de somenos que não interessa referir. Comem pouco pão, que não é levedado; possuem muito arroz e gado — vacas e bois, de pequena estatura, e fabricam muita manteiga. Abundam laranjas meio doces, limões, melões muito bons e outras infinitas frutas.

Sobre o rei de Calecute, proporciona ainda certas curiosidades que hão-de ser muito repetidas: não come carne nem peixe nem cousa que padeça morte, da mesma forma que os seus barões, cortesãos e homens de bem, porque dizem que Jesus Cristo, na sua lei, estabelece que morra quem mate. O povo, porém, e a gente comum come carne e peixe, que é como o de Portugal — linguado, salmonete, besugo, mas não boi ou vaca, porque os consideram animais sagrados (animale benedetto). Se acontece passarem por caminho onde estejam bois, beijam a mão com que lhes tocam, em sinal de grande humildade. O rei limita-se, desse modo, a comer arroz, leite e manteiga (pão de grão e muitas outras cousas semelhantes — acrescenta a versão de Montalboddo e a de Ramúsio). De igual modo, os seus barões e demais homens de bem. O soberano faz-se servir na mesa, como compete à sua alta dignidade. Bebe vinho de palma por taça de prata, que conserva um pouco afastada, sem a chegar à boca.

Há muitos elefantes que se deixam montar. Quando o rei vai à guerra, a maior parte da sua gente acompanha-o a pé, mas alguns em cima de elefantes. Ele faz-se transportar pelos principais ou nobres da sua corte — ao colo, acrescentam os *Paesi*. Regra geral, as pessoas vestem-se, da cintura para baixo, de panos de algodão e mantêm o dorso nu. Da mesma forma, os cortesãos e homens de bem, que usam panos de seda e de grã, quer dizer, escarlate e outras cores, conforme a sua qualidade.

As mulheres dos homens de bem cobrem o busto de pano de linho muito branco e fino; as demais conservam-no descoberto. Isto, os «christiani», na realidade, os gentios, isto é, os indianos, porque os mouros trajam à sua moda, com aljuba e balandrau.

Depois de tanto falar de curiosidades de Calecute, quis deixar no leitor a noção, quanto possível exacta, da sua posição geográfica, ao menos numa dimensão: «Da questa citta di Chalichut insino a Lisbona sono leche tra mila otocento». Quatro milhas e meia (os *Paesi* e as *Navigationi* tiram a *meia*) cada légua, perfazem 17 100 milhas (Montalboddo também corrigiu o total para 15 200 milhas). Isto, cada viagem, que dura uns 15 a 16 meses.

Sobre os marinheiros «di la», isto é, «e mori», informa que não navegam com o Norte («non vanno ne navigano chon e norte»). Os *Paesi* e as *Navigationi* afirmam que «navigono con la tramontana», quer dizer, o Norte. «É chon certo squadrante di pano» — prossegue o texto manuscrito, que os dois editores emendaram para *legno*. Muitas são as ilhas e os escolhos (Montalboddo, seguido por Ramúsio, concretiza 11 000) que se topam no golfo, perdendo-se fàcilmente quem por elas se meter. Pensa-se (e stimasi), ajunta Sernigi, serem as que começou a encontrar o rei de Castela... Ramúsio omite essa errónea suposição.

Posto isto, quando parecia que havia esgotado as noticias sobre o Oriente, refere que em Calecute existe alguma notícia do Preste João, «ma non molta». Enuncia determinados artigos da fé desses cristãos (em Jesus Cristo e na Virgem Maria «sanza pechato» e no Papa de Roma), para depois insistir na abundância de dentes de elefantes, «nella detta citàa», algodão, açúcar, etc., «e di ga (= já) stimo che tutta la richeza del mondo sia schoperta». Montalboddo reforça: «e che gia altro non si possa discoprire» — «cosi ricco» — esclarece Ramúsio.

Sernigi supõe que o vinho constituirá boa mercadoria, muito do agrado daqueles «christiani» (aqui Ramúsio conserva o termo); acentua que pediam azeite e continua a série de notícias soltas, com alusão à justiça: Quem rouba ou mata, sem perda de tempo é «messo in un palo» ou «impalato», como trazem Montalboddo e Ramúsio, «al modo dé turchi». Elucida ainda que se chama Ceilão *(Ceilon)* a ilha em que se criam as especiarias, que fica a 60 léguas de Calecute (160 segundo os *Paesi* e as *Navigationi*). Aí nasce a melhor canela muito boa. Numa outra nasce a pimenta, reincide Sernigi, pouco esclarecido (Ramúsio suprimiu a informação mas aproveita a seguinte), acrescentando que na terra firme, cerca do termo dessa cidade de Calecute, nasce também canela e pimenta, embora de qualidade inferior à outra. O gengibre produz-se na terra

firme e o cravo muito mais longe. Há muito ruibarbo e outras muitas especiarias.

Por fim, apresenta uma rectificação ao que acima disse a respeito do golfo e, a propósito, recolhe notícias da costa oriental africana. Falou com outro informador que esclareceu ser apenas povoado de mouros brancos na banda de cá na margem do oceano, onde é o porto de Melinde (Montalboddo e Ramúsio omitem este inciso), e não em todo ele. Na parte de lá dessa cidade, é povoado por cristãos indianos, brancos como nós. No litoral, como por toda a terra firme, colhe-se muito grão, carne e fruta, porque a terra onde se ergue esta cidade de Melinde é muito fértil. Daí se transportam para Calecute muitos mantimentos, porque, de uma à outra, são terras arenosas que nada produzem. Os dois textos impressos riscam o vocábulo Melinde, deixando no vago o lugar da importação referida. Neste feixe de notícias apanhou ainda a informação de que apenas vigoram dois ventos por aquelas paragens, reinando sempre o poente no Inverno e o levante no Verão. Fecha a carta com referência à cidade de *Chalinde*, possìvelmente Melinde, mas que Montalboddo interpreta *Chalecut*. Não está cercada de muralhas e tem casas à mourisca. E agora, sim, termina o noticiário, mas com mais uma legenda curta, ainda sobre *Zilon* (Ceilão, de que já falara) «ove nasce la chanella», e há muitas pedras preciosas, sobretudo safiras.

O italiano fora diligente em recolher informações e não as transmitia com acanhamento ou qualquer espécie de coacção. A segunda missiva que lhe tem sido atribuída também foi publicada nos *Paesi* e nas *Navigationi*, mas é diferente da segunda que Vagliente recolheu no códice 1910 da Riccardiana (1). Divergem tanto os dois textos que nos parece terem apenas de comum a fonte de informação, e que, se uma se deve a Sernigi, a outra pertence a um segundo italiano. Para as adaptar uma à outra, conservando a ambas o mesmo autor, havia necessidade de admitir cortes profundos, por vezes injustificados sob o ponto de vista de informação, além de substituições de pormenores e acrescentamentos totalmente novos. Não vamos apresentar o confronto global entre as duas versões; mas estabeleceremos algumas semelhanças e determinadas diferenças.

Esta segunda carta enviada de Lisboa depois do regresso dos primeiros barcos da expedição de Vasco da Gama caracteriza-se, numa e

---

(1) *Paesi*, caps. 60-62; *Navigationi*, p. 131-v-132; Códice 1910, fls. 65-69. A. Fontoura da Costa — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, pp. 205-207, serve-se do texto publicado por Montalboddo, na peugada de Ravenstein.

noutra versão, pelo facto de transmitir notícias *ouvidas* a Gaspar da Índia, que, no baptismo, tomou o nome de Gaspar da Gama; e na de Vaglienti, por novas recebidas, oralmente, também do «moro che fu per piloto da Melinde (...) in sino a Chalichut». Aquele revelou «chose miracholose di quelli paesi e delle gran richexa»; este, «chose miracholose della nuova mina del oro» — muito superior à Mina Velha. A carta manuscrita acentua que o judeu contou as cousas maravilhosas do Oriente ao monarca português, que as mandou escrever.

Temas comuns, entre outros, citações de Plínio; menção à carta anterior, posto que em termos diferentes; às especiarias e pérolas; aos cristãos orientais, embora de modo bastante diverso; aos elefantes, ao Preste João; à ilha da canela, de que Montalboddo cala o nome, que se lê no outro texto — *Silon;* à Taprobana, diversa daquela. Curiosa a alusão a esta última ilha, que aliás confirma a coincidência da mesma fonte. Montalboddo sublinha, como Vaglienti, que dela se ocupa largamente Plínio, e situa-a no «pellago molto da largo ala terra ferma», enquanto o segundo escriba se limita a salientar a falta de notícias: «non vene notizia alchuna che porventura sara piu avanti».

Os limites das terras do Preste João não coincidem nos termos, se bem que, em ambos, se estendam para além do golfo da Arábia, até aos negros da Guiné e ao rei de Melinde. Em Montalboddo também confina com o Egipto do Soldão da Babilónia. Em Vaglienti não se aponta essa fronteira, mas indica-se o nome do rio Nilo, que atravessa as suas terras. Nesta versão acrescenta-se ainda que «non confina co' nesuno Re Christiano», e termina com o traço bem conhecido de que «é grandissimo signore di gran terre e gente».

O judeu aprisionado em frente de Calecute aparece nascido em Alexandria, no texto impresso, e em Jerusalém, no manuscrito. As especiarias, os elefantes, os cristãos, têm maior desenvolvimento nesta última versão. Nesta, indica-se o caminho das especiarias pelo Cairo e salienta-se a convicção de que só com «gran faticha», o Soldão conseguirá impedir a empresa lusitana. Na de Montalboddo apenas se frisa a fragilidade dos barcos do Oriente e finalizam-se as notícias com os títulos que D. Manuel tomou, após a viagem de Vasco da Gama. A mais impressionante diferença reside talvez na crença de que as igrejas sejam de cristãos (na carta manuscrita), em oposição à categórica afirmação dos *Paesi* e *Navigationi,* de que as igrejas são templos gentios e as pinturas, de ídolos e não de Santos. «uesto me pare piu verisimile, che dire che siano christiani». Entre outras diferenças, lembre-se ainda que onde os *Paesi* indicam a

distância da ilha das pérolas à terra firme, por 4 milhas, a carta manuscrita e Ramúsio trazem uma légua.

Da epístola manuscrita vale a pena ainda acentuar que a ilha onde se pescam pérolas fica perto da cidade de Calecute, a 4 milhas da terra firme e não tem água doce, salvo um grande rio na terra firme fronteiriço. Todos os dias vão 300 barcos, que diàriamente fazem três viagens, carregar água ao rio. O judeu informou que pescam pérolas grossíssimas como nozes e como ovos de pomba, e que um rei ofereceu a outro uma cama em cujos pés havia quatro carbúnculos tão grandes que, com o seu esplendor, de noite iluminavam o quarto todo, dispensando outras luzes.

Contou outras curiosidades, de unicórnios e elefantes, destes, por exemplo, o facto, por muitos escritores repetido, de conseguirem arrastar barcos pesados, do mar para terra; explicou as diferenças que existem entre os barcos indianos e os nossos; e pôs em relevo as causas por que a especiaria que vinha de Calecute, onde existia a melhor de todas, chegava muito cara, tanto a Alexandria como já ao Cairo.

As «chose meracholose» transmitida pelo piloto mouro que conduziu a frota, de Melinde a Calecute, restringem-se, na carta, à distância da Mina do Ouro: «lege 300 di qua da Melinde»; à equivalência de preços entre a Mina Velha e a Mina Nova; e à próxima partida de dois barcos para lá, incorporados na frota de mais seis que seguiam para a Índia, em Janeiro. Refere-se claramente à esquadra de Cabral, mas estes planos foram muito modificados.

Já na outra carta lhe dissera, mas agora repete («per laltra ti dissi»), que o golfo que tiveram de atravessar se estende por 700 léguas e que, na banda de lá, habitam cristãos indianos («indiani christiani»), em terra muito produtiva de grãos, frutas e carne e plena de gente. Do lado a seguir a Aden fica a Índia, povoada de mouros. Por aí é o golfo que Plínio denomina da Arábia, seguindo-se um estreito muito estreito por que entram os navios com as especiarias, para um novo golfo, chamado mar de Judá *(Mare di Giuda)*. Aqui passam-nas para pequenos barcos que entram no mar Vermelho, que é pouco fundo, os quais se dirigem a uma cidade do Soldão, onde descarregam, regressando com trigo e outras mercadorias. Não se comparam, porém, este tráfico e estas riquezas com as que circulam naqueles países orientais.

Os ventos que por lá sopram não passam do levante e do poente, havendo três ou quatro meses em que os navios não topam réstia de vento.

Este conjunto de notícias dava-lhe a convicção de que os Portugueses ainda haviam de descobrir a Pérsia. Devia, nesse momento, ter

diante dos olhos o mapa-mundo em que mandava o interlocutor ver a ilha de Ceilão, Calecute e Melinde. É neste passo que indica o nome da ilha da canela, fornecendo, deste modo, o meio de a identificar no mapa. Trata-se, pois, de uma carta remetida com a missiva, qualquer novo esboço, ou mapa antigo, modernizado com os elementos trazidos nesta primeira viagem marítima ao Oriente.

Antes, a propósito da força dos elefantes, referira-se a pormenores dos barcos; agora, explica que se fabricam em Calecute, porque em nenhum outro sítio se encontra madeira nem ferro para a sua construção. E de novo, já que falou da cidade, acrescenta outros elementos para melhor conhecimento do grande empório oriental. Insiste em que é muito maior que Lisboa e revela que nas igrejas se vêem pintados muitos santos com diademas. Por mencionar um facto religioso, lembra-se de informar que «in quelle parte, molte generazioni di gente è la magor parte, gentili, cioè, idolatri, anchora che mori». Há cristãos que se tornam mouros, porque «pocha notizia anno della fede nostra». De cristãos é também aquela geração que costuma meter o corpo dos mortos numa cova, onde o queimam juntamente com as mulheres que aí se lançam vivas, com os melhores trajes e as jóias mais preciosas que possuem. Crêem elas que imediatamente se encontram juntas com os maridos, no outro mundo. A notícia afigurou-se-lhe tão extraordinária que teve o cuidado de frisar: «e questo é certissimo». Vaglienti também exprimiu a sua especial atenção, desenhando pequena mão à margem, com o indicador a apontar este passo.

Aliás, não era só este caso que apresentava certos visos de incrível e, por isso, volta a insistir que «queste chose dindia (...) tutte sono vere», nomeadamente a que mais sensação ia causar na Itália: «Nota chome costoro certamente e sanza alchuno dubio, anno trovato tutte l' espezierie che vengono da Baruti (Beirute) e dal Gasso e d' Alesandria».

Tudo mais que ainda se podia respigar desta carta, que ajudaria a confirmar o estado de espírito, não só goloso de curiosidades, mas estupefacto com a nova via das especiarias, se pode dispensar nesta amostra alvissareira que pôs o Rialto a par do que acontecia no porto de Lisboa. Mas não deixaremos de relevar, ainda, uma frase que, a ser sincera, traduz às mil maravilhas, a compreensão do merecimento que a empresa comportava: «É belisima cosa e merita questo Re di Portogallo da tutta Christianità, chomendazione».

Na epístola impressa, além das adições já relevadas, não se pode omitir a que versa sobre os «strumenti da navigare», não sendo de mais recordar o fecho da carta — os títulos que D. Manuel tomou, a partir

dessa data, de que se não encontram vestígios na manuscrita. Como vimos atrás, o título manuelino aparece, pela primeira vez, na epístola do próprio monarca ao ardeal rotector, de 28 de Agosto, desse ano de 1499, isto é, na véspera da chegada de Vasco da Gama ao Restelo.

«Et appresso afferma (o judeu) che navigano in quelli mari senza busula; ma con certi squadranti di legno, che pare difficil cosa, et maxime quando fa nuvolo, che non possono veder le stelle». Dispõem de âncoras muito pequenas. Os timões dos navios — deles também fala a carta manuscrita — estão ligados com cordas e são maiores que as estrelas *(le stelle)* dos navios, três palmos. Coincide ainda, nesta notícia, no local onde se fabricam e na causa de Calecute ser o único estaleiro. Os pormenores omitidos nesta questão, dada a sua importância, bastavam para permitir a conclusão de que se trata de dois informadores.

Um segundo italiano, um tal Tommaso Detti, de que Peragallo não fala (1), enviou para Itália, em 10 de Agosto de 1499, notícias sobre a viagem de Vasco da Gama, de que se conserva cópia no códice de Vaglienti (2). As informações que remetia eram «notizie di molte chose nuove che anchora non sono a notizia ali uomini (que) sono al mondo».

Detti, como se lê no início da carta, acabava de chegar de Santiago, da Galiza (?), quando arribou a Lisboa um navio da frota de Vasco da Gama («una nave di questo re di Portogallo que fu a dischoprire le spezierie in chonserva di tre altre navi di questo medesimo Re, le qua partinno tutte di chonserva gà sono valichiti 2 anni»).

Haviam descoberto novos países, num percurso de 3 800 a 4 000 léguas, e andado cerca de mil léguas de terras de mouros brancos, costeando a Barberia — «tutta terra di neri» —, «dalla banda di fuori de l' Oceano». Ao cabo da viagem, atingiram uma grande cidade, chamada Calecute, cujo rei, além de poderoso, é cristão, «ma non sono propi christiani», porque se baptizam de três em três anos, sem terem nenhum outro sacramento. Crêem em Cristo e em Nossa Senhora. Nas igrejas há sinos e duas pias, uma de água benta e outra de bálsamo.

Essa cidade é a própria fonte de todas as especiarias, que lhe vêm do Levante, escoando-se, em muitos navios, pelo estreito, pelo mar Ver-

---

(1) Peragallo — *Cenni*, l. c.; F. Leite de Faria confessa que também nada sabe a seu respeito (o. c., p. 69).

(2) B. Ricc. Fl., *Chopia duna 3.ª letera di Lisbona di Guido di meser Tommaso Detti, de di X d' Agosto 1499 di questo medesimo, che e viene a verifichare tutto* (Cód. 1910, fls. 68-70-*v.*).

melho, a partir de Bizidem (Aden), em que passam para barcos pequenos, de 80 a 90 tonéis, «perche navi grosse non possono andare per esso mare Rosso, per esser vi pocho fondo». Desembarcadas numa «terra del Soldano, la qual e in surso mare Rosso», recebem-nas «infinita quantita di chamelli», que as transportam a Damasco e ao Cairo; e a Beirute e Alexandria. Descreve com pormenor o trajecto da viagem e as dificuldades que experimentam.

Toda a pimenta andava, desse modo, «nelle mani del Soldano». Sucedia, no entanto, que era muito melhor a trazida nos barcos portugueses, «piu fresche, chome chosa cholta di pochi». E se el-rei, como se pensava, estabelecesse armazém no porto de Pisa, «per esser la miglore schala d' Italia», bem podiam os Venezianos reduzir-se ao mister de pescadores.

Sobre o caminho percorrido pesava o maior silêncio, porque o rei prometia castigar os inconfidentes, com graves penas. Mas sabia-se que Calecute ficava a mais de 16 mil milhas; que se pensava reduzir a viagem para 16 meses e, até, que na capitaina vinha um homem genovês, então residente em Calecute, que «dara asai lume dongni chosa». Não era genovês, pois se trata simplesmente de Gaspar da Índia ou da Gama. Preparava-se numerosa armada para voltar aos mesmos sítios — Calecute e Nova Mina (Sofala), porque lá tudo era maravilhoso: «uomini grandi e belli no molto lunchi; le done belle; e bel paese». «Dichono questo esser la propia richeza che andavano cerchando»... O capitão-mor ficara em Cabo Verde, «per avere il fratello malatto», mas, com a chegada da primeira nau, já se desfizera o temor que ensombrara a expectativa de todos que, sem saberem notícias durante dois anos, chegaram a julgar perdida a expedição.

Eis, em suma, o que julgamos conveniente recolher da carta de Detti, escrita sem cuidado, ao sabor da emoção das extraordinárias notícias que falavam de inapreciáveis riquezas e sob o impulso de uma viragem radical no comércio das especiarias. A pouca ordem na descrição das notícias verificou-se no último trecho da carta, que transcreve apontamentos que lhe foram dados e de que já se servira. A narrativa passa para pessoa que tomou parte na viagem, o piloto da nau capitânia, aparecendo então a fonte da informação sobre o rei mouro de Chalinde (Melinde), senhor da Mina de Ouro e, decerto, sobre as demais notícias.

Fig. 25 — D. Manuel, em audiência ao clero, em plena autoridade, como se depreende pela legenda, que separa os poderes de Deus, no Céu, do monarca, na terra, figurada normalmente pelo escudo português e pela esfera armilar; e aqui também pela representação da terra e do mar, em cima, e das fainas da pesca e lavoura dos campos e caça. Se o livro que um frade segura e para que um outro aponta, significa decerto a Lei do Império, o livro aberto que o Rei lhes apresenta, seguro por um bispo, isto é, a codificação das Ordenações que diz respeito ao clero. (Do livro II das *Ordenações* Manuelinas, Lisboa, 1514)

Fig. 26 — O imperador Maximiliano, cujo interesse pelos descobrimentos geográficos portugueses, manifesta-se através dos nomes de Martin Béhaim e Jerónimo Münster, e dos termos em que D. Manuel se lhes refere quando, em 12-2-1503, concedia privilégios aos comerciantes alemães: «porque são cidades imperiais do mui Augusto Maximiliano, imperador dos Romanos, nosso mui amado sobrinho»

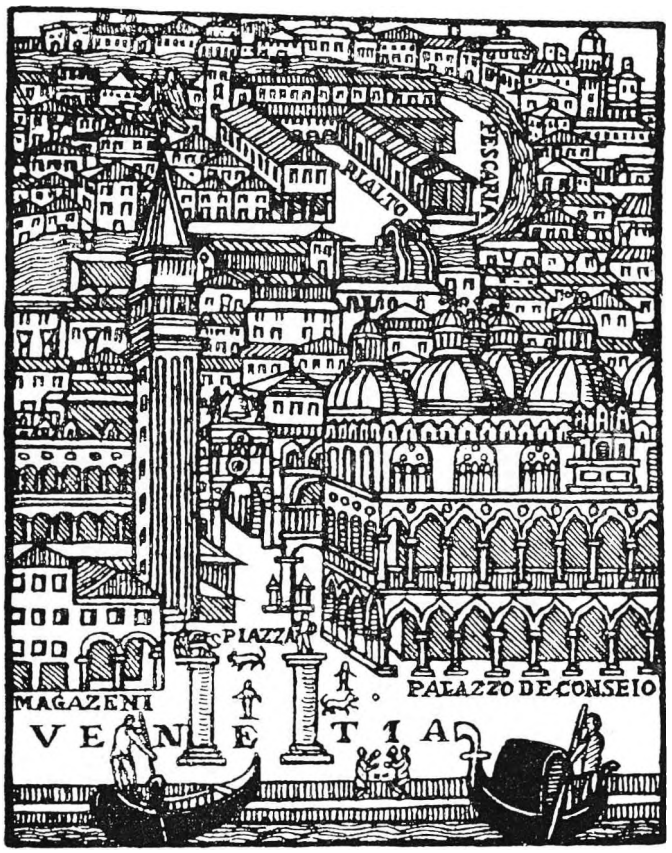


Fig. 27 — Representação da Veneza quinhentista, salientando-se, não só o *Pallazzo de Consejo* e os *Magazeni,* como também o *Rialto*, quer dizer, a Bolsa de Comércio de Veneza. (Gravura do frontispício da edição dos *Paesi*, de Veneza, 1521)

PETRI PASCHALICI VENETI ORATORIS AD HEMANVELEM LVSITANIAE REGEM ORATIO.

Etus hoſpitiũ:mutuiq; amoris ſtudiũ qd' a maioribus acceptũ cũ maieſtate tua Veneto nomini itercedit Rex Se/reniſſime:magnã ſpem attulit Augu/ſtino prĩcipi nr̃o:& uniuerſo Senatui: quũ primũ regni te huius potitũ eſſe cognouimus:fore ut omni tpe tã amicus Venetæ reipub. & eſſe:& uideri uelles:tã omni officioꝝ genere cõiũctus: q̃ quiuis alius Regũ:qui hodie ſunt in terris:aut unq̃ fu/erunt cõiunctiſſimus & amiciſſimus. In quã ſententiam nõ modo nos cõfirmauit:uetus Luſitanoꝝ Regum beni uolentia:uſq; ad hunc diem mutuo inter nos ſanctiſſime conſeruata.ſed uirtus tua in primis:iam longe lateq; per orbẽ terraꝝ cognita ac diuulgata:Q uæ etiã in ſpem ma ximã:præter Venetam ciuitatẽ:omnes Europæ gentes: populos:regna:nationes cõmouet atq; excitauit. Nemo enim fuit:qui ob ea:quæ aſſidua hominũ p̃dicatione de tuis uirtutibus ferebantur:non perſuaſum haberet:breui futurum:ut chriſtiana religio plane intelligeret:datũ ſibi dei optimi maximi munere:unũ ex omni regũ numero: qui uirtute:cõſilio:felicitate:nõ ſolũ rẽ chriſtianã feſſam labantẽq; tueretur:ſed longe etiã lateq; ꝓpagaret:Q uã qdẽ cõmunẽ omniũ de tua uirtute ac ſapientia opinionẽ Rex illuſtriſſime magis ac magis cõfirmauit:& hominũ animis impreſſit:catholicorum ac inuictiſſimoꝝ caſtellæ regũ ſocerũ tuoꝝ p̃ſtantiſſimoꝝ auctoritas atq; iudiciũ: qui certe:niſi tantus eſſes:quãtũ te omnes prædicant:nõ

A

Fig. 28 — Rosto de *Oração* de Pietro Pascuaglio, em louvor de D. Manuel (1501)

Fig. 29 — Rosto do *Livro* de Marco Polo — Bréscia, 1500. Impressa la presente opera per el Venerabile miser pre Batista da Farfengo nella magnifica cità da Bressa adi XX December M.CCCCC (2.ª ed. em veneziano), a 5.ª do *Livro*

Fig. 30 — Frontispício da edição portuguesa do *Livro* de Marco Polo, Lisboa, Valentim Fernandes, 1502, a 6.ª que se conhece

Fig. 31 — *Livro* de Marco Polo. Tradução espanhola, de Rodrigo de Santaella, Sevilha, Lançalao Polono e Jacomo Conberger, 1503 (a 7.ª em toda a Europa)

CAPÍTULO III

Boas novas de um novo mundo e do Oriente, no começo do século XVI (1500-1504) [1]

(1) Embora o século XVI só comece no ano de 1501, incluímos aqui o grande acontecimento do fim do século XV, não só porque abre novas perspectivas ao de Quinhentos e à história da Humanidade, mas porque a sua divulgação já se deu neste período.

1 — Notícias das viagens de Cabral, Cortes-Reais e Vespúcio. Os primeiros textos sobre o Brasil e a Terra Nova

1.1 — *As cartas dos capitães da frota de Pedro Álvares Cabral e, sobretudo, as do escrivão Pêro Vaz de Caminha e Mestre João.* — A transição para novo século coincidiu com a notícia de duas realidades geográficas até então desconhecidas — a descoberta do Brasil e a confirmação da abertura do autêntico caminho marítimo para a Índia, que contrastavam frontalmente com a descoberta colombiana, se bem que esta não deixasse de despertar a curiosidade de muitos, pelo inaudito dos povos e civilizações de que se ia dando publicidade. Tudo isto era um mundo novo de sedução, que transformou bastante da indiferença europeia em cuidadosa investigação policial ou procura jornalística. Não exageramos. O século XVI teve o condão de despertar, ao som clamoroso de novidades ingentes que conseguiram manter atentos, por muitos anos, determinados meios políticos, centros comerciais e círculos de pessoas dadas ao estudo da ciência.

Quando, em Junho de 1500, Gaspar de Lemos, o arauto enviado por Cabral, chegou a Lisboa, «muito prazer» causou «a El-Rei e a todo o Reino», porque nova terra acabava de se descobrir. Mas não houve então júbilo nos meios comerciais, porque ninguém se apercebeu da riqueza do pau-brasil. Nos primeiros contactos, viram florestas densas, de que aproveitaram lenha, e não reconheceram outra árvore mais que as palmeiras, de que colhiam os palmitos. Ao menos, é o que Pêro Vaz de Caminha descreve na carta a el-rei, não aludindo explìcitamente ao pau-brasil. Pode Lemos ter trazido papagaios, que, na verdade, os Portugueses adquiriram: papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e alguns verdes, pequeninos, de carapuças de penas verdes. Caminha avisa o rei de que o capitão lhe há-de enviar certos produtos exóticos, entre os quais nomeia os papagaios. No mapa dito de Cantino (1502), já os papagaios e o pau-brasil aparecem com relevo.

Antes da vinda de Cabral, também os estrangeiros estabelecidos em Lisboa podem ter tido conhecimento, ao menos da descoberta, diversidade

das gentes e beleza dos papagaios, mas não obtiveram conhecimento de nenhuma das cartas remetidas a el-rei. O panorama modificou-se, na verdade, quando chegou o barco que Pedro Álvares Cabral, regressado da Índia, mandou à frente, carregado de mercadorias de Marchionni, Sernegi e D. Álvaro de Bragança. Eram as primícias alvissareiras do novo rumo das especiarias orientais, que, em vez de ficarem reduzidas a sigilos oficiais, convinha espalhar-se por toda a Europa. Quanto aos produtos dentro em breve característicos do Brasil, nem todos os curiosos alcançaram novidades além das que já se sabia. Pelo menos, na carta de Affaitadi de 26 de Junho de 1501, escrita dois dias depois de aportar aquele navio, nada se comunicava sobre as novidades de Vera Cruz. Apenas em 27 de Julho, Crético envia escassos esclarecimentos sobre a extensa terra dos papagaios.

Pròpriamente, a informação portuguesa, como é natural, mantinha-se dentro da discrição que o caso requeria. A maior publicidade para o exterior, veio a ser feita, uma vez mais, por meio dos estrangeiros (1), que contactaram com as tripulações em Lisboa. Muito antes, porém, estava el-rei suficientemente informado. Todos os capitães lhe haviam escrito pela caravela de Gaspar de Lemos, como esclarece Pêro Vaz de Caminha. Mas hoje só se conhece a carta deste escrivão e a do físico Mestre João (2).

Como bem frisou Jaime Cortesão, a Carta de Caminha distingue-se profundamente do apontamento, frio e sem cor, do escrivão de bordo que lança no papel ou diário de bordo os elementos cronológicos e de avaliação numérica. Caminha é um clássico, considerando o termo como padrão da Humanidade, de que se colhe a lição da equilibrada pureza de gosto, de sabor humanista. De não menor importância, certamente, encerra ainda

---

(1) Este facto permitiu a Marcondes de Sousa vincar que se não deve aos «cronistas quinhentistas portugueses a prioridade da divulgação da noticia do descobrimento da Terra de Santa Cruz». Para o critico, por divulgação entende-se apenas a difusão para o estrangeiro. (T. O. Marcondes de Sousa — *A divulgação pela imprensa da notícia do descobrimento do Brasil*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 58 (1964), pp. 389-404).

(2) Publicadas em muitas oportunidades, sempre com diferenças de leitura, por exemplo, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, por Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, 1943, Lisboa, 1967. *Os sete únicos documentos*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1940, *ibd.*, 1968. — A este respeito, ver António Alberto de Andrade — *As incorrecções da Carta de Pero Vaz de Caminha*, in *Studia*, Lisboa, 1970, n.ºs 30-31, pp. 57-69. Sobre a carta e o autor, recolhe copiosa bibliografia Manuel de Sousa Pinto — *Pero Vaz de Caminha e a carta do «Achamento» do Brasil*, Lisboa, 1934.

o mérito de ser um testemunho vivo e directo do acontecimento histórico que narra (1).

Não consta que o texto da carta haja transpirado, sequer, para fora da Corte. Ficamos, pois, em presença de mais um notável documento que importava ter-se escrito e precedeu o *Mundus Novus* de Vespúcio na minúcia da narração dos costumes autóctones, mas não alcançou a divulgação que a importância do facto em si postulava. Foi dada à imprensa, pela primeira vez, no Rio de Janeiro em 1817, na *Corografia Brasílica,* do P.e Manuel Aires de Casal, durante a estada da Corte no Brasil (2). Até aí, dormira sossegadamente e sem dar sinal de si, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Que os próprios cronistas a desconheceram, infere-se do facto de darem o descobrimento do Brasil como ocorrido em 24 de Abril, quando de facto foi em 22.

Se se lhe tivesse dado publicidade no século XVI, o êxito que lhe estava destinado não excederia apenas o interesse que despertou desde o século passado, mas ultrapassaria muito o que obtiveram as epístolas de Américo Vespúcio. Poderia então acontecer que o geógrafo que propôs, para o novo mundo, o nome de Vespúcio, o tivesse baptizado com o de Cabral.

A carta espalha notícias fascinantes que, transmitidas mais tarde por outros escritores, hão-de suscitar um movimento de entusiasmo pela terra dos papagaios e do pau-brasil. Sob o aspecto de geografia, Pêro Vaz de Caminha informa que, depois de avistarem ilhas das Canárias, seguiram, «de longo», pelo mar, isto é, navegaram *sem voltas,* como sucedia nas proximidades do golfo da Guiné, *a direito,* numa grande extensão, conforme interpretação de Jaime Cortesão (3), ou por este «mar de longo», como se lê no texto, até que toparam alguns sinais de terra. Primeiro, grande quantidade de ervas compridas — *botelho e rabo-de-asno,* nomenclatura dos mareantes — e, na manhã seguinte, aves conhecidas por *fura-buchos.* Neste mesmo dia, quarta-feira, 22 de Abril de 1500, puderam ver terra, um grande monte, alto e redondo, acompanhado, ao sul, por outras serras mais baixas. Na terra chã seguiam-se árvores sem fim. «Ao qual monte alto, o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera

---

(1) J. Cortesão — o. c., p. 24.

(2) Sobre as edições que se lhe seguiram, ver Manuel de Sousa Pinto — *A carta de Pero Vaz de Caminha. Edições e leituras.* Sep. de *Miscelânia de Estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos,* Coimbra, 1930; J. Cortesão — o. c., pp. 30 e segs.

(3) Jaime Cortesão — o. c., p. 74.

a tera-da vera cruz» (fol. 1-v.). Na procura de melhor porto para ancorar, seguiram a costa, medindo a altura da água, até chegarem à embocadura de um rio, em que lançaram âncoras. É tudo quanto soube dizer, a respeito da primeira terra que pisaram.

Dera-se o primeiro contacto, por enquanto visual, com gente da terra, que mais despertava a curiosidade de ocidentais. «Daly ouvemos vista dhomeẽs que amdavam pela praya obra de bij ou biij». Estes sete ou oito homens que andavam pela praia depressa se esconderam. Vendo, porém, um português em terra — Nicolau Coelho, que o capitão mandara observar o rio — , os nativos começaram a aparecer, «quando dous quando tres» e, pouco depois, 18 a 20. Eram «homeẽs pardos todos nuus sem nhuũa cousa que lhes cobrisse suas vergonhas, traziam arcos nas maãos e suas seetas» (fl. 1-v.). Logo se estabeleceu intercâmbio ou permuta entre os representantes das duas etnias do velho e do novo mundo. O português ofereceu-lhes «huũ barete vermelho e huũa carapuça de linho», «e huũ sombreiro preto»; os nativos, «huũ sombreiro de penas daves compridas cõ huũa copezinha (copazinha) pequena de penas vermelhas e pardas coma de papagayo», «e outro lhe deu huũ ramal grande de comtinhas brancas meudas que querem pareçer daljaveira» (de aljaveira) (fl. 1-v.-2).

Não lhes percebeu a linguagem, «polo mar quebrar na costa», explica uma vez, repetindo, linhas depois, que «por aazo do mar».

No dia seguinte, caminharam para o norte, ao longo da costa, em busca de sítio propício para tomarem aguada, não por necessidade, mas por investigação — «por nos acertarmos aquy»; para encontrarem «pouso seguro pera as naaos que amaynassem». Os navios pequenos iam chegados a terra, enquanto as naus seguiam mais afastadas, até que descobriram o que procuravam. Andando cerca de 10 léguas, entraram todos num porto «muito boo e muito seguro com huũa muy larga entrada». Este segundo traço topográfico da costa brasileira está hoje perfeitamente identificado, não com o actual Porto Seguro, mas com a baía Cabrália, no ilhéu da Coroa Vermelha e no riacho Mutari (1). Sem perda de tempo se procedeu ao estudo do porto, como se fizera no primeiro. Desta vez, foi Afonso Lopes, o piloto da capitaina, que se meteu no esquife, «a somdar o porto demtro». Só no dia seguinte, pela manhã, concluíram a averiguação, verificando tratar-se de «ancorajem dentro tam grande e tã fremossa e tam segura que podem jazer dentro neela mais

(1) Jaime Cortesão — *o. c.*, pp. 90 e segs.

de ije (duzentos) navjos e naaos» (fl. 3-v.). Deu-se então novo contacto com os aborígenes, porque o piloto encontrou uma almadia com dois mancebos «de boos corpos». Um deles trazia um arco e seis ou sete setas, de que também andavam armados os outros muitos que deambulavam na praia.

Caminha descreve-os com pormenor: o corpo, totalmente nu, mostrava a cor da pele, parda, de tom avermelhado. «Boõs rostros», «narizes bem feitos», «beiços de baixo furados e metidos per eles, senhos osos doso bramco, de compridam dhuũa mão travessa e de grosura dhuũ fuso dalgodam, e agudo na põta». «O que lhe(s) fica antre o beiço e os demtes he feito coma roque denxadrez» (a torre do xadrez). Os cabelos eram «coredios», rapados até por cima das orelhas e, daí para diante, «trosqujados de trosquya alta, mais que de sobre pemtem de boa gramdura», isto é, cortados à altura, um pouco mais que de um pente grande. Um deles ostentava uma como que cabeleira amarela, de penas de ave, «que lhe cobria o toutuço e as orelhas».

Pelo interesse que manifestaram pelo colar do capitão e por um castiçal de prata e pelos gestos que faziam para terra, entenderam os portugueses que indicavam a existência de metais preciosos, tendo também percebido que estavam dispostos a comerciar. Quando os soltaram, ia com eles um mancebo degredado, que fora criado de D. João Telo. Levava a incumbência de «saber de seu viver e maneira». Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias e Pêro Vaz de Caminha, que os conduziram nos batéis, puderam ver na praia uma multidão que o escritor computa em cerca de duzentos homens. De maior interesse, além do que já fica dito, a respeito dos dois homens que foram a bordo, é, certamente, a pintura dos corpos: «amdavam hy outros quartejados de cores, *scilicet*, deles ameetade da sua propia cor e ameetade de timtura negra, maneira dazulada; e outros quartejados descaques», isto é, divididos em quadradinhos, como o tabuleiro do xadrez. Mais adiante, quando os observar melhor, Caminha há-de informar que a tinta, não já esta, mas a vermelha, a obtinham esmagando uns grãos pequenos, ganhando cor mais viva quando era molhada. De entre a multidão, descortinaram, pela primeira vez, mulheres tupis — «tres ou quatro moças bem moças e bem jentijs, com cabelos mujto pretos comprjdos pelas espadoas», deixando ver «suas vergonhas», que, tal como as dos homens, estavam completamente depiladas. Uma delas trazia o corpo pintado dos pés à cabeça.

A algazarra tomou tal volume que ninguém se entendia. Depois de os mandarem embora, o capitão-mor e os demais capitães desceram aos

batéis, para apreciarem a baía defronte da praia. Apesar da simplicidade que observaram nos nativos, apenas desceram num ilhéu grande da baía que, na baixa-mar, «fica muy vazio», onde repousaram hora e meia, entretendo-se alguns a pescar.

Não entendiam a sua linguagem e quando determinaram enviar alguém a dar a boa nova a el-rei, preferiram, em vez de remeter juntamente alguns deles, deixar que dois degredados recolhessem informação da terra. Entenderam-se, porém, como amigos, pois saltando alguns portugueses em terra, andavam todos «mesturados». Trocaram arcos, setas e contas, barretes de penas de aves, verdes umas, outras amarelas, linho, folhas de papel e tudo que lhes davam. Recolheram também, «por mostra», uma pedra verde, não preciosa (roim), que um velho trazia, metida em buraco feito no beiço, por onde podia passar o dedo polegar. Por mais de uma vez exploraram o rio, entrando numa ribeira de água muito boa, em cujas margens colheram palmitos de palmas «nom muito altas».

Entretanto, na praia, os tupis continuavam a observar as manobras dos portugueses e alguns manifestavam a sua alegria, dançando e folgando. Um português não resistiu à tentação da festa, pegou numa gaita e meteu-se entre eles, dançando ao som da música e fazendo piruetas no chão e o «salto real». Um dos degredados, que se internou um pouco pela terra dentro, não viu casas mais que «huũas choupanjnhas de rama verde e de feeitos (fetos) mujto grandes». Noutro dia, porém, o português folgazão dirigiu-se com degredados para o interior, andando légua e meia e chegou a uma povoação, formada por 9 a 10 casas, «tam conpridas cada huma comeesta naao capitana». Eram de madeira e cobertas de palha, pelos lados. Formavam divisão única, em que apenas se viam esteios, que serviam para manter redes levantadas do chão, em que dormiam 30 a 40 pessoas. Alimentavam-se de inhame (espécie de tubérculo, que alguns escritores identificam com a mandioca (1), mas parece ser antes os carazes), que abundava na terra, e de outras sementes. Consigo trouxeram os Portugueses, além dos papagaios vermelhos, «mujto grandes e fremosos, e dois verdes, «pequenjnos», cascavéis, carapuças de penas verdes e «huum pano de penas de mujtas cores, maneira de teçido asaz fremoso». Não conhecendo o ferro, cortavam a madeira com «pedras feitas coma cunhas, metidas em huum paao antre duas talas muy bem atadas».

---

(1) Por ex., Carlos França — *Os portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil*, Lisboa, 1926 (Sep. da *Revista de História*, vol. XV), p. 19.

Não lavravam os campos nem criavam animais domésticos, nem bois, nem vacas, nem cabras, nem ovelhas, nem galinhas, «nem outra nhuma alimarea que custumada seja ao viver dos homeens».

A familiaridade subiu ao ponto de eles ajudarem os portugueses a acarretar água e lenha, comerem com eles, beberem vinho e alguns dormirem nos navios. Segundo Caminha, estavam mais mansos e seguros «antre nos do que nos amdavamos antreles». Até o capitão se resolveu a dar um passeio por entre o arvoredo, parando junto de uma ribeira. Por isso, a missa, que foi dita à sombra de esguia cruz, levantada ao pé de uma árvore, tomou, para os autóctones, o ar de festa solene. Caminha não se cansa de sublinhar a inocência dos homens e das mulheres, por andarem sem roupa nenhuma e por lhe parecer que fàcilmente se fariam cristãos. Mas não deixa de acentuar que essa inocência provinha do estado de bestialidade em que ainda se encontravam. Deste modo proclama, em primeira mão, a bondade natural, contra a ferocidade do *homo hominis lupus*.

Todos aceitavam, de bom grado, o convite para se chegarem às naus e um dia vieram dois com o capitão-mor, que foram considerados «paje» (pajens) de dois capitães.

Termina a carta com novos dados sobre a terra, que puderam lobrigar. Da ponta sul à ponta norte, que viam daquele porto, seriam bem umas 20 a 25 léguas de costa. Ao longo do mar, havia barreiras vermelhas e outras brancas. Para o interior, a terra era chã e coberta de arvoredo, em extensão a perder de vista. Nem ouro nem prata nem ferro ou qualquer outro metal prometia aquela paradisíaca terra, que apenas oferecia gente no estado primitivo de inocência, bons ares, abundância de água — condições óptimas para uma agricultura fértil. Serviria também de «pousada pera esta navegaçom de calecut» (fl. 13 v.). Não refere qualquer alusão a especiarias e o quadro de belezas naturais que descreve — e Gaspar da Gama, que também ia na armada, pôde confrontar com as da Índia, já conhecida de alguns tripulantes — diferia profundamente dessa terra do Indo e do Ganges, que demandavam. Algumas espécies arbóreas que menciona e uma dúzia de variedades de aves de múltiplas cores e feitios, além da constituição física dos seus habitantes, denunciavam, à saciedade, terra nunca vista por eles. Tiveram, pois, consciência de se encontrarem num mundo novo, que não apresentava relação com África ou Ásia, mas que devia confrontar com a terra de Castela, descoberta por Colombo. Por tudo isto, Jaime Cortesão opina que «o conceito dum Novo Mundo

fosse pela primeira vez formulado pelos descobridores de Vera Cruz», e não por Américo Vespúcio (1).

«Se compararmos com a de Caminha, a célebre carta de Vespúcio, sem data, mas, quando muito, de 1502, conhecida com o nome de *Mundus Novus*, ver-se-á que os elementos essenciais da formação daquele conceito, como a grandeza da terra e a variedade das aves, lhe eram anteriores e andavam na voz pública de Portugal, e os restantes, isto é, os caracteres somáticos e culturais dos habitantes haviam sido descritos por Caminha, com mais objectividade e agudeza». Deste modo, a carta de Caminha é o *auto oficial do nascimento do Brasil* e *do Novo Mundo* (2).

Em perfeito contraste com esta missiva, a epístola de Mestre João (3), datada de 1 de Maio de 1500, fixa-se apenas no aspecto náutico da viagem, assemelhando-se, contudo, no destino, pois não foi publicada antes dela. Greenlee pensa que a principal função do médico-astrólogo terá sido a de estudar as constelações do hemisfério meridional. De facto, o maior mérito da carta está precisamente no tópico que diz respeito à bela constelação austral, que ele isolou, descreveu, esquematizou, atribuindo-lhe a designação de Cruz (4). Deste modo, a carta de Mestre João tornou-se «o mais antigo documento conhecido, onde a *Cruz* vem esquemada» (5).

Por todo este aspecto, pode servir-nos como complemento da de Caminha. Ele e o piloto de Sancho de Tovar tomaram a altura do Sol ao meio-dia e acharam 56°, sendo a sombra setentrional (não nos interessa que tenham errado, como mostra Fontoura da Costa). Apoiados nas «regras do astrolábio», isto é, no *Regimento do astrolábio* ou *da declinação*, acharam 17° de afastamento da equinocial, e também a 17° a altura do pólo antárctico. Com semelhantes dados, era fácil a Sua Alteza iden-

---

(1) J. Cortesão — *A carta de Pero Vaz de Caminha*, pp. 85 e segs.; Manuel de Sousa Pinto — *Pero Vaz Caminha e a Carta do Achamento do Brasil*, Lisboa, 1934, pp. 6 e 60 e segs.

(2) J. Cortesão — o. c., pp. 111-112.

(3) Sobre este tão ignorado personagem, ver A. Fontoura da Costa — *Os sete únicos documentos*, cit., pp. 105-106, e Greenlee — o. c. (edição portuguesa), p. 125. — Edições da Carta, em A. Fontoura da Costa — *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 120, onde também a reproduz. Esteve ignorada na Torre do Tombo, até Varnhagen a publicar, em 1843, t. v, pp. 342 e segs., da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

(4) A. Fontoura da Costa — *Os sete únicos documentos*, p. 100. — Sobre a Cruz ou Cruzeiro do Sul, ver L. Pereira da Silva. — *Obras completas*, II, p. 336, I, p. 437; A. Fontoura da Costa — *A Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 120 e segs.

(5) A. Fontoura da Costa — *A Marinharia*, cit., p. 122.

tificar aquele sítio no mapa de Pêro Vaz Bisagudo, com certa terra que nele se figurava, sem se certificar se era ou não habitada.

1.2 — *Correspondência de mercadores e diplomatas italianos.* — A atenção que vimos ter merecido aos comerciantes italianos a viagem de Vasco da Gama mantém-se, em ritmo crescente, à medida que as expedições prosseguem, rumo às terras orientais. Essa extraordinária navegação trouxera três novas experiências, a primeira das quais, a descoberta do caminho marítimo para a Índia, foi bem notada, por revelar a via livre para riquezas fabulosas, até um ponto — Calecute — em que imperava um rei cristão, senhor do comércio das especiarias e demais riquezas orientais. Outras duas, porém, de não menos interesse, posto que sem a projecção daquela, se integravam no plano de expansão portuguesa — a do encontro da Nova Mina do ouro, na costa ocidental de África (Sofala); e a possibilidade de navegar, dentro do condicionalismo dos ventos e das correntes, rumo aos mares ocidentais, para além dos Açores.

Estas foram, aliás, as três tarefas que couberam a Pedro Álvares Cabral, na mesma hora em que, também na direcção do poente, se confiou a Gaspar Corte-Real a exploração do oceano, em posição mais para norte, naturalmente com idêntico fito de atingir o Oriente. A frota de Cabral, apesar de se dirigir à Índia, tinha de avançar mais para ocidente que a do Gama, segundo instruções que dele recebera, o que na realidade fez com êxito, tocando nas costas do actual Brasil; iria daí para o cabo da Boa Esperança, deixando duas naus, capitaneadas por Bartolomeu Dias, em Sofala, e só depois pensaria no Oriente fascinador, termo da demorada e difícil viagem, onde devia entabular as conversações apropriadas para conseguir relações comerciais com os potentados da região, nomeadamente o rei de Calecute.

Neste tempo já não restavam dúvidas de que, conforme Marchionni informa numa das cartas endereçadas para Florença, o rei português acabava, com a viagem de Vasco da Gama, de descobrir «um novo mundo», que vinha aumentar as perspectivas do mundo novo, não só geográfico mas mercantil, qual era a Índia.

Na Itália, a perturbação atingiu o auge, multiplicando-se as reuniões do Senado veneziano, que tomou iniciativas rápidas e radicais, em dois sentidos — Lisboa e Cairo. A princípio, os Venezianos ainda alimentaram esperanças, por um lado, de que a empresa dos Portugueses morresse à nascença, e, por outro, de que poderia dar-se um entendimento, no sentido de eles não ficarem excluídos da partida. Mas os embaixadores

enviados a Portugal convenceram-nos de que a viagem do Cabo já não oferecia dúvidas e, assim, os Dez capacitaram-se, finalmente, de que constituía o mais grave acontecimento da história da República. E não esperaram mais que o Cairo os prevenisse de que também já conhecia o atrevimento português.

Dividem-se os historiadores, a propósito da forma como os Venezianos agiram com o Soldão, pretendendo uns que o Conselho dos Dez apenas o incitou à luta contra os Portugueses, acrescentando outros que chegou mesmo a fornecer auxílio bélico, apesar da proibição pontifícia de os cristãos venderem qualquer espécie de armas a infiéis (1).

Nas *Istruzioni* que o embaixador levou para o Cairo, em 5 de Dezembro de 1502, traçava-se o quadro negro que os apavorava: quatro naus que haviam regressado o ano passado (1501) trouxeram 2 200 cântaros de especiarias — «cossa certo inexpectada da nui». A via tornava-se muito fácil, prometendo feliz viagem a vinte e duas caravelas que se estavam aprontando para partir. Oito delas, bem artilhadas, tinham por missão passar o estreito do mar Vermelho, a fim de impedirem o trânsito aos barcos mouros, enquanto os restantes percorreriam «a suo piacer», todos aqueles mares, carregando quanto lhes aprouvesse. Depois destas, já se preparavam mais vinte e cinco. Por outro lado, o rei português enviara emissários ao rei inglês e às demais potências cristãs, oferecendo a sua mercadoria, com mostras de senhor absoluto da navegação oriental. De vários locais se aprestavam vários barcos que trariam a Lisboa mercadorias para trocas.

Frisavam ainda que todo o dinheiro se canalizaria, assim, para Portugal, e recomendavam que neste negócio se pusesse bem em relevo «el

---

(1) Entre outros, pode ler-se Giuseppe Canestrini — *Intorno alle relazione commerciali dé Fiorentini co'Portoghesi*, pp. 103 e segs. Ver correspondência em R. Fulin — *Il Canal di Suez e la Republica di Venezia*, pp. 185 e segs. Anos mais tarde, em 1511, o embaixador Domenico Trevisano levou instruções para avisar o Soldão, se este lhe pedisse armas, de que Veneza era aliada do Papa e não desejava desagradar-lhe (id., *ibd.*, p. 190). Contudo, em 1514, os Venezianos hão-de propor um meio eficaz de exterminar os Portugueses dessas paragens — «cum molta facilità et brevità de tempo se potria far una cava dal mar rosso che mettese a drectura in questo mare de quà (...)», com fortaleza de um e outro lado, de modo que só conseguiria passar quem o Soldão deixasse, em primeiro lugar os barcos necessários para expulsar os Portugueses (id., *ibd.*, p. 195). Sobre o mesmo assunto, pode ver-se ainda G. Coen — *Le grandi strade del commercio internazionale proposte dal séc. XVI*, pp. 78 e segs.

periculo et damo» que todos corriam (1). Entre outros expedientes sugeriam que o Soldão enviasse, sem demora, embaixadores seus aos Senhores da Índia, para os convencer a não venderem especiarias aos Portugueses. R. Fulin regista a vitória dos Turcos de 1508, acentuando que, se não fora a desforra que deles alcançou D. Francisco de Almeida, no ano seguinte, o conselho dos Venezianos provàvelmente teria triunfado (2).

Cerca de 1514, lamentava já Pietro Vaglienti que os Venezianos se entendessem com os Turcos contra Portugal, e registava, não só como facto consumado, o desvio do comércio das especiarias para Lisboa, mas também a vitória que D. Manuel alcançara com 40 caravelas, em desforço dos dois barcos carregados de especiarias que os do Soldão haviam metido no fundo do mar (3).

Em Lisboa, o interesse era mútuo, tanto dos comerciantes como de el-rei. As despesas superavam, certamente, as possibilidades do tesouro régio, e houve necessidade de recorrer ao concurso da banca particular, concedendo-se aos «ricos mercadores estrangeiros que havia em Lisboa, que folgarião de contratar e armar para a Índia, o que seria somente com boas naos grossas, pera carregar pera seus fretes» (4). Na armada de Cabral incorporam-se, antes de mais ninguém, os florentinos e, «primeiro que todos», homens de Frescobaldi, que tinha a sede em Bruges, mas abriu filial em Lisboa, colocando à sua frente Luca Giraldi (5). Mais conhecida, porém, é a acção de Bartolomeu de Marchionni, que, tal como os Affaitadi, já por cá andava activamente no comércio do açúcar da Madeira e nesta viagem de Cabral armou, de parceria com outros, a *Anunciada* (6).

---

(1) R. Fulin — o. c., pp. 186-187. Ver as próprias *Istruzioni della Republica Veneta al suo oratore presso il Soldano, per impedire i danni che provenivano ai Veniziani dal commercio dei Portoghesi nell India. M.D. II, die V decembris interveniente Collegio. In* A. de Gubernatis — *Storia dei viaggiatori italiani,* pp. 393-398.

(2) Id., *ibd.,* p. 189 — A este mesmo propósito de barrar a vantagem portuguesa, recorde-se ainda o projecto de Paolo Centurione, de abrir caminho desde o rio Indo até ao Volga — Ver id., *ibd.,* pp. 100 e segs.

(3) Pietro Vaglienti — *Elogio di Emanuele Re di Portogallo,* apud G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la circumnavigazione,* p. 15.

(4) Correia — *Lendas,* I, p. 234; Barros — *Déc. I,* p. 216.

(5) G. Canestrini — o. c., p. 106. — Sobre os comerciantes florentinos em Portugal, ver também o já citado P. Peragallo — *La Biblia dos Jerónimos,* pp. 19-28.

(6) J. Cortesão — *A Expedição de P. A. Cabral,* pp. 117 e segs.

Quando Cabral aportou a Lisboa, em Julho de 1501 (1), foi possível completar as informações sobre a viagem para Ocidente, de que alguma cousa já se sabia, precisamente o que, um mês antes, haviam contado os marinheiros da nau enviada com a boa nova. A notícia de descoberta de nova terra espalhara-se por todo o reino (2) e não demorou a avançar para o estrangeiro.

Escritos dos escrivães, apenas se conhece a *Relação de um piloto anónimo,* que, como veremos, não é obra de piloto. Passou imediatamente para as mãos de um italiano e foi divulgada pela imprensa em 1507, como observaremos adiante. Dela se terá também servido D. Manuel, na carta que endereçou aos sogros, os Reis Católicos, de Castela, escrita pouco depois da chegada de Cabral — de Santarém, a 29 de Julho de 1501, ou de Lisboa, a 28 de Agosto, como a seu tempo se verá.

Antes, porém, do assalto às notícias, verificado na barra do Tejo, sobretudo por iniciativa dos mercadores italianos — surpreendeu Américo Vespúcio, em Bezeguiche (Cabo Verde), em frota de exploração da terra de Vera Cruz (1501-1502), a esquadra que regressava à Pátria. Desse modo conseguiu adiantar-se a todos, e ser o primeiro estrangeiro a comunicar um punhado de surpreendentes novidades, para fora de Portugal. Dele nos ocuparemos largamente noutro lugar deste capítulo e no seguinte. Da sua missiva, remetida a Lourenço de Médice, com data de 4 de Junho, trataremos quase a seguir.

A primeira nau chegada pertencia a D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchionni, Jerónimo Sernigi e parece que a António Salvago.

---

(1) Persistem as incertezas a respeito da chegada da frota. Segundo o *Piloto anónimo,* entraram em Lisboa, «no fim de Julho», as seis naus que atingiram Calecute, quatro num dia e duas no outro, tendo então sabido que, antes delas, arribara também uma outra, que se havia perdido na ida, antes do Brasil. (*Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral,* cit., p. 137). A 27 de Julho, ainda Crético escrevia de Lisboa, que apenas havia chegado uma nau (segundo Affaitadi, na carta de 26 de Junho, já nesta data se encontrava no Restelo), estando à vista as restantes, conforme se dizia. Mais concretamente, podia acrescentar que aquela primeira, entrara em Lisboa na véspera de S. João (23 de Junho). Se a data da carta de D. Manuel fosse a da versão espanhola, 29 de Julho, podia servir para determinar a da chegada de Cabral. Com a do texto português (28 de Agosto) nada se apura. Considerando apenas as informações de Crético e as do *Piloto anónimo,* fica-se na dúvida se Cabral entrou no Tejo, no fim de Junho ou no fim de Julho. Mas a referida carta de D. Manuel informa que a viagem durou 16 meses, tendo-se iniciado em 9 de Março. Cabral chegou, pois, a Lisboa, no mês de Julho.

(2) Barros — *Déc. I,* p. 184.

Denominava-se *Anunciada* e era comandada por Pedro Leitão da Cunha. Das notícias que trouxe se aproveitaram, sem demora, os comerciantes italianos, para escreverem aos seus correspondentes em Veneza e Florença, em tom de competição. A carta de Giovanni Francesco de la Faitada (Affaitadi), de 26 de Junho, comunica o resultado da expedição, ao embaixador em Madrid, Domenico Pisani, que, no mês seguinte, recebe carta de Crédito, de 27 de Julho, a qual remete prontamente ao Doge. Entre aquelas duas datas, segue para Florença uma epístola de Marchionni, que há-de completar essas notícias, com segunda carta, pouco tempo depois.

Aproveitando-se desta farta correspondência, os «Diaristas» italianos fixam, para a posteridade, ao mesmo tempo que divulgam na roda dos amigos que têm acesso aos seus escritos, todo o conjunto dessas notícias inauditas, por vezes transcrevendo as próprias cartas. Marino Sanuti é o coleccionador ou diarista mais conhecido, mas podem-se acrescentar os nomes de Malipiero, Girolamo Priuli e Pietro Vaglienti, a que teremos de juntar, dentro deste período, Valentim Fernandes, em Lisboa, e Montalboddo, em Vicenza.

O próprio indiano padre José, que viajou até Lisboa com Cabral, partiu algum tempo depois para Roma (1), onde naturalmente prestou as informações que lhe solicitaram, chegando mesmo a redigir uma *Relação*, a que aludiremos no lugar próprio.

Da epístola de Américo Vespúcio (2), apenas se conhece hoje o apógrafo de Pietro Vaglienti (3) e, por isso — quer dizer por falta do original — e por não parecer a espécie de epístola que devia ter escrito, se se atentar na forma das outras tidas por autênticas, alguns autores consideram-na apócrifa. O primeiro argumento, porém, esquece o facto de se não conhecer o autógrafo de nenhuma das demais, e o segundo

---

(1) Greenlee — *A Viagem de Pedro Álvares Cabral*, p. 257.

(2) Sobre a autenticidade da carta, ver, entre outros, Franz Hümmerich, em *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, II, p. 255; J. Cortesão — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral*, pp. 44 e 115; Levillier — *America, la Bien Llamada*, 2.º vol., pp. 278 e segs.

(3) Publicada a primeira vez por Baldelli Boni — *Il Milione di Marco Polo*, Florença, 1827 t. 1, pp. LIII-LIX. Foi reimpressa por Varnhagen — *Amerigo Vespucci*, Lima, 1865, pp. 78-82; por Vignaud — *Américi Vespuce*, Paris, 1917, pp. 403-407; J. Cortesão — *A Expedição de P. A. Cabral*, pp. 298-306 (com lamentáveis transposições de tipo); Greenlee — *A Viagem de P. A. Cabral*, pp. 258-265; Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespucci e suas viagens*, pp. 263-270; Levillier — *America, la Bien Llamada*, II, pp. 34-350; id. — *El Nuovo Mundo*, pp. 126-141.

prestou-se para Greenlee argutamente o voltar ao revés. Esta, de 1501, redigida em dialecto florentino, é que tem de ser a espécie de carta que Vespúcio escreveria, e não as impressas em sua vida, uma vez que, não só se topam nela muitos nomes de lugares, em consonância com o interesse do florentino pelos descobrimentos geográficos, mas sobretudo por estar redigida em dialecto florentino (1).

Não deve ter sido difícil a Vespúcio obter as informações que proporcionou ao Médice. A alegria dos que regressavam de viagem tão dolorosa, é certo, mas também compensadora, por haverem observado dois pontos do globo, ou não conhecidos ou mal sabidos na Europa, brotou esfuziante e com naturalidade, da boca de todos, aparecendo aos ouvidos atentos e atónitos de quantos os escutavam, como mundo de maravilhas digno de se espalhar aos quatro ventos. Uma pessoa sobremodo conhecedora do Oriente vinha a bordo da nau capitaina: Gaspar da Índia, do qual se serviu, diligente. Por confissão expressa de Vespúcio, pertence-lhe nomeadamente a relação dos portos do golfo Pérsico; e a ele e a alguns da tripulação cabe a responsabilidade da informação sobre as costas que correm do mar Pérsico para o mar Índico, isto é, da costa da Índia aquém Ganges, desde Dabul até Conimat, pontos extremos que os barcos portugueses haviam atingido.

Lamenta Vespúcio que não tenha ido na frota nenhum cosmógrafo nem matemático — «che fu grande errore» e, por isso, corrigiu «alcum tanto», o que ouviu, com a cosmografia de Ptolomeu... Vale a pena notar que não faltaram nesta esquadra, como nas demais, os técnicos que tinham a seu cargo observar e registar os acidentes geográficos e resolver as dificuldades náuticas.

Descrevendo, em traços rápidos, o começo da sua viagem até ao cabo Verde, usa a expressão, que também se encontra na carta de Crético, «ch'è principio della provincia d'Etiopia», e «sta al meridiano dell' Isole Fortunate», hoje denominadas Canárias. As ilhas de Cabo Verde ficam cerca de 14 graus distantes da linha equinocial, 6 graus mais ou menos a ocidente da ilha Canária, «che ben sapete come Tolomeo e la maggior parte delle scuele de'cosmografi, pongono el fine dell'occidente abitato l'Isole Fortunate».

A narrativa da viagem de Cabral é rápida. Vinte dias depois de haver saído de Cabo Verde, onde também aportara na ida, a frota de treze navios parou numa terra de gente branca e «ignuda» — nua. Sem lhe mencionar

(1) Greenlee — *A Viagem de P. A. Cabral*, p. 257.

o nome, identifica-a com a terra que ele próprio descobrira (na verdade, explorara) por conta do rei de Castela, posto que o ancoradouro dos portugueses seja «più a levante» (1).

Depois de levantarem ferro, encontrando-se já longe da terra, sobreveio forte tempestade que submergiu cinco naus com toda a tripulação. Chegados ao cabo da Boa Esperança, «fuora del Tropico di Capricornio diece gradi alla parte del meridiano», dentro do meridiano de Alexandria, navegaram para o Norte, tendo alcançado o princípio da Ásia e província da Arábia Feliz e da Terra do Preste João, o que souberam «perchè quivi ebbono nuove del Nilo», que — acrescenta da sua lavra — separa a África da Ásia.

Encontravam-se, no entanto, ainda na costa oriental de África: «e in questa costa vi sono infinita popolazione, e città, e in alcuni sono infinita popolazione, e città, e in alguno ferono scala, e la prima fu Zafale». Ter-lhe-ão dito que Sofala era uma grande cidade e possuía mina de ouro. Daí andaram até Mezibinco (Moçambique), abundante em «alue», «laca» e «drapperia di seta». A fartura, porém, tanto era destes produtos como de população, que igualava a do Cairo.

Menciona a seguir «Chiloa», «Mabaza» (Mombaça), Dimodaza, Melinde e outras cidades que espreitavam o mesmo mar-oceano até ao estreito do mar Vermelho. Esclarecendo que «quale mare avete da costa del mare Indico», acrescenta: «credo che sia la provincia che Tolomeo la chiama Gedrosica». Põe em dúvida a riqueza do mar Pérsico e passa a ocupar-se da costa que, do estreito, transcorre para o mar Índico, seguindo informações colhidas de «molti che funno nella detta armata e massime il detto Guaspare, el qual sapeva di molte lingue e il nome di molte provincie e città», e já havia efectuado viagem de Portugal ao mar da Índia.

Da entrada do mar da Pérsia, navegava-se para uma cidade chamada Zabule (decerto Dabul), encontrando-se a seguir Goosa (Goa); Zedeuba (2); Nui (talvez Onor), Bacanut (Bacanur ou Bacanor), Salut (Basarur ou Baçalor?), Mangalut (Mangalor), Batecala, Calnut (Cana-

---

(1) Na carta *Mundus Novus*, de que falaremos adiante (editada em Florença aí por 1503 ou 1504), dá-se igualmente como descobridor do Novo Mundo.

(2) Segundo Franz Hümmerich — *Estudo crítico sobre o «Roteiro» da 1.ª viagem de Vasco da Gama*, in 2.º vol. do *Diário da viagem de Vasco da Gama*, cit., p. 289, poderia identificar-se com Sayûra do Mohît, que Tomaschek conjectura ser Cintacora dos Portugueses, na margem do Kalinadi, junto do cabo de Carwar. — Nesta e demais identificações, seguimos geralmente aquele autor.

nor), Dremepetam (Tramapatam), Fandorana (Pandarane), Catat (Capocate), Caligut (Calecute), Belfur, Stailat (Chaliate ou Chaliam), Remond (?), Paravrangari (Parangale), Tanui (Tanor), Propornat (?), Cuminam (?), Lonam (Panani), Belingut (Baliancor), Palur, Gloncoloi, Cochim, Caincolon (Calecoulão), Cain (Cail ou Cael), Coroncoram (Quilicare ou Calacare), Stomondel (Coromandel), Nagaitan (Nagapatão), Delmatan (?), Carapatam (1) e Conimat (Kanyimedu).

A enumeração desta série de cidades, que, sem a localização cartográfica, pouco aproveitava aos geógrafos, denuncia a mesma fonte de informação — Gaspar da Índia. Ele, porém, que seguia na rota de Cabral, apenas até à costa da Terra de Vera Cruz, afagava propósitos de o superar, sob todos os aspectos: «E io tengo speranza in questa mia navigazione rivedere e correre gran parte del sopradetto, e *discoprire molto più*, e alla mia tornata daró di tutto buona e vera relazione». Pegara-se-lhe a fascinação do Oriente, pensando quiçá passar além de Calecute, à procura de fontes de maior riqueza (2).

Gaspar contara-lhe que tinha estado no interior de alguns reinos da Índia; num, conhecido por Perlicate (3) — «grandissimo regno e rico d'oro e di perle e di gioie e di pietre prezioze»; noutros, denominados Mailepur (Melapor?), Gapatan, Melata (4), Tanaser (Tenasserim), Pegu, Starnai (5), Bencola (Bengala), Otezen (6) e Marchin. Este último fica

---

(1) Deverá pensar-se em Negapatan, sugere Hümmerich, o. *c.*, p. 248. — Ver também p. 291.

(2) Se é que se não deve considerar esta viagem como a enviada a seguir à de Cabral, para as terras orientais e não apenas para o Brasil. De simples comércio foi também a de João da Nova, que chegou a Calecute. Deste modo se compreenderia o silêncio dos principais cronistas portugueses que, por hábito, omitiam as viagens frustradas.

(3) Provàvelmente ... o grande Reino de Vijayanagar (Bisnagar, Narsinga), na Índia do Sul, aqui denominado pelo seu porto de Pulicat na costa do levante, muito perto da actual Madrasta — o Paleacate dos Portugueses (Duarte Barbosa — *Livro*, in *Colecção e Notícias*, II, p. 360). Hümmerich — o. *c.*, pp. 247 e 250.

(4) Melata é, sem dúvida nenhuma, Malaca, nome que talvez apareça errado por culpa do copista (Id., *ibd.*, p. 248).

(5) Sem contestação, o «Sarnau» de Giovanni da Empoli, quer dizer «Sião» (id., *ibd.*, p. 248).

(6) A nossa Orissa, que os portugueses do século XVI também escreviam Otiça ou Otisa (Duarte Barbosa — o. *c.*, p. 361. — Id., *ibd.*, p. 248).

junto de um grande rio — Emparlicat, nome que tira da cidade (1) em que repousa o corpo do apóstolo São Marcos (2).

Entre as muitas ilhas que conseguira visitar, salientava Ziban (talvez Ceilão), com 300 léguas de contorno, depois de o mar haver tragado outras 400 que a separavam do rio. Era muito rica em pedras preciosas, pérolas, especiarias de toda a espécie, drogas e outras riquezas, como elefantes e belos cavalos. Vespúcio, leitor de Ptolomeu, perante tal descrição, opina dever-se tratar da ilha Taprobana, parece que em conformidade com a opinião do próprio Gaspar, que, aliás, por lá nunca ouvira referir semelhante nome.

Acentuando uma vez mais a riqueza em ouro, jóias, panos, especiarias e drogas, entra a recolher dados sobre a costa da Arábia Feliz, no mar Vermelho, em direcção à Índia, colhidos pela nau de Diogo Dias, que se desgarrou da frota de Cabral, por ocasião da tormenta na viagem de ida. À entrada do estreito fica a notável cidade de Aden, encontrando-se, para o setentrião, um outro porto que se chama Camarcan e Ansuva. Seguem-se outros de não menor importância — Odeinda (Odeida), Lamoia (Lahoia) e Gudá (Judá ou Gidá), que está perto do Monte Sinai, já na Arábia Deserta. Neste ponto, dizem que descarregam as especiarias que partem nas caravanas para o Cairo e Alexandria.

Narraram-lhe muitos outros pormenores que, por brevidade, cala, passando a ocupar-se da costa africana do mar Vermelho. À entrada do estreito, encontra-se Zoiche (Zeila), governada por um mouro, que informou estarem a três dias de Gudá. Refere outros nomes até Arbazui (talvez Asab), anotando que de Arboiam e Zala é senhor o Preste João e que Tui pertence ao soldão da Babilónia.

Acompanhando a viagem da nossa nau, informa que de Meca seguiu até Ormuz, que é porto na entrada do mar da Pérsia, e daí, ainda sem sair deste mar, por Tus (talvez Kis), Tunas, Capan, Lechor, Dua, Torsis, Pares, Stucara, Ratar; e, remontando-se às andanças de Gaspar, esclarece que Molecca (Malaca) se situa «alla pete é sta tutta in fronte di rio suddetto» e que Scamatara (Samatra) é tão grande como Ziban e Ben-

---

(1) A cidade «Emparlicat» não é outra, com certeza, senão Pulicat (Português — Paleacate), ao norte de Madrasta. O rio que tem o mesmo nome da cidade «não pode pois ser outro senão o Káveri, de cujo delta o braço mais sul desagua em frente da ponta norte de Ceilão (Id., *ibd.*, p. 249).

(2) Ele queria dizer São Tomé.

comarco (1) e tão rica como elas, concluindo, por isso, que, se Ziban não for a ilha Taprobana, sê-lo-á esta Scamatarra. Destas duas ilhas chegam muitos barcos carregados de especiarias, drogas e jóias.

De Calecute, a frota de Cabral passou pela ilha Arenbuche e muitas outras ilhas do mar Índico, que ele, Vespúcio, identifica com as que Ptolomeu coloca à roda da Taprobana. Como conclusão, o florentino manifesta-se o comerciante que era. Depois de relatar a qualidade da carga das naus, termina com a nota de que o rei português tem nas mãos «uno grandissimo traffico e gran richezza». Para o Oriente lhe fugiam os olhos e muito pesaroso terá ficado de não poder chegar lá. Não encontrando na América riquezas do valor e fascinação das da Índia, contentou-se com o débil comércio que a terra comportava, mas podia recolher louros superiores aos bens materiais. Aquela terra devia pegar com as que caíam dentro do meridiano espanhol e ele também já visitara. Os eruditos desconheciam os novos achados e ele iria revelá-los.

Esta é a desforra que se nos figura que Vespúcio terá tirado de nunca ter conseguido oportunidade de visitar uma terra que lhe cativara a imaginação, desde o primeiro relato de quem de lá vinha.

Bartolomeu Marchionni, «morador em Lisboa e o mais principal em substância de fazenda», na frase de Barros, bastante tempo havia já que se encontrava estabelecido no negócio de ouro da Mina e do açúcar da Madeira (2). Agora seguiu para o Oriente uma nau sua e de outros mercadores — a *Anunciada* —, na primeira armada comercial que el-rei enviara depois de descoberto o caminho marítimo para a Índia. Essa circunstância e a situação privilegiada que possuía na Corte portuguesa proporcionou-lhe ensejo de colher notícias seguras e pormenorizadas sobre a expedição, que utilizou em duas cartas, sem data, e só a primeira com a indicação do seu nome, há muito pouco tempo descobertas por Greenlee. Uma e outra haviam escapado à atenção de Uzielli (3). A primeira foi expedida logo após a chegada da sua própria nau (23 de Junho), e a

(1) F. Hümmerich opina que este nome se deve ler «ben comarcana», querendo significar que Samatra é tão grande como Ceilão, sua *próxima vizinha* e também igualmente rica (o. *c.*, p. 257).

(2) Estava naturalizado português, desde 1472 (Carlos de Passos — *Relações Históricas Luso-Italianas*, p. 163).

(3) Publicadas em inglês, por William Brooks Greenlee — *The voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India*, Londres, 1938, pp. 147-150; em português, na tradução de A. A. Doria, pp. 294-354. Conservam-se inéditas as cópias italianas, segundo cremos, que se guardam no manuscrito 1910, fls. 27-48-v., de Pietro Vaglienti, na Biblioteca Riccardiana, de Florença.

segunda só depois de Cabral aportar a Lisboa (porventura no fim de Julho) (1).

Tanto numa como noutra, borbulha claramente o frémito do entusiasmo que se apossou de quantos tiveram a dita de falar com os nautas. Marchionni não revela tudo quanto ouviu, por falta de tempo, confessa ele, sacudidamente, no fim de uma das suas missivas, mas deixa bem vincadas três ideias: 1.ª — O novo caminho era mais seguro do que o terrestre e permitia adquirir especiarias por preços mais baratos, sendo voz geral em Lisboa que, desta forma, se arruinaria o comércio de Veneza, o do Soldão e de todos quantos, até aí, negociavam no Oriente, porque se podia fornecer todo o Ocidente (2.ª carta); 2.ª — Além desses caminhos para as terras das especiarias, tinha-se descoberto novo continente, terra dos papagaios, mas a viagem tornava-se muito perigosa. Sobretudo, tem o cuidado de vincar, por duas vezes, que Plínio, por tantos considerado mentiroso quando descrevia aves fantásticas, estava finalmente vingado. Os Portugueses haviam encontrado aves e animais estranhos. Revela, como exemplo, papagaios com um braço e meio de comprimento. Eram, decerto, araras; 3.ª — Enfim, além do Oriente e da terra nova, acentua ainda a grande importância da Mina Nova, evidentemente Sofala. El-rei enviara, na armada, duas naus «para ver as mercadorias recentemente ali achadas, de que natureza são, que sortido e quanto dão». «Calcula-se que se perdessem» — esclarece, com doloroso laconismo.

Ao mesmo tempo, faz-se eco do entusiasmo dos relatores embevecidos com o mundo extraordinário que haviam presenciado. «Da ilha Taprobana dizem ter algumas notícias e esperam ir lá dentro em breve tempo»; «dizem que encontraram uma grandíssima cidade, na qual dizem haver lojas de seda que têm cem teares e onde se trabalha constantemente. Calculam que seja a cidade de Strava, donde vêm as sedas de Strava. Vêm do Levante, ao que supõem. A dita cidade chama-se Zanzura (Zanzibar) e fica no mar Vermelho. E contam coisas inacreditáveis; dizem que, por quarenta reais, que são quarenta *quatrini* dos nossos, se tem um côvado de seda carmesim, que eles ali encontraram em abundância. São mouros brancos e homens do soldão da Babilónia. Dizem ter vendido contas de âmbar de rosários por um marco e meio de prata a enfiada, que são seis ou oito (contas) e valem, nos seus lugares, cerca de dez ou

---

(1) Greenlee — o. c. (ed. portuguesa), p. 253, nota 1. — As datas entre parêntesis, da chegada das naus, são dadas respectivamente, como vimos atrás, por Crético e pelo Piloto anónimo.

doze dos nossos a enfiada e que, por tal conta, venderam 2 000 mil *(sic)* marcos de prata, o que é uma bela coisa e para fazer grande riqueza» (1).

Ao comerciante, mais do que o aspecto geográfico, interessava a perspectiva do negócio e a conta de carga vinda do Oriente, de que apresenta números. Com efeito, não refere mais que os nomes de Calecute e ilha de Taprobana, que, sem o explicar, identifica, sem dúvida, com Ceilão. Nem sequer sabe ou diz que a Mina Nova se chama Sofala; reproduz, muito alterado, o vocábulo Zanzibar; cala ou ignora o nome do «rei inimigo deste de Cholochut», quer dizer, de Cochim ou de Cananor, e do sítio em que os Portugueses acharam o corpo de S. Tomé Apóstolo, isto é, Cranganor (2). Terá desse modo querido ocultar pormenores que de alguma forma poderiam prejudicar a iniciativa portuguesa, ou, como ele se exprime, do «nosso Rei», comparticipando assim na política de sigilo, que aliás ele sabia ser a alma do negócio?

É muito natural que sim, porque Marchionni sentia-se deveras integrado na orgânica das nossas andanças ultramarinas. Quando em 1501 seguiu nova frota para o Oriente — a de João da Nova — haviam-se associado todos a «hum homem de grossa fazenda», «Bertholameu florentyno», que instituíram seu «armador-mor». À sua custa, com encargos bem definidos, foram armadas duas das quatro naus que, em 5 de Março, saíram do sítio de Belém — uma delas capitaneada por um português e a outra pelo florentino Fernando Vinet. Na segunda viagem de Vasco da Gama (1502), Marchionni também enviou outra nau, de parceria com a Coroa, o que sempre acontecia, quando o florentino manifestava esse desejo. Na expedição de D. Francisco de Almeida (1505), por exemplo, seguiram quatro navios particulares, três dos quais pertencentes ao consórcio de que faziam parte Marchionni, italianos seus amigos e as firmas alemãs, representadas por Welser e Fugger.

Entre os italianos, merece ainda especial relevo Giovanni Francesco de la Faitada, também conhecido por Giovanni Affaitadi, que desfrutou em Lisboa situação de privilégio igual à dos florentinos Sernigi e Marchionni (3). A família Affaitadi ocupara muitos anos lugar de relevo na sua terra natal — Cremona — como poderosos banqueiros e comerciantes. Giovanni Francesco estabelecera-se na capital portuguesa «algum tempo antes do descobrimento da América», portanto ainda no século XV, nego-

(1) *Apud* Greenlee, cit., p. 254.

(2) Ver Barros — *Déc. I*, pp. 208 e 209.

(3) O seu filho Cosme há-de bater-se heròicamente no primeiro cerco de Diu (Carlos de Passos — *Relações Históricas Luso-Italianas*, p. 162).

ciando também, como Marchionni, em açúcar da Madeira. Só após o regresso de Cabral se interessou pelas especiarias da Índia, conseguindo monopólio dos produtos orientais com a Flandres, que manteve durante algum tempo, até se lhe juntarem outros italianos e os Fuggers e os Welsers da Alemanha. Com o andar dos tempos, os Affaitadi mantiveram agentes em Sevilha, Valência, Medina del Campo, Londres, Lião, em várias cidades da Itália e nos Países Baixos (1).

Em Lisboa, Giovanni Francesco aceitara a incumbência, de certo modo secreta, e não quase diplomática, como a classifica a Greenlee (2), de informar a República veneziana acerca dos resultados da expedição de Cabral. Tratava-se, efectivamente, de espionagem, ainda que pese a Jean Denucé, já desgostoso por não poder provar a prioridade dos italianos na Índia (3).

Neste tempo, os Venezianos, perante o poder crescente dos Osmanlis no Oriente, desenvolviam activa acção diplomática na Península Ibérica, sobretudo em Espanha, também receosa do ataque dos Muçulmanos, por revindicta pela vitória de Granada. Encontrava-se em Lisboa Domenico Pisani, quando, em 7 de Setembro de 1500, foi nomeado, pelo Senado veneziano, embaixador em Madrid, onde se demorou até 20 de Setembro de 1502 (4), com a incumbência de continuar a superintender nos negócios de Portugal (5). E, como a força marítima portuguesa era indubitàvelmente uma realidade, o diarista Marino Sanuto propôs no Conselho que se enviasse alguém a Portugal, para apresentar condolências a

---

(1) A. Goris — *Étude sur les Colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*, Lovaina, 1925, p. 196; J. Denucé — *Collection de Documents pour l'histoire du Commerce*, I — *Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens à Anvers de l'année 1568*. Antuérpia, 1934, p. 7.

(2) Greenlee — o. *c.*, p. 220.

(3) J. Denucé — o. *c.*, p. 7 — «Nous aurions voulu montrer que les Italiens ont été les précurseurs des Portugais dans l'Inde. Mais les documents font défaut... On les a appelée (às suas cartas) des rapports d'espions, à tort, croyons-nous».

(4) Greenlee, o. *c.*, p. 216. — Eleito embaixador a 18 de Fevereiro de 1500, recebeu a comissão a 12 de Setembro, tendo regressado a Veneza em 14 de Abril de 1502. Leu no Senado a sua *Relazione* a 20 de Setembro. (*Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 1, p. 39).

(5) *Senato, deliberazione secreto R. 38.* Pelo tempo adiante, Pisani há-de continuar a informar os Doze, servindo de intermediário. Um dia recebeu-se em Veneza carta sua, a comunicar que «stà fato cavalier dal re di Portogallo». (M. Sanuto — *Diarii*, vol. IV, col. 41).

D. Manuel, pela morte do infante seu filho, e tentar, ao mesmo tempo, obter a ajuda naval necessária, na temida conjuntura (1).

Foi lembrado o nome de Crético (Giovanni Camerino, também chamado Giovanni Matteo *Cretico*, por ter passado sete anos na ilha de Creta), erudito em latim e grego, que leccionava retórica grega em Pádua. Resolveu-se despachá-lo como secretário de Pisani, evitando, deste modo, maiores despesas (2). Em Março de 1501, o embaixador em Espanha deslocou-se a Lisboa, sendo recebido com o maior esplendor, na presença de florentinos e genoveses (3). Perorou em latim durante uma hora e respondeu-lhe «uno doctor assa elegante».

Graças a esta persistente intervenção diplomática, D. Manuel enviou uma armada de auxílio contra os Turcos, que entregou a D. João de Meneses, conde de Tarouca, em 15 de Junho de 1501 (4), mas, na verdade, não era isso que os Venezianos mais desejavam (5), conforme Girolamo Priuli registou no seu diário: «1501 Luglio. Fino a li 24 di questo ne furono lettere da Portogallo, da un nuntio di la Signoria veneta, mandato in quello locho a posta per intender minutamente la veritade dal viaggio di l' India». Em nota, um escritor do século passado aclara que se tratava de «il Cretico, Matteo». «La qual cossa — prossegue Priuli — importava piu al Stato veneto che la guerra turchescha et ogni altra guerra li potesse achadere» (6). Conserva-se a carta que escreveu para Veneza, a 23 de Março, a comunicar a vitória diplomática e a informar sobre o que apurara. Havia já um ano que tinham partido 13 caravelas a buscar especiarias a Calecute, que se esperavam dentro em breve. O rei estava satisfeito por terem encontrado o caminho das especiarias, de que se

---

(1) Marino Sanuto — *Diarii*, vol. III, cols. 740-741.

(2) Conta Damião de Góis que, estando D. Manuel em Torres Vedras, o veio visitar um embaixador da Senhoria de Veneza. D. Manuel armou-o cavaleiro e manifestou-lhe a grande afeição que lhe mereciam «todalas cousas que a sua republica comprissem». O embaixador voltou satisfeitíssimo e conseguiu, perante o Senado, que «nos corações de todolos daquella cidade» se renovasse «ha antigua amizade que entre elles e ha naçam portuguesa antiguamente sempre houve». (Góis — *Crónica de D. Manuel*, 1.ª parte, ed. cit., pp. 36-37).

(3) Marino Sanuto — *Diarii*, vol. III, cols. 1595, 1596.

(4) Damião de Góis — *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, parte 1.ª, pp. 120-122; Marino Sanuto — *o. c.*, col. 1597.

(5) Ver em Barros — *Déc. I*, p. 233, a intriga dos Venezianos na ocasião da partida das naus de Cabral.

(6) Rinaldo Fulin — *Girolamo Priuli e i suoi Diarii*, in *Archivio Veneto*, ano 12.º. Veneza, 1881, t. 22, p. 155.

seguiriam manifestos benefícios, e voltou a preparar mais quatro «caravelle» de mercadores que partiram cerca de três ou quatro dias antes. Mas o caminho era muito longo, umas 4 000 léguas, que equivalem a 15 mil das nossas milhas, conforme lhe contou um homem regressado da primeira destas viagens (1).

Crético demorou-se apenas até ao mês de Setembro, o bastante para assistir à chegada da *Anunciada* e à da nau capitaina. Entretanto, Domenico Pisani recomendava a Affaitadi que não se esquecesse de o informar do que soubesse. Um e outro cumpriram.

Enquanto Marchionni escrevia para Florença, o Affaitadi enviou, a 26 de Junho de 1501, uma carta para Pisani (2), baseada em informações colhidas de um marinheiro da *Anunciada*. O embaixador, enquanto não pôde apresentar o seu relato verbal (3), remeteu ao Doge, em 10 de Julho, a missiva de Affaitadi, que chegou a Veneza em meados desse mês. Como era de esperar, o objectivo da carta é fundamentalmente político e comercial, manifestando, por isso, escasso interesse geográfico. Além do cabo da Boa Esperança, Sofala (Zafale) e Calecute, apenas menciona Cochim *(Chuchi)* e, duzentas léguas adiante deste lugar, uma outra terra, denominada *Lichinocho* (decerto, Cananor). Assinala o número de barcos da frota, conta a morte violenta dos portugueses em Calecute e o bombardeio à cidade, mais ou menos como Bartolomeu Marchionni. Eram as notícias mais vultosas, depois do desastre das naus que se perderam após a saída do Brasil, da boa viagem dos restantes e da carga de especiarias.

A carta de Crético (4) é datada de Lisboa, 27 de Julho de 1501, e

---

(1) M. Sanuto — *Diarii,* vol. III, col. 1597.

(2) Publicada por Sanuto — *Diarii,* vol. IV, Veneza, 1880. cols. 66-69; Greenlee — o. c. (trad. portuguesa), pp. 227-232; J. Cortesão — *A Expedição de P. Álvares Cabral,* pp. 307-311 (texto italiano); *História da Colonização Portuguesa no Brasil,* II, pp. 168-169 (em italiano); *Arquivo Português Oriental,* t. 1, vol. 1, parte 1.ª, pp. 163-166 (em italiano).

(3) M. Sanuto — *Diarii,* vol. IV, col. 319. Em 20 de Setembro de 1502, Sanuto regista que Pisani falou no Senado «di le cosse di Coloqut assai».

(4) Publicada por Montalboddo, em *Paesi novamente ritrovati,* liv. VII, Vicenzia, 1507 (e reedições italianas, latinas e francesas, das quais falaremos a seu tempo); M. Sanuto — *Diarii,* vol. IV, cols. 99-102; R. Fulin, in *Archivio Veneto,* vol. XXII, Veneza, 1881, pp. 156-158 (do códice do Museo Civico — a mais correcta e completa); Samuele Romanin — *Storia documentata di Venezia,* vol. IV, pp. 457-460 (do códice da Biblioteca Marciana 131, ital, cl. 6, n.º 208); G. Berchet, in *Raccolta Colombiana,* parte 3.ª, vol. 1, pp. 83-86 (texto dos *Diarii* de Sanuto); *Greenlee* — o. *c.,* pp. 221-226, que se serviu do texto dos *Paesi,* comparando-o com o do códice da Marciana, o de Marino Sanuto e o

tem o mérito, tal como as outras expedidas até esta ocasião, de lançar alguma luz nova sobre a viagem de Cabral e carga que trouxe, mas ainda só, como já acentuámos, por informações colhidas da *Anunciada*. Aparece, por vezes, impressa como se fosse de Pisani, quando, na realidade, o embaixador se limitou a remetê-la ao Doge. Juntamente com as duas epístolas de Affaitadi e Marchionni — se também o texto desta última chegou a Veneza —, foram as primeiras notícias que os Venezianos receberam acerca do regresso da expedição e do que acontecera na Índia, embora já tivessem ouvido vagamente alguma notícia da sua chegada à Índia, por intermédio do Cairo. Esta carta de Crético foi, sobretudo, o primeiro relato da viagem de Cabral impresso. Não se conhece, porém, nenhum exemplar dessa edição veneziana (1501), de que apenas resta a memória conservada por Priuli (1). Antes, porém, de divulgada pela imprensa, correu célere até à Alemanha, se esta for a interpretação correcta do facto de se encontrar uma cópia, em alemão, nos papéis do Dr. Conrad Peutinger (2).

Das palavras que precedem a cópia enviada por Pisani, reproduzidas por Marino Sanuti (3), consta que, além dessa, o Senado recebeu ainda outra, mandada por Piero Pasqualigo, novo embaixador que chegou a Portugal em meados de Agosto de 1501, do qual nos ocuparemos adiante.

Descreve a rota pela costa da Mauritânia e Getúlia (na África do noroeste, ao sul dos Mouros e Númidas), para o sul até ao cabo Verde — as Hespérides dos antigos —, onde a Etiópia principia e os antigos terminavam o conhecimento que tinham de África. A costa da Etiópia corre tanto para o levante que corresponde à linha da Sicília. Refere-se ao golfo da Guiné e ao meridiano que passa entre a Córsega e a Sicília

---

do Museo Cívico, através de Rinaldo Fulin (indica variantes entre parêntesis); J. Cortesão — *A expedição de P. Álvares Cabral*, pp. 312-315; E. do Canto — *Copia et Sumario di una letera di Sier. Domenigo Pixani el Cavalier, Orator nostro in Spagna a la Signoria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907 (titulo igual ao dos *Diários* de Sanuto); Bragança Pereira — *Arquivo Português Oriental*, t. I, vol. 1, parte 1.ª cit., pp. 169-172. Conhece-se ainda um apógrafo no Codex Contarini A (VI, 277). Romanin põe em dúvida que a carta pertença a Pasquaglio, e R. Fulin, em 1871 (*Il Canal de Suez e la Republica di Venezia*, p. 182), ainda se não sabia resolver.

(1) Girolamo Priuli — *Diário*, em Fulin, p. 161.

(2) Greiff — *o. c.*, pp. 129-132. Poderia admitir-se a hipótese de Peutinger a ter copiado da versão alemã dos *Paesi*, o que parece pouco provável, por lhe ser fácil adquirir um exemplo; ou de a ter traduzido antes.

(3) Também, por ex., *in* J. Cortesão — *A viagem de Pedro Álvares Cabral*, p. 312. Do Cód. Sneyd, cit., C. 36, a reproduziu a *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, pp. 83-86.

— Nigéria e Camarões. Dista essa costa, da equinocial, continua Crético, 5 a 6 graus. No meio dela encontra-se a Mina do Rei de Portugal, seguindo-se um cabo para o sul, que ultrapassa o trópico do Capricórnio 9 graus, denominado cabo da Boa Esperança (1). Deste ponto até nós, a Barbaria atinge uma extensão de litoral superior a 5 000 milhas. A seguir, vem um cabo que os antigos denominavam *Prasum Promontorium* (perto da ilha de Moçambique) e em que alguns colocavam o termo da África. E como o país dos Trogloditas era outro ponto de que os antigos falavam (geralmente localizado na Somália, mas aqui identificado com toda a costa oriental africana), Crético toma-o como ponto de referência, assinalando o lugar que desde então se tornou célebre — a mina de ouro de Sofala. É certo, lembra uma vez mais o erudito veneziano, que já os antigos afirmavam localizar-se aí a maior abundância do precioso metal. «Daí entra-se no Mar barbárico (o *sinus barbaricus* de Ptolomeu, mais ou menos o golfo Azaniano da Cartografia moderna) e, depois, no da Índia, chegando-se assim a Calecute. *Este é o seu caminho,* que sobe a quinze mil milhas, embora o saibam encurtar muito».

Ainda dentro da narrativa da viagem, conta depois a descoberta do Brasil. «Acima do cabo da Boa Esperança para o este, descobriram uma terra nova que denominam dos papagaios, porque se encontraram alguns com braço e meio de comprimento, de várias cores, de que ele próprio viu dois. Os nautas imaginaram tratar-se de terra firme, visto haverem percorrido mais de duas milhas de costa, sem lhe toparem o fim. Não coincide esta afirmação com o que se sabe por outras vias, nomeadamente a carta de Pêro Vaz de Caminha. Na realidade, Cabral seguiu para a Índia, sem se demorar na exploração da costa, que aliás aconselhou em carta para el-rei. Referindo-se ràpidamente aos habitantes, aponta os mesmos pormenores que feriram a atenção de Caminha: «Homeni nudi et formosi».

Continuando viagem, assinala a ida de alguns navios à Mina Nova, que se julgavam perdidos, e a chegada de sete a Calecute. Conta a seguir a desordem provocada nesse porto pelos mouros, a carnificina de quarenta portugueses e a destruição que os canhões causaram na cidade, como represália. Sabe também que, daí, Gaspar da Índia conduziu o Capitão a outra terra, cerca de quarenta milhas, denominada *Cuzin* (Cochim), que pertencia a rei inimigo do de Calecute, onde se abasteceram de toda a espécie de especiarias. Passaram depois a uma ilha em

(1) Ver em Greenlee — o. *c.*, pp. 221-222, a explicação dos graus referidos.

que se guarda o corpo de São Tomé Apóstolo, acrescenta Crético, transmitindo, porventura, erro de informador.

A primeira notícia desta viagem obteve-a o diplomata veneziano no Paço, quando o rei lhe chamou a atenção para um barco que chegava da Índia, carregado de especiarias. Pôde então apreciar a alegria que o monarca exteriorizou, dando ordens para tocarem os sinos por toda Lisboa, e fazendo percorrer, no dia seguinte, solene procissão pelas ruas da cidade. E já que Veneza o mandara presenciar o que acontecia em Lisboa, o próprio soberano lhe lembrou que «devia escrever ao Doge, para que, de futuro, se abastecesse na capital portuguesa. Prometia prestar-lhe o melhor acolhimento, tanto mais que proibira o Soldão de voltar à origem das especiarias. Ia mandar mais quarenta navios, informa ainda Crético, que comenta, com certo ar de ironia e cepticismo: «Em suma, ele julga que tem a Índia às suas ordens». Viu bem o diplomata. Com efeito, D. Manuel lançava o repto a Veneza, como já o fizera ao senhor do Egipto.

Termina o relatório com a indicação da mercadoria que a *Anunciada* havia trazido e com breve alusão a dois factos ocorridos já em África: a vinda a Lisboa de embaixadores do rei de Ubenam (Benim?), acompanhado de «um presente de escravos e dentes de marfim», esclarecendo que perto dessa terra nascia pimenta que se não comparava com a outra; e que, no regresso, a *Anunciada* encontrara dois navios muito grandes que, tendo saído da Mina Nova, se encaminhavam para a Índia.

Neste entrementes, entra em Lisboa novo embaixador veneziano, o Doutor Pietro Pasqualigo (ou Pascuaglio), escolhido pelo Senado em 26 de Março de 1501, cuja eleição só foi votada em 18 de Julho (1), que veio a Lisboa agradecer a frota enviada a Veneza de auxílio contra o Turco (2) ou, segundo Sanuto, para se congratular pelo enlace matrimonial de D. Manuel com a filha dos Reis Católicos, sendo portador da prenda de uma gôndola «col felze di restagno d'oro». Deu conta ao Senado em 10 de Março de 1505 (3). A 20 de Agosto (1501) pronunciava uma

---

(1) R. Fulin — *Il Canal di Suez e la Republica di Venezia (MDIV)*, cit., Alfredo Reumont — *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, p. 309, apenas sabe que Pietro Pasqualigo passou por Bruxelas em missão diplomática, no ano de 1515, depois de vir de Paris e Londres. — Na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 1, p. 39, dá-se a eleição em 12 de Abril e a confirmação em 8 de Junho.

(2) Góis — *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, ed. cit., p. 154.

(3) *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 1, p. 39; R. Fulin — *Il Canal di Suez*, cit., p. 183.

alocução perante o monarca português, em elegante latim (1). Deslocara-se expressamente a Lisboa, para assistir à cerimónia, o seu colega em Espanha, Domenico Pisani (2). O orador começou por frisar que por toda a Terra corria a fama das descobertas de regiões desconhecidas de Ptolomeu e Estrabão. E, num momento de entusiasmo, irrompe em termos de exaltação incontida: «Feito na verdade admirável e extraordinário, nunca até hoje observado, digno de ser memorado e fixado nas laudas da história, no qual todos os estudiosos devem aplicar e exercer o engenho. O que D. Manuel descobriu, não o conseguiram nem Cartagineses, Romanos ou sequer Alexandre; nem os Reis do Egipto ou da Assíria».

O embaixador engrandece o monarca português, sobretudo porque estabeleceu o comércio com gentes remotas de dois mundos, para bem de todo o orbe universo.

A 18 de Outubro (1501), dez dias depois de chegar um dos navios de Corte Real (3), comunicou esta e outras notícias ao Senado de Veneza (4),

(1) *Petri Paschalici Veneti Oratoris ad Hemanuelem Lusitaniae Regem Oratio.* Impressum Venetiis, per Bernadinum Venetum de Vitalibus Anno Domini MCCCCCI. Die vigesimosecundo mensis Decembris (Exemplar do Department of Printed Books, do Museu Britânico, 12301-dd-12, reproduzido por Eugénio do Canto, Imprensa Nacional, Lisboa, 28 de Junho de 1907). — Desconhecida dos historiadores italianos que se têm ocupado das relações comerciais de Veneza com Portugal, p. ex. R. Fulin — *Il canal di Suez e la Republica di Venezia;* cit. Alfredo Reumont — *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI; cit.* Eugénio Albéri — *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto.* R. Fulin — *o. c.*, p. 182, não tem, pois, razão quando pensa que Pasquaglio já se encontrava em Lisboa quando chegou Cabral (21 de Julho). Também nos parece menos exacto que o embaixador não viesse com intuitos comerciais: «e tanto meno del commercio delle Indie». A missão diplomática que lhe atribui de «eccitare i Portoghesi alla guerra contra del Turco» fora desempenhada antes, por Crético, conforme vimos.

(2) Greenlee — *o. c.*, p. 216, nota, afirma que as cerimónias da recepção do novo Embaixador se realizaram em 12 de Abril, em substituição de Piero Contarini. Mas a alocução está datada de 20 de Agosto.

(3) Nesta data já havia chegado um segundo, a que se refere Cantino, como veremos. Não se percebe, pois, semelhante missão, da mesma forma que se não entende o motivo por que Cantino não alude a esta primeira. Além destas singularidades, uma e outra carta encerram erros manifestos, p. ex. quanto ao número de navios da frota de Gaspar Corte-Real e duração da viagem (cf. D. Peres — *o. c.*, p. 352).

(4) Publicada *in* Marino Sanuti — *Diarii,* IV, Veneza, 1880, 1881, col. 200-201; H. Harrisse — *Les Corte-Real,* Paris, 1883, pp. 209-211; E. do Canto — *Os Corte Real,* in *Archivo dos Açores,* IV, pp. 587-588 (texto e tradução de J. M. P. P. da C.); Peragallo — *Carta del-Rei D. Manuel ao Rei Catholico, narrando-lhe as viagens Portuguesas à India, desde 1500 até 1505,* pp. 102-103 (extractos); *Raccolta Colombiana,* parte III, vol. 1, pp. 87 e segs.

que as recebeu a 28 de Dezembro, e, no dia seguinte, aos irmãos (1). Começa esta última carta, indicando a via que a leva por Sevilha («Sotto lettere per Bartholomeo Marchionni Barba de Dño Benedicto Fiorentino»), em substituição da que utilizara em dias passados («per Piero Verzo Corrier et da poi per via de Valenza»). As duas epístolas pouco diferem entre si. Uma e outra revelam as navegações portuguesas para Ocidente, efectuadas pelos irmãos Corte-Real, que haviam chegado a terras que não pareciam ilhas e, pelo contrário, apresentavam todo o aspecto de se encontrarem ligadas às que Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral haviam descoberto.

No dia 8 (2) tinha chegado uma das suas caravelas enviadas no ano passado a descobrir terra «verso tramontana», sob o comando de Gaspar Corte-Real (3). Trazia a informação da descoberta de nova terra, distante 1 800 milhas de Lisboa, que supunham ser continuação da mesma que, no ano anterior, haviam visto, e a que não puderam aportar, em virtude da agitação das águas oceânicas e dos blocos de gelo, nelas flutuantes. Supõe-se hoje, com bastante fundamento, que estiveram na Gronelândia, no actual Labrador e na Terra Nova (4).

---

(1) Publicada nos *Paesi*, liv. VI, cap. CXXVI e na tradução latina, de Archangelo Madrignano, que, segundo E. do Canto, falsificou o texto italiano «com refinadíssima má fé, atribuindo aos Venezianos o que Pasqualigo diz dos Portuguezes, alterando a data e o logar» (*Archivo dos Açores*, IV, pp. 421 e 423); Bidle — *Memoir of Sebastian Cabot*, Londres, 1831, pp. 239-240; H. Harrisse — *Les Corte-Real*, pp. 211-212; Peragallo — *o. c.*, pp. 103-104 (extractos). Versão francesa: Breydenbach — *Le grant voyage de lherusalem divise en deux parties*, Paris, 1517, na fl. CLXXXVII: *Copie dũes lettres de pierre orateur de la seigneurie de Venise envoyée par la dicte seigneurie au roy de Portugal escripte a les freres de dans Lisbone le XIX iour doctobre mil cinq cens* (H. Harrisse — *B. A. V. Add.*, p. 64.

(2) Assim nos *Paesi*; no dia 7, segundo a versão francesa de Paris, 1515 (cf. Harrisse — *B. A. V.*, l. c.).

(3) A *Carta de doação de D. Manuel a Gaspar Corte-Real, de qualquer ilha ou ilhas ou terra firme que descobrir ou achar*, está datada de 11 de Março de 1500. *In* Manuel M. Velho Arruda — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, pp. 204-206 (Arruda copiou XII onde se lê onze); *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pp. 150-152 — Terá naturalmente iniciado a primeira viagem, próximo dessa data.

(4) H. Harrisse — *Les Corte-Real et leur voyages au nouveau monde*, pp. 135-151; Ernesto do Canto — *Os Corte-Reais*, Ponta Delgada, 1883, pp. 41-56 (id., in *Archivos dos Açores*, IV, Ponta Delgada, 1882, pp. 410-432); D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, p. 352; Francisco Fernandes Lopes — *Os irmãos Corte-Real*, pp. 15-16; Eduardo Brasão — *Os Corte-Reais e o novo mundo*, pp. 115 e 121-122. — Sobre a 1.ª e 2.ª viagens de Gaspar (1500 e 1501) e a de Miguel (1502), ver também Harrisse — *The discovery of North America*, pp. 59-76.

Para se certificarem se era ilha ou continente, percorreram 600 a 700 milhas de costa, sem lobrigar qualquer termo. Verificaram, entretanto, que os rios caudalosos mergulhavam no oceano, inferindo daí que não devia tratar-se de simples ilha. E imaginaram que faria parte da terra dos Papagaios encontrada por Cabral, ou das *Antilie* dos Reis Católicos. O capitão ficara a ver se conseguia apurar a configuração da terra, que já sabiam ser muito populosa. Ele, Pasquaglio, pensa que seja terra firme.

Os nativos que traziam — sete homens e mulheres — assemelhavam-se a ciganos, na cor e no aspecto, sendo todos de estatura bem feita. Vestiam peles de animais, inteiras, sem cortes nem coseduras, e manifestavam boas maneiras. Desconheciam o ferro e, por isso, os instrumentos de que usavam eram de pedra, pontiagudos.

El-rei sentia-se muito satisfeito, sobretudo porque a terra se encontrava coberta de grossas árvores e, por ser muito perto de Lisboa, podia fornecer, fàcilmente e sem demoras, excelente madeira para embarcações. Aguardava-se com ansiedade a chegada da caravela capitaina, que devia trazer informação exacta sobre a espécie de terra encontrada.

A persuasão dos nautas lusitanos, mais do que a do embaixador, parece indicar que os Portugueses acreditavam na continentalidade da América, como acentua Jaime Cortesão (1), embora não se tivesse chegado a alcançar a certeza, pela indagação de Gaspar Corte-Real, que não regressou (2). Contudo, não cremos, como o faz H. Harrisse, que para os navegadores portugueses, como para os de outras quaisquer nações, essas novas terras nada mais fossem, em 1500, do que o litoral do Cataio (3).

Como veremos adiante, à chegada dessa caravela dos Corte-Reais assistiu também Alberto Cantino, que igualmente relatou o que viu, três dias depois da chegada de dois barcos dos Corte-Reais. Deste modo, a notícia transpirou apenas por meio dos diplomatas, visto que D. Manuel se lhe não referiu, em nenhuma das cartas em que anunciou as descobertas portuguesas. E, se não fossem os dois italianos, estas navegações mergulhariam ainda em maiores incertezas, visto os cronistas que a elas aludem — António Galvão, Damião de Góis e Jerónimo Osório — pouco esclarecerem. A emis-

---

(1) J. Cortesão — *A carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 85.

(2) H. Harrisse — *Les Corte-Real*, pp. 209 e segs.

(3) A este respeito, convém lembrar a toponímia que Gaspar Corte-Real foi pondo ao litoral, reconstituída por Henry Percival Biggar — *Les précurseurs de Jacques-Cartier, 1497-1534*, Ottava, 1913, e Milton Alexander Buchanan — *Notes on portuguese place-names in North-Eastern America*. Citados em E. Brasão — *Os Corte-Reais*, pp. 124-126.

são ou imprecisão justificam-se pelo facto de essas terras ficarem dentro da parte do mundo concedida à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (1). Pasquaglio deixou Lisboa pouco depois, para se juntar aos Reis Católicos em Saragoça, encarregando Giovanni Francesco Affaitadi de o pôr ao corrente do que fosse sucedendo (2).

Um dia antes de Pasquaglio, escrevia de Lisboa, a 17 de Outubro de 1501, a Hércules d'Este, duque de Ferrara, Alberto Cantino uma carta (3) a relatar a chegada da segunda caravela de Gaspar Corte-Real. Ainda há quem não saiba determinar rigorosamente as funções que o florentino exercia em Lisboa (4). Não seria embaixador do duque de Ferrara, podendo naturalmente enquadrar-se, como sugere Harrisse, no número dos mercadores italianos que actuaram em Portugal ou nas navegações portuguesas. Mas os actos posteriores, sobretudo a aquisição do mapa que hoje se conhece com o seu nome, denunciam bem a função oculta sob o aspecto de comerciante.

Nesta carta, Alberto Cantino, depois de enunciar que chegou um dos barcos saídos nove meses antes, à procura de terras ou ilhas a ocidente («alle parte de tramontana»), acentua que lhe parecia não dever deixar de comunicar notícias apuradas nessas paragens, prometendo voltar a transmitir novidades, se o último barco trouxesse alguma que valesse a pena. Ouvira-as do próprio capitão: «Precisamente tutto quello quel fú per il capitan al Re, me presente, racontato, qui di sotto distinctamente scrivo».

Na ida percorreram mar, durante quatro meses, e só no quinto lobrigaram algo de diferente — enormes blocos de gelo a boiar nas águas, de cuja parte superior caía água desfeita pelo sol, a qual recolheram nos batéis.

---

(1) Ver mapa, p. ex., na o. c., de Francisco Fernandes Lopes, em que apenas parte da Gronelândia cai a oriente do meridiano convencionado.

(2) H. Harrisse — o. c., p. 210.

(3) Publicada por H. Harrisse — *Jean et Sebastien Cabot,* Paris, 1882, p. 262; Id., *Les Corte-Real,* Paris, 1883, pp. 204-208; Id. — *Document inédit concernant Vasco da Gama. Relation adressée à Hercule d'Este, duc de Ferrara,* Paris, 1889, pp. 29-33. Até então, inédita no Arquivo Estatal de Módena — Dispacci della Spagna, Cancelleria Ducale. Reproduzida da primeira obra de Harrisse, por E. do Canto, em fac-símile, separata de *Archivo dos Açores,* IV, 324 (com tradução portuguesa), ou seja, da sua obra *Os Corte-Reais* (*ibd.,* IV, 385-590. A carta ocupa as páginas 424-426). Daqui a extraiu Peragallo para a sua *Carta de D. Manuel,* cit., pp. 100-102 (só a parte referente à América); e para a *Reccolta Colombiana,* parte III, vol. 1, pp. 151-152.

(4) H. Harrisse — *Les Corte-Real,* p. 52. Eduardo Brasão acusa a influência do douto americanista, mudando, parece que irònicamente, a designação que anteriormente lhe havia dado, de espião para observador (o. c., p. 16). Também o designa por «suposto agente» (o. c., p. 117).

Pouco se demoraram aí, pelo perigo evidente que corriam, e passaram adiante. Foram ter a um mar gelado, que os forçava a abandonar a empresa. Mas tornearam a dificuldade (verso maestro et ponente), dirigindo-se mais para poente. O tempo ajudou-os e, no primeiro dia do quarto mês, avistaram um enorme país, a que acostaram, entrando mesmo uma légua por um dos grandes rios que encontraram. Muitas e boas frutas; árvores enormes; animais ferozes, como lobos, raposas, tigres, veados de muitas espécies, lindíssimos. Ele próprio teve oportunidade de ver, tocar e admirar alguns nativos dos cinquenta que trouxeram a Lisboa. São um pouco mais altos que nós, com membros proporcionados; os cabelos dos homens eram longos; os olhos puxam ao verde e, quando fixam, o rosto toma aspecto feroz; não se percebe a voz, mas não se nota aspereza; os gestos são mansos e denotam grande prazer. A mulher que veio tem seios pequenos e um belo corpo e aspecto bastante gentil, de cor mais branca do que outra cousa; quanto ao homem, é muito mais negro. Apenas cobrem as vergonhas com uma pele. Não têm armas nem ferro e só utilizam pedra em tudo que fabricam.

Na ida, segundo Cantino, a viagem demorara cerca de nove meses, mas, no regresso, o navio chegado não gastou mais que um mês, percorrendo 2 800 milhas. O outro ficou a explorar a costa, para se inteirar se era ilha ou terra firme.

Até aqui, pois, a carta de Cantino coincide, nas notícias, com a de Pasquaglio, até na promessa final de voltar a escrever quando viessem os outros barcos (1). Não terá havido simplesmente fonte comum de informação? O resto da carta refere acontecimentos de Espanha e o convite de D. Manuel para repousar uns dias no Paço de Sintra, que descreve sem grandes pormenores.

1.3 — *A Relação do Piloto anónimo sobre a viagem de Cabral (1501).* — Por esta designação é conhecido um circunstanciado relato da viagem de Pedro Álvares Cabral, que serviu de fonte aos cronistas de Quinhentos, nomeadamente a Castanheda e Góis, e, antes deles, a D. Manuel, quando escreveu aos Reis Católicos. O seu maior valor provém-lhe do facto de ser redigido por pessoa que acompanhou a armada e por se tratar de documento único, se não no sentido de *único escrito*, pelo menos, *único conhecido*, com as suas características (2).

(1) *L. c.*, p. 206.

(2) Perdeu-se o original, mas salvaram-se quatro apógrafos, em dialecto veneziano. Três guardam-se na Biblioteca Marciana, de Veneza (Contarini A. e B., e um terceiro, mais resumido), e o quarto na Sneyd Collection, em Newcastle-on-Tyne, que parece ser

A autoria anda ligada com a difusão que alcançou na Europa. A tipografia deu-a como obra de um piloto português, mas a legenda que se apôs no volume impresso pode ter sido escolhida para valorizar a obra. Antes, porém, de nos abeirarmos do próprio escrito e de conhecermos os documentos que lhe dizem respeito, pode-se partir do princípio de que se trata de um daqueles diários de bordo que sempre se escreviam nas viagens dos descobrimentos.

Lendo-o, depressa se apura que o autor ia a bordo da nau de Cabral, da de Simão de Miranda ou da de Pedro de Ataíde, depois da tempestade, e regressou com um dos dois primeiros. Talvez se trate de pessoa que desempenhava funções de relevo, diversas das de piloto, porventura um escrivão, como veremos. Contava-se no número dos acompanhantes de Cabral, aquando da visita ao Samorim de Calecute, não podendo ser o próprio capitão, por este também se encontrar na ocasião dos tumultos, em que o autor esteve presente, aparecendo nesse passo como pessoas distintas.

Contudo, o facto de D. Manuel, na carta aos Reis Católicos, sublinhar que estava «largamente informado pelo dito meu capitão», a respeito do mar Vermelho, leva Greenlee a recordar a descrição desse mar na *Relação*, para concluir: «É possível que esta referência seja indicação de ela ser o relatório oficial de Cabral, embora não escrita por ele» (1). Era, sem dúvida, português — assenta o mesmo autor — e homem de inteligência

---

o mais antigo, se o Contarini B. não for anterior ao Contarini A. O quarto foi copiado depois de 1423. C. Malheiro Dias (*História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 2.º vol., p. 75, nota) e Greenlee (o. *c.*, p. 219) ainda o denominam Códice Soranzo, por haver pertencido ao patrício Jacopo Soranzo, depois de sair da posse do Senado, a quem Malipiero o oferecera. Quando a biblioteca Soranzo se dispersou, as cartas de Trevisando, a *Relação do Piloto anónimo*, a carta de D. Manuel aos soberanos espanhóis (1501) e outros documentos sobre viagens marítimas peninsulares, foram parar à Biblioteca do Congresso, depois de pertencerem, entre outros, a Walter Sneyd. Também no códice 1910, da Biblioteca Riccardiana (Vaglienti), se conserva uma cópia incompleta (fls. 57-60-v e 71-75 v), remetida de Portugal em 20-5-1503, que, pelas indicações de Uzielli, pareciam ser texto de duas cartas. Contudo, os dois trechos indicados seguem um ao outro, terminando oito capítulos. — Publicou-se, pela primeira vez, em 1507, nos *Paesi* (e suas versões) e em *Navigazioni e Viaggi* (1550) de Ramúsio. Em retroversão para português, saiu na *Collecção de Noticias Ultramarinas*, t. II, n.º 3; J. Cortesão — *A expedição de Pedro Álvares Cabral*, pp. 260-297; Greenlee — o. *c.*, pp. 147-193 (enquanto este autor a verteu da primeira edição dos *Paesi*, o tradutor português serviu-se da edição de Ramúsio, de 1556); A. Bragança Pereira, in *Arquivo Português Oriental*, t. I, p. 1, Bastorá, 1936, pp. 116-148 (texto da *Collecção de Noticias*).

(1) Greenlee — o. *c.*, p. 146, nota 2.

e educação acima do vulgar. Pela forma cuidada e concisa dada ao relato, parece poder deduzir-se que se trata de registo oficial da viagem ou, pelo menos, de narrativa destinada à publicação — depõe o mesmo historiador.

Mas, não se terá antes de pensar, atenta a leitura da *Relação*, num comerciante (feitor, no caso de ir por conta de el-rei), ou num escrivão, da nau ou de feitoria ou, enfim, em pessoa que simultâneamente exercesse os dois misteres? Com efeito, o pronome pessoal que amiúde utiliza — *nós* — nem sempre se deve referir ao conjunto dos portugueses e, nalguns casos, ao dizer-lhes respeito, serve também para incluir o autor no número dos negociantes lusos. As únicas funções que do texto se inferem são precisamente as de comerciante: «e enquanto nós (...) andávamos alguns pela terra, tratando nos nossos negócios (...)»; «Éramos cousa de setenta homens de espada e capa». Quem usava capa e espada pertencia à classe nobre.

A circunstância de a representação do rei português perante o de Calecute recair, em certo momento, em pessoa que não ia no grupo, vindo a dar-se a indivíduo que se ofereceu, Francisco Correia, que a retradução diz ser «cavalheiro» (não será cavaleiro?), faz-nos supor que o autor da *Relação*, sendo nobre, não passaria de escudeiro.

Noutro passo insiste: «nós (...) temos negociado»; «e logo principiámos a ver algumas mercadorias, de que comprámos parte», «e assim estivemos dois meses e meio, antes que o dito tratado se acabasse de assentar». Há um passo na *Relação*, que desvanece todas as hesitações. É quando o autor atribui à falta de contacto, pensarem alguns que o rei de Calecute era cristão. Devia-se essa crença ao facto de «não terem sabido tanto dos seus usos como nós, que temos negociado bastante em Calecute». Quem eram esses alguns e quem *nós?* A oposição estabelece-se entre a armada de Cabral e a frota de Gama, ou mesmo entre os da primeira, que foram a terra, e os que ficaram nos barcos, tendo-se limitado a falar com visitantes. Mas o *nós* também pode referir-se a ele só, que andou na terra com olhos de ver, como se observa na *Relação*.

Por outro lado, fala de pilotos como pessoas de funções diferentes das suas: «(...) todos os pilotos e aqueles que tinham cartas de navegar, diziam que estávamos junto a terra». Também não seria um dos capitães, pois não entrou num conselho: «e tendo Pedro Álvares conselho com os outros capitães (...)». Feitores iam vários, além do feitor-mor, porque a viagem levava, entre outros fins, o de exploração comercial. Em face do exposto, inclinamo-nos, com Greenlee e Jaime Cortesão, para que o autor

fosse escrivão, propondo o primeiro que pudesse ser João de Sá, homem experimentado que andara embarcado, com iguais funções, na expedição de Vasco da Gama, de que se sabe ter regressado (1). Aliando a qualidade de comerciante à de escrivão, que era, na verdade, quem por missão devia apontar os factos sucedidos de maior tomo, talvez se não ande muito longe se concluirmos que o autor da *Relação* foi um escrivão da nau, parece que da capitaina.

Contudo, há quem pretenda atribuir a paternidade do escrito a um italiano, o já mencionado Giovanni Matteo Crético. Documentos encontrados há poucos anos revelam que o diarista Domenico Malipiero, atento como estava aos grandes acontecimentos da sua época, pediu a Angelo Trevisano, ao tempo secretário do embaixador veneziano em Espanha, Domenico Pisani, que lhe obtivesse narrativa das viagens de Colombo e de Cabral. Como resposta, recebeu o hoje denominado *Libretto*, de que nos ocuparemos adiante, e a garantia de que, em Lisboa, Crético já escrevera um pequeno trabalho sobre a viagem de Calecute, que aguardava todos os dias (2): «ho fatto un'opereta del viazo de Calicut». Mais tarde, porém, o mesmo Trevisano informava, sem corrigir explìcitamente a notícia anterior, que o secretário em Lisboa chegara de Portugal em fins de Setembro, muito inteirado do que respeitava à viagem de Calecute e andava a escrever uma narração, «que sarà molto bello et grato a chi se delecta de tal cose» (3). É natural que essa prosa de Crético tenha chegado a Veneza depois de impresso o *Libretto* (1504), uma vez que não foi editada nessa ocasião, mas nada autoriza a identificá-la com a *Relação do Piloto anónimo*, como o faz, entre outros, Marcondes de Sousa (4), depois de Carlos Malheiros Dias (5).

Sucede, porém, conforme já advertiu Greenlee, que não há nele indícios de influência italiana. Por outro lado, parece ter sido escrito em forma de diário, enfocado por um português, e não por um italiano. Efectiva-

---

(1) Greenlee — o. c., p. 149; J. Cortesão — *A carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 23.

(2) Cartas de Granada, 21 de Agosto e 2 de Setembro de 1501, in *Raccolta Colombiana*, P. III, vol. I, pp. 47 e 54.

(3) *Raccolta Colombiana*, P. III, vol. I, p. 62.

(4) T. O. Marcondes de Sousa — *A divulgação pela Imprensa da notícia do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*, in *Revista de História*, n.º 58, Abril-Junho, S. Paulo, 1964, p. 393.

(5) Carlos Malheiro Dias — *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. II, Porto, 1923, p. 75, nota 2.

mente, se tivesse saído da pena de um italiano, mal se percebe o interesse que lhe podia despertar o que nele se lê a respeito do Brasil, parecendo sobretudo que as notícias referentes ao comércio das especiarias deveriam ter outra extensão.

O facto de o texto impresso o dar como traduzido do português suscita dúvidas a quem se lembre poder-se tratar de simples artifício do editor. Mas, como se explicará essa mesma advertência nos apógrafos conhecidos? Que foram tirados da obra de Montalboddo, Grineus ou Ramúsio (1)? Apesar de cómoda a suposição, ver-se-á adiante que, pelo menos três delas, são muito próximas do regresso da expedição, e uma, a do códice de Vaglienti, indica, expressamente, o envio de Lisboa, em 20 de Maio de 1503. A circunstância de se conservar uma cópia entre as cartas de Malipiero pode provar de mais, segundo nos parece, como seria que tudo quanto aí está transcrito, sem indicação de autor, seria de Crético. No campo das hipóteses é lícito ainda supor como possível, por exemplo, preferência de Malipiero por relato mais circunstanciado (o da *Relação do Piloto anónimo*), que lhe viesse às mãos, em vez da relação de Crético. Por outro lado, como as informações de Trevisano são contraditórias, na medida em que a primeira diz encontrar-se a relação escrita e a segunda refere que estava a ser redigida, também podemos taxá-las de imprecisas, e, em vez de quererem indicar trabalho original, deverem significar apenas tradução.

Por fim, e ainda entre outros possíveis reparos, apenas acrescentaremos que o estilo da narrativa, conforme também advertiu Greenlee, não é o do erudito professor de grego que ressalta da carta à senhoria (2). Nem seria necessário recorrer à sua intervenção para se explicar a pronta saída do manuscrito português que, como se disse, também foi mandado em 1503. Cremos, no entanto, que as diligências incidiram precisamente na obtenção da cópia do original e, sem dúvida, na sua tradução. Como Trevisano comunicava a Malipiero, a respeito do *Libretto*, escrito originàriamente por Anghiera, em latim, também terá querido, com mais razão, trasladar a relação «in vulgar per mazor sua comodità».

Impressa logo depois, ou não, é certo que a *Relação do Piloto anónimo* saiu da esfera particular de Domenico Malipiero, se é que se não

---

(1) Autores de colectâneas em que a *Relação* apareceu impressa, como diremos a seu tempo.

(2) Greenlee — *o. c.*, pp. 147-148.

pode atribuir a este, ou à sua influência, a autoria da carta apócrifa de D. Manuel, que se editou em Roma, no ano de 1505, de que nos ocuparemos noutro lugar. Da leitura deste folheto, fica-se com a impressão de que o autor a utilizou.

Pode, pois, haver dúvida se Crético terá escrito outra relação diferente da do piloto anónimo. O que não permite hesitações é que o secretário veneziano levou a *Relação do Piloto anónimo*, juntamente com um precioso mapa, de que trataremos no lugar próprio. Por estas duas conquistas exultava Trevisano, em carta de 3 de Dezembro de 1501, encontrando-se já Crético em Espanha: «O certo é que vós tereis e sabereis à nossa chegada tantas particularidades, como se estivésseis em Calecute e mais longe, e de tudo vossa Magnificência será feita partícipe, como talvez outros não sejam» (1).

Mas foram! A *Relação* espalhou-se, como se conclui da existência, ainda hoje, de cinco cópias quinhentistas, e quatro delas muito próximas do regresso da viagem. Desse modo conseguiram, os que se interessavam por novas terras e novos povos, travar conhecimento, antes de mais, com uma terra nova que «abunda em muitas árvores». Os nativos apresentavam a particularidade de se não parecerem com os habitantes de África nem com os da Índia. Era «gentes de cor parda», entre branco e preto, bem dispostas, de boa compleição física, cabelos compridos, sem qualquer espécie de vestuário, nem sombra de vergonha, quer homens, quer mulheres. Daqueles, cada um levava seu arco com flechas.

A diferença dos povos já conhecidos notava-se ainda na linguagem, visto não haver ninguém na armada que os entendesse. Sabemos por Barros (2) que na frota seguiam «línguas» da Guiné e de árabe, isto é, de idiomas de África e do Oriente. Uma circunstância, sobretudo, diversificava estes povos de todos os demais: misturavam-se fàcilmente com os portugueses, dançavam, tocavam e metiam-se ao mar, com água até aos peitos, em incansável folia. E os marinheiros voltavam à terra firme, para se divertirem e distraírem com eles. «Alguns dos nossos foram à terra donde estes homens são, que seria a três milhas da costa do mar, e compravam papagaios e uma raiz chamada inhame, que é o seu pão e também os árabes comem».

---

(1) *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, p. 62.

(2) Barros — *Década I*, p. 183.

Greenlee, baseando-se em Metraux (1), assevera ser pràticamente certo que os tupinambás ignoravam o inhame, e que, por conseguinte, os Portugueses confundiram o inhame, que conheciam bem, com a cassava ou raiz de mandioca (2).

Dormiam em redes, não usavam ferro, cortando a madeira com uma pedra. As casas, de madeira, cobertas de ramagem de árvore. Pássaros de várias cores forneciam-lhes penas vistosas, com que adornavam os chapéus ou barretes. Abundavam peixes de múltiplas espécies, uma das quais nunca vista. Estas seriam do tamanho de uma pipa, e mais compridos e redondos, com a cabeça do feitio de um porco, olhos pequenos, sem dentes, orelhas compridas. Pela parte inferior do corpo mostravam dois orifícios, tendo uma cauda do tamanho de um braço, de comprido, e outro tanto de largura. Não possuíam pés e a pele era da grossura de um dedo. A carne, gorda e branca como a do porco.

Inclinam-se os cientistas para reconhecerem, na descrição, a manati, mamífero herbívoro que vive nas baixas dos rios e estuários. Tem oito a dez pés de comprimento, cauda larga em forma de pá. Os membros anteriores são barbatanas ou pás, faltando-lhes os membros posteriores. O corpo é redondo e mole, pouco realçando os pequenos olhos e orelhas (3).

Estava-se, efectivamente, em face de um mundo novo, que eles haviam «achado», «visto e descoberto», e D. Manuel, em 1501, mandara «descobrir», pela frota em que viajou Américo Vespúcio. Aos tripulantes da armada de Cabral se deve, pois, conceder a prioridade do conceito de um mundo novo, e não a Vespúcio, como já advertiu Jaime Cortesão (4).

No prosseguimento da expedição, o autor da *Relação* conduz-nos por rota nunca seguida, do continente americano (que ainda não sabiam se era continente ou simples ilha) para o cabo da Boa Esperança, achando-se os barcos engolfados no mar, «mais de mil e duzentas léguas, isto é, quatro milhas por légua».

---

(1) Metraux — *La Civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, Paris, 1928, p. 66.

(2) Greenlee — o. *c.*, p. 154, nota. Tal como a respeito do emprego desta palavra por Caminha, como já vimos, igualmente o Dr. Carlos França pensa que também aqui equivale a mandioca e não ao verdadeiro inhame (o. *c.*, p. 19).

(3) Id., *ibd.*, pp. 155 e segs.

(4) J. Cortesão — *Descobrimentos Portugueses*, 2.º voi., p. 84. — Ver, também, a este respeito, W. G. L. Randles — *Le Nouveau Monde, l'Autre Monde et la Pluralité des Mondes*, p. 348.

A 16 de Julho chegaram à «vista de terra da Arábia». Os geógrafos que o leram, deviam ter ficado perplexos com a informação, porque o autor não explica que, de Sofala para cima, os árabes se misturavam com os negros, tendo-se muitos destes convertido ao islamismo.

Reinos africanos encontraram, primeiro, o de Quíloa, cujo soberano também designa por rei de Sofala, ao qual pertencia a mina de Sofala e a ilha de Moçambique — topónimos inteiramente novos para os geógrafos europeus. Este troço da costa africana era terra muito populosa, de «muitas frutas», «muitos rios grandes e muitos animais». Na ilha de Moçambique habitava pouca gente, se bem que não faltassem «mercadores ricos». Era bom porto e ficava perto da terra firme. A ilha de Quíloa, também de pequenas proporções, encontrava-se junto à terra firme e possuía uma «bela cidade», com casas altas, «ao modo de Espanha». Os moradores, entre os quais se contavam, igualmente, alguns negociantes ricos, andavam vestidos de panos de algodão, finos, de seda e de brocados finíssimos. A cor da pele era ainda negra.

A seguir, passaram pelo reino de Mombaça e cidade do mesmo nome, mas nada mais relata a este respeito. Foi em Melinde, que lhes proporcionou excelente acolhimento, que puderam observar bem, tudo quanto havia. O rei mimoseou-os com abundância de carneiros, galinhas, arroz, leite, manteiga, tâmaras, mel e frutas de toda a espécie. O narrador aproveita o ensejo para informar que não ofereceu pão, porque eles o não comem. Começaram então a derivar para Calecute, atravessando o «golfão», sem tocar na cidade de mouros, «chamada Magadasio (Mogadoxo), muito rica e bela», nem, mais adiante, numa «ilha grandíssima, com outra cidade, também muito bela e grande, cercada de muralhas», denominada Zognotorre (Socotorá?). Sabiam ainda que, «seguindo mais adiante pela costa, se encontrava a boca de um estreito — o de Meca —, o qual teria de largo légua e meia. Dentro dele, jaz o mar Roxo, bem como a casa de Meca e de Santa Catarina do Monte Sinai. Por aí se escoavam as especiarias e jóias, até ao Cairo e Alexandria.

Com estas últimas informações já ninguém aprendia nada de novo e, talvez por isso, o autor se limitou a breve apontamento, acrescentando mesmo que, «deste mar se poderiam contar muitas e grandes coisas», que passa em silêncio. O muito que havia para narrar podia provir, como sugere Greenlee, de pilotos indígenas ou de mapas árabes, apesar de o autor, antes de terminar este capítulo sobre o mar Vermelho e golfo Pérsico e a ilha de Angediva, anotar que «tudo isto que está escrito neste capítulo foi visto por nós». Naturalmente, visto, mas completado pelos guias que

os acompanhavam. Assim se explica, por exemplo, a confusão que, pouco adiante, Greenlee sublinha, a respeito do topónimo Julfar. No mesmo estilo de apontar a geografia das terras e mar próximo, entra na Ásia e elucida que da outra banda do Estreito se encontrava o mar da Pérsia, na qual existiam «grandíssimas províncias e muitos reinos sujeitos ao Grão Soldão da Babilónia». Nesse mar sobressaía uma pequena ilha de nome Julfar, em que se pescam muitas e belíssimas pérolas, e outra, já na embocadura, chamada Agremus (Ormuz), com «belos cavalos que se levam a vender por toda a Índia».

Conforme adverte Greenlee, «o autor confunde o nome desta ilha, cujas águas eram célebres pela pesca das pérolas, com Julfar, cidade interior» (1).

«Passado o mar da Pérsia, aparece uma província que se chama Cambaia», que, segundo corria, era a terra «mais produtiva e abundante que há no mundo», pois dava, em abundância, trigo, cevada, arroz, cera, açúcar, incenso, e fabricava panos de seda e algodão, não lhe faltando «muitos cavalos e elefantes». Aqui começa pròpriamente a Índia, informa o anónimo autor da *Relação*, encontrando-se pela costa adiante, até Calecute, «grandes e belíssimas províncias e reinos de mouros e idólatras».

Começavam a surgir terras que os geógrafos europeus desconheciam. Mas ele não intentava fornecer-lhes elementos para corrigirem os seus conhecimentos. E não pormenorizou, fascinado como estava com a grandeza de Calecute. Apenas referiu, antes de aí chegar, que a primeira terra da Índia que lobrigaram foi a do reino de Goga. Logo que a reconheceram, deixaram-se seguir pela costa adiante, até atingirem a pequena ilha de Angradida (Angediva), duas milhas distante da terra firme e setenta léguas de Calecute.

A importância desta cidade e de todo o reino media-se pelo esplendor verdadeiramente oriental em que vivia o rei. Residia numa casa alta, sentava-se num estrado coberto de seda cor de púrpura, com duas ou três almofadas de seda debaixo do braço, trajando um pano de seda e algodão, todo lavrado de ouro. Das orelhas pendiam grandes brincos de ouro, marchetados de rubis, diamantes e duas pérolas muito grandes, uma das quais maior que uma grande avelã. Nos braços, ostentava braceletes de ouro, adornados de ricas jóias e pérolas; nos dedos das mãos, rubis, esmeraldas, diamantes, um deles do tamanho de uma fava grande; nas pernas e pés, igualmente adornados, salientava-se, num dos dedos, «um anel de um rubim e carbúnculo de maravilhoso brilho e preço. Dois cintos de ouro, carre-

(1) Greenlee — *o. c.*, p. 165, nota 5.

gados de rubis, completavam o esplendor da pessoa de sua majestade, que, ao seu lado, tinha uma enorme cadeira de prata, com braços de ouro, engastados de jóias e pedras preciosas.

A riqueza não parava aqui, mas isto só por si chegava bem para impressionar qualquer leitor, de forma a poder idealizar o poderio do Samorim de Calecute. Aí era o *hinterland* das especiarias que carregavam as naus de Meca, que é como quem diz, árabes que forneciam o soldão do Egipto. Os Portugueses desceram e puderam ver livremente todo o aglomerado. Cidade extensa, sem muros, com «muitos lugares vazios» no seu interior, porque as casas, cercadas de muros, ficavam afastadas umas das outras, com árvores, lagos e poços dentro de cada cerca. Abriam-se lagos pela cidade fora, para lavagem do «povo miúdo», que, decerto, os não possuía junto de suas casas.

Deixemos de parte os usos e costumes da população e, até mesmo, o regime de vida no palácio real, para nos fixarmos, de preferência, nas informações geográficas. Alude o autor a duas «castas» de mercadores que, de longe, vinham negociar a Calecute. Deles terá, porventura, colhido os dados que nos deixou. Os Guzarates, naturais da província de Cambaia, mais brancos que os naturais de Calecute, além de comerciantes, são grandes músicos e escritores, utilizando na escrita folhas de palmeira, com pena de ferro, sem tinta. Idólatras, adoram o Sol, a Lua e as vacas, e acreditam em feitiços e adivinhações. Não comem nada que padeça morte, nem pão, nem bebem vinho. Vestem de algodão fino e usam os cabelos e a barba muito compridos, aqueles enrolados como as mulheres. Monogâmicos, são muito ciumentos e as mulheres «muito belas e castas».

De uma outra província, que não nomeia, provêm os mercadores zetietics, mais negros que os anteriores e andam nus. O autor alude aos Chettys, casta tâmil de negociantes, do sul da Índia (1). «Estas gentes são os maiores feiticeiros que há no mundo». Todos os dias falam invisìvelmente com o Demónio. As suas mulheres são muito luxuriosas como os animais. Juntamente com os nativos habitam mouros naturais de variadas regiões (Meca, Turquia, Babilónia, ou seja Egipto e Pérsia, etc.), que dominavam o comércio de Calecute. Por suas mãos passavam «todas as mercadorias que vêm a esta cidade».

Vale a pena transcrever-lhes os nomes, que muitos certamente ignoravam e talvez ainda hoje se ignorem: «jóias de muitas espécies, sedas muito ricas, almíscar, âmbar, benjoim, incenso, madeira aloés, ruibarbo,

(1) Greenlee — o. c., p. 179, nota 1.

porcelana, cravo da Índia, canela, pau-brasil, sândalo, laca, noz-moscada e massa — tudo isto vem de fora; gengibre, pimenta, tamarindo, mirabólano e canafístula, que nascem em Calecute, juntamente com alguma canela brava».

Ainda não longe da região em que se encontrava, «na montanha deste reino», o autor coloca o reino de Narsinga, de que apenas sabe os costumes mais provocantes: o soberano dispõe de grande número de mulheres — 200 ou 300. Estas, tal como todas as casadas, queimam-se vivas, numa cova em que se lançam, ao som de música, quando lhes falecem os maridos. A isso, junta um dado de experiência própria. Louva muito os elefantes, tão bem ensinados para as lides da guerra que só lhes falta falar. «Entendem tudo, como pessoas humanas. E isto vimos nós em Calecute». Possantes, dois deles arrastam uma nau para terra. A propósito de naus, aponta os meses em que podem navegar: apenas de Outubro-Novembro até ao fim de Março. «Nestes meses é o Verão deles e, nos outros, o Inverno».

Após peripécias que não interessam ao nosso propósito, partiram para Cochim, a trinta léguas de Calecute. Era reino distinto, mas usavam a mesma língua e mantinham alguns hábitos idênticos, por exemplo, o de não comerem no mar, sob risco de nunca mais poderem ver o seu rei.

No regresso a Portugal, o primeiro reino que encontraram, nessa mesma costa, foi o de Cananor, «que é de cafres», isto é, negros, embora ainda falassem como os habitantes de Calecute. Principiaram então a atravessar o golfo para Melinde, isto é, a caminhar para a costa africana, que percorreram até à ilha de Moçambique. A explorar Sofala, que o capitão Sancho de Tovar disse ser «uma pequena ilha na embocadura de um rio», partiu então uma caravela. Aí, vindo de uma mina situada numa montanha, chegava o ouro, que os maometanos comerciavam.

1.4 — *Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (1501).* — À medida que os feitos marítimos se sucediam, D. Manuel não se continha em si e espalhava o seu esfuziante contentamento, comunicando os feitos aos monarcas da Europa, ao mesmo tempo que aos juízes, vereadores e procuradores das vilas e cidades do próprio reino. As naus partiam umas atrás das outras. Ainda não havia chegado a frota de Cabral, já seguia a de João da Nova, e, antes de esta voltar, pôs-se a caminho a de Vasco da Gama, continuando ele por lá, quando partiram os Albuquerques. O delírio apossou-se de toda a gente. No meio do desalento e do desespero provocados pelos naufrágios e dificuldades de contactos humanos,

nascia a esperança e um domínio completo da situação, que consentiria comerciar na origem das riquezas e descortinar todo o maravilhoso Oriente. Falava-se dos costumes das gentes exóticas, da fabulosa riqueza da terra, exuberância da flora e do monstruoso da fauna.

Também deste período se não conhece toda a correspondência que o soberano dirigiu aos príncipes europeus. Mas já se inventariaram cartas para os reis da França e de Inglaterra, soberanos de Espanha e imperador da Alemanha e outras altas individualidades, posto que nem todas versem o tema dos Descobrimentos. Teremos oportunidade de nos referirmos às que mais se aproximam deste assunto. Da correspondência interna, relevamos, a título de exemplo, as epístolas endereçadas aos juízes, vereadores e procurador do Porto e de Elvas, com informações dos êxitos alcançados em terras de além-mar, nomeadamente as de 1505 e 1506, a respeito da vitória sobre o rei de Calecute (1), e a que mandou — decerto, não caso único — ao arcebispo de Braga, em 19 de Julho de 1508, quase igual a uma para o juiz, vereadores, etc., sobre a vinda da armada da Índia (2).

A Crético sugeriu D. Manuel que escrevesse para Veneza, a dar conta do êxito da viagem de Cabral e a aconselhar que viessem a Lisboa adquirir as especiarias. Apesar de insistido, aos Reis Católicos só endereçou uma missiva, com bastante atraso, de que hoje se desconhece o original. Restam, porém, três versões, aliás divergentes nalguns pormenores: a que Navarrete, antes de se conhecerem as restantes, publicou em língua espanhola; a que seguiu para Veneza, em português, decerto a título informativo, por iniciativa de algum comerciante ou diplomata, visto lhe faltar o endereço e se encontrar em arquivo do Estado, naturalmente por Pasqualigo, como supõe o professor Belgrano partindo «dall'annotazione che reca sul dorso»; e uma terceira em italiano, recolhida no códice já

---

(1) Publicadas por E. do Canto — *Carta de El-Rei D. Manoel para os juízes, vereadores, etc. da cidade do Porto*, Lisboa, 1908 (reeditada por Bragança Pereira, em *Arquivo Português Oriental*, t. I, vol. I, parte I, p. 366); *Carta de El-Rei D. Manoel para o Juiz, Vereadores e Procurador da Vila de Elvas*, Lisboa, 1908; *Carta de El-Rei D. Manoel para o Juiz, vereadores, procuradores, fidalgos, cavalleiros, escudeiros, homens bons e povo, dando parte da vinda da Armada que foi à Índia*, Lisboa, 1907. — Este costume régio, iniciado, pelo menos, com a viagem de Vasco da Gama, como vimos, continuou, supomos que ininterruptamente. (De 30 de Janeiro — ou Junho? — de 1509, às autoridades civis de Elvas, em Jean Aubin — *Mare Luso-Indicum*, t. I, pp. 145-149; de 17 de Junho de 1511, sobre a tomada de Goa, à Câmara de Silves, ver A. Iria, *A conquista de Goa*, p. 122).

(2) Publicada nas *Cartas de Afonso de Albuquerque* (edição da Academia das Ciências), t. II, pp. 419-426.

citado, da Sneyd Collection (1). Todas são quinhentistas e, naturalmente, foram divulgadas quando interessava, isto é, pouco depois de escrito o original. Trazem, respectivamente, as datas de Santarém, 29 de Julho; Lisboa, 28 de Agosto; e, Lisboa, 29 de Agosto de 1501.

O problema das datas mereceu já a atenção de historiadores como Henri Harrisse (1.ª data, a do original; a 2.ª, da cópia), Malheiro Dias, Fontoura da Costa, Damião Peres e Joaquim Veríssimo Serrão. Damião Peres, que se baseia na estadia de D. Manuel em Lisboa, durante os meses de Julho e Agosto, com excepção de uns dias em Sintra, no princípio deste último mês, estabelece como data do original desaparecido a do texto em língua portuguesa (28 de Agosto). Veríssimo Serrão, porém, ao acentuar o erro do copista espanhol (Santarém, por Sintra), parece aceitar duas datas: 29 de Julho para início da redacção da carta, visto o soberano, desde 21 de Julho até o princípio de Agosto, se encontrar em Sintra; e 28 de Agosto para o termo e envio, um mês depois, após a confirmação dos factos pelo capitão da armada, quando o monarca já residia em Lisboa. Esta, pois, seria a data da carta (2).

Considerando outras fontes de informação, concluímos atrás que Cabral terá chegado entre 28 e 31 de Julho, sendo, pois, de excluir, ime-

---

(1) A) *Texto português:* A. S. Ven. — Misc. Manoscritti, Busta Pog. Pro. Divulgado por F. Belgrano — *Lettera del Re Emanuele di Portogallo a Ferdinando e Isabella di Castiglia, sopra la navigazione di Pedro Alvarez Cabral, nel suo ritorno del Brasile, alla costa d'Africa (1500-1501),* in *Bolletino della Società Geografica Italiana,* Roma, 1890, 3.ª série, vol. III, pp. 271-287; por Eugénio do Canto — *Trelado da carta que El-Rey nosso senhor escreveo a elrrey e a Rainha de Castella seus padrees da nova da Imdija,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1906 (edição fac-similada, com leitura paleográfica); por Carlos Malheiro Dias, na *História da Colonização Portuguesa no Brasil,* 2.º vol., pp. 155-167 (fac-símile do texto de Veneza e leitura moderna); por Álvaro Dória, em leitura paleográfica sua — *A viagem de Pedro Álvares Cabral,* pp. 137-146, da obra de Greenlee, que, no original — *The voyage of Pedro Álvares Cabral,* cit., pp. 43-52, publicou a tradução inglesa, do espanhol, conferida com o texto português.

B) *Texto espanhol,* perdido num incêndio e publicado por Navarrete — *Colección de los viajes y descubrimientos,* Madrid, 1880, vol. III, pp. 9-97 (ed. de Madrid, 1829, vol. III, pp. 94-101); por J. Cortesão — *A expedição de Pedro Álvares Cabral,* pp. 316-325; por Bragança Pereira, in *Arquivo Português Oriental,* t. I, vol. I, P. I, pp. 173-181.

C) *Texto italiano,* do códice Ms. C 59 A, da colecção Sneyd, de que a *Reccolta Colombiana,* P. III, vol. 2, p. 118, divulga um pequeno trecho. Referências a esta versão em Greenlee — o. *c.,* p. 135, e em Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses,* cit., p. 373, nota.

(2) D. Peres — o. *c.,* p. 374, nota; J. Veríssimo Serrão — *O Rio de Janeiro,* vol. I, Lisboa, 1965, pp. 15 e 16, notas 4 e 5.

diatamente, a data do apógrafo espanhol. Pelo contexto da carta se sabe que D. Manuel só começou a escrever depois da chegada de Cabral e que não teve pressa nenhuma. Não podendo, pois, admitir-se o dia 29 de Julho, resta aceitar 28 de Agosto como data única. Nesse dia, já havia recebido recado dos Reis Católicos: «Pero Lopez de Padilha me dise que folguriees de saber as novas de como as cousas della soçederam» (1). A notícia havia corrido célere até Espanha, onde, decerto, não estacionou. O monarca português desculpa-se da demora, e refere-se, logo de entrada, à descoberta do Brasil, que nem apresenta como intencional, nem por acaso, nem por virtude de qualquer tempestade. «Chegou a huma terra que novamente descobrio, a que pôs nome de Santa Cruz». O acaso parece espreitar na frase seguinte, embora mais naturalmente signifique o favor divino que sempre se lobrigava, em feitos de grande perigo ou extraordinária envergadura ou utilidade: «a quall pareçeo que nosso Senhor milagrosamente quys que se achase, porque he muy comviniemte e necesaria a naveguaçam da Imdya». Nela, no entanto, igualmente se divisa a intencionalidade, porque denuncia o propósito que Cabral levava, de alargar, ainda mais do que Vasco da Gama, a volta pelo oeste, rumo ao cabo da Boa Esperança. Procurava-se, com isso, um ponto em terra, que servisse de base de apoio, em trajecto tão longo e difícil.

Greenlee crê que «nesta carta parece não haver nenhuma tentativa para ocultar coisa de importância que tivesse ocorrido» (2). Contudo, a linguagem, desde o início da epístola, revela-se cheia de reticências. Logo a seguir à frase citada, cala, afinal, as notícias de Caminha e Mestre João. A frase: «e pollo camynho gramde que tinha pera amdar, nom se deteve pera se emformar das cousas da dita terra, somemte daly me envyou hum navio a me noteficar como ha achara e fez seu camynho via do cabo de Boa Esperamça», não se reporta, necessàriamente, à carta de Caminha. Como adverte Luís de Albuquerque, D. Manuel não repetiu a latitude encontrada por Mestre João, embora confirme as observações astronáuticas dos marinheiros da armada (3).

Os reis de Espanha andavam alarmados, com receio de que Portugal tivesse penetrado na parte do mundo que Alexandre VI lhes distribuíra

---

(1) Greenlee imagina, cremos que sem grande fundamento, que este Pero López é o que foi na viagem (o. c., p. 146). A não ser que se admita que Padilla, como espanhol que naturalmente era, logo à chegada lembrasse, por sua conta, a curiosidade dos sogros.

(2) Greenlee — o. c., p. 134.

(3) Luís de Albuquerque — *Os guias náuticos*, p. 66, nota 135.

e D. Manuel, cremos que conhecendo embora a verdadeira posição de Porto Seguro, não quis entrar em pormenores e passou, sem demoras, ao seguimento da expedição. No entanto, e já que não a pudera ocultar de todo, ficavam Suas Majestades a saber que havia um ponto em terras ocidentais, que de futuro lhe serviria de porto de refresco. «Aly coregeeo (Cabral) suas naaos e tomou aguoa».

Conta a seguir a tempestade «naquelle guollfam, amtees cheguaar ao cabo», e a passagem por Quíloa, «que he de mouros, abaixo de cujo senhorio está a dita mynaa de Çofalla». Pouco antes, anotara que duas naus iam destinadas a esta «mynaa de ouro que novamemte se achou, nom pera resguatar, somemte pera aveer verdadeira emfformaçam das cousas dela».

Cabral — prossegue D. Manuel — levava cartas para o rei de Quíloa, «pera com elle asemtar a paz e trauto açerqua do resguate e neguoçio da dita myna», e «asemtou ho trauto». Parece que, não indo com propósitos de negócio directo no local, o encontro de duas naus do rei de Quíloa, recheadas de ouro — «com gramde soma de ouro» — que tomou e depois soltou, «ffazemdolhe muyta omra», terá facilitado o início do intercâmbio mercantil, que só não se efectuou imediatamente por nessa altura não haver notícia das duas naus que levavam a mercadoria própria para esse comércio.

E, assim, passaram adiante, chegando ao reino de Melinde, que havia feito bom acolhimento a Vasco da Gama. O soberano recebeu com manifesta satisfação as missivas de D. Manuel e «afirmou e asemtou paaz e amizade», oferecendo também dois pilotos para a viagem. «Os quaaes regnos sam do maar Roxo pera quaa e da parte do sertaao confinon con gemtyos, os quaes gemtyos comfinon com (...) o Preste Joham, que elles la chamam ho Abechy», que «em sua limguoagem queer dizer fferados, porque de feito o sam, e se ferão por sinall que sam bautizados em aguoa».

Este é o pormenor geográfico de maior valia da carta de D. Manuel — preciosa achega para localizar uma das preocupações da Europa — mas sem revelar pròpriamente o caminho náutico para lá. Os geógrafos poderiam anotar nomes dos reinos da costa africana e porventura rever a localização do famigerado imperador, mas sem dados rigorosos, para nenhum desses casos. Setecentas léguas adiante, ficava Calecute, cidade de que possìvelmente os Reis Católicos já teriam conhecimento — «creo que ja terees sabida» — a qual é o centro das transacções das especiarias, «asy como Brujes m Framdes». Cinco meses eram decorridos, após a saída de Lisboa. Sendo bem recebido, Cabral «lhe deu meus recados e asemtou com elle minha paaz e comçerto». O instrumento diplomático que, por

parte do rei de Calecute, firmou as relações amigáveis entre os dois Estados era «huma carta escripta em pasta de prata, com seu sinall de tauxia dourado», «e outras cartas escriptas em folhas de humas arvores que pareçem palmas, em que ordenadamente escrevem».

A propósito de árvores, enuncia os produtos da terra: «açuquar, meell, azeite, vinho, aguoa, vinagre, carvam, cordoalha pera navios», «esteiras de que fazem allgumas vellas de naaos». A propósito de velas de naus, proporciona a informação de que o principal sustento da população provém do mar.

Estabelecida a feitoria portuguesa, logo as naus começaram a carregar. Deu-se, então, o incidente da embarcação árabe que, pretendendo carregar primeiro que as nossas, perturbou as boas relações. Trinta léguas distante deste, fica o reino de Cochim, «que he aquella parte donde vem a especiaria». O porto é melhor e no reino residem muitos dos cristãos verdadeiros, convertidos por São Tomé. Os seus sacerdotes vivem segundo os apóstolos, com as esmolas que lhes dão e guardando castidade e celebrando missa em igrejas, com pão ázimo e vinho, que extraem de passas secas e água. Nos templos ostentam outras imagens além da cruz, e os cristãos vestem como nos tempos apostólicos, «com suaas barbas e cabellos, sem os numqua fazerem». O corpo do santo repousava numa cidade distante 150 léguas, na costa do mar chamada Maylapur (Meliapor).

Dois cristãos vieram de livre vontade na frota, com o fito de observarem a organização da Igreja, que julgam mais bem dirigida, por ter sido ordenada por São Pedro. De um ponto mais distante, denominado Mallchina (1), vinham também a Meliapor muitos cristãos. Daí chegavam «as porcelanas e almiscar e ambra e lenho loees, que trazem do rio Gamje (Ganges) que he aquem delles».

De Cochim ficam próximos os reinos de Cananor e Colum (Coulão), de que não acrescenta mais nada. Em contraposição, ao referir-se ao regresso da frota, alude de novo a Sofala, resumindo assim as notícias que a nau trouxe desse comércio: «me trouve certa emformaçam della e asy do trauto e maneira da tera e da grande camtidade de ouro que hi ha e aly achou novas que amtre os omens que trazem ouro aly as costas vem muitos que teem quatro olhos, *scilicet,* dous diamte e dous detraz e sam omens pequenos de corpo e rijos e dijz que sam omees que comem os

(1) Provàvelmente, o nome derivado do indostânico Maha-Chin, segundo opina Greenlee — *o. c.*, p. 144, nota 2.

Fig. 32 — Frontispício da 1.ª edição do *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio (Paris, 1503, 1504?), em que o navegador-comerciante narra a viagem que empreendeu por convite de D. Manuel

Fig. 33 — Rosto da edição latina do *Mundus Novus*, de Vespúcio, com o título mudado para outro de maior realce para a gesta portuguesa. (Terras antárcticas, descobertas recentemente pelos Portugueses), — Estrasburgo, Matias Hupfuff, 1505

Fig. 34 — Rosto da 1.ª impressão alemã do *Mundus Novus*, de Vespúcio (1505), em que se representa el-rei D. Manuel, com coroa, ceptro e escudo real

Fig. 35 — Frontispício do resumo (com acrescentamentos) de *Mundus Novus*, de Vespúcio, em checo, impresso por Nikulas Bakalar, em Pilsen, entre 1505 e 1506. — Exemplar único, no Mosteiro Strahov, de Praga

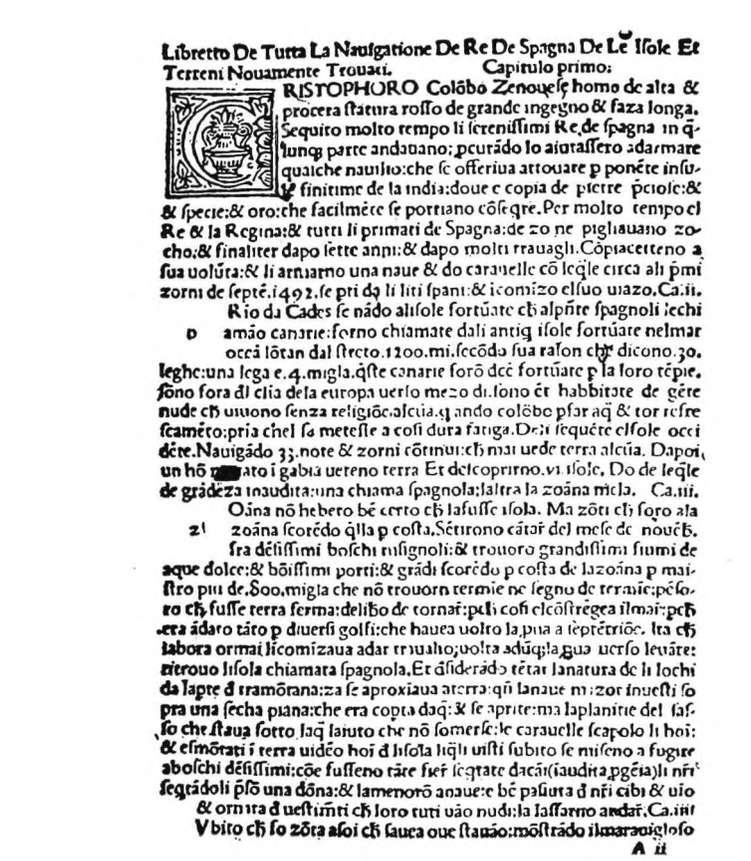


Fig. 36 — 1.ª página do *Libretto de tutta la Navigatione* (o rosto, apenas repete o título, em caracteres igual aos das duas primeiras linhas deste fólio)

Fig. 37 — Rosto da 1.ª edição da *Lettera* de Vespúcio a Pier Soderini, datada de Lisboa, 4 de Setembro de 1504, e impressa, segundo se crê, em Florença, 1505–1506, na qual narra as quatro viagens que terá realizado à América. Tornou-se mais conhecida através da versão latina, publicada na *Cosmographiae introductio* (1507)

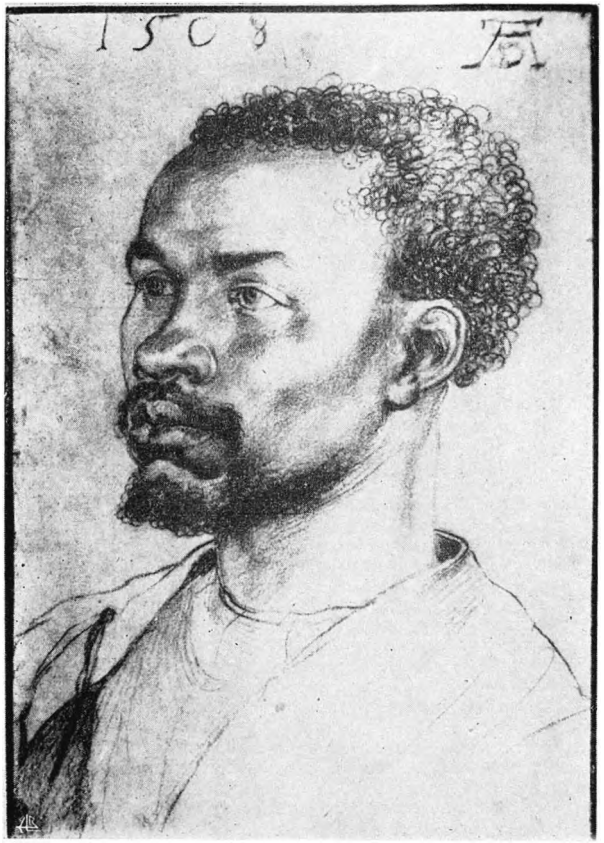


Fig. 38 — A Dürer. Cabeça de negro, desenhada em 1508, decerto em virtude do contacto com a feitoria portuguesa de Antuérpia

Fig. 39 — Adoração dos Magos, em que Belchior é representado por um índio escuro. Pela primeira vez se depara a influência do descobrimento do Brasil, na pintura quinhentista portuguesa. (Quadro de Jorge Afonso, do Museu de Grão-Vasco de Viseu, 1508)

homens com que tem guera e que as vacas del Rey trazem colares de ouro grosos ao collo».

A informação havia sido colhida em Sofala e o rei transfere-a tal qual a recebeu, sem deixar transparecer a mínima sombra de dúvida. Aliás, o importante era a abundância de ouro com que a descoberta do caminho marítimo para a Índia colocava esta viagem em superioridade manifesta, em relação às de Colombo e seus seguidores.

D. Manuel aponta ainda a existência de duas ilhas, junto de Sofala, nas quais se apanhava muito aljôfar e âmbar. Cabral chegara dezasseis meses após a partida. A doença não afligira a tripulação, pois apenas três homens tinham sido vítimas dela. Ao fechar da carta, o rei informa ainda que obtivera notícias do segundo barco enviado a Sofala. Fora até ao mar Vermelho e trazia alguma prata, além de «alguma emformaçam das cousas della». Estas, porém, não despertaram grande interesse ao monarca português, porque se considerava «larguamente emformado» por Cabral.

Decerto, este pequeno punhado de notícias não bastava para os geógrafos alterarem estruturalmente as suas concepções do Globo. As boas novas iam-se despegando, a pouco e pouco, do tesouro descoberto pelos Portugueses, na medida em que eles comunicavam a quem se mostrava interessado. Não consta que nenhum geógrafo, até então, tivesse a curiosidade dos monarcas, dos papas ou dos comerciantes. Mesmo assim, ao travarem contacto com essas notícias, partindo da forma pouco determinada por que eram dadas, podiam ir tomando nota das novas regiões, como, aliás hão-de fazer, anos mais tarde, um pouco tarde, segundo nos parece.

1.5 — *A carta de Vespúcio, de Lisboa, 1502, e o* Mundus Novus. — Em páginas anteriores encontrámos Américo Vespúcio, uma vez, por conta dos reis castelhanos e, uma outra, em barcos portugueses, a caminho de terras ocidentais. Mas, a respeito desta, apenas nos fixámos na carta que, sobre a expedição de Pedro Álvares Cabral, remeteu a Lourenço de Médice. Importa agora tratar da viagem que, pouco antes, iniciara em Lisboa, divulgada no estrangeiro, em 1502, e, a propósito do convite que para ela lhe terá sido endereçado por D. Manuel, falar, ainda que brevemente, desse chamamento (1).

(1) A. Magnaghi abraça uma explicação complicada e nada provável, acabando por apresentar Vespúcio como observador secreto dos Reis Católicos (o. c., pp. 180 e segs.).

No ano de 1499, como vimos, Vespúcio acompanhou Alonso de Hojeda em viagem de exploração das terras encontradas por Colombo, de que regressou em 1500. É então que, segundo o texto do *Mundus Novus* e da carta de que agora tratamos, foi convidado pelo monarca português. Dispondo, porém, Portugal de pilotos experimentados na navegação no alto mar, decerto não lhe endereçou convite para pilotar ou comandar qualquer navio, para suprir a falta de ciência náutica ou astronómica dos Portugueses (1), mas sim para intervir na qualidade de comerciante, a quem se oferecia oportunidade de observar novos horizontes para o negócio europeu, e porventura de acalmar os receios castelhanos de se andar nas suas águas. Não se tornava fácil ocultar, e impunha-se, por isso, a elementar táctica de fazer participar pessoa estranha que, residindo em Espanha, fosse imparcial em possível caso de litígio de saberania. Pode mesmo ter sido convidado como feitor, segundo sugerem alguns escritores (2), e nalgumas ocasiões aconteceu com outros italianos, por exemplo Giovanni da Empoli. Esta interpretação condiz melhor com a afirmação do *Mundus Novus* de que viajava «et impensis et mandato istius... regis». Se assim foi, exclui-se a hipótese de seguir em barco, seu ou alugado, por conta própria, como sucedeu, em várias oportunidades, por exemplo, a Girolamo Sernigi.

Greenlee aventa a hipótese, muito plausível, de ter sido Bartolomeu Marchionni quem sugeriu ao rei o nome de Vespúcio, podendo igualmente admitir-se, em qualquer das hipóteses levantadas, que o florentino «concordasse em financiar a expedição, pelo menos em parte, na esperança de obter pau-brasil» (3). Em Setembro de 1500 regressara a Espanha

(1) Aqui se insere a questão do saber científico de Vespúcio, que, ùltimamente, por ex., A. Magnaghi, Marcondes de Sousa, G. Caraci e Levillier, advogaram com calor e manifesto desprezo pela bibliografia portuguesa sobre o assunto. Dela convém revelar um trabalho recente do Com. A. Teixeira da Mota, em que estuda as rotas para o Brasil e para a Índia no Atlântico Sul, segundo Vespúcio, chegando à conclusão de que, a avaliar por afirmações da *Lettera* e da carta de 1500, «o afamado florentino nunca foi um navegador». *(A viagem de António Saldanha em 1503 e a rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul,* no prelo).

(2) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil,* p. 108; A. Teixeira da Mota — *Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503 e 1505,* Lisboa, 1969, p. 8.

(3) Greenlee — o. *c.,* p. 256. O convite de D. Manuel ter-se-á reduzido ao *placet,* que naturalmente foi pedido pelo mercador florentino. (o. *c.,* p. 163). — Em carta de Sevilha, 3 de Outubro de 1502, Pier Rondinelli, também domiciliado nessa cidade, afirma, como veremos, que Vespúcio regressara a Lisboa, mas colhera pouco proveito dos seus esforços além-mar, visto o rei de Portugal ter arrendado aos cristãos-novos a exploração económica dessas terras.

Vicente Pinzon com a notícia de ter visitado a costa sul-americana e um carregamento desse rendoso produto.

As poucas notícias que a este respeito se salvaram, todas convergem para convencer que a viagem foi eminentemente comercial (o que não exclui curiosidade pelo novo condicionalismo), mas de feição um tanto particular (1). A Coroa julgava-se com direitos a essas terras, entendendo, porém, atribuir a sua exploração a negociantes, como fizera com a costa de África e, anteriormente, com a Madeira e os Açores, o que de todo não impedia que porventura seguisse também barco seu. Nesta primeira fase da vida do Brasil, a iniciativa privada, na pessoa de Fernão de Loronha, tomou conta da exploração da terra e suas riquezas. Nela se tem de integrar a intervenção de Vespúcio (2), que, aliás, nos textos manuscritos (3), nunca se intitulou capitão ou piloto de qualquer barco.

Em Maio de 1501 saiu da barra de Lisboa a pequena frota de três embarcações (4), comandada, ao que parece, por Gonçalo Coelho, antes de mais, para dar satisfação à recomendação de Pedro Álvares Cabral, de envio de nova esquadra para reconhecimento demorado, uma vez que as expectativas de terra paradisíaca fascinavam, quanto mais não fosse, os curiosos. Tocando terra em 5° S., costeou-a até 32°. Admite-se, geralmente, que não há contradição entre esta viagem e a de Vespúcio (5).

---

(1) Já atrás sugerimos, influenciado por palavras de Vespúcio, que podia mesmo dirigir-se à Índia.

(2) D. Leite põe em paralelo a notícia do convite de D. Manuel, segundo a carta manuscrita e a *Lettera* (o. *c.*, p. 162). — Sobre o contrato de Fernão de Loronha apenas se conhece o que dele nos transmitiu Rondinelli, na carta de 3 de Outubro de 1502, de que falamos adiante.

(3) Apenas na *Lettera*, 3.ª viagem, assinala a mudança, inexplicável, de comando, em pleno mar: «et facto nostro consiglio fu deliberato che si seguisse quella navigatione che mi parecesse bene, et tucto fu rimesso in me el mando de la flocta».

(4) António Galvão — *Tratado dos Descobrimentos*, p. 150. — A respeito do seu natural conhecimento das cartas impressas de Vespúcio, ver Malheiro Dias — o. *c.*, nota 2, p. 176.

(5) Humboldt demora-se a identificar a viagem de Gonçalo Coelho, não com esta, mas com a chamada quarta viagem de Vespúcio (*Examen critique*, v, pp. 109 e segs.). Sobre o comandante desta expedição, ver Malheiro Dias — *A Expedição de 1501*, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 2.° vol., pp. 173 e segs.; A. Teixeira da Mota — *Novos Documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503 e 1505*, Lisboa, 1969; Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, cit., pp. 253-263; Damião Peres — *Américo Vespúcio e a expedição de 1501-1502*, Porto, 1949; R. Levillier — *América, la bien llamada*, 2.° vol., pp. 8-10, e *El Nuevo Mundo*, p. 35. Na oposição, como é natural, Caraci, entre outros.

Quando saiu do Tejo, ele e outros «fiorentini di Lisbona», escreveram para Itália, como o próprio informa, na Carta do Cabo Verde. Será, porventura, a terceira epístola manuscrita que se conhece hoje, endereçada de Lisboa, 1502, a Lourenço de Médice, que permaneceu inédita até 1789, ano em que Bartolozzi a publicou pela primeira vez (1). Com estes dados ficamos, pois, em presença de mais uma saída, para o estrangeiro, de crónica reveladora das actividades marítimas portuguesas, que, à primeira vista, se afigura não ter sido difundida muito para além da esfera da amizade da família Médice. Entretanto, porém, apareceu impresso um opúsculo, sem indicação do local ou ano da edição, mas que se supõe estampado em Paris, 1503 ou 1504 (2), com um título modesto — *Albericus Vespuccius laurentio petri francisci de medicis Salutem plurimam dicit* — que na 2.ª edição foi mudado para o aliciante rótulo de *Mundus Novus* (Veneza, J. B. Sessa, 1504). A crítica moderna pende para supor que o florentino foi estranho, não só à edição mas também à própria redacção do folheto (3).

---

(1) Guarda-se na B. Ricc. Fl. Cod., 1910, fl. 52v.-55v.; na B. N. Fl., Cod. Strozziano, coll. dei mss. Galileiani, Cimento, parte III, carteggio, vol. 18, carte 137-139. Bortolozzi publicou-a em *Ricerche storico critiche circa alle scoperte di Americo Vespucci*, p. 83. Reeditada por Varnhagen — *Amerigo Vespucci*, pp. 83-86; Vignaud, *Américic Vespuce*, pp. 409-412; por A. Magnaghi — o. c., pp. 323-333 e 2.ª ed., pp. 245-249; Levillier — *América, la bien llamada*, II, 350-352; id. — *El Nuevo Mundo*, pp. 142-153. Em português, Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespucci*, pp. 271-276. Considera-se resposta a dúvidas suscitadas pela leitura desta, a epístola de que apenas se conhecem uns fragmentos, escrita, provàvelmente, entre Setembro e Dezembro de 1502. (Encontrada por Roberto Ridolfi, no Arquivo Ginori-Conti, de Florença, e publicada no vol. 1, dispensa 1.ª do *Archivio Storico Italiano*, de 1937 (Sep.: *Una lettera inedita de Americo Vespucci sopra il suo terzo viaggio*, Florença, 1937). Também in *El Nuevo Mundo*, cit., pp. 154-169.

(2) Ignora-se ao certo o ano da primeira edição (Luís de Matos — *La Vittoria contro i mori e la presa di Azimur*, p. 214, nota 1). — Ver reedição do texto latino de Augsburgo, 1504, com variantes da edição de Jehan Lambert, Paris, 1503-4, em Vignaud — o. c., pp. 305-311. Em 1916 foi reproduzido o *Mundus Novus* em fac-simile e tradução, na Princeton University Press, assim como a tradução francesa de Mathurin du Redouer, de Paris, 1515.

(3) A. Magnaghi — *Amerigo Vespucci*, Roma, 1924-1925, 1.º vol., pp. 49 e segs.; D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, cit., p. 410; T. O. Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespucci e a prioridade do descobrimento do Brasil*, in *Revista de História*, n.º 18, pp. 255 e segs. — Desta tese foi recentemente acérrimo contraditor, o argentino Roberto Levillier (*ver* Bibliografia), que supôs ter sido Vespúcio, não só o descobridor do Brasil (neste ponto, está com ele Marcondes de Sousa), como também do Uruguai, do Rio da Prata e da Patagónia, as duas últimas descobertas, em 1502, mas as outras, em 1497, em barco espanhol, talvez comandado por Dias Solis...

E, de facto, assim pode ter acontecido, porque o texto apresenta contrastes clamorosos com o da cópia da carta, que convencem ser esta a autêntica epístola que Vespúcio escreveu (1), e porque a multiplicação das reproduções tipográficas denuncia bem, não só curiosidade do público, mas ainda interesses comerciais a que Vespúcio talvez seja alheio. Os bibliógrafos já contaram 12 edições, sem lugar nem data, nos primeiros anos do século XVI, e 22 antes de 1506 (2). Pela 3.ª e 4.ª vez publicada em latim (Augsburgo e Roma, 1504), cinco vezes em 1505 e três em 1506 nesse mesmo idioma, foi editada em alemão, cinco vezes no ano de 1505 (Basileia, Augsburgo, Munique, Estrasburgo e Leipzig), seis em 1506 (Nuremberga, Estrasburgo, Leipzig e Magdeburgo); em italiano, em 1507, nos *Paesi novamente ritrovati* (3) e, de novo, em latim no *Itinerarium Portugallensium* em 1508, sendo neste ano também impressa em alemão, holandês, italiano e, no de 1510, em francês. Quase sempre, porém, se aproveitou o texto latino, no todo ou em parte, por exemplo, na edição da *Geografia* de Ptolomeu editada por Fr. Marco (1508), nas *Décadas* (*Déc. II*, lib. 10) de Pietro Martyr, de Anghiera (1511) (4) e na *Cosmographiae Universalis* de Münster (1550). A fantasia dos artistas delirou de entusiasmo ou foi solicitada pelos impressores de Estrasburgo, em 1505, para dar aliciante visual ao leitor e exprimir, de algum modo, os sentimentos de embevecimento experimentados pelos assistentes ao Consistório em

---

(1) Das contradições fundamentais entre os dois textos apenas se pode inferir que um deles é apócrifo. A preferência pelo manuscrito assenta, sumàriamente, nestas razões: o estilo do *Mundus Novus* ressuma jactância espectacular, enquanto o da carta manuscrita manifesta-se mais comedido, como convinha a correspondência particular para um superior e protector. Nesta, omite pormenores da viagem, que não interessavam ao Médice, mas não esquece as notícias que satisfariam a curiosidade, sobre os nativos, a flora e a fauna. Demais, colocando os dois textos a par, como o fez Magnaghi, ressalta à evidência que o primeiro é amplificação do segundo, mantendo igual a substância da narrativa. Deste modo se pode excluir da memória de Vespúcio, não só a atribuição de viagens que lhe não pertencem como chefe, mas também determinados erros palmares (ver Magnaghi, *l. c.*). R. Levillier, como vimos, também admite a autenticidade desta (*América, la bien llamada*, 2.º vol., pp. 273, 281 e segs.).

(2) Vignaud — o. *c.*, p. 7; Harrisse — *B. A. V.*, n.ºs 22 e segs. — R. Levillier conta 25 edições isoladas, entre 1503 e 1508, em latim, alemão e holandês, que, com as 16 dos *Paesi* (entre 1507-1528) perfaz o número de 41 *(Mundos Novus). A carta de Vespúcio que revolucionou a geografia*, in *Revista de História*, n.º 33, S. Paulo, 1958, p. 144.

(3) Reeditados estes textos, face a face, na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 2, pp. 123 e 135.

(4) Não nos foi possível confirmar se já vem utilizada nesta 1.ª edição.

que Diogo Pacheco enalteceu a obra marítima de D. Manuel, como veremos no capítulo IV. Imprimiu-se uma vez, com o título *De ora antarctica per regem Portugalliae pridem inventa* e duas gravuras representando quatro selvagens nus e cinco barquitos com meia dúzia de pessoas cada um, quase sem espaço para se mexerem (1); noutras, outros desenhos de que vale a pena salientar o da capa da 1.ª edição alemã (repetida em mais quatro edições germânicas), D. Manuel de pé, com o cetro na mão direita e o escudo português na esquerda, e um dístico que significa: «*Da nova região encontrada, como também um mundo ganho, maravilhosamente descoberto, graças ao cristão Rei de Portugal*». A profusão de edições germânicas em que não figura o nome de Vespúcio denota, evidentemente, o interesse que, desde a primeira hora que se haviam estabelecido em Lisboa, as navegações portuguesas despertavam na Alemanha. E pode ser que o melhor conhecimento que tinham acerca dos resultados obtidos influenciasse na mudança do título desta 6.ª edição latina, que atribuía intencionalmente a Portugal a descoberta das novas terras. A edição de Antuérpia de 1505 (pelo menos esta chegou decerto a Lisboa) salienta o aspecto que melhor se fixou da narrativa de Vespúcio e vinca igualmente a paternidade da descoberta, nas palavras que acrescentou no título: — «Da Natureza e dos costumes, e outras coisas, da gente do novo mundo, descobertos nos últimos anos, por diligência e à custa do sereníssimo Rei de Portugal».

Como quer que seja, porém, o certo é que os acontecimentos portugueses, ocorridos no Atlântico ocidental, foram divulgados no estrangeiro por estes dois escritos, interessando-nos ambos, na medida da expansão que cada um alcançou. Esta intensa campanha editorial eclipsou, de longe, a Carta de Colombo.

Efectivamente, a redacção fora bem preparada para causar sensação. Apesar de o texto mais completo se encontrar na *Lettera,* o estilo daquela é mais agradável do que desta, posto que menos sério e importante (2). A ninguém passa despercebida a relação desta com o *Mundus Novus,* em que se alude às duas primeiras viagens e se avança a próxima partida para a quarta. Prometia maravilhas topadas nesses tempos, como refrigério dos que haviam desafiado com incrível audácia, os céus benignos, mais do que seria humanamente lícito. Falava-se tanto, por toda a parte, das especia-

---

(1) Reimpressa por E. do Canto, em fac-símile: *De ora antarctica per regem Portugalliae pridem inventa* (Argentina, ex scholis nostris, Kalend. Augusti Anno M.D.V.) — Imprensa Nacional de Lisboa, 15 de Julho de 1907.

(2) Vignaud — o. *c.*, p. 35.

rias que os Portugueses traziam do Oriente! Aí estava a narração palpitante de um *Novo Mundo,* ainda não explorado, mas que, por ser *novo,* podia vir a oferecer maravilhas maiores. Era o esfarelar estrondoso das persuasões de muitos cosmógrafos, que imaginavam não haver continente, isto é, terra firme, para o sul da linha equinocial, mas só água, o infindo e hórrido mar azul. Alguns, é certo, aventavam a existência de terras, mas sem provas e considerando-as inabitadas. Esta sua navegação provava precisamente o contrário. Ele próprio vira um continente mais populoso do que a Europa, a Ásia e a África, de temperatura tão amena como se não conhecia outra.

Após 67 dias de navegação trabalhosa, em que os seus conhecimentos cosmográficos superaram «a arte de todos os pilotos do mundo juntos», salvou a situação, conseguindo chegar a terra, no dia 7 de Agosto de 1501. Tinham passado por Cabo Verde, de que distava 700 léguas (a ele pareceram-lhe mais de 1 800). Segundo aí lhe disseram, era continente e não ilha. Encontrou inúmeros povos e espécies de animais selvagens que se não acham na Europa. Os homens e as mulheres andavam completamente nus, eram de cor avermelhada, usando cabeleira farta e negra. Gente branda e tratável, de rosto liberal e gracioso, distinguiam-se pela agilidade no jogo e no andar. Os homens adornavam-se com pedras azuis, mármores, cristais, alabastros, ossos alvíssimos e outros objectos trabalhados, alguns de meio palmo, que traziam em buracos, por vezes até em número de sete, que faziam nas faces, nos lábios, no nariz e nas orelhas, ou suspensas destas, por anéis. As mulheres só perfuravam as orelhas.

Desconheciam o direito de propriedade privada, pois viviam em regime mais ou menos comunitário, sem reis nem impérios. A promiscuidade campeava espontâneamente, podendo o filho casar com a mãe e o irmão com a irmã, sem qualquer vínculo que suponha estabilidade conjugal. Sintetizando, numa palavra, a organização político-social, escreve que «não têm templos, nem lei, nem ídolos». «Vivem segundo a natura, e mais se devem chamar epicuristas que estoicos». Antropófagos na guerra e em tempo normal, patenteavam a selvajaria na forma desordenada como guerreavam, utilizando apenas arcos e setas e não protegendo o corpo de nenhum modo.

Decerto por viverem sem qualquer espécie de coacção, duravam cento e cinquenta anos, curando-se com raízes de certas árvores, quando alguma das raras vezes acontecia adoecerem. Ao bom selvagem correspondia maravilhosa salubridade do ar, fertilidade da terra e esplêndida disposição do céu, que provocava chuvas miúdas e permanecia sereno e isento de vapores

espessos (1). O Eden autêntico! Para baixo da equinocial havia andado 50°, ficando apenas a 17°,5 do círculo do pólo antárctico (2). As notícias sobre os habitantes, que historiadores modernos supõem ter sido obtidas dos dois condenados aí deixados por Cabral, diz o autor que as recolheu dos próprios nativos, em conversa, nas estadias de 15 e 20 dias que por vezes esteve em terra.

Se compararmos esta narração com a do acto notarial de Valentim Fernandes, que referiremos adiante, ressaltam fàcilmente duas graves contradições, no que respeita à promiscuidade de pais, filhos e irmãos e à antropofagia fora da guerra.

Sucede, porém, que na carta manuscrita, que começa por se declarar sequência da enviada de Cabo Verde, acentua o pendor sexual, mas sem descer a pormenores de parentesco, enquanto que, a respeito da antropofagia, se adapta bem ao *Mundus Novus*. O confronto entre estes dois escritos revela diferenças notáveis que talvez demonstrem a autenticidade do primeiro, com prejuízo da do segundo. De Cabo Verde à terra nova, que ficava a 40° sul, levaram 64 dias, tendo percorrido 800 léguas (menos dias e maior percurso, com relação ao *Mundus Novus*). Atendendo à amenidade e abundância de árvores verdes de folha perene que todo o ano exalam aromas suavíssimos e produzem abundante fruta, e aos campos tapetados de erva e flores, lembrou-se que estaria perto do Paraíso. As aves são de tantas espécies, penas e cores e canto e formosura que dificilmente se acredita. Podiam-se enumerar infinitos animais selvagens, como leões, panteras, e gatos diferentes dos de Espanha, lobos cervais (linces), babuínos, muitas variedades de macacos e sempre grandes, porcos selvagens, veados, lebres, coelhos. Mas, «d'animali domestici nissuno ne vedemmo».

Habitavam-na inúmera gente, todos nus, tanto os homens como as mulheres. Bem proporcionados, de cor branca (avermelhados no *Mundus Novus*), cabelos negros, pouca ou nenhuma barba. «Trabalhei muito por entender a sua vida e costumes» — anota Vespúcio, nos 27 dias em que comeu e dormiu no meio deles. Não têm lei nem fé e vivem conforme a Natureza. Desconhecem a imortalidade da alma, não possuem bens próprios, tendo tudo em comum. Não há limites de reinos ou províncias. Não conhe-

---

(1) Servimo-nos da tradução portuguesa do Dr. Miguel de Meneses, que utilizou o texto publicado na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, pp. 123-135 (*In* Stefan Zweig — *Américo Vespúcio*, Porto, 1951, pp. 143 e 197-210).

(2) Sobre o termo da viagem, manifestamente exagerado, e conhecimento do Rio da Prata, ver, entre outros, Luís Ferrand de Almeida — *Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata*, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1964, vol. II, t. I, pp. 16 e segs.

cem rei nem obedecem a ninguém e cada um é senhor de si. Nem necessitam de amizade nem favores, porque não sentem invejas. Moram em comum, em casas de forma de cabanas muito grandes, algumas de 220 passos de comprido por 30 de largo, podendo abrigar 500 a 600 pessoas. Dormem em redes de algodão, suspensas no ar, sem qualquer cobertura. Comem, sentados na terra, raízes e frutas muito boas, muito peixe e várias espécies de mariscos. «La carne che mangiano, massime la comune, è carne umana», porque se torna difícil obter carnes de animais e aves, por a floresta, em que habitam feras cruéis, ser muito espessa e lhes faltarem cães. Os homens usam ossos e pedras, por vezes grandes, em buracos que abrem nos lábios e nas faces, chegando uns a trazerem pedras de alabastro verde e branco de meio palmo, em três, sete e nove buracos. Quem primeiro ama uma rapariga, torna-se o mais próximo parente do pai dela e depois casam-se. O parto decorre com a máxima naturalidade. Todos vivem muitos anos, conseguindo, alguns, quatro gerações de sobrinhos. Não sabem contar os dias, nem os meses ou os anos, mas usam os meses lunares, mostrando o tempo com pedras.

Gente belicosa, não conhece o ferro e todas as suas armas se reduzem a setas e dardos, não defendendo o corpo com nenhuma protecção. Atacam sem disciplina, apenas seguindo os conselhos dos anciãos. Aos escravos alcançados na guerra, se são mulheres, dormem com elas e, se homens, «casam-nos» com suas filhas, e, passado algum tempo, convidam a família e o povo e banqueteiam-se todos com os escravos e os filhos nascidos. Como não têm inveja nem ambição do mando, Vespúcio quis conhecer a causa das guerras e apenas soube que pretendiam vingar a morte dos antepassados.

A terra é muito amena, temperada e sã, pois nos dez meses que por lá andaram nenhum deles faleceu e poucos foram os que adoeceram. A terminar, declara que, como não foi para comerciar (non di cercare alcun profitto), mas tão-sòmente com o fito de descobrir, não viu nada de qualquer utilidade. Crê, no entanto, que semelhantes qualidades de terra e clima hão-de produzir muita riqueza. E não admira que lhe tenha sucedido isso, uma vez que os próprios habitantes não apreciavam nada, nem ouro nem prata ou outra jóia que não fossem plumagens e ossos. Em novas expedições, o rei de Portugal alcançaria muitas riquezas. Encontraram, mesmo assim, muitíssimo pau-brasil, fácil de carregar quantos navios aparecessem, e também canafístula, cristais e infinitas especiarias e drogas desconhecidas.

Nesta epístola não se dá como sabedor de cosmografia, não se jacta de perito em náutica, nem faz as promessas de nova viagem, como no

Mundus Novus. Humildemente espera que o monarca disponha dele e confessa que seria «cosa periculosa» descrever o belo espectáculo que observaram nos céus. No *Mundus Novus* ocupa-se da «disposição do Céu» e apresenta gràficamente, não só a distribuição das estrelas como a posição dos habitantes de Lisboa com relação aos das paragens de 50° para além da equinocial, latitude sul. Magnaghi, que aliás considera Vespúcio como o maior cosmógrafo do seu tempo, atribuindo-lhe descobrimentos que ele não realizou (1), taxa de fantasia a descrição e a representação gráfica das estrelas (2). Sem determinar bem o carácter da prosa na carta manuscrita, revela que redigiu umas memórias: «Ma di tutte le cose le piu notabili che in questo viaggio m'occorsero» — recolheu-o numa «operetta» que pensava completar quando tivesse vagar, «per lasciar di me, *dopo la morte*, qual che fama» (3).

A epístola revelada por Roberto Ridolfi como complemento desta carta manuscrita, a que atrás nos referimos, responde a dificuldades transmitidas por Lourenço de Médice, mas levantadas pela corte de amigos que a havia lido. Nela confirma Vespúcio tudo quanto comunicara na anterior: 1) as naus chegaram, na verdade, a 50° S., mas nessa altura, «stavamo *nel mare et none in terra*», tendo deixado esta a uns 32°. Muito frio e vento, junto ao cansaço, tentaram-nos a voltar a Portugal; 2) a gente das novas terras andava realmente nua, apesar do rigor do clima frio, e é branca, mesmo a da zona tórrida. Nestes dois pontos faz alarde das suas leituras cosmográficas (Afonso X, Monte Régio e Zacuto — *Almanaque perpétuo* — e das andanças em barcos portugueses, pela costa da Guiné até à Serra Leoa (Zanaga, Cabo Verde, Rio Grande, Serra Liona) (4), que situa a 7° da linha equatorial; 3) que passou efectivamente o trópico de Capricórnio, visto estar em 23° e 51′, e ele se ter deslocado até 50°, «giunto col circulo antartico»; 4) que mantém ser verdade que a intercepção de duas linhas — a do seu zénite e a do seu meridiano — faziam um ângulo recto esferal; igualmente assegura a veracidade do desprezo do ouro ou qualquer riqueza por parte daqueles habitantes. Por fim, responde a duas perguntas: Quando passou a equinocial, como se governava com a bússola ou a agulha e não com o magnete; em que tempo estacionou por aquelas paragens e como viu

(1) A. Magnaghi — o. c., 1.° vol., pp. 45-46, e da 2.ª edição, p. 197. Igualmente, entre outros, Levillier, que considera Vespúcio o descobridor do Rio Prata e da Patagónia. (*América, la bien llamada*, 2.° vol., p. 274).

(2) Magnaghi — *ibd.*, p. 94.

(3) *In* Vignaud — o. c., pp. 409 e 410.

(4) Parece que alude às viagens de Cadamosto e Sintra!

os arcos semidiurno e seminocturno? Aqui renova a asserção de que por lá andou 9 meses e 7 dias (na versão do códice riccardiano, vem 2 dias, em vez de 7).

Tal é, em resumo, o interesse da carta que Ridolfi imagina pertencer à colecção, hoje dispersa, das cartas do Médice, e Magnaghi julga ser apócrifa, porque confirma a primeira viagem, que apenas aparecia na *Lettera delle isole novamente trovate*.

Em conclusão, e ainda que se não aceite a tese proposta por Magnaghi, a viagem portuguesa que em 1501 se dirigiu, parece que às costas do actual Brasil, em seguimento da descoberta cabralina, foi divulgada na Europa, por carta de Américo Vespúcio, dirigida a Lorenzo di P. Fr. de Médice, pouco depois de chegar a Lisboa (1502) e pela publicação intitulada *Mundus Novus* (1503 ?), que obteve extraordinária voga, tornando a aparecer, em 1505-1506, com nova redacção, incorporada na *Lettera* a Soderini, de que se apropriou o editor das *Quattuor Navigationes*, Waldseemüller, no folheto *Cosmographiae Introductio* (1507), conforme veremos a seu tempo.

O entusiasmo que esses escritos causaram na Europa deve ter sido superior à alegria que ele por si infundiu no ânimo de D. Manuel. «Se Santarém e Duarte Leite lessem isto, certamente não desejariam voltar a viver» — proclama Levillier (1), perante a notícia que, em 1722, Giulio Negri registou a propósito do reconhecimento real: «La gratitudine de 'Re di Portogallo, volle perpetuata la memoria del nostro Amerigo, facendo appendere per immortale trofeo, nella Cattedrale Basilica di Lisbona, gli avvanzi gloriosi della conquistatrice sua nave» (2).

Além de pouco provável, se atendermos ao contexto em si, a tardia notícia, que não se abona por nenhum escrito seu contemporâneo, recebe total desmentido da queixa quinhentista de Rondinelli, de que Vespúcio não tirou vantagens do seu esforço. Esta seria a ponderação que decerto fariam Santarém e Duarte Leite, se apreciassem o facto com mais isenção que o crítico argentino.

1.6 — *Os «Diaristas» italianos.* — Definitivamente, a boa nova da descoberta do caminho marítimo para a Índia e acesso a novas terras e gentes estranhas, tanto orientais como ocidentais, entrara, como melhor veremos a propósito da chegada das sucessivas expedições, na consciência de toda a Europa. Podiam as obras de história e geografia continuar inalteráveis,

(1) Levillier — *Mundus Novus. A carta de Vespúcio que revolucionou a geografia*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 33, p. 105.

(2) G. Negri — *Istoria degli Scrittori fiorentini*, p. 31.

mas toda a gente sabia da boa nova, por outra via, a do comércio, que vulgarizara, pelo povo simples, produtos que outrora eram pertença apenas de ricos. A pimenta, o gengibre, a canela, a noz-moscada entravam agora nas despensas da classe média; vaporosos tecidos de Cambaia e musselinas de Bengala substituíam, em boa parte, estamenhas e linhos mais pesados e menos vistosos; as esteiras davam lugar a tapetes lindíssimos; variedade de ervas exóticas acumulavam-se nos pequenos armazéns das boticas. Com o tempo, veio o chá, a louça de porcelana, de prata e até o ouro, que nas casas dos ricos baniram, quase por completo, a louça mais vulgar.

Itália, sobretudo, foi sensível a este movimento, como vimos atrás e agora se confirma com novos testemunhos. O facto explica-se, não só porque antes de os Portugueses trazerem estes artigos do Oriente já os Venezianos e Genoveses os recebiam, em menores quantidades, através do Cairo e de Alexandria, mas também por andarem alguns dos seus filhos embarcados nas naus de Lisboa. Por isso, não nos admiraremos de aí ver nascer actividade dos diaristas, que não teve similar noutro canto da terra.

Na peugada de Domenico Malipiero, também Marcantonio Michieli, Girolamo Priuli e Marino Sanuto se deram ao trabalho de apontar, em *Diários*, os principais acontecimentos da vida política e social do seu tempo, relacionados com o movimento da sua urbe. Os dois últimos revestem-se de particular interesse para a história dos descobrimentos portugueses (1).

Girolamo Priuli, do Consiglio maggiore de Veneza (1476-1547), era banqueiro rico que, durante cinco anos, estacionou em Inglaterra, no meio da alta finança. O seu Banco, fundado em 1507, faliu em 1513.

O diário vai de Abril de 1494 a Julho de 1512 (2). A primeira notícia que nos interessa, Agosto de 1499, chegou a Veneza, como vimos no capítulo II, por carta do Cairo, onde certos homens, idos da Índia, anunciaram que três caravelas do rei de Portugal haviam atingido Calecute e Aden, com o intuito de procurarem ilhas dispersas. A notícia tem foros de sonho sonhado por Veneza, misturando Colombo com Vasco da Gama e inêxito deste, tão almejado pelo Rialto. Contudo, Priuli, ao mesmo tempo que classifica «questa nova et effecto» de «grandissimo» e «vero», confessa também

---

(1) Já tratámos do de Malipiero e o de Michieli não contém referências de importância para as viagens marítimas (Greenlee — o. c., p. 233).

(2) Publicado por Muratori — *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. I, t. XXIV, parte III (2.ª ed. Città di Castello, 1912). — O Prof. Rinaldo Fulin divulgou extractos referentes aos Portugueses na Índia e os Venezianos no Egipto, do período Agosto de 1499-Março de 1512, com o título: *Girolamo Priuli e i suoi Diarii*, cit., p. 137. Excertos em Greenlee — o. c., pp. 235 e segs.

que lhe não presta «autenticha fide». Percebe-se, assim, que o *Conselho dos Dez* tivesse enviado a Lisboa um embaixador, como vimos, para se inteirar, minuciosamente, da verdade da viagem da Índia. Priuli regista esta diligência, em Julho de 1501, anotando que antes de 24 deste mês, em Veneza, se receberam cartas de Portugal, «da un nuntio di la Signoria Veneta» — o já mencionado Crético.

Em Agosto (1501), afinal, confirmava-se a notícia «per molte vie». Era verdade que apenas uma caravela conseguira salvar-se, trazendo menos especiarias do que antes se dizia. As restantes contavam-se no número das perdidas e o rei português, desgostoso com as perdas, não queria tentar nova viagem. O desespero era geral, lamentando a sua anterior e vã esperança. Veneza continuava a enganar-se a si própria, agarrando-se ao primeiro facto que lhe aparecia, como a tábua de salvação. Efectivamente, quando a frota de Cabral sofreu as graves consequências do temporal, ao deixar o Brasil, desgarrou-se uma nau que foi ter à embocadura do «estreito de Meca», voltando a Lisboa, antes de Cabral, no regresso, chegar a Cabo Verde. Além de não trazer especiarias, deve ter dado, sobre as restantes, a única informação possível — desconhecimento completo da sua sorte. A imaginação da maior parte da gente pensou decerto o pior e os Venezianos antolharam completa vitória.

Pouco tempo, porém, durou o suave embalo, porque, a 9 de Setembro, cartas de Portugal (1) sacudiram-nos do sonho em que momentâneamente se haviam deixado mergulhar. Missivas de 1 de Agosto, de Lisboa, confirmadas por iguais comunicações de Génova e de Lião (Lion) e de «diverse bande» — todas convergiam para a mesma dolorosa verdade: «caravelas» recheadas de especiarias tinham abordado à capital portuguesa, três da Índia e uma da Mina de Ouro. Nota-se às claras a precipitação das notícias, que não esperaram pelas últimas novidades. Com efeito, a 31 de Julho, chegaram, primeiro três naus, uma das quais a capitaina, e, no dia seguinte, uma carta e mais a de Sancho Tovar, que fora a Sofala (2).

Aos informadores escapou-lhes, pois, uma embarcação, naturalmente por terem fechado a carta, momentos antes de ela chegar, como também lhes escapou a quantidade exacta da carga. Constava, por uns, que traziam pouca mercadoria, enquanto, por outros, corria que vinham 3 000 cântaros de todas as variedades de especiarias. Priuli, porém, julgava que o porme-

---

(1) Naturalmente, de Crético, visto a 4 do mesmo mês confirmar e ampliar estas notícias.

(2) *Navegação de Pedro Álvares Cabral,* in *Collecção de Noticias,* p. 137.

nor não assumia assinalável importância. O pior residia no facto de, efectivamente, se ter achado o caminho para a fonte desse tráfego. Contudo, restava sempre uma palavra de esperança. Podia ser que Veneza se não afundasse por isso: «Tamen questi eran pronostici prosumptuosi, perchè li cielli potranno disponer altramente» (1).

Cinco dias depois, o espectro do Ocidente caía de novo sobre os dirigentes de Veneza. O secretário (Crético) voltava a dar notícias, em carta de 4 de Agosto, sobre as mesmas «caravelas» regressadas da Índia. Confirmava a viagem de Calecute a Lisboa e a carga de 3 000 cântaros de especiarias, 2 000 dos quais de pimenta. Apesar do desgosto que sentia pelas naus perdidas, o monarca preparava mais 24 caravelas (2).

Daí em diante, as notícias tombavam sobre Veneza, em catadupa. A 19 de Setembro (1501) era a vez de Pascualigo desfazer de todo possíveis resquícios de esperança no ânimo dos mercadores venezianos, confirmando a abundância de especiarias trazidas a Lisboa. No mesmo dia, cartas de Bruges e Antuérpia avisavam da entrada, nesses portos, de duas caravelas portuguesas idas de Portugal, com especiarias de Calecute. E não faltou o terceiro foco interessado a manifestar-se — Alexandria, que a 4 de Setembro transmitia a triste nova de não ter recebido quaisquer especiarias, porque os Portugueses haviam afundado barcos mouros em Calecute. O soldão enviou imediatamente um embaixador ao senhor de Calecute, a preveni-lo de que não devia mais receber as caravelas portuguesas.

Em Novembro, chegou nova carta do embaixador veneziano em Lisboa, a anunciar preparativos de 25 caravelas com destino à Índia, decerto a frota que, no ano seguinte, partiu sob o comando de Vasco da Gama (3).

O assunto ficava assim cabalmente informado e Priuli interrompe as notícias deste género. Em Fevereiro de 1502 confirmou ele próprio a chegada das galés de Veneza, com pouca especiaria, registando, a propósito, a ausência dos mercadores «tedeschi et de Alemagna», que passavam a frequentar Lisboa. E temos de esperar por 7 de Setembro, para contactar com novas missivas de Lisboa, «per via di Genoa». Tinham chegado a Portugal duas caravelas da Mina, com grandes quantidades de ouro, não havendo, porém, notícias das naus da Índia, que já se davam por perdidas (4). Nesta altura, refere-se, evidentemente, à frota de João da Nova,

---

(1) R. Fulin — o. c., p. 162.
(2) Como vimos, a carta conhecida de Crético é de 27 de Julho.
(3) Barros regista 20 velas, saídas em Março de 1502 (*Década I*, p. 129).
(4) R. Fulin, pp. 165-166.

que voltou a 11 de Setembro de 1502. A notícia do regresso das quatro naus desta armada choveu em Veneza, de Valença, Génova, Lion e Bruges «et de diverse bande», já no mês de Dezembro. Para todos esses centros comerciais se tinha expedido cartas de Portugal, a comunicar mais este êxito da marinharia portuguesa. Assim, os próximos apontamentos (1503) de Priuli limitam-se a insistir no prejuízo que as viagens portuguesas causavam à economia veneziana e nas promessas falazes do soldão. Só nos últimos meses desse ano de 1503, ao mesmo passo que registava novos carregamentos de especiarias dos barcos portugueses, o analista escrevia outros topónimos, além de Cholucut — Chuzim (Cochim) e Chananor — para dizer que haviam sido repelidos da primeira cidade e bem recebidos nas outras duas. Enquanto o êxito destas «charavelle» provocava em Lisboa «e per tuta la Spagna» «grandissime feste», em Veneza «ne fu questa nova di grandissima malenchonia e fastidio». O Cairo bem lhes comunicava o afundamento das esquadras portuguesas, mas os mercadores não acreditavam já em boatos e insistiam com os senhores de Veneza, para de novo exporem os factos verdadeiros ao soldão, recomendando-lhe que fizesse provisões, sob risco de prescindirem dos seus fornecimentos. Receavam alguns que o soldão, por se encontrar em avançada idade, não se dispusesse a encher os armazéns, porque preferia o lucro de cada dia. Atalhavam outros que os Portugueses tinham construído fortalezas e no Cairo não mais se receberiam especiarias.

Fechava melancòlicamente as efemérides desse trágico ano com o registo da feliz chegada a Portugal das caravelas que se aguardavam. A previsão dos mais sensatos via-se confirmada com o retorno, de Alexandria, em 5 de Fevereiro de 1504, de três galés sem especiarias. Em face do descalabro, o soldão resolvera mandar frades do Santo Sepulcro, como embaixadores ao Papa e principais reinos cristãos (França, Veneza, Espanha e Portugal), ameaçando arruinar o túmulo de Cristo se os Portugueses continuassem na Índia (1).

Não só nos não importa seguir o curso dos acontecimentos, mas nem nos interessa prosseguir os passos do analista, que há-de continuar a anotar as partidas e chegadas dos barcos portugueses, baseado em correspondência que de Portugal seguia para Espanha e daí para Veneza. Aliás, reencontraremos o fio das diligências diplomáticas venezianas quando em Lisboa se instalar novo embaixador.

---

(1) Id., *ibd.*, p. 175.

Marino Sanuto (1466-1533), conhecido pelo qualificativo de o *Novo*, para o distinguir de outro escritor do mesmo nome, que viveu nos séculos XII e XIII, também era veneziano de relevo nos conselhos da república. Começou a escrever o *Diário*, que compreende 58 volumes — o de Priuli não passa de oito —, em 1 de Janeiro de 1496, juntando por vezes à efeméride a transcrição do documento na íntegra. Termina em Setembro de 1533 (1). Na parte que nos importa, começa pela viagem de Vasco da Gama, sendo, porém, mais minucioso nas notícias do regresso da armada cabralina.

Percorrendo uma a uma as referências que se encontram nos *Diarii* de Sanuto, surpreende-se o gráfico dos desgostos e dos anseios que a abertura do caminho marítimo para a Índia causou aos Venezianos. Assiste-se à comunicação pronta das naus que partem ou que simplesmente se projectava enviar em breve, como se presencia a chegada das naus carregadas de especiarias e a comunicação das quantidades e dos preços. Mas também se apreciam os boatos que dimanam do Cairo, de Alexandria ou de Creta; de Sevilha, de Valença ou da Flandres, sobre o desânimo do rei português, em face da perda de barcos e de gente ou sobre derrotas infligidas aos nossos homens, no Oriente. Sobretudo, corria célere até Veneza, como se observa nos *Diarii*, a notícia dos embates das forças do soldão e dos Portugueses, festejando-se a vitória dos Turcos e lamentando-se a preponderância dos cristãos. Os ecos das vitórias de Afonso de Albuquerque contrastam com o propósito que se atribuía a D. Manuel, de franquear os mares, exigindo apenas um tributo, como faziam os reis castelhanos.

Por vezes, além dos relatos, enviavam-se opiniões que traduziam votos sobre o proceder que, segundo se lhes afigurava razoável, os Portugueses deviam seguir. As notícias de Lisboa seguiam por terra, até Sevilha e, daí, para Veneza; ou eram levadas directamente por mar, via Valência. O conjunto de toda esta intensa informação, reunido por Marino Sanuto, assemelha-se a um jornal, cujos redactores se limitam a divulgar a prosa dos seus correspondentes e agências noticiosas, quando a não querem reduzir a menor espaço.

---

(1) Publicado em Veneza, entre 1879-1903, por diligência de Rinaldo Fulin, Federico Stefani, Nicolò Barozzi, Guglielmo Berchet, Marco Allegri: *I Diarii di Marino Sanuto (MCCCCXCVI-MDXXXIII). Dall'autografo marciano ital. Cl. VII, Codd. CDXIX-CDLXXVII.* — Este Sanuto é ainda o autor de uma obra clássica — *De origine urbis Venetae et vita omnium ducum* (de 1421 a 1493): versão italiana em Muratori, o. *c.*, vol. XXII, Milão, 1733. Esta obra tem interesse para as relações entre Portugal e a república de Veneza.

Como por mais de uma vez nos servimos da sua informação, não vamos seguir, de novo, passos já dados. As efemérides são do género das de Priuli e as cartas de D. Manuel ao doge, Agostinho Barberino, em 22 de Fevereiro de 1501; de Domenico Pisani (de 13 e de 23 de Março); de novo, de Domenico Pisani (na verdade, de Crético), sem data, mas de Agosto de 1501; de Giovanni Francesco Affaitadi, de 26 de Junho e de 10 de Setembro de 1502, como tantas outras — foram ou hão-de ser tidas na devida conta, na ocasião oportuna.

1.7 — *O acto notarial de Valentim Fernandes.* — Antes de a tipografia difundir a boa nova das descobertas a ocidente posteriores à de Colombo, o mesmo impressor, Valentim Fernandes, na qualidade de notário, passava um documento que não terá tido grande repercussão, mas que hoje é de manifesto valor histórico (1). Redigido em 20 de Maio de 1503, para acompanhar uma figuração (desenho ou escultura?) dos nativos do Brasil, e a pele de um crocodilo, interessa, em si mesmo, como porta-voz do achamento da Terra de Santa Maria e da sua gente, na Flandres e em Colónia, bem como de um animal das novas regiões. O facto de, a pedido de Conrado von der Rosen, ter sido tirada uma pública-forma na Alemanha, a 4 de Agosto de 1504, do próprio documento, remetido, naturalmente por Valentim Fernandes a Conrado Peutinger, deixa entrever a importância que se atribuía ao acontecimento da descoberta e à novidade das espécies. Tratava-se de «autêntica carta patente», emanada de um «tabelião público», «por autorização do sereníssimo rei de Portugal», que não só se encontrava assinada por Valentim Fernandes, mas fora lida perante o rei de Portugal, os seus fidalgos, capitães-mores e pilotos da nova terra. Conrado von der Rosen, «natural das regiões da Germânia»,

(1) Apenas se conhece a sua transcrição em latim, num acto de um tabelião de Colónia, que se conserva num códice que pertenceu a Conrado Peutinger, hoje na biblioteca de Estugarda (Cód. hist. 248 p.). Foi publicado a primeira vez por Frederico Kunstmann — *Valentim Ferdinand's Beschreibuhg der Westkust Afrika vom Senegal bis zur Serra Leoa,* in *Abhand der Hist.* (Akademie d. Wiss.), Munique, 1856, 1860, I, 1861. Divulgou-o, em língua portuguesa, A. Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas de Cabo Verde,* pp. 91-93, e T. O. Marcondes de Sousa, aliás a mesma versão, em *Amerigo Vespucci e suas viagens,* pp. 281-283 e, de novo, em fac-símile (estão trocadas as figuras 2 e 3), com leitura e tradução, em que foi auxiliado por Torquato de Sousa Soares na *Revista de História,* São Paulo, Abril-Junho de 1958, pp. 369-378. Esta tradução corrige, por vezes, manifestos erros da primeira, mas também não foge a reparos. Nos *Arquivos do Centro Cultural Português,* Paris, da Fundação Gulbenkian, vol. 5 (1972), aparecerá nova leitura e tradução, assinadas por nós.

por si ou por incumbência de Peutinger, não perdeu a ocasião de possuir treslado autêntico de tão importante documento. Português era o obséquio, apenas no que toca à origem, visto que o nome do ofertante, «o egrégio varão João Draba», parece revelar nacionalidade estrangeira, possìvelmente flamenga (1). Tanto o desenho, como a pele de crocodilo, estavam ligados à viagem de 1501-1502 às terras de Santa Cruz e destinavam-se «à capela do sangue de Cristo, fundada em Bruges, cidade da Flandres», como se lê no próprio documento. Possìvelmente, nessa armada regressou um dos dois degredados que Pedro Álvares Cabral aí deixara. «Destes dois homens, em uma outra armada, que directamente mandámos àquela terra, voltou um que sabia a língua dos nativos e nos informou de tudo» — lê-se na carta de 1505, atribuída a D. Manuel, de que nos ocuparemos em devido tempo.

Para redigir esta «autêntica carta patente», Valentim Fernandes terá tido à sua disposição esse mesmo informador e mais outros dois elementos, com os quais escreveu um livro, cujo paradeiro hoje se ignora. Utilizou, segundo confessa, «a narração de dois anciãos da terra acima referida, mediante a interpretação de dois portugueses que lá se demoraram 20 meses». Fontoura da Costa e Marcondes de Sousa supõem serem os dois degredados da frota de Cabral, um dos quais, talvez, Afonso Ribeiro. Autenticam o documento, além da assinatura de Valentim Fernandes, a do notário Silvério Wyenhorst, «clérigo de Colónia». Valentim Fernandes leu solenemente em voz alta, «diante da régia majestade, dos seus fidalgos, capitães-mores e pilotos ou governadores dos seus navios da supracitada terra dos antípodas, com o novo nome de *terra de santa cruz*», a narração, que estava correcta, «e todos unânimemente a confirmaram».

Com justeza se aplicou ao próprio texto da informação geográfica o título de *Navegação dos Portugueses para além do Circulo Equinocial*. A narrativa começa por se referir à partida de «uma armada de treze grandes navios do poderosíssimo Manuel I, rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além-mar em África e Senhor de Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia», que, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, saiu do «riquíssimo» porto de Lisboa, em direcção à Índia aquém do Ganges e «descobriu, por providência divina, no incógnito mar, sob a linha equinocial, no ano do parto da Virgem de 1500, no último dia de Abril, *outro orbe desconhecido de todos os autores*». Os seus habitantes, que não têm fé, religião ou idolatria e qualquer conhecimento do seu Criador, nem se sujeitam a leis ou a qualquer outro domínio

(1) T. O. Marcondes de Sousa. — *A divulgação pela imprensa*, p. 401.

afora o conselho dos anciãos, e não possuem nada como próprio, pois de tudo se servem em comum, excepto as esposas — todos andam nus, sem cobrirem, homens e mulheres, as partes pudendas. Abrem excepção em certos dias festivos, em que, alguns deles, pintam os corpos de várias cores, enquanto outros, depois de untarem o corpo, se enfeitam com pequenas penas de aves de diversas cores e uns terceiros prendem ao corpo penas grandes, para se assemelharem a aves.

São pardos os homens, de pequena estatura, mas robustos, de face ampla, olhos pequenos, cabelos negros, longos e lisos. Nisto se distinguem dos etíopes, que moram no mesmo paralelo e os têm crespos. Em buracos no queixo e na face aplicam pedras e ossos, por motivo de beleza. Os homens são imberbes, porque as mulheres os depilam, mas alguns ostentam barba pintada. Com excepção de filho e mãe, pai e filha ou irmão e irmã, homens e mulheres juntam-se quando lhes apraz, mas nunca em público e, segundo leitura que se presta a diversas interpretações, sem qualquer manifestação de carinho.

A sua alimentação restringe-se a carnes, assadas ou cozidas, de aves e toda a espécie de animais, e peixes e... lagartos. Carne humana, o autor só menciona a dos inimigos, parecendo, por isso, que não se trata rigorosamente de antropófagos. Do milho extraíam vinho, a única bebida que Valentim Fernandes aponta.

Por fim, e de passagem, alude à fauna e flora da terra. «Todos os animais são diferentes dos nossos, excepto os porcos, bem como as árvores, as aves e as ervas. Encontram-se aí os maiores crocodilos, menos ferozes que os da Etiópia, que também comem pessoas». Como prova de um crocodilo verdadeiro, aí estava a pele, que bem deixava adivinhar o seu corpo.

Cobriam a terra, «bosques espessos, rios grandes». Para Portugal haviam os nautas trazido pau-brasil, a *cassia linea* (uma espécie de caneleira) e outras cássias fístulas, e assim também papagaios de várias espécies.

Remata a notícia com a revelação da partida de nova expedição, «passados os dois anos seguintes», a qual percorreu quase 760 léguas de costa, e, seguindo para sul, chegou a 53 graus do hemisfério antárctico. Frios incomportáveis forçaram-na a regressar a Portugal. Nesta viagem encontraram uma só língua (ou um só língua, isto é, um intérprete?) e foram baptizados muitos nativos.

A. Fontoura da Costa, como J. O. Marcondes de Sousa também identificam esta armada com a de 1501-1502, a mesma de que fala Américo Vespúcio, na carta que dirigiu a Lorenzo di Pietro Medicis, mais conhecida por *Mundus Novus*. Comandava-a Fernão de Loronha, que saiu em 1501

e voltou a 22 de Julho do ano seguinte (1), ou talvez antes Gonçalo Coelho (2). Como vemos, as narrativas de Vespúcio em mais de um ponto se aproximam das notícias do acto notarial de Valentim Fernandes, até nalgumas inexactidões, por exemplo, quanto ao termo da viagem.

Duarte Leite entende que os 32° indicados na correspondência de Vespúcio são exagerados e redu-los para 23. Como se compreenderá, então, o aumento para 53°, isto é, para o extremo da América do Sul (3)? Da mesma forma, como se explicará a data do descobrimento, aqui fixada em 30 de Abril, quando, pelo menos, el-rei sabia, pela carta de Caminha, que viram terra em 22 desse mês e saíram dos barcos no dia seguinte (4)?

O que, porém, mais nos importa, neste momento, é sublinhar como D. Manuel consentia na divulgação dos seus descobrimentos, desde que se não se revelasse a rota seguida. Conformando-se com essa orientação, podia o impressor alemão ter publicado o seu livro e as cartas do florentino, o que não efectuou, por razões que ignoramos.

2 — Notícias das expedições seguintes à Índia e seus reflexos em Antuérpia

2.1 — *Notícias da frota de 1501-1502.* — Poucas armadas conseguiram, no regresso da Índia, suscitar tanto interesse, por parte dos Italianos, como esta de João da Nova, de carácter estritamente comercial. O florentino Fernão Vinet comandava o navio de Marchionni, um dos quatro que partiram a 5 de Março de 1501, levando a bordo um outro italiano, o feitor do mesmo Marchioni (5). A razão da expectativa não estava tanto na ganância do lucro, como na incerteza do bom êxito da empresa. Segundo Barros, tinham sido muito confusas as notícias sobre o Oriente, trazidas por Gama e Cabral, em comparação do que se veio a saber com as futuras armadas (6). Deste modo, fica levantada a barreira que institui dois períodos bem distintos, neste capítulo da difusão de notícias.

---

(1) D. Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 263.

(2) A. Teixeira da Mota — *Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503-1505*, Lisboa, 1969, p. 6.

(3) Como o próprio Vespúcio há-de explicar no fragmento de carta encontrado por Ridolfi, a que nos referimos noutro lugar, as naus atingiram essa latitude (ele diz 50°), mas no mar, tendo largado a terra em 32°.

(4) Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, in *Os sete únicos documentos*, pp. 66-67.

(5) Barros — *Década I*, pp. 216 e 220.

(6) Id., *ibd.*, p. 223.

Por isso, é que os Venezianos, quando os seus embaixadores passavam de Lisboa a Madrid, deixavam alguém na capital portuguesa, encarregado de lhes comunicar as novas que iam ocorrendo, a respeito das naus da Índia. No desempenho dessa missão, seguiu a carta do comerciante Giovanni Francesco Affaitadi, datada de Lisboa a 10 de Setembro de 1502, no próprio dia em que a frota chegou ao Restelo, e dirigida a Piero Pasqualigo, nesse tempo estante em Madrid (1).

Informa do regresso de quatro naus, referindo-se igualmente à chegada, em 22 de Julho, das caravelas mandadas no ano anterior, a descobrir a terra dos Papagaios ou de Santa Cruz, de que os marinheiros contavam ter encontrado, mais de 2500 milhas de costa nova, sem lhe lobrigarem o fim. Aludia, evidentemente, à expedição comandada por Gonçalo Coelho, de que já falámos, na qual embarcou Américo Vespúcio (2).

Dezasseis dias depois completava a informação, com a carta que Montalboddo divulgou nos *Paesi novamente ritrovati* (1507), como se fosse de Francesco la Salia (Affaitadi), de Cremona (3). As quatro naus da frota de João da Nova haviam levado regimento de ficarem duas na Mina Nova e seguirem as restantes para Calecute, se não pudessem quedar em Sofala. No primeiro lugar atingido — Cananor *(Canor)* — receberam notícias do que havia sucedido a Cabral, decerto em Calecute, e da forma como conseguira mercadorias em Cochim, residindo ai o feitor de el-rei de Portugal. Também a eles os tratou amigàvelmente o soberano de Cananor, oferecendo especiarias ao capitão. Este, porém, respondeu que desejava prosseguir viagem até Cochim, para falar ao feitor português e só depois voltar aí, para carregar as naus.

João da Nova não levava moeda e, como o reino de Cochim era pobre, viu-se obrigado a aceitar a oferta do rei de Cananor, que lhe ficou com as mercadorias.

O correspondente cremonense conta depois os acontecimentos bélicos já conhecidos, da perseguição naval que o rei de Calecute moveu aos Portugueses e da morte do feitor português. Termina com o anúncio de grande armada, em Janeiro próximo, constituída por oito ou dez naus de boa tonelagem, construídas na Ribeira, no Porto e ilha da Madeira.

---

(1) Resumo em Marino Sanuto — *Diarii,* IV, col. 485.

(2) Sobre esta e as restantes expedições conhecidas, que estiveram no Brasil, de 1500 a 1502, ver Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil,* in *História,* cit., II, pp. 246 e segs.

(3) Publicada nos *Paesi,* cap. 127; Marino Sanuto — *Diarii,* IV, cols. 663-666, assinada por Affaitadi.

Também Bartolomeu Marchionni e o seu zeloso empregado, Leonardo Nardi, enviaram para Veneza cartas que se completam, com a data de 20 de Setembro de 1502 (1). Nardi trabalhava para Marchionni havia pouco tempo, e veio a mostrar-se tão zeloso que este o enviou em 1510 à Índia, como seu feitor, merecendo então rasgados elogios de Afonso de Albuquerque, nestas lacónicas palavras do grande capitão: «la tenho escrito a el-Rei que creia mais no escritorio de bertolameu com lionardo soo nelle, que em quantas feitorias e quantos feitores quá tem na Índia» (2).

Marchionni avisa da chegada, em 22, de quatro naus comandadas por João da Nova, vindas de Calecute, razoàvelmente carregadas de especiarias. Sentia-se, porém, plenamente recompensado: «Le nove son tanto e tante buone che più dir non se pò». Explicava, depois, em breves palavras, que o comércio se fazia em Cananor, a doze léguas de Calecute. Aludia ao combate de 20 naus portuguesas com 40 grandes e 160 pequenas, que foram subjugadas, esperando-se para o S. João o regresso de todas. Estas vinte, conclui Marchionni, são bastantes para dominar toda a Índia. Em Janeiro deviam partir doze ou mais, pois el-rei estava na disposição de mandar, todos os anos, 15 a 20. A ele tocava-lhe uma de 300 toneladas.

Como deixa para Nardi a narração da viagem, termina a carta com a notícia da vinda de um veneziano e de um valenciano, aquele com 25 anos de aventura no Oriente, e este com 15. O italiano, de nome Bonajuto d'Albano, era homem de 70 anos e trazia consigo mulher e dois filhos, mas vinha pobre, porque, segundo confessava, afundara-se-lhe um navio com 20 a 25 mil ducados. Um e outro contam novidades de todos aqueles países. O veneziano andara por toda a Pérsia até Ramuza, Combait (Cambaia), Calecute e demais regiões, até Malaca, «che non se pò dir più in là».

Antes, Marchionni exclamara que bem necessidade tinham estes viajantes de se rebaptizarem. Aqui refere a intenção explícita de Bonajuto, de vir à Europa fazer cristãos a mulher e os filhos. Segundo João de Barros, o veneziano passou do Cairo às partes da Índia, na companhia de um embaixador da senhoria de Veneza, Misser Francisco Marcelo. «Homem esperto», «que sabia as línguas e mais os negócios daquelas partes», foi enviado por D. Manuel com D. Francisco de Almeida, «com

---

(1) Publicadas por Marino Sanuto — *Diarii*, IV, cols. 544-545 e 545-546.

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 1.° vol., p. 404.

bom ordenado e servia de lingua» (1). Ignora-se o que terá dito ao monarca e a quem mais comunicou o que sabia, sobretudo do estrangeiro.

Leornado Nardi é mais extenso e revela pormenores de muito interesse sobre a terceira viagem dos Portugueses à Índia. Fizeram as 4000 léguas em 18 meses e três dias. No Oriente, o mar é muito bom, mas péssimo o caminho de 200 léguas para cá do cabo da Boa Esperança e 200 para lá. Até ao Cabo são 2000 léguas; 300 depois, até Sofala e 150, daí a Moçambique, que é ilha com fama de possuir muito ouro; mais adiante, fica Quíloa *(Chielva)*, a 100 léguas, cujo rei é como que o senhor dos demais. Aí se faz resgate com os nativos, levando panos de algodão e roupa que lhes interessa. O capitão que vai este ano conduz gente para lá construir fortaleza, devendo constituir escala de reabastecimento das naus da Índia. Mais 150 léguas avante aparece um lugar que se chama Melinde (Medindi) e, 50 léguas depois, um outro, denominado Mombaça *(Amambaza)*, donde saem para se engolfarem no mar da Índia, que tem 800 léguas de comprido, «e arrivano a *Monzanbi*», seguindo daí para Cananor, que são 60 léguas. Aí fizeram estas naus resgate. À distância de 12 léguas encontra-se Calecute *(Cholocut)*, cujo rei as quis tomar, com grande armada. Nessa cidade apenas há pimenta, canela e gengibre. As demais especiarias vêm-lhes pelo mar e, por isso, têm vantagem em estar a bem com os Portugueses. A boa canela chega de Ceilão *(Sailem)* e de outro lugar; de Timor, cujo nome desconhece, sândalo branco e vermelho. Dessas bandas dizem que

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 312. — Barros informa que Bonajuto vivera no Oriente vinte e dois anos e viera a Lisboa, na frota de Afonso de Albuquerque (1503-1504), com mulher java e filhos.

Segundoo Prospero Peragallo, baseado em Sousa Viterbo — *Trabalhos náuticos*, P. II, p. 139 — D. Manuel concedeu-lhe, em 2 de Outubro de 1504, «um decoroso appanaggio, consistente in una pensione vitalizia di 20 mila reali, da decorrere dal primo gennaio del 1505, oltre due moggia di grano che doveano essere somministrate dalla casa (o depósito) de Ceuta (Peragallo — *Cenni*, cit., p. 17). Em 1515 já se encontrava em Lisboa, bem governado (Id., *ibd.*). Ca Masser, em 1506, referindo-se apenas à segunda viagem, no mais disse mais ou menos o mesmo que Barros, isto é, que «Bonavito d'Alban» veio numa das três naus de Francisco de Albuquerque, com a mulher, «nativa da Malecha», e filhos, a qual se fez cristã em Lisboa. O rei dá-lhe 70 ducados anuais, com casa e trigo para sustento. Estivera vinte e dois anos no Oriente, depois de sair do Cairo, em tempo que Misser Francesco Marcelo era cônsul em Alexandria. Entende Ca Masser que o veneziano viu mais que o judeu Gaspar (*Relazione de Lunardo de Chá Masser*, ed. Peragallo, cit., p. 73). Sobre a volta à Índia na frota de D. Francisco de Almeida, ver *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 14. Em 1508 foram-lhe pagos 5 899 rs. da sua quintalada de pimenta que trouxe na *Garça*. (Ver o nosso próximo trabalho — *Tristão da Cunha e os filhos*).

vêm todas as riquezas do Mundo. Já neste tempo «questi portogexi hanno animo *andara a la propia fonte*», onde há jóias e outras cousas.

Por informação de Bonajuto, que não nomeia, mas dá sinais que lhe quadram, embora lhe atribua só 60 anos, sabe Nardi que «quanto se faza di qua *3* o (ou) *4* non sarano pocho», o que parece significar que, por maiores que sejam as despesas, o negócio da Índia sempre rende, pelo menos, três ou quatro vezes mais. Termina as notícias com o apontamento de que algum grão vem de Cambaia, muita quantidade de bom peixe, pouca carne, que geralmente se reduz a carneiro e galinha. Os homens são baixos, como negros, e adoram uma vaca.

No verso da folha envia um preçário das especiarias, com o valor em ducados e a nota da carga trazida, com a advertência de que um bar, peso da Índia equivale a quatro cântaros portugueses, acentuando, por fim, que a melhor mercadoria são os *ducati de* oro *in* oro.

Algumas pessoas fizeram negócio com este senhor, decerto o rei de Portugal, que lhes compra as mercadorias que deseja e recebe metade do que vem daquelas partes. Bom negócio, diz Nardi, «a mio intendere». Assim, o Marchionni *(Il Majore)* tomou 200 tonéis; António Salvago, 200; Francesco Charduzi, «nostro fiorentino», 200, e outros muitos. Ele, para si, não adquirira nada, «perchè non voglio abranchare più di quello mi posa». Refere as naus e os donos que se preparam e remata com o prometido preço das especiarias: canela, 22 ducados; pimenta, 14; gengibre, 10; noz, 6; cravo, 26; laca, 20; pau-brasil, 5; benjoim, 74.

Por estas ou por outras vias, as notícias chegaram também a Piero Rondinelli, em Sevilha, que, a 3 de Outubro, as transmitiu para Florença (1), em carta eminentemente comercial, que reflecte bem a ânsia dos homens de negócio em conhecerem os nossos preços e todo o condicionalismo do novo mercado, o português. Rondinelli pertencia a família que se dedicava à manufactura e ao comércio da lã, e fora para Espanha na mira de negócio da sua casa.

Na maior parte, esta epístola reflecte ao vivo a euforia do ouro e do lucro no Oriente, em frotas portuguesas. Eminentemente comercial, dá conta

---

(1) *Copia d'una letera venuta di Lisbona, della tornata delle 4 charavelle di Chalicut cholle spezierie* (B. Ricc. Fl — cód., 1910, fls. 55v-57). Publicada, a parte final, na *Raccolta Colombiana*, p. III, vol. II, pp. 120-121, donde a transcreveu T. O. Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespuci e suas viagens*, S. Paulo, 1949, pp. 277-279 (2.ª edição, 1954, pp. 216-218). Texto e tradução referente a Vespúcio e ao contrato de Fernão de Loronha, em Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 168, e *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 255.

de alguns italianos, mais ou menos desconhecidos, que vinham ricos; aponta ganhos da Fazenda Real; e vinca bem a expectativa de grande empório, reservada ao Porto de Lisboa. «Dè qui avanti, tutto el mondo» se fornecerá de especiarias por intermédio de Lisboa, porque aí se venderão mais em conta do que as do soldão. Sabem-no já os Venezianos, o soldão e «molti altri» que tratam de especiarias. Os quatro barcos que chegaram de Calecute traziam menos especiarias do que as que se esperavam: 1000 cântaros de pimenta, 500 de canela e algum gengibre, não contando os 200 cântaros de canela a que tinham direito os marinheiros. Por isso, ainda será cara. Mas já se preparavam novas armadas, para Janeiro-Fevereiro, pelo menos com 6 navios de 300 toneladas. O negócio afigurava-se tão bom que ele, Rondinelli, avança, entusiasmado, que, se tivesse dinheiro, entraria no negócio, com os patrícios que nomeia.

Na segunda porção da epístola, volta-se para as ilhas ocidentais das «nuove isole d' India», de Castela e do Brasil, por onde andou Américo Vespúcio, com pouco proveito seu, dando a viagem, em que tomou parte, ocasião a firmar-se contrato com Fernão de Loronha. Tem sido muito aproveitado este trecho, o de maior novidade de toda a carta, por constituir a sua única referência concreta ao mencionado contrato: «é rre di Portogallo arendo le terre che lui dischoperse a certi christiani nuovi: anno 300 leche avanti e, fare una forteza nel dischoperto e mantenella detti 3 anni, el primo anno non pagano nulla, el secondo el 1/6, el 1/3, el 1/4». Os arrendatários tencionavam negociar em pau-brasil e escravos e, porventura, qualquer outro artigo que aparecesse na terra. Por ora, nada mais podia acrescentar. Mas prometia que «di quanto seguirà, vi si dirà».

Que outras notícias terá enviado, no seguimento desta epístola? Dele, nada mais se conhece, que saibamos, nos arquivos de Itália.

2.2 — *A segunda viagem de Vasco da Gama, em 1502.* — De nenhuma viagem à Índia se conservaram tantos relatos, como desta de 1502-1503. Porque na maioria dos casos se devem a estrangeiros e nem todos se identificam perfeitamente, começaremos por ordená-los segundo as notícias que temos da participação de comerciantes italianos e alemães, para acabar com especial menção de três importantes diários de bordo.

Os cronistas nada mais revelam do que a inclusão de Giovanni Buonagrazia, que Barros diz ser capitão de um barco e natural de Itália (1).

(1) Barros — *Déc. I*, p. 232. — Gaspar Correia (*Lendas*, I, I, pp. 269 e 288) e Castanheda (*História*, I, p. 96) não lhe referem o nome.

Tomé Lopes adianta que se trata de um florentino que comandava a nau de Rui Mendes de Brito, gentil-homem da câmara de el-rei, de que ele era escrivão (1). E como Marchionni e Affaitadi enviaram feitores, poder-se-ia pensar que os três italianos andaram embarcados na mesma nau. Sucede, porém, que de uma das epístolas que sobre a viagem se conservam, se apura claramente que Marchionni mandou barco diferente do de Affaitadi. Um dos feitores talvez tenha seguido na nau comandada por Lopo Dias, criado de Dom Álvaro, irmão do duque de Bragança, que na frota anterior deixara um feitor em Cananor, para continuar as transacções comerciais (2). E, como na armada de Cabral este nobre andava associado a Marchionni (3), afigura-se-nos lícito concluir que nesta embarcação seguia desta vez o seu feitor. Por outro lado, no mesmo grupo que saiu de Lisboa, com D. Estêvão da Gama, em 1 de Abril, seguia outra nau de comerciantes, comandada por Buonagrazia. É natural que esta seja a de Affaitadi.

As primeiras notícias da volta foram escritas de Moçambique e enviadas desta ilha. Os feitores quiseram remeter novas alvissareiras sobre as riquezas que atulhavam as naus e aproveitaram a oportunidade de, em 19 de Abril de 1503, D. Vasco da Gama mandar dois barcos à frente, a nau *S. Gabriel* e a de Rui Mendes de Brito, que, por não poderem prosseguir viagem, pelo menos a última, foram substituídas, a 4 de Maio, pelas de Fernão Lourenço e Luís Fernandes. A 16 de Junho deixaram Moçambique mais três barcos — a *Leitoa Nova*, a *Julioa* e a de Rui de Brito. Estas últimas deviam ter chegado a Lisboa, na primeira semana de Agosto, segundo Tomé Lopes (4). Mas, como veremos, pela carta de Affaitadi, de 19 de Agosto, neste dia entrou no porto de Lisboa o primeiro barco que teria deixado Moçambique, em 19 de Abril, naturalmente a *S. Gabriel*, que não vinha só. Difícilmente se compaginam, a este respeito, as informações de Tomé Lopes, Affaitadi e de outros.

Vasco da Gama, que partiu mais tarde, entrou na capital em 1 de Setembro, segundo Castanheda, que parece conhecer mal a viagem, ou a

---

(1) Tomé Lopes — *Navegação às Índias Orientais*, edição da Academia das Ciências de Lisboa, pp. 174 e 178.

(2) Carta de Affaitadi a Piero Pasqualigo, 20 de Agosto de 1503, de que nos ocuparemos adiante: «...vengono in le loro nave». Na carta a Domino Lucha e «fratelli de la Affaitadi», 14 de Setembro, acrescenta: «... con la nave in che noi havemos parte».

(3) Jaime Cortesão — *A expedição de Pedro Álvares Cabral*, cit., p. 117.

(4) Tomé Lopes — o. *c.*, pp. 210 e 213-214.

10 de Outubro, conforme esclarece João de Barros, que demonstra melhor conhecimento (1).

Logo à partida para a Índia, encontrou esta expedição o seu cronista estrangeiro, que relatou para Itália o que se passava em Lisboa. Em carta de 30 de Janeiro informava Alberto Cantino o duque de Ferrara (2) de que Vasco da Gama devia partir dentro de dez dias, com doze embarcações bem equipadas e armadas, para bloquear o mar Vermelho e impedir a passagem dos barcos do soldão, que transportavam especiarias de Calecute. Como vimos, em vez de doze, partiu com quinze.

A carta tem o particular interesse de descrever, mais pormenorizadamente do que o cronista, a cerimónia da entrega do estandarte e da superintendência da esquadra, que se realizou a 30 de Janeiro. Cantino assistiu ao acto, junto com o embaixador veneziano, e não demorou a transmitir igualmente o plano da expedição. Pessimista por natureza ou pela circunstância do seu cargo, acreditou que D. Manuel estava resolvido a abandonar a empresa da Índia, se a nova expedição não alcançasse o resultado almejado. É natural que em Lisboa corressem as opiniões contraditórias dos conselheiros reais — uns, temerosos e agoirentos; outros, inteiramente seguros do bom êxito (3). Ou tratar-se-á de curta «confidência» diplomática que o monarca terá confiado aos embaixadores italianos, no momento do beija-mão?

No entanto, devia saber-se que Vasco da Gama, usando da faculdade que lhe conferia o privilégio de poder comandar qualquer frota da Índia, pusera de lado Pedro Álvares Cabral, precisamente porque desejou garantir a el-rei o almejado êxito, que na base anichava severo castigo ao samorim desleal. Por isso, a armada se apresentava em tal força que qualquer pessoa prudente, mesmo alheia aos segredos de Estado, podia desconfiar que se esconderia plano bem estruturado para destruir os inimigos na Índia — não os Indianos, como era notório, mas os Mouros, dominadores do comércio local. Além das quinze velas, seguiram mais cinco, que haveriam de ficar no Oriente (e só uma das vinte não chegou ao seu destino) e ainda

---

(1) Castanheda — *o. c.*, I, p. 103; Barros — *o. c.*, p. 254.

(2) Conserva-se no Arquivo de Estado, de Módena — Dispacci dalla Spagna, Cancelleria Ducale, sub anni 1501-1502. Publicado por J. J. Brito Rebelo — *Navegadores e exploradores portugueses até ao XVI século*, pp. 126-130, e em francês por H. Harrisse — *Document inédit concernant Vasco da Gama*, pp. 25-29 (texto italiano) e pp. 19-21 (tradução francesa). — Harrisse lê 1501, sem aludir ao estilo florentino.

(3) Barros — *Déc. I*, p. 232.

madeira «lavrada», para se armar uma outra caravela em Moçambique, «como se fez», elucida Barros.

Naturalmente, o pessimismo reforçara-se com a intriga dos Venezianos que acompanharam a Lisboa o seu embaixador. Este, a pretexto de pedir auxilio contra o Turco, que lhes havia tomado Modon, pôde conversar «secretamente» com os embaixadores dos reios de Cananor e Cochim. Por acaso, encontrou-se a esquadra de Vasco da Gama, no Porto Dale (no cabo Verde), com uma caravela que vinha da Mina, capitaneada por Fernando de Montarroio. O capitão-mor aproveitou o ensejo para mostrar aos embaixadores indianos, que voltavam a seus países, acompanhados de Gaspar da Índia, a riqueza e o poder de D. Manuel. Descobriu-se, então, o veneno que o diplomata veneziano tinha instilado nos Indianos, a quem havia persuadido da pobreza de Portugal e riqueza veneziana, que afinal era quem financiava aquela viagem...

Sem delongas, Vasco da Gama escreveu a D. Manuel, entre o dia da chegada ao cabo Verde («derradeiro dia de Fevereiro») e o sexto em que aí estacionou (1). Contudo, como já vimos, D. Manuel tratava os dois diplomatas italianos com tal distinção que um dia, no princípio de Outubro, os convidou para um passeio de quatro dias no palácio de Sintra.

Com a chegada das primeiras naus de regresso ao Tejo, as notícias intensificaram-se em vários sentidos. Um dos primeiros barcos, que o almirante mandou à frente, para certificar a el-rei do êxito da expedição, entrou em Lisboa a 19 de Agosto de 1503, trazendo a carta do feitor de Marchionni (2). A do feitor de Zuan Francesco Affaitadi, Matteo de Bergamo, escrita de Moçambique, 18 de Abril de 1503, apenas foi entregue pelo segundo barco, que se atrasou, e só conseguiu fundear no Tejo a 30 de Agosto: ou 27, segundo a relação de Bratislava. Dela remeteu cópia, em 14 de Setembro, para Domino Lucha e para os irmãos residentes em Cremona (3).

A carta do feitor de Zuan Francesco foi escrita «nel mare», a 30 de Março, antes de chegar a Moçambique, e, em nova versão, desta ilha, a

(1) Barros — *Déc. I*, p. 233.

(2) Referência nas cartas de Affaitadi a Piero Pascualigo, de Lisboa, a 19 e 20 de Agosto. Publicadas *in* Marino Sanuto — *Diarii*, v, cols. 129-130 e 130-131, e no *Bolletino della Reale Società Geografica Italiana*, série 4.ª, vol. 3, n.º 2, 1902, pp. 125 e 126-127.

(3) Carta de Affaitadi, de Lisboa, 14 de Setembro de 1503, publicada *in* Sanuto — *Diarii*, v, col. 134, e *Bolletino*, cit., p. 127.

18 de Abril (1), véspera da primeira tentativa de saída dos dois primeiros barcos (2).

As duas redacções, embora um tanto diferentes, são substancialmente idênticas, o que decerto significa ter tido o feitor receio de que a primeira se perdesse. Usando porventura a cautela prescrita a todos, não menciona o vocábulo *Lisboa*, que, na primeira, substitui por *Constantinopla*. Affaitadi comunicou sem demora as últimas notícias da Índia, chegadas a Lisboa. Na carta de 19 de Agosto anuncia a entrada, nesse mesmo dia, quatro horas antes, do primeiro navio, que informou ter saído de Moçambique em 19 de Abril, com outro, que se atrasou pouco antes de atingir a costa portuguesa, devendo aparecer, quando muito, no dia seguinte. Ainda não recebera carta do seu feitor e sabia que a sua nau vinha com o almirante Vasco da Gama. No dia seguinte, porém (3), podia acrescentar mais notícias, porque Bartolomeu Marchionni e outros mercadores haviam recebido notícias dos seus feitores.

Não se conhece a missiva do feitor de Marchionni, nem carta deste que se lhe refira. Por outro lado, publicou-se em 1507, nos *Paesi*, uma *Copia de una littera recevuta dalli mercatanti de Spagna alli soi correspondenti in Fiorenza et in Venetia, del trattado de la pace infra el re de portogallo et el re de Colichut* (4), que, se não for, em parte, essa mesma epístola, pode ser um apanhado dela e de outras. Contudo, na base, encontra-se uma carta de alguém que costumava escrever (5), porventura Marchionni. O texto não está literalmente copiado, pelo menos no início, parecendo mais um misto de notícias dos primeiros contactos de Gama com o rei de Calecute e novas posteriores da quinta armada, comandada pelos Albuquerques.

---

(1) As duas primeiras versões conservam-se na Biblioteca de S. Marcos, ital., classe VI, cód. 277, cols. 78 e 83. Depois de Augusto Zeri *(Rivista Marittima*, ano XXVII, Roma, Aprile, 1894, pp. 38-51, que, da segunda, apenas divulga o último trecho, pp. 51-53: *Matteo da Bergamo. Sua lettera inedita sulle prime relazioni commerciali con el Indie nel secolo XVI)*, publica-se a carta de Mateus, nas suas duas versões integrais, in *Bolletino* cit., pp. 98-110: *Viaggio di Matteo Bergamo in India sulla flotta di Vasco da Gama, 1502-1503*. Está endereçada ao «Spectabili domino Jo. Francesco Affaitadi cremonensi».

(2) Carta de Affaitadi, de Lisboa, 19 de Agosto, cit.

(3) «Heri per un'altra mia scripsi». Mas logo a seguir escreve: «de ozi ch'è 22 de Avosto...»

(4) Montalboddo — *Paesi*, cit., cap. 128.

(5) «... per le cose che se ha de la India lo potete veder de quello che semper ve ho dicto».

Diz-se, no entanto, cópia de *una littera*, mas acrescenta-se que a enviaram os *mercatanti*. Se se tratasse de carta colectiva, certamente a base dela seriam os relatos, orais ou escritos, sobretudo dos italianos, isto é, antes de mais, dos seus feitores. E como revela pormenores alheios à carta de Matteo de Bergamo, pode suspeitar-se que estes provenham da relação do feitor de Marchionni.

Em qualquer caso, não deixa de ser notícia remetida de Lisboa, que em breve chegou a Florença e a Veneza, aparecendo impressa, uns escassos três anos depois, na cidade de Vicenza. Conseguira, pois, correr veloz, e interessar, não só os comerciantes, mas o público em geral.

Há neste documento um tema central que em nenhuma outra despertou tamanha atenção — a do contrato de paz com o rei de Calecute, que, como se sabe, não chegou a ser aceite por muito tempo (1), vindo apenas a firmar-se no governo de Afonso de Albuquerque, em 1512-13 (2). «Estes são os capítulos da paz, bastante honrosa para o nosso rei», termina o correspondente, depois de resumir os artigos do tratado, que podemos sintetizar em sete pontos: 1) o rei de Calecute comprometia-se a reparar os danos causados aos Portugueses, na sua terra, oferecendo 4000 bares de pimenta, que correspondem a doze mil cântaros; 2) ficavam proibidos os mouros, de fora de Calecute, de comerciar na cidade, e, os desta, de ir negociar noutros lugares; 3) o rei de Portugal era autorizado a construir fortaleza em Calecute, sendo o seu feitor o único juiz dos Portugueses, quer no cível, quer no crime, sem que a justiça local pudesse intervir em qualquer caso, mesmo se algum cristão se rebelasse contra o feitor, ou algum mouro fosse preso; 4) deviam ser entregues em ferros ao capitão português os dois milaneses (3), que, havendo seguido na armada, fugiram para Calecute, onde fabricavam bombardas e navios como os ocidentais; 5) na confederação de paz portuguesa contavam-se os reis de Cochim e Cananor e podiam

---

(1) Em Barros (*Déc. I*, pp. 243 e 251-254). — No ano seguinte voltou uma vez mais, em vão, a tentar-se a paz, pela entrega de 1500 bares de pimenta e os dois bombardeiros (*Déc. I*, pp. 267-268). — Ver também carta de Diogo Fernandes e Lourenço Moreno para el-rei D. Manuel, de 9 de Janeiro de 1504.—T. T., C. C., parte 1.ª M. 4, D, 52. In *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 2.º vol., p. 259, e Bragança Pereira — *Arquivo Português Oriental*, Bastorá, 1936, t. 1, vol. 1, parte 1.ª, pp. 311-314.

(2) Castanheda — *História*, livro III, pp. 240 e 290 e 297-300.

(3) Barros dá-os como naturais da Esclavónia (*sic*), e faz-se eco da acusação que os próprios terão formulado, de haverem sido enviados por Veneza, nas naus, sob a capa de lapidários, «para usar aquele ofício de fundir a artelharia em nosso dano» (*Déc. I*, p. 260).

entrar todos os que desejassem ser amigos do seu amigo e inimigos do seu inimigo, considerando-se em guerra com todos, quem rompesse a paz com qualquer dos aliados; 6) enquanto no porto de Calecute houvesse nau lusitana a carregar, nenhuma outra lá poderia entrar, excepto se houvesse especiarias em abundância, que não prejudicassem aquele carregamento; 7) os direitos de portagem não excederiam os fixados para Cochim, que eram cerca de oito por cento.

Deste modo, conclui o informador, «o nosso rei» bem se pode dizer senhor da Índia. Compreendia, pois, claramente, a importância do convénio, que fecharia, por completo, a entrada das especiarias em Veneza, pelas vias costumadas. «Tende por certo que ao Cairo e à Turquia jamais hão-de passar quaisquer especiarias por aqueles portos». Contudo, ele já conhecia os acontecimentos seguintes, aludindo a doze naus saídas nesse ano de Lisboa e que, em Cochim, foram encontrar o rei isolado numa «isoleta» (de Vaipi). Alude, decerto, às nove naus que em 1503 partiram do Tejo, em três grupos, comandados por Francisco de Albuquerque, Afonso de Albuquerque e António de Saldanha, a que, ao chegar a Cochim Francisco de Albuquerque, se juntaram mais três, da armada de Vicente Sodré, deixada na Índia por D. Vasco da Gama (1). O italiano acentua a lealdade do rei de Cochim e a restituição do seu reino, por força de armas dos portugueses, que em Cochim iam erguer uma fortaleza à entrada do rio. Para dar ideia da riqueza daqueles países, narra a tomada de cinco barcos de mouros de Cambaia, cujo espólio aponta. Mas a empresa era árdua, o que insinua com a alusão à perda de umas 600 pessoas, numa ilha à entrada do mar Vermelho, «col capitaneo Vincente». Refere-se a Vicente Sodré, que, como vimos, não sucumbiu nessa oportunidade.

A propósito das novas condições para navegar na Índia, salienta que «le cose de qua non sono stabile»: além de se ter de ir nas naus régias, era preciso pagar 29 por cento e comprar exclusivamente por intermédio dos feitores do rei, «per non damner el trato» (2).

Da costa de África também conseguiu apurar algumas novas, e, antes de mais, de Sofala, a partir de informação dada por um português que lá permanecera três anos, e afiança ser magnífica essa mina. «É una grandissima cosa», sem dúvida, a mina de Salomão, de que a rainha de Sabá levou ouro. Dela se há-de apoderar o rei de Portugal, a todo o custo,

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 263.

(2) Já nesta viagem se pôs em prática a compra por intermédio de um só feitor régio (Correia — *Lendas*, I, I, p. 312).

levantando fortaleza para impedir o acesso aos navios de Cambaia e de toda a Índia. De forma que «questo re si po ben dir aventurato». Talvez esta seja a primeira passagem escrita em que se concede a D. Manuel o epíteto de Afortunado. Dentro de dois anos, prossegue o informador, toda a Índia e a Pérsia deixarão de ter ouro, que apenas recebiam deste lugar.

Com Sofala negociavam, até aí, os mouros de Cambaia e Meca, que, por mercadoria, levavam, entre outros artigos, panos de algodão listrados de preto e branco, tafetá negro, algumas peças de seda, cetins de várias cores, sem direito nem avesso. A mina encontrava-se em poder dos gentios, pertencendo ao rei de Quíloa (1) a foz do rio, que ficava a 40 léguas da sua ilha. Por isso, a ela iam sempre os navios, com 12 a 15 mercadores em cada um, prestar obediência e pagar direitos, antes de seguirem para o porto de Sofala. Aqui se demoravam 6 a 8 meses, partindo então carregados de ouro, dentes de elefante e cera — «che sono bone mercantie per India», com escala obrigatória, de novo, em Quíloa, para então pagarem direitos sobre a quantidade de ouro transaccionado.

Nestes tempos, porém, o rei de Quíloa era tributário de «questo nostro re», oferecendo-lhe, anualmente, 1500 miticais de ouro (2). Por fim, o autor da carta (ou, pelo menos, da quase totalidade do texto) reincide na persuasão de que ficou assente a paz com o rei de Calecute — o que mal se percebe; exprime a esperança de próxima carga espectacular e a persuasão de que, daí por diante, «tutto vira meglio fornito». Uma vez voltado com a narrativa ao Oriente, põe de novo os Portugueses a navegar, agora para «*Melucca,* dove nasceno li garofani e ambre e molte altre cose, che sono leghe 740 di la da Colochut», assinalando a dificuldade da navegação, por se topar no caminho um arquipélago, com mais de 14 mil ilhas e se ter de passar por um mar estreito, com pouca água e pouco fundo.

Um sentimento de curiosidade pela ciência geográfica domina neste passo o italiano, que acentua poder-se, então, com orgulho, proclamar que descobrimos todo o Mundo, observando o que os antigos não viram. E, ainda embevecido com as novas perspectivas que de Lisboa descortinava, acrescenta que «resta anchora a discoprire lisola de Taprobana», isto é, Ceilão. Não o dominava, é certo, exclusivamente, a ciência por ciência. Tal

---

(1) Neste passo escreve *Caldea,* mas logo abaixo desfaz o equívoco, com a alusão ao «re di Chilloa».

(2) Segundo Barros, 500 miticais de ouro, «peso que, amoedado, podiam ser, da nossa moeda, 584 cruzados» (Barros — *Déc. I,* p. 235); Castanheda, 2000 (*História,* I, p. 97); Gaspar Correia omite números (*Lendas,* I, I, pp. 279 e 282).

como toda a gente com quem convivia, mesmo no descobrimento da Taprobana ele via nova fonte de riqueza: «(...) la qual, secundo Plinio, di richeza e denari e perle è abundantissima e bisogna si discopra». Falava o mercador para outro mercador, acabando por transmitir a lista dos produtos mais vendáveis e dos que mais fàcilmente se podiam lá adquirir.

A referência à descoberta das Molucas, as ilhas do cravo e âmbar, mostra como os Portugueses muito cedo pensaram e, porventura, tentaram atingir a fonte mais longínqua de algumas especiarias. Ceilão e a costa de Coromandel, com a foz do Ganges; Malaca, a Taprobana ou Samatra e as ilhas Molucas andavam já na retina dos Portugueses, talvez todas elas, desde a primeira viagem de Vasco da Gama e, com certeza, dentro do espaço de tempo destas quatro primeiras expedições à Índia.

De Lisboa escreveu também Cazano del Nigro, a 29 de Agosto, ao irmão, o embaixador veneziano em Espanha, Hieronimo Nigro (1), e de Valência dirigiu-se Cesare Barzi ao embaixador Pasqualigo, em 5 de Setembro de 1503 (2), um e outro a noticiar o extraordinário êxito de tão grande frota. Cazano lembra que, por falta de tempo, havia enviado noutro dia novas muito sucintas, via Valência, isto é, por mar, resolvendo, por isso, remeter agora esta nova missiva por Sevilha. Não tem outra intenção mais que avisar da chegada, oito dias antes, de um navio da armada e de outro, hoje mesmo, anunciando já os preparativos de nova expedição, que comportaria mais vinte naus, sem contar as que os mercadores armassem. Encontravam-se, para isso, alguns alemães da «Compagnia Granda de Alemania», que se comprometeram a estabelecer casa, tendo recebido de el-rei liberdade de movimentos e bons privilégios. Esperavam-se outros de diversas nações e, por isso, era de crer que o comércio das especiarias passasse da Itália para aqui, tanto mais que este serenissimo rei despachara cinco naus para fecharem o estreito de Meca, a fim de assegurar o exclusivo deste negócio.

A segunda epístola destinava-se a acompanhar duas cartas recebidas de Lisboa, que Cesare Barzi enviou a Pasqualigo. Por elas — sublinha este — «doverete esser advisato molto largamente dele cose de Colucut». Por si, comunicava o que sabia, por intermédio de Bartolomeu Marchionni. A 20 do mês passado, isto é, de Agosto, chegou ao meio-dia a Lisboa «uma naveta», tendo ficado 15 naus «a spalmare», num lugar dito *Cibichi* (Moçambique), a 2500 léguas de Lisboa. Prometia mandar mais novas,

(1) Publicada em Marino Sanuto — *Diarii*, v, cols. 318-319.
(2) Publicada *ibd.*, col. 132.

logo que elas chegassem. Marchionni recebeu, pois, notícias, pelo segundo barco que entrou a barra, um dia depois do primeiro e apressou-se a remetê-las a Pasqualigo, por intermédio de Cesare Barzi.

Não é possível apanhar toda a correspondência entre os vários comerciantes e diplomatas italianos, mas ainda se consegue melhorar o quadro com uma missiva de Francesco Corvinelli (1), que se não sabe se comerciava por sua conta, se com Marchionni, Affaitadi ou Sernigi, tendo sido mais tarde feitor do rei português na Índia (2); e uma outra de Giovanni Francesco de Affaitadi, dirigida em 17 de Outubro «a l' orator nostro in Yspania» (3).

Corvinelli é florentino e bem conhecido, na história da presença de Portugal na Índia, em anos posteriores ao da carta que escreveu de Lisboa, pouco depois de 20 de Agosto de 1503. Como armador partiu do Tejo, a 20 de Março de 1509, na nau *Santiago,* em companhia do Marechal Fernando Coutinho (4), estando para voltar na *Sto. Agostinho,* de Bartolomeu Marchionni (5). Perdeu a monção com outros mais e ficou-se na Índia à espera de melhor sazão, mas Albuquerque alinhou-o também na armada que preparava para ir ao Estreito (6). Resolvendo, porém, o Governador, por conselho de Timoja, tomar Goa, participou no feito e recebeu de Afonso de Albuquerque o cargo de feitor, por ser «homem que muyto sabia do trato da fazenda», como explicou Gaspar Correia (7).

A epístola que enviou para Itália dá notícia da chegada ao Tejo, «avanti ieri», em 20 de Agosto de 1503, de um dos barcos — o *Santo António* — que havia partido na primeira frota, a 10 de Fevereiro de 1501 — «more florentino», ou seja 1502 (8), tanto mais que em mais de uma oportunidade alude ao Almirante. Trata-se, pois, de notícias da segunda exposição de Vasco da Gama que interessaram certamente mais ao seu correspondente do que hoje a nós, posto que não seja despiciendo o seu testemunho indirecto. Deixemos em silêncio os pormenores da viagem, tone-

---

(1) Conserva-se inédita na B. Ricc. Fl. (Cód. 1910, fls. 76-77 v).

(2) Prospero Peragallo — *Cenni intorno alla Colonia Italiana in Portogallo,* cit., p. 26.

(3) M. Sanuti — *Diarii,* V, cols. 841-843.

(4) Castanheda — *o. c.,* II, p. 479. — Sobre Corvinelli, ver também *Cartas de Afonso de Albuquerque,* passim.

(5) *Cartas de Afonso de Albuquerque,* IV, p. 275.

(6) Castanheda — *o. c.,* III, p. 18.

(7) Correia — *o. c.,* II, p. 176; Castanheda — *o. c.,* III, p. 27.

(8) Esta é também a data que se lê em Barros — *Déc. I,* p. 232.

lagem e outros pormenores mais, para só recolhermos os topónimos, que se reduzem a bem pouco e alguns outros dados de maior interesse. *Moçambique*, a 900 léguas da Índia, donde o Almirante o mandou adiante, com outro navio chamado *Gabriel*, que entrara no Tejo no dia anterior, a anunciar a sua próxima chegada; costa da Guiné, 500 léguas daqui; *Sofala*, em cujo rio resgataram algum ouro (não se sabe quanto, porque o ocultam, para não pagarem tributo ao rei, mas uns 10 mil miticais, valendo cada mitical 2 ¾ ducados); Asíola *(Quiloa)* «piu avanti», que é uma grande cidade e centro de grande tráfego, ao mesmo tempo que sede do rei, senhor de Sofala, que se fez tributário ao Almirante, de 1500 miticais (1) por ano, graças ao facto de o próprio povo, contra a vontade do rei, querer comerciar com os Portugueses; *Cananor; Calecute*, onde o Almirante procurou, em vão, firmar paz com o rei local; Choan *(Cochim)*, 40 léguas de Calecute, em que Vasco da Gama carregou as naus (as outras em Cananor), aonde chegara, 10 dias antes de todas, «la nostra nave San Guliano».

A *Santo António* trazia 800 cântaros de pimenta e 100 de canela e algum pau-brasil e constava que as restantes transportavam 30 000 cântaros de especiaria (pimenta) e dois mil de canela e pouca mais especiaria. Eram esperadas daí a uns 15 ou 20 dias. Com este prenúncio e a promessa de relatar o que então soubesse, termina Francesco Corvinelli, «in Lisbona», a sua missiva de bom informador.

A de Affaitadi começa por lembrar que avisara a Senhoria, da chegada de «doi nave de Calecut», e que, depois, a 11 deste mês, entraram as restantes, exceptuando dois pequenos navios da companhia, um dos quais de Fernando Lourenço, tesoureiro da Mina, e o outro de pessoa de Lisboa. Dá notícias da última expedição que ainda singrava no mar, a dos Albuquerques (2), alcançadas por meio das naus da frota de Vasco da Gama, com que se haviam cruzado. Saídas no dia de Páscoa (3), duas delas encontravam-se já 150 léguas adiante das que haviam iniciado antes a viagem. Umas e outras tinham passado o cabo da Boa Esperança — aquelas últimas, no dia de Pentecostes, apesar de o cabo ficar a cerca de 2000 léguas de Lisboa. Com esta sintética notícia queria Affaitadi transmitir o extraordinário feito que lhe causava profunda admiração: «che fo

---

(1) 2 000, em Castanheda — *o. c.*, I, p. 97; 500, em Barros — *Déc. I*, p. 235.

(2) Barros — *Déc. I*, p. 261.

(3) Neste ano de 1503, a Páscoa caiu a 16 de Abril, mas Barros dá a saída de Afonso de Albuquerque em 6 e a de Francisco, a 14. O mesmo se lê em Castanheda — *História*, I, p. 115. Gaspar Correia não indica a data da saída (*Lendas*, I, I, p. 375).

un grande navichar in cosi pocho tempo». Muito se esperava desta frota — mais que da anterior —, e já se preparava uma outra, de naus grandes, na qual iria a *Anunciada,* de 800 tonéis.

Gaspar Correia fornece a explicação do caso. Alguma coisa de novo se passava, de facto, na navegação portuguesa. «Partirão do Reyno, navegando polo regimento que dera o judeu Çacuto, que já os pilotos tinhão experimentado, navegando pera outras partes a que ElRey a isso os mandara. Tanto que estes capitães sairão de Lisboa, cada hum navegou à sua vontade, por mais andar, e forão seu caminho atravessando ao Cabo da Boa Esperança, e houverão vista da terra além delle, e se tornarão afastar, e correrão polo mar, sem haverem vista de nenhuma terra, somente na costa da India, hindo já muy desesperados, que os pilotos nom sabião por onde hião».

Pela primeira vez se experimentava, em viagem de longo curso, o regimento arquitectado por Abraão Zacuto, anteriormente posto à prova em distâncias mais curtas (1). Tratava-se de melhorar a velocidade, alcançando grandes *raids,* que eliminassem os pontos de escala: autêntica corrida e prova de resistência, através das águas oceânicas. O último a partir conseguiu ultrapassar o primeiro e chegar à Índia, sem parar em nenhum porto, sentindo-se os pilotos desnorteados, que não o capitão Francisco de Albuquerque, o grande vencedor desta primeira regata interoceânica, de Lisboa a Cananor, na costa do Malabar. Decerto, terá levado *caravelas de armada* que, como vimos, se usaram, pela primeira vez, na segunda viagem de Vasco da Gama, que aproveitavam a vela dos navios latinos e o casco dos navios redondos.

Por fim, resta ainda uma carta italiana, que por certo não foi a última, que conhecemos através da versão alemã, publicada por Greiff com o n.º IV (2). Não traz a indicação do autor, fornecendo-se, porém, um dado importante que nos permite formular uma hipótese com bastante fundamento. «Carta de viagem marítima dos Portugueses, a 30 de Março de 1503. Traduzida do longobardo para alemão, pelo Dr. Conrado Peutinger e seu cunhado Cristoph Welser. 2.ª viagem de Vasco da Gama à Índia. 1 de Abril de 1502». Depois deste título, Greiff informa ainda que a versão foi feita em Augsburgo e que se conserva o próprio original de letra de Peutinger.

---

(1) No capítulo II, já nos referimos ao facto, a propósito da ciência náutica portuguesa, e no capítulo IV falaremos dos guias náuticos, impressos cerca de 1509.

(2) G. Greiff — *o. c.,* pp. 120-128.

Quanto ao autor da carta, consta, antes de mais, que ia na frota de D. Estêvão da Gama e era longobardo. Sabendo nós que seguiram dois feitores italianos, um de Marchionni e outro de Affaitadi e, tratando-se, evidentemente, de escrito de quem andou embarcado e tinha alguma ilustração, pode ocorrer que seja de um deles. E, como se conhece outra missiva diferente, escrita por Matteo de Bérgamo, feitor de Affaitadi, apetece arriscar-nos a supor que esta é uma das anunciadas cartas que o de Marchionni lhe dirigiu. Impede a dedução o facto de o autor viajar em nau diferente da de «Bartolomeu», decerto Marchionni.

Sobre o correspondente que a enviou, mais difícil será propor qualquer hipótese, o que, neste caso, não se reveste de muito interesse. De Portugal ou da Itália, mais provável deste do que daquele país, o certo é que o Dr. Conrado Peutinger recolheu mais esta informação do regresso feliz da frota portuguesa que tanto lhe importava.

O epistológrafo começa por apresentar as desculpas de não ter escrito à partida para a Índia, simplesmente por falta de portador. Por isso, agora vai contar a viagem desde esse momento. Até ao cabo da Boa Esperança, que a todo o custo desejavam observar bem, enfrentaram ventos contrários, depois de passarem pela Madeira, avistarem Bezeguiche e atingirem uma nova ilha, da Cruz Preta. Com os ventos, não faltaram as tempestades que dispersaram a frota, no dia 1 de Junho. Refere-se nomeadamente aos barcos dos comerciantes italianos e alemães — o de Bartolomeu (Marchionni), o *Flor de la Mar*, e os de Raimundo e *Julioa*. Ele seguia numa quinta embarcação. A 8 de Julho já haviam transposto o famigerado cabo e só a 15 chegaram a Moçambique, devido ao mau tempo que os forçou a andarem às voltas no alto mar. Esperava-os aí carta do Almirante, que passara três dias antes e deixou instruções para se não deterem até Melinde. Saídos de Moçambique a 18, chegaram a esta cidade em 23, mas ficaram parados à distância, até receberem a visita de D. Vasco da Gama. Depois seguiram viagem, e no caminho começou-se a dar execução às ordens do Almirante, de se indicarem ao feitor real as quantidades e géneros de especiarias que cada um intentava adquirir e, sobretudo, de se lhe entregar o dinheiro de que dispunham para esse fim. Quando se encontrassem em Cananor, Calecute e Cochim deviam estar feitos os totais da carregação. Ficaram, pois, proibidos de comprar por si ou aceitar mercadoria. Das palavras do epistológrafo infere-se que esta cláusula não figurava no contrato, mas que a aceitaram, para evitar males maiores. Souberam então que, neste entrementes, Vasco da Gama deu um salto até Sofala a buscar ouro, com cinco barcos: a nau real *S. Pedro*, as

de Figueiredo *(Frigaredo)*, *S. Gabriel* e *Santo António* e a de João da Fonseca. O lucro não terá sido muito considerável, pondera o italiano, pois o ouro recolhido andaria por 2500 miticais. Um mitical, esclarece ele próprio, vale um cruzado de ouro. A razão do insucesso assenta no facto de o comércio estar nas mãos de mouros ricos e poderosos. Julgava-se, no entanto, que seria tarefa simples conquistar esse lugar, tanto mais que aí também viviam cristãos. Ao sair, o barco de João da Fonseca ficou danificado, salvando-se quase toda a mercadoria.

Souberam ainda os italianos que o Almirante, em Quíloa, intentou firmar pazes com o soberano local. Este, porém, dilatando a princípio as conversações, resolveu-se a procurar o Almirante quando este assestou para terra as bocas de fogo. Além do tributo anual de 1500 miticais de ouro, impôs-lhe a obrigação de manter arvorada a bandeira de Portugal, como vassalo que passava a ser do rei de Portugal, com direito a auxílio militar contra os inimigos.

A 16 de Agosto, partiram de Melinde e dois dias depois estavam em Angediva, onde lhes deram informações de terra chamada Abiel, distante daquela 100 milhas. Abiel era terra grande e produzia muita laca e diamantes, conforme informaram o Almirante, com quem já iam todos juntos. A 28 deixaram Angediva, parando em Cananor, que ficava 5 milhas mais além. Aí trataram dos doentes, a quem deram galinha. Pereceram, porém, uns 70 de toda a frota, sendo dois do barco do autor das notícias, um deles siciliano. A narração acaba pouco depois, com o registo da permanência de um mês nesse local, à espera das naus de Meca. Perderam-se as restantes folhas e, assim, outros muitos pormenores tão palpitantes como estes.

Como era de esperar, toda esta correspondência epistolar revelava um conteúdo comum, apesar de certas divergências, como a data da saída e da chegada do Gama, com relação tanto a Lisboa como a Calecute. Todas as cartas referem o excelente negócio que nesta empresa se obteve, pondo em relevo as quantidades e qualidades de especiarias trazidas e respectivos preços, somando, desse modo, vultosos lucros. A mina de ouro de Sofala não escapa a vários que, segundo a tradição, se identificava com a de que Salomão extraía o seu ouro. Todos vinham riquíssimos, acentua Affaitadi, D. Vasco da Gama e os seus acompanhantes, tendo apenas carregado em Cochim e Cananor. Cazano especifica mercadorias sem valor nesses mercados: «li corali non valeno la niente», e sublinha as que têm maior procura «nel loco de Cephala» — «li panni de lana». A totalidade da carga ascendia, segundo uns, a 33, 34 mil cântaros, não passando de 28, conforme outros.

De Sofala, julga um que se resgataram 2000 ducados de ouro. Affaitadi reproduz a opinião da maior parte dos entendidos, de que esta frota valia «uno milione d'oro», entre especiarias, ouro e jóias — pérolas na maior parte. Com maior ou menor extensão, relatam o sucesso bélico da expedição, referindo uns a luta travada com as forças do rei de Calecute, enquanto outros, por exemplo a carta dos *Paesi*, se demoram de tal forma com os termos das pazes entabuladas com o rei de Calecute que o leitor desprevenido imagina terem chegado a bom termo. Assinala-se a presença de naus e feitores na Índia, para assegurar a continuidade do comércio português; dá-se conta da perda de uma embarcação no rio de Sofala e da amizade firmada com os reis de Sofala, Quiloa, Cananor e Cochim.

Sob o aspecto geográfico, apuram-se poucos nomes. Na costa ocidental de África apenas passaram pelo cabo Verde, que nem todas referem (algumas mencionam a Madeira e a ilha de Santa Cruz), aparecendo depois ao largo do cabo da Boa Esperança. Na costa oriental surge Sofala, numa delas, depois de apontar Moçambique, topónimo que todas revelam, em formas estropiadas de diversa grafia. Cazano indica que é lugar insalubre, que causa uma enfermidade de boca, de que muitos morrem (1). Em contrapartida, as terras da Índia são muito saudáveis, sobretudo Cananor e Cochim, em que abundam todas as especiarias, mas não *zoglie* (jóias?). Daí por diante surgem os pontos de escala mais frequentes: Quiloa, Melinde, entrando no «golfão» até Angediva e cabo Deli, pertencente já ao rei de Cananor (2). Ninguém omite os topónimos Calecute e Cochim e há quem aluda aos cristãos de Cranganor, ao sul, e a Cambaia, ao norte.

Além dos italianos, houve, pelo menos, um flamengo e um alemão que deram notícia aos seus naturais, do que puderam observar durante a viagem em que tomaram parte. O primeiro aproveitou a circunstância de entrar em Lisboa, na frota do Almirante, a 10 de Outubro de 1503, quando também chegaram ao Tejo, além de duas caravelas de S. Jorge da Mina, duas de Orão e uma do levante, a *Anunciada* e duas outras que vinham de Flandres (3). Gulosamente, a sua relação foi lida por quantos a conseguiram apanhar e, sem demora, estampada por um impressor que a teve à mão.

---

(1) Já na primeira viagem, D. Vasco da Gama teve de enfrentar essa doença, o escorbuto, que lhe dizimou a tripulação, no mês que estacionou no Rio dos Bons Sinais (Barros — *Déc. I*, p. 140).

(2) Matteo de Bergamo grafa *Cavanor*. Compare-se com *Caverio* em vez de Canério, o cartógrafo de que tratamos noutro lugar.

(3) Barros — *Déc. I*, p. 254.

Esta é uma das publicações impressas mais antigas sobre os Descobrimentos. Apareceu, muito provàvelmente, em Antuérpia, editada por Jan van Doesberg, cerca de 1504, em caracteres góticos, sem indicação do ano nem lugar de edição, em seis pequenas folhas, de que apenas se conhece o exemplar do Museu Britânico.

Em virtude da raridade e por os cronistas (Barros, Castanheda e Correia), como os coleccionadores (Ramúsio) e os historiadores mais tardios (Galvão e Faria) pouco nos relatarem da viagem, o folheto já foi reeditado, pelo menos seis vezes, desde 1874. Instados por um bibliófilo que encontrou o primeiro exemplar, em 1860, J. Ph. Berjeau traduziu-o para inglês e divulgou-o em fac-símile, em Londres (1), reimprimindo-o em Paris, com texto flamengo e tradução francesa, a par (2). Publicaram-no em português, Oliveira Martins e Teixeira de Aragão, no século XIX (3) e Bragança Pereira, em 1936 (4). Denucé reeditou-o em holandês e em francês há perto de quarenta anos (5), sendo de novo reproduzido esse mesmo texto, oito anos depois, pela Casa de Portugal em Antuérpia (6).

A narrativa é ingénua e caracteriza-se pelos erros na grafia dos topónimos, por exemplo, *Calcoen* por Calecute, *Scafal* (Sofala), *Miskebyc* (Moçambique), *Meluide* (Melinde, a que chama ilha) e *Kilo* (Quíloa). Não menciona o nome de Vasco da Gama e logo no começo alude a uma armada de 70 navios, que saiu de Lisboa, em 1501, para Calecute, na qual ele ia integrado. Ou há erro do ano, como do número de navios, pois naquela data apenas saiu do Tejo a pequena frota de João da Nova, com

---

(1) *Calcoen — A dutch narrative of the second voyage of Vasco da Gama to Calicut printed at Antwerp circa 1504.* With introduction and translation by J. Ph. Berjeau. London, Brasil Montagu Pickering, 1874.

(2) *Le second voyage de Vasco da Gama a Calicut. Relation flamande éditée vers MDIV.* Reproduite avec une traduction et une introduction, par J. Ph. Berjeau, Paris, Charavay Frères Editeurs, 1881.

(3) Oliveira Martins, em *Boletim da Sociedade de geographia commercial do Porto,* n.º 3, 1.ª série, 1 de Dezembro de 1881, pp. 110-117; reeditada no volume *Portugal nos mares,* I, (1.ª ed., Lisboa, 1900, pp. 67-94; 2.ª ed., Lisboa, 1902, pp. 83-110; 4.ª ed., Lisboa, 1954, 1.º vol., pp. 77-103); Teixeira de Aragão, in *Vasco da Gama e a Vidigueira,* Lisboa, 1898, texto holandês, pp. 79-86, trad. de José Gomes Góis, pp. 87-95.

(4) A. Bragança Pereira, in *Arquivo Português Oriental,* t. I, vol. I, p. 1.ª, cit., pp. 183-191.

(5) *Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama vers l'Inde, en 1502-1503.* Traduction, notes et introduction, de Jean Denucé, Paris, 1931.

(6) Jean Denucé — *Calcoen — Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama vers l'Inde, en 1502-1503.* Casa de Portugal em Antuérpia, *Bulletin Mensuel,* 4 (10), juin, 1939, pp. 7-18.

quatro embarcações e a que se dirigiu ao Brasil, já mencionada atrás; ou se refere, mas, nesse caso, não embarcou nela, à esquadra que largou de Lisboa a 15 de Junho, contra os Turcos, a pedido dos Venezianos, conforme sugere Teixeira de Aragão.

E se admitíssemos a hipótese de o flamengo pertencer a uma das duas caravelas vindas de Orão, que chegaram ao Tejo no momento em que lá entrou Vasco da Gama, tendo aí escrito o que soube, a respeito da frota da Índia, que juntou ao que pôde observar em Orão? Neste caso, explicar-se-ia a estranha introdução, quer a confusão de duas esquadras numa só — por não ter tomado parte em nenhuma delas — quer a atribuição do ano de 1501 às duas, desse modo reduzidas a uma, que velejou ao longo da costa da Barbaria (norte de África), tendo perdido muitos cristãos no assalto da cidade Miskebyc (Mers-el-Kebir), de que foram rechaçados, a uma milha da cidade de Orão. Ele próprio teria estado seis meses na costa da Barbaria, e depois, a 10 de Fevereiro de 1502 — data da saída de Vasco da Gama —, navegado, com os mesmos 70 navios, até *Calcoen*, na Índia. O autor, que não era capitão, como se infere quando alude aos «nossos capitães», acentua bem que partiu para a Índia em 1501, com essa quantidade de navios, permaneceu na costa da Barbaria, voltou a Lisboa e, em Fevereiro do ano seguinte, a mesma esquadra fez rumo ao Oriente. Só agora passou *Kenan* (o cabo Não), Cabo (Verde) e o cabo da Boa Esperança.

Como quer que seja, foi veículo de transmissão de notícias verdadeiras, que copiou de algum diário de bordo, se acaso não terá tomado parte na viagem. «Chegámos», «navegámos», «vimos», tanto pode ser fruto de intervenção directa como resultado de apropriação de texto alheio, em que alguém se pretende introduzir como comparsa. O autor vai anotando a viagem, passo por passo, indicando as distâncias, apontando a presença ou ausência das constelações, a variedade dos peixes que surgem (sarda, arenque, sardinha, peixe-voador), a companhia das «gaivotas negras, de peitos brancos» e «caudas como os cisnes», «maiores que pombos».

«No dia 14 de Junho chegámos a uma cidade chamada *Scafal* (Sofala), por onde passa um rio». «Ali vem um rio do país dos *paepians*, pois a terra destes está no sertão fechada pelos muros e não tem saída alguma de mar, senão o rio de *Scafal*». Sydney Welch, com outros escritores, considera flamenga a palavra que o autor utilizou, para significar as tribos bantas, mostrando assim participar da opinião dos viajantes que atribuíram a Preste João (= Paepian) o senhorio sobre esta região sul-africana (1). Da mesma

(1) Sydney Welch — *A África do Sul sob o reinado de D. Manuel*, cit., p. 232.

opinião, por exemplo, G. L. Randles, que salienta tratar-se da primeira alusão conhecida ao célebre império Monomotapa (1).

Tudo o mais pouco interesse revela para a geografia. De *Scafal* para *Miskebyc* (200 léguas de caminho), cujo continente se denomina *Maerabite;* daí para *Kilo* e depois para a «ilha» de *Meluide,* a 100 milhas de distância, indo ter, afinal, ao cabo de Santa Maria (já na ilha de Socotorá). Atravessaram o golfão, de 770 milhas de recta sobre o mar, e avistaram terra da Índia, antes de mais, «uma grande cidade chamada *Combaen* (Cambaia), que é um grande empório (2) e está situada na margem do rio *Cobar* (Saubermattee), para a banda do país da Caldeia, onde é Babilónia». Daí navegaram para uma cidade chamada *Oan* (Goa), foram até à ilha de *Anidibe* (Angediva), dirigindo-se daí para *Cannaer* (Cananor), que está para o lado de uma serra denominada *Montebyl* (monte Eli). Finalmente, passaram ao reino de *Coloen,* a 40 milhas de Cananor e, dias depois, partiam para a cidade de *Cusschyn* (Cochim), deixando, atrás, entre aquelas duas, a cidade cristã de Granor (Travancor ou Cangranor?). A 3 de Janeiro de 1503 encontravam-se em *Coloen* (Coulão), de que, a 50 milhas, dista a ilha de *Steloen* (Ceilão), «onde nasce a melhor canela». Referindo-se ao lugar onde jaz S. Tomé, indica as cidades de *Lapis* (Meliapor), *Edissen* (Edessa) e *Melath.*

Como todo o curioso viajante, não deixa de apontar que «a pimenta nasce como a vinha nos nossos países; o gengibre, à maneira da cana; a canela como os salgueiros; as pérolas, no mar, à maneira das ostras. Havia por lá «gatos tão grandes como as raposas das nossas», provindo deles o almíscar, que fica muito caro, por se vender um gato por 100 ducados. «Entre as suas pernas, por baixo da cauda, se produz o almíscar». Os pescadores de pérolas pescam com gamelas de madeira, segurando estas com a boca ou no nariz e mergulhando, a seguir, na água, em que conseguem estar perto de um quarto de hora. Soube de veados com grandes chifres, que lhes saem direitos das cabeças, mas torneados, à maneira de parafuso.

Sobre os habitantes daquelas regiões, apenas diz que têm os dentes negros, por mastigarem folhas de árvore *(tombur,* isto é, *betel).* Juntos com

---

(1) W. G. L. Randles—*L'image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne au XVIe siècle,* p. 46.

(2) Pode estranhar-se o itinerário da viagem de D. Vasco da Gama. Mas Tomé Lopes informa que os portugueses que acompanharam o Almirante, quando atravessaram o golfo, «andaram algumas cem léguas fora do rumo, para a banda da Casa de Meca» (Tomé Lopes — *Navegação às Índias Orientais,* p. 172).

os cristãos do Malabar, vivem também judeus, que têm príncipe, a que obedecem.

Do mesmo teor de diário de bordo é ainda a relação anónima, decerto enviada para fora com a rapidez da anterior, que hoje se guarda em Viena de Áustria, redigida por escrivão que saiu de Lisboa em 10 de Fevereiro de 1502 e voltou com o Almirante em 10 de Outubro do ano seguinte (1). Por isso, o não seguiremos através das largas laudas, senão para recolher, uma vez mais, os topónimos que divulgou e os episódios de interesse etnográfico e económico que descreveu. A passagem pela Selvagem, cabo Verde, ilha da Palma e Bezeguiche preenche a primeira fase costumada da ida a caminho do Cabo. Partindo da aguada de Bezeguiche, a 6 de Março, apenas alcançaram vista de terra, entre os Meados (2) e a terra de Santa Luzia (3), em 30 de Maio, introduzindo imediatamente o leitor nos preparativos para a entrada em Sofala, perto da qual aportaram a 10 de Junho. No primeiro encontro foi oferecido a Vasco da Gama um presente de figos, cocos e cana-de-açúcar. Pouco importa o mais que aí se passou, mas já convém fixar que, a sete dias de viagem, se encontravam na ilha de Moçambique e, três dias depois, em Quíloa. Narra pormenorizadamente a forma como o Almirante conseguiu estabelecer o tributo de 1500 miticais.

Menciona, a seguir, Mombaça e ilha de Angediva, monte Eli, Cananor e Calecute, contando a recepção do rei desta penúltima cidade e as ciladas e os ataques do Samorim. A propósito, refere, apenas de passagem, o vocábulo *naires*, como mensageiros do seu soberano. Seguiu-se o estabelecimento do tratado de amizade e comércio com o rei de Cochim, tendo-se trocado ofertas mùtuamente, em ambiente faustoso. Também com os cristãos de Coulão, que o procuraram, o Almirante pôde «concertar o trato»

---

(1) Conservam-se no manuscrito 6948 (Hist. prof. 853), fl. 1, 34, 35 e ss., da Nationalbibliothek, de Viena de Áustria, e foram publicados por Christine von Rohr: *Neue Quellen Zur Zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*, Leipzig, 1939, pp. 8-40 (texto português); pp. 42-51 (texto alemão). — Dá breve resumo, A. Lobato — *A Expansão portuguesa em Moçambique*, cit., livro I, Lisboa, 1954, pp. 247 e 265-266. Este resumo refere-se ao documento português. Vai publicá-lo F. Leite de Faria, que nos facultou gentilmente cópia do texto português.

(2) Os «Medões» de Ouro (sobre outras formas e possível identificação, ver A. Teixeira da Mota — *Topónimos* cit., pp. 68-69).

(3) A. Fontoura da Costa — *o. c.*, não refere este topónimo. É em Alexandre Magno de Castilho (*Descripção e Roteiro da Costa Occidental de África*, 2.º vol., pp. 305-307) que encontramos Ponta de Santa Lúcia (cabo de Saint Martin), em 38° 28' S e 27° 6' E, perto da baía de Santa Helena.

e carregar duas caravelas. Merece especial referência, pelo que significa de delicadeza e justiça nas relações com outros povos, o traço da política portuguesa que ditou a organização deixada em Cochim. Determinou o Almirante que em terra ficasse Diogo Fernandes para que, «com os de El-Rei Nosso Senhor», não fizesse mais «que ampará-los e guardá-los», dentro dos poderes de jurisdição que o próprio rei de Cochim lhe outorgou. «E também assim pròpriamente lhe deu (a jurisdição) de todo cafre ou índio que se tornasse cristão». Excluía-se, pois, qualquer interferência na administração da terra e recebia-se da autoridade local a jurisdição sobre os Portugueses que aí residissem, considerando-se tais não só os europeus, mas todos os nativos que voluntàriamente recebessem o baptismo.

No regresso a Portugal, até aos Açores, passaram por muitas ilhas, que não nomeia. Ao tocar Moçambique, descreve assim essa ilha: «terra bayxa e cuberta darvoredo e a longo da rybeyra maneira de lonba dezynha. E por cyma da lonzada 7 ou 8 montes agudos huns mors que os outros. E duas habras se fazem como emseadas. E na banda do norte esta hum monte agudo, mayor que nenhum dos outros, que faz de sy huna mamoa». O mais, é puro diário, que não desperta curiosidade para o nosso fim.

Diferente dos dois diários de bordo antecedentes, conhece-se ainda um outro em língua alemã, por brevidade designado por relação de Bratislava (1). Da análise desse manuscrito, concluem Polisensky e Peter Ratkos que se trata de autor das imediações da Baviera e Suávia, isto é, das cidades de Nuremberga ou Augsburgo, possìvelmente um agente comercial que transmitiu aos patrões (decerto os Welser) tudo quanto observou. Sugerem o nome de Lazar Nuemberger, mas nada comprova essa atribuição, de forma apodíctica. O autor ia embarcado no navio *Carvalho*, porventura o *Chavaglio* da nau de Setúbal, da relação do italiano anónimo que relata a viagem seguinte (primos Albuquerque e António de Saldanha).

O texto reincide, naturalmente, nos mesmos pontos geográficos referidos noutras relações, regista as consabidas dificuldades da rota marítima e conta as já relatadas peripécias destes primeiros contactos com os Senhores da Índia e um que outro pormenor inédito. A armada partiu de Lisboa a 10 de Fevereiro de 1502, tendo chegado, com bom vento, no dia 19, à

---

(1) Publicado por Josef Polisenskyj e Peter Ratkos — *Eine neue Quelle zur zweiten Indienfarhrt Vasco da Gamas*, in *Histórica, IX*, Nakladatelstvi Ceskoslovenski Akademie Ved, Praha, 1964, pp. 53-67. — O texto da Relação *(Beschreibung der Reise nasch Indien im Jahre 1502)*, pp. 61-67. A Dr.ª Marion Ehrhardt prepara a publicação de versão portuguesa, que leu no Instituto Alemão em Lisboa, no dia 19 de Fevereiro de 1971.

Madeira, que ficava 260 milhas alemãs distante da costa portuguesa. Na ilha cresce todo o açúcar que se vende na Alemanha. O povo é negro, mas a terra pertence ao rei de Portugal. Numa ilha perto — *Porta Sancta* — cresce o *sanguis draconum*. 45 milhas depois, encontraram a ilha Selvagem e seguiram para as Canárias, em que domina o rei de Espanha, que aí tem muita gente sua. Destas ilhas navegaram para *Geneen*, avistando, antes de mais, a terra chamada Cabo Verde. As pessoas da ilha *Besegiza* são mais pretas que o pez e andam todas nuas. O cabelo da cabeça assemelha-se a lãzinha. A 14 de Março saíram de Cabo Verde. Apanharam as calmarias que os não deixaram avançar mais que 30 milhas em quatro dias e, alfim, apareceram as tempestades a 800 milhas de Cabo Verde, seguidas de bom vento no dia de S. Jorge, isto é, a 24 de Abril. Ainda faltava andar, pelo menos, mais 800 milhas até ao cabo da Boa Esperança. Transposta mais esta distância, sentiram, em frente do sul de África, tão intenso frio como nunca experimentaram na Alemanha. Dele faleceram muitos tripulantes. O mar tornou-se tempestuoso e algumas naus aí haviam pouco antes soçobrado. Passaram a Sofala, com bom tempo, a terra afamada de onde os árabes extraíam ouro. O capitão anunciou mesmo que o rei negro oferecera um dia, a Nosso Senhor Jesus Cristo, ouro em Belém (referência ao rei mago). Mas este de agora era pagão. Em troca de 25 miticais de ouro, entregaram tecido, cobre, contas de vidro, argolas e manilhas. Quando partiram, após 10 dias, um barco afundou-se com a mercadoria, salvando-se quase só a tripulação. Na ilha de Moçambique armaram uma caravela e tomaram água e lenha. Em Quiola ou Quíloa ou Cayola vive um rei que não queria ser súbdito do rei de Portugal, mas que acabou por pagar o tributo de 3 500 ducados. 100 milhas acima ficava Melinde, cujo rei fàcilmente se converteu, tendo a Cruz de Cristo em grande consideração.

Depois de atravessarem o golfo de 700 milhas, perderam dois barcos, a umas 100 milhas da Índia. Estavam a 12 de Agosto. Saíram em terra para se inteirarem da distância que faltava percorrer e toparam gente negra, nua, de cabelos compridos. O resto da viagem foi navegada à vista da costa. Entre as ilhas que avistaram, sobressai a de Angediva, onde se abasteceram de água e lenha. Procuraram tratar dos doentes, mas finaram-se muitos, com uma doença estranha que inchava os pés e os tornava pretos como o carvão e fazia crescer a carne das gengivas por cima dos dentes. Alude, evidentemente, ao escorbuto.

Daí, encaminharam-se para Cananor, onde o rei, que era amigo, lhes deu muitos presentes, seguindo depois para Calecute, em que foram rece-

bidos em pé de guerra. Mais abaixo, em Cochim, carregaram os barcos de especiarias.

Por fim, interessa-nos apenas referir os cristãos de S. Tomé, «negros como os outros» e a volta, de Cananor para o Reino, a 22 de Fevereiro, passando pelos Açores no fim do mês. Em resenha, o autor do diário de bordo que, como os demais, anotava a altura da água, enumera os barcos pela ordem da chegada a Lisboa: o primeiro a 19 de Agosto e o segundo a 27; o terceiro a 7 de Outubro; mais nove em 10 desse mês; um outro, o mais pequeno de todos, carregado de vravo, a 24. Este foi destroçado por tempestades, a 5 milhas de Lisboa, onde ancorara para fugir à fúria do mar. Faltava um, que se receava andar perdido. Ao todo, somam 14, mas o alemão informa que 15 barcos carregaram especiarias e que o 16.º se perdeu em Sofala. Os restantes 7, deixou o Almirante na Índia, para impedirem a passagem de especiarias para o soldão. O total da esquadra seria, pois de 23 embarcações.

Para último lugar, reservámos um quarto diário de bordo, do escrivão Tomé Lopes, que partiu de Lisboa integrado na frota de D. Estêvão da Gama e que, desde a ilha de Angediva, acompanhou quase sempre o Almirante. A sua relação, segundo informa Ramúsio, que a publicou em 1550 (1), «fu mandata alla Magnifica Republica di Fidenze, al tempo del Magnifico Meser Pietro Soderini, gonfaliere perpetuo del popolo Fiorentino», que exerceu as funções desse cargo entre 1502 e 1512.

Viajava Tomé Lopes na nau alugada a Rui Mendes de Brito, julgamos que por Marchionni, de que era capitão Giovanni Buonagrazia. Nem sempre, porém, até à Índia, andou junto com D. Estêvão (2). Por exemplo, quando chegou a Moçambique, donde partiu apenas com outra nau, a *Julioa*, que ficara com ele na tormenta do Cabo, foi-lhe entregue uma carta do Almirante, que saíra onze dias antes, na qual D. Estêvão também havia escrito que ele, com mais duas naus, tinham seguido, a 18 de Julho. Buonagrazia e Tomé Lopes chegaram a Moçambique a 22 e largaram a 26. De forma que não há contradição, como se supõe, entre o que conta Barros sobre o encontro de D. Estêvão com D. Vasco, no golfão, e o que narra

---

(1) J. B. Ramúsio — *Delle Navigationi et Viaggi*, cit., I, p. 145 v. Daí traduzido para português e publicado por Trigoso — *Navegação às Índias Orientaes*, em *Collecção de Notícias*, vol. II, n.º V, donde a transcreve A. Bragança Pereira para o *Arquivo Português Oriental*, t. I, vol. 1, parte 1.ª, cit., pp. 227-287.

(2) Este capitaneava a *Flor del Mar*, seguindo também *Julioa*, e não *Júlia*, que é como Barros a denomina e diz ser capitaneada por Lopes Mendes de Vasconcelos (*Déc. I*, p. 238).

Tomé Lopes, que o *seu* barco apenas topou o Almirante na ilha de Angediva. Partidos juntos para Cananor, aconteceu que Tomé Lopes e Buonagrazia andaram quase sempre com Vasco da Gama, dando por vezes a impressão de que o escrivão se terá passado para a própria capitaina. Não o seguiu logo, na ocasião em que o Almirante entrou na *Flor de la Mar*, para fazer pazes com o rei de Calecute. No regresso, saiu de Moçambique a 16 de Junho de 1503, com as naus *Julioa* e *Leitoa Nova*.

O diário de Tomé Lopes sobrepuja, em muitos aspectos, os dois anteriores, em precisão e minúcia de notícias. Logo de início dá a saída de Lisboa, com a indicação do dia da semana e do mês, ano e hora... Uma nova ilha por que passou era alta, bela e, segundo lhe pareceu, cheia de bosques, e pouco mais ou menos do tamanho da Madeira, a qual tem clima temperado, por ficar distante da equinocial. «Jaz de Noroeste a Sueste com a ilha dos Papagaios Vermelhos (1), contando-se de uma a outra 300 léguas», e a 705, da ilha da Boa Vista.

Da sua narrativa interessa destacar o que viu em Melinde, que visitaram, tendo aí encontrado Luís de Moura, «criado del Rei N. S., que Pedro Álvares Cabral havia deixado aqui e já falava muito bem aquela linguagem». O rei estava pesaroso por Vasco da Gama não ter desembarcado, mas trocaram-se ofertas entre os negros e os portugueses. À entrada, estes davam «fogaças, conservas e frutos de Portugal e vinho bom e em abundância», além de uma cesta de biscoitos, muitas avelãs, nozes, uvas passadas e doce de amêndoas, para a rainha. Aqueles ofertaram «muitas galinhas, peixes e outros refrescos». À saída, os portugueses enviaram ao rei «um presente de vasos de estanho, grandes e pequenos, com açafrão, e el-rei mandou dar um boi a cada nau». Os navegantes saíram em terra e beijaram a mão ao soberano negro, que estava envolto num pano pintado e uma «grande toalha de seda à mourisca, em volta da cabeça e sentado em cadeira de palmo e meio de altura, forrada de couro negro, com pêlo reluzente, que o fazia parecer veludo».

Depois desta recepção perto do mar, tiveram ensejo de ver, na casa real, dois elefantes novos, um, de seis meses, «do tamanho de um grande boi» mas com carne de dois, e outro, muito maior, ambos negros, muito

(1) Será o Brasil? Se a ilha encontrada dista 300 léguas da ilha dos Papagaios Vermelhos e 705 da ilha da Boa Vista, seriam 1005 léguas, desta ilha do Arquipélago de Cabo Verde até ao suposto Brasil.

carnudos e com dentes que não excediam um palmo. Os mouros batiam-lhes com uma vara nos joelhos, e eles ajoelhavam-se, em cortesia. Soube-se, porém, que os há muito possantes, de tal forma que dois bastam para arrastar para terra a maior nau que seja. «Os que dizem que os elefantes não têm juntas, não dizem bem, por que se deitam em terra e saltam com muita ligeireza. Têm uma tromba de cerca de três braças de comprido», com que levam a comida do chão à boca.

Também importa revelar as compras que fizeram na ilha de Angediva: «peixe cru e cozido, pepinos e ramos de canela selvagem», «e muitas outras cousas». Entre elas, Tomé Lopes salienta «uma espécie de figos compridos e grandes como pepinos pequenos, que é um dos frutos mais saborosos que pode haver no Mundo e dos quais, ainda que se coma um cesto cheio, não fazem mal algum nem empacham o estômago». Acabamos de ler, talvez, a primeira descrição da banana que entrou na Europa, devida a um ocidental.

Digna de nota ainda a descrição da embaixada e terra de Mangalor. Cristãos dessa região «e de muitos outros lugares pela terra dentro», traziam alguns presentes de que vale a pena relevar «a vara vermelha pontiaguda, com ponteira de prata em cada extremidade e em nelas enfiados três campanários de prata, cada um deles com campainha do mesmo metal». Eram também portadores de carta da «Senhoria de todas aquelas terras», que debaixo da sua jurisdição tinha cerca de trinta mil homens. Desejoso de se colocar debaixo da protecção portuguesa, dava autorização para construção de uma fortaleza.

Sobre a sua crença, contaram que obedeciam a bispos, ouviam missa, faziam grandes peregrinações à sepultura de São Tomé, «que está junto à sua terra, onde faz muitos milagres».

Em Cochim souberam, em Novembro de 1502, que, a 150 léguas se encontrava Ceilão, «que é uma ilha rica, de 300 léguas de grandeza, com grandes serranias». Produz canela em muito maior abundância do que os demais lugares do Oriente, sendo também a de melhor qualidade; tem fartura de pedras preciosas, enormes elefantes selvagens. Conta a forma de os domesticar: caídos em buraco preparado, deixam-nos à fome e dão-lhes pancada e, a pouco e pouco, alguma comida, até estarem mansos; e aduz o seu testemunho de como levam sòzinhos ao mar, um pela frente, outro por trás, uma nau de 400 a 500 toneladas. Em Cochim viu um elefante pequeno que obedecia lindamente a um negro, quando lhe mandava coxear com um ou outro pé; deitar-se no chão e fazer cortesias; levantar-se e alçar

a pata, para servir de ascensor até o negro se montar nele; tomar água na tromba borrifar os circunstantes; enrolar um cabo à roda da tromba e puxar da água um batel com 15 a 20 homens dentro, que depois não conseguiram levar o batel vazio para o mar...

Pouco se entretém com a gente da Índia. Mas não deixou de se referir aos brâmanes, a propósito de um, que o rei de Calecute mandou ao Almirante. «Estes brâmanes são como entre nós os bispos e religiosos. Homens ricos, que não têm outro ofício ou cargo, senão orar pelo povo e dar esmolas. Andam por todos aqueles países com muita segurança, pois ninguém lhes faria mal, mesmo entre inimigos, nem a ninguém que fosse na sua companhia, porque se teriam por malditos e excomungados e não poderiam ser, de modo algum, absolvidos. Enfim, são homens em que todos naquelas terras têm grande confiança».

Topónimos, assinala os mais que conhecidos de Porto Santo, Madeira, Desertas, ilhas do Ferro e Palma, «que fazem parte das Canárias», ilhas de Cabo Verde, ilha da Boa Vista, cabo das Palmas, na costa da Guiné, cabo da Boa Esperança, Sofala, Moçambique, Quíloa, Mombaça, Melinde, Angediva, monte Elli, Cananor, Calecute, Cochim. Menos frequentes os que já nos apareceram, Chaul, Pandarane, Mangalor, Ceilão e Coulão e até mesmo Mogadoxo e cabo das Agulhas, na costa oriental de África; ou ilha de São Tomé e cabo das Palmas, ilha de Ascensão, ilha de Maio, passado o cabo da Boa Esperança, que apelida de «o grande Leão».

Depois de registar a passagem pelo cabo da Boa Esperança, a 18 de Julho, o diário dá como última escala a ilha de Santa Helena, que não nomeia e ainda julga por descobrir, e localiza, marcando distâncias para pontos conhecidos na qual ficaram as naus *Julioa* e *Leitoa Nova:* «e assim nos fizemos à vela e andámos ao pairo todo aquele dia (30 de Julho de 1503) e a maior parte do seguinte».

2.3 — *A frota de 1503 (Afonso e Francisco de Albuquerque e António de Saldanha, em cartas dos* Paesi, *de Giovanni da Empoli e de dois italianos anónimos).* — Não foi só Affaitadi (carta publicada nos *Paesi*), que, como acabamos de ver no parágrafo anterior, se referiu à viagem dos primos Albuquerques. Empoli, melhor do que ninguém o podia fazer e, na verdade, escreveu sobre a expedição. Giovanni pertence ao grupo de italianos que mais divulgou, entre os seus, as realidades observadas no Oriente, em barcos portugueses, como se depreende da biografia que lhe traçou, em 1530, Girolamo da Empoli, seu tio, aos 14 anos de idade, para satis-

fazer o desejo de Giovanni di Lionardo di Giovanni di Niccolò, «cittadino fiorentino, detto da Empole», conforme ele próprio se exprime (1).

Trata-se, pois, de mais um florentino, filho de banqueiro, nascido em 1483 (2), que, encontrando-se em Bruges, na casa comercial de Martino di Francesco Scarfi, partiu em Dezembro de 1502, por conta dos banqueiros Gualterotti e Frescobaldi, para Lisboa, onde Lucca Giraldi os representava (3) com o fito de participar nas viagens da Índia. A sua vinda é, por conseguinte, produto do êxito alcançado pelos armadores italianos, na segunda viagem de Vasco da Gama.

Chegado a Lisboa, dirigiu-se a casa de Giovanni Francesco de Affaitadi, aproveitando logo o ensejo da saída da frota dos Albuquerques. Embarcou, com Afonso, a 6 de Abril de 1503, numa das três naus, *Santiago* (capitão-mor), *Espírito Santo* (Duarte Pacheco Pereira ou, segundo Castanheda, Fernão Martins de Almada) e *São Cristóvão* (Fernão Martins ou Pacheco Pereira). A frota constava ainda de uma quarta nau, «chamada de *Catarina Dias*», em que Da Empoli não navegava, como se infere da sua narração. Este barco afundou-se no «golfo» indiano. E, como também não seguia na capitaina, conforme igualmente se deduz da mesma narrativa, por não referir a morte de Martins de Almada (4) e porque Duarte Pacheco Pereira ficou na Índia com a sua nau, pode concluir-se que viajou no barco de Pacheco Pereira. Com efeito, Ramúsio informa que ia no barco que seguiu por conta de Marchionni (5). Como veremos mais adiante, a propósito de outro informador italiano, a nau comandada por Martins de Almada não era a de Marchionni.

Afonso de Albuquerque regressou a Lisboa em 20 de Agosto de 1504, mas a nau em que vinha Empoli apenas entrou a 16 do mês seguinte, em que escreveu a carta a que, dentro em pouco, nos referiremos. Os cronistas esclarecem que a frota do futuro governador da Índia trouxe pimenta de Coulão e gengibre de Cananor, e o florentino, pleno de alegria com o

---

(1) *La vita di Giovanni da Empoli, da che nacque a che morì, scritta da Girolamo da Empoli, suo zio,* in *Archivo Storico Italiano,* Appendice, t. III, Firenze, 1846, pp. 19-33. Ver também Angelo de Gubernatis — *Memoria intorno ai viaggiatori italiani,* cit., p. 21; id. — *Storia dei viaggiatori italiani,* cit., p. 16.

(2) Enrico Masimi chama-lhe Giovanni di Lionardo da Empoli e precisa a data do nascimento: 24 de Outubro de 1483. É pelo registo de baptismo que se sabe que o pai tinha «un banco di cambio» (*Viaggiatori e navigatori fiorentini,* p. 29).

(3) De Gubernatis — *o. c.,* p. 16; Canestrini — *o. c.,* p. 106.

(4) Castanheda — *História,* I, p. 115.

(5) Ramúsio — *Delle Navigationi et Viaggi,* I, p. 156.

sucesso, dirigiu-se, sem delongas, a Bruges, a dar conta do excelente negócio. Daí seguiu para Florença, a 22 de Outubro de 1505. Pediu audiência ao «gonfaloniere», Piero Soderini, que o recebeu de braços abertos, na presença «di molti cittadini de' principali», para todos serem testemunhas das novidades dos países orientais. Entusiasmado com a narrativa, o senhor veneziano interrompia-o com perguntas curiosas e o florentino contou-lhe tudo quanto sabia, acabando aquele por lhe pedir relação escrita. Empoli acompanhava a palavra com a prova de alguns objectos que trouxera, aproveitando o ensejo para oferecer a «Madona Arzentina», mulher de Soderini, «una belissima pezza di una tela molto sottile» (1).

Enquanto permaneceu em Florença, caíram-lhe em casa os curiosos, sobretudo jovens e pessoas doutas, que pretendiam ouvir de sua boca as novas que já corriam por toda a cidade. Entre os primeiros, Girolamo da Empoli menciona Luttanzio Tedalti e Domenico Boninsegni, que levaram um mapa-múndi e uma carta de navegar, para lhe mostrarem as terras visitadas, segundo as descrevia Ptolomeu. O nosso viajante, porém, ao passo que identificava os portos e as cidades, esclarecia-os a respeito dos novos nomes que então tinham no Oriente. A 14 de Janeiro de 1506 saiu de Florença a caminho de Bruges, aproveitando o ensejo para visitar o papa Júlio II, quando passou por Bolonha. Já aí chegara a fama do seu nome e a todos satisfez a justificada curiosidade (2).

Não é difícil precisar a generalidade das notícias que Giovanni espalhou em Bruges, Florença, Veneza e Bolonha. Girolamo refere que, por um lado, o sobrinho correspondeu ao pedido de Piero Soderini e, por outro, revela que escreveu «uno libretto, il quale dà notizia di tutto: de' porti, paesi, città e genti, costumi e leggi, pesi e misure: e che mercanzie come di spezierie» (3). Supomos poder identificar esse *Libretto* com a *Viaggio fatto nell'India per Giovanni da Empoli*, que a Academia das Ciências de Lisboa mandou traduzir das *Navigationi et Viaggi*, de Ramúsio (4), que na verdade se refere a esta primeira viagem do florentino à Índia.

---

(1) *La vita di Giovanni da Empoli*, cit., p. 27.

(2) Id., *ibd.*, p. 29.

(3) Id., *ibd.*, p. 20.

(4) Ramúsio — *Delle Navigationi et Viaggi*, 1.º vol., Veneza, 1550, pp. 156-158, e reedições de 1554 e 1563. Edição da Academia: *Viagem às Índias Orientais* por João da Empoli, in *Collecção de Noticias*, cit., vol. II, n.º VI (Lisboa, 1812). Em 1936, Bragança Pereira publicou-a em Bastorá (Goa) — *Arquivo Português Oriental*, t. I, vol. I, pp. 292-302.

Contudo, na *Raccolta Colombiana* (1) publicam-se trechos da relação, como carta de 16 de Setembro de 1504, copiada de apógrafo da Biblioteca Marciana de Veneza, segundo Duarte Leite, que afirma ser mais digna de confiança do que a da colecção de Ramúsio (2). Sendo assim, esta relação foi datada quando finalizou a viagem, podendo, pois, concluir-se que a escreveu no caminho, terminando-a, porventura, em Lisboa. Também podia acontecer tê-la redigido toda em terra, naturalmente na capital portuguesa, apondo-lhe a data da chegada, para memória do termo de tão extraordinária façanha, como foi, para ele, a acidentada e alfim vitoriosa empresa.

Como, em geral, toda a correspondência, também esta de Giovanni da Empoli apresenta escasso interesse geográfico, se bem que seja inegável o valor como documento autêntico da situação político-social da Índia, nos princípios do século XVI.

Acerca da viagem, informa que Afonso de Albuquerque fugiu às correntes, cachopos e baixos que se encontram ao longo da costa africana, engolfando-se «de 750 até 800 léguas e navegando nesta volta obra de 28 dias». Atingiram, assim, a ilha da Ascensão, «que já por outros tinha sido descoberta», continuando, depois, a navegar no mar alto, até chegarem a «altura da terra da Vera Cruz ou Brazil, descoberta alguns anos antes por Américo Vespúcio».

A atribuição, se for sua, e não de Ramúsio, incrível em viajante de naus portuguesas, denuncia leitura do *Mundus Novus*, como pode ser produto de conversas com o próprio Vespúcio. Pouco tempo terá estacionado nessas terras, conforme pensam alguns historiadores (3), não faltando porém quem imagine que a frota não tocou o Brasil. Efectivamente, o texto apenas refere que se acharam engolfados «*na altura* da terra da Vera Cruz ou Brazil». Mas, como assevera que nada mais acharam «de valor», além de canafístula e pau-brasil, acrescentando alguns traços psicossomáticos dos nativos, nada impede, nem a letra do regimento, que por lá tivessem

---

(1) *Raccolta Colombiana*, p. III, vol. II, pp. 180-181. Duarte Leite daí transcreve a parte que lhe interessa, Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, pp. 201-202.

(2) Duarte Leite — o. c., p. 202. — Na *Raccolta* indica-se, como fonte, não o manuscrito de Marciana, mas o da Biblioteca Nacional de Firenze, Cód. magliabecchiano, Cl. XIII, 86, C. I. (Cota actual: B. R. 237. — Neste códice, a carta ocupa as pp. 1-9). — Outra cópia, *ibd.*, cód. II, IV, 347, fls. 204-206 v.

(3) Varnhagen, Humboldt e Vignaud, por exemplo, citados por Duarte Leite, que segue a opinião contrária (*Descobridores do Brasil*, pp. 203-204).

passado. Duarte Leite omite a circunstância da observação das produções naturais, explica o significado das palavras «Partindo desse logar» como significando apenas afastamento para o sul de Vera Cruz e classifica as poucas notícias sobre os indígenas de elementos colhidos «de outiva e não pessoalmente, como sucede às que adiante dá dos selvagens africanos, vistos no cabo da Boa Esperança», aventando mesmo, com um «certamente», que Empoli as deve ao compatriota Vespúcio (1).

No entanto, se parou nalgum porto, como parece, a demora não foi longa e o florentino poucas coisas conseguiu divisar. Mais comerciante do que escritor, da terra nada mais referiu do que os produtos valiosos. Da gente, verificou que «são de boa presença»; «andam nus, tanto homens como mulheres, sem cobertura alguma, fazem lavores pela pele até à cintura, adornam-se com penas verdes de papagaios, e enfiam nos beiços, espinhas de dardos, com as pontas cobertas das ditas espinhas».

«Têm a fé epicúria» — esclarece o florentino, querendo significar o predomínio dos prazeres naturais sobre qualquer resquício de manifestação intelectual, «e sustentam-se ordinàriamente de carne humana, a qual secam ao fumeiro, como nós a carne de porco».

Até à Aguada de S. Brás, a viagem não oferece pormenores ignorados nestes rumos, e aí apenas importará fixar a nota de que dispõe de muitíssima água doce, que se tira de covas abertas à mão. «Porém, não têm mais nada de préstimo», arremata Empoli, em tom mercantilista, rectificando logo o severo juízo: «salvo muitos animais domésticos, próprios para comer. Custa cada vaca, uma campainha das medianas». Sobre os nativos aponta, por contacto directo, ou por lho haverem dito, ou por um misto das duas fontes de informação, que «os homens não têm cabelo, têm a cabeça tinhosa e os olhos ramelosos. Vestem-se até à cintura, com peles, sem lhes tirarem os pêlos». «Os homens usam de uma espécie de dardos com a ponta de ferro, pois aqui se acha alguma porção deste metal. Não têm lei nenhuma». A sua fala é gutural e acompanhada de acenos e assobios, não os tendo nunca ouvido explicar uma palavra expeditamente. «Enfim — resume Empoli —, são homens brutais» (2).

De S. Brás dirigiram-se para Sofala, «onde é a mina de ouro», e em que não entraram, seguindo até Pate, «a qual é cercada de muitos baixos». A referência à construção da fortaleza de Sofala não pode ser tomada

---

(1) Id., *ibd.*, p. 204.

(2) Ramúsio — *o. c.*, pp. 156-156 v.; Trigoso — *o. c.*, pp. 220-221.

como informação testemunhal, mas como expressão de ordem dada e ainda, nesse tempo, não cumprida, visto que a fortaleza de Sofala data de 1505 (1). Não tocaram, pois, em nenhum porto da costa moçambicana. Como os ventos na Índia sopram seis meses do levante e outros seis do poente, havia necessidade de chegar à Índia em Setembro e, por isso, partiram sem delongas, para o golfo, «cuja travessa é de 800 e mais léguas». Navegando por ele 15 dias, encontraram os navios desgarrados e, todos juntos, passaram «o canal» livrando-se, assim, do perigo de «algumas vinte e quatro mil ilhas» dispersas nesse mar. Pouco depois de saírem do canal, chegaram ao monte Eli, «primeira terra da Índia, chamada ao princípio Molabad». Daí seguiram para Cananor, onde repousaram das fadigas e adquiriram as primeiras mercadorias. Prosseguindo viagem ao longo da costa, fizeram escala por Calecute e outras terras, até atingirem Cochim.

Não interessa agora os sucessos militares da luta contra o samorim, que entretanto castigara o rei de Cochim, mas convém recordar que aí se construiu uma fortaleza, devido ao local escolhido — a embocadura do rio Repelim. Nesse porto tinha já comerciado a frota de Francisco de Albuquerque, chegada dias antes, e, por isso, a de Afonso viu-se forçada a buscar especiarias em sítio mais distante. Andaram «boas duzentas e cinquenta milhas» até Coulão, «a qual, ainda ninguém tinha ido descobrir». Albuquerque mandou a terra Giovanni da Empoli, que foi muito bem recebido, por ser cristão. Os naturais declararam professar o mesmo credo, «desde o tempo de S. Tomé» e orçarem por uns três mil. O italiano e os portugueses que iam nos batéis tiveram oportunidade de entrar numa «igreja mediana, feita a nosso modo, com santos e cruz e com a invocação de Santa Maria». Viviam ao redor da igreja e obedeciam a um rei, chamado Nambiadorá, que também visitaram.

A notícia deve ter enchido a Europa de gáudio, uma vez que, ainda antes de se entabular aliança com o Preste João, se contactava com um núcleo cristão do Oriente, de que vogavam tão imprecisos dados. O rei não partilhava das suas crenças e tratava-os como, entre nós, se procede com os judeus, esclarece Da Empoli. Contudo, deixava-os praticar a sua religião e neste momento deve ter assistido à missa solene celebrada por padres da frota de Albuquerque e porventura assistido alguma vez, ao menos por curiosidade, à pregação que, durante oito dias, os sacerdotes

(1) Alexandre Lobato — *A expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*, liv. I, pp. 71 e 82 e segs.

fizeram em Coulão, com a ajuda do intérprete, de que resultou a conversão e baptismo de «infinitas pessoas dos gentios da terra».

No encontro que teve com o capitão-mor, o rei indiano apresentou-se com grande pompa, «bem ornado com panos lavrados de seda e algodão, com muitos anéis de valia e um barrete de veludo carmesim, coberto de jóias, do comprimento de dois palmos, mais ou menos, dentro do qual ficam metidos os cabelos». Vinha sentado sobre os pés, descalços, «à maneira de alfaiate», numa espécie de andor ou padiola, ricamente adornado, com quatro braços de marfim trabalhado, em que pegavam quatro brâmanes dos mais importantes. O cortejo, formado de «inumerável gente», dividia-se em esquadras, «com espadas e rodelas ao nosso modo, seguindo-se os archeiros; os lutadores untados de óleos, como se fossem entrar em combate; os contratadores e negociantes — banqueiros, ourives «e outros artistas que chamam *zetti*»; os naires, «que são como entre nós os senhores de representação». Na cauda, aparecia então o monarca em andor e, depois dele, elefantes e cavalos, «muitas músicas de trompas, charamelas, atabales e trombetas».

Afonso de Albuquerque também se vestira com esplendor, envergando capa à veneziana, por cima de fato de brocado, ostentando muitas jóias e cadeias de ouro. Ia num batel coberto de pano de veludo, vendo-se «muitos adornos de retalhos de seda lavrada à mourisca», no lugar em que se sentava. Os batéis da sua comitiva, bem providos de artilharia, desfraldavam ao vento bandeiras, estandartes e flâmulas. Apresentava-se, como frisa Giovanni da Empoli, «como cumpria a pessoa que representava El-Rei de Portugal». Os acompanhantes trajavam «segundo as suas posses». Quando se encontraram à vista, Afonso de Albuquerque fez-se transportar aos ombros de marinheiros, mas o rei de Coulão meteu-se à água, que lhe chegou aos joelhos. A recepção foi cordial de parte a parte e acabou com a assinatura, em lâmina de prata, de contrato comercial, em que se fixou o preço da mercadoria e a obrigação de fornecimento de quantidades calculadas, por parte do rei e carregamento por parte dos Portugueses.

O contacto destes oito dias foi o bastante para os europeus colherem notícias da terra, tanto de carácter económico como etnográfico. Os «malabares e gentios da Índia» são idólatras, adorando as vacas como deuses. A sua alimentação é quase primitiva. «Não comem carne nem peixe, nem ovos, nem coisa que tenha sangue e sòmente se sustentam de arroz e ervas». Mas «são homens limpos e civis». Só os ricos habitam em casas de tijolo e cal.

Da viagem nada mais refere, além dos contratempos da volta, em que pereceram cento e trinta pessoas, da frota de Francisco de Albuquerque (1).

Diferente desta, é a *carta de um comerciante italiano anónimo* (Setembro de 1504) também sobre a viagem de Afonso de Albuquerque. O anonimato desta e outras cartas provém do facto de, em Itália, quando se divulgavam os textos, se suprimir a assinatura, a fim de evitar possíveis complicações. Como se depreende do seu teor, esta foi escrita por alguém que tomou parte numa viagem à Índia, mas sem fazer parte da tripulação (2). Saíra a 6 de Abril de 1503 e, naturalmente, chegou a Lisboa antes de 16 de Setembro de 1504, em que voltaram três naus.

A nau em que viajou o informador não era a capitaina, nem a conserva, nem a de Bartolomeu Marchionni. Em Cochim encontrou, surtas no porto, as três de Albuquerque (Francisco) e as três de Saldanha. Esta foi carregar em Coulão, onde ainda ninguém tinha ido. O seu capitão faleceu na volta e entrou em Lisboa a 16 de Setembro de 1504.

Com estes dados, apura-se que embarcou numa das quatro naus de Afonso de Albuquerque (as únicas que saíram a 6 de Abril) (3), na de Fernando Martins de Almada, o único capitão que faleceu no caminho, voltando certamente na mesma, que entrou em Lisboa, no dia assinalado, juntamente com a de Da Empoli.

Anunciava o carregamento dos barcos da frota, mesmo dos restantes, os de Francisco de Albuquerque, que «erano per temporali partite l'una dal altra e per anchora de loro, a questo di, non v'era alchuna nova». Sobre o movimento marítimo comunicava que depois da sua partida, o ano passado, haviam largado o Tejo 11 naus (as de Lopo Soares, que saiu a 22 de Abril de 1504) e já se preparavam mais 20, de grande tonelagem, para o próximo Janeiro (as de D. Francisco de Almeida).

---

(1) Barros apenas diz que «ele e as outras naus de sua companhia se perderam, sem se saber como nem onde» (*Déc. I*, p. 269); Correia elucida que Pedro de Ataíde, com a sua gente, se salvou no batel, conseguindo chegar a Moçambique (*Lendas*, I, p. 411). Castanheda nada acrescenta. Ver carta de Pedro de Ataíde, de Moçambique, de 20 de Fevereiro de 1504 (T. T. — C. C., P. I, M. 4, D. 57. Publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 262; *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, P. I, Bastorá, 1936, p. 322).

(2) B. Ricc. Fl., Cód., 1910, fls. 78-82.

(3) Capitaina; a de Marchionni (em que viajava Da Empoli), de que era capitão Duarte Pacheco Pereira; a de Fernando Martins de Almada (em que foi e veio o autor desta carta); e a de Catarina Dias.

As naus dos Albuquerques regressavam duma terra da Índia chamada Cananor. Na viagem de ida até aí, a nau do epistológrafo havia passado à vista do cabo Verde, de uma ilha deserta no meio do mar a que os marinheiros deram o nome de *isola di Gansone* e, depois de muitos trabalhos, chegou, em 6 de Junho, ao cabo da Boa Esperança (al gran chavo di bona speranza). Lançaram âncora «in una valle daqua di Santohiago», distante desse cabo bem umas 70 léguas, tendo-se aí encontrado com «nostre conchonserve e la chapitana». Desceram em terra e um frade que ia na armada disse missa no ermitério de Santiago. Os habitantes da região «sono uomini ne bianchi ne neri, gente di grandi chorpo, sanza chapelli e tuti tingnose e cispi». Andavam nus, cobrindo apenas metade do corpo com peles de boi, e pareciam «uomini bestiali». Possuíam muitas vacas e bois e foi possível aos marinheiros adquirirem carne, peixe e água. Deixaram o lugar a 12 de Junho e, a breve trecho, encontraram-se com três naus que vinham da Índia, uma das quais era a de João Buona Graça, um dos capitães da frota de D. Estêvão da Gama. Quiseram parar em Melinde para tomar piloto mouro que, com eles, atravessasse «el cholfo de Meche». Não sendo, porém, possível, o barco em que seguia pôs-se a caminho sem qualquer auxílio alheio, até que, uma noite, avistaram «la nostra chonserva e l'altre di Bartolomeo Marchionni». A 12 de Setembro estavam à vista do monte Eli, contornando a costa, até Cananor. Do feitor português tiveram notícias de que só em Cochim podiam carregar e para lá se dirigiram. Já aí se encontravam as três naus de Francisco de Albuquerque («le tre navi dalbucherche») e as outras três, de António Saldanha, que deviam andar de armada. Mas Calecute estava em guerra com Cochim, cujo rei havia abandonado as suas terras. Naturalmente, também os mercadores tinham fugido e não ficou outra alternativa aos portugueses que dirigirem-se, ao longo da costa, a Coulão, «honde gamai piu non funno christiani nesuno».

Barros informa que se recebeu convite de Coulão e que foi Afonso de Albuquerque o capitão que aí levou as naus. O narrador sublinha a grande recepção que lhes fizeram e descreve os indianos desse lugar. Andam nus, mas cobrem-se de panos brancos de linho fino. São gentios e adoram ídolos. Não comem carne de nenhuma espécie. Homens de discrição, boa gente, dispõem de terra muito rica. Também há cristãos nestorianos, que têm duas ou três igrejas, além de uma grande, denominada Santa Maria, com altares, santos e cruz. Usam nomes como os nossos, Tomás, Tiago, Maria, Filipa, etc. A sua doutrina fica-se nos Apóstolos. Os sacerdotes, que são casados, pontificam em cerimónias «alla grecha». As casas desta gente, muito bem construídas, de pedra e cal, erguem-se

em lindos jardins, em que sobressaem as especiarias aromáticas e odoríferas. A terra é de muito bons ares.

Com os gentios e os cristãos, habitam igualmente muitos mouros riquíssimos, contando, alguns 50 a 60 zambucos para as suas transacções comerciais.

«Non vi chontero tutto — remata o italiano — perche sare chose molte prolisse e masime e riservo per dipoi». Assim procedia, de ordinário, a maior parte dos seus compatriotas. No regresso — Janeiro de 1504 — atravessaram as 900 léguas do golfo de Meca e, a princípio, com bom tempo, mas depois com tormentas, passaram por Moçambique (Mozonbichue). O capitão não quis fazer aguada e seguiram para o cabo das Correntes *(el chabo daschorendes)*. Como o vento soprasse forte, pararam num porto chamado *la Baram da Roccha*, onde se demoraram um mês. Apanharam peixe e continuaram a difícil viagem, até passarem, a 1 de Maio de 1504, pelo cabo da Boa Esperança. Após 108 dias de navegação trabalhosa, em que lhes morreram 60 pessoas, incluindo o capitão, meteram água, vinho «e tutto chera necesario, na isola di Santo Iachopo», entrando em Lisboa no dia 16 desse mês de Setembro de 1504.

Apesar de todos os perigos e privações, esperava «di nuevo pel dito chamino ritornare». O que tornava a navegação arriscada era o facto de ainda não haver cartas perfeitas, com pleno conhecimento dos escolhos do mar, que ponham «sito per sito» do mar e suas ilhas, o que não demoraria muito: «in brieve tenpo sara notizia di questi mari», porque os marinheiros já começaram essa tarefa.

Termina a carta, considerando bom pago conseguir-se tirar o tráfego ao soldão, fazendo reverter o lucro a favor da Cristandade, «la qual chosa é da stimare assai e grande honore di questo inlustrissimo Re».

Da viagem não faltou, com certeza, cronista português, mas quase tudo se perdeu. Felizmente, sabe-se hoje de uma carta de Francisco de Albuquerque, de que em Portugal parece não haver conhecimento, apesar de publicada há mais de 100 anos por G. Greiff (1). «Datum adi 27 December, ano 1503», conforme fecha a missiva, no texto alemão, seguindo-se-lhe o nome do epistológrafo, também em forma latinizada: Franciscus Dalberquerck, Capateni. Tendo partido de Lisboa depois de Afonso, chegou primeiro à Índia, encontrando-se já a 2 de Setembro em Cochim, onde foi, a toda a pressa, recolocar no trono o monarca desapossado pelo Samo-

(1) Na citada *Brief und Berichte über die frühesten Reisen nasch Amerika und Ostindien*, pp. 139-157.

rim. Não tardou, igualmente, o castigo do senhor de Repelim, todos inimigos do rei de Cochim.

Deste modo se abriram as vias do comércio que os Mouros teimavam em nos fechar. Afonso foi carregar as naus a Coulão, enquanto Francisco firmou paz efémera e enganosa com Calecute e comprou a pimenta como pôde. Os dois saíram para Portugal, no mesmo dia, a 31 de Janeiro de 1504 (1). Antes, porém — cerca de um mês —, haviam mandado mensageiro, a anunciar a el-rei a boa nova da vitória sobre o Samorim. «Ordenaram de carregar a António do Campo, pera vir diante dar nova a El Rei da perdição de Vicente Sodré e das vitórias que tinham havido do Samorim de Calecute, o qual António de Campo a salvamento chegou a este reino, a dezasseis de Julho de mil e quinhentos e quatro» (2). Terá sido ele o portador da carta de Francisco de Albuquerque? É natural que sim. Decerto, Afonso não deixou também de escrever.

Esta epístola de Francisco, a única que dele se conhece, conta ao rei o percurso da sua frota até Cochim, em relatório circunstanciado do que obrou em cada um dos lugares por onde passou: Num mês e 27 dias chegou de Lisboa ao cabo da Boa Esperança, seguindo para o cabo das Correntes, que fica a dez milhas, percorridas em 15 dias, com ventos contrários. A 18 de Junho em Melinde, a 23 de Agosto em Angediva e em 2 de Setembro em Cochim. Sob o aspecto geográfico, também esta carta se reveste de escassa importância. O seu grande interesse reside no facto de comunicar boa soma de pormenores ignorados, que importa aproveitar, quanto antes, em trabalho adequado.

A nós cabe-nos acentuar que a carta chegou a Lisboa em 16 de Junho de 1504 e a Augsburgo em 13 de Setembro desse ano (3). Como faz parte do espólio do Dr. Conrado Peutinger, o seu envio dever-se-á a Valentim Fernandes ou ao encarregado da Casa de António Welser-Simon Seitz,

---

(1) Castanheda, I, p. 132. — Segundo Barros (*Déc. I*, p. 269), nesta data partiu Francisco, por não se poder «fazer tam prestes» como o primo.

(2) Barros — *Déc. I*, p. 266.

(3) Se António de Campos entrou em Lisboa em 16-7-1504 e trouxe a carta, esta não chegou um mês antes, como se lê na carta enviada de Lisboa para Augsburgo em 10-10-1504, de que nos ocupamos a seguir. O erro pode ser do copista alemão, que ainda cometeu um outro, segundo adverte Greiff, quando propõe a troca de Setembro para Dezembro. A carta de Francisco de Albuquerque não podia ser recebida em Augsburgo a 13-9-1504, sendo remetida juntamente com a carta de Lisboa, de 10-10-1504. Mas terá a carta de Francisco de Albuquerque seguido com esta de 10 de Outubro ou noutra oportunidade anterior?

que, desde o ano anterior, se encontrava em Portugal. De um dos dois será decerto a carta que, com o número VI. Greiff publicou em 1861 (1). Provém, sem dúvida, da feitoria de Welser em Lisboa, esclarece este autor, que a supõe escrita por Lucas Rem ou talvez por Fernandes. Alude ao envio anterior da carta de Francisco de Albuquerque e refere a expedição dos dois Albuquerques, deixando a nu as dissensões que então lavraram, desde a hora em que Afonso se encontrou com o primo em Cochim. Anuncia a paz com o rei de Calecute e, logo a seguir, a sua dissolução. Relata a confiança dos Portugueses e dos outros aliados dos Portugueses — Cochim, Cananor, Coulão e Cailicolon, etc. —, que não temem a força do soldão do Egipto, dos Venezianos ou dos Turcos. Os Portugueses asseguram que dispensam o rei de Calecute, indo buscar as especiarias às próprias fontes donde elas provêm. Construíram já uma fortaleza em Cochim e uma outra em Coulão com feitor e escrivão.

A carta do italiano anónimo que anunciámos relatar a viagem de 1503 (2) refere a navegação do terceiro grupo de naus, de que era capitão o castelhano António de Saldanha. Os cronistas informam que se tratava de vasos de guerra, destinados a guardar o estreito do mar Vermelho. «Pera descobrir ho estreito do mar roxo e esperar na boca dele as naos dos mouros de Meca», segundo Castanheda (3); «pera andar de armada fora das portas do Estreito de Meca, entre as duas costas — a do cabo Guardafui e da Arábia» — depõe Barros (4). Mas o epistológrafo italiano esclarece que «tute do: a Tafora e a Chavaglio haveva de andare in armata in corso ala roba de suoi inimici daquelle bande (de Meca) et romaxe. *Et nui* havevamo comision de cargar et tornar a Portugal subito».

Duas questões se levantam imediatamente, em face do pequeno trecho transcrito: a quem se refere o pronome *nui* e em que barco navegava o autor? Supomos estar em presença de um feitor de comerciante italiano, estabelecido em Lisboa, como se deduz do seguinte trecho: «Un giorno il factor del Re mi fece commandamento che dovesse darge tuti i danari di botini che havevamo avuti et cosi medesimamente anche ai factori della

---

(1) G. Greiff — o. *c.*, pp. 158-159.

(2) *Viagio de India fato per 3 nave portogalese*. Manuscrito inédito do códice *Alberico*, n.º 84, fls. 161-184 v. Ocupar-nos-emos desta colectânea de escritos sobre os descobrimentos, no capitulo VI. Ultimamente, tivemos conhecimento (pelo Autor, que amàvelmente nos facultou o seu trabalho dactilografado), de que o Com. A. Teixeira da Mota a vai publicar, no texto italiano.

(3) Castanheda — o. *c.*, I, I, pp. 374 e 412.

(4) Barros — *Déc. I*, p. 269.

nave, per modo che gerovignisimo (?) vender tuti i danari che havevamo havuti». Noutro passo alude igualmente a dinheiros de negócio: «10 chruciati, di quali la nostra nave ne doveva la mità».

Muito provàvelmente, o italiano seria florentino, porque estes, os venezianos e os genoveses mantinham entre nós a primazia comercial. Os últimos parecem excluídos pela passagem em que narra a falta de vitualhas por alturas do cabo da Boa Esperança, no regresso a Portugal, e a resposta de Lopo Soares ao pedido de auxílio: «più presto voleva condur quelle altre nave a Portugal che la nostra, per che ge pareva che fusino zenovesi». Menos provável se nos afigura a naturalidade veneziana, por neste período não serem vistos com bons olhos.

Quanto ao barco, é certo que navegava no terceiro, pois em mais de uma vez menciona a *Chavaglio* e a *Trafaria* (1), como diferentes do seu, a que nunca dá nome. A *Trafaria (Taforeia)* era comandada por Rui Lourenço Ravasco, segundo ele próprio esclarece, e a *nau de Setúbal* por Diogo Fernandes *Peteira* (2). Trata-se, pois, de uma embarcação comercial, que o italiano assevera ter tonelagem de 280 tonéis. O maior interesse desta narrativa provém do facto de os cronistas quase só se demorarem, na ida, com a nau de Ravasco. O italiano narra com pormenor a viagem das três naus até à ilha de São Tomé e, depois da dispersão, a viagem da sua para a Índia e os sucessos em que interveio até ao regresso, integrado na frota de Lopo Soares de Albergaria, em 1505.

Partiram de Lisboa a 14 de Maio de 1503 e, seis dias depois, tocaram na ilha Tenarife (Canárias) (3). Aí esperaram dois dias enquanto durou a visita que António de Saldanha fez ao capitão da ilha, duas léguas para o interior. Pescaram e puseram-se a caminho, em direcção do arquipélago de Cabo Verde, tendo aportado em Santiago, na praia de Santa Maria. Abasteceram-se de água, carnes e lenha e saíram, quatro dias depois, e partiram em busca do cabo da Boa Esperança. O bom tempo durou apenas seis a sete dias, sobrevindo forte vento que os passeou por vários pontos

---

(1) «... uma das ditas náos é tafforea, que leva 20 cavallos e tem a popa aberta, com uma ponte de 30 braças que lança em terra, e por isso sahem e entram n'ella os cavallos... (*Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico*, ed. Peragallo, p. 35). — Em 1506 era capitão da *Taforeia*, Afonso Lopes da Costa (*Déc. II*, p. 8).

(2) Castanheda — *o. c.*, p. 115; Correia — *l. c.*, pp. 413 e 418; Barros — *l. c.*, pp. 261 e 266, chama-lhe Pereira e Parreira, terminando por lhe dar o verdadeiro apelido *Peteira* (p. 299). Esta diversidade não provirá seguramente de má leitura do original?

(3) Sobre a rota de Saldanha no Atlântico Sul, ver A. Teixeira da Mota — *A viagem*, cit.

do mar. Uma forte corrente no cabo das Palmas associou-se ao poder dos ventos, até que avistaram a ilha de São Tomé, onde estacionaram três dias, a enterrar «molti homeni» das três naus, a tomar água, lenha, laranjas, limões e figos como os da Índia, quer dizer, bananas (1). A desolação era geral e o conselho dos capitães reuniu, para tomar a resolução adequada às circunstâncias. Resolveram prosseguir, mas a breve trecho toparam correntes ainda maiores que as anteriores, classificadas pelo autor como as maiores de toda a Guiné, que os fizeram retroceder até à boca do golfo do rio dos Escravos (Libéria). Aí estiveram recolhidos, sem poderem prosseguir caminho, nem regressar a Portugal, até que os ventos sopraram favoráveis e cingiram-se à terra, na mira de atingirem o cabo de Lopo Gonçalves, chegando, por fim, ao cabo de Catarina, «che e di la del cao di Lopo Gonzalves». Como continuasse o mau tempo, aí permaneceram três dias, e a 25 de Junho meteram-se ao mar. O frio apertava e o temporal encrespava-se cada vez mais. Apesar de tudo, lá foram andando, até que avistaram a angra de Santa Helena, «che sta di qua del Cao di bona Speranza, 27 legue da banda di tramontana». Tentaram ultrapassar o cabo, mas sobreveio forte tormenta que dispersou as três naus.

Até à Índia, o italiano não mais viu a capitaina. A 25 de Setembro, a nau de Setúbal passou ao largo do cabo da Boa Esperança e foi surgir à angra de S. Brás, e aí se demorou três dias. Pouco depois chegou a *Taforeia*. Tomaram água, lenha, muito peixe e carne, sobretudo, de cabra. Ao sair, tiveram bom tempo, mas não tardou o vento a soprar furioso, e, entre bonança e tempestade, encontraram «lixola primiziras (ilhas Primeiras, entre Quelimane e António Enes) la qual e sopra dil cao di basi, cioe dello seche de Zeffala, alla banda di Mozambique». Dormiram aí a noite, no dia seguinte, avançaram a caminho de Moçambique, para fazerem escala na ilha de S. Jorge. De repente, surge um batel da ilha de Habitação, que trazia uma carta deixada por Vasco da Gama, na volta, em que contava a situação da Índia. A nau *Taforeia*, que devia actuar com a capitaina, na entrada do mar Vermelho, ficou aí à espera dela, e a de Setúbal continuou para Quíloa, «onde sta il Re signore de Zaffalle, alla Mina Nova». As correntes arrastaram-na, porém, para o largo e os nautas apenas puderam descer em Melinde, em 1 de Dezembro de 1503. Abasteceram-se de água, carne, lenha e laranjas — «le miglor che vedemo mai». Largaram o porto, com o propósito de atravessarem o golfo de Meca e descansarem na costa da Índia. Apareceu, porém, o vento leste, que os forçou a acostarem numa

(1) Garcia de Orta — *Colóquios dos Simples*, I, pp. 330-335.

ilha, cerca de 35 léguas abaixo, para os lados de Melinde, e, por fim, na ilha Pate. O tempo continuava contrário, tendo-se entrado no período de seis meses, em que soprava um dos dois únicos ventos destas regiões — o levante e o poente, aquele de Novembro a Abril e este de Maio a Outubro. E, assim, não tiveram outro remédio que voltar a Melinde, onde entraram a 3 de Janeiro de 1504. Passaram três meses no mar, até que surgiu um batel do capitão da *Taforeia*, a mandá-los seguir até à cidade. Juntos, tomaram uma nau de mouros cabildas da cidade de Brava, que se tornaram tributários do rei de Portugal. O rei de Melinde avisou-os de que esperava naus de Cambaia.

Deixemos, porém os episódios subsequentes de corso, limitando-nos a fazer breve menção da nau em que vinha um embaixador de Cambaia, pelas notícias que o autor recolhe do Oriente. Os mouros da sua comitiva vinham quase todos vestidos com camisas muito finas e brancas mouriscas e *merlotes* de pano de Londres e de grã e de *zambelotes* muito finos. A nau encontrava-se recheada de mercadorias — panos de variadas espécies e ricos, como ele nunca tinha visto; tâmaras em conserva, açúcar, porcelanas, musgo, prata. A pedido do rei de Melinde, limitaram-se a vendê-la por 5 000 cruzados, sem saberem todo o valor real, a avaliar pelo que depois lhes disseram.

Partidos daí, foram até uma ilha que ficava acima de Melinde, 14 léguas, em que permaneceram 5 a 6 dias. Viram passar a *Taforeia*, cujo capitão lhes mandou dizer que seguia para uma ilha chamada *Zochotore*, «la quale sta alla bocha de uno streto che va dalla di *Bombain*, per mezo uno cao che se chiama guardafumi, el quale streto va a ferir nella intrata del mar Rosso». Eles, os da nau de Setúbal, cingiram-se à costa, por causa dos ventos (sueste e su-sueste). Entretanto, capturaram um barco que vinha da cidade de Patane e aportaram na de Brava, dirigindo-se, depois, para outra cidade, distante 35 léguas. As correntes, porém, levaram-nos, sem a conseguirem ver, até que a 18 de Abril de 1504 se encontraram à vista de várias ilhas, a maior das quais, Zocotorá. Situavam-se no mar do cabo de *Guardastrum* (Guardafui), a 8° 30′. O porto em que ancoraram nunca havia sido escalado por outras naus portuguesas. Na verdade, a *Taforeia* não atingiu esta ilha. Apareceu o rei do lugar, que se declarou cristpo, bem como toda a sua gente. Junto, porém, florescia um grande lugar de mouros, a que todos obedeciam, por terem muitas armas, navegação e auxílio de mouros vizinhos. Demoraram-se quatro dias, em franca conversa, abastecendo-se de água, carne e peixe.

A ilha de Socotorá pode ter de comprido 95 léguas e encontrava-se separada da terra firme umas 50 léguas. Os homens eram bem apessoados e as mulheres, formosas e lascivas, pois vinham às naus buscar os marinheiros, que levavam para suas casas. Vestiam panos de lã. Um dos seus sacerdotes ajoelhava-se três vezes à porta da igreja, com as mãos levantadas ao céu, entrando, depois, com uma pequena vara na mão, com que batia num tambor. Rezava na sua língua, dando voltas à igreja, por dentro. No meio, via-se um grande altar, com uma cruz vermelha que na haste tinha uma bandeira branca. Ao observador italiano pareceram-lhe cerimónias de cristãos gregos.

Partiram desta ilha domingo, 5 de Maio de 1504, em direcção ao golfo de Meca, quando viram que uma grande nau se dispunha a destruí-los. Foi, porém captada e conduzida presa à popa da sua, para o rio de Cochim, passando por diante da cidade de Calecute, até ao castelo de Albuquerque. Sentiu desmedido prazer o feitor real, Diogo Fernandes (1), o rei de Calecute (2) e toda a gente portuguesa que estacionava na fortaleza, já com falta de mantimentos, por causa da guerra em que andava o dito rei.

Antes, porém, de continuarmos a acompanhar o autor, já em terras da Índia, voltamos à ilha de Socotorá, porque ele, ou Zorzi, interrompeu a descrição dessa ilha para traçar um esquema do que até aí dissera, acrescentando alguns dados sobre as terras ocidentais. Sebastiano Crinó pensa, cremos que com razão, que são da autoria de Alessandro Zorzi, tal como as notas marginais, exagerando, porém, como veremos no último capítulo, o seu saber cartográfico (3). Começa o traçado da costa na Arábia, seguindo pela costa de África (estreito de Aden, com a ilha de Socotorá na frente) e quase em linha recta com Mogadoxo, Pane, Melinde, Mombaça, Quíloa, Moçambique, Sofala e, em frente, a ilha Çochata (Madagáscar ?), cabo das Correntes e cabo da Boa Esperança, a que se segue a palavra *Brasil*. No fundo do fólio, traçou uma linha tremida, que divide o *Indicum Occeanum* e algumas ilhas com as suas produções (*Banda* — nose muschia, isto é, noz-moscada; *Monach* — garosophi, quer dizer, cravo-da-índia; *Giava mior*), da *Terra incognita* a que apõe a legenda: *terra ista da portogalesi per ostro mesa 600 totani si chiama brasil*.

---

(1) Diogo Fernandes Correia, que Vasco da Gama, em 1503 (Janeiro), deixara em Cochim (Barros — *Déc. I*, ed. cit., pp. 232 e 254; Castanheda — o. c., I, p. 96).

(2) Decerto, engano, por Cochim.

(3) Sebastião Crinó — *Schizzi cartografici inediti dei primi anni della scoperta dell'America*, in *Rivista Marittima*, Roma, Novembro de 1930 (p. 51, da separata).

Falta, pois, ao rudimentar esquema, não só a verdade da linha das costas, como também a orientação ou coordenadas que situem na devida posição as terras ocidentais e as orientais.

Demora-se o autor a narrar a entrada das naus no rio de Cochim, a saudação do forte Albuquerque e a tentativa do rei de Calecute de transpor o *passo* que o separava do reino de Cochim. Conta a luta travada, evocando feitos anteriores de Francisco de Albuquerque e de Duarte Pacheco, nesse mesmo ponto, ao mesmo tempo que define os naires como «i piu valenti homeni de quelli paesi e quali hanno grande autorità, sono como cavalieri e nobili piu di altri». Não se esquece de referir que por onde eles passam toda a gente foge, fazendo-lhes grandes mesuras à distância, e que não comem nenhuma espécie de carne.

Também o capitão Diogo Fernandes Peteira entrou na refrega, com o batel muito bem artilhado. Do feroz combate, em que os inimigos eram tantos que cobriam o rio, apenas respigamos duas notícias, uma botânica e outra geográfica: a «erva» que todos os senhores da Índia costumam comer, chamada *betre* (bétele), e o nome da ilha *Repelim*.

Chegado Lopo Soares, a 14 de Setembro de 1504, deu logo ordem para que fossem carregar num lugar radiante do rio de Cochim, dali distante 80 léguas. Mas, como o rei de Coulão andava em guerra com o de Narsinga, senhor das montanhas onde nasce a pimenta, esta faltava nesse porto. Encontraram, no entanto, muita canela, cravo e muitas outras qualidades de especiarias aromáticas. Em Coulão habitavam cerca de 800 cristãos, esclarece, depois, o mesmo autor, que certo dia foi com um, de nome Matias, visitar uma sua igreja. Ficou encantado, e, num arroubo de meridional, exclama que nunca vira outra tão bela e tão nobre, por todas aquelas partes. Não teve, porém, de andar muito, pois ficava perto da casa do feitor do rei de Portugal. Os cristãos vestiam camisas brancas como os mouros e permaneciam de pé. Um deles lia um livro, em indiano, e outros respondiam.

O italiano orou diante de um crucifixo, ouviu missa e prestou grande atenção à história que lhe contaram sobre a construção, destruição e reedificação da igreja. Depois, voltaram a Cochim, onde encontraram a armada de Lopo Soares, saindo todos para Cranganor. O capitão-mor armou sete cavaleiros, entre eles Diogo Fernandes Peteira, pensando destruir a cidade, porque por ela passava a pimenta para Calecute. Mas lembraram-lhe que pertencia ao rei de Cochim e que pagava tributo ao soberano português e Lopo Soares absteve-se desse feito. Ao navegarem por diante de Calecute, o capitão-mor serviu-se de um mouro, que levava, para de novo tentar um

convénio com esse rei. Deixou alguns criados do mouro em *Pandari*, vila distante 12 léguas, em que foram recebidos a tiro, tendo de regressar às naus portuguesas. Destas recebeu a cidade o justo castigo.

No fólio em que copiou estes factos, Zorzi desenhou o traçado da costa ocidental do Indostão, em risco pouco mais que tremido, e escreveu as palavras *Ely, Cananor, Calichut, Pandari* (Panane ?), *Crangalor, fiume dove vien il pevere, Cucim, Conoro* (?), *Colon, C. de Cãm* (Camorim). Nova tentativa, portanto, de reduzir a gráfico o que leu na relação do compatriota, e nada mais.

Em Cananor demoraram-se oito dias, tomando água e peixe, e, domingo de manhã, 6 de Janeiro de 1505, saíram de volta a Portugal. Durante três a quatro dias contornaram a costa, em direcção ao estreito, atravessaram o golfo de Meca, em 27 dias, e foram ter ao cabo de Guardafui. Cingidos quanto possível à costa, chegaram à cidade de Mogadoxo, que o italiano descreve como urbe maravilhosa, maior que Lisboa, muralhada; um grande palácio no meio, com uma torre muito alta e bela; muitas casas, que pareciam todas abobadadas, de um efeito maravilhoso.

Daí, seguiram para Melinde, a que chegaram a 2 de Fevereiro, e caminharam depois para Moçambique, a fim de tomarem refresco. Retomaram a viagem em 16 de Março e transpuseram o cabo das Correntes. Tendo-se partido o timão da nau *Ouro Grande*, viram-se forçados a parar no parcel dos baixos de São Sebastião, «ben a traverso dil Rio de Zeffalla».

As peripécias e dificuldades acumularam-se, neste decurso, até à linha equinocial, com falta de vitualhas, com tempestades no cabo da Boa Esperança e, por fim, para maior contratempo, foi necessário lançar fora a água que entrava na nau. Para cúmulo, viram-se a braços com a bonança, quase completa, que não deixava sentir réstia de vento. Após 18 dias de vagaroso navegar, chegaram ao cabo Verde, fugindo com dificuldade aos baixos, nomeadamente, aos do rio Grande, «che sono i pigiori bassi et il piu pericoloso luogo che sia in tutto il mondo, per nave grande». Só milagrosamente escaparam, e foram ter às ilhas de Cabo Verde e, depois, às dos Açores, onde pousaram por alguns dias, saindo para Lisboa, a 4 de Agosto. Todos se encontravam exaustos e o italiano, farto como estava de tão atribulada viagem, terminou aí o seu diário, que não queremos deixar, sem primeiro conferir algumas das suas notícias com os cronistas da navegação da Índia.

Todos eles pouco sabem da viagem desta nau, e nem sempre estão de posse de toda a verdade. Antes de mais, Gaspar Correia não repara na contradição de fazer desferrar as três naus em Maio de 1503 e incluir

no comando de naus de D. Estêvão da Gama, que saiu de Lisboa em Maio de 1502 e regressou a 10 de Outubro de 1503, segundo Barros (1), ou 1 de Setembro, a acreditar em Castanheda (2), tanto Rui Lourenço Ravasco como Diogo Fernandes Peteira, deixando apenas em terra António de Saldanha, por adoecer (3). A confusão é manifesta, pois atribui à armada de D. Estêvão intentos que ela não teve: a de «andar d'armada no estreito de Meca», o que realmente foi determinado a Vicente Sodré, que para isto ficou na Índia (4) e também figurava no regimento das três naus do comando de Saldanha, que, como vimos, saiu de Lisboa em 1503.

Para Correia, tanto Rui Ravasco como Diogo Peteira são «cavalleiros honrados». Este passou por fora da ilha de S. Lourenço, «onde muytas vezes foy perdido em baxos e restingas, com que, quando achava fundo sorgia e non andava senão de dia, em que foy em gramde trabalho de sede, e lhe morreo muyta gente e foy tomar na ilha em hum porto, em que não teve mais que boa agoa e muyto bom pescado, e ahi passou o inverno da Índia, até que veo Agosto, que atravessou para a Índia, e em Setembro de 1504 foy ter na barra de Cochym que passou antre as ilhas de Maldiva sem as ver» (5).

Comparando o trecho com a descrição do italiano, começamos por observar discrepância na data da chegada, porque a 5 de Maio diz ele ter saído de Angediva, encontrando-se, pouco depois, em Cochim. Por isso, também não deixou a ilha de S. Lourenço no mês de Agosto. Quanto à estadia em Madagáscar, se dermos crédito ao italiano, como é justo, não terá sequer avistado essa ilha. Com efeito, nada na sua prosa indica desvio da costa oriental, nem depois da dispersão das naus, após o temporal do cabo da Boa Esperança, nem a partir da ilha de Moçambique. No primeiro caso, foram ter ao rio do Ouro, a 220 léguas da angra de S. Brás, e, três dias depois, como vimos, estavam nas ilhas Primeiras, de onde seguiram para Moçambique, parando na ilha de S. Jorge. Uma vez aqui, não mais voltaram para trás e as dificuldades que experimentaram acima de Melinde sòmente os fizeram tornar a esta cidade.

Castanheda sabe que as três naus se destinavam à guarda e investigação do estreito do mar Vermelho e que Saldanha, ao chegar a S. Tomé,

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 254.
(2) Castanheda — *o. c.*, p. 103.
(3) Correia, *o. c.*, pp. 412-413 e 288.
(4) Barros — *o. c.*, p. 231.
(5) Correia — *o. c.*, p. 418.

já ia só; que em Melinde encontrou Ravasco e que, com ele, caminhou para Angediva, onde os foi encontrar Lopo Soares, em 1504, tendo atracado em Cananor no dia primeiro de Setembro. Voltaram em Janeiro do ano seguinte, e atingiram Melinde no primeiro de Fevereiro. Deixando Quíloa a 10 de Fevereiro, entrou em Lisboa a 22 de Junho (1). Destas datas conclui-se, em primeiro lugar, que a nau de Setúbal chegou a Cochim antes das outras duas, incorporadas desde Angediva na frota de Lopo Soares. As restantes datas não contradizem as deste relato, que termina à saída dos Açores, em 4 de Agosto. Era normal esta separação das naus depois do equador. Estes mesmos encontram a *Taforeia* nos Açores, que, por isso, talvez não tenha entrado no Tejo com Lopo Soares nem António de Saldanha.

Barros apenas confere o título de cavaleiro a Ravasco, limitando-se a relacionar com o nome de Peteira o toponímico e arte de marinheiro: «*de Setúbal,* homem mui usado no mar». Coincide na informação de que a frota se ia pespegar fora das portas do estreito de Meca, entre as costas de África e da Arábia, bem como no pormenor de Diogo Fernandes se ter afastado antes de Saldanha arribar a S. Tomé. Encontrou-se com Lopo Soares em fins de Agosto, e a 7 de Setembro passavam as duas frotas por Calecute (2). Voltaram em Fevereiro de 1505, chegando a Lisboa em 22 de Julho do mesmo ano, 13 velas juntas, «e di a poucos dias entrou a nau de Setúbal de que era capitão Diogo Fernandes Peteira» (*sic*). Não coincide com o feitor italiano, no que respeita ao regresso (5 de Janeiro), com o qual emparceira, a respeito do local em que invernou — a ilha de Socotorá, «que novamente descobriu». Acrescenta, ainda, que Peteira chegou a Cochim depois de Lopo Soares, o que, uma vez mais, não é exacto. Peteira invernou em Melinde, para onde voltou em 3 de Janeiro de 1504, permanecendo aí três meses. Viram, de longe, a ilha de Socotorá, em 18 de Abril, e, depois de chegar, rodearam-na até encontrarem um bom porto, em que entraram. Aí, não se demorou mais que quatro dias, saindo para a Índia em 5 de Maio, onde chegou sem grandes demoras, acostando no rio de Cochim. A 14 de Setembro entrou Lopo Soares em Cochim, e deu-lhes ordem para carregarem, a 80 léguas a sul (Coulão).

Na essência, porém, todos coincidiam, pois divulgavam, todos à uma, as novas andanças dos Portugueses no mar, em tráfego das especiarias, de cujas terras tão pouco se sabia.

---

(1) Castanheda — o. c., pp. 133, 134, 197 e 201.

(2) Barros — o. c., p. 290.

Da viagem de 1504 (22 de Abril), em que saiu «grossa armada» sob o comando de Lopo Soares, não conhecemos outra notícia no estrangeiro, além da de Ca Masser e da que chegou à Alemanha e se conserva no referido espólio do Dr. Conrado Peutinger (1). Daquela, falaremos no próximo capítulo. Desta, diremos agora, brevemente, que traça o roteiro marítimo de Lisboa a Calecute, com menção de topónimos que constituíam escala ou eram avistados, como as Canárias, Cabo Verde, «Ghinea», «Terra de Santa Cenis», «Terra nova de Prisili», cabo da Boa Esperança, Sofala, Quíloa, Cananor, Calecute, Malaca, Ceilão.

Diferente das demais informações publicadas por Greiff, esta deve ter sido enviada de Lisboa e escrita por quem não tomou parte na viagem. Assemelha-se mais a roteiro ou crónica de quem pretende comunicar o que sabe, a amigo distante. Por isso, vai proporcionando elementos curiosos, até históricos, sobre cada um dos topónimos. As Canárias são seis ilhas do rei de Espanha, em pleno mar, afastadas de Lisboa 150 milhas. Foram encontradas há doze anos, isto é, em 1492 ou 1493, povoadas de gente sem qualquer crença, que possuía muito gado. Produzem abundância de açúcar. Com o nome de Cabo Verde conhecem-se oito ilhas ocupadas por gente branca do rei de Portugal. Cresce nelas muito algodão e não falta gado. Em seguida, fica perto o cabo Verde, na terra da Guiné, que é Etiópia, quer dizer, África. Terra dilatada, estende-se até perto de Jerusalém, sendo habitada só por negros, que vivem sob o poder de muitos reis. Andam sempre em guerra uns com os outros, e vendem aos brancos aquilo que podem pilhar. Nos cursos de água que correm dos montes a cerca de 500 milhas de Lisboa, encontra-se minério de ouro, que o rei de Portugal obtém a troco de bugigangas, como espelhos, *pater-noster*, facas, etc. Só o monarca português pode praticar este comércio. Daí se trazem ainda muitos papagaios e marfim.

Desse ponto, costumam passar para uma terra chamada de St.ª Cenis, corrupção de Santa Cruz, o Brasil, de que se não sabe se é ilha ou continente. Os habitantes andam nus; participam de tudo em comum, não conhecem armas de ferro e não têm rei nem fé. Dessas terras transporta-se pau-brasil, que não acarreta despesas nem outro trabalho mais do que o de o cortar. Nada mais aí se explora, embora se prossigam as pesquisas nesta região, a que o autor da carta chama agora *Terra Nova de Prisilli*. Acrescenta então que as pessoas se comem umas às outras, andam contìnuamente

(1) Publicada por Greiff — *o. c.*, pp. 160-162.

em luta entre si, e que na terra, distante 350 milhas de Cabo Verde, abunda muito gado.

Sem determinar ou deixar entrever a distância de permeio, menciona a seguir o próximo marco — o cabo da Boa Esperança. Vive aí gente preta que tapa as vergonhas com tiras de ráfia. A terra está pejada de gado e, por isso, a carne é quase de graça, sabe ele, apesar de afirmar que se desconhece a fé desses negros, por ninguém ainda ter falado com eles. A informação terá provindo de quem não viu mais que pastores, sem descortinar, decerto no litoral, qualquer cidade ou aldeia, nem mesmo uma só mulher...

300 milhas adiante do cabo da Boa Esperança, encontra-se Sofala, ilha do rei de Quíloa *(Killo)*, onde se extrai tanto ouro que se compra barato. Os habitantes são pagãos e adoram feitiços, não tendo outro ofício que o da recolha do metal precioso. O Nilo nasce perto, em grandes montes, e corre daí em direcção a Beirute *(Barutto)*. Ao redor dessas elevações fica a terra que forma o reino de Harvesch, a terra do Preste João.

Em seguida, os Portugueses vão para Quíloa, ilha pequena onde reside o rei, que todos os anos paga 1500 ducados de ouro ao rei de Portugal. O próprio soberano é pagão e anda nu, cobrindo as vergonhas com um pano de algodão. Os fidalgos pregam um botão no pano; os demais não podem usar esse distintivo. Melinde, que vem 250 milhas adiante, é uma grande cidade, com rei privativo. Aí prevalece a crença maometana. E ei-los internados no golfo de 800 milhas, em direcção de Calecute. À mão esquerda, ficam, atrás, o mar Vermelho e a terra do mar da Pérsia. A 50 e 80 milhas do termo almejado, cruzam-se com muitas cobras, o que lhes serve de sinal de aproximação da terra. Antes de lá chegarem, estacionam, porém, de 8 a 15 dias, numa ilha que fica no caminho, a uma milha da costa, na qual se abastecem de água e de lenha. Ao mesmo ponto (Angediva) costumam abordar, para idêntico fim, os barcos que vêm de Meca.

Daí, dirigem-se para Cananor, uma grande cidade com rei próprio e abundância de especiarias que crescem nas suas terras. Os habitantes adoram ídolos. E, alfim, Calecute, apenas a 15 milhas de distância. Tanto o rei como a cidade são os mais poderosos de toda a Índia. Ao seu porto acorrem todos os géneros de especiarias, e lá as vão buscar os mercadores de Meca. Quando de Malaca e de Cella (Celebes?) se trazem as especiarias, topa-se no mar a grande ilha Taprobana, de que tanto se escreve. Situa-se a 250 milhas de Calecute e produz a melhor canela do Oriente. O cravo, a noz-moscada, o lenho aloés *(lingno malove)* e o *bisum* são trazidos de Malaca, para onde os transportam de longe. À falta de melhores indicações,

atribui também a Malaca os adjectivos de grande à cidade, de poderoso ao reino, revelando do seu povo apenas os predicados de adorador de ídolos e de apenas cobrir o sexo. 800 milhas separam-na de Calecute.

Deixa a navegação dos Portugueses em Calecute, não especificando o nome de quem faz o transporte das especiarias até essa cidade, nem mesmo de quem vai de Malaca até às terras do grande rei de *Ratte*, quer dizer, Maratten (a China?), a quem paga tributo.

No cabo da informação volta à viagem de Lopo Soares, para esclarecer que o carregamento se efectuou em dois reinos independentes: Cananor, que é a 15 milhas para cá de Calecute, e em Cochim, que fica a 15 milhas para além da mesma cidade. Apesar de não ter carregado em Coulão, recorda o nome desta cidade e elucida que aí vivem cerca de 20 000 cristãos da fé de S. Tomé, que nela foi martirizado. Embora quase toda esteja nas mãos dos cristãos, contam-se ainda uns 5000 judeus. Na terra da sua circunscrição produz-se principalmente pimenta.

Com mais esta relação pouco se mudava a panorâmica oriental de quem tivesse lido as anteriores. Mas como poucos seriam na Europa os afortunados a quem fosse dada essa oportunidade, deve de preferência considerar-se notícia, antes de mais, para a pessoa que a recebeu, ou pessoas amigas que a puderam ler.

2.4 — *Notícias da Índia, enviadas pelos escrivães a el-rei (carta de Álvaro Vaz, de 24 de Dezembro de 1504).* — Os Portugueses, contra o que se possa imaginar, também escreviam para Portugal, quer por incumbência oficial, quer em correspondência particular, hoje em grande parte perdida. Sobretudo, os escrivães que iam ficando em vários pontos do Oriente, tinham uma missão superior à de registarem as mercadorias — precisamente, a de informarem directamente el-rei das novidades de além-mar. Exemplo frisante — além do referido, de Pêro Vaz de Caminha e de outros que teremos ocasião de ver e só a título de exemplo aqui os memoramos —, os de Lourenço Moreno e Álvaro Vaz, que o almirante Vasco da Gama deixou em Cochim, ao serviço do feitor Diogo Fernandes Correia, já no mês de Janeiro de 1503 (1). Do primeiro se conserva uma carta de 9 de Janeiro seguinte (2), e do segundo, que naquele ano escrevera a el-rei,

(1) Barros — *Déc. I*, ed. cit., p. 254.

(2) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 4, D. 52. — Publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 259; *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1.ª, pp. 311-314.

como ele recorda, uma outra, de 24 de Dezembro do mesmo ano de 1504 (1), esta particularmente interessante.

Logo nas primeiras linhas, o escrivão Álvaro Vaz expõe o assunto da carta, que afinal correspondia a ordem recebida, se não particular, pelo menos, em razão do cargo que exercia: «Mandou-nos ora Vossa Senhoria que mui miudamente lhe scprevessemos todalas ilhas e lugares que, neste maar da Imdia e pela costa daquy tee Melaqua jazem; e asy as mercadorias que ha em cada hum, e das nosas, quaees sam pera la milhores, e os preços dhumas e doutras, etc.».

Não satisfazia a ordem, como desejava, porque o rei de Calecute movera guerra a Cochim, não deixando ninguém sossegado, desde a partida dos Albuquerques. Mas, «pelas naaos de Framçisquo d'Alboquerque» já havia escrito «de tudo o que destas partes me parece que compre a voso serviço». Além disso, Lopo Soares também partia muito bem informado. Pois, apesar disso, nesta epístola, Álvaro Vaz sente-se na obrigação de comunicar alguma coisa, prometendo escrever «muy largamente» noutra oportunidade.

Nesta ocasião, ocupa-se, sobretudo, da vida em Cochim, propondo o bloqueio no mar, para impedir que os mouros levem a melhor pimenta e a forma de comprar «a mercadoria no crédito que mereçe», a fim de evitar carregações incertas e inseguranças à partida das naus, como aconteceu com o almirante. Para este negócio, o rio de Cochim é o melhor do Mundo e o mais seguro, podendo ir-se por ele acima cinco e seis léguas «e meter tamto espamto aos senhores que jazem per ele açima, omde a pimenta da serra vem teer, que ajam em boa ventura nam consentir que nenhuum mouro a compre». Dinheiro à vista e sempre certo, e atitude firme perante o mouro — eis os dois melhores meios para evitar que, por ocasião do despacho das naus, os indianos se resolvam a fornecer carga, «mais com vergonha que com vomtade». Com clara visão do meio, Álvaro Vaz aconselhava ainda que «neste porto de Coochy, Senhor, deve vossa Senhoria fazer todo seu fundamento, porque elle soo abasta mais pera huuma carregaçam que todo outro restamte; e, depois, em Coullam, que sempre ajudaraa com Caecoullam, muy bem, e asy polos christãos que naquela terra mais ha, virem a perfeito conheçimento da nossa samta fee».

---

(1) T. T. — Gaveta 15, M. 2, n.º 36. — Publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, p. 256; *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1.ª cit., pp. 334-346; *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1964, vol. IV, pp. 132-140.

Como se sabe, este plano realista, de que omitimos pormenores menos significativos para o nosso propósito, foi, em linhas gerais, o que veio a pôr-se em execução. Se Afonso de Albuquerque deslocou o eixo do ponto de partida, para Goa, e com tenacidade invencível há-de conseguir sossegar o rei de Calecute, nunca o porto de Cochim deixou de proporcionar forte mercadoria, sobretudo de pimenta. No que respeita a Calecute, Álvaro Vaz sabia, como toda a gente e aliás o expressa, que nada se obteria daquela costa se Calecute dominasse Cochim e, por isso, sublinha a necessidade de a ter fortalecida, e conta a guerra que aquele rei lhes moveu, começando por se instalar em Repelim, donde as nossas naus haviam carregado antes muita pimenta. Nessa narração alude a *paraus* armados de duas bombardas cada uma e a barcos de remos, a que chamam *catures,* com archeiros e algumas bombardinhas de gancho. Mais adiante refere «outros barquos pequenos, a que chamam *tones* e de çambuquos».

Curioso notar como uma caravela pequena, comandada por Pêro Rafael, auxiliado por Duarte Pacheco Pereira, resistiu ao embate de 70 ou 80 daqueles barcos, pondo-os em fuga, depois de lhes causar muitos mortos e feridos. É que, além da desproporção numérica, a favor dos de Calecute, sobressaía uma outra diferença, esta por parte dos Portugueses — a eficácia da metralha. «Da jemte da caravela, nenhuum morto nem ferido», porque as pedras por eles arremessadas deviam ser pequenas e vir com pouca força, visto darem «na metade dos peitos» e não causarem nenhum dano. «A hum biscainho calafate deu huuma em huum hombro e, daly, na maçã da face», e apenas lhe deixou um sinal negro e um pouco inchado em cada parte. Uma «espimgardada» que deram no peito de um marinheiro «não lhe fez mais que amasar lhe o piastram». Da gente refere persistência na empresa, quando afirma que «todollos molebares (malabares) sam mais cobiçosos que nenhuuma outra jemte» e, por isso, os nossos ficaram em vigia.

Da carta respigam-se ainda alusões a castas, a termos próprios da língua de Malabar e até à importação de géneros, com a indicação de nomes geográficos. «ElRey estava em huum tabernacollo a que chamam *çeramby*(...) em casa dhum mercador»; um *caimal* comandava cerca de 300 homens; aparecem *panicais* de guarda de el-rei de Calecute «e *naires* que elle tinha»; *bramenes* ou bramenas; *sombreiros* que são as suas bandeiras; *poleares* «que sam os lavradores do arroz (...), a mais çivell jemte que qua ha, que nunqua chega a povorado» (povoado), havendo também, «os *poleares iravaas,* que sam os que tiram o vynho da palma».

Não era isto, propriamente, o que D. Manuel pedira, mas nem um destes pormenores excedia os desejos de saber que em Portugal trazia

todos inquietos, em visível expectativa. Os barcos de Francisco de Albuquerque desapareceram, com todos os haveres e a tripulação inteira, nas águas do sul do continente africano, e carta posterior, em que Álvaro Vaz satisfaria o pedido régio, também a consumiu, ao que parece, a voragem do tempo e porventura a incúria dos encarregados do Arquivo Real. E é pena, porque, se se deu execução à ordem recebida, o seu escrito sobre «todalas ilhas e lugares que neste maar da Imdia e pela costa daquy tee Melaqua jazem», e seus produtos comerciais proporcionar-nos-iam excelente relação de geografia física e económica, em data anterior a Ludovico de Vartema, Duarte Barbosa ou Tomé Pires.

2.5 — *A Feitoria portuguesa de Antuérpia e os mercadores alemães.* — Conhecem-se tentativas de relações comerciais com a Alemanha, desde meados do século XV. Com efeito, data de 1452 o mais antigo documento — uma carta de D. Afonso V que isentava de imposto os flamengos, alemães, franceses e ingleses que viessem estabelecer-se em Portugal (1). Anos mais tarde, como vimos atrás, Martin Béhaim, filho de abastado comerciante, parece ter vindo (1484) com a incumbência de abrir novo mercado para as manufacturas de Nuremberga, que era a Veneza da Alemanha, que, como ela, sentiu os efeitos da descoberta do caminho marítimo para a Índia (2). E quando em 1494, o Dr. Jerónimo Münzer partiu da Alemanha a caminho da Península Ibérica, viajava acompanhado, como também se salientou no devido lugar, de três mercadores alemães, sendo um deles, António Herwart, de Augsburgo. Contactámos então (3) com as notícias de ordem comercial, referentes à África por nós percorrida, que um e outro, nos seus relatos, trasladaram para a Alemanha.

De Valentim Fernandes, igualmente estabelecido em Portugal, no fim do século (4), atraído pelo mesmo íman das actividades marítimas e comerciais, apenas conhecemos hoje, conforme verificámos no princípio deste capítulo,

---

(1) É o primeiro dos documentos coligidos por Edouard Sonnemans, guardados na South African Public Library, da cidade do Cabo, que também se conserva, em treslado de 1598, no Gabinete de História da Cidade do Porto (J. A. Pinto Ferreira — *Privilégios concedidos pelos Reis de Portugal aos alemães nos séculos XV e XVI*, in *Boletim Cultural*, vol. 32, Março-Junho de 1969, pp. 349-350).

(2) S. Welch — o. *c.*, p. 444.

(3) No cap. II, pp. 121 e segs.

(4) Provàvelmente, já se encontrava em Lisboa no ano de 1494 (Sophus Ruge — *História da época dos Descobrimentos*, Lisboa, s./d., p. 147); Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas*, p. 22. — Sobre a sua biografia, ver também Deslandes — *Documentos para a História da Typografia Portugueza*, Lisboa, 1822, pp. 2-3.

comunicações escritas, do século XVI. É já neste período que se intensificam, com características de continuidade, as relações comerciais entre negociantes dos Estados de Maximiliano I e os de D. Manuel. Pròpriamente, o seu maior interesse começou em 1501, quando a Alemanha recebeu, com estrondosa solenidade, o primeiro carregamento de pimenta, que de Antuérpia enviou o negociante holandês, Nicolau van Recterghen. Este poderoso «argumento» revestia-se de maior força do que a notícia do açúcar madeirense, dada na crónica de Nuremberga. Os Portugueses haviam conseguido confirmar a primeira viagem do Gama, de que alguns alemães tomaram conhecimento, como vimos atrás, e voltavam com os mesmíssimos produtos que, até aí, apenas se podiam adquirir em Veneza.

Pouco depois, no ano de 1503, fundou-se a feitoria portuguesa de Antuérpia (1), de que Tomé Lopes foi primeiro feitor. Bastavam quinze dias para as especiarias passarem, por via marítima, de Lisboa para Antuérpia, que pouco antes usurpara a Bruges a glória de entreposto da Europa. Aos panos ingleses haviam sucedido os minérios da Alemanha meridional, com toda a rede dos financeiros poderosos de Augsburgo, Nuremberga e Ulm e, por fim, os mercadores espanhóis, depois dos portugueses, que, no entanto, deixaram consulado ou feitoria em Bruges (2). Frugger, antes de outros alemães, não tardou a ocupar, entre todos, o lugar primordial, pois era «a mais importante firma do mundo económico deste tempo» (3). Por

---

(1) J. Vasconcelos — *Albrecht Dürer*, cit., p. 22. — Sobre a feitoria portuguesa de Flandres, ver ainda, A. Braamcamp Freire — *Maria Brandoa, a do Crisfal*, in *Arquivo Histórico Português*, vols. VI e VII, Lisboa, 1908-9 (cap. II: *A Feitoria de Flandres*); J. Denucé — *Colleccion de Documents pour l'histoire du Commerce*. I — *Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens à Anvers*, Antuérpia, 1934; Id., *ibd.*, II — *L'Afrique au XVIe siècle et le commerce anversois*, Antuérpia, 1937; Id *ibd.*, III — *La Hanse et les Compagnies Commerciales Anversoises aux Pays Baltiques*, Antuérpia, 1938; J. A. Goris — *Étude sur les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*, Lovaina, 1925; Joaquim Maurício Lopes — *Les Portugais à Anvers aux XVIe siècle*, Antuérpia, 1895; Norbert Paly — *La Casa de Portugal d'Anvers*, in *Bol. Socied. Geog. de Lisboa*, 63.ª série, 1945, pp. 411-429.

(2) C. Verlinden — *Introduction à l'histoire économique générale*, p. 96; A. H. Oliveira Marques — *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no séc. XV*, in *Ensaios de História Medieval*, pp. 217-267.

(3) Id., *ibd.*, p. 96; H. Kellenbenz — *Os mercadores alemães*, pp. 125-140; id. — *Le front hispano-portugais contre l'Inde et le role d'une agence de renseignements au service de marchands allemands et flamands*, in *Studia*, Lisboa, vol. 11 (1963), pp. 263-290; Id. — *Os alemães em Portugal*, in *Dicionário de História de Portugal*; id. — *La participation des capitaux de l'Allemagne méridionale aux entreprises portugaises d'Outre-Mer au tournant du XVe siècle*, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique*

isso, se encontrava com os Affaitadi — os primeiros grandes comerciantes das especiarias do mercado português e outro poderoso esteio do capitalismo moderno, tanto em Lisboa como em Medina del Campo e em Antuérpia (1).

Formou-se assim o novo centro cosmopolita de procura das especiarias e demais produtos do Oriente. Após a pimenta, vieram muitas outras preciosidades, como as pérolas, em cujo comércio a casa Herwart, de Augsburgo, se especializara (2), e tantas outras riquezas esquisitas. A feitoria portuguesa manteve o ponto alto durante uns vinte anos, em que os nossos comerciantes eram os mais considerados entre os estrangeiros (3), acentuando-se a decadência já nos últimos anos do reinado de D. Manuel, para fechar de todo a feitoria, em 1545. No período do maior auge, Antuérpia representava, ao lado de Lisboa e como que sua sucursal, o meio refinado do exotismo do Oriente, de África e do Brasil, quer dizer, das suas características produções e riquezas, como das notícias que lhes andavam inerentes. O comerciante que aí acorria de todos os cantos da Europa era, por vezes, pessoa erudita e até dedicada às letras e às artes. Entre outros, por lá passaram, por exemplo, Albrecht Dürer, Damião de Góis e Conrado Peutinger (4).

Como consequência do movimento comercial se deve, pois, considerar, não só a aventura de alguns alemães, sobretudo por terras da América, como também as impressões que surgiram sobre as viagens à Índia, e as colecções preparadas em Lisboa e recolhidas em Nuremberga, como é o caso

---

aux XVe et XVIe siècles, Paris, 1966, pp. 309-317; Richard Ehrenberg — *Das Zeitalter der Fugger*, Iena, 1896, 2 vols.; Id. — *Capital & Finance in the age of renaissance; a study of the Fuggers* (translated by H. M. Lucas), Londres, 1928; Maria Teresa Schorer — *Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos povos ibéricos na América no séc. XVI*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 32 (1957), pp. 275-355; A. H. de Oliveira Marques — *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1960, pp. 36-55. — Para a expansão comercial alemã, pode ver-se ainda, com as necessárias cautelas, no que respeita aos descobrimentos portugueses (ler, a este propósito, A. Teixeira da Mota, in *Studia*, Lisboa, 1.º vol., 1958, pp. 324-325: Henri Brunschwig — *L'expansion allemande outre-mer, du XVe siècle à nos jours*, PUF, Paris, 1957).

(1) J. Denucé — *Inventaire des Affaitadi*, cit., p. 8.

(2) Kellenbenz — *Os mercadores alemães*, cit., p. 131.

(3) J. de Vasconcelos — o. *c.*, pp. 22-24.

(4) Id. *ibd.*, pp. 15 e segs.; Marcel Bataillon — *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, p. 141.

da colectânea de Valentim Fernandes-Conrado Peutinger, conforme já havia sido o globo de Béhaim.

Os Welser foram os primeiros alemães que, no início do século XVI, procuraram contactar com D. Manuel, estabelecendo feitoria em Lisboa, decerto por influência de Maximiliano I. Não se poderá correctamente afirmar que Valentim Fernandes esteja na base da concessão dos privilégios concedidos em 1503 aos negociantes alemães. Mas é natural que tivesse contribuído com alguma quota-parte da sua influência no Paço. Assim pensa, por exemplo, Haebler (1). Se outro facto não denunciasse as relações de Valentim Fernandes, industrial, com os comerciantes do seu país, estabelecidos em Lisboa, bastava a circunstância de ter sido nomeado, a 21 de Fevereiro de 1503, seu «notairo» (2) e, depois, «coretor» da praça de Lisboa (3).

A 3 desse mês concedeu D. Manuel a Simão Seyes (Simon Seitz), representante da firma António de Belzer e Conrado Felim (Anton Welser, Konrad Vöhlin e C.ª) «nobres mercadores da Imperial Cidade Augusta e de outras vilas de Alemanha», autorização para estabelecer uma agência comercial em Lisboa (4), por se tratar de «cidadoens imperiaes do muy Augusto Maximiliano emperador dos Romanos, nosso muito amado sobrinho». Consequentemente, alcançaram de el-rei os necessários privilégios, que lhos outorgou tão avantajados que «a nenhuns outros nem aos nossos subditos ainda forão concedidos». Não nos importa especificá-los, mas não deixaremos de acrescentar que os privilégios durariam 15 anos e eram extensivos a todos os alemães, «contanto que a faculdade de seu trato possa valer soma de des mil cruzados» (5). Simon encontrava-se, pois, já em

---

(1) K. Haebler — *Die Überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Leipzig, 1903, p. 10.

(2) Nomeação, na íntegra, em Deslandes — *o. c.*, pp. 2-3. Apêndice.

(3) J. Barradas de Carvalho — *Valentim Fernandes*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, p. 204.

(4) J. Bensaúde — *Regimento do Astrolábio e do Quadrante*, 2.ª ed., p. 25. Denucé informa que o agente dos Welser estava em Lisboa, no dia 8 de Maio de 1503, para instalar a agência, e se chamava Lukas Rem, reservando a Seitz a incumbência de obter o privilégio (*Privilèges*, etc., pp. 313-316). Parece, pois, não ter fundamento a suposição de J. Vasconcelos, de que o privilégio teria sido negociado na feitoria de Flandres (*o. c.*, p. 25). — Ver, também, *Privilégios concedidos a alemães em Portugal. A certidão de Duarte Fernandez, da Biblioteca de Évora e tradução em língua germânica*, Lisboa, Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958, pp. 19-25.

(5) B. A. — 44-XIII-54, fl. 35v a 365; e 44-XIII-58, fl. 86v a 88v.

Lisboa, no Outono em que arribou a frota de Vasco da Gama (2.ª viagem), carregada de produtos indianos. Na compra de mercadorias desta carga, bem como «daquellas duas frotas que hora este anno vão e tambem daquellas duas frotas que hora estão para la hirem e tambem das naos de Fernão de Noronha durante o tempo de seu tracto das terras Novas» (Brasil), em que pagaram apenas 5 % de cisa em vez de 10, não voltaria mais a impor-se-lhe qualquer tributação (1). Beneficiando da autorização, não deixaram de tomar parte na viagem imediata, associando-se aos italianos.

Em 1 de Agosto de 1504, D. Manuel autorizava, pois, uma sociedade de comerciantes, alemães e italianos, a incorporarem três navios na frota que nesse ano devia partir, sob o comando de Tristão da Cunha, substituído, por motivo de cegueira temporária, por D. Francisco de Almeida, que efectivamente saiu no ano seguinte (2). Entre as condições impostas pelo rei, figurava a de se recrutarem, entre portugueses, os capitães e toda a equipagem, que ficaria à ordem do capitão-mor da esquadra, podendo, no entanto, seguir um agente alemão em cada barco (3). De dois se conhecem os nomes — Baltasar Sprenger e Hans Mayr, de que trataremos mais adiante.

O capital de que a sociedade dispunha somava 66 000 ducados. A maior parte, 36 600, pertencia aos comerciantes de Augsburgo e Nuremberga; 20 000, aos Welser e Vochlin; 3000, a Gossembrot; 4000, aos Fuggers; 4000, a Hochsteter; o resto, ou seja, 5600, a Hirshvogel, Imhof e outros. Os restantes 29 400 ducados foram subscritos por capitalistas genoveses e florentinos. Do lado dos alemães, grande parte era dos poderosos da liga comercial suábica das três principais cidades de Augsburgo, Nuremberga e Ulm (4).

---

(1) Além dos manuscritos citados na nota anterior, ver as obras impressas: Joh. Phil. Cassel — *Privilegia und Handlung freiheiten, welch die Konige von Portugal eheden den deutschen Kauflenten zu Lissabon ertheilet haben,* Bremen, 1771, pp. 5-10; J. A. Pinto Ferreira — *Privilégios concedidos pelos Reis de Portugal aos alemães nos séculos XV e XVI,* in *Boletim Cultural,* Porto, vol. 32, pp. 352-359; J. Denucé — *Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands* (resumo), pp. 313-315; Oliveira Marques — *o. c.* (resumo), p. 41; Vítor Ribeiro — *Privilégios de Estrangeiros* (Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos), Coimbra, 1917.

(2) Barros — *Déc. I,* p. 309.

(3) Horst Wagenführ — *Handelsfürsten der Renaissance, Estugarda,* 1957; J. Denucé — *l. c.*

(4) J. de Vasconcelos — *o. c.,* pp. 11-12, refere-se a esta sociedade, mas só indica os nomes de três alemães: Fugger, Welser e Hochsteter. Sobre o assunto, ver ainda,

João de Barros não alude aos barcos fretados pelos estrangeiros — «*Jerónimo, Rafael* e *S. Leonardo*» (1), não decerto por menosprezo pelos estrangeiros ou por vontade de ocultar. Como se sabe, pensava escrever uma parte da *Ásia* sobre o comércio e aí, certamente, não deixaria de lhes proporcionar o relevo merecido. Aliás, outros estrangeiros, sobretudo italianos, logo na 3.ª (1501-1502), na 4.ª (1502-1503) e na 5.ª (1503-1504), enviaram barcos fretados, como vimos atrás. Não parece, porém, que o facto da intervenção do capital estrangeiro se possa interpretar no sentido de financiamento da empresa marítima portuguesa, ao menos na totalidade dos casos. Como o presente demonstra, os armadores alemães e italianos associaram os capitais para enviarem três barcos, que iam negociar, por sua conta, pagando, naturalmente, determinada taxa ao rei, que lhes concedia o privilégio, não só de percorrerem o novo caminho comercial através dos oceanos, como também a segurança contra os inimigos maometanos. Era uma forma de tomarem parte no novo negócio; a outra, simultânea, consistia na aquisição das especiarias na nossa feitoria de Autuérpia, que passaria a ser a adoptada.

Jacob Fugger, o banqueiro de Carlos V (2), enviava, entretanto, a Lisboa, um seu agente, que em 6 de Outubro de 1504 já aí se encontrava, para obter facilidades alfandegárias, em troca do fornecimento de cobre.

Entretanto, nesse mesmo ano de 1504 entrou em Antuérpia uma carga de 1000 toneladas de pimenta e especiarias vindas de Calecute (3), que foram sempre renovadas com os carregamentos dos anos seguintes. Durante o período de 1508-1514, pertenceu aos Affaitadi o monopólio das especiarias na Flandres, mas a partir de 1515 passou para os Fugger e Welser. Neste ano, era enviado Tomé Lopes a Augsburgo, para tratar dos interesses portugueses junto do imperador. As atenções com que o rodearam os Fugger, os Hocksteter, os Welser e demais grandes casas comerciais,

---

além das obras citadas a propósito, os estudos clássicos, K. Kunstmann — *Die Fahrt der ersten Deutschen nach dem Portugiesischen Indien*, Munique, 1861; A. H. S. Schumacher — *Bremen un die portugiesischen Handels — Freibriefe der Deutschen*, Bremisches Jahrbuch, vol. 16 (1892), e H. Vanderlinden — *Histoire de l'Expansion coloniale des peuples européens. Portugal et Espagne (jusqu'au début du XIXe siècle)*, Bruxelas, 1907. Greiff publicou uma carta comercial de António Welser, de Augsburgo, 11-XII-1504 ao Dr. Conrado Peutinger e o extracto de outra, da Companhia Welser, de Antorf, 18-XI-1504 (*o. c.*, pp. 163-166).

(1) João de Barros — *Déc. I*, pp. 310 e 386.

(2) L. de Azevedo — *Épocas de Portugal Económico*, p. 94.

(3) J. A. Goris — *o. c.*, p. 195.

patenteiam bem a importância que as transacções portuguesas então usufruíram no mercado germânico (1).

3 — O Velho e o Novo Mundo na Imprensa

3.1 — *Valentim Fernandes, editor da primeira colectânea impressa de viagens.* — Tem-se estranhado, e não sem algum fundamento, a notável escassez de edições, em toda a primeira metade do século XVI. A implantação da tipografia em Portugal, aliás como aconteceu nos demais países, operou-se, naturalmente, com fins comerciais ou por interesse dos monarcas, e não se julgou avisado dar prioridade a obras sobre os Descobrimentos. Decerto, a sensação das novas terras e pessoas diferentes impressionaria o leitor de então, da mesma forma que se esse leitor tivéssemos sido nós, homens do século XX. Contudo, afigura-se-nos *secundária,* na ordem dos valores do leitor quinhentista, qualquer obra sobre os descobrimentos, se a compararmos com a temática a que na realidade se deu preferência — a religiosa, em grande parte. Antes de mais, interessava multiplicar, pelas mãos dos crentes, os escritos de carácter espiritual e, depois, seleccionar sempre os temas, tendo presente o gosto do meio culto e as necessidades de vária ordem da população. O mercado livreiro era necessàriamente reduzido e a esfera do leitor de português, também de escassas dimensões.

Em Fevereiro de 1502, porém, quebrava-se aquela teoria de valores, com a impressão de um livro que podia considerar-se tentame. Por isso mesmo, sem se abalançar à divulgação de textos estritamente sobre as navegações portuguesas, porventura menos aconselhada, o impressor alemão Valentim Fernandes incluía, num volume, relatos fantásticos de viagens extraordinárias por terras do Oriente, a que os nautas lusitanos haviam chegado por outros caminhos. Pretendia, certamente, com a sua achega, contribuir para maior entusiasmo pela perscrutação do misterioso Oriente, em que os Portugueses andavam empenhados, embora alguns deles continuassem muito descoroçoados com as perdas sensíveis de vidas e dinheiro. O conjunto de memórias antigas que oferecia aos novos visitantes do Oriente servia, às mil maravilhas, para se apurar a verdade e concluir até que medida as viagens de Marco Polo e outros superavam, em realidade, as descrições ptolomaicas.

O próprio impresso adverte, mais de uma vez — a última, no *colofon* —, que se empreendeu a edição para «avisamento daqueles que agora vam pera

(1) Braamcamp Freire — *o. c.*, pp. 104-105; Goris — *o. c.*, p. 226.

as ditas Indias», rogando-lhes «que benignamente queiram emendar e correger ho que menos acharem no escrever, *scilicet*, nos vocabulos das provinçias, regnos, çidades, ylhas e outras cousas muytas e nom menos em a distancia das legoas de huma terra pera outra». Ainda não chegara a frota de João da Nova e preparava-se para partir a expedição de Vasco da Gama, que saiu a barra de Lisboa seis dias depois de terminada a impressão do volume, que decerto levou a bordo.

Não podia deixar de ser aceite a sugestão de Fernandes, que, nessa medida, jogou o custo da edição, que pôs à venda ao preço de cento e dez reais, amparado parece que pelo primeiro privilégio real que se concedeu no País — *Marco Paulo. Ho livro de Nycolao Veneto. O trallado da carta de huum genoves das ditas terras* (1).

William B. Greenlee pensa ser provável que jamais se venha a saber quando e por quem foi editada a primeira colecção de viagens e aventa a sugestão de que a mais antiga hoje conhecida «parece ser» esta de Valentim Fernandes (2). O impressor nascera na Morávia, mas viera para Portugal nos fins do século XV, como vimos, atraído pela fascinação das viagens marítimo-comerciais dos Portugueses, de que certamente lera o minguado relato da crónica de Schedel, como sugere Sydney Welch (3), ou pelo que porventura terá sabido directamente, por intermédio de Martin Béhaim.

Por cá alcançou a estima de pessoas gradas, em que avulta a própria família real, conforme se avalia pelo simples facto de ter sido escudeiro da rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel. Editou obras de índole vária, primeiro com Nicolau de Saxónia e, depois, umas vezes sòzinho e outras de parceria com João Pedro Buonhomini, cremonense — patrício, portanto, de Giovanni Affaitadi —, e com o seu compatriota, Hermão de Campos (4). A curiosidade dos tipógrafos alemães pela terra

(1) Apenas conhecemos exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, na de Évora, na de D. Manuel, em Vila Viçosa, na Nacional de Paris, no Museu Britânico e na biblioteca particular de Alfredo H. Hut, de Biddesden, Andwer (Inglaterra). — Reimpresso nas «Publicações da Biblioteca Nacional», de Lisboa, por Francisco Maria Esteves Pereira: *Marco Paulo. O Livro de Nicolao Veneto. Carta de Jerónimo de Santo Estevam*, Lisboa, 1922.

(2) W. B. Greenlee — *A viagem de P. A. Cabral*, cit., p. 45, nota 1.

(3) Sydney Welch — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel*, p. 439.

(4) Ver lista das suas edições, em A. J. Anselmo — *Bibliografia dos incunábulos portugueses*, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.º 3, Lisboa, 1920, pp. 186-191; id. — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, pp. 155 e segs.; A. Fontoura da Costa — o. c., pp. 81 e segs.

portuguesa coincidia com a dos comerciantes, notando-se ainda, em 1508, a presença de um outro, Jacob Cronberger, que promoveu a edição em castelhano do livro de Marco Polo.

O interesse da colecção, mais do que da prioridade que geralmente se lhe concede, provém do valor intrínseco dos documentos impressos, de que não é de menos valor, a introdução da autoria do próprio impressor. Aliás, a sua participação na tarefa de expandir pelo estrangeiro o que se sabia em Portugal, a respeito das terras de além-mar, não se restringia a esta obra inestimável. Sendo-lhe naturalmente vedada a impressão das relações dos navegadores, Valentim Fernandes tomou o expediente de remeter a Conrado Peutinger um bom lote de notícias, acompanhadas de esquemas cartográficos, de que nos ocuparemos no capítulo IV. Movê-lo-ia o propósito de espalhar a ocultas, pela Europa, o que conseguira reunir, ou intentava apenas informar um amigo? Certo é que não perdia ocasião de transmitir as notícias que tanto o entusiasmavam. Como vimos, até num simples auto notarial, redigido em latim, na cidade de Lisboa, a 20 de Maio de 1503, para acompanhar a figuração de tupis e a pele de um crocodilo, enviados a Bruges, o alemão divulgou descobrimentos portugueses.

Pela imprensa, já num dos seis incunábulos portugueses — *O Livro da Vida de Cristo*, de Ludolfo de Saxónia, editado no final de 1495 (1) —, Valentim Fernandes se ocupa do ultramar, no *Proémio*, embora de passagem: «E por mais pubrica fama e perduravel lembrança nas partes da Africa a grande louvor e gloria da divina sapiencia com grandissimo guasto, çidades e vilas, a despecto de toda gente barbarica, vossa real senhoria governa, mantem e defende. E das partes ethiopissas e de guynee innumeravel conto de ouro e doutras mercadarias mui ricas e de grande valor em cada huum anno traz aos dictos regnos, com arte de navegaçam muy trabalhosa e de grande perigo». Nessas partes são administrados sacramentos aos autóctones, contando-se, entre os convertidos, «muitos principes».

Tudo dito em termos genéricos, que nada comprometem o segredo da empresa. Mas, se bem se repara, dá-se conta de todos os feitos portugueses, até então levados a bom êxito. Alude-se à navegação para a África, em que habitavam homens em estado de barbárie, salientando-se tanto as dificuldades como os gastos de dinheiro. Como consequência,

---

(1) Ver reedição da Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro e respectiva *Introdução*, de Augusto Magne: Ludolfo Cartusiano — *O Livro de Vita Christi em lingoagem português*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos. Vol. I, Rio de Janeiro, 1957 (2.º vol., *ibd.*, 1968).

frisava-se o direito que essa empresa outorgava ao rei português — de governo, manutenção e defesa das cobiças alheias. E ao marcar o termo dessas navegações — «partes etiópicas e Guiné» — indicava claramente toda a costa de África até ao golfo da Guiné, quer dizer, até à Mina, donde vinha «inumerável conto de ouro». Ao tocar no lucro material, não deixou de frisar a outra face da medalha — a evangelização —, que, pelos termos expressos, mais parece referir-se já ao Congo do que à costa do Senegal.

Voltemos, porém, à colectânea de relatos que imprimiu em 1502, com o título referido de *Marco Paulo. Ho Livro de Nycolao Veneto. O trallado da carta de huum genoves das ditas terras.* A introdução, que agora nos importa observar, mantém-se à testa das publicações que saíram de prelos portugueses sobre assuntos geográficos, apesar de o seu autor não ter pretendido coordenar uma geografia.

Antes de trasladar o livro de Marco Paulo (1) o impressor alemão escreveu «huũs pequenos» (...) «das cousas maravilhosas que vemos cada dia das terras novas por vossa Senhoria achadas» (2), «huuas adições *scilicet* de Ethyopia, Arabia, Persia e India, e de como estas provinçias som repartidas» (3). Tirou-as de «huum livro de latim em lingoagem portugues, ho qual livro foy enviado de Roma a el Rey dom Joham o segundo», como confessa, prometendo acabar de o traduzir, «despoys que estiver desocupado e vijr que a minha grosseira tralladaçam nom seja molesta aa vossa Illustrissima magestade e aos vossos subditos». A versão não foi certamente molesta a ninguém, mas o tempo que requisitava nunca chegou e Fernandes não cumpriu o seu desejo.

Apesar da expressa confissão, é fácil verificar que a sua prosa se não limita a versão do mencionado texto latino. Pertencem-lhe indubitàvelmente, as páginas que precedem a descrição dos «montes muy altos chamados da Luua», sitos «pello sertão», em que se dirige ao monarca português e alude às outras «provincias», desde «a vossa Guinee, no cabo Verde, seguindo a costa do mar atee o estreyto do mar roxo». A estas, atribui o «comum vocabulo de Ethyopia» e faz coincidir a Guiné portuguesa com a Etiópia austral de Ptolomeu.

---

(1) Tem-se discutido o caso, supondo alguns críticos que Fernandes se serviu de tradução já existente na livraria de D. Duarte. Parece, no entanto, que se lhe não pode tirar o mérito de haver trasladado o texto latino. (Ver J. Saraiva — *O Livro de Marco Polo,* in *Dois Centenários,* Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1961, pp. 97-121).

(2) Proémio a Nicolò di Conti.

(3) Introdução ao livro de Marco Paulo.

Festejando, porém, as glórias de D. Manuel, não esquece de evocar os feitos conseguidos no reinado de D. João II, apresentando a passagem do cabo da Boa Esperança, por Bartolomeu Dias, como porta aberta para a Índia. Nesse passo utiliza a expressão *Mundo Novo*, como já fizera no Acto notarial, ainda antes de Américo Vespúcio a aplicar à América, sem, no entanto, com ela, querer significar «novo Continente». Por fim, entra-se na Terra da Promissão.

O douto alemão não pôde, contudo, reflectir mais que os conhecimentos obtidos por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, que voltou a Lisboa, em Julho de 1501. Mesmo assim, revela-se ainda muito clássico nos pormenores geográficos do Oriente. Pois, apesar disso, a sua prosa retumba como grito que desperta os mais adormecidos, porque acentua entusiàsticamente a extensão do senhorio do rei de Portugal. «Agora som feitos tam grandes (os reinos de D. Manuel) que nom soomente ho vosso senhorio se estende em Europa e Africa, mas ainda ja vosso grande sooa em Asya atee as postumeiras partes da India, assy como em as innumeravees provincias de Ethiopia, da qual a mayor parte he do vosso senhorio, das provincias da qual trazem ho mais fyno ouro que ha no mundo, e em tanta avondança que sobrepojaes a todollos outros reys».

Sabe que os habitantes, desde o cabo Verde até ao rio Casamansa, «som todos fanados» e, a maior parte, professam a «seita de Mafomede», agrupando os etíopes em «duas geerações», que considera as maiores — a dos Gylofos e Mandingas — governados por um só rei, que é negro e se chama Mandimansa, que quer dizer, *Senhor de Mandi*. A capital era uma cidade do interior, cercada de taipa — *Jaga*, a quatrocentas léguas, no sertão.

Depois destes reinos, até ao cabo da Boa Esperança, outros etíopes «comumente todos (...) ydolatras», seguindo-se, outra vez, «a secta mourisca, com excepção na provincia grande de Manicongo», que D. João II converteu «aa fee catholica».

Do interior de África faz-se eco do que todos conheciam, utilizando então a referida obra latina e o próprio livro de Nicolò: em pleno sertão «estam os montes muy altos chamados da Lua, as cabeças dos quaes sempre som cobertas de nevoa. E em as rayzes destes montes alem contra a outra banda naçe ho famoso ryo Nylo». A terra por onde passa o Nilo é chamada *Etiópia dalem do Egito* e, pelo arábico, *Abas*, e os moradores *Abassinos*. Terra vasta, no sentido sul-leste, cortada por muitos rios que desaguam no Nilo, pertence-lhe a ilha de *Meroen* e, entre outros, os rios Tacuy e Astaborã. Os habitantes são cristãos, mas «tem o error dos Jacobitas», enquanto

outros conservam práticas judaicas, como a circuncisão, por se suporem descendentes do rei Salomão e da rainha dos reinos de Sabá e da Etiópia. Repete a história, tantas vezes difundida, de que, eleito um dos filhos ou da linhagem real, após a morte do rei, os outros filhos são encerrados num monte, «por que nom façam divisam neste regno».

Curioso que, já neste ano de 1502, Valentim Fernandes desfaça a lenda do Preste João, embora se limite a perfilhar a tese dos que o colocavam, como Marco Polo, na «terra de Cathayo», ao mesmo tempo que o diversificava do soberano etíope. Ambos são cristãos, mas o africano «he christaão jacobita», enquanto o asiático «he christaão nestoriano e de Sam Thome». Enquanto aquele o Preste João, é indiano, este reduz-se a simples «Rey de Ethiopia» e, por isso, «ethiopiano». De forma que, é nos estados do rei da Etiópia e não do Preste João que D. Manuel mandou ensinar a fé verdadeira, a fim de que *etiopianos* e portugueses pudessem ser membros de um só corpo e ajudar-se mùtuamente.

A divisão da *Etiópia interior e asiática,* que se estendia das fontes do Nilo e os montes da Lua para o Oriente, «atee o syno Barbaico»; e a *outra Etiópia,* que se dilata até ao mar Roxo, habitada pelos trogloditas, também mouros, procedentes da «Arábia Felix»; bem como tudo quanto refere «da provincia de Arabia», mergulha raízes nos «escriptores arabigos» e nos geógrafos antigos. Era cedo para se estribar na experiência dos Portugueses, que pouco ainda haviam andado pelo Oriente. E tanto assim é que, chegando à Pérsia, remete o leitor para Marco Polo.

A respeito da Índia, já alguma coisa poderia acrescentar de novo, e, à primeira vista, parece prometer logo de início, quando escreve: «A India antre os nossos cosmografos se reparte em aquella que he alem do ryo Indo e aquem do ryo Gange». Mas a expressão *os nossos* deve significar sòmente os ocidentais, portanto, os clássicos, em oposição aos orientais, que menciona logo a seguir, preferindo sua «esperiencia». Designa por Índia «aaquella soo que he aquem do ryo Gange», repartindo em primeira, segunda e terceira, ou seja, India baixa, meã e alta. A primeira vai do rio Indo até ao porto de Cambaia, inclusive, e chama-se Caysarat (Guzarate). A segunda chega até «ho syno Colchico inclusive» e denomina-se *Minibar* (Malabar). Produz «a mayor parte de gingivre e pymenta», pertencendo-lhe os «muy fremosos portos *scilicet* Colocud (Calecute) e Coulen» (Coulão). A terceira estende-se até Canch (ou Cauchy = Cochinchina), que quer significar Ganges, e usa o sobrenome de Mahabar (Malabar?). «Em esta naçe canella e aljofar». Nela está «o cabo grande chamado Chory (Como-

rim), do qual nom muyto longe esta o porto de Melampur (Meliapor), onde S. Tomé foi martirizado».

«Achase ainda nom longe das bocas do ryo Ganges huum regno na costa do mar muy rico chamado Bengala». «Em fronte do sobredito cabo esta aquella famosissima çidade e ylha da Taprobana, a qual agora he chamada Seylam». Sabe também que «em redor desta ylha, contra ho occidente jazem muytas ylhas (...) e dizem que som XII mil», «e pello seu comum nome som chamadas Dyab» (1). Estas informações são, em parte, bebidas em Nicolò di Conti, em parte de origem portuguesa, se não directamente observadas, pelo menos recolhidas no Oriente. O viajante veneziano não identifica, por exemplo, Samatra e Taprobana, e não alude àquelas inúmeras ilhas, e a sua (ou de Poggio) divisão da Índia também não coincide. As suas três Índias estendem-se da Pérsia ao Indo, deste ao Ganges e do Ganges para diante.

Quando insiste que «a terra que he alem do ryo Ganges he de nos outros chamada India, e delles la he chamada Maçyn», dá a impressão de que se baseia em notícias vindas da Índia ou de cosmógrafo árabe a que atrás se referira, que talvez não seja nenhum dos anteriormente conhecidos no Oriente. Das terras que se situam mais além, apenas conhece o que leu no «presente auctor Marco Paulo».

Concluímos, pois, que os seus conhecimentos renovados se cingiam à África, com leve excepção de possíveis notícias de origem árabe ou hindostânica, sobre terras orientais, trazidas pelas nossas naus.

A publicação do *Livro de Marco Polo* era realmente de molde a fornecer notícias que se aceitavam por verídicas, visto tratar-se de um caminheiro ilustrado, que palmilhara largos anos as paragens do Oriente. Natural de Veneza, onde nasceu no ano de 1254, Marco Polo partiu para a China, por terra, em 1271, juntamente com o pai e o tio. Obtida a afeição do rei mongol, governou Yangiu, a nordeste de Nanquim, desde 1278 a 1280. Encarregado em 1292, pelo Grão-Can, de levar ao soberano da Pérsia uma nova esposa, Marco demorou 15 meses na viagem, tendo tocado nas ilhas de Java, Samatra e Ceilão e toda a costa da Índia, até desembarcar em Ormuz, por onde penetrou no país. Daí, regressou à Europa, entrando na pátria em 1295.

---

(1) No denominado *Manuscrito de Valentim Fernandes*, de que trataremos em capítulo próprio, «Das ylhas de Dyue», igualmente em número de doze mil, «amtre pequenas e grandes» (edição da Academia Portuguesa de História, p. 27).

O relato desta longa peregrinação, cujo original se desconhece, foi escrito em francês, no ano de 1298, por um companheiro de prisão, Rusticiano ou Rustichello de Pisa, nas masmorras dos Genoveses, constantes rivais da sua cidade. Difundiu-se em muitas cópias e, finalmente, pela imprensa, em 1485 (1). Para Portugal veio na bagagem erudita do infante D. Pedro, como vimos, constando em 1502 que a tradução latina de Fr. Francisco Pipino, por que se fez a versão portuguesa — a mesma que serviu para a primeira edição de 1485 —, se encontrava então na Torre do Tombo (2).

Schurhammer pensa que Polo foi «o primeiro europeu que nos instrui acerca do Japão» e que a sua obra «ficou sendo, até ao século XVIII, a base de nossos conhecimentos sobre grande parte da Ásia» (3). É preciso, no entanto, entender-se o que o conceituado orientalista pretende exprimir. Certamente, Schurhammer sabe bem que Marco Polo não esteve na ilha de Cipango e que as suas escassas notícias sobre ela pouco instruem, por fantásticas e genéricas (4). A «grande parte da Ásia» sobre que a obra do veneziano constituiu base dos nossos conhecimentos até ao século XVIII situa-se, naturalmente, fora da zona de influência dos Portugueses, pois que desta, conforme continuaremos a ver, outras relações mais objectivas

---

(1) Entre as edições modernas, sobressai a tradução inglesa de Henry Yule — *The Book of ser Marco Polo, the venetian,* 2 vols., Londres, 1871, 1875 e 1903, com suplemento de H. Cordier, *ibd.,* 1920 e 1921. (Tradução italiana da *Dissertação sobre a Vida e o Livro de Marco Polo,* in *Archivio Veneto,* II, Veneza, 1871, pp. 129-174 e 259-350). De muito merecimento também, a edição crítica do melhor manuscrito francês, por F. F. Benedetto — *Il Milione,* Florença, 1928, e a edição de Rinaldo Caddeo — *Il Milione,* Milão, 1954 (reedição da que Renieri Allulli publicou em 1929, com base no códice «l'ottimo»). Em português, pode ler-se a descrição da viagem, não só na edição de Valentim Fernandes, na tradução — *O Livro das Maravilhas do Mundo,* de Marco Polo, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1955, e em duas edições populares (*O Livro de Marco Polo,* Lisboa, s./d., e *O Milhão,* Porto, 1944), como também em C. R. Beazley — *O Infante D. Henrique,* cit., pp. 88 e segs. — Sobre as edições de Marco Polo, ver H. Cordier. — *Bibliotheca Sinica,* 3.º vol., coluna 1964 (aí, cols. 1988 e segs., biografia; col. 1991, comentários geográficos sobre o *Livro;* col. 1997, bibliografia); Carlos Sanz — *B. A. V. Ultimas adiciones,* 1.º vol., Madrid, 1960, pp. 115 e segs. (também reprodução de frontispícios de edições raríssimas).

(2) «Conforme a uma tradição corrente em Lisboa, no fim do século XV, e referida por Valentim Fernandes» (Esteves Pereira — Introdução à reedição de Valentim Fernandes, p. XIX).

(3) Schurhammer — *Descobrimento do Japão pelos Portugueses,* in *Anais da Academia Portuguesa de História,* 2.ª série, vol. I, p. 32, e id. — *Orientalia,* cit., p. 494.

(4) Ver capítulos 2 e 7, do livro 3 (fls. 59 v., 60 e 61).

se espalharam pela Europa culta. Por isso, Ranieri Allulli considera herdeiros de Alexandre Magno, não só o famoso viajante veneziano, como também o heróico português Vasco da Gama (1).

Na verdade, Marco Polo foi o primeiro viajante que traçou caminho em toda a longitude da Ásia, descrevendo, um após outro, mais reinos do que ele próprio viu, como adverte Yule — desertos da Pérsia, estepes da Mongólia, rios de tantas regiões. Antes de mais ninguém, revelou ao Ocidente *a China,* com suas riquezas e extensão exageradas, rios, cidades e população; os *países* limítrofes, como o Tibete, o Laos, o Sião, a Cochinchina, o Japão; arquipélagos para além da Índia, com ilhas como Java, Samatra e Ceilão. Da Índia viu muito do que contou — ascetismo e diamantes e todo o seu exotismo. Da África oriental relatou mais do que ouviu, mesmo sobre a Abissínia, e sobretudo de Socotorá, Zanzibar e Madagáscar.

Apesar das fantasias, exageros ou crendices que ressumam do livro de Marco Polo, é inegável, não dizemos já a notória influência que exerceu, por exemplo, na cartografia (2), necessàriamente sem precisão científica, mas até mesmo a informação que prestou sobre terras ainda tão mal conhecidas. Não sendo sempre fotografia exacta da realidade, contribuiu poderosamente para vulgarizar nomes e noções reais, a par de mirabolantes façanhas e riquezas extraordinárias.

Os Portugueses, se o não leram, em grande número, quando o infante D. Pedro trouxe o seu exemplar, puderam saboreá-lo quantas vezes lhes aprouve, a partir da edição em vulgar de Valentim Fernandes.

Juntamente, o impressor alemão proporcionou ao leitor lusitano o texto da viagem de Nicolò di Conti (3), que Ramúsio, quarenta e oito anos

---

(1) Ranieri Allulli — *Introduzione* à edição cit.

(2) Ver influência cartográfica de Marco Polo e Conti, em Dahlgren — *Les débuts de la Cartographie du Japon,* p. 11.

(3) No século XVIII foi publicado na *Obra* de Poggio — *De varietate fortunae libri quatuor,* Paris, 1723, liv. IV, pp. 126-152. Daí a traduziu para inglês R. H. Major — *India in the fifteenth century* (Hakluyt Society), 1857. — Servindo-se de novos manuscritos, Vincenzo Bellemo publicou *I viaggi di Nicolò de Conti,* Milão, 1833, e F. S. Giardino, nova edição, com idêntico título, em Catania, 1899. — H. Cordier, no fim do século XIX, preparava uma tradução francesa, a partir do texto de 1723, que considerava «le seul exact» (H. Cordier — *Deux voyageurs dans l'Extrême-Orient,* p. 9).

Sobre Nicolò di Conti, ver W. Sensburg — *Poggio Bracciolini und Nicolò de Conti in ihrer Bedeutung für die Geographie des Renaissancehalters,* Viena, 1906 (cit. por Beazley — o. *c.,* p. 102, nota 1); Vincenzo Bellemo — *La Cosmografia e le Scoperte Geografiche nel secolo XV e i Viaggi di Nicolò de'Conti,* Pádua, 1908;

mais tarde, há-de reeditar, servindo-se da tradução portuguesa, logo aproveitada em Sevilha, 1503, na edição espanhola. Foi um serviço que a nossa tipografia prestou à cultura italiana, como que em paga antecipada da divulgação pela imprensa que, em Roma, em Vicenza e noutras cidades, se veio a fazer de explorações dos nossos nautas e viajantes. Ramúsio tinha conhecimento da empresa que Nicolò di Conti havia realizado, mais de cem anos antes. Porém, a despeito das diligências que empreendeu em Veneza, não conseguiu encontrar qualquer texto. A versão portuguesa mutilara o original, mas, à falta de outro, pensou que «nondimeno non poco piacere à quelli che si dilettano di questa parte di Cosmographia, vedendo che già tanti anni si sapeano li nomi d'alcune città, scoperte al presente da i Portoghesi» (1). Conti voltou à Itália, em 1453, depois de andar vinte e cinco anos no Oriente, em que visitou as regiões da Ásia, anterior e meridional, Samatra, Java e a China do sul, ou, como se exprime Poggio, no Prefácio, «elle passou ho ryo Gange e foy muyto alem da ylha de Taprobana». Em termos de mais pormenor, Conti andou por Damasco, Bagdade, Basra, Ormuz e Kalhate, até à Índia e Ceilão. Daí, pelas Andamanes, Samatra, foi a Tenassarim e Bengala. Voltou à Índia, por Arracão, para Ava, então capital da Birmânia, e daí para Java e Champa; sul da Índia, por Socotorá, mar Vermelho, Cairo e Veneza. Apesar da digressão sobre o Cataio, crê-se hoje que não chegou a essas regiões e muito menos ao Japão. Não passou para além de Java, sendo, por isso, em parte, erradas as informações sobre as ilhas de Timor e outras (2). Para tornar possível a viagem, viu-se compelido a disfarçar-se de mouro, tendo chegado a praticar o culto islâmico. Quando regressou, dirigiu-se a Florença, onde se encontrava

---

Mario Longhena — *Viaggi in Persia, India e Giava di Nicolò de'Conti, Girolamo Adorno e Girolamo de Santo Stefano,* Milão, 1929 (Aí publica o texto italiano, fundado em dois manuscritos florentinos); Amat di San Filippo — *Bibliografia dei Viaggiatori Italiani,* anos 1419-1444; id. — *Studi Biografici e Bibliografici sulla Storia della Geografia in Italia,* ano 1428-1453; A. de Gubernatis — *Memoria intorno ai viaggiatori italiani nelle Indie orientali,* p. 14; id. — *Storia dei Viaggiatori Italiani nelle Indie Orientali,* pp. 9 e 161-186; H. Cordier — *Deux voyageurs dans l'Extrême-Orient,* p. 5; Kammerer — *La Mer Rouge,* t. II, pp. 26-28, e, de mais fácil acesso, Schurhammer — *Descobrimento do Japão pelos Portugueses,* pp. 49 (ed. Academia Portuguesa de História) e p. 503 *(Oirentalia).* Sobre a influência que o livro de Conti exerceu na Europa, ver Humboldt — *Histoire de la Géographie du Nouveau Continent (Examen critique de...),* I, Paris, s/d., pp. 216 e segs.

(1) Ramúsio — *Delle Navigationi et Viaggi,* 1.° vol., 1.ª ed., p. 364 v.

(2) Schurhammer — *o. c.,* pp. 50 e 504.

o Papa (1), a fim de lhe implorar a bênção apostólica. Por penitência, o Sumo Pontífice impôs-lhe a obrigação de, com toda a verdade, narrar quanto observou na longa peregrinação, ao seu secretário privado, o referido Poggio Bracciolini, que utilizou a língua do Lácio.

Além dos numerosos topónimos que oferece — Bellemo pensa que Conti os comunicou a Fra Mauro (2) — merece especial relevo a atenção que prestou aos costumes hindus. A leitura deste pequeno livro, que Valentim Fernandes proporciona aos Portugueses, terá, porventura, despertado ainda mais a curiosidade dos navegadores, como Ramúsio sugere. Pensando el-rei na forma como fazer penetrar as caravelas por toda a Índia Oriental, foi-lhe lembrado que esta viagem de Conti «daria gran luce et cognitione à i suoi Capitani et Piloti». É natural que fornecesse alguma luz, na medida em que revela nomes que lá teriam de confirmar. Com efeito, os Portugueses não descuravam qualquer tipo de informação que os pudesse ajudar. Mas não se quedavam com as primeiras notícias obtidas nas primeiras viagens. Sabia-o Valentim Fernandes, que, tendo considerado os erros dos termos que passavam de boca em boca, solicita isso mesmo, no prefácio ao *Livro* de Marco Polo.

Também estava convencido o tradutor de que Poggio «nom por mentiras nem maravilhas per elle fingidas, mas ho çerto que ho outro vio e tocou, como pessoa a que saber, virtude, discreçam e verdade acompanhavam». Aliás, Poggio pensava o mesmo de Nicolò: «Ca do caminho a taaes e tam afastadas gentes, do sitio dos Indios e seus costumes desvayrados, e tambem das alimarias e arvores, e assy das espeçerias em que lugar cada huua dellas naça, gravemente, quer dizer, sesudamente elle ho contava. No que pareçia elle nom fingia as taaes cousas, mas com muyta verdade pareçia que as sabia». Roubando algum tempo às suas ocupações de tipógrafo, pretendia, com esta obra, «avisar e amoestar os vossos subditos — revela ele, no proémio endereçado a D. Manuel — de cousas perijgosas que em as Indias ha, e onde ha christaãos e onde mouros ou ydolatras, e dos grandes proveitos e riquezas, *scilicet*, pedras preçiosas e espeçias aromaticas, ouro e prata, onde e em que lugar cada huum naçe (...). E ajnda

(1) Há divergências entre os autores a respeito do ano do regresso e, por conseguinte, sobre o Papa que terá dado ordem de redigir as memórias. Gubernatis chega a cometer o anacronismo de indicar o ano de 1449 e o nome de Eugénio IV, que presidiu aos destinos da Igreja entre 1431 e 1447, tendo-lhe sucedido Nicolau V (1447-1455).

(2) Vincenzo Bellemo — *La cosmografia e le scoperte geografiche nel secolo XV e i Viaggi di Nicolò de'Conti*, pp. 115 e segs.

porque este livro falla mais particularmente de algumas çidades de India a nos outros ja descobertas, como som as de Calicud e Cochym, etc.».

De forma que, os dois livros — o de Polo sobre «a parte do norte pera as terras do gram Cham» e o de Nicolò «pera as partes do sull» — completavam a descrição do Oriente, que tanto interesse despertavam aos Portugueses, que, em parte, já o percorriam ousadamente.

O *Trellado de huma carta que Jeronimo de Santo Estevan escreveo de Tripoli a Joham Jacome Mayer em Baruti, primeiro dia de setembro. Era de mill e quatroçentos e noventa e nove anos* (1), constitui subsídio de inegável valia, podendo inscrever-se como contributo útil para elucidação de lugares geográficos da Ásia, não obstante já antes se encontrarem incluídos no programa dos itinerários portugueses, traçados, pelo menos, desde a chegada de Vasco da Gama, em fins de Agosto desse mesmo ano de 1499. A qualidade de negociante do seu autor dá ao escrito o carácter de relatório comercial. Contudo, afigura-se-nos que não divergirá muito do que redigiu Pêro da Covilhã, e deve ter enviado do Cairo, em 1490 ou 1491, visto que em parte coincidiram os trajectos dos dois caminhantes e o português não estava menos interessado em proporcionar, ao monarca que o enviou, o roteiro do comércio oriental.

Em companhia de Jerónimo Adorno, o genovês passou um dia de 1494 ao Cairo, e daí seguiu caminho por montanhas e desertos «per que andou Moyses e ho povoo de Israel», até que chegou a Coser, porto do mar Vermelho. De barco, os dois viajantes atravessaram essas águas e abordaram em Aden, tomando lugar em «naao da India coseita com cordas», de velas «de cotonia». No termo da carreira era Calecute, «e hy naçe pymenta e gingivre». Em mais de 25 dias de jornada, atingiram a ilha *Coylen* (Ceilão), onde nasce a canela. A viagem não parou aí, porque, além de ver, pretendiam negociar, e foram até à «India baixa» e passaram perto de Ava, onde crescem rubis e muitas outras pedrarias. A 22 de Dezembro de 1496, encontravam-se em Peyjo, em que sobreveio a morte a Adorno. Em caminho para Malaca, Jerónimo de Santo Estêvão arribou à ilha de Samotra (Samatra), «onde nasçe pimenta assaz» — pimenta longa, benjoim, sândalo branco e muitas outras «espeçias». Daí não passou, e

---

(1) Publicada depois por Ramúsio — *o. c.*, 1.º vol., pp. 372-373; *Archivio Storico Italiano*, Florença, 1846, Appendice n.º 13; texto português e tradução italiana, de Ramúsio, in *Bolletino della Società Geografica Italiana*, série IV, vol. II, ano XXXV, vol. XXXVIII, Roma, 1901, pp. 24-40: *Vtaggio di Geronimo da Stefano in India, nel 1494--1499*. (Notas de Prospero Peragallo).

embarcou para Cambaia, tendo passado pelas ilhas de Dyna («som mais de sete ou oito mill, todas habitadas, mas pequenas ylhas e bayxas»), por Ormuz, Damasco e outros lugares até Tripoli, donde comunicou com João Jacome Mayer (ou Mainer, segundo Ramúsio), que estacionava em Beirute. Se a história é verdadeira, interessava saber como teve conhecimento da estada do amigo nesse outro porto do Mediterrâneo e porque lhe deu conta da viagem.

A. de Gubernatis (1), desconhecemos com que fundamento, pensa que a relação foi escrita em português, o que poderia fazer supor que Mayer era, porventura, um judeu lusitano, à espera de notícias do Oriente. Mas Gubernatis exagera, quando afirma ser notável esta epístola, pelo facto de ter sido escrita antes de Vasco da Gama chegar à Índia; em vez de 1499, termo da viagem de Santo Estêvão, indica o ano de 1490, e talvez alicerce a asserção nas palavras do título de Valentim Fernandes: «Trellado de huma carta». Se assim é, a ilação saiu exagerada, porque aqueles termos sugerem precisamente o contrário. O treslado que fica em português não deriva de texto escrito nesse idioma, mas sim em qualquer outro, naturalmente aquele em que falava o autor, que o próprio tradutor informa ser «genoves mercador». Ramúsio bem o compreendeu e limitou-se a estabelecer que, por si, traduziu do português em italiano. De forma que, embora seja crível que João Jácome Mayer andasse em busca de notícias directas da Índia, uma vez que a carta de Jerónimo apenas aparece em Portugal, é erróneo afirmar que está a escrever em português. Pior do que isso se nos afiguram as conclusões patrióticas dos historiadores italianos, que lobrigam influências desnecessárias. O empreendimento lusitano de busca de novas regiões orientais não nasceu, certamente, neste escrito, embora se não possa deixar de o incluir na série de obras que proporcionaram uma visão antecipada de certas terras do esplendoroso Oriente das especiarias, do ouro e das pedras preciosas.

3.2 — *A edição espanhola de Marco Polo e* o Libretto *de Anghiera.* — Pouco depois de aparecer em Lisboa, o *Livro* de Marco Polo era traduzido para castelhano, por Rodrigo Fernández de Santaella, que o precedeu de

(1) A. de Gubernatis — *Memória,* cit., p. 15; id. — *Storia,* cit., p. 10. Secunda-o, a este respeito, entre outros, Guido Pó, em *Navigatori italiani,* cit., p. 603. — Próspero Peragallo, que o não refere em *Cenni,* noutro trabalho — *Viaggio de Geronimo Stefano.* cit., tem plena consciência de que apenas se conhece o que Valentim Fernandes salvou do olvido — a carta que Ramúsio retraduziu para italiano. — Sobre estes viajantes, ver, ainda, Kammerer — *La Mer Rouge,* t. 2, pp. 28-30.

uma *Cosmographia breve introdutoria,* editada pelo alemão Jacome Cromberger, em Sevilha (1).

No *Prólogo primero* frisa-se a importância de «leer por auctor autentico las partidas del mundo, mayormente aquellas que no alcançamos aver y que de pocos fueron vistas e tractadas, que nos puedan contar las grandezas de los señorios e provincias, ciudades, riquezas e diversidades de naciones e gentes con sus leyes e sectas e costumbres e maneras que en ellas vieron».

Mais que o anúncio para despertar a curiosidade do leitor, esta legenda traduzia o estado de espírito criado pelas descobertas maravilhosas, que, aliás, também aí se assinala, ao registar o eco provocado na Europa pelos descobrimentos geográficos dos Reis Católicos, a ocidente, e pelos do rei de Portugal, para sul e oriente. Esquecendo o Brasil, o editor guiava-se apenas pela noção, imprecisa para ele, da linha divisória do tratado de Tordesilhas.

Em contraste com os novos achados, as viagens de Marco Polo vinham dar luz sobre outras terras do Oriente, de que nem Ptolomeu, Estrabão, Pompónio Mela e outros antigos sabiam coisa que valesse a pena referir. Polo descrevia o que ele próprio observara e, como muita gente carecia do conhecimento das partes do Mundo, Mestre Rodrigo faz preceder a sua tradução de uma breve notícia sobre cada uma delas. Começa pela África, que enquadra no espaço que vai do princípio do estreito de Gibraltar até ao rio Nilo, no Egipto, entre os mares Líbico (la mar que tiene hazia nos) e o etiópico (de la parte de medio dia... y es el oceano). Para o ocidente, o mar denomina-se Atlântico «y es el mar grande tambien oceano». Alude brevemente à África do norte e promete falar adiante das Etiópias. Na verdade, depois de apontar poucos dados geográficos sobre a Europa e a Ásia, informa que o termo Etiópia é comum a muitas províncias povoadas de negros. «E começando a la parte nas occidental, la primera es guinea, que dizen cabo verde, e siguiendo la costa de la mar fasta el estrecho del mar bermejo, todas aquellas provincias se llaman ethiopias».

---

(1) *Cosmographia breve introductoria en el libro d'Marco Paulo. El libro del famoso Marco Paulo veneciano de las cosas maravillosas que vido en las partes orientales, conviene saber en las Indias, Armenia, Persia e Tartaria. E del poderio del Gran Can y otros reyes. Con otro tratado de Micer pogio florentino que trata de las mesmas tierras y yslas.* (Trad. maestro Rodrigo de Santaella). Sevilha, 1503 (M. B. — C, 32, m. 4); edição de Sevilha, por Juan Varela, 1518 (B. N. L. — Res. 217 A). Teve 3.ª edição, no século XVI, em Logroño, 1529 (H. Cordier — *Deux voyageurs dans l'Extrême Orient,* p. 5). — Em 1947, Rafael Benitez Claros reimprimiu em Madrid a edição de 1518; *Libro de las cosas maravillosas de Marco Polo (1477).*

Quanto aos habitantes, pouco se avantaja o seu saber, que não vai além do que leu em Valentim Fernandes: «Los desta Ethiopia de Guinea fasta Casamansa son de la seta de Mahomad, circuncidados por la mayor parte, e las principales gentes destos son jalofos e mandingas, y estan commumente de baxo un rey que llaman mandimansa, porque mansa quiere dezir señor e mandi mandinga, e assi es el título, señor de mandinga».

O soberano é negro e vive no sertão, a 400 léguas, numa cidade cercada de taipa, chamada Jaga — prossegue Santaella, a traduzir Valentim Fernandes, muito ao pé da letra (1). É rico de ouro e prata e de todas as mercadorias que se vendem em Aden e Meca. Dali em diante, os etíopes são idólatras, até ao cabo da Boa Esperança, em que volta a dominar a seita maometana. Mais adiante, e no sentido do sertão, encontram-se uns montes muito altos, chamados da Lua, cujos «cimos» (na tradução de Fernández de Santaella) estão sempre cobertos de neve. Aí nasce o Nilo, tomando a terra a designação de Etiópia de além do Egipto. Em árabe diz-se *albas,* segundo vem incorrectamente no texto castelhano. Fernández escreveu *abas,* derivando daí o nome dos habitantes — *abassinos,* como se lê nos textos português e castelhano.

A tradução de Santaella omite os pormenores dos afluentes do Nilo e da ilha de Meroé, para saltar até aos ritos abexins: cristãos jacobitas, ferrados na face, que se não baptizam com fogo, conforme muitos dizem, mas sim como nós. Circuncidam-se, guardam o sábado, não comem carne de porco e alguns tomam muitas mulheres. Julgam que o rei descende de Salomão e da rainha Sabá e andam continuamente em guerra com os mouros.

Não se imiscuindo na questão de localizar o Preste João, que Valentim Fernandes coloca nas terras do Cataio, como vimos, Fernández Santaella continua a traduzir o texto português, com os cortes que a brevidade lhe aconselha. Dá notícias da outra Etiópia, «que dicen Tragoditica»; vai até ao estreito do mar Vermelho e termina com a Arábia, arrematando a sua fala *al lector,* com rápida notícia sobre as Antilhas «nuevamente falladas (halladas) por mandado de nuestros muy catholicos rey... y reyna». Cala, pois, quanto o impressor alemão refere da Pérsia e da Índia.

A *Cosmographia breve introductoria,* de Santaella, tem, pois, reduzida importância no capítulo da divulgação dos descobrimentos geográficos, visto que não faz mais que traduzir a *Introducçam* de Valentim Fernandes,

---

(1) Francis M. Rogers tratou do plágio em *Valentim Fernandes, Rodrigo de Santaella and the recognition of the Antilles as «opposite-India»,* in *Bolletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* Julho-Setembro de 1957, pp. 279-309.

abreviando-a. Em vez da *Epístola* em que o alemão recordava alguns feitos portugueses, tratou ràpidamente das Antilhas espanholas. Não cremos, por isso, que se lhe adapte bem o qualificativo de «accurate», que James B. McKenna lhe atribui (1). Aceitamos, porém, que a versão castelhana do *Livro* de Marco Polo marcava bem a diferença entre a *Índia* descoberta por Colombo e a *Índia* que os Portugueses frequentavam desde 1498. Pena foi que o não tivesse feito com maior informação.

No que respeita à parte espanhola, encarregou-se da tarefa o milanês Pietro Martyr de Anghiera, que se encontrava ao serviço dos Reis Católicos. Como seu enviado, foi um dia de longada, no ano de 1501, ao sultão do Egipto, de que deixou relação no opúsculo *Legatio Babilonica*. Ao passo que ia redigindo, parece que desde 1494, mas com interrupções (2), a nova obra que veio a ser conhecida por *Décadas*, Anghiera mostrava o original aos amigos, autorizando mesmo a sua reprodução manuscrita. Foi o bastante para que Ângelo Trevisano (Trevigiano), de quem já nos ocupámos noutro lugar, se pudesse desempenhar, com facilidade, do pedido de Domenico Malipiero, de que também tratámos atrás, que foi, como igualmente vimos, entusiasta coleccionador de narrativas de viagens e descobrimentos peninsulares, por exemplo, a já mencionada *Relação do Piloto anónimo*. Desta diligência conseguiu obter as notícias que vieram a estampar-se, com o título de *Libretto de tutta la navigatione de Re de Spagna dele Isole et terreni novamente trovati* (3), que justamente desfruta da distinção

---

(1) James B. McKenna — *A Spaniard in the Portuguese Indies. The Narrative of Martin Fernandez de Figueroa*, Harvard, Cambridge, 1967, p. 3.

(2) *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. I, pp. 62 e segs. — Ver biografia do autor e sumário das oito Décadas, *ibd.*, III, vol. II, pp. 26-32.

(3) Apenas se conhecem dois exemplares desta primeira edição — um, sem título, na Biblioteca Marciana de Veneza (Opera geografiche rarissime) e outro, completo e mais bem conservado, na biblioteca de John Carter Brown, da Universidade de Brown, Providence, Rhode Island. Deste, fez Lawrence C. Wroth uma reedição fac-similada: *Libretto de tutta la navigatione de Re de Spagna de le Isole et terreni novamente trovati, Venice, 1504. A facsimile from the only known perfect copy, now in the John Carter Brown Library, of the famous Little book of the king of Spain's voyages, being.* I — The Earliest Collection of Voyages. II — The first edition of Peter Martyr's first Decade. III — The Eearliest published account of the first three voyages of Columbus to the New World. With one introduction by Lawrence C. Wroth. Paris, Lib. ancienne Honoré Champion, 1929-1930. — Do exemplar da Marciana publicara o fac-símile, com tradução inglesa, John Boyd Thacher, na sua obra, *Christopher Columbus, his Life, his Work, his Remains*, 3 vols., New York, 1903-1904 (pp. 438-514, do 2.º vol.). Mais recentemente, Carlos Sanz, reproduziu, em fac-símile, o exemplar mais completo do *Libretto*, em *Biblioteca Americana Vetustissima. Ultimas adiciones*, 1.º volume, Madrid, 1960,

de ser a mais antiga colectânea de viagens marítimas peninsulares (1) e a terceira publicação sobre expedições determinadas (depois da carta de Colombo e do *Mundus Novus*, de Vespúcio), que alcançou as honras da imprensa. Trevisano reduziu o manuscrito dos três primeiros capítulos da *Década*, a quatro cartas que escreveu entre Agosto e Dezembro de 1501 (2). Delas se serviu Albertino Vercellese, na cidade de Veneza, em 10 de Abril de 1504, para editar o *Libretto* (3), sem nome de autor, acrescentando às cartas de Trevisano mais quatro capítulos e adulterando, com a pressa, o nome de Cuba *(Zoanna)* para *Zoana Mela*, pela união de duas palavras que deviam ficar separadas: «Una chiama spagnola, l'altra la Zoanna, *ma la* Zoanna non hebero ben certo che fuissi isola» (4). Trata-se, pois, da primeira impressão de parte das *Décadas* de Anghiera que, na íntegra, apenas apareceram estampadas em 1511 (5). Constitui, assim, a edição *princeps* dos livros da primeira *Década*, em que o milanês descreve três viagens de Cristóvão Colombo, a de Alonso Niño e a de Vicente Pinzón.

No ano seguinte de 1505, a prosa de Anghiera multiplicava-se nos exemplares de uma tradução alemã e, no de 1507, em versão italiana, incorporada nos *Paesi novamente ritrovati*. Nesta, o texto encontra-se deturpado com erros e mudança no título, a que também deu nova numeração: «Incomenza la navigatione del Re de Castiglia dele Isole et Paesi novamente retrovate: Libro quarto». O pouco escrúpulo na reprodução dos textos levou Montalboddo a não destacar convenientemente a Relação de Cadamosto, com que abre a colectânea, desta outra obra, então anónima, do *Libretto*. Parecia assim que, na sua intenção, seria ele autor, também, desta última. Foi, aliás, o que entendeu o próprio Anghiera, que, sem

---

pp. 307-336. Também se podem ver o índice do opúsculo e alguns títulos, na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, pp. 171-172 e 177. Além dos dois exemplares impressos, há notícia, ainda, de três cópias manuscritas do *Libretto:* uma, na Biblioteca Comunale de Ferrara; outra, na Marciana, de Veneza (Cl. VI, cod. CCVIII), e uma terceira, na B. N. Fl., B. R., 234.

(1) A de Valentim Fernandes, atrás referida, é anterior, mas os escritos que reúne pertencem a autores mais antigos que não partiram da Península Ibérica e por mar.

(2) Publicadas em *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, pp. 46-82.

(3) Os primeiros cadernos parecem ter sido impressos em 1502 ou 1503 (*Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, p. 171).

(4) Carlos Sanz — o. c., p. 305.

(5) Pietro Martyr de Anghiera — *Legatio Babilonica, Occeanea decas, Poemata*, Sevilha, 1511 (B. N. Md., R. 3436). Sobre o autor, ver Giuseppe Pennesi — *Pietro Martire d'Anghiera e le sue Relazioni sulle scoperte oceaniche*, in *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. II, Roma, 1894, pp. 7-109.

mais delongas, acusou Cadamosto (!) de plagiário, deixando mesmo a nu o que ele cuidou ter sido sua intenção: Pensava que as minhas obras nunca aparecessem em público (1).

Como nos *Paesi* também foi inserido o *Mundus Novus*, correram a par, nos mesmos anos de 1504, 1505 e 1507, as viagens de Colombo (1.ª, 2.ª e 3.ª) e a de Vespúcio (3.ª), mas sem colidirem, ou, melhor, sem que a glória do primeiro fosse empalidecida pelo segundo. Essa missão estava reservada, como veremos, à *Lettera* a Soderini (1505-1506), de novo publicada em 1507 na *Cosmographiae introductio*, com o título de *Quattuor Navigationes*. Então, o nome do florentino ofuscou o do genovês, estampado nas edições do *Libretto*, e o novo continente, talvez porque este o não considerava tal, não tomou o nome de Pedro Álvares, mas também não o de Colombo. A informação, nesses tempos, podia ser escassa, mas a leitura era, evidentemente, defeituosa. Quando os doutos repararam que Vespúcio não descobriu terra nenhuma, no sentido que se deve atribuir aos dois primeiros navegadores, era demasiado tarde para desfazer o equívoco.

3.3 — *O relato do P.e José sobre o Oriente (1502).* — A vinda de Gaspar da Gama, informador das terras e vida dos povos orientais, e a do P.e José, relator, com o seu colega, também sacerdote, da religião cristã na Índia, proporcionaram à Europa as melhores notícias que sobre esses assuntos se alcançaram no Ocidente, até os princípios do século XVI. Gama pensou ter encontrado cristãos em Calecute e Cabral foi topá-los em Cranganor. Os dois sacerdotes podiam prestar cabal elucidação, de tanto maior premência quanto é certo que propalavam ter a sua religião a mesma origem que a de Roma. Fora São Pedro que, ao retirar-se para Itália, por lá deixara um seu representante, agora o patriarca *Catholicus* da Mesopotâmia, *Mar* Semeão. Era ele que ordenava os bispos do Malabar e do Cataio, as duas outras regiões em que ainda se conservavam restos das cristandades apostólicas do Oriente.

Este constituía, aliás, um dos enigmas que mais aguçavam a curiosidade quinhentista, a respeito dessas terras e dessas gentes tão distantes. O P.e José tinha um dia visitado o Patriarca, a instâncias dos representantes mais categorizados da vida religiosa de Cranganor, onde se seguiam os ritos siro-malabares, a fim de lhe solicitar o envio de pastores para a

(1) P. M. Anghiera — *De Orbe Novo*, Paris, 1907, p. 193.

Cristandade (1). Parecia, pois, que seria agora a pessoa mais indicada para usar os meios de transporte seguros que Portugal lhe oferecia e visitar o sucessor de Pedro, em Roma.

O P.e Miguel faleceu, mas P.e José chegou ao seu destino. Contava uns 40 anos de idade e nascera em Cranganor. Era magro, escuro de pele e estatura vulgar, franco, verdadeiro e da maior integridade. Depois de permanecer seis meses em Lisboa, dirigiu-se a Roma, e daí passou a Veneza, tendo regressado à Índia não se sabe se via Lisboa, se por Jerusalém. Foi recebido pelo papa Alexandre VI e em Junho (de 1502) seguiu para Veneza, onde apenas se demorou três dias (2), tendo, no entanto, oportunidade de falar com o doge, Leonardo Lorendan, que, em 2 de Outubro de 1501, sucedera a Agostino Barbarigo.

Em Portugal e na Itália foi, naturalmente, inquirido por todos quantos, interessando-se pelas novas do Oriente, tiveram oportunidade de contactar com ele. Assim, nasceu o relato do P.e José (3), no conjunto de indiscutível fidelidade. As suas declarações são corroboradas pelos cronistas portugueses de Quinhentos e por investigações mais recentes, no que concerne à igreja síria do Malabar (4). O seu testemunho logrou melhor sorte que o de Gaspar, talvez por este não ter saído de Portugal. Quanto sabemos, a redacção das duas declarações chegou a Portugal, pelo menos, quando cá entrou o *Novus Orbis,* depois de 1532 (5).

O seu testemunho escrito, que, decerto, se não afasta do oral, que terá prestado antes de sair para Roma, forma, com o de Gaspar da Gama, os dois mais qualificados e mais antigos do que nos resta memória, este sobre a Índia em geral, aquele mais especialmente a respeito do mal definido cristianismo do Oriente. O caso do P.e José comporta ainda outro valor, que não tem sido focado na sua justa significação. Mais do que

---

(1) Conhece-se, hoje, uma carta de 1504, endereçada por quatro bispos do Malabar ao patriarca *Mar* Elias, em que relatam a viagem e fazem referências à expedição de Cabral e morte dos portugueses em Calecute. (Ver tradução de extractos, em Greenlee — o. *c.,* p. 195, nota. Aí se indica bibliografia a este respeito).

(2) Assim traduz Dória, em Greenlee — o. *c.,* p. 198. Segundo Schurhammer, lê-se: «per molti zorni», na edição de 1507 (*Orientalia,* p. 352).

(3) Publicado por Montalboddo — *Paesi,* cap. CXXIXCXLI e Greenlee — o. *c.,* pp. 194-214, que utilizou a 1.ª edição dos *Paesi.*

(4) Greenlee — o. *c.,* p. 196.

(5) «... e Josepe foi ter a Roma e a Veneza, e do que lá disse da sua cristandade e costumes, os italianos, que nisto são mais curiosos que nós, fizeram um sumário que está incorporado em um volume em lingua latina, intitulado *Novus Orbis*» (Barros — *Déc. I,* ed. cit., p. 208).

o relator de quanto sabia *de visu*, ele próprio constitui, no centro da Cristandade, amostra viva das primícias humanas trazidas da Índia. Com Vasco da Gama vieram, como se informa na já referida carta de D. Manuel ao Cardeal Protector, cinco ou seis indianos de Calecute, um «mouro de Tunes» e «um homem de 40 anos, que falava muito bem o veneziano». Qualquer destas personagens, quanto consta, ficaram em Portugal, ou voltaram à Índia, como é o caso da última, que regressou de novo com Cabral. Mas nenhum destes se apresentou à Europa, curiosa de novidades sensacionais.

O texto que se conhece, do relato do P.e José, não foi escrito por ele próprio. Dir-se-ia entrevista, em que se propõem questões sobre o que se intenta saber e se levantam dúvidas em pontos que podem suscitar insegurança no leitor, a que o entrevistado satisfaz plenamente. A introdução foi escrita por pessoa que já não o conheceu, porventura Montalboddo (1): «Segundo o juízo daqueles que o viram e lhe falaram, é homem franco, verdadeiro e da maior integridade e, pelo que se pôde saber dele, é de vida exemplar (...). Isto (decerto o relato que se vai ler) soube-se por ele, isto é, por esse homem probo de cujo carácter se dão os traços indispensáveis para creditar a narrativa. Afigura-se-nos tratar-se de um veneziano. À pergunta sobre o conhecimento que no Oriente havia sobre «as nossas terras», a resposta que obteve foi esta: «Ele disse que nenhuma é mencionada, excepto *Roma*, França e Veneza». A inclusão da França aconselha, talvez, a considerar a expressão «nossas terras» como referente à Europa. Mas, logo a seguir, pode ler-se: «E diz ele que o dinheiro de Veneza é tido em muito elevada estima. Tendo o dito padre José recebido ordem de comparecer perante a Ilustríssima Senhoria, mostrou alguns ducados ao Doge da casa de Sten, que ele trouxera daquelas terras» (2). Num outro lugar, para determinar a grandeza da igreja de São Tomé de Meliapor, não encontra melhor termo de comparação do que a igreja de São João e São Paulo, em Veneza (3).

Difícil é saber, com precisão, a parte do escritor e a que cabe ao informador, apesar de uma vez protestar que não mistura notícias estranhas. Em certa ocasião, avisa que nada diz sobre as especiarias e outras mercadorias da Índia, «por não serem coisas pertinentes à narrativa do P.e José, mas antes uma adição». Parece aludir a informações que talvez

---

(1) Sobre a autoria da introdução, ver Greenlee — *o. c.*, p. 198, nota 2.

(2) *Apud* Greenlee — *o. c.*, p. 211.

(3) Id., *ibd.*, p. 214.

não oferecessem a mesma segurança, pois fecha o relato com esta observação, que talvez permita supor que, de outro modo, se não importaria de «enriquecer» o relato: «e por não querermos ir mais longe, mas contar a simples verdade».

Como se observará, por vezes deixa bem patente o cunho pessoal, pelas referências eruditas à cultura clássica do Ocidente.

Na primeira página conta-se brevemente a viagem de Pedro Álvares Cabral, sem qualquer referência ao Brasil, mas com menção expressa de Zaffal (Sofala), aonde foi parar uma das embarcações da frota; e de Cochim, «lugar distante de Calecute 110 milhas», «situado no mar». Acrescenta que o rei de Cochim pertence à seita do de Calecute, o que não é verdade, visto que, conforme adverte Greenlee, o samorim era naire, enquanto o de Cochim fazia parte da casta brâmane (1).

Com individuação, o P.e José descreve as terras ao longo do mar, desde Ormuz a Cranganor, entre elas Cambaia, e, mais brevemente, as terras do interior.

A cidade de Cranganor ficava na baía do Malabar, a 15 milhas distante do oceano, a cerca de 20 de Cochim, e 90 de Calecute. Era cortada por alguns rios e tinha as casas dispersas, voltadas, geralmente, para a água. Habitavam-na os gentios da terra, cristãos, poucos judeus e um sem número de mouros, na maior parte mercadores do Cairo, Síria e Pérsia. Os gentios dividiam-se em três castas: os nobres *(naires)*, os agricultores *(canes)* e os pescadores *(nuirinan)*, não lhes sendo possível contactar umas com as outras. Não só as castas, mas também as mulheres e os homens, possuíam templos separados. Crêem num só Deus, «um em três», criador de todas as cousas.

Conta com minúcia alguns ritos, se bem que, «por não compreender a língua» dos gentios, não teve muitos contactos com eles, e, por conseguinte, pouco sabia a respeito dessas práticas, mais ou menos religiosas. Mas conhecera bem os usos da vida social, do rei como dos seus súbditos gentios. Quando morre, o rei é logo cremado e as mulheres sacrificam-se voluntàriamente no fogo, oito dias depois. Padre José explica que o fazem por «terem relações com várias pessoas», «e por causa disto, os seus filhos não são considerados dignos do reino». A mãe desaparece e os filhos ficam privados da sucessão ao trono.

Descreve a seguir a forma de se vestirem e adornarem, no enterro do soberano, terminando a notícia com breve alusão à língua. «Quando os

(1) Greenlee — o. c., p. 197, nota 3.

sobreditos gentios escrevem, fazem-no em folhas de árvores, com um ponteiro de ferro. A sua língua é o índio ou malanar» (malaialã) (1).

Sobre os cristãos deste «lugar de Caranganor» — os únicos que se encontram na Índia, isto é, a partir do rio Indo — assegura que «são em grande número» (2). Vivem em casas de vários andares, alugadas pelo rei, construídas de tábuas, como aliás todas as demais. «Os templos dos cristãos são como os nossos — apurou o entrevistador — excepto que as suas igrejas têm apenas a cruz, e no cimo dos templos há também uma cruz. Não têm sinos e, quando chamam para a oração, usam o rito grego».

A igreja do Malabar, aliás como a do Cataio, reconhecia como discípulo de Pedro o metropolita da Mesopotâmia. O texto diz Arménia, mas, como anota Greenlee, os Portugueses empregavam esse vocábulo para designar a Mesopotâmia superior, onde se falavam as línguas aramaicas. E, naturalmente, também assim procederam os Venezianos, se o relato escrito em Itália foi redigido, como dissemos, por alguns deles.

O padre José explicou que, de Cranganor, se dirigiu um dia por mar, com o seu bispo, até Ormuz, «que está cerca de 1 500 milhas de distância», e daí passou, por terra, em viagem de três meses, até à Arménia. Lá foi ordenado pelos *Catholicus*, que era quem nomeava os patriarcas da Índia e do Cataio e ordenava os bispos de cada província.

Perguntado pelo papa Alexandre VI quem dera ao *Catholicus* esse poder, P.e José esclareceu que S. Pedro deixara em Antioquia um seu vigário, quando se fixou em Roma, que, desde então, governara sempre a Igreja de Antioquia, em nome de Pedro. Era eleito pelos doze cardeais que lhe assistiam, conforme autoridade conferida pelo Romano Pontífice.

É curioso notar — e daí a importância da informação — que o P.e José comunicava, em Roma, a persuasão das Igrejas do Oriente, que o próprio Sumo Pontífice ignorava. E o redactor do relato aproveita essa circunstância para valorizar o seu escrito. «Deve haver quem queira saber que autoridade tem este Pontífice». Não se esqueceu, também, de relacionar as informações do indiano com as de Marco Polo, identificando o *Catholicus* com o *Jacobita* do autor, também veneziano, do *Milhão*.

Padre José termina os capítulos da informação religiosa com a enunciação dos dogmas e da liturgia que praticavam, aludindo expressamente

---

(1) *Apud* Greenlee, p. 201.

(2) A este respeito, ver Georg Schurhammer — *The Malabar Church and Rome before the Coming of the Portuguese. Joseph the Indian's testimony*, em *Orientalia*, Roma, Lisboa, 1963, pp. 351-363.

a «excelentíssimos doutores e estudantes de letras» e aos «muitos livros de homens sábios que falaram a respeito da Bíblia e dos profetas».

A notícia de Cranganor acaba com a referência ao grande movimento marítimo, à moeda e produção agrícola. De lá saíam navios, grandes e numerosos, com destino ao poente — Pérsia, Arábia, mar Vermelho; e para leste — Índia, Cataio, Taprobana, isto é, Samatra, e Faillan (Ceilão) e muitas outras ilhas.

O autor do relato compara o numário de Cranganor aos «nossos» ducados e soldos: os *sarafos* de ouro, que têm o peso dos ducados; os *parantes* de prata, que valem seis soldos, e os *tares,* três dos quais perfazem um soldo.

«A província em que está o sítio de Caranganor é inteiramente plana e tem montanhas a grande distância». Nas montanhas, que distam cerca de 250 a 300 milhas, encontram-se metais, como o ouro. «O clima é quente e toda a gente é escura. Os que estão nas montanhas, são brancos». O solo, arenoso, mas muito fértil, excepto em cereais, que vêm das ilhas próximas.

Além dos animais vulgares, como bois e carneiros, galinhas e gansos, têm búfalos e elefantes em abundância. Faltam-lhes cavalos, que recebem de Ormuz, e porcos. O interlocutor do P.e José, que, por vezes, não parece o mesmo do relato, entendeu que «nós precisávamos em particular de saber o valor de algumas coisas» e, por isso, puseram na frente do malabar algumas galinhas e um ducado. «Ele respondeu que se podiam comprar cem galinhas por um ducado». Da mesma forma lhe mostraram «rosmaninho ou buxo», pêssegos, maçãs e videiras, e P.e José «disse que não existem árvores daquela espécie na sua região».

Afigura-se-nos, por este modo de colher notícias, que os dois interlocutores por vezes sentiam falta de termos correspondentes, o que se confirma com a maneira imprecisa de expressão, quando afirma a existência de outras árvores. Ao referir os produtos extraídos das palmeiras — vinho, vinagre, açúcar e azeite —, o relator, pela primeira vez, escreve: «segundo o que entendemos do dito Padre José». E, ao aludir às «infinitas outras» árvores, nomeadamente figueiras, «de que têm grande número, e estas dão figos maiores do que os nossos», elucida, como quem talvez duvide de haver percebido bem: «de tal modo que tudo o que se escrevesse acerca delas, afigurar-se-ia coisa inacreditável» (1).

Mas nem por isso deixava de inquirir: «E tendo nós perguntado ao P. José se se faz alguma menção das nossas terras naquele lugar...».

(1) *Apud* Greenlee — *o. c.*, p. 207.

Depois de reconhecer que a informação do P.e José sobre as palmeiras coincide com Estrabão, que já revelara as suas produções, o relator ensina «como eles fazem vinho, vinagre e açúcar de palmeira».

Contra o que se podia esperar, as informações sobre especiarias reduzem-se aqui a parcas linhas: «Naquela região nasce uma muito grande quantidade de pimenta, que seca por causa do grande calor. E as suas árvores são de qualidade mediocre; e nasce mais naquele lugar do que em todas as outras partes da Índia. Também gengibre, mirabólano, cássia e outras especiarias, que são compradas e traficadas pelos mouros que negociam naquela região. Estes levam-nos ao Cairo e a Alexandria e a Damasco e à Pérsia e até, como o sobredito José diz, dali vai para além dos montes e ao Cataio, uma quantidade maior do que a que vem para as nossas regiões, como vamos ver a seguir» (1).

Situa Calecute em 90 milhas a oeste de Cranganor, o que demonstra a crença corrente, baseada em Ptolomeu, conforme sublinha William Greenlee, de que a Índia se estendia tanto no sentido do nascente como do poente, e não era península (2). Porto de grande tráfego marítimo, diminuiu de importância desde que, em oitenta ou noventa anos atrás (portanto, dentro das três primeiras décadas do século XV), as populações cristãs do Cataio, «tão brancas como nós», para castigarem o rei por ultrajes que lhes havia feito, a destruíram e deixaram de frequentar, mudando a sua feitoria para Mailapet (3), «a cerca de 900 milhas a leste, pelo caminho do rio Indus» (decerto, o Ganges). «Esta gente é chamada malasines» (chinas) e transaccionam com tecidos de seda «de cinco espécies», cobre, chumbo, estanho, porcelana e musco, recebendo coral e boa quantidade de especiarias». «Dizem que há 600 milhas de Calecute à sua terra». Adiante previne que não conta mais do Cataio e terras que se lhe seguem, «por não termos podido saber mais do P. José». Quererá significar que por o P.e José não saber mais ou que o malabar andou tão ocupado que só de fugida atendeu o inquiridor?

Dada esta fugidia e imprecisa notícia da China, ou terras além-Ganges, volta à cidade de Calecute, para se referir ao rei e à sua opulência

(1) Id., *ibd.*, pp. 208-209.

(2) Id. *ibd.*, p. 209.

(3) Malaca, segundo Greenlee *(l. c.)*, que, em nota, acrescenta: «A informação é aqui algo confusa. Malaca, habitada por chineses, malaios e hindus, quer dizer, evidentemente, Meliapor, então sob o domínio do rei Narasimha de Vijayanagar. Meliapor também é confundida com Nagapatão, a que os juncos chineses de vez em quando iam neste período».

e poder. Além do magnificente palácio em que vive, possui um outro com quatro salas, em que dá, separadamente, audiência aos gentios, aos mouros, judeus e cristãos.

Por fim, o P.e José informou sobre Cambaia, Ormuz e Guzarate. O «reino de Combait» fica para ocidente, a doze mil milhas de Calecute, que Greenlee corrige, por gralha evidente, para mil e duzentas. Saindo de Calecute, a «trezentas milhas a direito, para ocidente», chega-se a Ormuz, que está situada no começo do golfo Pérsico e a vinte milhas da terra firme, que se chama o cabo de Mogolistam, «que é o princípio do golfo». A ilha de Ormuz tem cento e cinquenta milhas de circuito, possuindo uma grande cidade, muito populosa. «Produz infinitas coisas e mercadorias». Aí se fabrica vidro, apanham-se pérolas e criam-se cavalos em grande número, que são exportados para toda a Índia.

P.e José passara por Ormuz, a caminho da Mesopotâmia, mas é menos exacto a seu respeito do que o nosso Duarte Barbosa, entre outros. Para este, a ilha «não é muito grande» e, na verdade, ela tem apenas doze milhas de circuito. Segundo Barbosa, sendo cidade muito rica e abastada de todos os mantimentos, não tem de seu mais que sal. Tudo o resto «lhe vem de fora, *scilicet*, de Pérsia e Arábia e doutras partes», e até água recebe de fora da terra firme e «doutras ilhas derredor» (1). Efectivamente, assim era (2).

O sacerdote indiano relata, ainda, acidentes geográficos entre o cabo de Mogolistam, «que está em frente da ilha de Ormuz», e a cidade de Combait. Muitas ilhas habitadas por mouros — Solbech, Semanaht, Chesimu, no interior, a cidade de «Guzerat» e, na costa, «Combait», profundamente metida no golfo de Guzarate. Toda a província tomou agora esta designação, porque «nos tempos antigos chamava-se Bedrosia». Os moradores desta província são mais brancos que os de Calecute. Idólatras, adoram o Sol, a Lua e as vacas e «são os maiores feiticeiros do mundo». Trazem o cabelo bem oleado, têm barbas e arranjam os cabelos como as mulheres. Alimentam-se de vegetais, não bebem vinho, nem comem nada que tenha sido morto. Os homens têm uma só mulher e «são muito castos» (3).

---

(1) Duarte Barbosa — *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente* (...) (edição da Agência-Geral do Ultramar), p. 57.

(2) Greenlee — o. c., p. 211, nota 3.

(3) *Apud* Greenlee — o. c., p. 212.

Cambaia, cidade grande e populosa, era, «segundo a opinião corrente», «a mais nobre cidade de toda a Índia». Chamam-lhe o Cairo da Índia. Rodeada de muralhas, ostenta «edifícios muito imponentes dentro dos seus muros». Produz laca e incenso, em maiores quantidades que em qualquer outra parte do Mundo, e comercia, em barcos próprios, com a Etiópia e outras terras do mar Vermelho, estreito Pérsico e com toda a Índia. De Cambaia até ao cabo do Golfo, «que se chama Diongul», são 300 milhas. Perto deste cabo, encontra-se a ilha Maia e, seguindo a costa para oeste, 250 milhas além, um outro cabo se apresenta ao observador — Ely. Daqui a Calecute, restavam mais de 600 milhas.

Eis tudo quanto o P.e José contou «de toda a terra que se encontra ao longo do mar, a começar em Ormuz, até Caranganor e o reino de Cuchin», prometendo pôr termo ao relato com umas quantas palavras acerca das terras do interior.

«Para os lados dos montes e a cerca de 300 milhas de distância do mar, encontra-se um rei muito poderoso, que se chama Narsindo e tem uma grande cidade com três circuitos de muralhas», denominada Besenegal, isto é, Bisnagar dos Portugueses, em vez de Vijayanagar. Padre José teve ensejo de ver o próprio rei, e, por isso, mais valioso o seu testemunho a respeito da opulência. Sobre a extensão do reino, apenas suposições do entrevistador, tomando por base o número de 300 milhas de circuito que P.e José calculou.

Na última página volta «às regiões próximas do mar», «a partir de Cuchin para leste e a Índia». A 100 milhas de Cochim, o cabo Cumari (Comorim) e daqui ao Indo (o Ganges) mais 500. Dentro deste espaço recorta-se um golfo enorme, que se chama o golfo de Oriza, onde se ergue, junto ao Ganges, a cidade de Oriza. No mesmo golfo localiza-se ainda outra cidade, «num promontório, que se estende pelo mar dentro». É conhecida pelo nome de *Milapar*, evidentemente, Meliapor. No igreja de São Tomé guarda-se o corpo do apóstolo, que é muito venerado pelos milagres que faz.

Enfim, «acima deste mar Índio» topam-se muitas ilhas, «entre as quais vale a pena mencionar duas» — *Saylam* (Ceilão), a 200 milhas do cabo Comorim, e, mais para oriente, a de Samatra, «ou Taprobana», «que fica a três meses de jornada de Calecute». Mais adiante situam-se as terras de Cataio e outras «a respeito das quais não escreveremos mais, por não termos podido saber mais do Padre José supracitado» (1).

(1) *Apud* Greenlee — *o. c.*, p. 214.

3.4 — *Os cronistas Jacome Filippo Foresti e Marco Antonio Coccio Sabelico.* — Depois da Crónica de Schedel, nenhuma outra alcançou êxito igual à do frade agostinho Jacobus Philippus Foresti, Bergomensis, que no fim do século XV publicou uma *Cronica Cronicarum novissime congesta supplementum appelata*, várias vezes reproduzida e traduzida, por exemplo, em francês, em italiano e em espanhol, de que trataremos adiante.

A edição latina de Veneza, 1486 (1), portanto, anterior à de Schedel, alude à instituição, em Castro Marim, da Ordem de Cristo, no ano de 1323, com os bens dos extintos Templários, para defesa dos ataques dos vizinhos sarracenos (2). Apesar de «omnimoda historia novissime congesta», apenas sabe de uma princesa portuguesa, casada numa casa real europeia (3), mas nada conhece dos descobrimentos marítimos. Quisera escrever sobre o grande Presbítero das Índias e Patriarca dos Cristãos da Etiópia. Mas reside tão longe que pouco se sabe da sua vida e costumes, de que, não obstante, repetirá o que leu, entre outros, em Estrabão.

Sobre a Índia, resume a fantástica literatura que se costumava reproduzir: região vastíssima, que se divide em três porções — a anterior, a interior e a ulterior. Povoada de monstros, abundante de maravilhas e riquezas fabulosas, orgulhava-se de só ela possuir a fénix que canta com admirável doçura (4).

Na edição de Veneza, «Per Albertinum de Lissona Vercellensem, 1503», procura actualizar a relação das «insulae celebriores», com a notícia de que «existem ainda outras ilhas», recentemente descobertas pelo rei português, como as Canárias e «mais duas», também agora encontradas pelo rei das Espanhas, Fernando, a que foram dados nomes: a uma, de Santo Salvador; à segunda, de Santa Conceição de Maria; a uma «terceira», Fernandina; a uma quarta, Isabel, e à última, «Hispaniola» (5). Quando, a fls. 415 e segs., cumpre a promessa de voltar ao assunto, pouco mais refere que nos interesse. Então, sob o ano de 1490, aparecem as ilhas

(1) Sem rosto, traz no *colofon: Supplementi Chronicarum iam tertio terminum ponam (...) per me fuit idibus octobris 1486 in civitate (...) Bergomi (...). Impressum Venetiis per Bernardinum de Benaliis (...) 1486 (...) 15 Decembri* (B. N. Md., I, 1649).

(2) *O. c.*, p. 248 — Realmente, em 1319. Aquele ano é o da atribuição dos bens da Ordem do Templo à de Cristo. (Cf. bula e ratificação de D. Dinis, em Sousa — *Provas da História Genealógica da Casa Real*, I, pp. 100 e 113).

(3) Id. — *ibd.*, p. 276.

(4) Id. — *ibd.*, p. 293.

(5) *Supplementum supplementi Chronicarum* (sem rosto). Explicit Supplementum Chronicarum (...), Venetiis impressum per Albertinum de Lissona Vercellensem (...). A nativitate Christi MCCCCCIII. Die IIII Maii (B. N. Pa., fol. 7, Don. 94 (13), p. 7).

«Fortunatae», descobertas no oceano sul, por Fernando, rei das Espanhas, em número de seis: a *Ombrion,* desprovida de habitações; *Iunonia;* a terceira, com igual nome; depois, a *Capraria,* com muitos lagartos grandes (crocodilos); a *Nivaria,* pelo facto de estar perpètuamente coberta de neve, e a *Canaria,* muito fértil, abundante em frutos e cheia de grandes cães. No ano de 1493 refere-se às «quatro muito grandes ilhas, situadas na Índia, pouco antes descobertas por Cristóvão Colombo». A última *(Hyspagnola),* depois de bem explorada, viu-se ser continente — a província do Cataio, mas não se toparam cidades. Apenas se descortinaram aldeias com habitações rústicas.

A edição de Veneza, 1506 — *Novissime historiarum omnium repercussiones noviter a Reverendissimo Patre Iacobo Philippo Bergomense ordinis Heremitarum edite: que Supplementum supplementi Chronicarum nuncupantur. Incipiendo ab exordio mundi usque in Annum Salutis nostre* (1), manifesta o mesmo propósito de actualização, denominando-a Frei Filipe *Suplemento do Suplemento das Crónicas* e confessando que ficou tristíssimo ao reler a sua obra, por verificar muitos erros e várias omissões, de factos antigos e novos, dignos de figurarem.

Isto escrevia ele a 21 de Março, acrescentando, além de outras referências a assuntos portugueses, que agora não importam, a notícia sobre o infante D. Henrique, que, levado pelo desejo de aumentar o pequeno território europeu e seguindo o conselho e a doutrina dos cosmógrafos, bons conhecedores da localização geográfica do mar e da terra, penetrou entusiàsticamente pelo oceano Atlântico, tendo encontrado muitas ilhas que nunca foram habitadas por seres humanos, entre elas a Madeira.

Fora do lugar, talvez por receber a informação à última da hora, faz ainda menção de D. João I e seus feitos em África, mas confessa, sinceramente, desconhecer de que espécie de morte faleceu este excelente príncipe (2). De lastimar é que na vizinha Espanha pareça que nada constava na roda dos eruditos, pois a tradução de Narcis Viñolas, terminada a 11 de Setembro de 1510 (3), não inclui qualquer acrescentamento, nem

---

(1) T. T. Imp. liv. 859 p. — Fumegalli, *o. c.,* p. 85, indica, com o mesmo título, uma edição de Veneza, 1503.

(2) Id. — *ibd.,* p. 374 v. — Fumegalli, *o. c.,* n.º 568, indica uma edição de 1508, que não vimos.

(3) *Suma de todas las Crónicas del mundo llamada en latin Supplementum Chronicarum* (Traduzida «de lengua latina y toscana en esta castellana»), Valencia, 1510. (T. T. Imp. Liv. 860 p.).

sequer o que acabamos de referir da edição de 1506 (1). A edição latina de Veneza, 1513 (2), leva os factos apenas até ao ano de 1505, mas pouco sabe ainda do Preste João, por ficar muito distante; sobre a Índia, repete as consabidas fantásticas visões ultrapassadas. A de Paris, 1521 (3), nada acrescenta de novo. A de Paris, de 1535, levada a cabo por alguns eruditos, que se não mencionam (4), serve-se da edição de 1506. Repetindo, pois, as lacónicas notícias que Frei Filipe ainda lhe acrescentou, nada adianta a nosso respeito, nas novas notícias de 1500 a 1535. No mesmo ano imprimiu-se em Veneza, com outro título, e em italiano (5), continuando as notícias até 1535, também sem interesse para o nosso propósito.

A edição de Veneza, 1540, em italiano, aproveita a de Paris, e introduz-lhe novos acrescentamentos, até ao ano de 1539, que também para o nosso propósito não trazem qualquer novidade (6). A de Veneza, 1553 (7), que adiciona notícias de 1540 a 1552, não encontrou em Portugal nada digno de registo.

Finalmente, consultámos, ainda, uma edição já bastante posterior, de Veneza (1575) (8), «tradotto nuovamente da M. Francesco Sansovino». Posterior à colectânea de Ramúsio, para que remete o leitor que dese-

---

(1) Fumagalli cita três outras edições de 1513, 1520, 1524.

(2) B. N. Pa., Rés., g. 650).

(3) M. B., 560. h. 21.

(4) *Supplementum Chronicarum, omnes fere Historias quae ab orbe condito hactenus gestae sunt iucunda admodum dicendi brevitate complectens. (...) Cui insuper addita est nostrorum temporum brevis praedam accessio, eorum annorum historias ac res tum privatas tum externas complectens quae ab anno 1500 ad annum 1535, tum hic, tum etiam alibi gestae sunt. Parisiis,* M. D. XXXV.

(5) *Supplementum Supplementi delle Chroniche* (...) con la gionta del M. D. XXIIII insino al M. D. XXXV. (B. N. Pa. — Rés. G. 633).

(6) *Supplemento delle Chroniche* del Reverendo Padre Frate Iacobo Philippo da Bergamo dell'Ordine degli Heremitani primo auttore di quello, novamente revisto, vulgarizato, corretto, et emendato con somma diligentia secondo il vero testo latino della, ultime impressione fatta a Parigi. Et appresso l'additione delle cose piu memorabili accadute o fatte per l'universo mondo insino a tutto l'anno. M. D. XXXIX. In Venetia, M. D. XXXIX. In Venetia M. D. XL (T. T. Imp. liv. 854 p.).

(7) *Supplementum Supplementi delle Chroniche* del Venerando Padre Frate Iacobo Philippo... Novamente revisto... con la gionta ultima del M.D.XL. insino al M.DLII, Venetia M.D.LIII. (Com gravuras). (B. N. Pa. — G. 802).

(8) *Sopplimento delle Chroniche Universali del Mondo* di F. Iacopo Filippo da Bergamo. Tradotto nuovamente da M. Francesco Sansovino. Nel qual si contengono tutte le elettione de Pontefici, degli Imperadori, de i Re, co nomi de Capitani, et degli huomini letterati dal principio della creatione del mondo fino al presente anno 1574. In Venetia, M.D.CXX. (B. N. Md. — 3/54135).

jar maior desenvolvimento, já se insere na nova fase de conhecimentos que aquele erudito inaugurou em 1550; de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio, el-rei D. Manuel (1).

O segundo cronista, Marco Antonio Coccio Sabelico (1436-1506), ocupa, indubitàvelmente, posição muito inferior, apesar de J. Maria Rodrigues classificar a sua obra de «primeira tentativa de coordenação da história geral». Na edição de 1498, da 1.ª parte das suas *Enêiadas*, nada inclui ainda a respeito da descoberta colombiana, nem de qualquer manifestação marítima portuguesa. Só a partir de 1504, na segunda parte, dá guarida a notícias da nova geografia, referindo, muito de passagem, a descoberta colombiana (2). A obra de Sabellico, com o título de *Rapsodiae Historiarum enneadum* ou o de *Opera*, foi sucessivamente reproduzida em Veneza, 1502; Paris, 1509, 1513 e 1517; Basileia, 1538 e 1560 e, em português, traduzida por D. Leonor de Noronha, filha do marquês de Vila Real, com o título de *Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico. Des ho começo do mundo ate nosso tempo*, Coimbra, João Barreira e João Álvares, 1550 (3), que, não obstante o título, acaba no império romano. Foi de novo impressa, pelos mesmos, em 1553, só a segunda parte, e com novo título: *Esta he a segunda parte da historia da nossa redenção, que se fez pera consolação dos que não sabẽ latim*, Coimbra, João Barreira, 1554, de novo impressa pelo mesmo livreiro, em Lisboa, no ano de 1570, com leve alteração no título (4).

Se a edição de 1504 é pobre de referências às actividades marítimas da Península, as que se seguiram à morte do autor não melhoraram sensìvelmente. Assim, a de 1517 continua a ostentar a mesma pobreza de notícias, servindo-se ainda de obras antigas para localizar a Índia, apesar de já registar que as «naus ibéricas» foram pela África, cabo da Boa Esperança, região dos Trogloditas, no mar barbárico e índico, até «Colocuta» e outras ilhas adjacentes, tendo trazido especiarias, após dezoito meses de longo

---

(1) Id. — *ibd.*, pp. 566 v., 567 e 582.

(2) *Enneades Marci Antonii Sabellici ab orbe condito ad inclinationem imperii romani.* Secunda pars Enneadum Marci Antonii Sabellici, ab inclinatione Romani Imperii usque ad annum M.D.IIII. Venetiis, per Bernardinum Vercellensem, 1504 [B. N. Pa., Rés. G. 603 (1)]. — Ver *En.*, X, lib. VIII.

(3) Exemplares na B. N. L., B. A., T. T.

(4) Conhece-se um apógrafo quinhentista em português: *Livro da Ineida octava na sua História deste Mundo Caído* (Ms. da Biblioteca de D. Manuel II, Vila Viçosa). Sobre a tradução, ver José Maria Rodrigues—*Fontes dos Lusíadas*, Coimbra, 1905, p. 248, nota.— Em capítulo próprio, trata de *Camões e Marcantónio Cocci Sabellico* (pp. 247-281), noticiando que Camões estudou por esta obra a história geral.

percurso e luta cruel com os mercadores «egípcios» (1). Na edição de 1560, repete-se exclusivamente a mesma informação, como se pela Europa não tivessem reboado estrondosamente factos bem mais concretos. O editor apenas viu a notícia da notável hospitalidade que Portugal deu a náufragos venezianos, feridos em batalha naval junto ao *Sacrum Promontorium*, hoje denominado cabo de São Vicente (2).

3.5 — *A cosmografia de Pio II e o manual de divulgação científica de Gregorio Reisch.* — Maior estranheza nos causa a escassez de notícias nas obras de Aeneas Silvio Piccolomini (Pio II), sobretudo naquela que pretende ser a descrição cosmográfica da Europa e da Ásia. No capítulo I já este autor nos apareceu integrado no grupo de humanistas italianos que manteve alguns contactos com os descobrimentos marítimos portugueses. Os seus escritos, apesar de correrem entre os eruditos, conseguiram, com uma única excepção, ser propagados pela imprensa, no século XVI. Além dos *Commentarii rerum memorabilium quae temporibus suis contigerunt*, a célebre *História do seu tempo*, que já referimos (capítulo I), e da *Historia Bohemica*, que não interessa ao nosso fito, Piccolomini escreveu uma *Cosmographia in Asiae et Europae descriptionem*, impressa a primeira vez em Veneza, 1503, que, como as demais, alcançou várias edições, em separado e conjuntamente em *Opera quae extant* (3). Como não redigiu a parte da África, Fausto da Longiano, ao publicar, em 1544, a tradução italiana da Ásia e da Europa, acrescentou-lhe a descrição da África, *secondo diversi scrittori* (4). Pio II faleceu em 1464, e o que admira, pois, é que os editores se encarregassem de lhe reeditar a obra, sem qualquer indício de modernidade, em notas ou por acrescentamento. Com efeito, as sucessivas reedições (por exemplo, 1503, 1509, 1531, 1534, 1544) não pretendem tanto prestar homenagem ao escritor do passado como fornecer ao leitor um compêndio claro das terras do Universo. O próprio acrescentamento de Fausto da Longiano desconhecia ainda a principal bibliografia geográfica publicada sobre os descobrimentos portugueses e espanhóis. Alguma coisa sabia, no

(1) *O. c.*, pp. 313 e 333-v.

(2) *O. c.*, col., 1537.

(3) A parte da Europa, conforme se lê no cólofon, foi editada dois anos antes: Impressum Venetiis per Otinum papiensem de luna, anno a nativitate domini MCCCCCI mensi januari die decimo nono. (B. N. Pa., G. 3081).

(4) *La Discrittione de l'Asia, et Europa di Papa Pio II e l'Historia de le cose memorabili fatte in quelle, con l'aggionta de l'Africa secondo diversi scrittori, con incredibile brevità e diligenza*, Vinegia, 1544 (B. N. Pa., Rés. G. 2, 037).

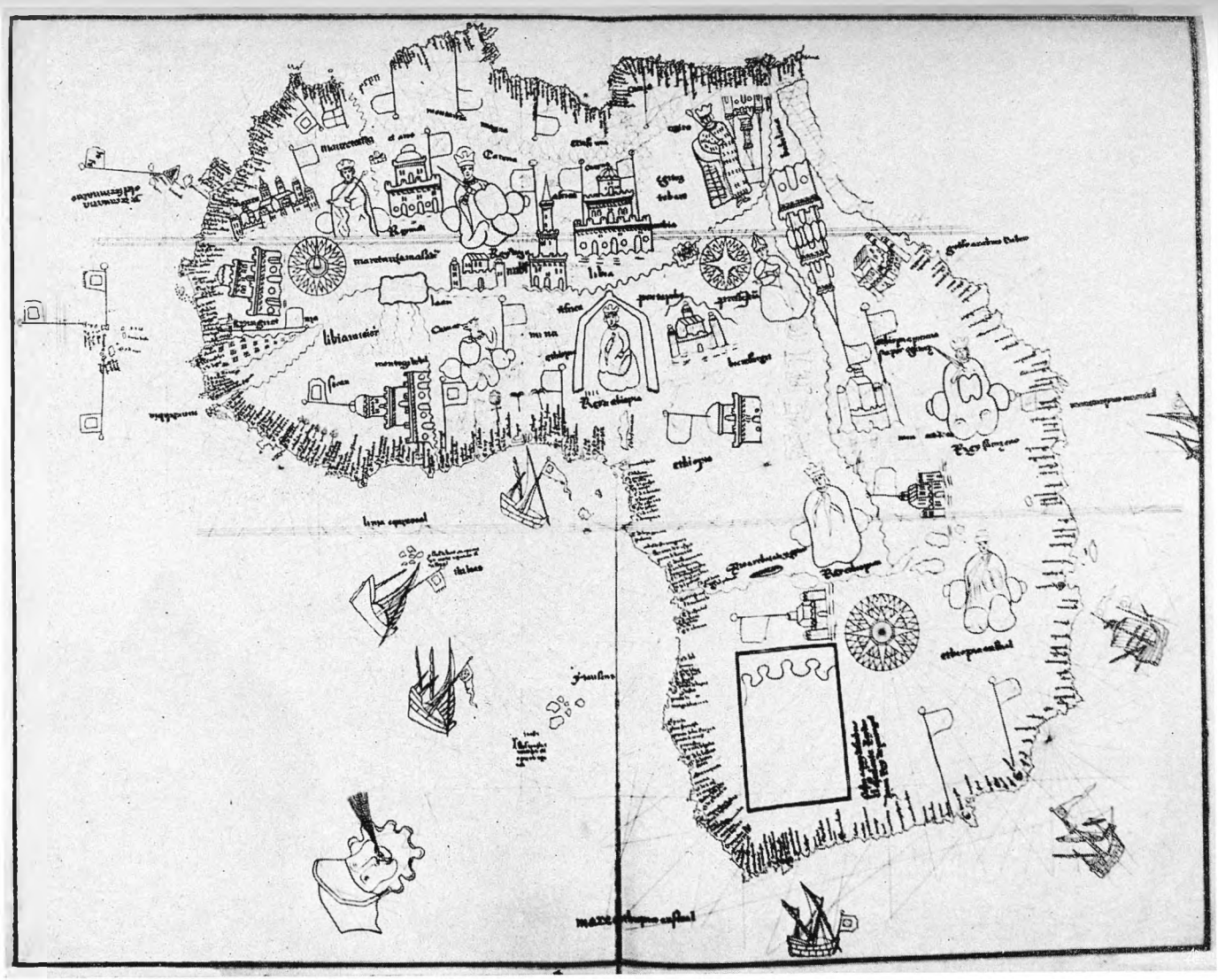


Fig. 40 — África do mapa de Juan de la Cosa, desenhado em 1500

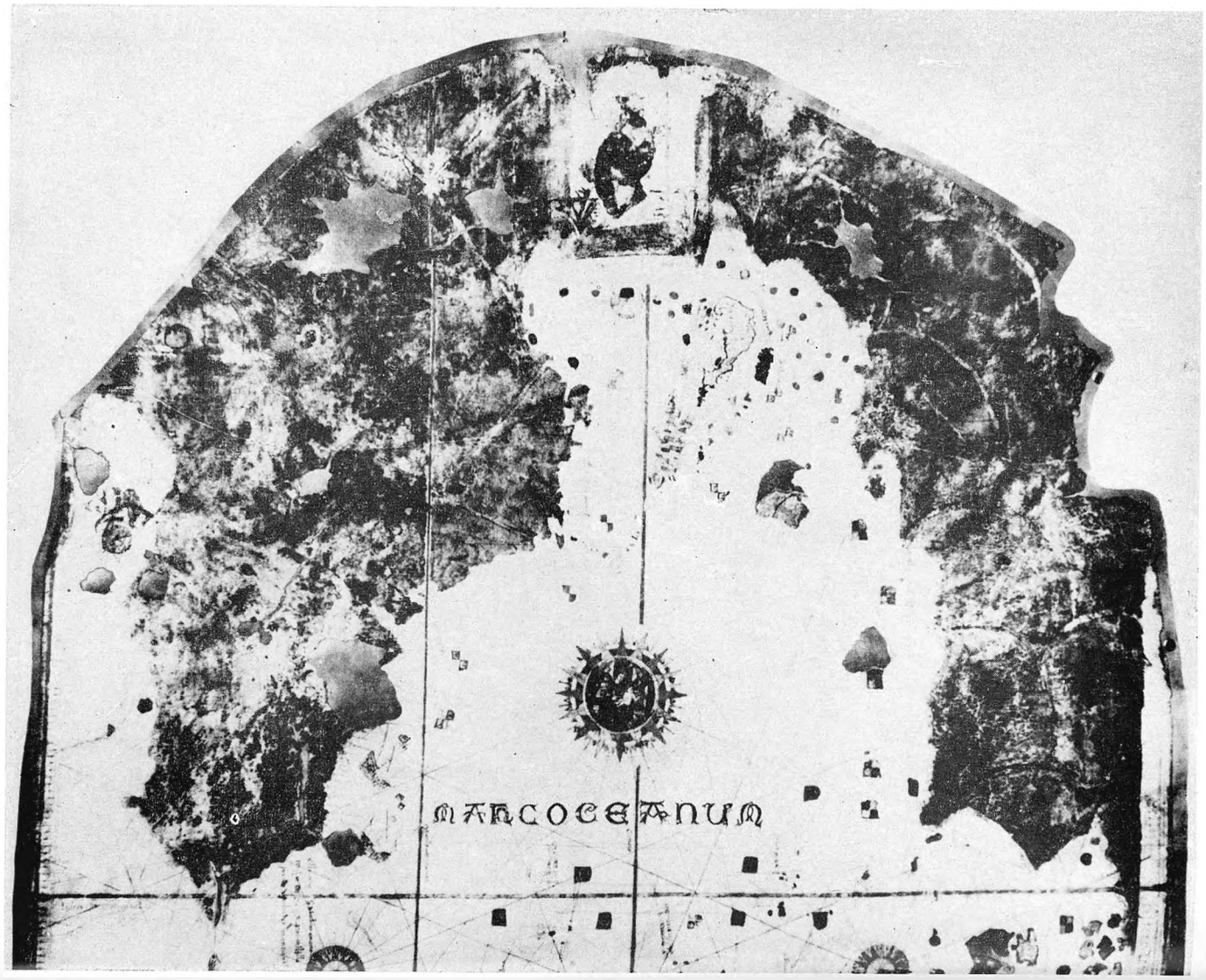


Fig. 41 — Novo Mundo do mapa de Juan de la Cosa (1500)

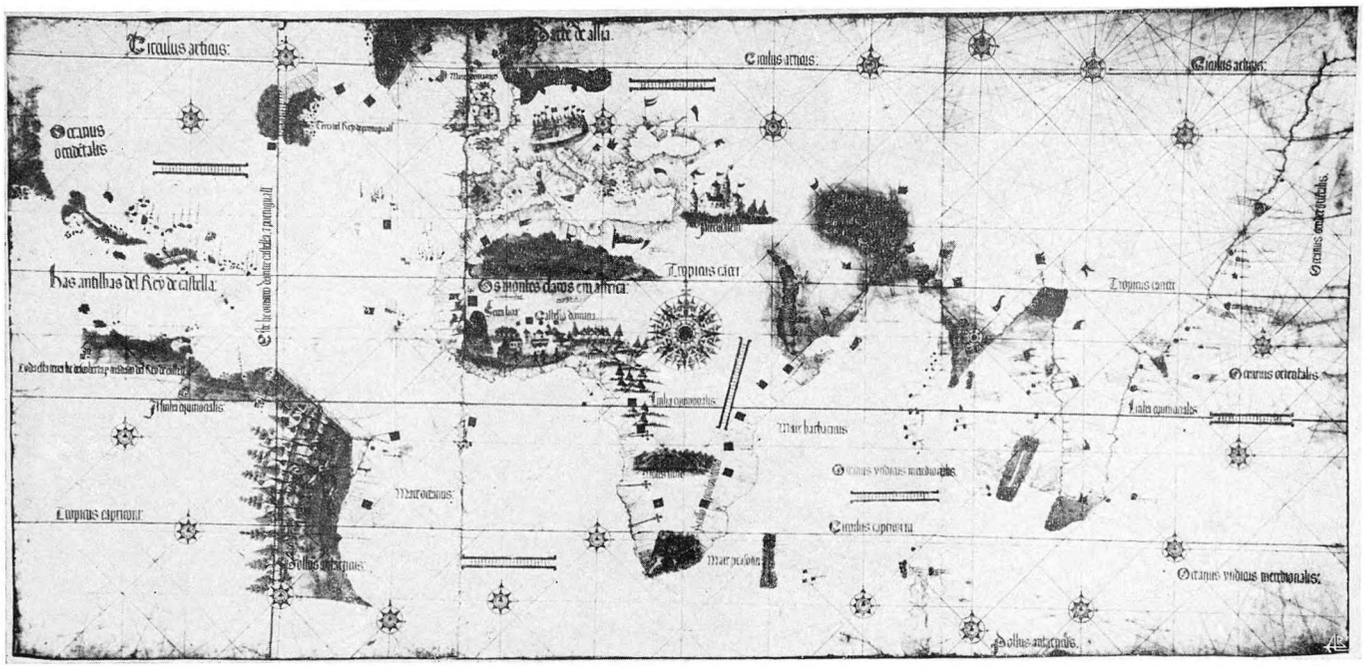


Fig. 42 — Planisfério português anónimo (1502), dito de Cantino, por ter sido adquirido em Lisboa e levado para Itália por este enviado do duque de Ferrara, Hércules d'Este (Módena)

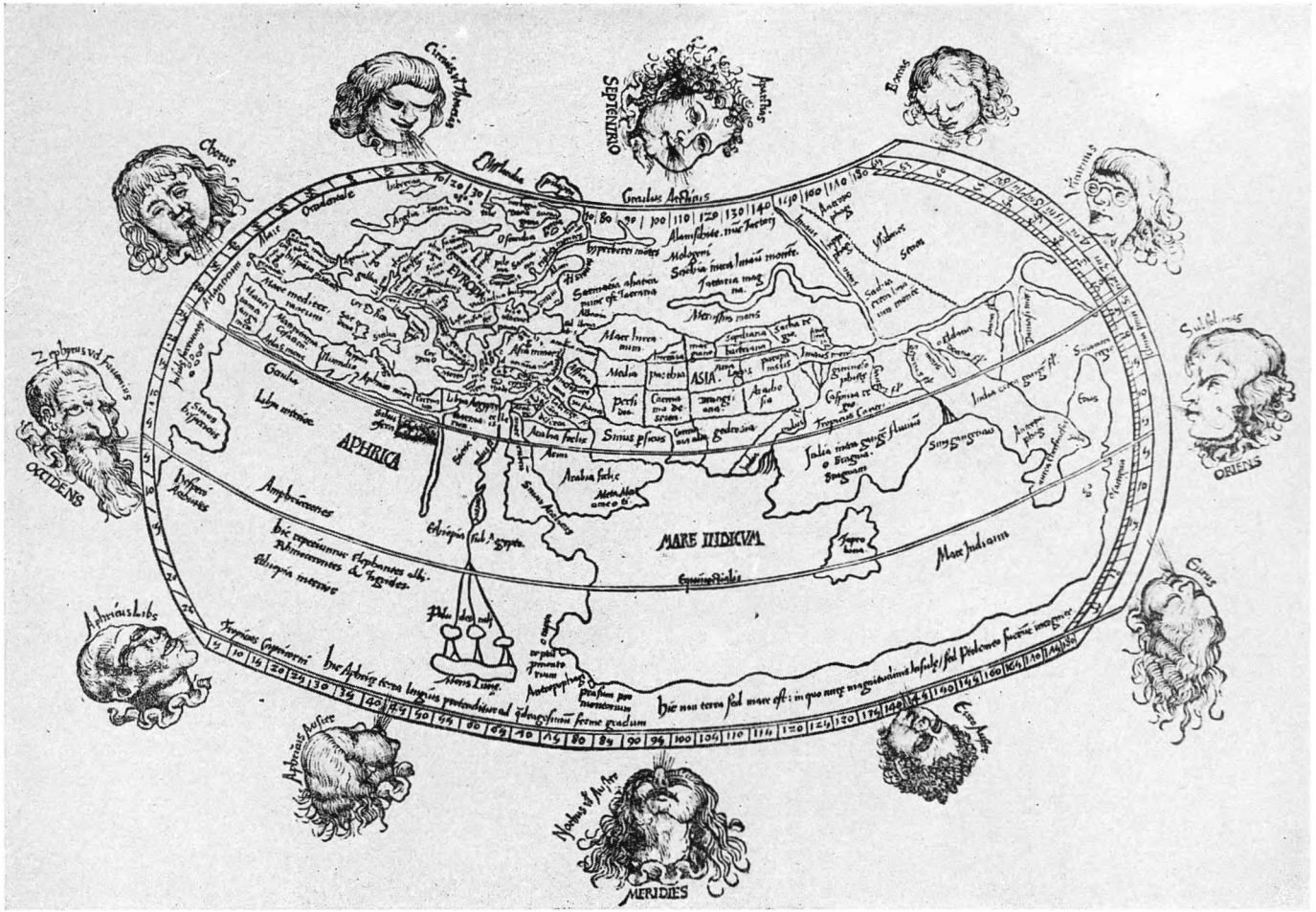


Fig. 43 — Gregório Reisch — *Margarita Philosophica*, 1.ª ed. Heidelberg, 1496. Espécie de enciclopédia do saber desse tempo, foi muitas vezes reeditada, a partir de 1503, por vezes com acrescentamentos, por ex. do *Speculi Orbis*, de Gaultier Lud, cosmógrafo de Saint-Dié, e das *Quattuor Navigationes* de Américo Vespúcio

entanto: «Di che gran fede ne fa la moderna isperienza di questa lunghissima navigatione, da laquale i regi de Portogallo recano ogn'anno ogni sorte di speciarie, e d'altre merci ad Ulisbona». Tinha mesmo conhecimento de que «tutta l'Africa, quanta ella è, tutta è stata d'ogn'intorno navigata, e ricercato ogni lito fin quasi à la foce del mare arabico».

Depois destas promissoras palavras, apenas junta a obrigação de eterno reconhecimento, por se ter aberto a parte do Mundo que durante tantos séculos permaneceu fechada. Da África, só repete o que leu em autores antigos, ocupando-se exclusivamente da Mauritânia, Numídia, Cirenaica, Egipto, Etiópia sob o Egipto e as três Arábias — Pétria, Deserta e Feliz.

Em 1503, portanto, da mesma forma que em 1544, os editores de Sílvio Eneias conservavam-se à margem dos descobrimentos geográficos, em posição de ignorância, acentue-se bem, e não de propósito de fidelidade ao texto do ilustrado Papa, que, já na primeira destas datas, se apresentava muito atrasado, com relação à cartografia. O texto que deixara por sua morte, ocorrida pouco depois da do infante D. Henrique, mal podia ter averbado a descoberta do arquipélago de Cabo Verde, mas talvez se lhe devesse pedir a inclusão das ilhas Canárias, da Madeira e dos Açores. Infelizmente, nesse tempo, não constituía caso único, conforme teremos ocasião de verificar. E até com relação à segunda data, se pode desde já assinalar a mesma atitude, não só em editores de obras mais ou menos antigos, mas até de novos autores, como é o caso de Sebastião Münster.

Famosa em todo o século XVI foi a obra de Gregório Reisch, prior dos Cartuxos, de Friburgo, uma espécie de enciclopédia do saber humano. Já vinha a ser reimpressa desde 1496 (1.ª edição, Heidelberg). As múltiplas edições que alcançou, desde 1503, o uso diário, *son fumet universitaire* em mãos de estudantes, e as relações do autor com os doutos do tempo transformaram-no, na expressão de D'Avezac, no *vademecum* de estudantes da Europa letrada, durante esse século (1). Ensinava cosmografia e princípios de Geometria e Astronomia, Filosofia Racional, Moral, Arquitectura, Música, Matemática, Gramática, etc., tendo algumas edições sofrido acrescentamentos de pequenas obras, como o *Speculi Orbis,* de Gaultier Lud, as *Quattuor Navigationes,* de Vespúcio, uns rudimentos de Cosmografia, de João Honter, uma *Carta universalis terre marisque neotericam descriptionem indicans,* não faltando uma (Basileae, 1535), que foi «castigata et aucta»,

(1) D'Avezac — *Martin Waltzmüller,* Paris, 1867, p. 95. — A mais antiga que consultámos (B. P. Pa. — Rés. R. 812) é de Estrasburgo, 1504.

por Orôncio Finé. Toda a sua nova informação, porém, reduz-se a uns quantos dados genéricos, que se perdem no meio da selva de ensinamentos antigos.

A «Hispania» divide-se em três partes — *Bética,* que, agora, é Granada; *Lusitania,* que compreende Portugal, Castela e Galiza, e *Tarragona,* que hoje reúne a Navarra, Catalunha e Aragão. Entre as ilhas do mar ocidental, nomeia *Dorcades, Hesperides, Fortunatae, America, Parias, Isabela, Spagnolla et Gades.* As designações dos oceanos mantêm-se antigas; a divisão do Globo compreendia, apenas, as três partes clássicas — Europa, África e Ásia. As regiões de África localizam-se ao norte, e as da Ásia também não passam das mais antigas. Isto mesmo, na edição de 1535 (1). Num dos mapas desta edição, vê-se, alfim, a península de *Melacha* e o *Regnum Cathay,* muito ao norte, e numa legenda: *Callikut, Cananor, Seylam, Zanzibar, Iavua.* Em legenda colocada na África, também nesse mapa se lobrigam nomes revelados por portugueses, se bem que não se anote a proveniência: *Melinda, Ginea et Senega.* Aliás, pelo menos desde a edição de Friburgo, 1503, o mapa traz vasto mar onde Ptolomeu inscreve *Terra incognita,* o qual deve ser a primeira indicação cartográfica impressa, devida, sem dúvida, às navegações portuguesas à volta de África para a Índia. As ilhas «mais notáveis» reduzem-se a Taprobana, Ceilão, Java maior e menor *(Ioniam maiorem et minorem),* Cipango *(Zipangri),* «& caetera». Na lista dos nomes de ilhas do oceano e do mar, lembra, no austral, Madagáscar e Zanzibar. Temos de convir que é muito pouco, sobretudo em 1535. Uma melhoria de edição de 1508, com relação à de 1504, consiste, afinal, na divulgação, em gravura, de homens com um só e enorme pé, apenas com um olho, a cabeça no peito ou com cabeça de animal feroz e crianças com duas cabeças.

4 — A Cartografia dos quatro primeiros anos do século XVI

4.1 — *O planisfério de Juan de la Cosa (1500).* — Efectivamente a divulgação das andanças dos Portugueses pelos mares e pelas terras de além encontrava meios diversos de escoamento, uns claros, outros escuros, uns que hoje se detectam e outros que de todo se ignoram. A cartografia uma vez mais denuncia a presença de certos veículos de comunicação, embora nem sempre seja possível determinar-lhes o rasto, desde a origem

(1) B. N. L. — S. A., 746 v.

até ao termo. Neste período, salienta-se, entre todos, o célebre mapa dito de Cantino, precedido no tempo, em 1500, do de Juan de la Cosa (1), o melhor cartógrafo da Espanha quinhentista. Comecemos, pois, por este. La Cosa era biscainho e serviu de piloto na viagem de 1492, de Cristóvão Colombo; de mestre das cartas de marear na frota do mesmo, em 1494; e de piloto-mor na de Alonso de Hojeda, em 1499 (2). Mais de uma vez se deslocou a Portugal, em serviço do seu monarca, que, naturalmente, pretendia conhecer a actividade cartográfica portuguesa. Na primeira (1503), foi preso, por suspeita de espionagem; em 1507 andou embarcado a vigiar a costa algarvia e, cerca de um ano mais tarde, chegava a Lisboa, a fim de adquirir duas caravelas tripuladas por portugueses, que se destinavam à expedição de 1509 à América Central, na qual veio a falecer, em combate com os índios.

O planisfério de La Cosa foi primeiro estudado por Humboldt, que o achou entre os documentos do barão de Walcknaer (3). «É o mais antigo dos mapas manuscritos existentes, onde figuram os maravilhosos descobrimentos dos povos ibéricos» (4), o primeiro em que aparecem registadas

---

(1) Conserva-se hoje no Museu Naval de Madrid, existindo, em fac-simile, no Rio de Janeiro (*Catálogo da Mappotheca do Ministério das Relações Exteriores. Parte 1.ª: Limites do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926; 2.ª parte, *ibd.*, 1929). — Reproduzido por A. Humboldt — *Examen critique de l'Histoire de la Géographie du nouveau Continent*, vol. 5.º, Paris, 1839; pelo visconde de Santarém — *Atlas*. — Recentemente, foi reeditado a cores e descrito com pormenores, em *Mapas españoles de America. Siglos XV-XVII*, Madrid, 1951, pp. 11-19. Reproduções parciais acessíveis: D. Peres — *Descobrimentos portugueses*, p. 89 (cabo dos Mastros), 366 (Antilhas), 418 (América do Sul), 419 (costa sul-americana); A. Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2 ***, Planche 144 (costas de África). Ver outras reproduções indicadas em Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 68, nota, onde diz que foi, «incorrectamente trasladada» no 1.º vol. da *História da Colonização Portuguesa no Brasil;* e em Isa Adonias — *A Cartografia da região amazónica*, 1.º vol., Rio de Janeiro, 1963, p. 11.

(2) Sobre as viagens de La Cosa, ver Humboldt — *Examen critique*, v, pp. 161 e segs.

(3) Humboldt — *Examen critique*, vol. 3.º, Paris, 1837, pp. 167 e 183. Prometeu aí dar mais ampla noticia da biografia e do mapa de La Cosa na *3e section*, que não chegou a publicar-se. — Além da citada obra *Mapas españoles de America*, ver António Vascáno — *Ensayo biografico del celebre navegante y consumado Juan de la Cosa y descripción e historia de su famosa Carta geografica*, Madrid, 1892; D. Leite — *O mapa mundi de Juan de la Cosa*, in *História da Colonização do Brasil*, II, pp. 120-126 e 167-174; id. — *O Brasil no Planisfério de Juan de la Cosa*, in *Descobridores do Brasil*, pp. 65-106; A. Devies — *The «english» coats on the Map of Juan de la Cosa*, in *Imago Mundi*, XIII, Estocolmo, 1956, pp. 11-25; E. Roukema — *Some remarks on the La Cosa Map.; ibd.*, XIV, S'Gravenhage, 1959, pp. 38-54.

(4) D. Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 45.

terras do Novo Mundo e o acontecimento da descoberta do caminho marítimo para a Índia (1) — e não, como se tem repetido, sem reparar nas interpolações não anteriores a 1502, o mapa mais antigo que representa costas do Brasil. Esta glória cabe, justamente, ao autor português da denominada carta de Cantino (2).

Para se poder estudar convenientemente o planisfério de La Cosa, torna-se necessário conhecer a lição de Duarte Leite, enunciada nestes termos: «Não é inteiramente autêntico; talvez não seja autógrafo e, com certeza, sofreu retoques e acrescentamentos». Apesar disso e de apenas se ter descoberto, em 1832, numa loja de antiguidades de Paris, sabe-se que influiu na cartografia posterior, no que respeita aos descobrimentos espanhóis. No que concerne aos portugueses, o visconde de Santarém já notou que os topónimos da costa ocidental de África «todos são portugueses», como aliás se inferia até mesmo do amplo edifício pintado entre o cabo das Palmas e o das Três Pontas, com um grande estandarte quadrado, que representa a bandeira lusíada, e dos dois navios com flâmulas lusitanas, debuxados, um junto do cabo Formoso e de três ilhas que podem ser Fernando Pó, Príncipe e S. Tomé, e o outro perto de seis ilhas, com a legenda: *Islas nel mare Oceanum Austral* (3). Nada de concreto sabia, por conseguinte, além do termo da viagem de Bartolomeu Dias, ignorando por completo as expedições de Gama e Cabral. A costa oriental de África não passa, pois, de pura fantasia e as do oriente reproduzem a sabedoria ptolomaica. E, contudo, La Cosa teve conhecimento da viagem de Vasco da Gama, terminada catorze meses antes, pois figura-a por uma série de caravelas, que acabava com uma legenda, colocada muito a leste de Calecute, «erròneamente representada no que o autor imagina ser a Índia»: *Tierra descubierta por el Rey don Manuel Rey de Portugal* (4). Era tudo quanto o monarca lusitano informara os Reis Católicos. Por isso, a sua África, «quoique un peu pansue, tourne dans l'océan indien et se raccorde à la Mer Rouge» (5).

No que respeita à América, sobretudo espanhola, já o seu valor se avantaja, servindo indiscutìvelmente de modelo à cartografia seguinte. Representava as Antilhas e, à volta delas, extenso continente, prolongado

---

(1) Id., *ibd.*, p. 68; A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, p. 140, nota.

(2) D. Leite — *o. c.*, p. 199.

(3) Visconde de Santarém — *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, cit., pp. 98-99.

(4) Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 231, e *Descobridores do Brasil*, p. 68.

(5) A. Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2, p. 368.

pelos dois hemisférios, até além dos trópicos. Não vamos entrar no campo das desencontradas opiniões dos historiadores da cartografia, para apurar as viagens marítimas que tornaram possível o traçado das costas. Importa mais definir o significado dessas linhas. Duarte Leite, que ao biscainho apenas concede, como veremos, parte desse traçado, pensa que a concepção de Juan de la Cosa não diferia da de Colombo, para quem as novas terras — já o dissemos atrás —, em vez de constituírem um novo continente, apenas representavam o prolongamento ocidental da Ásia (1).

Crêem autores brasileiros que La Cosa traçou a costa do Brasil, mas o mesmo crítico português insiste, com sérios argumentos, em que nele não figura o nordeste do continente austral até ao Amazonas e daqui até perto do cabo de Santo Agostinho (2). Na realidade, «falta a zona que precede e segue o Amazonas, estando as descobertas espanholas excessivamente distendidas para o sul e ligadas imediatamente às portuguesas».

Aliás, toda a América oferece uma imagem «assaz defeituosa, mesmo atendendo à aproximação que comportavam a náutica e a astronomia da época» (3). Kammerer, ao mesmo tempo que lhe reconhece suma importância, frisa bem a sua mediocridade (4). Deformadas se encontram ilhas e terra firme; mal medidas as distâncias; as latitudes com erros grosseiros, como a de Cuba, que tem mais 12°, apesar de nela andarem os Castelhanos havia já sete anos. Duarte Leite averba estas deficiências — que, na verdade, postulam uma explicação — à conta da insuficiência dos pilotos castelhanos. Kammerer, porém, atribui-as — mas só o pode fazer com relação a alguns — a erros voluntários dos Portugueses, para ocultarem a violação dos tratados com a Espanha (5).

Apesar de tudo, o mapa contém incontestável valor, ao ponto de se não poder substituir por nenhum outro. Antes de mais, revela-nos a concepção que dominava em Castela, no fim do século XV, acerca do novo mundo ocidental. Tratava-se de longa extensão de terras, que ultrapassavam os trópicos de Câncer e Capricórnio e, por conseguinte, de vasto continente, não se sabe se ligado pelo norte com a extrema asiática, visto faltar, pelo menos, um terço do Globo. Harrisse supõe que La Cosa estava convencido de que não eram terras da Ásia e, muito menos, o Cataio (6).

---

(1) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 46.
(2) Id. *ibd.*, pp. 46 e segs.
(3) Id., *ibd.*, p. 69.
(4) Kammerer — *o. c.*, p. 366.
(5) Id. — *ibd.*, p. 367.
(6) Harrisse — *Découverte et Évolution Cartographique de Terre Neuve*, p. 10.

Mas Duarte Leite aduz vários testemunhos que provam ser essa a crença entre os marítimos de Castela, em 1500 (1), concordando ambos quanto à impossibilidade de se apurar, com certeza, o pensamento do cartógrafo. Contudo, o sagaz crítico português pende mais para a identificação da crença de Colombo, Vespúcio e La Cosa, de que as novas terras não passavam de prolongamento das asiáticas.

O mapa de La Cosa inclui o litoral dos Estados Unidos, descoberto por Giovanni Caboto, em 1498, ao serviço de Inglaterra, se bem que «com falsa orientação», assinalado com bandeiras britânicas, e representa «parte considerável do Brasil» (2), fazendo avançar a linha do litoral para leste, até retroceder para sudoeste, sem indicar o nome do cabo formado. Mas, como acentua Harrisse, é digna de reparo a circunstância da ausência total de nomenclatura, de legendas e de estuários, desde o golfo do México até ao cabo Cod (3).

Contra o silêncio de Humboldt e a omissão voluntária da questão, por parte de Harrisse, Duarte Leite defende a tese de que o mapa de La Cosa sofreu notáveis modificações no traçado americano e na nomenclatura, nomeadamente com relação ao Brasil, colocando-se, assim, em oposição a Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva, barão do Rio Branco e Capistrano de Abreu. Entre outros, estes autores brasileiros crêem na autenticidade da carta e imaginam, uns, que nela está figurada a primeira viagem de Alonso Hojeda ao Brasil, em 1499, e, outros, que também lá se descobrem as de Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe, em 1500. Duarte Leite mostra com bastante certeza que La Cosa nada sabia do Brasil e os três supostos descobridores dessa região não a visitaram em 1500, não podendo, eles, consequentemente, ter contribuído com a nomenclatura que La Cosa inscreveu no seu planisfério. Os topónimos pertencem, pois, a outras expedições, posteriores à feitura da carta (4).

Quanto à *Ysla descubierta por Portugal*, desenhada a leste do cabo da costa brasileira, pretendem Varnhagen e Harrisse que figura a terra encontrada por Cabral, e Duarte Leite, que se identifica apenas com a ilha de Fernando Loronha, por este avistada na viagem de 1501-1502.

---

(1) Duarte Leite — o. c., p. 72.

(2) Id. — *ibd.*, p. 69.

(3) H. Harrisse — o. c., p. 9. — Ver também *Planisphère de la Cosa*, in o. c., pp. 18-25. Aí se descrevem os contornos geográficos que respeitam às descobertas de Cabot. Na carta de La Cosa «l'on doit chercher la première délination de Terre Neuve, si tant est qu'elle s'y trouve» (p. 18).

(4) Duarte Leite — o. c., pp. 79 e segs.

Quere-nos parecer que anda avisado Duarte Leite, quando rejeita a opinião dos conceituados historiadores, visto estar errada a sua localização e orientação. A mão estranha deve pertencer igualmente «tudo quanto está a sul do cabo de Vicentians», cabendo ao cartógrafo biscainho — de todo o planisfério — as Antilhas, a terra descoberta por Hojeda e talvez a que o foi por Caboto. Isto, o que se afigura poder-se-lhe deixar, «com certeza» (1).

Da leitura dos vários críticos que estudaram o mapa de Juan de La Cosa fica-nos a impressão de que a sua influência, de uma maneira geral, se vai manifestar no sentido em que revelava novidades, isto é, terras descobertas por Espanha e as da América do Norte, assinaladas com as bandeiras inglesas. Os descobrimentos portugueses, mesmo os americanos, andavam mais bem guardados, até essa data, tornando-se sumamente difícil, no final do século XV e primeiros anos do XVI, conseguir elementos cartográficos. Por isso, tem muito de verdade a asserção de Kammerer, que assinala «une caractéristique générale, facilement explicable d'ailleurs, de tous les monuments géographiques que nous allons étudier s'échelonant entre 1500 et 1516 ou même 1520, est de connaître beaucoup mieux l'Amérique que l'Extrême-Asie» (2).

Sem grande rigor histórico, divide pela Espanha tudo quanto respeita à América e por Portugal o que concerne à África e Extremo Oriente, considerando as nossas descobertas mais tardias. Com mais verdade, reconhece então que «pour l'Arabie méridionale et l'Océan Indien tout entier, la cartopraphie est, à partir de 1500, l'oeuvre exclusive des portugais interpretées par des portugais, ou, quelquefois par des italiens au service du Portugal».

Quanto à África e ao Extremo Oriente, se nem tudo é obra de Portugal, como Kammerer nos concedia, não se pode negar, no entanto, que por cá passava, efectivamente, a maior parte ou a quase totalidade de quantas informações válidas corriam pela Europa e, de uma maneira ou de outra, chegavam às mãos dos cartógrafos estrangeiros, como vamos ver nas páginas seguintes. Essa divulgação tornou-se possível, conforme se poderá também verificar, sobretudo através do protótipo de que os cartógrafos se vão servir — do que nos vamos ocupar seguidamente.

---

(1) Id. — *ibd.*, pp. 98-100.

(2) Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2, p. 366.

4.2 — *O Planisfério português dito de Cantino* (1502). — Dentre os mapas que passaram para o estrangeiro, ocupa lugar cimeiro o planisfério que Alberto Cantino, por suborno de cartógrafo português, mandou executar em Lisboa, no ano de 1502 (1). A 21 de Agosto de 1501 ainda Angelo Trevisano comunicava de Espanha a impossibilidade de alcançar qualquer mapa da viagem de Pedro Álvares Cabral, devido ao facto de D. Manuel ter imposto a pena de morte para quem se atrevesse a cometer esse delito (2). Guarda-se actualmente na Biblioteca Estense, de Módena, depois de recolhido pelo director dessa biblioteca, Giuseppe Boni, numa loja de um salsicheiro (3).

Por carta de Cantino ao duque de Ferrara, Hércules d'Este, de 19 de Novembro de 1502, sabemos que foi levado de Lisboa (4), em fins de Outubro, pelo próprio veneziano até Génova, onde Messer Francesco Catanio lhe pagou 20 ducados estritos, de três libras cada um. Havia-lhe custado 12 ducados de ouro em sonante, que não deviam andar longe daquela

---

(1) Publicado, total e parcialmente, inúmeras vezes, por exemplo, na Imp. Becquet f.res et Simon Ernest Leroux Editeur, Rue Bonaparte, 28, Paris — *Fragment du Planisphère envoyé de Lisbonne à Hercule d'Este, Duc de Ferrare avant le 19 Novembre 1502 par Alberto Cantino. De la grandeur de l'original* (Biblioteca Estense à Modène). Ver excelente reprodução integral em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 1.° volume, Lisboa, 1960, estampas 4 e 5. Em Damião Peres — *Descobrimentos portugueses*, a Gronelândia (p. 342), o Atlântico setentrional (p. 348), a Florida (p. 363), as Antilhas (p. 367) e o Brasil (p. 376); em visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do planisfério dito de Cantino*, parte da África e Arábia (p. 56), a Ásia até Malaca (p. 72), costas malaia, siamesa, cochinchinense, etc. (p. 84); António Barbosa — *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa*, a América, costa portuguesa e primeiro troço da costa ocidental africana (p. 136); visconde de Lagoa — *Da influência da cartografia coeva no descobrimento do estreito de Magalhães*, a América austral (p. 284). Nem todas estas reproduções se apresentam com a nitidez desejável, defeito que igualmente se nota na reprodução integral de A. Cortesão, em *Cartografia e cartógrafos*, II, estampa 2.

(2) *Apud* Berchet — *Fonti italiane per la scoperta del Nuovo Mondo*, in *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, p. 47. — Sobre a data, ver D. Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 198. — Ver, no fim deste parágrafo, pormenores sobre o Alvará de D. Manuel.

(3) A história da saída do Paço Ducal e do retorno à sua biblioteca é contada, entre outros, por D. Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 225.

(4) Sobre a sua indubitável naturalidade portuguesa, posto que se admita intervenção posterior de italiano, antes da entrega ao duque, ver, entre outros, D. Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 232, e Lagoa — o. *c.*, pp. 95 e segs., onde discute com Duarte Leite, sobre a possibilidade de se tratar de um original ou de simples cópia e raciocina acerca do recurso a padrões oficiais ou directa intervenção nas frotas de Gama e Cabral.

quantia. «La charta è di tal sorte, et spero che in tal manera piacerà a V. Ex. — adianta Cantino — che non gli serà molesto haver per epsa exbursato dicta quantitade» (1).

O duque recebia inapreciável prenda que, decerto, estimou na devida conta, visto que a colocou na sua livraria, poucos dias antes do fim do ano. Como sublinhou Duarte Leite, «o Príncipe Magnífico d'Este conta-se no escasso número de pessoas, fora de Portugal, a cujos olhos atónitos foi patente, tão cedo como em 1502, a fiel imagem de conjunto dos feitos náuticos portugueses» (2). Efectivamente, o planisfério valia aquela soma, e muito mais, porque revelava os conhecimentos mais modernos de geografia, comprovados pela experiência e, por conseguinte, sem recurso a fantasias e imprecisões ptolomaicas.

Incluía já a ilha de Ascensão, descoberta por João da Nova, que chegara a Lisboa em 13 de Setembro de 1502. Pela primeira vez se divulgavam, cartogràficamente, as explorações portuguesas na América setentrional e na austral, na África meridional e oriental. Figuravam-se a Gronelândia, a Terra Nova, a Flòrida, o Brasil; demarcava-se, com precisão, toda a linha das costas de África, que apresentam exuberante toponímia, sobretudo, na parte ocidental, mesmo nos extremos su-sudoeste e sul. A África constitui a figura central da carta, a mais perfeitamente traçada e belamente iluminada. As concepções ptolomaicas, como veremos mais pormenorizadamente, a pouco se reduzem, e apenas no oriente asiático. Mesmo assim, desde agora, a cartografia passa a rejeitar a lenda do *mare clausum*, de concepção ptolomaica, que era o Índico.

Deste modo se compreendem os elogios que a crítica unânimemente lhe distribui. Henri Harrisse considera este planisfério como «le document cartographique du XVIe siècle le plus important qui nous soit parvenu» (3). Armando Cortesão classifica-o «sem dúvida, o mais alto documento da cartografia nacional e um dos mais célebres e valiosos da

---

(1) A. Cantino — *Carta a Hércules d'Este*, de Roma, 19 de Novembro 1502. Publicada a primeira vez por H. Harrisse — *Les Corte-Real*, pp. 215-216, e, depois, in *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa*, 2.ª classe, t. VI, parte II, Lisboa, 1892; *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, p. 153; Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 229; A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, I, p. 143, nota 2; L. de Albuquerque e J. L. Tavares — *Algumas observações sobre o planisfério «Cantino»*, p. 10 (fac-simile), p. 11 (leitura).

(2) Duarte Leite — *o. c.*, p. 230.

(3) H. Harrisse — *Les Corte-Real*, p. IX, e id. — *Document inédite concernant Vasco da Gama*, cit., p. 14.

cartografia mundial» e «preciosidade de valor inestimável» (1). Ravenstein enaltece-lhe a extraordinária correcção (2) e Alberto Kammerer, entre outros, demora-se a filiar nele e no de Canério as cartas e os traçados posteriores de maior perfeição e novidade (3). A. Teixeira da Mota, depois de acentuar que, «sem ele, a história dos descobrimentos portugueses seria bem mais pobre do que é», concede-lhe, «na brilhante história da cartografia portuguesa», «lugar idêntico ao das tábuas de Nuno Gonçalves na história da pintura portuguesa» (4). Carlos França aprecia-o pela figuração de três exemplares da *Ara macao*, Lin., que representam «admiràvelmente» a fauna brasílica (5). Enfim, Luís de Albuquerque e J. Lopes Tavares afirmam tratar-se da «primeira carta conhecida a representar as linhas do equador e dos trópicos (o que corresponde, indirectamente, à introdução de uma escala de latitudes no desenho)», «o mais antigo esboço cartográfico entre os que figuram os contornos do Novo Mundo, já com a sugestão de se tratar de um continente; e também o primeiro que, quanto à representação de certas regiões orientais, decisivamente se desvia dos contornos ptolomaicos» (6).

Dado o seu alto valor, tentaremos, ainda que sem muitos pormenores, a descrição de todo o planisfério. O território europeu não difere das cartas que o precederam, entre as quais não é difícil encontrar mesmo algumas mais perfeitas. A deficiência incide, inclusivamente, no que respeita a Portugal, em que não aparecem mais que uma vintena de topónimos (7). Na verdade os Portugueses não se haviam dedicado a cartografar a Europa e a curiosidade estrangeira sabia-o muito bem e não vinha cá procurar mapas dessas regiões.

Quanto às costas de África, já a perfeição se apresenta, como dissemos, com notáveis características de rigor, da Cirenaica ao estreito de Gibraltar (8) e daqui até ao estreito de Bab-el-Mandeb (9). O litoral do

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia e cartógrafos*, I, pp. 139 e 151.

(2) E. G. Ravenstein — *Martin Behaim. His Life and his Globe*, p. 26.

(3) Kammerer — *La Mer Rouge*, cit., 2.º vol., pp. 400 e segs.

(4) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias*, cit., p. 308.

(5) Carlos França — *Os portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil*, separata da *Revista de História*, vol. XV, Lisboa, 1926, p. 7, nota 2.

(6) Luís de Albuquerque e J. Lopes Tavares — *Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino» (1502)*, p. 5.

(7) Visconde de Lagoa — *o. c.*, p. 39.

(8) Id. — *ibd.*, p. 41. — Neste troço se mostra superior ao de La Cosa e dito do Dr. Hamy, apresentando cerca de 110 topónimos.

(9) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 9.

ocidente — que A. Teixeira da Mota considera como resultado do levantamento hidrográfico a que procederam Mestre José Vizinho e Duarte Pacheco Pereira, por determinação de D. João II, utilizando os novos métodos de latitude (1) — está coberto de abundante nomenclatura: nas costas noroeste de Marrocos e Rio de Ouro, 60 topónimos ultrapassam o habitual das cartas dos nossos dias, da mesma escala, como anota o visconde de Lagoa. As imperfeições de maior vulto reduzem-se à projecção exagerada de Mazagão, Safim e cabos Bojador e Branco (2). A seguir à Angra de Gonçalo de Sintra, lê-se a indicação de *Os montes claros em Áfrıca,* e, próximo do cabo Branco, a de *Terra del Rey organo o qual Rey he muy nobre e muito rico.* A leste desta: *Terra del Rey de Nubia o qual Rey sempre truce (?) continuadamente guerra con el presto Juâ o qual Rey he mouro e e muyto ayemjguo de crstãos* (sic).

O arquipélago de Cabo Verde está colocado com acerto e assemelha-se, especialmente a ilha de Santiago, ao das cartas das ilhas desenhadas por Valentim Fernandes, a partir do padrão da Casa da Mina e da Índia (3). Entre os cabos Branco e Verde, podem-se assinalar algumas imperfeições, sobretudo na configuração do primeiro desses cabos, e acentuado prolongamento para oeste. Mas já os litorais do Senegal, da Gâmbia, das Guinés, Serra Leoa e Libéria revelam perfeição, aliás antes notada, em parte, em La Cosa. Na Serra Leoa e na Mina regista-se, com ênfase, a exploração de ouro por parte do rei de Portugal. A nomenclatura que enche o litoral, bastante bem delineado, das Costas do Marfim e do Ouro, Daomé, Nigéria, Camarões, Gabão, Congos, Angola e Sudoeste Africano, passa de duas centenas de topónimos. Na foz do rio Zaire uma cruz representa o padrão de Diogo Cão e uma legenda recorda o contacto dos Portugueses com o «Rey de magnicongo».

A costa meridional manifesta franca melhoria, com relação à de La Cosa (4). A oriental, desenhada «com ligeiros senões, se bem que consideràvelmente melhor que o grosseiro esboço do cartógrafo biscainho» (5), destruta de toponímia árabe, fornecida por outiva directa ou por portulanos recolhidos por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Desde o rio do Infante lêem-se mais de trinta denominações, intervaladas por

(1) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias,* cit., p. 307.
(2) Visconde de Lagoa — *o. c.,* p. 42.
(3) A. Fontoura da Costa — *Carta das ilhas,* cit., p. 65. — Ver, aí, mapa, pp. 56-57.
(4) Visconde de Lagoa — *o. c.,* p. 50.
(5) Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil,* p. 236.

legendas e bandeiras portuguesas, como cabo Falso, golfo das Agulhas, cabo do Infante, rio da Lagoa, cabo das Correntes, Çaffalla das Minas de Ouro, rio dos Bons Sinais, Moçambique, rio de Fernam Veloso, ilhas de Sam Lazaro, Qujllua, Zanzibar, Mombaça, Melinde, Pate, Mogadoxo.

As maiores deficiências que se podem apontar incidem no traçado da costa do Natal e da que se estende de Lourenço Marques ao cabo das Correntes. Bandeiras e legendas assinalam a presença portuguesa e a amizade entabulada com os reis autóctones. A forma rectangular que se dá a Madagáscar, ainda representada na posição N-S, diferente da real e com a designação de Comorbimam, vai figurar em toda a cartografia, até meados do século XVIII, com raras excepções, como é o caso de Canério e de Pedro Reinel (1). De forma que «só agora surge o Continente numa carta tal qual verdadeiramente é, desde Alexandria até às Colunas de Hércules: deste estreito até ao cabo que o seu descobridor intitulou de Boa Esperança e, daí, até ao Sino Arábico e às portas do golfão de Meca ou Mar Roxo».

O golfo de Aden orienta-se exageradamente em sentido nordeste-sudoeste, com excessivo encurtamento da costa do Hadramante, talvez por informação errada dos tripulantes da nau de Diogo Dias, que se desgarrou da frota de Cabral e chegou até à entrada do mar Vermelho. A forma inexacta deste mar e a escassez de topónimos parecem demonstrar que se não recorreu às fontes coevas, nomeadamente italianas e árabes (2). Ter-se-á, pois, preferido a informação dos portugueses que em 1501 haviam realizado o primeiro périplo oceânico da África, sob o comando de Diogo Dias (3).

As costas de África também são, por vezes, delineadas com acentuadas imprecisões. Daqui que o visconde de Lagoa, contra o parecer dos Profs. Duarte Leite, Armando Cortesão, do Comant.e A. Teixeira da Mota e de Luís de Albuquerque, rejeite a utilização de cartas ou experiência orientais (4). À informação colhida nos mesmos locais, sempre que possí-

---

(1) Greenlee — o. *c.*, p. 82 — Ver, também, visconde de Lagoa — o. *c.*, pp. 58-62.

(2) Visconde de Lagoa — o. *c.*, p. 64.

(3) Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias*, p. 309.

(4) Visconde de Lagoa — o. *c.*, pp. 67-71, 86 e segs.; Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 236; A. Cortesão — o. *c.*, p. 9; A. Teixeira da Mota — o. *c.*, p. 309; id. — *Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans l'Océan Indien avant le XVIe siècle*, p. 74 (26); Luís de Albuquerque e J. Lopes Tavares — *Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino» (1502)*, p. 7 — Os dois últimos trabalhos são, de longe, os que melhor estudam este ponto.

vel, atribui aquele crítico tanto as imperfeições como as partes válidas. Como quer que seja, todos os historiadores da cartografia concordam em que a influência de Ptolomeu apenas se faz sentir claramente no traçado rectangular do golfo Pérsico e em alguns topónimos. Desapareceu o *Magnus Sinus* e a península indostânica está bem representada, em forma de triângulo isósceles, quase perfeito, bem colocado em relação ao equador e com a extensão correcta da baía de Bengala. O mesmo se não pode afirmar da península da Malásia, em forma de trilátero agudo, excessivamente prolongada para sul, bem como da ilha Samatra, que lhe fica ao lado.

Com relação à costa indostânica, que mais directamente interessou a Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, relevamos o golfo e a cidade de Cambaia, aquele ampliado na largura e no sentido da parte setentrional, esta e o seu porto assinalados com uma bandeira e a legenda: *Cambaya esta o norte em XI graos i mº aquj ha laquar e panos finos de toda sorte e figuos pasados e huvas e encẽsso e almjzquer e ambre e aljofar o que tudo vem de dentro pollo o sentam* (sertão) *de dasserto* (deserto?). O visconde de Lagoa supõe que o erro da latitude, que se aproxima de metade do real, se deve imputar ao calígrafo e não ao cartógrafo. A importância comercial ficava, no entanto, bem determinada e ajudava a formar ideia correcta do movimento económico do Oriente.

Por toda a costa do ocidente indiano abunda a nomenclatura, que uma nódoa escura torna em boa parte ilegível. Limitamo-nos, por isso, a destacar, apenas, *Dema* ou *Demã*, que decerto corresponde a Damão; *Magalor, Cananor, Pandarane* (Kollam), *Calecute* e, no mar, *Angediva*. Estes dois últimos topónimos ostentam bandeiras que parecem portuguesas e junto da primeira lê-se a legenda: «*Aquj he calicut hua muito nobre cidade descoberta por el muy escraricido prĩnpe* (príncipe) *Rey dom manuel Rey de portugall aqui ay muyto menxuy* (benjoim) *de sua natureza e pimenta e outras muytas mercaderias que vem de mutas ptes* (partes). *s.* (scilicet) *canela gengibre crauo emcensso sandalo e todas sortes de especieria e pedras de grande valor e plas* (pérolas) *e aljofar*.

Deste modo ficava a Europa inteirada da fonte das especiarias, drogas e pedraria, que os Portugueses traziam do Oriente. Localizava o *hinterland* desse comércio, e via cartogràficamente representados os dois caminhos então possíveis: Calecute-Veneza (via Ásia) e Calecute-Lisboa (via oceanos Índico e Atlântico). No entanto, a advertência de que a cidade de Calecute havia sido descoberta pelo monarca português era o bastante, por força do direito vigente, para se saber que se entrara nos domínios lusitanos, que as demais nações tinham obrigação de respeitar.

Em todo o caso, aí estava a porta aberta para possíveis desrespeitos pelos direitos alheios. Compreende-se, assim, que Portugal proibisse a divulgação das suas cartas marítimas e que esta tivesse de ser sonegada a peso de ouro.

Calecute representava o centro de interesse do comércio oriental e aos Portugueses não sobejara muito tempo para visitarem outras regiões. Percorreram a costa do Malabar, e recolheram informações valiosas. Mas a nomenclatura, no planisfério, não é abundante. Um grupo de ilhas colocadas a N-S talvez se possam identificar com as Maldivas e Laquedivas, embora os nomes pouco signifiquem a este respeito. A ilha de Ceilão, um tanto deslocada para o norte, revela três topónimos, hoje identificados: *Morachim* (Marutankeni ou Mullaitivu), *Traganameler* (Trincomalee) e *Panano* (Panawa). E como todas estas terras orientais importavam, sobretudo, pelo aspecto económico, não falta aí a esclarecedora legenda, com as principais produções: «*Aqui nace a canella e muytas sortes de especieria e aqui pescam as plas* (pérolas) *e el aljofar sam as gentes desta ilha idolatras e tratam... com caliqut*».

No extremo norte do golfo de Manar, o anónimo cartógrafo português regista, também pela primeira vez em cartografia, profusão de baixos, «com inclusão dos que constituem a Adam's Bridge da cartografia moderna». Toda a costa oriental da península está desenhada «em sentido quase rigoroso nordeste-sudoeste e a norte-sul a partir de um ponto que se aproxima da realidade se abstrairmos da posição em que o cartógrafo o coloca, em relação a Ceilão, e se dermos a esta ilha a devida deslocação para o austro» (1).

No porto de *Catiguam* (Satigão) lê-se a informação de que «*esta em XI pulgadas o norte*» e que «*aquj ha panos muto finos de seda e dalgodam e arroz e azucar e çera e outras mutas mercadorias*».

A extremidade setentrional da baía de Bengala apresenta-se deslocada para o norte em linha recta e sem indicação das bocas do Ganges, figuradas em Ptolomeu. A costa oriental dessa baía e as seguintes até ao sueste da península Malaia já não manifestam grande progresso, com relação aos mapas das edições da geografia ptolomaica e a nomenclatura torna-se indecifrável. Apenas fixaremos *Modobar* e *Malaqua*. Naquele topónimo inscreveu a notícia: «*aqui ha sandalos e mchynym i ruybarbo e aljoffar*», e neste após a legenda: «*em esta cidade ha todas as marcadarias que vem a qualicut .s. cravo e benjoym e lenholoc* (lenho aloés ?) *e sam-*

(1) Visconde de Lagoa — o. *c.*, p. 77.

dalos estoraque e ruybarbo e marfim e pedras preciosas de muita valia e plas (pérolas) *e almjzquer e porçolanas finas e outras mutas mercadarias todas a mor parte vem de fora contra a trra* (terra) *dos chins*».

Desde agora ficava a Europa exactamente informada acerca dos dois pontos-chave da comercialização das riquezas que do Oriente passavam à Europa, por mãos dos Mouros e dos Egípcios, antes da chegada dos Portugueses. Dispunha, pois, de dados concretos para efectivar a sua opção, fazendo um acto de fé na capacidade dos cristãos em frente dos islamitas. Os conhecimentos geográficos caíam, assim, ao serviço dos factores económico-financeiros dos Estados europeus.

As demais ilhas e os restantes topónimos são de menor interesse e revestem diminuta segurança na informação dos produtos comerciáveis. Na legenda da célebre *Taprobana* (Samatra) — «a mor ilha que se acha em o mundo e a mais rica de todas as cousas» —, concede-se-lhe ouro, prata, pedras preciosas, pérolas, rubis de grandes dimensões, todas as qualidades de especiarias, sedas, brocados. Omite, pois, a cânfora e a pimenta preta e inclui indevidamente a prata. Sobre os habitantes, limita-se a registar o comércio com outros povos, a sua idolatria e um traço psicológico: «gentes... muito dispostas». Noutros pontos, como no extremo da península, regista chumbo, almíscar, benjoim e sândalo, e, um pouco a nordeste, esses e mais dois produtos — estoraque e linaloé (1).

A segurança da informação ia decrescendo, à medida que as terras se afastavam para oriente e a sua importância diminuía, naturalmente.

O continente americano aparece distribuído entre Portugal e a Espanha. Junto à Terra Nova e à Gronelândia, assinaladas com a bandeira portuguesa das quinas, escreveu legendas preciosas que constituem, com as referências de Cantino e Pasqualigo, os únicos testemunhos contemporâneos das descobertas portuguesas dessas regiões. Terra Nova é «*terra del Rey de portuguall*», «*descoberta per mandado do muy alto excellentissimo principe dom manuell Rey de portuguall, a qual descobrio gaspar corte Real* (2) *cavalleiro na cassa do dito Rey, o quall quando a descobrio mandou um navio com çertos omes e molheres que achou na dita terra e elle ficou com outro navio e nunca mais veo e crese que he perdido e aqui ha muitos mastros*».

---

(1) Estas e outras produções, com as respectivas localizações, podem ver-se no citado estudo do visconde de Lagoa, pp. 83 e segs.

(2) Iniciou a viagem em 15 de Maio de 1501, com três barcos, e enviou dois a Lisboa, que chegaram a 9 e a 11 de Outubro.

A Gronelândia foi «*descober* (sic) *per mandado do muy esçelentissimo prīcepe dom manuel Rey de portugall a quall se cree ser esta a ponta dasia E os que a descobriram nam chegarõ a terra mais* (mas) *viranla e nam viram senam serras muyto espessas polla quall segum a opiniom dos cosmo-ſricos* (cosmógrafos) *se cree ser a ponta dasia*».

Como estas duas regiões não figuram no mapa de La Cosa, a sua descoberta só pode resultar de explorações portuguesas, apesar de a Gronelândia já ser conhecida dos Noruegueses. O facto de D. Manuel as não mencionar na carta aos Reis Católicos e de se não ter guardado o sigilo que as ocultasse aos espiões italianos, parece traduzir a desconfiança de el-rei, de que caíssem além do meridiano convencionado (1). Se assim aconteceu, também é certo que, mais tarde, o soberano se julgou com direitos sobre a Terra dos Bacalhaus, à qual enviou, entre outros, João Álvares Fagundes.

Uma e outra região foram localizadas erròneamente e sem toponímia, concluindo-se daí deslocação propositada, em que nem todos os críticos acreditam (2). A insistência de que a Gronelândia constituía a ponta da Ásia baseia-se na persuasão de que a Escandinávia, aí figurada, não fazia parte da Europa, mas era o extremo ocidental do continente asiático. Resta saber qual a concepção verdadeira dos portugueses de então. As novas terras pertenciam à velha Ásia ou formavam um continente desconhecido? Pasqualigo faz-se eco, como vimos, da persuasão lusitana de se tratar de terra firme — de novo continente — ligada a outra terra, descoberta igualmente pelos Portugueses, no ano anterior: as Antilhas de Castela (carta de 18 de Outubro de 1501). A ligação com a Terra dos Papagaios e as Antilhas será fruto de adivinhação, segundo propõe Humboldt (3), e a linha contínua que aparece no mapa de La Cosa poderá tomar-se como o primeiro documento cartográfico que fixa essa continentalidade, conforme pretende Harrisse, que atribui a prioridade da ideia aos Castelhanos (4). Mas não restam possíveis dúvidas de que essa glória não compete a Vespúcio, como reivindicam certos historiadores que já referimos, e que a favor dos Portugueses militam vários argumentos difíceis de impugnar. Recordem-se, entre outros, o trecho de Duarte Pacheco Pereira,

---

(1) Harrisse — *Les Corte Real*, p. 204; Duarte Leite — *O mais antigo documento do Brasil*, p. 239.

(2) Pode ver-se, a este respeito, e sobre as tentativas portuguesas de atingir, por ai, o continente asiático, Duarte Leite — o. c., pp. 239 e segs.

(3) Humboldt — *Examen critique*, t. IV, p. 263.

(4) H. Harrisse — *Les Corte Real*, p. 132.

de cerca de 1505. Duarte Leite crê que, além de revelar viagens lusitanas pela América, permite asseverar peremptòriamente que, «pela primeira vez em escrito conhecido, embora impresso séculos depois», se observa «a realidade de um vastíssimo continente unido que, na esfera terrestre, se estende em largueza superior a um quadrante, e do qual nam foy visto nem sabido ho fim e ho cabo» (1).

A representação das Antilhas, em que surge pela primeira vez esse nome escrito como ainda hoje o grafamos, diverge de La Cosa, embora se baseie, naturalmente, nalguma carta espanhola (2). Por isso, a sua orientação, e particularmente a de Cuba, é mais exacta na carta portuguesa do que na do biscainho. A noroeste da ilha Yssabela surge uma terra que tem sido alvo de acaloradas discussões, sobretudo a respeito dos primeiros descobridores europeus. Concorda-se, em geral, que aí se figura a Florida, e, por conseguinte, onze anos antes do pretenso achamento de Ponce de Leon (3), pretendendo Vignaud que a sua configuração terá sido traçada com ajuda de Vespúcio. Duarte Leite, porém, taxa a hipótese de gratuita, visto se estribar simplesmente na estada de Vespúcio em Lisboa, acentuando, com inteira razão, a falta integral da vasta costa que se estende do Yucatan até à Florida, que contorna o golfo do México. Toda essa extensão, se acreditarmos em Vespúcio, a percorreu ele, em 1497 (4). Como quer que seja, a Florida aparece claramente traçada; o golfo do México no seu verdadeiro lugar e com profunda reentrância *(échancrure);* e, o que ainda o valoriza mais, proporciona 22 nomes de cabos, costas, rios e promontórios, que o biscainho desconhece — lagarto, almadias, mar uçiano, baxo, roixa, santo, cabo de boa ventura, Cabo do fim de abrill, rio do corno (5). Parece não se poderem admitir dúvidas: Gaspar Corte Real chegou até à Terra Nova e das suas expedições resultaram novos nomes e contornos mais rigorosos, que o cartógrafo português registou (6).

O traçado do Brasil foi corrigido posteriormente. Desloca-se mais para o interior, percebendo-se bem que a haste da bandeira colocada junto do *cabo de Sam Jorge* sofreu alongamento. Sobrepôs-se, para isto, um

---

(1) Duarte Leite — *o. c.*, pp. 243 e segs.

(2) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 9.

(3) Visconde de Lagoa — *o. c.*, p. 40.

(4) Duarte Leite — *o. c.*, p. 244. — Com ele, naturalmente, R. Levillier, que impugna as interpretações de Duarte Leite e as de todos os autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil,* por diametralmente opostas às suas teorias.

(5) Harrisse — *Découverte et Évolution Cartographique de Terre Neuve,* pp. 10-11.

(6) Id. — *Les Corte Real,* pp. 31 e segs.

pedaço de pergaminho, cuja face exterior coincide com a linha de costa do desenho inicial. Além daquele cabo, elucida Armando Cortesão, o desenho apenas continha outro nome — Porto Seguro —, acompanhado de legenda, a revelar a descoberta. «Em tal desenho, à excepção de limitado troço junto do Porto Seguro, todo o litoral é figurado de forma convencional, indicando terra apenas esboçada nas suas linhas gerais» (1). Mas já no acrescentamento se incluíram a *Abaia de todos sanctos*, o *Cabo de Scta Maria, San Miguel, Rio de Sam Francisco, Rio de Brasil* e a ilha *Quaresma (Fernão de Loronha)*.

O traçado primitivo traduz, pois, como conclui Duarte Leite, os conhecimentos existentes em Portugal, antes do regresso da expedição ao Brasil de 1501-1502, pertencendo a João da Nova a designação de *Cabo de Sam Jorge* ou a Gaspar de Lemos, no regresso a Portugal. Emendas e nova nomenclatura denunciam o cuidado, aliás um tanto precipitado, de incluir os resultados trazidos por aquela expedição, antes de o mapa seguir para Itália (2).

Abaixo de Porto Seguro regista-se parca mas preciosa informação, ao jeito das do Oriente: «*A vera cruz mais chamada per nome a quall achou pedralvares Cabrall fidalgo da cassa del Rey de portugall e elle a descobrio indo por capitamoor de quatorze na(vi)os que o dito Rey mandara* (mandara?) *a caliqut y en el caminho indo topou com esta terra acem* (além ?) *a qual terra se cree ser terra firme em a qual a muyta gente de descricam andam nu os omes e molheres como suas mais os pario sam mais brancos que bacos e teem os cabellos muyto corredios foy descoberta esta dita terra em a era de quinhentos*».

Os topónimos da expedição portuguesa em que embarcou Vespúcio não provêm, porém, do seu relato, que apenas traz um — o cabo de Santo Agostinho —, precisamente o que falta no planisfério.

A nomenclatura que vem no mapa terá sido posta de 29 de Setembro *(San Miguel)* a 23 de Fevereiro ou 29 de Julho *(Cabo de Scta Marta)*, e a única viagem que se lhe ajusta é a indicada por Affaitadi, iniciada em 1501 e terminada em 22 de Julho do ano seguinte, sob o comando de Gonçalo Coelho, a qual deve ser a mesma em que Vespúcio embarcou, no dia 10 de Maio de 1501, concluída, segundo ele próprio informa, em

---

(1) A. Cortesão — o. c., p. 10; Duarte Leite — o. c., pp. 263 e segs.
(2) Duarte Leite — o. c., pp. 232 e 264-267.

7 de Setembro. Duarte Leite, que sugere este ajustamento, crê viciada a data do regresso (1).

De forma que a América meridional do protótipo do planisfério português de 1502 começa no litoral de Venezuela, visitado em 1499 por Alonso de Hojeda, continua até à parte de Guyana por onde passou Vicente Pinzón e estende-se para sul, em linha convencional, até à Terra de Santa Cruz. Quanto a esta, «é a mais antiga representação cartográfica que se conhece do Brasil», visto o traçado de La Cosa apresentar todos os visos de linha continuada a adivinhar (2).

Apesar de todas estas excelências do famoso mapa e da manifesta influência que exerceu na cartografia sua contemporânea, a divulgação de que efectivamente podia ter sido arauto fica muito aquém das suas possibilidades. Decerto, nem toda a gente penetrava no palácio do duque, e talvez seja restrito o número de cartógrafos que o pôde apreciar directamente. O visconde de Lagoa atribui a sequestro do portulano, parece que só visto por Canério, o atraso em que se mantiveram a geografia e a cartografia das duas décadas iniciais de Quinhentos (3).

Compreende-se, no entanto, o recato que deve ter envolvido o precioso espólio e não custa a crer que, mesmo assim, o caso transpirasse, chegando mesmo a Portugal. Pelo menos, afigura-se esta a explicação mais natural, para a reiterada proibição de D. Manuel, em 15 de Novembro de 1504, que, além da costa de África, até às ilhas de S. Tomé e Príncipe, incluía também o troço até ao «Rio de Manicongo», em qualquer carta de marear ou «pomas, grandes nem pequenas» (4).

4.3 — *O mapa de Pésaro.* — Atribuído a este ano de 1502, ou ao seguinte (em qualquer caso, posterior ao de Cantino: Frederick Pohl coloca-o em 1505 (5), conhece ainda um planisfério anónimo e sem

---

(1) Id. — *ibd.*, p. 272.

(2) Id. — *ibd.*, p. 280.

(3) Visconde de Lagoa — o. c., p. 41.

(4) Alvará de D. Manuel, 13 de Novembro de 1504. — Publicado em *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, p. 139; J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, II vol., pp. 143-144; A. Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, 1.° vol., pp. 203-204.

(5) Frederick Pohl — *The Pesaro Map, 1505*, in *Imago Mundi*, VII, Estocolmo, 1950, pp. 82-83.

data (1), que Roberto Levillier considera português (2). Armando Cortesão, porém, silencia-o, nas suas obras sobre cartografia portuguesa e nós mencionamo-lo, porque, português ou não — A. Teixeira da Mota supõe que o traçado do Oriente provém do de Cantino (3) —, interessa sempre ao nosso propósito, uma vez que serviu de veículo de difusão da nova geografia, nada mais nada menos que da ideia de Novo Mundo. «Es el primero titulado *Mundus Novus*, contrariamente a la creencia generalizada de que llevaba primacia Ruysch (1508)», precisa R. Levillier. «Es también el primero que señala con precisión el Marañón y el Amazonas», embora sem lhes atribuir nomes, acrescenta o mesmo autor (4). Esta interpretação, que a Levillier aparece evidente, serve ao mesmo autor para sustentar que a costa setentrional, com os dois cursos de água marcados, revela conhecimentos das viagens castelhanas, inclusivamente a de Vespúcio, de 1501-1502.

Antes de apreciarmos estas prioridades, diremos que ao pergaminho do planisfério falta a parte extrema da Ásia oriental, representando assim a Europa e a África desenhadas por inteiro e a Ásia, à direita, vendo-se à esquerda o que então se conhecia da América. Sem luxos de ilustrações ou de caligrafia, até as rosas-dos-ventos são simples.

Sucede, porém, que não só a nacionalidade do autor, mas mesmo a identificação dos rios sofrem contestação e, o que de algum modo é mais grave, a data que se concede ao mapa (5). Em casos semelhantes, em geral chega-se a estas conclusões por meio da análise interna. Ora, neste caso, o pormenor mais característico é, decerto, o próprio título. Logo ele nos atira o planisfério para depois de 1503 ou 1504, ano duvidoso da impressão do *Mundus Novus* de Vespúcio, que, naturalmente, a inspirou. Não basta, pois, partir do ano da viagem, porque a informação era lenta e só se pode considerar possível, em casos determinados do influenciado, quando pertence ao domínio público, que uma carta particular não possui, senão em circuns-

---

(1) Guarda-se na Biblioteca Oliveriana, de Pésaro (Itália). — Publicado por Frederick Pohl — o. c., e, a parte americana, por Vittore Bellio, na *Notizia delle più antiche Carte Geografiche che si trovano in Italia riguardanti l'America*, in *Raccolta Colombiana*, parte IV, vol. II, Roma, 1892, Tav. II; e, a mesma parte, por R. Levillier — *America, la bien llamada*, 2.º vol., p. 17.

(2) R. Levillier — o. c., 1.º vol., p. 125; 2.º vol., pp. 18-20.

(3) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation*, p. 78 [30].

(4) R. Levillier — o. c., 1.º vol., pp. 126-127.

(5) Já Duarte Leite, que se reporta ao escrito de Bellio, reconhece que este autor errou, ao colocá-lo em 1501-1502. «É de origem com certeza posterior a 1502». (*Os falsos precursores de Álvares Cabral*, 2.ª ed., melhorada, p. 170).

tâncias bem provadas. De forma nenhuma seria anterior a 1502 e, como pondera V. Bellio, anterior à carta de Cantino, por traçar o Brasil (1). Este autor notou ainda que o cartógrafo da oliveriana não se limitou a usar as fontes contemporâneas daquela carta, «ma però differenti». Sim, diferentes, e... posteriores. Coincidem na representação das terras mais ao norte, que figuram, segundo Bellio, a Gronelândia e as regiões descobertas por Caboto e Corte-Reais, à volta do golfo de S. Lourenço. Já duvida, porém, que a região ao norte de Cuba, da carta estense, se identifique com a «Costa Fremosa», da oliveriana (2). Aceitando, com Harrisse, que aquela representa a Florida e um pedaço dos Estados Unidos, crê que esta se refere a outro troço dos Estados Unidos, mais setentrional, por exemplo, a Virgínia. Conclui, pois, que a oliveriana ignora a Florida.

A respeito das ilhas (colocação e forma), a carta de Pésaro «ricorda moltissimo» a de Juan de La Cosa. Mas já no que concerne à América meridional, a oliveriana difere desta como da estense. A semelhança de certos pormenores com a *charta marina Portugalensium* (1513), se não serve para arrastar para depois desta data a do planisfério anónimo de Pésaro, talvez denuncie uma aproximação, mesmo anterior. Tudo, porém, se combina para a colocar em período de maior conhecimento da geografia americana, supondo, efectivamente, outras fontes posteriores aos citados mapas de La Cosa e de Cantino. Com efeito, como Bellio sublinha, há troços da costa da América do Sul que coincidem com a posição verdadeira e são «moltissimo superiore alle carte portoghesi ed anche a quella di Juan de La Cosa». Superioridades destas não se averbam a favor do cartógrafo, mas do progresso de exploração marítima e, por conseguinte, exigem a deslocação da data para o momento em que ela se deu (3).

Igualmente a nomenclatura (4) das terras portuguesas, conforme reconhece Bellio, se aproxima tanto da *Charta marina* como se distancia das mais antigas, portuguesas e castelhanas. Duarte Leite também advertiu que esta carta inclui nomes da expedição portuguesa de 1501-1502, «e ainda

---

(1) «... Non può essere anterior alla estence, perchè ha essa pure il Brasile».

(2) Id., *ibd.*, p. 113.

(3) Apenas a título de curiosidade, lembramos que, no final do reinado de D. Manuel, esteve em Lisboa um embaixador veneziano, Alexandre de Pésaro, que, em nova tentativa, procurou comprar a D. Manuel toda a especiaria vinda da Índia (D. Góis — *Crónica de D. Manuel*, P. IV, p. 218).

(4) Vê-la, em colunas, comparada com a de outros mapas em, *Bellio* — o. *c.*, pp. 166-170, 194-200 e 202-216.

outras posteriores» (1). Que pode tudo isto significar senão que este planisfério não pertence à data que se lhe assinala, devendo trazer-se para o período que vai de 1503-1504 até 1508, se não ainda posterior? É o espaço de tempo em que, a par de outras fontes, a correspondência de Vespúcio exerceu maior influência na Europa. Bem advertiu já Vittorio Bellio que as relações estabelecidas por Harrisse, entre os escritos de Vespúcio e a carta estense, se aplicam perfeitamente à carta oliveriana; ou, melhor ainda, segundo julgamos, pelo menos com respeito à descrição vespuciana, da longa costa ao norte de Cuba, uma e outra, «tanto manchevole di indicazioni geografiche». Corresponde também, segundo o mesmo autor, o desenho das costas da América meridional, «tanto quelle del mare Caraibico, che corrisponderebbero al suo secondo (o primo) viaggio (1499-1500), quanto quelle del Brasile meridionale, che sarebbero la prima traccia del terzo (o secondo, 1501-1502)» (2).

Levillier, embora com outros propósitos, ajuda a colocar o mapa neste período distante da data assinalada, quando adverte que a escassa nomenclatura parece ter sido aposta por mão alheia à expressão gráfica da viagem, que não sabia aplicar, aos acidentes geográficos, os nomes correspondentes.

Concluiremos, pois, que este, como outros mapas, derivam da viagem portuguesa ao Brasil, de 1501-1502, capitaneada por Gonçalo Coelho, em que tomou parte Vespúcio, como pretende Levillier, mas acrescentamos que esta influência não chega, tornando-se difícil e perigoso pretender servir-se das primeiras viagens que forneceram dados geográficos, para determinar apressadamente a data do documento, uma vez que, faltando a correspondência ou concordância absoluta, esses dados podem ter sido tomados em qualquer data posterior, e não, necessàriamente, no próprio ano ou no imediato.

Quanto à exacta correspondência das fozes dos rios que Levillier denomina Amazonas e Maranhão, começamos por notar que *Marañón* é forma castelhana, para designar um e o mesmo rio, o *Amazonas* (3).

Depois, a exactidão não é tão flagrante, como pretende Levillier. Para Duarte Leite, essas duas vastas aberturas correspondem apenas ao Orinoco e «são as mesmas do mapa de Cantino» (4). Por outro lado,

---

(1) Duarte Leite — *o. c.*, p. 170.

(2) Id. — *ibd.*, p. 116.

(3) Duarte Leite — *Os falsos precursores de Alvares Cabral*, Lisboa, 2.ª ed., melhorada, pp. 114 e segs.; J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, 2.º vol., p. 138.

(4) Duarte Leite — o. *c.*, p. 170.

embora se aceite a tese de que Duarte Pacheco Pereira já em 1498 visitou o trecho compreendido entre a embocadura e o delta do Amazonas (1), isto é, precisamente a região por onde devia passar a linha de Tordesilhas, que, segundo o mesmo Pacheco Pereira, cortava a ilha do Marajá (2), deve notar-se que a sua figuração cartográfica ainda não surge no mapa dito de Cantino. Como em 1503 afirmam seis testemunhas das *Probanzas del Fiscal,* dos *Pleitos de Colon,* promovidos pelos herdeiros do genovês, para reaverem os privilégios do pai, o Amazonas foi encontrado por Diogo de Lepe, depois de 1502 (3). Contudo, é significativo que Pedro Martir de Anghiera, na primeira edição das *Décadas* (1510), ainda não conheça o *Marañón,* a que já se refere na de 1516 (4) e que o português Estêvão Fróis, aprisionado pelos Espanhóis, em 1513, em carta do ano seguinte assinale, na região disputada pelos Castelhanos (5), a presença de outros portugueses, anterior à sua.

De forma que, pela documentação hoje conhecida, esta é a época da exploração do grande rio, que continuou a interessar os Europeus pelos tempos fora, de modo que, ainda em 1544, Orelhana se preparava para regressar à exploração da região, com o fito de encontrar o lago donde saíam o Amazonas e o Prata, tido, aliás, como lugar de ouro (6). Dever-se-á, por tudo isto — se a identificação de Levillier estiver certa —, desviar a data do mapa de Pésaro, do ano de 1503, para se dar tempo, se não a um conhecimento mais preciso da sua localização, pelo menos à expansão da notícia, até chegar às mãos de um cartógrafo disposto a representá-la em mapa fora de Espanha.

4.4 — *Os mapas de Pedro Reinel.* — Ocupámo-nos atrás deste cartógrafo, a propósito do mapa de cerca de 1485, que figura a costa de África até ao Congo, com o registo da primeira viagem de Diogo Cão. Este agora,

---

(1) J. Cortesão — o. c., pp. 68-69. — Sobre a tese desta viagem, ver Luciano Pereira da Silva — *Obras completas,* 2.º vol., pp. 433 e segs.; Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil,* pp. 240-243; J. Cortesão — *Brasil,* in *Historia de America y de los pueblos americanos,* dirigida por D. António Ballesteros, t. XXVI, pp. 252-266.

(2) J. Cortesão — o. c., pp. 69 e 129.

(3) L. Pereira da Silva — *Obras completas,* III, pp. 380-381, 386, 388 e 390. — Sobre a data da descoberta do Amazonas, ver D. Leite — o. c., pp. 206-210.

(4) D. Leite — o. c., pp. 169 e 209.

(5) Id. — *ibd.,* pp. 209-210.

(6) J. Cortesão — o. c., vol. II, p. 142.

mais conhecido por Kunstmann I, situa-se entre 1502 e 1505 (1). Armando Cortesão inclinou-se, a princípio (2), para a opinião de W. Ruge (c. 1502), alvitrando até que devia ser um pouco anterior ao de Cantino, em virtude da maneira incompleta e imperfeita por que está representado o norte da Europa e, em especial, a Escandinávia. Jean Denucé coloca-o em 1504-1505 (3) e o próprio A. Cortesão resolveu-se já por cerca de 1504 (4).

Constituía, antes das recentes descobertas dos mapas de Pedro Reinel (c. 1485) e de Jorge de Aguiar, o mais antigo monumento de cartografia portuguesa que traz assinatura. Foi desenhado em Lisboa, mas não ficou escondido no País, embora se desconheça a data da saída para o estrangeiro. Uma nota aposta na carta parece indicar um possuidor — *Anne de Sanzay compte de Magnagne*. Sabe-se hoje que este conde de Magnagne era afilhado do duque Anne de Montmorency (1493-1567) (5) e, portanto, que, se foi o primeiro possuidor, não a alcançou logo, depois de feita. A. Cortesão sugere que podia ter sido adquirida por Conrado Peutinger, que morreu em 1547, inclinando-se, porém, mais para crer que tivesse sido adicionada à sua preciosa colecção de cartas e manuscritos portugueses, por algum dos descendentes do curioso renascentista.

Da circunstância de ser pergaminho iluminado infere-se que a encomenda se deve a pessoa de distinção. Além de uma rosa-dos-ventos entre os Açores e a costa portuguesa, está ornada de mais seis completas e três em metades, e de bandeiras nas diversas nações e regiões ocupadas, e três escudos sobre as Ilhas Britânicas, como no planisfério dito de Cantino. Na parte norte-americana colocou o cartógrafo duas bandeiras das quinas e uma com a cruz de Cristo.

---

(1) Guarda-se na Biblioteca Estadual de Munique. Descrito em 1847 por J. A. Schmeller — *Ueber einige ältere handschriftliche Seekarten,* Abhandlungen der I Cl. d. Akad. d. Wiss., Munique, vol. IV, 3. — Reproduzida, a cores, a parte ocidental, com o número I, por Friedrich Kunstmann, no *Atlas zur Entdeckungsgeschichte Amerikas,* Munique, 1859. Na integra, por A Cortesão — *Os Homens (Cartógrafos Portugueses do século XVI),* in *O Instituto,* Coimbra, 1932, vols. 83.°, n.° 5, e 84.°, n.°s 1 e 2; id — *Cartografia e Cartógrafos,* II, estampa III; id. — *P. M. C.,* vol. I, estampa 8.

(2) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos,* 1.° vol., p. 261.

(3) J. Denucé — *Les origines de la Cartographie Portugaise et les Cartes des Reinel,* Gand, 1908, p. 37.

(4) A. Cortesão — *P. M. C.,* I, p. 27. — Ver, também, A. Teixeira da Mota — *Influence de la Cartographie,* p. 237.

(5) E. T. Hamy — *Études Historiques et Géographiques,* Paris, 1896, p. 15.

Representa o Atlântico norte, com parte da Escócia, costa oriental da Terra Nova e regiões vizinhas, até à origem do estreito de Hudson; costas ocidentais da Europa, desde a Inglaterra até à Sicília; costa do noroeste africano até ao cabo Verde e ilhas do mesmo nome. Como figura um dos mais antigos documentos em que se contornam terras americanas, tem sido muito estudada pelos americanistas, com prejuízo, aliás, das regiões orientais (1). Esta e a sua contemporânea, conhecida por Kunstmann III, são as primeiras da ainda existente «vasta segunda série ou família» de cartas em que a Terra Nova aparece mais perto e mais ligada ao continente e já com abundante nomenclatura, como consequência da expedição de Miguel Corte Real, de 1502, e da seguinte, de 1503, que partiu em busca do irmão Gaspar (2). Esta última expedição, como adverte Henri Harrisse, transformou-se em minuciosa investigação da costa oriental da Terra Nova e deve ter trazido pormenores geográficos que serviram, «sem dúvida», para formar o protótipo de uma nova série ou família de cartas lusitano-americanas de maior exactidão que o protótipo dos mapas anteriores. Pertencem a estas expedições os topónimos *San-Joham, Sam pedro, y. dos Synaes, G. dos Gamos, C. de boa ventura, C. de Março* (?), *y. de frey luis, b. de..., y. dos bacalhaos, b. da..., C. da..., C. Raso* (3).

Posterior ao planisfério de Cantino, mostra igual perfil ocidental da Terra Nova, com uma diferença fundamental: o conjunto da configuração encontra-se no seu verdadeiro lugar, entre o Lavrador e a ilha do Cabo Bretão, aliás muito bem definidos, tanto aquele como este, consoante a ideia que então se tinha. Este traçado manteve-se em cartas espanholas, francesas, holandesas, inglesas e franco-canadianas, quase até aos trabalhos hidrográficos do capitão Cook (1728-1729) (4): Jean Denucé exprime-se de outra forma, aliás não longe desta, acerca desse mesmo progresso. «Pela localização mais exacta da Terra Nova, esta carta contém notável avanço sobre Cantino e abre uma segunda categoria de documentos que a cartografia espanhola copiou, sem alterações consideráveis, até ao fim do século XVI» (5).

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, vol. I, p. 261.
(2) Id. — *P. M. C.*, I, p. 27.
(3) H. Harrisse — o. c., pp. XXII e XXIV.
(4) Id. — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, p. XXII.
(5) J. Denucé — o. c., p. 37.

A costa de África reproduz a riqueza de nomenclatura já manifestada na nossa cartografia anterior e a mesma perfeição do desenho do continente.

4.5 — *O planisfério de Vesconte de Maiollo ou Maggiolo.* — Guarda-se na Biblioteca Federiciana de Fano (Itália), assinado e datado apenas com três algarismos — 154 (1). O especial interesse que assume, provém não tanto da discussão em que tem andado envolvido (2), como do facto de documentar a primeira viagem que se seguiu ao descobrimento do Brasil e constituir, segundo Teixeira da Mota, «o único documento coevo, até agora conhecido, associando Gonçalo Coelho à chefia das explorações primitivas do litoral brasileiro»; ou, segundo R. Levillier, por ser a melhor confirmação da viagem em que Vespúcio tomou parte em navios portugueses (3). Num ponto verifica-se unanimidade de pareceres: neste, como noutros seus mapas, é manifesta a influência portuguesa. A maior discrepância reside na questão da data, visto que os três algarismos se podem interpretar como 1504, 1514, 1524 e 1534. Tornando-se difícil escolher qualquer desses anos, guiados apenas pela forma quinhentista de datar (4),

---

(1) Reproduzido por R. Levillier — *o. c.*, pp. 432-433, e J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, 2.º vol., pp. 128-129. — A. Teixeira da Mota promete reproduzi-lo, em estudo projectado sobre *As primeiras explorações dos litorais brasileiros e as origens do conceito geográfico do Novo Mundo*, em que o estudará, comparativamente com as primeiras cartas do continente sul-americano, incluindo o de 1516, do mesmo cartógrafo (*Guiné Portuguesa*, 2.º vol., p. 294). No *Boletim da Sociedade de Geografia*, Outubro-Dezembro de 1958, pp. 297-322, publica o esquema e a história desse seu trabalho, a que de novo se refere, em *Os Mapas de Maiollo e a questão vespuciana*, in *História dos Descobrimentos*, de Duarte Leite, vol. I, Lisboa, 1959, pp. 681-683. Ver, também, deste mesmo autor, *Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503 e 1505*, Lisboa, 1969.

(2) Sobre a polémica que tem suscitado, ver os artigos dos dois mais encarniçados opositores e bibliografia neles indicada: R. Levillier — *O planisfério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagónia, em sua viagem em 1501-1502*, em *Revista de História*, S. Paulo, n.º 26, Abril-Junho de 1956, pp. 431-440, e Giuseppe Caraci — *Sobre a data do planisfério de Vesconte Maggiolo conservado em Fano*, ibd., n.º 38, Janeiro-Março de 1958, pp. 79-94.

(3) R. Levillier — *Il Maiollo alla Mostra Vespucciana*, em *L'Universo*, do Instituto Geográfico Militar de Florença, XXXIV (Nov.-Dez. de 1954, pp. 959-966).

(4) Parece-nos, contudo, razoável, como pretendem alguns críticos, que se trate de uma forma *pessoal*, que o cartógrafo quis empregar naquele momento. Se datou as outras cartas com todos os algarismos, menos esta — a única em que teria de usar o zero —, foi porque desejou ser original.

teremos de lançar mão da análise do conteúdo, embora precavidos com a advertência de Caraci, que pode o desenho ou a toponímia mostrarem conhecimentos da viagem portuguesa — ele diz expedição vespuciana — de 1501-1502, sem que, por isso, seja lícito concluir que a carta foi executada «pouquíssimo tempo depois». O confronto estabelecido por Levillier, com as cartas seguintes do mesmo cartógrafo conduz à preferência pela primeira, a fim de se não cair na desagradável conclusão de que Maiollo retrocedeu, em vez de progredir. Aliás, 1504 é também a data fixada por Heinrich Winter (1), conforme atesta Levillier, que o consultou a este respeito e também repete Caraci.

Por este ano, optou, igualmente, entre nós, A. Teixeira da Mota. Conforme nota este mesmo autor, a ilha da Trindade *(y. de trinitrad)* assinalada no Atlântico sul, com legenda de que foi descoberta em Outubro de 1503, «pro rey de portugal», ao mesmo tempo que revela a rapidez com que as notícias corriam para certos meios da Europa, constitui argumento contra Caraci e Magnaghi a favor da realização da viagem ao Brasil, de 1503-1504, que, decerto, terminou bastante antes de Junho de 1504, para Vesconte de Maiollo poder utilizar a boa nova. A designação dada ao Brasil, de *terra de Gonçalo Coelho*, um dos agentes de D. João II nas explorações do Sudão, mostra que os vespucionistas não têm razão em lhe negar lugar de relevo nas viagens de exploração da costa brasileira. Na parte americana não inclui Cuba. A toponímia meridional dessa costa termina com a «(ponta) de san visenzo» e o «Rio de Cananor» (Cananea), correspondendo a nomes de festividades, de 6 a 22 de Janeiro, os nomes que vão da baía dos Reis até ao porto de S. Vicente *(baia do reis, Pinaculo detencio, Rio iordam, Rio de St.º Antogno, P. de San sebastiam, Ponta de San Visenzo)*. «Todos estes nomes devem ter sido dados por uma mesma expedição, que não pode ser a de 1503-1504, pois, estando aí os navios em fins de Fevereiro, não era possível que, em 8 de Junho do mesmo ano, já Vesconte de Maiollo tivesse conhecimento dos factos em Génova». Daí conclui Teixeira da Mota tratar-se da expedição anterior de 1501-1502. Ressalta, pois, a rápida difusão destas primeiras viagens e parece que por meio de espécime cartográfico, e não por correspondência de Vespúcio, que não fornece os dados recolhidos neste mapa. O mesmo autor pensa lògicamente que «as indicações de distâncias da *Lettera* foram extraídas,

---

(1) Historiador alemão da Cartografia e autor, entre outros, do trabalho *The false Labrador and the oblique meridian, Francisco Rodrigues Atlas, of 1513.*

pelo ignorado falsificador (1), de uma carta muito semelhante à de Maiollo de 1504». Nela, como nalgumas outras, o litoral brasileiro para sul do cabo Frio foi intencionalmente contorcido em longitude, o que o alongou no sentido da latitude, conseguindo-se, desse modo, o aumento da distância à linha do Tratado de Tordesilhas.

O traçado da África, com farta nomenclatura portuguesa, bem como o da Índia, donde não passa, não traz novidades com relação aos anteriores. Aliás, parecem entroncar num mesmo modelo, como já notou Levillier, os mapas de Maiollo, Kunstmann II, Canério e Waldseemüller, de que trataremos no capítulo seguinte.

(1) Veremos adiante que a *Lettera* de Vespúcio deve ser produto de arranjo literário de um editor.

CAPÍTULO IV

Divulgação em pleno, no segundo quinquénio de Quinhentos

1 — O que se escreveu em Portugal

Quereríamos hoje possuir basta bibliografia dos acontecimentos heróicos ocorridos, no mar e em terra, com os nossos homens de ciência e práticos das carreiras marítimas, com os guerreiros e os dirigentes do plano ambicioso de perlustrar terras ignotas em obediência ao imperativo, bem determinado e nunca escondido, de alcançar fama própria e honra para a Pátria. Desejaríamos até, certamente, dispor de crónicas minuciosas, à maneira das reportagens jornalísticas do nosso tempo. E, como se não conhecem relatos famosos, contemporâneos dos factos ocorridos até às duas primeiras décadas de Quinhentos, acusam-se os Portugueses de não terem escrito sobre tão grandiosas façanhas, hoje em boa parte sabidas através de relatos estrangeiros.

Efectivamente, não se nota em ninguém, durante algumas décadas, a preocupação de memorar os nossos feitos. Escreve-se por necessidade: os capitães, os pilotos ou os escrivães anotam as eventualidades das viagens; os técnicos redigem Regimentos; os monarcas transmitem o que entendem, ao Papa ou aos outros soberanos — árbitros do direito internacional. Ao lado destes, os estrangeiros comunicam naturalmente com os financeiros ou protectores que os deputaram para tomarem parte nas empresas ou observarem os seus movimentos. O alvoroço que as novas descobertas, de um ou de outro modo divulgadas imprecisamente, provocaram na Europa, leva os cartógrafos a procurarem notícias mais concretas, ao mesmo tempo que suscita a curiosidade dos magnates, que adquirem cartas por elevados preços, para satisfação da sua vaidade, para simples instrução ou porventura com fitos mercantis e regionalistas.

Somos, pois, forçados a reconhecer que, ainda neste período, quando os Portugueses escrevem, não é com o propósito de deixarem obra literária ou divulgarem ciência adquirida. Uns lançam ao papel o fruto da sua observação, com o fito de se valorizarem perante quem os pode promover, enquanto outros fixam normas da técnica marítima, apenas impulsionados pela consciência do dever e para informação da Corte ou dos intervenientes

na magna empresa em que todos andavam empenhados. E o próprio rei, quando enviava cartas oficiais ou embaixadores, pretendia que não se ignorasse o essencial do seu esforço civilizador.

Neste segundo quinquénio do século XVI foi realmente pujante a expansão de notícias. O ano de 1505 pode ser tomado como ponto de demarcação de novo período de difusão das boas novas geográficas pela Europa. João de Barros, no prólogo da sua segunda *Década,* também o acentua, com estas palavras: «(...) o tempo delRei D. Manuel, que com o descobrimento da Índia mostrou logo a obra sobre a terra, de maneira que a nossa Europa começou pôr os olhos nela, louvando assi os príncipes que abriram e encheram estes alicerces, como o discurso da obra, que té o ano de quinhentos e cinco, el-Rei D. Manuel mandou fazer». Desde então, «o edifício começa ser posto em vista de todo o Mundo (1)».

São notáveis, sobretudo, os anos de 1505 e 1507. No primeiro, além da suposta carta de D. Manuel, imprimem-se as epístolas de Américo Vespúcio em latim e em línguas vulgares e a *Copia de la lettera per Columbo mandata a li Serenissimi Re et Regina di Spagna, de le insule et luoghi per lui trovate* (Veneza). No segundo, os *Paesi novamente ritrovati* e a *Cosmographiae introductio,* em mais de uma tiragem, juntamente com as cartas de Vespúcio.

Vivia-se, na verdade, a época em que os opúsculos desempenhavam a função moderna dos jornais. A sua raridade provém, sobretudo, de se tirarem pequenas extracções, devendo-se a conservação de muitos deles ao facto de terem sido encadernados em colecções. Foi o que aconteceu, por exemplo, ao exemplar da *Copia de una littera del Re de Portogallo,* da Biblioteca Marciana, que se encontra, em volume, ligado a mais 17 folhetos de várias épocas.

De não menor significado é o facto de, neste período, se verificarem duas tentativas de informação global das expedições saídas do porto de Lisboa — uma, na suposta carta de D. Manuel (até D. Francisco de Almeida, 1505), e outra, de Cá Masser (até à de Tristão da Cunha, inclusive). Se a primeira não foi redigida em Portugal, na forma em que se imprimiu, é certo que a segunda de cá saiu, na mala diplomática italiana. Vejamos, porém, cada caso em particular.

1.1 — *Costumes da Índia, por Gaspar Pereira.* — Certamente que não interessa dar guarida a correspondência oficial, dos servidores régios para

(1) Barros — *Déc. II,* p. 3.

o seu monarca, porque, de ordinário, não passava de relatos de administração que não transpunham os limites do Paço ou a esfera das Chancelarias. Contudo, ficaria falseado o quadro da informação ultramarina que pretendemos traçar, sem alguma memória, pelo menos, de um ou doutro documento mais representativo, que consiga proporcionar-nos algo para além de simples relatório de governo. É que nunca se pode garantir que as notícias, mesmo as narrativas, saídas de Portugal, não derivem, por vezes, das próprias fontes oficiais. Sem referência a estas, ocorreria a tentação de concluir, erradamente, que quase só os estrangeiros tiveram cuidado de passar ao papel o muito que lhes foi dado observar.

Caso típico desta informação oficial é, sem dúvida, o da missiva do escrivão dos negócios e despachos na armada de D. Francisco de Almeida (1), e feitor de Cochim, Gaspar Pereira, homem de Afonso de Albuquerque, mais tarde queixoso do seu amigo (2). Escreve uma espécie de diário, datado de Cochim, de 18 de Dezembro de 1505 a 11 de Janeiro de 1506, dirigido a D. Manuel, que, como Jaime Cortesão anotou, procura elevar-se, do simples registo de escrivania, a crónica contemporânea dos factos ocorridos (3). Apesar disso, não poderá, ainda, ombrear com a carta de Pêro Vaz de Caminha, ficando, por isso, fora da literatura pròpriamente dita, como determina o mesmo escritor.

Não é, porém, esse aspecto de crónica que aqui nos importa, mas sim o da informação colhida *in loco*, que apresenta a organização política e social desses povos, precedendo de anos certas relações estrangeiras, embora possa coincidir com elas na data. Estas eram enviadas para as terras de nascimento de seus autores; as dos Portugueses, para o seu rei e, quantas vezes, também para a família e amigos.

Pela primeira frota, de que vinha por capitão Fernão Soares, remetera já a el-rei «dous grandes cadernos, ambos de huum theor, de todo o que se caa pasara e acontecera, e huum per elle mesmo e outro per Alvaro Lopes, escripvam da naao de que Antam Gonçalves era capitam» (4). Agora vai dar conta do que se passou desde então, e descreve como se carregaram as naus, os trabalhos na fortaleza, o auxílio ao rei de Cochim; agoiros em que

---

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 2.° vol., p. 335.

(2) *Ibd.*, t. I, p. 284; t. III, p. 356; Correia — *Lendas da India*, II, I, pp. 9, 20, e 46; Barros — *Déc. II*, pp. 140-141.

(3) Jaime Cortesão — *A carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 22.

(4) Desconhece-se o paradeiro.

acreditavam os indígenas, usos e costumes; e guerras entre os naturais e os Portugueses (1).

Na narração da guerra que el-rei de Cochim moveu aos seus vizinhos, impressionou-o a grande multidão de homens de armas a seu serviço — 5 000 a 6 000 pessoas, em que sobressaíam, em «mais das duas partes, os naires», «que sam os fidalgos de caa». Estes levavam panos de seda vermelha na cabeça e cingidos ao redor de si, como sinal de guerra. Também el-rei vestia desse modo, distinguindo-se deles por ter uma luva na mão e, junto de si, um pajem que transportava «a cabeleira de rabos de cavalo e vaca, com uma carapuça de seda pintada, forrada de dentro, de lâminas de corno, que são fortes como cascos». Acompanhavam o rei, no catur, «que sam os bateis de cá», os vedores da Fazenda, seguindo também, além desses barcos, uns outros denominados «paraus» e outros «tones». Quando saíam em terra, os indianos iam sem qualquer disciplina, nem capitão que os comandasse. Enquanto uns subiam às palmeiras e colhiam «temgas», a que nós chamamos cocos, e enchendo os «tones», outros cortavam palmeiras, porque «dizem eles que o cortar das palmeiras é o vencimento», isto é — sinal de vitória. Entretanto, os portugueses que, em seus barcos, acompanhavam o rei de Cochim, mantinham-se em expectativa e na inactividade, como este determinara, e não puderam meter bocado na boca em todo o dia, porque comer ou beber era considerado mau agoiro. Recolhidos da surtida, quiseram os nossos consolar o rei na sua casa, mas foi-lhes respondido que aquela tarde passara por ali um gato e, por isso, só os receberia no dia seguinte.

Deslumbrante é o quadro que traça da recepção do rei de Cochim, que, acompanhado de Mangati Caimal, «que é um grande senhor destas partes», foi visitar o vice-rei, no castelo Manuel, à entrada de Cochim. Armaram-se panos vistosos na fortaleza e o vice-rei, como o filho, D. Lourenço, envergaram os fatos de gala. O Caimal apareceu à frente do rei, cada um em seu andor, mais precioso o daquele, seguidos de muita gente. Veio recebê-los o vice-rei, que os levou ao castelo, para lugar em que se viam três cadeiras sobre um estrado. Mas o Mangati não se sentou na presença do seu soberano, como é costume, mesmo que se trate de alta individualidade. Uma única excepção se admite, a favor dos brâmanes,

---

(1) T. T. — Corpo Cron., P. 1.ª, M. 5, D. 70. Publicada in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. II, pp. 354-369. Sobre o assunto, ver Correia — *Lendas da India*, I, II, pp. 543-544; Barros — *Déc. II*, pp. 140 e 141.

«que são clérigos seus». Contudo, nem estes podiam pôr pé em alcatifa, que deviam desviar com as mãos, colocando os pés debaixo.

O Mangati ostentava duas grossas manilhas de ouro, no braço direito, «arriba do cotovelo, como se cá costuma». Nas orelhas, anéis de ouro, sem pedras, e, no pé direito, duas manilhas de ouro, marchetadas de rubis, que pareciam bons. Segurava «um pau», que é insígnia de autoridade, senhoria e jurisdição sobre algumas terras. A conversa decorreu animada, por intermédio do jovem intérprete, Baltasar, filho de Gaspar da Índia.

De menor interesse será, nesta ocasião, recolher os topónimos, que ou são conhecidos ou não bem localizados, como é o caso de *Cochim* e *Calicute, Chitua* e *Panarim*. Mas não perderemos a notícia de que o «malabar» é a língua que naquela terra se falava e que Rui de Araújo, que ainda era mancebo, a falava muito bem.

1.2 — *Duarte Pacheco Pereira*. — Embora escrita por esta mesma ocasião, permaneceu séculos esquecida a obra *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, talvez devido à sua própria natureza, de roteiro para utilização da marinha portuguesa. Só em 1892 foi editada em Lisboa, por Rafael Eduardo de Azevedo Basto, pouco se sabendo a respeito de manuscritos. Perdeu-se o original, com desenhos, que Diogo Barbosa Machado informa ter existido na biblioteca do marquês de Abrantes, não restante hoje mais que dois apógrafos (um, na Biblioteca Pública de Évora, cód. 1-3, e, outro, na Nacional de Lisboa, F. G. 888), de grafia claramente do século XVIII (1).

Se acompanharmos a biografia de Pacheco Pereira, somos levados a concluir que o *Esmeraldo* só pode ter sido começado no ano de 1505 (2) e,

(1) Neste tempo tentou-se divulgar a sua personalidade como herói na Índia, mas parece que o autor desse escrito ignora a obra que igualmente o celebriza — o *Esmeraldo: Glórias de Portugal, expressadas nos sete admiráveis triunfos e sete prodigiosas victorias que na India Oriental conseguio o sempre invicto Heróe Duarte Pacheco Pereyra contra o Çamorim, Imperador do Malabar e Rey de Calecut. I Parte. Tiradas das Chronicas para esta Relação volante, afim de que a Plebe possa instruir-se e juntamente recrearse com a gloriosa noticia das illustres proesas Lusitanas e a Puericie tenha juntamente nas instrucçoens, por onde léya.* — A recopilação deve-se a Bartolomeu José da Silva Pais, que a imprimiu em Lisboa, no ano de 1754. O folheto é raro (T. T. — Imp. Liv. 1630 preto) e não vem mencionado, nem na *Biblioteca Lusitana* nem no *Dicionário Bibliográfico Português*. O autor prometia 2.ª parte, em que contaria as «7 gloriosas victorias», se o leitor correspondesse ao seu esforço de tirar dos livros que só os doutos lêem.

(2) Pacheco voltou a Lisboa no dia 22 de Julho de 1505. De novo, fora de Portugal em 1509 e 1511, e entre 1519 e 1522. Faleceu em 1533. O período 1505-1508 foi, pois, o mais propício para escrever a obra.

naturalmente, acabado num dos próximos anos. Do contexto da obra apenas se apura que ainda D. Manuel era vivo quando redigiu o princípio do 4.º livro — o último dos apógrafos conhecidos. Terá acabado os primeiros catorze capítulos em 1505, como aventa Luciano Pereira da Silva (1), e escrito o 16.º em 1506; o 17.º, antes de 1508, e o 19.º, depois de 1506 (2).

Apesar de não ser pròpriamente uma espécie cartográfica, trazia desenhos ilustrativos e descrevia a costa com minúcia. Mais que roteiro, a obra de Duarte Pacheco Pereira é quadro vivo de história, livro de geografia e cosmografia e regimento de navegação — a prova certa de quanto um homem culto de Quinhentos sabia em Portugal, mesmo que fosse intrépido guerreiro (3). Dada a natureza da obra, é muito natural que, como sublinha A. Teixeira da Mota, se tenha servido de «um manuscrito» (4), sobretudo para a parte histórica.

Consagra os dois primeiros capítulos a considerações de ordem geral, começando apenas no 13.º a descrição da costa africana. Consome os capítulos 13 a 21, inclusive, com o que sabe de Marrocos. Acabando pouco adiante do rio do Infante, ficou, afinal, no termo da navegação de Bartolomeu Dias e, por conseguinte, nos descobrimentos do reinado de D. João II. A obra, porém, devia comportar cinco livros, faltando, pois, parte do 4.º e todo o 5.º, em que descreveria as costas menos conhecidas da África oriental, até ao cabo Guardafui e daí até à Índia, passando pela costa da Arábia meridional e da Pérsia.

Ainda hoje se não conhecem as razões por que não terminou a obra. Epifânio da Silva Dias supõe que foi por não possuir todas as informações

---

(1) Pereira da Silva — *Duarte Pacheco Pereira, Precursor de Cabral,* p. 244.

(2) T. de Sousa Soares, nota ao t. V, da *História da Administração Pública em Portugal,* de Gama Barros, Coimbra — s./d., p. 341; Epifânio da Silva Dias, in *Esmeraldo de Situ Orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, 2.ª edição, Lisboa, 1905, p. 4. — Jaime Cortesão, que estudou a fundo o problema e propôs esta data — 1505-1508 —, precisa ainda que os primeiros 15 capítulos foram escritos pelo fim de 1505 (Cf. A. Cortesão — II, p. 106). — Ver também R. Ricard — *La Cote atlantique du Maroc au début du XVIe siècle,* p. 230.

(3) Sobre as suas possíveis leituras, ver Joaquim de Carvalho — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século XV,* vol. I, Coimbra, 1949, p. 86; Joaquim Barradas de Carvalho — *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»,* São Paulo, 1968 (Sep. da *Revista de História*); id., in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira,* Lisboa, 1961, vol. II, pp. 623 e segs.

(4) A. Teixeira da Mota — *A descoberta da Guiné,* in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa,* n.º 1, p. 12; ver, também, *ibd.,* n.º 2, p. 300.

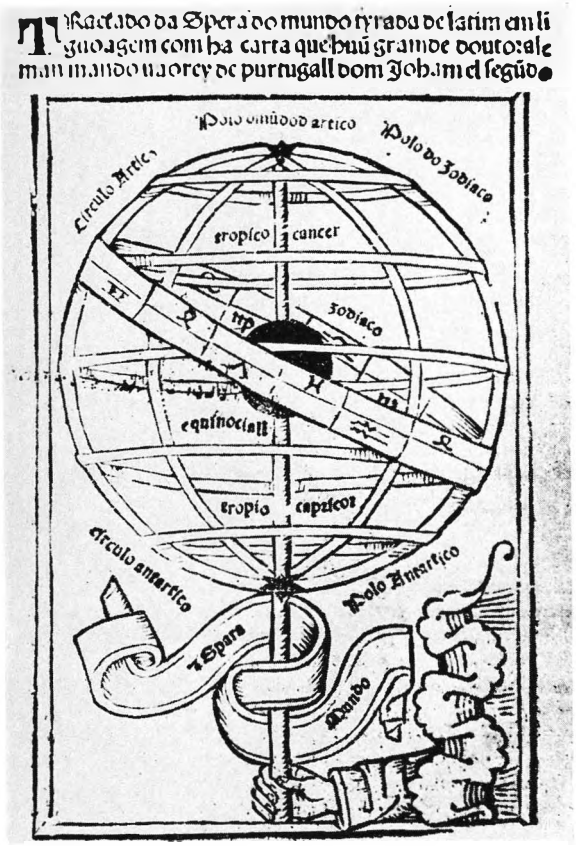


Fig. 44 — Primeira página do Tratado da Esfera *(Guia de Munique)*. que se julga impresso em 1509

Fig. 45 — Primeira página do *Guia* de Évora, editado em Portugal (Lisboa, Hermão de Campos?), possivelmente em 1516. — Na gravura, D. Manuel e Ptolomeu e a divisa daquele (*Spera*, figurada na esfera ou *Spera, in Deo*). Falta a 2.ª parte: *et fac bonitatem*, que vem na folha do rosto do Livro I, das *Ordenações* manuelinas, Lisboa, 1514. Esta mesma gravura, no *Repertório dos Tempos*, de Valentim Fernandes, Lisboa, 1518

¶ Obedientia Potentissimi Emanuelis Lusitaniæ Regis zc. per clarissimum Iuris. V. cõsultum Dieghum Pacettum Oratorem ad Iulium. II. Ponti. Max. Anno Dñi. M. D. V. Pridie No. Iunii.

PEriclem Athenienſem Oratorem illũ celeberrimum: in cuius labris poſuiſſe ſedem Pitho memoratur: Beatiſſime Pr̃. in quo tanta eloquendi faculta s/tãta mouendis affectibus: uis fuit: ut nõ loqui /aut orare/ſed ueteris comediæ teſtimonio/coruſcare & fulgura ciere crederetur: non ſolum timide ad dicendum proceſſiſſe: ſed quoties inpublicum prodiret/ſemper ſe nouis uotis obligaſſe proditũ eſt Sollicitũ uidelicet quo circũſtantium fauore eſſet peroraturus. Quod ſi ſummus ille Orator: qui orationis fulgore mentes hominũ penetrabat omniũq; animis imperabat: de ſui ſermõis euentu tantũ uerebatur: Quid me facere oporteat? Quippe qui omnis oratoriæ facultatis expers/ utpote homo peregrinus/in quo ne ueſtigium quidem Romanæ facundiæ appareat: & quod me magis mouet apud diuinam tuam maieſtatẽ in ſeraphico throno ſedẽtem/apud ſacratiſſimum hunc Senatũ/apud uiros ſumma autoritate/ſumma eruditione præcellẽtes: de re etiã ſumma dicturus ꝓceſſi. Verum pericles ſuam gentilitatẽ ſecutus/noſtræ ignarus religiõis ſuis diis uota faciebat. Ego uero Pont. Maxime.

Fig. 46 — 1.ª página e rosto de Obediência prestada ao papa Júlio II, por Diogo Pacheco (1505)

¶ Copia de vna littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Caſtella del viaggio ⁊ ſucceſſo de India.

BEnche catholico Re ⁊ ſignore dapoi il trafico ⁊ commertio in le parte de India a nome nr̃o comiciato piu volte del ſucceſſo ꝑ altre mie. v. Sereniſſima maieſtade habbia aduiſato: pur al p̃ſente ꝑla venuta de certe nr̃e naue me e parſo cõ deceuole dele loro noue far certa q̃lla. Et replicãdo quãto ꝑle altre nr̃e hauemo ſcritto: acio del tutto ſia optimamẽte iformata: redurli a memoria dala ꝓma nr̃a armata ꝑinſino alla p̃ſente Furno le nr̃e prime naue a q̃lla parte mãdate. xij. de numero: ⁊ vna garauella quale era carcha de victuarie. Queſte de lo anno. MD. a giorni octo de marzo ſe partirno del nr̃o porto de Lixbona ꝑ andare in mercãtia de ſpeciarie ⁊ drogarie alle parte de India vltra il Mare roſſo ⁊ perſico ad vna Citade chiamata Calichut: dl Re Sito: coſtumi ⁊ modi de epſi dir emo de ſotto. De dicta armata fu Capitanio generale Petro aluez Cabrale. Nauicando paſſato il capo verde ſcoperſeno vna terra nouamẽte a notitia de q̃ſta nr̃a europa venuta: alla quale terra d̃ Santa croce poſe il nome: ⁊ q̃ſto ꝑche nel litto fece adrizare vna altiſſima croce: altri la chiamano terra nuoua ouero mũdo nuouo. E q̃ſta terra doue ſorſeno vltra il tropico dl Cancro gradi. xiiij. como li marinari ꝑ li ſuoi quadrãti ⁊ aſtrolabij tolſino laltura ꝑche cõ inſtrumẽti aſtrologici nauicano a q̃lle parte. Partendoſi dal dicto. C. verde e poſta fra ponẽte ⁊ le bechie venti p̃ncipali diſtante dal dicto. C. verde leghe. cccc. Deli habitatori: fertilitate: magnitudine: cõditiẽe: ⁊ ſe ſia Inſula o terra ferma ꝑ altre nr̃e hauemo dato piena informatione a. v. S. ¶ De li partendoſi dicta armata laſſo dui chriſtiani alla ventura: portaua vinti homini gia ꝑ iuſticia condẽnati a morte ꝑ poterli laſſare doue meglio al Capitanio pareſſe. de q̃ſti dui homini poi ꝑ vnaltra nr̃a armata ch̃ directiuamẽte mãdamo a q̃lla terra: torno vno il q̃le ſcia la loro lingua ⁊ detene informatiõe del tutto. De q̃ſta terra il Capitanio ne remando indrieto quella garauella che portaua victuarie. ¶ Il ſecundo giorno del meſe de Mayo feceno vela verſo il capo de bona ſperãza ⁊ al. xij. giorno furno a viſta dl dicto C. ch̃ e lontano da dicta terra. Mcc. leghe. Queſto C. de bona ſperãza e vltro lo equinoctiale ꝑ. xxxi. grado ⁊ e quella terra

prima armata

Anno. MD.

Capitanio generale.

Terra d̃ santa croce.

Sito de dicta terra.

Capo d̃ bona ſperãza; terra vltra lo equinoctiale.

Fig. 47 — 1.ª página, a servir de rosto, da suposta carta de D. Manuel aos Reis Católicos, sobre as viagens à Índia, até à de D. Francisco de Almeida (Roma, João de Besicken, 1505)

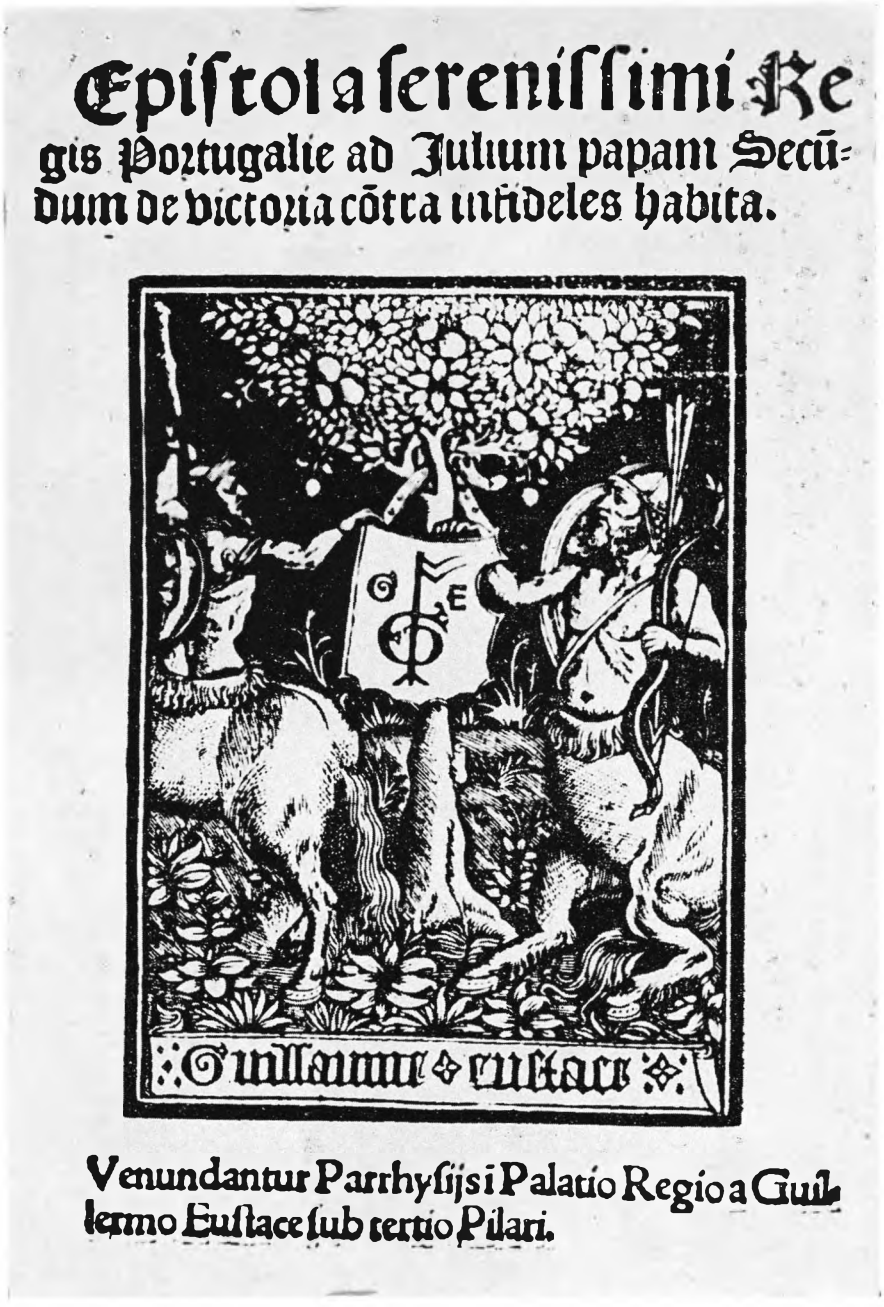


Fig. 48 — Frontispicio da carta de D. Manuel I ao papa Júlio II, de Abrantes, 25-IX-1507, sobre a vitória contra os infiéis — *De victoria contra infideles habita* (Paris, Guillaume Eustace, 1507)

Gesta proxime p portugaleñ. in In
dia. Ethiopia ꝛ alijs orientalibus terris. a sereniſſimo Emanuele
portugalie rege ad R. d. d. G. cpm portuen. ſacroſcte Ro. eccle
cardinalē portugal. ñ. miſſa. et de eiuſdē dñi Cardinalis mā da-
to honorabilis viri Petri Alfonſi malherio decretorū doctoris ac
eiuſdē dñi Cardinalis prefati capellani induſtria ꝛ correctiōe in
vrbe edita.

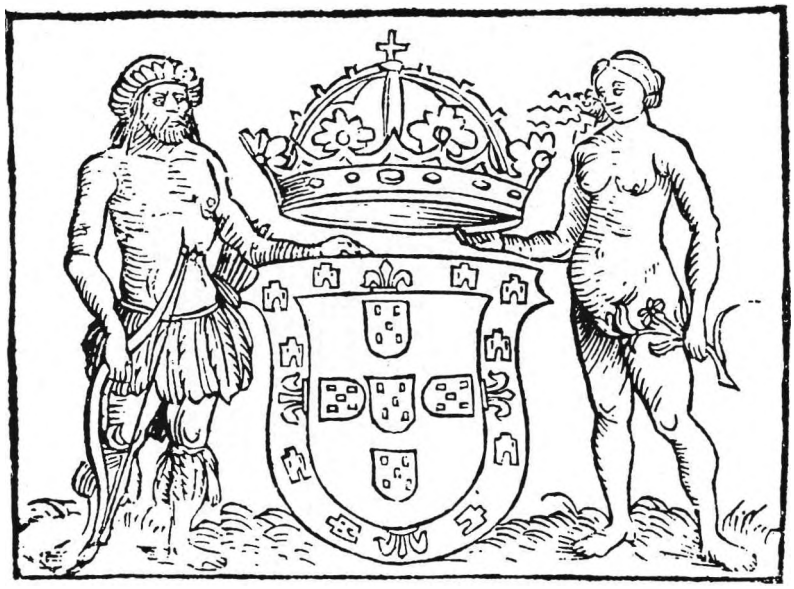


Fig. 49 — Rosto da edição de Nuremberga Johan Weyssenbürger. 1507 (o da 1.ª edição. Roma, 1506, apenas tem o título mais abreviado), da carta de D. Manuel ao cardeal Alpedrinha, em que o monarca divulga a viagem de D. Francisco de Almeida. A gravura é a mesma da carta de D. Manuel a Leão X : De victoriis habités in India et Malacha (Trad. alemã) possivelmente impressa pelo mesmo impressor.

Fig. 50 — Rosto da 3.ª edição da *Gesta* (Milão, 1508)

de que necessitava (1). Mas não esqueçamos que, desde 1505, a costa de África, desde o cabo da Boa Esperança, andava a ser batida minuciosamente, primeiro por Cide Barbudo e em seguida por barcos da viagem de Tristão da Cunha e de outros saídos das fortalezas de Sofala e Quíloa.

Por aqui nos quedamos, com relação ao *Esmeraldo de Situ Orbis,* que não convinha olvidar, para se não fazer ideia errónea a respeito da produção geográfica portuguesa, mas também não importa continuar, uma vez que não consta ter espalhado pela Europa os conhecimentos que encerra.

1.3 — *Os guias náuticos.* — Conforme já advertimos, ao tratar da ciência criada na época dos Descobrimentos (capítulo II), os guias ou regimentos constituem peça fundamental, e caracteristicamente portuguesa, da nossa arte de sulcar os oceanos, por rotas desconhecidas. Com efeito, trata-se de escritos estritamente técnicos, que apenas importavam aos homens do mar, tendo sem dúvida corrido, por muito tempo, em cópias manuscritas. O *Regimento do Astrolábio e da declinação do Sol* servia para calcular a latitude do lugar em que o navio se encontrava, por meio do astrolábio e das tábuas de declinação solar. Foi, pois, redigido com «fins que poderíamos dizer didácticos (instrução dos pilotos sobre a náutica que teriam de aplicar)» (2), muito possìvelmente por José Vizinho (3).

Possuímos hoje apenas um exemplar de cada uma das duas edições conhecidas — um, que se guarda em Munique, e outro, em Évora.

Nenhum deles traz as indicações de lugar e ano de edição. Apenas no segundo se encontra o nome do impressor — German Galhardo. Haebler, que estudou o exemplar de Munique sob o aspecto tipográfico, supõe que terá sido impresso por Hermão de Campos, em Lisboa, o que António Joaquim Anselmo confirma, por ser igual a gravura que ilustra a capa do *Regimento do Astrolábio* e a de outra obra, seguramente editada por esse impressor — o *Regimento e Ordenação da Fazenda* (4). Apesar de não se encontrarem datados, é lícito afirmar que o *Guia Náutico* foi impresso, como supõe Joaquim Bensaúde, cerca de 1509, «a despeito de serem, de algum modo, frágeis, as razões invocadas». A edição do exemplar de

---

(1) Epifânio da Silva Dias, in *Esmeraldo de Situ Orbis,* p. 4.

(2) L. de Albuquerque — *Os Guias Náuticos,* p. 9.

(3) Joaquim Bensaúde — *L'Astronomie Nautique au Portugal,* pp. 22 e segs.; A. Barbosa — *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa,* p. 48; L. de Albuquerque — o. c., p. 67.

(4) A. J. Anselmo — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI,* p. 117.

Évora não andará longe de 1516 (1). Pode, no entanto, ter-se impresso antes dessas datas, não se conservando hoje exemplares dessa edição (2). A hipótese não é destituída de fundamento e talvez seja permitido aventar que a ideia surgiu após a confirmação do bom método, alcançada pelos primos Albuquerques, a que nos referimos no capítulo III, e, portanto, em 1504, ou pouco depois.

Também os exemplares estampados se destinavam, evidentemente, aos homens de mar, no intuito de lhes fornecer dados quanto possível correctos. Decerto eram utilizados nas classes de pilotos que, no século XVI, funcionavam em Lisboa e por isso se lhes juntou o *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco, que Pedro Nunes, mais tarde, também há-de traduzir de novo, para o mesmo curso, que se crê ter regido (3). Na segunda edição, o volumezinho foi beneficiado com o acréscimo dos textos da hora nocturna, pela observação da Ursa Maior e das regras das marés.

Apesar da finalidade que se assinala aos guias, Luís de Albuquerque supõe, contra o parecer de Joaquim Bensaúde, que a impressão não teve carácter oficial (4).

Como quer que seja, o certo é que, com a impressão se facilitou, naturalmente, a divulgação dos nossos métodos náuticos no estrangeiro. Por esse motivo, não acreditamos que a raridade provenha do mistério feito à volta da solução de um problema capital para a navegação do sul do equador e que dava às empresas de Portugal vantagem de grande vulto sobre a Espanha, conforme pensa Bensaúde (5).

Da mesma forma que passavam os pilotos, por que não os regimentos? Nas suas mãos fàcilmente transporiam as fronteiras, quando os pilotos se iam oferecer a Castela e a França, ou quando transportavam mercadorias aos portos do Mediterrâneo ou do Atlântico. Demais, se a edição saiu dos prelos de um alemão — Hermão de Campos —, e na colecção de Peutinger se encontra um exemplar do guia mais antigo (de 1480-1485), *Este livro é de rotear*, além do exemplar impresso cerca de 1509, parece natural que o próprio editor ou o seu associado, Valentim Fernandes, que enviou o roteiro de 1480 a Conrado Peutinger, tenham feito chegar, cerca de 1510, o guia que hoje se conserva na Biblioteca Estadual de Munique. E, como o

---

(1) L. de Albuquerque — *o. c.*, pp. 11 e 20.
(2) A. Fontoura da Costa — *Marinharia dos Descobrimentos*, p. 92.
(3) L. de Albuquerque — *o. c.*, pp. 89 e 90.
(4) Id. — *ibd.*, p. 111.
(5) J. Bensaúde — *Regimento do Astrolábio e do Quadrante*, p. 11.

interesse pelo movimento marítimo português se não restringia a este erudito, é natural que outros coleccionadores os tenham recebido. Nem sempre, porém, as colecções chegaram intactas até nós.

Os títulos das duas edições revelam bem o conteúdo:

1) *Regimento do astrolábio e do quadrante para saber a declinação e o lugar do Sol em cada dia do ano, e assim para se saber a Estrela do Norte;*

2) *Segue-se o regimento da declinação do Sol para por ele saber o mareante em qual parte está, scilicet, aquém ou além da linha equinocial. Com o regimento da Estrela do Norte* (1).

A segunda parte, que no exemplar de Évora passou para primeira, tem título substancialmente igual: *Tratado da Esfera do Mundo, tirada do latim em linguagem, com a carta que um grande doutor alemão mandou ao rei de Portugal, D. João o segundo.* Na segunda edição acrescentaram-se algumas regras de interesse astronómico e náutico e a lista das latitudes, cujos valores nem sempre coincidem com os da primeira; é muito mais extensa, da mesma forma que as tabelas de declinações solares, por terem sido preparadas para anos diferentes, apresentam, naturalmente, dados numéricos também diversos.

Talvez por não interessar já muito a menção das latitudes, que os *Guias* aliás ensinavam a tomar, o de Munique não traz nenhuma ao sul do equador, mas o de Évora regista portos do Atlântico sul e do Índico. Não parece lícito, por isso, invocar a lei de D. Manuel, de 1504, como faz Joaquim Bensaúde, para explicar a ausência de latitudes ao sul do equador na edição do exemplar de Munique. Com razão adverte Luís de Albuquerque que essa interpretação força o texto da lei manuelina, visto os *Guias* se destinarem ao serviço dos pilotos, para quem não podia haver segredos desse género. Demais, não se explicaria que na nova edição já se pudessem incluir lugares abaixo do equador, parecendo mais lógico que se proibisse a impressão do guia do que omitir a localização de alguns lugares (2).

O caso dos guias náuticos, cuja difusão pelo estrangeiro não é fácil de se medir, fica, pois, como mais um exemplo do derrame do saber náutico, que renovou a geografia do Globo.

---

(1) Foram reeditados por Joaquim Bensaúde, em colecção de documentos técnicos, que intitulou: *Histoire de la Science Nautique Portugaise à l'époque des grandes Découvertes,* 1.º e 2.º volumes, Lisboa, 1924, e por Luís de Albuquerque — *Os Guias Náuticos de Munique e Évora,* Lisboa, 1965.

(2) L. de Albuquerque — *o. c.,* pp. 13-14.

2 — Divulgação oficial da actividade marítima na Índia e costas da América

2.1 — *A Obediência de Diogo Pacheco (1505) e o poema de Matias Ringmann.* — No ano de 1505, D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, e o jurisconsulto Diogo Pacheco partiram para Roma, na qualidade de embaixador e orador da embaixada, a fim de apresentarem a Obediência solene de D. Manuel, ao papa Júlio II, que subira ao sólio pontifício em 1503. A solenidade efectuou-se no consistório público de 4 de Junho (1), estando presente, entre outras individualidades, o notário apostólico Johannes Michaelis, de Viberg, que neste mesmo ano confirmaria ter ouvido alusões ao descobrimento a que se referem, não só a carta *Mundus Novus*, de Vespúcio, como também o poema de Matias Ringmann — *De terra sub cardine antarctico per regem Portugalliae pridem inventa M. Ringmanni Philesii Carmen* (2).

A oração pronunciada por Diogo Pacheco (3), que decerto ia escrita de Lisboa, não faz qualquer menção a descobertas das novas terras a ocidente. No entanto, alguém se lhe terá referido, porventura notando essa falta e chamado a atenção para o opúsculo *Mundus Novus*. Atesta-o Michaelis («entre outros assuntos, também a respeito desta terra acima

---

(1) Jerónimo Osório — *Da vida e dos feitos de El-Rei D. Manuel*, vol. I, Porto, 1944, p. 187; Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, vol. I, p. 222.

(2) Em *Ora Antarctica per regem Portugalliae pridem inventa*, Estrasburgo, 1505. — Reprodução fac-similada de Eugénio do Canto, do exemplar do Museu Britânico, Imprensa Nacional, Lisboa, 1907. Fac-símile, leitura e tradução do testemunho do notário e fac-símile da epístola e do poema de Ringmann, em Levillier — *Mundus Novus. A carta de Vespúcio que revolucionou a geografia*, cit., pp. 123 e 144-145.

(3) *Obedientia Potentissimi Emanuelis Lusitaniae Regis etc.* + *per clarissimum Iuris* + *V* + *consultum Dieghum Pacettum Oratorem ad Iulium* + *II* + *Ponti* + *Max* + + *Anno Dñi* + *M* + *D* + *V* + *Pridie No* + *Iunii.* — Não traz a indicação do impressor, mas Fumegali esclarece que foi «stampato a Roma, da Eucario Silber, nel 1505». Segundo o mesmo autor (*o. c.*, p. 91), houve outra edição, que o bibliófilo italiano assinala desta forma: s./ind. (1513?). — Reprodução fac-similada de E. do Canto, Imprensa Nacional de Lisboa, 31 de Outubro de 1906. Tradução portuguesa: *Preito de obediência d'el Rei D. Manoel ao Papa Júlio II prestado pelo seu Embaixador Diogo Pacheco em 4 de Junho de 1505*, por José Pedro da Costa, Imprensa Nacional, 1907. Sobre a embaixada, ver P.e José de Castro — *Portugal em Roma*, vol. I, p. 152, embora com reservas de algumas inexactidões.

referida, há pouco tempo — *noviter* — encontrada») (1). É natural que, não tendo oportunidade de aludir minuciosamente, no discurso, como diz, a todas as descobertas, não lhe faltasse ensejo em qualquer outra oportunidade.

A embaixada renovou, pois, o interesse da carta de Vespúcio, que era o único relato então conhecido pela imprensa sobre descobertas portuguesas a leste. Leu-a, entretanto, Matias Ringmann, que, impressionado com as novidades sobre o «povo que habita ao sul, quase junto do pólo antárctico», se sentiu inspirado e poetou sobre as novas terras descobertas. Julgou oportuno publicar a sua produção (22 versos latinos) e o *Mundus Novus,* que a 1 de Agosto desse ano de 1505 dedicou a Jacob Bruno, mudando-lhe o título para *Ora Antarctica per regem Portugalliae pridem inventa.* Roberto Levillier fantasia, quando entrevê a transcendência desse documento, supondo que constitui «a corroboração legal» da viagem de Vespúcio como descobridor das novas terras e que respeita, precisamente, a esta expedição, como única empresa efectuada para ocidente (2). Decerto, o propósito de Ringmann foi relacionar as palavras de Diogo Pacheco com a narrativa de Vespúcio, e é de crer que o notário, mero assistente no consistório, sem exercício da sua função no acto, também estabelecesse a mesma relacionação, visto que o orador não mencionou qualquer nome de navegantes. Conheceria algum deles o feito e o nome de Cabral? Referimo-nos adiante a nova publicação deste ano que os podia ter informado da situação mais recente das descobertas portuguesas, até mesmo antes de impressa. Melhor que as cartas de Vespúcio — nesse tempo sem defensores ou detractores apaixonados — essa é que poderia ser tomada como expressão oficial dos acontecimentos.

Não aludindo expressamente à descoberta do Brasil, Diogo Pacheco, que, decerto, não levava o propósito de relatar com pormenor os feitos lusíadas, soube aproveitar a oportunidade para os lembrar, talvez em demasia, por forma oratória, com omissões voluntárias: *Praetereo... transeo...* No entanto, observa-se um acento tónico bem pronunciado que intencionalmente substitui a individualidade dos eventos, por conceitos de síntese. Com frequência, refere-se à idade de ouro, idade seráfica de tudo quanto

---

(1) José de Castro — *o. c.,* 1.º vol., p. 158, alude a presentes de papagaios e outros animais exóticos, aos cardeais, baseado em texto de Cancellieri (*Notizie Storiche e Bibliografiche del Colombo,* p. 226), no qual apenas encontrámos notícias do México.

(2) Levillier — *Mundus Novus,* cit., pp. 123-124.

havia de mais precioso, qual era a do pontificado de Júlio II e do reinado de D. Manuel, caracterizada pela propagação da fé entre infiéis e a vitória sobre os contumazes inimigos da religião.

«Navegando através de todos os mares, com vários sucessos, correndo muitos perigos, penetrámos até à Índia. E não só tocámos na Índia e na Etiópia, mas até nas regiões marítimas dos golfos arábico e pérsico e no litoral do mar Vermelho, percorrendo quase todo o globo». Silenciava «os afamados e celebrados empórios de Sofala, fertilíssima em ouro, que separa a Etiópia da Ásia»; nada dizia da riquíssima ilha da Quíloa e do reino de Melinde e do golfo Arábico; e passava em silêncio Cananor, Cochim, Coulão, na Índia, cujos reis e sátrapas nos ficaram ligados, uns, por tratados, outros, como tributários, e ainda uns terceiros, fazendo parte do nosso domínio e da nossa fé. E quanto mais não ficava por recordar! Propositadamente calava outros achados, não menos dignos de admiração, que não podia descrever minuciosamente. Não deixou, porém, de anunciar a esperança de estreitamento de relações com o Preste João, por meio de embaixadores.

Este pequeno quadro de simples e escassos enunciados serviu-lhe para introduzir a mais profunda declaração de homenagem que um papa e sua corte jamais haviam escutado. «Recebei (...) o preito de D. Manuel, em primeiro lugar, depois o de todo o Reino e não só o do continente europeu, mas também o de uma grande parte da África, da Etiópia, da vastíssima e imensa Índia, do próprio oceano infindo, apesar de indignado e fatigado das nossas navegações; de todos os incontáveis golfos, promontórios, portos, ilhas, praças fortes, cidades, Reis, Nações, por assim dizer, fechadas na nossa mão e de que nem sequer tínhamos vaga notícia».

«Aceitai a submissão dos orientais» — perorava o orador português — «a qual os vossos antecessores não conheceram. Recebei mesmo o próprio orbe terrestre — outras terras, outros mares, outros orbes, outros astros...»

Havíamos positivamente chegado ao limiar de uma nova idade de ouro que, como era fácil de ver, arrancava destas novas fronteiras do Mundo. Mais do que a força expressiva dos períodos oratórios, as imagens que essas frases provocavam na fantasia dos ouvintes eram de molde, se não a informar cabalmente da realidade da expressão lusíada, pelo menos a suscitar um mínimo de curiosidade que não devia ter expirado no fim da oração do jurisconsulto. Queremos significar, uma vez mais, que, com estes escassos elementos de que dispomos, nunca se saberá a extensão dos conhecimentos geográficos expendidos, entre outras, nesta ocasião de euforia lusíada em Roma.

2.2 — *A suposta carta de D. Manuel (1505).* — Depois das cartas de Vespúcio e do *Libretto,* constitui o exemplo mais típico de publicação preparada por iniciativa de editor que se apercebeu do êxito certo, esta pretensa carta de D. Manuel aos Reis Católicos, conhecida por *Copia de una littera del Re de Portugallo mandata al Re de Castella del viaggio et succeso de India,* impressa em Roma, «per maestro Joanni de Besicken, nel anno M CCCCC V a di XXIII de Octobre» (1). Sem demora, foi logo também editada em Milão, a 17 de Dezembro desse mesmo ano (2).

Revelou-a, pela primeira vez, Henri Harrisse, em 1870 (3).

Os vários erros que se notam no rosto do livrinho denunciam precipitação do revisor. Mas, inconsequências do texto marcam, indelèvelmente, a mão pouco exacta do improvisado compilador. Por isso, a sua autenticidade tem sido contestada (4).

Apesar de ainda se não ter tentado uma edição crítica, já se notou que o compilador se serviu, quase integralmente, do *Trelado da carta que el-rei nosso Senhor escreveo a el-rei e à Rainha de Castela (1501),* que ocupa cerca de metade do opúsculo, e da *Relação do Piloto Anónimo* da

---

(1) Conhecem-se exemplares, apenas na Biblioteca Marciana de Veneza, na Biblioteca Corsini, de Florença, no Museu Britânico (c.32.f.19), na Biblioteca Colombiana, de Sevilha e na The James Ford Bell Collection, da Universidade de Minnesota, Minneapolis. Varnhagen — *Nouvelles recherches sur les derniers voyages (...) de Vespucci,* Viena, 1870, p. 18; Carlos Sanz — *B. A. V., Ultimas adiciones,* vol. I, Madrid, 1960, p. 383. — Ver reimpressões na Bibliografia.

(2) Apenas se sabe hoje de um exemplar, pertença da referida colecção James Ford Bell.

(3) H. Harrisse — *B. A. V., Additions,* Paris, 1870 (2.ª edição, Madrid, 1958).

(4) Greenlee — o. c., p. 135; D. Leite — *Descobridores do Brasil,* p. 198. — Ainda não suspeitaram disso, Burnell, Varnhagen e Peragallo, que se demoram a averiguar qual a língua — latim, português ou espanhol — em que D. Manuel se correspondia com os Reis Católicos. Peragallo atribui ao «amanuense italiano o erro de leitura de *Vasco da Gama* por *Pedro Alvares Cabral,* por dificuldade paleográfica. «Em o nosso protótipo romano há um erro que podia dar suspeitas, ou de uma fraude literária, aliás fácil de descobrir, quanto ao autor a quem se atribui a carta, ou de uma fraude tipográfica, quanto à data da edição, 1505, se não fosse evidente que, em 1515, já D. Fernando Colombo possuía um exemplar dela, e não menos evidente fosse também que, mesmo naquela data, ninguém estava no caso de apresentar tão minuciosas notícias sobre diversas expedições à Índia senão D. Manuel» (p. 6). (*Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico,* Lisboa, 1892). A explicação porém, comporta solução mais simples, se nos lembrarmos que, antes de Vasco da Gama, estava realmente nomeado Pedro Álvares Cabral.

expedição de Cabral; do relato do P.e José e de algumas cartas de mercadores italianos (1).

A carta pretende dar a panorâmica das viagens portuguesas à Índia, no período de 1500 até os fins de Março de 1505 e, por conseguinte, com exclusão de Vasco da Gama. Goza da vantagem de ser a primeira notícia de conjunto que, sobre esses êxitos, nomeadamente o de Pedro Álvares Cabral, correu impressa pela Europa. Como adverte Greenlee, «com as descrições de Varthema e a *Relação do Piloto anónimo*, continha quase todas as informações acerca da Índia, editadas no decurso dos quarenta anos seguintes» (2).

Parece evidente, à primeira vista, que D. Manuel não teria interesse em remeter, aos Reis Católicos, resumo das quatro viagens que seguiram a de Vasco da Gama (3). Escrevera-lhes em 1501, a contar a expedição de Cabral; vira-o mais de uma vez. Para quê repetir o que estava revelado e por que motivo dar-se ao trabalho de redigir um texto, a partir das fontes indicadas? E, se desejava repetir «os factos desde a primeira nossa armada até à presente», por que calar a que, na verdade, foi a primeira?

Por outro lado, não se podem atribuir ao monarca português, entre outras várias incorrecções e confusões, na descrição desta e das viagens seguintes, erros deste género: Fernando, rei de Castela (4); Cabral, comandante da expedição de 1502; «no ano de 1503 não enviámos nenhuma nau para esta viagem». Com relação a este último, procura Peragallo desculpar o rei, com ter assinado a carta sem a ler, por ser muito extensa. No entanto, nem só o monarca, mas decerto também a pessoa que a minutasse, estava indiscutìvelmente bem informada da viagem dos Albuquerques. Segundo o referido autor, em vez de *viagem* poderia estar no original *guerra* e, por isso, o soberano apenas quereria dizer que, nesse ano, não enviara naus

---

(1) Luís de Matos — *Un aspect de la question vespuccienne: l'auteur du Mundus Novus*, p. 164; id., in *História dos Descobrimentos*, de Duarte Leite, 1.º vol., Lisboa, 1958, p. 686; Greenlee, o. c., pp. 135-136.

(2) Greenlee — o. c., p. 196.

(3) Na realidade, seis (Cabral: 1500-1501; João da Nova: 1501-1502; Gama: 1502-1503; Albuquerque: 1503-1504; Lopo Soares: 1504-1505; D. Francisco de Almeida: 1505). Omite a dos Albuquerques e apenas menciona a de Almeida.

(4) Rei de Aragão, tornou-se, com sua mulher, «por la gracia de dios rey y reyna de castilla, de leon, de aragon, de secilia, de granada, de toledo, de valencia, de galizia, de mallorca, de sevilla, de cerdeña, de cordova, de corcega, de murcia, de jahen, de los algarves, de algezira, de gibraltar e das yslas de Canaria, Condes de barcelona e señores de vizcaya e de molina, etc.» (*Las Pragmaticas*, Alcalá, 1503; Decreto sobre os delinquentes que se hão-de desterrar para as Índias).

de guerra. Mas a frota de João da Nova também era exclusivamente comercial, e nem essa nem esta deixaram de levar artilharia, para qualquer eventualidade. Aliás, todas as expedições para a Índia eram simultâneamente mercantes e guerreiras, porque desde a primeira hora se sabia que o comércio teria de ser imposto, em muita parte.

Acresce ainda a circunstância de, em Portugal e Espanha, se não encontrar a carta, nem sequer cópia dela, faltando igualmente referências coevas (1). O conjunto da carta denuncia, na verdade, que se trata de redacção à maneira de notícia sensacional, tentada por uma espécie de jornalista de então — o editor ou o curioso erudito, qualquer deles com a possível dupla intenção de conseguir êxito editorial ou simplesmente divulgar por toda a gente o que se encontrava circunscrito a reduzido círculo de afortunados.

O estilo afigura-se-nos decisivo, quer na composição da frase, quando relata episódios lidos, por exemplo, na carta de 1501, quer ao omitir ou acrescentar notícias de sensação espectacular. Logo no segundo parágrafo da epístola de 1501, lê-se: «despues que la primera nueva de la India llegó», que corresponde a este, da carta de 1505: «As primeiras naus que mandámos àquelas terras». Percebe-se claramente a transposição do escritor, de um facto (notícias chegadas), para outro (naus partidas). A notícia chegara nas naus de Vasco da Gama, cuja estada na Índia o compilador ignora, como se observa noutro passo, em que transforma esta frase da carta de 1501 («Partióse de alli e fuese à otro reino, Melinde para donde llevaba también mis cartas... y tenia fechas buenas obras a D. Vasco, que fu el primero alla à descubrir...»), para esta outra: «Don Vasco que foi o primeiro que descobriu essa costa». Se Cabral comandou a primeira viagem a Calecute, Gama ficava restrito a descobridor da costa oriental de África.

Entre as muitas diferenças que se podiam apontar, sem se perceber a razão das alterações, citamos a que respeita ao achamento do Brasil. Na carta de 1501, o monarca limita-se a contar que Cabral se não deteve a recolher informações da terra, e apenas lhe enviou um navio a notificar a descoberta. Aqui, nesta de 1505, além de situar a terra a que pôs o nome de Santa Cruz e sublinhar que «outros chamam-lhe terra nova ou novo mundo» (alusão clara à publicação de Vespúcio), acrescenta: «Dos seus habitantes, de sua fertilidade, grandeza e condição, e se seja Ilha ou terra firme, com outras nossas cartas temos já dado a Vossa Sereníssima larga informação».

---

(1) Greenlee — o. c., p. 196.

A que cartas aludirá este passo? O conteúdo coincide sumàriamente com o das publicações de Vespúcio, embora a distância de Cabo Verde («esta terra jaz entre oeste e sudoeste, ventos principais e dista do dito Cabo Verde quatrocentas léguas») se distancie da do *Mundus Novus* e *Lettera* a Soderini, em que exageradamente se indicam 700 léguas.

Não será igualmente significativo o acrescentamento na comparação de Calecute, apenas confrontada na carta de 1501, com Bruges, e na de 1505, também com Veneza, «na Itália»?

A maior estranheza que pode causar este texto de 1505 reside, talvez, no facto de os nomes de capitães umas vezes aparecerem errados *(Gonçalvo Maletra*, por *João da Nova; Rodrigo Palares*, por *Vicente Sodré)*, e noutras, certos (Pedro Álvares Cabral, Sancho de Tovar, Rui Lourenço e Saldanha; e, ainda, uns omissos (Albuquerques, Lopo Soares e D. Francisco de Almeida). A Vicente Sodré se refere, quando confunde o capitão «que estava na Índia», depois da saída de Vasco da Gama, embora à primeira vista possa parecer que alude a este, que, na realidade, regressou em 1503, não em 1 de Setembro, como diz, mas a 10 de Outubro, conforme se lê em Barros (1).

Apesar de se não tornar fácil divisar a nacionalidade do redactor da carta, é certo que se baseia em documentos de origem portuguesa, quer redigidos por portugueses quer por italianos, que andavam na mesma tarefa, ou residiam em Lisboa. Só assim se explicam as notícias sobre as viagens de João da Nova, Lopo Soares e D. Francisco de Almeida.

Que foi escrita fora de Portugal, deduz-se, até da ignorância da expedição dos primos Albuquerques, bem conhecida de quem estacionava em Lisboa, quanto mais não fosse, na ocasião do triste desfecho das naus de Francisco de Albuquerque. A não ser que se pense que o próprio teor grandíloquo da narração aconselhasse a omiti-lo voluntàriamente, o que, aliás, não invalida de todo o nosso argumento.

Cheia de intenção de denunciar nacionalidade portuguesa — toda a carta procura induzir o leitor a pensar isso mesmo — aparece uma frase que devia pôr em justificado sobressalto os mercadores de Rialto: «Uma nau delas (especiarias) tencionamos, se Deus quiser, mandar à costa de Espanha e uma outra à costa de Itália até Veneza, a fim de que se saiba que as armadas e despesas nossas não são infrutíferas». Com esse mesmo

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 254.

fito, e ainda com o propósito de engrandecer a empresa dos Portugueses, toda a carta ostenta, às escâncaras, riqueza fascinante, quer em presentes oferecidos pelos reis dos lugares, quer por compra, quer ainda por sequestro em naus inimigas. O Oriente desenhava-se rico, tal como Marco Polo o representara, e era o próprio senhor do caminho marítimo para a Índia que o revelava a um potentado da Europa e, na pessoa dele, indirectamente a toda a gente, visto a correspondência epistolar ter ultrapassado o segredo das chancelarias.

Para comprovar o valor das preciosidades, enviava «a Vossa Serenís-sima Majestade», duas das oito conchas, com as próprias pérolas dentro que recebera! O exotismo oriental viera bem representado por dois leões grandes e domesticados como cães, que dois mouros tratavam; dois cavalos persas, um baio (zebra ou cavalo selvagem) estrelado e outro branco com malhas; «e mais corredores de quantos até agora tenho visto e outros animais nunca vistos nas nossas terras».

Em conclusão, não deixaremos de frisar que mais se nos afigura, resposta de um livreiro a outro livreiro, com esta carta em oposição ao *Mundus Novus* de Vespúcio, do que gesta patriota de um português residente em Roma. A autoridade que subscrevia o novo escrito superava claramente a do italiano, até porque este próprio se dava como servidor do rei de Portugal. Por outro lado, vinca-se, mais de uma vez, a fonte de informação régia — os próprios naturais e os seus nautas. Além disso, o cuidado de acentuar a riqueza e qualidades de mercadorias transaccionadas em Calecute, sublinhando que aí correm os ducados de ouro venezianos e indicando mesmo o trajecto e o tempo de saída das especiarias da cidade para Meca, no mês de Novembro, em barcos, e daí, por terra, para o Cairo e Alexandria, donde seguiam para Veneza.

Escusado seria lembrar que, com a aproximação das cartas que se dizem enviadas por D. Manuel aos Reis Católicos, sobre as gentes do Novo Mundo, e as publicações de Vespúcio, não queremos, de modo algum, insinuar que o soberano lusíada tenha enviado o escrito do florentino aos sogros, mas tão-sòmente que o compilador pode ter querido — como outras circunstâncias anotadas parecem denunciar — contrapor informação à informação, em moldes semelhantes.

Sobre o conteúdo geográfico da epístola, começaremos por lembrar, com Yule e outros autores modernos, que os nomes se encontram, por muitos modos, deturpados: *Zaphala* por Sofala; *Malchina* por Mahachina; *Caiero* por Cairo; *Zugaterra* por Socotorá; *Agramuzo*, por Ormuz; *Saponin*

por Japão, que Schurhammer julga não identificável com o «império do sol nascente» (1).

O mais, no que respeita a toponímia, era sabido de muitos. Contudo, alguns novos leitores ficariam agora a conhecer que se tinha descoberto «uma terra que novamente veio à notícia desta nossa Europa, à qual terra pus o nome de Santa Cruz», também já conhecida por «terra nova ou novo mundo». Situava-se além do trópico de Câncer em 14°, a 400 léguas de Cabo Verde, no rumo oeste e sudoeste. Distante 1 200 léguas dessa região, topa-se o cabo da Boa Esperança, 31° além da equinocial, que corresponde à superfície que Ptolomeu denominava *terra incógnita*. «Toda a costa é mui bem povoada de gente não mui preta; é fértil e abunda em frutos de toda a qualidade e em águas. Pelas observações feitas pelos marinheiros, conhece-se o pólo antárctico, a Canopo e muitas outras figuras de estrelas».

Ao pé da barra de um rio sobressai a ilha de Sofala, «habitada por muitos mercadores, aonde há ouro infinito, que aí é introduzido do sertão da África, por homens de baixa estatura, mas fortes e monstruosos muitos deles, pois comem carne humana, principalmente de seus inimigos e têm pequena voz». Pertence a ilha ao rei de Quiloa, que, a pedido do próprio D. Manuel, concedeu o resgate do ouro aos Portugueses. Quiloa — explica o redactor da carta — «é uma cidade na Arábia, situada em uma pequena ilha junto à terra firme, muito bem povoada de homens negros e de negociantes, e é edificada ao nosso modo». A sua riqueza patenteia-se na abundância de ouro, prata, âmbar, musgo e razoável quantidade de pérolas e até na forma de se vestirem — com seda e algodões finos.

Um outro reino — Melinde — também fica aquém do mar Vermelho, mas confina, como aquele, com gentios e com o Preste João, chamado «*Abechi*, na língua deles, que significa ferrado». A razão do nome está no facto de se persignarem com ferro escaldado. A propósito, esclarece que se baptizam sem água.

De Calecute, já na Índia, informa que é centro comercial de todas as especiarias e drogas. As mercadorias que aí se vêem, para as permutas, são de «Bruges em Frandes e Venecia na Italia». Sumaria, a seguir, a

---

(1) Schurhammer — *Descobrimento do Japão pelos portugueses no ano de 1543*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. I, p. 57; id., in *Orientalia*, Roma e Lisboa, 1963, p. 509.

recepção de Calecute, pondo em relevo os presentes de D. Manuel — «dois panos de arrás finíssimos, representando, um, flores, e o outro, figuras». Demora-se pouco igualmente com Cochim, donde iam as especiarias e drogas para Calecute e com os cristãos de São Tomé. Narsinga, terra de cavalos e elefantes adestrados para a guerra, situa-se no interior, confinando com Calecute. Aí, as mulheres queimam-se sobre as sepulturas dos maridos.

Em vez de se perder com pormenores a respeito dos lugares, da qualidade das costas, altura e «navegação que se faz nesta viagem», D. Manuel preferia remeter, aos Reis Católicos, nada menos que «uma carta de marear». Não deixaremos de frisar, uma vez mais, esta outra circunstância, que traz todos os visos de fantasista, não porque inteiramente impossível, mas porque se colocava, de própria vontade, na boca do lobo...

As restantes viagens são descritas sem grande número de pormenores. Importa, porém, relevar a extensa notícia sobre Calecute, a antecipar-se a Duarte Barbosa, que inclui, depois de apontar o regresso da frota de Vasco da Gama (2.ª viagem). Que melhor assunto se podia escolher, para atrair leitores, decerto decepcionados com a escassa informação anterior?

Cidade em terra firme, em 5 graus, empório das mercadorias da Índia, muito grande, sem muralha, casas dispersas, edificadas de cal e mármore, cobertas de palmeiras e «madeiras lavradas com algumas figuras». Os habitantes não são muito negros e costumam banhar-se três vezes ao dia, em fontes, nos muitos jardins ou hortas que possuem, nos quais abunda toda a casta de frutas. Cobrem-se com panos de lã, mas andam nus da cintura para cima, nunca deixando a espada e a adarga. As espadas «são mais largas em cima do que em qualquer outra parte; os escudos, redondos, muito leves e de várias cores. O autor estava a referir-se aos naires, sem o explicar, pois acrescenta que «todos eles são gentis-homens e trazem nas orelhas furadas, brincos com jóias».

Sobre as mulheres, informa que «andam igualmente nuas como os homens». Cada qual tem as que quer e elas próprias gozam da mesma liberdade, mantendo as virgens relações sexuais com os homens, «o mais cedo que podem», «porque de outro modo não achariam maridos». O direito da primeira noite de uma mulher casada pertence aos sacerdotes.

A alimentação reduz-se a arroz, leite, manteiga, açúcar e fruta, não bebendo mais do que água. Pela manhã, mascam bétele, «que faz os lábios avermelhados e os dentes pretos». Estando de nojo, abstêm-se dessa erva, por algum tempo.

No trono real sucedem os sobrinhos, e não os filhos, porque os monarcas têm duas mulheres, que, na sua ausência, dormem com os sacerdotes. No palácio habitam muitas mulheres, que cuidam da limpeza; os homens transportam o rei num palanquim, que é acompanhado de músicos que andam de roda e de muito povo que se conserva à distância de três braças. Neste número se não contam, porém, os mecânicos e os demais de baixa condição, porque esses não o podem ver nem lhe falar. Os outros, quando o fazem, baixam a cabeça e mantêm as mãos diante da boca ou, no acto da cortesia, sobre a cabeça. Rapam o cabelo e a barba, mas deixam crescer os bigodes e são grandes feiticeiros.

Sem usarem tinta, escrevem em folhas que parecem palmeiras, empregando uma pena de ferro. Quando morrem, uns são queimados (o rei, os gentis-homens e as mulheres); os outros ficam enterrados.

Sobre outros povos que frequentavam Calecute, fornece iguais pormenores curiosos, como a respeito dos Guzarates, idólatras como os naturais da cidade. Se algum mata um boi, sofre a mesma pena... Não comem coisa que possa morrer, nem bebem vinho. Se alguém o ingerir por engano, ainda que seja criança, «é expulso da sua casta». Nada mais elucida, no entanto, a respeito das classes sociais. Mais brancos que os de Calecute, diferem também deles, pelo cabelo e barba, que trazem compridos, atados «como as mulheres nossas». Diferenciam-se ainda nos costumes, antes de mais, no facto de, cada um, apenas possuir uma mulher. Todos negociantes, transaccionam panos de algodão ou linho e jóias.

Além dos Guzarates, povoam a cidade homens negros, «chamados gentios», que são idólatras, muito luxuriosos e dados à prática da feitiçaria. Negoceiam em jóias, pérolas, oiro e prata. Por fim, aí estacionavam, também, mouros de Meca e da Turquia, da Babilónia e da Pérsia e de mais regiões, entregues ao comércio de toda a gama de mercadorias, como jóias, pérolas, missangas, musgo, âmbar, benjoim, incenso, pau aloés, porcelana, ruibarbo, cravo, canela, sândalo, laca, noz-moscada, maça, gengibre, pimenta, tamarindos, mirabolanos e *cassia*.

Entre todos estes produtos brilhavam as jóias e avultavam as especiarias, que fascinavam os olhos dos Venezianos. A terminar a notícia de Calecute, o rei prometia voltar ao assunto, para informar sobre pesos, medidas e preços, adiantando já que se aceitavam ducados de ouro venezianos, e moedas de ouro, prata ou outro metal. «A uma moeda de prata dão o nome de fanão e 20 fanões valem um ducado; tara é uma outra moeda de metal, e 15 valem um fanão».

D. Manuel transformara-se em cronista, que tem tanto para dizer que, com esta missiva, inicia uma série de crónicas: «por outras nossas diremos»...

Aproveita a circunstância de duas naus haverem andado em frente do mar Vermelho e percorrido toda a costa de Melinde a Calecute, em vez de se embrenharem no golfo oceânico, para revelar novas terras — sem se apoiar em Ptolomeu —, o reino de Mogadoxo, «cidade grande e bonita», com muitos cavalos mas pouco comércio; a ilha de Zugaterra («mais adiante»), povoada, ligada à terra por ponte de milha e meia de comprimento. «Em seguida está o estreito do mar Roxo, de seis milhas de largo, no mar as nossas naus ainda não entraram». Do outro lado, fica o «mar da Pérsia», em que sobressaem as ilhas, pertencentes a mouros: «Gulfar, abundante em pérolas de toda a casta», e Agramuzo, «onde se encontram pérolas infinitas e cavalos».

Passa-se depois ao reino de Cambaia, que confina com a Arábia e a Índia: «terra fertilíssima em cereais, cera, açúcar, incenso, panos de seda e de algodão, cavalos e muitos elefantes». Essa costa, em que há muitos reinos, vai dar a Calecute. Para evitar o trabalho de os descrever, remete o régio leitor para a carta de marear: «como se vê na carta de marear».

No fim da epístola, o monarca português anuncia já novas descobertas geográficas, ligadas à esquadra saída de Lisboa, em Março de 1505: duas das naus levavam a missão de «descobrir Taprobana, ilha que dizem ser ali próxima».

2.3 — *D. Manuel divulga (Gesta) a viagem de D. Francisco de Almeida.* — Neste ambiente alto de revelações da nova geografia, colhida nas andanças marítimas dos Portugueses, as notícias unem-se, entre si, de molde a formarem um quadro quanto possível completo, apesar dos variados intermediários e pessoas a quem são fornecidas. Em continuação da anterior, nova epístola com o nome do monarca português, esta endereçada «a Serenissimo Emanuele portugaliae rege ad R. d. d. G., episcopum Portuens», quer dizer, ao Rev.^{mo} Senhor D. Jorge (da Costa), Arcebispo de Lisboa, mais conhecido por Cardeal Alpedrinha. Com efeito, encontrava-se na cidade dos Papas, desde 1480, tendo aí permanecido até à morte, ocorrida em 1508.

Desconhece-se o original da epístola manuelina que serviu de base ao folheto, aparecido com o título *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris a Senenissimo Emanuele Portu-*

galiae rege ad R. d. d. G. Episcopum Portuensem Sacrosanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem Portugalensem missa et de eiusdem Domini Cardinalis mandato honorabilis viri Petri Alfonsi Malherio decretorum doctoris ac eiusdem Domini Cardinalis prefati Capellani industria et correctione in urbe edita (1).

O interesse que despertou na Alemanha está documentado pelas duas edições que alcançou, no espaço de um ano, em Nuremberga e Colónia. Mas não se pode considerar, de forma nenhuma, «o primeiro de todos os livros impressos sobre os descobrimentos portugueses», como pretende Welch (2).

Não é fácil, decerto, saber quem foi o autor da nova carta atribuída a D. Manuel, que, segundo se lê no título, terá sido «corrigida» pelo capelão do cardeal, doutor em Cânones, Pedro Afonso Malheiro. Não se percebe, no entanto, que o seu nome apareça no frontispício de publicação a que fosse alheio, na própria cidade em que naturalmente habitava. Nem tão-pouco se entende bem por que motivo *corrigiu* a carta régia. Quererá o inciso esclarecer que a epístola não aparecia tal qual se recebeu, sendo preparada para a impressão, ou seja, para o público, pelo referido secretário, que se terá limitado a excluir quaisquer pormenores de carácter particular ou confidencial, sobre este ou outro assunto? Como quer que seja, não é possível reconstituir hoje o texto de D. Manuel e, tal como apareceu impresso, a redacção tem, porventura, de se atribuir ao Dr. Pedro Afonso Malheiro.

---

(1) Eugénio do Canto reimprimiu-a em fac-simile, com o mesmo título — Imprensa Nacional de Lisboa, 15 de Setembro de 1906 — servindo-se da edição de Roma, que se guarda na Biblioteca Nacional de Paris, Res. Oy 51. — Foi traduzida em português pelo Dr. José Pereira da Costa, que também publicou o texto latino fac-similado, da edição de Nuremberga: Impressum Nuremberge per dominum Johannem Weissenburger, Anno MCCCCCVII. (*Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, t. 1, 1958, pp. 53-67). Desta edição, como da de Roma, existe um exemplar no Museu Britânico, de Londres (C.32.f.l. e G. 6957; edição de Nuremberga: C.32.f.18 e G. 6958). Da de Colónia — *Impressum Colonie anno dni MCCCCCVII, Prima die mensis Februarii per me Joannem Landen* (...), reimpressão da de Roma, como aliás se declara, guarda-se um exemplar na biblioteca Duarte Sousa, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, em Lisboa. — J. Ph. Berjen (*Le second voyage de Vasco da Gama*, p. 12) indica o ano de 1505 para a edição de Colónia e 1507 para a de Nuremberga, mas anota que não viu nenhuma delas. H. Harrisse também só conhece as três edições indicadas no texto (*Americus Vespucius*, p. 31).

(2) S. Welch — *A África do Sul sob o Reinado de D. Manuel*, p. 449.

Em todo o caso, a informação partiu do monarca, que, na sua carta, participava à capital da Cristandade a viagem triunfal de D. Francisco de Almeida. Perante a mal contida inimizade do rei de Quíloa, o capitão-mor tomara a cidade e substituíra o monarca fugitivo por outro chefe — um nobre indígena que servira com dedicação e fidelidade o soberano português. Quíloa era «sede principal do Reino, repleta de muitos recursos, como empório mais importante da terra de Sofala, riquíssima de ouro»; Mombaça, metrópole de outro reino e ficava situada na mesma região da Etiópia.

Depois de atravessar o oceano Índico, D. Francisco dirigiu-se para a Índia, passando por Angediva, onde todos os navios que navegavam nesse mar costumavam fazer escala. Para segurança da navegação, construiu aí uma fortaleza, seguindo para Onor e para Cananor, célebre empório da Índia, cujo soberano estava ligado aos Portugueses por sólido tratado de amizade, não obstante a intriga dos Sarracenos. Calecute, «empório mui poderoso e vasto», encontrava-se agora arruinado e devastado por frequentes desastres, em virtude de haver rejeitado a paz portuguesa. Embaixadores do rei de Narsinga tinham vindo ao encontro do vice-rei, a pedir o estabelecimento de relações amigáveis. De Cananor, a frota passou a Cochim, cidade litoral e empório muito importante daquela costa, que ficava dois dias de viagem distante de Meca. Alude ainda a Coulão, onde o vice-rei se viu forçado a ir, para castigar a morte de alguns portugueses que se encontravam a comerciar.

A carta deve ter empolgado a Europa, talvez não tanto pelas informações geográficas como pelo estilo heróico, repassado de textos bíblicos, que agregava o auxílio de Deus à persistente cruzada dos Portugueses contra o Islão, em vista à destruição de Meca, «centro da perfídia sarracena».

2.4 — *Comunicação de D. Manuel a Júlio II (1507), da descoberta de Ceilão e Madagáscar.* — Aberto o caminho marítimo para a Índia, ficavam os Muçulmanos, em duas frentes, perante as armas portuguesas. Mas, no reinado de D. Manuel, a África do Norte não registou feitos deslumbrantes. O Oriente, pelo contrário, encontrava-se no auge do interesse, porque, além da questão religiosa, uma outra não menos poderosa, a económica, forçava à luta acesa que a Europa foi conhecendo por diversas vias. Com a notícia das vitórias das armas cristãs, ia sempre a reiterada informação das terras ainda tão mal conhecidas no Ocidente.

Foi o que aconteceu com a *Epistola Serenissimi Regis Portugaliae ad Julium Papam secundum de victoria contra infideles habita,* que se imprimiu

em Paris, no ano de 1507 (1). Antes, porém, já ela corria de mão em mão, ainda manuscrita (2), quer em latim, quer em italiano.

De Abrantes, a 25 de Setembro de 1507, D. Manuel, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África, Senhor da Guiné e Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Pérsia e Índia, comunicava ao papa Júlio II a submissão de *novas gentes e terras* à religião cristã, na luta contra os Sarracenos. Dado o incremento que a empresa estava a assumir no Oriente, enviara, o ano passado, um vice-rei, cujo filho, D. Lourenço de Almeida, acabava de obter retumbantes vitórias contra os mouros que infestavam os mares. O mesmo fidalgo fora enviado (Agosto-Setembro de 1506) ao rei de Ceilão, a antiga Taprobana *(nunc ipsorum lingua Toilon appellatam)* (3), que domina outros reis soberanos da mesma ilha, a oferecer a paz ou a guerra. Recebeu-o, com extraordinária pompa, o senhor da ilha, sentado em magnificente sólio régio, ostentando na cabeça valiosíssimo diadema coberto de pérolas, de que a ilha abunda (4). Por tudo isto podia o Papa dar infindas graças a Deus, visto que, no seu tempo, se iniciava a esperança da restituição da futura igreja e tranquilidade, encaminhando-se, deste modo, as armas cristãs, para a própria cidadela do islamismo — a cidade de Meca. A importância desta descoberta assumia tais proporções no espírito do monarca que, como veremos, há-de mandar tecer uma tapeçaria para perpetuar o feito.

Por descoberta, entendia-se aqui, como sempre, a indagação, *in loco*, visto que notícias não faltavam aos Portugueses, desde a hora em que

---

(1) Exemplar no Museu Britânico — G.6953 (1). Outra edição (1507?), *ibd.* G.6953 (2) e G.6952 (2). E. do Canto reproduziu o exemplar do Department of Printed Book, do Museu Britânico. — F. Leite de Faria reuniu cinco edições (*Uma relação de Rui de Pina sobre o Congo*, pp. 73-75).

(2) Conhece-se hoje mais que uma cópia da carta, algumas do século XVI, como a da *Storie Senesi*, de Sigismundo Tizio, além da do códice Vaticano Regio n.º 557, p. 88, trasladada no século XVIII, na *Symmicta, Lusitana*, t. II, fl. 212, da B. A.; a do códice de Alessandro Zorzi, de que falaremos no último capítulo; a do *Diário* de Marino Sanuto, vol. VII, cols. 198-201; e a do códice 1910, da Biblioteca Riccardiana, de Florença, compilada por Pietro Vaglienti. — Pode ler-se no *Corpo Diplomático Portuguez* (Luís A. Rebelo da Silva), t. 1, Lisboa, 1862, pp. 116-119, e no *Bullarium Patronatus Portugalliae*, 1.º volume, Lisboa, 1868, pp. 319-320 (Ex. Cod. Vat.).

(3) *Toilon* por *Ceilon* deve ser erro de copista ou gralha tipográfica.

(4) Sobre a descoberta de Ceilão, além dos cronistas, ver Donald Ferguson — *The Discovery of Ceylon by the Portuguese in 1506*, in *Journal of the Royal Asiatic Society*, Ceylon Branch, vol. XIX, Colombo, 1906-1907, pp. 284-400; P. E. Pieris — *Ceylon and the Portuguese, 1505-1658*, p. 25; Geneviève Bouchon — *Les Rois de Kōttē au début du XVIe siècle*, in *Mare Luso-Indicum*, t. 1, pp. 65-96.

Vasco da Gama contactou com terras orientais, conforme pudemos observar no capítulo II. Também na viagem de Cabral voltaram a ouvir falar da famosa ilha da canela, em Cochim, que apenas distava 150 léguas. Tomé Lopes pôde já pintá-la com tais excelências, nomeadamente como produtora da melhor canela, pedras preciosas e elefantes (1), que custa a crer que lá não tivesse ido qualquer embarcação, se não nesta data, pelo menos em qualquer outra oportunidade anterior a 1506. A produção, certamente, não era para desprezar por quem se encontrava instalado em Cochim e empreendia tão dilatada viagem, em busca de especiarias. Pelo menos, é certo que a frota seguinte (1503-1504) já aceitou o convite de ir carregar a Coulão. Aí esteve Afonso de Albuquerque, em fins de 1503, e lá deixou um feitor, dois escrivães e vinte homens de armas para guardarem a feitoria (2).

Em todo o caso, e apesar de já, em 1501, Marchionni, como vimos no capítulo III, ao relatar a viagem de Cabral, revelar o interesse que aos Portugueses despertava a ilha que se pensava ser a Taprobana de Ptolomeu (3), pode ter acontecido que os Portugueses se limitassem, entretanto, a servir-se dos fornecimentos das carreiras ordinárias dos orientais, isto é, dos barcos de Banda e Ceilão, que vinham aos portos do Malabar e dos que saíam de Coulão até Bengala, Malaca, Samatra, Pegu e às ilhas (4).

D. Manuel aproveitava o ensejo para comunicar também a descoberta recentíssima de extensa ilha, até então desconhecida, chamada *Taprobana maior*, pela armada que, no ano anterior, quer dizer, em 1506, enviara ao Oriente, de comprimento de um milhão de passos, ou seja, 1 472,5 quilómetros, e situava-a em frente das praias de Etiópia (a África), «in mare rubrum vergentis», no caminho para o mar Vermelho. Habitavam-na os Sarracenos.

As últimas notícias chegadas a Lisboa davam essa esquadra como desviada pelo vento para o estreito arábico, infestado de forças sarracenas, esperando el-rei que, entretanto, já tivesse aportado à Índia. A ilha

---

(1) *Navegação às Índias Orientais*, in *Collecção de Noticias*, 2.º vol., pp. 196-197.

(2) Barros — *Déc. I*, p. 267; Correia — *Lendas da Índia*, I, I, pp. 404-407.

(3) «Da ilha Taprobana dizem ter algumas notícias e esperam ir lá dentro em breve».

(4) *Livro de Duarte Barbosa*, pp. 163, 168 e 170; Correia — *Lendas da Índia*, I, II, pp. 614 e 622.

referida não pode ser outra que Madagáscar, também denominada ilha de S. Lourenço, em tempos remotos visitada por comerciantes caldeus, hebraicos e árabes e, no começo da era cristã, por viajantes gregos e árabes, que deixaram breves descrições. «Mais en réalité, ce sont les Portugais qui nous en ont révélé l'existence» (1).

Na verdade, cedo os Portugueses repararam na grande extensão de terra que emergia das águas, depois de deixarem a linha do sul do continente africano, em parte fronteira a Sofala, que se não tornava fácil tocar, sobretudo por causa dos escolhos semeados junto da costa ocidental. Mas, já no planisfério dito de Cantino, ela aparece, como vimos no capítulo III, desenhada em forma rectangular, na posição N-S, diferente, portanto, da real, e com o nome de Comorbimam. Em todo o caso, muito superior ao mapa de Juan de la Cosa (1500), que, ainda influenciado por Marco Polo, coloca Madagáscar no sudeste do Índico, vizinha de uma ilha Zanzibar, igualmente fantástica (2).

Muito provàvelmente, a nova Madagáscar do mapa dito de Cantino provém de alguma carta árabe ou das notícias colhidas pela nau de Diogo Dias, desgarrada da armada de Cabral, que levava regimento para se deslocar até Sofala e chegou a ancorar no porto de Ambre. Pouco depois, a existência da ilha era divulgada para fora de Portugal, por Hanz Mayr, que foi à Índia na armada de D. Francisco de Almeida, revelando que, na volta, em Fevereiro de 1506, o capitão Fernão Soares topou terra, a «ilha grande», que a princípio julgou ser Moçambique. Afinal, encontrava-se em frente de Madagáscar (3), sendo, por isso, hoje considerado o seu descobridor.

Nesse mesmo ano, aí chegaram também navios da armada que em Abril sairá de Lisboa, comandada por Tristão da Cunha, tendo este procedido à exploração propositada de parte da costa. Estas notícias vieram para Lisboa pela nau *Santa Maria,* que Tristão da Cunha, em Moçambique, entregou a António de Saldanha, mandando, por ele, carta a el-rei, que a recebeu em 8 de Agosto de 1507, juntamente com outra

---

(1) Alfred Grandidier — *Histoire de la Découverte de l'Île de Madagascar par les Portugais,* p. 3. — Ver também A. Kammerer — *La Découverte de Madagascar par les Portugais et la Cartographie de l'Ile,* pp. 525 e segs.; Raymond Decary — *Os Portugueses em Madagascar no século XVI,* in *Moçambique — Documento Trimestral,* n.º 21, Lourenço Marques, Janeiro-Março de 1940, pp. 5-32.

(2) A. Kammerer — *La Découverte de Madagascar par les Portugais,* p. 526.

(3) *O Manuscrito de Valentim Fernandes,* pp. 23-24.

de Albuquerque, escrita a 6 de Fevereiro (1). A ilha de São Lourenço foi «achada» por Afonso de Albuquerque, segundo comunica D. Manuel ao arcebispo primaz, em 19 de Junho de 1508 (2), não sabemos porquê.

Com as notícias, vinham também espécimes de mouros malgaxes, que Rui Pereira apanhara no porto de Matatará (Matitanana de hoje, 22° e 33'). Todo este conjunto de novidades, demais de uma região do Mundo ignorada na Europa, causou grande satisfação a el-rei. A expedição de Tristão da Cunha aportara numa angra da parte norte, fronteira à «terra de Moçambique», à qual puseram o nome de D. Maria da Cunha, sendo também conhecida por Angra da Conceição, por terem chegado em 8 de Dezembro de 1506 (3). Trata-se da actual baía de Boina (4), ou, conforme prefere Kammerer, a baía de Bombetoke (5).

Os mouros da ilha negaram-se a fornecer notícias e a frota seguiu para junto de um rio, denominado Lulangane pelos da terra, actual baía de Machajamba, em 15° e 18' S. Neste ponto viviam mouros «mais políticamente», pois a sua mesquita e parte das casas eram de pedra e cal, «com terrados à maneira dos de Quíloa e Mombaça». Aí souberam que os habitantes do interior da ilha «eram cafres negros, de cabelo torcido como os de Moçambique» e que os maometanos residiam todos ao longo da costa. As informações sobre produções da terra encobriam, na forma dubitativa e esquemática, a realidade. Tristão da Cunha bem o percebeu e saiu daí, percorrendo a costa, «navegando de dia e, às vezes, surgindo de noite», esclarece Barros, «ao modo de quem descobre», apostado a dobrar a ilha, pela ponta a que chamou cabo do Natal (cabo de Ambre), por ter passado perto nesse dia. Ancorou nas ilhas Caria (6), «que estão quase no rostro».

A informação de Albuquerque, hoje reduzida à carta de 6 de Fevereiro de 1507, em mau estado de conservação, pouco transmite do que desejávamos saber. Mas, a avaliar pela citada carta do rei e pelo que

---

(1) Barros — *Déc. II*, p. 12; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p. 1 — Albuquerque deixou Tristão da Cunha em Madagáscar, em Janeiro desse ano. Com a data de 22 de Novembro, conserva-se na Torre do Tombo, C.C. — II, 11-185, extensa relação de mercadorias próprias para resgates, que Tristão da Cunha devia levar, trazidas de Sofala, para ir «descobrir terra de Sam Lourenço» (*Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, I, 708).

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 424.

(3) Barros — *Déc. II*, pp. 7 e segs.

(4) Raymond Decary — *Os Portugueses em Madagáscar no século XVI*, p. 14.

(5) A. Kammerer — *La Découverte de Madagascar*, p. 562.

(6) Possivelmente, Nossy Bé (Kammerer — o. c., p. 564).

ainda se consegue ler, não trazia nada que se não encontre na notícia resumida nas *Décadas*.

Em suma, D. Manuel situava Madagáscar «nas paragees da myna de çufalla» e comunicava a persuasão de que, nela e ilhas adjacentes, havia especiarias, de que mencionava gengibre e cravo, regozijando-se com a descoberta, por ter encontrado esses produtos, «em parajem que parece que ho caminho de ida e vimda se pode fazer em mais curto tempo que ho da Imdia».

«Les cartographes avaient de quoi travailler — comenta A. Kammerer — car les rélévés, coordonées et observations cosmographiques portaient sur la totalité de la *côte occidentale* de Madagascar, depuis le cap Sainte-Marie jusqu'à celui de Natal, et aussi sur la *côte orientale*, du cap Sainte-Marie à Matatane» (1). Corroborando as notícias anteriormente alcançadas na costa oriental, desde a baía de Antongil, ao norte, até à de Santa Maria, ao sul, forneciam novos dados, de Antongil ao cabo de Ambre, que completavam as vagas referências que Diogo Dias, em 1500, pôde obter.

De futuro, os cartógrafos não mais a esquecerão (2). No mapa Egerton 2803 (c. de 1508), embora de traçado ainda longe da realidade, já se encontram nomes da expedição de 1506-1507: Guada, terra de S. Spirito (longagona), c. de s. Andres, baixos de placen, terra delgada, porto de st.° thiago — todos na costa ocidental. E, como as pesquisas portuguesas não esmoreceram nesta primeira década do século, logo no ano seguinte, como regista Barros, outros se abalançaram a ir ao porto de Matatana, em busca de cravo e gengibre, «por andar esta fama na boca dos mouros e openião dos nossos» (3). Mais tarde, pois, em 1510, a cartografia teve ensejo, como veremos, de se servir destes novos esforços lusitanos.

Por agora, o que importa frisar é o facto de, com a carta de D. Manuel ao Papa, ficar a Europa informada, pela primeira vez, da descoberta das duas importantes ilhas, ligadas também pela designação comum de Taprobana. A notícia sobre Ceilão surge, assim, antes do que proporcionou Ludovico de Varthema, que só chegou a Lisboa em Junho de 1508, encontrando-se em Veneza no princípio de Novembro.

---

(1) Kammerer — o. c., p. 568.

(2) Não sabemos com que fundamento, Gabriel Gravier — *La Cartographie de Madagascar*, Paris, 1896, pp. 59, afirma que Tristão da Cunha «en dessine lui même la carte» de Madagascar.

(3) Barros — *Déc. II*, p. 42.

Razão tinha, pois, o pontífice, não só para ler a epístola perante o consistório e pensar em atribuir ao rei português título honorífico semelhante ao de França (Cristianíssimo) e de Castela (Católico), mas também para determinar a saída de uma procissão de acção de graças, no dia do apóstolo S. Tomé, 21 de Dezembro. Além da finalidade religiosa, o faustoso acto ostentava cunho de difusão de notícia de novas terras orientais, encontradas pelos Portugueses.

Como se a carta ao Papa não bastasse para todo este resultado, D. Manuel escreveu outra epístola, no mesmo dia, «Sacro revendissimorum in Christum patrum dominorum cardinalium sanctae romanae atque universalis ecclesiae venerandoque collegio», relatando os mesmos êxitos (1).

2.5 — *A carta de D. Manuel a Júlio II, de Alcochete, 12 de Junho de 1508.* — Eugénio do Canto divulgou esta epístola, a partir de um manuscrito, porque baldadamente procurou exemplares impressos (2). Existe, no entanto, no Museu Britânico, uma *Epistola de provinciis, civitatibus, terris et locis orientalis partis suae ditioni fidelque christianae novissime per eum subacris* (Romae ?, 1508 ?) (3), que, pelo simples confronto do título, parece ajustar-se à mesma missiva. Nesta biblioteca guarda-se ainda uma cópia de carta que pode igualmente ser a de que tratamos (4).

Que ela transpôs as fronteiras em sentido oposto a Roma, ressalta da existência de uma cópia em francês, enviada de Lisboa por Jean Nicot, embaixador do rei francês em Portugal (5). Possuímos, deste modo, quatro fontes diversas da epístola que D. Manuel endereçou ao Papa, no prosseguimento da sua política de divulgação dos êxitos das suas armas

---

(1) Publicada em Marino Sanuto — *Diarii*, vol. VII, cols. 201-203.

(2) *Emanuelis Portugaliae regis and Julium secundum epistola de provinciis et civitatibus orientalibus christianae fidei per eum subactis 1508.* Transcriptum ex codice Bibliothecae Chisianae, Sigesmundi Titii, *Historiarum Senensium*, t. VII (Roma), Lisboa, 25 de Outubro de 1908.

(3) *Epistola de provinciis, civitatibus, terris et locis orientalis partis suae ditioni fideique christianae novissime per eum subactis.* (Romae?, 1508?) (M. B.-1298.g.17).

(4) *Ein abschrifft eines sandtbriefs so... dem Bapst Julio dem andern gesandt ist von... Emanuel, Kunig zu Porthogal, etc. an dem zwelfften tag des Brachmonds, im 1508 jare, von wunderbarlichen raysen und schieffarten, und eroberung landt, stet und merckt, auch grosser manschlachtung der hayden*, etc. (Nuremberga, 1508?), 4.° (M. B.-C.55.d.l.).

(5) Luís de Matos — *Les Portugais en France*, pp. 305-311 (da B. N. Pa., ms. Coll. des Cinq Cents de Colbert 483, fls. 433-435 v.).

e da navegação, em prol da difusão da fé de Cristo e exaltação do cristianismo no Oriente. A versão alemã será, porventura, a incluída na edição germânica dos *Paesi*, constituindo o capítulo CXLIII (1).

Acabava de regressar da Índia e de outras terras orientais, como informa o soberano, nova armada com basta carga de mercadorias. Não esclarece, é certo, mas pelas notícias que comunica, vê-se claramente que se trata da expedição comercial e militar que entregou aos cuidados de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque (2), da qual já havia dado notícias, revelando que ficaram retidos em Moçambique (carta de 25 de Setembro de 1507). Agora vai relatar o que se passou daí por diante e da sua volta ao reino. Enquanto aí esteve retido, o capitão foi expugnando algumas cidades de sarracenos, na parte da Etiópia (África) que jaz perto do estreito Arábico e assim conseguiu que o xeque (*xer*) das cidades vizinhas se tornasse nosso tributário — sem dúvida, o da cidade de Lamo (3).

O primeiro tributo foi pago «in solis marcellis venetiarum moneta», o que mostra ter chegado até às praias da Etiópia o comércio dos cristãos. Daí seguiram para Brava, «cidade opulenta de comércio», que tiveram de castigar, indo aparecer, pouco depois, em frente da ilha de Socotorá (Zachotora), próximo das costas da Arábia e afastada, em igual distância, dos golfos Pérsico e Arábico, onde libertaram os cristãos, da «perfídia» dos Sarracenos. Levavam um castelo de madeira, que não foi necessário, pois encontraram já um, construído pelos Sarracenos. Com esforçado valor, tomaram essa fortaleza e, desse modo, ficou a ilha «recuperada», com grande alegria dos habitantes cristãos, que se mostraram muito gratos. Eram em número de uns 40 000, todos circuncidados e, em grande parte, judaizantes. Receberam, porém, o baptismo, depois de instruídos. Dispõem de igrejas, onde vão rezar a horas de matinas, vésperas e completas. Adoram a cruz de Nosso Senhor, guardam as nossas festas principais e jejuam na Quaresma e no Advento, abstendo-se não só de carne como de peixe. Pagam dízimos, que os sacerdotes distribuem pelas fábricas das igrejas e pelos pobres.

---

(1) J. C. Rodrigues — *Bibliotheca Brasiliense*, p. 554.

(2) Ver, por exemplo, Barros — *Déc. II*, pp. 5 e segs. — Tristão da Cunha partiu da Índia a 10 de Dezembro de 1507 e passou por Moçambique em 9 de Janeiro seguinte (Barros — *l. c.*, p. 40).

(3) Barros — *l. c.*, p. 17.

O mais admirável de todos os feitos passou-se no «celeberrimum illius ore emporium, Armum (1) appellatum», à entrada do golfo pérsico, que pertencia ao «Sophy», que humildemente se nos sujeitou, apesar de ser soberbo e terrível soberano, perante quem todos se abaixavam.

Pleraque certe alia relatu digna — muitas mais cousas havia para contar, deste mesmo tipo de auxílio evidente de Deus, nesta empresa em que o próprio Deus andava empenhado em vingar a sua causa, da soberba dos seus inimigos, na libertação da Igreja e do seu povo, nos confins do Mundo. Numa simples carta não se podia relatar mais. Chegou, no entanto, para deixar bem vincado o carácter das andanças lusas em mares e terras fora da Europa.

2.6 — *As tapeçarias de D. Manuel sobre a África e a Índia (1508 ou 1509).* — D. Manuel sentia-se, na verdade, venturoso e, por isso, difundia à sua volta, e até no estrangeiro, as glórias da Nação, concretizadas nas descobertas e conquistas, que bem via serem de utilidade para o género humano, pelos novos horizontes que rasgavam ao Mundo. O proveito próprio não lhe passou, certamente, despercebido. Mas o prestígio da Nação parece ter-lhe sido mais sensível.

Em mais de uma oportunidade procurou dar a essas realidades sentido perene, pela fixação em crónicas, epístolas e até em telas. Desde o início do seu reinado, sucediam-se os êxitos marítimos e os feitos contra o inimigo da cruz, somando avultada quantidade as parcelas de novas gentes com que o Homem podia, afinal, contar. E não se conteve mais. Não soube esperar pela conquista de Goa (2), Malaca e Ormuz, nem pela descoberta das Molucas, da China ou do Japão. A tomada da rebelde Calecute, em 1510 (mesmo que el-rei não tenha recebido as portas do palácio real, como D. Fernando Coutinho lhe prometera), preencheu o último reduto, ainda vazio, a paredes meias com as alegrias incontáveis que lhe povoavam o espírito. Deve ter sido pouco depois de saber a notícia que tomou a resolução de perpetuar o *caso da Índia* em vistosas e artísticas tapeçarias, que representassem os feitos principais, desde a des-

---

(1) Ormuz. Armond, no texto francês.

(2) Afonso de Albuquerque apareceu diante de Calecute, com o Marechal, no início do ano de 1510 e em fins de Janeiro partia para a primeira tomada de Goa (Barros — *Déc. II*, pp. 154, 184 e 187), chegando à barra de Goa em 25 de Fevereiro. Comunicou a el-rei a tomada da cidade, no próprio dia à tarde, em carta de 25 de Novembro (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p. 16).

coberta do caminho marítimo. Conservam-se as instruções (1) e sabe-se de quem as pôde observar, manufacturadas — todas ou parte delas. João de Barros informa que as viu e «se armavam na câmara de el-rei D. Manuel, em dias solenes». Explìcitamente, revela que el-rei as mandara tecer «por memória do descobrimento da Índia e desde o feito de Quíloa» — a tomada da cidade por D. Francisco de Almeida, que coroou novo rei, com a coroa de ouro que levava para o de Cochim. Uma delas memorava «o auto da sua coroação» (2).

Se as tapeçarias confeccionadas se reduziam a estas que Barros menciona, ficou a maior parte por concluir. Com efeito, as instruções determinam uma primeira em que se figurasse a descoberta do caminho marítimo para a Índia, com relevo do «almirante e seu irmão e Nicolau Coelho, todos três se estando espedimdo de mym e tomando seu regimento». Noutro quadro da mesma tapeçaria, devia-se ver Nossa Senhora de Belém «pello natural», isto é, a parte construída do mosteiro dos Jerónimos, saindo dela a procissão dos frades, com capas e círios, até à borda de água, deixando também a descoberto as quatro naus que vão à vela, «com as cruzes de Christo nas veellas e os amjos diante *que levavam*». Colocar-se-ia o nome de cada uma, «no costado ou omde lhe mylhor perrecer» e as bandeiras da divisa e uma das armas dos capitães, «e la no despedimento, os nomes». A capitaina levaria mais a bandeira de Cristo e «a das armas na quadra».

Numa segunda tapeçaria representar-se-ia o cabo da Boa Esperança, «com ho nome scripto, que diga Praso Presmontoryo», e as três naus, «asy como partiram de Lisboa, que vaão em rostro do cabo», onde se colocaria o padrão com as armas reais e cruz de Cristo «em cyma», sem esquecer a data da descoberta «e alguuma letra que bem parecer», «a saber: as armas e o pelicano em baixo e a cruz de cruzados em cyma». O feito de Bartolomeu Dias não ficava esquecido, como essencial que fora para a descoberta da Índia. Mas o seu nome não era recordado... A adornar a terra, aparecia o quadro típico do meio local: «alguumas alymarias dalifantes e negros e gaado vacum e casas a maneira de la e pastores com manadas».

---

(1) T. T. — Cartas missivas, M. 3, n.º 245: «Instruções pera os pannos que ElRey noso Senhor quer hordenar», s./d. Publicada em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pp. 516-518; A. Teixeira de Aragão — *Vasco da Gama e a Vidigueira*, pp. 253-256.

(2) Barros — *Déc. I*, p. 328.

O terceiro pano lembrava Sofala «pello natural». As naus ancoradas, com as bandeiras sacudidas pelo vento, observavam a manobra dos que, em batéis, saiam em terra e colocavam novo padrão. Mouros e cafres, «no natural e nas cores e vestidos», ocupavam-se, entretanto, a vender ouro, separadamente, uns num cabo, e os segundos num outro, aos portugueses que, da nau, partiam nos batéis. O rei de Sofala descia à praia, a falar ao capitão «e assentar paz e tomar bandeira das armas». Como pano de fundo, desenhar-se-iam as árvores da região, elefantes, leões e búfalos.

Moçambique preencheria o quarto painel, pondo em relevo a fortaleza, o porto de mar e naus a sair e entrar, «em maneira de duas frotas», com as capitainas «cada huuma de sua parte, com bandeiras na gavea» da cruz de Cristo. Nas restantes naus, as bandeiras já mencionadas.

O sexto pano devia mostrar Quíloa, «também no natural»: a *fortaleza* com bandeiras das armas e a *cidade* com a frota diante. O elemento humano consistiria em «gente» a entrar na cidade, isto é, os portugueses armados, pois remata com a lacónica indicação: «e se toma». Como consequência, o rei a prestar menagem e juramento, perante o capitão-mor.

A descrição da tomada de Mombaça, com pormenores a jorrarem vida, ocuparia a sétima tapeçaria. D. Manuel queria que se figurasse a entrada da cidade por duas partes «e o modo de desembarcar». Noutro plano, a cidade em chamas e colocação das bandeiras portuguesas nas torres, ao mesmo tempo que se dava a debandada dos defensores. «Tudo pello naturall e asy nos trajos dos homens de la terra, e suas bandeiras e modo de suas armas». Por fim, aparecia o trofeu, constituído pela recolha dos despojos nas naus...

Da mesma forma, as tomadas de Brava, Socotorá e Ormuz (1) deviam fornecer tema para outros tantos panos de rás. Mas a indicação já se traduz tão esquemàticamente que mais parece uma sugestão que uma ordem para se executar.

As restantes tapeçarias representavam aspectos da vida portuguesa e nativa da Índia. A primeira perpetuava a construção da fortaleza de

(1) El-rei conta a conquista de Brava e Socotorá, por Tristão da Cunha, e Ormuz, por Afonso de Albuquerque, ao arcebispo de Braga, em carta de 19 de Junho de 1508 (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp. 420 e segs.). Nela mostra quanto sabia da situação geográfica destas posições e sua importância económica e estratégica. Com relação a Ormuz, diz explìcitamente: «Esto se sabe por geeral emformaçam de todos os mouros daquellas partes».

Cochim «e os capitães como ha amdam fazendo e as naos como estam no mar; e as duas armadas e capitães delas e huua Igreja e como se bautizam os da terra e que venhão». Do mesmo modo se recordaria a edificação da fortaleza de Cananor, em pano diferente.

Noutras tapeçarias se gravariam os feitos de armas do tempo de D. Francisco de Almeida, que indica por ordem decrescente do tempo: uma, para a vitória contra os rumes, «pelo natural e com toda fremosura que se lhe pode fazer»; outra, «o desbarato da armada dos mouros que fez Dom Lourenço», em idêntico rigor de exactidão e sensibilidade artística; uma terceira, para «o desbarato e destroiçam que fez Lopo Soares». Segue-se o pano sobre o «descobrimento» de Ceilão, ainda mencionado pelo nome clássico de Taprobana, descobrimento esse que se caracteriza pela cerimónia da colocação do padrão em terra, recepção que o rei local concede aos embaixadores e embarque de canela, levada às naus por «os de terra». Nesta série de factos do vice-reinado de D. Francisco de Almeida, surge ainda o feito de armas da «tomada de Chaul», «na maneira em que foy e que ho viso rey tomou neste caminho».

Acrescenta, depois, o acontecimento mais recente: «a tomada de Calecut», por palavras que parecem sumário do que Barros escreverá quarenta anos mais tarde (1). Representar-se-ia, «no modo em que foy, saber: queymar das naaos e do seu cerame e entrada da cidade e queymamento da sua mezquita e entrada dos paços delrey de Calecut, e despojo da cidade e o modo da sayda da gente, e as bandeiras dos capitaes».

Seguem-se mais três painéis com feitos já em parte incluídos nos dois primeiros e no consagrado à feitoria de Cochim. Entrava em pormenores não mencionados, como neste último, o da compra e venda das especiarias, na casa da feitoria; e, nos primeiros, o regresso de Vasco da Gama a Lisboa. Mas estes parágrafos encontram-se cortados, decerto por se afigurarem desnecessários, no meio de tanta abundância de belos quadros tão significativos.

Por fim, um lote de cinco *itens*, que, pela forma como aparecem indicados, sugerem outros tantos panos de rás, mas que, pela reduzida figuração que propõem, podem muito bem não fornecer mais que temas a considerar, para as tapeçarias que se julgassem convenientes. Se se tivessem executado, constituiriam hoje os mais belos quadros da vida quotidiana dos hindus, na primeira década de Quinhentos. Lembra-se, nesses parágrafos, «a pyntura das geentes, cor e vestidos e armas ó natural, e

(1) Barros — *Déc. II*, p. 153.

seus amdores e alifantes e sombreiros; as mulheres como se queymam, com o modo todo em que se faz; o rey que se espedaça e o modo em que o faz; as molheres que se metem nos cambros; o modo de trazer as joyas nos dedos dos pees e o modo em que as trazem; os amdores como sam guarnecidos de pedraria».

O conhecimento que estes breves apontamentos revelam, deixa-nos perceber como a vida oriental tinha sido àvidamente estudada pelos Portugueses, por todas as formas ao seu dispor. Pena foi que nesta primeira década não aparecesse o escritor que vai surgir, dentro de poucos anos, e sobretudo, o impressor que divulgasse pela imprensa todo este vasto e curioso saber. As informações que el-rei recebia a flux guardavam-se nos serviços próprios, e só de lá saíam em epístolas oficiais ou por esta forma artística, de enaltecimento do seu feliz reinado, que podia servir para espalhar a boa impressão nos que tinham a dita de poder observar as sugestivas tapeçarias. Felizmente, outros tomariam a iniciativa de difundir pela Europa, de forma bem mais expansiva, as mesmas notícias que caíam no Paço. De uma maneira ou doutra, foi assim que todos escreveram as belas páginas que inauguram a nova literatura exótica que revelou mundos novos ao Mundo.

2.7 — *Notícias de Ormuz e Cambaia, difundidas na Europa, por meio de carta de Afonso de Albuquerque para o Vice-Rei, num dos últimos meses de 1507.* — No códice Vaglienti guarda-se uma epístola de Albuquerque (1), desconhecida dos organizadores da edição das suas *Cartas* (2). Não tem data, mas, como narra a tomada de Ormuz e seu filho regista o conteúdo da missiva que o grande capitão enviou a D. Francisco de Almeida, antes de Janeiro de 1508, pode datar-se do período que fica entre este mês e 4 de Outubro do ano anterior, em que começaram a abrir os alicerces da fortaleza. É o que se depreende da leitura dos *Comen-*

---

(1) *Nota d'una nuova letera di Portogallo che schrive d'India Alfonso dalbochetto chapitano de l'armata di mare de're di Portogallo, la qual chontiene chome a presso e p°* (prima?) *la quale letera é adiritta al vice re de l'India* (B. Ricc. Fl., Cód. 1910, fls. 125-130). Recentemente publicada por Jean Aubin — *Mare Luso-Indicum*, t. 1, pp. 137-144.

(2) Apenas publicam correspondência entre Albuquerque e D. Francisco de Almeida, com datas de 2, 6 e 15 de Fevereiro de 1508 (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, edição da Academia das Ciências, Lisboa, I, pp. 6, 16 e 17), não sendo nenhuma delas, esta a que nos referimos.

tários (1). Jean Aubin situa-a entre o fim de Outubro e Novembro de 1507.

Separou-se de Tristão da Cunha, em conformidade com o regulamento que levava, e dirigiu-se para as águas limítrofes do mar Vermelho e golfo Pérsico (2). Autorizada pelo rei de Ormuz a construção da fortaleza, Albuquerque acedeu ao pedido de libertar a nau *Meri* e outra que lhe solicitou o Coje Atar, a pessoa mais influente na Corte. Atreveu-se, por isso, o capitão da nau do rei de Onor, apanhada no porto a descarregar mercadorias, a suplicar a mesma mercê, que lhe foi concedida, graças aos seguros que mostrou, passados por D. Lourenço de Almeida. Resolvido, como estava, a dirigir-se ao mar Vermelho, Albuquerque exigiu daquela nau a promessa de que entregaria ao vice-rei a carta em que lhe dava «conta do que tinha feito e a determinação em que ficava, pedindo-lhe que o mandasse logo socorrer com gentes, navios pequenos e galés e munições de guerra» (3). Mostrou-a, porém, a António do Campo, um dos seus capitães, que espalhou entre os outros a falsa notícia de nela seguirem queixas dos capitães descontentes, «não sendo assim», acrescenta Brás de Albuquerque.

De facto, a carta do pai limitava-se a relatar a viagem, de *Cholchotar*, a ilha de Socotorá (então grafada Çacotorá), para o «streto d'Ormui» e sucessos ocorridos nesta cidade. Dominam a epístola as vitórias alcançadas «miracholosamente», em que os inimigos são «molte gente», «infinita gente e artigleria» e, por isso, se percebe que tenha rompido o carácter oficial, e caído em mão de quem reparou apenas na honra que a sua divulgação trazia às armas portuguesas. Em face da atitude de D. Manuel, perante os feitos atrás memorados, não se poderá aventar a hipótese de que o próprio monarca autorizou a publicidade deste caso «miracoloso»? Mas, se quisermos pensar em nomes italianos, podíamos aventar o de Strozzi, de que nos ocupamos no capítulo v. A carga de emoção que transportava não era de molde a deixá-la fechada em pequenos círculos. Demais, o momento apresentava-se de justificada euforia pelo maravilhoso e heróico, que constituía, precisamente, o tema dessa correspondência.

---

(1) Brás de Albuquerque — *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, 4.ª edição, Coimbra, 1923, I, pp. 140 e 146-147.

(2) Barros — *Déc. II*, p. 44.

(3) Brás de Albuquerque — o. c., p. 146.

A tomada de Ormuz constava expressamente do regimento que Albuquerque levava, como ressalta da própria acusação que contra ele levantaram Afonso Lopes da Costa e outros, de que não quis aceitar o dinheiro oferecido pelo monarca, atribuindo-lhe esta frase: «que nada tomaria se nom a cidade, pera a fazer tributaria a El-Rey, Nosso Senhor, como elle em seu Regimento mandava» (1). O plano, aliás, estava traçado, quase desde os primeiros contactos, *in loco*, com o Oriente, enquanto exigia que se tapasse a saída das especiarias pelo mar Vermelho e golfo Pérsico. Este afigurou-se o mais fácil, pois a conquista de Ormuz também permitiria maior vigilância das armadas, no ponto de passagem do «estreito de Meca».

Pelo caminho foram avistando, em terra firme, «molte chastella e ville e citta molto forte e grandi per nostro chonbatere e forze di nostre arme». Eram «chastella, ville e forteze di rengno d'Ormuz». Encontraram aí uma nau do rei de Cambaia (a Meri), que a armada portuguesa conseguiu vencer, como todas as demais. São escassos os topónimos que da epístola se aproveitam, apesar de Albuquerque ter levado consigo um «livro» ou «roteiro que fizera hum piloto mouro, que se chamava Omar, de todos os portos, vilas e lugares daquela costa», que dele obtivera Vicente Sodré quando ambos aí andaram (2). Além de *Ormuz* e outros nomes da Arábia, Pérsia e terras vizinhas, por vezes de difícil identificação (cidade de Tauris e de Choson, Chicacche, Horfachem, etc.), apenas Cambaia *(Chanbaia, Chanbazi* ou *Chanbazia)*, Calaiate *(Chalarat)*, Curiate *(Choriate)*, Mascate *(Mazichato)*, Soar *(Choar)*, ilha de Queixome *(Chesorne)*, porto de Nebandé *(Nebanda)*.

A Ormuz chegavam caravanas de mercadorias, vindas de vários pontos, nomeadamente «di tutte le citta di rengno di Persia», trazendo «infinite drogherie e molto muscho e ruibarbero e sete (sedas) e di piu sorte e molte altre chose minute». A cidade encontrava-se bem fornecida de todas as cousas necessárias, porque diàriamente entravam no porto 200 a 300 barcas carregadas de mantimentos e outras com água. Abundavam as frutas, tão boas como as de Portugal — uvas, pêssegos, nozes, peras, limões, melancias, maçãs, melões, etc.

Não olvida o episódio dos enviados do rei de Xiraz *(di Ciracha)*, que em nome do xeque Ismael, nessa ocasião iam pedir o tributo costumado ao rei de Ormuz, salientando não só a histórica resposta que lhes

(1) Correia — *Lendas*, I, pp. 735 e 795.
(2) Brás de Albuquerque — o. c., I, p. 65.

deu, com a amostra das armas de fogo, mas também as principais qualidades dessa gente: «Sono turchi di nazione, tutte gente da chavallo, che ssi levonno chonquistando la terra». Vestem «alla turchesca» e, como eles, combatem. Dizem que não crêem em Maomé, «ma nella lege di Alei, genero (genro) di Maometto».

A carta não devia acabar neste passo, mas decerto eram estas as notícias que mais podiam empolgar os leitores, por traduzirem ecos da gesta lusitana contra o inimigo comum.

3 — Iniciativa estrangeira na difusão de notícias de viagens marítimas

3.1 — *A «Lettera» de Vespúcio a Piero Soderini, sobre quatro viagens às costas americanas.* — Entre os relatos globais de expedições marítimas, figura, em grande plano, a famosa *Lettera* de Américo Vespúcio ao gonfaloneiro da república de Veneza, Piero Soderini (de Lisboa, 4 de Setembro de 1504), sobre quatro das tão discutidas viagens, que o florentino se vangloria de ter efectuado. Publicada em primeira mão na cidade de Florença, em 1505 ou 1506, voltou a ser reeditada em latim, com o título de *Quattuor Americi Vesputii Navigationes*, na obra de Martin Waldseemüller — *Cosmographiae Introductio* — impressa em Estrasburgo, no ano de 1507 (1).

---

(1) *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole novamente trovate in quattro suoi viaggi* (sem local, nem data). Exemplar na B. N. Fl. — Banco Rari, 192. — Também o Museu Britânico guarda um exemplar desta raríssima edição (Biblioteca de Grenville, n.º 6535). Varnhagen possuía um exemplar, que adquiriu na Havana, em 1863 (*o. c.*, p. 29). — Reproduzida, por exemplo, em Bandini — *o. c.*, pp. 1-63; Vignaud — *o. c.*, pp. 313-336; *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 2, pp. 136-170 (em paralelo com a tradução latina) e A. Magnaghi — o. c., 1.ª ed., II, 333-396; 2.ª ed., pp. 249-272. — Em fac-simile: *Letter to Piero Soderini, Gonfaliero, the year 1504. Translated with introduction and notes* by George Tyler Northus, Princeton, 1916. Texto fac-similado também em Levillier — *El Nuevo Mundo*, pp. 198-266. — Em português: Sebastião Francisco de Mendo Trigoso (só as duas últimas das quatro viagens), in *Colecção de Notícias*, II, n.º 4, pp. 141-154; F. M. Esteves Pereira — *A propósito das Cartas de Vespúcio*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 35.ª série, 1917, pp. 304-310; *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (só as duas últimas viagens), 2.º vol., pp. 199-202 e 288-291. Segundo D. Leite — *o. c.*, p. 159, — conhecem-se hoje três apógrafos da *Lettera:* o da colecção magliabecchiana, B. N. Fl. — ms. II, IV, 509, fls. 114-139, estampado em 1916 por George Tyler Northus; o do espólio de Vaglienti e o do códice Amoreti. — Das *Quattuor Navigationes*, apenas nos referimos aqui a respeito das reedições modernas em separado, podendo o

A respeito destes dois textos, não raro se encontra, em historiadores, por um lado, desconhecimento do primeiro e, por outro, confusão e discordância, sobretudo quando apareceram as cartas manuscritas que descrevem, de forma diversa, duas dessas anunciadas quatro viagens. Entre outros, ignoram a *Lettera,* Francisco Trigoso, que se serviu do texto italiano de Ramúsio, e M. Fernández de Navarrete, que apenas utiliza a tradução latina (edição de 1509). Sobre as discordâncias dos críticos modernos, basta lembrar que, enquanto Magnaghi encontra muitas semelhanças entre a *Lettera* e o *Mundus Novus* (Magnaghi chega a dizer que «è in molte parti una traduzione della *Lettera*»), Duarte Leite e o visconde de Lagoa consideram-nos radicalmente inadaptáveis, na narração da terceira viagem, a única, como vimos, de que trata o *Mundus Novus* (1). Magnaghi, porém, pondera os pontos de contacto, para provar que a *Lettera* é contrafacção desta e outras publicações. Com efeito, a sua autenticidade é hoje em dia discutida, considerando-se, tal como o *Mundus Novus,* produto de um italiano ilustrado que se serviu de informações de vária procedência, para redigir uma notícia sensacional (2). Na sequência do primeiro folheto, e porque o utiliza grandemente, dois pontos básicos se repetem — o *nome de Vespúcio,* como elemento experimentado e preponderante das viagens, e o *ambiente português* em que duas delas se realizam. Acrescenta-se, porém, um terceiro aliciante — o das descobertas castelhanas, apresentando igualmente o florentino como o herói de outras duas expedições, à mesma terra do Novo Mundo.

---

leitor ver as impressões quinhentistas quando nos ocuparmos da *Cosmographiae introductio:* Vignaud — *o. c.,* 365-392; M. Fernández de Navarrete — *Viajes de Americo Vespuccio* (acompanhada de tradução espanhola), pp. 14-135; *Raccolta Colombiana,* parte III, vol. 2, pp. 136-170. Em português: Miguel Meneses, *in* Stefan Zweig — *Américo Vespúcio,* cit., pp. 147-193. — Varnhagen (*o. c.,* p. 30) pensa que o manuscrito na Biblioteca Magliabecchiana pode provir de fonte diferente da impressa. No fim do apógrafo, o notário florentino Lorenzo de Piero Choralmi da Dicomano declara que foi transcrito a 10.2.1504 — «more florentino» e, portanto, de 1505. Mas A. Magnaghi situa-o no século XVIII, sem aludir à declaração do notário, e recorda o apógrafo de Vaglienti, cod. Ricc. 1910, que, apesar de síncrono, «è quasi sempre una copia fedele della *Lettera* a stampa». (A. Magnaghi — *o. c.,* p. 53). Também nos parece que o códice magliabecchiano, escrito, aliás, por várias mãos, não é do século XVI. As diferenças que se podem assinalar, logo de início, tanto podem provir de outro códice, como do próprio copista, visto serem apenas de forma.

(1) D. Leite — *o. c.,* pp. 161 e segs.; visconde de Lagoa — *o. c.,* pp. 173 e 176.

(2) L. de Matos — *Un aspect de la question vespuccienne: l'auteur du* Mundus Novus, cit., pp. 161-165.

A. Magnaghi fez a exegese do folheto, notando que os usos e costumes dos habitantes, que coloca na *primeira* viagem, e, de uma maneira geral, as duas primeiras viagens, são decalcados na narrativa do *Mundus Novus* e da carta publicada por Bartolozzi; que frases inteiras provêm da carta de Giovanni da Empoli ao pai; que alguns elementos podem mesmo ter sido extraídos do *Libretto di tutta la navigatione;* que a *segunda* navegação, em grande parte, saiu da carta manuscrita de Sevilha, 18 de Julho de 1500 (1); que o início da *terceira viagem* repete mais ou menos o conteúdo da epístola de Cabo Verde, 4 de Junho de 1501, e *Mundus Novus,* Só na 4.ª navegação, que, aliás, oferece reduzidos pontos de interesse, não encontrou qualquer trecho que se possa filiar noutros documentos (2).

A *Lettera* surgiu, pois, em folheto independente, na cidade de Florença, no ano de 1505 ou 1506, em italiano, não conseguindo obter mais que uma edição. Só desde 1507 foi largamente difundida, em latim, nas várias edições da *Cosmographiae introductio*. A dedicatória ao «Magnifice domine», de ordinário interpretada como dirigida ao gonfaloneiro Soderini, é endereçada, na edição latina, ao «Ilustríssimo Renato, rei de Jerusalém e Sicília e duque de Lorena e Bar». A tradução, segundo se lê nesta impressão da obra de Waldeseemüller, deve-se a Jean Basin, a pedido de Ludd, de texto em francês que o duque recebeu de Lisboa. O pormenor arrasta consigo complicações sobre a língua original, que nos não interessa considerar, até porque se não dispõe de elementos bastantes para resolver a questão. O certo é que Basin, Ludd e Waldseemüller formavam todos parte do Gymnase de St. Dié, de que nos ocuparemos noutro lugar, e, sós ou por sugestão, directa ou indirecta, de Vespúcio, contribuíram poderosamente, não só para a fama excessiva do florentino,

---

(1) B. Ricc. Fl., Cód., 2112bis, fls. 1-4v. Publicada por A. M. Bandini — *Vita e lettere de Amerigo Vespucci,* Florença 1745, pp. 64-86. Na mesma Biblioteca conserva-se cópia, com data de 28, em vez de 18 (cód. 1910, fls. 41-47v), que Uzielli deu à estampa: *Le Lettere di Amerigo Vespucci,* pp. 5-7.

(2) A. Magnaghi — *o. c.,* 2.ª edição, pp. 52 e segs. — Magnaghi foi contraditado, entre outros, por Roberto Ridolfi — *Una lettera inedita di Amerigo Vespucci,* Florença, 1937, com que andou envolvido em polémica; e por Germán Arciniegas — *A primeira Viagem de Américo Vespúcio,* in *Revista de História,* S. Paulo, vol. IX, Janeiro-Março de 1958, pp. 43 e segs. Para nós, a questão reduz-se a estes termos: Vários anos distantes dos factos da primeira viagem, nada menos que uns sete ou oito, alguém pretendeu lançar no mercado um livro sensacional sobre tema inédito que poucos conheciam. Serviu-se, para isso, das cartas manuscritas de Vespúcio, do *Mundus Novus,* e do mais que pôde haver à mão. Vespúcio participou na empresa? Cremos bem que não.

mas também para que as novas terras tomassem o seu nome, em vez do de Colombo.

Tal como saiu da imprensa, a *Lettera* propaga quatro viagens de Vespúcio — duas para o poente, por conta do rei de Castela, e duas para o sul, por ordem do monarca português. Os defensores da genuinidade das cartas manuscritas reduzem-nas, porém, a duas. Nela vai narrar «cose (que) non si truovano scripte ne per li antichi ne per moderni scriptori». A primeira expedição (1) teria tido início em 10 de Maio de 1497, no porto de Cádis, em direcção às Canárias, que ficam 280 léguas distantes de Lisboa, em que o florentino Benvenuto Benvenuti lhe pediu que relatasse tudo quanto vira «in diverse plaghe del mondo». Sem dificuldades, atingiram, em 37 dias, uma terra afastada umas mil léguas das Canárias, «che la giudicammo essere terra ferma» (2). As primeiras pessoas que lobrigaram andavam nuas e fugiram. Mas, arribando a expedição em sítio mais seguro, conseguiram cativar os habitantes, que, por fim, já se misturavam com a tripulação, sem medo de ninguém. O autor da *Lettera* descreve sumàriamente os costumes, assinalando a pouca formosura: «tengono el viso largo, che voglion parece al tartaro», cor a tirar para vermelho, sem pêlos, aliás arrancados por eles próprios, para se não assemelharem aos animais. Correm muito, nadam bem. Usam arcos e setas de dentes de feras e peixes, porque não conhecem metais. Quando vão à guerra, as mulheres transportam a carga. Mas ninguém peleja por inimizade por quem quer que seja, ou por ambição ou paixão desordenada. Apenas intentam vingar as mortes dos seus ascendentes.

Não possuem rei nem lei e, por conseguinte, nem direito ou justiça, não castigando, consequentemente, os malfeitores. Parecem simples e são astutos e sagazes. Comem em vasilhas de barro quando lhes apetece, deitados no chão. Dormem em redes de algodão, levantadas do solo. Como não se casam, têm relações sexuais com quem querem. As casas são comuns a todos, chegando a viver umas 600 pessoas e, até, por vezes, umas 4 000. Falam muitos idiomas, não se entendendo uns aos outros, de cem em cem léguas.

---

(1) A mais contestada das suas viagens. Aceitam-na Varnhagen, Fiske, Vignaud, Ridolfi, Arciniegas, Levillier, entre outros; contestam-na, por exemplo, Humboldt, Navarrette, Magnaghi e Caraci.

(2) A coordenada que indica, reconhece-o até o próprio Levillier, «está mal», pois cairia no interior das Honduras (*El Nuevo Mundo*, Buenos Aires, p. 18).

Apesar de toda a liberdade e bondade natural, as mulheres tomam venenos para matar os fetos, quando os homens as incomodam. Não professam qualquer forma de religião. Mudam de lugar em cada oito ou dez anos, por causa do sol ardente que corrompe os ares, se permanecerem mais tempo no mesmo sítio. As riquezas não passam de penas de aves, contas e pouco mais. Não comerciam nem têm estimação por nada. Enterram os seus defuntos com água e comestíveis. Os remédios que usam, divergem muito dos nossos.

Estamos, pois, em presença do bom selvagem que, em contacto com a natureza, vive feliz, quase sem paixões violentas nem complicações sociais. E, sobretudo, em terra que não suscita cobiça aos de fora, porque não encontraram nada de notável valor, e em que é fácil evitar enfermidades.

Os demais episódios, ocorridos noutros pontos da costa, nada acrescentam de essencial, mesmo o da zona tórrida, onde baptizaram muita gente, a que os naturais chamavam Lariab. Aceitando o paralelo apontado por Vespúcio, R. Levillier reconhece Tamaulipas, no México (1). A região caracterizava-se por ser muito amena e coberta de árvores, muitas delas, de fruto. Esta é uma das questões mais intrincadas para certos defensores da autenticidade da carta, visto que a região só foi avistada por Colombo no ano seguinte (1498), concluindo-se daí que o florentino pretendia tirar a glória devida ao genovês. Com o aparecimento da *Lettera*, que emprega o vocábulo *Lariab* onde as *Quattuor Navigationes* trazem *Paria*, a questão parecia ficar resolvida. Duarte Leite, porém, mantém-na acesa, com o apelo aos manuscritos síncronos da *Lettera*, que escrevem *Paria* ou *Parias* (2).

Ainda navegou mais 870 léguas, «lo que es imposible», reconhece Levillier, depois de Varnhagen, que atribui o exagero a simples erro de outrem, por 370. Deste modo terá chegado a circundar a península da Florida.

No regresso, passaram por infinitas ilhas, uma delas, *Iti* (a ilha Haiti, as Bermudas, ou a de S. Domingos), onde saíram a pelejar com os naturais. Deste e doutros lugares trouxeram presas para Espanha, a que chegaram em 15 de Outubro de 1498 ou 1499, conforme se lê nalgumas edições.

---

(1) Levillier, «Introducción» a *El Mundo Nuevo*, cit., p. 18.

(2) Duarte Leite — o. c., p. 159.

Com esta primeira viagem «os castelhanos descobriram Nicarágua, Honduras, Iucatã, o golfo do México e a Florida; subiram pela costa da Carolina e da Virgínia, até 35 ou 38° de latitude norte, voltando depois para Cadiz» (1).

A segunda viagem encetou-a Vespúcio em 16 de Maio de 1499. A Europa quinhentista deve ter-se impressionado mais com a descrição dos povos do que com as datas (contraditórias na tradução latina) e até do que com as localizações pouco precisas. Vespúcio teria chegado às Guianas, seguindo pelo litoral da Venezuela e passado pelas Antilhas (2).

Este itinerário ajusta-se melhor ao da expedição de Hojeda, que partiu de Puerto de Santa Maria (Cádis) dois dias depois e andou pelas costas da Guiana, a nordeste da América do Sul, continuando para o norte, pelo litoral venezuelano (3). Mas não custa a aceitar interposição, numa só, dos itinerários das duas descritas.

Segundo o relato da *Lettera*, demoraram 44 dias a percorrer 500 léguas, das Canárias até uma terra «situata dentro della torrida zona, et fuora della linea equinoctiale alla parte dello austro: sopra la quale alza el polo del meridione 5 gradi fuora dogni clyma». Deixada a praia onde tinham aportado, navegaram ao longo da costa, cerca de 40 léguas, encontrando «un bellissimo porto» e, mais adiante, um outro lugar habitado por gente boa, que lhes vendeu 150 pérolas por um cascavel ou guizo, oferecendo-lhes também pequena porção de ouro. Estavam, afinal, numa terra «molto abondosa de loro mantenimenti». Prosseguindo viagem, andaram mais ao largo da costa, avistaram uma ilha, povoada pela «piu bestiali gente et la piu brutta che mai si vedesse». Selvagem, porque as pessoas traziam a boca cheia de ervas, que ruminavam ao jeito de irracionais; e benigna, porque, a breve trecho, parecia ter com eles amizade

---

(1) Levillier — *As cartas e viagens de Vespúcio*, in *Revista de História*, n.° 18, p. 436.

(2) Duarte Leite mostra que, nesta viagem, Vespúcio não foi ao Brasil (*Os falsos precursores*, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 1.° vol., pp. 114 e segs.). Mas, segundo Levillier, Duarte Leite só disse «disparates» (*As cartas e as viagens de Vespúcio*, cit., p. 481). — Com Levillier está, neste ponto, T. O. Marcondes de Sousa, entre os historiadores mais recentes.

(3) Descrição sumária em Duarte Leite — o. *c.*, pp. 119-120. Sobre o itinerário desta viagem, ver também Levillier («Introducción» a *El Nuevo Mundo*, p. 28), onde identifica o bom porto formado por uma grande ilha à entrada, como a embocadura do Maranhão de então, o actual Mirim, a ilha dos Gigantes, com Curaçao, colocando o golfo de Pária na península de Guajira, acima do golfo de Venezuela. Mas, para isso, tem de corrigir a latitude indicada na Carta, de 15° para 12° 30'.

de muito tempo. Faltava-lhe água e vitualhas, que só na terra firme existiam e não dispunha de casas nem de aldeias. Alimentava-se sobretudo de peixe, abundando na ilha animais de várias espécies. Numa outra ilha toparam cinco mulheres de grande estatura, «magiori che uno grande huomo», e trinta e seis homens, «molto maggiori che le donne, huomini tanto ben facti che era cosa famosa a verdergli». Por isso, baptizaram a terra de ilha dos Gigantes.

Resolvidos a voltar para Espanha, por lhes escassearem os mantimentos — andavam no mar havia cerca de um ano —, entraram ainda num outro porto, onde permaneceram quarenta e sete dias, por terem encontrado gente amiga, que lhes vendeu 119 marcos de pérolas, em troca de cascavéis, espelhos, contas e algumas folhas de âmbar. Daí seguiram para a ilha da Antilha, «che discoperse Christophal Colombo piu anni fa».

A terceira navegação já foi apreciada, ao tratar do *Mundus Novus*, que, segundo o visconde de Lagoa, fica aquém da *Lettera*, «na narrativa náutica» (1).

A quarta, ou é continuação desta (no sentido de descrição da mesma ou de viagem seguinte) ou apócrifa (2). O redactor da *Lettera* apresenta-a como quarta, esclarecendo, porém, «questo quarto viaggio non si forni, secondo io levavo el proposito», devido à discórdia que se deu no oceano Atlântico. Pode muito bem identificar-se esta viagem com a de Gonçalo Coelho, arquivada por Damião de Góis (3), considerando-se hoje (A. Teixeira da Mota e Levillier) como projectada no mapa de Maiollo de 1504, conforme vimos. O narrador do escrito vespuciano informa que, indo ele como capitão de um dos seis navios, saíram de Lisboa, a 10 de Maio de 1503, para visitarem a ilha «verso loriente», de *Melacha*, «della quale si ha nuove esser molto riccha et che e come el magazino di tucte se navi che vengano del mare gangetico et del mare indico». A notícia provinha das primeiras viagens portuguesas ao Oriente, e só foi aproveitada, como veremos a seu tempo, anos mais tarde, com Sequeira, Vasconcelos e Albuquerque. Mas andava muito estropiada: «Questo Melaccha e piu all occidente che Caligut et molto piu alla parte del mezo dì, perche

---

(1) Visconde de Lagoa — *o. c.*, p. 173.

(2) Entre outros opugnadores desta viagem, ver G. Caraci — *A propósito de Américo Vespucci*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 11, Julho-Setembro de 1952, p. 192.

(3) Veja-se, a este respeito, D. Leite, *o. c.*, p. 175; Levillier — *El Nuevo Mundo*, p. 47; A. Teixeira da Mota — *Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503 e 1505*, pp. 6 e segs.

sappiano che sta in paraggio di 33 gradi del polo antartico». Na realidade, Malaca fica a oriente de Calecute e a cerca de 3 graus de latitude norte.

Aludindo ao «nostro Capitano maggiore» para lhe chamar «presumptuoso et molto cavezuto», não lhe revela o nome. Por sua ordem passaram pelas ilhas Verdes e aproximaram-se da Serra Leoa, «terra dethiopia australe», quando sobreveio forte tempestade, que os forçou a entrar pelo alto mar, tendo navegado por trezentas léguas, até encontrarem, em 3 graus sul, «una isola nel mezo del mare et era molto alta cosa (...): no era piu che due leghe di lungo et una di largo». Apesar de despovoada, oferecia condições admiráveis: água em abundância, com muitas árvores e aves marinhas e terrestres, tão dóceis que se podiam apanhar à mão. Continuando a explorar a costa americana, entrou num porto a que deram o nome de «labadia di tucti e sanchi», distante bem 300 léguas da referida ilha. Andaram mais 260 léguas e arribaram a um porto, em que erigiram uma fortaleza, na qual ficaram «24 huomini christiani». Esta terra encontrava-se em 18 graus para o sul da linha equinocial e 37° para o ocidente do meridiano de Lisboa, «secondo che mostrano e nostri strumenti», a que regressou em 18 de Junho de 1504.

Em vez de procurar identificar (cabo Frio, S. Vicente, etc.) ou, melhor, corrigir os nomes dos lugares visitados e respectivas latitudes, importa antes fixar que a expedição de 1503, comandada por Gonçalo Coelho, explorou todo o litoral brasileiro que, por conseguinte, Vespúcio visitou, com ele ou separado dele, dando notícia à Europa, em redacção sua ou de alguém que utilizou os seus dados.

Tal é, em suma, o conteúdo do livrinho que, como o nome de Américo Vespúcio, percorreu os meios cultos de então, em latim, em italiano e outras línguas nacionais, de 1505 ou 1506 em diante. Nem tudo traduzia novidades geográficas, e sobretudo apenas se colhia a ideia vaga de um «novo mundo» exótico, mas o autor do opúsculo apresentava-se como descobridor dessas novas terras, e ninguém se lembrou de as identificar, nem com as da carta de Colombo nem com as das notícias de viagens portuguesas, sabidas já por outras vias. Aliás, seria difícil fazê-lo, visto que nunca se precisava bem a localização dessas terras, e, sobretudo, contra o costume português, não apareciam baptizadas, com raras excepções, com nomes portugueses.

As descrições da *Lettera* de Vespúcio entusiasmaram a Europa, mas pouco mais forneceram aos geógrafos do que a existência de novas regiões povoadas e o nome do presumível autor da carta, que desde então ficou adaptado ao novo continente.

3.2 — *Veneza e o soldão, em face das viagens marítimas portuguesas, na Relação de Cá Masser.* — O problema do caminho marítimo para a Índia apresentava bastantes visos de solução estável e os Venezianos afligiam-se, de dia para dia (1). Como dois anos mais tarde há-de notar Afonso Rodrigues, escrivão da nossa feitoria em Veneza, D. Manuel poderia vir a transformar Lisboa noutra cidade dos Doges (2).

Depois de muito pensar, o Conselho dos Dez julgou ter encontrado o caminho exacto para reconquistar o antigo prestígio. Na sessão de 9 de Março de 1504, adoptou o expediente de enviar de novo um embaixador ao Cairo e outro a Lisboa. Aquele, iria propor ao soldão a abertura de um canal no Suez, munido de fortificações numa e noutra margem, para facilitar o trânsito de barcos de guerra que fossem expulsar os Portugueses, do mar Vermelho. Seria tarefa muito fácil, que se acabaria em curto espaço de tempo (3).

O enviado a Portugal, Leonardo Cá Masser, partiu em 3 de Julho (4), demorando-se em Lisboa cerca de 27 meses, empenhado em dar cumprimento à missão de investigar minuciosamente tudo o que aqui se passava. A missão era arriscada, como ele reconhece, aliás, com o intuito certo de alcançar condigna paga: «dove stete cun gran pericolo de la proprie vita più mesi». Chegou mesmo a estar preso, por delação de um sobrinho de

---

(1) A este respeito, é deveras elucidativo o *Diário* de Priuli. Em Abril de 1504, regista o aviso do soldão, dirigido por intermédio de Veneza, às potências europeias, de destruir o túmulo de Cristo se não impedissem as viagens portuguesas. Em Maio, Agosto, Outubro e Novembro de 1504, nota-se o afluxo de correspondência de Portugal, Espanha e Génova, a respeito do movimento marítimo português. (Ver R. Fulin — *Girolamo Priuli e i suoi Diarii,* pp. 175 e segs.) — No ano seguinte, as notícias acorrem com idêntica assiduidade. Priuli aponta mais uma carta de Affaitadi, a 8 de Agosto de 1505; de Espanha, em Setembro de 1505, que alude a cartas de Lisboa, de 25 de Agosto. Em 1506, exprime a convicção de os Venezianos não poderem mais alcançar especiarias do soldão (pp. 199-200).

(2) Carta do escrivão da feitoria portuguesa em Veneza, a D. Manuel, de 13-5-1508 (Publicada in *Archivo Historico Portuguez,* vol. II, Lisboa, 1904, pp. 269-272).

(3) R. Fulin — *Il Canal di Suez e la Republica di Venezia,* p. 195. A propósito, Fulin anota que os Venezianos aconselharam o soldão, mas não lhe forneceram armas ou navios (p. 189). Deve-se, porém, considerar a circunstância de o soldão não ter seguido o seu conselho. Parece evidente que, se o canal fosse aberto, os Venezianos estariam dispostos a cooperar. Ainda assim, o mesmo autor atribui à instigação dos Venezianos o ascendente que o soldão tomaria depois da derrota de D. Lourenço de Almeida, em 1508, se D. Francisco não tivesse conseguido vingar a morte do filho.

(4) Ver «Comissione a Leonardo da Cá Masser», *in* R. Fulin — o. *c.,* pp. 203-205.

Marchionni, como veremos. Nada disso, porém, o impediu de ir mandando, «de tempo in tempo, particulare aviso al Excel. Signorie Vostre, del sucesso de le cosse de li» (1).

Além da epístola que escreveu de Medina del Campo, em 18 de Setembro de 1504, apenas se conhece hoje uma outra, datada de Lisboa, 16 de Abril de 1506, autógrafa como aquela, em que comunica a partida, no dia 6, da armada de 14 naus, comandada por Tristão da Cunha (2). Não é difícil, no entanto, saber o que participou na restante correspondência, porque se conserva também um relatório final, que, conforme advertiu R. Fulin, parece não ser mais que «una compendiosa ripetizione delle sue lettere» (3). Nele deu conta, nesse ano de 1506, perante o Conselho, de todas as viagens marítimas portuguesas, efectuadas a partir da de Vasco da Gama, indicando sucintamente os factos principais. A viagem de Vasco da Gama ocorreu de 1497 a 1499, primeiro ao longo da costa da Guiné até ao cabo da Boa Esperança, a 2 000 léguas de Lisboa e a meio da distância até Calecute *(Colochut)*. As dificuldades foram tantas que os tripulantes dos quatro navios quiseram voltar para trás. O capitão, porém, soube impor-se e transpôs o cabo, continuando viagem junto à costa. Chegaram a Melinde *(Meledin)*, onde o rei mouro lhe concedeu um piloto *(uno poeta)*, que conduziu a frota portuguesa a Calecute. Foi aí que encontraram um judeu alemão, que se fizera muçulmano — *Mamet* —, que Vasco da Gama prendeu e trouxe para Lisboa, onde se baptizou com o nome de Gaspar e casou com uma portuguesa. O capitão transportava alguma pimenta, mas a maior riqueza incidia na pessoa daquele homem, que era «ben prattico de quelle paesi», pois havia 32 anos que vagueava do Cairo a Meca e por muitos outros sítios daquelas partes da Índia. Sua Alteza ficava bem informado dos lugares e escalas do trato das mercadorias orientais, de que podia trazer grandes quantidades de especiarias e, sem delongas, mandou seguir nova esquadra.

A 9 de Abril de 1500 partiam 13 navios, entre grandes e pequenos, sob a capitania de Pedro Álvares Cabral *(Pedralboro)*, acompanhado de feitor, Aires Correia *(Ali Scorer)* e de Gaspar. De um pulo, coloca-os no

---

(1) «Supplica di Leonardo da Cá Masser», *ibd.*, pp. 205-206.

(2) Publicadas *ibd.*, pp. 206-210. — Guardam-se no A. S. Ven., *Atti consiglio dei dieci, busta 19.*

(3) R. Fulin — *o. c.*, p. 194. — Conserva-se na B. M. Ven. — Cód. it. 877, cl. VII. — Publicada, pela primeira vez, por Giovanni Scopoli (in *Arch. Stor. Ital.*, App. ao t. II, Florença, 1845, pp. 13-47 e, de novo, em 1892, por Prospero Peragallo, em *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Católico*, pp. 67-98.

cabo da Boa Esperança, como bom comerciante veneziano, que apenas visava o caminho das especiarias. O Brasil, em 1506, ainda era mercado de pouca projecção e o que mais importava em Veneza dizia respeito ao Oriente. No entanto, assinala, sem localizar, a perda de sete naus, «nell'andar». A primeira «scala che loro haveno commercio» foi Cochim, cujo rei os recebeu com amizade, tendo aí construído uma fortaleza na ponta do rio de Cochim, para habitação do feitor e segurança das mercadorias. Seis naus voltaram a Lisboa a 29 de Julho de 1501, com 2 000 quintais de pimenta, após uns «18 meses» de viagem.

No regresso desta mesma expedição, Cabral e Aires Correia estiveram em Calecute, onde o rei autorizou a estabelecer feitoria. A cidade encontrava-se dominada por mouros — uns 5 000 — e, tendo-se envolvido em discórdia quatro portugueses com alguns maometanos, 47 portugueses, incluindo o feitor, foram trucidados desapiedadamente. Assim nasceu a guerra com o rei de Portugal, apesar de o soberano de Calecute, que ficou com três portugueses como reféns, em seu poder, garantir que a não desejava. O capitão bombardeou a cidade, destruindo as casas mais próximas do mar. Ficava traçado, a água forte, o quadro que mais interessava conhecer em Veneza, que melhor poderia ajuizar da situação, lendo os sucessos das expedições seguintes.

Da terceira viagem pouco relata. Imagina que as quatro «caravelas» de João da Nova, saídas em Abril de 1501, se puseram ao mar, «per andare in corso» à entrada do mar Vermelho e que «da poi» se dirigiram para a costa de Calecute, carregando em Cochim e Cananor 1 550 quintais de especiarias de vários géneros, sobretudo de pimenta, no valor de 4 000 ducados, regressando a Lisboa em Setembro de 1502, depois de terem desbaratado, em frente de Calecute, 40 navios de mouros e cerca de 100 sambucos. O ambiente de epopeia, em que emoldurava a acção comercial, parecia garantir a esta o êxito que os Venezianos não desejariam.

A quarta expedição, comandada por Vasco da Gama, compunha-se de 21 naus e partiu em Fevereiro e Abril de 1502, levando, a bordo, Gaspar da Índia. Como a propósito das outras viagens, coloca os nautas nos principais pontos geográficos, aqui, por exemplo, no cabo da Boa Esperança e logo em Quíloa *(Ochilia)*, «la qual terra è dentro uno rio». E mais não diz, demorando-se com a narração dos factos aí ocorridos: submissão do rei mouro e tributo ao de Portugal, de «oro metechali 1500 e perle 5». Sem mais pormenores, aparece a esquadra em Cochim, Cananor e Coulão, a carregar especiarias das várias qualidades. Depois

de andar «in corso sopra la bocca del Mar Rosso», queria dizer, depois de impedirem a saída de pimenta para Veneza, voltaram 16 naus a 11 de Outubro de 1503, com 30 000 quintais de especiarias. Fecha a notícia o caso do afundamento de um sambuco de mouros, carregado de riquezas.

Em Abril desse mesmo ano tivera início a quinta viagem, de que pouco sabe. Entraram nela 12 naus, comandadas por Francisco de Albuquerque *(Francesco dal Burchercher)*, de que se afundaram três. Receberam carga em Cananor e Cranganor *(Calanganor)*, voltando uma delas a Portugal, em 15 de Julho de 1504, a dar a nova da paz firmada com o rei de Calecute. Contudo, veio a acontecer que não se chegou a acordo pleno, «salvo cercare de ruinare el ditto Re», comenta Cá Masser. Em Cananor encontraram um veneziano, chamado Bonavito de Albano, que aí se estabelecera havia muito tempo, vindo do Cairo em companhia do embaixador do Preste João. Trata-se do Bonajuto de Albano, a que noutra parte nos referimos.

A partir deste momento, isto é, ao relatar os acontecimentos de 1504, Cá Masser comunica o que presenciou, ao passo que os factos decorriam. Chegou a Lisboa a 3 de Outubro desse ano (1). As primeiras notícias que seguem ainda estavam muito frescas. Por isso, primeiro informa da saída dos 12 barcos que entraram na 6.ª viagem, comandados por Lopo Soares, e só depois se refere à chegada dos da quinta expedição. Sobre esta sabe que voltaram três naus do capitão Francisco de Albuquerque (na realidade, de Afonso), a 16 de Setembro de 1504, carregadas de especiarias. Desce já ao pormenor de indicar a tonelagem de cada uma: respectivamente, 800, 500 e 400 a 500; a quantidade da carga: 12 000 quintais; e distribuição por espécies, desde a pimenta, 10 mil quintais, ao aloés, 1 ⅓. Duas outras grandes naus, que ficaram a carregar, em Cananor, 7 a 8 mil quintais, ter-se-ão perdido, pois não havia novas a seu respeito.

Numa daquelas três chegadas a bom termo embarcara Bonajuto de Albano, com mulher, «nativa da Malecha», e filhos. A mulher fez-se cristã em Lisboa e ele caiu nas graças do Monarca, que lhe concedeu 70 ducados anuais, «con la casa e formento per suo vivere», como paga das boas informações que deu sobre a Índia, onde permanecera 22 anos. Afigura-se-nos que, mais por despeito patriótico do que por conhecimento concreto, afirma que o seu compatriota «veramente ha visto molto più in quelle parte che Gaspar Judeo».

---

(1) *L. c.*, p. 87.

Da sexta viagem, refere a saída de onze naus, em 22 de Abril de 1504, por uma se ter queimado, no próprio porto de Lisboa, a capitânia — *Anunciada (la Nonziá)*. E passa logo para o que mais lhe importava, o aspecto comercial: valores que seguiam, no total de 30 mil ducados; e lugares de aquisição das especiarias — Cochim, *Chaucolam*, Coulão e Comorim, donde vinha toda a canela. Só depois de fazer partir as naus da sétima viagem, completa a informação com a nota das datas do regresso e quantidades transportadas. A primeira nau chegou a 30 de Junho e, a menos de um mês; em 22 de Julho, as restantes 10, vindo ainda mais duas, em 23 de Agosto. Perdera-se uma no cabo da Boa Esperança. Nem todas, evidentemente, haviam partido com Lopo Soares, mas todas tinham de ser referenciadas. As 13 naus traziam 24 mil quintais de especiarias, que distribui pelas qualidades de pimenta, canela, gengibre, maça, cânfora, laca, etc., fornecendo igualmente as quantidades de mercadorias levadas e os preços por que foram vendidas.

A sétima expedição partiu de Lisboa a 25 de Março de 1505, sob o comando de D. Francisco de Almeida *(Don Francesco de Almada)*. Uma delas, a *Anunciada*, perdeu-se no Tejo. As 29, eram 14 naus, uma de 1 000 tonéis, outra de 800 e as restantes de 300; 17 caravelas, uma de 200 a 150 tonéis e sete de 80 a 100, o que perfaz 31, e não 29 barcos. O capitão levava patente de vice-rei por três anos, e mais de 2 500 pessoas, muita artilharia, muitas armas «bellissime» e a incumbência de levantar três fortalezas, em Sofala *(Zasale)*, Angediva *(Anzidiva)* e Cananor. O valor das mercadorias que, na Índia, serviriam de dinheiro (cobre, prata viva, chumbo, coral, cera branca, etc.) passava de 80 mil ducados, tendo importado toda a despesa da armada em 250 000. A 22 de Março de 1506 viu chegar quatro naus, e mais uma, em 3 de Junho, esperando-se mais quatro, que chegaram dias depois. Estas eram as maiores que tinham realizado semelhante viagem e não viriam mais que nove. Das chegadas, duas pertenciam ao rei, duas a mercadores alemães, a que andava associado Bartolomeu Marchionni, e uma ao cristão-novo Fernão de Loronha *(Fernando dalla Rogna)*. Esta última transportava 2 000 quintais de pimenta; as dos alemães, uma, a *Buotafuogo*, 2 500 e outra 5 000; as de el-rei, a *Conceição*, 3 500 quintais e a capitaina, além de 4 000 quintais de pimenta, mais 70 de gengibre, 50 de cravo, 40 de sândalo vermelho, 10 de cânfora. Por todas vinham ainda distribuídos 700 quintais de pérolas de vários tamanhos e 3 500 ducados de panos diversos. Isto, o que apurou, dos próprios «libri delli scrivani» e que passou pela alfândega, porque se sabia que nas «casse de marineri» também se guardavam quantidades não

registadas. Se as que se esperavam, tivessem a sorte de fazer boa viagem, o total das cargas ascenderia a 20 ou 30 mil quintais. Revelando mais claramente a sua missão de espia, Cá Masser acrescenta ainda o que apurou da viagem. «Quanto se intende veramente alle cose secrete nell' India», o vice-rei terá destituído o rei de Quiloa, que lhe não quis obedecer, e colocado outro no trono, que ficou tributário de el-rei de Portugal, com obrigação de pagar 1 500 ducados ao ano. «La qual terra e isola è de Mori». Noutra terra e ilha de mouros — Mombaça *(Mombaze)* — pôs o rei em fuga para as montanhas, e partiu para a costa da Índia, em direcção a Cochim, onde soube ter sido morto, pelos mercadores mouros, o feitor com mais 20 portugueses, que se lhes opunham a que carregassem especiarias.

Terminado o carregamento, encaminhou-se para Coulão *(Culam)*, destruindo «molte nave de mori», pejadas de especiarias. Passou a Cananor e, com consentimento do rei, edificou uma fortaleza — «*la qual fortezza è iusta el dissegno che vi mando*». Aí carregou especiarias e seguiu para Angediva *(Anzidiva)*, «isola despopulata», com bom porto, perto de Cananor e na passagem das naus que vêm de Malaca e outros pontos da Índia, e construiu a segunda fortaleza, de que também remeteu «la forma del dissegno». Depois, fortificou a de Cochim, que é toda de pedra viva, e deu cumprimento à determinação de se erguer a de Sofala *(isola de Zafale)*, enviando para isso quatro naus com a gente que lá devia ficar. A viagem demorou 14 meses menos três dias. No cabo da Boa Esperança afundou-se mais uma nau carregada de cobre, mas salvou-se a tripulação, ignorando-se o fim que podem ter tido duas outras que se desgarraram.

A sua informação descia ao pormenor de relatar o encontro com outras naus enviadas ao cabo da Boa Esperança, em busca de naus perdidas, das frotas de Lopo Soares e Francisco de Albuquerque.

Por fim, relata ainda a partida de uma oitava e uma nona expedições. Aquela, a 17 de Novembro de 1505, composta de uma nau e uma caravela, com destino a Meca e a missão prévia de procurar, em terra, portugueses naufragados no cabo da Boa Esperança e saber se, na verdade, como alguns marinheiros supunham, havia pouco fundo, a 10 ou 15 léguas do litoral. Comandava-a «*Barbret*, abitador da *Sago*» (1).

---

(1) Que relação pode ter «Barbret, abitador da Sago» e Cide Barbudo? Se «abitador» significa natural, «Sago» não poderia ser Sagu ou Saga, cidade que, segundo Lagoa (*Glossário*, III, p. 126), fica em 33° 15' lat. N. e 130° 18' long. E, na região de Hizen, na ilha japonesa Kiushiu?

Quem lá andou foi Cide Barbudo e Pedro Quaresma (1). A nona formada por 10 naus do rei e 4 de mercadores (duas de um florentino e de um genovês), a 6 de Abril de 1506. A nau capitaina excedia muito as restantes, 1 200 tonéis para 700 a 800, umas 3 ou 4 e, as demais, 400 a 300 e 250. Demora-se na pormenorização da distribuição das 1 000 pessoas de bordo e pelas diversas armas que deviam guardar o estreito do mar Vermelho. Além do capitão-mor, Tristão da Cunha, ia também Afonso de Albuquerque *(Alfonso dal Burchercher)*, que comandava quatro naus, com a específica missão de se dirigir a Malaca e aí permanecer seis anos.

Apesar de guerreira, a esquadra não deixaria de comerciar. O rei enviava 4 000 quintais de cobre, 300 dos quais pertenciam a Tristão da Cunha; prata viva, chumbo, etc. A totalidade dos valores orçava por 40 000 ducados, subindo a uns 120 000 a despesa total da armada. Esta grande soma e a peste que dizimava a população causaram sérios embaraços à sua constituição, vendo-se os armadores forçados a aumentarem os soldos. Mesmo assim, o rei determinou a alternativa de voltarem para trás, em Cabo Verde, se os tripulantes continuassem a morrer. Nessa hipótese, o capitão dirigir-se-ia a Mazagão *(Amazagan)*, na África, «loco abbondantissimo de formenti», onde construiria uma fortaleza. Mas os marinheiros garantiam que depois deste cabo acabariam as doenças, por serem purificados os ares.

Este foi o panorama das saídas e chegadas das frotas, não só durante o tempo em que Cá Masser estacionou em Lisboa, como antes da sua vinda. Conforme vimos, apenas relatou o movimento comercial e alguns episódios decorrentes de cada viagem. Pareceu-lhe, porém, que a informação ficaria incompleta se não fizesse referência ao regime de navegação dos Portugueses e a particularidades das regiões por onde andavam. Quem lhe comunicava uns dados também podia fornecer os outros e Veneza ficaria tão ciente de tudo como a Corte de Portugal.

As frotas costumavam partir de Lisboa, em Fevereiro, Março ou mesmo Abril. Navegavam cerca de três meses sem verem terra, guiando-se pela altura do Sol ou do pólo árctico, por meio do astrolábio. «E non radegano de niente», mas ao cabo de três meses sabem dizer onde estão e onde se encontrarão daí a tantos dias. «Che certo è cosa bellissima e de gran prattica de molti pedoti (guias) de qui che sanno quel camino et in tanta prattica e con tanta facilità come el viaggio de Levante», exclama

(1) Barros — *Déc. I*, p. 385.

o italiano, embevecido com a ciência náutica portuguesa, de que apenas conhecia os resultados económicos.

Transcorrido o cabo da Boa Esperança, vão junto à costa, fazendo a primeira escala em Sofala *(Zafale)* «la qual terra si è in terra ferma». O rei é cristão e súbdito do Preste João, recolhendo aí os Portugueses mantimentos, água e um pouco de ouro. Depois, seguem para Moçambique, ilha junto à terra firme, com bom porto para grande armada, que também só fornece alimentos e água. Passam ao golfo de Calecute *(colfo de Colocut)*, que tem oitocentas léguas de comprido (1), depois de aguardar o tempo próprio, isto é, o princípio do Outono.

Voltando um pouco atrás, continua a traçar o roteiro das povoações e ilhas, da costa africana até à Índia. Visitam sempre a ilha *Colam*, Melinde (2), Mombaça (murada e extensa), *Amodosi* e *Azale*, «che è appresso el mar Rosso» e porto do Preste João. A seguir, encontra-se Aden, na boca do mar Vermelho, «fuora della terra ferma» (aí nasce gengibre); *Astici*, onde se produz incenso e mirra; Ormuz *(Ormusso)*, terra de mercadores, em que se pescam pérolas em grande abundância; Cambaia *(Combea)*, terra extensa, que produz turbite e espiquenardo, lacas, corniolas, calcedónias, panos de algodão de todas as espécies; *Dabul*, porto por que passam muitos panos de seda. Até aqui, os reis são mouros, mas já em Cananor é gentio. Nesta terra nasce gengibre em pequena quantidade e de qualidade inferior ao de Calecute *(Colcut)*. Também este rei é gentio, quer dizer, indiano, e esta a principal escala dos mouros, que aí vivem em número superior a 5 000. Por lá passam as naus de Malaca, a entabular negócio com os mercadores de Meca, os «Alcaiarini», Alexandrinos e Damasquinos.

Calecute ergue-se sobre a praia e é muito grande. As casas, construídas de cana e barro, são muito fracas. Na terra nascem todas as espécies de gengibre, alguma pimenta, zedoaria e cardamomo.

Cá Masser fornece os preços das várias especiarias, como veremos mais adiante, e segue para Cranganor *(Calangan'or)*, igualmente terra à beira-mar, sujeita ao soberano de Calecute. Vivem aí muitos cristãos. Na própria cidade nasce alguma pimenta.

Cochim é terra pequena, sujeita a rei gentio, que se aliou com o de Portugal, tendo sempre consigo um feitor português. Aqui vem todo o peso das mercadorias das expedições lusitanas. Nesta terra brota a

---

(1) No texto: de *pacizo*, que não encontrámos nos dicionários.

(2) Atrás, grafou *Meledin*. Aqui, a crer na leitura de Peragallo, *Chedem*.

maior quantidade de pimenta de toda a Índia, que desce por um rio, até à cidade, num percurso de 250 léguas. O rei de Calecute procura surpreender as carregações, no trânsito pelo rio, mas os Portugueses não lhe permitem que destrua o comércio. Em Coulão *(Colam)*, cujo rei também é gentio, cria-se pimenta e apanham-se pérolas, a pouca distância, recebendo, de outros lugares, canela, cravo, cânfora, maça, etc. Os Portugueses frequentam esta terra e da ilha de Ceilão *(Silan)* trazem canela, rubis, safiras, jacintos e granadas surianas. O soberano da terra é igualmente gentio.

Já fora da esfera da navegação dos Portugueses, prossegue o roteiro, por *Zunnando*, terra firme, onde nasce arroz *(rixi)* e se encontra abundância de panos de algodão e especiarias de Malaca; *Banzelo*, em que já impera um rei mouro; *Marchien*, em que nascem muitos elefantes, perto de um lugar chamado *Acaplen* (1); Tanassar *(Tenazar)* (2); Samatra, ilha sujeita a Malaca. De todas, refere as produções e os preços, mas a maior atenção recai sobre *Tenazar*, que «è veramente la prima scala di tutte sorte spezierie che sia nell'India», além de possuir muito ouro e muita prata. Ao dar os preços, apenas dos portos em que os Portugueses comerciavam, assinala a correspondência com os Italianos ou Portugueses. Por exemplo, quando alude ao incenso e mirra da Arábia, informa que esta se vende a dois fanões *(fanemini)* a faraçola *(el farasolo)* e explica que quatro faraçolas perfazem um quintal. Quando passa por Cambaia e dá as suas produções, acrescenta: «a fanemini 12 el K (quintal), che è L (libras) 150 nostre». A propósito de Cananor, elucida que «e suo peso se chiama baar, che sono K. 4 da Lisbonna» e valem «18 al ducato». Sobre preços de especiarias, exemplifica com o bar da pimenta, que vale 260 fanões, e o de gengibre, 72.

Em Calecute também se usa o peso chamado *bar*, que igualmente aqui corresponde a 4 quintais de Lisboa. Mas o bar de pimenta equivale a 5 quintais, 2 arráteis e 25 onças (3). A primeira vale 330 fanões cada bar, que são 17 ducados. Em Cochim, o bar não passa de 3 quintais; em Coulão, 3 ½, equivalendo aqui 12 fanões a um ducado. E confirma, por aí fora, com outras terras e outros produtos, para cada uma de todas estas partes. Se não recebeu estes elementos de algum português, é natural que

---

(1) *Capelam*, na montanha da Birmânia.

(2) Cidade na margem do rio Saraswati, distrito de Karnal, no Punjab, na Índia setentrional, em 29° 59′ lat. N. e 76° 50′ long. E.

(3) No texto de que nos servimos: K. 5. 2¹. 25.

lhos tenha fornecido Bonajuto de Albano, com quem se encontrou em Lisboa, decerto em Setembro de 1504.

Não ficou, porém, neste ponto, a informação de Cá Masser, que vinha para ver e contar tudo e teve tempo e dinheiro em abundância. Sem abrir parágrafos, mas numa nítida terceira parte da informação, Leonardo Cá Masser ocupa-se, a seguir, dos trâmites por que passam as especiarias, ao entrarem no porto de Lisboa. Levadas à Casa da Mina, «cioè la sua doana fatta nuovamente a quest'effeto», que dispõe de 20 armazéns para a carga de outras tantas naus, aí se guardam ordenadamente, pagando ao rei os direitos fixados, que variam, conforme o barco foi armado pelo monarca ou pelo comerciante. Lembra que a legislação sofreu modificação em 1503 e sumaria a nova lei de 1 de Janeiro de 1505, a respeito das vendas, que regulamentou a Casa da Guiné e Mina, antes da publicação do *Regimento das Casas das Índias e Mina,* de 1509 (1).

Sucessivamente, Cá Masser fornece dados que obteve sobre as importações do ultramar, restritivas à África e ao Brasil. «Da tre anni in qua che fu discoperto Terra Nova, della quale se traze ogni anno verzin (pau-brasil) da K. (quintais) 20 mila, el qual verzi mostra sia stá tarado da una arbero molto grosso, el qual é molto pesoso e grave tamen, non tenze in quella perfezion come fa el nostro da Levante, niente de manco se ne spaza molto in Fiandra e de qui in Castilia et in Italia per molti lochi». Vale 2 ½ a 3 ducados cada quintal e é transportado por Fernão de Loronha, que tem contrato com o rei, por 10 anos, no montante de 4 000 ducados cada um. Todas as despesas correm por sua conta, com a obrigação de todos os anos enviar barcos. O rei, por seu lado, obriga-se a não permitir trazer pau-brasil da Índia. Este *verzi* fica em Lisboa, pagas todas as despesas, por ½ ducado o quintal.

Com os dados que por fim acrescenta, Cá Masser terá feito o seguinte raciocínio, que não deixou explícito: e como aquela terra se encontra cheia de bosques deste pau-brasil e se encontra a 800 léguas de Lisboa, o comerciante cristão-novo está realmente a amealhar grandes lucros.

O prosseguimento da informação, depois do relato das viagens (que denominaremos primeira alínea), proporciona-nos outros parágrafos, que o autor, desde o segundo, abre com a palavra *Visto... 2.º: Visto el navegar di questi Portoghesi; 3.º: Visto come se portino le spezierie d'India in questa terra;* o 4.º inclui as importações de África e Brasil no parágrafo

(1) Nem Gustavo Couto, Damião Peres ou Mendes da Luz se lhe referem.

das especiarias e, por isso, sem *visto*, ou seja, sem abrir nova alínea; 5.º: *Visto la carta del navigar de questo viaggio d'India e quanto per quella mostra tutti i lochi che per questi Portoghesi hanno commercio e pratticato e discoperto fin ora;* 6.º: *Visto et inteso certamente tutte le spezierie della quantità e qualità nelli lochi dove che nasceno, nelle terre dove che per loro Portoghesi sono pratticate e che hanno in quelle commercio.*

Os restantes parágrafos já não começam pela mesma palavra, mas estão nìtidamente divididos pelos assuntos que abordam: 7.º: Reincide no motivo da sua vinda a Portugal e conta como foi denunciado por Benetto Tondo, sobrinho de Marchionni, preso e solto; 8.º: Demora-se na descrição da costa portuguesa, seriando os lugares da administração pública, da Casa Real, e divisão eclesiástica do reino; 9.º: Traça o retrato do monarca e alude ràpidamente ao príncipe herdeiro e aos infantes; 10.º: Descreve os rendimentos reais e as despesas do soberano com a sua casa; 11.º: Finalmente, põe cobro à informação, com rápida panorâmica do movimento económico e administrativo do reino, que considera pobríssimo, sem indústrias nem haveres ou qualquer orgânica administrativa, acabando por insinuar que os Portugueses são «ostinatissimi e litigiosi, con poca fé e meno verità». Não acrescenta mais nada a este respeito, por estar seguro de que, «per altri ne sia stato fatto compiuta relazione all'Illustrissima Signoria Vostra».

De todas estas alíneas não nos interessa insistir mais que na 5.ª e 6.ª. A propósito daquela, reafirma o cuidado com que se empenhou em recolher as informações. Tratava-se de conhecer as relações dos Portugueses com os povos do Oriente e conseguiu obter «la carta», naturalmente alguma carta de navegar e, ao mesmo tempo, informação de «molte persone di loro Portoghesi e da diversi altri forestieri che sono stati in quelle parte». De tudo o que ouviu, tirou a conclusão de que os Indianos não conseguem opor-se à presença portuguesa. Os seus navios são fracos, não dispõem de artilharia, apesar de ùltimamente já possuírem alguma. Por outro lado, os Portugueses estabeleceram fortalezas em pontos estratégicos, de modo que dominam aqueles mares. Conseguiram, mesmo, cativar a amizade nos meios populacionais dos indianos, com excepção de Calecute, tendo feitores em vários locais. Julga, no entanto, que o rei de Portugal não poderá manter, por muito tempo, as esquadras com que impõe o seu poder, devido às grandes despesas que essa organização comporta. Pretende Sua Majestade aniquilar o comércio dos Mouros, mas a respeito de tudo isto anda

mal informado (1). Lá seguiu, na última frota, a de Tristão da Cunha, uma fortaleza de madeira, para ser assente na boca do mar Vermelho, mas a tarefa será muito difícil de realizar. Têm os Portugueses descoberto muito da Índia. Porém, tudo isso se reduz a nada, em comparação com o que ainda se desconhece — terras de grande movimento comercial e riquíssimas de todas as variedades de especiarias.

Em vez de as apontar, pois decerto as conhecia, Cá Masser insiste, em termos genéricos, nos lugares que os Portugueses frequentavam. Não há dúvidas, acrescenta categòricamente, que a maior soma de pimenta que nasce na Índia provém de longa região, desde uma montanha de Cochim até aos confins de Cananor, numa extensão de cerca de 15 léguas, ou sejam, 45 milhas. A sua produção anual é de 10 mil bares, que equivalem a 30-35 mil quintais.

Esta região está bem guardada e ninguém mais lá conseguirá entrar, uma vez que Portugal não só dispõe de uma fortaleza em Cananor, como também da amizade do rei de Cochim. Há por aí alguma canela, que não se aproxima da de Malaca, donde os Mouros trazem as especiarias que vão ter a Alexandria. Mas D. Manuel também já para lá enviou quatro naus «al presente». Essa escala dista 800 léguas de Cochim e o caminho é muito perigoso e ainda não navegado pelos Portugueses. Mas, como aí há muitas riquezas, metade que se salvasse, pagava bem as despesas da viagem.

Emite, por fim, o parecer de que Sua Majestade, se quisesse autorizar nacionais e estrangeiros a navegarem por sua conta, recolheria sempre 25 % de tudo que se traz da Índia, sem gastar um único ducado. Porém, o soberano está firme no propósito de afastar os Mouros e manter o monopólio.

Além da região indicada, ainda há uma outra, denominada Batackala, que corre à beira-mar, que pertence ao rei de Narsinga *(Re de Narsin)*, e produz anualmente mais de 1 000 bares de pimenta. Nessa terra habitam mouros, mas o rei, que é o maior de toda a Índia, conserva-se gentio. O seu poder manifesta-se pelos 10 mil elefantes que possui, 30 mil cavalos e infinito número de vassalos. O reino alarga-se por 600 léguas de costa e 300 pela terra. Assim conclui Cá Masser a que podemos cha-

(1) G. Scopoli, no *Avvertimento* à sua edição da *Relazione de Lunardo de Chà Masser (o. c.)*, atribui-lhe intenções que enraízam nesta opinião: «Non è però che tutto non tentasse per arricchire anche coll'opera degli stesse portoghesi, avendo offerto al loro Re nel 1521 di comperare ad un convenevole prezzo tutte le spezierie portate a Lisbona, meno quanto occorrese all'interno consumo del regno».

mar segunda parte da *Relação*, sem dúvida a que mais importa ao nosso intento. Em face dela, podemos concluir que cumpriu cabalmente a missão que lhe foi confiada, de forma ainda mais perfeita que os italianos que o haviam precedido. Para isso, utilizou informações de uma ou outra pessoa estranha aos descobrimentos portugueses, ainda assim de algum modo com eles relacionadas. Contudo, a maior porção dos informes tem a marca indelével dos Portugueses que partiam todos os anos para o Oriente. Em muitos pontos, de que não é menos importante o que se refere a pesos e moedas, constitui o relato mais antigo e completo que passou as fronteiras, a confidenciar, para além das notícias geográficas, segredos próprios da novidade comercial portuguesa.

3.3 — *O relatório de Vincenzo Quirini (1506).* — Vincenzo Quirini di Girolamo (1) pouco se demorou em Espanha quando aí foi acompanhar Filipe de Borgonha (1478-1506), o Formoso, que, por morte de Isabel, a Católica (26 de Novembro de 1504), deu início à Casa de Áustria em Espanha, por ser casado com Juana la Loca, com quem vivia na Flandres e de que teve o futuro Carlos V. Nesse entrementes conseguiu juntar tão grande acervo de notícias que deu para longo relato — a segunda parte da sua *Relazione di Borgogna*, que enviou ao senado veneziano. Temos conhecimento de três cópias quinhentistas, duas em Veneza, com a data de 1506, e outra em Lisboa, só da segunda parte, de 1504 (2). Como, porém, refere que «in questo ultimo viaggio» se construiu fortaleza na ilha de Moçambique e uma outra em Angediva, escreve depois da expedição de D. Francisco de Almeida (1505) e, por isso, tem de se aceitar o ano de 1506, que aliás aparece expressamente no fim das duas cópias,

(1) Eleito embaixador junto do duque de Borgonha, em 16 de Dezembro de 1504, para se congratular pela sua sucessão no trono de Castela, obteve licença de regressar a Veneza, em 12 de Junho de 1506. Leu a *Relazione* a 10 de Outubro (*Raccolta Colombiana*, parte III, vol. 1, p. 40).

(2) Eugenio Albéri publicou a 1.ª parte no 1.º tomo, série 1, das *Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato*, e a segunda, na mesma colecção, *Appendice*, Florença, 1863, pp. 3-19. Para esta última publicação serviu-se do apógrafo do Museo Correr, de Veneza, B.3.1. A *Raccolta Colombiana* (parte II, vol. 1) cita uma cópia do Cód. Marciano VIII, 1129, c.108. Na Biblioteca da Ajuda também se guarda uma cópia, com o título: *Ragguaglio di Portogallo del viaggio de Portoghesi á Calicut, e molti particulari dell'India estratto dalla Relazione di Vincenzo Quirini Ambasciator Veneto appresso la Maestà di Filippo I d'Austria, Re' di Castiglia dell'anno MDIV*. À margem, no ângulo superior esquerdo, lê-se: Ex cod. Mss. Bibl. Burghes. de Urbe n.º 611 (613?), p. 42. [B. A. — *Symmicta Lusitanica*, t. 30 (ano de 1714), fols. 1-28-v.].

ao formular o cômputo dos barcos empregados na carreira da Índia. Henri Harrisse propõe, com interrogação, a data de 10 (?) de Outubro de 1506 (1), quer dizer, o dia em que Quirini leu a *Relação* ao Senado.

Não necessitou, porém, de entrar em Portugal. Com efeito, na própria fronteira colheu informações bastantes sobre as viagens portuguesas a Calecute, tendo ouvido «diverse persone degne di fede», que lhe permitiram traçar um quadro verdadeiro ou, pelo menos, não muito longe disso. Pode dividir-se a *Relação* em três partes. Na primeira, conta o que apurou sobre o teor das viagens marítimas e meios utilizados; na segunda, apresenta a Índia nova dos Portugueses; na terceira, o regresso, acomodação das especiarias na Casa da Mina e venda.

Todos os anos, o rei de Portugal arma 12 a 14 navios, cuja capacidade oscila de 800 a 1 000 tonéis até 250 a 300. Destina oito ou nove ao transporte de especiarias e os restantes reserva-os ao corso, na costa da Índia. Na maior parte são barcos novos, bem artilhados e com abundância de mantimentos e cerca de 40 homens a bordo, cada um deles. As despesas, com todo o necessário para 15 meses, oscilam por 120 000 ducados. Saem de Lisboa, todos os anos, entre o fim de Março e o princípio de Abril; metem a proa pelos ventos do sul e sudoeste e vão aparecer, com o auxílio do astrolábio, na equinocial, após o percurso de mil léguas portuguesas, que equivalem a três mil das italianas.

Passam a equinocial e, levados apenas pelo vento sul, andam mais 2 100 milhas, conhecendo, pelo astrolábio, que se encontram em 35° sul, que sabem ser o ponto extremo da África, por eles denominado cabo da Boa Esperança. Como conhecem o perigo de os ventos os atirarem contra a costa, passam de largo, quando se aproximam, navegando ainda pelo sul e pelo sul e sueste, entre 150 e 200 milhas depois deste cabo. A seguir, voltam a proa *per grego* e andam cerca de 3 000 milhas, tornando a cortar a equinocial, em direcção ao «nostro polo». Por altura de 15° (*sul* e não *norte*, como pensa Quirini), tomam o porto de Moçambique *(Monsembich)*, onde recebem refresco de água e carne. É o primeiro porto em que param, desde Lisboa, informa ele erradamente, levando quatro meses a percorrer as 8 300 milhas que separam esses dois pontos. Aí se demoram 15 a 20 dias, partindo juntos todos os navios, em fins de Agosto. Um ou dois distanciam-se destes para tomarem «il camino per greco», até Sofala *(Zofala)*, «che è un'isola dove sperano i Portoghesi trovar la mina

(1) H. Harrisse — *Americus Vespucius*, p. 35.

dell'oro», que fica 300 milhas distante de Moçambique, «più verso la bocca del Mar Rosso»...

«Altro errore maggior del primo». Como adverte Eugenio Albéri, este e todos os demais em que incorreu, devem-se a deficiência de informação ou determinação propositada do português ou portugueses que lhe venderam as notícias. Sofala encontra-se mais ou menos a 300 milhas de Moçambique, mas ao *sul* e não ao *norte*.

As outras naus dirigem-se todas para levante e, no cabo de um mês depois do percurso de 2 200 milhas, chegam alfim à Índia, aportando primeiro na ilha de Angediva *(Anzidua)*, «che è alla costa dell'India 100 miglia lontana da terra per mezzo Cucin e Cananor». Parece querer dizer que Angediva se situa entre estas duas cidades, 100 milhas distante da costa, caindo-se assim no grupo das ilhas Laquedivas, onde não se encontra nenhuma com a designação proposta. A latitude em que a coloca — 15° (na realidade, 14° 48') — confirma a intenção de se referir a Angediva, apesar do erro da distância em milhas.

Daí, passam os Portugueses a Cananor e a Cochim, chegando nos fins de Setembro. Terminam assim a viagem, porque nesses locais podem carregar os navios. Um ou outro barco ainda percorre a costa indiana, «per scoprir paesi più nuovi e per gianger a quella scala famosa di Malacca e alla isola Taprobana, donde si caricano la maggior parte delle navi dei mori». Mas nada mais sabe a esse respeito. Recolheu, porém, breves elementos, decerto por ele desconhecidos, acerca dos métodos de navegação.

Nesta viagem para a Índia, «tão grande, tão longa», que podem ser umas 10 500 milhas, os Portugueses navegam com a «carta», a bússola «e usam o iman». Apesar de perderem a vista do nosso pólo, não deixam de utilizar a bússola, porque, sempre o imã colocado como se deseja, leva ao norte e vai ao outro pólo. Por este meio conhecem os ventos, como se não perdessem o pólo de vista. Além da carta e da bússola, empregam ainda o astrolábio, com que conhecem a altura do Sol e, por isso, quando o Sol está no meio-dia, vêem quantos graus se encontram afastados da linha equinocial. Deste modo sabem quanto estão próximos ou distantes dos lugares que lhes interessam.

Com isto, entra Quirini na descrição da nova Índia (da «India minore»). Toda banhada pelo mar, principia na boca do mar Pérsico e acaba em Malaca, numa extensão de 2 500 milhas, sem um único porto bom. Em metade deste percurso sopra o vento sul e o do norte e, no restante, o noroeste e sueste. Para o interior, não se estende além de

mil milhas, dividindo-a muitos reinos, uns mouros e outros de gentios, que adoram muitos deuses. O primeiro, na costa do mar, junto ao mar Pérsico, é o de Ormuz *(Armuso)*, povoado de mouros, famoso pelas pérolas, que se pescam a três pés da água. Pegado a este, em seguimento da costa, surge o reino de Cambaia *(Comba)*, também de mouros, que produz laca. Vem, depois, Goa *(Pego)*, igualmente de mouros, e, junto dele, um lugar denominado *Batacala*, o primeiro, naquela costa, ocupado por gentios. Nascem aí cerca de 3 000 quintais de pimenta, que vão cair nas mãos dos mouros. Na fronteira de *Batacala* está Onor e Cananor (?) *(Calanginor)* e, depois, *Calecute*. Este é um reino «grande e potente, sujeito a um rei, na verdade o maior senhor de toda aquela costa». Está aparentado com os maiores reis da Índia, com que mantém amizade, não querendo nada com os Portugueses. Desde que, em 1502, Vasco da Gama lhe metralhou a cidade, tem-se fortificado cada vez mais, graças ao auxílio de dois italianos, que se transportaram nos navios de Lisboa. Nas suas terras produzem-se *todos os gengivres*, que, tal como os géneros dos reinos anteriormente indicados, também de gentios, caem debaixo da esfera comercial dos Mouros. Por este motivo, os Portugueses não podem trazer bons gengibres.

Continuando a linha da costa, surge o reino de Cranganor *(Cananor)* e o de Cochim *(Cucin)*, que não ultrapassam 54 milhas. Separa-os um rio, que desce de uma montanha, em percurso de 50 milhas. Esta montanha, que forma o reino do rei gentio *Mathacaimal*, tem o comprimento de 50 a 60 milhas e confina, do lado do mar, com Cranganor e Cochim e, da terra, com o de Narsinga. É nela que brota toda a pimenta — nela, e em *Batacala*. Em média, produz 30 a 35 mil quintais por ano. Mais abaixo, ficam *Pandarami* e *Coulão*, lugares de gentios mercadores, e, 800 milhas das «nossas», segundo se diz, Malaca, no fim da costa da Índia, a 3 graus aquém da equinocial para o nosso pólo, isto é, 3° N. Por aí fazem escala todas as mercadorias da Índia Maior — da China —, que está mais para o levante, bem como os navios dos Mouros, de transporte de especiarias, porcelanas e de todos os artefactos que vêm de Alexandria, por intermédio da Índia. Nas terras de Malaca nasce a noz-moscada. No mar, encontram-se as ilhas denominadas *Sete mil ilhas*. Depois de Malaca e no cabo da Índia Menor, a 150 milhas, vê-se, no oceano, a famosíssima ilha *Taprobana*, em que nascem a canela e outros produtos. Lá enviou o rei de Portugal quatro navios com feitor, «in quest'ultimo viaggio», ou seja, na expedição de 1505.

Estes são os reinos e as províncias que os Portugueses conhecem na costa da Índia Menor, proclama Quirini, que ainda sabe, também por eles, que na Índia existem mais dois reinos muito poderosos e extensos. Um, o reino do Decão *(il regno di Cane)*, de mouros, que principia no mar Pérsico e atinge, pelo interior, o reino de Calecute; o outro, de gentios, chamado reino de Narsinga *(il regno de Narsi)*, que começa no reino de Calecute e se estende, pelo sertão, até aos confins de Malaca, circundando por três lados a montanha em que nasce a pimenta. Tem mais de 100 milhas de fronteira comum com o rei de Calecute, com quem conserva muita amizade e parentesco. Até agora, os Portugueses «non hanno cognizione di altri regni, né di altre provincie dell'India», remata Quirini, a desfazer possíveis presunções de que os dois últimos reinos fossem totalmente ignorados pelos homens de D. Manuel.

Na terceira porção do texto, Quirini volta a Cananor e Cochim, onde o rei português tem dois feitores para adquirirem as especiarias; regista os preços de compra e sumaria os tempos consumidos na viagem, que computa em 21 mil milhas «das nossas». Saem no fim de Janeiro e chegam a Lisboa em Junho, gastando 15 meses na ida e volta, assim distribuídos: 4, de Lisboa à ilha de Moçambique, sem tocar em terra. Permanecem aí 15 a 20 dias, demorando um mês até Angediva, onde ficam mais 10 dias, seguindo para o litoral daqueles dois reinos, em que passam quatro meses a carregar. Para cá levam um mês até Moçambique e quatro até Lisboa, que os recebe em festa.

As mercadorias são descarregadas na Casa da Mina, «che è un luogo nuovamente fatto dal re come la dogana». Armazéns de grande capacidade guardam as especiarias, contra senhas dos navios que as trouxeram. As dos mercadores que vieram em barcos do rei, como não pagaram nada ao sair, despendem agora 50 ducados por quintal, e mais um imposto para a fábrica de um mosteiro em Lisboa (o dos Jerónimos).

De 1499 a 1504, cada um, depois de satisfazer os direitos, podia vender as especiarias a quem quisesse. Mas o sistema provocava grandes oscilações nos preços e depreciação das especiarias e, por isso, o rei viu-se obrigado a estabelecer, em 1504, novo regime de venda: chegados todos os navios, as especiarias juntavam-se integralmente num mesmo local, ou terreiro público, em que um encarregado tomava nota das quantidades que pertenciam a cada comerciante, vendendo-as depois a preço fixo, que indica. Era o que ainda se praticava em 1506, com o inconveniente que aponta, ao fechar a informação: 54 mil quintais de especiarias dos cinco

navios últimos têm estado retidos, de 1504 a Junho passado, na Casa da Mina.

«Tutto questo, Signori Eccellentissimo, è quello che del viaggio de Portoghesi ho potuto, *per diverse vie*, comprendere». O mais que acrescenta, reduz-se a conjecturas, que são nada mais, nada menos, que o esboço do plano manuelino, que Albuquerque há-de tentar pôr em prática: Malaca e Aden... Eram a fonte e o ponto de escoamento das especiarias que os Portugueses ambicionavam tomar. Muita gente pensava ser impossível realizar esse desejo, porque os mouros de Meca e de Aden cada dia ofereciam maior resistência. Fortificando a terra com artilharia, que recebiam de «alcuni nostri italiani», por via de Calecute, poderiam ser tomados os reinos de Cochim e Cananor, o que mais fàcilmente se conseguiria depois da morte do rei de Portugal.

Com o balanço que apresenta das naus da Índia, queria insinuar que o monarca impunha a sua vontade obcecada, ao descalabro em que a empresa econòmicamente se encontrava. De 114 barcos que para lá saíram, de 1497 até 1506, apenas 55 regressaram e 19 andam perdidos («sono certo perdute»), quase todos carregados de especiarias. De 40 nada se sabe até agora. De forma que as conjecturas formuladas por muitos deixam entrever a próxima ruína do comércio português. Era esta a convicção de mais um veneziano zeloso da pátria, igual à de tantos outros, que ainda acreditavam no poder invencível dos Árabes. Apesar de insistir tanto no aspecto comercial, esta relação divulgava aspectos do Oriente, errados uns, de índole geográfica e marítima, mas bem vivos outros, como era a realidade da presença portuguesa, nas fontes das especiarias, posto que essa realidade fosse apresentada com o pessimismo dos que pretendem salvar, dentro de um optimismo compreensível, a posição contrária dos seus.

3.4 — *A carta de Valentim Fernandes a Peutinger sobre a partida de D. Francisco de Almeida e os relatos da mesma viagem, de Sprenger e Hanz-Mayr, bem como a iconografia daí resultante.* — A presença dos três alemães na frota de D. Francisco de Almeida (1505) entusiasmou a população comercial germânica que, ainda antes de conhecer os resultados, andou envolta em instante correspondência entre Lisboa e Augsburgo. O secretário da cidade *(Stadt Diener)*, Dr. Conrado Peutinger (15 de Outubro de 1465-28 de Dezembro de 1547), relacionou-se em 1491 com o imperador Maximiliano, então ainda rei dos Romanos. A amizade que brotou nesse momento manteve-se inalterada através dos anos, revelando-se sobretudo no campo das artes e das letras. Peutinger matrimo-

niou-se com uma filha de António Welser, em 1498 (1). Deste modo, ficou-lhe porta aberta para actuar no meio comercial alemão de Lisboa.

Valentim Fernandes conta-se como seu principal correspondente na corte lusitana. Dele recebeu o inestimável pecúlio da colecção de textos portugueses que constituem o *codex monacensis hispanicus* n.º 27, da Bayerische Staats-Bibliothek de Munique, publicado pela Academia Portuguesa de História, com o título *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, de que nos ocupamos no fim deste capítulo; e decerto as relações de várias viagens publicadas em 1861, por G. Greiff, de que tratamos no seu lugar próprio.

Da correspondência de Valentim Fernandes com Peutinger, conhece-se uma carta, de 16 de Agosto de 1505 (2), em que descreve a viagem de D. Francisco de Almeida, que havia saído do Tejo em Março. A sua importância provém do facto de nos mimosear com pormenores não registados noutros documentos da época (3).

Depois de referir a «curiosidade» do achado em Sintra, de uma pedra com uma profecia de Sibila, gravada, sobre a ligação comercial marítima dos Portugueses com a Índia, Valentim Fernandes dá notícia da partida de uma armada de 30 naus, com a missão de submeter o rei de Calecute e construir fortaleza em Sofala, «terra da Etiópia, a 400 léguas para lá do cabo da Boa Esperança, onde há abundância de ouro»; Angediva, ilha que «dista três milhas do continente, a 30 léguas de Cananor, para os lados do rio Indo, onde fica Cambaia, empório de toda a Índia»; promontório de Guardafui, «também na Etiópia», no golfo Arábico, em frente da cidade de Aden, «para defesa dos navios que vão a Meca e ao Cairo».

Deste modo, revelava Fernandes todo o plano português de comércio na Índia que, além da submissão do samorim, intentava impedir a passa-

---

(1) Sobre a biografia de Peutinger, ver Erich Köning — *Konrad Peutingers Briefwechsel*, Munique, 1923; Konrad Miller — *Die Peutingersche Tafel*, Estugarda, 1962; L. Gallois — *Les géographes allemands de la Renaissance*, pp. 71-74; J. Bensaúde — *Regimento do Estrolabio e do Quadrante*, pp. 22-32; J. de Vasconcelos — *Alberto Dürer*, p. 133, nota 2; Sydney Welch — *A África do Sul sob El Rei D. Manuel*, pp. 442 e segs.

(2) Texto latino na biblioteca de Estugarda, Cód. hist. 248. — Publicada por Kunstmann — *Valentim Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's von Senegal bis zur Serra Leoa*, Munique, 1860, p. 7; id. in *Abhandlungen der Hist. Classe der K. Bayerisch Akademie*, Munique, 1860, p. 787 (cit. por Welch — o. c., p. 600, nota 574); G. Greiff — *Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika*, p. 172 (com omissão do início em que se relata o achado das lápides); J. Bensaúde — *Regimento* cit., p. 29. (Tradução portuguesa, in Fontoura da Costa — *Cartas das ilhas*, pp. 87-88)

(3) S. Welch — o. c., p. 444.

gem dos barcos muçulmanos que se dirigiam ao mar Vermelho com vista aos fornecimentos de Veneza. Anunciava a chegada a Lisboa, de 10 naus carregadas, no dia 22 de Julho (Lopo Soares) e aludia a feitos bélicos em Pandarene, «perto de Calecute».

Em 3 de Janeiro, o Dr. Conrado escrevera ao secretário do imperador, Blásio Hölzl (1), a pedir o seu interesse para a obtenção, por intermédio de Maximiliano, de uma carta-patente para o cunhado, Christian Welser, poder tomar parte nas navegações portuguesas e comerciar em mercadorias orientais. Entre os alemães — ponderava Peutinger — , o nosso povo (de Augsburgo) é o primeiro a demandar as Índias, o que certamente não deixa de ser subida honra (2). Como sublinha Henri Harrisse, a epístola patenteia bem a ansiedade dos Germanos, no século XVI, de comparticiparem nos trabalhos e nos êxitos lusíadas. Embora motivados por interesses económicos, o certo é que entraram de boa mente na empresa de reviravolta das vias de comércio, de que os Portugueses eram assinalados propulsores. Com esta intervenção pretendia-se que a concessão de 1504 fosse prorrogada ou perdesse o carácter de transitória, em que havia sido formulada.

Além de Valentim Fernandes, conseguiu Peutinger obter notícias do nosso movimento marítimo, por meio de agentes que fez embarcar nas nossas frotas. Na carta citada, Fernandes desculpa-se de não escrever mais largamente sobre a viagem de D. Francisco de Almeida, visto que, observa ele, «não tenho dúvida de que os vossos agentes vos terão escrito pormenorizadamente sobre estes acontecimentos». Um deles foi Sprenger, conforme vamos ver (3).

Baltasar Sprenger ou Spinger era um tirolês de Vils, que saiu de Antuérpia, a 15 de Janeiro de 1505, para Lisboa, como encarregado ou feitor das firmas Welser, Fuggers, Hochstetter, Imhof e outros mercadores de Augsburgo e Nuremberga, a fim de embarcar na frota que, por todo o mês de Março, devia seguir para a Índia. D. Francisco de Almeida levava na armada três naus fretadas pelos alemães e Sprenger seguia

---

(1) Publicada em T. Herberger — *Conrad Peutinger in seinem Verhältnisse zum Kaiser Maximilian I*, p. 36; Greiff — o. *c.*, p. 171. — Trad. francesa, em J. Bensaúde — *Regimento do Estrolabio*, pp. 22-23.

(2) *In* Harrisse — *Americus Vespucius*, Londres, 1895, p. 26; J. Bensaúde — o. *c.*, p. 26.

(3) Com Peutinger se há-de cartear, também, Damião de Góis, ao mesmo tempo que cultivava a amizade dos Fugger, protectores de Dürer e amigo do Dr. Conrado (J. de Vasconcelos — o. *c.*, p. 44, 2.ª ed., e p. 51).

numa delas, a *Leonarda*, dos mercadores de Furckede Welser, de Hoegsteder e de Hirschvogel. Permaneceu dois meses no Oriente, voltando a Lisboa, em 15 de Novembro de 1506, seis meses depois do primeiro barco enviado pelo vice-rei.

Com efeito, por carta de Gaspar Pereira sabemos que a nau *Leonarda* acabou de carregar em Cochim, a 18 de Dezembro de 1505, fazendo-se à vela no dia 20. Ficou ainda, a acabar de se encher, a *São Gabriel*, a *Madalena* e a caravela do capitão Lopo Chanoca, que viera do rio de Chitua. A *Leonarda* seguiu para Cananor, onde recebeu canela, devendo voltar depois a Portugal (1). Era feitor da nau *Leonarda*, Filipe Brancacho (2).

Como decerto lhe foi recomendado, Sprenger escreveu um pequeno diário de toda a viagem, na língua alemã, deixando nele uma descrição geográfica das principais regiões visitadas. Traduzido em latim, já corria a Europa, antes de Dezembro de 1508, em manuscrito (3). Esta versão foi encontrada em Liège, no ano de 1718, pelos beneditinos D. Martene e D. Durand e por eles publicada, seis anos mais tarde, com o título de *Iter Indicum Balthasar Spinger ex manuscripto Cl. V. Domini baronis de Crassier de maxima sua marina peregrinatione ex partibus Hollandiae in Ulixbonam Portugalliae ac deinde per oceanum australe versus polum Antarticum in Indiam et ejus insulas* (4). O manuscrito pertencera ao barão Guilherme de Crassier, cuja biblioteca foi vendida em Liège, no ano de 1754, mas o catálogo que do leilão se conserva já o não menciona (5).

A narrativa de Sprenger reduz-se à descrição dos mais importantes acontecimentos da viagem. Os topónimos que nos legou, além de mal grafados, não passam dos já conhecidos — Madeira, Canárias, Cabo Verde, Angra da Rocha (La bai de Rock), Guiné (Gennea), cabo da Boa Esperança *(Cabe id est bonae spei)*, Aguada de S. Brás, Sofala

---

(1) In *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 354.

(2) *Ibd.*, III, p. 178.

(3) H. Harrisse — *Americus Vespucius*, pp. 36-41: *Relatio Balthasaris Spinger de maxima sua marina peregrinatione ex partibus Hollandiae in Ulixbonam Portugalliae, ac deinde per Occeanum Australe versus polum Antharticum in Indiam et eius insulas.*

(4) Publicado in *Voyage littéraire de deux religieux bénédictins de la Congrégation de Saint Maur*, Paris, 1724, t. II, pp. 361-378. Trechos em fac-simile, em Walter Hirschberg — *Schwarzafrika*, band I, de *Monumenta Ethnographica*, Graz, Áustria, 1962, pp. 6-7; e, em composição tipográfica, em H. Harrisse — *o. c.*, pp. 38 e segs.

(5) H. Harrisse — *o. c.*, p. 37.

Fig. 51 — Baltasar Springer (1508) — Negros da Guiné

Fig. 52 — Baltasar Springer (1508) — Negros de *Allago (Abaia das Alagoas)*, na carta de Cantino, actual Plettenberg bay, em 34° 04′ S e 23° 28′ E

Fig. 53 — Springer (1508) — Gravura inspirada na anterior, ou vice-versa

Fig. 54 — Baltasar Springer (1508) — Árabes

Fig. 55 — Springer (1508) — Composição de índios do Novo Mundo e de negros de Allago, se não também de orientais

Fig. 56 — Springer (1508) — Barcos portugueses, em rio do Novo Mundo

(Saphalle), Moçambique *(Monsimbil)*, Quiloa *(Quilaoe)*, Mombaça *(Bombassa)*, Melinde *(Mellinda)*, Angediva *(Ansedisse)*, mar de Meca, Cananor, Cochim *(Gutzin)*, Onor *(Enneor)*, etc.

Revestem-se de maior interesse algumas das poucas notícias que divulga sobre a costa de África. Deixado o cabo Verde, lançaram âncora em terra de mouros negros, a três milhas da cidade do reino de *Brisagith*. Têm rei próprio e tanto os homens como as mulheres andam nus, como bestas, sem vergonha (1). Na pesca utilizam troncos escavados de árvores muito velhas. Alguns visitaram a frota portuguesa, em pequenos barcos, e entendiam a «língua hispânica». «Possuem muita variedade de gados e animais — bois, vacas, cabras, etc. (...), mas não os vendem por nenhuma moeda, porque desconhecem toda a espécie de dinheiro. Constroem as habitações e as casas pequenas debaixo das ramadas das árvores frondosas, com argila e greda, cobrindo-as de colmo e ramos de árvores». Encontravam-se 500 milhas afastados de Lisboa.

Continuando a viagem, entraram no porto *Allago* (Lagoa, actualmente, Lourenço Marques) (2), onde os nativos, que andavam nus, com peles de leão, leopardos, etc., nos ombros, já vendiam animais e outros géneros, em troca de ferro, «que entre eles é precioso». O seu idioma «é admirável», ouvindo-se, quando falam, sons estridentes como de flauta. Habitam em lugares subterrâneos. Na terra de *Allago* existe um reino denominado *Saphalle*. O terreno é tão arenoso que as pessoas usam sandálias, para não ferirem os pés. Vem, depois, o país da Arábia, isto é, como interpreta Randles, o rio dos Bons Sinais, na embocadura do Zambeze (3), no qual se pode comprar ouro, por troca com roupas de linho e seda. Ilustra o manuscrito Crassier uma gravura que representa um desses mercadores árabes a trocar roupas de seda e lã por ouro.

Tal foi a base de um opúsculo de doze páginas, que o artista de Augsburgo, Hans Burgkmair e o impressor Jan van Doesborch editaram em flamengo, na cidade de Antuérpia, em Dezembro de 1508, com o seguinte título: *Die Reyse vã Lissebone om te varẽm na dj eylãdt Naguaria*

---

(1) «(...) os de Etiópia, quase bestas em semelhança humana, alienados do culto divino». (*Guias náuticos*, p. 20).

(2) Embora o piloto Lourenço Marques só tenha explorado a baia em 1545 (A. Teixeira da Mota — *Nouveaux éléments sur le pilote Lourenço Marques*, Lisboa, 1963, p. 291), os Portugueses já muitos anos antes aí haviam entrado, pelo menos na ocasião referida.

(3) W. G. L. Randles — *o. c.*, p. 50.

in groot Indien gheleghen voor bi Callicuten ẽn Gutschĩ dair dye stapel is van der specerie Daer ons wonderlijcke dĩ gẽ wed'-uaren zijendair wy veel ghesie heb bẽ, als hier naghescreuen staet. Welcke reyse geschilde door dẽ wille eñ ghebode des alder doorluchtichste Coñs vã Portegals Emanuel (1).

Trata-se, pois, como se lê no título, de viagem realizada por determinação do rei de Portugal, D. Manuel, de Lisboa para a ilha de Nagore, nas grandes Índias, para além de Calecute e de Cochim, em que se encontram os produtos das especiarias: «Coisas maravilhosas que encontrámos e observámos» — conforme se dirá depois. C. H. Coote atribui-o a Américo Vespúcio (2), mas Henri Harrisse (3), Henri Vignaud (4) e Schultze (5) identificam-no com a obra de Sprenger, manuscrito latino e impresso de 1509, apesar das diferenças ou alterações verificadas.

Divide-se o folheto em duas partes — uma, consta de descrições geográficas da Guiné, da baía da Lagoa, Arábia, Grandes Índias e reino de Cochim. A outra, que versa, como se diz no título, «a viagem às Índias, a Calecute e às novas regiões que foram descobertas no nosso tempo, no ano de Nosso Senhor, de 1500, no mês de Março». Por fim, insere uma carta com a relação de uma viagem às Índias Orientais, a de Sprenger. O editor substituiu a frase: *Eu, Baltasar Sprenger, instado por meus amigos,* por este endereço: *Meu amigo Lorenzo, eu Albericus* (...) (6). Pouco antes, o mesmo Doesborch tinha editado em flamengo uma tradução do *Mundus Novus* e achou oportuno lançar novo folheto do mesmo autor...

Dentre os topónimos que emprega, apenas salientamos a ilha de *Naguaria,* que deve poder-se identificar com *Nagaom* ou *Nagão,* do *Roteiro de Goa a Diu,* de D. João de Castro, em 18° 54′ lat. N. e 72° 51′ long. E., junto à costa de Bombaim, que tiraria a designação do antigo

---

(1) Museu Britânico, descoberto em 1893, por C. H. Coote. — No cólofon: Antuerpie, Jan van Doesborch, 1508 in December. Reedição em fac-símile, Boston, 1923.

(2) C. H. Coote. *The Voyage from Lisbon to India 1505-6. Being an account and Journal by Albericus Vespuccius Translated from the contemporary flemisch, and edited with prologue and notes,* by ..., Londres, 1894.

(3) H. Harrisse — *Americus Vespucius,* pp. 45-61.

(4) H. Vignaud — *Américic Vespuce,* p. 180.

(5) Schulze — *Balthasar Springers Indienfahrt 1505-6. Wissenschaftliche Würdigung der Reiseberichte Springers zur Einführung in den Neudruck seiner «Meerfahrt» vom Jahre 1509,* Estrasburgo, 1902.

(6) Vignaud — o. c., p. 177.

reino de *Nagaor*, que abrangia, pelo menos, parte do actual distrito de Nagaur, em 27° 11′ lat. N. e 73° 46′ long. E., no Estado de Jodhpur (1).

Não passa de um «ingenuo librito», como o define Paul Herrmann (2), se bem que o conde de Ficalho, de passagem, lhe chame «curiosa relação», atribuindo-o também a Vespúcio, na peugada de Coote (3).

Baseado na narrativa de Sprenger, um artista de Augsburgo, Hans Burgkmair, desenhou, para esse mesmo opúsculo, quatro ou cinco folhas em que figurou grupos de nativos. Num primeiro quadro (4), vêem-se negros da Guiné: uma criança a dançar, um homem nu, de costas, segurando duas lanças na mão direita, que apoia no chão, e uma terceira, na esquerda, em gesto de atirar, e uma mulher com um filho ao colo, sentada junto de uma árvore. No segundo (5), um homem e uma mulher *in Allago*, ambos sentados, com sandálias calçadas e mal cobertos com peles de tigre, uma criança e duas árvores. No terceiro (6), um homem e uma mulher árabes, com mantos de tecidos estampados pelos ombros e panos brancos cingindo os rins, e uma criança pela mão da mãe, entre duas árvores. O quarto grupo representa uma mulher e uma criança *indianas* a dançar e pronunciando a palavra *Mamane*, enquanto duas outras mulheres presenciam a cena. No quinto grupo, um macaco numa árvore, uma rapariga com um cesto na mão, um homem a afagar uma mulher e mais três mulheres. No sexto, figura-se o rei de Cochim, sentado em palanque sustentado por quatro homens, um cenário de árvores e instrumentos musicais (7).

Hirschberg (8) reproduz ainda duas gravuras de Burgkmair, 1508, um homem e uma mulher com duas crianças *in Allago*, e uma grande composição em que aparecem «índios» americanos, negros da Guiné e de *Allago*. Em primeiro plano, uma mulher, cingida de penas na cintura e na cabeça, tem ao pescoço um macaco, de coroa de folhas na cabeça. Entre ela e uma outra com cesto de fruta na cabeça, espreitam duas vacas. Segue-se uma mulher nua, com cabelo encaracolado, que segura no braço esquerdo um macaco, a jeito de criança; outra figura com papagaio ao

---

(1) Visconde de Lagoa — *Glossário toponímico*, 1.ª parte, p. 294.
(2) Paul Herrmann — *Audácia*, cit., p. 106.
(3) Ficalho — *Viagem de Pero da Covilhã*, p. 68, nota.
(4) Reproduzidos em W. Hirschberg, o. c., p. 2.
(5) *Ibd.*, p. 3.
(6) *Ibd.*, p. 4.
(7) Para estas últimas, servimo-nos da descrição de H. Harrisse — o. c., pp. 41-45.
(8) Hirschberg — o. c., pp. 5 e 14-15.

ombro; uma terceira, de que apenas se vê a cabeça, segura duas maçarocas de milho de longa haste; um homem nu, de setas na mão, quase encobre um rapazinho, que leva um papagaio na mão; mulher com manto pela cabeça e criança ao colo, parece ser o par da última figura — um homem de cabelo encaracolado, que bem podem ser inspirados nos dois desenhos dos dois habitantes e *Allago*, já referidos. Entre os dois, vê-se uma mulher de costas, longos cabelos caídos, com açafate de espigas de trigo, frutos e folhas e um pássaro na parte superior. Dá a mão a uma criança, que, sossegadamente, nem repara na agressividade de dois carneiros que a ladeiam. A seguir, há ainda uma mulher que espreita atrás de um homem nu, que, de espigas na mão, parece querer abrir passagem e ultrapassar o último homem já mencionado. A tapar espaços em branco, surgem carneiros e um papagaio.

A estampa do triunfo do rei de Cochim voltou a aparecer em 1509, por iniciativa de George Glockendon, de Nuremberga, e, em 1511, com uma legenda que apresentava as representações da vida e costumes dos reinos visitados, como conquistas levadas a efeito com o auxílio de Deus e de Sua Alteza Real, o rei de Portugal (1).

A divulgação que se estava a operar, sem conhecimento de Sprenger, forçou-o a tomar a iniciativa da edição do seu texto, em alemão, que apareceu impresso em 1509, crê-se que em Augsburgo: *Die Merfart uñ erfarung nürwer Schiffung und wege zü viln onerkanten Inseln und Künigreichen, von dem groszmechtigen Portugalichẽ Kunig Emanuel Erforscht funden bestritten und Ingenomen, Auch wunderbar liche Streyt, ordenung, leben wesen handlung und wunderwercke, des volcks und Thyrer dar iñ wonende, findestu in diessein buchlyn Warhaftiglich beschyben uñ abkun terfeyt, wie ich Balthasar Sprenger sollichs selbs: in Kurtzuerschynẽ zeiten: geschen uñ erfaren habe*, etc. (Woodcut) Gedruckt. Anno MDIX (2).

«Neste livrinho encontram-se fielmente descritas e representadas a expedição e as navegações a muitas ignoradas ilhas e reinos, descobertos e subjugados pelo potentíssimo Rei de Portugal, Manuel, e expõem-se também as maravilhosas batalhas, ordem, vida e costumes daquelas popula-

(1) H. Harrisse — o. c., pp. 43-45.

(2) Reeditado por Franz Schulze — o. c.; reedição parcelar, fac-similada, em W. Hirschberg — o. c., pp. 9-12. Em tradução inglesa, foi publicada em Antuérpia, c. 1521-1522, com o titulo: *Of the newe Lãdes and of y peoples founde by the messengers of the Kynge of Portygale, named Emanuel.*

ções e dos sírios que ali vivem, como eu próprio, Baltasar Sprenger, vi recentemente com os meus próprios olhos» (1).

Dá-se como um «enviado do poderoso Rei de Portugal, chamado Manuel, e dos excelentíssimos comerciantes Fucker, Welser, Hochstetter, Hirschvogel, Imhof e outros de sua sociedade».

Segundo Harrisse, Sprenger introduziu algumas modificações no texto, nomeadamente de carácter geográfico (2). Acompanham a prosa, dez gravuras de pessoas, e duas, aliás iguais, de árvores com frutos (3): Um homem nu, de frente, com as setas em posição semelhante à do desenho de Burgkmair; na página seguinte, uma mulher, de pé, que se assemelha à da primeira gravura do impresso de 1508, segurando o filho mais velho e com o mais novo suspenso num pano a tiracolo. As gravuras seguintes, de homem e mulher, com mantos sobre os ombros e sandálias nos pés, devem figurar gente de *Allago*, que se não diferencia muito do quadro de Burgkmair, de 1508, que Hirschberg reproduz na página 5. As duas últimas gravuras que este autor publica, e que no livrinho de 1509 aparecem antes das da Índia, representam um mercador, possìvelmente árabe africano, e uma mulher de manto, com uma criança nua, de manilhas nas pernas, decerto da região do homem apresentado na página anterior.

A Índia Maior está representada por quatro gravuras: homem nu, de cabelo alto, entrançado, cingido com pano na cintura e adaga na mão; mulher de cabelos ao vento, apenas coberta entre o umbigo e os joelhos, com pano atado atrás; guerreiro de carrapito na cabeça, maça de ferro na direita e escudo na esquerda, também coberto apenas na cintura; e guerreiro e arco e seta, em posição de atirar. Um quadro maior, 14 figuras, representa um senhor em palanque, protegido do sol por chapéu que um homem segura, por um longo cabo. À frente, músicos de instrumentos de sopro e tambor e um homem de lança, além dos dois, que transportam o andor. Atrás, guerreiros tão mal vestidos como os demais fecham o cortejo, ostentando as mesmas armas: lança, arco, maça de ferro (espécie de espada, com uma bola na ponta) e escudo.

Das gravuras, do sudeste africano (*Allago* e Arábia), assevera W. Randles que constituem, indubitàvelmente, as primeiras representa-

(1) Sophus Ruge — *História da Época dos Descobrimentos* (trad. de Manuel de Oliveira Ramos), Lisboa, s./d., p. 147.

(2) Harrisse — o. c., pp. 61-67.

(3) Reproduzidos na reedição de Schulze e, a dos nativos africanos, por Hirschberg — o. c., pp. 10-12.

ções iconográficas, na literatura europeia, de negros dessa região. Reconhecendo traços europeus nos rostos dessas figuras, anota, porém, que a roupa é africana, sobretudo numa delas. Em todas, no entanto, se verificam pormenores que denunciam informação de quem as viu, com tempo suficiente para as fixar, de forma indelével.

A Alemanha adiantava-se assim, mesmo a Portugal, com uma contribuição para o conhecimento, por meio da imagem, de etnias, ou, pelo menos, de trajes e costumes diferentes dos europeus.

O outro germânico embarcado na frota de D. Francisco de Almeida, Hans Mayr, já se encontrava em Lisboa, quando chegou Baltasar Sprenger. Era empregado de Valentim Fernandes, segundo entende o Prof. Herrmann (1), tendo deixado um diário, que anotou na qualidade de escrivão da feitoria, na nau *S. Rafael,* (o terceiro barco dos comerciantes alemães denominava-se *S. Jerónimo*), de que seguia como capitão-mor Fernão Soares (2). Fernandes incluiu-o na colecção que copiou, em 1506, e remeteu a Peutinger. Na verdade, valia a pena divulgá-lo, pois constituía, porventura, a mais curiosa e completa informação económica da costa oriental de África, neste período.

Por ele se fica a conhecer a rota que seguiram: ilha da Madeira, ilha da Palma (das Canárias), distante 72 léguas, passando ao porto Dale, abaixo de cabo Verde, 290 léguas daquela ilha e 320 da linha equinocial. Os seus habitantes eram gente negra, com rei próprio. Por lá viram «muitos palmitos, vacas, galinhas, cuscuz» e muito arvoredo. Uma vez chegados à linha equinocial, faltavam-lhes 900 léguas para atingirem o cabo da Boa Esperança. Entretanto, porém, passadas as calmarias da Guiné, a 6 de Maio, «foram leste hoeste com a terra de Brazil 200 legoas» (3). «E dhy se foram ao sul ata 40 graos que tinham meo

---

(1) *Apud* Christine von Rohr — *Neue Quellen zur Zweiten Indienfahrt Vasco da Gama,* p. 7. — Ver, também, S. Welch — *o. c.,* p. 442.

(2) Publicado em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 13-24; por Gabriel Pereira — in *Boletim da Sociedade de Geografia,* 17.ª série, Lisboa, 1898-1899, pp. 355-357; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central,* vol. I, pp. 518-541 (quase na íntegra); Eric Axelson — *South-East Africa 1488-1530,* Londres, 1940, pp. 231-239 (também não integralmente). — Jaime Cortesão é de parecer que do título, tal como aparece no *Manuscrito «Valentim Fernandes»*, se não pode concluir o nome do escrivão que redigiu o Diário (*A carta de Pero Vaz de Caminha,* p. 22).

(3) Apoiado na carta de Sprenger, Duarte Leite sustenta que «Almeida não viu terra nem ilha brasileiras» (*Descobridores do Brasil,* p. 205).

dia ho sol ao noroeste e quarta de norte». E só chegaram ao cabo da Boa Esperança a 26 de Junho, sendo «afastados delle 70 legoas».

Passadas mais 565, «virom a primeyra terra», «ylhas derradeyras», a «30 legoas de ylha Moçambique», avistando, dias depois, os baixos de São Rafael, «que som 30 legoas de Quiloa», em cujo porto atracou, mandando chamar o rei, por intermédio do veneziano Bonajuto. «Em Quiloa ha muy fortes casas de pedra e cal sobradadas e cobertas dargamassa, com mil penturas», e «muitas mesquitas abobadadas e huma que he como ha de Cordova». A cidade ficava numa ilha, distante duas léguas da terra firme, de cor vermelha, produzindo muito milho como o da Guiné, manteiga, mel e cera, laranjas, limões, cebolinhas pequenas, manjarona e manjaricão, ervilhas, que se cultivam em hortas, com cercas de paus e canas de milho. Não faltam bois, vacas, carneiros sem lã, ovelhas e cabras e abundância de peixe. Na ilha viram alguns veados e no sertão souberam que havia muitas «amtas». À volta de Quiloa emergiam do mar muitas ilhas pequenas, todas povoadas.

Os habitantes da cidade, que orçavam por 4 000 almas, eram mais escravos negros, empregados nas hortas, do que os «mouros alvos». Aqueles cingiam a cinta com um pano até aos joelhos, deixando o tronco nu; estes — os seus senhores — usavam grandes barbas e cobriam-se de dois panos de algodão: um, atado à cinta, que chega até os pés, e o outro, que desce solto, pelos ombros, «e cobre a atadura do outro». Dormem em redes de palma, cada um na sua. «Nom sabem bem da polvora». «Armas têm frechas com farpões, escudos bem fortes de palma teçidos de algodom. Azeguas (azagaias) como de Guynee e melhores, spadas poucas».

Nas viagens a Sofala, que ficava a 255 léguas, traziam ouro, usavam sambucos do tamanho de uma caravela de 50 tonéis, dispondo embora de outros mais pequenos. As palmeiras, umas, dão vinho, outras, cocos. «Estes cocos sam tamanhos como boons melões, têm a casca grossa, da qual fazem todalas cordas, e dentro tem hum fruito como grande pinho». Bebe-se-lhe a água que tem dentro, cerca de meio quartilho e depois quebra-se. Por dentro, sabe a noz. Uma vez secos, extrai-se dos cocos, azeite em grande abundância. O algodão cresce em toda a ilha, mas é semeado.

Havia muitos objectos de vidro, panos de algodão de variegadas espécies, incenso e «almacega, grandes costaes, ouro e prata e aljoffar em grande quantidade». Os nativos sabem fazer cal. A moeda de cobre é a

de Portugal: «ceptis quatro por hum real». «Ouro nom tem amoedado, se non a peso de mitical, que val em Portugal 450 réis». Sobre o clima, informa que «a terra nom he muyto quente». O Inverno decorre de Abril a Setembro, sem fazer frio.

De Quíloa seguiram para Mombaça, que ficava a 60 léguas. Cidade muito grande, situada no ponto mais alto de uma ilha com cerca de légua e meia «até duas» em redondo, estava protegida por um muro «daltura de barbacaã», excepto da parte do mar, por ser muito alta. As casas não diferiam das de Quíloa, sendo o maior número de três sobrados, «todas coteadas de argamassa». Havia, porém, junto a cada uma, perto de 600 casas de madeira, cobertas de palha. As ruas eram estreitas, de tal modo que mal cabiam dois homens a par, dificultando mais a passagem os poiais que todas tinham.

Esta ilha é muito produtiva, dando abundância de laranjas, romãs, limões e cana-de-açúcar. Os seus habitantes, que andavam por 10 000 almas, sendo 3 700 de peleja, vestiam-se com panos de cambraia.

Vinte e cinco léguas mais além, encontrava-se Melinde, e a 100, outra grande cidade, Mogadoxo, que ficava a meia légua do mar e não longe do cabo Guardafui. Também passaram por duas ilhas: uma, distante 450 léguas do cabo da Boa Esperança, e a outra, entre Quíloa e Mombaça, chamada Zanzibar, que tomaram «pera Portugal».

Seguindo caminho para a Índia, atravessaram o golfo de Meca em 17 dias, percorrendo 750 léguas. A primeira terra que viram foi Angediva, que se distanciava uma légua da terra firme e tinha de comprimento quatro tiros de besta, e largura pouco mais de um. Distinguia-a também o facto de possuir três cabeços e muito arvoredo diferente do de Portugal, muito pescado e marisco.

Antes de chegarem à costa da Índia, «bem 100 léguas», acharam caranguejos a andar por cima das águas e, 30 léguas mais para a terra, cobras pintadas, com rabos, como enguias. Em Angediva construíram uma fortaleza «em huum baixo da ylha a caram do mar». A terra fronteira era muito alta e tinha grandes serras, muito arvoredo baixo mas sempre verde, por não perder a folha. Abunda em canela branca, com folha à maneira de loureiro. Habitam-na gentios baços, sujeitos a uma cidade de nome Amir, que ficava a 12 léguas. O senhor desta terra dependia do rei de Narcevel, que possui muitos cavalos da Pérsia. As casas eram de madeira, cobertas de palma. Os habitantes andam muito em guerra com os gentios, são bons frecheiros e «trazem partesanas e espadas e muytos escudos redondos que cobre a cabeça ata gyolhos e bombardinhas».

A cidade de Amir situava-se na margem de um rio, por onde subiam sambucos e naus grossas. De Amir a Cananor eram 43 léguas. O rei desta cidade morava no cabo de uma rua de duas léguas. Quando soube da chegada dos Portugueses, veio à praia «em colos domens», trazendo consigo 3 000 homens de guerra — «nayres que som como aqui fidalgos e todos gentios», com espadas e «adargas partesanas», e frecheiros, trombetas e charamelas. Seguia-os uma multidão de «6 000 almas». Em tenda que se armou junto ao mar, reclinou-se num leito com duas almofadas. Vestia um pano de algodão fino, cingido na cinta, que caía até os joelhos, trazendo uma carapuça de seda na cabeça, «que parecia casco galego». Um pajem segurava a coroa de ouro «que podia pesar oito marcos».

Na tenda era vedada a entrada a quem não fosse brâmane — espécie de «frades de boa vida, e por sua santidade dormem com a molher delrey». Por isso, em vez do filho, são os sobrinhos que herdam o reino.

Os habitantes gentios apenas usavam um pano cingido, trazendo a cabeça descoberta; os mouros envergavam camisas e carapuças. «Todos homens honrados, depois da morte, se queimam».

De Cananor dirigiram-se a Cochim, ilha bem de quatro léguas, muito alagadiça, encontrando-se fàcilmente água, quando se cavava meia vara. Dentre o arvoredo que a cobria, salientavam-se as palmeiras que, sem qualquer cuidado, fornecem vinho, vinagre, água, azeite, mel e lenha. A terra vizinha era baixa, elevando-se sobre ela uma grande serra, «e assy corre ao longo desta toda costa». No rio de Cochim «he toda a força de pimenta que se carregua, ainda que em outros lugares ha, mas pouco».

No regresso a Portugal encontraram a ilha de Ascensão, «que seria de seis legoas em longo: he toda calva sem arvoredo, toda pedra, nom muyto alta, tem muytas aves e nom forom la, por non ter agoa».

Conhece-se ainda um terceiro escrito com notícias referentes à viagem do vice-rei D. Francisco de Almeida — uma cópia alemã, de carta divulgada por Greiff (1). Não tem data nem assinatura, mas foi copiada por António Welser. Sem se prender com a ordem cronológica dos acontecimentos, começa por relatar que de Cananor saíram cinco naus, a 2 de Janeiro de 1506: *S. Rafael, S. Jerónimo,* a *Conceição,* a *Botafogo* e a *Ferando* (?). Os alemães tinham grande parte nas duas primeiras e numa terceira, a *Leonarda,* que ainda ficara para carregar em Cochim. Quatro delas chegaram juntas a Lisboa, em 22 de Maio, com uns 15 600 quintais

(1) Greiff — *o. c.,* pp. 167-170.

de especiarias; a *Conceição* metia água e voltou atrás, naturalmente a Moçambique, e era possível que viesse com a *Madalena*, a *S. Gabriel*, a *Flor de la Mar* e a *Leonarda*, que deviam sair no fim do mês. Estas cinco, que transportavam uma carga de especiarias de uns 20 000 quintais, eram esperadas antes do fim de Agosto em Lisboa.

Apresentado o panorama geral das nove embarcações da frota de D. Francisco de Almeida, retoma a viagem de regresso das quatro primeiras chegadas ao Tejo, para assinalar novo percurso da Índia a Moçambique, sem os pilotos o desejarem. Em seguida, passa, porém, a relatar uns quantos episódios ocorridos na ida. Coloca a esquadra em Quíloa, a 15 de Agosto de 1505, e conta a substituição do rei, que se negou a pagar o tributo, por um outro que ficou a governar à sombra do soberano português, protegido por uma fortaleza de 70 homens e muita artilharia. Relata ainda os contactos bélicos com o rei de Mombaça e pacíficos com o de Melinde. Ao desafio do primeiro para irem a terra buscar o tributo, corresponderam os Portugueses com o desembarque em massa e saqueio da cidade. Calculou-se em 22 000 cruzados a presa das duas cidades inimigas. Queixa-se o alemão de as suas três naus não terem quinhoado dos despojos, reservado para a Fazenda Real, por corresponder ao tributo negado. O rei de Melinde requereu e recebeu salvo-conduto do vice-rei, para poder navegar e manter-se com segurança dos seus inimigos.

Por fim, aponta, ao de leve, a construção da fortaleza de Angediva, onde se deixaram 80 homens; o recontro, em Amir, com 20 barcos mouros e a edificação da fortaleza de Cananor, em que ficaram 200 guerreiros. Aí mesmo carregou uma nau do rei de Portugal, indo as restantes tomar carga em Cochim.

Com este elenco de pequenas notícias passava a Alemanha a estar mais apta para formar ideia aproximada da situação geográfica da parte do Oriente que fornecia à Europa as especiarias e as drogas. Não era ainda a informação completa ou pormenorizada de que os geógrafos necessitavam para a reforma da cartografia. Mas podia muito bem, juntamente com outras recebidas até esta data, constituir o ponto de partida para a renovação das cartas e dos textos geográficos, como efectivamente aconteceu, nalguns centros culturais da Europa.

3.5 — *Cartas de italianos sobre naus chegadas da Índia, com notícias da África (inclusive, Madagáscar) e Oriente (nomeadamente, Ormuz).* — As duas primeiras anunciam a chegada a Lisboa, em Março de 1506,

de embarcações da frota de D. Francisco de Almeida, que, por regimento régio, devia ficar na Índia e enviar naus carregadas de especiarias. Entraram, primeiro, quatro, no dia 22, conforme anunciavam os correspondentes anónimos italianos, em cartas recolhidas por Marino Sanuto (1). Uma delas, a segunda, está datada de 26 de Março e dirigida a Francesco Donado, «cavalier, orator in Spagna». Chegou a Veneza em Junho seguinte.

Descrevem ambas a viagem de ida do vice-rei, com os feitos praticados em Quíloa e Mombaça, em ordem ao estabelecimento de boas relações comerciais, não só com essas duas cidades, como também com Sofala. Mas a primeira limita-se a transmitir um como que diário, acompanhando D. Francisco, pela Índia — Angediva, Onor, Cananor e Cochim — relatando também a recepção da embaixada do rei de Narsinga. Quíloa «è stimata tanto grande, come è Vera in Spagna, che sono una città che fanno da 2.000 fuochi», com domínio da costa, na extensão de «1.200 milia, per la costa, in che stano molto grande e riche isole e molto populate»; Mombaça pertence aos mouros e, tal como Quíloa, está situada numa ilha. É cidade como Beja, em Portugal, com uns 1 200 fogos, embora haja quem a julgue maior. Encontrava-se bem fortificada, com artilharia, mas foi vencida, trazendo-se para Lisboa as próprias armas pessoais do rei, a sua tenda de seda e tapetes finíssimos de seda, e outras peças de panos ricos do palácio do soberano. Angediva, «zonto da costa vizina de un reno che si chiama Hoga», gozava da privilegiada situação de vigiar toda a navegação do oceano Índico. Descreve a fortaleza que o vice-rei aí construiu. Cananor é cidade «molto grande, richa e populata». Aí também o vice-rei levantou fortaleza, «in una punta de terra, ch'è salita de la città al mare». Os Portugueses separaram-na, porém, «e resta isolà».

A esta cidade foi ter o embaixador do rei de Narsinga, «molto acompagnato de soi populi». O soberano, que era considerado o maior daquela região, vivia numa cidade metida no sertão de Cananor, umas 600 milhas, e dispunha de cem mil cavalos e mil elefantes de guerra. Tinha povos que se estendiam, em número infinito, por uma região conhecida por *Sartan*. Os seus domínios confinavam com a costa de Calecute e possuíam muitas cidades e portos.

---

(1) Publicada em *Diarii* de Marino Sanuto, vol. 6, cols. 363-367 e 383-384: 1) *Memoriale de le novelle che son venute per le quatro nave che veneno de India e intrarno in Lisbona, veneri, a di 22 de Mazo 1506;* 2) *Copia de nove de Portogal, contenute in una letera data a presso Lisbona, a di 26 Mazo, drizata a sier Francesco Donado, a di... luio 1506.* Igualmente se lhes refere Cá Masser, na *Relação* citada, em que também alude a uma quinta, chegada a 3 de Junho.

Cochim era «el forzo del pevere de tutta India», e já contava igualmente com uma fortaleza, edificada pelos Albuquerques, a qual foi agora reforçada. «In questo ponto restano le cosse de India, in tutta e in paxe e de tuto asetà e fato 4 forteze» — remata o primeiro informador.

A segunda comunicação apresenta feições mais vincadamente comerciais, acentuando, desde o princípio, que as quatro naus eram as maiores da armada e, vieram bem carregadas, quase só de pimenta. Calculava-se que traziam 12 a 13 mil quintais, recebidos em Cochim e Cananor (1). Sabe ainda que nas cinco ou seis naus que ficaram a concluir a carregação, vinham 25 a 30 quintais, prometendo voltar a dar notícias logo que elas chegassem. Os nomes geográficos, por vezes mais estropiados, estão despidos dos pormenores referidos na primeira informação, acrescentando apenas um topónimo — *Chunculan* (Chaucolam ?) —, onde os mouros mataram todos os 20 portugueses da feitoria (2).

Conclui o relato com o preço das especiarias no mercado de Lisboa: — pimenta, 22 ducados o quintal; gengibre *(zenzeri beledi)*, 18 a 19; cravo, 60 a 65; canela, 32 a 35; noz-moscada, 32; massa, 92; laca *(lacha)*, 45; pimenta longa, 75; cânfora, «ducati 1 la lira»; malagueta *(meleget)* da Guiné, 8 ducados; açúcar, 2,500 la 2ª (?) *(sic)*. Dentro do mesmo espírito de informação económica, alude de passagem aos alemães, que, não tendo muitas fazendas, se aproveitam da situação anormal da peste e consequente carestia da vida, para tirarem grandes lucros do trigo que forneciam: «et de qui val el formento a raxon de do ducati el staro».

Uma terceira epístola de mercador, que viajou na frota de Tristão da Cunha, demora-se quase exclusivamente com notícias sobre a costa de África e a ilha de Madagáscar. Aproveitando a longa demora em Moçambique, à espera de monção para passar à Índia («de febraio chomincano a regnari ponenti»), um italiano, possìvelmente florentino, da casa de Marchionni, escreveu para Itália, em 10 de Janeiro de 1507 (3), a dar conta do contratempo e do possível itinerário, com as respectivas datas até ao regresso. E, como «Tristan da Cungna, chapitano general

---

(1) 17 000 quintais, informa Cá Masser, «visto per li libri delli scrivani», mas refere-se a cinco naus (*o. c.*, p. 77).

(2) Barros — *Déc. I*, p. 379.

(3) *Nota duna letera nuovamente di Portogallo, la quale schrive da Mozanbiche, de di 10 di genaio 1506* (B. Ricc. Fl. — Cód. 1910, fls. 123-125).

di questa frota», resolvera explorar a ilha de S. Lourenço, conta, embevecido, as novas perspectivas de riqueza que essa pequena mas atribulada excursão abria no ânimo de todos.

As especiarias da Índia estavam pràticamente nas mãos dos Portugueses, bem como toda a costa oriental de África, de «Zafala, che è dove è la mina de l'oro, fino a Melinde». Considerava incalculáveis as riquezas daquelas regiões e ainda não se conhecia tudo: «e ongni dì si si schuopre chose nuove». Havia sândalos, citrinos, cubebe, ruibárbaro, etc. Aliás, nem eles andavam por aquelas paragens com outro fito se não o de «procurare di trovare alchuna chosa nuova».

Este foi, realmente, o motivo por que Tristão da Cunha não quis perder o ensejo de explorar a ilha de S. Lourenço, que ficava a 90 léguas de distância e media 200 léguas de costa. Tivera notícias da existência de especiarias, por intermédio de dois pescadores negros, dela naturais, e partiu a 16 de Novembro, com um «chapitano moro», levando 10 velas. Ainda não voltara e, por isso, o comerciante italiano transmite as comunicações dos pescadores malgaxes: a ilha produzia cravo para carregar toda a frota, noz-moscada, macis e outras especiarias. «Dalla parte di la», informavam ainda os ditos negros, podiam navegar embarcações grandes como as nossas, conforme acontecia com certos «uomini bianchi chome noi», que, de dois em dois anos, aí levavam dois a três navios grandes.

Fàcilmente se identificaram esses barcos com juncos que, do Extremo Oriente, iam à Índia e se concluiu que, na verdade, «questa è una chosa chè molto magore richeza che lindia». De forma que, se o capitão mouro encontrar esta ilha, pertencerá a Portugal «lla piu riccha parte abi el mondo».

Uma quarta epístola seguiu, esta para Veneza, que continuava a ser prontamente informada pelos seus correspondentes em Lisboa. Datada de 11 de Maio de 1509, contava as notícias sabidas pelo regresso de naus de carga (1), enviadas pelo vice-rei, em princípio de Dezembro (2). Tinham chegado quatro das naus saídas em 1507 (3), apenas carregadas de pimenta e um pouco de pau-brasil não muito bom e anunciava a volta de outras mais, cerca de 6 a 8 de Junho. «Quando arivino, lo saperete», sossegava o diligente informador, decerto o Senado dos Dez. As novas

(1) Marino Sanuto — *Diarii*, t. VIII, cols. 577-578.
(2) Barros — *Déc. II*, p. 102.
(3) Id. — *ibd.*, p. 40.

não eram muito animadoras para os Portugueses. Julgavam-se perdidas naus com 500 pessoas e valores no montante de 50 000 ducados; o filho do vice-rei fora vencido pela armada do soldão; por causa da guerra, não podiam transportar especiarias nem drogarias, excepto pimenta. Por tudo isto «io vi fo questa conclusione, che mi dubito che questa India non habia a essere la destruzione di genti e beni di regno di Portogallo, perchè ogni anno vi ni andono 2.000 persone». Pensava, por isso, que, de futuro, tudo andaria para pior, colocando-se entretanto como espectador: «Rispeto a l'armata dil soldano vederemo che sequirà». E ensombreava o quadro, com as cores mal definidas de uma rebelião da cidade de Ormuz *(Orvizo)*, na costa da Pérsia. Sabia, porém, que no Oriente se encontrava já Afonso de Albuquerque *(Alfonso dal Borchechie)*, tendo também conhecimento de que ele «faceva a loro molte straneze».

Decerto, terá ouvido os feitos seguintes, que, como estes, não só pesavam no prato da balança da expansão portuguesa, mas igualmente no de um melhor conhecimento geográfico do Oriente e de uma aproximação benéfica dos dois mundos, até então isolados pela imensa fronteira de um mar tenebroso e de gentes fechadas em si mesmas. Em Veneza, porém, como se observa nos resumos de correspondência recebida de várias terras, publicados por Sanuto (1), importava, sobretudo, conhecer o resultado da luta das armas, a fim de se apurar o balanço do comércio do Rialto.

Finalmente, uma quinta missiva (2), de que apenas aproveitamos a divulgação que faz da notícia da tomada de Ormuz. A data do aprisionamento de uma nau da Índia por corsário biscainho encontra-se estropiada para 18 de Novembro de 1458 e o nome do epistológrafo não é conhecido, embora pareça de parente de Bartolomeu Marchionni. Contava o que sabia, como «chose maraviglose», prevendo que os Portugueses chegariam a ser «singnori del Mare Rosso»; as especiarias deixariam de vir por Damasco e Constantinopla e passariam, de Lisboa, para o porto Pisano, «per l'esser chomodo a tutta Italia».

Entrando na informação geográfica, elucida que a «citta dormuz è nella chosta di Persia, terra di gran tratto», situada «in isola apresso alla terra ferma» e distante de Cambaia 100 léguas. Esta, por seu turno,

---

(1) Não vale a pena entrarmos em pormenores, mas o leitor pode vê-los no vol. VIII e segs.

(2) *Nota duna altra letera schrive il Giovane di Bartolomeo Marchionne a Piero Panciatichi, di Portogallo dove dice dite* (B. Ricc. Fl., Cód. 1910, fls. 130-130-v.).

«è la prima e principale di tutta la Persia, nella chosta del mare dindia». O rei da última é mouro, desde uns 50 anos, mas o povo, na maior parte, permanece gentio ou idólatra. As duas cidades constituem excelentes portos, de grande movimento de mercadorias — frutas, grãos, laca, etc. Em Ormuz pescam-se pérolas. A gente armada anda a cavalo, quando vai à guerra.

O conjunto destas cinco cartas comprovam que a atenção dos italianos não esmorecera do abalo sofrido desde o êxito de Vasco da Gama. Interessados uns na própria empresa, em que tomavam parte, continuava a não faltar quem prestasse informações em ordem ao equilíbrio do abalado comércio veneziano.

4 — Cosmógrafos e cartógrafos

4.1 — *O grupo de geógrafos franceses de Saint-Dié.* — O que os historiadores tão mal aproveitaram, foi servir de excelente material de renovação aos cosmógrafos deste período de cinco anos (1505-1509). Já nos referimos à obra do cónego de Saint-Dié, Martin Waldseemüller ou Ilacomilus, como ele próprio se designou, *Cosmographiae introductio* (1), em que, pela primeira vez, se divulgou, na língua do Lácio,

(1) Convém desde já distinguir duas publicações com o mesmo titulo: esta, de Waldseemüller, e uma outra, alguns anos mais tardia, de Apiano, sem a *Lettera*. Hoje conhecem-se, da primeira, várias tiragens no mesmo ano: duas de 25 de Abril de 1507 e duas de 27 de Agosto. As quatro diferem no arranjo tipográfico, mas coincidem no texto. Variam, sobretudo, nas dedicatórias e pela omissão dos versos de Ringmann, também professor no Ginásio, no segundo grupo, substituídos por pequeno trecho de prosa e quatro versos diferentes dos primeiros. A 1.ª edição caracteriza-se pelo nome de quem assina a dedicatória ao imperador — «Martinus Ilacomilus» (n.º 44, de Harrisse — *B. A. V.*) e por não concluir, na 1.ª linha, a palavra *Introductio;* na 2.ª, em vez desse nome, lê-se — «Gymnasium Vosagense» (n.º 45, da mesma Bibliografia) e a palavra *Introductio* está completa numa só linha; a 3.ª (n.º 46) é reimpressão do n.º 45, com pequenas modificações no titulo e na data — Setembro em vez de Maio (que, na tradução, deu Abril); a 4.ª (n.º 47) é o conjunto de duas edições — Cartas de Vespúcio, da 3.ª, e texto da Cosmografia, da 1.ª (Harrisse — o. *c.*, pp. 96, 96a, 96b e 96c) — Edições modernas fac-similadas: *The Cosmographiae Introductio of Martin Waldseemüller in fac-simile. Followed by the four voyages of Amerigo Vespucci, with their translation into English to which are added Waldseemüller's two world maps of 1507 with and Introduction by Prof. Joseph Fischer S. J. and Prof. Franz von Wieser. Edited by Prof. Charles Herbermann.* United States Catholic Historical Society, Monograph IV, N. Y., 1907; e por Carlos Sanz — *B. A. V., Ultimas Adiciones,* vol. I, Madrid, 1960, pp. 471-573.

a *Lettera* de Américo Vespúcio, dirigida a Soderini. Na verdade, ela enche este curto espaço de tempo e vai servir de base a modificações importantes nos livros de cosmografia ou comentário a Ptolomeu.

A circunstância de essa carta ter chegado às mãos do duque de Lorena, porventura enviada de Lisboa, como vimos, conjugada com uma outra — a posse de cartas de marear portuguesas que possuía Martin Waldseemüller, foram as causas próximas da constituição de um pequeno grupo de estudiosos em Saint-Dié, a que também pertencia Matias Ringmann, sob os auspícios do rei da Sicília e Jerusalém. O capelão Walter Ludd associou-se com uma tipografia, que instituiu à volta de 1507, tendo sido, daí por diante, um dos mais entusiastas divulgadores das notícias geográficas. Pensavam preparar nova edição de Ptolomeu, que só veio a concretizar-se em 1513, mas começaram, dir-se-ia, por não conterem o entusiasmo que lhes causou a leitura da *Lettera* de Vespúcio.

O volume da *Cosmographiae introductio* saiu dessa oficina tipográfica em 1507, quatro vezes repetido, como já dissemos, em tiragens com modificações acidentais, voltando a editar-se em 1509, pela sexta vez, mais tarde, sem data nem lugar de edição. D'Avezac considera falsas a segunda e a terceira e esta sexta, que reproduz aquelas, não passando de «une honteuse contrefaçon» (1).

Começava por breve explicação das questões levantadas por Ptolomeu, entre outras a de *em que difere a geografia da corografia* e elucidava claramente o leitor sobre os rendimentos de toda a Astronomia, Geometria e Geografia. Para elucidar aquelas, os Autores falaram da esfera, eixos, pólos, círculos, zonas, paralelos, climas, ventos. Para esta, sumariaram os ensinamentos ptolomaicos, a respeito das três partes do Mundo habitável dos mares e das ilhas. De posse da carta vespuciana, que lhes proporcionava terras extensas a ocidente da Europa, entendiam que se encontrara uma outra porção do Globo, extensa e desconhecida até então, para que propõem o nome de América, considerando-a, também, uma quarta parte da Terra: «São estes os termos da nossa terra habitável, descritos por Ptolomeu. Agora, porém, em virtude da navegação de Américo Vespúcio e de outros, a latitude para o norte e para o sul tornou-se mais ampla, assim como maior a longitude. Encontrou-se uma como que enorme ilha no meio do oceano (...). Não só, pois, existem, já, as três conhecidas partes do Globo, mas uma quarta, descoberta por Américo Vespúcio, homem de sagaz inteligência. Do nome do seu descobridor,

(1) H. Harrisse — o. c., n.os 60 e 63; D'Avezac — o. c., p. 116.

Fig. 57 — Conrad Peutinger, colector de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses, a quem se deve, por isso, o conhecimento de várias relações singulares

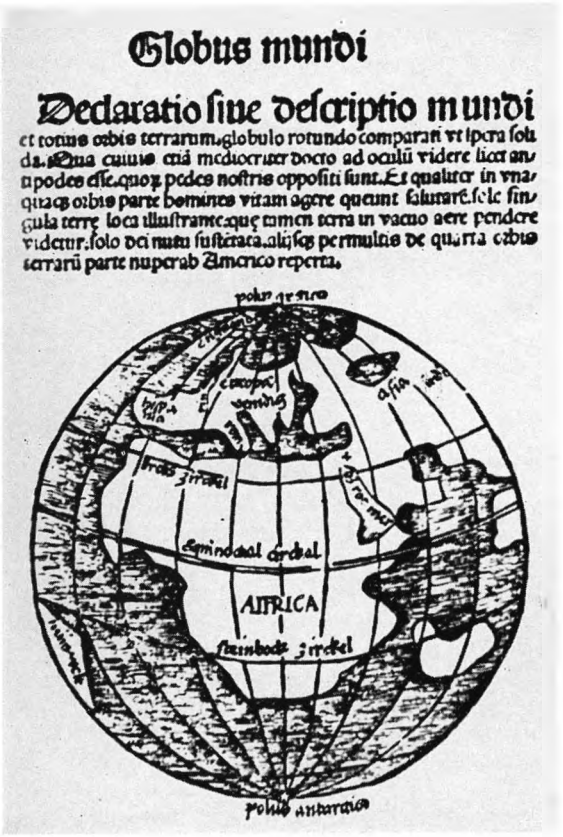


Fig. 58 — *Globus Mundi*, Estrasburgo, 1509. Salienta-se, no título, não só a existência dos antípodas e a habitabilidade de todo o orbe, mas também, a nova quarta parte do Mundo, que se atribui a Vespúcio, na peugada da *Cosmographiae Introductio*, de Waldseemüller

COSMOGRAPHIAE INTRODV-
CTIO, CVM QVIBVS
DAM GEOME
TRIAE
AC
ASTRONO
MIAE PRINCIPIIS AD
EAM REM NECESSARIIS.

Insuper quatuor Americi Ve-
spucij nauigationes.

Vniuersalis Cosmographię descriptio
tam in solido q̃ plano/eis etiam
insertis quę Ptholomęo
ignota a nuperis
reperta sunt.

DISTICHON.

Cum deus astra regat/& terræ climata Cæsar
Nec tellus nec eis sydera maius habent.

QVARTA

ce multũ & vltraq̃ sit credibile festiuę suscepti fui-
mus: ob id q̃ ipsa tota ciuitas nos in mari disperdi-
tos esse existimabat/quẽadmodũ reliqui omnes de
turba nostra p̃ p̃fecti nr̃i nauiũ stultã pręsumptio-
nẽ extiterãt. Quo superbiã modo iustus omniũ cẽ
sor deus cõpensat. Et ita nũc apud Lisbonã ipsam
subsisto ignorans quid de me serenissimus ipse rex
deinceps efficere cogitet/q a tantis laboribus meis
iam exnunc requiescere plurimũ peroptarem/hũc
nunciũ maiestati vestrę plurimũ quoq; interdũ cõ
mendans. Amerigus Vesputius in Lisbona.

Vrbs Deodate tuo clarescens nomine præsul
Qua Vogesi montis sunt iuga pressit opus

Finitũ. vij. kl. Marj
Anno supra sesqui
millesimum. vij.

Pressit/& ipsa eadẽ Christo monimẽta fauẽ-
Tempore ventu ro cætera multa premet

Fig. 59 — Rosto e *colofon* da 1.ª edição da *Cosmographiae Introductio*, de Waldseemüller (Saint-Dié, 1507)

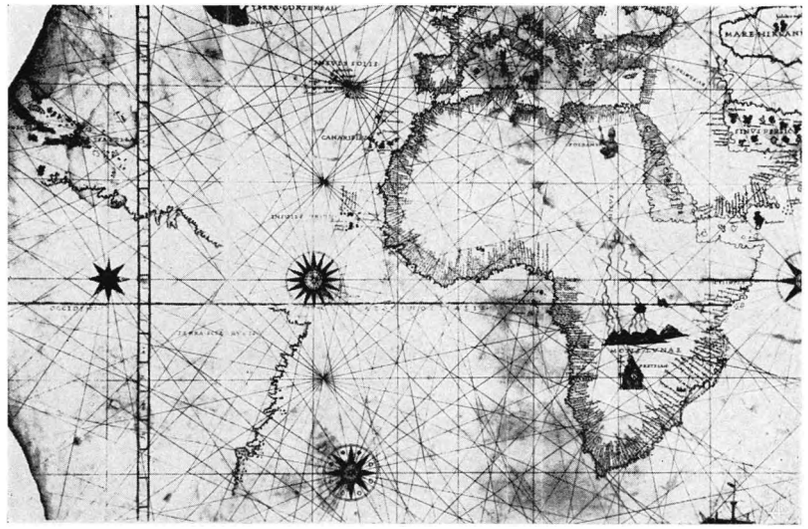


Fig. 60 — Planisfério conhecido por King-Hamy, 1504-(1505 ?)

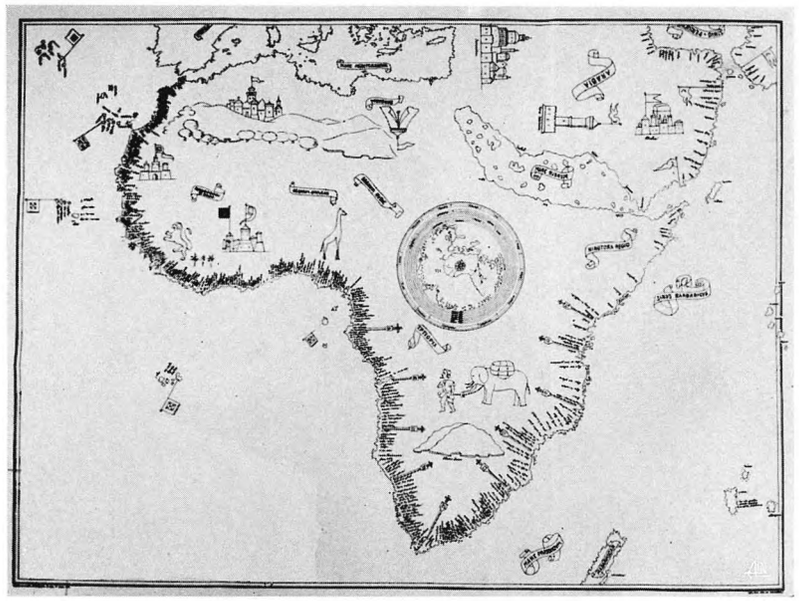


Fig. 61 — A África de Canério (c. 1505)

Fig. 62 — Mapa-mundo de Contarini-Roselli, 1506

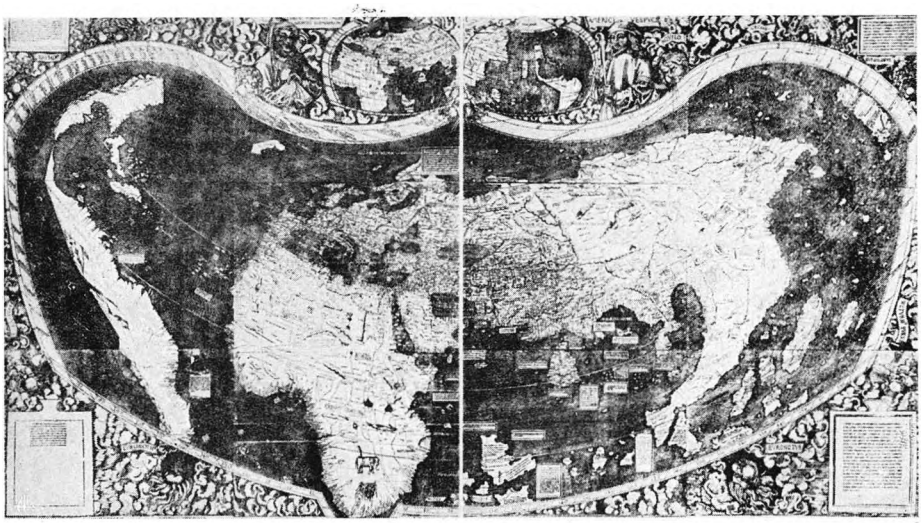


Fig. 63 — Planisfério de Waldseemüller, 1507, encimado pelas figuras de Ptolomeu e Vespúcio, em que aparece pela primeira vez o vocábulo América

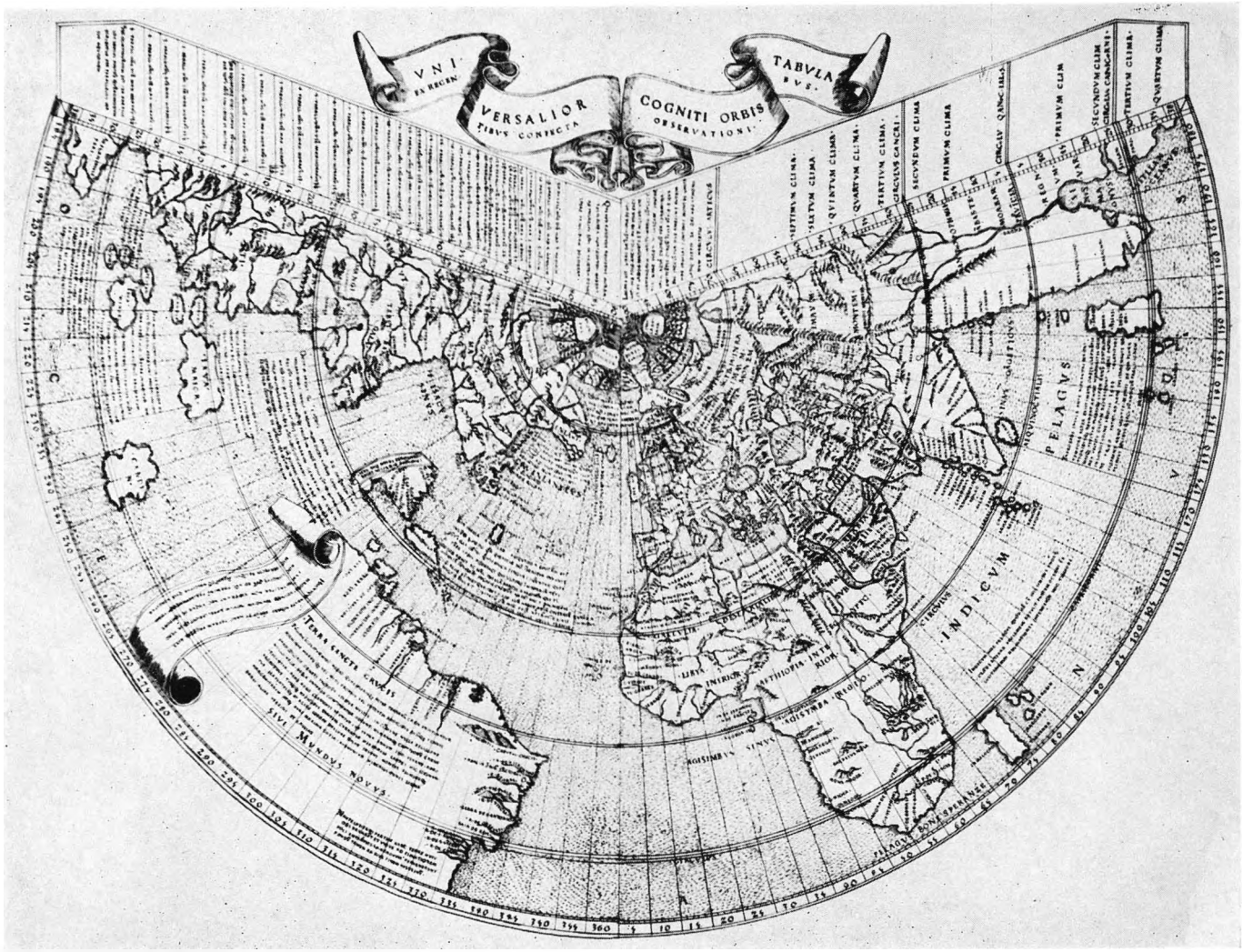


Fig. 64 — João Ruysch — *Universalior cogniti orbis Tabula, ex recentibus confecta observationibus* (Mapa universal da Terra conhecida, traçado com as observações directas mais recentes). Publicado na *Geografia* de Ptolomeu, de Fra Mauro (Roma, 1507; *ibd.*, 1508)

pode ela chamar-se América ou terra de Américo. Situa-se esta terra, em frente da África, mais próxima do nosso continente, não ficando distanciada mais que uns 20°».

Deixam, depois a África e Ásia «antigua», para dedicarem o capítulo XXVIII à *América e ilhas adjacentes*. Neste ponto, já se sumiu a pura sugestão, para se afirmar o facto consumado: «A América, que hoje se diz quarta parte da terra, recebeu o nome de Américo Vespúcio, seu descobridor. E com razão, visto que constitui uma ilha, fechada de água por todos os lados». Deste modo, separavam-na da Ásia e constituíam-na continente independente. Como explicarão linhas abaixo, «por causa da sua grandeza, denomina-se Novo Mundo». «Devido à grande distância em que se encontra essa ilha, permaneceu desconhecida de Ptolomeu e dos antigos». Foi encontrada no ano de 1497, por mandado do rei de Castela. «A sua única fonte de informação sobre os descobrimentos portugueses e espanhóis reduzia-se à *Lettera* de Vespúcio» (1).

Ignoravam, pois, os geógrafos de Saint-Dié o autêntico descobridor das novas terras, levados pelos termos ambiciosos desse escrito, tendo sido também os responsáveis da glorificação indevida do florentino. Os próprios editores da *Cosmographiae introductio* repararam na injustiça cometida e, na edição do seu Ptolomeu, de 1513, foram os primeiros a riscarem dos mapas anexos a designação *América* (2).

Modernamente, só no século XIX se teve conhecimento do facto, quando Humboldt, no *Examen critique*, chamou a atenção para o pequeno tomo da rara obra impressa no pequeno burgo implantado no meio dos Vosges da Lorena (3).

Dele fazia parte, se bem que tenha aparecido separadamente, o mapa de Waldseemüller, de que nos ocuparemos noutro parágrafo deste capítulo, estando também relacionado com o mesmo movimento o opúsculo de Walter Ludd — *Speculi Orbis succintiss. sed neque poenitenda neque inelegans Declaratio et Canon* —, editado em Estrasburgo, no mesmo ano

---

(1) L. Gallois acha natural a ignorância dos geógrafos de Saint-Dié, porque, «nesta época, Colombo ainda era pouco conhecido» (o. *c.*, p. 10). Pouco conhecido ou mesmo ignorado em certos centros.

(2) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 113.

(3) Depois de Humboldt, dedicaram-se ao estudo desta obra e deste grupo de cientistas: H. Harrisse — o. *c.*; D'Avezac — *Martin Hylacomylus Waltzemüller, ses ouvrages et ses colaborateurs*, Paris, 1867 (saiu anónimo); L. Gallois — *Américic Vespuce et les géographes de Saint-Dié*, in *Atti del III Congresso Geográfico Italiano*, Florença, 1899; H. Vignaud — *Américic Vespuce*, cit., pp. 47-57, 109-111 e 215-223.

de 1507 (1), que, segundo aventa Henri Vignaud, será anterior à *Cosmographiae introductio* (2). Realmente, parece que se intentava apresentar a obra que, seguidamente, iam publicar (3). Só teve uma edição independente, mas foi incluída nas edições da *Margarita Philosophica*, de Gregório Reisch, como já vimos.

Cónego de Saint-Dié, como Waldseemüller, dedicava-se, como ele, ao estudo da geografia, sob os auspícios do duque de Lorena, a quem dedica o pequeno trabalho.

«Este Espelho ensina: 1.º), a descrição cosmográfica do orbe, segundo o peritíssimo Ptolomeu e alguns outros que, depois dele, percorreram diligentemente as terras e os mares, até ao nosso tempo (...)»; 2.º) «Como qualquer pessoa pode andar, mesmo até às regiões e cidades nunca vistas, sem dúvidas e sem condutor»; 3.º) «que rios, montes e mares terá de passar quem for até a regiões (ora) longínquas».

O simples enunciado desviava o opúsculo da problemática moderna divulgada pelos descobrimentos portugueses e o conteúdo não é mais esclarecedor: as partes da Terra reduziam-se à Europa, Ásia, África. É que Ludd também só conhecia, das navegações portuguesas, aquilo que lera na *Lettera* de Vespúcio, que ele próprio, como neste folheto confessa, mandara traduzir para latim. Por isso, apenas se refere às navegações para ocidente, e não é de admirar, como pretende Vignaud, que nele se leia uma frase referente à «race américaine» acabada de descobrir (4). O seu grande escopro consistia em dar à luz uma imagem do Universo em que se percebessem, como em limpidíssimo espelho de vidro, muitas cousas geralmente ignoradas e talvez nunca patentes desde o início do Mundo. Por isso lhe conferiu o título de Espelho.

No mesmo grupo dos geógrafos de Saint-Dié se insere o opúsculo *Globus Mundi. Declaratio sive descriptio mundi et totius orbis terrarum:*

---

(1) Só se conhecem hoje dois exemplares deste pequeno opúsculo de 4 páginas, um dos quais no M. B. — C.32.m. 16. Modernamente, D'Avezac reeditou o texto latino e a tradução francesa, na o. *c.*, pp. 62 e 65-67. — Abraão Ortelius, no *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1570, serviu-se dele, mas desenvolveu o nome do autor para *Ludovicus*.

(2) H. Vignaud — *Améric Vespuce*, p. 77.

(3) «De que ora plura et veriora in Ptolomaeo per nos et Martinum Ilacomylum talium rerum scientissimum cum multis additamentis recognita (quem nostris impensis mox Christo favente imprimemus) videre licebit» (p. 65). Contudo, não repugna em absoluto que o anúncio se referisse à edição de Ptolomeu, que editaram mais tarde.

(4) H. Vignaud — o. *c.*, p. 77.

globulo rotundo comparati ut spera solida. Qua cuius etiam mediocriter docto ad oculum videre licet antipodes esse, quorum pedes nostris oppositi sunt, Et qualiter in unaquaque orbis parte homines vitam agere queunt salutarem, sole singula terrae loca illustrante (...) *aliisque permultis de quarta orbis terrarum parte nuper ab Americo reperta,* impresso em Estrasburgo, no último dia de Agosto de 1509 (1), pelo mesmo impressor que nesse ano reeditou a citada *Cosmographiae introductio*. Segundo pensa Gallois, pelo menos o pequeno globo de fusos que nele figura, deve ser da autoria de Waldseemüller (2).

Filia-se, pois, inteira e exclusivamente, na *Lettera* de Vespúcio, estampada nesta última obra de iniciação cosmológica. No globo da capa e no texto, apenas se faz referência vaga ao *Mundus Novus*. Parece incrível que acerca do Oriente nada mais tivesse chegado a Saint-Dié do que as notícias trazidas pelos que andaram até à «Índia, Taprobana, Calicute e Nilo, no Egipto, donde nos vêm as especiarias aromáticas». Por isso, ainda defende, com convicção, que na zona tórrida ninguém pode, devido ao calor fervente, habitar còmodamente e a vegetação não consegue permanecer verdejante (3).

A Ásia tira o nome da rainha que nela reinou e divide-se em maior e menor, com as regiões de Troia, «toda a Índia», Cípria, Arábia, Babilónia, Jerusalém, Pérsia, Hircânia, Arménia, Cítia, Turquia, Taprobana, mar Vermelho, Judeia, etc. Nela habitam dois grandes reis — o Preste João e o soldão. Por outro lado, a África obteve o nome da rainha que noutros tempos reinou para os lados do sul. Os países também não passam dos que encontrou em Ptolomeu ou Solino: Líbia, Etiópia, Mauritânia, Egipto, Cartago, Alexandria, rio Nilo. Os Etíopes são negríssimos, por causa do calor do sol. Contudo, sabe que na Europa existe um país chamado Portugal, o que se relaciona com a descoberta de «uma nova ilha ou quarta parte do orbe», muito maior do que a Europa. Fica perto desta e da África, para o ocidente. Mas, por ser desconhecida a sua situação, ainda está por explorar bem. O leitor que pretenda saber mais a este respeito deve ler o livrinho, digno de fé, que sobre estas coisas se escreveu... Alude, evidentemente, à *Lettera* de Vespúcio.

---

(1) Apenas se conhecem seis exemplares deste raro opúsculo. — Ver Borba de Morais — *Bibliographia Brasiliana,* I, p. 300.

(2) L. Gallois — *Améric Vespuce et les géographes de Saint-Dié,* p. 13.

(3) Ver capítulo VI.

Não é lícito, pois, enaltecer a sabedoria cosmográfica do grupo de geógrafos de Saint-Dié, que apenas se firmava em Ptolomeu ou seus sequazes e na prosa, quiçá apócrifa, do florentino.

4.2 — *Cosmógrafos italianos e alemães.* — Já nos últimos meses de 1507 apareceu em Roma, a expensas do livreiro francês estabelecido nessa cidade, Evangelista Tosino, mais uma edição da *Geografia* de Ptolomeu, «a pluribus viris utriusque linguae doctissimis emendata», acompanhada de esquemas corrigidos, com demonstrações, pelos matemáticos Fr. Marco, Monge Celestino, natural de Benevenuto, na Campânia, e João Cotta, veronense. Anunciavam-se ainda novos mapas de Espanha, Gália, Alemanha, etc., e outros muitos melhoramentos (1).

Não nos interessa a tradução, nem nada do que se promete, a título de reclame, na página que serve de rosto. Mesmo, de todo o volume, apenas importa recolher a confissão de Fr. Marco, de que, uma vez que esteve em Roma, foi abordado por Tosino, para dirigir nova edição de Ptolomeu. Não teve dificuldade em aceitar o convite, mas pensou logo em associar o matemático Cotta. Não sendo, pois, iniciativa sua, compreende-se melhor que só na edição que da mesma obra empreende, no ano seguinte, se manifeste o interesse que os Descobrimentos geográficos portugueses lhe mereceram. Nesta, com efeito, nada transparece de novo, senão, no *Atlas*, uns mapas com legendas e nomes geográficos, que já revelam algum conhecimento, por exemplo, o que se intitula: *Universalior cogniti orbis tabula ex recentibus confecta observationibus*, em que se lê: *Antilia insula, ista insula Antilia aliquando a Lusitanis est inventa; in Baccalaurus C. de Portogesi.*

A África, apesar de mal delineada, já termina com o *Pelagus Bonae Speranze*, incluindo as ilhas de Fernão Pó, Príncipe, S. Tomé e Ano Bom. A Índia apresenta nomes aportuguesados. A Taprobana surge longe da ilha de Ceilão e esta depois de Malaca. Nota-se curioso esforço por modernizar a cartografia, conservando-se, no entanto, mesmo aí, ainda antiquado, e conhecendo mal os progressos geográficos devidos aos navegadores peninsulares. Por isso se compreende como terá exultado, ao encontrar notícias mais pormenorizadas, que considerou de tal forma importantes que não hesitou em satisfazer, sem delongas, o pedido de amigos, no sentido de organizar nova edição do texto ptolomaico. E um

(1) *In hoc operae haec continentur: Geographia Cl. Ptholemaei* (...). Roma. MC.VII (B. N.. Md. — R 20. 753).

dos amigos deve ter sido o próprio editor. Conta ele que Evangelista Tosino, apesar de, na edição de 1507, já incluir «tot novis provinciarum tabulis, quibus complures locorum situs reformati sunt atque instaurati», sentia que algo lhe faltava de muito importante. «Vir sollicitus» como era, ouvira referir (e deu-se ao trabalho de averiguar) as novas navegações dos Portugueses, a fim de imprimir uma «tabula» universal do Mundo, em que se corrigissem os lugares antigos e acrescentassem os pontos descobertos pela observação dos modernos.

Dos vários anúncios que o editor estampou no frontispício do novo volume (1), interessa-nos relevar os seguintes. *Nova orbis descriptio ac nova Oceani Navigatio qua Lisbona ad Indicum pervenitur pelagus*, devido ao mesmo monge celestino, e *Nova et universalior Orbis cogniti tabula*, elaborada por Ruysch.

Deve-se o trabalho de recolha a Fr. Marco, que anuncia ter sabido de nova medida do Mundo, navegação do Índico e terra observada por portugueses e espanhóis, por eles denominada Novo Mundo. Falara com portugueses e com o cartógrafo alemão João Ruysch, que deve ter andado nas nossas naus, como veremos, ao mesmo tempo que se informou largamente das descobertas, não só dos Portugueses como dos Espanhóis e Ingleses, em cujos barcos parece também ter navegado. Ruysch contribuiu com a tábua universal do orbe, que inclui, não só as terras novamente achadas, conhecidas por Novo Mundo, como ainda a navegação dos Portugueses e dos Ingleses (2). É, pois, com incontido orgulho que no novo volume se anunciou inédita descrição geográfica da terra habitada, bem como os limites do oceano e certas correcções a Plínio segundo.

A *Orbis nova descriptio* de Fr. Marco assinala, sem rebuços, que é maior a latitude do orbe e a habitabilidade nos modernos que em Ptolomeu, o que se deve à observação digna de fé dos modernos. Serve-se, para isso, de «comentários dos mais modernos e de cartas pintadas dos mares e dos litorais («littorum designatorum») e das costas. Corrige a situação geográfica das ilhas Canárias e acrescenta terras para o leste, observadas por Colombo, «diligentíssimo navegador do nosso tempo» e localiza a ilha Espanhola e a Terra de Santa Cruz.

---

(1) *In hoc opere haec continentur Geographiae Cl. Ptolemaei* (...), Roma, MDVIII (T. T. — Imp. Liv. 4286 p.; B. A. C. L. — Res. 60-36. A este segundo exemplar faltam precisamente os acrescentamentos que salientamos no texto).

(2) Refere-se à tentativa do veneziano João Caboto, que, encontrando-se em Inglaterra quando soube da descoberta de Colombo, se ofereceu a Henrique VII para atingir a Ásia pelo Ocidente, utilizando os mares boreais (1498).

Ruysch também navegou para essas paragens, não sabemos se nas naus portuguesas, se nas castelhanas ou inglesas, e, por isso, pôde descrever muitas ilhas novas. Como mais adiante Fr. Marco regista os graus das latitudes, fornecidos pelo mesmo, por alturas do cabo Verde e golfo Pérsico e, noutro passo, refere observações dos Indianos, que lhe foram transmitidas por «João», parece lícito suspeitar que terá viajado nas nossas naus até ao Oriente, passando, naturalmente, pelo Brasil.

O orbe alcançara maior extensão. Para o norte, vai hoje até ao pólo, isto é, mais 27° que antigamente. A parte habitável, no mesmo sentido setentrional, igualmente se alargou 17°. Para o sul, a parte habitável atinge agora a latitude máxima no submeridiano que se descreve pelo meio do Peloponeso, que também se designa por cabo da Boa Esperança, como dizem. Este é o extremo da terra habitável.

Enfim, no nosso tempo, todo o oceano é navegado.

Em comprovação e servindo-se dos «mares pintados de Colombo e dos Portugueses e dos Britânicos, a que agora chamamos ingleses», avança até «uns certos paralelos», e menciona já certo golfo para o ocidente, frente à península denominada Terra Nova. Começando a descrição do orbe pelo ocidente — pelos Pirenéus — serve-se «ex nova hispaniarum pictura —, declina para sul até ao cabo de Santa Maria, que julga ser o antigo promontório *Nerium* (sic), assinalado por Ptolomeu. Corre a costa e identifica, a medo, o promontório antigamente denominado *Avarum* e, pelos modernos, *Portugallum;* chega ao monte da Lua e, daí ao promontório *Barceanum,* que julga ser o sítio da Lusitânia, de que então se navegava para a ilha Taprobana. Consagra, a seguir, todo o capítulo VIII à navegação que os Portugueses iniciaram no oceano Índico *(De navigatione a Lusitanis noviter instaurata, qua in Indicum navigatur pelagus).*

«Os marinheiros portugueses navegam de Lisboa para o promontório Sacro, que os modernos chamam cabo de S. Vicente. Aí colocou Ptolomeu o termo ocidental da terra habitada. Porém, recente observação situa mais a ocidente o promontório *Nenium* (sic), pelos modernos denominado cabo de Santa Maria-do-Fim-da-Terra. Navegando do promontório Sacro, quer para o sul, quer para ocidente (1), deixando o estreito de Cádis que dá para o nosso mar, navega-se até ao cabo pelos Portugueses chamado Branco, que se situa na África ocidental. Passa-se daí, em arco, até o cabo Verde, encontrando-se mais abaixo o cabo das Palmas, o cabo de Lopo

(1) Alude, decerto, à forma bojuda do continente africano, no sentido do oeste.

Gonçalves (1), a foz do rio do Padrão, i. e., do Congo (2), e a do Mondego (3). Andando, andando sempre, sinuosamente, pela encosta recortada, chega ao cabo da Boa Esperança (4), que situa em 35° de latitude (Duarte Pacheco Pereira, 34° 30') e 50° de longitude. Torneando para o norte, atinge Sofala e o promontório *Pilica* (5), em que começa o mar Vermelho (pròpriamente, o golfo de Aden). Segue o golfo Arábico (de Aden), passa pela garganta (estreito de Bab-el-Mandeb) em que coloca o promontório *Sanina,* e dirige-se ao estreito do golfo Pérsico (de Oman), de que não indica nenhum nome, e continua pelo cabo *Diba,* foz do rio Indo e cabo de Cumari (Camorim). Nessa costa se encontra a metrópole e cidade régia de Calecute, descoberta nos nossos tempos pelos navegadores portugueses, de que trazem todos os géneros de especiarias.

Dantes, costumavam os comerciantes levarem-nas por Alexandria, até que, em 1500, os Portugueses trouxeram os barcos carregados para Lisboa, na Lusitânia. Fr. Marco completa a informação com a notícia de que os Portugueses, em 1504, infringiram pesada derrota ao rei de Calecute, em dura batalha naval, por não aceitar a paz e a aliança que, por exemplo, se firmou com o de Cochim. Como de costume, indica a latitude e a longitude de Calecute, respectivamente, de 5° e 113°.

Daí navegaram os Portugueses, no ano de 1507, para a ilha da Taprobana, que apelidaram de Ceilão (6) e tornaram o respectivo rei tributário do felicíssimo rei Manuel, o qual e o seu antecessor havia quase 40 anos se esforçavam por navegar nessas regiões.

Finalmente, encontraram o golfo gangético (baía de Bengala), que está colocado entre duas proeminências (penínsulas), numa das quais (o Indostão) se salienta Calecute. Esse golfo, segundo as novas observações, coloca-se a 20° N., embora antes se localizasse em 18 ½. «Aqui se situa modernamente, segundo julgo — são palavras de Fr. Marco — a Aurea Cheronessus (Quersoneso). A este magnânimo rei deve ficar grata toda a posteridade, por haver tornado certíssima e explorada uma região do Globo sobre que a antiguidade não fez mais que sonhar»...

---

(1) No texto: *Delopogotsalin.* Cabo de Lopo Gonçalves, em 10° abaixo da equinocial, conforme Duarte Pacheco.

(2) No texto: *Padrontis.* Decerto, o rio do Padrão, em 7°, segundo Duarte Pacheco.

(3) No texto: *Mondegae.* Segundo Duarte Pacheco Pereira, trata-se de «um rio pequeno».

(4) No texto: *Bonaesperanzae.*

(5) Quererá referir-se ao cabo Guardafui?

(6) No texto: *Zoylon.*

Remata com uma frase que se pode considerar autêntica legenda da glória lusa, que ele partilha com ingleses e indianos: «Esta é a nova descrição do continente, da terra habitável e da navegação descoberta». Os contornos da África e da Ásia, nomeadamente os da Índia, seguem as informações fornecidas por portugueses, com que falou a esse respeito, e por João Ruysch, que viu e trouxe documentação dos Indianos (1).

No capítulo IX, insiste uma vez mais na origem dos novos conhecimentos, que contrasta com os de Ptolomeu: «Nos capítulos anteriores, descrevemos a parte habitável da Terra», proporcionando as coordenadas da esfera, «iuxta iuniorum observationes» e anuncia a sua confrontação, mais pormenorizada, com as antigas. Corrige Ptolomeu, por exemplo, a respeito do Prasso e do oceano Índico. E assim, para determinar a posição do cabo Prasso, serve-se das «novas cartas dos portugueses», não só indicando os graus que nelas encontrou, mas argumentando também que, «onde Ptolomeu o coloca, no princípio do pélago Índico, não existe qualquer porção de terra habitável».

É ainda apoiado nas «novas aportações» que sustenta categòricamente «que o pélago Índico não se separa do Oceano (Atlântico) por qualquer porção de terra, como pretende Ptolomeu, nos comentários do livro 7, capítulo V». «Muito pelo contrário, a experiência dos portugueses mostrou que o próprio Índico é parte do Oceano». Toda a questão a este respeito estava em saber se o Índico tinha ou não seguimento com o Atlântico, chegando à conclusão de que não era fechado por terra, mas se estendia livremente pelas águas atlânticas, em perfeita continuação, e que, se houve terra a separá-lo, se desfizera com o andar dos tempos. O tema servia de discussão nas tertúlias, como no caso referido na nossa Introdução, passado na de Giovanni Joviano Pontano.

Não muito seguro da verdadeira posição das povoações, discute um mapa traçado recentemente por um florentino ptolomaico, discordando da situação geográfica de Calecute, Cochim e golfo Gangético.

Fr. Marco conservava sempre, diante de si, pelo menos, a «pintura» de João Ruysch, porque sabia ter bom fundamento, e aqui repete, «o mar desenhado pelos indianos». Cita também, neste capítulo, sem lhe referir o nome, «certo florentino muito inteligente, que editou em Veneza, uma nova pintura do mundo», servindo-se de observações que lhe foram parar às mãos. Classifica-o, porém, de presumido, pois, a respeito da Índia, reproduz palavras de Ptolomeu, sem advertir que contradizem a pintura...

---

(1) «...qui est locus magni situs, apud Indorum descriptionem».

A respeito das informações indianas de que Ruysch se serviu, convém lembrar que os Portugueses adoptaram o mesmo expediente, de aproveitar os conhecimentos dos orientais, podendo, pois, tratar-se de elementos não colhidos por ele directamente, em rápida viagem.

No oceano Índico e mares do Sul, os antigos apenas conheciam a ilha Taprobana, que supunham muito maior do que realmente é, e colocavam-na em ponto diferente daquele em que na verdade se encontra. De maiores dimensões são as de Ceilão e Java Maior, seguindo-se à de Taprobana, entre outras, Candyn, «in orientali oceano», Camarocada, Terra Nova, Java Menor, Áurea Quersoneso e Espanhola.

No título do capítulo XIV promete tratar da terra que os Portugueses e Colombo observaram, denominada de Santa Cruz e depois, pela sua grande extensão, Novo Mundo. Mas no texto não extrema os descobrimentos de cada um, porque, ao que parece, o seu informador limitou-se ao sobrinho (nepos) de Colombo. Sebastião de Mendo Trigoso, partindo da convicção de que Américo Vespúcio foi «o único cosmógrafo que, até àquela época, viajou ali», publica a tradução do passo sobre o Brasil, que supõe ser da autoria do florentino (1). Não nos parece aceitável a sugestão, se tomarmos por termo de comparação os textos das cartas de Vespúcio, então impressos. Basta frisar que, enquanto Fr. Marco aponta nomes de acidentes geográficos, com as localizações cartográficas, o florentino omite essas circunstâncias e passa, a maior parte do tempo, a descrever as gentes e as qualidades da terra. Voltando a determinar a terra por graus, Fr. Marco, a certo momento, resolve não passar mais adiante, por falta de relação digna de fé. Como extremo norte, indica 18° de latitude e 344° de longitude; para sul do equador, sabe que os Portugueses dizem ter chegado a 50°, mas ele apenas conhece o relevo da costa até 37°. Tal como a parte mais sul, também o Ocidente «ainda se não tem descoberto aonde chega». Do hemisfério norte cita os nomes e indica as coordenadas das enseadas Vercida e Inferno; os cabos Formoso, Lereno e Párias, que também é golfo; os rios Formoso e Flagranzam. No hemisfério sul, e, portanto, no Brasil, os cabos das Aves, Fogo Seco e Santa Cruz; o rio de Santa Luzia e o promontório de Santo António, a 18°.

Trigoso observa que «o ponto mais oriental do Brasil, que é o cabo de S. Roque, está em 17° de longitude ocidental, o que vem quase a coincidir com o que diz o autor, que não conta as longitudes senão do meridiano para o nascente. Enquanto ao mais, devemos advertir que toda esta

(1) *Collecção de Noticias*, II, 155-158.

descrição é muito diferente da que representam os mapas mais exactos. Apesar disso, convém não esquecer que se trata da primeira descrição científica da costa da América do Sul, divulgada pela imprensa. Embora imperfeita e grandemente incompleta, constitui, ainda assim, notável avanço na divulgação dos dados com que a nossa ciência geográfica apagava a antiga.

Da leitura do volume organizado por Fr. Marco ficou-nos a impressão de que se sentia já a nova época geográfica, mas faltavam meios para substituir, pura e simplesmente, a geografia ptolomaica por outra nova. Por isso, tem de utilizar o saber do geógrafo alexandrino e oferece aos leitores o texto na íntegra. Os primeiros passos ensaiados pelos geógrafos que desejavam corrigir o saber de Ptolomeu eram, pois, bem modestos, mas importantes, e talvez os únicos que os meios ao seu alcance lhes permitiam. Mesmo assim, ainda permitiram a elaboração de uma carta universal reformada.

Contudo, nem toda a gente interessada em conhecer a geografia leu F. Marco, ou soube das notícias que corriam na Europa. João Stamler, pároco de Kissingen, por exemplo, publica nesse ano, em Augsburgo, o *Dyalogus de diversarum gencium sectis et Mundi religionibus*, se bem que a dedicatória seja de 24 de Junho de 1507.

Em Fevereiro de 1508 era impresso em língua italiana, na cidade de Veneza (1). Livro mais teológico do que geográfico, que intenta expor e refutar, em forma de diálogo, as religiões dos Tártaros, Grão Cam, Sarracenos, Turcos, Judeus, gentios, para pôr em relevo a fé cristã, não deixa, no entanto, de se abeirar de algumas ilhas novamente descobertas, de costumes inauditos. Enquanto procura descrever a origem daqueles povos, é uma obra de etnografia. Ele teve oportunidade de ver dois jovens dessas regiões, com quem falou quanto lhe aprouve. Não entra propriamente na descrição das ilhas, remetendo, no entanto, o leitor para a

---

(1) *Dialogo di Giovanni Stamlerno augustense de le sette de diverse genti e de le religioni del mondo*. In fine: Vinegia per Giovanni Padouano (1508). Em latim: B. N. Paris, Rès. H. 406 e Rès. Z. 539; em italiano: Biblioteca Casanatense, Roma K. XXIV.15. — Não parece, pois, tão raro como pensava Harrisse — *B. A. V.*, n.º 51, que aliás desconhece a tradução italiana. Fumegalli, que só menciona a tradução de Veneza, Fevereiro de 1508 (*Bibliografia degli Scritti Italiani*, p. 89), acrescenta que «l'originale latino usci lo stesso anno ad Augsburg». A edição latina citada por Harrisse (*B. A. V.*, n.º 51, p. 101) traz, porém, no *colofon*, a data: «Anno nostre salutis 1.50 & 8. die 22 mensis May». Sem mais elementos, não nos atrevemos, porém, a afirmar que o original fosse escrito em italiano, sendo tradução dele o texto latino.

bibliografia que conhece — «il Libretto di Christoforo Colome de la inventione de quelle et il Libretto di Alberico Vespucio del mondo novamente ritrovato». A estas duas personagens «la età nostra è molto obligata». E não sabe mais nada a este respeito, ignorando, por completo, o que se passava em Portugal!

A Índia é um país muito extenso e riquíssimo. O Preste João, por um lado, é quase um segundo Papa e, por outro, como imperador da Índia, poderoso, de grande majestade e riqueza, tem muitos reinos sujeitos à Igreja Romana. As fontes de informação para o Oriente continuavam, pois, a ser as antigas. Apenas tinha conhecimento de mais uma obra que os geógrafos de Saint-Dié, a carta de Colombo ou o *Libretto* de Anghiera, que no texto latino se indica, tal como o de Vespúcio, pelo termo *tractatulus*.

4.3 — *Cartografia manuscrita.* — No sector da cartografia, este período de cinco anos (1505-1509) é fértil em excelentes produções, com um mapa de cartógrafo português e vários de estrangeiros, a maioria italianos, que, em Lisboa, ou nas suas terras, se basearam em protótipos lusitanos. Continuava o período de intensas novidades, que a Europa espreitava com avidez, na sucessão das anteriores, que haviam descoberto novas terras a Ocidente e patenteado o caminho marítimo para o Oriente fabuloso.

O primeiro que se impõe, nesta série, é hoje conhecido por carta atlântica de King ou do Dr. Hamy, por ter pertencido ao Dr. Philip Parker King (1) e Robert King (2), e por ter sido divulgada pelo Dr. E. T. Hamy (3), que sobre ela publicou um estudo em que procura demonstrar ser de feitura portuguesa e datar de 1502 (4).

---

(1) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 426.

(2) Harrisse — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, p. 40.

(3) Encontra-se, presentemente, na Biblioteca Huntington, de San Marino, Califórnia, nos Estados Unidos da América. Reproduzido em A. Kammerer — *La Mer Rouge*, 2.º vol., planche 145; parcialmente, por Gabriel Marcel — *Reproductions de Cartes et de Globes relatifs à la Découverte de l'Amérique du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, 1894, pp. 37-39; A. Fontoura da Costa — *Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 206-207, e Damião Peres — *Descobrimentos Portugueses*, estampa XC, pp. 348-349; *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, II, pp. 426-427. — Ver mais reproduções e bibliografia em Isa Adonis — o. c., pp. 13-14.

(4) E. T. Hamy — *Notes sur une mappemonde portugaise anonyme de 1502, récemment découverte à Londres*, in *Bulletin de géographie historique et descriptive*, 1886, n.º 4. — D. Leite, porém, informa que «o Dr. Hamy divulgou-a num escrito de 1881, acompanhada da sua reprodução quase completa» (D. Leite — o. c., p. 426).

Eis dois complicados problemas que, desde então, têm recebido soluções diferentes: Armando Cortesão coloca-o depois de 1504, ao contrário do que muitos supõem» (1), talvez entre a carta de Pedro Reinel e a de Cantino. Duarte Leite e alguns historiadores estrangeiros pronunciam-se por autor italiano (2), embora o julguem desenhado em Portugal, não decerto por Vespúcio, como sugere Kammerer (3), que, por isso, o situa entre 1501 e 1502. Entre outras razões, evoca a de que, sendo muito exacto no que concerne aos descobrimentos portugueses, é-o pouco com respeito aos castelhanos. A grafia dos topónimos, porém, denuncia-o como italiano, pois se esforça por dar em português as inscrições africanas, usando de vez em quando o falar nativo. Exemplo: C. Rosso, S. Vincenso, S. Lucia, S. Iacomo, Y. de Mazo (Maio), S. Miguell, S. Giorgio. No que respeita à data, adverte que, atendendo-se ao Novo Mundo, se vê que as terras de Corte Real estão representadas com mais consciência que em Cantino e o contorno do Brasil é mais extenso e perfeito, não existindo já a parte conjectural ao sul de Porto Seguro. O cartógrafo substituiu-a por costa «que se retrai para o ocidente». «Conquanto não se leiam S. Roque e rio de Cananéa, limite das terras indisputàvelmente portuguesas, é certo que o contorno pára nesses lugares». E, como já advertira antes, tem de se avançar até 1504, «para justificar suas designações» (4).

A. Teixeira da Mota, em estudo inédito, de 1954, atribui a autoria do planisfério ao mesmo cartógrafo que executou o atlas anónimo Add. Miss. 31316, do Museu Britânico, «o qual contém a toponímia do Brasil que falta no planisfério» (5). Para Harrisse, é o que mais se aproxima do de Cantino (6), mas posterior a ele, como acentua Duarte Leite, pois, se fosse dessa época e proveniência, figuraria o mundo conhecido, da mesma forma (7). Diferença profunda entre os dois: enquanto este ainda

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, 1.º vol. p. 176, que segue D. Leite — *o. c.*

(2) Entre outros, G. Caraci — *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 12 (1952), p. 333, nota 35. D. Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 426.

(3) Kammerer — *La Mer Rouge*, 2.º vol., p. 369.

(4) Duarte Leite — *o. c.*, p. 426.

(5) A. Teixeira da Mota — *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, p. 320.

(6) Harrisse — *o. c.*, p. 40.

(7) Duarte Leite — *o. c.*, p. 426.

segue a concepção ptolomaica do Oriente, com o seu *Magnus sinus*, o de Cantino já se mostra liberto dessas velharias.

A nomenclatura do Mundo Novo é muito sumária, não se encontrando toponímia no litoral da «Terra Sanctae Crucis», que é sensìvelmente igual ao de Cantino. O nome mais setentrional está colocado na península triangular identificada com a Gronelândia, que, em vez de *Ponta da Ásia*, se denomina *Terra Laboratoris* (1). Os dois restantes situam-se na parte que em Cantino vem designada por *Terra del Rey de portuguall: Terra Cortereal*, e, no ângulo SE, *capo raso*.

A África «é excelente» e o traçado da costa oriental, «notável para a época», conforme notou Kammerer. De Tânger a Melinde podem contar-se 250 topónimos. Até mesmo Sofala, Mombaça e Melinde já se situam nos seus lugares exactos, e, por isso, naturalmente, provêm do próprio protótipo trazido por Vasco da Gama. Para além de Melinde e costas do mar Vermelho, não aparece nomenclatura, enquanto a da Arábia e do golfo Pérsico, delineados mediocremente, derivam de Ptolomeu. Calecute *(Colochutti)* figura em letras de grande realce. Ao sul do oceano Índico, Madagáscar e Zanzibar *(Tangibar)* surgem quase unidas. Aquela está desenhada em direcção noroeste-sueste e notável exagero de longitude leste (2). No sul da Índia, Ceilão está representada por uma enorme Taprobana. O golfo de Bengala e terras subsequentes continuam inspirados em Ptolomeu. A leste vem Ceilão de Marco Polo, que devia corresponder a Samatra. Java Maior e Menor foram colocadas ao acaso (3).

Mais importante que este e todos os restantes deste período, se revela o planisfério italiano de Canério ou Cavério, de cerca de 1505 (4).

(1) Harrisse — o. c., p. 40.

(2) Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino*, p. 59.

(3) Kammerer — o. c., p. 370.

(4) Reproduzido por L. Gallois — *Une nouvelle carte marine du XVIe siècle. Le Portulan de Nicolas de Canerio*, in *Bulletin de la Société de Géographie de Lyon*, Lyon, 1890, T. IX, n.° 1, Maio e Junho, e, desde então, em várias obras, total ou parcialmente. Ver, por exemplo, Gabriel Marcel — *Reproductions de cartes et de globes relatifs à la Découverte de l'Amérique*, pp. 15-20; E. L. Stevenson — *Marine Woldt Chart 1502 (circa) by Nicolo de Canerio Januensis*, Nova Iorque, 1907; id. — *Marine Woldt Chart of Nicolo de Canerio Januensis 1502 (circa). A critical study*, Nova Iorque, 1908; Kammerer — *La Mer Rouge*, 2.° vol., pls. 151 e 152, e pp. 389 e segs. Fragmentos em Damião Peres — *Descobrimentos portugueses*, pp. 376-377; Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, pp. 430-431; Visconde de Lagoa — *Da influência da cartografia coeva no descobrimento do Estreito de Magalhães*, pp. 288-289.

Tem sido datado de cerca de 1502, desde L. Gallois, que foi seguido por E. L. Stevenson, por Kammerer, que o compara com o de Cantino, e por Almagià (1).

Harrisse supõe que é o mapa que mais se inspira em Cantino (2) e assinala conhecimento de informações de toponímia mais recentes (3). E Duarte Leite demonstra, com argumentos convincentes (conhecimento não só dos resultados da viagem de 1501-1502, mas de 1503-1504 e posteriores), que não pode ter sido desenhado antes de 1505-1506 (4). Por isso, Armando Cortesão o desloca, simplesmente, para depois de 1505 (5). Mais recentemente, o visconde de Lagoa indica o de Cantino como fonte do traçado da Ásia, e um protótipo português ulterior como fornecedor da toponímia do su-sueste africano (6).

A autoria está comprovada por legenda aposta no próprio mapa — *Opus Nicolay de Canerio Januensis* —, pouco se sabendo, no entanto, a respeito da biografia do cartógrafo. Embora natural de Génova, tê-lo-á desenhado em Lisboa, como imaginam uns críticos (Harrisse, G. Marcel, Gabriel Pereira e Denucé) (7), que supõem (Armando Cortesão aceita a hipótese) ter sido enviado juntamente com a *Lettera* de Vespúcio; ou, antes, em Itália, como preferem outros. A primeira alternativa afigura-se-nos pouco provável, mas não vale a pena perder tempo com a questão, uma vez que, no que mais importa, filiação em protótipo português, todos os críticos estão concordes, desde Gallois. Com efeito, a nomenclatura é, predominantemente, a que os nossos nautas iam atribuindo nas suas cartas, posto que, por vezes, desvirtuada em italianismos (8). E, como o seu traçado não coincide totalmente com o de Cantino, sendo-lhe mesmo

---

(1) Almagià — *Le scoperte dei portoghesi*, p. 473.

(2) H. Harrisse — *Terre Neuve*, p. 39.

(3) H. Harrisse — *The discovery of North America*, p. 429.

(4) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, pp. 398-400.

(5) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, I, p. 20.

(6) Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino*, p. 53.

(7) A. Cortesão — o. c., p. 152.

(8) Publica-a, na totalidade, A. Cortesão — o. c., pp. 154-155. Luís de Albuquerque acentua que a semelhança das legendas e dos topónimos é «tão extraordinária» que se torna impossível negar a dependência (L. Albuquerque e J. Lopes Tavares — *Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino»*, p. 26).

inferior (1), se o desenhou em Itália, ter obtido ainda outro modelo também português.

A costa de África, mais distendida para leste que a de Cantino, contém a mais rica nomenclatura até então apresentada (2). A ocidental, segundo Kammerer, reproduz, enriquecendo-a, a nomenclatura da carta de Martellus, mostrando grandes afinidades com a de Cantino. Na parte oriental não se afasta muito das cartas de Cantino e do Dr. Hamy. Mas a linha da costa de África é mais exacta que a deste. Kammerer sublinha mesmo que o que mais impressiona no planisfério de Canério é a excelência, para esta época, do traçado da África (3). Apesar disso, conforme adverte Duarte Leite, que, neste ponto, supõe não depender de Cantino, «as denominações africanas, menos abundantes em Canério, divergem bastantes vezes», podendo ainda notar-se «outras dessemelhanças» (4). Acrescenta, no entanto, alguns nomes, com relação ao do Dr. Hamy: Sofala, Moçambique, Quíloa, Mombaça, Melinde, Mogadoxo. Assinala a Mina do Ouro, em que há mais abundância desse metal do que «em outra», talvez a de Sofala, como crê A. Cortesão.

Na Ásia, o mar Vermelho aparece muito inclinado e sem nomenclatura, mas um tanto melhorado, com respeito ao de Cantino, de que aliás provém, em grande parte (5), enquanto a costa ocidental da Índia está bem identificada com topónimos reais: Cambaia, Mangalor, Cananor, Calecute, Panane, Cranganor, Cochim, Comorim e Ceilão, já com o seu nome próprio. Toda a Índia, aliás, ostenta forma aceitável, que se não afasta da que nos deixou o autor do mapa de Cantino. Em Cambaia após uma legenda, para marcar a manufactura de panos finos de todas as espécies e a produção de figos em passa, uvas, incenso, almíscar, aljôfar. Em Calecute, informa que a cidade é muito nobre, descoberta por D. Manuel, rei de Portugal, e indica, sumàriamente, as suas fontes de riqueza: benjoim e pimenta e mercadoria que vem de outras partes — gengibre, cravo, incenso, sândalos, pedras preciosas, aljôfar, etc. Em Ceilão recorda que nasce a pimenta e muitas outras especiarias, pescam-se pérolas e comercia-se com Calecute.

---

(1) Aos elogios exagerados de Stevenson e Denucé, Duarte Leite contrapõe justas reservas, que o colocam como modesto desenhador (o. c., p. 427).

(2) L. Gallois — o. c., p. 109.

(3) Kammerer — o. c., pp. 388 e segs.

(4) Duarte Leite — o. c., p. 427.

(5) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation*, p. 78 (30).

A península de Malaca, ainda exagerada e um tanto fantasista, afasta-se de Ptolomeu, que continua a influenciar o mapa do Dr. Hamy. Com a do planisfério dito de Cantino, vai servir de modelo durante os dez anos seguintes. Nela surgem, a uns 20 graus a sul do equador, os nomes de Malaca e Singapura. À esquerda, ressalta a extensa Taprobana ou Samatra, sem a ilha de Ceilão, à direita. Considera a Taprobana como a maior ilha do Mundo e a mais rica de ouro, prata, pérolas, sedas, especiarias, etc., etc. Nesta região já prevalecia, pois, o saber antigo, que corria de boca em boca. Menos ainda sabia o cartógrafo, a propósito da China (1).

A América, contra o que se podia pensar, não proveio do mapa de La Cosa, chegando, por isso, a assinalar a Espanhola e a Isabel, com poucos nomes (2) e a legenda de que foram «las Antilhas del Rey de Castella descobertas por Collombo...». O traçado das costas, pela parte meridional dos Estados Unidos, é diferente, coincidindo mais ou menos com o dos mapas portugueses anteriores (3). Todos os contornos são baseados no planisfério dito de Cantino (4). A Florida está representada na ponta que avança para Cuba. A terra sem nome, que coloca no E. N. E., é a que, em Cantino e Dr. Hamy, se denomina *Terra de Corte Real* e que corresponde à Gronelândia. As descobertas portuguesas aparecem mais pormenorizadas, à direita da carta (5).

No que respeita ao Brasil, o mapa de Canério é, como o de Cantino, o mais antigo que se conhece das Terras de Santa Cruz (6). Apesar de tudo, Armando Cortesão sustenta que o planisfério de Canério não é cópia do de Cantino, como se vê da nomenclatura e das legendas, preferindo admitir, por força de certas semelhanças, uma fonte comum (7). Duarte Leite acrescenta que o seu traçado é acentuadamente imperfeito: «O contorno segue sensìvelmente por norte-sul, desde o cabo onde está implantada a bandeira das quinas até à altura do cabo Frio, cuja inscrição é omitida, e aí, em vez de inflectir a poente, continua a correr na mesma

---

(1) Kammerer — *o. c.*, p. 389.

(2) L. Gallois — *o. c.*, p. 105.

(3) Id. — *ibd.*, p. 103.

(4) Id. — *l. c.*; Harrisse — *Découverte et évolution Cartographique de Terre Neuve*, p. 39.

(5) L. Gallois — *o. c.*, pp. 106-109.

(6) Duarte Leite — *O mais antigo mapa do Brasil*, p. 271.

(7) A. Cortesão — *o. c.*, pp. 152-153.

direcção, até ao termo meridional, onde se vê outra bandeira. A terra de Santa Cruz está muito puxada ao sul, com latitudes exageradas; no ponto extremo, rio Cananor, o erro sobe a 12° (1).

A nomenclatura não deriva apenas das viagens de 1501-1502 e 1503-1504, mencionadas por Vespúcio e Damião de Góis, tendo de se admitir outra ou outras, possìvelmente, *depois*, talvez em 1505, último ano do contrato de Fernão de Loronha (2). Duarte Leite chegou a ordenar um quadro, em que distribui os topónimos por quatro grupos de viagens (3).

Estudou também o problema o visconde de Lagoa, que se convenceu, «com basta probabilidade», que o seu traçado provém da expedição de 1503-1504, que regista, «na íntegra ou quase», os reconhecimentos então efectuados (4). Em legenda que suscita diversidade de leitura (5), comunica que «a vera cruz» foi achada por Pedro Álvares Cabral, quando se dirigia para Calecute, «a qual terra se crem esser terra fierme» e que os seus habitantes andam totalmente nus, tanto homens como mulheres, e são mais brancos, decerto, do que os povos até aí encontrados.

O norte brasileiro aparece, pela primeira vez, convenientemente identificado: *Golffo fremoso, Sam Rocho* (6), *Santa maria de gracia, Monte de sam vicenso, Stã maria de rabida* e *Cabo Stã Croxe*. Este topónimo fica no ponto em que a costa inflecte para sul, assinalado pelo cabo de São Jorge no mapa de Cantino e nas cartas modernas pelo cabo do Calcanhar, em 5° 10′ latitude sul e 35° 29′ de longitude ocidental (7). O *golfo fremoso* pode corresponder à foz do Pará, não sendo fácil identificar *Sam Rocho, Santa maria de gracia* e *Stã. maria de rabida*.

Depois do cabo Stã. Croxe, no sentido norte-sul, encontram-se mais os seguintes topónimos: *Sam michel, Rio de sam fransesco, vazia baril* (vasa-barril), *Rio de perera, serra de Stã maria de gracia, rio de caxa, porto real, Rio de Sam ieronimo, Rio de odio, Rio de mezo, Monte fregosso, baie de tuti li santi, Rio de sam iacomo, Rio de sto. agustino, Rio de sta. lena, Rio*

(1) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 427.

(2) Duarte Leite — o. c., pp. 429-430.

(3) Id. — *ibd.*, p. 431.

(4) Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do planisfério dito de Cantino*, pp. 230 e 242.

(5) A. Cortesão — o. c., I, p. 154; visconde de Lagoa — o. c., p. 244. Ver, também, lista de topónimos e identificação proposta em Duarte Leite — o. c., p. 439.

(6) Sobre a descoberta destes topónimos, ver Duarte Leite — o. c., pp. 420 e segs. e 431 e segs.; e visconde de Lagoa — *l. c.*

(7) Visconde de Lagoa — o. c., p. 245.

de sexmos (dos Cosmos), *Rio de vergine* (das 11 mil virgens), *Rio de sam ioam, porto seguro, bareras vermeias, Rio de brazil, barossa* (terras barrosas ?), *mont passqual, Rio de stã. lucia, Serra de sam tome, Alapego* (arquipélago) *de sam paullo, Rio da Refens, baie de reis, pinachullo detencio* (latim, *detentio*) — pináculo da tentação, *Rio iordam, Rio de sto. antonio, porto de sam sebastiam, porto de sam visenso* e *Rio de Cananor* (de Cananeia).

A viagem terá, naturalmente, terminado no *Rio de Cananor*, ou mar Pequeno, em 24° 47′ de latitude sul, por 47° 41′ de longitude ocidental. O que mais importa salientar é que os contornos do Brasil «figuram ali com apreciável correcção: a setentrional, na direcção lés-sueste-oés-noroeste; a oriental, pràticamente no sentido norte-sul, até ao *Rio da refens*, em cerca de 22° de latitude sul, e, logo com acentuada reentrância, que corresponde à que vai do cabo Frio ao extremo sul da baía da Ilha Grande, de onde a linha costeira prossegue, no mesmo rumo, até à Cananeia». Este último traço já denuncia deficiência de observação que, aliás, contrasta, como anotou o visconde de Lagoa, com o acerto da inclusão de numerosas ilhas e ilhéus, próximo do litoral que vai do cabo Frio à Cananeia. Também na costa oriental, do cabo de Calcanhar até à Cananeia, se lobriga a amplitude dos conhecimentos então efectuados, sendo relativamente pequenas as extensões que ficaram por explorar — de Sam Michel ao Rio de sam fransesco e do Rio de sta. lucia à Serra de sam tome (1).

Em face de todo o exposto, é-nos lícito concluir, com Armando Cortesão, que «a maneira imperfeita como estão representadas, por exemplo, a América do Sul, a África e a Índia, com muito menos exactidão que no Cantino, mostram também não o ter Canério copiado». Por isso considera esta carta inferior à que Cantino levou para a Itália (2).

Executado com menor perfeição que o de Canério, o mapa conhecido por Kunstmann II (3) «é visìvelmente obra italiana» (4), ou, melhor, «obra

(1) Visconde de Lagoa — *o. c.*, p. 252.

(2) A. Cortesão — *o. c.*, I, p. 153. — Ver, ai, a sua descrição cartográfica e, nas duas páginas seguintes, a reprodução das legendas.

(3) Conserva-se na biblioteca do Exército, em Munique. Publicada, a parte americana, pelo Dr. Frederico Kunstmann, no *Atlas zur Entdeckungsgeschichte Amerikas*, Munique, 1859, com o n.° II. Reprodução integral em Stevenson — *o. c.* Foto da costa brasileira, em Damião Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 440-441 (estampa CXI), mais completa em visconde de Lagoa — *o. c.*, pp. 290-291; Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, pp. 434-435.

(4) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 434.

portuguesa, embora de feitura estrangeira» (1). Como reproduz o resultado geográfico de viagens portuguesas até cerca de 1505-1506, atribui-se-lhe geralmente este período como data (2). Não obstante poder-se-lhe marcar porventura o mesmo protótipo de Canério, este mapa de Kunstmann II diverge, de forma notável, em muitos casos.

A África, por exemplo, é muito mais rica no mapa do genovês. No Oriente, acaba em terras da Índia, sem novidades a assinalar. Na parte oeste de Ceilão deriva do de Cantino (3). Na América, além da Terra do Lavrador, fornece nomes à costa: C. de S. Paulo, C. de St.º Spirito, da Sontedo (da Santo do... ?), da mirla, de sarlla, firme (terra firme ?), Terra davens (de aves ?) (4). O litoral brasileiro está diversamente orientado. O contorno da costa leste, compreendida entre o cabo de S. Roque e a Cananeia — esclarece o visconde de Lagoa —, apresenta-se aproximado «de norte-quarta-a-nordeste, sul-quarta-a-sudoeste» (5). Na linha da costa verificam-se duas ligeiras características, que importa registar: a orientação em sentido sudoeste e a ampla abertura que separa a *Terra Sancta Crucis* da América espanhola, dando passagem para um mar desconhecido (6). Como lhe faltam topónimos, que vêm no de Canério, por exemplo, *Alapego de Sam paullo* e *porto de Sam sebastiam*, Duarte Leite pensa que também deriva de outros. Contudo, a nomenclatura brasileira é quase idêntica, e ainda mais adulterada. *San rocche, sancta maria de aggodia, monte de S. vicenso, S. maria de rabida, cabo de sancta cruz, san michael, rio de s. francisco, bafa barill, rio di perera, serra de s. Madhna (Maria) di gratia, rio da caxa, punta real, rio de s. hieronymo, rio de odio, rio de mezo, monte fregoso, abano de tutti santi, rio de s. jacomo, rio de s. augustino, rio de s. Helena, rio de cosmes, rio de virgine, rio de san Johan, punte seguro, berefes vermege, rio de brazil, barossa, monte de pasqual, rio de santa lucia, serra de santhome, rio de arefens, baia de reis, pinaclo detentio, rio jordan, rio são antonio, punta de san vicentio, rio de cananor* (7).

---

(1) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, I, p. 21.

(2) Não é anterior a 1502, como pretendem alguns críticos (Duarte Leite — *o. c.*, p. 398). Por prudência, deve-se fixar a data 1505-1506 ao protótipo utilizado, que pode ter sido o mesmo de Canério (id., *ibd*, p. 400).

(3) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation*, p. 78 (30).

(4) H. Harrisse — *Terre Neuve*, cit., p. 50.

(5) Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino*, p. 254.

(6) A. Barbosa — *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa*, p. 292.

(7) Isa Adonias — *A cartografia da Região amazônia*, I, p. 24.

No interior do Brasil está desenhado um índio, que faz girar, por cima de uma fogueira, um espeto em que se vê atado um prisioneiro. Uma legenda em latim completa o dístico: *Tera Sanctae Crucis*. «Esta terra que foi achada, recebeu o nome de terra de Santa Cruz, por ter sido encontrada no dia de Santa Cruz. Possui grande abundância de pau-brasil e tambem cassia grossa como braço de homem e grandes aves, papagaios, como falcões e de cor vermelha. Os homens, porém, são brancos e como não têm nenhuma lei, comem-se uns aos outros».

Para R. Levillier, este mapa, que pensa poder-se atribuir a Maiollo, é «o primeiro em que aparece toda a toponímia indicadora da viagem realizada (por Vespúcio, como defende) até o rio de Cananor, isto é (conforme pensa), a Patagónia» (1). Mas a tese torna-se insustentável, como se compreenderá, recordando a história comprovada dos descobrimentos geográficos do Novo Mundo.

Da carta hoje conhecida por Kunstmann III (2), geralmente situada no tempo pouco depois de 1506 (3), mas, como vimos, em boa parte desenhada em fins do século XV, resta-nos falar da parte traçada no século XVI, quer dizer, das terras americanas. É indubitàvelmente portuguesa, como ficou assente, e posterior à de Canério. Na terra de Corte Real, em que este não traz nenhum topónimo, inscreve o autor do Kunstmann III várias designações. No Brasil, enquanto aquele insere 23, este aumenta a nomenclatura para 39, sendo apenas 12 comuns. Das 11 restantes, 4 são substituições. Contudo, um e outro utilizam protótipos de épocas pouco afastadas.

Omite as possessões castelhanas do Novo Mundo e representa, com bastante correcção, a Gronelândia, a Terra de Cortte Riale e o Brasil, desde o cabo de Sam Roq até ao rio de Cananea. Conforme advertiu Henri Harrisse, impressiona a configuração e a posição tão exacta da Gronelândia (4). O que desta terra nos deixou Cantino, permite supor que o protótipo de que se serviu não seria muito diferente do utilizado pelo autor do Kunstmann III, diverso, pois, da ilha que aparece no King e no Kunstmann II.

---

(1) R. Levillier — *Mundus Novus. A carta de Vespúcio,* cit., p. 121, nota.

(2) Conserva-se no mesmo local da anterior, tendo sido reproduzida, pela primeira vez, no *Atlas* de Kunstmann.

(3) Enquanto Levillier pretende avançar a data até 1515, G. Caraci recua esta parte da América meridional para cerca de 1503-1504 — um, para atribuir topónimos à viagem de João de Lisboa, que referimos no capítulo VI, e, o outro, para os dar a Vespúcio (Caraci — *A. Vespucci,* cit., p. 347).

(4) H. Harrisse — *Découverte et évolution Cartographique de Terre Neuve* (p. 51).

A região continental a ocidente é certamente a Terra Nova, conforme identifica o mesmo historiador, embora se prolongue a N. O. e afecte a forma que hoje se dá ao litoral do Lavrador. A Kunstmann III ajunta sete nomes ao único até aí conhecido — o Capo raso —, que, aliás, omite: *Baxos do medo, ilha emcorporada, ilha de frey luis, rio de rosa, cabo de San Antonio, Baya de Santa Cyria (Iria ?), Cabo de Concepcion* (1).

O contorno do Brasil, comparado com o desenhado na projecção das antigas cartas de marear, é, segundo Duarte Leite, bastante perfeito ao norte de Porto Seguro, mas ao sul torna-se confuso e erróneo, até ao rio de Cananeia (2), onde termina, como o de Cantino e Kunstmann II. No que respeita a toponímia, é inferior a estes dois, de que se não serviu para esse efeito, visto trazer alguns nomes novos, como cabo de Santo Agostinho, serra de Santo António, ilha de Santa Luzia, Ascensão, Cabo feio dos Ramos, G. das redes, Cabo frio, Cabo da Paz e ilha de Granas (3).

Levillier, que separa quatro topónimos — Cananeia, cabo de St.º Agostinho, cabo Frio e cabo das Ostras — que não se encontram em mapas por ele datados, de 1502-1516, mas já aparecem noutra série de portulanos de 1515-1518, data toda a carta de 1515 e serve-se deste facto para atribuir a descoberta dessa costa a viagem depois da de Vespúcio, precisamente a de D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, capitaneada por João de Lisboa. G. Caraci, depois de Magnaghi, reivindica-o para Vespúcio e põe em dúvida esta última viagem portuguesa (4).

Em 1895, o Museu Britânico adquiriu um atlas de portulanos (Egerton 2803) (5), considerado o mais antigo em que figura o Novo Mundo. Aí se guarda um mapa anónimo, que terá sido elaborado, «comme on l'admet», antes de 1508, possìvelmente por Vesconte de Maggiolo ou um italianizante qualquer (6). Representa a África e demais terras até ao Extremo Oriente. A Terra Nova, tal como em Contarini-Roselli, é deno-

---

(1) Id. — *ibd.*, p. 53.

(2) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 437.

(3) Ver mapa organizado por D. Leite — *o. c.*, p. 439.

(4) G. Caraci — *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, pp. 334 e segs.

(5) *Croquis d'assemblage des feuilles de (détail de) l'Atlas de portulans dit Ms. Egerton n.º 2803 du M. B. (probablement du 1508)*, in A. Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, planche 156; parte sul da África, em Eric Axelson — *South-East Africa 1488-1530*, Londres, 1940, pp. 100-101.

(6) Harrisse — *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve*, p. 402. Este autor supõe-no anterior a 1507. Sobre mapas de Vesconte, ver Caraci — *Di un atlante poco noto de Vesconte Maggiolo*, in *La Bibliofilia*, vol. XXXIX (1937), pp. 1-29.

minada *Terra de los Bachalaos* e termina ao sul, pela primeira vez, por um grande corredor. Ao norte continua, para oeste, a costa meridional da Terra do Lavrador (1).

O traçado da Índia e a nomenclatura podem ter sido tirados de Canério, como supõe A. Teixeira da Mota (2). Inclui todos os portos conhecidos: Cambaia, Mangalor, Cananor, Pandarene, Calecute, Panane, Cranganor, cabo Comorim. Ceilão aparece no seu lugar, mas de forma pouco exacta. A ilha de Taprobana associa-se, pela primeira vez, em cartografia, segundo Kammerer, ao nome de Samatra. O *sinus magnus* diminui de tamanho e é deslocado do lugar tradicional. A península de Malásia foi copiada de Canério. Singapura vem representada por *Baxingapore* e em Canério por *Barsinigapora* (3). A costa da China alonga-se para o norte, mais longe do que em Cantino e Waldseemüller.

Segundo Denucé, este mapa supera o de Waldseemüller, no que concerne à América, mas é-lhe inferior no que respeita às Índias Orientais, apesar de se basear nele e em Canério (4).

A costa de África, de Sofala ao cabo Guardafui, está bem desenhada. A nomenclatura lembra a de Canério. Coloca no devido lugar Moçambique, Quíloa, Mombaça, Melinde, Mogadoxo e o cabo Guardafui. Este aparece aí, pela primeira vez, na cartografia moderna, conforme anota Kammerer (5). Pela primeira vez também, Madagáscar deixa de ter forma fantástica, embora ainda fique longe da realidade. Não recebera, sem dúvida, a notícia da exploração de 1507. Contudo, recolhe já a nomenclatura das viagens do ano anterior, de Rui Pereira e Tristão da Cunha: no sul, a baía de Santiago (depois, de Santo Agostinho); no centro, os baixos de Placen (banco de Pracel), e ao N. O., o cabo de Santo André e a baía de D.ª Maria da Cunha (6).

Apesar da execução diferenciada, pode supor-se, como o fez Kammerer, que este e o mapa de Ruysch, de 1508, tenham ido beber em fontes comuns as novidades que ostentam. É significativo, a este respeito, o facto

---

(1) Harrisse — *o. c.*, p. 70. — Ver, também, E. Roukema — *The coasts of North-East Brazil and the Guianas in the Egerton Ms. 2803,* in *Imago Mundi,* XV, S' Grovenhage, 1960, pp. 27-31.

(2) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation,* p. 78 (30).

(3) Kammerer — *o. c.*, t. II, p. 402.

(4) J. Denucé — *Les origines de la Cartographie Portugaise,* p. 19.

(5) Kammerer — *o. c.*, p. 403.

(6) Id. — *La découverte de Madagascar par les Portugais et la Cartographie de l'Ile,* in *Boletim da Sociedade de Geografia,* Setembro-Outubro de 1949, p. 614.

de, a partir de Ceilão, a nomenclatura estar disposta na mesma ordem, com os mesmos 18 nomes.

4.4 — *Cartografia impressa.* — A carta gravada pelo florentino Francisco Roselli, sob desenho de Giovanni Matteo Contarini, constitui o primeiro mapa-mundo, *impresso e datado* (1506), que representa a superfície da Terra, após as descobertas de Colombo e as explorações portuguesas nas costas de África, Ásia e América (1). É curioso notar que indica Lisboa, mas omite Sevilha e Barcelona. Repete, porém, para leste, o velho mundo ptolomaico e as viagens de Marco Polo, num misto de fantasias e dados concretos.

A sua África, com a região dos elefantes brancos e outras imaginações, não oferece, nesta data, sombra de interesse, podendo ler-se bem poucos dos muitos nomes estropiados, aparecidos noutras cartas: *C. de bugador, C. dos caballos, C. branco, P*(onta) *da Toffia, Canaga* (Senegal), *Cabo Verde, Bugba, Castel della Mina, Rio dos scravos, punta delgata, C. de gallos, C. de Lope Gonçalves, mont negro,* um padrão desenhado, *C. das arcas, C. de Boa Speranza, C. das Agulhas, Obaca* (Mombaça), *Mylinde.* No mar: ilhas dos Açores, Porto Santo, Madeira, Cabo Verde e São Tomé.

Muito contra o que pensa o autor da introdução da edição citada, F. P. Sprent, não é nele que se encontra a primeira representação da viagem de Vasco da Gama, que já encontrámos no protótipo de Cantino. A sua glória desvia-se, de preferência, para o facto, anotado pelo mesmo autor, de trazer, pela primeira vez impressos, os contornos da Península Indostânica, aliás demasiado pequena, com nomes de cidades reveladas pelos marinheiros lusitanos — Cananor, Calecute e Cochim. Mas a sua Taprobana, de excessivas dimensões, denuncia origem ptolomaica, incluindo, porém, uma pequena ilha de Ceilão, junto da península que Ptolomeu coloca

(1) O original guarda-se no Museu Britânico, que o adquiriu no ano de 1922. Nova edição: *A Map of the World designed by Giovanni Matteo Contarini engraved by Francesco Rosello 1506.* Second edition revised, Printed by Order of the Trustees Sold at the British Museum and by Bernard Quaritch, Ltd., Londres, 1926. — Reproduzido em A. Kammerer — *La Mer Rouge* t. II, ** planche 146. Conhece-se um outro mapa-mundo de Francesco Roselli, de c. 1508, que se conserva na B. N. Fl. estampado em R. A. Skelton — *Libro de tutte l'isole del Mondo,* de Benedetto Bordone, Venice, 1528. (Published by *Theatrum Orbis Terrarum*). Amesterdão, 1966. Sem as legendas daquele, pouco difere na configuração da África, aliás quase despida de nomenclatura. Bastante diferente a América, nitidamente formada por vastas regiões separadas. Uma delas, passa de *Terr. S. Crucis* para *Terra s. Crucis* sive *Mundus Novus.*

depois da de Malaca *(Aurea Chersonesus)*. Entre as duas penínsulas, figura o *Sinus Magnus*.

O interior da Ásia, como da África, está pejado da sabedoria do célebre geógrafo de Alexandria, sobre costumes e religiões dos seus habitantes. Ao sul da Península Indostânica, cortada pelo círculo de Capricórnio e tão distante da África como do extremo sul da Índia, aparece a ilha de Madagáscar e, junto dela, a de Zanzibar.

Ainda não menciona a América, mas assinala terras ao norte, a que pertence esta legenda: *Hanc terram invenere naute Lusitanorum regis* («Encontraram esta terra os navegadores do rei dos Lusitanos»), indicando, no interior, o *Rio da rosa* e, no lugar do Labrador, o dístico — Terra de *Caramella* (caravela). Ao sul do golfo da Guiné e abaixo do *Circulus Capricorni*, um pouco afastada para ocidente, lê-se a legenda: *Haec est terra illa Sancta Crux nomata* (sic) *que noviter ad* (sic) *Nobilissimo Domino Petro Alvares expq clara serenissimi Lus* (itaniae Regis ?) *prosapia: MCCCCLXXXXVIIII*. É patente a confusão de duas viagens numa só, atribuída a Pedro Álvares Cabral, mas em 1499, data do regresso de Vasco da Gama.

Em frente das Antilhas, recorda terem sido descobertas por Colombo *la boca del drago, yla del brasill, Ila del los gigantes*, etc. Mas, em vez de ilha Isabela, traz já *Terra de Cuba*, faltando-lhe, porém, a região oeste de Cuba. Mais para oriente, surge *Zimpan*, seguindo-se a costa da China, sem qualquer indicação toponímica. Entre as duas, porém, colocou uma legenda a perpetuar a chegada de... Colombo. Abaixo do *Circulus Equinoctialis* está a ilha de *Java* e a de *Candin*.

Marco Polo ajudava-o a configurar as terras a que abordara Cristóvão Colombo, de cuja viagem não terá conhecido mais que a carta impressa, parecendo ignorar as de Américo Vespúcio. F. P. Sprent já reparou que o mapa de Contarini, mostrando certas afinidades com os manuscritos, nem sempre deles se aproxima, concluindo daí que o cartógrafo devia dispor de outros documentos cartográficos desconhecidos.

Outros documentos, para quê?

O que Contarini não teve à sua disposição foi qualquer dos referidos mapas portugueses, ou sequer algum estrangeiro dos mais próximos daqueles, e, por isso, o continente da América do Sul prolonga-se indefinidamente para o sul e oeste, sem dar relevo às descobertas portuguesas, senão pela citada legenda. Se, por um lado, parece incluir nomenclatura de Canério, por outro ignora-o, se o compararmos na região da Florida e costas norte

do golfo do México. Kammerer pensa que este planisfério deriva do de Hamy (1).

Ao mesmo Francisco Roselli, que neste mapa só aparece como gravador, atribui Henri Harrisse três cartas, considerando-o como cosmógrafo, que construía ou pintava globos terrestres, «muito pouco tempo depois das descobertas portuguesas», admitindo mesmo a possibilidade de se identificar com o florentino que desenhou o Novo Mundo, a que se refere Fr. Marco, como vimos. A primeira faz parte do *Isolário* de Bartolomeu da li Sonetti (1485), impresso em 1532, que também se conhece em separado e, portanto, sem data (esta seria a segunda), assemelhando-se a elas a terceira (2). Pelos escassos dados que fornece, em que não é de somenos a identidade dos topónimos *Tierra de Caramella* (Caravela) e *rio da Rosa*, afigura-se-nos poder identificar estas cartas com a encontrada em 1922, que o seu editor imaginava ser desconhecida, até então, dos modernos cartógrafos. Sendo assim, bem previa Harrisse que as três de que teve conhecimento eram anteriores a 1532.

O mais célebre dos mapas impressos (xilogravados) e o que mais contribuiu para a difusão do conhecimento do Novo Mundo foi, sem dúvida, o mapa de Martin Waldseemüller, intitulado *Universalis Cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes*. Encimam-no as efígies de Ptolomeu e Vespúcio, junto a dois hemisférios (o deste, a América). Apareceu no mesmo ano de 1507, em que se imprimiu a sua *Cosmographiae introductio* (3), de que é natural fizesse parte, no plano inicial. Conhecem-se exemplares em dois formatos: o de Abril, *in plano*, de grandes dimensões; o de Agosto, mais pequeno, à maneira de globo, *in solido*, isto é, em fusos, podendo, pois, ser montados num globo (4). Este último será, como sugere o mesmo autor, depois de D'Avezac, o pequeno globo que figura no opúsculo *Globus mundi Declaratio*, de que já nos ocupámos. Interessa-nos aqui, apenas, o primeiro.

---

(1) Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, p. 373.

(2) H. Harrisse — *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve*, pp. 67-69.

(3) Reeditado em fac-símile, por Fischer e Wieser — *The oldest map with the name America of the year 1507 and the Carta Marina of the year 1517 by M. Waldseemuller (Ilacomilus)*; Edited with the assistance of the Imperial Academy of Sciences at Viena by Prof. Joseph Fischer, S. J. and Prof. Franz R. von Wieser. Insbruck, London, 1903. Publicado em A. Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, *** planche 147. Reprodução da América Meridional em A. Barbosa — *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa*, pp. 144-145, e Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 400.

(4) L. Gallois — *Américic Vespuce et les géographes de Saint Dié*, p. 12.

De traçado ainda ptolomaico, no que respeita à projecção e representação das terras, conforme observaram Fischer e Wieser, tornou-se famoso no mundo da cartografia, sobretudo por dar ao novo continente, que pela primeira vez se figura em grandes dimensões, o nome de Vespúcio, por ignorar o do seu verdadeiro descobridor. A fonte donde hauriu boa parte do mapa deve ter sido Canério (1) ou, melhor, como supõem Fischer e Wieser, uma carta portuguesa do tipo do mapa King-Hamy, mais próxima da de Canério do que da de Cantino (2). Duarte Leite reduz as suas fontes à Geografia de Ptolomeu; mapas dos fins do século XV, cujo Extremo Oriente se adaptava à narrativa de Marco Polo e cartas portuguesas, pelo menos a de Canério (3). Luís de Albuquerque sublinha que a Cantino deve ele «inúmeros topónimos», «e de maneira particularmente evidente, pelo que diz respeito à costa da China» (4).

O próprio autor, aliás, descobre as fontes em que hauriu o seu saber: «*consulto enim fecimus quod hic Ptolomeum alibi cartas marinas secuti sumus*».

Conforme ensina Duarte Leite, «a feição mais importante do traçado é o Novo Mundo, destacado do Velho, onde vêm separadas, pelo que parece por um braço de mar, duas extensas linhas continentais» — uma, a boreal, que principia na costa leste dos Estados Unidos e para além da Florida, que rodeia um golfo em frente das Antilhas; a outra, austral, que começa nas descobertas de Hojeda e se distende até 50° sul (5).

Sabe que a grande ilha da América foi encontrada por mandado do rei de Castela, mas não deixa de incluir, para o sul, bandeiras portuguesas, na costa do Brasil, largamente carregada de toponímia, tirada de Canério, umas vezes traduzida em latim, outras em português adulterado. Exemplos: *Caput Sancte Crucis, Sancti Michaelis; rio de perera, rio de mezo*. Baía de Todos-os-Santos aparece transformada em *Abbatia omnium Sanctorum*, devendo-se o vocábulo *Abadia* ao relato da quarta viagem de Vespúcio (6). O exagero das latitudes dos lugares brasileiros, ainda maior que em Cané-

(1) Id. — o. c., pp. 17-18; A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, p. 119.

(2) *Apud* A. Cortesão — o. c., p. 179. — Ver, também, Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, p. 376.

(3) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 150.

(4) Luís de Albuquerque e J. Lopes Tavares — *Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino»*, p. 27.

(5) Duarte Leite — *ibd.*, p. 151.

(6) Podem ver-se os topónimos identificados, em Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 439.

rio, mostra que Waldseemüller não copiou o seu Brasil, daquele cartógrafo (1).

A costa africana, em que sobressaem padrões portugueses, não está de todo correcta. A toponímia também diverge da de Canério, assinalando ainda um novo grupo de seis ilhas a rodearem uma outra, maior — *insula 7 delle pulzelle* (2).

A Ásia continua ptolomaica, expandindo-se em demasia para o oriente. Inclui, naturalmente, a quarta península imaginária, enquanto a de Malaca, que termina com a ilha de Ceilão, é muito maior que a ilha indostânica. A China está semeada de topónimos de Marco Polo, sem que falte a sua *Zipangu*. Banha-a o *Oceanus Orientalis Indicus*, que se derrama entre dois círculos polares, em que o planisfério termina (3).

Em legenda fronteira à costa do Brasil, entre as bandeiras das quinas, que parecem querer marcar os limites da descoberta lusa, diz-se que a terra foi encontrada pelo comandante da frota que, por ordem do rei de Portugal, se dirigia a Calecute, encontrando-se os homens e as mulheres tal qual as mães os deram à luz. Noutra legenda que colocou junto de ilhas, como Santiago, S. Nicolau, S. Filipe, Sal, etc., claramente o arquipélago de Cabo Verde, informa que são ilhas dos Portugueses, descobertas no tempo do infante D. Henrique, no ano de 1415.

Por fim, breve nota sobre o planisfério de Ruysch, publicado na edição da *Geografia* de Ptolomeu, de Fr. Marco (1508), o primeiro a dele se servir, como vimos (4). Filiam-no os críticos, ou no do Dr. Hamy ou no de Canério, acentuando sempre que no princípio todos derivam do protótipo do dito de Cantino (5). De uma maneira geral, neste de Ruysch, o traçado das costas americanas, segundo Harrisse, provém directamente de um derivado português do protótipo daquela carta (6). «Terre Neuve n'a pas non plus d'autre origine». Contudo, sustenta que traz algumas modificações características, nomeadamente o traço da costa meridional da Terra Nova,

---

(1) Id. — *ibd.*, p. 438.

(2) Id. — *l. c.*

(3) Duarte Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 151.

(4) Reproduzido em Nordenskiöld — *Periplus*, p. 91; Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, *** planche 155. Esquema da porção do Novo Mundo, em Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, in *o. c.*, 403. A América Austral, em visconde de Lagoa — *Da influência da cartografia coeva no descobrimento do estreito de Magalhães*, pp. 296-297. Ver bibliografia em Isa Adonias — *o. c.*, I, pp. 37-38.

(5) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation*, p. 78 (30).

(6) H. Harrisse — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, p. 60.

considerando mesmo a sua configuração como a mais exacta que os cartógrafos virão a dar durante um século (1).

Supõe, sem base firme, que terá estado nessa ilha, em barcos ingleses. Dois nomes apenas serão tirados da hidrografia portuguesa: o mais, inteiramente novo, pois não se encontra em mais nenhuma parte, ao menos assim ortografada. Ora, o argumento da ortografia nem sempre se pode considerar apodíctico, visto ser costume alterarem-se os topónimos ou traduzi-los a bel-talante do cartógrafo ou das suas possibilidades. É o que, aliás, confirmam os exemplos que apresenta: *Insula Baccalauras* (decerto, ilha dos Bacalhaus), baía de Rockas (que pode ser baía das Rochas, ou de Rosas, como Harrisse propõe). «Denomina o nosso Cap Race de *C. de Portogesi* e, o que talvez seja a embocadura do rio des Exploits, *R. Grando*. Um grande promontório, que lembra o cabo Bauld, é chamado C. Glaciato» (2).

Ora, todos estes nomes têm clara origem portuguesa, que decerto o cartógrafo não foi conhecer no local, nem em contacto com ingleses, quando os podia alcançar da mesma forma que Fr. Marco obteve as notícias de que se serviu. E não será igualmente forçar as fronteiras da hipótese ver em *Barbatos in(sula)* e *Biggetv in(sula)* formas erradas de *Britanno(rum) insula* e *Britanum sinum* ?

Do sul da Terra Nova, a costa continua para ocidente, paralelamente ao equador, sem interrupção até ao norte da China. Quer dizer que as regiões que correspondem à Gronelândia, ao Labrador, à Terra Nova e ao Canadá fazem parte integrante da Ásia. Embora pareça a concepção de Colombo, Harrisse faz notar que não coincide com ela, visto que a continuidade não se aplica ao resto do continente americano (3). Em todo o caso, a pequena diferença pode simplesmente significar que Ruysch ou outro cartógrafo, em face dos conhecimentos imprecisos que iam obtendo do Novo Mundo, acharam conveniente introduzir essa modificação, que, a julgar pela notícia mal definida, a respeito de Bartolomeu «sobrinho», pode muito bem significar que terá havido uma fonte espanhola.

A costa do Brasil — *Terra Sancte Crucis sive Mundus Novus* — termina, como nos anteriores, na Cananeia, onde apõe uma legenda, de pura

---

(1) Id. — *ibd.*, pp. 57-59.
(2) Id. — *ibd.*, p. 59.
(3) Id. — *ibd.*, p. 61.

inspiração vespuciana, como já notaram Duarte Leite e o visconde de Lagoa (1): *Naute Lusitani partem hanc terre huius observarum et usque ad elevationem poli antarctici 50 graduum pervenerunt, nondum tamen ad ejus finem austriacum*. Na *Geografia* refere-se idêntica latitude do termo, na peugada de Vespúcio.

De Canério tomou treze dos nomes que figuram na costa brasileira, substituindo *Serra de Sam tomé* por *Serra de S. António* (2).

Carlos Sanz vê na grafia *Abatia omnium sanctorum* claro indício de que Ruysch teve presente o mapa de Waldseemüller, que, por sua vez, cometeu o erro de juntar os dois vocábulos *A baía* num só, na *Lettera*, que na tradução latina tomou aquela forma (3). Inclui cinco novos topónimos: em sentido oeste-leste, *R. Formoso, R. de Flagranza, R. de fococecho, R. de las Aves, Rio Grande*. O primeiro corresponde ao *Gorffo fremoso* de Canério e pode identificar-se com o Pará; o segundo, que o visconde de Lagoa supõe ser deturpação de Bragança (não fragrância ?), seria o Caeté, em cuja margem esquerda assenta a cidade desse tempo, rebaptizada Bragança (4). Não interessa, porém, acompanhar a tentativa de identificação, quase sempre claudicante. Mais significativo será acentuar que a falta de nomenclatura na parte leste e norte do Brasil denuncia que Ruysch não viu o mapa de Canério.

No que pertence ao Oriente, Ruysch serviu-se, certamente, de outros protótipos, pois traça de modo diferente a costa chinesa e a Península Malaia, que reflecte reminiscências do «Sinus Magnus» ptolomaico. Apesar disso, também deve ser portuguesa a fonte utilizada, visto que após uma legenda a leste da Taprobana (Samatra), que revela conhecer as nossas viagens por esses mares: «Visitaram-na os navegadores lusitanos, no ano de 1507». Ele, decerto, é que a não viu e dos Portugueses pouco recolheu. A bibliografia que cita não passa de Plínio e Solino.

---

(1) Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 438; visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino*, p. 258.

(2) Duarte Leite — *o. c.*, p. 439.

(3) Carlos Sanz — *La Geographia de Ptolomeu ampliada con los primeros mapas impresos de America (desde 1507)*, Madrid, 1959, p. 106.

(4) Visconde de Lagoa — *o. c.*, p. 259.

5 — Cronistas e Coleccionadores

5.1 — *Os Cronistas Raffaele Maffei, da Volterra (1506) e Battista Fregoso (1509).* — Os cronistas continuavam a interessar-se mais pelas notícias dos poderosos que terçavam armas na Europa, em alarde da sua força e ambição de mando. E, quando davam guarida, nas Crónicas, a povos orientais, não se afastavam dos textos clássicos, salvo quando aproveitavam a narrativa heróica, nem sempre isenta de fantasia, de algum caminhante aventureiro que conseguira iludir os Maometanos, no traje de mercador mouro. Outros, porventura por insuficiência de informação, que lhes não permite reescrever velhas lendas da história da humanidade, em geral adicionam, à parte, as novas sabidas de Lisboa.

Bastante significativo se nos afigura o caso de Raffaele Maffei, Volterra, que em 17 de Fevereiro de 1506 imprimiu o seu *Commentariorum Urbanorum Libri XXXVIII,* precisamente na oficina de João Besicken «alima» (1), que, como vimos, antes estampara a suposta carta de D. Manuel aos Reis Católicos (1505) e, nove meses depois da edição da crónica de Maffei, há-de lançar o novo folheto: *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris.* Dos três volumes de que a obra consta, não nos interessa o terceiro *(Philologiam continet, i. e., variarum artium rudimenta).* O primeiro abrange a geografia dos Antigos, tendo-lhe acrescentado breve descrição mais recente das Províncias. Mas restringe-se quase só à Europa. O segundo volume trata da antropologia dos homens ilustres que se salientaram pelo saber científico, pela oratória ou poesia.

Aparecem os Lusitanos e o reino da Lusitânia, que teve início no ano de 1110, com a vinda, da Gália, de Henrique da Lotaríngia. Enumera os reis portugueses e sabe que, por morte de João Afonso, sustenta o cetro el-rei D. Manuel, «eius frater». Regista, em termos genéricos, as descobertas do infante D. Henrique no oceano Atlântico: «Henricus infans in Atlântico primus Pelago novas insulas repperit, de quibus Aethiopia postea latius dicam». Mas a sua Índia continua nos termos revelhos e a África também não surge renovada, reduzindo-se à Numídia, Cirenaica, Egipto e Abissínia. Mais historiador do que geógrafo, assinala, no entanto, a mudança de nome da *Zelis* de Estrabão, para *Arzila,* que, juntamente com Tinge (Tânger),

(1) Exemplares no Museu Britânico, 1487, W. 3 e na Biblioteca Nacional de Roma, 9, 6, E. 6.

foi tomada pelo último Afonso, rei da Lusitânia. A cidade de Ceuta fora conquistada por João, avô de Afonso. A este último se deve ainda Alcácer.

Mas o ilustríssimo «cardeal ulissiponense», íntimo dos reis — sem dúvida, D. Jorge da Costa, mais conhecido por cardeal Alpedrinha (1405--1508), que desde 1480 se estabelecera em Roma —, contou-lhe e deu-lhe por escrito os feitos cometidos pelos Portugueses no oceano Atlântico, pela África até ao Índico. Servindo-se do que ouviu e do que leu, na pretensa carta de D. Manuel aos Reis Católicos (1), a que atrás nos referimos. Volterra começa a história pelo infante D. Henrique, filho do rei João e tio paterno do último Afonso. Homem de grande inteligência, o primeiro que ousou sulcar longamente o pélago, encontrando a uns 600 000 passos uma ilha quase deserta, na qual, pela natureza temperada do solo, se produz grande quantidade de açúcar de cana, de maior alvura e melhor qualidade que o da Sicília. Exportado para toda a Europa, nela é consumido em larga escala.

Mais tarde, os Portugueses alcançaram as ilhas Afortunadas, frente ao cabo Verde, que dele modernamente tomaram o nome. Ficam situadas adiante do trópico do Câncer. Muitas delas encontram-se espalhadas e umas mais ao sul que outras. Sem apontar os nomes, alude a outras ilhas, à passagem pela Mina, que também não especifica, e, por fim, à chegada ao Congo. «Navegando pelo oceano, foram ter a uma cidade que denominam Manicongo *(Mauigongum)*, circundada de paliçada, à maneira de muralhas, que alberga cerca de 100 mil homens». Descreve algumas cenas e determinados contactos com rei negro e remata: «A todas estas terras estendem a designação de Guiné *(Gymneae)*».

Mais importante se lhe afigura outra viagem, ocorrida em 1500 (Sed nuper anno MD...), sob os auspícios do gloriosíssimo rei da Lusitânia. Trilhando de novo o mesmo caminho, uma frota de 12 navios alcançou um mar desconhecido em todos os séculos e terras outrora inacessíveis, distantes do cabo Verde mil e duzentas milhas, entre o zéfiro (vento do oeste) e o austro (vento do sul). Catorze graus depois do Câncer (ultra vero Cancrum partibus XIII) encontraram uma nova e enorme ilha, que chamaram de Santa Cruz, povoada de homens nus, cabeludos e antropófagos.

---

(1) «Mihi pater amplissimus Cardinalis Ulixiponensis (...) retulit, scriptoque tradidit» (...) «Haec igitur omnia dei optimi benignitate et Hemanuelis regis virtude nobis patefacta, quae iam ex fama pervulgata, partim etiam ex ipsius regis epistola quadam deprehenduntur».

«Como escreve certa pessoa que diz ter andado nessa rota — naturalmente, Américo Vespúcio —, esta terra, a 50° (partibus etiam L.), além da equinocial, continua para o «outro ártico». Mas os Portugueses não afirmam isso. Muito menos verosímil se me afigura que ele próprio tivesse chegado ao mesmo árctico, a 17° (partibus XVII), visto que ninguém ainda conseguiu aproximar-se do nosso em 37°, por cauca do gelo duro. E não há-de ser diferente a natureza do «Antárctico».

É ainda de opinião, encostado à autoridade dos homens doutos, que não existe qualquer continente fora do Zodíaco, para o sul, e, mesmo que existisse, de forma nenhuma seria habitável, por causa da pouca elevação do Sol, conforme largamente dissertou na Astrologia. Ao finalizar o esclarecimento, volta a ocupar-se dos navegadores portugueses, engolfados no oceano Atlântico até ao postremo cabo e às últimas terras dessas partes, dirigindo-se para os nossos antecos — i. e., os habitantes do mesmo meridiano mas em paralelo oposto —, chegaram ao promontório da Boa Esperança, 3 600 milhas distante da referida ilha, em 31° (partibus XXXI) além da equinocial. No caminho foram acossados por forte tempestade, e apenas seis naus alcançaram, incólumes, Sofala *(Zaphalam)*. Seguiram daí para Quíloa, Calecute, Cochim, etc.

Refere-se ràpidamente aos costumes da Índia, nomeadamente aos brâmanes; menciona Meca, Narsinga e Taprobana, «agora chamada Ceilão» *(Cielam)* e alude às queixas do soldão ao Papa. Em termos menos precisos, alude ainda a nova armada de 12 naus, que D. Manuel enviou à Índia, pelo mesmo caminho, passando por Melinde, a cujo rei ofereceram dádivas. A terra é fértil, os homens semicolorados, andando o rei e os nobres seminus. Comem duas vezes ao dia, alimentando-se de arroz, leite, manteiga, açúcar e fruta.

Dignos de igual elogio considera os navegantes castelhanos, que, sob os auspícios do rei Fernando, conduzidos por Cristóvão Colombo, partiram de Cádis no ano de 1496 e andaram cerca de 800 milhas, entre o zéfiro e o austro, tendo encontrado uma das Afortunadas, a Canária. De novo saídos de Cádis, não em direcção dos antecos, como os Portugueses, mas dos nossos parecos, em 33 dias encontraram várias ilhas, pouco separadas umas das outras, situadas quase 20° além das Afortunadas. Deram-lhes os nomes de Hispania *(Hispaniae)*, Joana *(Ioannam)*, Canibula *(Canibulam)*, Jamacam *(Iamacam)* e *Dairam*.

Descreve os habitantes e alguns dos seus costumes e anota que nem as armas nem o nome dos Macedónicos ou dos Romanos ali chegaram, terminando com um hino de louvor aos dois monarcas, Manuel e Fernando.

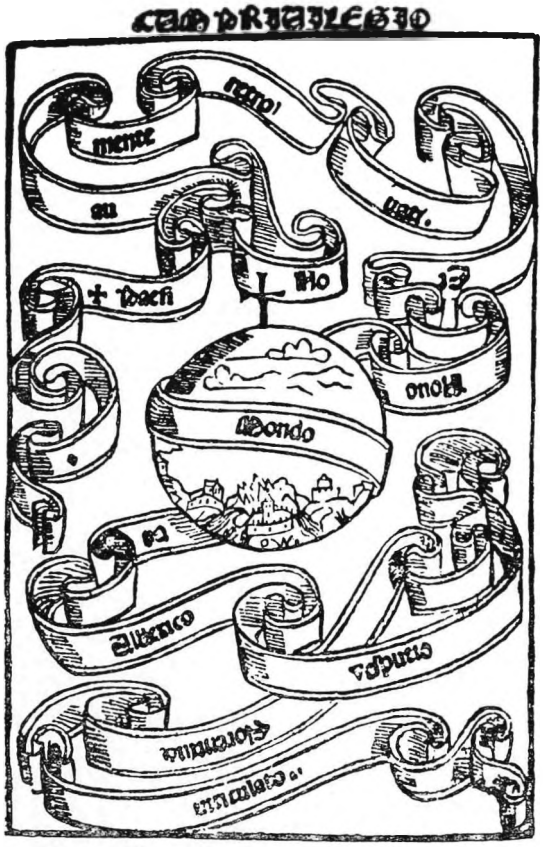
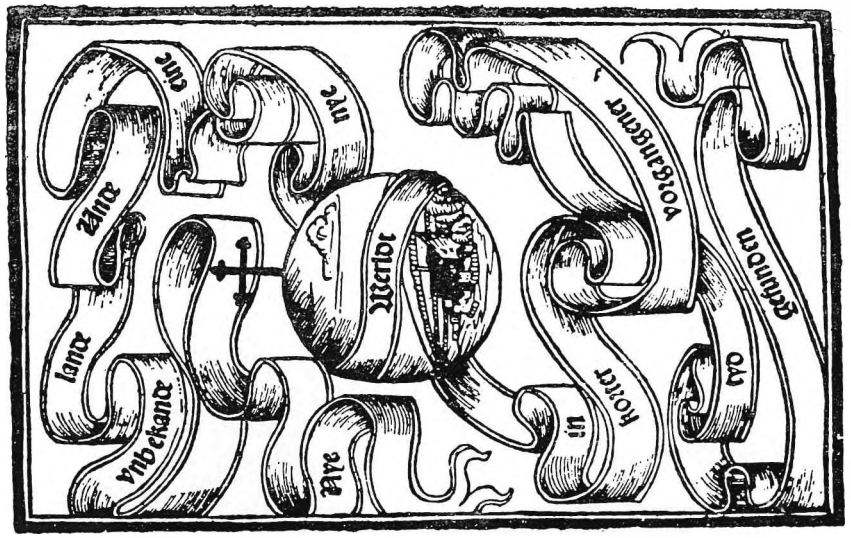


Fig. 65 — Montalboddo — *Paesi novamente retrovati*, Vicência, 1507 (1.ª colectânea de relações de descobrimentos maritimos, de Portugal e Espanha). Fac-símile do rosto da 1.ª edição (em italiano). Aqui se divulgaram, pela primeira vez, entre outras, a relação do Cadamosto (descobrimentos henriquinos)

Paesi nouamente retrouati. & Nouo Mõdo da Alberico Vespu tio Florentino inciulato.

Fig. 66 — Montalboddo — *Paesi*, 2.ª edição italiana (Milão, 1508)



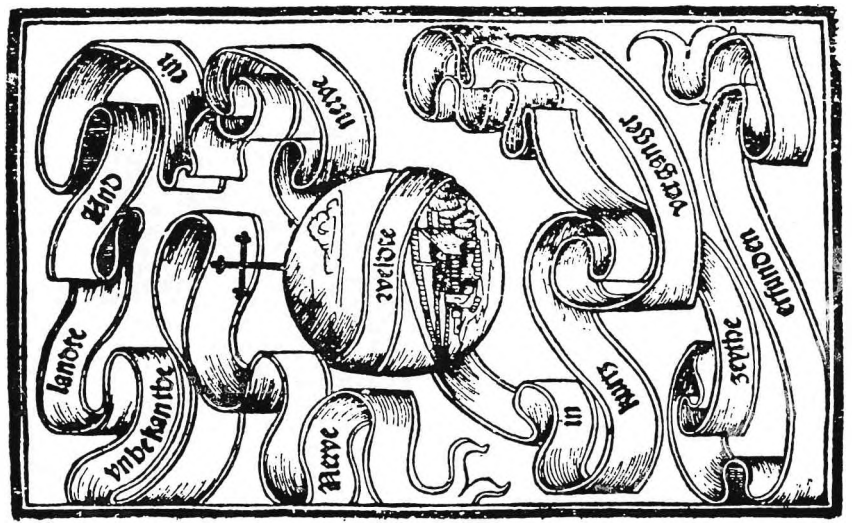


Fig. 67 — Frontispícios das duas edições alemãs dos *Paesi*, cujos títulos começam, respectivamente, por *Newe* e *Nye* (Setembro e Novembro de 1508)

Fig. 68 — Rosto de uma versão francesa dos *Paesi*, de Montalboddo (sem data, mas de 1515, segundo Brunet e Harrisse), em que se realça o nome de Vespúcio, atribuindo-se ele, *à primeira vista*, viagens que não efectuou

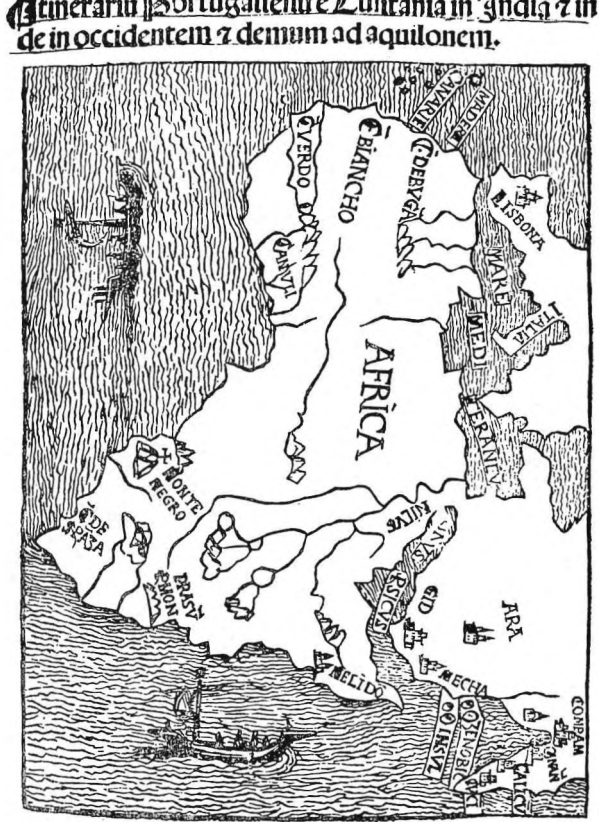


Fig. 69 — Frontispício da tradução latina dos *Paesi*, de Archangelo Madrignano (Milão, 1508). O mapa representa o périplo de África, de Lisboa a Calecute

Entusiasmado com os feitos hispânicos, remata a notícia com um acontecimento bélico dos Espanhóis na África, em 13 de Setembro «deste ano de 1505».

Nas edições seguintes, que foram muitas — Paris, 1510, 1511, 1515, 1526, 1527; Basileia, 1530, 1544, 1559; Lugduni, 1552 —, repetem-se os mesmos textos, quanto pudemos apurar, no confronto das duas edições extremas e de uma do meio (1506, 1530 e 1559).

Battista Fulgosi ou Fregoso deu-se ao trabalho de organizar uma *De Dictis factisque memorabilibus collectaneæ*, que Camilo Gilino traduziu para latim e o milanês Jacobus Ferrarius imprimiu em 22 de Junho de 1509 (1). Voltou a ser editada em Paris, 1518 e 1578.

Apesar de incluir, como explìcitamente se lê no rosto, *historiarum a mundi exordio usque ad hec tempora scitu dignum*, pouco sabe do que se passava na Península. Consagra breve parágrafo a Cristóvão Colombo, mas não encontrou, na História de Portugal, qualquer exemplo que merecesse selecção. De ordinário recorre a casos de história romana, francesa e espanhola, a nomes de Papas e outras figuras de relevo, citando obras clássicas e da literatura italiana, como Plínio, Tito Lívio, Plutarco, Boccaccio e Petrarca, Vicente de Beauvais e Pio II. E, contudo, as rubricas que dispersa pelas laudas do livro manifestam tão grande amplitude que ao menos algum nome dos citados por Maffei podia ter sido aproveitado. Da disciplina militar, do direito de triunfar, da majestade, da fortaleza, da constância, dos agradecidos e dos ingratos, da caridade para com a Pátria, da glória e desejo da fama, do culto da religião, etc. Apenas em duas oportunidades pouco favoráveis aparecem figuras da história portuguesa. Viriato Lusitano, um dos insignes facínoras, e Afonso, rei da Lusitânia, objecto da clemência de Fernando, rei de Leão. Livro de Teologia e de Moral, pretende, no entanto, conhecer a literatura escrita e, de facto, Fregoso leu, sobretudo, aquela que acredita em gigantes, sátiros, homens sem cabeça ou com um só olho, etc.

5.2 — *Os* Paesi nuovamente retrouati, *de Montalboddo (1507).* — A primeira colecção de relações dos Descobrimentos portugueses e espanhóis que apareceu impressa deve-se, em última análise, ao italiano Francesco ou Fracanzano de Montalboddo, professor de Humanidades (língua

(1) Exemplares em «Private Library N. Y.», segundo H. Harrisse — *B. A. V., Additions*, Madrid, 1958, n.º 34, e na B. N., Paris, Fol. G. 231, Rés., G. 443 bis e Vélins, 773.

e literatura grega e latina), em Vicenza (1), o qual, omitindo o nome como colector, embora assinando a dedicatória, publicou naquela cidade, em 1507, um pequeno volume, com o título de *Paesi nuovamente retrouati Et nouo Mondo da Americo Vesputio Florentino intitulato* (2), que até 1528 alcançou 17 edições. É curioso notar que a primeira impressão se deve, não ao proprietário da tipografia — Enrico Vicentino —, mas ao filho, porventura discípulo de Montalboddo: «et diligente cura et industria Zammaria (João Maria) suo fiol».

Conservando a mesma designação nas reimpressões de 1508, 1512 e 1519, apresenta pequenas modificações nas de 1517 e 1521 e alterações de alguma importância, nas traduções de 1508, para latim (3), alemão (4)

---

(1) Sobre a autoria da colectânea, ver, entre outros, Rinaldo Caddeo — *Le Navigazione Atlantiche di Alvise da Cá da Mosto,* Milão, 2.ª ed., 1929, pp. 125-126. Humboldt (*Examen critique,* vol. IV, p. 80), interpretando mal certa frase de Baldelli, atribui a colecção a Alessandro Zorzi e provocou alguma perturbação em Harrisse, que, nuns casos, a averba debaixo do nome de Montalboddo e, noutros, no de Zorzi. Voltamos a falar do assunto no capítulo VI, ao tratarmos de Zorzi.

(2) Z. Consiglieri Pedroso traz este titulo — *II Mundo Nuovo, libro de la prima navigazione per Oceano a le terre de Negri de la Bassa Althiopia per commandamento del illustre Signor D. Henrico di Portogallo,* Vicenza, 1507, 4.º (*Catalogo Bibliographico,* p. 74), copiado, com leves modificações, de H. Ternaux, Compans — *Bibliothèque Asiatique et Africaine,* Paris, 1841, n.º 78, que decerto o tirou de algum exemplar sem rosto, com base no titulo do livro I: *Incomenza el libro de la prima navigatione per l'oceano a le terre de Nigri de la basse Ethiopia per comandamento del Ilust. Signor. Infante Don Henric fratello de Don Dourth Re de Portogallo.* Com efeito, são rarissimos os exemplares que hoje se conhecem desta edição: Imprensa de Magro Henrico Vicentino, 3 de Novembro de 1507: no M. B.; na B. N. Pa; na Marciana de Veneza (segundo a *Raccolta Colombiana,* parte III, vol. II, Roma, 1893, p. 209); em «Private Library, N. Y. and Providence» (conforme Harrisse, *B. A. V.,* n.º 48). C. Malheiro Dias informa que na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também existe um exemplar, decerto da 1.ª edição, visto ilustrar o seu trabalho com o frontispício dela (in *História da Colonização Portuguesa no Brasil,* II, pp. 109-110). A Imprensa Nacional de Lisboa vai promover a edição fac-similada da primeira, com introdução e notas nossas e versão portuguesa do Prof. Giacinto Manuppella. Edição fac-similada da 2.ª edição: vol. VI de *Vespucci Reprints, Texts and Studies:* «from the McCormick-Hoe copy in lhe Princeton University», Londres, Oxford, 1916.

(3) *Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam et inde in Occidentem et demum ad aquilonem,* Milão, 1508. — O exemplar da Biblioteca de Duarte Sousa (N.º 6), da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, é o único que conhecemos em bibliotecas portuguesas. — Imprimiu-se no mesmo ano, em Paris.

(4) *Newe unbekanthe Landt und ein newe weldte in Kurtz verganger Zeyte erfunden,* Nuremberga, 1508. — Apareceu ainda outra edição no mesmo ano, traduzida do alemão para um dialecto germânico, que começa por *Nye,* em vez de *Newe.* (Exis-

e francês (1). As alterações não incidiram, porém, exclusivamente no título, mas também no texto, com excepção da edição italiana de 1508, como já advertiu Charles Nodier (2). Na edição latina de Archangelo Madrignano imprimiu-se um mapa na capa, com os topónimos *C. de Buga* (Bojador), *C. Biancho, C. Verdo, Canuli, Monte Negro* (em Angola), *C. de Speranza, Prasum Promontorium, Melindo, Golfo Pérsico* (mar Vermelho), *Gid* (Judá), *Meca, Zenobia Insul.* e *Calicut*. Esta modificação pode considerar-se uma beneficiação, apesar da desfiguração de alguns. Mas Ernesto do Canto entende que a tradução latina de Madrignano foi viciada «por intencionaes falsificações, a começar pelo titulo disparatado», e tem o cuidado de juntar os textos latinos e italiano («original») para «prova evidente» da má fé do tradutor (3). Cremos que foi Richard Bidle (4) o primeiro a notar a interpolação da frase: «conjuncta cuidam plagae alias a Notris peragratae», atribuída a Pietro Pascualigo com a intenção de dar aos Venezianos o que pertencia a Gaspar Corte-Real, que em Setembro ou Outubro de 1500 atingiu a Terra Verde.

Na tradução alemã acrescentou-se um capítulo com a Carta de D. Manuel a Júlio II, de 25 de Setembro de 1507 (5), dominando, em quase todas estas edições, um lugar de realce para o nome português e seus colaboradores, como se observa nos títulos da obra e nas gravuras que a ilustram. O editor italiano salienta o nome de Vespúcio; o da versão latina, o nome dos Portugueses. Trata-se, pois, de uma publicação com intuitos sensacionais, de base comercial, se bem que tenha conseguido impressionar os geógrafos e cartógrafos muito mais que as cartas de Colombo ou do que o *Libretto de tutta la Navigatione*.

---

tência de exemplares registada por Harrisse — *B. A. V., Add,* n.º 29, pp. 40-41, e Rubens Borba de Morais — *Bibliographia Brasiliana,* II, p. 27).

(1) *Sensuyt le Nouveau Monde et Navigations faictes par Emeric de Vespuce Florentin Des pays et isles nouvellement trouvez auparauant a nous incongneuz tant en lephiope que arrabie Calichut et aultres plusieurs regions estranges,* Paris, 1508. — Harrisse conta quatro edições francesas, estando apenas uma datada de 10 de Janeiro de 1516. Edição fac-similada, em *Vespucci Reprints, Texts and Studies,* cit., com o n.º VII (a mesma data).

(2) *Apud* Harrisse, *B. A. V.,* 1.º vol., n.º 48.

(3) E. do Canto — *Os Cortes Reaes. Memoria Histórica,* in *Arquivos dos Açores,* IV, Ponta Delgada, 1882, p. 423. — Serve-se, porém, do texto do *Novus Orbis,* Basileia, 1537, pp. 138 e 139.

(4) Richard Bidle — *A Memoir of Sebastian Cabot,* Londres, 1831, p. 252, citado por Harrisse — *Les Corte-Real,* p. 48.

(5) J. C. Rodrigues — *Bibliotheca Brasiliense,* p. 554.

O colector reimprimiu este último folheto e juntou-lhe novas relações, possìvelmente fornecidas por algum admirador de Cadamosto ou por Crético, que, como vimos, terá traduzido a *Relação do Piloto Anónimo* (uma das incluídas) para o dialecto veneziano. Teria Crético coleccionado textos dos Descobrimentos, tal como Valentim Fernandes, enviando-os a Montalboddo ou a alguém que lhos entregou, da mesma forma que o alemão remeterá os seus ao Dr. Conrado Peutinger? Não custa a crer que a ideia de reunir alguns dos textos impressos a outros manuscritos adviesse a Montalboddo, depois de conhecer os últimos, que iam dar maior valor aos que já haviam entrado no domínio público. Admira que não tenha dado guarida à relação impressa *Calcoen* e algumas mais, estampadas pela imprensa ou inéditas, de que falámos até este momento. Talvez a explicação resida no facto da necessidade de conciliar o interesse da matéria com as despesas da edição, como ressalta claramente dos cortes profundos, que hoje é possível determinar, nas cartas de Sernigi.

A colectânea está dividida em seis livros: o 1.º (cap. 1-47) insere a narração das viagens de Cadamosto a Cabo Verde e ao Senegal, em 1455--1456; 2.º (cap. 48-50), continuação da viagem de Cadamosto e mais a de Pedro de Sintra, ao Senegal, pelo mesmo (1); a de Vasco da Gama (cap. 51-62), por Sernigi (2); e a de Cabral à Índia, com a descoberta do Brasil, pelo Piloto anónimo (cap. 63-70); 3.º (cap. 71-83), continuação da viagem de Cabral; 4.º (cap. 84-113), as viagens de Colombo, Alonso Niño e Pinzón, segundo o texto do referido *Libretto;* 5.º (cap. 114-124), o *Novo Mundo*, de Américo Vespúcio; 6.º (cap. 125-142), cartas de Crético, de 27 de Junho de 1501; Carta anónima sobre a nau que saiu de Lisboa em Março de 1502 e regressou a 15 de Dezembro de 1503; a de Pascualigo ao irmão, de 19 de Outubro de 1501; a de Francesco Saita (Affaitadi) de 16 (26 ?) de Setembro de 1502; e a narrativa de Padre José (caps. 129 e segs.).

Atendendo, porém, à natureza e procedência dos escritos aproveitados, os *Paesi* podem fraccionar-se em três partes: os três primeiros livros constituem a primeira, a que seria lícito dar o título de *Da Costa de África até à Índia*, pois encerra as relações, até aí inéditas, das viagens de Cadamosto, Pedro de Sintra, Vasco da Gama e Cabral. Com possível excepção da obra de Cadamosto e das cartas de Sernigi que relatam a expedição de Vasco da Gama, deve ter sido alcançada em Portugal, intencionalmente para ser

(1) Tratámos delas no cap. I.

(2) Ver o cap. II.

publicada. A segunda parte é formada pelos folhetos impressos — *Libretto* e *Mundus Novus*, com as *viagens* ao *Continente Americano*, de Colombo, Alonso Niño, Pinzón e Américo Vespúcio. A terceira compreenderá as cartas comerciais já referidas, sobre as viagens de Gaspar Corte-Real e João da Nova, e a *Relação* do P.e José Indiano, sobre o *Oriente*. Esta terceira parte, segundo declaração expressa do compilador, confirma a navegação de Cabral e foi, decerto, toda reunida na Itália.

A grande novidade da colecção incidia, pois, sobre os Descobrimentos lusitanos, que, com exclusão da viagem em que Vespúcio tomou parte, eram pràticamente desconhecidos da maioria do público ledor. O último havia sido terminado seis anos antes. Que a primeira parte, que inclui os relatos das expedições de Cadamosto e Pedro de Sintra, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral constituíam um todo, na mente do coleccionador, ressalta do facto singelo de lhes ter aposto a palavra FINIS, antes dos relatos das viagens castelhanas e de o relato de Cadamosto seguir no livro segundo, subordinado ao título *Viagem de Lisboa a Calicut, traduzida do português em italiano*, que pertence, evidentemente, à parte restante da carta de Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama e à *Relação do Piloto anónimo* sobre a expedição de Cabral.

Os três relatos estão escritos em dialecto veneziano e parecem uniformes, podendo talvez considerar-se traduzidos juntos do português, como se diz nos títulos dos livros II e III. Todavia, as três Relações deviam existir em Itália alguns anos antes da publicação dos *Paesi*, embora as cartas de Girolamo Sernigi fossem originalmente escritas no dialecto florentino (1). A colecção de viagens portuguesas foi, portanto, ou traduzida em conjunto, de fonte portuguesa, ou, mais provàvelmente, tirou-se da cópia manuscrita dos três relatos já em veneziano, conforme vimos. Devido ao descuido com que se imprimiu, não se nos afigura razoável supor que Fracanzano empreendesse a tradução ou que a mandasse fazer. Se as três Relações não derivam directamente do idioma lusitano, a *Relação do Piloto Anónimo*, tal como vem nos *Paesi*, tem visos de proceder de fonte veneziana (2), de Crético, segundo vimos atrás.

Apesar da adesão de Montalboddo aos novos descobrimentos e, por conseguinte, ao espírito científico da verificação *in loco*, mantinha certa

---

(1) Sidney Welch (*o. c.*, p. 438) supõe que Montalboddo compôs a narrativa com elementos fornecidos pelo embaixador de Veneza em Espanha, Ângelo Trevisano di Bernardim.

(2) Greenlee — o. *c.*, pp. 148-149, nota.

admiração pela ciência dos antigos, conforme se depreende da dedicatória ao amigo João Maria Anzolello. Pode mesmo considerar-se representante e impugnador da reacção que ia alastrando contra os escritores antigos, nomeadamente Plínio. Maravilhas semelhantes às catalogadas pelos entusiasmos da nova literatura (1) encontra-as ele na *História Natural*, quer no que respeita à zoologia, botânica, metais e pedras, como mesmo à diversidade dos lugares. Por isso, repele a tese dos que impugnavam as maravilhas plinianas, por as não terem visto nem conhecido. Este respeito e a admiração por Plínio contrastam flagrantemente com a atitude de coligir e editar semelhantes escritos, que não se fica a saber por que motivo se divulgam pela imprensa. No fundo, a aparente contradição da atitude de Montalboddo traduz apenas a dificuldade de quebrar a antiga amizade, contraída através de uma existência humana de estudo, por autores consagrados. Este apego a Plínio emparceira, como veremos, com o respeitante a Ptolomeu, mesmo em quanto concerne a geografia, porque, contra o que se podia supor, a *História Natural* de Plínio é aproveitada muitas vezes como fonte de informação geográfica.

Apesar de tudo, a obra de Montalboddo correspondeu à curiosidade do momento, contribuindo, inequìvocamente, para que a Europa tomasse consciência dos novos mundos que os Portugueses e Castelhanos arrancavam do Mundo desconhecido, que os geógrafos continuavam, em boa parte, a ignorar. Em homenagem ao esforço benfeitor de Ptolomeu e porque não havia outro estudo geográfico geral que o suplantasse, o alexandrino persistia como autor preferido na roda dos intelectuais, que apenas lhe associavam outros escritores igualmente respeitáveis, entre outros, Plínio e Sacrobosco.

5.3 — *A colecção de Valentim Fernandes-Peutinger (1506-1507).* — De não menos importância que a anterior, esta colectânea de documentos, exclusivamente sobre a actividade marítima portuguesa na África e no Oriente, constitui peça fundamental da divulgação dos descobrimentos

---

(1) Logo na narrativa de Cadamosto, ele encontrava «colombi salvatichi che non fugeno laspecto del homoni; ladri, buzari et traditori mazor del mondo; come le femene grasse cum gran tette sono molto apresiate; le prime nave ch' foreno viste da zenagi credeano fosseno animali; li lochi dove vano loo oro e dove se usano porzelette per monete; legume e biave del regno de Senega in 3 mesi se madurano e vino de palme optimo; varii animali, *praesertim* Elefanti e giraffe, papaga e molte sorte de ocelli, oche e galline».

geográficos. Dado o carácter fragmentário do códice — todo da letra de Valentim Fernandes —, supõe-se que, uma a uma, terão sido remetidas de Lisboa, em correios diferentes, como já vimos, ao Dr. Conrado Peutinger, erudito, banqueiro, conselheiro e agente político de Maximiliano, à medida que as acabava de copiar ou redigir (1). Puderam, deste modo, pelo menos os intelectuais e comerciantes da roda da amizade do Dr. Peutinger, conhecer em Augsburgo, desde o final da primeira década do século XVI, notícias inéditas sobre a costa da nova África, via marítima até à Índia e à Mina, donde os marinheiros lusitanos trouxeram também curiosíssimos pormenores sobre as ilhas Maldivas.

O conjunto desta preciosa documentação, que respeita aos séculos XV e XVI, pode dividir-se em duas séries:

I) *A africana:* 1 — «Cepta» e costa de África até à Serra Leoa, com notícias do interior, por exemplo, do Mali e Tombuctu, da autoria de Valentim Fernandes, que transcreve trechos de navegadores que cita (2); 2 — Resumo da *Crónica da Guiné*, de Zurara, que também se deve ao seu cuidado (3); 3 — De prima inventione Guinee, de Diogo Gomes-Martin Béhaim (4); 4 — Ilhas do mar-oceano — Madeira e Porto Santo, Açores, Canárias e Cabo Verde, ainda da sua pena (5); 5 — Este livro he de rotear (até à Mina) (6).

II) *A oriental:* 1 — Diário da viagem de D. Francisco de Almeida, por Hans Mayr (7); 2 — Índia. Das Ylhas de Dyve (Maldivas), de autor desconhecido (8).

Uma vez formado o códice, hoje desordenado, como se verifica pela citação das laudas dentro de cada relação, Peutinger compreendeu bem o seu valor real, apesar de não entender o português, e só o mostrava em sua própria casa. Joaquim de Vasconcelos identifica-o com o «livro lusitânico», que Damião de Góis viu em casa do humanista, do qual solicitou

---

(1) O códice guarda-se na Bayerische Staats-Bibliothek, de Munique, Codex monacensis hispanicus n.º 27. Há dele uma excelente cópia na B. N. L., mandada executar por el-rei D. Luís, em 1848 (Iluminados, n.º 154).

(2) Na edição da Academia Portuguesa de História, pp. 33-96 e 231-233, 235-240; 130-131.

(3) *Ibd.*, pp. 133-186.

(4) *Ibd.*, pp. 187-207.

(5) *Ibd.*, pp. 25, 97-130, 233-235.

(6) *Ibd.*, pp. 209-231.

(7) *Ibd.*, pp. 11-24.

(8) *Ibd.*, pp. 27-32.

a João Diogo Fugger, ou o próprio livro ou cópia dele (1). Góis desejava-o ler com vagar, para colher o que julgasse necessário «para a nossa história das coisas da Índia que temos entre mãos». Pela resposta de Fugger, de 8 de Maio de 1542, sabe-se que nem sequer conseguiu obter cópia (2).

Como já nos referimos a parte do códice (resumo da *Crónica* de Zurara — cap. 1, 3.1.; relação Béhaim-Diogo Gomes — cap. 2), e vamos aludir ainda a outra (*Diário* de Hans Mayr, no cap. 5, 2.6.), resta-nos considerar a porção que não logrou quanto se sabe, alcançar notoriedade antes da data de envio de Portugal.

Começaremos pelo *Livro de Rotear*, que decerto não terá sido o único, nem porventura o primeiro a sair do País, como se infere dos mapas estrangeiros anteriores a 1510. Parece ser cópia de roteiro do século XV (3) e, por sua natureza, constituía um pequeno caderno que andava manuscrito em mãos de mareantes. «É o mais antigo conhecido, das regiões de que se ocupa» (4), desde o cabo de Finisterra até ao cabo Formoso, no delta do rio Niger. Ainda não localiza os pontos geográficos por meio de coordenadas, indicando as distâncias em léguas, com a direcção de cardiais e colaterais.

Os topónimos que nele se colhem são por de mais abundantes: Finisterra, Mogia, Acazarga, ilha de Crunha, Preuro, ponta de Ferrol, Santa Marta, São Cibraão, Vasma, Alvarca, Artedo, Belches, Penas, Torres, Lastre, Ilhanas, Basma, Ponta de São Martinho, Santo André, Santonha, Laredo, Castro, cabo Crarete, Carreira de Alcóçova, Grã-Canária, ilha de Palma, ilha do Ferro, cabo de Sanchete, cabo de São Vicente, Açores, São Miguel, Faial, Terceira, Graciosa, cabo de Santa Maria, São Lúcar, Cálix, cabo de Espartel, cabo de Canti, Lançarote, Tanarife, ilha da Madeira, Porto Santo, Selvagem, ponta de São Lourenço, ilha da Palma, Forte Ventura, Santiago, São Vicente, Sal, Boa Vista, de António, Maio,

---

(1) J. de Vasconcelos — *Albrecht Dürer*, 2.ª edição, p. 134. Aí publica a carta de Góis a Fugger, de 11 de Abril de 1532 (pp. 131-134). Cremos que J. Bensaúde não tem razão, quando prefere suspeitar que se trata do Regimento de Munique (J. Bensaúde — *Regimento do Estrolábio e do Quadrante*, cit., p. 32).

(2) J. de Vasconcelos — o. *c.*, p. 135.

(3) Dos fins do século XV. A. Fontoura da Costa — «*Este Livro de Rotear*» ... (Conferência); id. — *Bibliografia dos Roteiros Portugueses até ao ano de 1700*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1933. — Vitorino Magalhães Godinho data-o de 1480-1485 (*Fontes Quatrocentistas para a Geografia e a economia do Saará e Guiné*, in *Revista de História*, São Paulo, vol. IV, 1953, p. 64; id. — *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, 1963, p. 30).

(4) A. Fontoura da Costa — *Carta das Ilhas*, cit., p. 42.

São Nicolau, Brava, cabo de Ger (Guer), cabo Não, cabo Bojador, ilha dos Lobos, ponta Domdia, rio do Ouro, cabo das Barbas, Pedra da Galé, Angra de Gonçalo de Sintra, Angra dos Ruivos, Angra dos Cavalos, cabo Branco, cabo Verde, ponta de Tofia, rio de São João, cabo de Cotarrafal, ilha das Garças, Furna de Santana, rio Senegal, angra do Cabo, Charlão, cabo dos Mastros, Porto de Alcatrazes, ilha dos Alcatrazes, Mata de Gudumes, ilha dos Protéus, cabo de Entreambas, ilha dos Porcenéis, Barbacins, rio Gâmbia, Casamansa, cabo Roxo, cabo de Santa Maria, rio de São Pedro, Falula, rio de São Domingos, ilha Roxa, ponta de São Martinho, cabo da Verga, ilha dos Ídolos, Serra Leoa, rio Grande, esteiro de Catarina, ilha Formosa, Gromansa, rio das Âncoras, rio de Nuno, cabo de Sagres, cabo Ledo, ilha de Visege, cabo de Buguba, ilhas Bravas, rio de Casse, rio Ianque, rio de Maipula, cabo de Santana, cabo das Palmas, rio das Palmas, cabo do Monte, cabo Mesurado, mata de Santa Maria, rio de São Paulo, rio de Judeu, rio do Junco, serra de São Paulo, Resgate de Soeiro, rio dos Cestos, cabo das Baixas, ilha da Palma, ilhéu Cagado, Resgate do Guinés, rio de São Vicente, Resgate do Genoês, praia dos Escravos, Resgate do Português, rio da Lágea, Currais, cabo de São Clemente, Aldeia de Portugal, cabo de Portugal, cabo da Praia, Arrozais, rio de Santo André, ponta das Almadias, ponta de Santiago, rio da Lagoa, rio de Soeiro, serra Morura, serra de Santa Apolónia, cabo de Clara, cabo das Três Pontas, cabo Delgado, rio de São João, Aldeia do Torto.

Em novo traçado da costa de África, para que se utilizava o «*Livro das Rotas do Castelo de São Jorge*», lêem-se mais estes topónimos: cabo Corço, rio do Lago, rio dos Forcados, aldeia da Praia, aldeia do Monte Agudo, rio das Redes, cabo das Redes, rio da Volta, cabo de São Paulo, aldeia de Vila Franca, aldeia de Vila Longa, rio Primeiro, rio Secundo, rio Formoso, aldeia dos Búfalos, rio dos Escravos, rio dos Forcados, ilha de Santo António, ilha de São Tomé, porto de São Domingos, porto de Gil Gonçalves, rio dos Ramos, Mina.

A partir do rio Grande, assinala ainda os seguintes lugares: ponta de São Martinho, ilha Formosa, ilha das Galinhas, ilha de Bisenegue, Alcatrazes, Antilhas (1), com o Ferro, ilhas de Cabo Verde, Açores...

---

(1) Vitorino Magalhães Godinho notou que a primeira viagem de Colombo é posterior de alguns anos à data que atribuiu ao Roteiro e admite a possibilidade de se tratar de interpolação, parecendo sorrir-lhe preferentemente a hipótese de se tratar de mais um indício, a acrescentar a outros, sobre descobrimentos pré-colombianos (*Fontes Quatrocentistas*, cit., p. 64. Sobre as Antilhas, ver Jaime Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, I, pp. 384-390).

A profusão de nomes portugueses, acompanhada de pormenores do relevo, permitia formar ideia concreta da orla marítima da África ocidental, até à actual Nigéria, mostrando estudo cuidado dos acidentes geográficos, que, embora destinado à navegação, podia servir para os cartógrafos preencherem os vazios do mapa de África. Grande parte dos topónimos estão hoje identificados, subsistindo, porém, dúvidas ponderosas a respeito de outros (1).

A porção do códice de Valentim Fernandes que contém a descrição de Ceuta e demais regiões da costa e do interior africano constitui um tecido de peças de vária procedência, que o alemão coordenou em 1507. Apalpa-se claramente o intuito de apresentar ao seu correspondente a panorâmica histórica e geográfica dos feitos portugueses. Para isso recolheu directamente narrações de alguns navegadores, como de João Rodrigues, Álvaro Velho e Gonçalo Pires, e serviu-se dos textos de Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto e de outras fontes que nos são desconhecidas (2). Ignora-se, por exemplo, a origem das notícias que apresenta sobre Marrocos e costa africana até ao Bojador, que, por não revelar influência de Duarte Pacheco Pereira e por ser anterior a Leão Africano, «a pour nous l'intérêt — como reconhece Monod — de recouper et de completer, sur certains points, ces deux textes si importants» (3).

No que concerne à costa até ao cabo Bojador (4), apenas nos interessa apanhar os topónimos com as distâncias indicadas. Assim, Ceuta,

---

(1) Ver, por exemplo, Th. Monod — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal, de Valentim Fernandes (1506-1507)*, Paris, 1938; Th. Monod, A. Teixeira da Mota, R. Mauny — *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels), par Valentim Fernandes (1506-1510)*, Bissau, 1951; R. Mauny — *Esmeraldo de Situ Orbis*, Bissau, 1956; A. Teixeira da Mota — *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de Africa*, cit.

(2) Sobre o problema das fontes, ver: F. Kunstmann — *Abhandelungen der Bayer.* Akad. der Wissenschaft, E. III, t. VIII, parte I, Munique, 1856, pp. 13 e segs. [cit. em Hümmerich — *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, II, Porto, 1945 (Estudo crítico), p. 327]. Ver também o t. IX, parte I, Munique, 1861, pp. 127-142 (igualmente citado em Hümmerich, o. c., p. 329); Franz Hümmerich — *Studien zur Roteiro der Entdeckungsfahrt Vasco da Gama, 1497-1499*, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. X, Coimbra, 1924 (traduzido em *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, 2.º vol. cit., pp. 343 e segs.); A. Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas*, cit., pp. 38-40; A. Dias Dinis — *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, cit., pp. 369 e segs.; L. Pereira da Silva — *Obras*, vol. 3, pp. 116-119; A. Teixeira da Mota, em *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels*, cit., p. 176).

(3) Th. Monod — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal*, cit., p. 5.

(4) Th. Monod publicou a edição francesa deste texto, na obra citada na nota anterior.

uma das principais cidades dos mouros, porto de mar de paragem obrigatória para a navegação do Mediterrâneo, «tem uma serra alta redonda, que entra no mar e de uma banda e outra desta ponta, combate o mar, salvo que há aí um pedaço só de terra, como de tiro de besta» (1). «Dois tiros de besta de Ceuta está um lugar grande de 700 vizinhos, chamado Algecira», construído pelos mouros de Ceuta, para o rei de Fez folgar. A cinco léguas da mesma cidade ergue-se Alcácer Ceguer, com 800 vizinhos e, a cinco léguas desta, fica Tânger, cidade grande, com porto e baía, «que tem uma légua, de ponta a ponta». Entre Tânger e Arzila, vê-se uma montanha alta, chamada Ximeira. Arzila, na costa brava, dispondo de um recife onde se podem meter navios, está distante sete léguas de Tânger. A uma légua depois entra-se na povoação, que os mouros denominam Alhoumar. A seguir, vem Larache, a que os mouros chamam Alharaestos. É banhada por um rio que permite a passagem de caravelas e navios até seis léguas. O rio desce do sertão, de junto de Alcácer Quibir, que fica a doze léguas de distância. Da cidade de Fez vem outro rio, o Mamora, que não é navegável.

Porto principal, de fustas e navios, é o da povoação de Salé, que um rio corta em duas partes. Funciona como ponto de abastecimento da cidade de Fez. Fadala serve de nome a uma vila e a três ilhotas. Anafé, na costa brava, dispõe de um porto, a légua e meia do cabo de Camelo. Foi grande noutros tempos, encontrando-se agora em ruínas e reduzido a covil de feras. Azamor, que se situa à beira de um grande rio, onde se pesca muito peixe, é cidade de 1 000 vizinhos. Mazagão também já viu passar os anos de esplendor. A cidade de Titi conta 300 vizinhos, estendendo-se em frente de Mazagão. Daí e de Casa do Cavaleiro, outra vila de mouros, exporta-se muito trigo. O cabo Carvoeiro tem praia onde se pesca. Segue o cabo de Canti, não se topando povoações até ao cabo Branco, decerto por ser terra arenosa e baixa, sem vegetação. «Aí sarram as montanhas a barberia de Tunes e destes bárbaros» (2). «E chamam estes montes Saharà».

Neste ponto, Valentim Fernandes deixa o litoral, por momentos, para traçar breves apontamentos sobre o interior e a respeito de Fez e Alcácer Quibir. Não o acompanharemos nos traços históricos, retendo apenas um período sobre uma e outra. «Esta província de Fez do sertão e assim a costa do mar de Ceuta para Etiópia, chamam os mouros *Algarb*, que nós

---

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, cit., p. 33.

(2) «Berber ou bárbaros são os mouros lavradores que vivem em aldeias» (Valentim Fernandes — *O Manuscrito de V. F.*, cit., p. 37).

dizemos *Algarbe* e, por isso, el-rei de Portugal se escreve em seu título, Rei de Portugal e Algarbe, daquem e alem-mar em África». «Alcacer Quibir quer dizer Castelo grande, porque em outro tempo foi uma cidade grande, assim que tinha doze mil vizinhos e agora terá mil vizinhos» (1).

Deste modo volta à costa, para seguir até Safim, que diz ser cidade situada dentro do cabo de Canti e «a melhor e principal que os mouros têm em toda a costa deste mar, desde o estreito para Etiópia». De passagem, regista o rio dos Sáveis, o ilhéu Mogador, junto à costa; o cabo de Sem; o cabo de Guer, que faz uma angra e tem vila de mouros; Turucuco, vila e castelo numa serra, a uma légua do mar; Agonarba, vila de mouros; Messa, vila grande de mouros, à beira de um rio não navegável por embarcações grandes; cabo de Guillon, em que se levanta uma vila de mouros; cabo Não, que tem vila com casa de moeda dos mouros, e cabo Bojador, também chamado cabo de Areia.

A partir deste ponto, inicia uma história breve dos descobrimentos portugueses e correspondente etnogeografia, decerto baseada, a princípio, na *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Zurara (2), que, deste modo, foi divulgada no século XVI, não só por meio do mencionado texto resumido, mas também como fonte destoutro escrito quinhentista. De salientar é, certamente, a descrição sobre Arguim, que contrasta com o laconismo das efemérides que extractou de outras obras: «*De Aguim ilha e seu castelo e trato e da terra firme dela e deserto dela e da cidade de Oadem e do sal e outros lugares e das gentes destas terras e desertos e animálias, aves e ervas e árvores e assim dos costumes da gente dela*». Tal é o título do pedaço enxertado, que o próprio Valentim Fernandes atribui a João Rodrigues, reposteiro de D. João II, esclarecendo haver sido escrito em 1506. Rodrigues estivera no local, em 1493, permanecendo aí dois anos, e lá voltou «muitas vezes» (3), tendo sabido notícias, se porventura lá não chegou a ir, quer de Tombuctu quer de Genna, como veremos.

---

(1) *O. c.*, pp. 36-37.

(2) Esta parte foi publicada em alemão, no ano de 1861, por Kunstmann, nas *Memórias* da Academia de Munique (L. Pereira da Silva — *Obras*, vol. 3, p. 116). Também Hümmerich divulga extractos em *Diário da Viagem de Vasco da Gama*. cit. (vol. 2, pp. 517-542). A tradução francesa foi publicada por Th. Monod, na citada obra e por este autor, A. Teixeira da Mota e Monod, no volume, também citado, sobre a costa de Africa, desde o Senegal até ao cabo de Monte.

(3) O *Manuscrito de Valentim Fernandes*, cit., p. 42. A descrição termina na página 63. — Joham Rodriguez aparece já em documentos de 13 de Outubro de 1490 (alvará de D. João II, que manda entregar biscoitos aos capitães de três caravelas que

Depois deste trecho, retoma as efemérides, no ano de 1446, tendo, decerto, ainda à vista a *Crónica* de Zurara; chegando ao ano de 1448 passa para o de 1455, em que se inicia a narrativa de Cadamosto. Daí por diante, tanto lhe pode servir de fonte de informação o escrito do veneziano como o de Diogo Gomes.

Também neste troço surge um outro trecho, de natureza igual ao que se deve a João Rodrigues, que pertence, pelo menos como fonte, a um outro sertanejo — Álvaro Velho —, o qual, tendo ficado cerca de oito anos na Guiné, quando regressou com D. Vasco da Gama, da primeira viagem à Índia, pôde fornecer-lhe preciosas informações sobre a Serra Leoa (1). A sua descrição cobre «todo o Sara ocidental e parte do central e a Guiné ou Terra dos Negros, no sentido clássico do termo, isto é, a África negra ocidental e setentrional, do cabo Verde ao golfo da Guiné, para além da Serra Leoa» (2). Nem todos os autores balizam tão categòricamente a prosa de Álvaro Velho, mas todos são unânimes em o dar como muito provável autor, ou fonte, pelo menos, dos trechos que descrevem as terras situadas ao sul da Gâmbia e sobretudo a região da Serra Leoa (3).

É precisamente no fim desta descrição que o códice, por troca de folhas, inclui a seguir outros trechos (Ilhas do Mar Oceano, Crónica da Guiné, etc.), apanhando-se a continuação das efemérides de Valentim Fernandes no fólio 337 (p. 231 da edição que seguimos). Mas, agora, as efemérides marcam o ano de 1508, referindo-se, pela segunda vez, a factos do século XVI. Desde a primeira — ano de 1500 — o informador não vem indicado, salvo no trecho da informação de Álvaro Velho. Descrevem-se desde esse ponto (este novo troço pode começar no cabo de Santa Maria, p. 81, ou no rio de Casamansa, p. 82), a região do rei *mansa folupe*, rio de São Domingos, rio Grande, terra dos beafares, rio Nuno, até à ilha dos Ídolos. Passando à Serra Leoa, com as informações que rece-

---

partiam para o Congo), como «do conselho do dito Senhor e seu contador mor» (o. *c.*, II, 2, 72. — *Apud* A. Brásio, I, 75-77). João Rodrigues sendo reposteiro de D. Manuel em 1506, como vimos, fora enviado por D. João II a Arguim, em 1493 — diz Valentim Fernandes.

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, pp. 88-96.

(2) Vitorino Magalhães Godinho — *Fontes quatrocentistas*, cit., p. 62.

(3) A identificação do autor do *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* com Álvaro Velho, do Barreiro, que forneceu estes elementos a Valentim Fernandes, foi «pressentida» por Ravenstein, na sua edição inglesa do mesmo Roteiro (Cf. A. Fontoura da Costa — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, cit., pp. XI e segs. — Ver aí o estabelecimento da certeza. Hümmerich — o. *c.*, pp. 338 e segs.; A. Teixeira da Mota — o. *c.*, p. 176).

beu de Álvaro Velho, termina Valentim Fernandes as efemérides, com pequenos trechos que, apesar de se poderem encontrar deslocados, mais nos parecem acrescentamentos seus: um, sobre Arzila, referido ao ano de 1508, em que o autor diz que, a 2 de Novembro, depois do meio-dia, partiu de Lisboa, com o mui honrado fidalgo Mendo Brito; outro, sobre os Mandingas, sem referência a datas; um terceiro, sobre o rio Grande, respeitante à descoberta do rio Grande, por Cadamosto, em 1456, nitidamente tirado das viagens do veneziano. Intercala alguma prosa sobre ilhas — *Tenarife*, em que aparece esta localização: «Ano de 1493, estando eu em Sevilha, quando conquistaram esta ilha»; *Faial* e *Pico*, em que se pode salientar o inciso: «E assim, um Guilelmo Hersmacher, framengo, que vi e conheci...»; e ilha de *São Tomé* (1). Voltando à costa africana, segue para o Senegal *(Cenega Etiopia primo urbi)*, Terra de Budom (Budomel ?), doze léguas do rio Çanaga costa, em que aparece a data de 1455; e Çanaga gilofas (2).

De toda esta longa prosa, queremos, sobretudo, prestar maior atenção aos textos originais, começando, naturalmente, pelo de João Rodrigues. Arguim é ilha de uma légua de largura e duas de comprimento e quatro em redondo. Fica uma légua afastada da terra firme. Tem água, mas pouca verdura. À volta do nosso Castelo habitam azenegues, como aliás em todo o território até à Guiné. Os azenegues da costa, mouros como os do sertão, distinguem-se deles por serem pobres e se dedicarem à pesca. Do mar tiram, sobretudo, as tartarugas, havendo, no entanto, salmonetes, linguados, mariscos, etc. Apesar de a tartaruga saber a carne de vaca, perdiz, coelho e carneiro, é peixe e come-se pela Quaresma... A sua importância na alimentação levou o informador a demorar-se na descrição, chegando mesmo a contar o modo de reprodução e extracção de azeite. Finaliza a notícia com o quadro do preço das mercadorias, «taixadas» pelo rei e ordenados dos oficiais régios que administram o negócio (3).

A duas léguas de Arguim fica a ilha das Garças, povoada por aves «sem conto» e «de diversas maneiras; gaivotas, gavinas, garjaus, colheiros, garças, framengos, rabijuncos, etc. Não só se lhes aproveita a carne, mas também os ovos, que enchem batéis... A oito léguas de Arguim, vê-se a ilha de Tarrafal, abundante em lenha, a que os mouros chamam *taraff*. Há ainda outras em que avultam pelicanos. Do tamanho de cisnes, todos brancos, pescoço alto e direito, cabeça grande, olhos esbugalhados, bico alongado,

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, pp. 233-235.
(2) *Ibd.*, pp. 235-238.
(3) *Ibd.*, p. 45.

com um papo por debaixo. Não se trata, porém, dos pelicanos que criam os filhos com o próprio sangue. O nome foi dado pelos Portugueses a estas aves, «por respeito da pele que lhes tiram e esfolam com suas penas».

Nestas e outras ilhas de Arguim admira-se ainda uma outra ave — a flamenga — «mui formosa de ver», que tem as penas das asas longas e vermelhas e «o rabo e o rosto todo alvo», os pés vermelhos e compridos, pescoço longo, bico alongado e ancho, mais na parte de baixo que na de cima. Uma terceira espécie impressionou particularmente João Rodrigues — os craoes, aves brancas, maiores que cisnes, com bico de mais de um côvado de comprimento e três dedos de «anchura». «Parecem como bainhas de vasas, assim lavradas e com tais lavores que se as fizessem artificialmente, com mestria de fogo, afim de lhes pôr formosura». A boca e o papo são de tais dimensões que «uma perna de homem, por grande que seja, até o joelho lhe cabe por ele» (1).

Entretanto, na terra firme, que se chama Lodeia, informa que se estende pelo sertão até Guiné, de que a separa o rio Senegal, que os mouros chamam *Ennil*. Com ele se dividem os «homens alvos» dos negros. Pelo rio, que «afirmam muitos de ser um braço do Nilo», desejaram navegar os Portugueses até às cidades de Tombuctu e Gina, procurando quebrar uma pedra que lhes obstruía o caminho, denominada Felu. D. João II mandou, com esse fim, Gonçalo Dantas e outro capitão, que lá morreu.

No interior, Lodeia confina com a província de El Brebisth, que, por seu turno, liga com a de Arrhama, que confronta «com outra província mui grande, chamada Oulhedamar». Os habitantes das províncias de Lodeia e El Brebisth alimentam-se de leite de camelo. Também escasseia a água, «assim que homem anda trinta e quarenta léguas e, às vezes, dez jornadas que se não acha água». «E todas estas terras é deserto de areia». «E estes desertos chamam os mouros *Altzahara*, que quer dizer terra deserta».

Os habitantes destas quatro províncias são alarves, e, como os negros os não toleram, o comércio opera-se por meio dos azenegues do sertão, grandes criadores de camelos, cabras e ovelhas. «Os azenegues, homens de paz e de grande gasalhado, não fazem guerra a nenhum, salvo se lhe fazem guerra a eles». Os alarves na Guiné «são havidos por má gente».

«Estes azenegues vão por terra a *Safim*, que será duzentas léguas e mais, e compram cavalos e os levam a Gilofa dos negros e resgatam-nos por escravos». «Estes negros trazem a Arguim a vender aos cristãos, por trigo ou vestir, etc., e deles levam a lugares de mouros e os dão por cava-

(1) *Ibd.*, p. 46.

los». A gente de *Brebísth* tem-se por superior à de Lodeia. Entre esta última andam os ziguis, que «são entre eles como entre nós os *ratinhos*, gente de menosprezo». Por seu turno, os alarves têm os azenegues, mesmo os «tratantes do sertão da terra», «por ruins e vis», instalando-se em suas casas, para dormirem com as mulheres e filhas e comerem do que lhes apraz.

«Todas estas gerações sobreditas não têm casas, nem vilas, nem cidades, nem calçam, nem vestem, senão panos da Guiné e alguns alquiçees». Mudam-se de três em três dias, em camelos. A água, no deserto, tira-se por buracos de pedras extensos, que a areia umas vezes cobre e outras deixa a descoberto. Apesar de saberem descobrir as pedras, mesmo quando se encontram cobertas de areia, sucede, por vezes, andarem quinze e vinte dias sem toparem nenhuma. Por isso, carregam consigo odres de água, que misturam com leite de camelo. E, quando este falta, lançam mão de outro expediente: matam um ou mais camelos e bebem a água que trazem no estômago.

A cinco ou seis dias da província de Lodeia, sobressai isolada, em campo aberto, uma pedra enorme, do tamanho de uma grande cidade, toda preta, que assinala a existência de poços de excelente água. É conhecida por *schelud*. Da banda do sul estendem-se os *areais de Aquixar*, «que são os mais temerosos desertos de andar, de toda a terra». Com pormenor que parece denunciar observação *de visu*, assinalara seixinhos da parte norte e nordeste da pedra negra, em tira de um quarto de légua, limpa de areia pelo vento, como se os seixinhos «fossem peneirados». Da banda do oeste, estão os poços e só do lado do sul pega com a areia. A presença do observador parece poder-se ainda induzir do pormenor da grasnada das inúmeras aves, que procuram a lájea para dormirem: «pelo gralido grande delas, a duas e três léguas se não ouvem as gentes, nem as deixam dormir».

«Através desta pedra *schelud* fica uma serra mui grande, que se chama *Ygild*, povoada de muita gente». É gente azenegue, que nunca enfrenta os alarves. Duas léguas depois, encontra-se a serra de onde extraem o sal que levam a Oadem (1) e Tombuctu e outros lugares. Deixemos em silêncio a forma de extracção do sal e passemos à serra Baffor, «mui alta», de 18 léguas de comprimento, e a seis léguas da pedra *schelud*. «Em este comprimento desta serra», situam-se quatro cidades e uma vila, respectivamente Oadem, Oulili, Schinguete, Tirmigui e Fara, distantes umas das outras dois tiros de besta, quatro, seis e duas léguas. Oadem está afastada duzentas léguas de Arguim, pelos desertos de areia. Do outro lado de uma ribeira, vê-se, a

(1) Na mesma página (49), Oadem e Auden.

um tiro de besta de Oadem, a cidade Bim, «onde ainda parecem grandes edifícios e paços», apesar de despovoada, em virtude das cheias do ribeiro e águas da montanha.

A informação continua a descer a pormenores, como o das ribeiras secas, em que só corre água «em tempo de trovoadas», que têm lugar de Fevereiro a Maio. As ribeiras são utilizadas como «herdades», pois, cavando nelas, «um côvado para baixo, logo acham a melhor água do mundo». Na serra Bafor produz-se trigo, cevada e milho da Guiné. «Semeiam em a metade de areia onde Deus nunca dá erva, e fazem uma cerca de rama de tamaraes em derredor quanto cada um tem semeado. E na metade do semeado fazem um chafariz e armam-lhe uma picota para tirar água com cubo». Também semeiam «alhenã e outras ervas a nós ignotas». A ceifa realiza-se em Março, mas não dispõem de atafonas, azenhas ou moendas de braço. Moem o cereal entre duas pedras, sendo a de baixo um pouco cavada. De ordinário, não comem senão tâmaras, mimoseando os hóspedes com o pão que amassam e cozem em fornalha. Dir-se-ia que o informador viu praticar todas essas operações...

Enfim, voltamos a omitir outros aspectos interessantes da vida da serra Bafor, para completarmos, com João Rodrigues, o itinerário do sal: De Oadem, cidade de quatrocentos vizinhos e a mais importante desta serra, por ser escala desse produto, passa-se à cidade de Tisthid, a sete jornadas de Oadem, donde o levam, andando mais oito jornadas, à cidade de Oualete, para finalmente chegar a Tombuctu. Esta «grandíssima cidade» (...) «jaz sobre o rio Enil e é de grandíssimo trato, porque é escala de todo o ouro que se gasta em levante e poente, por respeito do sal». Dista quinze dias de Oualete. Tombuctu é cidade «cercada de taipa». «Os mouros desta cidade vêm em seus camelos com seguro dos alarves, as trezentas léguas até Arguim, com aquele ouro e compram dos cristãos aquilo que lhes é necessário». Em Tombuctu embarcam o sal em almadias, que levam à sirga pelo rio acima, até à cidade de Gini, que fica a catorze jornadas.

«Gini é grande cidade de pedra e cal, cercada». Por aqui passavam os mercadores que se dirigiam «às covas de ouro». A estas, apenas era permitido chegar uma raça de ruivos ou pardos, conhecidos por húngaros, estando proibidos quer brancos, quer negros. O transporte, tanto do sal como do ouro, é feito por meio dos ginis. Desmentindo a informação que nos deixou Cadamosto (1), explica que «estes negros húngaros chegam

(1) *Viagem* (edição citada), pp. 109-110.

sós a sua terra e outra geração nenhuma, e por isto dizem que não sabem que gente é», parecendo querer significar que, por não se lhes conhecer a origem, nem eles a revelarem, se inventou a forma esquiva de se transaccionar, a que aludimos noutra oportunidade.

Para diferençar os azenegues dos alarves, refere vários costumes de que apenas relevamos o dos cabelos das mulheres (as dos alarves, trazem-nos entrançados; as dos azenegues, atados com esparto, «que parece coroa mui feiamente»). Sobre a forma de justiça dos alarves: «são gente que não têm rei, nem livros de direito nem ordenações; sòmente se regem por natural cajão e posturas que entre si poem» (1).

Em belas páginas, de excepcional interesse (2), relata o que sabe da flora e da fauna destes desertos, mencionando os camelos, búfalos, antas, corças, cães bravos que comem as eimas pequenas, bois, adibes, que têm altura de raposa, mas pés mais altos e delgados; rabo de cão, ladrando como ele, orelhas de raposa; eimas ou avestruzes que, pelo corpo, entre os alarves são tidas mais por animal que por ave; lagartos de um côvado de comprimento, bons para comer e saborosos como galinhas. Entre aves, cita papagaios pretos que andam em manadas, como estorninhos; codornizes, rolas, etc. Antes de entrar no parágrafo dos vegetais, alude às nuvens de gafanhotos, de que se não sabe a proveniência, nem como se mantêm. Árvore em que pousam, fica toda sem casca, sem folhas e sem raízes.

Nestes desertos predominam as árvores de goma e termentina. Nalguns sítios apenas se vêem figueiras-do-inferno, «muito grandes e muito fedorentas», vindo-lhes o mau odor da «fruta pequena». O cheiro dos figos, como a comparação das folhas de «outras árvores», que se assemelham às do limoeiro ou cidroeiro, produzindo cerejas «mui formosas bicais», sem caroço e sem sabor de fruta, parecem indícios evidentes de que João Rodrigues andou, realmente, pelo Sara. E o que refere das árvores de goma e de trementina, com aplicação ao *habitat* local, por exemplo, que as árvores são maiores junto ao chão que nos pontos mais altos das copas, por as roerem os camelos e outros animais, não são pormenores lidos em livros, nem explicados à distância, pelos negros.

As ervas, totalmente espinhosas. «Todos estes desertos estão cheios de esparto, a saber, uma mouta aqui, outra acolá e moutas grandes». Compara-o, como aliás já fizera em relação a outra erva, com o de Portugal, achando que aquele é muito maior.

---

(1) *O. c.*, p. 54.
(2) *O. c.*, pp. 57-60.

Em duas pinceladas fortes, dá cor às trovoadas do deserto. Dissera antes que Fevereiro, Março, Abril e Maio eram «os tempos das tormentas do vento pelos desertos», que empurravam animais e homens para a parte da Guiné (1). Agora, começa o quadro das trovoadas secas, em que se combinam pedras, vento e areia, formando «a mais feia cousa do mundo»: tão feia que «parece que arde o mar e a terra em línguas de fogo». «E cousa segundo os territórios e os barreiros do ceu, que parecem verdes, amarelos, vermelhos, azuis, etc.». Tudo isto «dura uma hora ou duas», remata o escritor — que supomos ser João Rodrigues — em frase lacónica, como convém a descrição deste género. Poucas as gotas de água, acontece, por vezes, caírem, «tão grandes como de noz, e ralas». A confusão da tragédia aumenta quando a tempestade é acompanhada dos gafanhotos, que cobrem a terra e o mar. E quando o mar os vomita para a terra, em desmesuradas quantidades, «causa grandíssimos fedores».

O olfacto e a cor são qualidades do escritor, que rebentam da sua prosa a cada passo. Ele notou mesmo que os gafanhotos tomam cores diferentes, consoante a terra donde vêm, podendo apresentar-se verdes, roxos e pardos. As trovoadas também por vezes trazem «infindos passarinhos», rolas, codornizes ou poupas e «umas aves pintadas, formosas, com pés verdes» (2).

O segundo trecho que merece atenção especial é o relato do reino de Mandinga (fólios 105 e segs., pp. 75 e segs. do impresso), que também parece admitir outra fonte, além das descrições de Cadamosto (3) e Diogo Gomes, apesar de incluído no ano de 1456. Aparece bem visível o conhecimento concreto da região, a começar pela língua.

O reino principia no rio Gâmbia, a que aqueles dois navegadores chegaram, antes de mais ninguém. Os Mandingas diferem dos Jalofos, que ocupam o espaço do Senegal ao Gâmbia, apenas no idioma, pois praticam a mesma religião maometana e têm costumes idênticos. O rei é conhecido por Mandimansa, que, no seu idioma, significa rei de Mandi ou Mandinga. A capital situa-se no sertão, a setecentas léguas, e denomina-se Jaga. «Este rei é negro como corvo e toda sua gente, e crespos todos». «El-rei morto, alevantam logo outro rei os do lugar e não herdam seus filhos e as mulheres do rei morto não são mais rainhas».

---

(1) *O. c.*, p. 60.

(2) *O. c.*, p. 63.

(3) Nítidos resumos das viagens de Cadamosto, por exemplo, nas pp. 74-75, 231 e 233, 235 e segs., em que volta a ocupar-se dos Mandingas e Senegal.

Os costumes dos Mandingas são pintados ao vivo e, por vezes, de forma bastante realista. Da anotação da fauna apenas recolhemos a referência a «umas aves grandes, que eles chamam bugão, que quer dizer, por nossa linguagem, feiticeiro (1). Do tamanho do cisne, têm pescoço como o pato, uma corcova nas costas, penas pretas e, as das asas, uma branca e outra preta. O bico é longo e grosso e tem, «junto com a cabeça» (...) «um buraco por onde resolha». O papo dos machos — «grande, inchado» — assemelha-se a uma «bolsa de homem» e desprovido de penas, «como coiro». Aparece, pois, todo vermelho, «como a mais fina escarlata», mas o das fêmeas é «de cor azul fino».

Parece tratar-se do mesmo observador do trecho anterior, sempre atento a tudo que o rodeia, e muito sensível à cor e ao sabor, às comparações com objectos ou frutos mais conhecidos, que tornam o estilo pictórico, prenhe de interesse e digno de figurar em antologia. As perdizes, mais pequenas que as nossas, têm a cor de cinza. O azeite, que extraem de fruta «tão grande como maçãs», é branco. O fruto *malep* lembra-lhe as «ameixas brancas de Portugal», mas têm «uma pontazinha de azedo». «São muito bons para o fastio»...

O «milho zaburro é grande e cavam para milho e arroz, como nós para horta». «Inhames é uma raiz como de cenoura». São, porém, «mais grossas» e os gomos «espinhosos como de silva, salvo que não são tão compridos os espinhos e são de outro sabor, assim como castanhas colerinhas».

«Coco — por sua linguagem — é uma raiz redonda como cebola; as folhas têm da feição de adarga, em grandura e anchura. Comendo-o cru, amarga como pepino de São Gregório e trava como borunhos; cozido ou assado, enlaguenta, que não parece senão xabã (sabão ?)». «E dizem que é mui bom e são, para comprir com mulheres».

O trecho em que compendia a extracção dos líquidos da palma só pede que se pontue à moderna, para parecer de grande escritor: «A palmeira, no olho em cima, lança uns cachos muito grandes, à feição de pinha. Se daquele cacho querem tirar vinho (...), cortam aquele cacho em cima no pé e põem ali um cabaz pela manhã e à noite. Tanto estila de dia como de noite, e isto até quinze dias. Este vinho é tão doce e tão saboroso como malvesia e branco como leite. Embebeda como o nosso, e se fica por um dia para o outro, logo se faz azedo como vinagre. Se querem fazer azeite, deixam madurecer aquele cacho e não o cortam. Depois de maduros, cor-

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 80.

tam-nos e tiram os caroços, e cozem-nos muito bem. Então pisam-nos, tornam-os a cozer e depois espremem em algum pano: isto é o azeite». Estes cachos, pretos quando nascem, tornam-se vermelhos em amadurecendo. Por isso, o azeite é vermelho (1).

A fechar a notícia, adverte que «tudo que se disse até aqui, comummente se usa nos barbacins, gelofos, mandingas e tucurais — quatro regiões, cada uma com língua própria». Mas a narração prossegue, agora para além do rio de Casamansa, região habitada por mandingas, felupes, balantas e outras etnias. Estes últimos cobrem a área banhada pelo afluente do Casamansa, que dele deriva logo na embocadura e vai ter ao rio de São Pedro. «Os homens desta terra e assim as mulheres dela, são muito dispostos e de bom gesto». Curioso o traço psicológico que o autor lobrigou no senhor da terra: «ElRei desta gente de balangas é homem triste», talvez pelo que aponta a seguir: «pobre e vive por seu labor, como cada um dos outros».

Os Felupes habitam noutro braço do rio Casamansa, distinguindo-se pela inclinação para as armas. Do rei deste povo conta que, no ano de 1500, tirou um olho a uma irmã que lhe furtara um pouco de arroz. Esta data, em que ocorreram outros factos que narra, talvez possa servir para enquadrar, no tempo, a presença do escritor em terras africanas. Diga-se de passagem que não exclui o nome de João Rodrigues, que, sendo enviado por D. João II às terras fronteiriças de Arguim, em 1493, como vimos, Valentim Fernandes anota que dessa vez se demorou dois anos «e depois foi lá por muitas vezes».

Nesta descrição se engloba o território da actual Guiné Portuguesa, com menção do rio de S. Domingos, onde impera o rei Farimbraço, mandinga como a sua gente; a gente banhiins, que ocupa a terra limítrofe do esteiro de Jagara, para a banda do norte, em que se realiza importante feira, a cinco léguas do porto de mar, e cujo rei se chama Jagara; os Cacheus, que habitam a faixa sul do mesmo rio, denominada *Caticheu;* o rio das Âncoras, na terra dos Cacheus; o esteiro de Catarina, com rei e língua própria; o rio Grande, onde dominam cinco reis, um dos quais o Gromansa, e os muitos ilhéus que lhe ficam defronte, arredados sete a oito léguas da terra, que se chamam büam (2). A seguir a este rio, começam os povos çapeos ou çapijs, com língua própria, artistas em manufacturas de ferro, como flechas, azagaias, farpões, partesãs, machados e adegas, «que eles chamam adibes», espadas que denominam adibe sabana, que significa «grande»;

(1) *O. c.,* pp. 81-82.

(2) Bijagós (ver Hümmerich — *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* II, Porto, 1945, p. 333).

«cousas subtis» de marfim, como colheres, saleiros e manilhas. Afinal, como se lê umas linhas adiante, estamos em terra dos beafares.

Segue-se o rio de Nuno, o cabo da Verga, rio dos Pescadores, cabo de Sagres, rio de Cabitos, rio de Tamara e a ilha dos Ídolos, em frente do cabo de Sagres. Assim se chega à Serra Leoa.

Não é fácil extremar, nestas páginas, onde começa e onde acaba a prosa de Valentim Fernandes. A descrição da Serra Leoa — terceiro trecho relevante nesta relação de África ocidental — parece provir, como já acentuámos, de informações directas de Álvaro Velho, conforme se depreende das referências que lhe faz (1). Consta dos fólios 128-140 e mais dois de complemento — 348 e 349. Estes, que bebeu em Cadamosto, deviam preceder aqueles (2).

Sendo Álvaro Velho autor do trecho do interior da Serra Leoa, não custa a crer que lhe pertença a segunda parte do texto atrás supusemos ter sido revelada a Valentim Fernandes por João Rodrigues. Intermediária entre os troços visìvelmente atribuíveis aos dois informadores, não repugna que esta pertença a qualquer deles.

A designação de Serra Leoa abrange «toda a terra desde as ilhas dos Ídolos até o Cabo do Monte», povoada por dois povos, com língua distinta — os bolões, no litoral, e os teminis, no sertão (3). Pròpriamente, porém, aquela designação cabe a uma serra junto ao mar, que termina no cabo Ledo, com dez léguas em redondo. O nome foi posto pelos Portugueses, por ser mais brava que a de Sintra. Os guinéus apelidam-na serra e terra Pinto, «por respeito de uma aldeia que jaz ao pé, no lado norte, mais ou menos de duzentos vizinhos. Ao sul, fica outra aldeia que dá o nome ao «rio desta aguada, chamada, uma e outra, Taguiri». Além destas aldeias, os bolões têm mais aldeias, sendo as principais: Mangui, com cerca de mil vizinhos; Maguem, de uns 300, e Bop, com 150. Em cada uma preside um *bee*, que quer dizer rei. Mas na «comarca dos teminis chamada Casse» domina um senhor, conhecido por *obe vrig*.

Toda a população de Serra Leoa pratica a idolatria, havendo em todas as aldeias um ídolo superior aos outros, que invocam com o nome de *Crü*, geralmente colocado numa praça ou junto da casa real. É sempre uma

(1) *O. c.*, pp. 89 e 96.

(2) Hümmerich reproduz os dois textos.

(3) Os actuais *boulons* e *témérés* (*Description de la Côte d'Afrique* par Valentim Fernandes, edição de Monod, Teixeira da Mota e Mauny, cit., p. 171. — Ver aí a identificação de outros termos ocorrentes).

árvore muito velha, «gorda e ramada», de pau mole. Tem espinhos e as folhas são como as da oliveira, e o fruto como ameixas (almexias) brancas. Os nativos chamam-lhe *manipeiro*.

Álvaro Velho tomou nota de outros muitos ídolos, ritos e influências práticas na vida das comunidades. Um, de barro, muito feio, com dentes muito espetados, por vezes, de elefantes, «feito à semelhança de sol» — o *benitenia*, destinado a toda a gente; um, próprio dos velhos — o *piso*, a que nenhuma vai; um só para os potrosos, «feito à semelhança de homem potroso» — o *conteri;* um ídolo para a guerra, que representa célebre guerreiro antigo — o *iniel;* ídolos exclusivos das mulheres — os peres, paus cortados em forma de homem.

Como «não têm física, nem regra dela», isto é, medicina, recorrem aos feiticeiros, que responsabilizam os ídolos pela doença, sem os increpar, pois a receita consiste em os aplacar com sacrifícios de cabra ou galinha. Se, porém, o enfermo morre, explicam que o ídolo é tão forte que nenhum sacrifício o «pôde convencer». «E segundo as desvairadas doenças, assim têm desvairados ídolos», em forma de homens. Também fazem ídolos conforme a figura dos que morrem. Se é guerreiro, ficará rodeado de tantas caveiras quantos os inimigos que derrubou. Quando nasce uma criança, espetam um ramo verde de árvore no chão, para significar que ela crescerá como aquela estaca. «E assim fica aquela árvore por deus do menino, para sempre». Antes de entrarem em guerra, sacrificam uma galinha, a que quebram o bico, atando-a à árvore manipeiro, com as asas espalmadas.

Tendo-se demorado longo período na Serra Leoa, Álvaro Velho pôde verificar toda a vida das tribos, os ritos funerários como os preceitos de justiça; possibilidades guerreiras em terra e mar; as casas dos ídolos como as de habitação; os trajes simples e a alimentação rudimentar; a arte das mãos e a subtileza do engenho. «Em Serra Leoa são os homens muito subtis e muito engenhosos: fazem obras de marfim maravilhosas de ver, de todas as coisas que lhes mandam fazer. Uns, fazem colheiras; outros, saleiros; outros, punhos para adagas, e qualquer outra subtileza».

Como homem que esteve na Índia, Álvaro Velho compara o proveito que deles tiram nos dois continentes e narra a forma como os caçam na Serra Leoa. Do mesmo modo, indica o instrumento usado na caça de búfalos, gazelas, porco montês, antas (que os negros apelidam de *erintrilman*).

«Há aqui uma animalia que parece em dois: é cousa mais falsa do mundo e o rosto tem alvo e anda em quatro pés». «Preta de corpo e cabelo e aguda».

«Ha aí outros animalias a que eles chamam *pangales* e é tal como vaca e tão grande, se não que de lobo para baixo tem cintas pretas e brancas e tem os cornos brancos e lisos, de meia braça em longo». Dos restantes animais que cita — «algália e gatos de algália», «gatos de rabos longos pretos, pardos e ruivos», cobras, lagartos, morcegos do tamanho de galinhas e papagaios pardos («e verdes nenhuns») — aparece escassas vezes a cor, e nunca, aliás, como nota pictórica, mas simplesmente como diferenciação de espécie.

O mar fornece peixe em abundância, «como de nossa terra, salvo alguns poucos»; a terra produz arroz, que semeiam em Maio e colhem em Setembro; macarras — «raízes e fruto nascem debaixo do chão»; malagueta, muito boa mas em pequena quantidade; «uma ervas, pròpriamente como aqui o milho comporel, senão que acima não tem a semente como o milho e tem o pau da verga muito liso, e no pé dele da raiz, sobre a terra, saem aquelas bainhas em que está a malagueta e tiram-no e enxugam-no».

Tópico interessante para avaliar o grau de civilização destes negros, a forma como mediam o tempo. «Seus anos, contam de novidade a novidade, a saber, de Novembro a Novembro, porque então colhem suas novidades. Contam seus meses pelas luas. Os dias, entre eles não têm nomes, senão contam hoje, antes e de manhã (amanhã ?). Quando alguma cousa hão-de fazer daqui a quinze ou vinte dias, *chentam* (espetam) vinte palhas em uma parede e tiram cada dia uma, até à derradeira. Assim sabem que passaram tantos dias» (1).

Transposta a Serra Leoa, «contra o rio das Palmas, entre a geração dos teminis», encontra-se a terra Hatschinel, que pouco diverge da anterior: Álvaro Velho também lá esteve, para observar *de visu* o tão afamado ídolo *tshyntschin* que, noutros passos, Valentim Fernandes grafa *chinchin*. Figura de homem, vestida de roupagem de «pano pintado do sertão», envergava carapuça vermelha na cabeça e segurava azagaia na mão; tinha anéis nas narinas e orelhas e «alaquequa na cabeça, por jóia muito grande».

Colocado em mata extensa, próximo da aldeia de Catel, era procurado por «gente de longas terras», que aí vinham «como a jubileu», trazendo-lhe cabras e galinhas. Oficiava a cerimónia um clérigo ou prelado, que apresentava as necessidades dos fiéis, ao passo que sacrificava os animais. O sangue era bebido por cobras que refreavam a cobiça dos ladrões, os quais nem sempre acreditavam na perícia dos ofídios e tentavam a sorte, sempre

(1) *O. c.*, pp. 94-95.

sem resultado. «Acharam muitas vezes aos pés do ídolo, ossos e vestidos de homens, que dizem que iam para tomar e furtar as jóias do *chinchin* seu (= ou) cru, e dizem que as ditas cobras os comeram».

De não menor interesse são, porém, as páginas que consagra às ilhas do oceano Atlântico (1) — tema aliciante que tanto atraiu os curiosos quinhentistas. Combina as descrições das Canárias, de Zurara e Diogo Gomes, acrescentando, porém, alguns pormenores novos (2). Em quadro que podia servir de índice, enumera as nove ilhas dos Açores, a Madeira, as sete maiores ilhas das Canárias e uma (S. Nicolau) do arquipélago de Cabo Verde. Em novo índice, completa a lista com as restantes ilhas dos arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, acrescentando mais as três ilhas do golfo da Guiné — S. Tomé, Príncipe e Ano Bom.

Demora-se com a história da descoberta e conquista das Canárias, evocando os nomes do leproso Lançarote, de João de Bettencourt e Machim, do infante D. Henrique, etc.; bem assim, com a história das ilhas portuguesas. Serviu-se, na redacção das ilhas, dos textos da crónica de Zurara e de *De prima inventione Guinee*, de Diogo Gomes e de outras fontes desconhecidas, conforme notou Dias Dinis (3), depois de A. Fontoura da Costa (4). De outros elementos que tivesse lançado mão, apenas se conhece, com certeza, a narração que lhe fez o marinheiro Gonçalo Pires, a respeito das ilhas de S. Tomé e Ano Bom (5). Em Cadamosto e Diogo Gomes só raramente foi beber qualquer pormenor sobre as ilhas de Cabo Verde (6).

«Nesta interessantíssima *Relação* IV dá-nos Fernandes a primeira descrição conhecida das ilhas atlânticas», como adverte A. Fontoura da Costa. Ilustrou o seu escrito com desenhos das ilhas de Cabo Verde, S. Tomé, Príncipe, Fernando Pó, Ano Bom, Ascensão, St.ª Helena, copiados, «em aumento», da carta-padrão das Casas da Mina e da Índia. Pouco mais nos debruçaremos sobre a descrição das ilhas de Valentim Fernandes. Apenas a respeito da ilha de S. Tomé, recolheremos alguns dados geográficos do

---

(1) *O. c.*, pp. 25, 97-130, 233-235. — Gabriel Pereira reproduziu o texto actualizado, na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (t. VI, Lisboa, 1899-1900), pp. 92-102, 155-164, 219-228 e 283-286. A parte referente a Cabo Verde também foi estampada por A. Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, 2.ª série, 1.º vol., pp. 740-746.

(2) A. Teixeira da Mota — em *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 1, p. 12.

(3) A. Dias Dinis — *Vida e obra de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 375 e segs.

(4) A. Fontoura da Costa — *Cartas das ilhas*, p. 39.

(5) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 121.

(6) Ver o belo estudo de Fontoura da Costa — o. c., pp. 65 e segs.

marinheiro Gonçalo Pires, escritos por Valentim Fernandes, em 1506-1508, excepto o fólio colado entre 202 v. e 206 r., que deve ser de 1510 (1).

Na ilha habitam cerca de mil pessoas brancas, entre os que para lá vão de livre vontade, condenados, assalariados ou comerciantes da Guiné. Moram em casas de madeira, com dois sobrados e cobertas de tábuas — umas 250 —, além da fortaleza de pedra, do capitão, toda ela coberta de árvores.

O perímetro da ilha anda por trinta léguas, salientando-se serras altaneiras no meio dela, de que se elevam uns picos que parecem querer tocar no céu. Da montanha correm muitos rios e ribeiras que não permitem a navegação. A nordeste fica a povoação de S. Tomé, em formosa baía «onde espalmam os navios». De tudo quanto se poderia destacar do texto, tem sobremodo interesse a referência às árvores avalaneiras, a mais alta das quais atinge três braças. «E não é pau, senão como erva e suas folhas tão grandes como uma canastra e pesa quanto um homem pode levantar do chão. É assim amarela como côdea de melão e assim daquela feição de talhada de melão e tão doce como açúcar». Dentro, é «maciço e como cousa coalhada». «A verga desta árvore é uma só e não tem outro ramo nem traz outro fruto senão um só pomo». «Porém, ao pé dela da raiz, saem muitos filhos, de que cada uma também não traz mais que um fruto só». «Cortado o fruto, cortam o pé da dita verga de todo, para não lançar a perder os filhos. E assim, todo o ano dá fruto e na verga cortada arrebenta outra verga nova, pela qual uma raiz dela gera infinitas vergas». «Cortando umas, já sairão outras e continuamente dá fruto todo o ano».

«Este é o melhor comer nesta ilha, de que se mantém a gente, além dos inhames». Trata-se, como reparou Jaime Cortesão, secundado por A. Teixeira da Mota (2), trocando o *l* por *n* : a vananeira. Referem-se-lhe também, no ano de 1502, Tomé Lopes, que encontrou, na ilha de Angediva, uma espécie de figos, alongados... e, mais tarde, o piloto de Vila do Conde, autor da *Navegação de Lisboa à Ilha de S. Tomé*, publicada por Ramúsio, que igualmente alude à plantação de uma erva que se faz tão grande no espaço de um ano, que parece árvore e produz cachos de frutos semelhantes a figos, que lá se chamam *abelanas*. Garcia de Orta será o primeiro autor português a usar o termo próprio, igualando os figos-da-índia às bananas da Guiné.

---

(1) A. Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas*, p. 39.

(2) A. Teixeira da Mota — *Description de la Côte Occidentale d'Afrique*, p. 188.

O segundo produto mais utilizado na alimentação — o inhame —, descreve-o, também, com certo pormenor: «É uma raiz de que geralmente se mantém toda a terra de Guiné ou Etiópia. Suas folhas, como de silva, e assim jazem pelo chão como silva de espinhos e assim se cria por paus. E assim como as folhas dela se fazem amarelas, assim madurece a raiz. A raiz de inhame parece acerca com zanoria (cenoura ?) amarela. Porém, em cima e dentro é muito alva e é tão gorda como braço de um homem». Cortada uma em sessenta pedaços «e mais», cada pedaço transforma-se em outras tantas raízes. O inhame come-se em vez de pão, assado ou cozido, com carne e peixe. Ralado, serve para fazer filhós «e todos outros manjares, como nós do pão».

Outras árvores, outras raízes alimentícias, produtos hortícolas, tornam a ilha verdejante e apetecida. Mas talvez não valha a pena demorarmo-nos mais com ela.

Sobre a ilha do Príncipe, não diz mais que o nome, terminando a descrição das ilhas do mar oceano com a ilha de Ano Bom, distante trinta léguas da de S. Tomé. Tem cinco léguas «em redondo» e duas «em largo». «Toda esta ilha é penedia e todo palmares. No meio... há quatro picos de serrania, todo coberto de árvores e um pico tão alto como outro»... Descoberta em 1501, por Fernão de Melo, capitão da ilha de São Tomé, começou a ser povoada em 1503, contando, em 1507, «nove moradores por sua vontade». Das suas produções naturais, convém sublinhar umas «árvores, a que os portugueses chamam oliveiras. Têm folhas como sovoro e é o pau vermelho que trazem para Portugal». São muito altas e dão frutos como bagos de uva, «e é mui doce como açúcar» (1).

A maior novidade, no capítulo de ilhas, dizia porventura respeito às Maldivas, que impressionavam, sobretudo pelo seu número, quase infinito... A sua descrição, cuja autoria se desconhece, deve situar-se em 1506 ou 1507.

«As ilhas de Dive são doze mil, entre pequenas e grandes e das quais, oito mil são povoadas e as outras desertas». A maioria delas tem pequenas dimensões, encontrando-se, todas elas, próximas umas das outras, de tal forma que, na maré baixa, se pode passar de umas para outras. Situam-se em posição norte-sul, de Calecute 80 léguas, estendendo-se «contra levante, que também ficam ao sul 80 léguas de Ceilão». A principal destas ilhas denomina-se *Divi Mahal,* o que, em arábico, quer dizer, *ilha do tesouro.* Tem cerca de quatro léguas «em derrador», estando povoada de 2 000 vizi-

(1) *O. c.,* p. 130.

nhos, em casas dispersas. Pertenciam ao rei de Ceilão, sendo povoadas de gentios e, há cerca de duzentos anos, também por mouros. A cor da pele é negra, a atirar um pouco para alvo. Falam língua própria, embora alguns saibam «arabisco».

Como as casas são móveis, com facilidade se mudam de um lugar para outro. «Toda esta gente é rústica e simples e de bom viver e de boa fé» (1). Alimentam-se de arroz, milho, coco, peixe e inhames. Os homens vestem um pano de algodão, cingido desde a cinta aos joelhos, podendo trazer toucas; as mulheres usam umas como que camisas compridas de algodão, tecidas de branco e «entremetido de preto». Vendem-se a si próprias e aos filhos, quando precisam de dinheiro, até pagarem a dívida. Manufacturam panos com algodão, que adquirem em Cambaia, a troco de peixe chamado camela, que só aparece junto destas ilhas. Peixe de dois palmos de comprido, de forma redonda, pesca-se, utilizando «peixinhos meudos». Pescam estes, tomando «entre duas barcas uma rede tão espessa que não pode passar meio dedo», a qual leva pedras dentro, para a arrastarem ao fundo, e alimento, como, por exemplo, coco. «Depois disto, se vão para fora do mar, duas ou três láguas apartado das ilhas, com seus anzoos». Deitam o peixe miúdo ao mar, «e vem logo tão grande multidão de peixes camelinas que não fazem senão lançar os anzoos sem nenhuma cousa neles e tornam a tirar quanto podem, tantos tornam. Assim que cinco ou seis homens enchem seu batel» (2). Como não tem escamas, basta cortá-lo em quatro postas ou ao meio, salgá-lo e cozê-lo em água meio salgada, meio doce, para o terem pronto a receber o fumo que o há-de curar. Ficam duros como pedra e vermelhos por dentro. «Este peixe levam por toda a Índia, *scilicet*, Ceilão, Samatra, Malaca, Cambaia, Calecute», etc.

Além deste produto, as ilhas fornecem ainda cocos e conchas. O coco nasce nas palmeiras, que os árabes chamam *nachil* e os nativos *ruco*. Do coco extrai-se azeite e leite. «Em quanto o coco está fresco, fazem leite dele; e quando o coco é seco, fazem dele azeite». A casca queima-se e transforma-se em carvão para os ourives. Da cobertura do coco fazem cordas para as naus, «como nós aqui o cânhamo». Como não apodrecem no mar, são muito procuradas e levadas para a Índia.

Há duas espécies de palmeiras: as que produzem os cocos e as que dão uns gomos parecidos com eles e que estão cheios de água doce como mel. Desta água fazem açúcar cândi, mel e vinho. Obtêm o vinho, metendo

---

(1) *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, p. 27.
(2) *O. c.*, p. 29.

debaixo da terra um jarro dessa água com as «cortiças do coco», deixando-a ferver certo tempo. Se a puserem ao sol, têm vinagre, dentro de três ou quatro dias. Aproveitam ainda, das palmeiras, o «pau» para construírem casas, que cobrem com as folhas, naus, caixas e tudo que se faz de madeira.

Enfim, nas ilhas encontram-se «conchazinhas ou porcelanas pequenas», que não há fora delas, de que se servem como de dinheiro para pagarem o tributo ao rei. Estas ilhas servem de porto de escala para quem não quer ir a Calecute. Lá chegam naus de Bengala, carregadas de açúcar, arroz, seda, ouro, prata, panos finos de algodão, que trocam pelas «porcelanas», «ca aí andam por moeda». As naus que de Cambaia se dirigem a Malaca nelas tomam refresco de água e cordas e compram o que querem.

Entre as ilhas, a navegação pratica-se em barcos e batéis pregados com pregos de madeira. Conhecem as horas pela sombra das pessoas, medindo-a com os pés. «E em cada mês sabem quantos pés tem cada hora da sombra de sua pessoa».

Termina a notícia com a equivalência das medidas: «um pará faz 100 nales; um pará vale baston. Nales duas fazem em Lisboa uma canada. Nales doze fazem em Dive uma cota. Baston, cada um faz em Lisboa 25 alqueires. Um baston, faz oito cotas ou oito miticais de prata». «Uma cota vale um mitical de prata. Cota em conchinhas ou porcelanas, vale uma cota treze mil conchinhas. Cota, segundo moeda de Portugal, vale uma cota 90 reais em ceitis. Cota oito fazem uma pará» (1).

Com mais esta informação, junta ao restante feixe de boas novas geográficas exportadas por Valentim Fernandes, ficava a Europa mais próxima da África e da Ásia, por meio das caravelas de Portugal. Quem reunisse na sua biblioteca todo o acervo de notícias que os barcos trouxeram aos portos lusitanos podia bem reservar lugar digno, mas secundário à sabedoria geográfica de antanho, deste modo substituída por saber fresco, mais exacto, verificado e vivido.

---

(1) *O. c.*, p. 32.

Esta obra
acabou de se imprimir
na
Imprensa Portuguesa, Porto,
em Dezembro de 1972